



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

SECRETARIA ESPECIAL DO TESOURO E ORÇAMENTO

SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

ORÇAMENTOS DA UNIÃO
EXERCÍCIO FINANCEIRO 2022
PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA

VOLUME I

Texto do Projeto de Lei
Quadros Orçamentários Consolidados
Detalhamento da Receita
Legislação da Receita e da Despesa

Brasília, DF

2021

Ministério da Economia
Secretaria de Orçamento Federal (SOF)
SEPN 516, Bloco "D" Lote 08
70770-724 - Brasília, DF
Telefone: + 55 61 2020 2000

Brasil. Ministério da Economia
Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento
Secretaria de Orçamento Federal.
Orçamentos da União exercício financeiro 2022: projeto de lei
orçamentária. - Brasília, 2021.
6v. em 7.

Conteúdo: v.1 Texto do projeto de lei, quadros consolidados,
detalhamento da receita, legislação da receita e da despesa - v.2
Consolidação dos programas de governo - v.3 Detalhamento das
ações: Órgãos do Poder Legislativo, Órgãos do Poder Judiciário,
Tribunal de Contas da União, Defensoria Pública da União, Ministério
Público da União - v.4 t.1 e 2 Detalhamento das ações: órgãos do
Poder Executivo, Presidência da República e ministérios (exceto MEC)
- v. 5 Detalhamento das ações: órgãos do Poder Executivo, Ministério
da Educação - v.6 Orçamento de Investimento: quadros orçamentários
consolidados, detalhamento de programação, detalhamento das
ações.

1. Orçamento Federal. 2. Proposta Orçamentária.
3. Projeto de Lei 2022. I. Título.

CDU: 336.14:354(81)"2022"
CDD: 351.72205

Depósito legal na Biblioteca Nacional, conforme Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004.

Impresso no Brasil / Printed in Brazil
Brasília - DF

Presidente da República

Jair Bolsonaro

Vice-Presidente da República

Hamilton Mourão

Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República

Ciro Nogueira

Ministro da Justiça e Segurança Pública

Anderson Torres

Ministro da Defesa

Walter Braga Netto

Ministro das Relações Exteriores

Carlos Alberto Franco França

Ministro da Economia

Paulo Guedes

Ministro da Infraestrutura

Tarcísio de Freitas

Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Tereza Cristina

Ministro da Educação

Milton Ribeiro

Ministro da Cidadania

João Roma

Ministro da Saúde

Marcelo Queiroga

Ministro de Minas e Energia

Bento Albuquerque

Ministro das Comunicações

Fábio Faria

Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações

Marcos Pontes

Ministro do Meio Ambiente

Joaquim Álvaro Pereira Leite

Ministro do Turismo

Gilson Machado

Ministro do Desenvolvimento Regional

Rogério Marinho

Ministro da Controladoria-Geral da União

Wagner Rosário

Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

Damara Alves

Ministro Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República

Luiz Eduardo Ramos

Ministra Chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República

Flávia Arruda

Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional

General Augusto Heleno

Advogado-Geral da União

Bruno Bianco Leal

Presidente do Banco Central do Brasil

Roberto Campos Neto

Ministro do Trabalho e Previdência

Onyx Lorenzoni

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Ministro de Estado

Paulo Guedes

Secretário-Executivo

Marcelo Guarany

Secretário Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados

Diogo Mac Cord de Faria

Secretário Especial do Tesouro e Orçamento

Bruno Funchal

Secretário de Coordenação e Governança das Empresas Estatais

Ricardo Moura de Araújo Faria

Secretário de Avaliação, Planejamento, Energia e Loteria

Gustavo José de Guimarães e Souza

Secretário de Política Econômica

Adolfo Sachsida

Secretário do Tesouro Nacional

Jefferson Luis Bittencourt

Secretário de Orçamento Federal

Ariosto Antunes Culau

Subsecretário de Gestão Orçamentária

Márcio Luiz de Albuquerque Oliveira

Subsecretário de Assuntos Fiscais

Luiz Guilherme Henriques

Subsecretário de Estudos Orçamentários, Relações Institucionais e Tecnologia da Informação - Substituto

Fernando Cesar Rocha Machado

Diretor do Departamento de Programas da Área Econômica e de Infraestrutura

Zarak de Oliveira Ferreira

Diretor do Departamento de Programas das Áreas Social e Especial

Mário Neves

Diretor de Programa

Clayton Luiz Montes

Diretor de Programa

Fábio Pifano Pontes

PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA

VOLUME I

TEXTO DO PROJETO DE LEI QUADROS ORÇAMENTÁRIOS E LEGISLAÇÃO DA RECEITA E DA DESPESA

SUMÁRIO GERAL

VOLUME I - TEXTO DO PROJETO DE LEI, QUADROS ORÇAMENTÁRIOS E LEGISLAÇÃO DA RECEITA E DA DESPESA

I - TEXTO DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA

II - QUADROS ORÇAMENTÁRIOS CONSOLIDADOS

1 - QUADROS CONSOLIDADOS DA RECEITA E DA DESPESA

2 - QUADROS CONSOLIDADOS DA RECEITA

3 - QUADROS CONSOLIDADOS DA DESPESA

4 - APLICAÇÃO MÍNIMA EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

5 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

6 - RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL

7 - SERVIÇO DA DÍVIDA CONTRATUAL E MOBILIÁRIA

8 - FONTES DE FINANCIAMENTO DAS DESPESAS DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

9 - AÇÕES DA SEGURIDADE SOCIAL

10 - DESPESAS COM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

11 - PROGRAMAÇÕES CONDICIONADAS À APROVAÇÃO LEGISLATIVA PREVISTA NO INCISO III ART. 167 CONSTITUIÇÃO

III - RECEITA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

IV - LEGISLAÇÃO DA RECEITA E DA DESPESA

VOLUME II - CONSOLIDAÇÃO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO

VOLUME III - DETALHAMENTO DAS AÇÕES - PODER LEGISLATIVO - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO - DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

ÓRGÃOS DO PODER LEGISLATIVO

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

ÓRGÃOS DO PODER JUDICIÁRIO

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

VOLUME IV - TOMO I - DETALHAMENTO DAS AÇÕES - ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO - (EXCLUSIVE MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO)

ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO (EXCLUSIVE MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO)

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA E MINISTÉRIOS

VOLUME IV - TOMO II - DETALHAMENTO DAS AÇÕES - ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO - (EXCLUSIVE MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO)

ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO (EXCLUSIVE MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO)

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA E MINISTÉRIOS

VOLUME V - DETALHAMENTO DAS AÇÕES - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

VOLUME VI - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

I - QUADROS ORÇAMENTÁRIOS CONSOLIDADOS

II - DETALHAMENTO DA PROGRAMAÇÃO

III - DETALHAMENTO DAS AÇÕES

VOLUME I

TEXTO DO PROJETO DE LEI - QUADROS ORÇAMENTÁRIOS E - LEGISLAÇÃO DA RECEITA E DA DESPESA

I - TEXTO DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA.....	1
II - QUADROS ORÇAMENTÁRIOS CONSOLIDADOS.....	1
1 - QUADROS CONSOLIDADOS DA RECEITA E DA DESPESA.....	3
<i>Quadro 1A - Receita e Despesa do Orçamento Fiscal por Categoria Econômica</i>	7
<i>Quadro 1B - Receita e Despesa do Orçamento da Seguridade Social por Categoria Econômica</i>	9
<i>Quadro 1C - Receita e Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Categoria Econômica</i>	11
2 - QUADROS CONSOLIDADOS DA RECEITA.....	13
<i>Quadro 2 - Resumo Geral da Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social</i>	17
<i>Quadro 3 - Recursos Próprios e Vinculados de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária</i>	21
3 - QUADROS CONSOLIDADOS DA DESPESA.....	71
<i>Quadro 4 - Resumo das Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Categorias Econômicas e Grupo de Natureza de Despesa</i>	75
<i>Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa</i>	79
<i>Quadro 6A - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Função e Subfunção</i>	155
<i>Quadro 6B - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Função e Subfunção</i>	157
<i>Quadro 6C - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Função e Subfunção</i>	162
<i>Quadro 7A - Fontes de Recursos do Orçamento Fiscal por Grupo de Natureza de Despesa</i>	167
<i>Quadro 7B - Fontes de Recursos do Orçamento da Seguridade Social por Grupo de Natureza de Despesa</i>	169
<i>Quadro 7C - Fontes de Recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social por Grupo de Natureza de Despesa</i>	171
<i>Legenda de Fontes</i>	173
4 - APLICAÇÃO MÍNIMA EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE.....	177
<i>Quadro 8A - Aplicação Mínima em Ações e Serviços Públicos de Saúde</i>	181
<i>Quadro 8B - Despesas que podem ser consideradas para aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde por Órgão e Unidade Orçamentária</i>	183
5 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO (CF Art. 212).....	187
<i>Quadro 9A - Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art.212)</i>	191
<i>Quadro 9B - Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art.212) por Programa, Fonte e Órgão</i>	193
<i>Quadro 9C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino (CF Art.212)</i>	195
6 - RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL.....	223
<i>Quadro 10A - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal do Governo Central</i>	227
<i>Quadro 10B - Demonstrativo da Compatibilidade das Despesas Primárias Orçamentárias com NFGC e EC95</i>	229
7 - SERVIÇO DA DÍVIDA CONTRATUAL E MOBILIÁRIA.....	231
<i>Quadro 11 - Serviço da Dívida Contratual e Mobiliária por Órgão e Unidade Orçamentária</i>	235
8 - FONTES DE FINANCIAMENTO DAS DESPESAS DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL.....	237
<i>Quadro 12 - Fontes de Financiamento das Despesas do Orçamento da Seguridade Social</i>	241
9 - AÇÕES DA SEGURIDADE SOCIAL.....	245
<i>Quadro 13 - Ações da Seguridade Social, respectivos Programas e Órgão Orçamentário</i>	249
10 - DESPESAS COM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	260
<i>Quadro 14 - Ações e respectivos subtítulos, discriminada por órgão e unidade orçamentária, nos quais serão apropriadas despesas de tecnologia da informação, inclusive hardware, software e serviços</i>	265
11 - PROGRAMAÇÕES CONDICIONADAS À APROVAÇÃO LEGISLATIVA PREVISTA INCISO III ART. 167 CONSTITUIÇÃO....	289
<i>Quadro 15A - Consolidação das programações condicionadas por programa, função, subfunção, UO e GND</i>	293
<i>Quadro 15B - Detalhamento das Programações Condicionadas por UO</i>	299
III - RECEITA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL.....	301
<i>Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera.....</i>	303
IV - LEGISLAÇÃO DA RECEITA E DA DESPESA.....	331
<i>Legislação da Receita e da Despesa.....</i>	333
<i>Legislação da Receita</i>	335
<i>Legislação da Despesa</i>	355

I - TEXTO DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA

PROJETO DE LEI

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2022.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei estima a receita da União para o exercício financeiro de 2022 no montante de R\$ 4.716.183.905.392,00 (quatro trilhões, setecentos e dezesseis bilhões, cento e oitenta e três milhões, novecentos e cinco mil, trezentos e noventa e dois reais) e fixa a despesa em igual valor, compreendidos, nos termos do disposto no § 5º do art. 165 da Constituição:

I - o Orçamento Fiscal referente aos Poderes da União, aos seus fundos e aos órgãos e às entidades da administração pública federal direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II - o Orçamento da Seguridade Social, abrangidos todos os órgãos e entidades a ela vinculados e da administração pública federal direta e indireta e os fundos e as fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público; e

III - o Orçamento de Investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

CAPÍTULO II

DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Seção I

Da estimativa da receita

I

Art. 2º A receita total estimada nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social é de R\$ 4.619.672.809.540,00 (quatro trilhões, seiscentos e dezenove bilhões, seiscentos e setenta e dois milhões, oitocentos e nove mil, quinhentos e quarenta reais), incluída aquela proveniente da emissão de títulos destinada ao refinanciamento da dívida pública federal, interna e externa, em observância ao disposto no § 2º do art. 5º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, na forma detalhada nos Anexos a que se referem os incisos I e IX do **caput** do art. 9º desta Lei e assim distribuída:

I - Orçamento Fiscal - R\$ 1.671.594.413.860,00 (um trilhão, seiscentos e setenta e um bilhões, quinhentos e noventa e quatro milhões, quatrocentos e treze mil, oitocentos e sessenta reais), excluía a receita de que trata o inciso III;

II - Orçamento da Seguridade Social - R\$ 1.063.212.909.546,00 (um trilhão, sessenta e três bilhões, duzentos e doze milhões, novecentos e nove mil, quinhentos e quarenta e seis reais); e

III - Refinanciamento da Dívida Pública Federal - R\$1.884.865.486.134,00 (um trilhão, oitocentos e oitenta e quatro bilhões, oitocentos e sessenta e cinco milhões, quatrocentos e oitenta e seis mil, cento e trinta e quatro reais), constantes do Orçamento Fiscal.

Parágrafo único. O valor a que se refere o inciso I do **caput** inclui, com fundamento no disposto no art. 22 da Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2022, R\$ 105.424.396.409,00 (cento e cinco bilhões, quatrocentos e vinte e quatro milhões, trezentos e noventa e seis mil, quatrocentos e nove reais) referentes a operações de crédito cuja realização depende da aprovação de projeto de lei de crédito suplementar por maioria absoluta do Congresso Nacional, nos termos do disposto no inciso III do **caput** do art. 167 da Constituição, ressalvado o disposto no § 3º do art. 3º e no inciso II do § 1º art. 8º desta Lei.

Seção II

Da fixação da despesa

Art. 3º A despesa total fixada nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social é de R\$ 4.619.672.809.540,00 (quatro trilhões, seiscentos e dezenove bilhões, seiscentos e setenta e dois milhões, oitocentos e nove mil, quinhentos e quarenta reais), incluída aquela relativa ao Refinanciamento da Dívida Pública Federal, interna e externa, em observância ao disposto no § 2º do art. 5º da Lei Complementar nº 101, de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, na forma detalhada entre os órgãos orçamentários no Anexo II a esta Lei e assim distribuída:

I - Orçamento Fiscal - R\$ 1.501.694.623.409,00 (um trilhão, quinhentos e um bilhões, seiscentos e noventa e quatro milhões, seiscentos e vinte e três mil, quatrocentos e nove reais), excluía a despesa de que trata o inciso III;

II - Orçamento da Seguridade Social - R\$ 1.233.112.699.997,00 (um trilhão, duzentos e trinta e três bilhões, cento e doze milhões, seiscentos e noventa e nove mil, novecentos e noventa e sete reais); e

III - Refinanciamento da Dívida Pública Federal - R\$ 1.884.865.486.134,00 (um trilhão, oitocentos e oitenta e quatro bilhões, oitocentos e sessenta e cinco milhões, quatrocentos e oitenta e seis mil, cento e trinta e quatro reais), constantes do Orçamento Fiscal.

§ 1º Do montante fixado no inciso II do **caput**, a parcela de R\$ 169.899.790.451,00 (cento e sessenta e nove bilhões, oitocentos e noventa e nove milhões, setecentos e noventa mil, quatrocentos e cinquenta e um reais) será custeada com recursos do Orçamento Fiscal.

§ 2º O valor a que se refere o inciso II do **caput** inclui R\$ 105.424.396.409,00 (cento e cinco bilhões, quatrocentos e vinte e quatro milhões, trezentos e noventa e seis mil, quatrocentos e nove reais) referentes a despesas específicas que, com fundamento no disposto no art. 22 da Lei nº 14.194, de 2021 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2022, devem ser financiadas por operações de crédito cuja realização depende da aprovação de projeto de lei de crédito suplementar por maioria absoluta do Congresso Nacional, nos termos do disposto no inciso III do caput do art. 167 da Constituição, ressalvado o disposto no § 3º deste artigo.

§ 3º As dotações de que trata o § 2º somente poderão ser executadas após a substituição da fonte de recursos condicionada de operações de crédito:

I - por outras fontes, observado o disposto no § 2º do art. 42 da Lei nº 14.194, de 2021 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2022;

II - pela fonte de operação de crédito definitiva, caso o cumprimento do disposto no art. 167, inciso III, da Constituição seja suspenso em decorrência de estado de calamidade pública de âmbito nacional, em conformidade com o art. 167-E da Constituição, observado o disposto na alínea “a” do inciso III do § 1º do art. 42 da Lei nº 14.194, de 2021 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2022; e

III - pela fonte de operação de crédito definitiva, por meio da aprovação do Congresso Nacional de crédito suplementar, por maioria absoluta, nos termos do disposto no inciso III do caput do art. 167 da Constituição.

Seção III

Da autorização para a abertura de créditos suplementares

Art. 4º Fica autorizada a abertura de créditos suplementares para o aumento de dotações dos subtítulos integrantes desta Lei, desde que compatíveis com a obtenção da meta de resultado primário estabelecida na Lei nº 14.194, de 2021 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2022 – e com os limites de despesas primárias de que tratam os art. 107, art. 110 e art. 111 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, observem o disposto no parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, não cancelem dotações decorrentes de programações incluídas ou acrescidas por emendas, ressalvadas as disposições dos §§ 7º a 9º, e atendam as seguintes condições:

I - suplementação de dotações classificadas com “RP 0” destinadas:

a) à contribuição da União, de suas autarquias e fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais, mediante a utilização de recursos provenientes de:

1. anulação de dotações consignadas a essas despesas;

2. anulação de dotações classificadas com “RP 1” e “RP 2”, até o limite de vinte por cento;

3. reserva de contingência, inclusive à conta de receitas próprias e vinculadas, observado o disposto no § 2º do art. 13 da Lei nº 14.194, de 2021 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2022;

4. **superavit** financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2021, nos termos do disposto no inciso I do § 1º e no § 2º do art. 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964; e

5. excesso de arrecadação, nos termos do disposto no inciso II do § 1º e no § 3º do art. 43 da Lei nº 4.320, de 1964;

b) ao serviço da dívida, mediante a utilização de recursos provenientes de:

1. **superavit** financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2021;

2. anulação de dotações consignadas ao GND 2 ou GND 6;

3. reserva de contingência, inclusive à conta de receitas próprias e vinculadas, observado o disposto no § 2º do art. 13 da Lei nº 14.194, de 2021 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2022;

4. excesso de arrecadação de participações e dividendos pagos por entidades integrantes da administração pública federal indireta;

5. excesso de arrecadação oriundo da transferência do resultado positivo do Banco Central do Brasil; e

6. operações de créditos realizadas por meio da emissão de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional;

c) às transferências aos fundos constitucionais de financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, nos termos do disposto na Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, com recursos provenientes de:

1. anulação de dotações que lhes tenham sido consignadas;

2. excesso de arrecadação ou **superavit** financeiro de recursos relativos a fontes que tenham vinculação constitucional ou legal; e

3. anulação de dotações classificadas com “RP 0”, “RP 1” e “RP 2”, até o limite de vinte por cento;

d) a cada subtítulo, exceto nas hipóteses em que possa ser suplementado com fundamento no disposto nas demais alíneas deste inciso, até o limite de vinte por cento do respectivo valor, mediante a utilização de recursos provenientes de:

1. anulação de dotações, limitada a vinte por cento do valor do subtítulo objeto da anulação;

2. reserva de contingência, inclusive à conta de receitas próprias e vinculadas, observado o disposto no § 2º do art. 13 da Lei nº 14.194, de 2021 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2022;

3. **superavit** financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2021, nos termos do disposto no inciso I do § 1º e no § 2º do art. 43 da Lei nº 4.320, de 1964; e

4. excesso de arrecadação, nos termos do disposto no inciso II do § 1º e no § 3º do art. 43 da Lei nº 4.320, de 1964;

IV

e) à reserva de contingência, mediante a utilização de recursos provenientes da anulação de dotações sujeitas aos limites estabelecidos no art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, quando for demonstrada no relatório da avaliação de receitas e despesas primárias, elaborado em cumprimento ao disposto no art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal – e à Lei nº 14.194, de 2021 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2022, a necessidade de redução do total de despesas sujeitas aos referidos limites; e

f) à ação “0605 - Ressarcimento ao Gestor do Fundo Nacional de Desestatização (Lei nº 9.491, de 1997)”, mediante a utilização de recursos provenientes de:

1. anulação de dotações, limitada a vinte por cento do valor do subtítulo objeto da anulação;

2. reserva de contingência, inclusive à conta de receitas próprias e vinculadas, observado o disposto no § 2º do art. 13 da Lei nº 14.194, de 2021 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2022;

3. **superavit** financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2021, nos termos do art. 43, § 1º, inciso I, e § 2º, da Lei nº 4.320, de 1964; e

4. excesso de arrecadação, nos termos do art. 43, § 1º, inciso II, e § 3º, da Lei nº 4.320, de 1964;

II - suplementação de dotações classificadas com “RP 1” destinadas:

a) a despesas constantes de item do Quadro 10A - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal do Governo Central, integrante desta Lei, exceto aquelas que possam ser suplementadas com fundamento no disposto nas demais alíneas deste inciso, mediante a utilização de recursos provenientes de:

1. anulação de dotações classificadas com “RP 1”;

2. anulação de dotações classificadas com “RP 2”;

3. reserva de contingência, inclusive à conta de receitas próprias e vinculadas, observado o disposto no § 2º do art. 13 da Lei nº 14.194, de 2021 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2022;

4. **superavit** financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2021, nos termos do disposto no inciso I do § 1º e no § 2º do art. 43 da Lei nº 4.320, de 1964; e

5. excesso de arrecadação, nos termos do disposto no inciso II do § 1º e no § 3º do art. 43 da Lei nº 4.320, de 1964;

b) às transferências constitucionais ou legais aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, às despesas do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT e ao complemento da atualização monetária do saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, com recursos provenientes de:

1. anulação de dotações que lhes tenham sido consignadas; e

2. excesso de arrecadação ou **superavit** financeiro de receitas que tenham vinculação constitucional ou legal; e

c) a despesas decorrentes de variação cambial, mediante a utilização de recursos provenientes de:

1. anulação de dotações, limitada a trinta por cento do valor do subtítulo objeto da anulação; e

2. reserva de contingência, inclusive à conta de receitas próprias e vinculadas, observado o disposto no § 2º do art. 13 da Lei nº 14.194, de 2021 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2022;

III - suplementação de dotações classificadas com “RP 2” destinadas:

a) às contribuições, anuidades e integralizações de cotas constantes dos programas “0910 - Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais” e “0913 - Operações Especiais - Participação do Brasil em Organismos Financeiros Internacionais”, mediante a utilização de recursos provenientes de:

1. anulação de dotações consignadas a subtítulos das referidas ações;

2. anulação de dotações consignadas a grupos de natureza de despesa “3 - Outras Despesas Correntes”, “4 - Investimentos” e “5 - Inversões Financeiras” de outros subtítulos;

3. reserva de contingência, inclusive à conta de receitas próprias e vinculadas, observado o disposto no § 2º do art. 13 da Lei nº 14.194, de 2021 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2022; e

4. **superavit** financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2021, nos termos do disposto no inciso I do § 1º e no § 2º do art. 43 da Lei nº 4.320, de 1964;

b) às despesas abrangidas pela subfunção defesa civil, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Regional, mediante a utilização de recursos provenientes de:

1. anulação de dotações consignadas a ações compreendidas nessa subfunção; e

2. anulação de dotações, limitada a trinta por cento do valor do subtítulo objeto da anulação;

c) às Unidades Orçamentárias integrantes do Ministério da Educação, nos grupos de natureza de despesa “3 - Outras Despesas Correntes”, “4 - Investimentos” e “5 - Inversões Financeiras”, em até cinquenta por cento do valor total das dotações consignadas a esses grupos, no âmbito de cada unidade orçamentária, mediante a utilização de recursos provenientes da anulação dessas despesas, até cinquenta por cento do valor total das dotações consignadas nesta Lei aos referidos grupos de natureza de despesa, devendo o remanejamento ocorrer no âmbito da mesma unidade orçamentária;

d) ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, às Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação, assim definidas no inciso V do **caput** do art. 2º da Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, e às instituições de pesquisa integrantes da administração direta do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, nos grupos de natureza de despesa “3 - Outras Despesas Correntes”, “4 - Investimentos” e “5 - Inversões Financeiras”, em até trinta por cento do valor total das dotações consignadas a esses grupos, no âmbito de cada unidade orçamentária, mediante a utilização de recursos provenientes da anulação dessas despesas, até trinta por cento do valor total das dotações consignadas nesta Lei aos referidos grupos de natureza de despesa, devendo o remanejamento ocorrer no âmbito da mesma unidade orçamentária;

e) a despesas decorrentes de variação cambial, mediante a utilização de recursos provenientes de:

1. anulação de dotações, limitada a trinta por cento do valor do subtítulo objeto da anulação; e

2. reserva de contingência, inclusive à conta de receitas próprias e vinculadas, observado o disposto no § 2º do art. 13 da Lei nº 14.194, de 2021 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2022;

f) a despesas com operações de Garantia da Lei e da Ordem, acolhimento humanitário e interiorização de migrantes em situação de vulnerabilidade e fortalecimento do controle de fronteiras, no âmbito do Ministério da Defesa, mediante a utilização de recursos provenientes de:

1. anulação de dotações classificadas com “RP 2”;

2. reserva de contingência, inclusive à conta de receitas próprias e vinculadas, observado o disposto no § 2º do art. 13 da Lei nº 14.194, de 2021 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2022; e

3. **superavit** financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2021, nos termos do disposto no inciso I do § 1º e no § 2º do art. 43 da Lei nº 4.320, de 1964;

g) às ações e aos serviços públicos de saúde, identificadas com “IU 6”, mediante a utilização de recursos provenientes de anulação dessas despesas;

h) à ação “218Y - Despesas Judiciais da União, de suas Autarquias e Fundações Públicas”, no âmbito da Advocacia-Geral da União, mediante a utilização de recursos provenientes de anulação de dotações orçamentárias, limitada a vinte por cento do valor do subtítulo objeto da anulação; e

i) a cada subtítulo, exceto nas hipóteses em que possa ser suplementado com fundamento no disposto nas demais alíneas deste inciso, até o limite de vinte por cento do respectivo valor, mediante a utilização de recursos provenientes de:

1. anulação de dotações, limitada a vinte por cento do valor do subtítulo objeto da anulação;

2. reserva de contingência, inclusive à conta de receitas próprias e vinculadas, observado o disposto no § 2º do art. 13 da Lei nº 14.194, de 2021 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2022; e

3. **superavit** financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2021, nos termos do disposto no inciso I do § 1º e no § 2º do art. 43 da Lei nº 4.320, de 1964;

IV - suplementação de dotações classificadas com identificador de resultado primário “RP 2” destinadas aos grupos de natureza de despesa “4 - Investimentos” e “5 - Inversões Financeiras”, mediante a anulação de até quinze por cento do montante consignado a essas despesas; e

V - suplementação para a recomposição das dotações dos subtítulos integrantes desta Lei até o limite dos valores que constam do respectivo Projeto de Lei, consideradas as modificações propostas nos termos do disposto no § 5º do art. 166 da Constituição, mediante a anulação de dotações.

§ 1º A abertura de crédito suplementar referente à despesa primária será compatível com:

VII

I - a meta de resultado primário estabelecida no art. 2º da Lei nº 14.194, de 2021 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2022, quando:

a) não aumentar o montante das dotações de despesas primárias consideradas na apuração da referida meta; ou

b) no caso de aumento do referido montante, o acréscimo:

1. estiver fundamentado no relatório de avaliação de receitas e despesas primárias, elaborado em cumprimento ao disposto no art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal e à Lei nº 14.194, de 2021 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2022; ou

2. estiver relacionado à hipótese prevista no item 2 da alínea “b” do inciso II do **caput**, no que se refere à transferência aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios de receitas que tenham vinculação constitucional ou legal; e

II - os limites individualizados aplicáveis às despesas primárias, de que tratam os incisos I a V do **caput** do art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, quando:

a) não aumentar o montante das dotações de despesas primárias sujeitas aos referidos limites; ou

b) no caso de aumento do referido montante, as dotações orçamentárias resultantes da alteração observarem os limites máximos admitidos pelo art. 107, **caput**, incisos I a V, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, conforme demonstrado no relatório de avaliação de receitas e despesas primárias, elaborado em cumprimento ao disposto no art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal e à Lei nº 14.194, de 2021 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2022.

§ 2º O ato de abertura de crédito suplementar conterá, sempre que necessário, anexo específico com cancelamentos compensatórios de dotações destinadas a despesas primárias, como forma de garantir a compatibilidade com a meta de resultado primário e com os limites individualizados, conforme previsão do § 1º deste artigo.

§ 3º Os limites de que tratam as alíneas “d” do inciso I e “i” do inciso III do **caput** poderão ser ampliados em até dez pontos percentuais quando o remanejamento ocorrer entre categorias de programação do mesmo programa no âmbito de cada órgão orçamentário.

§ 4º Para fins do disposto no § 3º, a unidade orçamentária “74902 - Recursos sob Supervisão do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior/FIES - Ministério da Educação” poderá ser considerada como parte do órgão orçamentário “26000 - Ministério da Educação”.

§ 5º A autorização constante deste artigo fica condicionada à publicação, até o dia 23 de dezembro de 2022, dos atos de abertura dos créditos suplementares, exceto nos casos previstos nas alíneas “a”, “b” e “e” do inciso I, no inciso II, e nas alíneas “b” e “f” do inciso III do **caput**, para os quais a publicação poderá ocorrer até 31 de dezembro de 2022.

§ 6º Na abertura dos créditos de que trata este artigo, poderá ser incluído grupo de natureza de despesa, desde que compatível com a finalidade da ação orçamentária correspondente.

§ 7º Somente poderão ser canceladas dotações decorrentes de programações incluídas ou acrescidas por emendas, quando cumulativamente:

VIII

I - houver impedimento técnico ou legal que impeça a execução da despesa, em consonância com o disposto no § 2º do art. 65 da Lei nº 14.194, de 2021 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2022, atestado pelo órgão setorial do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal;

II - houver solicitação ou concordância do autor da emenda;

III - os recursos forem destinados à suplementação de dotações correspondentes a:

a) outras emendas do autor; ou

b) programações constantes desta Lei, caso em que os recursos de cada emenda do autor integralmente anulada deverão suplementar único subtítulo; e

IV - não houver redução do montante das dotações orçamentárias destinadas nesta Lei e em seus créditos adicionais, por autor, a ações e serviços públicos de saúde.

§ 8º Para fins de remanejamento entre grupos de natureza de despesa no âmbito da mesma emenda, será suficiente o atendimento ao disposto no inciso II do § 7º.

§ 9º Após os remanejamentos efetuados de acordo com o disposto no § 7º, a execução orçamentária deverá manter a identificação das emendas e dos respectivos autores, inclusive no caso da suplementação prevista na alínea “b” do inciso III do § 7º.

§ 10. A necessidade de suplementação e a possibilidade de anulação de dotações classificadas com “RP 1” deverão ser previamente demonstradas no relatório de avaliação de receitas e despesas primárias, elaborado em cumprimento ao disposto no art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal e à Lei nº 14.194, de 2021 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2022, considerados os ajustes promovidos na forma da alínea “c” do inciso III do § 1º do art. 42 da Lei nº 14.194, de 2021 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2022, na forma prevista no Quadro 10A integrante desta Lei, ressalvadas as seguintes hipóteses, desde que observada a compatibilidade prevista nos § 1º e § 2º:

I - quando não houver alteração de valor em relação aos detalhamentos constantes do Quadro 10A;

II - quando necessário para o atendimento de despesas alocadas no programa “0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais”; ou

III - após a divulgação do relatório de avaliação de receitas e despesas primárias referente ao quinto bimestre de 2022.

§ 11. Os limites de suplementação e de anulação de dotações constantes deste artigo, quando implicarem acréscimo ou redução do valor do subtítulo:

I - devem ter como referência os valores e as classificações inicialmente fixados nesta Lei e considerarão, inclusive para fins de anulação de dotações, os valores:

a) de que trata o art. 22 da Lei nº 14.194, de 2021 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2022; e

b) transpostos, remanejados ou transferidos com base na autorização do art. 53 da Lei nº 14.194, de 2021 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2022; e

II - podem ser utilizados cumulativamente.

CAPÍTULO III

DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

Seção I

Das fontes de financiamento

Art. 5º As fontes de recursos para financiamento das despesas do Orçamento de Investimento somam o valor de R\$ 96.511.095.852,00 (noventa e seis bilhões, quinhentos e onze milhões, noventa e cinco mil, oitocentos e cinquenta e dois reais), conforme especificadas no Anexo III.

Seção II

Da fixação da despesa

Art. 6º A despesa do Orçamento de Investimento é fixada em R\$ 96.511.095.852,00 (noventa e seis bilhões, quinhentos e onze milhões, noventa e cinco mil, oitocentos e cinquenta e dois reais), cuja distribuição por órgão orçamentário consta do Anexo IV.

Seção III

Da autorização para a abertura de créditos suplementares

Art. 7º Fica o Poder Executivo federal autorizado a abrir créditos suplementares, desde que compatíveis com a meta de resultado primário estabelecida na Lei nº 14.194, de 2021 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2022, destinados a:

I - suplementação de subtítulo, até o limite de trinta por cento do respectivo valor constante desta Lei, mediante a utilização de recursos provenientes de geração própria, anulação de dotações da mesma empresa ou aporte da empresa controladora;

II - suplementação de despesas relativas a ações em execução no exercício de 2022, mediante a utilização, em favor da empresa correspondente e da programação respectiva, de saldo de recursos do Tesouro Nacional repassados em exercícios anteriores ou inscritos em restos a pagar no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social; e

III - suplementação ou ajuste de despesas que tenham correspondência com dotações consignadas em créditos suplementares ou especiais abertos no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

§ 1º O limite de que trata o inciso I do **caput** não se aplica quando a suplementação correr à conta de anulação de dotações de subtítulos integrantes da mesma ação no âmbito da mesma empresa.

§ 2º No caso de empresas não consideradas na meta de resultado primário nos termos do disposto no § 1º do art. 3º da Lei nº 14.194, de 2021 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2022,

a suplementação de que trata o inciso I do **caput** também poderá ser realizada mediante a utilização de fontes de financiamento relativas a recursos para aumento do patrimônio líquido, operações de crédito de longo prazo e outros recursos de longo prazo.

§ 3º A autorização de que trata este artigo fica condicionada à publicação, até 15 de dezembro de 2022, do ato de abertura do crédito suplementar.

CAPÍTULO IV

DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E EMISSÃO DE TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA

Art. 8º Com fundamento no disposto no § 8º do art. 165 e no inciso III do **caput** do art. 167 da Constituição e no inciso I do § 1º do art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, sem prejuízo do disposto no inciso V do **caput** do art. 52 da Constituição, ficam autorizadas a contratação e a realização das operações de crédito junto a organismos multilaterais a que se refere o art. 100 da Lei nº 14.194, de 2021 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2022 – e das previstas nesta Lei, exceto as classificadas com a fonte de recursos “944”, incluída a emissão de:

I - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional; e

II - até 2.281.753 (dois milhões duzentos e oitenta e um mil setecentos e cinquenta e três) Títulos da Dívida Agrária para atender ao programa de reforma agrária no exercício de 2022, nos termos do disposto no § 4º do art. 184 da Constituição, vedada a emissão com prazos decorridos ou inferiores a dois anos.

§ 1º O montante das operações de crédito por emissão de Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional classificado nesta Lei com a fonte de recursos “944”, deduzidas as alterações de que trata o inciso I do § 3º do art. 3º, será autorizado:

I - por meio da aprovação de projeto de lei de crédito suplementar por maioria absoluta do Congresso Nacional, de acordo com o disposto no inciso III do **caput** do art. 167 da Constituição; ou

II - em conformidade com o disposto no inciso II do § 3º do art. 3º, caso o cumprimento do disposto no art. 167, inciso III, da Constituição, seja suspenso em decorrência de estado de calamidade pública de âmbito nacional, em conformidade com o art. 167-E da Constituição.

§ 2º A exposição de motivos que acompanhar o projeto de lei a que se refere o inciso I do § 1º conterá o montante das alterações de que trata o inciso I do § 3º do art. 3º desta Lei, devendo o Poder Executivo atualizar essa informação sempre que ocorrer alteração do montante inicial, a fim de que o Congresso Nacional possa ajustar o projeto à real necessidade de suplementação e realização de operações de crédito.

§ 3º Observado o disposto no parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, os recursos oriundos das operações de crédito a que se refere este artigo poderão ser remanejados para aplicação em despesas constantes desta Lei e de créditos adicionais.

CAPÍTULO V
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º Integram esta Lei os seguintes Anexos, incluídos os mencionados nos arts. 2º, 3º, 5º e 6º:

I - receita estimada nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, por categoria econômica, discriminada segundo a origem dos recursos;

II - distribuição da despesa fixada nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, por órgão orçamentário;

III - discriminação das fontes de financiamento do Orçamento de Investimento;

IV - distribuição da despesa fixada no Orçamento de Investimento, por órgão orçamentário;

V - autorizações específicas de que trata o inciso II do § 1º do art. 169 da Constituição, relativas a despesas com pessoal e encargos sociais;

VI - relação dos subtítulos relativos a obras e serviços com indícios de irregularidades graves;

VII - metodologia e estimativa da distribuição da despesa fixada nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social pela Classificação por Função de Governo das Nações Unidas (**Classification of Functions of Government - COFOG**);

VIII - quadros orçamentários consolidados;

IX - discriminação das receitas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;

X - discriminação da legislação da receita e da despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;

XI - programa de trabalho das unidades orçamentárias e detalhamento dos créditos orçamentários dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social; e

XII - programa de trabalho das unidades orçamentárias e detalhamento dos créditos orçamentários do Orçamento de Investimento.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ANEXO I

RECEITA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL POR CATEGORIA ECONÔMICA E ORIGEM

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	2.071.225.586.271
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria (1)	720.451.419.807
Contribuições (1)	1.085.989.986.001
Receita Patrimonial (1)	152.900.516.518
Receita Agropecuária (1)	28.581.411
Receita Industrial (1)	4.039.932.097
Receita de Serviços (1)	70.223.380.057
Transferências Correntes (1)	172.576.439
Outras Receitas Correntes (1)(2)	37.419.193.941
2. RECEITAS DE CAPITAL	663.581.737.135
Operações de Crédito (2)	459.483.644.357
Alienação de Bens	2.405.625.337
Amortização de Empréstimos	95.001.165.309
Transferências de Capital	58.778.808
Outras Receitas de Capital (2)	106.632.523.324
SUBTOTAL (1+2)	2.734.807.323.406
3. REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL	1.884.865.486.134
TOTAL (1+2+3)	4.619.672.809.540

OBSERVAÇÕES:

(1) Inclui: (i) Multas e Juros de Mora do principal; (ii) Dívida Ativa; (iii) Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa.

(2) Exclui: Fonte de Recursos "143 - Refinanciamento da Dívida Pública Federal"

NOTA METODOLÓGICA (elaborada com base na codificação por Natureza de Receita - NR):

1. Receitas Correntes:

- Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria: Códigos de NR iniciados por "11" + Códigos iniciados por "71";
- Contribuições: Códigos de NR iniciados por "12" + Códigos iniciados por "72";
- Patrimonial: Códigos de NR iniciados por "13" + Códigos iniciados por "73";
- Agropecuária: Códigos de NR iniciados por "14" + Códigos iniciados por "74";
- Industrial: Códigos de NR iniciados por "15" + Códigos iniciados por "75";
- Serviços: Códigos de NR iniciados por "16" + Códigos iniciados por "76";
- Transferências Correntes: Códigos de NR iniciados por "17" + Códigos iniciados por "77"; e
- Outras Receitas Correntes: Códigos de NR iniciados por "19" + Códigos iniciados por "79", excluídos os que estejam associados à Fonte de Recursos "143 - Refinanciamento da Dívida Pública Federal".

2. Receitas de Capital:

- Operações de Crédito: Códigos de NR iniciados por "21" ou por "81", excluídos os que estejam associados à Fonte de Recursos "143 - Refinanciamento da Dívida Pública Federal";
- Alienação de Bens: Códigos de NR iniciados por "22" ou por "82";
- Amortização de Empréstimos: Códigos de NR iniciados por "23" ou por "83";
- Transferências de Capital: Códigos de NR iniciados por "24" ou por "84"; e
- Outras Receitas de Capital: Códigos de NR iniciados por "29" ou por "89".

3. Refinanciamento da Dívida Pública Federal: valor integral da Fonte de Recursos "143 - Refinanciamento da Dívida Pública Federal".

Anexo II -Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Órgão Orçamentário

R\$ 1,00
Valores Correntes

Discriminação	Valor (A)	(%)			
		A / B	A / C	A / D	A / E
CAMARA DOS DEPUTADOS	6.966.293.932	0,41	0,33	0,32	0,15
SENADO FEDERAL	5.111.982.528	0,30	0,24	0,24	0,11
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO	2.481.233.673	0,15	0,12	0,12	0,05
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	767.098.752	0,04	0,04	0,04	0,02
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	1.815.967.187	0,11	0,09	0,08	0,04
JUSTIÇA FEDERAL	13.940.721.922	0,82	0,67	0,65	0,30
JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO	644.786.166	0,04	0,03	0,03	0,01
JUSTIÇA ELEITORAL	10.250.710.750	0,60	0,49	0,48	0,22
JUSTIÇA DO TRABALHO	23.414.145.954	1,37	1,12	1,09	0,51
JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS	3.320.587.887	0,19	0,16	0,15	0,07
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	228.786.125	0,01	0,01	0,01	0,00
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	1.466.956.271	0,09	0,07	0,07	0,03
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO	14.120.477.695	0,83	0,68	0,66	0,31
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES	9.929.859.964	0,58	0,48	0,46	0,21
MINISTÉRIO DA ECONOMIA	41.378.514.172	2,42	1,98	1,92	0,90
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	134.698.542.267	7,89	6,45	6,26	2,92
DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO	669.562.054	0,04	0,03	0,03	0,01
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA	18.104.807.761	1,06	0,87	0,84	0,39
MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA	8.585.842.714	0,50	0,41	0,40	0,19
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	8.020.656.512	0,47	0,38	0,37	0,17
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES	4.740.040.282	0,28	0,23	0,22	0,10
MINISTÉRIO DA SAÚDE	147.458.466.708	8,64	7,06	6,85	3,19
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO	1.180.074.997	0,07	0,06	0,05	0,03
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA	16.821.708.994	0,99	0,81	0,78	0,36
MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA	870.598.710.390	50,98	41,70	40,47	18,85
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES	3.146.616.250	0,18	0,15	0,15	0,07
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE	3.128.200.232	0,18	0,15	0,15	0,07
MINISTÉRIO DA DEFESA	117.053.339.181	6,85	5,61	5,44	2,53
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	7.686.698.940	0,45	0,37	0,36	0,17
MINISTÉRIO DO TURISMO	2.442.990.509	0,14	0,12	0,11	0,05
MINISTÉRIO DA CIDADANIA	111.678.842.718	6,54	5,35	5,19	2,42
CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO	99.275.692	0,01	0,00	0,00	0,00
GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	15.945.391	0,00	0,00	0,00	0,00
ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO	4.117.575.641	0,24	0,20	0,19	0,09
ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIÃO	95.416.898.616	5,59	4,57	4,44	2,07
MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS	762.352.727	0,04	0,04	0,04	0,02
BANCO CENTRAL DO BRASIL	3.971.452.510	0,23	0,19	0,18	0,09
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	11.405.521.830	0,67	0,55	0,53	0,25
SUBTOTAL (B)	1.707.642.245.894	100,00	82,00	79,00	37,00
TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS	380.168.284.618	0,00	18,21	17,67	8,23
SUBTOTAL (C)	2.087.810.530.512	0,00	100,00	97,00	45,00
OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO	63.592.632.757	0,00	0,00	2,96	1,38
SUBTOTAL (D)	2.151.403.163.269	0,00	0,00	100,00	47,00
DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL	2.468.269.646.271	0,00	0,00	0,00	53,43
TOTAL (E)	4.619.672.809.540	0,00	0,00	0,00	100,00

ANEXO III

FONTES DE FINANCIAMENTO DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

R\$ 1,00	
ESPECIFICAÇÃO	VALOR
RECURSOS PRÓPRIOS	87.756.811.514
GERAÇÃO PRÓPRIA	87.756.811.514
RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.457.607.987
TESOURO	2.318.183.566
CONTROLADORA	1.112.031.245
OUTRAS FONTES	27.393.176
OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE LONGO PRAZO	4.734.269.081
INTERNAS	4.734.269.081
OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO	562.407.270
DEBÊNTURES	562.407.270
TOTAL	96.511.095.852

ANEXO IV

DESPESA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

		R\$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO		VALOR
22000	- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO	1.750.000
24000	- MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES	12.959.600
25000	- MINISTÉRIO DA ECONOMIA	6.690.042.736
32000	- MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA	85.808.411.518
36000	- MINISTÉRIO DA SAÚDE	356.886.060
39000	- MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA	792.585.567
41000	- MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES	744.511.186
52000	- MINISTÉRIO DA DEFESA	2.103.949.185
TOTAL		96.511.095.852

ANEXO V

AUTORIZAÇÕES ESPECÍFICAS DE QUE TRATA O ART. 169, § 1º, INCISO II, DA CONSTITUIÇÃO, E O ART. 109, INCISO IV, DA LEI Nº 14.194, DE 20 DE AGOSTO DE 2021 LDO-2022, RELATIVAS A DESPESAS DE PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS PARA 2022

DISCRIMINAÇÃO	CRIAÇÃO	PROVIMENTO						R\$ 1,00	
		QTDE	DESPESA				TOTAL		
			NO EXERCÍCIO (6)		ANUALIZADA				
			PRIMÁRIA	FINANCEIRA	PRIMÁRIA	FINANCEIRA			
I. CRIAÇÃO E/OU PROVIMENTOS DE CARGOS, FUNÇÕES e GRATIFICAÇÕES exceto reposição (1):									
1. 1. Poder Legislativo	-	149	27.525.630	2.795.194	30.320.824	47.391.877	4.877.606	52.269.483	
1.1. Câmara dos Deputados	-	70	11.243.866	819.637	12.063.503	22.487.732	1.639.274	24.127.006	
1.1.1. Cargos e funções vagos	-	70	11.243.866	819.637	12.063.503	22.487.732	1.639.274	24.127.006	
1.2. Senado Federal	-	40	9.422.771	552.000	9.974.771	12.864.288	736.000	13.600.288	
1.2.1. Cargos e funções vagos	-	40	9.422.771	552.000	9.974.771	12.864.288	736.000	13.600.288	
1.3. Tribunal de Contas da União	-	39	6.858.993	1.423.557	8.282.550	12.039.857	2.502.332	14.542.189	
1.3.1. Cargos e funções vagos	-	39	6.858.993	1.423.557	8.282.550	12.039.857	2.502.332	14.542.189	
2. Poder Judiciário	1.957	2.274	211.800.643	31.801.663	243.602.306	286.488.198	38.140.043	324.628.241	
2.1. Supremo Tribunal Federal	-	82	7.310.566	1.383.377	8.693.943	8.908.007	1.642.929	10.550.936	
2.1.1. Cargos e funções vagos	-	82	7.310.566	1.383.377	8.693.943	8.908.007	1.642.929	10.550.936	
2.2. Superior Tribunal de Justiça	-	142	9.200.656	1.939.807	11.140.463	16.165.185	3.325.384	19.490.569	
2.2.1. Cargos e funções vagos	-	142	9.200.656	1.939.807	11.140.463	16.165.185	3.325.384	19.490.569	
2.3. Justiça Federal	775	450	45.000.000	6.750.000	51.750.000	90.000.000	8.365.600	98.365.600	
2.3.1. Cargos e funções vagos	-	440	45.000.000	6.750.000	51.750.000	90.000.000	8.365.600	98.365.600	
2.3.2. PL nº 5.919, de 2014 (2)	150	10	-	-	-	-	-	-	
2.3.3. PL nº 2.783, de 2011 (3)	625	-	-	-	-	-	-	-	
2.4. Justiça Militar da União	740	52	2.488.597	495.904	2.984.501	3.825.513	743.856	4.569.369	
2.4.1. Cargos e funções vagos	740	52	2.488.597	495.904	2.984.501	3.825.513	743.856	4.569.369	
2.5. Justiça Eleitoral	370	827	58.790.058	7.646.119	66.436.177	58.790.058	7.646.119	66.436.177	
2.5.1. Cargos e funções vagos	-	818	57.684.049	7.646.119	65.330.168	57.684.049	7.646.119	65.330.168	
2.5.2. PL nº 5.052, de 2016 (4)	370	9	1.106.009	-	1.106.009	1.106.009	-	1.106.009	
2.6. Justiça do Trabalho	52	450	69.736.151	10.538.188	80.274.339	71.442.540	10.538.188	81.980.728	
2.6.1. Cargos e funções vagos	-	450	69.736.151	10.538.188	80.274.339	71.442.540	10.538.188	81.980.728	
2.6.2. PLC nº 112, de 2017 - TRT 22ª Região (3)	52	-	-	-	-	-	-	-	
2.7. Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	-	250	18.371.150	3.024.850	21.396.000	36.430.537	5.854.549	42.285.086	
2.7.1. Cargos e funções vagos	-	250	18.371.150	3.024.850	21.396.000	36.430.537	5.854.549	42.285.086	
2.8. Conselho Nacional de Justiça	20	21	903.465	23.418	926.883	926.358	23.418	949.776	
2.8.1. Cargos e funções vagos	-	1	104.652	23.418	128.070	107.267	23.418	130.685	
2.8.2. Antprojeto de Lei - Criação de Funções Comissionadas	20	20	798.813	-	798.813	819.091	-	819.091	

R\$ 1,00

3. Ministério Público da União e Conselho Nacional do Ministério Público								
3.1. Ministério Público Federal								
3.1.1. Cargos e funções vagos	-	229	21.761.820	1.779.132	17.755.745	37.899.760	2.932.634	40.832.394
3.2. Ministério Público do Militar								
3.2.1. Cargos e funções vagos	-	138	9.813.763	1.024.793	10.838.556	17.885.961	1.818.233	19.704.194
3.3. Ministério Público do Distrito Federal e Territórios								
3.3.1. Cargos e funções vagos	-	11	3.003.486	125.452	3.128.938	5.725.292	215.060	5.940.352
3.4. Ministério Público do Trabalho								
3.4.1. Cargos e funções vagos	-	14	3.628.585	159.666	3.788.251	6.917.422	273.713	7.191.134
3.5. Escola Superior do Ministério Público da União								
3.5.1. Cargos e funções vagos	-	62	4.930.609	469.221	-	6.898.832	625.629	7.524.461
4. Defensoria Pública da União								
4.1. Defensoria Pública da União	1.011	237	19.077.751	666.749	19.744.500	24.188.532	866.800	25.055.332
4.1.1. Cargos e funções vagos	-	37	11.855.591	666.749	12.522.340	16.783.040	866.800	17.649.840
4.1.2. PL nº 7.922, de 2014	811	-	-	-	-	-	-	-
4.1.3. PL nº 7.923, de 2014	200	200	7.222.160	-	7.222.160	7.405.492	-	7.405.492
5. Poder Executivo								
5.1. Criação e provimentos de cargos e funções, exclusive substituição de terceirizados - Cíveis	1.129	66.654	4.383.045.096	636.348.311	5.019.393.407	5.747.951.893	893.503.695	6.641.455.588
5.1.1. Cargos e funções vagos	1.129	53.442	3.169.266.805	629.518.004	3.798.784.809	4.463.661.204	881.794.598	5.345.455.802
5.1.2. Banco de Professor-Equivalente e Quadro de Referência dos Cargos de Técnico-Administrativos em Educação (5)	-	27.813	1.562.177.121	269.769.798	1.831.946.919	2.139.082.528	365.909.294	2.504.991.822
5.1.3. Anteprojeto de Lei - Cria os Cargos Comissionados de Militares - CCM e as Gratificações de Militares Fora da Força - GMFF	-	24.500	1.552.145.956	359.748.206	1.911.894.162	2.269.634.948	515.885.304	2.785.520.252
5.2. Fixação de efetivos - Militares								
5.2.1. Fixação de Efetivos - Aeronáutica, Exército e Marinha	1.129	1.129	54.943.728	-	54.943.728	54.943.728	-	54.943.728
5.3. Fundo Constitucional do Distrito Federal - FCDF								
5.3.1. Fixação de Efetivos - CBMDF	-	11.621	1.120.729.737	-	1.120.729.737	1.120.729.737	-	1.120.729.737
5.3.2. Fixação de Efetivos - PMDF	-	11.621	1.120.729.737	-	1.120.729.737	1.120.729.737	-	1.120.729.737
5.3.3. Fixação de Efetivos - PCDF	-	1.591	93.048.554	6.830.307	99.878.861	163.560.952	11.709.097	175.270.049
TOTAL DO ITEM I								
	4.097	69.543	4.663.210.940	673.391.049	5.330.816.782	6.143.920.260	940.320.778	7.084.241.038

II. ALTERAÇÃO DE ESTRUTURA DE CARREIRAS E AUMENTO DE REMUNERAÇÃO:

1. Defensoria Pública da União	61.392.871	14.280.677	75.673.548	70.408.036	16.744.645	87.152.681
1.1. PL nº 7.836, de 2014	-	-	5.455.455	5.455.455	-	5.455.455
1.2. Anteprojeto - Aumenta Subsídios de Membros da DPU	55.937.416	14.280.677	70.218.093	64.952.581	16.744.645	81.697.226
TOTAL DO ITEM II	61.392.871	14.280.677	75.673.548	70.408.036	16.744.645	87.152.681
TOTAL ANEXO V	4.774.603.811	687.671.726	5.406.490.330	6.214.328.296	957.065.423	7.171.393.719

(1) Para fins de reposição, considera-se exclusivamente o preenchimento de cargos efetivos e cargos/funções comissionadas ocupadas em março de 2021, cujas despesas compunham a base de projeção para definição dos limites de "Pessoal e Encargos Sociais" para 2022 e que venham a vagar *a posteriori*, não gerando, impacto orçamentário. Neste contexto, excluem-se as vagas originadas de aposentadorias e falecimentos que acarretem pagamento de pensões, por se tratarem de mera reclassificação orçamentária, ou seja, não geram economia em termos de impactos orçamentários.

(2) Refere-se a Projeto de Lei de criação do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, com sede em Belo Horizonte e jurisdição no estado de Minas Gerais. A criação e o provimento dos cargos não acarretarão impacto orçamentário, haja vista que serão provenientes de transformação de cargos existentes no âmbito da 1ª Região.

- (3) Refere-se a Projeto de Lei de ratificação da criação de cargos e funções comissionadas efetivada por ato administrativo, cujas despesas já vêm compondo a folha de pagamento do Órgão ao longo dos últimos anos, não implicando em acréscimos de despesas.
- (4) Trata da criação de 225 cargos efetivos e 145 funções e cargos comissionados no âmbito do TRE/SP, cuja inclusão na proposta orçamentária para 2022 foi pleiteada pelo Regional ao Tribunal Superior Eleitoral por meio do Ofício TRE/SP nº 909/2021, de 17.6.2021. Para 2022 foi proposta a implementação parcial da despesa com o provimento de 9 CJ-1.
- (5) Limite físico e financeiro destinado a provimentos de cargos efetivos que compõem o Banco de Professor-Equivalente e o Quadro de Referência dos Cargos de Técnico-Administrativos em Educação, nos termos dos Decretos nºs 7.232, de 19 de julho de 2010; 7.311 e 7.312, ambos de 22 de setembro de 2010; 7.485, de 18 de maio de 2011 e 8.260, de 29 de maio de 2014.
- (6) Detalhamento das programações orçamentárias em nível de Esfera/Órgão/Unidade/Funcional Programática/Ação/Subtítulo:

Esfera/Órgão/Unidade/Funcional Programática/Ação/Localizador de Gasto		VALOR
Reserva de Contingência Fiscal - Primária / Recursos para o Atendimento do art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição		4.724.603.811
10.01101.99.999.0999.0201.0001 - Câmara dos Deputados		11.243.866
10.02101.99.999.0999.0201.0001 - Senado Federal		9.422.771
10.03101.99.999.0999.0201.0001 - Tribunal de Contas da União		6.858.993
10.10101.99.999.0999.0201.0001 - Supremo Tribunal Federal		7.310.566
10.11101.99.999.0999.0201.0001 - Superior Tribunal de Justiça		9.200.656
10.12101.99.999.0999.0201.0001 - Justiça Federal de Primeiro Grau		45.000.000
10.13101.99.999.0999.0201.0001 - Justiça Militar da União		2.488.597
10.14101.99.999.0999.0201.0001 - Justiça Eleitoral		58.790.058
10.15126.99.999.0999.0201.0001 - Conselho Superior da Justiça do Trabalho		69.736.151
10.16101.99.999.0999.0201.0001 - Justiça do DF e Territórios		18.371.150
10.17101.99.999.0999.0201.0001 - Conselho Nacional de Justiça		903.465
10.34101.99.999.0999.0201.0001 - Ministério Público Federal		9.813.763
10.34102.99.999.0999.0201.0001 - Ministério Público Militar		3.003.486
10.34103.99.999.0999.0201.0053 - Ministério Público do DF e Territórios		3.628.585
10.34104.99.999.0999.0201.0001 - Ministério Público do Trabalho		4.930.609
10.34105.99.999.0999.0201.0001 - Escola Superior do MPU		385.377
10.29101.99.999.0999.0201.0001 - Defensoria Pública da União		80.470.622
10.26101.99.999.0999.0201.0001 - Ministério da Educação		1.552.145.956
10.52111.05.122.0032.2867.0001 - Comando da Aeronáutica		650.545.070
10.52121.05.122.0032.2867.0001 - Comando do Exército		172.335.060
10.52131.05.122.0032.2867.0001 - Comando da Marinha		297.849.608
10.71101.99.999.0999.0201.0001 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia		1.617.120.849
10.73901.28.845.0903.00NR.0053 - Fundo Constitucional do Distrito Federal		93.048.554
Reserva de Contingência - Financeira / CPSS Decorrente do Atendimento do art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição		687.671.726
10.01101.99.999.0999.0200.0001 - Câmara dos Deputados		819.637
10.02101.99.999.0999.0200.0001 - Senado Federal		552.000
10.03101.99.999.0999.0200.0001 - Tribunal de Contas da União		1.423.557
10.10101.99.999.0999.0200.0001 - Supremo Tribunal Federal		1.383.377
10.11101.99.999.0999.0200.0001 - Superior Tribunal de Justiça		1.939.807
10.12101.99.999.0999.0200.0001 - Justiça Federal de Primeiro Grau		6.750.000
10.13101.99.999.0999.0200.0001 - Justiça Militar da União		495.904

10.14101.99.999.0999.0Z00.0001 - Justiça Eleitoral	7.646.119
10.15126.99.999.0999.0Z00.0001 - Conselho Superior da Justiça do Trabalho	10.538.188
10.16101.99.999.0999.0Z00.0001 - Justiça do DF e Territórios	3.024.850
10.17101.99.999.0999.0Z00.0001 - Conselho Nacional de Justiça	23.418
10.34101.99.999.0999.0Z00.0001 - Ministério Público Federal	1.024.793
10.34102.99.999.0999.0Z00.0001 - Ministério Público Militar	125.452
10.34103.99.999.0999.0Z00.0053 - Ministério Público do DF e Territórios	159.666
10.34104.99.999.0999.0Z00.0001 - Ministério Público do Trabalho	469.221
10.29101.99.999.0999.0Z00.0001 - Defensoria Pública da União	14.947.426
10.26101.99.999.0999.0Z00.0001 - Ministério da Educação	359.748.206
10.71101.99.999.0999.0Z00.0001 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia	269.769.798
10.73901.28.846.0903.09HB.0053 - Fundo Constitucional do Distrito Federal	6.830.307
Total Geral	5.412.275.537
Despesas Primárias	4.724.603.811
Despesas Financeiras	687.671.726



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Relação das obras e serviços com indícios de irregularidades graves - art. 140, inciso I da Lei 14.116/2020 (LDO/2021).

Anexo VI - Ofício 0001/2021-TCU/Coimfra, de 30/7/2021

Dados atualizados até: 28/07/2021

39250 Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT

RJ

<u>Programa de trabalho</u>	<u>Obra / Serviço</u>	<u>%Exec</u>	<u>Data da vistoria</u>	<u>Custo global estimado</u>	<u>Data base</u>
26.846.2126.0007.0030 / 2015 - RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO - FINANCEIRO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DA BR-040 - RIO DE JANEIRO/RJ - JUIZ DE FORA/MG NA REGIÃO SUDESTE	Obras de construção da BR-040/RJ (IGP)	35,13	16/10/2015	297.139.743,40	01/04/1995
26.846.2126.0007.0030 / 2014 - RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO - FINANCEIRO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DA BR-040 - RIO DE JANEIRO/RJ - JUIZ DE FORA/MG NA REGIÃO SUDESTE					

Contrato PG-138/95-00 - Obras de implantação de novo trecho da BR-040-RJ para a subida da Serra de Petrópolis.

Valor: 291.244.036,80 Data base: 01/04/1995

- > Sobrepreço no orçamento da obra
- > Projeto básico e executivo desatualizados e deficientes
- > Sobrepreço no Fluxo de Caixa Marginal decorrente de superestimativa de alíquota de IRPJ e CSSL e da base de cálculo do IRPJ e CSSL

39250 Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT**RS**

<u>Programa de trabalho</u>	<u>Obra / Serviço</u>	<u>%Exec</u>	<u>Data da vistoria</u>	<u>Custo global estimado</u>	<u>Data base</u>
26.846.2126.00P5.0043 / 2016 - RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO - FINANCEIRO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DA BR-290/RS - OSÓRIO - PORTO ALEGRE - ENTRONCAMENTO BR-116/RS (ENTRADA P/ GUAÍBA) NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	Obras de ampliação de capacidade da BR-290/RS (IGP)	88,12	18/05/2017	192.765.219,04	01/11/2013
Contrato PG-016/97-00 - Termo Aditivo 13 ao Contrato PG-016/97-00, que inseriu conjunto de obras na BR-290/RS					
-> Superfaturamento no cálculo da remuneração das obras					
Projeto Básico - Projetos executivos referentes às seguintes obras entre o km 75 e o km 94,3: 1. construção da 4ª faixa; 2. Alça de acesso ao bairro São Geraldo; 3. Reconfiguração das alças de acesso com a ERS-118; 4. Viaduto João Moreira Maciel; 5. Melhoria no acesso Canoas e bairro Humaitá; e 6. Implantação da alça de acesso ao bairro Humaitá.					
			Valor: 241.686.367,00	Data base: 01/12/2015	
			Valor: 192.765.219,04	Data base: 01/11/2013	

39252 Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT

BA

Programa de trabalho	Obra / Serviço	%Exec	Data da vistoria	Custo global estimado	Data base
26.782.2087.13X7.0029 / 2018 - ADEQUAÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO NA BR-116/BA	Adequação de Trecho Rodoviário na BR-116/BA (IGP)	8,83	04/07/2018	331.438.389,58	01/09/2013
26.782.2087.13X7.0029 / 2017 - ADEQUAÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO NA BR-116/BA					
26.782.2087.13X7.0029 / 2016 - ADEQUAÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO NA BR-116/BA					
26.782.2075.13X7.0029 / 2015 - ADEQUAÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO NA BR-116/BA					
26.782.2075.13X7.0029 / 2014 - ADEQUAÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO NA BR-116/BA					

Contrato SR-05/00878/2014 - Contratação integrada de empresa para elaboração dos projetos básico e executivo de engenharia e execução das obras de duplicação, implantação de vias laterais, adequação de capacidade, restauração com melhoramentos e obras-de-arte especiais, na Rodovia BR 116/BA, Lote 05, conforme especificações técnicas e demais elementos técnicos constantes do termo de referência, no edital e na proposta da contratada

-> Projeto executivo de obras complementares e de concepção das passarelas em desconformidade com as premissas do instrumento convocatório

-> Projeto executivo de geometria em desconformidade com as premissas do instrumento convocatório

-> Projeto executivo de pavimentação em desconformidade com as premissas do instrumento convocatório

-> Projeto executivo deficiente pela não apresentação de todos os componentes necessários

Valor: 275.000.000,00

Data base: 01/09/2013



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Relação das obras e serviços com indícios de irregularidades graves - art. 140, inciso I da Lei 14.116/2020 (LDO/2021).

Anexo VI - Ofício 0001/2021-TCU/Coinfra, de 30/7/2021

Dados atualizados até: 28/07/2021

53101 MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

AL

Programa de trabalho	Obra / Serviço	%Exec	Data da vistoria	Custo global estimado	Data base
18.544.2221.10CT.0027 / 2021 - CONSTRUÇÃO DO CANAL ADUTOR DO SERTÃO ALAGOANO - NO ESTADO DE ALAGOAS	Canal adutor do sertão alagoano (IGP)	66,7	18/05/2021	4.093.744.259,20	01/04/2021

Contrato 58/2010 - Execução das obras e serviços de Construção do Canal Adutor do Sertão Alagoano, entre o km 123,4 Valor: 447.034.870,74 Data base: 30/06/2010 e o km 150,00, correspondendo ao Trecho 5

-> Sobrepreço decorrente de preços excessivos frente ao mercado.

ANEXO VII

Metodologia e Estimativa da Distribuição da Despesa Fixada nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social pela Classificação por Função de Governo das Nações Unidas (COFOG - *Classification of Functions of Government*)

A classificação do orçamento brasileiro segundo a COFOG (*Classification of Functions of Government*), desenvolvida pela Organização das Nações Unidas) vem sendo divulgada desde 2017 pela Secretaria de Orçamento Federal (SOF) e pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). A classificação toma como ponto de partida o orçamento da despesa executado anualmente e suas métricas associadas. Periodicamente, conforme necessário, são realizadas revisões para atualização das bases de dados, melhorias e tratamentos metodológicos¹.

Conforme delineado na publicação conjunta entre SOF e STN “Boletim Despesas por Função do Governo Central - Classificação COFOG”², de 2020, a classificação utiliza três parâmetros³ principais para a marcação do orçamento da despesa executado: Natureza da Despesa Detalhada (NDD), ação orçamentária e Unidade Orçamentária (UO). Enquanto as despesas alocadas nas ações e UOs já estão previstas na elaboração do Projeto de Lei

¹ Em 2020, toda a marcação da COFOG (ações, unidades orçamentárias e natureza da despesa detalhada) foi revisada pela SOF e STN alterando as séries para o período de 2010 a 2019. Entre as mudanças, destaca-se o aprimoramento no tratamento da despesa com Pesquisa e Desenvolvimento de acordo com a classificação COFOG.

² Dados disponíveis em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/planejamento-e-orcamento/orcamento/publicacoes-sobre-orcamento/classificacao-das-funcoes-de-governo-cofog>.

³ Há, ainda, regras específicas, a exemplo da marcação por Modalidade de Aplicação, por Plano Orçamentário e das Instituições de Ensino Profissional, conforme nota metodológica disponível em: https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/planejamento-e-orcamento/orcamento/publicacoes-sobre-orcamento/arquivos/2020/nota_metodologica_cofog.pdf/.

Orçamentária (PLOA), a despesa por NDD só pode ser observada no momento da execução⁴.

Na referida classificação, cada um dos parâmetros acima elencados é associado a uma subfunção COFOG, que representa os objetivos socioeconômicos perseguidos pela administração pública. Na análise dos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social de 2010 a 2020, a partir de consultas ao Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP e ao Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, foram classificadas 5.733 ações, 464 Unidades Orçamentárias e 260 Naturezas de Despesa Detalhadas (NDD). Para o exercício de 2022, também foram classificadas novas ações e unidades orçamentárias. Ressalta-se que algumas programações não são objeto de classificação no gasto central orçamentário de acordo com as regras do *Government Finance Statistics Manual 2014* (GFSM 2014)⁵.

Desse modo, a classificação do orçamento segundo a COFOG para o PLOA 2022 é uma estimativa a partir das métricas orçamentárias disponíveis no momento da elaboração do projeto de lei, quais sejam, os valores alocados nas ações e unidades orçamentárias, e da execução das NDDs observada em exercícios anteriores, visto que a natureza da despesa somente é detalhada na execução. Na Tabela 1 a seguir apresentam-se as classes de despesas estimadas sob a ótica da COFOG para o PLOA 2022, segundo a metodologia delineada nas próximas seções. As estimativas da classificação COFOG para o PLOA 2022 são detalhadas nas Tabelas 2 e 3 ao fim do documento.

⁴ Conforme o artigo 6º da Portaria Interministerial SOF/STN nº 163, de 4 de maio de 2001: “Na lei orçamentária, a discriminação da despesa, quanto à sua natureza, far-se-á, no mínimo, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação”.

⁵ Publicação INTERNATIONAL MONETARY FUND. **Government Finance Statistics Manual 2014**, Annex: Classification of the Functions of Government, p. 142. Disponível em: <https://www.imf.org/external/Pubs/FT/GFS/Manual/2014/gfsfinal.pdf>. Acesso em: 17/8/2021.

Tabela 1. Despesas do PLOA 2022 por classes, sob a ótica da COFOG.

R\$ bilhões	
Classes de Despesas	Despesas
Governo Central Orçamentário na COFOG	2.007,7
Excluído da COFOG ⁶	2.608,0
Banco Central (não contabilizado ⁷)	4,0
Total PLOA 2022	4.619,7

Fonte: SIOP e SIAFI. Elaboração: SOF/SETO/ME.

1. Visão geral: como a COFOG está marcada nos orçamentos já executados

Embora a regra geral seja classificar o gasto nas subfunções COFOG por meio da ação orçamentária, há algumas exceções. Nos casos em que a análise exclusiva dos atributos da ação não é suficiente para associá-la a uma subfunção COFOG, a exemplo de ações padronizadas da União, como a ação 2000 - Administração da Unidade, classifica-se o gasto por Unidade Orçamentária. Outro exemplo são as despesas de pessoal ativo cuja maior parte é executada no elemento de despesa “Vencimentos e Salários” dentro da ação 20TP - Ativos Cíveis da União. Neste caso, a subfunção COFOG é determinada pela função “primordial” da UO na qual a dotação foi inscrita. Ou seja, nessas situações a UO prevalece sobre a ação⁸.

Ainda, nos casos em que a classificação por ação ou mesmo por UO não permite associar a uma única subfunção COFOG, é necessário realizar a

⁶ As ações excluídas da COFOG são apresentadas na Tabela 5.

⁷ O Banco Central do Brasil, dadas suas características, compõe o subsetor de corporações públicas financeiras e, portanto, não é computado na COFOG.

⁸ No caso da marcação por UO, as ações não são individualmente classificadas.

marcação por Natureza da Despesa Detalhada. Esse tipo de marcação ocorre sobretudo com gastos relacionados à função 710 da classificação COFOG (Proteção Social)⁹.

Tome-se como exemplo a ação orçamentária 00SJ - Benefícios Previdenciários¹⁰. Por sua natureza genérica, seus gastos envolvem aposentadoria especial, por invalidez, por idade, pensão por morte e por acidente de trabalho, auxílio-doença e auxílio-reclusão, entre outros, abrangendo várias subfunções da COFOG. Como não é possível marcar essa despesa por meio da ação, elencou-se um subconjunto de NDDs capazes de contemplar despesas com a Doença e Invalidez (7101), a Terceira Idade (7102), os Sobreviventes (7103), as Famílias e Crianças (7104) e os Casos não especificados de Exclusão Social (7107). Nesses casos, quando a classificação exige a observação de determinadas NDDs, este parâmetro prevalece sobre a classificação por Ação e por UO.

O percentual da despesa marcado entre 2010 e 2020 por cada tipo de regra é apresentado no Gráfico 1¹¹. Ressalvado o exercício de 2020, a marcação por NDD concentra a maior parte das despesas executadas a cada ano e sua importância relativa às outras marcações foi ampliada, mantendo-se acima de 50% nos exercícios de 2016 a 2019¹². O ano de 2020 apresenta uma execução atípica, uma vez que foram temporariamente criadas ações voltadas para o enfrentamento da pandemia da COVID-19¹³, resultando volume de despesas marcadas por ação superior à marcação por NDD. Dessa forma, a regra por ação, que historicamente concentrava pouco mais de 30% da despesa

⁹ A marcação por NDD concentra-se nas subfunções 7021 - Defesa militar, 7043 - Combustível e Energia, 7073 - Serviços Hospitalares, 7101 - Doença e Invalidez, 7102 - Terceira Idade, 7103 - Sobreviventes, 7104 - Famílias e Crianças, 7105 - Desemprego, 7107 - Casos não especificados de Exclusão Social e 7109 - Casos não especificados de Proteção Social.

¹⁰ No PLOA 2022, as ações 0E81 - Benefícios Previdenciários Urbanos e 0E82 - Benefícios Previdenciários Rurais foram substituídas pela ação 00SJ - Benefícios Previdenciários. A identificação do benefício rural ou urbano dá-se por meio do plano orçamentário.

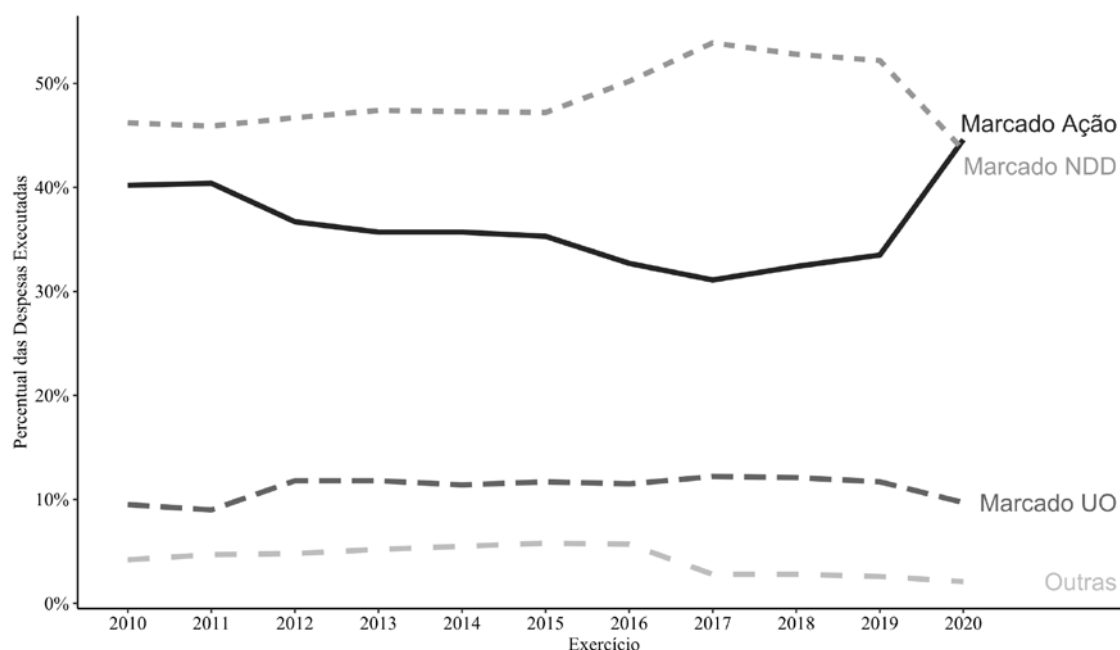
¹¹ Excetuam-se as despesas do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica - Fundeb cuja marcação é feita à parte.

¹² Isto é explicado, em grande medida, pelo fato de despesas vultosas, como benefícios previdenciários, demandarem classificação por NDD, haja vista a impossibilidade de classificação baseada em ação ou UO.

¹³ São ações da COVID em 2020: 00S4, 00S5, 00S7, 00S8, 00S9, 00SF, 00SG e 00SH.

executada, atingiu 45% em 2020. Por fim, menos de 15% da despesa deriva da marcação COFOG associada à Unidade Orçamentária e menos de 5% decorre, ainda, de outras marcações.

Gráfico 1. Despesa orçamentária na COFOG por tipo de marcação (2010 a 2020).



Fonte: SIAFI e SIOP. Elaboração: SOF/SETO/ME.

Em resumo, quando se considera o montante das despesas executadas no orçamento, há entre os parâmetros uma hierarquia:

Natureza da Despesa Detalhada > Ação Orçamentária > Unidade Orçamentária.

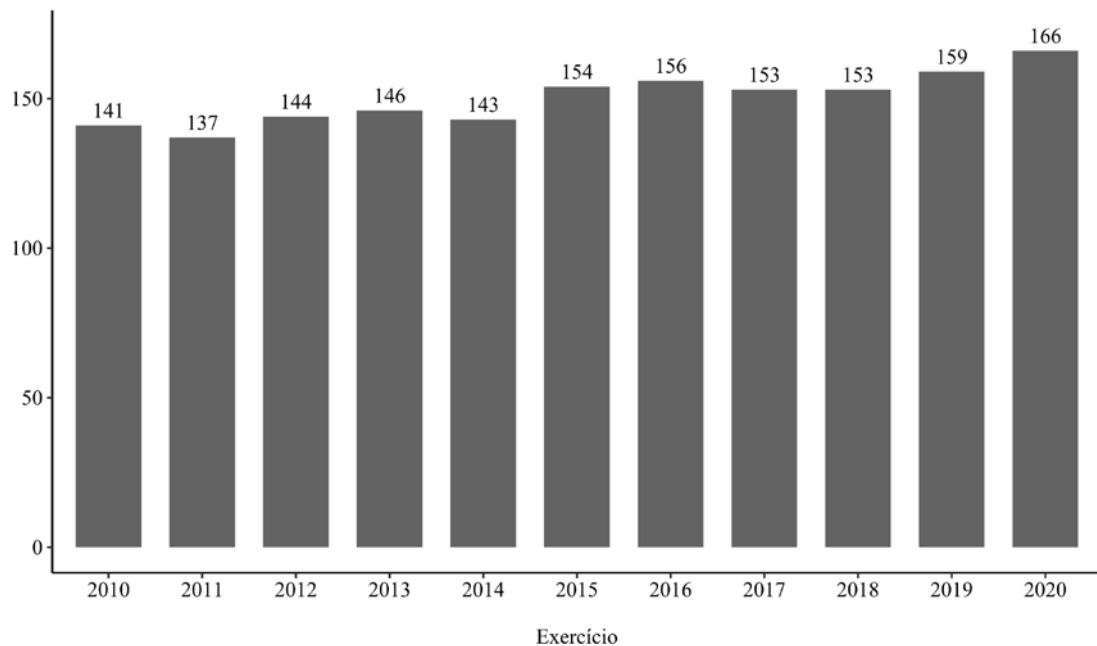
2. Marcação COFOG por Natureza da Despesa Detalhada - NDD

Apesar de concentrar o maior volume de gastos, o número de NDDs marcadas é pequeno¹⁴. Por exemplo, em 2020, 166 NDDs (9,7%), de um total

¹⁴ Para chegar a esse número, calcula-se o percentual de gastos por ação marcado por cada tipo de regra (NDD, ação e UO). São consideradas apenas as ações com execução no período

de 1.697 analisadas, foram especificamente marcadas para classificar casos não abarcados pela classificação mediante ações e UOs. Conforme exposto no Gráfico 2, o número de NDDs associadas a alguma subfunção COFOG varia ligeiramente ao longo dos exercícios, embora haja um núcleo duro dessas naturezas sempre marcadas a cada ano.

Gráfico 2. Total de NDDs marcadas a cada exercício (2010 a 2020).



Fonte: SIOP e SIAFI. Elaboração: SOF/SETO/ME.

A estimativa ora apresentada baseia-se na execução orçamentária das NDDs classificadas segundo a COFOG em anos anteriores. Assim, verifica-se que 26 das ações vigentes em 2020¹⁵ são estimadas para o PLOA 2022 a partir do percentual médio executado no período de 2017 a 2020 nas NDDs associadas a subfunções COFOG. Nesse conjunto, 21 são integralmente

de 2017 a 2020, já que muitas das ações anteriores a esse período não estão ativas no cadastro de ações. São excluídas da regra de marcação por NDD as ações com percentuais de execução por NDD menor que 1%, prevalecendo nesse caso a marcação por ação ou por UO. Não são consideradas as ações fora do PLOA de 2022.

¹⁵ Consideram-se as ações vigentes em 2020, último exercício classificado pela COFOG no momento a elaboração do PLOA 2022.

marcadas por essa regra (ao menos 95% dos recursos alocados na média do período considerado) no PLOA 2022¹⁶ (ver relação na Tabela 4).

Vale destacar que essas 21 ações integralmente marcadas pela Natureza da Despesa Detalhada representaram, no período de 2017 a 2020, pouco mais de 50% de todo gasto observado na COFOG a cada ano (desconsiderando-se os gastos com ações da COVID). Por exemplo, as ações de Benefícios Previdenciários¹⁷ representaram 30,7% de todo orçamento marcado na COFOG¹⁸ em 2020, mesmo com a presença dos gastos com o combate à COVID-19.

É importante ressaltar a relativa estabilidade da distribuição dos gastos entre as subfunções COFOG nas ações marcadas pela regra da NDD ao longo dos anos. Entre as ações integralmente marcadas por NDD, no período de 2017 a 2020¹⁹, utilizado para as estimativas do PLOA 2022, apresenta-se no Gráfico 3 o percentual médio das despesas referentes a apenas 12 ações associadas a, pelo menos, duas subfunções COFOG²⁰. Por exemplo, na ação 0E81 - Benefícios Previdenciários Urbanos marcam-se as subfunções 7101 - Doença e Invalidez (18,6%), 7102 - Terceira Idade (57,6%) e 7103 - Sobreviventes (23,2%). Assim, esses percentuais são distribuídos na PLOA 2022 na ação 00SJ. Da mesma forma, a estimativas da ação 009K - Complementação de Aposentadorias e Benefício Especial que se tornou Plano Orçamentário da ação 00S6 - Benefício Especial e Demais Complementações de Aposentadorias no PLOA 2022.

¹⁶ Considerando que no PLOA 2022 as ações 0E81- Benefícios Previdenciários Urbanos e 0E82- Benefícios Previdenciários Rurais foram fundidas na ação 00SJ - Benefícios Previdenciários. Além disso, a ação 009K - Complementação de Aposentadorias e Pensões da Extinta RFFSA foi extinta.

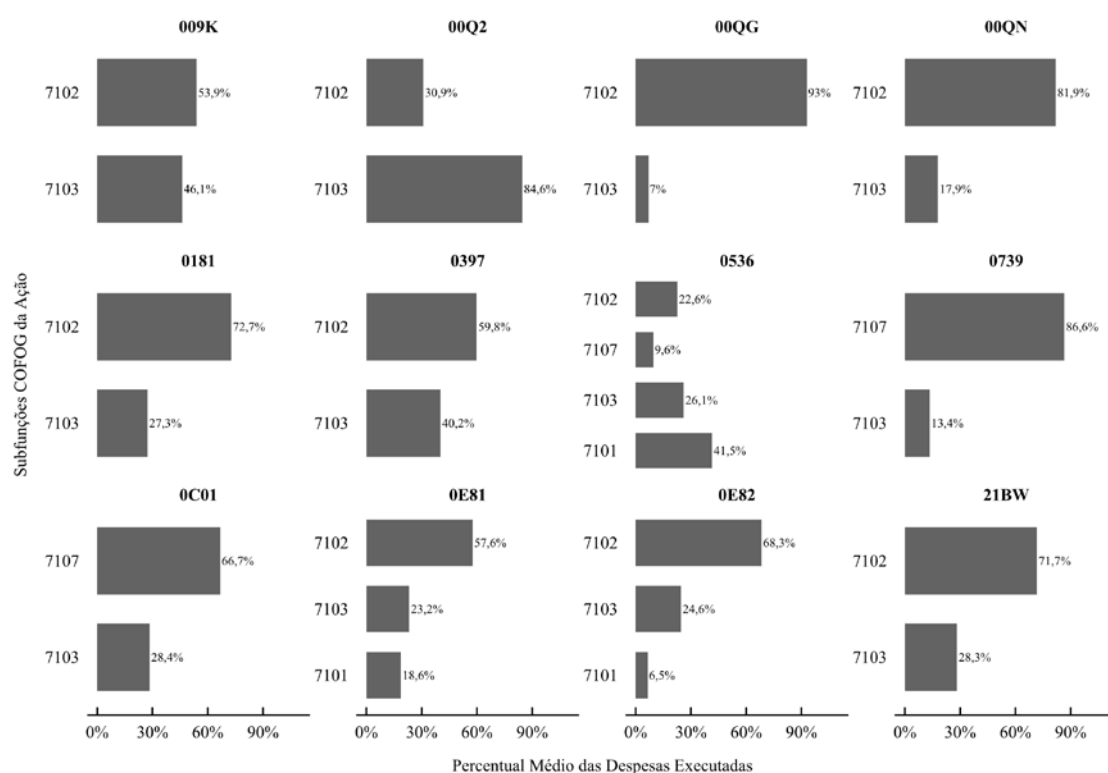
¹⁷ 0E81 - Benefícios Previdenciários Urbanos e 0E82 - Benefícios Previdenciários Rurais que em 2020 estão representadas na ação 00SJ - Benefícios Previdenciários.

¹⁸ Orçamento da COFOG marcado sem os ajustes. Nesse sentido, ver seção 8.

¹⁹ Ações com participação no Orçamento Anual COFOG entre 1% e 95%.

²⁰ As ações cujas despesas marcadas por NDD estão associadas a apenas uma subfunção COFOG não são apresentadas no gráfico.

Gráfico 3. Distribuição percentual médio das despesas executadas das ações marcadas integralmente por NDD com pelo menos duas subfunções COFOG, de 2017 a 2020.



Fonte: SIOP e SIAFI. Elaboração: SOF/SETO/ME.

Diante da estabilidade temporal dos percentuais de marcação por NDD das 21 ações elencadas na Tabela 4, a estimativa dos gastos apresentada para o PLOA 2022 é realizada de acordo com a média das despesas executadas e marcadas na COFOG no período de 2017 a 2020. Essa solução permite superar o desafio de classificar o PLOA com base em subfunções econômicas, segundo

critérios internacionais utilizando as subfunções de governo estabelecidas na COFOG.

3. Marcação por Unidade Orçamentária

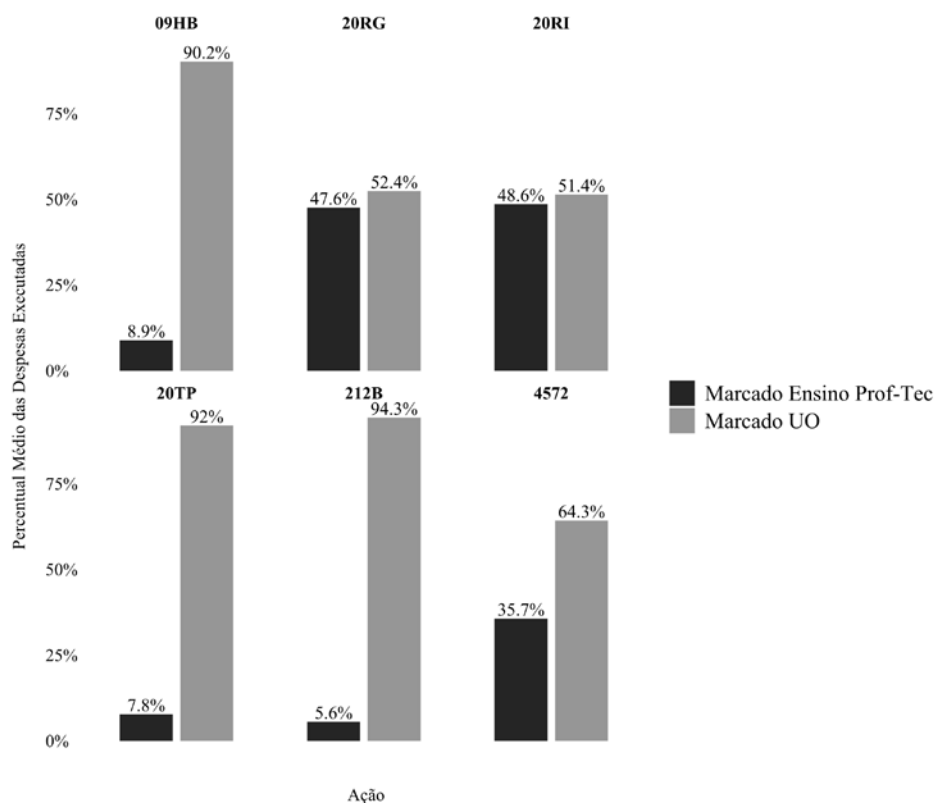
Da mesma forma que ocorre com as NDDs, o número de UOs marcadas é pequeno na programação: de um conjunto de 5.716 analisadas no período 2010 a 2020, há marcação por Unidade Orçamentária em apenas 86 ações. Se considerarmos as ações vigentes em 2020 cujas despesas são integralmente marcadas por UO dentro do Orçamento COFOG²¹, no período de 2017 a 2020, encontraremos 26 ações.

A partir do exercício de 2020, algumas ações que vinham sendo marcadas integralmente por UO passaram a ser parcialmente marcadas em subfunções associadas ao ensino profissional²². Com isso, para essas ações há duas marcações: nas UOs dos Institutos Federais, estima-se o percentual alocado por matrícula na subfunção COFOG; e nas outras UOs aplica-se a classificação COFOG associada à Unidade Orçamentária. O gráfico 4 mostra as ações vigentes em 2020 marcadas por essa regra.

Gráfico 4. Ações parcialmente marcadas, por tipo de marcação (2017 a 2020).

²¹ Ao menos 95% dos recursos alocados na média do período considerado.

²² O tratamento do gasto dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETs) que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica é detalhado na Nota Metodológica da classificação COFOG, disponível em: https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/planejamento-e-orcamento/orcamento/publicacoes-sobre-orcamento/arquivos/2020/nota_metodologica_cofog.pdf/.



Fonte: SIOP e SIAFI. Elaboração: SOF/SETO/ME.

Além das ações marcadas por Ensino Profissional, vale destacar duas ações que, embora majoritariamente marcadas por UO, têm elevado volume de recursos alocados e precisam ter a parte residual de seus valores estimados de acordo com NDD imputados. São elas as ações 0625 - Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado de Pequeno Valor e 0005 - Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios), que têm, respectivamente, 95,8% e 91,8% das suas despesas categorizadas por UO e o restante por NDD no período de 2017 a 2020. Ainda assim, a maior parte dos valores são distribuídos por meio da regra da UO.

Apesar dessas exceções, a marcação da COFOG segue a regra geral: nas ações padronizadas da União, prevalece a marcação por UO.

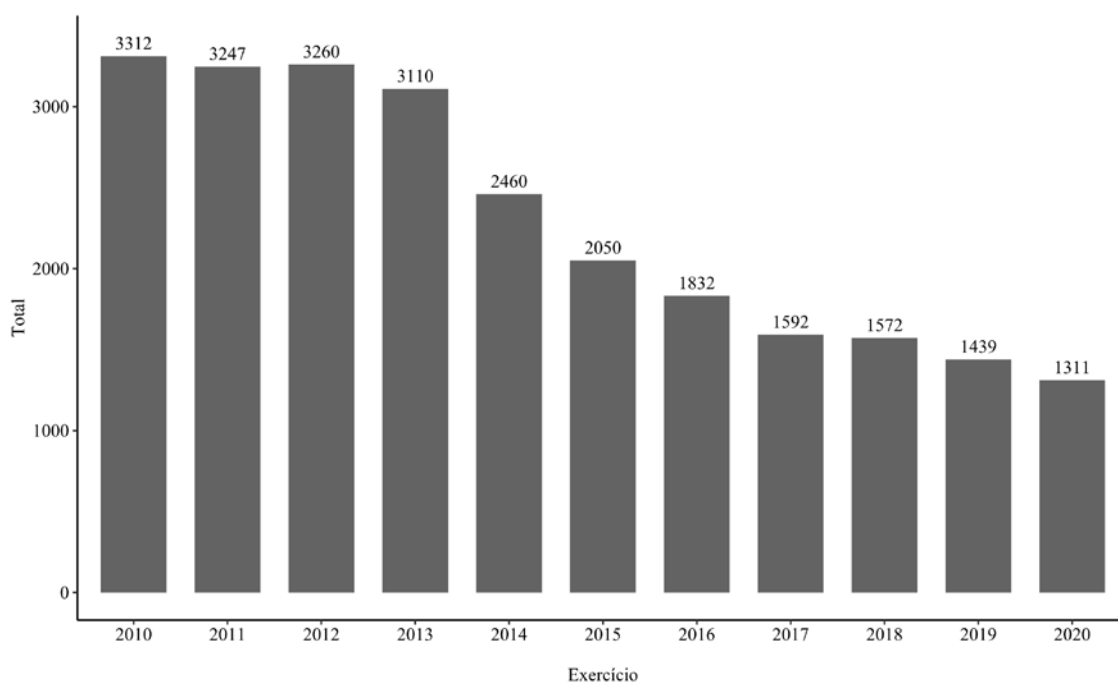
4. Marcação por Ação Orçamentária

Seguindo a regra geral, parcela expressiva das despesas do PLOA 2022 segue a marcação usual das ações. Nesses termos, as novas ações orçamentárias criadas para o exercício de 2022 foram classificadas de acordo com a metodologia da GFSM (*Government Finance Statistics Manual*) 2014.

O Gráfico 5 mostra o total de ações classificadas no orçamento COFOG utilizando-se os próprios atributos da ação, no período de 2010 a 2020. Nele verifica-se uma queda do número de ações ao longo dos anos em razão, principalmente, da agregação de ações em decorrência da criação do Plano Orçamentário (PO)²³ a partir de 2013.

Gráfico 5. Total de marcações por ação a cada exercício (2010 a 2020).

²³ O Plano Orçamentário (PO) “se constitui em uma identificação orçamentária parcial ou total de uma ação, de caráter gerencial (ou seja, não constante na LOA), vinculada à ação orçamentária, que tem por finalidade permitir que tanto a elaboração do orçamento quanto o acompanhamento físico e financeiro da execução ocorram num nível mais detalhado do que o do subtítulo (localizador de gasto) da ação”. Ver Manual Técnico do Orçamento - MTO 2021: <https://www1.siop.planejamento.gov.br/mto/lib/exe/fetch.php/mto2021:mto2021-versao17.pdf>.



Fonte: SIOP e SIAFI. Elaboração: SOF/SETO/ME.

Selecionando apenas as despesas que representem ao menos 1% do Orçamento COFOG, vigentes em 2020, marcadas por ação, no período de 2017 a 2020, encontraremos 1.303 ações. Entre elas, 1.299 são integralmente (pelo menos 95%) marcadas por ação.

5. Marcação por Modalidade de Aplicação

Uma regra de classificação subsidiária é utilizada na marcação de despesas da educação – função 709 da COFOG. Essa regra combina as Modalidades de Aplicação 30 e 40 às seguintes ações, de modo a especificar o nível de ensino:

- 0515 - Dinheiro Direto na Escola para a Educação Básica;
- 0E36²⁴ - Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB (para 2022, os percentuais

²⁴ Substituída no PLOA 2022 pela ação 00SB - Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB.

desta ação por modalidade de aplicação são utilizados para estimar os valores da nova ação do Fundeb, a 00SB); e

- 20RP - Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica.

Dada a atuação prioritária dos municípios no ensino infantil e dos estados no ensino médio (art. 211 da Constituição Federal de 1988), optou-se por classificar as transferências aos municípios (modalidade de aplicação 40) como “7091 - Educação infantil e ensino fundamental I” e as transferências aos estados (modalidade de aplicação 30) como “7092 - Ensino fundamental II e médio”.

6. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) e Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF)

A distribuição das despesas da ação 0C33 - Transferência ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB na COFOG tem sido estável nos exercícios de 2017 a 2020²⁵: 65% dos valores são classificados na subfunção 7091 - Educação infantil e ensino fundamental I, de responsabilidade dos entes municipais, e 35% estão alocados na subfunção 7092 - Ensino fundamental II e médio cuja competência é dos Estados. Dessa forma, a estimativa COFOG da ação 0C33 no PLOA 2022 seguirá os percentuais observados nos exercícios de 2017 a 2020.

No caso da UO 73901 - Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF, a marcação dos gastos na COFOG segue a lógica da ação orçamentária e da NDD, para os recursos destinados aos serviços públicos de educação e saúde do Distrito Federal, e do Plano Orçamentário (PO), nas transferências de recursos para manutenção das polícias civil e militar e do corpo de bombeiros

²⁵ Até 2016, os gastos observados na ação 0C33 (Transferência ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB) eram marcados por meio da regra por modalidade de aplicação acima especificada. Entretanto, a partir de 2017, essa ação deixou de especificar no orçamento a distribuição dos gastos para os municípios (modalidade de aplicação 40).

militar do Distrito Federal²⁶. Nesse último caso, como as despesas têm sido corretamente especificadas por PO, é possível observar a previsão de gastos no PLOA 2022.

7. Ajustes de apuração em conformidade com o GFSM 2014

Na classificação feita anualmente pela SOF e STN, são realizados ajustes no valor final da COFOG para compatibilizá-la com o valor da despesa apurado de acordo com o GFSM 2014. Entre os ajustes, destacam-se as contribuições sociais imputadas, os juros da dívida pública, o valor líquido de alienação de ativos não financeiros e as despesas com o Financiamento Estudantil (FIES). No entanto, como a classificação estimada tem por base o PLOA, que representa o Governo Central Orçamentário, esses ajustes não são computados.

8. O que não é marcado na COFOG

Outra preocupação metodológica para a marcação do PLOA 2022 segundo a COFOG refere-se a qual o percentual do orçamento não faz parte dessa classificação. Como regra, a COFOG classifica um conjunto de NDDs que estão de acordo com as regras das Estatísticas de Finanças Públicas (EFP)²⁷. Em média, 45% das despesas orçamentárias não são classificadas na COFOG ao longo dos anos. Nesses termos, para estimar a COFOG do PLOA é importante determinar quais ações usualmente não são marcadas.

Diante da impossibilidade de identificar o que está fora por meio da NDD, optou-se por verificar, no nível da ação, aquelas que estariam usualmente fora da COFOG. A cada ano, dos valores não classificados, 99% são concentrados

²⁶ As seis ações do FCDF marcadas por Plano Orçamentário são: 00NR, 00NS, 00NT, 00FM, 00RS e 00Q2.

²⁷ Estatísticas de finanças públicas (EFP) é um conjunto de conceitos e princípios desenvolvidos pelo FMI com o objetivo de proporcionar um arcabouço conceitual que facilite a análise da política fiscal e possibilite quantificar as ações do governo. As EFP são uma representação econômica da atividade financeira do governo.

em pouco mais de 20 ações que estão integralmente fora do orçamento da COFOG. Em 2020, duas ações concentraram 87,7% do valor excluído (0455 - Serviços da Dívida Pública Federal Interna e 0365 - Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna)²⁸.

Tendo em vista essa concentração de gastos em algumas ações, optou-se por não considerar na COFOG as ações que têm, ao longo de 2017 a 2020, mais de 95% dos seus gastos não classificados (ver Tabela 5²⁹).

Também não são analisadas no orçamento da COFOG³⁰ as despesas do Banco Central (UO 83201), que, dadas suas características, compõem o subsetor de corporações públicas financeiras.

²⁸ Os valores despendidos com juros são estimados pelo IBGE com base nas informações do Banco Central do Brasil, Demonstrativos Contábeis do FGTS e Fundo remanescente do PIS/PASEP. Por isso, os valores dessas ações não são considerados no cômputo da COFOG.

²⁹ Entre as ações orçamentárias excluídas da COFOG, apenas a parcela da ação 0Z01 – Reserva de Contingência Discricionária que está na Unidade Orçamentária Reserva de Contingência está excluída.

³⁰ O orçamento da COFOG desconsidera o valor dos ajustes.

9. PLOA 2022 marcado pela COFOG

Tabela 2. Estimativa da Classificação COFOG (*Classification of Functions of Government, das Nações Unidas*) do PLOA 2022, em R\$.

Despesa por função de governo - Governo Central Orçamentário		R\$ Milhões	
		PLOA 2022	
7	Despesa total	R\$	2.007.679,64
701	Serviços públicos gerais	R\$	394.026,00
7011	Poder executivo, legislativo, assuntos fiscais, financeiros e externos	R\$	82.288,41
7012	Ajuda econômica externa		
7013	Serviços gerais	R\$	7.139,13
7014	Pesquisa básica	R\$	2.997,46
7015	Pesquisa e desenvolvimento de serviços públicos gerais	R\$	32,18
7016	Serviços públicos gerais não especificados	R\$	11.365,12
7017	Transações da dívida pública ¹		
7018	Transferências de caráter geral entre diferentes níveis de governo	R\$	290.203,70
702	Defesa	R\$	50.677,60
7021	Defesa militar	R\$	48.633,29
7022	Defesa civil	R\$	588,50
7023	Ajuda externa militar	R\$	16,87
7024	Pesquisa e desenvolvimento da defesa	R\$	1.279,95
7025	Defesa não especificada	R\$	158,98
703	Ordem pública e segurança	R\$	61.574,97
7031	Serviços de polícia	R\$	13.878,53
7032	Serviços de proteção contra incêndios	R\$	1.251,45
7033	Tribunais de justiça	R\$	44.600,41
7034	Estabelecimentos prisionais	R\$	324,68
7035	Pesquisa e desenvolvimento com a ordem pública e segurança	R\$	32,76
7036	Ordem pública e segurança não especificada	R\$	1.487,14
704	Assuntos econômicos	R\$	54.469,27
7041	Assuntos econômicos, comerciais e trabalhistas em geral	R\$	8.661,01
7042	Agricultura, silvicultura, pesca e caça	R\$	19.664,02
7043	Combustíveis e energia	R\$	4.170,57
7044	Mineração, indústria e construção	R\$	774,10
7045	Transportes	R\$	9.581,20
7046	Comunicações	R\$	2.432,97
7047	Outros setores	R\$	819,54
7048	Pesquisa e desenvolvimento de assuntos econômicos	R\$	8.358,43
7049	Outros assuntos econômicos	R\$	7,44
705	Proteção ambiental	R\$	3.740,82
7051	Gestão de resíduos	R\$	25,86
7052	Gestão de águas residuais	R\$	1.646,02
7053	Redução da poluição	R\$	18,35
7054	Proteção da biodiversidade e da paisagem	R\$	1.637,53
7055	Pesquisa e desenvolvimento da proteção ambiental	R\$	238,18

Despesa por função de governo - Governo Central Orçamentário		R\$ Milhões	
		PLOA 2022	
7056	Proteção ambiental não especificada	R\$	174,89
706	Habitação e serviços comunitários	R\$	3.032,11
7061	Desenvolvimento habitacional	R\$	1.087,75
7062	Desenvolvimento comunitário	R\$	27,06
7063	Abastecimento de água	R\$	1.866,34
7064	Iluminação pública		
7065	Pesquisa e desenvolvimento com habitação e serv. comunitários	R\$	50,95
7066	Habitação e serviços comunitários não especificados		
707	Saúde	R\$	159.396,88
7071	Produtos, instrumentos e equipamentos médicos	R\$	26.460,52
7072	Serviços ambulatoriais	R\$	27.673,48
7073	Serviços hospitalares	R\$	78.903,82
7074	Serviços de saúde pública	R\$	6.122,53
7075	Pesquisa e desenvolvimento com a saúde	R\$	3.307,28
7076	Saúde não especificada	R\$	16.929,25
708	Lazer, cultura e religião	R\$	1.748,04
7081	Serviços recreativos e desportivos	R\$	309,50
7082	Serviços culturais	R\$	1.235,75
7083	Serviços de rádio e tele difusão e de publicação	R\$	159,70
7084	Serviços religiosos e outros serviços comunitários		
7085	Pesquisa e desenvolvimento do lazer, cultura e religião	R\$	43,09
7086	Lazer, cultura e religião não especificados		
709	Educação	R\$	173.460,43
7091	Educação infantil e ensino fundamental	R\$	72.154,50
7092	Ensino fundamental II e médio	R\$	31.059,54
7093	Ensino pós-secundário e não superior	R\$	585,51
7094	Ensino superior	R\$	55.156,57
7095	Ensino não classificável por nível	R\$	512,75
7096	Serviços auxiliares da educação	R\$	4.743,96
7097	Pesquisa e desenvolvimento com a educação	R\$	1.004,93
7098	Educação não especificada	R\$	8.242,67
710	Proteção social	R\$	1.105.553,52
7101	Doença e invalidez	R\$	158.836,86
7102	Terceira idade	R\$	577.227,80
7103	Sobreviventes	R\$	223.241,68
7104	Família e filhos	R\$	38.854,82
7105	Desemprego	R\$	42.434,06
7106	Habitação	R\$	1.103,00
7107	Exclusão social não especificada	R\$	25.179,21
7108	Pesquisa e desenvolvimento de proteção social	R\$	25,83
7109	Proteção social não especificada	R\$	38.650,27

Fonte: SIOP e SIAFI. Elaboração: SOF/SETO/ME

Nota: 1. No cômputo da COFOG, o valor das transações da dívida pública é apresentado como ajuste orçamentário, ou seja, por fora do orçamento da COFOG. Os valores apresentados são computados pelo IBGE e são derivados do Banco Central do Brasil, dos Demonstrativos Contábeis do FGTS e do Fundo remanescente do PIS/PASEP.

Tabela 3. Estimativa da Classificação COFOG (*Classification of Functions of Government, das Nações Unidas*) no PLOA 2022, em US\$.

Expenditure by function of government - Budgetary Central Government		US\$ Millions (US\$ 1 = R\$ 5,15)	
		PLOA 2022	
7	EXPENDITURE	US\$	389.840,71
701	General public services	US\$	76.509,90
7011	Executive and legislative organs, financial and fiscal affairs, external affairs	US\$	15.978,33
7012	Foreign economic aid		
7013	General services	US\$	1.386,24
7014	Basic research	US\$	582,03
7015	R & D General public services	US\$	6,25
7016	General public services not elsewhere classified	US\$	2.206,82
7017	Public debt transactions		
7018	Transfers of general character between levels of government	US\$	56.350,23
702	Defense	US\$	9.840,31
7021	Military defense	US\$	9.443,36
7022	Civil defense	US\$	114,27
7023	Foreign military aid	US\$	3,28
7024	R & D Defense	US\$	248,53
7025	Defense not elsewhere classified	US\$	30,87
703	Public order and safety	US\$	11.956,31
7031	Police services	US\$	2.694,86
7032	Fire protection services	US\$	243,00
7033	Law courts	US\$	8.660,27
7034	Prisons	US\$	63,05
7035	R & D Public order and safety	US\$	6,36
7036	Public order and safety not elsewhere classified	US\$	288,77
704	Economic affairs	US\$	10.576,56
7041	General economic, commercial, and labor affairs	US\$	1.681,75
7042	Agriculture, forestry, fishing, and hunting	US\$	3.818,26
7043	Fuel and energy	US\$	809,82
7044	Mining, manufacturing, and construction	US\$	150,31
7045	Transport	US\$	1.860,43
7046	Communication	US\$	472,42
7047	Other industries	US\$	159,13
7048	R & D Economic affairs	US\$	1.623,00
7049	Economic affairs not elsewhere classified	US\$	1,44
705	Environmental protection	US\$	726,37
7051	Waste management	US\$	5,02
7052	Waste water management	US\$	319,62
7053	Pollution abatement	US\$	3,56
7054	Protection of biodiversity and landscape	US\$	317,97
7055	R & D Environmental protection	US\$	46,25
7056	Environmental protection not elsewhere classified	US\$	33,96
706	Housing and community amenities	US\$	588,76
7061	Housing development	US\$	211,21

Expenditure by function of government - Budgetary Central Government		US\$ Millions (US\$ 1 = R\$ 5,15)	
		PLOA 2022	
7062	Community development	US\$	5,26
7063	Water supply	US\$	362,40
7064	Street lighting		
7065	R & D Housing and community amenities	US\$	9,89
7066	Housing and community amenities not elsewhere classified		
707	Health	US\$	30.950,85
7071	Medical products, appliances, and equipment	US\$	5.137,96
7072	Outpatient services	US\$	5.373,49
7073	Hospital services	US\$	15.321,13
7074	Public health services	US\$	1.188,84
7075	R & D Health	US\$	642,19
7076	Health not elsewhere classified	US\$	3.287,23
708	Recreation, culture and religion	US\$	339,43
7081	Recreational and sporting services	US\$	60,10
7082	Cultural services	US\$	239,95
7083	Broadcasting and publishing services	US\$	31,01
7084	Religious and other community services		
7085	R & D Recreation, culture, and religion	US\$	8,37
7086	Recreation, culture, and religion not elsewhere classified		
709	Education	US\$	33.681,64
7091	Pre-primary and primary education	US\$	14.010,58
7092	Secondary education	US\$	6.030,98
7093	Postsecondary nontertiary education	US\$	113,69
7094	Tertiary education	US\$	10.710,01
7095	Education not definable by level	US\$	99,56
7096	Subsidiary services to education	US\$	921,16
7097	R & D Education	US\$	195,13
7098	Education not elsewhere classified	US\$	1.600,52
710	Social protection	US\$	214.670,59
7101	Sickness and disability	US\$	30.842,11
7102	Old age	US\$	112.083,07
7103	Survivors	US\$	43.347,90
7104	Family and children	US\$	7.544,63
7105	Unemployment	US\$	8.239,62
7106	Housing	US\$	214,17
7107	Social exclusion not elsewhere classified	US\$	4.889,17
7108	R & D Social protection	US\$	5,01
7109	Social protection not elsewhere classified	US\$	7.504,91

Fonte: SIOP e SIAFI. Elaboração: SOF/SETO/ME.

10. Relação das ações orçamentárias marcadas por NDD

Tabela 4. Ações com marcação da COFOG estimada por NDD, pela execução média dos exercícios de 2017 a 2020.

Número	Ação Orçamentária
1	009W - Compensação Previdenciária
2	00H4 - Seguro Desemprego
3	00H5 - Benefícios de Prestação Continuada (BPC) à Pessoa Idosa e da Renda Mensal Vitalícia (RMV) por Idade
4	00IN - Benefícios de Prestação Continuada (BPC) à Pessoa com Deficiência e da Renda Mensal Vitalícia (RMV) por Invalidez
5	00NS - Inativos da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal
6	00Q2 - Pensionistas da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal
7	00QD - Pensões Militares dos Ex-Territórios e do Antigo Estado da Guanabara
8	00QG - Anistiados Políticos - Retroativos Concedidos por Decisões Judiciais
9	00QN - Inativos e Pensionistas da Polícia Civil do Distrito Federal
10	00S6 - Benefício Especial e Demais Complementações de Aposentadorias
11	00SJ - Benefícios Previdenciários
12	0179 - Pensões Militares das Forças Armadas
13	0181 - Aposentadorias e Pensões Civis da União
14	0397 - Aposentadorias e Pensões do Extinto Instituto de Previdência dos Congressistas - IPC
15	0536 - Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais
16	0581 - Abono Salarial
17	0739 - Indenização a Anistiados Políticos em Prestação Única ou em Prestação Mensal, Permanente e Continuada, nos termos da Lei nº 10.559, de 2002
18	0C01 - Valores Retroativos a Anistiados Políticos nos termos da Lei nº 11.354, de 19/10/2006
19	214H - Inativos Militares das Forças Armadas
20	218K - Inativos Militares dos Ex-Territórios e do Antigo Estado da Guanabara
21	21BW - Bônus de Eficiência e Produtividade de Servidores Inativos e Pensionistas da União

Fonte: SIOP e SIAFI. Elaboração: SOF/SETO/ME.

11. Relação das ações orçamentárias excluídas da COFOG Central Orçamentária

Importante salientar que, embora parte desses valores não sejam considerados na COFOG do Governo Central Orçamentário, nos ajustes realizados após a execução essas despesas voltam a ser analisadas. Entretanto, gastos como o Refinanciamento da Dívida Pública Federal são totalmente excluídos, assim como as transações com ativos e passivos financeiros, como os empréstimos realizados pelo governo.

Tabela 5. Ações do PLOA 2022 não classificadas segundo o orçamento da COFOG.

Ação Orçamentária	Valor PLOA 2022 (milhões de R\$)
0365 - Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna	R\$ 1.814.518,75
0455 - Serviços da Dívida Pública Federal Interna	R\$ 557.219,57
0425 - Serviços da Dívida Pública Federal Externa	R\$ 37.509,91
0Z00 - Reserva de Contingência - Financeira	R\$ 35469,19
0243 - Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal Externa	R\$ 27.752,55
00Q3 - Assunção e Novação de Dívidas do Fundo de Compensação das Variações Salariais - FCVS	R\$ 25.000,00
0158 - Financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico a Cargo do BNDES	R\$ 24.001,41
00JJ - Promoção de Investimentos no Brasil e no Exterior: Fundo Social - FS	R\$ 12.590,06
0118 - Financiamentos à Marinha Mercante e à Indústria de Construção e Reparação Naval	R\$ 9.887,31
0Z01 - Reserva de Contingência Fiscal - Primária	R\$ 8.112,69
00QE - Regularização de Obrigações Contingentes Reconhecidas pela União	R\$ 6.220,77
0012 - Financiamentos ao Agronegócio Café (Lei nº 8.427, de 1992)	R\$ 6.058,88
00IG - Concessão de Financiamento Estudantil - FIES (Lei nº 10.260, de 2001)	R\$ 5.529,30
0030 - Financiamento aos Setores Produtivos do Semiárido da Região Nordeste	R\$ 5.359,80
0031 - Financiamento aos Setores Produtivos da Região Nordeste	R\$ 5.359,80
0A37 - Financiamento de Projetos de Desenvolvimento Tecnológico de Empresas (Lei nº 11.540, de 2007)	R\$ 4.233,45
0029 - Financiamento aos Setores Produtivos da Região Centro-Oeste	R\$ 3.573,20
0534 - Financiamento aos Setores Produtivos da Região Norte (FNO)	R\$ 3.573,20
00LI - Compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social - FRGPS (Lei nº 12.546, de 2011)	R\$ 3.192,11
0284 - Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa	R\$ 3.173,54
0A84 - Financiamento de Operações no âmbito do Programa de Financiamento às Exportações - PROEX (Lei nº 10.184, de 2001)	R\$ 2.100,00
00OP - Integralização de Cotas de Capital em Organismos Financeiros Internacionais	R\$ 1.100,00
00G5 - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor	R\$ 1.050,86
Outras	R\$ 5.435,39
Total	R\$ 2.608.021,72

Fonte: SIOP e SIAFI. Elaboração: SOF/SETO/ME.

II - QUADROS ORÇAMENTÁRIOS CONSOLIDADOS

1 - QUADROS CONSOLIDADOS DA RECEITA E DA DESPESA

Receita e Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social segundo Categorias Econômicas

Quadro 1A - Receita e Despesa do Orçamento Fiscal por Categoria Econômica

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso I

Recursos de Todas as Fontes

Receita		Despesa	
Especificação	Valor	Especificação	Valor
Receitas Correntes	1.007.583.645.380	Despesas Correntes	1.108.167.366.735
<i>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria (1)</i>	719.980.100.943	<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	223.293.015.892
<i>Contribuições (1)</i>	77.668.853.921	<i>Juros e Encargos da Dívida</i>	351.421.008.459
<i>Receita Patrimonial (1)</i>	142.965.368.237	<i>Outras Despesas Correntes</i>	533.453.342.384
<i>Receita Agropecuária (1)</i>	28.581.411		
<i>Receita Industrial (1)</i>	4.006.389.065		
<i>Receita de Serviços (1)</i>	32.239.846.633		
<i>Transferências Correntes (1)</i>	168.427.799		
<i>Outras Receitas Correntes (1)</i>	30.526.077.371		
Receitas Correntes - Operações Intraorçamentárias	437.778.708		
<i>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria - Operações Intraorçamentárias (1)</i>	1.183.380		
<i>Contribuições - Operações Intraorçamentárias (1)</i>	82.972		
<i>Receita Patrimonial - Operações Intraorçamentárias (1)</i>	337.853		
<i>Receita Industrial - Operações Intraorçamentárias (1)</i>	33.269.732		
<i>Receita de Serviços - Operações Intraorçamentárias (1)</i>	381.794.742		
<i>Outras Receitas Correntes - Operações Intraorçamentárias (1)</i>	21.110.029		
		Déficit do Orçamento Corrente - Fiscal	-100.145.942.647
Total	1.008.021.424.088	Total	1.108.167.366.735
Déficit do Orçamento Corrente - Fiscal	-100.145.942.647		
Receitas de Capital	2.548.438.475.906	Despesas de Capital	2.235.951.473.195
<i>Operações de Crédito (2)</i>	2.344.349.130.491	<i>Investimentos</i>	22.689.504.257
<i>Alienação de Bens (2)</i>	2.398.102.091	<i>Inversões Financeiras</i>	93.055.212.687
<i>Amortização de Empréstimos (2)</i>	95.001.165.309	<i>Amortização da Dívida</i>	2.120.206.756.251
<i>Transferências de Capital (2)</i>	57.554.691	Reserva de Contingência	42.441.269.613
<i>Outras Receitas de Capital (2)</i>	106.632.523.324	<i>Reserva de Contingência</i>	11.405.521.830
Transferência para o Orçamento da Seguridade Social	-169.899.790.451	<i>Outras</i>	31.035.747.783
Total	2.378.538.685.455	Total	2.378.538.685.455

Resumo

Receitas Correntes	1.007.583.645.380	Despesas Correntes	1.108.167.366.735
Receitas Correntes - Op. Intraorçamentárias	437.778.708	Despesas de Capital	2.235.951.473.195
Receitas de Capital	2.548.438.475.906	Reservas	42.441.269.613
Receitas de Capital - Op. Intraorçamentárias	0		
Transferência para o Orçamento da Seguridade Social	-169.899.790.451		
Total	3.386.560.109.543	Total	3.386.560.109.543

OBSERVAÇÕES:

- (1) Inclui: (i) Multas e Juros de Mora do principal; (ii) Dívida Ativa; (iii) Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa.
(2) Inclui: Dívida Ativa.

NOTA METODOLÓGICA (elaborada com base na codificação por Natureza de Receita - NR):

Receitas Correntes:

- Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria: Códigos de NR iniciados por "11";
- Contribuições: Códigos de NR iniciados por "12";
- Patrimonial: Códigos de NR iniciados por "13";
- Agropecuária: Códigos de NR iniciados por "14";
- Industrial: Códigos de NR iniciados por "15";
- Serviços: Códigos de NR iniciados por "16";
- Transferências Correntes: Códigos de NR iniciados por "17"; e
- Outras Receitas Correntes: Códigos de NR iniciados por "19"

Receitas Correntes - Operações Intraorçamentárias

- Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria: Códigos de NR iniciados por "71";
- Contribuições: Códigos de NR iniciados por "72";
- Patrimonial: Códigos de NR iniciados por "73";
- Agropecuária: Códigos de NR iniciados por "74";
- Industrial: Códigos de NR iniciados por "75";
- Serviços: Códigos de NR iniciados por "76";
- Transferências Correntes: Códigos de NR iniciados por "77"; e
- Outras Receitas Correntes: Códigos de NR iniciados por "79"

Receitas de Capital:

- Operações de Crédito: Códigos de NR iniciados por "21";
- Alienação de Bens: Códigos de NR iniciados por "22";
- Amortização de Empréstimos: Códigos de NR iniciados por "23";
- Transferências de Capital: Códigos de NR iniciados por "24"; e
- Outras Receitas de Capital: Códigos de NR iniciados por "29".

Receitas de Capital - Operações Intraorçamentárias

- Operações de Crédito: Códigos de NR iniciados por "81";
- Alienação de Bens: Códigos de NR iniciados por "82";
- Amortização de Empréstimos: Códigos de NR iniciados por "83";
- Transferências de Capital: Códigos de NR iniciados por "84"; e
- Outras Receitas de Capital: Códigos de NR iniciados por "89".

Quadro 1B - Receita e Despesa do Orçamento da Seguridade Social por Categoria Econômica

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso I

Recursos de Todas as Fontes

Receita		Despesa	
Especificação	Valor	Especificação	Valor
Receitas Correntes	1.035.918.197.039	Despesas Correntes	1.221.913.603.737
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria (1)	470.084.189	Pessoal e Encargos Sociais	145.908.372.969
Contribuições (1)	984.282.431.476	Outras Despesas Correntes	1.076.005.230.768
Receita Patrimonial (1)	9.934.810.428		
Receita Industrial (1)	273.300		
Receita de Serviços (1)	37.546.549.599		
Transferências Correntes (1)	4.148.640		
Outras Receitas Correntes (1)	3.679.899.407		
Receitas Correntes - Operações Intraorçamentárias	27.285.965.144		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria - Operações Intraorçamentárias (1)	51.295		
Contribuições - Operações Intraorçamentárias (1)	24.038.617.632		
Receita de Serviços - Operações Intraorçamentárias (1)	55.189.083		
Outras Receitas Correntes - Operações Intraorçamentárias (1)	3.192.107.134		
		Déficit do Orçamento Corrente - Seguridade Social	-158.709.441.554
Total	1.063.204.162.183	Total	1.221.913.603.737
Déficit do Orçamento Corrente - Seguridade Social	-158.709.441.554		
Receitas de Capital	8.747.363	Despesas de Capital	2.973.260.887
Alienação de Bens (2)	7.523.246	Investimentos	2.968.760.887
Transferências de Capital (2)	1.224.117	Inversões Financeiras	4.500.000
Transferência do Orçamento Fiscal	169.899.790.451	Reserva de Contingência	8.225.835.373
		Outras	8.225.835.373
Total	169.908.537.814	Total	169.908.537.814

Resumo

Receitas Correntes	1.035.918.197.039	Despesas Correntes	1.221.913.603.737
Receitas Correntes - Op. Intraorçamentárias	27.285.965.144	Despesas de Capital	2.973.260.887
Receitas de Capital	8.747.363	Reservas	8.225.835.373
Transferência do Orçamento Fiscal	169.899.790.451		
Total	1.233.112.699.997	Total	1.233.112.699.997

OBSERVAÇÕES:

(1) Inclui: (i) Multas e Juros de Mora do principal; (ii) Dívida Ativa; (iii) Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa.
(2) Inclui: Dívida Ativa.

NOTA METODOLÓGICA (elaborada com base na codificação por Natureza de Receita - NR):

Receitas Correntes:

- Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria: Códigos de NR iniciados por "11";
- Contribuições: Códigos de NR iniciados por "12";
- Patrimonial: Códigos de NR iniciados por "13";
- Agropecuária: Códigos de NR iniciados por "14";
- Industrial: Códigos de NR iniciados por "15";
- Serviços: Códigos de NR iniciados por "16";
- Transferências Correntes: Códigos de NR iniciados por "17"; e
- Outras Receitas Correntes: Códigos de NR iniciados por "19"

Receitas Correntes - Operações Intraorçamentárias

- Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria: Códigos de NR iniciados por "71";
- Contribuições: Códigos de NR iniciados por "72";
- Patrimonial: Códigos de NR iniciados por "73";
- Agropecuária: Códigos de NR iniciados por "74";
- Industrial: Códigos de NR iniciados por "75";
- Serviços: Códigos de NR iniciados por "76";
- Transferências Correntes: Códigos de NR iniciados por "77"; e
- Outras Receitas Correntes: Códigos de NR iniciados por "79"

Receitas de Capital:

- Operações de Crédito: Códigos de NR iniciados por "21";
- Alienação de Bens: Códigos de NR iniciados por "22";
- Amortização de Empréstimos: Códigos de NR iniciados por "23";
- Transferências de Capital: Códigos de NR iniciados por "24"; e
- Outras Receitas de Capital: Códigos de NR iniciados por "29".

Receitas de Capital - Operações Intraorçamentárias

- Operações de Crédito: Códigos de NR iniciados por "81";
- Alienação de Bens: Códigos de NR iniciados por "82";
- Amortização de Empréstimos: Códigos de NR iniciados por "83";
- Transferências de Capital: Códigos de NR iniciados por "84"; e
- Outras Receitas de Capital: Códigos de NR iniciados por "89".

Quadro 1C - Receita e Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Categoria Econômica

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso I

Recursos de Todas as Fontes

Receita		Despesa	
Especificação	Valor	Especificação	Valor
Receitas Correntes	2.043.501.842.419	Despesas Correntes	2.330.080.970.472
<i>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria (1)</i>	720.450.185.132	<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	369.201.388.861
<i>Contribuições (1)</i>	1.061.951.285.397	<i>Juros e Encargos da Dívida</i>	351.421.008.459
<i>Receita Patrimonial (1)</i>	152.900.178.665	<i>Outras Despesas Correntes</i>	1.609.458.573.152
<i>Receita Agropecuária (1)</i>	28.581.411		
<i>Receita Industrial (1)</i>	4.006.662.365		
<i>Receita de Serviços (1)</i>	69.786.396.232		
<i>Transferências Correntes (1)</i>	172.576.439		
<i>Outras Receitas Correntes (1)</i>	34.205.976.778		
Receitas Correntes - Operações Intraorçamentárias	27.723.743.852		
<i>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria - Operações Intraorçamentárias (1)</i>	1.234.675		
<i>Contribuições - Operações Intraorçamentárias (1)</i>	24.038.700.604		
<i>Receita Patrimonial - Operações Intraorçamentárias (1)</i>	337.853		
<i>Receita Industrial - Operações Intraorçamentárias (1)</i>	33.269.732		
<i>Receita de Serviços - Operações Intraorçamentárias (1)</i>	436.983.825		
<i>Outras Receitas Correntes - Operações Intraorçamentárias (1)</i>	3.213.217.163		
		Déficit do Orçamento Corrente	-258.855.384.201
Total	2.071.225.586.271	Total	2.330.080.970.472
Déficit do Orçamento Corrente	-258.855.384.201		
Receitas de Capital	2.548.447.223.269	Despesas de Capital	2.238.924.734.082
<i>Operações de Crédito (2)</i>	2.344.349.130.491	<i>Investimentos</i>	25.658.265.144
<i>Alienação de Bens (2)</i>	2.405.625.337	<i>Inversões Financeiras</i>	93.059.712.687
<i>Amortização de Empréstimos (2)</i>	95.001.165.309	<i>Amortização da Dívida</i>	2.120.206.756.251
<i>Transferências de Capital (2)</i>	58.778.808	Reserva de Contingência	50.667.104.986
<i>Outras Receitas de Capital (2)</i>	106.632.523.324	<i>Reserva de Contingência</i>	11.405.521.830
		<i>Outras</i>	39.261.583.156
Total	2.548.447.223.269	Total	2.548.447.223.269

Resumo

Receitas Correntes	2.043.501.842.419	Despesas Correntes	2.330.080.970.472
Receitas Correntes - Op. Intraorçamentárias	27.723.743.852	Despesas de Capital	2.238.924.734.082
Receitas de Capital	2.548.447.223.269	Reservas	50.667.104.986
Receitas de Capital - Op. Intraorçamentárias	0		
Total	4.619.672.809.540	Total	4.619.672.809.540

OBSERVAÇÕES:

(1) Inclui: (i) Multas e Juros de Mora do principal; (ii) Dívida Ativa; (iii) Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa.

(2) Inclui: Dívida Ativa.

NOTA METODOLÓGICA (elaborada com base na codificação por Natureza de Receita - NR):

Receitas Correntes:

- Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria: Códigos de NR iniciados por "11";
- Contribuições: Códigos de NR iniciados por "12";
- Patrimonial: Códigos de NR iniciados por "13";
- Agropecuária: Códigos de NR iniciados por "14";
- Industrial: Códigos de NR iniciados por "15";
- Serviços: Códigos de NR iniciados por "16";
- Transferências Correntes: Códigos de NR iniciados por "17"; e
- Outras Receitas Correntes: Códigos de NR iniciados por "19"

Receitas Correntes - Operações Intraorçamentárias

- Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria: Códigos de NR iniciados por "71";
- Contribuições: Códigos de NR iniciados por "72";
- Patrimonial: Códigos de NR iniciados por "73";
- Agropecuária: Códigos de NR iniciados por "74";
- Industrial: Códigos de NR iniciados por "75";
- Serviços: Códigos de NR iniciados por "76";
- Transferências Correntes: Códigos de NR iniciados por "77"; e
- Outras Receitas Correntes: Códigos de NR iniciados por "79"

Receitas de Capital:

- Operações de Crédito: Códigos de NR iniciados por "21";
- Alienação de Bens: Códigos de NR iniciados por "22";
- Amortização de Empréstimos: Códigos de NR iniciados por "23";
- Transferências de Capital: Códigos de NR iniciados por "24"; e
- Outras Receitas de Capital: Códigos de NR iniciados por "29".

Receitas de Capital - Operações Intraorçamentárias

- Operações de Crédito: Códigos de NR iniciados por "81";
- Alienação de Bens: Códigos de NR iniciados por "82";
- Amortização de Empréstimos: Códigos de NR iniciados por "83";
- Transferências de Capital: Códigos de NR iniciados por "84"; e
- Outras Receitas de Capital: Códigos de NR iniciados por "89".

2 - QUADROS CONSOLIDADOS DA RECEITA

Resumo Geral da Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Quadro 2 - Resumo Geral da Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso II

Recursos de Todas as Fontes

Código	Categoria Econômica e Origem	Fiscal	Seguridade	Total
	Receitas Correntes	1.007.583.645.380	1.035.918.197.039	2.043.501.842.419
1. 1. 0.0.00.0.0	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria (1)	719.980.100.943	470.084.189	720.450.185.132
1. 2. 0.0.00.0.0	Contribuições (1)	77.668.853.921	984.282.431.476	1.061.951.285.397
1. 3. 0.0.00.0.0	Receita Patrimonial (1)	142.965.368.237	9.934.810.428	152.900.178.665
1. 4. 0.0.00.0.0	Receita Agropecuária (1)	28.581.411		28.581.411
1. 5. 0.0.00.0.0	Receita Industrial (1)	4.006.389.065	273.300	4.006.662.365
1. 6. 0.0.00.0.0	Receita de Serviços (1)	32.239.846.633	37.546.549.599	69.786.396.232
1. 7. 0.0.00.0.0	Transferências Correntes (1)	168.427.799	4.148.640	172.576.439
1. 9. 0.0.00.0.0	Outras Receitas Correntes (1)	30.526.077.371	3.679.899.407	34.205.976.778
	Receitas de Capital	2.548.438.475.906	8.747.363	2.548.447.223.269
2. 1. 0.0.00.0.0	Operações de Crédito (2)	2.344.349.130.491		2.344.349.130.491
2. 2. 0.0.00.0.0	Alienação de Bens (2)	2.398.102.091	7.523.246	2.405.625.337
2. 3. 0.0.00.0.0	Amortização de Empréstimos (2)	95.001.165.309		95.001.165.309
2. 4. 0.0.00.0.0	Transferências de Capital (2)	57.554.691	1.224.117	58.778.808
2. 9. 0.0.00.0.0	Outras Receitas de Capital (2)	106.632.523.324		106.632.523.324
	Receitas Correntes - Operações Intraorçamentárias	437.778.708	27.285.965.144	27.723.743.852
7. 1. 0.0.00.0.0	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria - Operações Intraorçamentárias (1)	1.183.380	51.295	1.234.675
7. 2. 0.0.00.0.0	Contribuições - Operações Intraorçamentárias (1)	82.972	24.038.617.632	24.038.700.604
7. 3. 0.0.00.0.0	Receita Patrimonial - Operações Intraorçamentárias (1)	337.853		337.853
7. 5. 0.0.00.0.0	Receita Industrial - Operações Intraorçamentárias (1)	33.269.732		33.269.732
7. 6. 0.0.00.0.0	Receita de Serviços - Operações Intraorçamentárias (1)	381.794.742	55.189.083	436.983.825
7. 9. 0.0.00.0.0	Outras Receitas Correntes - Operações Intraorçamentárias (1)	21.110.029	3.192.107.134	3.213.217.163
	Total	3.556.459.899.994	1.063.212.909.546	4.619.672.809.540

OBSERVAÇÕES:

(1) Inclui: (i) Multas e Juros de Mora do principal; (ii) Dívida Ativa; (iii) Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa.

(2) Inclui: Dívida Ativa.

NOTA METODOLÓGICA (elaborada com base na codificação por Natureza de Receita - NR):

Receitas Correntes:

- Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria: Códigos de NR iniciados por "11";
- Contribuições: Códigos de NR iniciados por "12";
- Patrimonial: Códigos de NR iniciados por "13";
- Agropecuária: Códigos de NR iniciados por "14";
- Industrial: Códigos de NR iniciados por "15";
- Serviços: Códigos de NR iniciados por "16";
- Transferências Correntes: Códigos de NR iniciados por "17"; e
- Outras Receitas Correntes: Códigos de NR iniciados por "19".

Receitas Correntes - Operações Intraorçamentárias

- Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria: Códigos de NR iniciados por "71";
- Contribuições: Códigos de NR iniciados por "72";
- Patrimonial: Códigos de NR iniciados por "73";
- Agropecuária: Códigos de NR iniciados por "74";
- Industrial: Códigos de NR iniciados por "75";
- Serviços: Códigos de NR iniciados por "76";
- Transferências Correntes: Códigos de NR iniciados por "77"; e
- Outras Receitas Correntes: Códigos de NR iniciados por "79".

Receitas de Capital:

- Operações de Crédito: Códigos de NR iniciados por "21";
- Alienação de Bens: Códigos de NR iniciados por "22";
- Amortização de Empréstimos: Códigos de NR iniciados por "23";
- Transferências de Capital: Códigos de NR iniciados por "24"; e
- Outras Receitas de Capital: Códigos de NR iniciados por "29".

Receitas de Capital - Operações Intraorçamentárias

- Operações de Crédito: Códigos de NR iniciados por "81";
- Alienação de Bens: Códigos de NR iniciados por "82";
- Amortização de Empréstimos: Códigos de NR iniciados por "83";
- Transferências de Capital: Códigos de NR iniciados por "84"; e
- Outras Receitas de Capital: Códigos de NR iniciados por "89".

Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
01.000	Camara dos Deputados	64.692.565
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	4.849.833
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	451.939
180	Recursos Próprios Financeiros	59.390.793
01.901	Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados	64.692.565
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	4.849.833
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.247.169
1.3.1.1.01.1.2	Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	2.672
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	55.020
1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	297.964
1.9.2.2.06.3.1	Restituição de Despesas Primárias de Exercícios Anteriores - Principal	3.115.566
1.9.9.9.99.2.1	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	131.442
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	451.939
2.2.1.3.01.0.1	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	451.939
180	Recursos Próprios Financeiros	59.390.793
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	59.390.793
02.000	Senado Federal	20.350.071
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	16.035.419
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	160.000
170	Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	4.154.652
02.101	Senado Federal	20.350.071
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	16.035.419
1.3.1.1.02.0.1	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	2.491.650
1.3.6.1.01.1.1	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poderes Executivo e Legislativo - Principal	11.503.528
1.5.1.1.01.0.1	Receita Industrial - Principal	610.965
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	171.547
1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	528.827
1.9.2.2.99.0.1	Outras Restituições - Principal	587.481
7.3.1.1.02.0.1	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal - Operações Intraorçamentárias	141.421
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	160.000
2.2.1.3.01.0.1	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	160.000
170	Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	4.154.652
1.6.3.2.01.0.1	Serviços de Assistência à Saúde Suplementar de Servidores Cíveis - Principal	4.154.652
03.000	Tribunal de Contas da União	13.559.329
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	13.559.329
03.101	Tribunal de Contas da União	13.559.329
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	13.559.329
1.3.6.1.01.1.1	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poderes Executivo e Legislativo - Principal	12.359.329
1.6.1.1.02.0.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	1.200.000
10.000	Supremo Tribunal Federal	220.165
175	Taxas por Serviços Públicos	220.165
10.101	Supremo Tribunal Federal	220.165
175	Taxas por Serviços Públicos	220.165
1.9.2.3.02.0.1	Ressarcimento de Custos - Principal	220.165
11.000	Superior Tribunal de Justiça	387.857
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	11.339
175	Taxas por Serviços Públicos	376.518
11.101	Superior Tribunal de Justiça	387.857
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	11.339
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	11.339
175	Taxas por Serviços Públicos	376.518
1.9.2.3.02.0.1	Ressarcimento de Custos - Principal	376.518
13.000	Justiça Militar da União	116.307
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	116.307
13.101	Justiça Militar da União	116.307
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	116.307
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	21.817
1.9.2.1.99.0.1	Outras Indenizações - Principal	94.490
14.000	Justiça Eleitoral	77.127.632
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	77.127.632
14.901	Fundo Partidário	77.127.632
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	77.127.632
1.9.1.1.01.0.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	47.136.415
1.9.1.1.01.0.2	Multas Previstas em Legislação Específica - Multas e Juros	44.903

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1.9.1.1.01.0.3 Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	29.946.314
15.000	Justiça do Trabalho	192.129.276
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	24.560.004
170	Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	167.569.272
15.101	Tribunal Superior do Trabalho	976.968
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	976.968
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	976.968
15.102	Tribunal Regional do Trabalho da 1a. Região - Rio de Janeiro	26.013.672
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.382.532
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.382.532
170	Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	24.631.140
	1.3.6.1.01.2.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	24.631.140
15.103	Tribunal Regional do Trabalho da 2a. Região - São Paulo	33.830.435
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	848.063
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	848.063
170	Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	32.982.372
	1.3.6.1.01.2.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	32.982.372
15.104	Tribunal Regional do Trabalho da 3a. Região - Minas Gerais	18.636.737
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.592.465
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.592.465
170	Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	17.044.272
	1.3.6.1.01.2.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	17.044.272
15.105	Tribunal Regional do Trabalho da 4a. Região - Rio Grande do Sul	20.104.602
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	400.578
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	400.578
170	Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	19.704.024
	1.3.6.1.01.2.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	19.704.024
15.106	Tribunal Regional do Trabalho da 5a. Região - Bahia	10.323.096
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	10.323.096
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	10.323.096
15.107	Tribunal Regional do Trabalho da 6a. Região - Pernambuco	7.794.394
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	2.912.446
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	315.336
	1.3.6.1.01.1.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poderes Executivo e Legislativo - Principal	2.597.110
170	Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	4.881.948
	1.3.6.1.01.2.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	4.881.948
15.108	Tribunal Regional do Trabalho da 7a. Região - Ceará	3.791.130
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	497.226
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	497.226
170	Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	3.293.904
	1.3.6.1.01.2.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	3.293.904
15.109	Tribunal Regional do Trabalho da 8a. Região - Pará/Amapá	2.507.542
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	226.270
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	226.270
170	Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	2.281.272
	1.3.6.1.01.2.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	2.281.272
15.110	Tribunal Regional do Trabalho da 9a. Região - Paraná	11.648.308
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	545.872
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	545.872
170	Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	11.102.436
	1.3.6.1.01.2.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	11.102.436
15.111	Tribunal Regional do Trabalho da 10a. Região - Distrito Federal/Tocantins	6.971.208
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	773.184
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	773.184
170	Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	6.198.024
	1.3.6.1.01.2.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	6.198.024
15.112	Tribunal Regional do Trabalho da 11a. Região - Amazonas/Roraima	3.306.888
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	234.240
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	234.240
170	Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	3.072.648
	1.3.6.1.01.2.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	3.072.648
15.113	Tribunal Regional do Trabalho da 12a. Região - Santa Catarina	3.710.608
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	61.768
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	61.768
170	Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	3.648.840
	1.3.6.1.01.2.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	3.648.840

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
15.114	Tribunal Regional do Trabalho da 13a. Região - Paraíba	1.246.932
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	148.152
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	148.152
170	Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	1.098.780
1.3.6.1.01.2.1	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	1.098.780
15.115	Tribunal Regional do Trabalho da 14a. Região - Rondônia/Acre	1.984.236
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	60.720
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	60.720
170	Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	1.923.516
1.3.6.1.01.2.1	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	1.923.516
15.116	Tribunal Regional do Trabalho da 15a. Região - Campinas/SP	18.868.113
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	806.649
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	806.649
170	Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	18.061.464
1.3.6.1.01.2.1	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	18.061.464
15.117	Tribunal Regional do Trabalho da 16a. Região - Maranhão	1.092.267
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	58.983
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	58.983
170	Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	1.033.284
1.3.6.1.01.2.1	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	1.033.284
15.118	Tribunal Regional do Trabalho da 17a. Região - Espírito Santo	4.732.654
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	95.746
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	95.746
170	Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	4.636.908
1.3.6.1.01.2.1	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	4.636.908
15.119	Tribunal Regional do Trabalho da 18a. Região - Goiás	3.207.000
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	837.912
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	837.912
170	Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	2.369.088
1.3.6.1.01.2.1	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	2.369.088
15.120	Tribunal Regional do Trabalho da 19a. Região - Alagoas	2.189.285
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	476.105
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	476.105
170	Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	1.713.180
1.3.6.1.01.2.1	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	1.713.180
15.121	Tribunal Regional do Trabalho da 20a. Região - Sergipe	3.293.286
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	185.706
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	185.706
170	Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	3.107.580
1.3.6.1.01.2.1	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	3.107.580
15.122	Tribunal Regional do Trabalho da 21a. Região - Rio Grande do Norte	1.993.992
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	298.092
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	298.092
170	Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	1.695.900
1.3.6.1.01.2.1	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	1.695.900
15.123	Tribunal Regional do Trabalho da 22a. Região - Piauí	966.506
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	139.706
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	139.706
170	Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	826.800
1.3.6.1.01.2.1	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	826.800
15.124	Tribunal Regional do Trabalho da 23a. Região - Mato Grosso	1.353.077
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	403.337
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	403.337
170	Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	949.740
1.3.6.1.01.2.1	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	949.740
15.125	Tribunal Regional do Trabalho da 24a. Região - Mato Grosso do Sul	1.586.340
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	274.188
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	274.188
170	Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	1.312.152
1.3.6.1.01.2.1	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	1.312.152
16.000	Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	20.301.499
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	702.839
180	Recursos Próprios Financeiros	4.726.236
181	Recursos de Convênios	14.872.424
16.101	Tribunal de Justiça do Distrito Federal	20.301.499
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	702.839

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	293.949
	1.6.1.1.01.0.2 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Multas e	1.428
	1.9.1.1.01.0.1 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	43.652
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	320.720
	7.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias	43.090
180	Recursos Próprios Financeiros	4.726.236
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	4.726.236
181	Recursos de Convênios	14.872.424
	2.4.4.1.01.0.1 Transferências de Instituições Privadas para Órgãos e Entidades da União - Principal	14.872.424
20.000	Presidência da República	100.740.866
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	100.740.866
20.204	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI	2.387.969
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	2.387.969
	1.6.1.1.03.0.1 Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	2.387.969
20.927	Fundo de Imprensa Nacional	98.352.897
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	98.352.897
	1.5.1.1.01.0.1 Receita Industrial - Principal	92.663.182
	1.9.9.9.99.2.1 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	1.020
	7.5.1.1.01.0.1 Receita Industrial - Principal - Operações Intraorçamentárias	5.688.695
22.000	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	2.333.126.999
129	Recursos de Concessões e Permissões	12.215.261
148	Operações de Crédito Externas - em Moeda	12.517.485
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	177.878.693
160	Recursos das Operações Oficiais de Crédito	469.022.378
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	88.915.920
164	Títulos da Dívida Agrária	180.000
170	Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	19.418.639
172	Outras Contribuições Econômicas	438.608
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	70.816.171
176	Outras Contribuições Sociais	1.476.511.100
180	Recursos Próprios Financeiros	288.041
195	Doações de Entidades Internacionais	1.690.000
196	Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais	3.234.703
22.101	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Administração Direta	310.850.914
148	Operações de Crédito Externas - em Moeda	5.500.000
	2.1.2.2.01.0.1 Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo - Principal	5.500.000
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	45.961.118
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	62.359
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	143.351
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	1.562.938
	1.9.1.1.01.0.1 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	44.176.390
	1.9.1.1.01.0.2 Multas Previstas em Legislação Específica - Multas e Juros	16.080
170	Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	19.418.639
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	19.418.639
172	Outras Contribuições Econômicas	438.608
	1.2.2.1.03.0.1 Contribuição sobre Apostas em Competições Hípicas - Principal	327.719
	1.2.2.1.03.0.2 Contribuição sobre Apostas em Competições Hípicas - Multas e Juros	57.806
	1.2.2.1.03.0.3 Contribuição sobre Apostas em Competições Hípicas - Dívida Ativa	7.839
	1.2.2.1.03.0.4 Contribuição sobre Apostas em Competições Hípicas - Dívida Ativa - Multas e Juros	45.244
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	18.612.245
	1.1.2.1.01.0.1 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	8.203.945
	1.1.2.1.05.0.1 Taxa de Controle e Fiscalização da Pesca e Aquicultura - Principal	10.357.686
	1.9.1.1.01.0.1 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	50.614
176	Outras Contribuições Sociais	220.920.304
	1.2.1.9.08.1.1 Contribuição Industrial Rural - Principal	182.162.910
	1.2.1.9.08.1.3 Contribuição Industrial Rural - Dívida Ativa	1.750.461
	1.2.1.9.08.1.4 Contribuição Industrial Rural - Dívida Ativa - Multas e Juros	318.828
	1.2.1.9.08.2.2 Contribuição Industrial Rural - Parcelamentos - Multas e Juros	321.648
	1.2.1.9.09.1.1 Adicional à Contribuição Previdenciária Rural - Principal	36.366.457
22.106	Serviço Florestal Brasileiro - SFB	24.169.713
129	Recursos de Concessões e Permissões	12.215.261
	1.3.4.6.01.1.1 Concessão de Florestas Nacionais - Valor Mínimo - Principal	7.936.091
	1.3.4.6.01.1.2 Concessão de Florestas Nacionais - Valor Mínimo - Multas e Juros	82.499
	1.3.4.6.01.2.1 Concessão de Florestas Nacionais - Demais Valores - Principal	4.112.473
	1.3.4.6.01.2.2 Concessão de Florestas Nacionais - Demais Valores - Multas e Juros	84.198

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
148	Operações de Crédito Externas - em Moeda	7.017.485
2.1.2.2.01.0.1	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo - Principal	7.017.485
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	12.264
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	5.000
1.6.1.1.04.0.1	Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	4.264
1.9.9.9.99.2.1	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	3.000
195	Doações de Entidades Internacionais	1.690.000
1.7.6.1.01.0.1	Transferências do Exterior para Órgãos e Entidades da União - Principal	840.000
2.4.6.1.01.0.1	Transferências do Exterior para Órgãos e Entidades da União - Principal	850.000
196	Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais	3.234.703
1.7.4.1.01.0.1	Transferências de Instituições Privadas para Órgãos e Entidades da União - Principal	3.204.703
2.4.4.1.01.0.1	Transferências de Instituições Privadas para Órgãos e Entidades da União - Principal	30.000
22.201	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA	1.372.778.434
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	5.673.878
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	5.050
1.9.2.2.99.0.1	Outras Restituições - Principal	5.668.828
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	59.129.834
2.2.1.3.01.0.1	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	908.352
2.2.2.1.01.0.1	Alienação de Bens Imóveis em Geral - Principal	58.221.482
164	Títulos da Dívida Agrária	180.000
2.1.1.1.03.0.1	Títulos da Dívida Agrária - TDA - Principal	180.000
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	52.203.926
1.1.2.1.01.0.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	52.202.297
1.1.2.1.01.0.2	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Juros	1.629
176	Outras Contribuições Sociais	1.255.590.796
1.2.1.9.08.1.1	Contribuição Industrial Rural - Principal	1.032.256.488
1.2.1.9.08.1.2	Contribuição Industrial Rural - Multas e Juros	7.338.437
1.2.1.9.08.1.3	Contribuição Industrial Rural - Dívida Ativa	9.919.280
1.2.1.9.09.1.1	Adicional à Contribuição Previdenciária Rural - Principal	206.076.591
22.202	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA	39.844.033
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	39.574.642
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	2.356.627
1.3.1.1.01.1.2	Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	37.751
1.4.1.1.01.0.1	Receita Agropecuária - Principal	10.464.420
1.5.1.1.01.0.1	Receita Industrial - Principal	79.544
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	337.288
1.6.1.1.03.0.1	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	23.107.238
1.6.1.1.03.0.2	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Multas e Juros	259.320
1.6.1.1.04.0.1	Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	147.340
1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	117.687
1.9.2.1.99.0.1	Outras Indenizações - Principal	2.845
1.9.2.2.99.0.1	Outras Restituições - Principal	25.246
1.9.9.9.99.2.1	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	2.582.456
7.9.9.9.99.2.1	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal - Operações Intraorçamentárias	56.880
180	Recursos Próprios Financeiros	269.391
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	269.391
22.211	Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB	585.179.194
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	86.352.080
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	5.467.524
1.3.1.1.01.1.2	Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	3.333
1.3.2.2.01.0.1	Dividendos - Principal	136.902
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	17.285.532
1.6.1.1.01.0.2	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Multas e Juros	60.324
1.9.1.1.01.0.2	Multas Previstas em Legislação Específica - Multas e Juros	1.116
1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	774.675
1.9.1.1.09.0.2	Multas e Juros Previstos em Contratos - Multas e Juros	18.276
1.9.2.2.99.0.1	Outras Restituições - Principal	62.594.569
1.9.9.9.99.2.1	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	6.421
1.9.9.9.99.2.2	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Multas e Juros	3.408
160	Recursos das Operações Oficiais de Crédito	469.022.378
2.2.1.2.01.0.1	Alienação de Estoques da Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM - Principal	469.022.378
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	29.786.086
2.2.1.3.01.0.1	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	1.066
2.2.2.1.01.0.1	Alienação de Bens Imóveis em Geral - Principal	29.785.020
180	Recursos Próprios Financeiros	18.650
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	18.650

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
22.906	Fundo de Defesa da Economia Cafeeira	304.711
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	304.711
1.9.9.9.99.2.4	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Dívida Ativa - Multas e Juros	49.621
2.2.1.2.04.0.3	Alienação de Estoques de Café - FUNCAFÉ - Dívida Ativa	255.090
24.000	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	8.750.547.754
134	Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	119.717.261
135	Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	167.082.095
141	Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	235.124.707
142	Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	1.030.351.070
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	105.047.008
172	Outras Contribuições Econômicas	5.850.115.385
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	6.569.915
178	Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	4.005.581
180	Recursos Próprios Financeiros	1.222.474.944
181	Recursos de Convênios	10.000.000
186	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	59.788
24.101	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações - Administração Direta	152.632.682
141	Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	151.151.597
1.3.4.4.02.0.1	Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Principal	150.740.942
1.3.4.4.02.0.3	Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Dívida Ativa	410.655
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.481.085
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	355.388
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	489.591
1.6.1.1.04.0.1	Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	620.000
1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	16.106
24.201	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	17.666.606
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	493.847
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	230.599
1.9.2.2.99.0.1	Outras Restituições - Principal	30.496
1.9.9.9.99.2.2	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Multas e Juros	232.752
180	Recursos Próprios Financeiros	7.172.759
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	7.172.759
181	Recursos de Convênios	10.000.000
1.7.4.1.01.0.1	Transferências de Instituições Privadas para Órgãos e Entidades da União - Principal	10.000.000
24.204	Comissão Nacional de Energia Nuclear	113.338.846
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	102.315.852
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	83.880
1.5.1.1.01.0.1	Receita Industrial - Principal	95.265.348
1.5.1.1.01.0.2	Receita Industrial - Multas e Juros	235.032
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	21.501
1.6.1.1.03.0.1	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	330.504
1.6.1.1.04.0.1	Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	1.143.061
1.6.1.1.04.0.2	Serviços de Informação e Tecnologia - Multas e Juros	2.340
1.9.2.2.99.0.1	Outras Restituições - Principal	4.808
7.5.1.1.01.0.1	Receita Industrial - Principal - Operações Intraorçamentárias	5.225.525
7.6.1.1.03.0.1	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal - Operações Intraorçamentárias	3.853
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	6.569.915
1.1.2.1.01.0.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	6.569.915
180	Recursos Próprios Financeiros	4.453.079
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	4.453.079
24.209	Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada - S.A. - CEITEC	1.289
180	Recursos Próprios Financeiros	1.289
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	1.289
24.901	Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	8.466.908.331
134	Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	119.717.261
1.3.4.5.03.1.1	Utilização de Recursos Hídricos - Itaipu - Principal	51.188.935
1.3.4.5.03.2.1	Utilização de Recursos Hídricos - Demais Empresas - Principal	68.528.326
135	Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	167.082.095
1.2.2.1.05.0.1	Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Principal	167.060.051
1.2.2.1.05.0.3	Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Dívida Ativa	9.108
1.2.2.1.05.0.4	Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Dívida Ativa - Multas e Juros	12.936
141	Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	83.973.110
1.3.4.4.02.0.1	Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Principal	83.744.968
1.3.4.4.02.0.3	Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Dívida Ativa	228.142
142	Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	1.030.351.070

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1.3.4.1.03.3.1 Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal	1.030.351.070
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	756.224
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	756.224
172	Outras Contribuições Econômicas	5.850.115.385
	1.2.2.1.06.0.1 Contribuição sobre as Receitas de Concessionárias e Permissionárias de Energia Elétrica - Principal	529.305.487
	1.2.2.1.06.0.2 Contribuição sobre as Receitas de Concessionárias e Permissionárias de Energia Elétrica - Multas e	446.345
	1.2.2.1.07.0.1 Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia - CIDE - Remessas ao Exterior - Principal	5.056.962.321
	1.2.2.1.07.0.2 Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia - CIDE - Remessas ao Exterior - Multas e Juros	9.941.462
	1.2.2.1.07.0.3 Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia - CIDE - Remessas ao Exterior - Dívida Ativa	832.052
	1.2.2.1.07.0.4 Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia - CIDE - Remessas ao Exterior - Dívida Ativa - Multas e Juros	942.020
	1.2.2.1.09.2.1 Contribuição sobre a Receita Bruta das Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações -	74.529.048
	1.2.2.1.09.2.2 Contribuição sobre a Receita Bruta das Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações - Multas e Juros	170.456
	1.2.2.1.09.2.3 Contribuição sobre a Receita Bruta das Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações -	206.461
	1.2.2.1.11.1.1 Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas na Amazônia - Principal	56.106.785
	1.2.2.1.11.1.2 Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas na Amazônia - Multas e	4.945.751
	1.2.2.1.11.2.1 Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas nas Demais Regiões -	115.727.197
178	Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	4.005.581
	1.1.2.1.02.3.1 Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	95.434
	1.1.2.1.02.4.1 Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais -	3.763.328
	1.3.3.3.99.2.1 Outras Delegações dos Serviços de Telecomunicação - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	146.819
180	Recursos Próprios Financeiros	1.210.847.817
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	290.913.132
	1.6.4.1.01.0.1 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	482.215.901
	2.3.1.1.07.1.1 Amortização de Financiamentos em Geral - Principal	437.718.784
186	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	59.788
	1.7.4.1.01.0.1 Transferências de Instituições Privadas para Órgãos e Entidades da União - Principal	59.788
25.000	Ministério da Economia	17.809.763.108
117	Recursos Oriundos das Contribuições Voluntárias para o Montepio Civil	132.662
132	Recursos destinados ao FUNDAF	11.572.230.767
133	Recursos do Programa de Administração Patrimonial Imobiliário	103.482.588
139	Alienação de Bens Apreendidos	215.147.452
148	Operações de Crédito Externas - em Moeda	1.731.827
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.588.948.910
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	63.939.816
172	Outras Contribuições Econômicas	65.286
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	1.533.716.753
175	Taxas por Serviços Públicos	174.693.793
180	Recursos Próprios Financeiros	1.413.022.065
186	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	1.142.651.189
25.101	Ministério da Economia - Administração Direta	638.972.766
117	Recursos Oriundos das Contribuições Voluntárias para o Montepio Civil	132.662
	1.9.9.9.04.0.1 Contribuição ao Montepio Civil - Principal	132.662
133	Recursos do Programa de Administração Patrimonial Imobiliário	103.482.588
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	83.367
	1.3.1.1.01.1.2 Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	71.856
	1.3.1.1.01.2.1 Foros, Laudêmios e Tarifas de Ocupação - Principal	15.517.661
	1.3.1.1.01.2.2 Foros, Laudêmios e Tarifas de Ocupação - Multas e Juros	28.014.325
	1.3.1.1.01.2.3 Foros, Laudêmios e Tarifas de Ocupação - Dívida Ativa	1.600.063
	1.3.1.1.02.0.2 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Multas e	514.533
	1.9.1.1.01.0.1 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	45.382.927
	1.9.1.1.01.0.3 Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	11.722
	1.9.2.1.02.0.2 Indenização por Posse ou Ocupação Ilícita de Bens Públicos - Multas e Juros	5.405
	1.9.9.9.99.2.4 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Dívida Ativa - Multas e Juros	12.280.729
148	Operações de Crédito Externas - em Moeda	1.731.827
	2.1.2.2.01.0.1 Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo - Principal	1.731.827
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	24.216
	1.6.9.9.99.0.1 Outros Serviços - Principal	24.216
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	63.939.816
	2.2.2.1.01.0.1 Alienação de Bens Imóveis em Geral - Principal	63.939.816
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	18.641.435
	1.1.2.1.01.0.1 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	18.638.770

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
180	1.9.1.1.01.0.1 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	2.665
	Recursos Próprios Financeiros	193.005
186	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	193.005
	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	450.827.217
	1.9.9.9.05.0.1 Barreiras Técnicas ao Comércio Exterior - Principal	446.791.644
	1.9.9.9.05.0.2 Barreiras Técnicas ao Comércio Exterior - Multas e Juros	4.028.209
	1.9.9.9.99.2.1 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	7.364
25.103	Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil	10.186.884.578
132	Recursos destinados ao FUNDAF	8.667.370.112
	1.1.1.1.01.0.2 Imposto sobre a Importação - Multas e Juros	95.857.746
	1.1.1.1.01.0.7 Imposto sobre a Importação - Multas da Dívida Ativa	326.443
	1.1.1.1.02.0.7 Imposto sobre a Exportação - Multas da Dívida Ativa	4.315.917
	1.1.1.2.01.2.2 Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Multas e Juros	6.287.161
	1.1.1.2.01.2.7 Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Multas da Dívida Ativa	602.569
	1.1.1.3.01.0.2 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Multas e Juros	791.535.670
	1.1.1.3.01.0.7 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Multas da Dívida Ativa	193.947.556
	1.1.1.3.02.0.2 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Multas e Juros	1.354.367.444
	1.1.1.3.02.0.7 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Multas da Dívida Ativa	195.299.590
	1.1.1.3.03.1.2 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas e Juros	370.747.722
	1.1.1.3.03.1.7 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas da Dívida Ativa	36.972.858
	1.1.1.4.01.1.2 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Fumo - Multas e Juros	7.414.355
	1.1.1.4.01.4.2 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Multas e Juros	15.127.195
	1.1.1.4.01.5.2 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas e Juros	356.359.314
	1.1.1.4.01.5.7 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas da Dívida Ativa	35.941.790
	1.1.1.5.02.0.2 Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Demais Operações - Multas e Juros	175.306.817
	1.1.1.5.02.0.7 Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Demais Operações - Multas da Dívida Ativa	4.901.187
	1.1.2.1.06.0.1 Taxa de Utilização do Sistema Integrado de Comércio Exterior - SISCOMEX - Principal	278.974.458
	1.2.1.1.01.0.6 Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Juros do Principal	1.014.529.421
	1.2.1.1.02.0.6 Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Juros do Principal	1.018.045
	1.2.1.1.49.0.6 Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Parcelamentos - Juros do Principal	698.313.580
	1.2.1.2.01.0.6 Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Juros do Principal	603.789.295
	1.2.1.2.02.0.6 Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Juros do Principal	29.041.216
	1.2.1.2.49.0.6 Contribuição para o PIS/PASEP - Parcelamentos - Juros do Principal	308.874.864
	1.2.1.3.01.0.6 Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Juros do Principal	336.401.900
	1.2.1.3.02.0.6 Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Juros do Principal	22.554.363
	1.2.1.3.49.0.6 Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Parcelamentos - Juros do Principal	136.619.297
	1.2.2.1.02.0.1 Contribuição de Lojas Francas, Entrepósitos Aduaneiros e Depósitos Alfandegários - Principal	326.890.701
	1.2.2.1.03.0.4 Contribuição sobre Apostas em Competições Hípicas - Dívida Ativa - Multas e Juros	147.257
	1.2.2.1.05.0.2 Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Multas e Juros	401.641
	1.2.2.1.08.2.7 Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Combustíveis - Comercialização - Multas da Dívida Ativa	125.385
	1.9.1.1.01.0.1 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	979.264.312
	1.9.9.9.99.1.2 Outras Receitas Arrecadadas e Projetadas pela RFB - Multas e Juros	79.602.429
	1.9.9.9.99.1.3 Outras Receitas Arrecadadas e Projetadas pela RFB - Dívida Ativa	205.032.535
	7.1.1.3.03.1.2 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas e Juros - Operações Intraorçamentárias	473.164
	7.1.1.4.01.5.2 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas e Juros - Operações Intraorçamentárias	4.915
139	Alienação de Bens Apreendidos	215.147.452
	1.9.3.1.02.1.1 Alienação de Bens e Mercadorias Apreendidos - Principal	214.977.959
	1.9.3.1.02.1.2 Alienação de Bens e Mercadorias Apreendidos - Multas e Juros	169.493
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.109.273.734
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	1.109.010.833
	1.6.1.1.04.0.1 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	262.901
172	Outras Contribuições Econômicas	65.286
	1.2.2.1.99.1.2 Outras Contribuições Econômicas - Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Multas e Juros	65.286
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	20.334.201
	1.1.2.1.01.0.1 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	20.334.201
175	Taxas por Serviços Públicos	174.693.793
	1.1.2.2.01.0.1 Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Principal	174.693.793
25.104	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional	3.596.692.510
132	Recursos destinados ao FUNDAF	2.904.860.655
	1.1.1.1.01.0.8 Imposto sobre a Importação - Juros da Dívida Ativa	3.522.141
	1.1.1.1.02.0.8 Imposto sobre a Exportação - Juros da Dívida Ativa	11.956.683
	1.1.1.2.01.2.8 Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Juros da Dívida Ativa	1.063.667
	1.1.1.3.01.0.8 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Juros da Dívida Ativa	310.701.674

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1.1.1.3.02.0.8 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Juros da Dívida Ativa	435.105.571
	1.1.1.3.03.1.8 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Juros da Dívida Ativa	108.676.164
	1.1.1.4.01.5.8 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Juros da Dívida Ativa	108.191.764
	1.1.1.5.02.0.8 Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Demais Operações - Juros da Dívida Ativa	24.055.632
	1.2.1.1.01.0.8 Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Juros da Dívida Ativa	292.550.280
	1.2.1.1.49.0.8 Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Parcelamentos - Juros da Dívida Ativa	828.494.642
	1.2.1.2.01.0.8 Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Juros da Dívida Ativa	72.460.391
	1.2.1.2.02.0.8 Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Juros da Dívida Ativa	5.858.187
	1.2.1.2.49.0.8 Contribuição para o PIS/PASEP - Parcelamentos - Juros da Dívida Ativa	203.624.884
	1.2.1.3.01.0.8 Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Juros da Dívida Ativa	82.111.698
	1.2.1.3.02.0.8 Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Juros da Dívida Ativa	272.779
	1.2.1.3.49.0.8 Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Parcelamentos - Juros da Dívida Ativa	411.310.662
	1.2.2.1.03.0.4 Contribuição sobre Apostas em Competições Hípicas - Dívida Ativa - Multas e Juros	3.803.362
	1.2.2.1.08.2.8 Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Combustíveis - Comercialização - Juros da Dívida Ativa	1.100.474
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	7.883
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	7.883
186	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	691.823.972
	1.9.9.9.12.1.1 Encargos Legais pela Inscrição em Dívida Ativa - Principal	691.823.972
25.203	Comissão de Valores Mobiliários	683.331.799
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	24.884
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	24.884
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	682.854.744
	1.1.2.1.01.0.1 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	561.082.159
	1.1.2.1.01.0.3 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa	7.586.126
	1.9.1.1.01.0.1 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	106.565.716
	1.9.1.1.01.0.3 Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	7.620.743
180	Recursos Próprios Financeiros	452.171
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	452.171
25.208	Superintendência de Seguros Privados	202.740.799
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	124.553
	1.9.2.2.06.3.1 Restituição de Despesas Primárias de Exercícios Anteriores - Principal	124.553
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	173.525.374
	1.1.2.1.01.0.1 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	164.134.666
	1.9.1.1.01.0.1 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	9.072.240
	1.9.1.1.01.0.3 Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	318.468
180	Recursos Próprios Financeiros	29.090.872
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	29.077.650
	1.6.4.1.01.0.1 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	13.222
25.296	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro	519.883.294
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	2.229.497
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	16.184
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	2.210.517
	1.9.1.1.01.0.2 Multas Previstas em Legislação Específica - Multas e Juros	2.796
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	413.541.873
	1.1.2.1.01.0.1 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	275.142.000
	1.1.2.1.01.0.3 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa	6.328.308
	1.9.1.1.01.0.1 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	79.804.898
	1.9.1.1.01.0.3 Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	50.418.628
	1.9.1.1.01.0.4 Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa - Multas e Juros	1.771.211
	7.1.2.1.01.0.1 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal - Operações Intraorçamentárias	76.828
180	Recursos Próprios Financeiros	104.111.924
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	104.000.000
	1.6.4.1.01.0.1 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	111.924
25.297	Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI	612.695.061
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	475.866.121
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	16.574
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	4.803.725
	1.6.1.1.03.0.1 Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	468.962.337
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	309.826
	1.9.9.9.99.2.1 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	5.922
	1.9.9.9.99.2.3 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Dívida Ativa	9.312
	7.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal - Operações Intraorçamentárias	1.952
	7.6.1.1.03.0.1 Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal - Operações Intraorçamentárias	1.756.473

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
180	Recursos Próprios Financeiros	136.828.940
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	136.673.644
2.3.1.1.07.1.1	Amortização de Financiamentos em Geral - Principal	155.296
25.298	Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA	226.541.535
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	291.902
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	44.613
1.3.1.1.02.0.1	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	247.289
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	224.819.126
1.1.2.1.01.0.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	224.819.126
180	Recursos Próprios Financeiros	1.430.507
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	1.430.507
25.300	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada	126.872
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	126.872
1.9.2.2.99.0.1	Outras Restituições - Principal	126.872
25.301	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	1.664.690
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	297.857
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	164.891
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	72.328
1.9.9.9.99.2.1	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	60.638
180	Recursos Próprios Financeiros	1.366.833
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	1.366.833
25.302	Fundação Escola Nacional de Administração Pública	681.391
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	681.391
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	29.353
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	19.768
1.9.2.2.99.0.1	Outras Restituições - Principal	631.086
7.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal - Operações Intraorçamentárias	1.184
25.903	Fundo de Compensação e Variações Salariais	1.024.236.839
180	Recursos Próprios Financeiros	1.024.236.839
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	766.317.224
1.6.4.1.01.0.1	Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	257.919.615
25.916	Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade - FGPC	115.310.974
180	Recursos Próprios Financeiros	115.310.974
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	108.566.846
1.6.4.1.01.0.1	Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	6.737.872
1.6.4.1.01.0.2	Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Multas e Juros	6.256
26.000	Ministério da Educação	26.196.519.315
108	Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	10.432.830.810
113	Contribuição do Salário-Educação	9.957.806.654
136	Recursos Vinculados a Aplicações em Outras Políticas Públicas	12.298.004
142	Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	2.849.959.970
148	Operações de Crédito Externas - em Moeda	33.000.000
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	972.466.016
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	22.661.125
170	Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	32.389.567
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	30.527.574
180	Recursos Próprios Financeiros	22.750.437
181	Recursos de Convênios	47.685.111
186	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	1.697.065.710
193	Produto da Aplicação dos Recursos à Conta do Salário-Educação	84.082.096
196	Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais	996.241
26.101	Ministério da Educação - Administração Direta	14.992.154.494
108	Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	10.432.830.810
1.3.4.1.02.2.1	Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal	612.562.534
1.3.4.1.03.1.1	Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal	80.476.086
1.3.4.1.03.2.1	Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal	1.223.787.109
1.3.4.1.04.2.1	Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal	7.284.735.081
1.5.1.1.01.0.1	Receita Industrial - Principal	1.231.270.000
136	Recursos Vinculados a Aplicações em Outras Políticas Públicas	12.298.004
1.9.2.2.06.3.1	Restituição de Despesas Primárias de Exercícios Anteriores - Principal	12.298.004
142	Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	2.849.959.970
1.3.4.1.02.4.1	Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal	855.460.716

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1.3.4.1.03.4.1 Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal	1.710.922.384
	1.3.4.1.04.4.1 Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal	283.576.870
186	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	1.697.065.710
	1.9.2.2.12.0.1 Restituição de Depósitos de Sentenças Judiciais Não Sacados - Principal	1.697.065.710
26.201	Colégio Pedro II	4.158.139
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	4.158.139
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	34.832
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	10.045
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	4.073.600
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	39.662
26.230	Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco	37.231
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	31.067
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	26.729
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	4.338
170	Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	6.164
	1.6.3.1.01.0.1 Serviços de Atendimento à Saúde em Unidades do Governo Federal - Principal	6.164
26.231	Universidade Federal de Alagoas	3.252.252
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	3.252.252
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	379.512
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	1.626.950
	1.9.1.1.01.0.1 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	4.599
	1.9.2.3.99.0.1 Outros Ressarcimentos - Principal	1.241.191
26.232	Universidade Federal da Bahia	22.464.825
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	22.459.942
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.630.044
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	1.813
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	17.775.544
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	3.042.350
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	7.347
	1.9.9.9.99.2.1 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	2.844
180	Recursos Próprios Financeiros	4.883
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	4.883
26.233	Universidade Federal do Ceará	8.619.756
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	8.058.578
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.771.645
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	5.900
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	2.708.650
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	180.621
	1.9.1.1.01.0.1 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	2.999
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	38.487
	1.9.2.3.99.0.1 Outros Ressarcimentos - Principal	1.351.831
	7.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal - Operações Intraorçamentárias	1.998.445
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	561.178
	2.2.1.3.01.0.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	561.178
26.234	Universidade Federal do Espírito Santo	25.221.295
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	24.701.484
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	4.191.915
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	60.200
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	19.226.360
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	757.900
	1.6.1.1.04.0.1 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	315.109
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	150.000
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	293.750
	2.2.1.3.01.0.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	293.750
180	Recursos Próprios Financeiros	226.061
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	226.061
26.235	Universidade Federal de Goiás	12.530.328
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	12.530.328
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.044.000
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	11.482.230
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	4.098
26.236	Universidade Federal Fluminense	16.952.884
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	16.952.884
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	2.492.957
	1.3.1.1.01.1.2 Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	1.560

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	75.130
	1.5.1.1.01.0.1 Receita Industrial - Principal	14.248
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	14.249.006
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	68.427
	1.9.9.9.99.2.1 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	51.556
26.237	Universidade Federal de Juiz de Fora	104.496.122
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	99.570.415
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	64.301
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	88.573.212
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	3.932.436
	1.6.1.1.04.0.1 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	559.803
	1.6.9.9.99.0.1 Outros Serviços - Principal	10.603
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	7.729
	1.9.9.9.99.2.1 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	6.411.315
	1.9.9.9.99.2.2 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Multas e Juros	11.016
180	Recursos Próprios Financeiros	4.925.707
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	4.925.707
26.238	Universidade Federal de Minas Gerais	33.140.730
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	32.110.344
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	8.517.384
	1.3.1.1.02.0.1 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	312.000
	1.3.2.2.01.0.1 Dividendos - Principal	27.951
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	19.669.340
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	2.205.000
	1.6.1.1.03.0.1 Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	1.363.810
	7.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal - Operações Intraorçamentárias	14.859
180	Recursos Próprios Financeiros	1.030.386
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	1.030.386
26.239	Universidade Federal do Pará	25.886.684
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	21.669.153
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	702.297
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	16.673.150
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	3.527.100
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	44.630
	7.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal - Operações Intraorçamentárias	721.976
180	Recursos Próprios Financeiros	258.372
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	258.372
181	Recursos de Convênios	3.959.159
	1.7.2.4.01.0.1 Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	3.619.635
	1.7.4.1.01.0.1 Transferências de Instituições Privadas para Órgãos e Entidades da União - Principal	339.524
26.240	Universidade Federal da Paraíba	7.195.406
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	7.195.406
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	731.967
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	160.190
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	1.136.024
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	5.167.225
26.241	Universidade Federal do Paraná	25.142.308
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	15.944.428
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	4.923.722
	1.5.1.1.01.0.1 Receita Industrial - Principal	21.737
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	4.459.596
	1.6.1.1.01.0.2 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Multas e	15.648
	1.6.1.1.04.0.1 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	58.770
	1.6.9.9.99.0.1 Outros Serviços - Principal	1.269.205
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	40.713
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	5.150.271
	1.9.9.9.99.2.1 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	4.766
180	Recursos Próprios Financeiros	2.577.558
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	2.577.558
181	Recursos de Convênios	6.620.322
	1.7.2.4.01.0.1 Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	4.820.322
	2.4.2.2.01.0.1 Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	1.800.000
26.242	Universidade Federal de Pernambuco	15.071.938
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	13.787.938

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	2.920.641
	1.3.1.1.01.1.2 Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	3.216
	1.5.1.1.01.0.1 Receita Industrial - Principal	48.547
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	8.182.901
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	381.199
	1.6.1.1.04.0.1 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	346.178
	1.6.9.9.99.0.1 Outros Serviços - Principal	6.000
	1.9.9.9.99.2.1 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	10.020
	7.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal - Operações Intraorçamentárias	1.889.236
181	Recursos de Convênios	1.284.000
	1.7.2.4.01.0.1 Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	954.000
	1.7.3.2.01.0.1 Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	330.000
26.243	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	12.780.094
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	12.698.137
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.563.887
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	9.228.426
	1.6.1.1.04.0.1 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	47.316
	1.6.9.9.99.0.1 Outros Serviços - Principal	154.086
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	2.675
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	423.745
	1.9.9.9.99.2.1 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	9.422
	7.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias	45.179
	7.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal - Operações Intraorçamentárias	1.223.401
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	81.957
	2.2.1.3.01.0.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	81.957
26.244	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	30.713.031
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	30.681.831
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	2.525.472
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	590.952
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	25.033.198
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	432.209
	7.6.1.1.04.0.1 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal - Operações Intraorçamentárias	2.100.000
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	31.200
	2.2.1.3.01.0.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	31.200
26.245	Universidade Federal do Rio de Janeiro	45.108.805
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	45.108.805
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	41.100.286
	1.3.1.1.01.1.2 Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	2.358
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	591.489
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	930.552
	1.9.1.1.01.0.1 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	9.142
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	120.689
	1.9.9.9.99.2.1 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	342.924
	7.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal - Operações Intraorçamentárias	2.011.365
26.246	Universidade Federal de Santa Catarina	38.762.036
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	37.930.520
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	5.233.056
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	2.125.000
	1.5.1.1.01.0.1 Receita Industrial - Principal	452.500
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	23.086.672
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	6.602.836
	1.9.2.1.99.0.1 Outras Indenizações - Principal	150.456
	1.9.9.9.99.2.2 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Multas e Juros	280.000
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	16.115
	2.2.1.3.01.0.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	16.115
180	Recursos Próprios Financeiros	815.401
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	815.401
26.247	Universidade Federal de Santa Maria	4.994.510
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	4.585.439
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	908.388
	1.3.1.1.01.1.2 Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	2.388
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	2.923.079
	1.6.1.1.01.0.2 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Multas e	1.260
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	691.536

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
180	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	58.788
	Recursos Próprios Financeiros	409.071
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	409.071
26.248	Universidade Federal Rural de Pernambuco	1.042.278
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.029.129
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	424.555
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	19.197
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	246.827
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	330.684
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	7.866
180	Recursos Próprios Financeiros	13.149
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	13.149
26.249	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	1.900.252
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.900.252
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.790.494
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	12.408
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	74.492
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	22.858
26.250	Fundação Universidade Federal de Roraima	517.675
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	517.675
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	190.819
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	203.592
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	15.407
	1.9.9.9.99.2.1 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	107.857
26.251	Fundação Universidade Federal do Tocantins	5.401.342
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	5.401.342
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	112.417
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	99.912
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	897.922
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	4.146.600
	1.9.1.1.01.0.1 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	4.215
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	9.984
	1.9.9.9.99.2.1 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	130.292
26.252	Universidade Federal de Campina Grande	309.938
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	309.938
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	224.996
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	4.224
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	80.718
26.253	Universidade Federal Rural da Amazônia	172.785
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	89.050
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	89.050
180	Recursos Próprios Financeiros	83.735
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	83.735
26.254	Universidade Federal do Triângulo Mineiro	561.358
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	561.358
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	167.632
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	61.000
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	329.480
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	3.246
26.255	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	2.893.523
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	2.868.523
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	69.328
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	121.536
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	187.219
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	2.490.440
181	Recursos de Convênios	10.000
	1.7.2.4.01.0.1 Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	10.000
196	Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais	15.000
	1.7.4.1.01.0.1 Transferências de Instituições Privadas para Órgãos e Entidades da União - Principal	15.000
26.256	Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca	4.162.976
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.011.671
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	228.435
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	1.736
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	781.500
181	Recursos de Convênios	3.151.305
	2.4.4.1.01.0.1 Transferências de Instituições Privadas para Órgãos e Entidades da União - Principal	3.151.305

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
26.257	Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais	3.077.742
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	2.781.784
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.162.595
1.3.5.1.02.0.1	Direito de Uso da Imagem e de Reprodução dos Bens do Acervo Patrimonial - Principal	7.672
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	606.258
1.6.1.1.02.0.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	969.600
1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	35.659
181	Recursos de Convênios	295.958
1.7.3.2.01.0.1	Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	295.958
26.258	Universidade Tecnológica Federal do Paraná	6.897.137
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	6.832.302
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	442.378
1.4.1.1.01.0.1	Receita Agropecuária - Principal	646.250
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	4.753.795
1.6.1.1.02.0.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	560.196
1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	71.664
1.9.2.2.99.0.1	Outras Restituições - Principal	358.019
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	63.100
2.2.1.3.01.0.1	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	63.100
170	Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	1.735
1.6.3.1.01.0.1	Serviços de Atendimento à Saúde em Unidades do Governo Federal - Principal	1.735
26.260	Universidade Federal de Alenas	1.772.469
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.772.469
1.3.1.1.02.0.1	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	287.781
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	1.225.268
1.6.1.1.02.0.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	259.420
26.261	Universidade Federal de Itajubá	1.010.201
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.010.201
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	213.529
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	308.569
1.6.1.1.04.0.1	Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	410.907
1.6.9.9.99.0.1	Outros Serviços - Principal	77.196
26.262	Universidade Federal de São Paulo	11.280.315
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	11.258.908
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	174.549
1.3.1.1.02.0.1	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	3.587.602
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	3.497.190
1.6.1.1.02.0.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	3.973.803
1.6.1.1.03.0.1	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	25.764
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	21.407
2.2.1.3.01.0.1	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	21.407
26.263	Universidade Federal de Lavras	5.579.800
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	5.505.400
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	733.570
1.4.1.1.01.0.1	Receita Agropecuária - Principal	923.012
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	2.357.064
1.6.1.1.02.0.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	1.407.299
1.6.1.1.04.0.1	Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	51.690
1.9.9.9.99.2.1	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	3.737
1.9.9.9.99.2.2	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Multas e Juros	29.028
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	74.400
2.2.1.3.01.0.1	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	74.400
26.264	Universidade Federal Rural do Semi-Árido	425.344
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	409.876
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	129.716
1.4.1.1.01.0.1	Receita Agropecuária - Principal	27.178
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	251.558
1.6.1.1.04.0.1	Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	1.424
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	15.468
2.2.1.3.01.0.1	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	15.468
26.266	Fundação Universidade Federal do Pampa	721.494
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	604.994
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	259.192
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	184.498
1.6.1.1.02.0.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	122.112
1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	39.192

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	45.000
2.2.1.3.01.0.1	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	45.000
180	Recursos Próprios Financeiros	71.500
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	71.500
26.267	Universidade Federal da Integração Latino Americana	1.691.400
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	24.800
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	24.800
180	Recursos Próprios Financeiros	48.771
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	48.771
181	Recursos de Convênios	1.617.829
1.7.2.4.01.0.1	Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	617.829
2.4.4.1.01.0.1	Transferências de Instituições Privadas para Órgãos e Entidades da União - Principal	1.000.000
26.268	Fundação Universidade Federal de Rondônia	690.938
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	685.005
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	567.531
1.6.1.1.02.0.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	107.148
1.9.2.2.99.0.1	Outras Restituições - Principal	10.326
180	Recursos Próprios Financeiros	5.933
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	5.933
26.269	Fundação Universidade do Rio de Janeiro	269.910
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	269.910
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	22.365
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	247.545
26.270	Fundação Universidade do Amazonas	1.672.061
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.515.423
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	93.984
1.3.1.1.01.1.2	Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	2.988
1.4.1.1.01.0.1	Receita Agropecuária - Principal	7.092
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	1.398.222
1.9.2.2.99.0.1	Outras Restituições - Principal	13.137
180	Recursos Próprios Financeiros	156.638
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	156.638
26.271	Fundação Universidade de Brasília	97.331.344
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	92.332.525
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	49.638.918
1.3.1.1.01.1.2	Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	89.214
1.3.9.9.99.0.1	Outras Receitas Patrimoniais - Principal	11.325.414
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	30.762.708
1.6.1.1.02.0.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	219.288
1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	296.983
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	4.500.036
2.2.2.1.01.0.1	Alienação de Bens Imóveis em Geral - Principal	4.500.036
180	Recursos Próprios Financeiros	498.783
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	498.783
26.272	Fundação Universidade Federal do Maranhão	5.070.633
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	5.039.339
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	291.475
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	4.275.685
1.6.1.1.01.0.2	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Multas e	2.496
1.9.9.9.99.2.1	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	16.642
7.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	453.041
180	Recursos Próprios Financeiros	31.294
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	31.294
26.273	Fundação Universidade Federal do Rio Grande	3.548.773
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.506.198
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	179.127
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	1.327.071
180	Recursos Próprios Financeiros	202.575
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	202.575
181	Recursos de Convênios	1.840.000
1.7.3.2.01.0.1	Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	50.000
2.4.3.2.01.0.1	Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	1.790.000
26.274	Universidade Federal de Uberlândia	2.275.061
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	2.113.220
1.3.2.2.01.0.1	Dividendos - Principal	13.656

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	1.646.038
	1.9.1.1.01.0.1 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	2.349
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	2.120
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	449.057
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	99.842
	2.2.1.3.01.0.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	99.842
180	Recursos Próprios Financeiros	61.999
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	61.999
26.275	Fundação Universidade Federal do Acre	1.144.044
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.144.044
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	246.564
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	513.880
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	326.900
	1.6.1.1.04.0.1 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	56.700
26.276	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso	4.465.235
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	4.465.235
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	367.316
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	1.909.454
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	1.785.300
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	37.741
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	257.261
	7.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias	108.163
26.277	Fundação Universidade Federal de Ouro Preto	5.850.554
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	4.650.314
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.522.337
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	2.853.873
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	272.150
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	1.954
181	Recursos de Convênios	1.200.240
	1.7.3.2.01.0.1 Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	1.200.240
26.278	Fundação Universidade Federal de Pelotas	3.591.068
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	2.436.686
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	267.562
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	23.256
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	594.605
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	1.488.100
	1.6.1.1.04.0.1 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	39.264
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	23.899
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	149.290
	2.2.1.3.01.0.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	149.290
180	Recursos Próprios Financeiros	23.851
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	23.851
196	Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais	981.241
	2.4.9.1.01.0.1 Transferências de Pessoas Físicas para Órgãos e Entidades da União - Principal	981.241
26.279	Fundação Universidade Federal do Piauí	6.099.987
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	6.099.987
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	340.970
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	3.675.774
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	1.887.160
	1.6.9.9.99.0.1 Outros Serviços - Principal	35.089
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	1.815
	1.9.2.3.99.0.1 Outros Ressarcimentos - Principal	159.179
26.280	Fundação Universidade Federal de São Carlos	3.459.627
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	3.459.627
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	3.454.535
	1.6.1.1.03.0.1 Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	1.511
	1.6.1.1.04.0.1 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	1.194
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	2.387
26.281	Fundação Universidade Federal de Sergipe	1.372.159
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.372.159
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.130.893
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	224.666
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	2.475
	1.9.9.9.99.2.2 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Multas e Juros	14.125
26.282	Fundação Universidade Federal de Viçosa	11.646.079
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	10.934.506

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	751.718
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	9.313.491
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	853.540
	1.6.9.9.99.0.1 Outros Serviços - Principal	1.143
	1.9.1.1.01.0.1 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	14.614
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	99.400
	2.2.1.3.01.0.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	99.400
180	Recursos Próprios Financeiros	612.173
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	612.173
26.283	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	35.580.280
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	3.190.072
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.879.073
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	4.476
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	1.264.056
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	42.467
170	Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	32.381.668
	1.6.3.2.01.0.1 Serviços de Assistência à Saúde Suplementar de Servidores Cíveis - Principal	32.381.668
180	Recursos Próprios Financeiros	8.540
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	8.540
26.284	Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	521.828
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	521.828
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	4.317
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	459.000
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	58.511
26.285	Fundação Universidade Federal de São João del-Rei	641.025
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	641.025
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	202.174
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	69.220
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	368.400
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	1.231
26.286	Fundação Universidade Federal do Amapá	260.629
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	260.629
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	139.006
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	121.623
26.290	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira	145.509.999
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	114.982.425
	1.3.1.1.02.0.1 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	2.117
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	114.880.000
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	94.596
	1.9.9.9.99.2.1 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	5.712
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	30.527.574
	1.1.2.1.01.0.1 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	30.527.574
26.291	Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior	6.171.577
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	834.255
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	190.817
	1.9.9.9.99.2.1 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	643.438
180	Recursos Próprios Financeiros	5.337.322
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	5.337.322
26.292	Fundação Joaquim Nabuco	298.495
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	47.469
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	47.469
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	251.026
	2.2.1.3.01.0.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	251.026
26.294	Hospital de Clínicas de Porto Alegre	84.302.545
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	82.604.794
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	3.402.684
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	2.662.707
	1.6.1.1.01.0.2 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Multas e	1.992
	1.6.1.1.03.0.1 Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	1.056
	1.6.3.1.01.0.1 Serviços de Atendimento à Saúde em Unidades do Governo Federal - Principal	70.965.000
	1.6.3.1.01.0.2 Serviços de Atendimento à Saúde em Unidades do Governo Federal - Multas e Juros	2.604
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	480.480
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	129.820
	1.9.9.9.99.2.1 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	4.893.229
	7.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	1.182
	- Operações Intraorçamentárias	
	7.6.3.1.01.0.1 Serviços de Atendimento à Saúde em Unidades do Governo Federal - Principal - Operações	64.040

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
180	Recursos Próprios Financeiros	158.067
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	158.067
181	Recursos de Convênios	1.539.684
1.7.2.4.01.0.1	Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	1.539.684
26.298	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	10.083.980.262
113	Contribuição do Salário-Educação	9.957.806.654
1.2.1.9.04.1.1	Contribuição Social do Salário-Educação - Principal	9.843.244.459
1.2.1.9.04.1.2	Contribuição Social do Salário-Educação - Multas e Juros	38.281.727
1.2.1.9.04.1.3	Contribuição Social do Salário-Educação - Dívida Ativa	49.752.072
1.2.1.9.04.1.4	Contribuição Social do Salário-Educação - Dívida Ativa - Multas e Juros	26.528.396
148	Operações de Crédito Externas - em Moeda	33.000.000
2.1.2.2.01.0.1	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo - Principal	33.000.000
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	9.091.512
1.9.2.2.99.0.1	Outras Restituições - Principal	9.042.444
1.9.2.2.99.0.2	Outras Restituições - Multas e Juros	49.068
193	Produto da Aplicação dos Recursos à Conta do Salário-Educação	84.082.096
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	84.082.096
26.350	Fundação Universidade Federal da Grande Dourados	3.739.034
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	3.739.034
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	225.000
1.4.1.1.01.0.1	Receita Agropecuária - Principal	1.026.968
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	837.391
1.6.1.1.02.0.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	900.000
1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	701.827
1.9.2.2.99.0.1	Outras Restituições - Principal	47.848
26.351	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	1.026.896
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.026.896
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	65.456
1.4.1.1.01.0.1	Receita Agropecuária - Principal	78.816
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	880.000
1.9.2.2.99.0.1	Outras Restituições - Principal	2.624
26.352	Fundação Universidade Federal do ABC	1.569.685
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.569.685
1.3.1.1.02.0.1	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	581.325
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	529.044
1.6.1.1.02.0.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	335.100
1.6.9.9.99.0.1	Outros Serviços - Principal	28.004
1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	96.212
26.402	Instituto Federal de Alagoas	22.652.402
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.036.703
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	26.196
1.3.1.1.02.0.1	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	118.404
1.4.1.1.01.0.1	Receita Agropecuária - Principal	14.025
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	61.200
1.6.1.1.02.0.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	815.749
1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	1.129
181	Recursos de Convênios	21.615.699
2.4.2.2.01.0.1	Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	21.615.699
26.403	Instituto Federal do Amazonas	1.030.753
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.030.753
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	3.020
1.4.1.1.01.0.1	Receita Agropecuária - Principal	30.655
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	22.678
1.6.1.1.02.0.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	974.400
26.404	Instituto Federal Baiano	639.497
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	639.497
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	41.096
1.4.1.1.01.0.1	Receita Agropecuária - Principal	533.808
1.6.1.1.02.0.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	57.612
1.9.2.2.99.0.1	Outras Restituições - Principal	6.981
26.405	Instituto Federal do Ceará	590.012
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	590.012
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	90.341
1.3.1.1.02.0.1	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	2.710
1.4.1.1.01.0.1	Receita Agropecuária - Principal	336.690
1.5.1.1.01.0.1	Receita Industrial - Principal	4.320

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
26.406	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	107.356
	1.6.1.1.04.0.1 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	48.595
26.406	Instituto Federal do Espírito Santo	2.526.232
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	2.526.232
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	576.569
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	870.107
	1.5.1.1.01.0.1 Receita Industrial - Principal	755.942
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	278.671
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	19.999
	1.9.9.9.99.2.1 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	24.944
26.407	Instituto Federal Goiano	1.359.211
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.359.211
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	31.511
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	1.285.158
	1.5.1.1.01.0.1 Receita Industrial - Principal	27.655
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	14.887
26.408	Instituto Federal do Maranhão	1.973.076
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.973.076
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	182.470
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	30.636
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	23.654
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	1.550.800
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	2.477
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	183.039
26.409	Instituto Federal de Minas Gerais	18.678.123
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	4.328.123
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	138.989
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	545.997
	1.5.1.1.01.0.1 Receita Industrial - Principal	1.143.529
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	1.223.900
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	1.272.348
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	1.549
	1.9.9.9.99.2.1 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	1.811
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	14.350.000
	2.2.2.1.01.0.1 Alienação de Bens Imóveis em Geral - Principal	14.350.000
26.410	Instituto Federal do Norte de Minas Gerais	1.086.969
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	873.769
	1.3.1.1.02.0.1 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	41.890
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	297.291
	1.5.1.1.01.0.1 Receita Industrial - Principal	102.001
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	22.639
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	407.964
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	1.984
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	213.200
	2.2.1.3.01.0.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	213.200
26.411	Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais	2.000.752
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.839.922
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	57.720
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	459.914
	1.5.1.1.01.0.1 Receita Industrial - Principal	673.322
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	251.400
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	397.566
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	160.830
	2.2.1.3.01.0.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	160.830
26.412	Instituto Federal do Sul de Minas Gerais	3.991.306
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	3.980.324
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	26.342
	1.3.1.1.02.0.1 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	4.394
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	1.645.104
	1.5.1.1.01.0.1 Receita Industrial - Principal	980.475
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	572.932
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	498.750
	1.6.1.1.04.0.1 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	237.600
	1.9.2.3.99.0.1 Outros Ressarcimentos - Principal	14.727
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	10.982
	2.2.1.3.01.0.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	10.982
26.413	Instituto Federal do Triângulo Mineiro	1.368.724

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.368.724
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	2.551
1.4.1.1.01.0.1	Receita Agropecuária - Principal	1.074.022
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	52.960
1.6.1.1.02.0.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	236.369
1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	2.822
26.414	Instituto Federal do Mato Grosso	4.786.737
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	3.278.837
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	2.135.631
1.4.1.1.01.0.1	Receita Agropecuária - Principal	124.000
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	970.000
1.6.9.9.99.0.1	Outros Serviços - Principal	35.455
1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	5.028
1.9.2.2.99.0.1	Outras Restituições - Principal	8.723
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	1.500.500
2.2.1.3.01.0.1	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	1.500.500
180	Recursos Próprios Financeiros	7.400
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	7.400
26.416	Instituto Federal do Pará	1.252.650
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.252.650
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	16.079
1.4.1.1.01.0.1	Receita Agropecuária - Principal	81.103
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	945.348
1.6.1.1.02.0.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	210.120
26.417	Instituto Federal da Paraíba	2.595.425
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	2.595.425
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	213.125
1.3.1.1.02.0.1	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	4.980
1.4.1.1.01.0.1	Receita Agropecuária - Principal	38.340
1.5.1.1.01.0.1	Receita Industrial - Principal	15.200
1.6.1.1.02.0.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	2.323.780
26.418	Instituto Federal de Pernambuco	1.558.381
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.558.381
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	84.628
1.4.1.1.01.0.1	Receita Agropecuária - Principal	297.279
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	2.214
1.6.1.1.02.0.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	1.174.260
26.419	Instituto Federal do Rio Grande do Sul	1.737.881
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.732.881
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	43.722
1.4.1.1.01.0.1	Receita Agropecuária - Principal	1.281.117
1.5.1.1.01.0.1	Receita Industrial - Principal	136.145
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	140.080
1.6.1.1.01.0.2	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Multas e	12.204
1.6.1.1.02.0.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	72.400
1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	9.960
1.9.9.9.99.2.1	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	37.253
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	5.000
2.2.1.3.01.0.1	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	5.000
26.420	Instituto Federal Farroupilha	1.281.569
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.281.569
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	29.690
1.4.1.1.01.0.1	Receita Agropecuária - Principal	1.200.142
1.5.1.1.01.0.1	Receita Industrial - Principal	27.132
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	24.605
26.421	Instituto Federal de Rondônia	238.108
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	230.409
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	5.182
1.4.1.1.01.0.1	Receita Agropecuária - Principal	151.092
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	37.653
1.6.1.1.02.0.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	29.940
1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	6.542
180	Recursos Próprios Financeiros	7.699
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	7.699
26.422	Instituto Federal Catarinense	822.490
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	822.490
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	63.652

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	635.275
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	49.560
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	72.891
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	1.112
26.423	Instituto Federal de Sergipe	86.011
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	86.011
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	11.119
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	74.892
26.424	Instituto Federal do Tocantins	151.214
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	151.214
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	9.538
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	132.113
	1.5.1.1.01.0.1 Receita Industrial - Principal	3.138
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	6.425
26.426	Instituto Federal do Amapá	26.484
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	26.484
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	26.484
26.427	Instituto Federal da Bahia	2.892.935
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	2.892.935
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	201.235
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	2.691.700
26.428	Instituto Federal de Brasília	71.400
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	71.400
	1.3.1.1.02.0.1 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	6.314
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	40.080
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	1.968
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	23.038
26.429	Instituto Federal de Goiás	286.135
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	286.135
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	13.537
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	232.696
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	39.902
26.430	Instituto Federal do Sertão Pernambucano	258.962
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	258.962
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	7.202
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	12.036
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	239.724
26.431	Instituto Federal do Piauí	29.589
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	29.589
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	7.355
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	22.234
26.432	Instituto Federal do Paraná	1.712.728
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	942.057
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	84.843
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	855.150
	1.9.9.9.99.2.2 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Multas e Juros	2.064
180	Recursos Próprios Financeiros	22.481
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	22.481
181	Recursos de Convênios	748.190
	1.7.2.4.01.0.1 Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	748.190
26.433	Instituto Federal do Rio de Janeiro	4.669.398
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	4.669.398
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	931.748
	1.3.1.1.02.0.1 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	73.300
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	386.250
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	12.900
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	3.240.000
	1.9.2.3.99.0.1 Outros Ressarcimentos - Principal	25.200
26.434	Instituto Federal Fluminense	3.437.540
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	3.401.630
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	257.568
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	116.737
	1.5.1.1.01.0.1 Receita Industrial - Principal	159.765
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	1.692
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	2.863.075
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	2.793

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	35.910
2.2.1.3.01.0.1	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	35.910
26.435	Instituto Federal do Rio Grande do Norte	2.558.920
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	2.558.920
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	307.047
1.4.1.1.01.0.1	Receita Agropecuária - Principal	227.657
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	1.978.710
1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	41.076
1.9.2.2.99.0.1	Outras Restituições - Principal	4.430
26.436	Instituto Federal Sul-rio-grandense	1.051.160
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.051.160
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	80.964
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	59.973
1.6.1.1.02.0.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	905.028
1.9.2.2.99.0.1	Outras Restituições - Principal	5.195
26.437	Instituto Federal de Roraima	12.365
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	12.365
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	10.170
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	2.195
26.438	Instituto Federal de Santa Catarina	747.897
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	747.897
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	12.393
1.6.1.1.02.0.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	735.504
26.439	Instituto Federal de São Paulo	4.244.468
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	4.244.468
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	159.917
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	30.946
1.6.1.1.02.0.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	3.993.000
1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	60.605
26.440	Universidade Federal da Fronteira Sul	944.151
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	236.018
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	58.785
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	21.500
1.6.1.1.02.0.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	151.081
1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	4.652
180	Recursos Próprios Financeiros	5.033
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	5.033
181	Recursos de Convênios	703.100
1.7.2.4.01.0.1	Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	534.800
1.7.4.1.01.0.1	Transferências de Instituições Privadas para Órgãos e Entidades da União - Principal	22.800
2.4.2.2.01.0.1	Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	145.500
26.441	Universidade Federal do Oeste do Pará	1.245.663
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	75.165
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	39.704
1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	35.461
180	Recursos Próprios Financeiros	71.498
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	71.498
181	Recursos de Convênios	1.099.000
1.7.2.4.01.0.1	Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	1.099.000
26.442	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira	22.280
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	22.280
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	12.457
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	4.931
1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	4.892
26.443	Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares	102.458.425
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	97.509.697
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	143.033
1.3.1.1.02.0.1	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	352.378
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	660.960
1.6.1.1.02.0.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	5.210.400
1.6.3.1.01.0.1	Serviços de Atendimento à Saúde em Unidades do Governo Federal - Principal	88.974.908
1.9.1.1.01.0.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	105.617
1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	713.998
1.9.2.2.99.0.1	Outras Restituições - Principal	1.348.403
180	Recursos Próprios Financeiros	4.948.728

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	4.948.728
26.447	Universidade Federal do Oeste da Bahia	167.285
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	165.648
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	30.823
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	35.489
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	99.336
180	Recursos Próprios Financeiros	1.637
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	1.637
26.448	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará	2.165.747
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	40.930
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	4.615
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	23.915
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	12.400
180	Recursos Próprios Financeiros	124.192
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	124.192
181	Recursos de Convênios	2.000.625
	1.7.2.4.01.0.1 Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	382.103
	2.4.2.2.01.0.1 Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	1.618.522
26.449	Universidade Federal do Cariri	1.174.488
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.174.488
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	53.307
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	1.099.825
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	21.356
26.450	Universidade Federal do Sul da Bahia	57.775
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	57.775
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	28.711
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	29.064
26.452	Universidade Federal de Catalão	318.424
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	318.424
	1.3.1.1.02.0.1 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	2.069
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	254.300
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	62.055
26.453	Universidade Federal de Jataí	129.840
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	129.840
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	119.850
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	9.990
26.454	Universidade Federal de Rondonópolis	1.549
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.549
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.549
26.455	Universidade Federal do Delta do Parnaíba	676.800
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	676.800
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	157.200
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	369.600
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	150.000
26.456	Universidade Federal do Agreste de Pernambuco	191.685
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	191.685
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	8.185
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	183.500
26.457	Universidade Federal do Norte do Tocantins	2.367.074
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	2.285.540
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	5.000
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	16.500
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	75.000
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	2.189.040
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	81.534
	2.2.1.3.01.0.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	81.534
30.000	Ministério da Justiça e Segurança Pública	4.290.483.285
118	Receitas de Concursos de Prognósticos	2.104.548.352
139	Alienação de Bens Apreendidos	57.296.136
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	145.463.911
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	1.714.708.379
180	Recursos Próprios Financeiros	246.178.310
186	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	22.288.197
30.101	Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta	3.071.779
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	3.071.779

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
30.103	1.1.2.1.01.0.1 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	3.071.779
150	Arquivo Nacional	14.384
	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	14.384
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	14.384
30.107	Departamento de Polícia Rodoviária Federal	1.095.163.837
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	24.674.721
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	15.736.768
	1.9.1.1.01.0.1 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	8.449.556
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	384.864
	1.9.3.1.01.0.1 Bens, Direitos e Valores Perdidos em Favor do Poder Público - Principal	103.533
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	1.070.489.116
	1.9.1.1.14.0.1 Multas Previstas no Código de Trânsito Brasileiro - CTB - Principal	1.070.489.116
30.108	Departamento de Polícia Federal	353.448.487
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.186.746
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	222.398
	1.9.2.1.99.0.1 Outras Indenizações - Principal	927.597
	1.9.9.9.99.2.3 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Dívida Ativa	20.971
	1.9.9.9.99.2.4 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Dívida Ativa - Multas e Juros	15.780
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	303.976.817
	1.1.2.1.01.0.1 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	281.843.337
	1.9.1.1.01.0.1 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	22.133.480
180	Recursos Próprios Financeiros	25.996.727
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	25.996.727
186	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	22.288.197
	1.1.2.1.03.0.1 Taxa de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos - Principal	21.937.446
	1.9.1.1.12.0.1 Multas Previstas na Legislação Antidrogas - Principal	350.751
30.202	Fundação Nacional do Índio - FUNAI	482.636
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	482.636
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	20.509
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	6.481
	1.9.9.9.99.2.1 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	455.646
30.211	Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade(**)	39.477.711
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	39.477.711
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	39.355.000
	1.9.9.9.99.2.1 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	31.311
	7.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal - Operações Intraorçamentárias	91.400
30.905	Fundo de Defesa de Direitos Difusos	383.652.083
118	Receitas de Concursos de Prognósticos	398.329
	1.2.1.9.01.1.1 Contribuição sobre Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas - Principal	253.222
	1.2.1.9.01.1.2 Contribuição sobre Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas - Multas e Juros	145.107
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	8.167.400
	1.9.9.9.99.2.1 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	8.167.400
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	311.760.152
	1.9.1.1.04.0.1 Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos - Principal	270.982.643
	1.9.1.1.04.0.2 Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos - Multas e Juros	24.594.969
	1.9.1.1.04.0.3 Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos - Dívida Ativa	16.182.540
180	Recursos Próprios Financeiros	63.326.202
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	63.326.202
30.907	Fundo Penitenciário Nacional	322.682.257
118	Receitas de Concursos de Prognósticos	206.969.706
	1.3.9.1.01.1.1 Participação da União em Receita de Loteria Federal - Principal	2.104.536
	1.3.9.1.01.2.1 Participação da União em Receita de Loteria Esportiva - Principal	680.626
	1.3.9.1.01.4.1 Participação da União em Receita de Loterias de Prognósticos Numéricos - Principal	200.808.974
	1.3.9.1.01.6.1 Participação da União em Receita de Loteria de Prognóstico Específico - Principal	3.375.570
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	33.617.140
	1.9.3.1.01.0.1 Bens, Direitos e Valores Perdidos em Favor do Poder Público - Principal	30.178.944
	1.9.9.9.99.2.1 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	1.519.567
	1.9.9.9.99.2.2 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Multas e Juros	9.240
	1.9.9.9.99.2.3 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Dívida Ativa	1.484.911
	1.9.9.9.99.2.4 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Dívida Ativa - Multas e Juros	424.478
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	17.919.165
	1.9.1.1.08.0.1 Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais - Principal	17.919.165
180	Recursos Próprios Financeiros	64.176.246
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	64.176.246
30.911	Fundo Nacional de Segurança Pública	1.968.581.926
118	Receitas de Concursos de Prognósticos	1.897.180.317

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1.3.9.1.01.1.1 Participação da União em Receita de Loteria Federal - Principal	12.990.966
	1.3.9.1.01.2.1 Participação da União em Receita de Loteria Esportiva - Principal	7.820.396
	1.3.9.1.01.4.1 Participação da União em Receita de Loterias de Prognósticos Numéricos - Principal	1.859.491.103
	1.3.9.1.01.6.1 Participação da União em Receita de Loteria de Prognóstico Específico - Principal	16.877.852
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	1.919.300
	1.9.1.1.01.0.1 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	1.907.419
	1.9.1.1.01.0.2 Multas Previstas em Legislação Específica - Multas e Juros	11.881
180	Recursos Próprios Financeiros	69.482.309
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	69.482.309
30.912	Fundo Nacional Antidrogas	123.908.185
139	Alienação de Bens Apreendidos	57.296.136
	1.9.3.1.02.2.1 Alienação de Bens e Mercadorias Associados ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Drogas Afins -	57.296.136
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	37.843.173
	1.9.3.1.02.1.1 Alienação de Bens e Mercadorias Apreendidos - Principal	37.785.747
	1.9.9.9.99.2.1 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	57.426
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	5.572.050
	1.1.2.1.03.0.1 Taxa de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos - Principal	5.484.362
	1.9.1.1.12.0.1 Multas Previstas na Legislação Antidrogas - Principal	87.688
180	Recursos Próprios Financeiros	23.196.826
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	23.196.826
32.000	Ministério de Minas e Energia	7.033.472.197
129	Recursos de Concessões e Permissões	553.976.295
134	Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	89.787.945
141	Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	587.811.770
142	Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	1.737.676.823
148	Operações de Crédito Externas - em Moeda	21.100.000
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.491.767.419
170	Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	22.423.608
172	Outras Contribuições Econômicas	264.875.916
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	871.478.653
180	Recursos Próprios Financeiros	10.800.000
181	Recursos de Convênios	1.500.000
186	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	1.380.273.768
32.101	Ministério de Minas e Energia - Administração Direta	658.838.992
134	Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	89.787.945
	1.3.4.5.03.1.1 Utilização de Recursos Hídricos - Itaipu - Principal	38.391.701
	1.3.4.5.03.2.1 Utilização de Recursos Hídricos - Demais Empresas - Principal	51.396.244
142	Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	260.651.523
	1.3.4.1.04.1.1 Participação Especial pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal	4.976.933
	1.3.4.1.04.3.1 Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal	255.674.590
148	Operações de Crédito Externas - em Moeda	21.100.000
	2.1.2.2.01.0.1 Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo - Principal	21.100.000
170	Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	22.423.608
	1.9.9.9.10.0.1 Reserva Global de Reversão - Principal	22.423.608
172	Outras Contribuições Econômicas	264.875.916
	1.2.2.1.06.0.1 Contribuição sobre as Receitas de Concessionárias e Permissionárias de Energia Elétrica - Principal	264.652.744
	1.2.2.1.06.0.2 Contribuição sobre as Receitas de Concessionárias e Permissionárias de Energia Elétrica - Multas e	223.172
32.202	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM	263.959.005
142	Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	260.651.523
	1.3.4.1.04.1.1 Participação Especial pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal	4.976.933
	1.3.4.1.04.3.1 Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal	255.674.590
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.807.482
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	1.807.482
181	Recursos de Convênios	1.500.000
	1.7.2.4.01.0.1 Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	1.500.000
32.265	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP(*)	1.913.809.569
129	Recursos de Concessões e Permissões	314.931.216
	1.3.4.1.01.2.1 Pagamento pela Retenção de Área para Exploração ou Produção - Principal	314.931.216
142	Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	1.216.373.777
	1.3.4.1.04.1.1 Participação Especial pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal	23.225.688
	1.3.4.1.04.3.1 Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal	1.193.148.089

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	195.953.208
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	3.552
1.6.1.1.04.0.1	Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	195.948.324
1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	1.332
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	186.551.368
1.9.1.1.01.0.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	89.105.868
1.9.1.1.01.0.2	Multas Previstas em Legislação Específica - Multas e Juros	2.875.861
1.9.1.1.01.0.3	Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	90.658.856
1.9.1.1.01.0.4	Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa - Multas e Juros	3.910.783
32.266	Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL(*)	2.029.077.224
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.184
1.9.1.1.01.0.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	1.184
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	648.802.272
1.1.2.1.01.0.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	648.802.272
186	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	1.380.273.768
1.3.1.1.02.0.1	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	1.233.666.363
1.9.1.1.05.0.1	Multas Previstas em Lei por Infrações no Setor de Energia Elétrica - Principal	140.523.480
1.9.1.1.05.0.2	Multas Previstas em Lei por Infrações no Setor de Energia Elétrica - Multas e Juros	4.859.707
1.9.1.1.05.0.3	Multas Previstas em Lei por Infrações no Setor de Energia Elétrica - Dívida Ativa	1.224.218
32.314	Empresa de Pesquisa Energética - EPE	5.400.000
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	5.400.000
1.9.2.2.99.0.1	Outras Restituições - Principal	5.400.000
32.396	Agência Nacional de Mineração - ANM(*)	863.060.079
129	Recursos de Concessões e Permissões	239.045.079
1.3.4.4.01.0.1	Outorga de Direitos de Exploração e Pesquisa Mineral - Principal	233.144.040
1.3.4.4.01.0.3	Outorga de Direitos de Exploração e Pesquisa Mineral - Dívida Ativa	5.901.039
141	Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	587.811.770
1.3.4.4.02.0.1	Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Principal	586.214.776
1.3.4.4.02.0.3	Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Dívida Ativa	1.596.994
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	78.217
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	78.217
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	36.125.013
1.1.2.1.01.0.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	18.561.414
1.9.1.1.01.0.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	11.098.989
1.9.1.1.01.0.3	Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	6.464.610
32.397	Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB	1.271.165.800
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.260.365.800
1.5.1.1.01.0.1	Receita Industrial - Principal	1.260.327.115
1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	38.685
180	Recursos Próprios Financeiros	10.800.000
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	10.800.000
32.398	Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP	28.161.528
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	28.161.528
1.5.1.1.01.0.1	Receita Industrial - Principal	28.161.528
34.000	Ministério Público da União	1.063.088
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	434.655
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	628.433
34.101	Ministério Público Federal	352.337
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	352.337
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	340.995
1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	11.342
34.103	Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios	631.621
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	3.188
1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	3.188
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	628.433
2.2.1.3.01.0.1	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	628.433
34.104	Ministério Público do Trabalho	7.900
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	7.900
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	7.900
34.105	Escola Superior do Ministério Público da União	71.230
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	71.230
1.9.9.99.2.1	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	71.230
35.000	Ministério das Relações Exteriores	123.116.672
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	4.191.455
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	118.925.217
35.101	Ministério das Relações Exteriores - Administração Direta	123.088.583

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	4.163.366
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	499.468
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	3.663.898
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	118.925.217
1.1.2.1.01.0.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	118.925.217
35.201	Fundação Alexandre de Gusmão	28.089
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	28.089
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	28.089
36.000	Ministério da Saúde	2.926.085.829
118	Receitas de Concursos de Prognósticos	5.916.163
136	Recursos Vinculados a Aplicações em Outras Políticas Públicas	954.987.399
142	Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	949.986.656
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	267.204.371
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	490.632
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	728.647.956
180	Recursos Próprios Financeiros	18.252.652
181	Recursos de Convênios	600.000
36.201	Fundação Oswaldo Cruz	6.008.547
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	4.594.526
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.287.570
1.5.1.1.01.0.1	Receita Industrial - Principal	273.300
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	773.424
1.6.1.1.03.0.1	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	5.379
1.6.1.1.04.0.1	Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	356.891
1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	2.778
1.9.9.9.99.2.1	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	1.895.184
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	218.268
2.2.1.3.01.0.1	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	218.268
180	Recursos Próprios Financeiros	595.753
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	595.753
181	Recursos de Convênios	600.000
1.7.2.4.01.0.1	Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	600.000
36.210	Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. - CONCEIÇÃO	13.117.474
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	11.314.978
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	114.025
1.3.6.1.01.1.1	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poderes Executivo e Legislativo - Principal	6.628.582
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	2.616.135
1.6.1.1.04.0.1	Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	513.744
1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	175.560
1.9.2.2.06.3.1	Restituição de Despesas Primárias de Exercícios Anteriores - Principal	1.266.932
180	Recursos Próprios Financeiros	1.802.496
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	1.802.496
36.211	Fundação Nacional de Saúde	3.134.764
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	49.400
1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	49.400
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	272.364
2.2.1.3.01.0.1	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	272.364
180	Recursos Próprios Financeiros	2.813.000
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	2.813.000
36.212	Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA(*)	384.228.098
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	2.215
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	2.215
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	381.479.606
1.1.2.1.01.0.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	366.327.090
1.9.1.1.01.0.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	15.101.221
1.7.1.2.01.0.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal - Operações Intraorçamentárias	51.295
180	Recursos Próprios Financeiros	2.746.277
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	2.746.277
36.213	Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS(*)	348.485.101
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	21.625
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	21.625
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	347.168.350
1.1.2.1.01.0.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	27.186.384
1.1.2.1.01.0.3	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa	21.832.944
1.1.2.1.01.0.4	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa - Multas e Juros	77.199

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
180	1.9.1.1.01.0.1 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	184.611.736
	1.9.1.1.01.0.3 Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	113.460.087
	Recursos Próprios Financeiros	1.295.126
36.901	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	1.295.126
118	Fundo Nacional de Saúde	2.171.111.845
	Receitas de Concursos de Prognósticos	5.916.163
	1.2.1.7.06.1.1 Contribuição sobre Loteria de Prognóstico Específico - Principal	5.916.163
136	Recursos Vinculados a Aplicações em Outras Políticas Públicas	954.987.399
	1.9.2.3.01.0.1 Ressarcimento por Operadoras de Seguros Privados de Assistência à Saúde - Principal	954.987.399
142	Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	949.986.656
	1.3.4.1.02.4.1 Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal	285.153.572
	1.3.4.1.03.4.1 Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal	570.307.461
	1.3.4.1.04.4.1 Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal	94.525.623
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	251.221.627
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	112.830
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	32.550
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	312.341
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	234.523.355
	1.9.2.2.99.0.2 Outras Restituições - Multas e Juros	14.165.976
	1.9.9.9.99.2.3 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Dívida Ativa	1.222.131
	1.9.9.9.99.2.4 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Dívida Ativa - Multas e Juros	852.444
180	Recursos Próprios Financeiros	9.000.000
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	9.000.000
37.000	Controladoria-Geral da União	4.920.000
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	4.920.000
37.101	Controladoria-Geral da União - Administração Direta	4.920.000
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	4.920.000
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	4.920.000
39.000	Ministério da Infraestrutura	16.258.180.484
129	Recursos de Concessões e Permissões	3.008.245.675
135	Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	5.296.502.416
136	Recursos Vinculados a Aplicações em Outras Políticas Públicas	332.607.532
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	371.288.046
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	131.066
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	1.009.663.094
176	Outras Contribuições Sociais	147.324.156
180	Recursos Próprios Financeiros	6.076.599.175
186	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	15.819.324
39.101	Ministério da Infraestrutura - Administração Direta	333.292.593
129	Recursos de Concessões e Permissões	685.061
	1.3.3.2.01.2.1 Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Rodoviário para os Estados, Distrito Federal e Municípios - Principal	685.061
136	Recursos Vinculados a Aplicações em Outras Políticas Públicas	332.607.532
	1.9.3.1.05.0.1 Receitas Reconhecidas por Força de Decisões Judiciais e de Tribunais Administrativos - Principal	332.607.532
39.207	VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.	3.232.054
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	3.232.054
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.299.530
	1.3.1.1.01.1.2 Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	460.824
	1.3.1.1.02.0.1 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	1.471.700
39.250	Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT(*)	788.560.681
129	Recursos de Concessões e Permissões	393.800.000
	1.3.3.1.01.0.1 Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Rodoviário - Principal	3.600.000
	1.3.3.1.02.0.1 Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Ferroviário - Principal	390.200.000
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	279.469.100
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	2.332.263
	1.6.1.1.03.0.1 Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	270.475.553
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	6.661.284
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	99.472.257
	1.1.2.1.01.0.1 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	1.654.976
	1.9.1.1.01.0.1 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	60.072.292
	1.9.1.1.01.0.2 Multas Previstas em Legislação Específica - Multas e Juros	1.530
	1.9.1.1.01.0.3 Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	37.743.459
186	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	15.819.324
	1.9.1.1.14.0.1 Multas Previstas no Código de Trânsito Brasileiro - CTB - Principal	15.819.324

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
39.251	Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ(*)	166.459.003
129	Recursos de Concessões e Permissões	155.377.000
1.3.3.2.03.0.1	Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Aquaviário - Principal	155.377.000
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	11.082.003
1.9.1.1.01.0.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	9.806.774
1.9.1.1.01.0.2	Multas Previstas em Legislação Específica - Multas e Juros	1.275.229
39.252	Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT	461.257.795
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	48.582.026
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	6.052.883
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	40.351.840
1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	1.758.297
1.9.1.1.09.0.2	Multas e Juros Previstos em Contratos - Multas e Juros	153.720
1.9.2.1.99.0.1	Outras Indenizações - Principal	265.286
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	131.066
2.2.1.3.01.0.1	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	131.066
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	412.544.703
1.9.1.1.14.0.1	Multas Previstas no Código de Trânsito Brasileiro – CTB - Principal	412.544.703
39.253	Empresa de Planejamento e Logística S.A. - EPL	1.144.865
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	701.321
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	692.945
1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	8.376
180	Recursos Próprios Financeiros	443.544
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	443.544
39.254	Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC(*)	306.103.122
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	364.341
1.9.1.1.01.0.3	Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	180.460
1.9.1.1.01.0.4	Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa - Multas e Juros	56.508
1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	11.450
1.9.9.9.99.2.3	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Dívida Ativa	43.699
1.9.9.9.99.2.4	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Dívida Ativa - Multas e Juros	72.224
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	51.455.891
1.1.2.1.01.0.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	24.486.881
1.1.2.1.01.0.3	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa	12.476
1.9.1.1.01.0.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	19.162.692
1.9.1.1.01.0.2	Multas Previstas em Legislação Específica - Multas e Juros	2.021
1.9.1.1.01.0.3	Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	7.780.088
1.9.1.1.01.0.4	Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa - Multas e Juros	11.733
176	Outras Contribuições Sociais	147.324.156
1.2.1.9.05.1.1	Contribuição para o Ensino Aeroviário - Principal	146.549.852
1.2.1.9.05.1.2	Contribuição para o Ensino Aeroviário - Multas e Juros	590.056
1.2.1.9.05.1.3	Contribuição para o Ensino Aeroviário - Dívida Ativa	125.116
1.2.1.9.05.1.4	Contribuição para o Ensino Aeroviário - Dívida Ativa - Multas e Juros	59.132
180	Recursos Próprios Financeiros	106.958.734
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	106.958.734
39.901	Fundo da Marinha Mercante - FMM	9.896.195.785
135	Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	5.296.502.416
1.2.2.1.05.0.1	Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Principal	5.295.803.615
1.2.2.1.05.0.3	Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Dívida Ativa	288.724
1.2.2.1.05.0.4	Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Dívida Ativa - Multas e Juros	410.077
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.446
1.9.9.9.99.2.3	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Dívida Ativa	1.446
180	Recursos Próprios Financeiros	4.599.691.923
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	248.901.351
1.6.4.1.01.0.1	Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	1.493.591.247
2.3.1.1.07.1.1	Amortização de Financiamentos em Geral - Principal	2.857.199.325
39.902	Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC	3.656.702.250
129	Recursos de Concessões e Permissões	2.458.383.614
1.3.3.2.04.0.1	Delegação para Exploração da Infraestrutura Aeroportuária - Principal	2.458.383.614
180	Recursos Próprios Financeiros	1.198.318.636
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	1.198.318.636
39.905	Fundo Nacional de Segurança e Educação do Trânsito - FUNSET	645.232.336
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	38.937.758
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	36.493.928
1.6.1.1.03.0.1	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	2.443.830
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	435.108.240
1.9.1.1.14.0.1	Multas Previstas no Código de Trânsito Brasileiro – CTB - Principal	434.657.754

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1.9.1.1.14.0.2 Multas Previstas no Código de Trânsito Brasileiro – CTB - Multas e Juros	4.324
	1.9.1.1.14.0.3 Multas Previstas no Código de Trânsito Brasileiro – CTB - Dívida Ativa	446.162
180	Recursos Próprios Financeiros	171.186.338
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	171.186.338
40.000	Ministério do Trabalho e Previdência	720.850.688.164
136	Recursos Vinculados a Aplicações em Outras Políticas Públicas	323.289.584
140	Contribuições para os Programas PIS/PASEP	85.739.834.213
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	6.293.568.804
154	Recursos do Regime Geral de Previdência Social	479.698.216.967
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	7.032.614
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	89.957.162
176	Outras Contribuições Sociais	12.256.496
180	Recursos Próprios Financeiros	40.070.028.781
186	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	3.192.107.134
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	105.424.396.409
40.101	Ministério do Trabalho e Previdência - Administração Direta	323.289.584
136	Recursos Vinculados a Aplicações em Outras Políticas Públicas	323.289.584
	1.9.1.1.01.0.1 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	62.391.021
	1.9.1.1.01.0.2 Multas Previstas em Legislação Específica - Multas e Juros	13.128
	1.9.1.1.01.0.3 Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	210.218.201
	1.9.1.1.01.0.4 Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa - Multas e Juros	50.667.234
40.201	Instituto Nacional do Seguro Social	5.975.908.957
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	5.972.591.559
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	4.942.043
	1.3.1.1.01.1.2 Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	7.586
	1.3.6.1.01.1.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poderes Executivo e Legislativo - Principal	5.930.673.359
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	31.690.177
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	5.024.515
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	30.452
	1.9.2.3.03.0.1 Reversão de Garantias - Principal	185.496
	1.9.2.3.99.0.1 Outros Ressarcimentos - Principal	25.451
	1.9.9.9.99.2.1 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	12.480
180	Recursos Próprios Financeiros	3.317.398
	1.3.2.1.03.0.1 Remuneração de Saldos de Recursos Não-Desembolsados - Principal	3.317.398
40.203	Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho	2.515.734
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	30.742
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	30.742
180	Recursos Próprios Financeiros	2.484.992
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	2.484.992
40.206	Superintendência Nacional de Previdência Complementar	54.816.224
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	54.767.395
	1.1.2.1.01.0.1 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	54.248.667
	1.1.2.1.01.0.2 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Juros	411.905
	1.9.1.1.10.0.3 Multas Previstas na Legislação sobre Regime de Previdência Privada Complementar - Dívida Ativa	106.823
180	Recursos Próprios Financeiros	48.829
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	48.829
40.901	Fundo de Amparo ao Trabalhador	125.689.709.389
140	Contribuições para os Programas PIS/PASEP	85.739.834.213
	1.2.1.2.01.0.1 Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	81.209.281.286
	1.2.1.2.01.0.3 Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa	174.964.293
	1.2.1.2.01.0.5 Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do	440.501.851
	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas da Dívida Ativa	17.194.416
	1.2.1.2.02.0.1 Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	3.630.106.263
	1.2.1.2.02.0.3 Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa	95.696.496
	1.2.1.2.02.0.5 Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do Principal	53.095.834
	1.2.1.2.02.0.7 Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas da Dívida	8.724.614
	1.2.1.2.49.0.5 Contribuição para o PIS/PASEP - Parcelamentos - Multas do Principal	13.509.408
	1.2.1.2.49.0.7 Contribuição para o PIS/PASEP - Parcelamentos - Multas da Dívida Ativa	76.231.349
	1.9.2.2.07.0.1 Restituição de Parcelas do Seguro Desemprego Recebidas Indevidamente - Principal	20.528.403
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	195.691.130
	1.9.1.1.01.0.1 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	1.185.354
	1.9.2.2.02.0.1 Restituição de Benefícios Não Desembolsados - Principal	194.353.692
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	3.092
	1.9.9.9.99.2.1 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	148.992
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	35.189.767

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
176	1.9.1.1.03.0.1 Multas Previstas na Legislação do Seguro-Desemprego e Abono Salarial - Principal	35.189.767
	Outras Contribuições Sociais	12.256.496
180	1.2.1.9.02.1.1 Cota-Parte da Contribuição Sindical - Principal	12.256.496
	Recursos Próprios Financeiros	39.706.737.783
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	808.430.147
	1.3.2.1.02.0.1 Remuneração de Depósitos Especiais - Principal	1.616.599.923
	1.3.2.1.03.0.1 Remuneração de Saldos de Recursos Não-Desembolsados - Principal	93.637.852
	1.6.4.1.03.0.1 Remuneração sobre Repasse para Programas de Desenvolvimento Econômico - Principal	37.188.069.861
40.904	Fundo do Regime Geral de Previdência Social	588.804.448.276
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	125.255.373
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	8.317.083
	1.3.1.1.01.1.2 Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	2.690
	1.3.2.2.01.0.1 Dividendos - Principal	94.156.550
	1.3.2.2.01.0.2 Dividendos - Multas e Juros	300.312
	1.9.2.1.99.0.1 Outras Indenizações - Principal	35.627
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	5.461.647
	1.9.4.2.01.0.2 Multas e Juros de Mora das Alienações de Bens Imóveis em Geral - Multas e Juros	128.136
	1.9.9.9.99.2.2 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Multas e Juros	16.853.328
154	Recursos do Regime Geral de Previdência Social	479.698.216.967
	1.2.1.4.01.1.1 Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	273.676.438.801
	1.2.1.4.01.1.3 Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa	2.521.576.492
	1.2.1.4.01.1.4 Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa - Multas e Juros	1.323.194.628
	1.2.1.4.01.2.1 Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	56.658.939.966
	1.2.1.4.01.2.2 Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas e Juros	1.406.989.184
	1.2.1.4.01.2.3 Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa	954.016.897
	1.2.1.4.01.2.4 Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa - Multas e Juros	384.310.572
	1.2.1.4.02.0.1 Contribuição Previdenciária do Segurado - Principal	139.302.148.691
	1.2.1.4.02.0.3 Contribuição Previdenciária do Segurado - Dívida Ativa	1.379.276.247
	1.2.1.4.02.0.4 Contribuição Previdenciária do Segurado - Dívida Ativa - Multas e Juros	581.429.015
	1.2.1.9.99.1.1 Demais Contribuições Sociais Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Principal	193.044
	1.9.1.1.01.0.1 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	54.881.612
	1.9.1.1.11.0.1 Multa por Descumprimento de Obrigação Previdenciária Acessória - Principal	49.413.242
	1.9.2.2.03.0.1 Restituição de Benefícios Previdenciários - Principal	1.216.892.851
	1.9.2.3.04.0.1 Ressarcimento ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Principal	175.936.497
	1.9.9.9.99.1.4 Outras Receitas Arrecadadas e Projetadas pela RFB - Dívida Ativa - Multas e Juros	12.579.228
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	7.032.614
	2.2.2.1.01.0.1 Alienação de Bens Imóveis em Geral - Principal	7.032.614
180	Recursos Próprios Financeiros	357.439.779
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	148.914.480
	1.3.2.1.03.0.1 Remuneração de Saldos de Recursos Não-Desembolsados - Principal	208.525.299
186	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	3.192.107.134
	7.9.9.9.02.0.1 Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS - Principal - Operações Intraorçamentárias	3.192.107.134
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	105.424.396.409
	2.1.1.1.01.0.1 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno, exceto Refinanciamento da Dívida Pública - Principal	105.424.396.409
41.000	Ministério das Comunicações	3.125.212.989
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	629.523.033
166	Recursos Financeiros de Aplicação Vinculada	105.544.474
172	Outras Contribuições Econômicas	1.139.880.204
178	Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	1.133.085.659
180	Recursos Próprios Financeiros	117.179.619
41.231	Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL(*)	1.044.301.987
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	522.388
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	522.388
172	Outras Contribuições Econômicas	5.700.058
	1.2.2.1.10.0.1 Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - Principal	5.685.997
	1.2.2.1.10.0.3 Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - Dívida Ativa	12.609
	7.2.2.1.10.0.1 Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - Principal - Operações Intraorçamentárias	1.452
178	Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	1.036.318.023
	1.1.2.1.02.1.1 Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	313.853.790
	1.1.2.1.02.1.3 Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Dívida	603.297
	1.1.2.1.02.1.4 Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Dívida Ativa - Multas e Juros	44.433

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1.1.2.1.02.2.1 Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais -	621.536.580
	1.1.2.1.02.2.3 Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Dívida Ativa	1.767.169
	1.1.2.1.02.3.1 Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	286.304
	1.1.2.1.02.4.1 Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais -	11.289.985
	1.3.3.3.01.1.1 Delegação dos Serviços de Telecomunicação - Poder Concedente no Regime Público - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	58.305.758
	1.3.3.3.01.1.3 Delegação dos Serviços de Telecomunicação - Poder Concedente no Regime Público - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Dívida Ativa	1.042.924
	1.3.3.3.03.1.1 Delegação dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagens - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	1.423.882
	1.3.3.3.04.1.1 Cessão do Direito de Uso de Radiofrequência - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais -	2.823.776
	1.3.3.3.99.1.1 Outras Delegações dos Serviços de Telecomunicação - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	217.101
	1.3.3.3.99.2.1 Outras Delegações dos Serviços de Telecomunicação - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	117.455
	1.9.1.1.02.1.1 Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	21.614.162
	1.9.1.1.02.1.3 Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Dívida Ativa	1.391.407
180	Recursos Próprios Financeiros	1.761.518
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	1.761.518
41.260	Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS	591.256.193
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	576.111.295
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	85.641.862
	1.6.1.1.01.0.2 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Multas e	46.764
	1.7.4.1.01.0.1 Transferências de Instituições Privadas para Órgãos e Entidades da União - Principal	121.612.030
	7.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal - Operações Intraorçamentárias	368.514.003
	7.6.9.9.99.0.1 Outros Serviços - Principal - Operações Intraorçamentárias	296.636
180	Recursos Próprios Financeiros	15.144.898
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	15.144.898
41.261	Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC	294.648.486
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	52.889.350
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	52.889.350
172	Outras Contribuições Econômicas	222.302.256
	1.2.2.1.10.0.1 Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - Principal	221.753.865
	1.2.2.1.10.0.3 Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - Dívida Ativa	491.763
	7.2.2.1.10.0.1 Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - Principal - Operações Intraorçamentárias	56.628
180	Recursos Próprios Financeiros	19.456.880
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	19.456.880
41.902	Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - FUST(***)	709.021.668
172	Outras Contribuições Econômicas	612.254.032
	1.2.2.1.09.1.1 Contribuição sobre a Receita Operacional Bruta Decorrente de Prestação de Serviços de Telecomunicações - Principal	605.219.029
	1.2.2.1.09.1.3 Contribuição sobre a Receita Operacional Bruta Decorrente de Prestação de Serviços de Telecomunicações - Dívida Ativa	7.035.003
178	Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	96.767.636
	1.3.3.3.01.1.1 Delegação dos Serviços de Telecomunicação - Poder Concedente no Regime Público - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	64.784.175
	1.3.3.3.01.1.3 Delegação dos Serviços de Telecomunicação - Poder Concedente no Regime Público - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Dívida Ativa	1.158.805
	1.3.3.3.03.1.1 Delegação dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagens - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	1.582.091
	1.3.3.3.04.1.1 Cessão do Direito de Uso de Radiofrequência - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais -	3.137.529
	1.3.3.3.06.1.1 Transferência da Delegação dos Serviços de Telecomunicações ou do Direito de Uso de Radiofrequência - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	8.432
	1.3.3.3.99.1.1 Outras Delegações dos Serviços de Telecomunicação - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	241.223
	1.3.3.3.99.2.1 Outras Delegações dos Serviços de Telecomunicação - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	293.637
	1.9.1.1.02.1.1 Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	24.015.736
	1.9.1.1.02.1.3 Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Dívida Ativa	1.546.008
41.903	Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações - FUNTTEL	485.984.655
166	Recursos Financeiros de Aplicação Vinculada	105.544.474
	2.3.1.1.06.0.1 Amortização de Empréstimos Contratuais - Principal	105.544.474
172	Outras Contribuições Econômicas	299.623.858
	1.2.2.1.09.2.1 Contribuição sobre a Receita Bruta das Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações -	298.116.190
	1.2.2.1.09.2.2 Contribuição sobre a Receita Bruta das Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações - Multas e Juros	681.825
	1.2.2.1.09.2.3 Contribuição sobre a Receita Bruta das Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações -	825.843
180	Recursos Próprios Financeiros	80.816.323
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	80.816.323
44.000	Ministério do Meio Ambiente	1.273.922.714

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
129	Recursos de Concessões e Permissões	8.393.342
141	Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	16.794.622
142	Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	434.419.205
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	181.393.758
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	21.378
170	Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	28.340.648
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	312.855.957
180	Recursos Próprios Financeiros	184.000.000
186	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	95.391.173
195	Doações de Entidades Internacionais	700.000
196	Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais	11.612.631
44.101	Ministério do Meio Ambiente - Administração Direta	434.419.205
142	Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	434.419.205
	1.3.4.1.04.1.1 Participação Especial pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal	8.294.888
	1.3.4.1.04.3.1 Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal	426.124.317
44.201	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA	562.682.121
141	Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	16.794.622
	1.3.4.4.02.0.1 Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Principal	16.748.994
	1.3.4.4.02.0.3 Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Dívida Ativa	45.628
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	162.363.371
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	32.718
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	1.791
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	160.297.019
	1.6.1.1.01.0.2 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Multas e	8.664
	1.6.1.1.03.0.1 Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	35.362
	1.9.1.1.01.0.1 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	18.427
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	1.192.359
	1.9.3.1.02.1.1 Alienação de Bens e Mercadorias Apreendidos - Principal	56.408
	1.9.9.9.99.2.2 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Multas e Juros	3.705
	7.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal - Operações Intraorçamentárias	716.918
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	21.378
	2.2.2.1.01.0.1 Alienação de Bens Imóveis em Geral - Principal	21.378
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	279.734.813
	1.1.2.1.04.0.1 Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Principal	245.556.030
	1.9.1.1.01.0.3 Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	34.178.783
186	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	92.155.306
	1.9.1.1.06.1.1 Multas Administrativas por Danos Ambientais - Principal	92.155.306
196	Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais	11.612.631
	1.7.4.1.01.0.1 Transferências de Instituições Privadas para Órgãos e Entidades da União - Principal	11.612.631
44.206	Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro - JBRJ	3.770.038
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	3.770.038
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	466.685
	1.3.1.1.02.0.1 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	10.412
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	3.292.941
44.207	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	56.227.779
129	Recursos de Concessões e Permissões	8.393.342
	1.3.4.6.01.2.1 Concessão de Florestas Nacionais - Demais Valores - Principal	8.224.945
	1.3.4.6.01.2.2 Concessão de Florestas Nacionais - Demais Valores - Multas e Juros	168.397
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	15.260.349
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	3.678.526
	1.3.1.1.02.0.1 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	2.650.472
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	16.211
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	8.640.462
	1.6.1.1.03.0.1 Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	262.630
	1.9.9.9.99.2.1 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	12.048
170	Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	28.340.648
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	6.831.548
	1.3.1.1.02.0.1 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	4.922.305
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	30.105
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	16.046.573
	1.6.1.1.03.0.1 Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	487.742
	1.9.9.9.99.2.1 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	22.375
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	297.573
	1.9.1.1.01.0.3 Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	297.573

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
186	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	3.235.867
1.9.1.1.01.0.3	Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	1.061.427
1.9.1.1.06.1.1	Multas Administrativas por Danos Ambientais - Principal	2.174.440
195	Doações de Entidades Internacionais	700.000
1.7.6.1.01.0.1	Transferências do Exterior para Órgãos e Entidades da União - Principal	400.000
2.4.6.1.01.0.1	Transferências do Exterior para Órgãos e Entidades da União - Principal	300.000
44.901	Fundo Nacional de Meio Ambiente - FNMA	32.823.571
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	32.823.571
1.9.1.1.01.0.3	Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	8.916.652
1.9.1.1.06.1.1	Multas Administrativas por Danos Ambientais - Principal	23.582.417
1.9.1.1.06.2.1	Multas Judiciais por Danos Ambientais - Principal	324.502
44.902	Fundo Nacional sobre Mudança do Clima	184.000.000
180	Recursos Próprios Financeiros	184.000.000
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	126.000.000
1.6.4.1.01.0.1	Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	8.750.000
2.3.1.1.06.0.1	Amortização de Empréstimos Contratuais - Principal	49.250.000
52.000	Ministério da Defesa	18.535.782.538
123	Contribuição para o Custeio das Pensões Militares	8.394.489.373
135	Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	105.818.659
142	Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	1.469.540.323
149	Operações de Crédito Externas - em Bens e/ou Serviços	1.856.397.749
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	3.123.806.614
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	53.921.376
170	Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	2.422.963.008
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	90.399.500
175	Taxas por Serviços Públicos	5.467.672
176	Outras Contribuições Sociais	123.713.256
180	Recursos Próprios Financeiros	876.005.008
181	Recursos de Convênios	12.820.000
196	Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais	440.000
52.101	Ministério da Defesa - Administração Direta	8.593.872.028
123	Contribuição para o Custeio das Pensões Militares	8.394.489.373
1.2.1.5.04.1.1	Contribuição para o Custeio das Pensões Militares das Forças Armadas - Principal	8.394.489.373
149	Operações de Crédito Externas - em Bens e/ou Serviços	199.382.655
2.1.2.2.01.0.1	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo - Principal	199.382.655
52.111	Comando da Aeronáutica	1.196.820.839
149	Operações de Crédito Externas - em Bens e/ou Serviços	1.196.115.473
2.1.2.2.01.0.1	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo - Principal	1.196.115.473
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	705.366
1.9.1.1.01.0.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	705.366
52.121	Comando do Exército	15.696.393
180	Recursos Próprios Financeiros	2.876.393
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	2.876.393
181	Recursos de Convênios	12.820.000
1.7.2.4.01.0.1	Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	3.020.000
1.7.3.2.01.0.1	Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	400.000
2.4.2.2.01.0.1	Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	1.600.000
2.4.3.2.01.0.1	Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	7.800.000
52.131	Comando da Marinha	1.930.439.944
142	Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	1.469.540.323
1.3.4.1.02.3.1	Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal	851.329.681
1.3.4.1.03.3.1	Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal	618.210.642
149	Operações de Crédito Externas - em Bens e/ou Serviços	460.899.621
2.1.2.2.01.0.1	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo - Principal	460.899.621
52.211	Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica	7.741.700
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	50.000
2.2.2.1.01.0.1	Alienação de Bens Imóveis em Geral - Principal	50.000
180	Recursos Próprios Financeiros	7.691.700
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	7.691.700
52.221	Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL	108.080.659
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	104.129.319
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.017.511

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1.5.1.1.01.0.1 Receita Industrial - Principal	61.910.129
	1.5.1.1.01.0.2 Receita Industrial - Multas e Juros	8.364
	1.6.9.9.99.0.1 Outros Serviços - Principal	17.512.608
	1.9.2.1.99.0.1 Outras Indenizações - Principal	1.325.195
	7.5.1.1.01.0.1 Receita Industrial - Principal - Operações Intraorçamentárias	22.355.512
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	111.349
	2.2.1.3.01.0.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	111.349
180	Recursos Próprios Financeiros	3.839.991
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	3.839.991
52.222	Fundação Osório	666.800
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	226.800
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	226.800
196	Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais	440.000
	1.7.9.1.01.0.1 Transferências de Pessoas Físicas para Órgãos e Entidades da União - Principal	440.000
52.232	Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da Marinha - CCCPM	54.681.096
180	Recursos Próprios Financeiros	54.681.096
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	5.140.542
	1.6.4.1.01.0.1 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	32.980.554
	2.3.1.1.06.0.1 Amortização de Empréstimos Contratuais - Principal	16.560.000
52.901	Fundo do Ministério da Defesa	2.651.492
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	2.090.515
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.865.740
	1.3.1.1.02.0.1 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	224.775
180	Recursos Próprios Financeiros	560.977
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	560.977
52.902	Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas	15.805.727
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	15.805.727
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.242.810
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	1.084
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	56.124
	1.6.3.1.01.0.1 Serviços de Atendimento à Saúde em Unidades do Governo Federal - Principal	552.976
	1.6.3.2.01.0.1 Serviços de Assistência à Saúde Suplementar de Servidores Cíveis - Principal	6.847.768
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	2.529
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	29.917
	1.9.2.3.99.0.1 Outros Ressarcimentos - Principal	7.065.808
	7.6.3.1.01.0.1 Serviços de Atendimento à Saúde em Unidades do Governo Federal - Principal - Operações	6.711
52.903	Fundo do Serviço Militar	14.920.425
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	9.221.634
	1.9.1.1.01.0.1 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	9.221.634
175	Taxas por Serviços Públicos	5.416.377
	1.1.2.2.01.0.1 Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Principal	5.416.377
180	Recursos Próprios Financeiros	282.414
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	282.414
52.911	Fundo Aeronáutico	3.353.711.878
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	2.408.404.261
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	71.060.518
	1.3.1.1.01.1.2 Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	186.511
	1.3.5.1.04.0.1 Royalties pela Comercialização de Produtos Resultantes de Criação Protegida - Principal	56.676
	1.3.6.1.01.1.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poderes Executivo e Legislativo - Principal	82.887.457
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	28.350.720
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	8.428.860
	1.6.2.1.01.1.1 Serviços de Navegação Aérea - Principal	2.179.739.949
	1.6.2.1.02.0.1 Serviços de Transporte de Passageiros ou Mercadorias - Principal	1.226.575
	1.6.2.1.04.1.1 Tarifa Aeroportuária - Principal	3.410
	1.6.9.9.99.0.1 Outros Serviços - Principal	19.536.224
	1.9.9.9.99.2.1 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	16.927.361
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	19.021.686
	2.2.1.3.01.0.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	19.021.686
170	Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	356.495.079
	1.2.1.6.05.1.1 Contribuição para Fundos de Assistência Médico-Hospitalar e Social - Forças Armadas - Principal	313.176.315
	1.6.3.1.01.0.1 Serviços de Atendimento à Saúde em Unidades do Governo Federal - Principal	42.976.852
	7.6.3.1.01.0.1 Serviços de Atendimento à Saúde em Unidades do Governo Federal - Principal - Operações	341.912
180	Recursos Próprios Financeiros	569.790.852
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	569.790.852
52.921	Fundo do Exército	1.945.889.227
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	412.038.739
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	112.981.199

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1.3.1.1.01.1.2 Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	66.894
	1.3.6.1.01.1.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poderes Executivo e Legislativo - Principal	195.043.786
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	55.392.606
	1.6.1.1.01.0.2 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Multas e	2.172
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	15.810.120
	1.6.1.1.04.0.1 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	8.688.685
	1.6.2.1.02.0.1 Serviços de Transporte de Passageiros ou Mercadorias - Principal	179.002
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	77.085
	1.9.1.1.09.0.2 Multas e Juros Previstos em Contratos - Multas e Juros	1.584
	1.9.2.1.99.0.1 Outras Indenizações - Principal	19.512.686
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	1.755.372
	1.9.9.9.99.2.1 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	2.521.953
	1.9.9.9.99.2.2 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Multas e Juros	3.526
	7.9.2.1.99.0.1 Outras Indenizações - Principal - Operações Intraorçamentárias	2.069
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	32.220.537
	2.2.1.3.01.0.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	32.220.537
170	Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	1.365.031.187
	1.2.1.6.05.1.1 Contribuição para Fundos de Assistência Médico-Hospitalar e Social - Forças Armadas - Principal	1.306.030.355
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	281.883
	1.6.3.1.01.0.1 Serviços de Atendimento à Saúde em Unidades do Governo Federal - Principal	3.943.711
	7.6.3.1.01.0.1 Serviços de Atendimento à Saúde em Unidades do Governo Federal - Principal - Operações	54.775.238
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	74.994.427
	1.1.2.1.01.0.1 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	73.758.271
	1.1.2.1.01.0.2 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Juros	1.236.156
180	Recursos Próprios Financeiros	61.604.337
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	61.604.337
52.931	Fundo Naval	1.066.411.236
135	Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	22.277.612
	1.2.2.1.05.0.1 Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Principal	22.274.673
	1.2.2.1.05.0.3 Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Dívida Ativa	1.214
	1.2.2.1.05.0.4 Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Dívida Ativa - Multas e Juros	1.725
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	180.417.542
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	31.485.943
	1.3.1.1.01.1.2 Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	1.788
	1.3.6.1.01.1.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poderes Executivo e Legislativo - Principal	109.165.138
	1.5.1.1.01.0.1 Receita Industrial - Principal	22.202
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	23.834.472
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	7.715.916
	1.6.1.1.03.0.1 Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	5.136.323
	1.6.2.1.03.0.1 Serviços Portuários - Principal	536.026
	1.6.9.9.99.0.1 Outros Serviços - Principal	12.348
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	64.569
	1.9.2.1.03.0.1 Indenização por Sinistro - Principal	321.113
	1.9.2.1.99.0.1 Outras Indenizações - Principal	2.082.684
	1.9.9.9.99.2.1 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	39.020
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	2.517.804
	2.2.1.3.01.0.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	2.517.804
170	Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	701.436.742
	1.2.1.6.05.1.1 Contribuição para Fundos de Assistência Médico-Hospitalar e Social - Forças Armadas - Principal	422.217.634
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	6.277.982
	1.6.2.1.01.2.1 Serviços de Navegação Naval - Principal	216.435.754
	1.6.3.1.01.0.1 Serviços de Atendimento à Saúde em Unidades do Governo Federal - Principal	56.505.372
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	5.478.073
	1.9.1.1.01.0.1 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	5.475.205
	1.9.1.1.01.0.2 Multas Previstas em Legislação Específica - Multas e Juros	2.868
175	Taxas por Serviços Públicos	51.295
	1.1.2.2.01.0.1 Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Principal	51.295
180	Recursos Próprios Financeiros	154.232.168
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	154.232.168
52.932	Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo	228.393.094
135	Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	83.541.047
	1.2.2.1.05.0.1 Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Principal	83.530.025
	1.2.2.1.05.0.3 Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Dívida Ativa	4.554
	1.2.2.1.05.0.4 Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Dívida Ativa - Multas e Juros	6.468
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	693.711
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	693.711

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
176	Outras Contribuições Sociais	123.713.256
1.2.1.9.06.1.1	Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo - Principal	121.747.811
1.2.1.9.06.1.2	Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo - Multas e Juros	353.465
1.2.1.9.06.1.3	Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo - Dívida Ativa	687.796
1.2.1.9.06.1.4	Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo - Dívida Ativa - Multas e Juros	924.184
180	Recursos Próprios Financeiros	20.445.080
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	20.445.080
53.000	Ministério do Desenvolvimento Regional	945.999.676
116	Recursos de Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos	169.895.362
134	Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	89.787.945
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	351.054.287
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	5.376.095
170	Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	3.148.013
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	653.853
180	Recursos Próprios Financeiros	120.199.897
181	Recursos de Convênios	299.246
183	Pagamento pelo Uso de Recursos Hídricos	205.584.978
53.101	Ministério do Desenvolvimento Regional - Administração Direta	94.019.728
134	Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	89.787.945
1.3.4.5.03.1.1	Utilização de Recursos Hídricos - Itaipu - Principal	38.391.701
1.3.4.5.03.2.1	Utilização de Recursos Hídricos - Demais Empresas - Principal	51.396.244
180	Recursos Próprios Financeiros	4.231.783
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	4.231.783
53.201	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF	11.110.325
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	4.207.008
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	469.610
1.3.2.2.01.0.1	Dividendos - Principal	454.079
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	2.740.832
1.6.1.1.01.0.2	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Multas e	178.650
1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	68.198
1.9.2.2.99.0.1	Outras Restituições - Principal	18.965
1.9.4.2.01.0.2	Multas e Juros de Mora das Alienações de Bens Imóveis em Geral - Multas e Juros	276.674
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	4.055.301
2.2.2.1.01.0.1	Alienação de Bens Imóveis em Geral - Principal	4.055.301
180	Recursos Próprios Financeiros	2.848.016
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	2.848.016
53.202	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia	7.387.566
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.870.712
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	1.870.712
170	Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	557.738
1.9.9.9.13.1.1	Recursos Recebidos de Fundos de Desenvolvimento Regional - Principal	557.738
180	Recursos Próprios Financeiros	4.959.116
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	4.959.116
53.203	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste	37.975.059
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	22.504.882
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	2.014.600
7.9.9.9.13.1.1	Recursos Recebidos de Fundos de Desenvolvimento Regional - Principal - Operações	20.490.282
170	Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	1.875.275
1.9.9.9.13.1.1	Recursos Recebidos de Fundos de Desenvolvimento Regional - Principal	1.875.275
180	Recursos Próprios Financeiros	13.594.902
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	13.594.902
53.204	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS	3.622.801
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	2.244.653
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.904.240
1.3.1.1.01.1.2	Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	2.866
1.3.1.1.99.0.1	Outras Receitas Imobiliárias - Principal	28.640
1.4.1.1.01.0.1	Receita Agropecuária - Principal	48.895
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	260.012
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	1.320.794
2.2.2.1.01.0.1	Alienação de Bens Imóveis em Geral - Principal	1.320.794
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	57.354
1.9.1.1.01.0.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	57.354
53.207	Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO	1.520.726
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	414.561
7.9.9.9.13.1.1	Recursos Recebidos de Fundos de Desenvolvimento Regional - Principal - Operações	414.561
170	Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	715.000

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
180	1.9.9.9.13.1.1 Recursos Recebidos de Fundos de Desenvolvimento Regional - Principal	715.000
180	Recursos Próprios Financeiros	391.165
53.208	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	391.165
150	Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - TRENSURB	161.279.532
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	149.874.798
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	2.077.872
	1.3.1.1.01.1.2 Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	28.032
	1.6.2.1.02.0.1 Serviços de Transporte de Passageiros ou Mercadorias - Principal	147.044.676
	1.6.9.9.99.0.1 Outros Serviços - Principal	12.924
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	47.451
	1.9.2.2.06.3.1 Restituição de Despesas Primárias de Exercícios Anteriores - Principal	431.019
	1.9.9.9.99.2.1 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	232.824
180	Recursos Próprios Financeiros	11.404.734
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	11.404.734
53.209	Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU	170.560.808
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	169.937.673
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	7.809.710
	1.3.1.1.01.1.2 Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	33.568
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	114.181
	1.6.2.1.02.0.1 Serviços de Transporte de Passageiros ou Mercadorias - Principal	161.826.468
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	153.746
180	Recursos Próprios Financeiros	323.889
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	323.889
181	Recursos de Convênios	299.246
	1.7.4.1.01.0.1 Transferências de Instituições Privadas para Órgãos e Entidades da União - Principal	299.246
53.210	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA(*)	376.621.005
116	Recursos de Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos	169.895.362
	1.3.4.5.01.0.1 Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos - Principal	169.895.362
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	596.499
	1.9.1.1.01.0.1 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	596.499
180	Recursos Próprios Financeiros	544.166
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	544.166
183	Pagamento pelo Uso de Recursos Hídricos	205.584.978
	1.3.4.5.03.2.1 Utilização de Recursos Hídricos - Demais Empresas - Principal	205.584.978
53.906	Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS	81.902.126
180	Recursos Próprios Financeiros	81.902.126
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	81.902.126
54.000	Ministério do Turismo	1.591.441.268
118	Receitas de Concursos de Prognósticos	590.940.121
120	Contribuições sobre a Arrecadação dos Fundos de Investimentos Regionais	636.087
130	Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional	619.817.180
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	19.042.262
166	Recursos Financeiros de Aplicação Vinculada	19.539.156
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	1.716.287
178	Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	9.675.922
180	Recursos Próprios Financeiros	322.296.444
186	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	7.777.809
54.101	Ministério do Turismo - Administração Direta	265.584
180	Recursos Próprios Financeiros	265.584
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	265.584
54.202	Fundação Casa de Rui Barbosa	15.012
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	15.012
	1.3.1.1.02.0.1 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	12.012
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	3.000
54.203	Fundação Biblioteca Nacional - BN	475.163
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	475.163
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	471.833
	1.6.9.9.99.0.1 Outros Serviços - Principal	3.330
54.205	Fundação Nacional de Artes	23.748
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	23.748
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	23.748
54.206	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	245.257
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	85.470
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	65.495
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	19.975
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	159.787

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1.9.1.1.01.0.1 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	140.894
	1.9.1.1.01.0.2 Multas Previstas em Legislação Específica - Multas e Juros	10.623
	1.9.1.1.01.0.3 Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	8.270
54.207	Agência Nacional do Cinema - ANCINE(*)	1.556.500
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	1.556.500
	1.9.1.1.01.0.1 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	1.261.861
	1.9.1.1.01.0.2 Multas Previstas em Legislação Específica - Multas e Juros	6.238
	1.9.1.1.01.0.3 Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	288.401
54.208	Instituto Brasileiro de Museus	20.515
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	20.515
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	7.440
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	13.075
54.902	Fundo Nacional de Cultura	1.588.839.489
118	Receitas de Concursos de Prognósticos	590.940.121
	1.3.9.1.01.1.1 Participação da União em Receita de Loteria Federal - Principal	3.897.290
	1.3.9.1.01.2.1 Participação da União em Receita de Loteria Esportiva - Principal	680.626
	1.3.9.1.01.4.1 Participação da União em Receita de Loterias de Prognósticos Numéricos - Principal	586.362.205
120	Contribuições sobre a Arrecadação dos Fundos de Investimentos Regionais	636.087
	1.2.1.9.07.1.1 Contribuição sobre a Arrecadação dos Fundos de Investimentos Regionais - Principal	636.087
130	Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional	619.817.180
	1.2.2.1.04.0.1 Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE - Principal	619.130.585
	1.2.2.1.04.0.2 Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE - Multas e	2.450
	1.2.2.1.04.0.3 Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE - Dívida	684.145
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	18.422.354
	1.9.2.2.10.1.1 Restituição Decorrente da Não Aplicação de Incentivos Fiscais Relativos à Lei Rouanet - Principal	17.452.850
	1.9.2.2.10.2.1 Restituição Decorrente da Não Aplicação de Incentivos Fiscais Relativos à Lei do Audiovisual - Principal	961.896
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	7.608
166	Recursos Financeiros de Aplicação Vinculada	19.539.156
	1.6.4.1.01.0.1 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	1.155.612
	2.3.1.1.06.0.1 Amortização de Empréstimos Contratuais - Principal	18.383.544
178	Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	9.675.922
	1.3.3.3.01.1.1 Delegação dos Serviços de Telecomunicação - Poder Concedente no Regime Público - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	6.478.418
	1.3.3.3.01.1.3 Delegação dos Serviços de Telecomunicação - Poder Concedente no Regime Público - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Dívida Ativa	115.881
	1.3.3.3.03.1.1 Delegação dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagens - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	158.209
	1.3.3.3.04.1.1 Cessão do Direito de Uso de Radiofrequência - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais -	313.753
	1.3.3.3.99.1.1 Outras Delegações dos Serviços de Telecomunicação - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	24.122
	1.3.3.3.99.2.1 Outras Delegações dos Serviços de Telecomunicação - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	29.364
	1.9.1.1.02.1.1 Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	2.401.574
	1.9.1.1.02.1.3 Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Dívida Ativa	154.601
180	Recursos Próprios Financeiros	322.030.860
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	322.030.860
186	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	7.777.809
	1.9.2.2.10.2.1 Restituição Decorrente da Não Aplicação de Incentivos Fiscais Relativos à Lei do Audiovisual - Principal	7.777.809
55.000	Ministério da Cidadania	669.115.358
118	Receitas de Concursos de Prognósticos	503.328.017
139	Alienação de Bens Apreendidos	143.431.634
180	Recursos Próprios Financeiros	22.331.590
194	Doações para o Combate à Fome	24.117
55.101	Ministério da Cidadania - Administração Direta	503.352.134
118	Receitas de Concursos de Prognósticos	503.328.017
	1.3.9.1.01.2.1 Participação da União em Receita de Loteria Esportiva - Principal	6.806.262
	1.3.9.1.01.4.1 Participação da União em Receita de Loterias de Prognósticos Numéricos - Principal	493.990.077
	1.3.9.1.01.6.1 Participação da União em Receita de Loteria de Prognóstico Específico - Principal	2.531.678
194	Doações para o Combate à Fome	24.117
	2.4.9.2.01.0.1 Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados - Principal	24.117
55.901	Fundo Nacional de Assistência Social	165.763.224
139	Alienação de Bens Apreendidos	143.431.634
	1.9.3.1.02.1.1 Alienação de Bens e Mercadorias Apreendidos - Principal	143.318.639
	1.9.3.1.02.1.2 Alienação de Bens e Mercadorias Apreendidos - Multas e Juros	112.995
180	Recursos Próprios Financeiros	22.331.590
	1.3.2.1.03.0.1 Remuneração de Saldos de Recursos Não-Desembolsados - Principal	22.331.590
59.000	Conselho Nacional do Ministério Público	31.683

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	31.683
59.101	Conselho Nacional do Ministério Público	31.683
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	31.683
1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	31.683
71.000	Encargos Financeiros da União	136.100.562.887
142	Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	9.201.560.810
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	458.585.393
180	Recursos Próprios Financeiros	16.294.183.603
186	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	1.849.428.454
187	Alienação de Títulos e Valores Mobiliários	1.664.281.303
188	Recursos Financeiros de Livre Aplicação	106.632.523.324
71.101	Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia	108.914.963.081
186	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	618.158.454
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	618.158.454
187	Alienação de Títulos e Valores Mobiliários	1.664.281.303
2.2.1.1.01.0.1	Alienação de Títulos, Valores Mobiliários e Aplicações Congêneres Temporários - Principal	1.664.281.303
188	Recursos Financeiros de Livre Aplicação	106.632.523.324
2.9.3.1.01.0.1	Remuneração das Disponibilidades do Tesouro - Principal	106.632.523.324
71.903	Fundo Social - FS	12.590.065.098
142	Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	9.201.560.810
1.3.4.1.02.2.1	Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal	612.562.534
1.3.4.1.03.1.1	Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal	80.476.086
1.3.4.1.03.2.1	Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal	1.223.787.109
1.3.4.1.04.2.1	Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal	7.284.735.081
180	Recursos Próprios Financeiros	2.157.234.288
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	2.157.234.288
186	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	1.231.270.000
1.5.1.1.01.0.1	Receita Industrial - Principal	1.231.270.000
71.904	Fundo de Estabilidade do Seguro Rural - Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia	357.333.327
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	149.705.313
1.6.4.1.02.0.1	Concessão de Avais, Garantias e Seguros - Principal	149.705.313
180	Recursos Próprios Financeiros	207.628.014
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	163.118.807
1.3.2.1.05.0.1	Juros de Títulos de Renda - Principal	44.509.207
71.905	Fundo de Garantia à Exportação - Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia	14.238.201.381
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	308.880.080
1.6.4.1.02.0.1	Concessão de Avais, Garantias e Seguros - Principal	298.379.706
1.9.2.2.08.0.1	Restituição de Garantias Prestadas - Principal	10.500.374
180	Recursos Próprios Financeiros	13.929.321.301
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	2.504.186.488
1.3.2.1.05.0.1	Juros de Títulos de Renda - Principal	11.425.134.813
73.000	Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	355.207.338.084
101	Transferências do Imposto sobre a Renda e sobre Produtos Industrializados	265.494.262.603
102	Transferência do Imposto Territorial Rural	2.403.496.626
106	Contribuição para o Fundo de Saúde dos Policiais Militares e Bombeiros Militares do Distrito Federal	36.994.780
111	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Combustíveis	452.780.146
113	Contribuição do Salário-Educação	14.936.709.980
119	Imposto sobre Operações Financeiras - Ouro	42.206.491
123	Contribuição para o Custeio das Pensões Militares	623.838.923
129	Recursos de Concessões e Permissões	8.393.343
134	Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	2.693.638.378
141	Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	7.557.579.899
142	Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	43.108.997.942
156	Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público	209.654.435
169	Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público	218.467.276
186	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	136.941.790
901	Transferências do Imposto sobre a Renda e sobre Produtos Industrializados - CONDICIONADOS	17.283.375.472
73.101	Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia	308.542.457
123	Contribuição para o Custeio das Pensões Militares	171.600.667
1.2.1.5.04.1.1	Contribuição para o Custeio das Pensões Militares das Forças Armadas - Principal	171.600.667
186	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	136.941.790
1.3.1.1.01.2.1	Foros, Laudêmios e Tarifas de Ocupação - Principal	124.141.284

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
73.107	1.3.1.1.01.2.3 Foros, Laudêmios e Tarifas de Ocupação - Dívida Ativa	12.800.506
113	Recursos sob Supervisão do Ministério da Educação	14.936.709.980
	Contribuição do Salário-Educação	14.936.709.980
	1.2.1.9.04.1.1 Contribuição Social do Salário-Educação - Principal	14.764.866.689
	1.2.1.9.04.1.2 Contribuição Social do Salário-Educação - Multas e Juros	57.422.590
	1.2.1.9.04.1.3 Contribuição Social do Salário-Educação - Dívida Ativa	74.628.107
	1.2.1.9.04.1.4 Contribuição Social do Salário-Educação - Dívida Ativa - Multas e Juros	39.792.594
73.108	Transferências Constitucionais - Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia	285.676.121.338
101	Transferências do Imposto sobre a Renda e sobre Produtos Industrializados	265.494.262.603
	1.1.1.3.01.0.1 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Principal	22.724.301.227
	1.1.1.3.01.0.2 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Multas e Juros	713.934.133
	1.1.1.3.01.0.3 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Dívida Ativa	219.581.155
	1.1.1.3.01.0.7 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Multas da Dívida Ativa	174.933.089
	1.1.1.3.01.0.8 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Juros da Dívida Ativa	280.240.725
	1.1.1.3.02.0.1 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Principal	70.435.499.855
	1.1.1.3.02.0.2 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Multas e Juros	1.221.586.322
	1.1.1.3.02.0.3 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Dívida Ativa	492.299.303
	1.1.1.3.02.0.7 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Multas da Dívida Ativa	176.152.571
	1.1.1.3.02.0.8 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Juros da Dívida Ativa	392.448.162
	1.1.1.3.03.1.1 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	56.055.514.048
	1.1.1.3.03.1.2 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas e Juros	334.399.906
	1.1.1.3.03.1.3 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Dívida Ativa	66.547.433
	1.1.1.3.03.1.7 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas da Dívida Ativa	33.348.068
	1.1.1.3.03.1.8 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Juros da Dívida Ativa	98.021.638
	1.1.1.3.03.2.1 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Capital - Principal	33.432.447.369
	1.1.1.3.03.3.1 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal	21.088.401.531
	1.1.1.3.03.4.1 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	8.094.018.646
	1.1.1.4.01.1.1 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Fumo - Principal	3.473.808.944
	1.1.1.4.01.1.2 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Fumo - Multas e Juros	10.126.924
	1.1.1.4.01.2.1 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Bebidas - Principal	1.821.564.569
	1.1.1.4.01.3.1 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Automóveis - Principal	3.212.566.104
	1.1.1.4.01.4.1 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Principal	19.807.336.079
	1.1.1.4.01.4.2 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Multas e Juros	20.661.533
	1.1.1.4.01.5.1 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Principal	20.291.733.677
	1.1.1.4.01.5.2 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas e Juros	486.734.674
	1.1.1.4.01.5.3 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Dívida Ativa	138.722.559
	1.1.1.4.01.5.7 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas da Dívida Ativa	49.091.226
	1.1.1.4.01.5.8 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Juros da Dívida Ativa	147.774.117
	7.1.1.3.03.1.2 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas e Juros - Operações Intraorçamentárias	426.777
	7.1.1.3.03.3.1 IR - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal - Operações Intraorçamentárias	11.778
	7.1.1.3.03.4.1 IR - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal - Operações Intraorçamentárias	21.747
	7.1.1.4.01.5.2 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas e Juros - Operações Intraorçamentárias	6.714
102	Transferência do Imposto Territorial Rural	2.403.496.626
	1.1.1.2.01.1.1 Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Conveniados - Principal	2.120.409.670
	1.1.1.2.01.1.2 Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Conveniados - Multas e Juros	113.168.906
	1.1.1.2.01.1.3 Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Conveniados - Dívida Ativa	13.425.982
	1.1.1.2.01.1.7 Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Conveniados - Multas da Dívida Ativa	10.846.238
	1.1.1.2.01.1.8 Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Conveniados - Juros da Dívida Ativa	19.146.007
	1.1.1.2.01.2.1 Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Principal	117.800.537
	1.1.1.2.01.2.2 Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Multas e Juros	6.287.162
	1.1.1.2.01.2.3 Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Dívida Ativa	745.888
	1.1.1.2.01.2.7 Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Multas da Dívida Ativa	602.569
	1.1.1.2.01.2.8 Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Juros da Dívida Ativa	1.063.667
111	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Combustíveis	452.780.146
	1.2.2.1.08.1.1 Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Combustíveis - Importação - Principal	97.566.662
	1.2.2.1.08.2.1 Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Combustíveis - Comercialização - Principal	354.462.413
	1.2.2.1.08.2.3 Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Combustíveis - Comercialização - Dívida	250.369
	1.2.2.1.08.2.7 Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Combustíveis - Comercialização - Multas da Dívida Ativa	51.213
	1.2.2.1.08.2.8 Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Combustíveis - Comercialização - Juros da Dívida Ativa	449.489
119	Imposto sobre Operações Financeiras - Ouro	42.206.491
	1.1.1.5.01.0.1 Imposto sobre Operações Financeiras incidente sobre o Ouro - IOF-Ouro - Principal	41.066.766
	1.1.1.5.01.0.2 Imposto sobre Operações Financeiras incidente sobre o Ouro - IOF-Ouro - Multas e Juros	1.139.725
901	Transferências do Imposto sobre a Renda e sobre Produtos Industrializados - CONDICIONADOS	17.283.375.472
	1.1.1.3.01.0.1 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Principal	4.769.494.456
	1.1.1.3.03.2.1 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Capital - Principal	10.988.522.933

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
73.115	1.1.1.3.03.3.1 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal	1.525.358.083
129	Recursos sob Supervisão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	8.393.343
	Recursos de Concessões e Permissões	8.393.343
	1.3.4.6.01.2.1 Concessão de Florestas Nacionais - Demais Valores - Principal	8.224.946
	1.3.4.6.01.2.2 Concessão de Florestas Nacionais - Demais Valores - Multas e Juros	168.397
73.116	Recursos sob Supervisão da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP	43.108.997.942
142	Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Flúidos	43.108.997.942
	1.3.4.1.02.1.1 Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal	736.719.524
	1.3.4.1.02.2.1 Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal	4.900.500.274
	1.3.4.1.02.3.1 Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal	3.405.318.722
	1.3.4.1.02.4.1 Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal	4.562.457.152
	1.3.4.1.03.1.1 Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal	482.856.519
	1.3.4.1.03.2.1 Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal	3.671.361.326
	1.3.4.1.03.3.1 Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal	2.472.842.568
	1.3.4.1.03.4.1 Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal	3.421.844.767
	1.3.4.1.04.1.1 Participação Especial pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal	41.474.442
	1.3.4.1.04.2.1 Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal	14.569.470.161
	1.3.4.1.04.3.1 Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal	2.130.621.588
	1.3.4.1.04.4.1 Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal	378.102.493
	1.3.4.3.02.4.1 Royalties pela Produção de Petróleo em Plataforma - Partilha de Produção - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Principal	2.335.428.406
73.118	Recursos sob Supervisão da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL	2.693.638.378
134	Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	2.693.638.378
	1.3.4.5.03.1.1 Utilização de Recursos Hídricos - Itaipu - Principal	1.151.751.043
	1.3.4.5.03.2.1 Utilização de Recursos Hídricos - Demais Empresas - Principal	1.541.887.335
73.119	Recursos sob Supervisão da Agência Nacional de Mineração - ANM	7.557.579.899
141	Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	7.557.579.899
	1.3.4.4.02.0.1 Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Principal	7.537.047.124
	1.3.4.4.02.0.3 Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Dívida Ativa	20.532.775
73.901	Fundo Constitucional do Distrito Federal - FCDF	917.354.747
106	Contribuição para o Fundo de Saúde dos Policiais Militares e Bombeiros Militares do Distrito Federal	36.994.780
	1.2.1.6.01.1.1 Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Policiais Militares - Principal	18.522.973
	1.2.1.6.02.1.1 Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Bombeiros Militares - Principal	18.471.807
123	Contribuição para o Custeio das Pensões Militares	452.238.256
	1.2.1.5.04.2.1 Contribuição para o Custeio das Pensões Militares e da Inatividade da Polícia Militar do Distrito Federal - Principal	305.882.483
	1.2.1.5.04.3.1 Contribuição para o Custeio das Pensões Militares e da Inatividade do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - Principal	146.355.773
156	Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público	209.654.435
	1.2.1.5.01.1.1 Contribuição do Servidor Civil Ativo - Principal	109.233.638
	1.2.1.5.01.2.1 Contribuição do Servidor Civil Inativo - Principal	100.420.797
169	Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público	218.467.276
	7.2.1.5.02.1.1 Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Principal - Operações Intraorçamentárias	218.467.276
74.000	Operações Oficiais de Crédito	34.108.244.303
101	Transferências do Imposto sobre a Renda e sobre Produtos Industrializados	16.738.832.415
148	Operações de Crédito Externas - em Moeda	120.000.000
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	3.607.935
160	Recursos das Operações Oficiais de Crédito	876.416.066
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	11.200.000
166	Recursos Financeiros de Aplicação Vinculada	10.642.771
180	Recursos Próprios Financeiros	14.780.562.343
186	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	439.806.112
901	Transferências do Imposto sobre a Renda e sobre Produtos Industrializados - CONDICIONADOS	1.127.176.661
74.101	Recursos sob Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Economia	876.416.066
160	Recursos das Operações Oficiais de Crédito	876.416.066
	1.6.4.1.01.0.1 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	25.773.321
	2.3.1.1.05.0.1 Amortização de Empréstimos - Programa das Operações Oficiais de Crédito - Principal	850.642.745
74.102	Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia	120.000.000
148	Operações de Crédito Externas - em Moeda	120.000.000
	2.1.2.2.01.0.1 Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo - Principal	120.000.000

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
74.203	Recursos sob Supervisão do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA-MAPA	64.975.190
180	Recursos Próprios Financeiros	64.975.190
2.3.1.1.06.0.1	Amortização de Empréstimos Contratuais - Principal	64.975.190
74.204	Recursos sob Supervisão da Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da Marinha - CCCPM	265.765.932
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.501.412
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	166.876
1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	189.536
1.9.9.9.99.2.1	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	1.145.000
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	11.200.000
2.2.2.1.01.0.1	Alienação de Bens Imóveis em Geral - Principal	11.200.000
180	Recursos Próprios Financeiros	253.064.520
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	6.576.000
1.6.4.1.01.0.1	Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	57.350.000
1.9.4.4.06.0.2	Multas e Juros de Mora de Amortização de Empréstimos Contratuais - Multas e Juros	138.520
2.3.1.1.06.0.1	Amortização de Empréstimos Contratuais - Principal	189.000.000
74.205	Recursos sob Supervisão da Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica	3.742.653
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	2.063.402
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	2.063.402
180	Recursos Próprios Financeiros	1.679.251
1.6.4.1.01.0.1	Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	629.599
2.3.1.1.06.0.1	Amortização de Empréstimos Contratuais - Principal	1.049.652
74.901	Recursos sob Supervisão do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira/Funcafé - MAPA	6.085.977.690
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	43.121
2.2.1.2.04.0.1	Alienação de Estoques de Café - FUNCAFÉ - Principal	43.121
180	Recursos Próprios Financeiros	6.085.934.569
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	175.015.612
1.6.4.1.01.0.1	Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	340.862.328
1.9.9.9.99.3.3	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Financeiras - Dívida Ativa	19.230.050
2.3.1.1.06.0.1	Amortização de Empréstimos Contratuais - Principal	5.550.826.579
74.902	Recursos sob Supervisão do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior/FIES - Min. da Educação	6.469.739.008
180	Recursos Próprios Financeiros	6.029.932.896
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	429.017.815
1.3.2.1.05.0.1	Juros de Títulos de Renda - Principal	1.324.893
1.6.4.1.01.0.1	Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	2.252.677.055
2.3.1.1.07.2.1	Amortização de Financiamento do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES -	1.846.913.133
2.3.1.1.07.3.1	Amortização de Financiamento Proveniente de Fundo Garantidor - Principal	1.500.000.000
186	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	439.806.112
1.9.3.1.04.0.1	Prêmios Prescritos de Concursos de Prognósticos - Principal	439.806.112
74.906	Recursos sob Supervisão do Fundo de Terras e da Reforma Agrária/Banco da Terra - MAPA	480.612.249
180	Recursos Próprios Financeiros	480.612.249
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	25.534.702
1.6.4.1.01.0.1	Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	129.335.736
1.9.9.9.99.3.3	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Financeiras - Dívida Ativa	69.709.206
2.3.1.1.07.1.1	Amortização de Financiamentos em Geral - Principal	256.032.605
74.908	Recursos sob Supervisão do Fundo Geral de Turismo/FUNGETUR - Ministério do Turismo	472.822.908
180	Recursos Próprios Financeiros	472.822.908
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	187.749.376
1.6.4.1.01.0.1	Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	134.047.316
2.3.1.1.07.1.1	Amortização de Financiamentos em Geral - Principal	151.026.216
74.913	Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte/FNO - M. Desenvolv. Regional	3.573.201.815
101	Transferências do Imposto sobre a Renda e sobre Produtos Industrializados	3.347.766.483
1.1.1.3.01.0.1	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Principal	296.403.929
1.1.1.3.01.0.2	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Multas e Juros	9.312.184
1.1.1.3.01.0.3	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Dívida Ativa	2.864.102
1.1.1.3.01.0.7	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Multas da Dívida Ativa	2.281.736
1.1.1.3.01.0.8	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Juros da Dívida Ativa	3.655.314
1.1.1.3.02.0.1	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Principal	918.723.911
1.1.1.3.02.0.2	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Multas e Juros	15.933.735
1.1.1.3.02.0.3	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Dívida Ativa	6.421.295
1.1.1.3.02.0.7	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Multas da Dívida Ativa	2.297.642
1.1.1.3.02.0.8	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Juros da Dívida Ativa	5.118.889
1.1.1.3.03.1.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	731.158.879
1.1.1.3.03.1.2	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas e Juros	4.361.738
1.1.1.3.03.1.3	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Dívida Ativa	868.010
1.1.1.3.03.1.7	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas da Dívida Ativa	434.975
1.1.1.3.03.1.8	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Juros da Dívida Ativa	1.278.543
1.1.1.3.03.2.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Capital - Principal	436.075.400

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1.1.1.3.03.3.1 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal	275.066.107
	1.1.1.3.03.4.1 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	105.574.156
	1.1.1.4.01.1.1 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Fumo - Principal	37.219.382
	1.1.1.4.01.1.2 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Fumo - Multas e Juros	108.503
	1.1.1.4.01.2.1 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Bebidas - Principal	19.516.763
	1.1.1.4.01.3.1 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Automóveis - Principal	34.420.351
	1.1.1.4.01.4.1 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Principal	212.221.458
	1.1.1.4.01.4.2 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Multas e Juros	221.374
	1.1.1.4.01.5.1 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Principal	217.411.432
	1.1.1.4.01.5.2 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas e Juros	5.215.014
	1.1.1.4.01.5.3 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Dívida Ativa	1.486.313
	1.1.1.4.01.5.7 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas da Dívida Ativa	525.977
	1.1.1.4.01.5.8 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Juros da Dívida Ativa	1.583.294
	7.1.1.3.03.1.2 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas e Juros - Operações Intraorçamentárias	5.567
	7.1.1.3.03.3.1 IR - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal - Operações Intraorçamentárias	154
	7.1.1.3.03.4.1 IR - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal - Operações Intraorçamentárias	284
	7.1.1.4.01.5.2 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas e Juros - Operações Intraorçamentárias	72
901	Transferências do Imposto sobre a Renda e sobre Produtos Industrializados - CONDICIONADOS	225.435.332
	1.1.1.3.01.0.1 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Principal	62.210.797
	1.1.1.3.03.2.1 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Capital - Principal	143.328.560
	1.1.1.3.03.3.1 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal	19.895.975
74.914	Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste/FCO - M. Desenvolv. Regional	3.573.201.815
101	Transferências do Imposto sobre a Renda e sobre Produtos Industrializados	3.347.766.483
	1.1.1.3.01.0.1 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Principal	296.403.929
	1.1.1.3.01.0.2 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Multas e Juros	9.312.184
	1.1.1.3.01.0.3 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Dívida Ativa	2.864.102
	1.1.1.3.01.0.7 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Multas da Dívida Ativa	2.281.736
	1.1.1.3.01.0.8 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Juros da Dívida Ativa	3.655.314
	1.1.1.3.02.0.1 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Principal	918.723.911
	1.1.1.3.02.0.2 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Multas e Juros	15.933.735
	1.1.1.3.02.0.3 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Dívida Ativa	6.421.295
	1.1.1.3.02.0.7 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Multas da Dívida Ativa	2.297.642
	1.1.1.3.02.0.8 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Juros da Dívida Ativa	5.118.889
	1.1.1.3.03.1.1 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	731.158.879
	1.1.1.3.03.1.2 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas e Juros	4.361.738
	1.1.1.3.03.1.3 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Dívida Ativa	868.010
	1.1.1.3.03.1.7 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas da Dívida Ativa	434.975
	1.1.1.3.03.1.8 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Juros da Dívida Ativa	1.278.543
	1.1.1.3.03.2.1 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Capital - Principal	436.075.400
	1.1.1.3.03.3.1 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal	275.066.107
	1.1.1.3.03.4.1 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	105.574.156
	1.1.1.4.01.1.1 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Fumo - Principal	37.219.382
	1.1.1.4.01.1.2 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Fumo - Multas e Juros	108.503
	1.1.1.4.01.2.1 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Bebidas - Principal	19.516.763
	1.1.1.4.01.3.1 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Automóveis - Principal	34.420.351
	1.1.1.4.01.4.1 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Principal	212.221.458
	1.1.1.4.01.4.2 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Multas e Juros	221.374
	1.1.1.4.01.5.1 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Principal	217.411.432
	1.1.1.4.01.5.2 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas e Juros	5.215.014
	1.1.1.4.01.5.3 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Dívida Ativa	1.486.313
	1.1.1.4.01.5.7 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas da Dívida Ativa	525.977
	1.1.1.4.01.5.8 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Juros da Dívida Ativa	1.583.294
	7.1.1.3.03.1.2 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas e Juros - Operações Intraorçamentárias	5.567
	7.1.1.3.03.3.1 IR - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal - Operações Intraorçamentárias	154
	7.1.1.3.03.4.1 IR - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal - Operações Intraorçamentárias	284
	7.1.1.4.01.5.2 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas e Juros - Operações Intraorçamentárias	72
901	Transferências do Imposto sobre a Renda e sobre Produtos Industrializados - CONDICIONADOS	225.435.332
	1.1.1.3.01.0.1 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Principal	62.210.797
	1.1.1.3.03.2.1 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Capital - Principal	143.328.560
	1.1.1.3.03.3.1 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal	19.895.975
74.915	Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste/FNE - M. Desenvolv. Regional	10.719.605.446
101	Transferências do Imposto sobre a Renda e sobre Produtos Industrializados	10.043.299.449
	1.1.1.3.01.0.1 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Principal	889.211.787
	1.1.1.3.01.0.2 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Multas e Juros	27.936.553
	1.1.1.3.01.0.3 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Dívida Ativa	8.592.306
	1.1.1.3.01.0.7 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Multas da Dívida Ativa	6.845.208

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1.1.1.3.01.0.8 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Juros da Dívida Ativa	10.965.941
	1.1.1.3.02.0.1 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Principal	2.756.171.733
	1.1.1.3.02.0.2 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Multas e Juros	47.801.204
	1.1.1.3.02.0.3 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Dívida Ativa	19.263.886
	1.1.1.3.02.0.7 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Multas da Dívida Ativa	6.892.927
	1.1.1.3.02.0.8 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Juros da Dívida Ativa	15.356.667
	1.1.1.3.03.1.1 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	2.193.476.637
	1.1.1.3.03.1.2 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas e Juros	13.085.214
	1.1.1.3.03.1.3 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Dívida Ativa	2.604.030
	1.1.1.3.03.1.7 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas da Dívida Ativa	1.304.924
	1.1.1.3.03.1.8 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Juros da Dívida Ativa	3.835.629
	1.1.1.3.03.2.1 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Capital - Principal	1.308.226.201
	1.1.1.3.03.3.1 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal	825.198.321
	1.1.1.3.03.4.1 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	316.722.469
	1.1.1.4.01.1.1 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Fumo - Principal	111.658.145
	1.1.1.4.01.1.2 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Fumo - Multas e Juros	325.508
	1.1.1.4.01.2.1 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Bebidas - Principal	58.550.290
	1.1.1.4.01.3.1 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Automóveis - Principal	103.261.053
	1.1.1.4.01.4.1 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Principal	636.664.374
	1.1.1.4.01.4.2 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Multas e Juros	664.121
	1.1.1.4.01.5.1 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Principal	652.234.297
	1.1.1.4.01.5.2 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas e Juros	15.645.043
	1.1.1.4.01.5.3 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Dívida Ativa	4.458.939
	1.1.1.4.01.5.7 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas da Dívida Ativa	1.577.932
	1.1.1.4.01.5.8 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Juros da Dívida Ativa	4.749.882
	7.1.1.3.03.1.2 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas e Juros - Operações Intraorçamentárias	16.700
	7.1.1.3.03.3.1 IR - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal - Operações Intraorçamentárias	461
	7.1.1.3.03.4.1 IR - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal - Operações Intraorçamentárias	851
	7.1.1.4.01.5.2 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas e Juros - Operações Intraorçamentárias	216
901	Transferências do Imposto sobre a Renda e sobre Produtos Industrializados - CONDICIONADOS	676.305.997
	1.1.1.3.01.0.1 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Principal	186.632.392
	1.1.1.3.03.2.1 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Capital - Principal	429.985.680
	1.1.1.3.03.3.1 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal	59.687.925
74.917	Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia/FDA - M. Desenvolv. Regional	434.369.549
166	Recursos Financeiros de Aplicação Vinculada	3.327.986
	2.3.1.1.07.1.1 Amortização de Financiamentos em Geral - Principal	3.327.986
180	Recursos Próprios Financeiros	431.041.563
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	212.503.811
	2.3.1.1.07.1.1 Amortização de Financiamentos em Geral - Principal	218.537.752
74.918	Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste/FDNE - M. Desenvolv. Regional	776.157.883
166	Recursos Financeiros de Aplicação Vinculada	6.080.170
	1.6.4.1.01.0.1 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	781.060
	2.3.1.1.07.1.1 Amortização de Financiamentos em Geral - Principal	5.299.110
180	Recursos Próprios Financeiros	770.077.713
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	265.801.704
	1.6.4.1.01.0.1 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	121.245.346
	2.3.1.1.07.1.1 Amortização de Financiamentos em Geral - Principal	383.030.663
74.919	Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste/FDCO - M. Desenvolv. Regional	191.656.099
166	Recursos Financeiros de Aplicação Vinculada	1.234.615
	1.6.4.1.01.0.1 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	268.932
	2.3.1.1.07.1.1 Amortização de Financiamentos em Geral - Principal	965.683
180	Recursos Próprios Financeiros	190.421.484
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	109.348.428
	1.6.4.1.01.0.1 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	17.659.896
	2.3.1.1.07.1.1 Amortização de Financiamentos em Geral - Principal	63.413.160
75.000	Dívida Pública Federal	2.363.954.066.419
143	Titulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Publica Federal	1.884.865.486.134
144	Titulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	351.559.293.574
148	Operações de Crédito Externas - em Moeda	455.027.313
159	Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Refinanciamento de Dívidas de Médio e Longo Prazos	71.676.711.163
171	Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Operações de Crédito - BEA/BIB	159.210.533
173	Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Operações de Crédito - Estados e Municípios	28.953.399.126
197	Dividendos da União	26.284.938.576
75.101	Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia	2.363.954.066.419
143	Titulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Publica Federal	1.884.865.486.134

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	2.1.1.1.02.0.1 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal no Mercado Interno - Principal	1.884.865.486.134
144	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	351.559.293.574
	2.1.1.1.01.0.1 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno, exceto Refinanciamento da Dívida Pública - Principal	351.559.293.574
148	Operações de Crédito Externas - em Moeda	455.027.313
	2.1.2.2.01.0.1 Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo - Principal	455.027.313
159	Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Refinanciamento de Dívidas de Médio e Longo Prazos	71.676.711.163
	1.6.4.1.01.0.1 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	3.054.998.080
	2.3.1.1.02.0.1 Amortização Proveniente da Execução de Garantia - Operações de Crédito - Principal	24.731.083
	2.3.1.1.03.0.1 Amortização de Empréstimos - Estados e Municípios - Principal	32.701.928
	2.3.1.1.06.0.1 Amortização de Empréstimos Contratuais - Principal	68.564.280.072
171	Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Operações de Crédito - BEA/BIB	159.210.533
	1.6.4.1.01.0.1 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	159.210.533
173	Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Operações de Crédito - Estados e Municípios	28.953.399.126
	1.6.4.1.01.0.1 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	17.143.798.797
	2.3.1.1.03.0.1 Amortização de Empréstimos - Estados e Municípios - Principal	11.809.600.329
197	Dividendos da União	26.284.938.576
	1.3.2.1.06.0.1 Juros sobre o Capital Próprio - Principal	13.500.882.245
	1.3.2.2.01.0.1 Dividendos - Principal	11.922.632.152
	1.3.2.3.01.0.1 Participações - Principal	861.424.179
81.000	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos	437.647.839
118	Receitas de Concursos de Prognósticos	2.197.184
180	Recursos Próprios Financeiros	7.975.272
186	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	424.266.427
196	Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais	3.208.956
81.101	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - Administração Direta	424.266.427
186	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	424.266.427
	1.9.2.2.12.0.1 Restituição de Depósitos de Sentenças Judiciais Não Sacados - Principal	424.266.427
81.901	Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA	10.443.079
118	Receitas de Concursos de Prognósticos	2.197.184
	1.2.1.7.06.1.1 Contribuição sobre Loteria de Prognóstico Específico - Principal	1.690.332
	1.2.1.9.01.1.1 Contribuição sobre Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas - Principal	361.746
	1.2.1.9.01.1.2 Contribuição sobre Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas - Multas e Juros	145.106
180	Recursos Próprios Financeiros	6.836.939
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	6.836.939
196	Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais	1.408.956
	1.7.9.1.01.0.1 Transferências de Pessoas Físicas para Órgãos e Entidades da União - Principal	1.408.956
81.902	Fundo Nacional do Idoso - FNI	2.938.333
180	Recursos Próprios Financeiros	1.138.333
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	1.138.333
196	Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais	1.800.000
	1.7.9.1.01.0.1 Transferências de Pessoas Físicas para Órgãos e Entidades da União - Principal	600.000
	2.4.9.1.01.0.1 Transferências de Pessoas Físicas para Órgãos e Entidades da União - Principal	1.200.000
90.000	Reserva de Contingência	1.167.714.203
142	Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	1.167.714.203
90.000	Reserva de Contingência	1.167.714.203
142	Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	1.167.714.203
	1.3.4.3.02.4.1 Royalties pela Produção de Petróleo em Plataforma - Partilha de Produção - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Principal	1.167.714.203
2. Recursos NÃO Vinculados a Órgãos		
100	Recursos Primários de Livre Aplicação	417.923.688.798
	1.1.1.1.01.0.1 Imposto sobre a Importação - Principal	68.221.325.265
	1.1.1.1.01.0.3 Imposto sobre a Importação - Dívida Ativa	998.732
	1.1.1.1.02.0.1 Imposto sobre a Exportação - Principal	107.280.710
	1.1.1.1.02.0.3 Imposto sobre a Exportação - Dívida Ativa	6.531.648
	1.1.1.2.01.2.1 Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Principal	117.800.537
	1.1.1.2.01.2.3 Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Dívida Ativa	745.888
	1.1.1.3.01.0.1 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Principal	25.194.333.969
	1.1.1.3.01.0.3 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Dívida Ativa	243.448.671
	1.1.1.3.02.0.1 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Principal	78.091.532.448
	1.1.1.3.02.0.3 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Dívida Ativa	545.810.097
	1.1.1.3.03.1.1 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	62.148.504.705
	1.1.1.3.03.1.3 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Dívida Ativa	73.780.850
	1.1.1.3.03.2.1 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Capital - Principal	37.066.409.040
	1.1.1.3.03.3.1 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal	23.380.619.088
	1.1.1.3.03.4.1 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	8.973.803.281

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
2. Recursos NÃO Vinculados a Órgãos		
1.1.1.4.01.1.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Fumo - Principal	2.543.324.407
1.1.1.4.01.2.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Bebidas - Principal	1.333.645.488
1.1.1.4.01.3.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Automóveis - Principal	2.352.057.326
1.1.1.4.01.4.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Principal	14.501.799.630
1.1.1.4.01.5.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Principal	14.856.447.871
1.1.1.4.01.5.3	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Dívida Ativa	101.564.730
1.1.1.5.02.0.1	Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Demais Operações - Principal	46.148.220.586
1.1.1.5.02.0.3	Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Demais Operações - Dívida Ativa	8.551.164
1.1.2.1.01.0.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	1.277.366.118
1.1.2.1.01.0.3	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa	15.325.652
1.1.2.1.02.1.1	Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	134.508.767
1.1.2.1.02.1.3	Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Dívida	258.556
1.1.2.1.02.2.1	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais -	266.372.820
1.1.2.1.02.2.3	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Dívida Ativa	757.358
1.1.2.1.02.3.1	Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	163.602
1.1.2.1.02.4.1	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais -	6.451.420
1.1.2.1.03.0.1	Taxa de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos - Principal	11.752.203
1.1.2.1.04.0.1	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Principal	105.238.298
1.1.2.1.05.0.1	Taxa de Controle e Fiscalização da Pesca e Aquicultura - Principal	4.439.008
1.1.2.1.06.0.1	Taxa de Utilização do Sistema Integrado de Comércio Exterior - SISCOMEX - Principal	119.560.482
1.1.2.2.01.0.1	Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Principal	77.212.055
1.1.2.2.02.0.1	Emolumentos e Custas Judiciais - Principal	239.174.573
1.1.2.2.02.0.3	Emolumentos e Custas Judiciais - Dívida Ativa	407.026
1.2.1.9.01.1.1	Contribuição sobre Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas - Principal	108.524
1.2.1.9.05.1.1	Contribuição para o Ensino Aeroviário - Principal	62.807.080
1.2.1.9.05.1.3	Contribuição para o Ensino Aeroviário - Dívida Ativa	53.621
1.2.1.9.06.1.1	Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo - Principal	52.177.633
1.2.1.9.06.1.3	Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo - Dívida Ativa	294.769
1.2.1.9.07.1.1	Contribuição sobre a Arrecadação dos Fundos de Investimentos Regionais - Principal	272.609
1.2.1.9.08.1.1	Contribuição Industrial Rural - Principal	520.465.456
1.2.1.9.08.1.3	Contribuição Industrial Rural - Dívida Ativa	5.001.317
1.2.1.9.09.1.1	Adicional à Contribuição Previdenciária Rural - Principal	103.904.163
1.2.2.1.02.0.1	Contribuição de Lojas Francas, Entrepósitos Aduaneiros e Depósitos Alfandegários - Principal	140.096.015
1.2.2.1.03.0.1	Contribuição sobre Apostas em Competições Hípicas - Principal	140.451
1.2.2.1.03.0.3	Contribuição sobre Apostas em Competições Hípicas - Dívida Ativa	3.359
1.2.2.1.04.0.1	Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE - Principal	265.341.679
1.2.2.1.04.0.3	Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE - Dívida	293.205
1.2.2.1.05.0.1	Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Principal	2.386.572.156
1.2.2.1.05.0.3	Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Dívida Ativa	130.114
1.2.2.1.06.0.1	Contribuição sobre as Receitas de Concessionárias e Permissionárias de Energia Elétrica - Principal	340.267.813
1.2.2.1.07.0.1	Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia - CIDE - Remessas ao Exterior - Principal	2.167.269.567
1.2.2.1.07.0.3	Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia - CIDE - Remessas ao Exterior - Dívida Ativa	356.593
1.2.2.1.08.1.1	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Combustíveis - Importação - Principal	71.661.031
1.2.2.1.08.2.1	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Combustíveis - Comercialização - Principal	260.346.531
1.2.2.1.08.2.3	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Combustíveis - Comercialização - Dívida	183.892
1.2.2.1.09.1.1	Contribuição sobre a Receita Operacional Bruta Decorrente de Prestação de Serviços de Telecomunicações - Principal	259.379.584
1.2.2.1.09.1.3	Contribuição sobre a Receita Operacional Bruta Decorrente de Prestação de Serviços de Telecomunicações - Dívida Ativa	3.015.001
1.2.2.1.09.2.1	Contribuição sobre a Receita Bruta das Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações -	159.705.102
1.2.2.1.09.2.3	Contribuição sobre a Receita Bruta das Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações -	442.416
1.2.2.1.10.0.1	Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - Principal	97.474.226
1.2.2.1.10.0.3	Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - Dívida Ativa	216.159
1.2.2.1.11.1.1	Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas na Amazônia - Principal	24.045.765
1.2.2.1.11.2.1	Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas nas Demais Regiões -	49.597.370
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	48.207.873
1.3.1.1.01.1.2	Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	41.034
1.3.1.1.01.2.1	Foros, Laudêmos e Tarifas de Ocupação - Principal	481.047.477
1.3.1.1.01.2.3	Foros, Laudêmos e Tarifas de Ocupação - Dívida Ativa	49.601.959
1.3.1.1.99.0.1	Outras Receitas Imobiliárias - Principal	145.416
1.3.6.1.01.1.1	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poderes Executivo e Legislativo - Principal	1.151.016.808
1.3.6.1.01.2.1	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	150.000.000
1.6.1.1.04.0.1	Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	3.328.198
1.9.1.1.07.0.1	Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas - Principal	10.156.316
1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	220.903.962
1.9.1.1.13.2.1	Multas da Legislação Anticorrupção Oriundas de Acordos de Leniência - Principal	410.737.374

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
2. Recursos NÃO Vinculados a Órgãos		
1.9.2.1.02.0.1	Indenização por Posse ou Ocupação Ilícita de Bens Públicos - Principal	1.079.620
1.9.2.1.99.0.1	Outras Indenizações - Principal	140.414.279
1.9.2.2.06.3.1	Restituição de Despesas Primárias de Exercícios Anteriores - Principal	2.597.727.507
1.9.2.2.09.0.1	Restituição de Recursos de Fomento - Principal	3.701.040
1.9.2.2.12.0.1	Restituição de Depósitos de Sentenças Judiciais Não Sacados - Principal	6.363.996.412
1.9.2.2.13.0.1	Restituição de Contribuições para a Previdência Complementar do Servidor Público - Principal	12.901.516
1.9.2.2.99.0.1	Outras Restituições - Principal	75.405.782
1.9.2.3.02.0.1	Ressarcimento de Custos - Principal	53.553.340
1.9.2.3.99.0.1	Outros Ressarcimentos - Principal	266.237.594
1.9.2.3.99.0.3	Outros Ressarcimentos - Dívida Ativa	4.489.657
1.9.3.1.02.1.1	Alienação de Bens e Mercadorias Apreendidos - Principal	38.386.134
1.9.3.1.03.0.1	Depósitos Abandonados (Dinheiro e/ou Objetos de Valor) - Principal	7.686.075
1.9.9.9.06.0.1	Contrapartida de Subvenções ou Subsídios - Principal	7.066.139
1.9.9.9.12.1.1	Encargos Legais pela Inscrição em Dívida Ativa - Principal	3.760.774
1.9.9.9.12.2.1	Ônus de Sucumbência - Principal	10.086.004
1.9.9.9.15.0.1	Transação Resolutiva de Litígios de Receitas Não Administradas pela RFB - Principal	320.964.717
1.9.9.9.99.1.2	Outras Receitas Arrecadadas e Projetadas pela RFB - Multas e Juros	4.306.236.769
1.9.9.9.99.1.3	Outras Receitas Arrecadadas e Projetadas pela RFB - Dívida Ativa	5.818.073.548
1.9.9.9.99.1.4	Outras Receitas Arrecadadas e Projetadas pela RFB - Dívida Ativa - Multas e Juros	234.495
1.9.9.9.99.2.2	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Multas e Juros	5.308.169
1.9.9.9.99.2.4	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Dívida Ativa - Multas e Juros	111.770.633
7.1.1.3.03.3.1	IR - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal - Operações Intraorçamentárias	13.058
7.1.1.3.03.4.1	IR - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal - Operações Intraorçamentárias	24.110
7.1.2.1.01.0.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal - Operações Intraorçamentárias	54.911
7.1.2.2.02.0.1	Emolumentos e Custas Judiciais - Principal - Operações Intraorçamentárias	11.699
7.2.2.1.10.0.1	Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - Principal - Operações Intraorçamentárias	24.892
7.9.2.2.06.1.1	Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores - Principal - Operações Intraorçamentárias	146.237
111	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Combustíveis	775.113.392
1.2.2.1.08.1.1	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Combustíveis - Importação - Principal	167.209.072
1.2.2.1.08.2.1	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Combustíveis - Comercialização - Principal	607.475.239
1.2.2.1.08.2.3	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Combustíveis - Comercialização - Dívida	429.081
118	Receitas de Concursos de Prognósticos	3.530.444.190
1.2.1.7.01.1.1	Contribuição sobre a Loteria Federal - Principal	43.872.276
1.2.1.7.02.1.1	Contribuição sobre Loterias Esportivas - Principal	5.179.562
1.2.1.7.04.1.1	Contribuição sobre Loterias de Prognósticos Numéricos - Principal	3.478.011.687
1.2.1.7.06.1.1	Contribuição sobre Loteria de Prognóstico Específico - Principal	3.380.665
127	Custas Judiciais	559.528.168
1.1.2.2.02.0.1	Emolumentos e Custas Judiciais - Principal	558.074.002
1.1.2.2.02.0.2	Emolumentos e Custas Judiciais - Multas e Juros	112.833
1.1.2.2.02.0.3	Emolumentos e Custas Judiciais - Dívida Ativa	949.729
1.1.2.2.02.0.4	Emolumentos e Custas Judiciais - Dívida Ativa - Multas e Juros	364.307
7.1.2.2.02.0.1	Emolumentos e Custas Judiciais - Principal - Operações Intraorçamentárias	27.297
151	Recursos Livres da Seguridade Social	105.376.051.622
1.2.1.3.01.0.1	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	97.256.236.995
1.2.1.3.01.0.3	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa	432.089.364
1.2.1.3.01.0.5	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do Principal	534.356.191
1.2.1.3.01.0.7	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas da Dívida Ativa	29.828.090
1.2.1.3.02.0.1	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	6.810.969.054
1.2.1.3.02.0.3	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa	55.215.398
1.2.1.3.02.0.5	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do Principal	62.621.311
1.2.1.3.02.0.7	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas da Dívida Ativa	19.330.153
1.2.1.3.49.0.5	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Parcelamentos - Multas do Principal	12.587.836
1.2.1.3.49.0.7	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Parcelamentos - Multas da Dívida Ativa	161.446.085
1.9.2.2.03.0.1	Restituição de Benefícios Previdenciários - Principal	1.371.145
153	Recursos Destinados às Atividades-Fins da Seguridade Social	305.798.443.029
1.2.1.1.01.0.1	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	302.728.418.185
1.2.1.1.01.0.3	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa	1.113.534.583
1.2.1.1.01.0.5	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do Principal	1.410.617.942
1.2.1.1.01.0.7	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas da Dívida Ativa	123.109.144

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
2. Recursos NÃO Vinculados a Órgãos		
	1.2.1.1.02.0.1 Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento -Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	1.392.443
	1.2.1.1.02.0.5 Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento -Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do Principal	307.471
	1.2.1.1.49.0.5 Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento -Parcelamentos - Multas do Principal	32.249.519
	1.2.1.1.49.0.7 Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento -Parcelamentos - Multas da Dívida Ativa	208.870.874
	1.9.2.2.03.0.1 Restituição de Benefícios Previdenciários - Principal	179.900.296
	1.9.2.2.04.0.1 Restituição de Benefícios Assistenciais - Principal	42.572
156	Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público	18.382.437.981
	1.2.1.5.01.1.1 Contribuição do Servidor Civil Ativo - Principal	11.937.451.031
	1.2.1.5.01.1.2 Contribuição do Servidor Civil Ativo - Multas e Juros	1.348.314
	1.2.1.5.01.2.1 Contribuição do Servidor Civil Inativo - Principal	4.992.300.344
	1.2.1.5.01.3.1 Contribuição do Servidor Civil - Pensionistas - Principal	1.203.303.486
	1.2.1.5.01.4.1 Contribuição Oriunda de Sentenças Judiciais - Servidor Civil Ativo - Principal	184.675.820
	1.2.1.5.01.5.1 Contribuição Oriunda de Sentenças Judiciais - Servidor Civil Inativo - Principal	45.819.339
	1.2.1.5.01.6.1 Contribuição Oriunda de Sentenças Judiciais - Servidor Civil - Pensionistas - Principal	17.539.647
162	Recursos da União Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	17.093.051
	2.2.2.1.01.0.1 Alienação de Bens Imóveis em Geral - Principal	17.093.051
169	Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público	23.820.150.356
	7.2.1.5.02.1.1 Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Principal - Operações Intraorçamentárias	23.425.766.280
	7.2.1.5.02.1.2 Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Multas e Juros - Operações Intraorçamentárias	743.336
	7.2.1.5.02.2.1 Contribuição Patronal Oriunda de Sentenças Judiciais - Patronal - Servidor Civil Ativo - Principal - Operações Intraorçamentárias	393.640.740
900	Recursos Primários de Livre Aplicação - CONDICIONADOS	19.162.003.241
	1.1.1.3.01.0.1 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Principal	5.287.917.766
	1.1.1.3.03.2.1 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Capital - Principal	12.182.927.600
	1.1.1.3.03.3.1 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal	1.691.157.875
951	Recursos Livres da Seguridade Social - CONDICIONADOS	143.183.289
	1.2.1.3.01.0.1 Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	143.183.289
TOTAL		4.619.672.809.540

(*) Unidade com prerrogativas de órgão setorial de acordo com o § 1º do art. 3º da Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019.

(**) Unidade com prerrogativas de órgão setorial de acordo com o § 1º do art. 3º, combinado com o art. 51, ambos da Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019.

(***) Vinculado à ANATEL.

3 - QUADROS CONSOLIDADOS DA DESPESA

Resumo Geral da Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, por Categoria Econômica e Grupo de Despesa

Quadro 4 - Resumo das Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Categorias Econômicas e Grupo de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso IV

Recursos de Todas as Fontes

Categoria Econômica e Grupo de Despesa	Fiscal
	Total
Despesas Correntes	1.108.167.366.735
Pessoal e Encargos Sociais	223.293.015.892
Juros e Encargos da Dívida	351.421.008.459
Outras Despesas Correntes	533.453.342.384
Despesas de Capital	2.235.951.473.195
Investimentos	22.689.504.257
Inversões Financeiras	93.055.212.687
Amortização da Dívida	2.120.206.756.251
Reserva de Contingência	42.441.269.613
Contingência	11.405.521.830
Outros	31.035.747.783
Total	3.386.560.109.543

Categoria Econômica e Grupo de Despesa	Seguridade Social
	Total
Despesas Correntes	1.221.913.603.737
Pessoal e Encargos Sociais	145.908.372.969
Outras Despesas Correntes	1.076.005.230.768
Despesas de Capital	2.973.260.887
Investimentos	2.968.760.887
Inversões Financeiras	4.500.000
Reserva de Contingência	8.225.835.373
Outros	8.225.835.373
Total	1.233.112.699.997

Categoria Econômica e Grupo de Despesa	Fiscal e Seguridade Social
	Total
Despesas Correntes	2.330.080.970.472
Pessoal e Encargos Sociais	369.201.388.861
Juros e Encargos da Dívida	351.421.008.459
Outras Despesas Correntes	1.609.458.573.152
Despesas de Capital	2.238.924.734.082
Investimentos	25.658.265.144
Inversões Financeiras	93.059.712.687
Amortização da Dívida	2.120.206.756.251
Reserva de Contingência	50.667.104.986
Contingência	11.405.521.830
Outros	39.261.583.156
Total	4.619.672.809.540

Demonstrativo da Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder e Órgão

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/OU	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
PODER LEGISLATIVO	9.122.718.205	5.436.791.928	14.559.510.133
1 - Pessoal e Encargos Sociais			
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	6.278.253.684	4.949.029.423	11.227.283.107
151 - Recursos Livres da Seguridade Social	6.278.253.684		6.278.253.684
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		3.839.596.540	3.839.596.540
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		470.280.020	470.280.020
		639.152.863	639.152.863
3 - Outras Despesas Correntes	2.341.825.292	485.672.505	2.827.497.797
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.320.558.879	225.123	2.320.784.002
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	19.766.413		19.766.413
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		473.792.730	473.792.730
170 - Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica		4.154.652	4.154.652
180 - Recursos Próprios Financeiros	1.500.000	7.500.000	9.000.000
4 - Investimentos	364.127.130	2.090.000	366.217.130
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	298.446.230		298.446.230
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	14.678.168		14.678.168
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		2.090.000	2.090.000
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	611.939		611.939
180 - Recursos Próprios Financeiros	50.390.793		50.390.793
9 - Reserva de Contingência	138.512.099		138.512.099
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	138.512.099		138.512.099
01000 - Câmara dos Deputados	4.748.703.449	2.217.590.483	6.966.293.932
1 - Pessoal e Encargos Sociais			
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	3.441.423.028	1.973.275.000	5.414.698.028
151 - Recursos Livres da Seguridade Social	3.441.423.028		3.441.423.028
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.488.185.612	1.488.185.612
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		206.298.309	206.298.309
		278.791.079	278.791.079
3 - Outras Despesas Correntes	1.122.072.312	242.725.483	1.364.797.795
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.117.572.312	225.123	1.117.797.435
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	3.000.000		3.000.000
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		235.000.360	235.000.360
180 - Recursos Próprios Financeiros	1.500.000	7.500.000	9.000.000
4 - Investimentos	185.208.109	1.590.000	186.798.109
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	132.515.544		132.515.544
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.849.833		1.849.833
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.590.000	1.590.000
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	451.939		451.939
180 - Recursos Próprios Financeiros	50.390.793		50.390.793
01101 - Câmara dos Deputados	4.691.510.884	2.210.090.483	6.901.601.367
1 - Pessoal e Encargos Sociais			
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	3.441.423.028	1.973.275.000	5.414.698.028
151 - Recursos Livres da Seguridade Social	3.441.423.028		3.441.423.028
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.488.185.612	1.488.185.612
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		206.298.309	206.298.309
		278.791.079	278.791.079
3 - Outras Despesas Correntes	1.117.572.312	235.225.483	1.352.797.795
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.117.572.312	225.123	1.117.797.435
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		235.000.360	235.000.360
4 - Investimentos	132.515.544	1.590.000	134.105.544
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	132.515.544		132.515.544
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.590.000	1.590.000
01901 - Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados	57.192.565	7.500.000	64.692.565
3 - Outras Despesas Correntes	4.500.000	7.500.000	12.000.000
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	3.000.000		3.000.000
180 - Recursos Próprios Financeiros	1.500.000	7.500.000	9.000.000
4 - Investimentos	52.692.565		52.692.565
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.849.833		1.849.833
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	451.939		451.939
180 - Recursos Próprios Financeiros	50.390.793		50.390.793
02000 - Senado Federal	2.756.346.855	2.355.635.673	5.111.982.528
1 - Pessoal e Encargos Sociais			
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.733.523.047	2.152.375.217	3.885.898.264
151 - Recursos Livres da Seguridade Social	1.733.523.047		1.733.523.047
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.816.056.845	1.816.056.845
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		140.744.008	140.744.008
		195.574.364	195.574.364
3 - Outras Despesas Correntes	790.396.692	202.760.456	993.157.148
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	787.189.608		787.189.608
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	3.207.084		3.207.084
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		198.605.804	198.605.804
170 - Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica		4.154.652	4.154.652
4 - Investimentos	93.915.017	500.000	94.415.017
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	80.926.682		80.926.682
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	12.828.335		12.828.335
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		500.000	500.000
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	160.000		160.000
9 - Reserva de Contingência	138.512.099		138.512.099
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	138.512.099		138.512.099
02101 - Senado Federal	2.756.346.855	2.355.635.673	5.111.982.528
1 - Pessoal e Encargos Sociais			
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.733.523.047	2.152.375.217	3.885.898.264
	1.733.523.047		1.733.523.047

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.816.056.845	1.816.056.845
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		140.744.008	140.744.008
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		195.574.364	195.574.364
3 - Outras Despesas Correntes	790.396.692	202.760.456	993.157.148
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	787.189.608		787.189.608
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	3.207.084		3.207.084
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		198.605.804	198.605.804
170 - Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica		4.154.652	4.154.652
4 - Investimentos	93.915.017	500.000	94.415.017
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	80.926.682		80.926.682
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	12.828.335		12.828.335
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		500.000	500.000
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	160.000		160.000
9 - Reserva de Contingência	138.512.099		138.512.099
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	138.512.099		138.512.099
03000 - Tribunal de Contas da União	1.617.667.901	863.565.772	2.481.233.673
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.103.307.609	823.379.206	1.926.686.815
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.103.307.609		1.103.307.609
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		535.354.083	535.354.083
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		123.237.703	123.237.703
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		164.787.420	164.787.420
3 - Outras Despesas Correntes	429.356.288	40.186.566	469.542.854
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	415.796.959		415.796.959
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	13.559.329		13.559.329
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		40.186.566	40.186.566
4 - Investimentos	85.004.004		85.004.004
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	85.004.004		85.004.004
03101 - Tribunal de Contas da União	1.617.667.901	863.565.772	2.481.233.673
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.103.307.609	823.379.206	1.926.686.815
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.103.307.609		1.103.307.609
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		535.354.083	535.354.083
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		123.237.703	123.237.703
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		164.787.420	164.787.420
3 - Outras Despesas Correntes	429.356.288	40.186.566	469.542.854
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	415.796.959		415.796.959
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	13.559.329		13.559.329
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		40.186.566	40.186.566
4 - Investimentos	85.004.004		85.004.004
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	85.004.004		85.004.004
PODER JUDICIÁRIO	42.807.973.026	11.574.831.717	54.382.804.743
1 - Pessoal e Encargos Sociais	31.784.041.603	10.078.854.405	41.862.896.008
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	31.784.041.603		31.784.041.603
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.481.950.498	1.481.950.498
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		3.728.015.760	3.728.015.760
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		4.868.888.147	4.868.888.147
3 - Outras Despesas Correntes	10.079.834.713	1.495.836.212	11.575.670.925
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	9.262.612.092		9.262.612.092
127 - Custas Judiciais	559.528.168		559.528.168
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	25.250.783		25.250.783
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.495.836.212	1.495.836.212
170 - Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	150.620.695		150.620.695
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	77.127.632		77.127.632
175 - Taxas por Serviços Públicos	596.683		596.683
180 - Recursos Próprios Financeiros	4.098.660		4.098.660
4 - Investimentos	941.096.710	141.100	941.237.810
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	908.508.427		908.508.427
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	139.706		139.706
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		141.100	141.100
170 - Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	16.948.577		16.948.577
180 - Recursos Próprios Financeiros	627.576		627.576
181 - Recursos de Convênios	14.872.424		14.872.424
5 - Inversões Financeiras	3.000.000		3.000.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	3.000.000		3.000.000
10000 - Supremo Tribunal Federal	586.222.166	180.876.586	767.098.752
1 - Pessoal e Encargos Sociais	350.510.827	163.189.311	513.700.138
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	350.510.827		350.510.827
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		53.920.524	53.920.524
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		38.117.134	38.117.134
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		71.151.653	71.151.653
3 - Outras Despesas Correntes	222.911.767	17.629.175	240.540.942
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	201.183.393		201.183.393
127 - Custas Judiciais	21.508.209		21.508.209
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		17.629.175	17.629.175
175 - Taxas por Serviços Públicos	220.165		220.165
4 - Investimentos	12.799.572	58.100	12.857.672
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	12.799.572		12.799.572
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		58.100	58.100

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
10101 - Supremo Tribunal Federal	586.222.166	180.876.586	767.098.752
1 - Pessoal e Encargos Sociais	350.510.827	163.189.311	513.700.138
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	350.510.827		350.510.827
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		53.920.524	53.920.524
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		38.117.134	38.117.134
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		71.151.653	71.151.653
3 - Outras Despesas Correntes	222.911.767	17.629.175	240.540.942
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	201.183.393		201.183.393
127 - Custas Judiciais	21.508.209		21.508.209
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		17.629.175	17.629.175
175 - Taxas por Serviços Públicos	220.165		220.165
4 - Investimentos	12.799.572	58.100	12.857.672
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	12.799.572		12.799.572
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		58.100	58.100
11000 - Superior Tribunal de Justiça	1.332.761.228	483.205.959	1.815.967.187
1 - Pessoal e Encargos Sociais	840.683.879	409.536.371	1.250.220.250
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	840.683.879		840.683.879
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		127.779.153	127.779.153
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		98.948.553	98.948.553
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		182.808.665	182.808.665
3 - Outras Despesas Correntes	416.607.324	73.647.588	490.254.912
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	373.748.665		373.748.665
127 - Custas Judiciais	42.470.802		42.470.802
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	11.339		11.339
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		73.647.588	73.647.588
175 - Taxas por Serviços Públicos	376.518		376.518
4 - Investimentos	75.470.025	22.000	75.492.025
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	75.470.025		75.470.025
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		22.000	22.000
11101 - Superior Tribunal de Justiça	1.332.761.228	483.205.959	1.815.967.187
1 - Pessoal e Encargos Sociais	840.683.879	409.536.371	1.250.220.250
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	840.683.879		840.683.879
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		127.779.153	127.779.153
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		98.948.553	98.948.553
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		182.808.665	182.808.665
3 - Outras Despesas Correntes	416.607.324	73.647.588	490.254.912
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	373.748.665		373.748.665
127 - Custas Judiciais	42.470.802		42.470.802
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	11.339		11.339
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		73.647.588	73.647.588
175 - Taxas por Serviços Públicos	376.518		376.518
4 - Investimentos	75.470.025	22.000	75.492.025
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	75.470.025		75.470.025
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		22.000	22.000
12000 - Justiça Federal	11.671.328.499	2.269.393.423	13.940.721.922
1 - Pessoal e Encargos Sociais	9.406.272.034	1.947.400.000	11.353.672.034
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	9.406.272.034		9.406.272.034
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		60.000	60.000
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.117.127.650	1.117.127.650
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		830.212.350	830.212.350
3 - Outras Despesas Correntes	1.919.672.162	321.958.423	2.241.630.585
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.751.410.271		1.751.410.271
127 - Custas Judiciais	168.261.891		168.261.891
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		321.958.423	321.958.423
4 - Investimentos	342.384.303	35.000	342.419.303
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	342.384.303		342.384.303
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		35.000	35.000
5 - Inversões Financeiras	3.000.000		3.000.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	3.000.000		3.000.000
12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau	9.571.637.452	1.693.884.822	11.265.522.274
1 - Pessoal e Encargos Sociais	7.792.272.034	1.432.100.000	9.224.372.034
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	7.792.272.034		7.792.272.034
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		10.000	10.000
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		922.387.080	922.387.080
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		509.702.920	509.702.920
3 - Outras Despesas Correntes	1.537.407.705	261.769.822	1.799.177.527
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.406.510.922		1.406.510.922
127 - Custas Judiciais	130.896.783		130.896.783
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		261.769.822	261.769.822
4 - Investimentos	238.957.713	15.000	238.972.713
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	238.957.713		238.957.713
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		15.000	15.000
5 - Inversões Financeiras	3.000.000		3.000.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	3.000.000		3.000.000
12102 - Tribunal Regional Federal da 1a. Região	451.209.641	119.852.799	571.062.440
1 - Pessoal e Encargos Sociais	316.400.000	105.200.000	421.600.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	316.400.000		316.400.000
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		10.000	10.000

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		36.757.100	36.757.100
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		68.432.900	68.432.900
3 - Outras Despesas Correntes	108.639.351	14.652.799	123.292.150
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	98.035.532		98.035.532
127 - Custas Judiciais	10.603.819		10.603.819
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		14.652.799	14.652.799
4 - Investimentos	26.170.290		26.170.290
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	26.170.290		26.170.290
12103 - Tribunal Regional Federal da 2a. Região	432.013.399	113.682.958	545.696.357
1 - Pessoal e Encargos Sociais	330.300.000	103.300.000	433.600.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	330.300.000		330.300.000
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		10.000	10.000
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		39.784.155	39.784.155
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		63.505.845	63.505.845
3 - Outras Despesas Correntes	76.081.347	10.382.958	86.464.305
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	68.387.346		68.387.346
127 - Custas Judiciais	7.694.001		7.694.001
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		10.382.958	10.382.958
4 - Investimentos	25.632.052		25.632.052
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	25.632.052		25.632.052
12104 - Tribunal Regional Federal da 3a. Região	612.996.615	172.123.302	785.119.917
1 - Pessoal e Encargos Sociais	502.200.000	154.200.000	656.400.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	502.200.000		502.200.000
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		10.000	10.000
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		62.559.150	62.559.150
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		91.630.850	91.630.850
3 - Outras Despesas Correntes	90.963.192	17.903.302	108.866.494
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	82.761.282		82.761.282
127 - Custas Judiciais	8.201.910		8.201.910
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		17.903.302	17.903.302
4 - Investimentos	19.833.423	20.000	19.853.423
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	19.833.423		19.833.423
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		20.000	20.000
12105 - Tribunal Regional Federal da 4a. Região	356.248.260	117.161.683	473.409.943
1 - Pessoal e Encargos Sociais	291.200.000	106.700.000	397.900.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	291.200.000		291.200.000
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		10.000	10.000
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		36.757.100	36.757.100
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		69.932.900	69.932.900
3 - Outras Despesas Correntes	53.008.778	10.461.683	63.470.461
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	47.864.211		47.864.211
127 - Custas Judiciais	5.144.567		5.144.567
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		10.461.683	10.461.683
4 - Investimentos	12.039.482		12.039.482
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	12.039.482		12.039.482
12106 - Tribunal Regional Federal da 5a. Região	247.223.132	52.687.859	299.910.991
1 - Pessoal e Encargos Sociais	173.900.000	45.900.000	219.800.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	173.900.000		173.900.000
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		10.000	10.000
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		18.883.065	18.883.065
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		27.006.935	27.006.935
3 - Outras Despesas Correntes	53.571.789	6.787.859	60.359.648
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	47.850.978		47.850.978
127 - Custas Judiciais	5.720.811		5.720.811
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		6.787.859	6.787.859
4 - Investimentos	19.751.343		19.751.343
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	19.751.343		19.751.343
13000 - Justiça Militar da União	393.564.150	251.222.016	644.786.166
1 - Pessoal e Encargos Sociais	255.399.260	228.942.012	484.341.272
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	255.399.260		255.399.260
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		129.619.051	129.619.051
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		29.971.982	29.971.982
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		69.350.979	69.350.979
3 - Outras Despesas Correntes	114.889.924	22.278.504	137.168.428
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	102.745.254		102.745.254
127 - Custas Judiciais	12.028.363		12.028.363
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	116.307		116.307
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		22.278.504	22.278.504
4 - Investimentos	23.274.966	1.500	23.276.466
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	23.274.966		23.274.966
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.500	1.500
13101 - Justiça Militar da União	393.564.150	251.222.016	644.786.166
1 - Pessoal e Encargos Sociais	255.399.260	228.942.012	484.341.272
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	255.399.260		255.399.260
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		129.619.051	129.619.051
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		29.971.982	29.971.982
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		69.350.979	69.350.979
3 - Outras Despesas Correntes	114.889.924	22.278.504	137.168.428

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	102.745.254		102.745.254
127 - Custas Judiciais	12.028.363		12.028.363
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	116.307		116.307
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		22.278.504	22.278.504
4 - Investimentos	23.274.966	1.500	23.276.466
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	23.274.966		23.274.966
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.500	1.500
14000 - Justiça Eleitoral	8.925.946.271	1.324.764.479	10.250.710.750
1 - Pessoal e Encargos Sociais	5.091.139.896	1.097.160.463	6.188.300.359
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	5.091.139.896		5.091.139.896
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		541.275.738	541.275.738
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		555.884.725	555.884.725
3 - Outras Despesas Correntes	3.485.175.886	227.604.016	3.712.779.902
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	3.276.843.283		3.276.843.283
127 - Custas Judiciais	131.204.971		131.204.971
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		227.604.016	227.604.016
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	77.127.632		77.127.632
4 - Investimentos	349.630.489		349.630.489
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	349.630.489		349.630.489
14101 - Tribunal Superior Eleitoral	2.300.241.472	169.031.711	2.469.273.183
1 - Pessoal e Encargos Sociais	772.055.129	66.719.628	838.774.757
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	772.055.129		772.055.129
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		48.456.198	48.456.198
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		18.263.430	18.263.430
3 - Outras Despesas Correntes	1.413.198.015	102.312.083	1.515.510.098
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.376.869.932		1.376.869.932
127 - Custas Judiciais	36.328.083		36.328.083
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		102.312.083	102.312.083
4 - Investimentos	114.988.328		114.988.328
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	114.988.328		114.988.328
14102 - Tribunal Regional Eleitoral do Acre	53.248.795	6.493.829	59.742.624
1 - Pessoal e Encargos Sociais	37.061.745	5.275.757	42.337.502
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	37.061.745		37.061.745
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		3.540.200	3.540.200
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.735.557	1.735.557
3 - Outras Despesas Correntes	11.872.187	1.218.072	13.090.259
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	10.493.408		10.493.408
127 - Custas Judiciais	1.378.779		1.378.779
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.218.072	1.218.072
4 - Investimentos	4.314.863		4.314.863
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	4.314.863		4.314.863
14103 - Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas	116.074.340	14.366.536	130.440.876
1 - Pessoal e Encargos Sociais	90.650.196	11.879.512	102.529.708
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	90.650.196		90.650.196
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		10.459.129	10.459.129
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.420.383	1.420.383
3 - Outras Despesas Correntes	23.625.320	2.487.024	26.112.344
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	21.777.402		21.777.402
127 - Custas Judiciais	1.847.918		1.847.918
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		2.487.024	2.487.024
4 - Investimentos	1.798.824		1.798.824
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.798.824		1.798.824
14104 - Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas	134.021.670	13.258.365	147.280.035
1 - Pessoal e Encargos Sociais	98.723.676	9.658.017	108.381.693
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	98.723.676		98.723.676
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		9.658.017	9.658.017
3 - Outras Despesas Correntes	30.963.042	3.600.348	34.563.390
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	27.970.282		27.970.282
127 - Custas Judiciais	2.992.760		2.992.760
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		3.600.348	3.600.348
4 - Investimentos	4.334.952		4.334.952
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	4.334.952		4.334.952
14105 - Tribunal Regional Eleitoral da Bahia	361.354.983	61.080.712	422.435.695
1 - Pessoal e Encargos Sociais	267.139.819	56.402.956	323.542.775
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	267.139.819		267.139.819
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		31.415.789	31.415.789
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		24.987.167	24.987.167
3 - Outras Despesas Correntes	65.335.183	4.677.756	70.012.939
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	59.441.957		59.441.957
127 - Custas Judiciais	5.893.226		5.893.226
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		4.677.756	4.677.756
4 - Investimentos	28.879.981		28.879.981
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	28.879.981		28.879.981
14106 - Tribunal Regional Eleitoral do Ceará	235.233.291	44.011.771	279.245.062
1 - Pessoal e Encargos Sociais	186.968.238	39.552.499	226.520.737
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	186.968.238		186.968.238
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		22.428.762	22.428.762

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
<i>169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público</i>		17.123.737	17.123.737
3 - Outras Despesas Correntes	45.019.999	4.459.272	49.479.271
<i>100 - Recursos Primários de Livre Aplicação</i>	41.342.540		41.342.540
<i>127 - Custas Judiciais</i>	3.677.459		3.677.459
<i>151 - Recursos Livres da Seguridade Social</i>		4.459.272	4.459.272
4 - Investimentos	3.245.054		3.245.054
<i>100 - Recursos Primários de Livre Aplicação</i>	3.245.054		3.245.054
14107 - Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal	92.375.231	26.558.565	118.933.796
1 - Pessoal e Encargos Sociais	64.176.441	24.753.897	88.930.338
<i>100 - Recursos Primários de Livre Aplicação</i>	64.176.441		64.176.441
<i>156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público</i>		9.842.162	9.842.162
<i>169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público</i>		14.911.735	14.911.735
3 - Outras Despesas Correntes	22.892.743	1.804.668	24.697.411
<i>100 - Recursos Primários de Livre Aplicação</i>	20.755.115		20.755.115
<i>127 - Custas Judiciais</i>	2.137.628		2.137.628
<i>151 - Recursos Livres da Seguridade Social</i>		1.804.668	1.804.668
4 - Investimentos	5.306.047		5.306.047
<i>100 - Recursos Primários de Livre Aplicação</i>	5.306.047		5.306.047
14108 - Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo	133.967.858	17.387.096	151.354.954
1 - Pessoal e Encargos Sociais	100.050.189	15.211.328	115.261.517
<i>100 - Recursos Primários de Livre Aplicação</i>	100.050.189		100.050.189
<i>156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público</i>		11.202.074	11.202.074
<i>169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público</i>		4.009.254	4.009.254
3 - Outras Despesas Correntes	25.845.160	2.175.768	28.020.928
<i>100 - Recursos Primários de Livre Aplicação</i>	23.064.474		23.064.474
<i>127 - Custas Judiciais</i>	2.780.686		2.780.686
<i>151 - Recursos Livres da Seguridade Social</i>		2.175.768	2.175.768
4 - Investimentos	8.072.509		8.072.509
<i>100 - Recursos Primários de Livre Aplicação</i>	8.072.509		8.072.509
14109 - Tribunal Regional Eleitoral de Goiás	195.399.802	28.130.823	223.530.625
1 - Pessoal e Encargos Sociais	152.240.885	23.692.491	175.933.376
<i>100 - Recursos Primários de Livre Aplicação</i>	152.240.885		152.240.885
<i>156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público</i>		15.670.220	15.670.220
<i>169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público</i>		8.022.271	8.022.271
3 - Outras Despesas Correntes	32.880.741	4.438.332	37.319.073
<i>100 - Recursos Primários de Livre Aplicação</i>	29.417.503		29.417.503
<i>127 - Custas Judiciais</i>	3.463.238		3.463.238
<i>151 - Recursos Livres da Seguridade Social</i>		4.438.332	4.438.332
4 - Investimentos	10.278.176		10.278.176
<i>100 - Recursos Primários de Livre Aplicação</i>	10.278.176		10.278.176
14110 - Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão	201.317.653	23.728.911	225.046.564
1 - Pessoal e Encargos Sociais	145.749.864	20.246.467	165.996.331
<i>100 - Recursos Primários de Livre Aplicação</i>	145.749.864		145.749.864
<i>156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público</i>		15.521.340	15.521.340
<i>169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público</i>		4.725.127	4.725.127
3 - Outras Despesas Correntes	36.776.878	3.482.444	40.259.322
<i>100 - Recursos Primários de Livre Aplicação</i>	33.229.561		33.229.561
<i>127 - Custas Judiciais</i>	3.547.317		3.547.317
<i>151 - Recursos Livres da Seguridade Social</i>		3.482.444	3.482.444
4 - Investimentos	18.790.911		18.790.911
<i>100 - Recursos Primários de Livre Aplicação</i>	18.790.911		18.790.911
14111 - Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso	129.678.952	20.688.439	150.367.391
1 - Pessoal e Encargos Sociais	90.100.692	17.997.907	108.098.599
<i>100 - Recursos Primários de Livre Aplicação</i>	90.100.692		90.100.692
<i>156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público</i>		9.817.766	9.817.766
<i>169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público</i>		8.180.141	8.180.141
3 - Outras Despesas Correntes	28.894.228	2.690.532	31.584.760
<i>100 - Recursos Primários de Livre Aplicação</i>	25.729.431		25.729.431
<i>127 - Custas Judiciais</i>	3.164.797		3.164.797
<i>151 - Recursos Livres da Seguridade Social</i>		2.690.532	2.690.532
4 - Investimentos	10.684.032		10.684.032
<i>100 - Recursos Primários de Livre Aplicação</i>	10.684.032		10.684.032
14112 - Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul	111.383.609	21.321.943	132.705.552
1 - Pessoal e Encargos Sociais	85.336.233	18.927.703	104.263.936
<i>100 - Recursos Primários de Livre Aplicação</i>	85.336.233		85.336.233
<i>156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público</i>		9.272.745	9.272.745
<i>169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público</i>		9.654.958	9.654.958
3 - Outras Despesas Correntes	21.427.028	2.394.240	23.821.268
<i>100 - Recursos Primários de Livre Aplicação</i>	19.326.218		19.326.218
<i>127 - Custas Judiciais</i>	2.100.810		2.100.810
<i>151 - Recursos Livres da Seguridade Social</i>		2.394.240	2.394.240
4 - Investimentos	4.620.348		4.620.348
<i>100 - Recursos Primários de Livre Aplicação</i>	4.620.348		4.620.348
14113 - Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais	581.407.593	131.279.291	712.686.884
1 - Pessoal e Encargos Sociais	478.069.826	116.443.979	594.513.805
<i>100 - Recursos Primários de Livre Aplicação</i>	478.069.826		478.069.826
<i>156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público</i>		56.252.098	56.252.098
<i>169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público</i>		60.191.881	60.191.881

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
3 - Outras Despesas Correntes	82.763.557	14.835.312	97.598.869
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	75.039.688		75.039.688
127 - Custas Judiciais	7.723.869		7.723.869
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		14.835.312	14.835.312
4 - Investimentos	20.574.210		20.574.210
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	20.574.210		20.574.210
14114 - Tribunal Regional Eleitoral do Pará	192.246.790	32.118.530	224.365.320
1 - Pessoal e Encargos Sociais	142.293.082	27.309.098	169.602.180
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	142.293.082		142.293.082
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		15.120.180	15.120.180
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		12.188.918	12.188.918
3 - Outras Despesas Correntes	39.511.387	4.809.432	44.320.819
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	35.449.226		35.449.226
127 - Custas Judiciais	4.062.161		4.062.161
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		4.809.432	4.809.432
4 - Investimentos	10.442.321		10.442.321
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	10.442.321		10.442.321
14115 - Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba	151.689.586	24.458.825	176.148.411
1 - Pessoal e Encargos Sociais	119.868.154	20.858.477	140.726.631
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	119.868.154		119.868.154
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		13.967.068	13.967.068
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		6.891.409	6.891.409
3 - Outras Despesas Correntes	28.620.781	3.600.348	32.221.129
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	26.099.945		26.099.945
127 - Custas Judiciais	2.520.836		2.520.836
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		3.600.348	3.600.348
4 - Investimentos	3.200.651		3.200.651
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	3.200.651		3.200.651
14116 - Tribunal Regional Eleitoral do Paraná	314.367.435	60.201.333	374.568.768
1 - Pessoal e Encargos Sociais	253.127.290	53.449.569	306.576.859
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	253.127.290		253.127.290
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		28.033.880	28.033.880
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		25.415.689	25.415.689
3 - Outras Despesas Correntes	53.517.145	6.751.764	60.268.909
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	48.784.911		48.784.911
127 - Custas Judiciais	4.732.234		4.732.234
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		6.751.764	6.751.764
4 - Investimentos	7.723.000		7.723.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	7.723.000		7.723.000
14117 - Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco	259.371.268	56.227.496	315.598.764
1 - Pessoal e Encargos Sociais	204.357.240	50.373.572	254.730.812
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	204.357.240		204.357.240
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		22.935.878	22.935.878
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		27.437.694	27.437.694
3 - Outras Despesas Correntes	44.592.754	5.853.924	50.446.678
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	40.262.126		40.262.126
127 - Custas Judiciais	4.330.628		4.330.628
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		5.853.924	5.853.924
4 - Investimentos	10.421.274		10.421.274
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	10.421.274		10.421.274
14118 - Tribunal Regional Eleitoral do Piauí	163.778.128	28.232.945	192.011.073
1 - Pessoal e Encargos Sociais	129.025.919	24.084.917	153.110.836
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	129.025.919		129.025.919
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		14.636.244	14.636.244
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		9.448.673	9.448.673
3 - Outras Despesas Correntes	28.376.798	4.148.028	32.524.826
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	25.587.386		25.587.386
127 - Custas Judiciais	2.789.412		2.789.412
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		4.148.028	4.148.028
4 - Investimentos	6.375.411		6.375.411
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	6.375.411		6.375.411
14119 - Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	434.563.033	157.600.921	592.163.954
1 - Pessoal e Encargos Sociais	347.363.042	145.867.755	493.230.797
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	347.363.042		347.363.042
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		43.548.529	43.548.529
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		102.319.226	102.319.226
3 - Outras Despesas Correntes	74.858.670	11.733.166	86.591.836
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	68.017.448		68.017.448
127 - Custas Judiciais	6.841.222		6.841.222
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		11.733.166	11.733.166
4 - Investimentos	12.341.321		12.341.321
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	12.341.321		12.341.321
14120 - Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte	141.429.622	28.737.470	170.167.092
1 - Pessoal e Encargos Sociais	109.868.835	25.403.486	135.272.321
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	109.868.835		109.868.835
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		12.257.134	12.257.134
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		13.146.352	13.146.352
3 - Outras Despesas Correntes	27.761.018	3.333.984	31.095.002

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	25.255.513		25.255.513
127 - Custas Judiciais	2.505.505		2.505.505
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		3.333.984	3.333.984
4 - Investimentos	3.799.769		3.799.769
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	3.799.769		3.799.769
14121 - Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul	292.670.947	64.668.219	357.339.166
1 - Pessoal e Encargos Sociais	231.904.978	59.050.731	290.955.709
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	231.904.978		231.904.978
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		26.800.455	26.800.455
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		32.250.276	32.250.276
3 - Outras Despesas Correntes	52.757.296	5.617.488	58.374.784
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	48.442.808		48.442.808
127 - Custas Judiciais	4.314.488		4.314.488
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		5.617.488	5.617.488
4 - Investimentos	8.008.673		8.008.673
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	8.008.673		8.008.673
14122 - Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia	86.045.976	11.016.321	97.062.297
1 - Pessoal e Encargos Sociais	62.310.496	9.241.581	71.552.077
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	62.310.496		62.310.496
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		6.620.435	6.620.435
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		2.621.146	2.621.146
3 - Outras Despesas Correntes	19.347.501	1.774.740	21.122.241
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	17.460.497		17.460.497
127 - Custas Judiciais	1.887.004		1.887.004
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.774.740	1.774.740
4 - Investimentos	4.387.979		4.387.979
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	4.387.979		4.387.979
14123 - Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina	188.543.488	46.510.462	235.053.950
1 - Pessoal e Encargos Sociais	146.016.900	41.949.430	187.966.330
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	146.016.900		146.016.900
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		15.798.694	15.798.694
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		26.150.736	26.150.736
3 - Outras Despesas Correntes	36.886.270	4.561.032	41.447.302
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	33.327.617		33.327.617
127 - Custas Judiciais	3.558.653		3.558.653
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		4.561.032	4.561.032
4 - Investimentos	5.640.318		5.640.318
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	5.640.318		5.640.318
14124 - Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo	686.080.978	200.050.024	886.131.002
1 - Pessoal e Encargos Sociais	563.718.295	182.135.116	745.853.411
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	563.718.295		563.718.295
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		65.338.427	65.338.427
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		116.796.689	116.796.689
3 - Outras Despesas Correntes	113.592.813	17.914.908	131.507.721
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	104.223.394		104.223.394
127 - Custas Judiciais	9.369.419		9.369.419
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		17.914.908	17.914.908
4 - Investimentos	8.769.870		8.769.870
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	8.769.870		8.769.870
14125 - Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe	93.190.944	15.965.602	109.156.546
1 - Pessoal e Encargos Sociais	70.643.240	14.053.198	84.696.438
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	70.643.240		70.643.240
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		8.074.909	8.074.909
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		5.978.289	5.978.289
3 - Outras Despesas Correntes	13.661.648	1.912.404	15.574.052
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	11.789.854		11.789.854
127 - Custas Judiciais	1.871.794		1.871.794
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.912.404	1.912.404
4 - Investimentos	8.886.056		8.886.056
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	8.886.056		8.886.056
14126 - Tribunal Regional Eleitoral de Tocantins	110.095.924	8.709.613	118.805.537
1 - Pessoal e Encargos Sociais	67.104.563	6.749.329	73.853.892
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	67.104.563		67.104.563
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		6.749.329	6.749.329
3 - Outras Despesas Correntes	25.108.008	1.960.284	27.068.292
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	22.225.299		22.225.299
127 - Custas Judiciais	2.882.709		2.882.709
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.960.284	1.960.284
4 - Investimentos	17.883.353		17.883.353
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	17.883.353		17.883.353
14127 - Tribunal Regional Eleitoral de Roraima	51.219.955	7.880.529	59.100.484
1 - Pessoal e Encargos Sociais	38.883.499	6.332.242	45.215.741
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	38.883.499		38.883.499
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		4.318.255	4.318.255
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		2.013.987	2.013.987
3 - Outras Despesas Correntes	9.719.419	1.548.287	11.267.706
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	8.742.464		8.742.464
127 - Custas Judiciais	976.955		976.955

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/OU	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
<i>151 - Recursos Livres da Seguridade Social</i>		1.548.287	1.548.287
4 - Investimentos	2.617.037		2.617.037
<i>100 - Recursos Primários de Livre Aplicação</i>	2.617.037		2.617.037
14128 - Tribunal Regional Eleitoral do Amapá	53.720.685	5.048.197	58.768.882
1 - Pessoal e Encargos Sociais	36.331.430	3.539.821	39.871.251
<i>100 - Recursos Primários de Livre Aplicação</i>	36.331.430		36.331.430
<i>156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público</i>		3.539.821	3.539.821
3 - Outras Despesas Correntes	14.144.034	1.508.376	15.652.410
<i>100 - Recursos Primários de Livre Aplicação</i>	12.618.653		12.618.653
<i>127 - Custas Judiciais</i>	1.525.381		1.525.381
<i>151 - Recursos Livres da Seguridade Social</i>		1.508.376	1.508.376
4 - Investimentos	3.245.221		3.245.221
<i>100 - Recursos Primários de Livre Aplicação</i>	3.245.221		3.245.221
14901 - Fundo Partidário	1.061.226.263		1.061.226.263
3 - Outras Despesas Correntes	1.061.226.263		1.061.226.263
<i>100 - Recursos Primários de Livre Aplicação</i>	984.098.631		984.098.631
<i>174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais</i>	77.127.632		77.127.632
15000 - Justiça do Trabalho	16.988.799.110	6.425.346.844	23.414.145.954
1 - Pessoal e Encargos Sociais	13.620.848.045	5.688.217.870	19.309.065.915
<i>100 - Recursos Primários de Livre Aplicação</i>	13.620.848.045		13.620.848.045
<i>151 - Recursos Livres da Seguridade Social</i>		1.168.571.770	1.168.571.770
<i>156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público</i>		1.659.972.105	1.659.972.105
<i>169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público</i>		2.859.673.995	2.859.673.995
3 - Outras Despesas Correntes	3.249.796.309	737.104.474	3.986.900.783
<i>100 - Recursos Primários de Livre Aplicação</i>	2.935.377.752		2.935.377.752
<i>127 - Custas Judiciais</i>	139.377.564		139.377.564
<i>150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação</i>	24.420.298		24.420.298
<i>151 - Recursos Livres da Seguridade Social</i>		737.104.474	737.104.474
<i>170 - Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica</i>	150.620.695		150.620.695
4 - Investimentos	118.154.756	24.500	118.179.256
<i>100 - Recursos Primários de Livre Aplicação</i>	101.066.473		101.066.473
<i>150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação</i>	139.706		139.706
<i>151 - Recursos Livres da Seguridade Social</i>		24.500	24.500
<i>170 - Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica</i>	16.948.577		16.948.577
15101 - Tribunal Superior do Trabalho	934.126.217	386.840.477	1.320.966.694
1 - Pessoal e Encargos Sociais	730.196.689	326.623.899	1.056.820.588
<i>100 - Recursos Primários de Livre Aplicação</i>	730.196.689		730.196.689
<i>151 - Recursos Livres da Seguridade Social</i>		86.369.823	86.369.823
<i>156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público</i>		92.740.453	92.740.453
<i>169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público</i>		147.513.623	147.513.623
3 - Outras Despesas Correntes	197.746.552	60.216.578	257.963.130
<i>100 - Recursos Primários de Livre Aplicação</i>	183.527.787		183.527.787
<i>127 - Custas Judiciais</i>	13.241.797		13.241.797
<i>150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação</i>	976.968		976.968
<i>151 - Recursos Livres da Seguridade Social</i>		60.216.578	60.216.578
4 - Investimentos	6.182.976		6.182.976
<i>100 - Recursos Primários de Livre Aplicação</i>	6.182.976		6.182.976
15102 - Tribunal Regional do Trabalho da 1a. Região - Rio de Janeiro	1.354.005.618	799.373.312	2.153.378.930
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.194.580.527	738.526.863	1.933.107.390
<i>100 - Recursos Primários de Livre Aplicação</i>	1.194.580.527		1.194.580.527
<i>151 - Recursos Livres da Seguridade Social</i>		110.469.812	110.469.812
<i>156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público</i>		147.919.947	147.919.947
<i>169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público</i>		480.137.104	480.137.104
3 - Outras Despesas Correntes	152.170.588	60.846.449	213.017.037
<i>100 - Recursos Primários de Livre Aplicação</i>	116.175.019		116.175.019
<i>127 - Custas Judiciais</i>	9.981.897		9.981.897
<i>150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação</i>	1.382.532		1.382.532
<i>151 - Recursos Livres da Seguridade Social</i>		60.846.449	60.846.449
<i>170 - Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica</i>	24.631.140		24.631.140
4 - Investimentos	7.254.503		7.254.503
<i>100 - Recursos Primários de Livre Aplicação</i>	7.254.503		7.254.503
15103 - Tribunal Regional do Trabalho da 2a. Região - São Paulo	2.157.264.998	805.623.429	2.962.888.427
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.878.904.785	714.722.838	2.593.627.623
<i>100 - Recursos Primários de Livre Aplicação</i>	1.878.904.785		1.878.904.785
<i>151 - Recursos Livres da Seguridade Social</i>		76.261.035	76.261.035
<i>156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público</i>		236.593.081	236.593.081
<i>169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público</i>		401.868.722	401.868.722
3 - Outras Despesas Correntes	273.077.791	90.900.591	363.978.382
<i>100 - Recursos Primários de Livre Aplicação</i>	221.143.430		221.143.430
<i>127 - Custas Judiciais</i>	18.103.926		18.103.926
<i>150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação</i>	848.063		848.063
<i>151 - Recursos Livres da Seguridade Social</i>		90.900.591	90.900.591
<i>170 - Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica</i>	32.982.372		32.982.372
4 - Investimentos	5.282.422		5.282.422
<i>100 - Recursos Primários de Livre Aplicação</i>	5.282.422		5.282.422
15104 - Tribunal Regional do Trabalho da 3a. Região - Minas Gerais	1.353.713.094	679.509.688	2.033.222.782
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.181.849.679	618.862.658	1.800.712.337

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.181.849.679		1.181.849.679
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		218.598.027	218.598.027
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		138.632.042	138.632.042
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		261.632.589	261.632.589
3 - Outras Despesas Correntes	159.827.493	60.647.030	220.474.523
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	134.658.938		134.658.938
127 - Custas Judiciais	10.553.047		10.553.047
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.592.465		1.592.465
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		60.647.030	60.647.030
170 - Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	13.023.043		13.023.043
4 - Investimentos	12.035.922		12.035.922
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	8.014.693		8.014.693
170 - Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	4.021.229		4.021.229
15105 - Tribunal Regional do Trabalho da 4a. Região - Rio Grande do Sul	1.197.983.901	630.710.140	1.828.694.041
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.035.452.755	567.057.534	1.602.510.289
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.035.452.755		1.035.452.755
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		183.189.360	183.189.360
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		134.281.750	134.281.750
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		249.586.424	249.586.424
3 - Outras Despesas Correntes	144.093.066	63.652.606	207.745.672
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	121.124.726		121.124.726
127 - Custas Judiciais	9.263.738		9.263.738
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	400.578		400.578
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		63.652.606	63.652.606
170 - Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	13.304.024		13.304.024
4 - Investimentos	18.438.080		18.438.080
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	12.038.080		12.038.080
170 - Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	6.400.000		6.400.000
15106 - Tribunal Regional do Trabalho da 5a. Região - Bahia	834.211.251	360.162.546	1.194.373.797
1 - Pessoal e Encargos Sociais	734.540.920	326.585.000	1.061.125.920
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	734.540.920		734.540.920
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		65.832.102	65.832.102
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		94.698.286	94.698.286
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		166.054.612	166.054.612
3 - Outras Despesas Correntes	99.031.409	33.577.546	132.608.955
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	82.345.538		82.345.538
127 - Custas Judiciais	6.362.775		6.362.775
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	10.323.096		10.323.096
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		33.577.546	33.577.546
4 - Investimentos	638.922		638.922
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	638.922		638.922
15107 - Tribunal Regional do Trabalho da 6a. Região - Pernambuco	657.287.090	257.338.462	914.625.552
1 - Pessoal e Encargos Sociais	575.486.298	226.206.867	801.693.165
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	575.486.298		575.486.298
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		30.089.386	30.089.386
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		72.300.924	72.300.924
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		123.816.557	123.816.557
3 - Outras Despesas Correntes	74.308.367	31.131.595	105.439.962
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	66.194.603		66.194.603
127 - Custas Judiciais	5.201.318		5.201.318
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	2.912.446		2.912.446
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		31.131.595	31.131.595
4 - Investimentos	7.492.425		7.492.425
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.610.477		2.610.477
170 - Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	4.881.948		4.881.948
15108 - Tribunal Regional do Trabalho da 7a. Região - Ceará	342.614.816	129.303.596	471.918.412
1 - Pessoal e Encargos Sociais	298.608.417	114.791.921	413.400.338
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	298.608.417		298.608.417
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		12.313.750	12.313.750
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		37.982.971	37.982.971
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		64.495.200	64.495.200
3 - Outras Despesas Correntes	41.576.437	14.511.675	56.088.112
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	34.931.763		34.931.763
127 - Custas Judiciais	2.853.544		2.853.544
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	497.226		497.226
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		14.511.675	14.511.675
170 - Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	3.293.904		3.293.904
4 - Investimentos	2.429.962		2.429.962
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.429.962		2.429.962
15109 - Tribunal Regional do Trabalho da 8a. Região - Pará/Amapá	454.868.782	208.843.277	663.712.059
1 - Pessoal e Encargos Sociais	388.710.832	186.033.703	574.744.535
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	388.710.832		388.710.832
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		63.378.844	63.378.844
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		42.766.222	42.766.222
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		79.888.637	79.888.637
3 - Outras Despesas Correntes	61.157.950	22.809.574	83.967.524
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	53.906.597		53.906.597
127 - Custas Judiciais	4.743.811		4.743.811

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	226.270		226.270
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		22.809.574	22.809.574
170 - Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	2.281.272		2.281.272
4 - Investimentos	5.000.000		5.000.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	5.000.000		5.000.000
15110 - Tribunal Regional do Trabalho da 9a. Região - Paraná	862.828.003	279.922.912	1.142.750.915
1 - Pessoal e Encargos Sociais	762.565.622	242.510.000	1.005.075.622
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	762.565.622		762.565.622
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		156.591	156.591
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		91.479.393	91.479.393
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		150.874.016	150.874.016
3 - Outras Despesas Correntes	98.357.006	37.412.912	135.769.918
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	80.453.790		80.453.790
127 - Custas Judiciais	6.254.908		6.254.908
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	545.872		545.872
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		37.412.912	37.412.912
170 - Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	11.102.436		11.102.436
4 - Investimentos	1.905.375		1.905.375
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.905.375		1.905.375
15111 - Tribunal Regional do Trabalho da 10a. Região - Distrito Federal/Tocantins	430.930.215	240.835.363	671.765.578
1 - Pessoal e Encargos Sociais	355.228.683	216.978.903	572.207.586
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	355.228.683		355.228.683
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		91.116.552	91.116.552
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		42.258.891	42.258.891
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		83.603.460	83.603.460
3 - Outras Despesas Correntes	75.558.430	23.856.460	99.414.890
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	62.886.077		62.886.077
127 - Custas Judiciais	5.701.145		5.701.145
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	773.184		773.184
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		23.856.460	23.856.460
170 - Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	6.198.024		6.198.024
4 - Investimentos	143.102		143.102
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	143.102		143.102
15112 - Tribunal Regional do Trabalho da 11a. Região - Amazonas/Roraima	339.418.938	176.056.629	515.475.567
1 - Pessoal e Encargos Sociais	275.628.667	163.609.780	439.238.447
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	275.628.667		275.628.667
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		64.655.384	64.655.384
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		33.605.820	33.605.820
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		65.348.576	65.348.576
3 - Outras Despesas Correntes	51.268.607	12.446.849	63.715.456
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	44.023.184		44.023.184
127 - Custas Judiciais	3.938.535		3.938.535
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	234.240		234.240
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		12.446.849	12.446.849
170 - Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	3.072.648		3.072.648
4 - Investimentos	12.521.664		12.521.664
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	12.521.664		12.521.664
15113 - Tribunal Regional do Trabalho da 12a. Região - Santa Catarina	542.073.792	286.448.548	828.522.340
1 - Pessoal e Encargos Sociais	478.574.450	260.618.925	739.193.375
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	478.574.450		478.574.450
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		98.601.655	98.601.655
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		55.443.290	55.443.290
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		106.573.980	106.573.980
3 - Outras Despesas Correntes	58.061.175	25.829.623	83.890.798
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	50.524.361		50.524.361
127 - Custas Judiciais	3.826.206		3.826.206
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	61.768		61.768
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		25.829.623	25.829.623
170 - Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	3.648.840		3.648.840
4 - Investimentos	5.438.167		5.438.167
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	5.438.167		5.438.167
15114 - Tribunal Regional do Trabalho da 13a. Região - Paraíba	342.660.232	129.666.227	472.326.459
1 - Pessoal e Encargos Sociais	308.146.724	117.793.477	425.940.201
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	308.146.724		308.146.724
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		14.443.993	14.443.993
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		38.197.985	38.197.985
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		65.151.499	65.151.499
3 - Outras Despesas Correntes	33.028.865	11.872.750	44.901.615
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	29.652.143		29.652.143
127 - Custas Judiciais	2.129.790		2.129.790
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	148.152		148.152
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		11.872.750	11.872.750
170 - Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	1.098.780		1.098.780
4 - Investimentos	1.484.643		1.484.643
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.484.643		1.484.643
15115 - Tribunal Regional do Trabalho da 14a. Região - Rondônia/Acre	277.554.509	104.488.758	382.043.267
1 - Pessoal e Encargos Sociais	238.937.375	88.134.178	327.071.553
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	238.937.375		238.937.375

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		12.184.711	12.184.711
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		27.963.100	27.963.100
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		47.986.367	47.986.367
3 - Outras Despesas Correntes	36.746.633	16.354.580	53.101.213
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	32.109.450		32.109.450
127 - Custas Judiciais	2.652.947		2.652.947
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	60.720		60.720
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		16.354.580	16.354.580
170 - Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	1.923.516		1.923.516
4 - Investimentos	1.870.501		1.870.501
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.870.501		1.870.501
15116 - Tribunal Regional do Trabalho da 15a. Região - Campinas/SP	1.338.815.700	497.844.508	1.836.660.208
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.125.681.042	414.566.406	1.540.247.448
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.125.681.042		1.125.681.042
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		38.564.645	38.564.645
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		139.700.118	139.700.118
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		236.301.643	236.301.643
3 - Outras Despesas Correntes	212.521.773	83.278.102	295.799.875
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	179.953.472		179.953.472
127 - Custas Judiciais	13.700.188		13.700.188
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	806.649		806.649
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		83.278.102	83.278.102
170 - Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	18.061.464		18.061.464
4 - Investimentos	612.885		612.885
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	612.885		612.885
15117 - Tribunal Regional do Trabalho da 16a. Região - Maranhão	214.199.797	34.305.067	248.504.864
1 - Pessoal e Encargos Sociais	182.455.618	27.690.869	210.146.487
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	182.455.618		182.455.618
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		220.000	220.000
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		21.840.487	21.840.487
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		5.630.382	5.630.382
3 - Outras Despesas Correntes	30.835.085	6.614.198	37.449.283
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	27.446.331		27.446.331
127 - Custas Judiciais	2.296.487		2.296.487
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	58.983		58.983
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		6.614.198	6.614.198
170 - Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	1.033.284		1.033.284
4 - Investimentos	909.094		909.094
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	909.094		909.094
15118 - Tribunal Regional do Trabalho da 17a. Região - Espírito Santo	281.452.912	57.841.824	339.294.736
1 - Pessoal e Encargos Sociais	244.692.050	47.372.963	292.065.013
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	244.692.050		244.692.050
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.000.000	1.000.000
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		30.190.471	30.190.471
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		16.182.492	16.182.492
3 - Outras Despesas Correntes	35.260.862	10.468.861	45.729.723
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	28.112.640		28.112.640
127 - Custas Judiciais	2.415.568		2.415.568
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	95.746		95.746
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		10.468.861	10.468.861
170 - Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	4.636.908		4.636.908
4 - Investimentos	1.500.000		1.500.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.500.000		1.500.000
15119 - Tribunal Regional do Trabalho da 18a. Região - Goiás	494.062.779	93.026.719	587.089.498
1 - Pessoal e Encargos Sociais	429.826.192	73.830.591	503.656.783
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	429.826.192		429.826.192
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		49.989.092	49.989.092
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		23.841.499	23.841.499
3 - Outras Despesas Correntes	62.098.102	19.196.128	81.294.230
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	54.826.835		54.826.835
127 - Custas Judiciais	4.064.267		4.064.267
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	837.912		837.912
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		19.196.128	19.196.128
170 - Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	2.369.088		2.369.088
4 - Investimentos	2.138.485		2.138.485
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.138.485		2.138.485
15120 - Tribunal Regional do Trabalho da 19a. Região - Alagoas	214.427.019	42.116.034	256.543.053
1 - Pessoal e Encargos Sociais	183.892.279	31.241.927	215.134.206
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	183.892.279		183.892.279
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		792.000	792.000
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		21.287.029	21.287.029
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		9.162.898	9.162.898
3 - Outras Despesas Correntes	28.480.888	10.874.107	39.354.995
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	24.258.237		24.258.237
127 - Custas Judiciais	2.033.366		2.033.366
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	476.105		476.105
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		10.874.107	10.874.107
170 - Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	1.713.180		1.713.180

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
4 - Investimentos	2.053.852		2.053.852
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.053.852		2.053.852
15121 - Tribunal Regional do Trabalho da 20a. Região - Sergipe	168.402.140	32.481.444	200.883.584
1 - Pessoal e Encargos Sociais	142.885.998	27.632.962	170.518.960
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	142.885.998		142.885.998
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		78.000	78.000
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		19.460.329	19.460.329
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		8.094.633	8.094.633
3 - Outras Despesas Correntes	23.196.892	4.848.482	28.045.374
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	18.878.785		18.878.785
127 - Custas Judiciais	1.843.421		1.843.421
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	185.706		185.706
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		4.848.482	4.848.482
170 - Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	2.288.980		2.288.980
4 - Investimentos	2.319.250		2.319.250
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.500.650		1.500.650
170 - Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	818.600		818.600
15122 - Tribunal Regional do Trabalho da 21a. Região - Rio Grande do Norte	246.397.091	69.761.414	316.158.505
1 - Pessoal e Encargos Sociais	214.055.589	59.500.000	273.555.589
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	214.055.589		214.055.589
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		50.000	50.000
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		26.029.624	26.029.624
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		33.420.376	33.420.376
3 - Outras Despesas Correntes	30.778.887	10.261.414	41.040.301
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	26.651.191		26.651.191
127 - Custas Judiciais	2.133.704		2.133.704
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	298.092		298.092
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		10.261.414	10.261.414
170 - Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	1.695.900		1.695.900
4 - Investimentos	1.562.615		1.562.615
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.562.615		1.562.615
15123 - Tribunal Regional do Trabalho da 22a. Região - Piauí	147.554.404	18.757.499	166.311.903
1 - Pessoal e Encargos Sociais	127.612.051	11.694.636	139.306.687
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	127.612.051		127.612.051
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		11.694.636	11.694.636
3 - Outras Despesas Correntes	18.107.211	7.038.363	25.145.574
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	16.727.098		16.727.098
127 - Custas Judiciais	1.380.113		1.380.113
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		7.038.363	7.038.363
4 - Investimentos	1.835.142	24.500	1.859.642
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	868.636		868.636
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	139.706		139.706
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		24.500	24.500
170 - Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	826.800		826.800
15124 - Tribunal Regional do Trabalho da 23a. Região - Mato Grosso	305.823.994	52.604.632	358.428.626
1 - Pessoal e Encargos Sociais	265.309.635	42.555.490	307.865.125
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	265.309.635		265.309.635
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		206.000	206.000
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		29.820.120	29.820.120
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		12.529.370	12.529.370
3 - Outras Despesas Correntes	37.343.940	10.049.142	47.393.082
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	33.287.235		33.287.235
127 - Custas Judiciais	2.703.628		2.703.628
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	403.337		403.337
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		10.049.142	10.049.142
170 - Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	949.740		949.740
4 - Investimentos	3.170.419		3.170.419
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	3.170.419		3.170.419
15125 - Tribunal Regional do Trabalho da 24a. Região - Mato Grosso do Sul	216.347.242	51.484.339	267.831.581
1 - Pessoal e Encargos Sociais	186.750.829	43.075.480	229.826.309
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	186.750.829		186.750.829
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		100	100
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		23.096.044	23.096.044
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		19.979.336	19.979.336
3 - Outras Despesas Correntes	29.162.250	8.408.859	37.571.109
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	25.578.472		25.578.472
127 - Custas Judiciais	1.997.438		1.997.438
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	274.188		274.188
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		8.408.859	8.408.859
170 - Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	1.312.152		1.312.152
4 - Investimentos	434.163		434.163
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	434.163		434.163
15126 - Conselho Superior da Justiça do Trabalho	1.279.774.576		1.279.774.576
1 - Pessoal e Encargos Sociais	80.274.339		80.274.339
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	80.274.339		80.274.339
3 - Outras Despesas Correntes	1.186.000.050		1.186.000.050
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.186.000.050		1.186.000.050
4 - Investimentos	13.500.187		13.500.187

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	13.500.187		13.500.187
16000 - Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	2.684.855.346	635.732.541	3.320.587.887
1 - Pessoal e Encargos Sociais	2.128.635.318	544.333.703	2.672.969.021
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.128.635.318		2.128.635.318
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		2.000.000	2.000.000
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		242.527.923	242.527.923
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		299.805.780	299.805.780
3 - Outras Despesas Correntes	539.454.818	91.398.838	630.853.656
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	489.976.951		489.976.951
127 - Custas Judiciais	44.676.368		44.676.368
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	702.839		702.839
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		91.398.838	91.398.838
180 - Recursos Próprios Financeiros	4.098.660		4.098.660
4 - Investimentos	16.765.210		16.765.210
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.265.210		1.265.210
180 - Recursos Próprios Financeiros	627.576		627.576
181 - Recursos de Convênios	14.872.424		14.872.424
16101 - Tribunal de Justiça do Distrito Federal	2.671.254.306	635.732.541	3.306.986.847
1 - Pessoal e Encargos Sociais	2.128.635.318	544.333.703	2.672.969.021
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.128.635.318		2.128.635.318
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		2.000.000	2.000.000
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		242.527.923	242.527.923
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		299.805.780	299.805.780
3 - Outras Despesas Correntes	527.118.988	91.398.838	618.517.826
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	478.984.804		478.984.804
127 - Custas Judiciais	43.332.685		43.332.685
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	702.839		702.839
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		91.398.838	91.398.838
180 - Recursos Próprios Financeiros	4.098.660		4.098.660
4 - Investimentos	15.500.000		15.500.000
180 - Recursos Próprios Financeiros	627.576		627.576
181 - Recursos de Convênios	14.872.424		14.872.424
16103 - Justiça da Infância e da Juventude	13.601.040		13.601.040
3 - Outras Despesas Correntes	12.335.830		12.335.830
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	10.992.147		10.992.147
127 - Custas Judiciais	1.343.683		1.343.683
4 - Investimentos	1.265.210		1.265.210
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.265.210		1.265.210
17000 - Conselho Nacional de Justiça	224.496.256	4.289.869	228.786.125
1 - Pessoal e Encargos Sociais	90.552.344	74.675	90.627.019
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	90.552.344		90.552.344
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		74.675	74.675
3 - Outras Despesas Correntes	131.326.523	4.215.194	135.541.717
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	131.326.523		131.326.523
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		4.215.194	4.215.194
4 - Investimentos	2.617.389		2.617.389
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.617.389		2.617.389
17101 - Conselho Nacional de Justiça	224.496.256	4.289.869	228.786.125
1 - Pessoal e Encargos Sociais	90.552.344	74.675	90.627.019
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	90.552.344		90.552.344
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		74.675	74.675
3 - Outras Despesas Correntes	131.326.523	4.215.194	135.541.717
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	131.326.523		131.326.523
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		4.215.194	4.215.194
4 - Investimentos	2.617.389		2.617.389
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.617.389		2.617.389
MINISTÉRIO PÚBLICO	7.087.501.841	1.032.430.363	8.119.932.204
1 - Pessoal e Encargos Sociais	5.370.793.057	846.772.519	6.217.565.576
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	5.370.793.057		5.370.793.057
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.966.173	1.966.173
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		579.411.037	579.411.037
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		265.395.309	265.395.309
3 - Outras Despesas Correntes	1.474.147.161	185.657.844	1.659.805.005
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.473.680.823		1.473.680.823
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	466.338		466.338
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		185.657.844	185.657.844
4 - Investimentos	182.361.623		182.361.623
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	181.733.190		181.733.190
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	628.433		628.433
5 - Inversões Financeiras	60.200.000		60.200.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	60.200.000		60.200.000
34000 - Ministério Público da União	6.990.047.577	1.030.608.935	8.020.656.512
1 - Pessoal e Encargos Sociais	5.316.906.915	846.404.694	6.163.311.609
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	5.316.906.915		5.316.906.915
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.966.173	1.966.173
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		579.043.212	579.043.212
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		265.395.309	265.395.309
3 - Outras Despesas Correntes	1.432.300.623	184.204.241	1.616.504.864

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.431.865.968		1.431.865.968
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	434.655		434.655
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		184.204.241	184.204.241
4 - Investimentos	180.640.039		180.640.039
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	180.011.606		180.011.606
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	628.433		628.433
5 - Inversões Financeiras	60.200.000		60.200.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	60.200.000		60.200.000
34101 - Ministério Público Federal	4.068.783.259	562.937.689	4.631.720.948
1 - Pessoal e Encargos Sociais	3.081.063.920	457.760.035	3.538.823.955
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	3.081.063.920		3.081.063.920
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		881.911	881.911
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		333.126.247	333.126.247
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		123.751.877	123.751.877
3 - Outras Despesas Correntes	863.523.100	105.177.654	968.700.754
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	863.170.763		863.170.763
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	352.337		352.337
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		105.177.654	105.177.654
4 - Investimentos	89.196.239		89.196.239
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	89.196.239		89.196.239
5 - Inversões Financeiras	35.000.000		35.000.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	35.000.000		35.000.000
34102 - Ministério Público Militar	228.595.348	64.665.078	293.260.426
1 - Pessoal e Encargos Sociais	166.976.585	56.826.042	223.802.627
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	166.976.585		166.976.585
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		217.290	217.290
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		20.641.725	20.641.725
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		35.967.027	35.967.027
3 - Outras Despesas Correntes	40.918.763	7.839.036	48.757.799
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	40.918.763		40.918.763
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		7.839.036	7.839.036
4 - Investimentos	20.500.000		20.500.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	20.500.000		20.500.000
5 - Inversões Financeiras	200.000		200.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	200.000		200.000
34103 - Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios	876.356.717	122.126.976	998.483.693
1 - Pessoal e Encargos Sociais	717.393.339	96.247.511	813.640.850
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	717.393.339		717.393.339
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		443.844	443.844
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		75.496.599	75.496.599
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		20.307.068	20.307.068
3 - Outras Despesas Correntes	135.538.578	25.879.465	161.418.043
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	135.535.390		135.535.390
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	3.188		3.188
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		25.879.465	25.879.465
4 - Investimentos	23.424.800		23.424.800
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	22.796.367		22.796.367
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	628.433		628.433
34104 - Ministério Público do Trabalho	1.776.751.578	280.349.592	2.057.101.170
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.339.233.575	235.391.975	1.574.625.550
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.339.233.575		1.339.233.575
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		399.997	399.997
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		149.622.641	149.622.641
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		85.369.337	85.369.337
3 - Outras Despesas Correntes	367.018.003	44.957.617	411.975.620
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	367.010.103		367.010.103
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	7.900		7.900
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		44.957.617	44.957.617
4 - Investimentos	45.500.000		45.500.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	45.500.000		45.500.000
5 - Inversões Financeiras	25.000.000		25.000.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	25.000.000		25.000.000
34105 - Escola Superior do Ministério Público da União	39.560.675	529.600	40.090.275
1 - Pessoal e Encargos Sociais	12.239.496	179.131	12.418.627
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	12.239.496		12.239.496
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		23.131	23.131
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		156.000	156.000
3 - Outras Despesas Correntes	25.302.179	350.469	25.652.648
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	25.230.949		25.230.949
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	71.230		71.230
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		350.469	350.469
4 - Investimentos	2.019.000		2.019.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.019.000		2.019.000
59000 - Conselho Nacional do Ministério Público	97.454.264	1.821.428	99.275.692
1 - Pessoal e Encargos Sociais	53.886.142	367.825	54.253.967
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	53.886.142		53.886.142
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		367.825	367.825
3 - Outras Despesas Correntes	41.846.538	1.453.603	43.300.141

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	41.814.855		41.814.855
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	31.683		31.683
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.453.603	1.453.603
4 - Investimentos	1.721.584		1.721.584
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.721.584		1.721.584
59101 - Conselho Nacional do Ministério Público	97.454.264	1.821.428	99.275.692
1 - Pessoal e Encargos Sociais	53.886.142	367.825	54.253.967
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	53.886.142		53.886.142
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		367.825	367.825
3 - Outras Despesas Correntes	41.846.538	1.453.603	43.300.141
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	41.814.855		41.814.855
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	31.683		31.683
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.453.603	1.453.603
4 - Investimentos	1.721.584		1.721.584
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.721.584		1.721.584
PODER EXECUTIVO	320.346.800.607	1.203.410.777.761	1.523.757.578.368
1 - Pessoal e Encargos Sociais	154.489.658.826	119.301.998.542	273.791.657.368
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	144.304.976.798	10.123.059.330	154.428.036.128
123 - Contribuição para o Custeio das Pensões Militares		8.394.489.373	8.394.489.373
129 - Recursos de Concessões e Permissões	226.583.757		226.583.757
132 - Recursos destinados ao FUNDAF	7.763.434.626		7.763.434.626
136 - Recursos Vinculados a Aplicações em Outras Políticas Públicas	292.723.174		292.723.174
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	642.556.407	4.616.118.091	5.258.674.498
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		49.663.758.652	49.663.758.652
153 - Recursos Destinados às Atividades-Fins da Seguridade Social		14.470.848.920	14.470.848.920
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		13.604.731.164	13.604.731.164
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		18.046.714.037	18.046.714.037
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	827.390.428	380.055.677	1.207.446.105
Processos Judiciais			
176 - Outras Contribuições Sociais	406.270.057		406.270.057
180 - Recursos Próprios Financeiros	25.723.579	2.223.298	27.946.877
2 - Juros e Encargos da Dívida	1.078.064.717		1.078.064.717
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	13.200.000		13.200.000
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	1.062.484.717		1.062.484.717
180 - Recursos Próprios Financeiros	2.380.000		2.380.000
3 - Outras Despesas Correntes	97.193.752.683	1.072.931.803.075	1.170.125.555.758
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	57.595.737.560	2.066.285.323	59.662.022.883
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	10.432.830.810		10.432.830.810
111 - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Combustíveis	17.145.000		17.145.000
113 - Contribuição do Salário-Educação	4.989.165.762	3.961.919.119	8.951.084.881
116 - Recursos de Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos	169.895.362		169.895.362
117 - Recursos Oriundos das Contribuições Voluntárias para o Montepio Civil		132.662	132.662
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos	1.329.543.120	3.538.557.537	4.868.100.657
129 - Recursos de Concessões e Permissões	171.057.516		171.057.516
130 - Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional	9.200.000		9.200.000
132 - Recursos destinados ao FUNDAF	1.233.651.649		1.233.651.649
133 - Recursos do Programa de Administração Patrimonial Imobiliário	62.994.775		62.994.775
134 - Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	170.106.120		170.106.120
135 - Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	10.300.000		10.300.000
136 - Recursos Vinculados a Aplicações em Outras Políticas Públicas	38.644.414	954.987.399	993.631.813
139 - Alienação de Bens Apreendidos	228.840.070	143.431.634	372.271.704
140 - Contribuições para os Programas PIS/PASEP		61.738.428.586	61.738.428.586
141 - Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	151.297.553		151.297.553
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros	3.312.896.044	1.136.976.289	4.449.872.333
Hidrocarbonetos Fluidos			
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	155.438.988		155.438.988
148 - Operações de Crédito Externas - em Moeda	61.617.485		61.617.485
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	5.544.720.857	2.461.338.680	8.006.059.537
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		37.651.043.155	37.651.043.155
153 - Recursos Destinados às Atividades-Fins da Seguridade Social		281.089.691.122	281.089.691.122
154 - Recursos do Regime Geral de Previdência Social		479.698.216.967	479.698.216.967
170 - Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	257.022.020	2.162.735.839	2.419.757.859
172 - Outras Contribuições Econômicas	1.889.966.791		1.889.966.791
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	2.295.545.089	339.586.167	2.635.131.256
Processos Judiciais			
175 - Taxas por Serviços Públicos	179.468.430		179.468.430
176 - Outras Contribuições Sociais	416.276.759	12.256.496	428.533.255
178 - Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	1.023.427.777		1.023.427.777
180 - Recursos Próprios Financeiros	2.955.176.570	40.167.889.383	43.123.065.953
181 - Recursos de Convênios	30.243.647	2.139.684	32.383.331
183 - Pagamento pelo Uso de Recursos Hídricos	166.743.618		166.743.618
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	2.194.204.467	3.858.755.127	6.052.959.594
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação		46.377.843.252	46.377.843.252
193 - Produto da Aplicação dos Recursos à Conta do Salário-Educação	84.082.096		84.082.096
195 - Doações de Entidades Internacionais	1.240.000		1.240.000
196 - Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais	15.272.334	2.008.956	17.281.290
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações -		105.424.396.409	105.424.396.409
CONDICIONADOS			
951 - Recursos Livres da Seguridade Social - CONDICIONADOS		143.183.289	143.183.289

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/OU	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
4 - Investimentos	21.111.918.794	2.951.140.771	24.063.059.565
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	11.074.598.213	599.958.750	11.674.556.963
111 - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Combustíveis	757.968.392		757.968.392
113 - Contribuição do Salário-Educação	1.006.721.773		1.006.721.773
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos	1.087.822.258		1.087.822.258
129 - Recursos de Concessões e Permissões	12.320.331		12.320.331
132 - Recursos destinados ao FUNDAF	73.700.000		73.700.000
134 - Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	19.181.825		19.181.825
135 - Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	2.000.000		2.000.000
136 - Recursos Vinculados a Aplicações em Outras Políticas Públicas	4.220.000		4.220.000
139 - Alienação de Bens Apreendidos	14.955.450		14.955.450
141 - Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	5.000.002		5.000.002
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros	1.672.383.970		1.672.383.970
Hidrocarbonetos Fluidos			
148 - Operações de Crédito Externas - em Moeda	6.731.827		6.731.827
149 - Operações de Crédito Externas - em Bens e/ou Serviços	1.856.397.749		1.856.397.749
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.274.548.182	22.682.602	1.297.230.784
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		96.467.066	96.467.066
153 - Recursos Destinados às Atividades-Fins da Seguridade Social		2.125.213.547	2.125.213.547
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	108.004.887	490.632	108.495.519
170 - Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	10.321.034	76.180.982	86.502.016
172 - Outras Contribuições Econômicas	358.805.000		358.805.000
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	581.985.886	17.200.000	599.185.886
Processos Judiciais			
176 - Outras Contribuições Sociais	45.183.303		45.183.303
178 - Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	41.884.711		41.884.711
180 - Recursos Próprios Financeiros	650.763.561	11.723.075	662.486.636
181 - Recursos de Convênios	40.521.026		40.521.026
183 - Pagamento pelo Uso de Recursos Hídricos	9.991.331		9.991.331
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	393.746.842		393.746.842
194 - Doações para o Combate à Fome		24.117	24.117
195 - Doações de Entidades Internacionais	1.150.000		1.150.000
196 - Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais	1.011.241	1.200.000	2.211.241
5 - Inversões Financeiras	27.181.718.113		27.181.718.113
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.858.999.515		1.858.999.515
130 - Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional	280.460.844		280.460.844
140 - Contribuições para os Programas PIS/PASEP	24.001.405.627		24.001.405.627
160 - Recursos das Operações Oficiais de Crédito	469.022.378		469.022.378
164 - Títulos da Dívida Agrária	180.000		180.000
166 - Recursos Financeiros de Aplicação Vinculada	19.539.156		19.539.156
172 - Outras Contribuições Econômicas	20.000.000		20.000.000
176 - Outras Contribuições Sociais	507.110.593		507.110.593
180 - Recursos Próprios Financeiros	25.000.000		25.000.000
6 - Amortização da Dívida	2.177.053.722		2.177.053.722
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	50.400.000		50.400.000
143 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida	2.111.053.722		2.111.053.722
Pública Federal			
180 - Recursos Próprios Financeiros	15.600.000		15.600.000
9 - Reserva de Contingência	17.114.633.752	8.225.835.373	25.340.469.125
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos	373.451.112		373.451.112
120 - Contribuições sobre a Arrecadação dos Fundos de Investimentos Regionais	636.087		636.087
129 - Recursos de Concessões e Permissões	3.172.868.969		3.172.868.969
130 - Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional	227.156.336		227.156.336
132 - Recursos destinados ao FUNDAF	2.501.444.492		2.501.444.492
133 - Recursos do Programa de Administração Patrimonial Imobiliário	40.487.813		40.487.813
134 - Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	82.287.945		82.287.945
135 - Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	105.518.659		105.518.659
136 - Recursos Vinculados a Aplicações em Outras Políticas Públicas	332.607.532		332.607.532
139 - Alienação de Bens Apreendidos		28.648.068	28.648.068
141 - Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	676.460.434		676.460.434
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros	1.789.501.988		1.789.501.988
Hidrocarbonetos Fluidos			
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.266.189.389		1.266.189.389
153 - Recursos Destinados às Atividades-Fins da Seguridade Social		8.112.689.440	8.112.689.440
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	126.961.889	7.032.614	133.994.503
170 - Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	22.423.608		22.423.608
172 - Outras Contribuições Econômicas	379.348.996		379.348.996
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	2.057.109.950	77.263.274	2.134.373.224
Processos Judiciais			
175 - Taxas por Serviços Públicos	693.035		693.035
176 - Outras Contribuições Sociais	372.707.800		372.707.800
178 - Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	8.885.922		8.885.922
180 - Recursos Próprios Financeiros	2.018.107.472	201.977	2.018.309.449
183 - Pagamento pelo Uso de Recursos Hídricos	28.850.029		28.850.029
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	1.530.934.295		1.530.934.295
20000 - Presidência da República	1.082.077.909	384.878.362	1.466.956.271
1 - Pessoal e Encargos Sociais	576.967.174	373.065.713	950.032.887
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	565.823.411	450.000	566.273.411
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	11.143.763	40.209.134	51.352.897

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		181.784.396	181.784.396
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		150.622.183	150.622.183
3 - Outras Despesas Correntes	376.268.247	11.812.649	388.080.896
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	334.487.622		334.487.622
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	41.780.625		41.780.625
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		11.812.649	11.812.649
4 - Investimentos	128.842.488		128.842.488
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	121.235.144		121.235.144
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	7.607.344		7.607.344
20101 - Presidência da República	477.603.460	3.749.497	481.352.957
1 - Pessoal e Encargos Sociais	196.656.402	2.000	196.658.402
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	196.656.402		196.656.402
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		2.000	2.000
3 - Outras Despesas Correntes	208.371.058	3.747.497	212.118.555
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	208.371.058		208.371.058
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		3.747.497	3.747.497
4 - Investimentos	72.576.000		72.576.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	72.576.000		72.576.000
20118 - Agência Brasileira de Inteligência - ABIN	456.605.151	264.062.366	720.667.517
1 - Pessoal e Encargos Sociais	346.159.485	259.410.462	605.569.947
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	346.159.485		346.159.485
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		108.788.279	108.788.279
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		150.622.183	150.622.183
3 - Outras Despesas Correntes	80.445.666	4.651.904	85.097.570
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	80.445.666		80.445.666
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		4.651.904	4.651.904
4 - Investimentos	30.000.000		30.000.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	30.000.000		30.000.000
20204 - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI	33.362.979	210.103	33.573.082
1 - Pessoal e Encargos Sociais	8.973.779	2.000	8.975.779
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	8.973.779		8.973.779
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		2.000	2.000
3 - Outras Despesas Correntes	18.230.056	208.103	18.438.159
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	15.842.087		15.842.087
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	2.387.969		2.387.969
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		208.103	208.103
4 - Investimentos	6.159.144		6.159.144
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	6.159.144		6.159.144
20209 - Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD	44.150.220	41.165	44.191.385
1 - Pessoal e Encargos Sociais	3.533.745		3.533.745
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	3.533.745		3.533.745
3 - Outras Despesas Correntes	28.116.475	41.165	28.157.640
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	28.116.475		28.116.475
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		41.165	41.165
4 - Investimentos	12.500.000		12.500.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	12.500.000		12.500.000
20927 - Fundo de Imprensa Nacional	70.356.099	116.815.231	187.171.330
1 - Pessoal e Encargos Sociais	21.643.763	113.651.251	135.295.014
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	10.500.000		10.500.000
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	11.143.763	40.209.134	51.352.897
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		72.992.117	72.992.117
3 - Outras Despesas Correntes	41.104.992	3.163.980	44.268.972
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.712.336		1.712.336
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	39.392.656		39.392.656
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		3.163.980	3.163.980
4 - Investimentos	7.607.344		7.607.344
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	7.607.344		7.607.344
22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	11.140.150.086	2.980.327.609	14.120.477.695
1 - Pessoal e Encargos Sociais	5.948.845.344	2.800.821.357	8.749.666.701
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	5.542.575.287		5.542.575.287
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		3.000	3.000
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		2.800.818.357	2.800.818.357
176 - Outras Contribuições Sociais	406.270.057		406.270.057
3 - Outras Despesas Correntes	2.870.511.301	179.506.252	3.050.017.553
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.292.928.913		2.292.928.913
129 - Recursos de Concessões e Permissões	12.065.261		12.065.261
148 - Operações de Crédito Externas - em Moeda	12.517.485		12.517.485
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	148.703.823		148.703.823
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		179.506.252	179.506.252
170 - Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	17.102.589		17.102.589
172 - Outras Contribuições Econômicas	438.608		438.608
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	17.442.229		17.442.229
176 - Outras Contribuições Sociais	358.707.268		358.707.268
180 - Recursos Próprios Financeiros	6.560.422		6.560.422
195 - Doações de Entidades Internacionais	840.000		840.000
196 - Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais	3.204.703		3.204.703
4 - Investimentos	114.239.097		114.239.097

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	40.671.214		40.671.214
129 - Recursos de Concessões e Permissões	150.000		150.000
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	4.888.000		4.888.000
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	20.000.000		20.000.000
170 - Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	2.316.050		2.316.050
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	1.448.898		1.448.898
Processos Judiciais			
176 - Outras Contribuições Sociais	43.883.935		43.883.935
180 - Recursos Próprios Financeiros	1.000		1.000
195 - Doações de Entidades Internacionais	850.000		850.000
196 - Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais	30.000		30.000
5 - Inversões Financeiras	1.900.868.613		1.900.868.613
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	924.555.642		924.555.642
160 - Recursos das Operações Oficiais de Crédito	469.022.378		469.022.378
164 - Títulos da Dívida Agrária	180.000		180.000
176 - Outras Contribuições Sociais	507.110.593		507.110.593
9 - Reserva de Contingência	305.685.731		305.685.731
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	24.286.870		24.286.870
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	68.915.920		68.915.920
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	51.925.044		51.925.044
Processos Judiciais			
176 - Outras Contribuições Sociais	160.539.247		160.539.247
180 - Recursos Próprios Financeiros	18.650		18.650
22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Administração Direta	3.668.437.419	2.148.004.763	5.816.442.182
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.476.848.960	2.125.937.357	3.602.786.317
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.476.848.960		1.476.848.960
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.000	1.000
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		2.125.936.357	2.125.936.357
3 - Outras Despesas Correntes	1.987.590.901	22.067.406	2.009.658.307
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.859.939.919		1.859.939.919
148 - Operações de Crédito Externas - em Moeda	5.500.000		5.500.000
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	43.073.118		43.073.118
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		22.067.406	22.067.406
170 - Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	17.102.589		17.102.589
172 - Outras Contribuições Econômicas	438.608		438.608
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	17.163.347		17.163.347
Processos Judiciais			
176 - Outras Contribuições Sociais	44.373.320		44.373.320
4 - Investimentos	43.358.311		43.358.311
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	20.797.626		20.797.626
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	2.888.000		2.888.000
170 - Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	2.316.050		2.316.050
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	1.448.898		1.448.898
Processos Judiciais			
176 - Outras Contribuições Sociais	15.907.737		15.907.737
5 - Inversões Financeiras	100.000		100.000
176 - Outras Contribuições Sociais	100.000		100.000
9 - Reserva de Contingência	160.539.247		160.539.247
176 - Outras Contribuições Sociais	160.539.247		160.539.247
22106 - Serviço Florestal Brasileiro - SFB	56.705.268	250.544	56.955.812
1 - Pessoal e Encargos Sociais	25.500.681	183.000	25.683.681
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	25.500.681		25.500.681
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.000	1.000
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		182.000	182.000
3 - Outras Despesas Correntes	30.024.847	67.544	30.092.391
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	6.885.134		6.885.134
129 - Recursos de Concessões e Permissões	12.065.261		12.065.261
148 - Operações de Crédito Externas - em Moeda	7.017.485		7.017.485
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	12.264		12.264
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		67.544	67.544
195 - Doações de Entidades Internacionais	840.000		840.000
196 - Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais	3.204.703		3.204.703
4 - Investimentos	1.179.740		1.179.740
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	149.740		149.740
129 - Recursos de Concessões e Permissões	150.000		150.000
195 - Doações de Entidades Internacionais	850.000		850.000
196 - Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais	30.000		30.000
22201 - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA	2.544.349.125	691.287.798	3.235.636.923
1 - Pessoal e Encargos Sociais	526.321.134	674.701.000	1.201.022.134
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	120.051.077		120.051.077
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.000	1.000
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		674.700.000	674.700.000
176 - Outras Contribuições Sociais	406.270.057		406.270.057
3 - Outras Despesas Correntes	441.576.802	16.586.798	458.163.600
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	126.963.972		126.963.972
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		16.586.798	16.586.798
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	278.882		278.882
Processos Judiciais			
176 - Outras Contribuições Sociais	314.333.948		314.333.948

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
4 - Investimentos	47.976.198		47.976.198
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	20.000.000		20.000.000
176 - Outras Contribuições Sociais	27.976.198		27.976.198
5 - Inversões Financeiras	1.431.746.235		1.431.746.235
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	924.555.642		924.555.642
164 - Títulos da Dívida Agrária	180.000		180.000
176 - Outras Contribuições Sociais	507.010.593		507.010.593
9 - Reserva de Contingência	96.728.756		96.728.756
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	5.673.878		5.673.878
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	39.129.834		39.129.834
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	51.925.044		51.925.044
Processos Judiciais			
22202 - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA	3.297.961.736	87.706.583	3.385.668.319
1 - Pessoal e Encargos Sociais	2.999.129.883		2.999.129.883
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.999.129.883		2.999.129.883
3 - Outras Despesas Correntes	279.108.005	87.706.583	366.814.588
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	239.263.972		239.263.972
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	39.574.642		39.574.642
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		87.706.583	87.706.583
180 - Recursos Próprios Financeiros	269.391		269.391
4 - Investimentos	19.723.848		19.723.848
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	19.723.848		19.723.848
22211 - Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB	1.566.099.796	53.077.921	1.619.177.717
1 - Pessoal e Encargos Sociais	921.044.686		921.044.686
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	921.044.686		921.044.686
3 - Outras Despesas Correntes	125.615.004	53.077.921	178.692.925
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	59.875.916		59.875.916
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	65.739.088		65.739.088
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		53.077.921	53.077.921
4 - Investimentos	2.000.000		2.000.000
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	2.000.000		2.000.000
5 - Inversões Financeiras	469.022.378		469.022.378
160 - Recursos das Operações Oficiais de Crédito	469.022.378		469.022.378
9 - Reserva de Contingência	48.417.728		48.417.728
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	18.612.992		18.612.992
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	29.786.086		29.786.086
180 - Recursos Próprios Financeiros	18.650		18.650
22906 - Fundo de Defesa da Economia Cafeeira	6.596.742		6.596.742
3 - Outras Despesas Correntes	6.595.742		6.595.742
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	304.711		304.711
180 - Recursos Próprios Financeiros	6.291.031		6.291.031
4 - Investimentos	1.000		1.000
180 - Recursos Próprios Financeiros	1.000		1.000
24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	8.105.406.651	1.824.453.313	9.929.859.964
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.332.964.541	1.800.123.646	3.133.088.187
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.332.964.541		1.332.964.541
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		4.000	4.000
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.800.119.646	1.800.119.646
3 - Outras Despesas Correntes	5.878.015.384	24.329.667	5.902.345.051
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.006.162.620		2.006.162.620
134 - Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	88.000.000		88.000.000
135 - Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	10.000.000		10.000.000
141 - Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	77.090.000		77.090.000
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros	530.326.690		530.326.690
Hidrocarbonetos Fluidos			
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	102.059.079		102.059.079
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		24.329.667	24.329.667
172 - Outras Contribuições Econômicas	1.750.516.049		1.750.516.049
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	5.974.862		5.974.862
Processos Judiciais			
178 - Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	75.411.140		75.411.140
180 - Recursos Próprios Financeiros	1.222.474.944		1.222.474.944
181 - Recursos de Convênios	10.000.000		10.000.000
4 - Investimentos	723.365.129		723.365.129
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	173.774.761		173.774.761
134 - Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	4.000.000		4.000.000
135 - Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	2.000.000		2.000.000
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros	199.954.166		199.954.166
Hidrocarbonetos Fluidos			
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	2.836.684		2.836.684
172 - Outras Contribuições Econômicas	337.000.000		337.000.000
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	595.053		595.053
Processos Judiciais			
178 - Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	3.204.465		3.204.465
5 - Inversões Financeiras	20.000.000		20.000.000
172 - Outras Contribuições Econômicas	20.000.000		20.000.000
9 - Reserva de Contingência	151.061.597		151.061.597
141 - Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	151.061.597		151.061.597
24101 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações - Administração Direta	1.748.966.290	1.333.410.101	3.082.376.391

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
1 - Pessoal e Encargos Sociais	758.823.557	1.320.186.282	2.079.009.839
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	758.823.557		758.823.557
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.000	1.000
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.320.185.282	1.320.185.282
3 - Outras Despesas Correntes	772.625.073	13.223.819	785.848.892
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	771.053.988		771.053.988
141 - Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	90.000		90.000
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.481.085		1.481.085
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		13.223.819	13.223.819
4 - Investimentos	66.456.063		66.456.063
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	66.456.063		66.456.063
9 - Reserva de Contingência	151.061.597		151.061.597
141 - Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	151.061.597		151.061.597
24201 - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	1.185.940.616	133.572.807	1.319.513.423
1 - Pessoal e Encargos Sociais	83.231.708	131.800.928	215.032.636
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	83.231.708		83.231.708
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.000	1.000
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		131.799.928	131.799.928
3 - Outras Despesas Correntes	1.086.708.908	1.771.879	1.088.480.787
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	993.631.162		993.631.162
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	493.847		493.847
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.771.879	1.771.879
178 - Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	75.411.140		75.411.140
180 - Recursos Próprios Financeiros	7.172.759		7.172.759
181 - Recursos de Convênios	10.000.000		10.000.000
4 - Investimentos	16.000.000		16.000.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	16.000.000		16.000.000
24204 - Comissão Nacional de Energia Nuclear	723.973.341	355.455.709	1.079.429.050
1 - Pessoal e Encargos Sociais	447.033.906	347.550.436	794.584.342
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	447.033.906		447.033.906
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.000	1.000
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		347.549.436	347.549.436
3 - Outras Despesas Correntes	266.654.016	7.905.273	274.559.289
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	156.141.928		156.141.928
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	100.084.147		100.084.147
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		7.905.273	7.905.273
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	5.974.862		5.974.862
180 - Recursos Próprios Financeiros	4.453.079		4.453.079
4 - Investimentos	10.285.419		10.285.419
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	7.458.661		7.458.661
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	2.231.705		2.231.705
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	595.053		595.053
24205 - Agência Espacial Brasileira	173.430.474	731.361	174.161.835
1 - Pessoal e Encargos Sociais	12.795.870	586.000	13.381.870
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	12.795.870		12.795.870
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.000	1.000
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		585.000	585.000
3 - Outras Despesas Correntes	76.854.567	145.361	76.999.928
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	76.854.567		76.854.567
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		145.361	145.361
4 - Investimentos	83.780.037		83.780.037
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	83.780.037		83.780.037
24209 - Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada - S.A. - CEITEC	39.641.764	1.283.335	40.925.099
1 - Pessoal e Encargos Sociais	31.079.500		31.079.500
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	31.079.500		31.079.500
3 - Outras Despesas Correntes	8.482.264	1.283.335	9.765.599
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	8.480.975		8.480.975
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.283.335	1.283.335
180 - Recursos Próprios Financeiros	1.289		1.289
4 - Investimentos	80.000		80.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	80.000		80.000
24901 - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	4.233.454.166		4.233.454.166
3 - Outras Despesas Correntes	3.666.690.556		3.666.690.556
134 - Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	88.000.000		88.000.000
135 - Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	10.000.000		10.000.000
141 - Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	77.000.000		77.000.000
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	530.326.690		530.326.690
172 - Outras Contribuições Econômicas	1.750.516.049		1.750.516.049
180 - Recursos Próprios Financeiros	1.210.847.817		1.210.847.817
4 - Investimentos	546.763.610		546.763.610
134 - Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	4.000.000		4.000.000
135 - Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	2.000.000		2.000.000
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	199.954.166		199.954.166
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	604.979		604.979
172 - Outras Contribuições Econômicas	337.000.000		337.000.000

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
178 - Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	3.204.465		3.204.465
5 - Inversões Financeiras	20.000.000		20.000.000
172 - Outras Contribuições Econômicas	20.000.000		20.000.000
25000 - Ministério da Economia	25.723.757.062	15.654.757.110	41.378.514.172
1 - Pessoal e Encargos Sociais	11.917.617.024	15.289.483.564	27.207.100.588
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	3.471.183.553		3.471.183.553
132 - Recursos destinados ao FUNDAF	7.763.434.626		7.763.434.626
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	201.817.757		201.817.757
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		7.137.112.628	7.137.112.628
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		7.933.903.660	7.933.903.660
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		218.467.276	218.467.276
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	481.181.088		481.181.088
Processos Judiciais			
3 - Outras Despesas Correntes	8.604.085.842	365.273.546	8.969.359.388
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	4.247.669.759		4.247.669.759
117 - Recursos oriundos das Contribuições Voluntárias para o Montepio Civil		132.662	132.662
132 - Recursos destinados ao FUNDAF	1.233.651.649		1.233.651.649
133 - Recursos do Programa de Administração Patrimonial Imobiliário	62.994.775		62.994.775
139 - Alienação de Bens Apreendidos	215.147.452		215.147.452
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.072.643.405		1.072.643.405
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		365.140.884	365.140.884
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	387.647.618		387.647.618
Processos Judiciais			
175 - Taxas por Serviços Públicos	174.693.793		174.693.793
180 - Recursos Próprios Financeiros	1.145.321.321		1.145.321.321
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	64.316.070		64.316.070
4 - Investimentos	408.138.077		408.138.077
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	156.539.364		156.539.364
132 - Recursos destinados ao FUNDAF	73.700.000		73.700.000
148 - Operações de Crédito Externas - em Moeda	1.731.827		1.731.827
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	117.414.717		117.414.717
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	5.915.225		5.915.225
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	32.489.854		32.489.854
Processos Judiciais			
180 - Recursos Próprios Financeiros	10.452.400		10.452.400
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	9.894.690		9.894.690
5 - Inversões Financeiras	40.000.000		40.000.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	40.000.000		40.000.000
9 - Reserva de Contingência	4.753.916.119		4.753.916.119
132 - Recursos destinados ao FUNDAF	2.501.444.492		2.501.444.492
133 - Recursos do Programa de Administração Patrimonial Imobiliário	40.487.813		40.487.813
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	197.073.031		197.073.031
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	58.024.591		58.024.591
172 - Outras Contribuições Econômicas	65.286		65.286
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	632.398.193		632.398.193
Processos Judiciais			
180 - Recursos Próprios Financeiros	255.982.284		255.982.284
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	1.068.440.429		1.068.440.429
25101 - Ministério da Economia - Administração Direta	4.658.445.540	5.651.562.175	10.310.007.715
1 - Pessoal e Encargos Sociais	2.184.689.030	5.390.123.727	7.574.812.757
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.184.689.030		2.184.689.030
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		5.390.123.727	5.390.123.727
3 - Outras Despesas Correntes	1.816.260.940	261.438.448	2.077.699.388
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.688.347.025		1.688.347.025
117 - Recursos oriundos das Contribuições Voluntárias para o Montepio Civil		132.662	132.662
133 - Recursos do Programa de Administração Patrimonial Imobiliário	62.994.775		62.994.775
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		261.305.786	261.305.786
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	603.070		603.070
Processos Judiciais			
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	64.316.070		64.316.070
4 - Investimentos	124.985.695		124.985.695
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	106.569.381		106.569.381
148 - Operações de Crédito Externas - em Moeda	1.731.827		1.731.827
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	5.915.225		5.915.225
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	874.572		874.572
Processos Judiciais			
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	9.894.690		9.894.690
5 - Inversões Financeiras	40.000.000		40.000.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	40.000.000		40.000.000
9 - Reserva de Contingência	492.509.875		492.509.875
133 - Recursos do Programa de Administração Patrimonial Imobiliário	40.487.813		40.487.813
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	24.216		24.216
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	58.024.591		58.024.591
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	17.163.793		17.163.793
Processos Judiciais			
180 - Recursos Próprios Financeiros	193.005		193.005
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	376.616.457		376.616.457
25103 - Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil	10.186.884.578	7.945.198.838	18.132.083.416
1 - Pessoal e Encargos Sociais	6.758.234.276	7.877.148.941	14.635.383.217

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
<i>132 - Recursos destinados ao FUNDAF</i>	6.758.234.276		6.758.234.276
<i>151 - Recursos Livres da Seguridade Social</i>		1.746.979.901	1.746.979.901
<i>156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público</i>		5.911.701.764	5.911.701.764
<i>169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público</i>		218.467.276	218.467.276
3 - Outras Despesas Correntes	2.172.812.120	68.049.897	2.240.862.017
<i>132 - Recursos destinados ao FUNDAF</i>	788.837.018		788.837.018
<i>139 - Alienação de Bens Apreendidos</i>	215.147.452		215.147.452
<i>150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação</i>	994.133.857		994.133.857
<i>151 - Recursos Livres da Seguridade Social</i>		68.049.897	68.049.897
<i>175 - Taxas por Serviços Públicos</i>	174.693.793		174.693.793
4 - Investimentos	182.139.877		182.139.877
<i>132 - Recursos destinados ao FUNDAF</i>	67.000.000		67.000.000
<i>150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação</i>	115.139.877		115.139.877
9 - Reserva de Contingência	1.073.698.305		1.073.698.305
<i>132 - Recursos destinados ao FUNDAF</i>	1.053.298.818		1.053.298.818
<i>172 - Outras Contribuições Econômicas</i>	65.286		65.286
<i>174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais</i>	20.334.201		20.334.201
25104 - Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional	3.596.692.510	157.002.573	3.753.695.083
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.005.200.350	152.261.654	1.157.462.004
<i>132 - Recursos destinados ao FUNDAF</i>	1.005.200.350		1.005.200.350
<i>151 - Recursos Livres da Seguridade Social</i>		1.000	1.000
<i>156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público</i>		152.260.654	152.260.654
3 - Outras Despesas Correntes	444.822.514	4.740.919	449.563.433
<i>132 - Recursos destinados ao FUNDAF</i>	444.814.631		444.814.631
<i>150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação</i>	7.883		7.883
<i>151 - Recursos Livres da Seguridade Social</i>		4.740.919	4.740.919
4 - Investimentos	6.700.000		6.700.000
<i>132 - Recursos destinados ao FUNDAF</i>	6.700.000		6.700.000
9 - Reserva de Contingência	2.139.969.646		2.139.969.646
<i>132 - Recursos destinados ao FUNDAF</i>	1.448.145.674		1.448.145.674
<i>186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas</i>	691.823.972		691.823.972
25203 - Comissão de Valores Mobiliários	683.939.813	73.102.691	757.042.504
1 - Pessoal e Encargos Sociais	173.072.933	71.912.775	244.985.708
<i>100 - Recursos Primários de Livre Aplicação</i>	608.014		608.014
<i>151 - Recursos Livres da Seguridade Social</i>		1.000	1.000
<i>156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público</i>		71.911.775	71.911.775
<i>174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais</i>	172.464.919		172.464.919
3 - Outras Despesas Correntes	29.259.186	1.189.916	30.449.102
<i>150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação</i>	24.884		24.884
<i>151 - Recursos Livres da Seguridade Social</i>		1.189.916	1.189.916
<i>174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais</i>	29.142.131		29.142.131
4 - Investimentos	92.171		92.171
<i>180 - Recursos Próprios Financeiros</i>	1.469.075		1.469.075
<i>174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais</i>	1.109.075		1.109.075
9 - Reserva de Contingência	360.000		360.000
<i>180 - Recursos Próprios Financeiros</i>	480.138.619		480.138.619
<i>174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais</i>	480.138.619		480.138.619
25208 - Superintendência de Seguros Privados	202.176.249	86.300.400	288.476.649
1 - Pessoal e Encargos Sociais	140.631.492	84.937.501	225.568.993
<i>100 - Recursos Primários de Livre Aplicação</i>	701.510		701.510
<i>151 - Recursos Livres da Seguridade Social</i>		1.000	1.000
<i>156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público</i>		84.936.501	84.936.501
<i>174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais</i>	139.929.982		139.929.982
3 - Outras Despesas Correntes	15.202.578	1.362.899	16.565.477
<i>150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação</i>	124.553		124.553
<i>151 - Recursos Livres da Seguridade Social</i>		1.362.899	1.362.899
<i>174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais</i>	2.994.978		2.994.978
4 - Investimentos	12.083.047		12.083.047
<i>180 - Recursos Próprios Financeiros</i>	10.092.400		10.092.400
9 - Reserva de Contingência	10.092.400		10.092.400
<i>180 - Recursos Próprios Financeiros</i>	36.249.779		36.249.779
<i>174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais</i>	30.600.414		30.600.414
25296 - Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro	608.070.479	110.964.135	719.034.614
1 - Pessoal e Encargos Sociais	182.954.188	108.564.455	291.518.643
<i>100 - Recursos Primários de Livre Aplicação</i>	88.180.924		88.180.924
<i>151 - Recursos Livres da Seguridade Social</i>		1.000	1.000
<i>156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público</i>		108.563.455	108.563.455
<i>174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais</i>	94.773.264		94.773.264
3 - Outras Despesas Correntes	406.316.291	2.399.680	408.715.971

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	6.261		6.261
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	2.229.497		2.229.497
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		2.399.680	2.399.680
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	299.968.609		299.968.609
<i>Processos Judiciais</i>			
180 - Recursos Próprios Financeiros	104.111.924		104.111.924
4 - Investimentos	18.800.000		18.800.000
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	18.800.000		18.800.000
<i>Processos Judiciais</i>			
25297 - Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI	614.643.073	100.143.091	714.786.164
1 - Pessoal e Encargos Sociais	203.688.780	97.952.815	301.641.595
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.871.023		1.871.023
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	201.817.757		201.817.757
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.000	1.000
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		97.951.815	97.951.815
3 - Outras Despesas Correntes	74.801.698	2.190.276	76.991.974
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	76.989		76.989
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	74.724.709		74.724.709
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		2.190.276	2.190.276
4 - Investimentos	2.274.840		2.274.840
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	2.274.840		2.274.840
9 - Reserva de Contingência	333.877.755		333.877.755
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	197.048.815		197.048.815
180 - Recursos Próprios Financeiros	136.828.940		136.828.940
25298 - Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA	488.106.080	41.143.363	529.249.443
1 - Pessoal e Encargos Sociais	76.972.172	39.967.979	116.940.151
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.959.249		2.959.249
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.000	1.000
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		39.966.979	39.966.979
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	74.012.923		74.012.923
<i>Processos Judiciais</i>			
3 - Outras Despesas Correntes	315.266.535	1.175.384	316.441.919
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	258.605.296		258.605.296
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	291.902		291.902
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.175.384	1.175.384
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	54.938.830		54.938.830
<i>Processos Judiciais</i>			
180 - Recursos Próprios Financeiros	1.430.507		1.430.507
4 - Investimentos	11.706.207		11.706.207
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	11.706.207		11.706.207
<i>Processos Judiciais</i>			
9 - Reserva de Contingência	84.161.166		84.161.166
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	84.161.166		84.161.166
<i>Processos Judiciais</i>			
25300 - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada	180.248.324	215.075.423	395.323.747
1 - Pessoal e Encargos Sociais	128.143.461	213.280.495	341.423.956
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	128.143.461		128.143.461
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.000	1.000
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		213.279.495	213.279.495
3 - Outras Despesas Correntes	51.104.863	1.794.928	52.899.791
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	50.977.991		50.977.991
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	126.872		126.872
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.794.928	1.794.928
4 - Investimentos	1.000.000		1.000.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.000.000		1.000.000
25301 - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	3.285.738.864	1.265.179.432	4.550.918.296
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.026.444.633	1.244.687.222	2.271.131.855
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.026.444.633		1.026.444.633
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.000	1.000
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.244.686.222	1.244.686.222
3 - Outras Despesas Correntes	2.213.357.468	20.492.210	2.233.849.678
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.211.692.778		2.211.692.778
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	297.857		297.857
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		20.492.210	20.492.210
180 - Recursos Próprios Financeiros	1.366.833		1.366.833
4 - Investimentos	45.936.763		45.936.763
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	45.936.763		45.936.763
25302 - Fundação Escola Nacional de Administração Pública	79.263.739	9.084.989	88.348.728
1 - Pessoal e Encargos Sociais	37.585.709	8.646.000	46.231.709
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	37.585.709		37.585.709
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.000	1.000
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		8.645.000	8.645.000
3 - Outras Despesas Correntes	38.644.810	438.989	39.083.799
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	37.963.419		37.963.419
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	681.391		681.391
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		438.989	438.989
4 - Investimentos	3.033.220		3.033.220
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	3.033.220		3.033.220
25903 - Fundo de Compensação e Variações Salariais	1.024.236.839		1.024.236.839

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
3 - Outras Despesas Correntes	1.024.236.839		1.024.236.839
180 - Recursos Próprios Financeiros	1.024.236.839		1.024.236.839
25916 - Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade - FGPC	115.310.974		115.310.974
3 - Outras Despesas Correntes	2.000.000		2.000.000
180 - Recursos Próprios Financeiros	2.000.000		2.000.000
9 - Reserva de Contingência	113.310.974		113.310.974
180 - Recursos Próprios Financeiros	113.310.974		113.310.974
26000 - Ministério da Educação	99.614.609.299	35.083.932.968	134.698.542.267
1 - Pessoal e Encargos Sociais	46.672.270.068	27.800.233.908	74.472.503.976
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	46.672.270.068	10.122.609.330	56.794.879.398
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		17.677.624.578	17.677.624.578
3 - Outras Despesas Correntes	50.827.855.627	7.048.710.024	57.876.565.651
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	31.074.333.950	2.014.002.742	33.088.336.692
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	10.432.830.810		10.432.830.810
113 - Contribuição do Salário-Educação	4.989.165.762	3.961.919.119	8.951.084.881
136 - Recursos Vinculados a Aplicações em Outras Políticas Públicas	12.298.004		12.298.004
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	2.634.351.552	186.989.633	2.821.341.185
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	155.438.988		155.438.988
148 - Operações de Crédito Externas - em Moeda	33.000.000		33.000.000
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	700.823.721	180.114.491	880.938.212
170 - Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica		32.389.567	32.389.567
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	30.527.574		30.527.574
180 - Recursos Próprios Financeiros	10.578.204	5.106.795	15.684.999
181 - Recursos de Convênios	15.024.401	1.539.684	16.564.085
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	655.385.565	666.647.993	1.322.033.558
193 - Produto da Aplicação dos Recursos à Conta do Salário-Educação	84.082.096		84.082.096
196 - Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais	15.000		15.000
4 - Investimentos	2.114.363.010	234.989.036	2.349.352.046
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	550.633.666	234.989.036	785.622.702
113 - Contribuição do Salário-Educação	1.006.721.773		1.006.721.773
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	28.618.785		28.618.785
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	91.527.804		91.527.804
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	22.661.125		22.661.125
180 - Recursos Próprios Financeiros	7.065.438		7.065.438
181 - Recursos de Convênios	31.121.026		31.121.026
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	375.032.152		375.032.152
196 - Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais	981.241		981.241
5 - Inversões Financeiras	120.594		120.594
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	120.594		120.594
26101 - Ministério da Educação - Administração Direta	3.478.746.845	1.180.912.990	4.659.659.835
1 - Pessoal e Encargos Sociais	2.040.321.262	214.939.321	2.255.260.583
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.040.321.262	1.000	2.040.322.262
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		214.938.321	214.938.321
3 - Outras Despesas Correntes	1.010.027.685	965.973.669	1.976.001.354
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	487.796.201	113.180.457	600.976.658
136 - Recursos Vinculados a Aplicações em Outras Políticas Públicas	12.298.004		12.298.004
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	49.930.036	186.989.633	236.919.669
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	460.003.444	665.803.579	1.125.807.023
4 - Investimentos	428.397.898		428.397.898
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	52.865.746		52.865.746
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	500.000		500.000
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	375.032.152		375.032.152
26104 - Instituto Nacional de Educação de Surdos	86.594.673	59.779.290	146.373.963
1 - Pessoal e Encargos Sociais	58.753.248	58.785.219	117.538.467
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	58.753.248	1.000	58.754.248
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		58.784.219	58.784.219
3 - Outras Despesas Correntes	23.971.425	994.071	24.965.496
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	23.971.425	994.071	24.965.496
4 - Investimentos	3.870.000		3.870.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	3.870.000		3.870.000
26105 - Instituto Benjamin Constant	56.941.722	37.627.949	94.569.671
1 - Pessoal e Encargos Sociais	36.141.668	36.206.702	72.348.370
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	36.141.668	1.000	36.142.668
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		36.205.702	36.205.702
3 - Outras Despesas Correntes	15.105.065	1.421.247	16.526.312
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	15.105.065	576.833	15.681.898
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas		844.414	844.414
4 - Investimentos	5.694.989		5.694.989
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	5.694.989		5.694.989
26201 - Colégio Pedro II	448.657.031	295.745.994	744.403.025
1 - Pessoal e Encargos Sociais	369.085.211	292.263.880	661.349.091
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	369.085.211	1.000	369.086.211
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		292.262.880	292.262.880
3 - Outras Despesas Correntes	77.050.665	3.482.114	80.532.779

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	74.892.526	3.482.114	78.374.640
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	2.158.139		2.158.139
4 - Investimentos	2.521.155		2.521.155
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	521.155		521.155
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	2.000.000		2.000.000
26230 - Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco	202.885.487	5.810.117	208.695.604
1 - Pessoal e Encargos Sociais	159.699.874	3.673.643	163.373.517
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	159.699.874	1.000	159.700.874
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		3.672.643	3.672.643
3 - Outras Despesas Correntes	41.002.024	2.136.474	43.138.498
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	40.970.957	2.130.310	43.101.267
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	31.067		31.067
170 - Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica		6.164	6.164
4 - Investimentos	2.183.589		2.183.589
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.183.589		2.183.589
26231 - Universidade Federal de Alagoas	691.853.156	251.659.498	943.512.654
1 - Pessoal e Encargos Sociais	577.960.094	243.950.472	821.910.566
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	577.960.094	1.000	577.961.094
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		243.949.472	243.949.472
3 - Outras Despesas Correntes	106.449.574	7.709.026	114.158.600
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	103.597.322	7.709.026	111.306.348
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	2.852.252		2.852.252
4 - Investimentos	7.443.488		7.443.488
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	7.043.488		7.043.488
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	400.000		400.000
26232 - Universidade Federal da Bahia	1.040.718.319	644.120.638	1.684.838.957
1 - Pessoal e Encargos Sociais	840.203.542	633.927.241	1.474.130.783
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	840.203.542	1.000	840.204.542
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		633.926.241	633.926.241
3 - Outras Despesas Correntes	191.892.612	10.193.397	202.086.009
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	171.880.637	10.193.397	182.074.034
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	20.007.092		20.007.092
180 - Recursos Próprios Financeiros	4.883		4.883
4 - Investimentos	8.622.165		8.622.165
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	6.169.315		6.169.315
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	2.452.850		2.452.850
26233 - Universidade Federal do Ceará	987.468.146	512.087.859	1.499.556.005
1 - Pessoal e Encargos Sociais	805.362.680	501.399.378	1.306.762.058
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	805.362.680	1.000	805.363.680
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		501.398.378	501.398.378
3 - Outras Despesas Correntes	171.324.107	10.688.481	182.012.588
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	165.623.328	10.688.481	176.311.809
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	5.700.779		5.700.779
4 - Investimentos	10.781.359		10.781.359
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	7.862.382		7.862.382
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	2.357.799		2.357.799
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	561.178		561.178
26234 - Universidade Federal do Espírito Santo	698.697.178	302.200.180	1.000.897.358
1 - Pessoal e Encargos Sociais	562.998.681	293.248.656	856.247.337
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	562.998.681	1.000	562.999.681
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		293.247.656	293.247.656
3 - Outras Despesas Correntes	117.067.124	8.951.524	126.018.648
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	99.539.579	8.951.524	108.491.103
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	17.301.484		17.301.484
180 - Recursos Próprios Financeiros	226.061		226.061
4 - Investimentos	18.631.373		18.631.373
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	10.937.623		10.937.623
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	7.400.000		7.400.000
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	293.750		293.750
26235 - Universidade Federal de Goiás	775.188.775	418.617.589	1.193.806.364
1 - Pessoal e Encargos Sociais	645.996.401	407.148.000	1.053.144.401
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	645.996.401	1.000	645.997.401
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		407.147.000	407.147.000
3 - Outras Despesas Correntes	124.699.613	11.469.589	136.169.202
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	112.669.285	11.469.589	124.138.874
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	12.030.328		12.030.328
4 - Investimentos	4.492.761		4.492.761
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	3.992.761		3.992.761
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	500.000		500.000
26236 - Universidade Federal Fluminense	1.338.247.642	825.279.246	2.163.526.888
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.105.271.941	814.751.924	1.920.023.865
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.105.271.941	1.000	1.105.272.941
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		814.750.924	814.750.924
3 - Outras Despesas Correntes	225.658.354	10.527.322	236.185.676
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	210.705.470	10.527.322	221.232.792
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	14.952.884		14.952.884
4 - Investimentos	7.317.347		7.317.347
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	5.317.347		5.317.347

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	2.000.000		2.000.000
26237 - Universidade Federal de Juiz de Fora	759.793.792	246.237.493	1.006.031.285
1 - Pessoal e Encargos Sociais	540.315.538	235.769.481	776.085.019
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	540.315.538	1.000	540.316.538
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		235.768.481	235.768.481
3 - Outras Despesas Correntes	207.477.206	10.468.012	217.945.218
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	107.906.791	10.468.012	118.374.803
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	99.570.415		99.570.415
4 - Investimentos	12.001.048		12.001.048
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	7.075.341		7.075.341
180 - Recursos Próprios Financeiros	4.925.707		4.925.707
26238 - Universidade Federal de Minas Gerais	1.379.255.770	826.550.707	2.205.806.477
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.118.109.928	807.267.824	1.925.377.752
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.118.109.928	1.000	1.118.110.928
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		807.266.824	807.266.824
3 - Outras Despesas Correntes	249.112.533	19.282.883	268.395.416
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	220.971.803	19.282.883	240.254.686
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	27.110.344		27.110.344
180 - Recursos Próprios Financeiros	1.030.386		1.030.386
4 - Investimentos	11.997.964		11.997.964
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	6.997.964		6.997.964
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	5.000.000		5.000.000
5 - Inversões Financeiras	35.345		35.345
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	35.345		35.345
26239 - Universidade Federal do Pará	1.089.304.065	393.545.389	1.482.849.454
1 - Pessoal e Encargos Sociais	871.576.417	385.637.524	1.257.213.941
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	871.576.417	1.000	871.577.417
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		385.636.524	385.636.524
3 - Outras Despesas Correntes	209.284.636	7.907.865	217.192.501
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	184.397.952	7.907.865	192.305.817
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	20.669.153		20.669.153
180 - Recursos Próprios Financeiros	258.372		258.372
181 - Recursos de Convênios	3.959.159		3.959.159
4 - Investimentos	8.443.012		8.443.012
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	7.443.012		7.443.012
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.000.000		1.000.000
26240 - Universidade Federal da Paraíba	1.202.823.583	636.065.606	1.838.889.189
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.018.874.142	621.900.447	1.640.774.589
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.018.874.142	1.000	1.018.875.142
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		621.899.447	621.899.447
3 - Outras Despesas Correntes	174.110.578	14.165.159	188.275.737
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	167.315.172	14.165.159	181.480.331
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	6.795.406		6.795.406
4 - Investimentos	9.838.863		9.838.863
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	9.438.863		9.438.863
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	400.000		400.000
26241 - Universidade Federal do Paraná	1.116.771.426	598.408.307	1.715.179.733
1 - Pessoal e Encargos Sociais	918.676.237	584.526.851	1.503.203.088
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	918.676.237	1.000	918.677.237
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		584.525.851	584.525.851
3 - Outras Despesas Correntes	184.528.028	13.881.456	198.409.484
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	165.558.184	13.881.456	179.439.640
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	13.099.522		13.099.522
180 - Recursos Próprios Financeiros	1.050.000		1.050.000
181 - Recursos de Convênios	4.820.322		4.820.322
4 - Investimentos	13.567.161		13.567.161
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	7.394.697		7.394.697
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	2.844.906		2.844.906
180 - Recursos Próprios Financeiros	1.527.558		1.527.558
181 - Recursos de Convênios	1.800.000		1.800.000
26242 - Universidade Federal de Pernambuco	1.208.615.255	505.135.746	1.713.751.001
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.003.662.657	493.385.931	1.497.048.588
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.003.662.657	1.000	1.003.663.657
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		493.384.931	493.384.931
3 - Outras Despesas Correntes	191.097.722	11.749.815	202.847.537
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	176.769.850	11.749.815	188.519.665
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	13.043.872		13.043.872
181 - Recursos de Convênios	1.284.000		1.284.000
4 - Investimentos	13.854.876		13.854.876
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	13.110.810		13.110.810
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	744.066		744.066
26243 - Universidade Federal do Rio Grande do Norte	1.078.874.659	641.368.488	1.720.243.147
1 - Pessoal e Encargos Sociais	888.185.673	624.982.175	1.513.167.848
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	888.185.673	1.000	888.186.673
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		624.981.175	624.981.175
3 - Outras Despesas Correntes	183.324.240	16.386.313	199.710.553
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	173.324.240	16.386.313	189.710.553
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	10.000.000		10.000.000

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
4 - Investimentos	7.364.746		7.364.746
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	4.584.652		4.584.652
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	2.698.137		2.698.137
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	81.957		81.957
26244 - Universidade Federal do Rio Grande do Sul	1.367.638.929	723.121.000	2.090.759.929
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.148.967.819	708.919.366	1.857.887.185
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.148.967.819	1.000	1.148.968.819
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		708.918.366	708.918.366
3 - Outras Despesas Correntes	208.435.686	14.201.634	222.637.320
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	181.253.855	14.201.634	195.455.489
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	27.181.831		27.181.831
4 - Investimentos	10.235.424		10.235.424
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	6.704.224		6.704.224
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	3.500.000		3.500.000
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	31.200		31.200
26245 - Universidade Federal do Rio de Janeiro	2.150.267.848	1.213.237.160	3.363.505.008
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.732.543.081	1.196.918.488	2.929.461.569
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.732.543.081	1.000	1.732.544.081
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.196.917.488	1.196.917.488
3 - Outras Despesas Correntes	408.678.136	16.318.672	424.996.808
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	364.569.331	16.318.672	380.888.003
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	44.108.805		44.108.805
4 - Investimentos	9.046.631		9.046.631
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	8.046.631		8.046.631
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.000.000		1.000.000
26246 - Universidade Federal de Santa Catarina	1.098.386.610	580.235.446	1.678.622.056
1 - Pessoal e Encargos Sociais	897.548.743	565.074.964	1.462.623.707
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	897.548.743	1.000	897.549.743
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		565.073.964	565.073.964
3 - Outras Despesas Correntes	192.879.437	15.160.482	208.039.919
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	157.133.516	15.160.482	172.293.998
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	34.930.520		34.930.520
180 - Recursos Próprios Financeiros	815.401		815.401
4 - Investimentos	7.958.430		7.958.430
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	4.942.315		4.942.315
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	3.000.000		3.000.000
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	16.115		16.115
26247 - Universidade Federal de Santa Maria	902.223.618	405.176.698	1.307.400.316
1 - Pessoal e Encargos Sociais	752.731.282	397.591.258	1.150.322.540
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	752.731.282	1.000	752.732.282
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		397.590.258	397.590.258
3 - Outras Despesas Correntes	144.933.143	7.585.440	152.518.583
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	140.438.633	7.585.440	148.024.073
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	4.085.439		4.085.439
180 - Recursos Próprios Financeiros	409.071		409.071
4 - Investimentos	4.559.193		4.559.193
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	4.059.193		4.059.193
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	500.000		500.000
26248 - Universidade Federal Rural de Pernambuco	479.467.511	169.121.806	648.589.317
1 - Pessoal e Encargos Sociais	405.886.872	164.455.615	570.342.487
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	405.886.872	1.000	405.887.872
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		164.454.615	164.454.615
3 - Outras Despesas Correntes	71.257.627	4.666.191	75.923.818
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	70.215.349	4.666.191	74.881.540
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.029.129		1.029.129
180 - Recursos Próprios Financeiros	13.149		13.149
4 - Investimentos	2.323.012		2.323.012
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.323.012		2.323.012
26249 - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	522.953.451	193.815.522	716.768.973
1 - Pessoal e Encargos Sociais	441.984.991	189.134.295	631.119.286
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	441.984.991	1.000	441.985.991
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		189.133.295	189.133.295
3 - Outras Despesas Correntes	74.262.823	4.681.227	78.944.050
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	72.425.319	4.681.227	77.106.546
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.837.504		1.837.504
4 - Investimentos	6.705.637		6.705.637
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	6.642.889		6.642.889
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	62.748		62.748
26250 - Fundação Universidade Federal de Roraima	223.125.176	29.792.641	252.917.817
1 - Pessoal e Encargos Sociais	177.915.799	27.977.299	205.893.098
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	177.915.799	1.000	177.916.799
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		27.976.299	27.976.299
3 - Outras Despesas Correntes	41.548.576	1.815.342	43.363.918
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	41.030.901	1.815.342	42.846.243
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	517.675		517.675
4 - Investimentos	3.660.801		3.660.801
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	3.660.801		3.660.801
26251 - Fundação Universidade Federal do Tocantins	299.904.595	10.169.907	310.074.502

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
1 - Pessoal e Encargos Sociais	231.035.015	7.288.383	238.323.398
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	231.035.015	1.000	231.036.015
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		7.287.383	7.287.383
3 - Outras Despesas Correntes	66.741.178	2.881.524	69.622.702
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	61.339.836	2.881.524	64.221.360
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	5.401.342		5.401.342
4 - Investimentos	2.128.402		2.128.402
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.128.402		2.128.402
26252 - Universidade Federal de Campina Grande	564.705.604	178.806.687	743.512.291
1 - Pessoal e Encargos Sociais	468.558.250	173.588.505	642.146.755
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	468.558.250	1.000	468.559.250
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		173.587.505	173.587.505
3 - Outras Despesas Correntes	90.954.490	5.218.182	96.172.672
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	90.644.552	5.218.182	95.862.734
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	309.938		309.938
4 - Investimentos	5.192.864		5.192.864
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	5.192.864		5.192.864
26253 - Universidade Federal Rural da Amazônia	221.262.748	46.901.785	268.164.533
1 - Pessoal e Encargos Sociais	172.880.320	45.203.573	218.083.893
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	172.880.320	1.000	172.881.320
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		45.202.573	45.202.573
3 - Outras Despesas Correntes	44.688.428	1.698.212	46.386.640
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	44.515.643	1.698.212	46.213.855
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	89.050		89.050
180 - Recursos Próprios Financeiros	83.735		83.735
4 - Investimentos	3.694.000		3.694.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	3.694.000		3.694.000
26254 - Universidade Federal do Triângulo Mineiro	284.856.951	134.227.134	419.084.085
1 - Pessoal e Encargos Sociais	233.841.516	129.379.938	363.221.454
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	233.841.516	1.000	233.842.516
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		129.378.938	129.378.938
3 - Outras Despesas Correntes	47.469.055	4.847.196	52.316.251
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	47.062.697	4.847.196	51.909.893
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	406.358		406.358
4 - Investimentos	3.546.380		3.546.380
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	3.391.380		3.391.380
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	155.000		155.000
26255 - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	294.661.311	17.589.826	312.251.137
1 - Pessoal e Encargos Sociais	239.619.509	13.655.082	253.274.591
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	239.619.509	1.000	239.620.509
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		13.654.082	13.654.082
3 - Outras Despesas Correntes	48.872.987	3.934.744	52.807.731
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	45.979.464	3.934.744	49.914.208
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	2.868.523		2.868.523
181 - Recursos de Convênios	10.000		10.000
196 - Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais	15.000		15.000
4 - Investimentos	6.168.815		6.168.815
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	6.168.815		6.168.815
26256 - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca	324.936.852	118.521.618	443.458.470
1 - Pessoal e Encargos Sociais	270.446.709	115.637.989	386.084.698
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	270.446.709	1.000	270.447.709
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		115.636.989	115.636.989
3 - Outras Despesas Correntes	50.817.683	2.883.629	53.701.312
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	49.806.012	2.883.629	52.689.641
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.011.671		1.011.671
4 - Investimentos	3.672.460		3.672.460
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	521.155		521.155
181 - Recursos de Convênios	3.151.305		3.151.305
26257 - Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais	389.192.775	115.630.149	504.822.924
1 - Pessoal e Encargos Sociais	328.396.312	111.267.714	439.664.026
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	328.396.312	1.000	328.397.312
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		111.266.714	111.266.714
3 - Outras Despesas Correntes	59.788.590	4.362.435	64.151.025
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	56.710.848	4.362.435	61.073.283
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	2.781.784		2.781.784
181 - Recursos de Convênios	295.958		295.958
4 - Investimentos	1.007.873		1.007.873
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.007.873		1.007.873
26258 - Universidade Tecnológica Federal do Paraná	956.543.599	151.957.992	1.108.501.591
1 - Pessoal e Encargos Sociais	803.883.679	139.736.180	943.619.859
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	803.883.679	1.000	803.884.679
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		139.735.180	139.735.180
3 - Outras Despesas Correntes	133.982.914	12.221.812	146.204.726
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	132.150.711	12.220.077	144.370.788
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.832.203		1.832.203
170 - Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica		1.735	1.735
4 - Investimentos	18.677.006		18.677.006
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	13.613.807		13.613.807

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	5.000.099		5.000.099
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	63.100		63.100
26260 - Universidade Federal de Alfenas	229.750.456	35.155.993	264.906.449
1 - Pessoal e Encargos Sociais	183.853.994	32.788.560	216.642.554
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	183.853.994	1.000	183.854.994
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		32.787.560	32.787.560
3 - Outras Despesas Correntes	37.839.875	2.367.433	40.207.308
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	36.067.406	2.367.433	38.434.839
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.772.469		1.772.469
4 - Investimentos	8.056.587		8.056.587
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	8.056.587		8.056.587
26261 - Universidade Federal de Itajubá	200.614.815	56.367.065	256.981.880
1 - Pessoal e Encargos Sociais	159.110.051	53.553.551	212.663.602
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	159.110.051	1.000	159.111.051
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		53.552.551	53.552.551
3 - Outras Despesas Correntes	38.696.603	2.813.514	41.510.117
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	38.494.563	2.813.514	41.308.077
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	202.040		202.040
4 - Investimentos	2.808.161		2.808.161
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.000.000		2.000.000
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	808.161		808.161
26262 - Universidade Federal de São Paulo	764.140.677	347.474.206	1.111.614.883
1 - Pessoal e Encargos Sociais	654.545.672	342.993.663	997.539.335
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	654.545.672	1.000	654.546.672
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		342.992.663	342.992.663
3 - Outras Despesas Correntes	104.302.243	4.480.543	108.782.786
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	94.043.335	4.480.543	98.523.878
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	10.258.908		10.258.908
4 - Investimentos	5.207.513		5.207.513
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	4.186.106		4.186.106
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.000.000		1.000.000
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	21.407		21.407
5 - Inversões Financeiras	85.249		85.249
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	85.249		85.249
26263 - Universidade Federal de Lavras	331.033.993	88.946.366	419.980.359
1 - Pessoal e Encargos Sociais	261.130.539	84.309.042	345.439.581
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	261.130.539	1.000	261.131.539
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		84.308.042	84.308.042
3 - Outras Despesas Correntes	61.103.376	4.637.324	65.740.700
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	55.597.976	4.637.324	60.235.300
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	5.505.400		5.505.400
4 - Investimentos	8.800.078		8.800.078
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	8.725.678		8.725.678
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	74.400		74.400
26264 - Universidade Federal Rural do Semi-Árido	275.167.675	36.260.124	311.427.799
1 - Pessoal e Encargos Sociais	220.017.890	32.936.617	252.954.507
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	220.017.890	1.000	220.018.890
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		32.935.617	32.935.617
3 - Outras Despesas Correntes	48.160.232	3.323.507	51.483.739
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	47.750.356	3.323.507	51.073.863
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	409.876		409.876
4 - Investimentos	6.989.553		6.989.553
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	6.974.085		6.974.085
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	15.468		15.468
26266 - Fundação Universidade Federal do Pampa	351.986.389	4.592.763	356.579.152
1 - Pessoal e Encargos Sociais	293.472.467	2.351.114	295.823.581
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	293.472.467	1.000	293.473.467
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		2.350.114	2.350.114
3 - Outras Despesas Correntes	55.147.569	2.241.649	57.389.218
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	54.471.075	2.241.649	56.712.724
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	604.994		604.994
180 - Recursos Próprios Financeiros	71.500		71.500
4 - Investimentos	3.366.353		3.366.353
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	3.321.353		3.321.353
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	45.000		45.000
26267 - Universidade Federal da Integração Latino Americana	179.509.250	2.267.987	181.777.237
1 - Pessoal e Encargos Sociais	132.923.609	583.777	133.507.386
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	132.923.609	1.000	132.924.609
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		582.777	582.777
3 - Outras Despesas Correntes	42.026.920	1.684.210	43.711.130
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	41.335.520	1.684.210	43.019.730
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	24.800		24.800
180 - Recursos Próprios Financeiros	48.771		48.771
181 - Recursos de Convênios	617.829		617.829
4 - Investimentos	4.558.721		4.558.721
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	3.558.721		3.558.721
181 - Recursos de Convênios	1.000.000		1.000.000
26268 - Fundação Universidade Federal de Rondônia	264.278.043	52.445.818	316.723.861

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
1 - Pessoal e Encargos Sociais	216.249.289	50.074.179	266.323.468
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	216.249.289	1.000	216.250.289
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		50.073.179	50.073.179
3 - Outras Despesas Correntes	43.694.952	2.371.639	46.066.591
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	43.004.014	2.371.639	45.375.653
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	685.005		685.005
180 - Recursos Próprios Financeiros	5.933		5.933
4 - Investimentos	4.333.802		4.333.802
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	4.333.802		4.333.802
26269 - Fundação Universidade do Rio de Janeiro	342.996.837	111.958.946	454.955.783
1 - Pessoal e Encargos Sociais	278.109.932	110.369.856	388.479.788
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	278.109.932	1.000	278.110.932
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		110.368.856	110.368.856
3 - Outras Despesas Correntes	61.245.359	1.589.090	62.834.449
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	61.025.449	1.589.090	62.614.539
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	219.910		219.910
4 - Investimentos	3.641.546		3.641.546
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	3.591.546		3.591.546
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	50.000		50.000
26270 - Fundação Universidade do Amazonas	593.417.411	164.076.929	757.494.340
1 - Pessoal e Encargos Sociais	472.729.750	159.134.819	631.864.569
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	472.729.750	1.000	472.730.750
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		159.133.819	159.133.819
3 - Outras Despesas Correntes	117.773.910	4.942.110	122.716.020
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	116.101.849	4.942.110	121.043.959
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.515.423		1.515.423
180 - Recursos Próprios Financeiros	156.638		156.638
4 - Investimentos	2.913.751		2.913.751
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.913.751		2.913.751
26271 - Fundação Universidade de Brasília	1.444.715.433	473.468.114	1.918.183.547
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.162.510.458	463.312.563	1.625.823.021
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.162.510.458	1.000	1.162.511.458
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		463.311.563	463.311.563
3 - Outras Despesas Correntes	251.570.753	10.155.551	261.726.304
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	179.739.445	10.155.551	189.894.996
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	71.332.525		71.332.525
180 - Recursos Próprios Financeiros	498.783		498.783
4 - Investimentos	30.634.222		30.634.222
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	5.134.186		5.134.186
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	21.000.000		21.000.000
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	4.500.036		4.500.036
26272 - Fundação Universidade Federal do Maranhão	626.356.627	216.940.735	843.297.362
1 - Pessoal e Encargos Sociais	504.436.838	211.311.658	715.748.496
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	504.436.838	1.000	504.437.838
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		211.310.658	211.310.658
3 - Outras Despesas Correntes	116.701.354	5.629.077	122.330.431
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	111.730.721	5.629.077	117.359.798
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	4.939.339		4.939.339
180 - Recursos Próprios Financeiros	31.294		31.294
4 - Investimentos	5.218.435		5.218.435
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	5.118.435		5.118.435
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	100.000		100.000
26273 - Fundação Universidade Federal do Rio Grande	387.776.854	153.326.106	541.102.960
1 - Pessoal e Encargos Sociais	316.852.594	147.616.988	464.469.582
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	316.852.594	1.000	316.853.594
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		147.615.988	147.615.988
3 - Outras Despesas Correntes	64.734.260	5.709.118	70.443.378
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	64.375.487	5.709.118	70.084.605
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	106.198		106.198
180 - Recursos Próprios Financeiros	202.575		202.575
181 - Recursos de Convênios	50.000		50.000
4 - Investimentos	6.190.000		6.190.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	3.000.000		3.000.000
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.400.000		1.400.000
181 - Recursos de Convênios	1.790.000		1.790.000
26274 - Universidade Federal de Uberlândia	837.722.075	340.173.791	1.177.895.866
1 - Pessoal e Encargos Sociais	685.831.791	329.057.897	1.014.889.688
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	685.831.791	1.000	685.832.791
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		329.056.897	329.056.897
3 - Outras Despesas Correntes	140.778.652	11.115.894	151.894.546
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	139.103.433	11.115.894	150.219.327
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.613.220		1.613.220
180 - Recursos Próprios Financeiros	61.999		61.999
4 - Investimentos	11.111.632		11.111.632
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	10.511.790		10.511.790
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	500.000		500.000
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	99.842		99.842
26275 - Fundação Universidade Federal do Acre	293.030.985	77.263.663	370.294.648

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
1 - Pessoal e Encargos Sociais	232.758.042	75.433.825	308.191.867
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	232.758.042	1.000	232.759.042
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		75.432.825	75.432.825
3 - Outras Despesas Correntes	55.177.363	1.829.838	57.007.201
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	54.989.899	1.829.838	56.819.737
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	187.464		187.464
4 - Investimentos	5.095.580		5.095.580
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	4.139.000		4.139.000
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	956.580		956.580
26276 - Fundação Universidade Federal de Mato Grosso	593.766.399	267.127.963	860.894.362
1 - Pessoal e Encargos Sociais	485.105.748	260.923.584	746.029.332
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	485.105.748	1.000	485.106.748
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		260.922.584	260.922.584
3 - Outras Despesas Correntes	105.484.288	6.204.379	111.688.667
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	101.019.053	6.204.379	107.223.432
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	4.465.235		4.465.235
4 - Investimentos	3.176.363		3.176.363
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	3.176.363		3.176.363
26277 - Fundação Universidade Federal de Ouro Preto	376.647.816	109.460.941	486.108.757
1 - Pessoal e Encargos Sociais	301.282.300	104.737.346	406.019.646
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	301.282.300	1.000	301.283.300
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		104.736.346	104.736.346
3 - Outras Despesas Correntes	72.965.516	4.723.595	77.689.111
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	67.514.962	4.723.595	72.238.557
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	4.250.314		4.250.314
181 - Recursos de Convênios	1.200.240		1.200.240
4 - Investimentos	2.400.000		2.400.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.000.000		2.000.000
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	400.000		400.000
26278 - Fundação Universidade Federal de Pelotas	581.357.829	245.027.147	826.384.976
1 - Pessoal e Encargos Sociais	483.156.860	237.436.835	720.593.695
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	483.156.860	1.000	483.157.860
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		237.435.835	237.435.835
3 - Outras Despesas Correntes	93.223.601	7.590.312	100.813.913
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	91.232.413	7.590.312	98.822.725
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.967.337		1.967.337
180 - Recursos Próprios Financeiros	23.851		23.851
4 - Investimentos	4.977.368		4.977.368
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	3.377.488		3.377.488
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	469.349		469.349
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	149.290		149.290
196 - Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais	981.241		981.241
26279 - Fundação Universidade Federal do Piauí	609.391.201	211.457.498	820.848.699
1 - Pessoal e Encargos Sociais	489.896.830	204.668.281	694.565.111
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	489.896.830	1.000	489.897.830
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		204.667.281	204.667.281
3 - Outras Despesas Correntes	116.674.371	6.789.217	123.463.588
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	110.574.384	6.789.217	117.363.601
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	6.099.987		6.099.987
4 - Investimentos	2.820.000		2.820.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.820.000		2.820.000
26280 - Fundação Universidade Federal de São Carlos	542.342.035	164.194.958	706.536.993
1 - Pessoal e Encargos Sociais	462.939.650	157.117.375	620.057.025
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	462.939.650	1.000	462.940.650
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		157.116.375	157.116.375
3 - Outras Despesas Correntes	73.089.748	7.077.583	80.167.331
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	69.630.121	7.077.583	76.707.704
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	3.459.627		3.459.627
4 - Investimentos	6.312.637		6.312.637
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	6.312.637		6.312.637
26281 - Fundação Universidade Federal de Sergipe	621.639.534	147.175.771	768.815.305
1 - Pessoal e Encargos Sociais	498.997.941	140.970.946	639.968.887
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	498.997.941	1.000	498.998.941
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		140.969.946	140.969.946
3 - Outras Despesas Correntes	119.180.416	6.204.825	125.385.241
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	117.808.257	6.204.825	124.013.082
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.372.159		1.372.159
4 - Investimentos	3.461.177		3.461.177
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	3.461.177		3.461.177
26282 - Fundação Universidade Federal de Viçosa	640.077.903	341.812.877	981.890.780
1 - Pessoal e Encargos Sociais	522.790.887	323.198.420	845.989.307
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	522.790.887	1.000	522.791.887
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		323.197.420	323.197.420
3 - Outras Despesas Correntes	112.499.588	18.614.457	131.114.045
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	102.853.509	18.614.457	121.467.966
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	9.646.079		9.646.079
4 - Investimentos	4.787.428		4.787.428
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.787.428		2.787.428

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.288.427		1.288.427
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	99.400		99.400
180 - Recursos Próprios Financeiros	612.173		612.173
26283 - Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	668.822.714	274.432.755	943.255.469
1 - Pessoal e Encargos Sociais	559.699.906	231.516.401	791.216.307
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	559.699.906	1.000	559.700.906
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		231.515.401	231.515.401
3 - Outras Despesas Correntes	104.956.587	42.916.354	147.872.941
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	102.997.847	10.534.686	113.532.533
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.950.200		1.950.200
170 - Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica		32.381.668	32.381.668
180 - Recursos Próprios Financeiros	8.540		8.540
4 - Investimentos	4.166.221		4.166.221
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.926.349		2.926.349
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.239.872		1.239.872
26284 - Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	135.702.029	21.641.522	157.343.551
1 - Pessoal e Encargos Sociais	100.964.536	20.653.736	121.618.272
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	100.964.536	1.000	100.965.536
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		20.652.736	20.652.736
3 - Outras Despesas Correntes	30.802.493	987.786	31.790.279
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	30.715.665	987.786	31.703.451
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	86.828		86.828
4 - Investimentos	3.935.000		3.935.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	3.500.000		3.500.000
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	435.000		435.000
26285 - Fundação Universidade Federal de São João del-Rei	320.643.173	43.184.090	363.827.263
1 - Pessoal e Encargos Sociais	255.990.965	38.927.771	294.918.736
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	255.990.965	1.000	255.991.965
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		38.926.771	38.926.771
3 - Outras Despesas Correntes	62.261.860	4.256.319	66.518.179
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	61.940.835	4.256.319	66.197.154
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	321.025		321.025
4 - Investimentos	2.390.348		2.390.348
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.070.348		2.070.348
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	320.000		320.000
26286 - Fundação Universidade Federal do Amapá	204.941.957	10.762.794	215.704.751
1 - Pessoal e Encargos Sociais	163.840.756	8.662.107	172.502.863
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	163.840.756	1.000	163.841.756
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		8.661.107	8.661.107
3 - Outras Despesas Correntes	36.701.201	2.100.687	38.801.888
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	36.590.572	2.100.687	38.691.259
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	110.629		110.629
4 - Investimentos	4.400.000		4.400.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	4.250.000		4.250.000
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	150.000		150.000
26290 - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira	1.204.917.840	9.957.599	1.214.875.439
1 - Pessoal e Encargos Sociais	73.028.996	9.061.701	82.090.697
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	73.028.996	1.000	73.029.996
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		9.060.701	9.060.701
3 - Outras Despesas Correntes	1.096.157.320	895.898	1.097.053.218
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	322.054.790	895.898	322.950.688
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	589.181.836		589.181.836
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	39.410.695		39.410.695
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	114.982.425		114.982.425
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	30.527.574		30.527.574
4 - Investimentos	35.731.524		35.731.524
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	30.431.524		30.431.524
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	5.300.000		5.300.000
26291 - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior	3.117.012.982	24.429.753	3.141.442.735
1 - Pessoal e Encargos Sociais	72.387.702	23.564.813	95.952.515
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	72.387.702	1.000	72.388.702
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		23.563.813	23.563.813
3 - Outras Despesas Correntes	3.036.032.180	864.940	3.036.897.120
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	549.429.083	864.940	550.294.023
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	1.767.121.162		1.767.121.162
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	525.856.079		525.856.079
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	834.255		834.255
180 - Recursos Próprios Financeiros	5.337.322		5.337.322
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	187.454.279		187.454.279
4 - Investimentos	8.593.100		8.593.100
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	8.000.000		8.000.000
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	593.100		593.100
26292 - Fundação Joaquim Nabuco	76.931.745	57.490.388	134.422.133

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
1 - Pessoal e Encargos Sociais	46.049.085	56.556.239	102.605.324
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	46.049.085	1.000	46.050.085
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		56.555.239	56.555.239
3 - Outras Despesas Correntes	27.482.660	934.149	28.416.809
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	27.435.191	934.149	28.369.340
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	47.469		47.469
4 - Investimentos	3.400.000		3.400.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	3.148.974		3.148.974
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	251.026		251.026
26294 - Hospital de Clínicas de Porto Alegre		1.446.586.574	1.446.586.574
1 - Pessoal e Encargos Sociais		1.212.137.214	1.212.137.214
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação		1.212.137.214	1.212.137.214
3 - Outras Despesas Correntes		195.457.131	195.457.131
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação		111.154.586	111.154.586
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação		82.604.794	82.604.794
180 - Recursos Próprios Financeiros		158.067	158.067
181 - Recursos de Convênios		1.539.684	1.539.684
4 - Investimentos		38.992.229	38.992.229
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação		38.992.229	38.992.229
26298 - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	37.203.977.427	4.035.303.107	41.239.280.534
1 - Pessoal e Encargos Sociais	89.371.104	71.849.374	161.220.478
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	89.371.104	1.000	89.372.104
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		71.848.374	71.848.374
3 - Outras Despesas Correntes	36.082.900.427	3.963.453.733	40.046.354.160
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	20.708.511.673	1.534.614	20.710.046.287
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	8.076.527.812		8.076.527.812
113 - Contribuição do Salário-Educação	4.989.165.762	3.961.919.119	8.951.084.881
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	2.019.154.742		2.019.154.742
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	155.438.988		155.438.988
148 - Operações de Crédito Externas - em Moeda	33.000.000		33.000.000
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	9.091.512		9.091.512
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	7.927.842		7.927.842
193 - Produto da Aplicação dos Recursos à Conta do Salário-Educação	84.082.096		84.082.096
4 - Investimentos	1.031.705.896		1.031.705.896
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.758.438		2.758.438
113 - Contribuição do Salário-Educação	1.006.721.773		1.006.721.773
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	22.225.685		22.225.685
26350 - Fundação Universidade Federal da Grande Dourados	244.492.200	20.082.742	264.574.942
1 - Pessoal e Encargos Sociais	195.736.198	17.311.787	213.047.985
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	195.736.198	1.000	195.737.198
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		17.310.787	17.310.787
3 - Outras Despesas Correntes	44.664.097	2.770.955	47.435.052
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	42.425.063	2.770.955	45.196.018
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	2.239.034		2.239.034
4 - Investimentos	4.091.905		4.091.905
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.591.905		2.591.905
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.500.000		1.500.000
26351 - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	317.929.529	11.774.060	329.703.589
1 - Pessoal e Encargos Sociais	259.993.172	9.277.514	269.270.686
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	259.993.172	1.000	259.994.172
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		9.276.514	9.276.514
3 - Outras Despesas Correntes	54.675.520	2.496.546	57.172.066
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	53.648.624	2.496.546	56.145.170
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.026.896		1.026.896
4 - Investimentos	3.260.837		3.260.837
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	3.260.837		3.260.837
26352 - Fundação Universidade Federal do ABC	328.230.548	6.456.960	334.687.508
1 - Pessoal e Encargos Sociais	267.847.492	4.257.707	272.105.199
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	267.847.492	1.000	267.848.492
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		4.256.707	4.256.707
3 - Outras Despesas Correntes	55.883.056	2.199.253	58.082.309
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	54.813.371	2.199.253	57.012.624
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.069.685		1.069.685
4 - Investimentos	4.500.000		4.500.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	4.000.000		4.000.000
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	500.000		500.000
26358 - Hospital Universitário Prof. Alberto Antunes		116.428.550	116.428.550
1 - Pessoal e Encargos Sociais		113.007.208	113.007.208
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação		80.702.455	80.702.455
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		32.304.753	32.304.753
3 - Outras Despesas Correntes		3.421.342	3.421.342
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação		3.421.342	3.421.342
26359 - Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade Federal da Bahia		122.997.174	122.997.174
1 - Pessoal e Encargos Sociais		116.718.603	116.718.603
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação		109.300.309	109.300.309
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		7.418.294	7.418.294

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
3 - Outras Despesas Correntes		6.278.571	6.278.571
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação		6.278.571	6.278.571
26362 - Hospital Universitário Walter Cantídio		157.464.266	157.464.266
1 - Pessoal e Encargos Sociais		152.194.566	152.194.566
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação		109.716.403	109.716.403
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		42.478.163	42.478.163
3 - Outras Despesas Correntes		5.269.700	5.269.700
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação		5.269.700	5.269.700
26363 - Maternidade-Escola Assis Chateaubriand		77.402.205	77.402.205
1 - Pessoal e Encargos Sociais		74.568.535	74.568.535
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação		49.650.850	49.650.850
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		24.917.685	24.917.685
3 - Outras Despesas Correntes		2.833.670	2.833.670
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação		2.833.670	2.833.670
26364 - Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes		119.312.361	119.312.361
1 - Pessoal e Encargos Sociais		114.963.872	114.963.872
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação		71.015.942	71.015.942
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		43.947.930	43.947.930
3 - Outras Despesas Correntes		4.348.489	4.348.489
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação		4.348.489	4.348.489
26365 - Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás		119.607.698	119.607.698
1 - Pessoal e Encargos Sociais		112.632.845	112.632.845
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação		108.409.288	108.409.288
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		4.223.557	4.223.557
3 - Outras Despesas Correntes		6.974.853	6.974.853
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação		6.974.853	6.974.853
26366 - Hospital Universitário Antonio Pedro		180.526.610	180.526.610
1 - Pessoal e Encargos Sociais		170.685.436	170.685.436
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação		170.684.436	170.684.436
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.000	1.000
3 - Outras Despesas Correntes		9.841.174	9.841.174
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação		9.841.174	9.841.174
26367 - Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora		46.667.675	46.667.675
1 - Pessoal e Encargos Sociais		44.477.850	44.477.850
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação		35.501.935	35.501.935
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		8.975.915	8.975.915
3 - Outras Despesas Correntes		2.189.825	2.189.825
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação		2.189.825	2.189.825
26368 - Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais		242.608.622	242.608.622
1 - Pessoal e Encargos Sociais		230.076.861	230.076.861
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação		136.481.294	136.481.294
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		93.595.567	93.595.567
3 - Outras Despesas Correntes		12.531.761	12.531.761
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação		12.531.761	12.531.761
26369 - Hospital Universitário João de Barros Barreto		92.982.435	92.982.435
1 - Pessoal e Encargos Sociais		89.287.060	89.287.060
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação		73.744.637	73.744.637
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		15.542.423	15.542.423
3 - Outras Despesas Correntes		3.695.375	3.695.375
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação		3.695.375	3.695.375
26370 - Hospital Universitário Bettina Ferro Souza		13.625.471	13.625.471
1 - Pessoal e Encargos Sociais		12.944.628	12.944.628
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação		10.312.245	10.312.245
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		2.632.383	2.632.383
3 - Outras Despesas Correntes		680.843	680.843
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação		680.843	680.843
26371 - Hospital Universitário Lauro Wanderley		202.374.393	202.374.393
1 - Pessoal e Encargos Sociais		196.847.057	196.847.057
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação		123.412.189	123.412.189
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		73.434.868	73.434.868
3 - Outras Despesas Correntes		5.527.336	5.527.336
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação		5.527.336	5.527.336
26372 - Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná		195.196.238	195.196.238
1 - Pessoal e Encargos Sociais		182.770.132	182.770.132
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação		181.186.316	181.186.316
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.583.816	1.583.816
3 - Outras Despesas Correntes		12.426.106	12.426.106
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação		12.426.106	12.426.106
26373 - Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco		239.634.942	239.634.942
1 - Pessoal e Encargos Sociais		229.466.839	229.466.839
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação		140.320.483	140.320.483
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		89.146.356	89.146.356
3 - Outras Despesas Correntes		10.168.103	10.168.103
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação		10.168.103	10.168.103
26374 - Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Norte		119.665.151	119.665.151
1 - Pessoal e Encargos Sociais		114.431.790	114.431.790
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação		113.088.149	113.088.149

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.343.641	1.343.641
3 - Outras Despesas Correntes		5.233.361	5.233.361
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação		5.233.361	5.233.361
26378 - Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade Federal do Rio de Janeiro		572.463.515	572.463.515
1 - Pessoal e Encargos Sociais		515.866.234	515.866.234
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação		508.459.718	508.459.718
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		7.406.516	7.406.516
3 - Outras Despesas Correntes		50.597.281	50.597.281
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação		50.597.281	50.597.281
4 - Investimentos		6.000.000	6.000.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação		6.000.000	6.000.000
26385 - Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados		35.632.076	35.632.076
1 - Pessoal e Encargos Sociais		32.444.354	32.444.354
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação		32.047.035	32.047.035
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		397.319	397.319
3 - Outras Despesas Correntes		3.187.722	3.187.722
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação		3.187.722	3.187.722
26386 - Hospital Universitário Prof. Polydoro Ernani de São Thiago		217.527.027	217.527.027
1 - Pessoal e Encargos Sociais		207.881.659	207.881.659
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação		139.501.581	139.501.581
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		68.380.078	68.380.078
3 - Outras Despesas Correntes		9.645.368	9.645.368
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação		9.645.368	9.645.368
26387 - Hospital Universitário de Santa Maria		202.565.747	202.565.747
1 - Pessoal e Encargos Sociais		195.784.427	195.784.427
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação		142.868.551	142.868.551
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		52.915.876	52.915.876
3 - Outras Despesas Correntes		6.781.320	6.781.320
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação		6.781.320	6.781.320
26388 - Hospital Universitário Alcides Carneiro		64.256.273	64.256.273
1 - Pessoal e Encargos Sociais		61.054.820	61.054.820
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação		51.763.980	51.763.980
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		9.290.840	9.290.840
3 - Outras Despesas Correntes		3.201.453	3.201.453
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação		3.201.453	3.201.453
26389 - Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Triângulo Mineiro		118.416.722	118.416.722
1 - Pessoal e Encargos Sociais		112.935.681	112.935.681
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação		112.934.681	112.934.681
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.000	1.000
3 - Outras Despesas Correntes		5.481.041	5.481.041
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação		5.481.041	5.481.041
26391 - Hospital Universitário Gaffree e Guinle		134.660.595	134.660.595
1 - Pessoal e Encargos Sociais		126.887.626	126.887.626
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação		110.188.658	110.188.658
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		16.698.968	16.698.968
3 - Outras Despesas Correntes		7.772.969	7.772.969
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação		7.772.969	7.772.969
26392 - Hospital Universitário Getúlio Vargas		80.605.040	80.605.040
1 - Pessoal e Encargos Sociais		77.257.885	77.257.885
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação		51.017.021	51.017.021
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		26.240.864	26.240.864
3 - Outras Despesas Correntes		3.347.155	3.347.155
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação		3.347.155	3.347.155
26393 - Hospital Universitário de Brasília		81.244.897	81.244.897
1 - Pessoal e Encargos Sociais		77.050.077	77.050.077
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação		75.760.906	75.760.906
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.289.171	1.289.171
3 - Outras Despesas Correntes		4.194.820	4.194.820
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação		4.194.820	4.194.820
26394 - Hospital Universitário da Fundação Universidade do Maranhão		79.542.551	79.542.551
1 - Pessoal e Encargos Sociais		75.436.933	75.436.933
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação		74.548.253	74.548.253
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		888.680	888.680
3 - Outras Despesas Correntes		4.105.618	4.105.618
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação		4.105.618	4.105.618
26395 - Hospital Universitário Dr. Miguel Riet Corrêa Jr.		65.702.190	65.702.190
1 - Pessoal e Encargos Sociais		62.691.712	62.691.712
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação		47.693.157	47.693.157
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		14.998.555	14.998.555
3 - Outras Despesas Correntes		3.010.478	3.010.478
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação		3.010.478	3.010.478
26396 - Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia		298.934.954	298.934.954
1 - Pessoal e Encargos Sociais		285.901.495	285.901.495
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação		209.848.297	209.848.297
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		76.053.198	76.053.198
3 - Outras Despesas Correntes		13.033.459	13.033.459
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação		13.033.459	13.033.459

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
26397 - Hospital Júlio Muller		30.431.527	30.431.527
1 - Pessoal e Encargos Sociais		28.767.282	28.767.282
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação		28.766.282	28.766.282
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.000	1.000
3 - Outras Despesas Correntes		1.664.245	1.664.245
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação		1.664.245	1.664.245
26398 - Hospital das Clínicas da Fundação Universidade Federal de Pelotas		42.032.905	42.032.905
1 - Pessoal e Encargos Sociais		40.085.566	40.085.566
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação		39.815.023	39.815.023
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		270.543	270.543
3 - Outras Despesas Correntes		1.947.339	1.947.339
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação		1.947.339	1.947.339
26399 - Hospital Universitário da Fundação Universidade Federal do Piauí		5.143.692	5.143.692
1 - Pessoal e Encargos Sociais		4.918.973	4.918.973
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação		3.400.196	3.400.196
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.518.777	1.518.777
3 - Outras Despesas Correntes		224.719	224.719
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação		224.719	224.719
26400 - Hospital Universitário da Fundação Universidade Federal de Sergipe		69.037.573	69.037.573
1 - Pessoal e Encargos Sociais		66.426.593	66.426.593
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação		57.681.571	57.681.571
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		8.745.022	8.745.022
3 - Outras Despesas Correntes		2.610.980	2.610.980
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação		2.610.980	2.610.980
26401 - Hospital Universitário Maria Pedrossian		2.000	2.000
1 - Pessoal e Encargos Sociais		2.000	2.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação		1.000	1.000
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.000	1.000
26402 - Instituto Federal de Alagoas	450.337.303	69.855.384	520.192.687
1 - Pessoal e Encargos Sociais	351.634.290	64.651.131	416.285.421
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	351.634.290	1.000	351.635.290
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		64.650.131	64.650.131
3 - Outras Despesas Correntes	74.397.940	5.204.253	79.602.193
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	73.561.237	5.204.253	78.765.490
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	836.703		836.703
4 - Investimentos	24.305.073		24.305.073
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.489.374		2.489.374
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	200.000		200.000
181 - Recursos de Convênios	21.615.699		21.615.699
26403 - Instituto Federal do Amazonas	354.013.952	48.503.901	402.517.853
1 - Pessoal e Encargos Sociais	274.668.732	45.802.093	320.470.825
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	274.668.732	1.000	274.669.732
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		45.801.093	45.801.093
3 - Outras Despesas Correntes	77.748.561	2.701.808	80.450.369
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	76.717.808	2.701.808	79.419.616
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.030.753		1.030.753
4 - Investimentos	1.596.659		1.596.659
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.596.659		1.596.659
26404 - Instituto Federal Baiano	354.915.030	15.904.016	370.819.046
1 - Pessoal e Encargos Sociais	279.577.716	13.213.134	292.790.850
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	279.577.716	1.000	279.578.716
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		13.212.134	13.212.134
3 - Outras Despesas Correntes	72.590.882	2.690.882	75.281.764
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	71.951.385	2.690.882	74.642.267
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	639.497		639.497
4 - Investimentos	2.746.432		2.746.432
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.746.432		2.746.432
26405 - Instituto Federal do Ceará	758.470.854	86.469.022	844.939.876
1 - Pessoal e Encargos Sociais	624.186.307	79.854.085	704.040.392
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	624.186.307	1.000	624.187.307
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		79.853.085	79.853.085
3 - Outras Despesas Correntes	132.598.628	6.614.937	139.213.565
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	132.008.616	6.614.937	138.623.553
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	590.012		590.012
4 - Investimentos	1.685.919		1.685.919
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.685.919		1.685.919
26406 - Instituto Federal do Espírito Santo	646.608.075	110.790.997	757.399.072
1 - Pessoal e Encargos Sociais	532.881.948	103.896.376	636.778.324
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	532.881.948	1.000	532.882.948
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		103.895.376	103.895.376
3 - Outras Despesas Correntes	109.830.560	6.894.621	116.725.181
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	107.304.328	6.894.621	114.198.949
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	2.526.232		2.526.232
4 - Investimentos	3.895.567		3.895.567
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	3.895.567		3.895.567
26407 - Instituto Federal Goiano	336.821.178	28.039.065	364.860.243
1 - Pessoal e Encargos Sociais	267.122.261	24.616.123	291.738.384

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	267.122.261	1.000	267.123.261
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		24.615.123	24.615.123
3 - Outras Despesas Correntes	66.916.567	3.422.942	70.339.509
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	65.557.356	3.422.942	68.980.298
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.359.211		1.359.211
4 - Investimentos	2.782.350		2.782.350
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.782.350		2.782.350
26408 - Instituto Federal do Maranhão	630.830.329	55.964.844	686.795.173
1 - Pessoal e Encargos Sociais	502.258.227	50.106.315	552.364.542
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	502.258.227	1.000	502.259.227
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		50.105.315	50.105.315
3 - Outras Despesas Correntes	116.065.336	5.858.529	121.923.865
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	115.465.336	5.858.529	121.323.865
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	600.000		600.000
4 - Investimentos	12.506.766		12.506.766
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	11.133.690		11.133.690
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.373.076		1.373.076
26409 - Instituto Federal de Minas Gerais	429.584.768	52.144.560	481.729.328
1 - Pessoal e Encargos Sociais	334.385.920	47.083.919	381.469.839
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	334.385.920	1.000	334.386.920
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		47.082.919	47.082.919
3 - Outras Despesas Correntes	62.053.852	5.060.641	67.114.493
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	58.580.771	5.060.641	63.641.412
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	3.473.081		3.473.081
4 - Investimentos	33.144.996		33.144.996
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	17.939.954		17.939.954
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	855.042		855.042
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	14.350.000		14.350.000
26410 - Instituto Federal do Norte de Minas Gerais	282.874.568	20.356.935	303.231.503
1 - Pessoal e Encargos Sociais	222.759.633	16.838.665	239.598.298
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	222.759.633	1.000	222.760.633
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		16.837.665	16.837.665
3 - Outras Despesas Correntes	58.270.560	3.518.270	61.788.830
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	57.670.283	3.518.270	61.188.553
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	600.277		600.277
4 - Investimentos	1.844.375		1.844.375
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.357.683		1.357.683
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	273.492		273.492
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	213.200		213.200
26411 - Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais	248.325.227	46.955.225	295.280.452
1 - Pessoal e Encargos Sociais	195.817.848	43.393.661	239.211.509
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	195.817.848	1.000	195.818.848
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		43.392.661	43.392.661
3 - Outras Despesas Correntes	50.870.365	3.561.564	54.431.929
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	49.030.443	3.561.564	52.592.007
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.839.922		1.839.922
4 - Investimentos	1.637.014		1.637.014
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.476.184		1.476.184
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	160.830		160.830
26412 - Instituto Federal do Sul de Minas Gerais	267.434.681	41.558.986	308.993.667
1 - Pessoal e Encargos Sociais	206.177.863	38.462.722	244.640.585
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	206.177.863	1.000	206.178.863
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		38.461.722	38.461.722
3 - Outras Despesas Correntes	56.785.556	3.096.264	59.881.820
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	56.217.206	3.096.264	59.313.470
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	568.350		568.350
4 - Investimentos	4.471.262		4.471.262
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.048.306		1.048.306
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	3.411.974		3.411.974
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	10.982		10.982
26413 - Instituto Federal do Triângulo Mineiro	238.894.585	29.905.020	268.799.605
1 - Pessoal e Encargos Sociais	193.369.415	26.937.195	220.306.610
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	193.369.415	1.000	193.370.415
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		26.936.195	26.936.195
3 - Outras Despesas Correntes	44.670.555	2.967.825	47.638.380
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	43.305.763	2.967.825	46.273.588
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.364.792		1.364.792
4 - Investimentos	854.615		854.615
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	850.683		850.683
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	3.932		3.932
26414 - Instituto Federal do Mato Grosso	442.350.260	63.729.527	506.079.787
1 - Pessoal e Encargos Sociais	344.721.989	60.027.772	404.749.761
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	344.721.989	1.000	344.722.989
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		60.026.772	60.026.772
3 - Outras Despesas Correntes	87.169.456	3.701.755	90.871.211
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	86.936.056	3.701.755	90.637.811
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	226.000		226.000
180 - Recursos Próprios Financeiros	7.400		7.400

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
4 - Investimentos	10.458.815		10.458.815
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	5.905.478		5.905.478
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	3.052.837		3.052.837
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	1.500.500		1.500.500
26415 - Instituto Federal do Mato Grosso do Sul	228.234.746	3.041.605	231.276.351
1 - Pessoal e Encargos Sociais	180.815.041	1.340.221	182.155.262
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	180.815.041	1.000	180.816.041
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.339.221	1.339.221
3 - Outras Despesas Correntes	39.449.293	1.701.384	41.150.677
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	39.449.293	1.701.384	41.150.677
4 - Investimentos	7.970.412		7.970.412
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	7.970.412		7.970.412
26416 - Instituto Federal do Pará	451.613.417	64.332.330	515.945.747
1 - Pessoal e Encargos Sociais	367.688.648	60.308.754	427.997.402
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	367.688.648	1.000	367.689.648
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		60.307.754	60.307.754
3 - Outras Despesas Correntes	81.588.282	4.023.576	85.611.858
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	80.583.555	4.023.576	84.607.131
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.004.727		1.004.727
4 - Investimentos	2.336.487		2.336.487
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.088.564		2.088.564
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	247.923		247.923
26417 - Instituto Federal da Paraíba	531.471.785	93.118.422	624.590.207
1 - Pessoal e Encargos Sociais	434.980.323	87.544.248	522.524.571
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	434.980.323	1.000	434.981.323
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		87.543.248	87.543.248
3 - Outras Despesas Correntes	90.699.603	5.574.174	96.273.777
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	88.104.178	5.574.174	93.678.352
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	2.595.425		2.595.425
4 - Investimentos	5.791.859		5.791.859
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	5.791.859		5.791.859
26418 - Instituto Federal de Pernambuco	520.221.123	119.736.532	639.957.655
1 - Pessoal e Encargos Sociais	428.627.391	113.956.361	542.583.752
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	428.627.391	1.000	428.628.391
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		113.955.361	113.955.361
3 - Outras Despesas Correntes	87.972.459	5.780.171	93.752.630
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	86.464.731	5.780.171	92.244.902
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.507.728		1.507.728
4 - Investimentos	3.621.273		3.621.273
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	3.570.620		3.570.620
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	50.653		50.653
26419 - Instituto Federal do Rio Grande do Sul	482.166.695	36.934.592	519.101.287
1 - Pessoal e Encargos Sociais	400.747.668	32.385.807	433.133.475
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	400.747.668	1.000	400.748.668
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		32.384.807	32.384.807
3 - Outras Despesas Correntes	78.591.991	4.548.785	83.140.776
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	77.200.151	4.548.785	81.748.936
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.391.840		1.391.840
4 - Investimentos	2.827.036		2.827.036
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.480.995		2.480.995
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	341.041		341.041
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	5.000		5.000
26420 - Instituto Federal Farroupilha	324.455.842	21.148.504	345.604.346
1 - Pessoal e Encargos Sociais	259.921.907	18.978.582	278.900.489
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	259.921.907	1.000	259.922.907
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		18.977.582	18.977.582
3 - Outras Despesas Correntes	61.038.575	2.169.922	63.208.497
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	61.038.575	2.169.922	63.208.497
4 - Investimentos	3.495.360		3.495.360
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.213.791		2.213.791
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.281.569		1.281.569
26421 - Instituto Federal de Rondônia	234.414.152	8.204.573	242.618.725
1 - Pessoal e Encargos Sociais	182.625.352	5.962.956	188.588.308
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	182.625.352	1.000	182.626.352
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		5.961.956	5.961.956
3 - Outras Despesas Correntes	51.194.255	2.241.617	53.435.872
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	50.956.147	2.241.617	53.197.764
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	230.409		230.409
180 - Recursos Próprios Financeiros	7.699		7.699
4 - Investimentos	594.545		594.545
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	594.545		594.545
26422 - Instituto Federal Catarinense	393.658.387	29.056.448	422.714.835
1 - Pessoal e Encargos Sociais	315.521.446	25.426.491	340.947.937
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	315.521.446	1.000	315.522.446
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		25.425.491	25.425.491
3 - Outras Despesas Correntes	77.528.891	3.629.957	81.158.848
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	76.706.401	3.629.957	80.336.358
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	822.490		822.490

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
4 - Investimentos	608.050		608.050
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	608.050		608.050
26423 - Instituto Federal de Sergipe	249.840.878	54.125.821	303.966.699
1 - Pessoal e Encargos Sociais	204.391.132	51.400.218	255.791.350
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	204.391.132	1.000	204.392.132
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		51.399.218	51.399.218
3 - Outras Despesas Correntes	43.143.814	2.725.603	45.869.417
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	43.057.803	2.725.603	45.783.406
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	86.011		86.011
4 - Investimentos	2.305.932		2.305.932
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.305.932		2.305.932
26424 - Instituto Federal do Tocantins	256.128.754	7.437.118	263.565.872
1 - Pessoal e Encargos Sociais	206.871.009	4.636.020	211.507.029
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	206.871.009	1.000	206.872.009
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		4.635.020	4.635.020
3 - Outras Despesas Correntes	48.276.717	2.801.098	51.077.815
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	48.125.503	2.801.098	50.926.601
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	151.214		151.214
4 - Investimentos	981.028		981.028
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	981.028		981.028
26425 - Instituto Federal do Acre	130.582.819	1.091.962	131.674.781
1 - Pessoal e Encargos Sociais	103.354.051	609.322	103.963.373
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	103.354.051	1.000	103.355.051
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		608.322	608.322
3 - Outras Despesas Correntes	26.707.613	482.640	27.190.253
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	26.707.613	482.640	27.190.253
4 - Investimentos	521.155		521.155
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	521.155		521.155
26426 - Instituto Federal do Amapá	108.566.048	1.290.915	109.856.963
1 - Pessoal e Encargos Sociais	81.814.769	680.549	82.495.318
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	81.814.769	1.000	81.815.769
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		679.549	679.549
3 - Outras Despesas Correntes	25.441.848	610.366	26.052.214
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	25.415.364	610.366	26.025.730
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	26.484		26.484
4 - Investimentos	1.309.431		1.309.431
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.309.431		1.309.431
26427 - Instituto Federal da Bahia	567.896.953	77.639.700	645.536.653
1 - Pessoal e Encargos Sociais	462.011.872	72.155.329	534.167.201
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	462.011.872	1.000	462.012.872
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		72.154.329	72.154.329
3 - Outras Despesas Correntes	105.363.926	5.484.371	110.848.297
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	102.470.991	5.484.371	107.955.362
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	2.892.935		2.892.935
4 - Investimentos	521.155		521.155
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	521.155		521.155
26428 - Instituto Federal de Brasília	264.478.348	4.356.652	268.835.000
1 - Pessoal e Encargos Sociais	214.122.407	2.629.340	216.751.747
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	214.122.407	1.000	214.123.407
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		2.628.340	2.628.340
3 - Outras Despesas Correntes	48.111.479	1.727.312	49.838.791
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	48.040.079	1.727.312	49.767.391
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	71.400		71.400
4 - Investimentos	2.244.462		2.244.462
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.244.462		2.244.462
26429 - Instituto Federal de Goiás	448.162.639	68.102.253	516.264.892
1 - Pessoal e Encargos Sociais	382.192.112	62.944.556	445.136.668
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	382.192.112	1.000	382.193.112
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		62.943.556	62.943.556
3 - Outras Despesas Correntes	65.449.372	5.157.697	70.607.069
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	65.163.237	5.157.697	70.320.934
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	286.135		286.135
4 - Investimentos	521.155		521.155
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	521.155		521.155
26430 - Instituto Federal do Sertão Pernambucano	196.881.905	15.110.836	211.992.741
1 - Pessoal e Encargos Sociais	159.204.053	12.790.348	171.994.401
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	159.204.053	1.000	159.205.053
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		12.789.348	12.789.348
3 - Outras Despesas Correntes	37.156.697	2.320.488	39.477.185
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	36.897.735	2.320.488	39.218.223
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	258.962		258.962
4 - Investimentos	521.155		521.155
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	521.155		521.155
26431 - Instituto Federal do Piauí	453.823.090	53.403.232	507.226.322
1 - Pessoal e Encargos Sociais	373.025.111	47.470.175	420.495.286
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	373.025.111	1.000	373.026.111
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		47.469.175	47.469.175
3 - Outras Despesas Correntes	79.970.925	5.933.057	85.903.982

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	79.941.336	5.933.057	85.874.393
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	29.589		29.589
4 - Investimentos	827.054		827.054
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	827.054		827.054
26432 - Instituto Federal do Paraná	474.625.287	12.222.040	486.847.327
1 - Pessoal e Encargos Sociais	386.626.039	7.825.401	394.451.440
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	386.626.039	1.000	386.627.039
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		7.824.401	7.824.401
3 - Outras Despesas Correntes	81.542.418	4.396.639	85.939.057
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	79.829.690	4.396.639	84.226.329
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	942.057		942.057
180 - Recursos Próprios Financeiros	22.481		22.481
181 - Recursos de Convênios	748.190		748.190
4 - Investimentos	6.456.830		6.456.830
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	6.456.830		6.456.830
26433 - Instituto Federal do Rio de Janeiro	417.010.475	56.922.569	473.933.044
1 - Pessoal e Encargos Sociais	347.718.811	54.171.649	401.890.460
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	347.718.811	1.000	347.719.811
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		54.170.649	54.170.649
3 - Outras Despesas Correntes	66.304.598	2.750.920	69.055.518
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	62.655.313	2.750.920	65.406.233
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	3.649.285		3.649.285
4 - Investimentos	2.987.066		2.987.066
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.966.953		1.966.953
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.020.113		1.020.113
26434 - Instituto Federal Fluminense	367.819.504	86.119.767	453.939.271
1 - Pessoal e Encargos Sociais	298.796.750	82.282.953	381.079.703
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	298.796.750	1.000	298.797.750
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		82.281.953	82.281.953
3 - Outras Despesas Correntes	66.136.610	3.836.814	69.973.424
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	62.734.980	3.836.814	66.571.794
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	3.401.630		3.401.630
4 - Investimentos	2.886.144		2.886.144
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.850.234		2.850.234
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	35.910		35.910
26435 - Instituto Federal do Rio Grande do Norte	597.168.585	85.468.437	682.637.022
1 - Pessoal e Encargos Sociais	493.618.388	78.185.821	571.804.209
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	493.618.388	1.000	493.619.388
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		78.184.821	78.184.821
3 - Outras Despesas Correntes	97.970.122	7.282.616	105.252.738
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	96.970.122	7.282.616	104.252.738
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.000.000		1.000.000
4 - Investimentos	5.580.075		5.580.075
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	4.021.155		4.021.155
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.558.920		1.558.920
26436 - Instituto Federal Sul-rio-grandense	423.187.619	77.106.953	500.294.572
1 - Pessoal e Encargos Sociais	351.690.573	72.662.524	424.353.097
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	351.690.573	1.000	351.691.573
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		72.661.524	72.661.524
3 - Outras Despesas Correntes	69.560.680	4.444.429	74.005.109
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	69.035.100	4.444.429	73.479.529
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	525.580		525.580
4 - Investimentos	1.936.366		1.936.366
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.410.786		1.410.786
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	525.580		525.580
26437 - Instituto Federal de Roraima	130.037.220	20.609.101	150.646.321
1 - Pessoal e Encargos Sociais	104.095.998	19.341.061	123.437.059
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	104.095.998	1.000	104.096.998
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		19.340.061	19.340.061
3 - Outras Despesas Correntes	24.920.067	1.268.040	26.188.107
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	24.907.702	1.268.040	26.175.742
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	12.365		12.365
4 - Investimentos	1.021.155		1.021.155
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.021.155		1.021.155
26438 - Instituto Federal de Santa Catarina	619.131.201	90.064.587	709.195.788
1 - Pessoal e Encargos Sociais	519.485.942	84.084.298	603.570.240
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	519.485.942	1.000	519.486.942
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		84.083.298	84.083.298
3 - Outras Despesas Correntes	97.137.451	5.980.289	103.117.740
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	96.389.554	5.980.289	102.369.843
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	747.897		747.897
4 - Investimentos	2.507.808		2.507.808
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.507.808		2.507.808
26439 - Instituto Federal de São Paulo	961.292.770	77.593.473	1.038.886.243
1 - Pessoal e Encargos Sociais	793.471.617	69.926.232	863.397.849
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	793.471.617	1.000	793.472.617
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		69.925.232	69.925.232
3 - Outras Despesas Correntes	162.990.516	7.667.241	170.657.757

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	160.868.282	7.667.241	168.535.523
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	2.122.234		2.122.234
4 - Investimentos	4.830.637		4.830.637
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.708.403		2.708.403
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	2.122.234		2.122.234
26440 - Universidade Federal da Fronteira Sul	286.245.057	3.451.585	289.696.642
1 - Pessoal e Encargos Sociais	224.895.958	1.447.146	226.343.104
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	224.895.958	1.000	224.896.958
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.446.146	1.446.146
3 - Outras Despesas Correntes	57.173.599	2.004.439	59.178.038
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	56.374.948	2.004.439	58.379.387
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	236.018		236.018
180 - Recursos Próprios Financeiros	5.033		5.033
181 - Recursos de Convênios	557.600		557.600
4 - Investimentos	4.175.500		4.175.500
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	4.030.000		4.030.000
181 - Recursos de Convênios	145.500		145.500
26441 - Universidade Federal do Oeste do Pará	205.662.100	5.730.398	211.392.498
1 - Pessoal e Encargos Sociais	158.107.205	3.959.149	162.066.354
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	158.107.205	1.000	158.108.205
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		3.958.149	3.958.149
3 - Outras Despesas Correntes	44.554.895	1.771.249	46.326.144
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	43.309.232	1.771.249	45.080.481
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	75.165		75.165
180 - Recursos Próprios Financeiros	71.498		71.498
181 - Recursos de Convênios	1.099.000		1.099.000
4 - Investimentos	3.000.000		3.000.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	3.000.000		3.000.000
26442 - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira	154.538.591	2.046.660	156.585.251
1 - Pessoal e Encargos Sociais	113.187.418	970.462	114.157.880
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	113.187.418	1.000	113.188.418
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		969.462	969.462
3 - Outras Despesas Correntes	38.351.173	1.076.198	39.427.371
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	38.328.893	1.076.198	39.405.091
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	22.280		22.280
4 - Investimentos	3.000.000		3.000.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	3.000.000		3.000.000
26443 - Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares		6.669.384.762	6.669.384.762
1 - Pessoal e Encargos Sociais		5.410.293.054	5.410.293.054
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação		5.410.293.054	5.410.293.054
3 - Outras Despesas Correntes		1.069.094.901	1.069.094.901
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação		966.636.476	966.636.476
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação		97.509.697	97.509.697
180 - Recursos Próprios Financeiros		4.948.728	4.948.728
4 - Investimentos		189.996.807	189.996.807
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação		189.996.807	189.996.807
26444 - Maternidade Victor Ferreira do Amaral		2.000	2.000
1 - Pessoal e Encargos Sociais		2.000	2.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação		1.000	1.000
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.000	1.000
26445 - Hospital Universitário da UNIFESP		333.299.170	333.299.170
1 - Pessoal e Encargos Sociais		300.237.221	300.237.221
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação		300.236.221	300.236.221
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.000	1.000
3 - Outras Despesas Correntes		33.061.949	33.061.949
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação		33.061.949	33.061.949
26447 - Universidade Federal do Oeste da Bahia	115.451.329	1.213.395	116.664.724
1 - Pessoal e Encargos Sociais	87.595.483	555.814	88.151.297
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	87.595.483	1.000	87.596.483
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		554.814	554.814
3 - Outras Despesas Correntes	25.855.846	657.581	26.513.427
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	25.688.561	657.581	26.346.142
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	165.648		165.648
180 - Recursos Próprios Financeiros	1.637		1.637
4 - Investimentos	2.000.000		2.000.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.000.000		2.000.000
26448 - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará	143.477.213	1.384.704	144.861.917
1 - Pessoal e Encargos Sociais	114.926.757	270.958	115.197.715
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	114.926.757	1.000	114.927.757
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		269.958	269.958
3 - Outras Despesas Correntes	24.431.934	1.113.746	25.545.680
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	23.884.709	1.113.746	24.998.455
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	40.930		40.930
180 - Recursos Próprios Financeiros	124.192		124.192
181 - Recursos de Convênios	382.103		382.103
4 - Investimentos	4.118.522		4.118.522
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.500.000		2.500.000
181 - Recursos de Convênios	1.618.522		1.618.522

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
26449 - Universidade Federal do Cariri	125.365.582	1.640.368	127.005.950
1 - Pessoal e Encargos Sociais	94.201.301	563.367	94.764.668
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	94.201.301	1.000	94.202.301
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		562.367	562.367
3 - Outras Despesas Correntes	29.134.281	1.077.001	30.211.282
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	27.959.793	1.077.001	29.036.794
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.174.488		1.174.488
4 - Investimentos	2.030.000		2.030.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.030.000		2.030.000
26450 - Universidade Federal do Sul da Bahia	114.810.325	1.843.407	116.653.732
1 - Pessoal e Encargos Sociais	86.948.223	1.118.935	88.067.158
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	86.948.223	1.000	86.949.223
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.117.935	1.117.935
3 - Outras Despesas Correntes	19.829.086	724.472	20.553.558
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	19.771.311	724.472	20.495.783
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	57.775		57.775
4 - Investimentos	8.033.016		8.033.016
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	8.033.016		8.033.016
26451 - Hospital Universitário da Universidade Federal do Vale do São Francisco		3.000	3.000
1 - Pessoal e Encargos Sociais		3.000	3.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação		2.000	2.000
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.000	1.000
26452 - Universidade Federal de Catalão	105.517.259	905.443	106.422.702
1 - Pessoal e Encargos Sociais	86.320.619	2.000	86.322.619
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	86.320.619	1.000	86.321.619
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.000	1.000
3 - Outras Despesas Correntes	17.098.944	903.443	18.002.387
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	16.856.944	903.443	17.760.387
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	242.000		242.000
4 - Investimentos	2.097.696		2.097.696
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.021.272		2.021.272
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	76.424		76.424
26453 - Universidade Federal de Jataí	108.276.577	1.330.076	109.606.653
1 - Pessoal e Encargos Sociais	85.408.892	264.887	85.673.779
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	85.408.892	1.000	85.409.892
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		263.887	263.887
3 - Outras Despesas Correntes	20.867.685	1.065.189	21.932.874
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	20.737.845	1.065.189	21.803.034
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	129.840		129.840
4 - Investimentos	2.000.000		2.000.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.000.000		2.000.000
26454 - Universidade Federal de Rondonópolis	94.824.447	707.556	95.532.003
1 - Pessoal e Encargos Sociais	75.727.874	86.748	75.814.622
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	75.727.874	1.000	75.728.874
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		85.748	85.748
3 - Outras Despesas Correntes	17.096.573	620.808	17.717.381
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	17.095.024	620.808	17.715.832
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.549		1.549
4 - Investimentos	2.000.000		2.000.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.000.000		2.000.000
26455 - Universidade Federal do Delta do Parnaíba	76.255.559	646.344	76.901.903
1 - Pessoal e Encargos Sociais	56.702.659	46.344	56.749.003
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	56.702.659	1.000	56.703.659
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		45.344	45.344
3 - Outras Despesas Correntes	17.522.900	600.000	18.122.900
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	16.846.100	600.000	17.446.100
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	676.800		676.800
4 - Investimentos	2.030.000		2.030.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.030.000		2.030.000
26456 - Universidade Federal do Agreste de Pernambuco	69.182.381	728.738	69.911.119
1 - Pessoal e Encargos Sociais	53.427.101	128.738	53.555.839
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	53.427.101	1.000	53.428.101
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		127.738	127.738
3 - Outras Despesas Correntes	13.728.471	600.000	14.328.471
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	13.536.786	600.000	14.136.786
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	191.685		191.685
4 - Investimentos	2.026.809		2.026.809
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.026.809		2.026.809
26457 - Universidade Federal do Norte do Tocantins	107.784.344	1.969.821	109.754.165
1 - Pessoal e Encargos Sociais	80.791.884	984.501	81.776.385
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	80.791.884	1.000	80.792.884
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		983.501	983.501
3 - Outras Despesas Correntes	24.910.926	985.320	25.896.246
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	22.625.386	985.320	23.610.706
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	2.285.540		2.285.540
4 - Investimentos	2.081.534		2.081.534
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.000.000		2.000.000
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	81.534		81.534

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
29000 - Defensoria Pública da União	635.540.797	34.021.257	669.562.054
1 - Pessoal e Encargos Sociais	412.552.500	20.631.893	433.184.393
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	412.552.500		412.552.500
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		100.000	100.000
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		20.531.893	20.531.893
3 - Outras Despesas Correntes	218.256.497	13.389.364	231.645.861
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	218.256.497		218.256.497
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		13.389.364	13.389.364
4 - Investimentos	4.731.800		4.731.800
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	4.731.800		4.731.800
29101 - Defensoria Pública da União	635.540.797	34.021.257	669.562.054
1 - Pessoal e Encargos Sociais	412.552.500	20.631.893	433.184.393
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	412.552.500		412.552.500
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		100.000	100.000
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		20.531.893	20.531.893
3 - Outras Despesas Correntes	218.256.497	13.389.364	231.645.861
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	218.256.497		218.256.497
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		13.389.364	13.389.364
4 - Investimentos	4.731.800		4.731.800
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	4.731.800		4.731.800
30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública	13.478.254.197	4.626.553.564	18.104.807.761
1 - Pessoal e Encargos Sociais	7.429.891.391	4.497.653.232	11.927.544.623
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	7.405.216.670		7.405.216.670
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	24.674.721		24.674.721
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		4.497.653.232	4.497.653.232
3 - Outras Despesas Correntes	3.803.368.125	100.252.264	3.903.620.389
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.551.246.940		1.551.246.940
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos	1.085.858.275		1.085.858.275
139 - Alienação de Bens Apreendidos	13.692.618		13.692.618
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	69.468.901		69.468.901
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		100.252.264	100.252.264
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	967.646.801		967.646.801
Processos Judiciais			
180 - Recursos Próprios Financeiros	95.166.393		95.166.393
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	20.288.197		20.288.197
4 - Investimentos	1.677.890.393		1.677.890.393
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	255.055.370		255.055.370
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos	1.018.291.748		1.018.291.748
139 - Alienação de Bens Apreendidos	14.955.450		14.955.450
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	24.231.303		24.231.303
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	284.240.260		284.240.260
Processos Judiciais			
180 - Recursos Próprios Financeiros	79.116.262		79.116.262
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	2.000.000		2.000.000
5 - Inversões Financeiras	4.900.000		4.900.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	4.900.000		4.900.000
9 - Reserva de Contingência	562.204.288	28.648.068	590.852.356
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos	398.329		398.329
139 - Alienação de Bens Apreendidos		28.648.068	28.648.068
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	27.088.986		27.088.986
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	462.821.318		462.821.318
Processos Judiciais			
180 - Recursos Próprios Financeiros	71.895.655		71.895.655
30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta	593.370.642	130.304.415	723.675.057
1 - Pessoal e Encargos Sociais	342.714.971	124.437.975	467.152.946
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	342.714.971		342.714.971
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		124.437.975	124.437.975
3 - Outras Despesas Correntes	224.211.834	5.866.440	230.078.274
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	221.140.055		221.140.055
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		5.866.440	5.866.440
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	3.071.779		3.071.779
Processos Judiciais			
4 - Investimentos	26.443.837		26.443.837
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	26.443.837		26.443.837
30103 - Arquivo Nacional	97.703.638	19.086.241	116.789.879
1 - Pessoal e Encargos Sociais	63.271.357	18.230.926	81.502.283
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	63.271.357		63.271.357
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		18.230.926	18.230.926
3 - Outras Despesas Correntes	30.961.218	855.315	31.816.533
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	30.946.834		30.946.834
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	14.384		14.384
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		855.315	855.315
4 - Investimentos	3.471.063		3.471.063
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	3.471.063		3.471.063
30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal	3.834.485.838	1.825.658.192	5.660.144.030
1 - Pessoal e Encargos Sociais	2.627.532.173	1.781.586.000	4.409.118.173
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.602.857.452		2.602.857.452
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	24.674.721		24.674.721

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.781.586.000	1.781.586.000
3 - Outras Despesas Correntes	816.689.918	44.072.192	860.762.110
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	136.464.549		136.464.549
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		44.072.192	44.072.192
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	680.225.369		680.225.369
4 - Investimentos	169.774.631		169.774.631
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	169.774.631		169.774.631
9 - Reserva de Contingência	220.489.116		220.489.116
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	220.489.116		220.489.116
30108 - Departamento de Polícia Federal	5.692.501.724	2.425.765.545	8.118.267.269
1 - Pessoal e Encargos Sociais	4.162.819.785	2.380.800.694	6.543.620.479
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	4.162.819.785		4.162.819.785
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		2.380.800.694	2.380.800.694
3 - Outras Despesas Correntes	1.234.751.939	44.964.851	1.279.716.790
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	970.950.179		970.950.179
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.186.746		1.186.746
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		44.964.851	44.964.851
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	242.326.817		242.326.817
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	20.288.197		20.288.197
4 - Investimentos	294.930.000		294.930.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	205.283.273		205.283.273
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	61.650.000		61.650.000
180 - Recursos Próprios Financeiros	25.996.727		25.996.727
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	2.000.000		2.000.000
30202 - Fundação Nacional do Índio - FUNAI	433.098.758	196.185.470	629.284.228
1 - Pessoal e Encargos Sociais	220.195.574	191.844.756	412.040.330
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	220.195.574		220.195.574
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		191.844.756	191.844.756
3 - Outras Despesas Correntes	190.082.703	4.340.714	194.423.417
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	189.706.960		189.706.960
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	375.743		375.743
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		4.340.714	4.340.714
4 - Investimentos	17.920.481		17.920.481
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	17.813.588		17.813.588
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	106.893		106.893
5 - Inversões Financeiras	4.900.000		4.900.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	4.900.000		4.900.000
30211 - Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade(**)	56.917.214	905.633	57.822.847
1 - Pessoal e Encargos Sociais	13.357.531	752.881	14.110.412
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	13.357.531		13.357.531
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		752.881	752.881
3 - Outras Despesas Correntes	35.313.251	152.752	35.466.003
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.038.363		2.038.363
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	33.274.888		33.274.888
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		152.752	152.752
4 - Investimentos	8.246.432		8.246.432
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.043.609		2.043.609
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	6.202.823		6.202.823
30905 - Fundo de Defesa de Direitos Difusos	383.652.083		383.652.083
3 - Outras Despesas Correntes	17.184.371		17.184.371
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	17.184.371		17.184.371
4 - Investimentos	52.815.629		52.815.629
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	52.815.629		52.815.629
9 - Reserva de Contingência	313.652.083		313.652.083
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos	398.329		398.329
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	8.167.400		8.167.400
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	241.760.152		241.760.152
180 - Recursos Próprios Financeiros	63.326.202		63.326.202
30907 - Fundo Penitenciário Nacional	322.682.257		322.682.257
3 - Outras Despesas Correntes	194.763.603		194.763.603
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos	130.047.624		130.047.624
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	33.617.140		33.617.140
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	17.919.165		17.919.165
180 - Recursos Próprios Financeiros	13.179.674		13.179.674
4 - Investimentos	127.918.654		127.918.654
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos	76.922.082		76.922.082
180 - Recursos Próprios Financeiros	50.996.572		50.996.572
30911 - Fundo Nacional de Segurança Pública	1.968.581.926		1.968.581.926
3 - Outras Despesas Correntes	1.027.212.260		1.027.212.260
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos	955.810.651		955.810.651

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/OU	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	1.919.300		1.919.300
180 - Recursos Próprios Financeiros	69.482.309		69.482.309
4 - Investimentos	941.369.666		941.369.666
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos	941.369.666		941.369.666
30912 - Fundo Nacional Antidrogas	95.260.117	28.648.068	123.908.185
3 - Outras Despesas Correntes	32.197.028		32.197.028
139 - Alienação de Bens Apreendidos	13.692.618		13.692.618
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.000.000		1.000.000
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	5.000.000		5.000.000
180 - Recursos Próprios Financeiros	12.504.410		12.504.410
4 - Investimentos	35.000.000		35.000.000
139 - Alienação de Bens Apreendidos	14.955.450		14.955.450
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	17.921.587		17.921.587
180 - Recursos Próprios Financeiros	2.122.963		2.122.963
9 - Reserva de Contingência	28.063.089	28.648.068	56.711.157
139 - Alienação de Bens Apreendidos		28.648.068	28.648.068
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	18.921.586		18.921.586
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	572.050		572.050
180 - Recursos Próprios Financeiros	8.569.453		8.569.453
32000 - Ministério de Minas e Energia	8.311.152.013	274.690.701	8.585.842.714
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.650.051.762	192.690.715	1.842.742.477
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.096.556.079		1.096.556.079
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	207.286.343		207.286.343
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		192.690.715	192.690.715
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	346.209.340		346.209.340
3 - Outras Despesas Correntes	2.734.523.781	81.999.986	2.816.523.767
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	193.952.194		193.952.194
134 - Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	79.606.120		79.606.120
141 - Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	74.207.553		74.207.553
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	107.868.228		107.868.228
148 - Operações de Crédito Externas - em Moeda	16.100.000		16.100.000
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	722.181.955	15.867.037	738.048.992
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		66.132.949	66.132.949
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	148.033.963		148.033.963
180 - Recursos Próprios Financeiros	10.800.000		10.800.000
181 - Recursos de Convênios	1.500.000		1.500.000
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	1.380.273.768		1.380.273.768
4 - Investimentos	108.809.076		108.809.076
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	3.038.580		3.038.580
134 - Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	10.181.825		10.181.825
141 - Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	5.000.002		5.000.002
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	14.074.290		14.074.290
148 - Operações de Crédito Externas - em Moeda	5.000.000		5.000.000
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	62.514.112		62.514.112
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	9.000.267		9.000.267
9 - Reserva de Contingência	3.817.767.394		3.817.767.394
129 - Recursos de Concessões e Permissões	553.976.295		553.976.295
141 - Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	508.604.215		508.604.215
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	1.615.734.305		1.615.734.305
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	483.917.972		483.917.972
170 - Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	22.423.608		22.423.608
172 - Outras Contribuições Econômicas	264.875.916		264.875.916
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	368.235.083		368.235.083
32101 - Ministério de Minas e Energia - Administração Direta	786.494.490	98.232.511	884.727.001
1 - Pessoal e Encargos Sociais	84.648.666	95.490.823	180.139.489
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	84.648.666		84.648.666
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		95.490.823	95.490.823
3 - Outras Despesas Correntes	138.452.277	2.741.688	141.193.965
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	42.746.157		42.746.157
134 - Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	79.606.120		79.606.120
148 - Operações de Crédito Externas - em Moeda	16.100.000		16.100.000
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		2.741.688	2.741.688
4 - Investimentos	15.442.500		15.442.500
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	260.675		260.675
134 - Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	10.181.825		10.181.825
148 - Operações de Crédito Externas - em Moeda	5.000.000		5.000.000
9 - Reserva de Contingência	547.951.047		547.951.047
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	260.651.523		260.651.523
170 - Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	22.423.608		22.423.608

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
<i>172 - Outras Contribuições Econômicas</i>	264.875.916		264.875.916
32202 - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM	629.343.925	26.911.975	656.255.900
1 - Pessoal e Encargos Sociais	345.463.503		345.463.503
<i>100 - Recursos Primários de Livre Aplicação</i>	345.463.503		345.463.503
3 - Outras Despesas Correntes	131.097.127	26.911.975	158.009.102
<i>100 - Recursos Primários de Livre Aplicação</i>	19.921.417		19.921.417
<i>142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos</i>	107.868.228		107.868.228
<i>150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação</i>	1.807.482		1.807.482
<i>151 - Recursos Livres da Seguridade Social</i>		26.911.975	26.911.975
<i>181 - Recursos de Convênios</i>	1.500.000		1.500.000
4 - Investimentos	14.074.290		14.074.290
<i>142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos</i>	14.074.290		14.074.290
9 - Reserva de Contingência	138.709.005		138.709.005
<i>142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos</i>	138.709.005		138.709.005
32265 - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP(*)	1.971.265.093	20.362.512	1.991.627.605
1 - Pessoal e Encargos Sociais	228.437.545	18.201.000	246.638.545
<i>100 - Recursos Primários de Livre Aplicação</i>	56.172.366		56.172.366
<i>151 - Recursos Livres da Seguridade Social</i>		18.201.000	18.201.000
<i>174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais</i>	172.265.179		172.265.179
3 - Outras Despesas Correntes	159.394.760	2.161.512	161.556.272
<i>100 - Recursos Primários de Livre Aplicação</i>	1.283.158		1.283.158
<i>150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação</i>	151.815.888		151.815.888
<i>151 - Recursos Livres da Seguridade Social</i>		2.161.512	2.161.512
<i>174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais</i>	6.295.714		6.295.714
4 - Investimentos	8.894.112		8.894.112
<i>150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação</i>	8.894.112		8.894.112
9 - Reserva de Contingência	1.574.538.676		1.574.538.676
<i>129 - Recursos de Concessões e Permissões</i>	314.931.216		314.931.216
<i>142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos</i>	1.216.373.777		1.216.373.777
<i>150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação</i>	35.243.208		35.243.208
<i>174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais</i>	7.990.475		7.990.475
32266 - Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL(*)	2.074.777.541	6.945.865	2.081.723.406
1 - Pessoal e Encargos Sociais	182.478.866	5.526.000	188.004.866
<i>100 - Recursos Primários de Livre Aplicação</i>	44.659.718		44.659.718
<i>151 - Recursos Livres da Seguridade Social</i>		5.526.000	5.526.000
<i>174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais</i>	137.819.148		137.819.148
3 - Outras Despesas Correntes	1.523.052.616	1.419.865	1.524.472.481
<i>100 - Recursos Primários de Livre Aplicação</i>	1.040.599		1.040.599
<i>151 - Recursos Livres da Seguridade Social</i>		1.419.865	1.419.865
<i>174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais</i>	141.738.249		141.738.249
<i>186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas</i>	1.380.273.768		1.380.273.768
4 - Investimentos	9.000.267		9.000.267
<i>174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais</i>	9.000.267		9.000.267
9 - Reserva de Contingência	360.245.792		360.245.792
<i>150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação</i>	1.184		1.184
<i>174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais</i>	360.244.608		360.244.608
32314 - Empresa de Pesquisa Energética - EPE	130.848.639	1.722.364	132.571.003
1 - Pessoal e Encargos Sociais	84.797.919		84.797.919
<i>100 - Recursos Primários de Livre Aplicação</i>	84.797.919		84.797.919
3 - Outras Despesas Correntes	45.272.815	1.722.364	46.995.179
<i>100 - Recursos Primários de Livre Aplicação</i>	39.872.815		39.872.815
<i>150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação</i>	5.400.000		5.400.000
<i>151 - Recursos Livres da Seguridade Social</i>		1.722.364	1.722.364
4 - Investimentos	777.905		777.905
<i>100 - Recursos Primários de Livre Aplicação</i>	777.905		777.905
32396 - Agência Nacional de Mineração - ANM(*)	1.058.324.899	76.748.641	1.135.073.540
1 - Pessoal e Encargos Sociais	220.547.635	73.472.892	294.020.527
<i>100 - Recursos Primários de Livre Aplicação</i>	184.422.622		184.422.622
<i>151 - Recursos Livres da Seguridade Social</i>		73.472.892	73.472.892
<i>174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais</i>	36.125.013		36.125.013
3 - Outras Despesas Correntes	85.049.751	3.275.749	88.325.500
<i>100 - Recursos Primários de Livre Aplicação</i>	10.842.198		10.842.198
<i>141 - Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais</i>	74.207.553		74.207.553
<i>151 - Recursos Livres da Seguridade Social</i>		3.275.749	3.275.749
4 - Investimentos	5.000.002		5.000.002
<i>141 - Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais</i>	5.000.002		5.000.002
9 - Reserva de Contingência	747.727.511		747.727.511
<i>129 - Recursos de Concessões e Permissões</i>	239.045.079		239.045.079

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
141 - Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	508.604.215		508.604.215
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	78.217		78.217
32397 - Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB	1.320.645.836	21.022.111	1.341.667.947
1 - Pessoal e Encargos Sociais	268.218.605		268.218.605
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	60.932.262		60.932.262
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	207.286.343		207.286.343
3 - Outras Despesas Correntes	555.211.868	21.022.111	576.233.979
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	4.414.811		4.414.811
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	539.997.057	15.867.037	555.864.094
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		5.155.074	5.155.074
180 - Recursos Próprios Financeiros	10.800.000		10.800.000
4 - Investimentos	48.620.000		48.620.000
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	48.620.000		48.620.000
9 - Reserva de Contingência	448.595.363		448.595.363
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	448.595.363		448.595.363
32398 - Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP	339.451.590	22.744.722	362.196.312
1 - Pessoal e Encargos Sociais	235.459.023		235.459.023
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	235.459.023		235.459.023
3 - Outras Despesas Correntes	96.992.567	22.744.722	119.737.289
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	73.831.039		73.831.039
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	23.161.528		23.161.528
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		22.744.722	22.744.722
4 - Investimentos	7.000.000		7.000.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.000.000		2.000.000
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	5.000.000		5.000.000
35000 - Ministério das Relações Exteriores	4.148.115.322	591.924.960	4.740.040.282
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.376.741.707	401.754.273	1.778.495.980
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.376.741.707		1.376.741.707
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		401.754.273	401.754.273
3 - Outras Despesas Correntes	2.654.353.197	190.170.687	2.844.523.884
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.534.267.599		2.534.267.599
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	4.191.455		4.191.455
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		190.170.687	190.170.687
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	115.894.143		115.894.143
4 - Investimentos	117.020.418		117.020.418
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	113.989.344		113.989.344
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	3.031.074		3.031.074
35101 - Ministério das Relações Exteriores - Administração Direta	4.134.820.431	590.505.439	4.725.325.870
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.369.624.680	400.423.932	1.770.048.612
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.369.624.680		1.369.624.680
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		400.423.932	400.423.932
3 - Outras Despesas Correntes	2.648.275.333	190.081.507	2.838.356.840
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.528.217.824		2.528.217.824
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	4.163.366		4.163.366
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		190.081.507	190.081.507
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	115.894.143		115.894.143
4 - Investimentos	116.920.418		116.920.418
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	113.889.344		113.889.344
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	3.031.074		3.031.074
35201 - Fundação Alexandre de Gusmão	13.294.891	1.419.521	14.714.412
1 - Pessoal e Encargos Sociais	7.117.027	1.330.341	8.447.368
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	7.117.027		7.117.027
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.330.341	1.330.341
3 - Outras Despesas Correntes	6.077.864	89.180	6.167.044
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	6.049.775		6.049.775
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	28.089		28.089
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		89.180	89.180
4 - Investimentos	100.000		100.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	100.000		100.000
36000 - Ministério da Saúde		147.458.466.708	147.458.466.708
1 - Pessoal e Encargos Sociais		19.268.349.340	19.268.349.340
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		10.492.188.163	10.492.188.163
153 - Recursos Destinados às Atividades-Fins da Seguridade Social		8.396.105.500	8.396.105.500
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais		380.055.677	380.055.677
3 - Outras Despesas Correntes		117.899.396.353	117.899.396.353
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos		5.916.163	5.916.163
136 - Recursos Vinculados a Aplicações em Outras Políticas Públicas		954.987.399	954.987.399
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos		949.986.656	949.986.656
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação		267.204.371	267.204.371
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.051.822.835	1.051.822.835
153 - Recursos Destinados às Atividades-Fins da Seguridade Social		114.359.681.048	114.359.681.048
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais		290.945.229	290.945.229

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
180 - Recursos Próprios Financeiros		18.252.652	18.252.652
181 - Recursos de Convênios		600.000	600.000
4 - Investimentos		2.142.084.525	2.142.084.525
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		47.217.067	47.217.067
153 - Recursos Destinados às Atividades-Fins da Seguridade Social		2.077.176.826	2.077.176.826
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público		490.632	490.632
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de		17.200.000	17.200.000
Processos Judiciais			
9 - Reserva de Contingência		8.148.636.490	8.148.636.490
153 - Recursos Destinados às Atividades-Fins da Seguridade Social		8.112.689.440	8.112.689.440
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de		35.947.050	35.947.050
Processos Judiciais			
36201 - Fundação Oswaldo Cruz		5.446.089.334	5.446.089.334
1 - Pessoal e Encargos Sociais		1.497.067.078	1.497.067.078
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		360.519.639	360.519.639
153 - Recursos Destinados às Atividades-Fins da Seguridade Social		1.136.547.439	1.136.547.439
3 - Outras Despesas Correntes		3.488.250.256	3.488.250.256
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação		4.594.526	4.594.526
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		129.878.660	129.878.660
153 - Recursos Destinados às Atividades-Fins da Seguridade Social		3.352.581.317	3.352.581.317
180 - Recursos Próprios Financeiros		595.753	595.753
181 - Recursos de Convênios		600.000	600.000
4 - Investimentos		460.772.000	460.772.000
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		9.781.732	9.781.732
153 - Recursos Destinados às Atividades-Fins da Seguridade Social		450.772.000	450.772.000
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público		218.268	218.268
36210 - Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. - CONCEIÇÃO		1.566.962.483	1.566.962.483
1 - Pessoal e Encargos Sociais		1.167.779.310	1.167.779.310
153 - Recursos Destinados às Atividades-Fins da Seguridade Social		1.167.779.310	1.167.779.310
3 - Outras Despesas Correntes		382.994.245	382.994.245
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação		11.314.978	11.314.978
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.368.340	1.368.340
153 - Recursos Destinados às Atividades-Fins da Seguridade Social		368.508.431	368.508.431
180 - Recursos Próprios Financeiros		1.802.496	1.802.496
4 - Investimentos		16.188.928	16.188.928
153 - Recursos Destinados às Atividades-Fins da Seguridade Social		16.188.928	16.188.928
36211 - Fundação Nacional de Saúde		3.064.911.449	3.064.911.449
1 - Pessoal e Encargos Sociais		2.263.577.902	2.263.577.902
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.519.097.163	1.519.097.163
153 - Recursos Destinados às Atividades-Fins da Seguridade Social		744.480.739	744.480.739
3 - Outras Despesas Correntes		326.078.547	326.078.547
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação		49.400	49.400
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		150.240.481	150.240.481
153 - Recursos Destinados às Atividades-Fins da Seguridade Social		172.975.666	172.975.666
180 - Recursos Próprios Financeiros		2.813.000	2.813.000
4 - Investimentos		475.255.000	475.255.000
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.727.636	1.727.636
153 - Recursos Destinados às Atividades-Fins da Seguridade Social		473.255.000	473.255.000
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público		272.364	272.364
36212 - Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA(*)		822.174.010	822.174.010
1 - Pessoal e Encargos Sociais		610.268.196	610.268.196
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		174.316.466	174.316.466
153 - Recursos Destinados às Atividades-Fins da Seguridade Social		247.387.632	247.387.632
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de		188.564.098	188.564.098
Processos Judiciais			
3 - Outras Despesas Correntes		194.905.814	194.905.814
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação		2.215	2.215
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		5.046.097	5.046.097
153 - Recursos Destinados às Atividades-Fins da Seguridade Social		11.195.717	11.195.717
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de		175.915.508	175.915.508
Processos Judiciais			
180 - Recursos Próprios Financeiros		2.746.277	2.746.277
4 - Investimentos		17.000.000	17.000.000
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de		17.000.000	17.000.000
Processos Judiciais			
36213 - Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS(*)		467.966.537	467.966.537
1 - Pessoal e Encargos Sociais		192.413.142	192.413.142
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		921.563	921.563
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de		191.491.579	191.491.579
Processos Judiciais			
3 - Outras Despesas Correntes		239.406.345	239.406.345
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação		21.625	21.625
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		123.059.873	123.059.873
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de		115.029.721	115.029.721
Processos Judiciais			
180 - Recursos Próprios Financeiros		1.295.126	1.295.126
4 - Investimentos		200.000	200.000
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de		200.000	200.000
Processos Judiciais			

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
9 - Reserva de Contingência		35.947.050	35.947.050
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais		35.947.050	35.947.050
36901 - Fundo Nacional de Saúde		136.090.362.895	136.090.362.895
1 - Pessoal e Encargos Sociais		13.537.243.712	13.537.243.712
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		8.437.333.332	8.437.333.332
153 - Recursos Destinados às Atividades-Fins da Seguridade Social		5.099.910.380	5.099.910.380
3 - Outras Despesas Correntes		113.267.761.146	113.267.761.146
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos		5.916.163	5.916.163
136 - Recursos Vinculados a Aplicações em Outras Políticas Públicas		954.987.399	954.987.399
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos		949.986.656	949.986.656
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação		251.221.627	251.221.627
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		642.229.384	642.229.384
153 - Recursos Destinados às Atividades-Fins da Seguridade Social		110.454.419.917	110.454.419.917
180 - Recursos Próprios Financeiros		9.000.000	9.000.000
4 - Investimentos		1.172.668.597	1.172.668.597
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		35.707.699	35.707.699
153 - Recursos Destinados às Atividades-Fins da Seguridade Social		1.136.960.898	1.136.960.898
9 - Reserva de Contingência		8.112.689.440	8.112.689.440
153 - Recursos Destinados às Atividades-Fins da Seguridade Social		8.112.689.440	8.112.689.440
37000 - Controladoria-Geral da União	930.062.889	250.012.108	1.180.074.997
1 - Pessoal e Encargos Sociais	781.375.636	244.647.259	1.026.022.895
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	781.375.636		781.375.636
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		244.647.259	244.647.259
3 - Outras Despesas Correntes	138.988.065	5.364.849	144.352.914
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	134.068.065		134.068.065
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	4.920.000		4.920.000
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		5.364.849	5.364.849
4 - Investimentos	9.699.188		9.699.188
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	9.699.188		9.699.188
37101 - Controladoria-Geral da União - Administração Direta	930.062.889	250.012.108	1.180.074.997
1 - Pessoal e Encargos Sociais	781.375.636	244.647.259	1.026.022.895
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	781.375.636		781.375.636
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		244.647.259	244.647.259
3 - Outras Despesas Correntes	138.988.065	5.364.849	144.352.914
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	134.068.065		134.068.065
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	4.920.000		4.920.000
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		5.364.849	5.364.849
4 - Investimentos	9.699.188		9.699.188
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	9.699.188		9.699.188
39000 - Ministério da Infraestrutura	13.690.312.449	3.131.396.545	16.821.708.994
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.563.886.068	3.076.001.638	4.639.887.706
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.327.776.465		1.327.776.465
129 - Recursos de Concessões e Permissões	226.583.757		226.583.757
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	364.341		364.341
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		3.076.001.638	3.076.001.638
180 - Recursos Próprios Financeiros	9.161.505		9.161.505
3 - Outras Despesas Correntes	1.940.178.874	55.394.907	1.995.573.781
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.106.433.954		1.106.433.954
111 - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Combustíveis	17.145.000		17.145.000
129 - Recursos de Concessões e Permissões	150.598.913		150.598.913
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	207.336.246		207.336.246
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		55.394.907	55.394.907
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	337.114.858		337.114.858
176 - Outras Contribuições Sociais	2.940.000		2.940.000
180 - Recursos Próprios Financeiros	115.184.903		115.184.903
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	3.425.000		3.425.000
4 - Investimentos	5.230.376.839		5.230.376.839
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	4.099.235.201		4.099.235.201
111 - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Combustíveis	757.968.392		757.968.392
129 - Recursos de Concessões e Permissões	12.170.331		12.170.331
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	6.702.243		6.702.243
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	131.066		131.066
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	240.800.980		240.800.980
180 - Recursos Próprios Financeiros	108.148.626		108.148.626
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	5.220.000		5.220.000
5 - Inversões Financeiras	10.878.337		10.878.337
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	10.878.337		10.878.337
9 - Reserva de Contingência	4.944.992.331		4.944.992.331
129 - Recursos de Concessões e Permissões	2.618.892.674		2.618.892.674
136 - Recursos Vinculados a Aplicações em Outras Políticas Públicas	332.607.532		332.607.532
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	156.885.216		156.885.216
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	431.747.256		431.747.256
176 - Outras Contribuições Sociais	144.384.156		144.384.156
180 - Recursos Próprios Financeiros	1.253.301.173		1.253.301.173

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
<i>186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas</i>	7.174.324		7.174.324
39101 - Ministério da Infraestrutura - Administração Direta	789.614.890	2.820.032.968	3.609.647.858
1 - Pessoal e Encargos Sociais	171.407.990	2.795.203.436	2.966.611.426
<i>100 - Recursos Primários de Livre Aplicação</i>	171.178.141		171.178.141
<i>129 - Recursos de Concessões e Permissões</i>	229.849		229.849
<i>151 - Recursos Livres da Seguridade Social</i>		2.795.203.436	2.795.203.436
3 - Outras Despesas Correntes	281.888.932	24.829.532	306.718.464
<i>100 - Recursos Primários de Livre Aplicação</i>	281.433.720		281.433.720
<i>129 - Recursos de Concessões e Permissões</i>	455.212		455.212
<i>151 - Recursos Livres da Seguridade Social</i>		24.829.532	24.829.532
4 - Investimentos	3.710.436		3.710.436
<i>100 - Recursos Primários de Livre Aplicação</i>	3.710.436		3.710.436
9 - Reserva de Contingência	332.607.532		332.607.532
<i>136 - Recursos Vinculados a Aplicações em Outras Políticas Públicas</i>	332.607.532		332.607.532
39207 - VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.	679.493.835	6.703.574	686.197.409
1 - Pessoal e Encargos Sociais	116.580.060		116.580.060
<i>100 - Recursos Primários de Livre Aplicação</i>	116.580.060		116.580.060
3 - Outras Despesas Correntes	55.662.839	6.703.574	62.366.413
<i>100 - Recursos Primários de Livre Aplicação</i>	52.430.785		52.430.785
<i>150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação</i>	3.232.054		3.232.054
<i>151 - Recursos Livres da Seguridade Social</i>		6.703.574	6.703.574
4 - Investimentos	507.250.936		507.250.936
<i>100 - Recursos Primários de Livre Aplicação</i>	507.250.936		507.250.936
39250 - Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT(*)	872.969.325	25.801.707	898.771.032
1 - Pessoal e Encargos Sociais	237.484.909	23.094.226	260.579.135
<i>100 - Recursos Primários de Livre Aplicação</i>	79.161.636		79.161.636
<i>129 - Recursos de Concessões e Permissões</i>	158.323.273		158.323.273
<i>151 - Recursos Livres da Seguridade Social</i>		23.094.226	23.094.226
3 - Outras Despesas Correntes	332.330.386	2.707.481	335.037.867
<i>100 - Recursos Primários de Livre Aplicação</i>	5.247.008		5.247.008
<i>129 - Recursos de Concessões e Permissões</i>	111.679.311		111.679.311
<i>150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação</i>	157.112.238		157.112.238
<i>151 - Recursos Livres da Seguridade Social</i>		2.707.481	2.707.481
<i>174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais</i>	54.866.829		54.866.829
<i>186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas</i>	3.425.000		3.425.000
4 - Investimentos	18.357.458		18.357.458
<i>129 - Recursos de Concessões e Permissões</i>	6.970.331		6.970.331
<i>150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação</i>	410.850		410.850
<i>174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais</i>	5.756.277		5.756.277
<i>186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas</i>	5.220.000		5.220.000
9 - Reserva de Contingência	284.796.572		284.796.572
<i>129 - Recursos de Concessões e Permissões</i>	116.827.085		116.827.085
<i>150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação</i>	121.946.012		121.946.012
<i>174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais</i>	38.849.151		38.849.151
<i>186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas</i>	7.174.324		7.174.324
39251 - Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ(*)	201.591.842	9.699.218	211.291.060
1 - Pessoal e Encargos Sociais	102.349.500	8.833.044	111.182.544
<i>100 - Recursos Primários de Livre Aplicação</i>	34.318.865		34.318.865
<i>129 - Recursos de Concessões e Permissões</i>	68.030.635		68.030.635
<i>151 - Recursos Livres da Seguridade Social</i>		8.833.044	8.833.044
3 - Outras Despesas Correntes	39.896.364	866.174	40.762.538
<i>100 - Recursos Primários de Livre Aplicação</i>	813.974		813.974
<i>129 - Recursos de Concessões e Permissões</i>	36.464.390		36.464.390
<i>151 - Recursos Livres da Seguridade Social</i>		866.174	866.174
<i>174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais</i>	2.618.000		2.618.000
4 - Investimentos	5.200.000		5.200.000
<i>129 - Recursos de Concessões e Permissões</i>	5.200.000		5.200.000
9 - Reserva de Contingência	54.145.978		54.145.978
<i>129 - Recursos de Concessões e Permissões</i>	45.681.975		45.681.975
<i>174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais</i>	8.464.003		8.464.003
39252 - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT	6.080.235.574	239.988.587	6.320.224.161
1 - Pessoal e Encargos Sociais	539.745.442	222.869.932	762.615.374
<i>100 - Recursos Primários de Livre Aplicação</i>	539.745.442		539.745.442
<i>151 - Recursos Livres da Seguridade Social</i>		222.869.932	222.869.932
3 - Outras Despesas Correntes	971.204.820	17.118.655	988.323.475
<i>100 - Recursos Primários de Livre Aplicação</i>	733.567.866		733.567.866
<i>111 - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Combustíveis</i>	17.145.000		17.145.000
<i>150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação</i>	42.991.954		42.991.954
<i>151 - Recursos Livres da Seguridade Social</i>		17.118.655	17.118.655
<i>174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais</i>	177.500.000		177.500.000
4 - Investimentos	4.558.406.975		4.558.406.975
<i>100 - Recursos Primários de Livre Aplicação</i>	3.559.672.742		3.559.672.742
<i>111 - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Combustíveis</i>	757.968.392		757.968.392

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	5.590.072		5.590.072
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	131.066		131.066
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	235.044.703		235.044.703
Processos Judiciais			
5 - Inversões Financeiras	10.878.337		10.878.337
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	10.878.337		10.878.337
39253 - Empresa de Planejamento e Logística S.A. - EPL	84.334.337	376.457	84.710.794
1 - Pessoal e Encargos Sociais	32.000.642		32.000.642
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	32.000.642		32.000.642
3 - Outras Despesas Correntes	22.587.743	376.457	22.964.200
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	22.587.743		22.587.743
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		376.457	376.457
4 - Investimentos	29.745.952		29.745.952
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	28.601.087		28.601.087
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	701.321		701.321
180 - Recursos Próprios Financeiros	443.544		443.544
39254 - Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC(*)	671.247.659	28.794.034	700.041.693
1 - Pessoal e Encargos Sociais	364.317.525	26.001.000	390.318.525
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	354.791.679		354.791.679
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	364.341		364.341
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		26.001.000	26.001.000
180 - Recursos Próprios Financeiros	9.161.505		9.161.505
3 - Outras Despesas Correntes	129.155.034	2.793.034	131.948.068
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	10.352.858		10.352.858
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		2.793.034	2.793.034
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	28.870.029		28.870.029
Processos Judiciais			
176 - Outras Contribuições Sociais	2.940.000		2.940.000
180 - Recursos Próprios Financeiros	86.992.147		86.992.147
4 - Investimentos	10.805.082		10.805.082
180 - Recursos Próprios Financeiros	10.805.082		10.805.082
9 - Reserva de Contingência	166.970.018		166.970.018
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	22.585.862		22.585.862
Processos Judiciais			
176 - Outras Contribuições Sociais	144.384.156		144.384.156
39901 - Fundo da Marinha Mercante - FMM	8.890.401		8.890.401
3 - Outras Despesas Correntes	8.788.955		8.788.955
180 - Recursos Próprios Financeiros	8.788.955		8.788.955
4 - Investimentos	100.000		100.000
180 - Recursos Próprios Financeiros	100.000		100.000
9 - Reserva de Contingência	1.446		1.446
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.446		1.446
39902 - Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC	3.656.702.250		3.656.702.250
3 - Outras Despesas Correntes	21.403.801		21.403.801
129 - Recursos de Concessões e Permissões	2.000.000		2.000.000
180 - Recursos Próprios Financeiros	19.403.801		19.403.801
4 - Investimentos	96.800.000		96.800.000
180 - Recursos Próprios Financeiros	96.800.000		96.800.000
9 - Reserva de Contingência	3.538.498.449		3.538.498.449
129 - Recursos de Concessões e Permissões	2.456.383.614		2.456.383.614
180 - Recursos Próprios Financeiros	1.082.114.835		1.082.114.835
39905 - Fundo Nacional de Segurança e Educação do Trânsito - FUNSET	645.232.336		645.232.336
3 - Outras Despesas Correntes	77.260.000		77.260.000
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	4.000.000		4.000.000
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	73.260.000		73.260.000
Processos Judiciais			
9 - Reserva de Contingência	567.972.336		567.972.336
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	34.937.758		34.937.758
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	361.848.240		361.848.240
Processos Judiciais			
180 - Recursos Próprios Financeiros	171.186.338		171.186.338
40000 - Ministério do Trabalho e Previdência	26.878.344.520	843.720.365.870	870.598.710.390
1 - Pessoal e Encargos Sociais	2.561.597.582	11.035.681.987	13.597.279.569
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.268.874.408		2.268.874.408
136 - Recursos Vinculados a Aplicações em Outras Políticas Públicas	292.723.174		292.723.174
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação		4.575.908.957	4.575.908.957
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		385.029.610	385.029.610
153 - Recursos Destinados às Atividades-Fins da Seguridade Social		6.074.743.420	6.074.743.420
3 - Outras Despesas Correntes	302.242.033	832.604.194.143	832.906.436.176
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	273.379.889		273.379.889
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos		3.530.444.190	3.530.444.190
136 - Recursos Vinculados a Aplicações em Outras Políticas Públicas	26.346.410		26.346.410
140 - Contribuições para os Programas PIS/PASEP		61.738.428.586	61.738.428.586
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação		1.694.946.503	1.694.977.245
151 - Recursos Livres da Seguridade Social	30.742	34.378.048.748	34.378.048.748
153 - Recursos Destinados às Atividades-Fins da Seguridade Social		56.307.296.142	56.307.296.142
154 - Recursos do Regime Geral de Previdência Social		479.698.216.967	479.698.216.967
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de		48.640.938	48.640.938
Processos Judiciais			

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
<i>176 - Outras Contribuições Sociais</i>		12.256.496	12.256.496
<i>180 - Recursos Próprios Financeiros</i>	2.484.992	40.058.385.489	40.060.870.481
<i>186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas</i>		3.192.107.134	3.192.107.134
<i>188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação</i>		46.377.843.252	46.377.843.252
<i>944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações -</i>		105.424.396.409	105.424.396.409
CONDICIONADOS			
<i>951 - Recursos Livres da Seguridade Social - CONDICIONADOS</i>		143.183.289	143.183.289
4 - Investimentos	13.099.278	32.140.902	45.240.180
<i>100 - Recursos Primários de Livre Aplicação</i>	8.879.278		8.879.278
<i>136 - Recursos Vinculados a Aplicações em Outras Políticas Públicas</i>	4.220.000		4.220.000
<i>150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação</i>		22.682.602	22.682.602
<i>151 - Recursos Livres da Seguridade Social</i>		300.000	300.000
<i>180 - Recursos Próprios Financeiros</i>		9.158.300	9.158.300
5 - Inversões Financeiras	24.001.405.627		24.001.405.627
<i>140 - Contribuições para os Programas PIS/PASEP</i>	24.001.405.627		24.001.405.627
9 - Reserva de Contingência		48.348.838	48.348.838
<i>163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público</i>		7.032.614	7.032.614
<i>174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de</i>		41.316.224	41.316.224
<i>Processos Judiciais</i>			
40101 - Ministério do Trabalho e Previdência - Administração Direta	2.815.514.804	1.203.832.100	4.019.346.904
1 - Pessoal e Encargos Sociais	2.517.656.412	315.362.000	2.833.018.412
<i>100 - Recursos Primários de Livre Aplicação</i>	2.224.933.238		2.224.933.238
<i>136 - Recursos Vinculados a Aplicações em Outras Políticas Públicas</i>	292.723.174		292.723.174
<i>151 - Recursos Livres da Seguridade Social</i>		315.362.000	315.362.000
3 - Outras Despesas Correntes	286.404.112	888.170.100	1.174.574.212
<i>100 - Recursos Primários de Livre Aplicação</i>	260.057.702		260.057.702
<i>136 - Recursos Vinculados a Aplicações em Outras Políticas Públicas</i>	26.346.410		26.346.410
<i>151 - Recursos Livres da Seguridade Social</i>		888.170.100	888.170.100
4 - Investimentos	11.454.280	300.000	11.754.280
<i>100 - Recursos Primários de Livre Aplicação</i>	7.234.280		7.234.280
<i>136 - Recursos Vinculados a Aplicações em Outras Políticas Públicas</i>	4.220.000		4.220.000
<i>151 - Recursos Livres da Seguridade Social</i>		300.000	300.000
40201 - Instituto Nacional do Seguro Social		13.085.162.877	13.085.162.877
1 - Pessoal e Encargos Sociais		10.650.652.377	10.650.652.377
<i>150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação</i>		4.575.908.957	4.575.908.957
<i>153 - Recursos Destinados às Atividades-Fins da Seguridade Social</i>		6.074.743.420	6.074.743.420
3 - Outras Despesas Correntes		2.408.510.500	2.408.510.500
<i>150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação</i>		1.374.000.000	1.374.000.000
<i>153 - Recursos Destinados às Atividades-Fins da Seguridade Social</i>		1.034.510.500	1.034.510.500
4 - Investimentos		26.000.000	26.000.000
<i>150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação</i>		22.682.602	22.682.602
<i>180 - Recursos Próprios Financeiros</i>		3.317.398	3.317.398
40203 - Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho	61.424.089	45.101.249	106.525.338
1 - Pessoal e Encargos Sociais	43.941.170	44.592.339	88.533.509
<i>100 - Recursos Primários de Livre Aplicação</i>	43.941.170		43.941.170
<i>151 - Recursos Livres da Seguridade Social</i>		44.592.339	44.592.339
3 - Outras Despesas Correntes	15.837.921	508.910	16.346.831
<i>100 - Recursos Primários de Livre Aplicação</i>	13.322.187		13.322.187
<i>150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação</i>	30.742		30.742
<i>151 - Recursos Livres da Seguridade Social</i>		508.910	508.910
<i>180 - Recursos Próprios Financeiros</i>	2.484.992		2.484.992
4 - Investimentos	1.644.998		1.644.998
<i>100 - Recursos Primários de Livre Aplicação</i>	1.644.998		1.644.998
40206 - Superintendência Nacional de Previdência Complementar		80.778.739	80.778.739
1 - Pessoal e Encargos Sociais		25.075.271	25.075.271
<i>151 - Recursos Livres da Seguridade Social</i>		25.075.271	25.075.271
3 - Outras Despesas Correntes		14.387.244	14.387.244
<i>151 - Recursos Livres da Seguridade Social</i>		887.244	887.244
<i>174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de</i>		13.451.171	13.451.171
<i>Processos Judiciais</i>			
<i>180 - Recursos Próprios Financeiros</i>		48.829	48.829
9 - Reserva de Contingência		41.316.224	41.316.224
<i>174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de</i>		41.316.224	41.316.224
<i>Processos Judiciais</i>			
40901 - Fundo de Amparo ao Trabalhador	24.001.405.627	63.729.058.275	87.730.463.902
3 - Outras Despesas Correntes		63.723.217.373	63.723.217.373
<i>140 - Contribuições para os Programas PIS/PASEP</i>		23.579.182.099	23.579.182.099
<i>150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação</i>		195.691.130	195.691.130
<i>151 - Recursos Livres da Seguridade Social</i>		200.001.000	200.001.000
<i>174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de</i>		35.189.767	35.189.767
<i>Processos Judiciais</i>			
<i>176 - Outras Contribuições Sociais</i>		12.256.496	12.256.496
<i>180 - Recursos Próprios Financeiros</i>		39.700.896.881	39.700.896.881
4 - Investimentos		5.840.902	5.840.902
<i>180 - Recursos Próprios Financeiros</i>		5.840.902	5.840.902
5 - Inversões Financeiras	24.001.405.627		24.001.405.627
<i>140 - Contribuições para os Programas PIS/PASEP</i>	24.001.405.627		24.001.405.627
40904 - Fundo do Regime Geral de Previdência Social		765.576.432.630	765.576.432.630
3 - Outras Despesas Correntes		765.569.400.016	765.569.400.016

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos		3.530.444.190	3.530.444.190
140 - Contribuições para os Programas PIS/PASEP		38.159.246.487	38.159.246.487
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação		125.255.373	125.255.373
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		33.288.481.494	33.288.481.494
153 - Recursos Destinados às Atividades-Fins da Seguridade Social		55.272.785.642	55.272.785.642
154 - Recursos do Regime Geral de Previdência Social		479.698.216.967	479.698.216.967
180 - Recursos Próprios Financeiros		357.439.779	357.439.779
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas		3.192.107.134	3.192.107.134
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação		46.377.843.252	46.377.843.252
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações -		105.424.396.409	105.424.396.409
CONDICIONADOS			
951 - Recursos Livres da Seguridade Social - CONDICIONADOS		143.183.289	143.183.289
9 - Reserva de Contingência		7.032.614	7.032.614
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público		7.032.614	7.032.614
41000 - Ministério das Comunicações	3.062.429.802	84.186.448	3.146.616.250
1 - Pessoal e Encargos Sociais	904.358.898	50.052.000	954.410.898
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	850.315.242		850.315.242
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	52.282.138		52.282.138
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		2.000	2.000
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		50.050.000	50.050.000
180 - Recursos Próprios Financeiros	1.761.518		1.761.518
2 - Juros e Encargos da Dívida	13.200.000		13.200.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	13.200.000		13.200.000
3 - Outras Despesas Correntes	1.437.978.658	34.134.448	1.472.113.106
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	63.349.990		63.349.990
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	268.933.017		268.933.017
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		34.134.448	34.134.448
172 - Outras Contribuições Econômicas	139.012.134		139.012.134
178 - Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	947.226.637		947.226.637
180 - Recursos Próprios Financeiros	19.456.880		19.456.880
4 - Investimentos	218.631.676		218.631.676
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	158.146.430		158.146.430
172 - Outras Contribuições Econômicas	21.805.000		21.805.000
178 - Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	38.680.246		38.680.246
6 - Amortização da Dívida	50.400.000		50.400.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	50.400.000		50.400.000
9 - Reserva de Contingência	437.860.570		437.860.570
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	308.307.878		308.307.878
172 - Outras Contribuições Econômicas	114.407.794		114.407.794
180 - Recursos Próprios Financeiros	15.144.898		15.144.898
41101 - Ministério das Comunicações - Administração Direta	858.386.812	30.184.603	888.571.415
1 - Pessoal e Encargos Sociais	92.300.000	26.001.000	118.301.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	92.300.000		92.300.000
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.000	1.000
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		26.000.000	26.000.000
3 - Outras Despesas Correntes	752.883.748	4.183.603	757.067.351
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	8.530.987		8.530.987
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		4.183.603	4.183.603
178 - Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	744.352.761		744.352.761
4 - Investimentos	13.203.064		13.203.064
178 - Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	13.203.064		13.203.064
41231 - Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL(*)	587.415.818	27.871.502	615.287.320
1 - Pessoal e Encargos Sociais	369.240.684	24.051.000	393.291.684
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	366.956.778		366.956.778
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	522.388		522.388
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.000	1.000
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		24.050.000	24.050.000
180 - Recursos Próprios Financeiros	1.761.518		1.761.518
3 - Outras Despesas Correntes	186.997.894	3.820.502	190.818.396
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	9.124.018		9.124.018
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		3.820.502	3.820.502
178 - Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	177.873.876		177.873.876
4 - Investimentos	25.477.182		25.477.182
178 - Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	25.477.182		25.477.182
9 - Reserva de Contingência	5.700.058		5.700.058
172 - Outras Contribuições Econômicas	5.700.058		5.700.058
41260 - Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS	922.202.508	4.356.862	926.559.370
1 - Pessoal e Encargos Sociais	94.417.458		94.417.458
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	94.417.458		94.417.458
2 - Juros e Encargos da Dívida	13.200.000		13.200.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	13.200.000		13.200.000
3 - Outras Despesas Correntes	282.585.844	4.356.862	286.942.706
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	14.782.427		14.782.427
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	267.803.417		267.803.417
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		4.356.862	4.356.862
4 - Investimentos	158.146.430		158.146.430
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	158.146.430		158.146.430
6 - Amortização da Dívida	50.400.000		50.400.000

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	50.400.000		50.400.000
9 - Reserva de Contingência	323.452.776		323.452.776
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	308.307.878		308.307.878
180 - Recursos Próprios Financeiros	15.144.898		15.144.898
41261 - Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC	622.202.050	21.773.481	643.975.531
1 - Pessoal e Encargos Sociais	348.400.756		348.400.756
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	296.641.006		296.641.006
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	51.759.750		51.759.750
3 - Outras Despesas Correntes	145.093.558	21.773.481	166.867.039
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	30.912.558		30.912.558
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.129.600		1.129.600
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		21.773.481	21.773.481
172 - Outras Contribuições Econômicas	93.594.520		93.594.520
180 - Recursos Próprios Financeiros	19.456.880		19.456.880
4 - Investimentos	20.000.000		20.000.000
172 - Outras Contribuições Econômicas	20.000.000		20.000.000
9 - Reserva de Contingência	108.707.736		108.707.736
172 - Outras Contribuições Econômicas	108.707.736		108.707.736
41902 - Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - FUST(***)	50.900.634		50.900.634
3 - Outras Despesas Correntes	50.900.634		50.900.634
172 - Outras Contribuições Econômicas	25.900.634		25.900.634
178 - Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	25.000.000		25.000.000
41903 - Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações - FUNTEL	21.321.980		21.321.980
3 - Outras Despesas Correntes	19.516.980		19.516.980
172 - Outras Contribuições Econômicas	19.516.980		19.516.980
4 - Investimentos	1.805.000		1.805.000
172 - Outras Contribuições Econômicas	1.805.000		1.805.000
44000 - Ministério do Meio Ambiente	2.370.015.463	758.184.769	3.128.200.232
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.046.388.979	738.956.617	1.785.345.596
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.046.388.979		1.046.388.979
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		4.000	4.000
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		738.952.617	738.952.617
3 - Outras Despesas Correntes	826.866.930	19.228.152	846.095.082
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	334.869.113		334.869.113
129 - Recursos de Concessões e Permissões	8.393.342		8.393.342
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	545.980		545.980
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	126.880.387		126.880.387
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		19.228.152	19.228.152
170 - Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	28.340.648		28.340.648
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	262.588.962		262.588.962
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	53.235.867		53.235.867
195 - Doações de Entidades Internacionais	400.000		400.000
196 - Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais	11.612.631		11.612.631
4 - Investimentos	21.549.400		21.549.400
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	14.549.400		14.549.400
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	5.000.000		5.000.000
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	1.700.000		1.700.000
195 - Doações de Entidades Internacionais	300.000		300.000
5 - Inversões Financeiras	144.390.799		144.390.799
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	144.390.799		144.390.799
9 - Reserva de Contingência	330.819.355		330.819.355
141 - Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	16.794.622		16.794.622
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	173.767.683		173.767.683
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	49.513.371		49.513.371
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	21.378		21.378
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	48.566.995		48.566.995
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	42.155.306		42.155.306
44101 - Ministério do Meio Ambiente - Administração Direta	347.756.482	17.539.690	365.296.172
1 - Pessoal e Encargos Sociais	106.195.696	16.344.314	122.540.010
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	106.195.696		106.195.696
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.000	1.000
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		16.343.314	16.343.314
3 - Outras Despesas Correntes	58.493.703	1.195.376	59.689.079
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	58.493.703		58.493.703
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.195.376	1.195.376
4 - Investimentos	9.299.400		9.299.400
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	9.299.400		9.299.400
9 - Reserva de Contingência	173.767.683		173.767.683
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	173.767.683		173.767.683
44201 - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA	1.299.433.557	612.978.084	1.912.411.641
1 - Pessoal e Encargos Sociais	611.227.338	602.257.694	1.213.485.032
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	611.227.338		611.227.338

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.000	1.000
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		602.256.694	602.256.694
3 - Outras Despesas Correntes	464.991.458	10.720.390	475.711.848
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	35.691.458		35.691.458
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	107.850.000		107.850.000
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		10.720.390	10.720.390
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	259.837.369		259.837.369
<i>Processos Judiciais</i>			
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	50.000.000		50.000.000
196 - Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais	11.612.631		11.612.631
4 - Investimentos	6.700.000		6.700.000
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	5.000.000		5.000.000
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	1.700.000		1.700.000
<i>Processos Judiciais</i>			
5 - Inversões Financeiras	89.832.640		89.832.640
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	89.832.640		89.832.640
9 - Reserva de Contingência	126.682.121		126.682.121
141 - Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	16.794.622		16.794.622
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	49.513.371		49.513.371
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	21.378		21.378
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	18.197.444		18.197.444
<i>Processos Judiciais</i>			
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	42.155.306		42.155.306
44206 - Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro - JBRJ	59.430.579	18.622.042	78.052.621
1 - Pessoal e Encargos Sociais	30.282.380	18.201.000	48.483.380
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	30.282.380		30.282.380
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.000	1.000
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		18.200.000	18.200.000
3 - Outras Despesas Correntes	27.398.199	421.042	27.819.241
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	23.628.161		23.628.161
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	3.770.038		3.770.038
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		421.042	421.042
4 - Investimentos	1.750.000		1.750.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.750.000		1.750.000
44207 - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	630.025.294	109.044.953	739.070.247
1 - Pessoal e Encargos Sociais	298.683.565	102.153.609	400.837.174
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	298.683.565		298.683.565
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.000	1.000
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		102.152.609	102.152.609
3 - Outras Despesas Correntes	272.983.570	6.891.344	279.874.914
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	217.055.791		217.055.791
129 - Recursos de Concessões e Permissões	8.393.342		8.393.342
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	15.260.349		15.260.349
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		6.891.344	6.891.344
170 - Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	28.340.648		28.340.648
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	297.573		297.573
<i>Processos Judiciais</i>			
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	3.235.867		3.235.867
195 - Doações de Entidades Internacionais	400.000		400.000
4 - Investimentos	3.800.000		3.800.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	3.500.000		3.500.000
195 - Doações de Entidades Internacionais	300.000		300.000
5 - Inversões Financeiras	54.558.159		54.558.159
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	54.558.159		54.558.159
44901 - Fundo Nacional de Meio Ambiente - FNMA	32.823.571		32.823.571
3 - Outras Despesas Correntes	2.454.020		2.454.020
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	2.454.020		2.454.020
<i>Processos Judiciais</i>			
9 - Reserva de Contingência	30.369.551		30.369.551
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	30.369.551		30.369.551
<i>Processos Judiciais</i>			
44902 - Fundo Nacional sobre Mudança do Clima	545.980		545.980
3 - Outras Despesas Correntes	545.980		545.980
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros	545.980		545.980
<i>Hidrocarbonetos Fluidos</i>			
52000 - Ministério da Defesa	85.431.127.849	31.622.211.332	117.053.339.181
1 - Pessoal e Encargos Sociais	63.405.376.433	28.227.284.420	91.632.660.853
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	63.359.397.041		63.359.397.041
123 - Contribuição para o Custeio das Pensões Militares		8.394.489.373	8.394.489.373
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	45.195.925		45.195.925
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		19.830.571.749	19.830.571.749
180 - Recursos Próprios Financeiros	783.467	2.223.298	3.006.765
2 - Juros e Encargos da Dívida	1.064.864.717		1.064.864.717
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	1.062.484.717		1.062.484.717
180 - Recursos Próprios Financeiros	2.380.000		2.380.000
3 - Outras Despesas Correntes	10.364.767.647	3.251.245.931	13.616.013.578
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	7.902.815.616	48.282.581	7.951.098.197
135 - Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	300.000		300.000
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros	39.803.594		39.803.594

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
<i>Hidrocarbonetos Fluidos</i>			
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.827.804.207	303.206.278	2.131.010.485
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		710.806.463	710.806.463
170 - Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	208.430.770	2.130.346.272	2.338.777.042
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	20.303.939		20.303.939
<i>Processos Judiciais</i>			
175 - Taxas por Serviços Públicos	4.774.637		4.774.637
176 - Outras Contribuições Sociais	54.629.491		54.629.491
180 - Recursos Próprios Financeiros	302.045.393	58.604.337	360.649.730
181 - Recursos de Convênios	3.420.000		3.420.000
196 - Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais	440.000		440.000
4 - Investimentos	8.177.527.641	143.680.981	8.321.208.622
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	3.424.744.755	18.600.000	3.443.344.755
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros	1.429.736.729		1.429.736.729
<i>Hidrocarbonetos Fluidos</i>			
149 - Operações de Crédito Externas - em Bens e/ou Serviços	1.856.397.749		1.856.397.749
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	946.906.493		946.906.493
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		48.899.999	48.899.999
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	53.921.376		53.921.376
170 - Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	8.004.984	76.180.982	84.185.966
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	8.679.500		8.679.500
<i>Processos Judiciais</i>			
176 - Outras Contribuições Sociais	1.299.368		1.299.368
180 - Recursos Próprios Financeiros	438.436.687		438.436.687
181 - Recursos de Convênios	9.400.000		9.400.000
5 - Inversões Financeiras	29.900.000		29.900.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	4.900.000		4.900.000
180 - Recursos Próprios Financeiros	25.000.000		25.000.000
6 - Amortização da Dívida	2.126.653.722		2.126.653.722
143 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida	2.111.053.722		2.111.053.722
<i>Publica Federal</i>			
180 - Recursos Próprios Financeiros	15.600.000		15.600.000
9 - Reserva de Contingência	262.037.689		262.037.689
135 - Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	105.518.659		105.518.659
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	693.711		693.711
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	61.416.061		61.416.061
<i>Processos Judiciais</i>			
175 - Taxas por Serviços Públicos	693.035		693.035
176 - Outras Contribuições Sociais	67.784.397		67.784.397
180 - Recursos Próprios Financeiros	25.931.826		25.931.826
52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1.266.151.586	17.886.864	1.284.038.450
1 - Pessoal e Encargos Sociais	151.329.016	16.381.000	167.710.016
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	151.329.016		151.329.016
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		16.381.000	16.381.000
3 - Outras Despesas Correntes	642.452.666	1.505.864	643.958.530
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	642.452.666		642.452.666
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.505.864	1.505.864
4 - Investimentos	472.369.904		472.369.904
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	272.987.249		272.987.249
149 - Operações de Crédito Externas - em Bens e/ou Serviços	199.382.655		199.382.655
52111 - Comando da Aeronáutica	19.255.210.057	6.253.152.058	25.508.362.115
1 - Pessoal e Encargos Sociais	14.529.127.049	6.075.256.395	20.604.383.444
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	14.529.127.049		14.529.127.049
123 - Contribuição para o Custeio das Pensões Militares		1.593.350.944	1.593.350.944
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		4.481.905.451	4.481.905.451
2 - Juros e Encargos da Dívida	682.316.692		682.316.692
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	682.316.692		682.316.692
3 - Outras Despesas Correntes	1.146.694.612	177.895.663	1.324.590.275
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.145.989.246		1.145.989.246
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		177.895.663	177.895.663
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	705.366		705.366
<i>Processos Judiciais</i>			
4 - Investimentos	2.134.373.451		2.134.373.451
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	938.257.978		938.257.978
149 - Operações de Crédito Externas - em Bens e/ou Serviços	1.196.115.473		1.196.115.473
5 - Inversões Financeiras	350.000		350.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	350.000		350.000
6 - Amortização da Dívida	762.348.253		762.348.253
143 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida	762.348.253		762.348.253
<i>Publica Federal</i>			
52121 - Comando do Exército	36.592.860.629	15.032.913.767	51.625.774.396
1 - Pessoal e Encargos Sociais	30.967.153.612	15.032.524.199	45.999.677.811
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	30.967.153.612		30.967.153.612
123 - Contribuição para o Custeio das Pensões Militares		4.806.767.709	4.806.767.709
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		10.225.756.490	10.225.756.490
3 - Outras Despesas Correntes	3.846.389.942	389.568	3.846.779.510
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	3.842.969.942		3.842.969.942
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		389.568	389.568
181 - Recursos de Convênios	3.420.000		3.420.000

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
4 - Investimentos	1.776.440.682		1.776.440.682
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.767.040.682		1.767.040.682
181 - Recursos de Convênios	9.400.000		9.400.000
9 - Reserva de Contingência	2.876.393		2.876.393
180 - Recursos Próprios Financeiros	2.876.393		2.876.393
52131 - Comando da Marinha	22.604.019.727	7.220.589.821	29.824.609.548
1 - Pessoal e Encargos Sociais	17.357.402.357	6.927.182.825	24.284.585.182
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	17.357.402.357		17.357.402.357
123 - Contribuição para o Custeio das Pensões Militares		1.994.370.720	1.994.370.720
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		4.932.812.105	4.932.812.105
2 - Juros e Encargos da Dívida	380.168.025		380.168.025
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	380.168.025		380.168.025
3 - Outras Despesas Correntes	1.407.568.466	274.506.996	1.682.075.462
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.367.764.872		1.367.764.872
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	39.803.594		39.803.594
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		274.506.996	274.506.996
4 - Investimentos	2.110.175.410	18.900.000	2.129.075.410
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	219.539.060		219.539.060
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	1.429.736.729		1.429.736.729
149 - Operações de Crédito Externas - em Bens e/ou Serviços	460.899.621		460.899.621
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		18.900.000	18.900.000
6 - Amortização da Dívida	1.348.705.469		1.348.705.469
143 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal	1.348.705.469		1.348.705.469
52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	81.288.433		81.288.433
3 - Outras Despesas Correntes	4.482.136		4.482.136
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	4.482.136		4.482.136
4 - Investimentos	76.806.297		76.806.297
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	76.806.297		76.806.297
52211 - Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica	3.514.026	151.137	3.665.163
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.226.485	151.137	1.377.622
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	684.785		684.785
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		151.137	151.137
180 - Recursos Próprios Financeiros	541.700		541.700
3 - Outras Despesas Correntes	2.137.541		2.137.541
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	87.541		87.541
180 - Recursos Próprios Financeiros	2.050.000		2.050.000
4 - Investimentos	150.000		150.000
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	50.000		50.000
180 - Recursos Próprios Financeiros	100.000		100.000
52221 - Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL	205.575.485	1.343.744	206.919.229
1 - Pessoal e Encargos Sociais	101.484.653		101.484.653
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	56.288.728		56.288.728
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	45.195.925		45.195.925
3 - Outras Despesas Correntes	82.530.832	1.343.744	83.874.576
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	34.175.447		34.175.447
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	44.515.394		44.515.394
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.343.744	1.343.744
180 - Recursos Próprios Financeiros	3.839.991		3.839.991
4 - Investimentos	21.560.000		21.560.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	7.030.651		7.030.651
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	14.418.000		14.418.000
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	111.349		111.349
52222 - Fundação Osório	21.633.345	6.575.203	28.208.548
1 - Pessoal e Encargos Sociais	14.874.346	6.501.000	21.375.346
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	14.874.346		14.874.346
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		6.501.000	6.501.000
3 - Outras Despesas Correntes	6.458.999	74.203	6.533.202
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	5.792.199		5.792.199
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	226.800		226.800
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		74.203	74.203
196 - Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais	440.000		440.000
4 - Investimentos	300.000		300.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	300.000		300.000
52232 - Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da Marinha - CCCPM	52.543.366	2.283.900	54.827.266
1 - Pessoal e Encargos Sociais	289.308	2.223.298	2.512.606
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	47.541		47.541
180 - Recursos Próprios Financeiros	241.767	2.223.298	2.465.065
2 - Juros e Encargos da Dívida	2.380.000		2.380.000
180 - Recursos Próprios Financeiros	2.380.000		2.380.000
3 - Outras Despesas Correntes	4.512.688	60.602	4.573.290
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	38.027		38.027
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		60.602	60.602
180 - Recursos Próprios Financeiros	4.474.661		4.474.661
5 - Inversões Financeiras	25.000.000		25.000.000
180 - Recursos Próprios Financeiros	25.000.000		25.000.000

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
6 - Amortização da Dívida	15.600.000		15.600.000
180 - Recursos Próprios Financeiros	15.600.000		15.600.000
9 - Reserva de Contingência	4.761.370		4.761.370
180 - Recursos Próprios Financeiros	4.761.370		4.761.370
52233 - Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. - AMAZUL	311.509.627	9.342.263	320.851.890
1 - Pessoal e Encargos Sociais	282.489.607		282.489.607
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	282.489.607		282.489.607
3 - Outras Despesas Correntes	28.519.321	9.342.263	37.861.584
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	28.519.321		28.519.321
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		9.342.263	9.342.263
4 - Investimentos	500.699		500.699
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	500.699		500.699
52901 - Fundo do Ministério da Defesa	2.651.492		2.651.492
3 - Outras Despesas Correntes	2.531.492		2.531.492
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.970.515		1.970.515
180 - Recursos Próprios Financeiros	560.977		560.977
4 - Investimentos	120.000		120.000
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	120.000		120.000
52902 - Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas		273.867.176	273.867.176
1 - Pessoal e Encargos Sociais		167.064.566	167.064.566
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		167.064.566	167.064.566
3 - Outras Despesas Correntes		88.202.610	88.202.610
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação		48.053.198	48.053.198
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação		15.805.727	15.805.727
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		24.343.685	24.343.685
4 - Investimentos		18.600.000	18.600.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação		18.600.000	18.600.000
52903 - Fundo do Serviço Militar	14.920.425		14.920.425
3 - Outras Despesas Correntes	6.255.355		6.255.355
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	1.290.500		1.290.500
175 - Taxas por Serviços Públicos	4.723.342		4.723.342
180 - Recursos Próprios Financeiros	241.513		241.513
4 - Investimentos	1.509.500		1.509.500
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	1.509.500		1.509.500
9 - Reserva de Contingência	7.155.570		7.155.570
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	6.421.634		6.421.634
175 - Taxas por Serviços Públicos	693.035		693.035
180 - Recursos Próprios Financeiros	40.901		40.901
52911 - Fundo Aeronáutico	3.615.776.112	356.495.079	3.972.271.191
3 - Outras Despesas Correntes	2.186.721.159	356.495.079	2.543.216.238
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	552.180.500		552.180.500
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.498.917.607		1.498.917.607
170 - Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica		356.495.079	356.495.079
180 - Recursos Próprios Financeiros	135.623.052		135.623.052
4 - Investimentos	1.424.504.953		1.424.504.953
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	61.828.813		61.828.813
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	909.486.654		909.486.654
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	19.021.686		19.021.686
180 - Recursos Próprios Financeiros	434.167.800		434.167.800
5 - Inversões Financeiras	4.550.000		4.550.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	4.550.000		4.550.000
52921 - Fundo do Exército	234.853.152	1.962.609.332	2.197.462.484
3 - Outras Despesas Correntes	121.288.751	1.856.729.471	1.978.018.222
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação		229.383	229.383
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	105.458.751	287.400.551	392.859.302
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		221.343.875	221.343.875
170 - Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica		1.289.151.325	1.289.151.325
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	12.830.000		12.830.000
180 - Recursos Próprios Financeiros	3.000.000	58.604.337	61.604.337
4 - Investimentos	58.569.974	105.879.861	164.449.835
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	19.179.437		19.179.437
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		29.999.999	29.999.999
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	32.220.537		32.220.537
170 - Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica		75.879.862	75.879.862
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	7.170.000		7.170.000
9 - Reserva de Contingência	54.994.427		54.994.427
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	54.994.427		54.994.427
52931 - Fundo Naval	940.227.293	485.000.988	1.425.228.281
3 - Outras Despesas Correntes	821.594.196	484.699.868	1.306.294.064
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	278.363.719		278.363.719
135 - Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	300.000		300.000
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	176.715.140		176.715.140
170 - Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	208.430.770	484.699.868	693.130.638

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	5.478.073		5.478.073
175 - Taxas por Serviços Públicos	51.295		51.295
180 - Recursos Próprios Financeiros	152.255.199		152.255.199
4 - Investimentos	96.655.485	301.120	96.956.605
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	80.453.326		80.453.326
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	3.702.402		3.702.402
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	2.517.804		2.517.804
170 - Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	8.004.984	301.120	8.306.104
180 - Recursos Próprios Financeiros	1.976.969		1.976.969
9 - Reserva de Contingência	21.977.612		21.977.612
135 - Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	21.977.612		21.977.612
52932 - Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo	228.393.094		228.393.094
3 - Outras Despesas Correntes	54.629.491		54.629.491
176 - Outras Contribuições Sociais	54.629.491		54.629.491
4 - Investimentos	3.491.286		3.491.286
176 - Outras Contribuições Sociais	1.299.368		1.299.368
180 - Recursos Próprios Financeiros	2.191.918		2.191.918
9 - Reserva de Contingência	170.272.317		170.272.317
135 - Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	83.541.047		83.541.047
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	693.711		693.711
176 - Outras Contribuições Sociais	67.784.397		67.784.397
180 - Recursos Próprios Financeiros	18.253.162		18.253.162
53000 - Ministério do Desenvolvimento Regional	6.664.537.341	1.022.161.599	7.686.698.940
1 - Pessoal e Encargos Sociais	2.034.488.507	591.520.040	2.626.008.547
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.920.679.999		1.920.679.999
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	99.791.419		99.791.419
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		591.520.040	591.520.040
180 - Recursos Próprios Financeiros	14.017.089		14.017.089
3 - Outras Despesas Correntes	2.051.161.183	84.271.845	2.135.433.028
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.436.740.171	4.000.000	1.440.740.171
116 - Recursos de Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos	169.895.362		169.895.362
134 - Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	2.500.000		2.500.000
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	246.343.386		246.343.386
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		80.271.845	80.271.845
170 - Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	3.148.013		3.148.013
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	653.853		653.853
180 - Recursos Próprios Financeiros	24.837.534		24.837.534
181 - Recursos de Convênios	299.246		299.246
183 - Pagamento pelo Uso de Recursos Hídricos	166.743.618		166.743.618
4 - Investimentos	1.664.693.408	346.369.714	2.011.063.122
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.631.863.352	346.369.714	1.978.233.066
134 - Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	5.000.000		5.000.000
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	4.919.482		4.919.482
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	5.376.095		5.376.095
180 - Recursos Próprios Financeiros	7.543.148		7.543.148
183 - Pagamento pelo Uso de Recursos Hídricos	9.991.331		9.991.331
5 - Inversões Financeiras	729.254.143		729.254.143
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	729.254.143		729.254.143
9 - Reserva de Contingência	184.940.100		184.940.100
134 - Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	82.287.945		82.287.945
180 - Recursos Próprios Financeiros	73.802.126		73.802.126
183 - Pagamento pelo Uso de Recursos Hídricos	28.850.029		28.850.029
53101 - Ministério do Desenvolvimento Regional - Administração Direta	3.232.589.639	319.334.312	3.551.923.951
1 - Pessoal e Encargos Sociais	110.064.139	7.602.503	117.666.642
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	110.064.139		110.064.139
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		7.602.503	7.602.503
3 - Outras Despesas Correntes	959.587.459	5.731.809	965.319.268
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	952.855.676	4.000.000	956.855.676
134 - Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	2.500.000		2.500.000
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.731.809	1.731.809
180 - Recursos Próprios Financeiros	4.231.783		4.231.783
4 - Investimentos	1.351.781.858	306.000.000	1.657.781.858
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.346.781.858	306.000.000	1.652.781.858
134 - Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	5.000.000		5.000.000
5 - Inversões Financeiras	728.868.238		728.868.238
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	728.868.238		728.868.238
9 - Reserva de Contingência	82.287.945		82.287.945
134 - Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	82.287.945		82.287.945
53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF	852.194.333	56.976.343	909.170.676
1 - Pessoal e Encargos Sociais	480.777.335		480.777.335
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	480.777.335		480.777.335
3 - Outras Despesas Correntes	194.275.199	16.606.629	210.881.828
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	190.139.657		190.139.657
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.287.526		1.287.526
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		16.606.629	16.606.629
180 - Recursos Próprios Financeiros	2.848.016		2.848.016

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
4 - Investimentos	177.141.799	40.369.714	217.511.513
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	170.167.016	40.369.714	210.536.730
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	2.919.482		2.919.482
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	4.055.301		4.055.301
53202 - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia	42.100.044	11.507.037	53.607.081
1 - Pessoal e Encargos Sociais	24.930.729	9.080.044	34.010.773
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	24.930.729		24.930.729
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		9.080.044	9.080.044
3 - Outras Despesas Correntes	14.623.558	2.426.993	17.050.551
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	7.235.992		7.235.992
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.870.712		1.870.712
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		2.426.993	2.426.993
170 - Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	557.738		557.738
180 - Recursos Próprios Financeiros	4.959.116		4.959.116
4 - Investimentos	2.545.757		2.545.757
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.545.757		2.545.757
53203 - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste	50.607.704	7.045.676	57.653.380
1 - Pessoal e Encargos Sociais	31.302.608	6.602.946	37.905.554
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	11.097.521		11.097.521
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	17.916.621		17.916.621
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		6.602.946	6.602.946
180 - Recursos Próprios Financeiros	2.288.466		2.288.466
3 - Outras Despesas Correntes	17.261.948	442.730	17.704.678
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.535.124		1.535.124
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	4.588.261		4.588.261
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		442.730	442.730
170 - Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	1.875.275		1.875.275
180 - Recursos Próprios Financeiros	9.263.288		9.263.288
4 - Investimentos	2.043.148		2.043.148
180 - Recursos Próprios Financeiros	2.043.148		2.043.148
53204 - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS	313.102.521	568.349.691	881.452.212
1 - Pessoal e Encargos Sociais	132.654.885	562.960.462	695.615.347
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	132.654.885		132.654.885
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		562.960.462	562.960.462
3 - Outras Despesas Correntes	78.511.731	5.389.229	83.900.960
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	76.209.724		76.209.724
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	2.244.653		2.244.653
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		5.389.229	5.389.229
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	57.354		57.354
4 - Investimentos	101.550.000		101.550.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	100.229.206		100.229.206
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	1.320.794		1.320.794
5 - Inversões Financeiras	385.905		385.905
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	385.905		385.905
53207 - Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO	33.006.691	325.927	33.332.618
1 - Pessoal e Encargos Sociais	10.791.739	73.085	10.864.824
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	10.791.739		10.791.739
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		73.085	73.085
3 - Outras Despesas Correntes	15.129.952	252.842	15.382.794
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	13.609.226		13.609.226
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	414.561		414.561
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		252.842	252.842
170 - Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	715.000		715.000
180 - Recursos Próprios Financeiros	391.165		391.165
4 - Investimentos	7.085.000		7.085.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	7.085.000		7.085.000
53208 - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - TRENSURB	266.658.066	8.596.047	275.254.113
1 - Pessoal e Encargos Sociais	172.547.569		172.547.569
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	91.268.037		91.268.037
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	69.874.798		69.874.798
180 - Recursos Próprios Financeiros	11.404.734		11.404.734
3 - Outras Despesas Correntes	92.110.497	8.596.047	100.706.544
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	14.110.497		14.110.497
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	78.000.000		78.000.000
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		8.596.047	8.596.047
4 - Investimentos	2.000.000		2.000.000
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	2.000.000		2.000.000
53209 - Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU	1.282.907.024	44.063.479	1.326.970.503
1 - Pessoal e Encargos Sociais	974.795.740		974.795.740
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	962.471.851		962.471.851
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	12.000.000		12.000.000
180 - Recursos Próprios Financeiros	323.889		323.889
3 - Outras Despesas Correntes	308.111.284	44.063.479	352.174.763
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	149.874.365		149.874.365
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	157.937.673		157.937.673
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		44.063.479	44.063.479
181 - Recursos de Convênios	299.246		299.246

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
53210 - Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA(*)	509.469.193	5.963.087	515.432.280
1 - Pessoal e Encargos Sociais	96.623.763	5.201.000	101.824.763
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	96.623.763		96.623.763
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		5.201.000	5.201.000
3 - Outras Despesas Correntes	368.949.555	762.087	369.711.642
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	31.169.910		31.169.910
116 - Recursos de Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos	169.895.362		169.895.362
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		762.087	762.087
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	596.499		596.499
180 - Recursos Próprios Financeiros	544.166		544.166
183 - Pagamento pelo Uso de Recursos Hídricos	166.743.618		166.743.618
4 - Investimentos	15.045.846		15.045.846
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	5.054.515		5.054.515
183 - Pagamento pelo Uso de Recursos Hídricos	9.991.331		9.991.331
9 - Reserva de Contingência	28.850.029		28.850.029
183 - Pagamento pelo Uso de Recursos Hídricos	28.850.029		28.850.029
53906 - Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS	81.902.126		81.902.126
3 - Outras Despesas Correntes	2.600.000		2.600.000
180 - Recursos Próprios Financeiros	2.600.000		2.600.000
4 - Investimentos	5.500.000		5.500.000
180 - Recursos Próprios Financeiros	5.500.000		5.500.000
9 - Reserva de Contingência	73.802.126		73.802.126
180 - Recursos Próprios Financeiros	73.802.126		73.802.126
54000 - Ministério do Turismo	2.182.374.973	260.615.536	2.442.990.509
1 - Pessoal e Encargos Sociais	445.698.968	253.602.991	699.301.959
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	445.698.968		445.698.968
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		8.000	8.000
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		253.594.991	253.594.991
3 - Outras Despesas Correntes	567.120.396	7.012.545	574.132.941
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	541.528.617		541.528.617
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos	13.000.000		13.000.000
130 - Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional	9.200.000		9.200.000
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	619.908		619.908
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		7.012.545	7.012.545
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	1.716.287		1.716.287
178 - Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	790.000		790.000
180 - Recursos Próprios Financeiros	265.584		265.584
4 - Investimentos	122.706.120		122.706.120
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	114.706.120		114.706.120
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos	8.000.000		8.000.000
5 - Inversões Financeiras	300.000.000		300.000.000
130 - Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional	280.460.844		280.460.844
166 - Recursos Financeiros de Aplicação Vinculada	19.539.156		19.539.156
9 - Reserva de Contingência	746.849.489		746.849.489
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos	161.940.121		161.940.121
120 - Contribuições sobre a Arrecadação dos Fundos de Investimentos Regionais	636.087		636.087
130 - Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional	227.156.336		227.156.336
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	18.422.354		18.422.354
178 - Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	8.885.922		8.885.922
180 - Recursos Próprios Financeiros	322.030.860		322.030.860
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	7.777.809		7.777.809
54101 - Ministério do Turismo - Administração Direta	353.278.752	60.731.937	414.010.689
1 - Pessoal e Encargos Sociais	99.085.893	59.151.000	158.236.893
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	99.085.893		99.085.893
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.000	1.000
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		59.150.000	59.150.000
3 - Outras Despesas Correntes	191.795.223	1.580.937	193.376.160
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	191.529.639		191.529.639
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.580.937	1.580.937
180 - Recursos Próprios Financeiros	265.584		265.584
4 - Investimentos	62.397.636		62.397.636
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	62.397.636		62.397.636
54202 - Fundação Casa de Rui Barbosa	28.329.089	19.268.287	47.597.376
1 - Pessoal e Encargos Sociais	20.218.432	18.974.773	39.193.205
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	20.218.432		20.218.432
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.000	1.000
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		18.973.773	18.973.773
3 - Outras Despesas Correntes	7.910.657	293.514	8.204.171
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	7.895.645		7.895.645
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	15.012		15.012
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		293.514	293.514
4 - Investimentos	200.000		200.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	200.000		200.000
54203 - Fundação Biblioteca Nacional - BN	74.531.288	33.239.214	107.770.502
1 - Pessoal e Encargos Sociais	36.704.291	32.504.094	69.208.385
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	36.704.291		36.704.291

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.000	1.000
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		32.503.094	32.503.094
3 - Outras Despesas Correntes	37.476.997	735.120	38.212.117
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	37.001.834		37.001.834
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	475.163		475.163
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		735.120	735.120
4 - Investimentos	350.000		350.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	350.000		350.000
54204 - Fundação Cultural Palmares	17.692.146	2.207.626	19.899.772
1 - Pessoal e Encargos Sociais	5.640.063	2.067.285	7.707.348
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	5.640.063		5.640.063
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.000	1.000
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		2.066.285	2.066.285
3 - Outras Despesas Correntes	11.052.083	140.341	11.192.424
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	11.052.083		11.052.083
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		140.341	140.341
4 - Investimentos	1.000.000		1.000.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.000.000		1.000.000
54205 - Fundação Nacional de Artes	82.238.878	29.915.577	112.154.455
1 - Pessoal e Encargos Sociais	23.302.964	29.251.000	52.553.964
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	23.302.964		23.302.964
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.000	1.000
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		29.250.000	29.250.000
3 - Outras Despesas Correntes	56.435.914	664.577	57.100.491
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	56.412.166		56.412.166
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	23.748		23.748
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		664.577	664.577
4 - Investimentos	2.500.000		2.500.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.500.000		2.500.000
54206 - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	270.898.409	89.870.360	360.768.769
1 - Pessoal e Encargos Sociais	119.761.672	87.572.666	207.334.338
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	119.761.672		119.761.672
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.000	1.000
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		87.571.666	87.571.666
3 - Outras Despesas Correntes	108.661.225	2.297.694	110.958.919
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	108.415.968		108.415.968
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	85.470		85.470
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		2.297.694	2.297.694
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	159.787		159.787
4 - Investimentos	42.475.512		42.475.512
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	42.475.512		42.475.512
54207 - Agência Nacional do Cinema - ANCINE(*)	139.740.811	1.702.100	141.442.911
1 - Pessoal e Encargos Sociais	93.335.238	1.140.983	94.476.221
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	93.335.238		93.335.238
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.000	1.000
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.139.983	1.139.983
3 - Outras Despesas Correntes	43.222.601	561.117	43.783.718
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	41.666.101		41.666.101
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		561.117	561.117
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	1.556.500		1.556.500
4 - Investimentos	3.182.972		3.182.972
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	3.182.972		3.182.972
54208 - Instituto Brasileiro de Museus	137.826.111	23.680.435	161.506.546
1 - Pessoal e Encargos Sociais	47.650.415	22.941.190	70.591.605
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	47.650.415		47.650.415
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.000	1.000
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		22.940.190	22.940.190
3 - Outras Despesas Correntes	87.575.696	739.245	88.314.941
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	87.555.181		87.555.181
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	20.515		20.515
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		739.245	739.245
4 - Investimentos	2.600.000		2.600.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.600.000		2.600.000
54902 - Fundo Nacional de Cultura	1.077.839.489		1.077.839.489
3 - Outras Despesas Correntes	22.990.000		22.990.000
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos	13.000.000		13.000.000
130 - Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional	9.200.000		9.200.000
178 - Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	790.000		790.000
4 - Investimentos	8.000.000		8.000.000
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos	8.000.000		8.000.000
5 - Inversões Financeiras	300.000.000		300.000.000
130 - Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional	280.460.844		280.460.844
166 - Recursos Financeiros de Aplicação Vinculada	19.539.156		19.539.156
9 - Reserva de Contingência	746.849.489		746.849.489
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos	161.940.121		161.940.121
120 - Contribuições sobre a Arrecadação dos Fundos de Investimentos Regionais	636.087		636.087

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
130 - Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional	227.156.336		227.156.336
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	18.422.354		18.422.354
178 - Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	8.885.922		8.885.922
180 - Recursos Próprios Financeiros	322.030.860		322.030.860
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	7.777.809		7.777.809
55000 - Ministério da Cidadania	907.783.169	110.771.059.549	111.678.842.718
1 - Pessoal e Encargos Sociais	134.008.737	6.761.000	140.769.737
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	134.008.737		134.008.737
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.000	1.000
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		6.760.000	6.760.000
3 - Outras Despesas Correntes	491.512.295	110.716.187.711	111.207.700.006
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	260.827.450		260.827.450
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos	230.684.845		230.684.845
139 - Alienação de Bens Apreendidos		143.431.634	143.431.634
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		127.710.555	127.710.555
153 - Recursos Destinados às Atividades-Fins da Seguridade Social		110.422.713.932	110.422.713.932
180 - Recursos Próprios Financeiros		22.331.590	22.331.590
4 - Investimentos	71.149.475	48.110.838	119.260.313
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	9.618.965		9.618.965
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos	61.530.510		61.530.510
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		50.000	50.000
153 - Recursos Destinados às Atividades-Fins da Seguridade Social		48.036.721	48.036.721
194 - Doações para o Combate à Fome		24.117	24.117
9 - Reserva de Contingência	211.112.662		211.112.662
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos	211.112.662		211.112.662
55101 - Ministério da Cidadania - Administração Direta	907.783.169	36.219.461.780	37.127.244.949
1 - Pessoal e Encargos Sociais	134.008.737	6.761.000	140.769.737
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	134.008.737		134.008.737
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.000	1.000
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		6.760.000	6.760.000
3 - Outras Despesas Correntes	491.512.295	36.164.589.942	36.656.102.237
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	260.827.450		260.827.450
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos	230.684.845		230.684.845
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		127.710.555	127.710.555
153 - Recursos Destinados às Atividades-Fins da Seguridade Social		36.036.879.387	36.036.879.387
4 - Investimentos	71.149.475	48.110.838	119.260.313
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	9.618.965		9.618.965
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos	61.530.510		61.530.510
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		50.000	50.000
153 - Recursos Destinados às Atividades-Fins da Seguridade Social		48.036.721	48.036.721
194 - Doações para o Combate à Fome		24.117	24.117
9 - Reserva de Contingência	211.112.662		211.112.662
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos	211.112.662		211.112.662
55901 - Fundo Nacional de Assistência Social		74.551.597.769	74.551.597.769
3 - Outras Despesas Correntes		74.551.597.769	74.551.597.769
139 - Alienação de Bens Apreendidos		143.431.634	143.431.634
153 - Recursos Destinados às Atividades-Fins da Seguridade Social		74.385.834.545	74.385.834.545
180 - Recursos Próprios Financeiros		22.331.590	22.331.590
60000 - Gabinete da Vice-Presidência da República	15.907.667	37.724	15.945.391
1 - Pessoal e Encargos Sociais	8.781.402	2.000	8.783.402
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	8.781.402		8.781.402
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		2.000	2.000
3 - Outras Despesas Correntes	6.465.055	35.724	6.500.779
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	6.465.055		6.465.055
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		35.724	35.724
4 - Investimentos	661.210		661.210
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	661.210		661.210
60101 - Gabinete da Vice-Presidência da República	15.907.667	37.724	15.945.391
1 - Pessoal e Encargos Sociais	8.781.402	2.000	8.783.402
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	8.781.402		8.781.402
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		2.000	2.000
3 - Outras Despesas Correntes	6.465.055	35.724	6.500.779
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	6.465.055		6.465.055
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		35.724	35.724
4 - Investimentos	661.210		661.210
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	661.210		661.210
63000 - Advocacia-Geral da União	3.301.527.189	816.048.452	4.117.575.641
1 - Pessoal e Encargos Sociais	2.701.711.365	793.001.000	3.494.712.365
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.701.711.365		2.701.711.365
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		793.001.000	793.001.000
3 - Outras Despesas Correntes	535.170.094	23.047.452	558.217.546
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	535.170.094		535.170.094
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		23.047.452	23.047.452
4 - Investimentos	64.645.730		64.645.730
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	64.645.730		64.645.730
63101 - Advocacia-Geral da União	3.301.527.189	816.048.452	4.117.575.641
1 - Pessoal e Encargos Sociais	2.701.711.365	793.001.000	3.494.712.365
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.701.711.365		2.701.711.365

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		793.001.000	793.001.000
3 - Outras Despesas Correntes	535.170.094	23.047.452	558.217.546
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	535.170.094		535.170.094
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		23.047.452	23.047.452
4 - Investimentos	64.645.730		64.645.730
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	64.645.730		64.645.730
81000 - Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos	748.171.784	14.180.943	762.352.727
1 - Pessoal e Encargos Sociais	57.629.262	79.949	57.709.211
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	57.629.262		57.629.262
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		79.949	79.949
3 - Outras Despesas Correntes	249.448.881	10.134.242	259.583.123
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	232.168.881		232.168.881
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos		2.197.184	2.197.184
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		719.582	719.582
180 - Recursos Próprios Financeiros		5.208.520	5.208.520
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	17.280.000		17.280.000
196 - Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais		2.008.956	2.008.956
4 - Investimentos	35.707.214	3.764.775	39.471.989
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	34.107.214		34.107.214
180 - Recursos Próprios Financeiros		2.564.775	2.564.775
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	1.600.000		1.600.000
196 - Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais		1.200.000	1.200.000
9 - Reserva de Contingência	405.386.427	201.977	405.588.404
180 - Recursos Próprios Financeiros		201.977	201.977
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	405.386.427		405.386.427
81101 - Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - Administração Direta	748.171.784	799.531	748.971.315
1 - Pessoal e Encargos Sociais	57.629.262	79.949	57.709.211
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	57.629.262		57.629.262
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		79.949	79.949
3 - Outras Despesas Correntes	249.448.881	719.582	250.168.463
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	232.168.881		232.168.881
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		719.582	719.582
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	17.280.000		17.280.000
4 - Investimentos	35.707.214		35.707.214
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	34.107.214		34.107.214
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	1.600.000		1.600.000
9 - Reserva de Contingência	405.386.427		405.386.427
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	405.386.427		405.386.427
81901 - Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA		10.443.079	10.443.079
3 - Outras Despesas Correntes		7.878.304	7.878.304
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos		2.197.184	2.197.184
180 - Recursos Próprios Financeiros		4.272.164	4.272.164
196 - Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais		1.408.956	1.408.956
4 - Investimentos		2.564.775	2.564.775
180 - Recursos Próprios Financeiros		2.564.775	2.564.775
81902 - Fundo Nacional do Idoso - FNI		2.938.333	2.938.333
3 - Outras Despesas Correntes		1.536.356	1.536.356
180 - Recursos Próprios Financeiros		936.356	936.356
196 - Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais		600.000	600.000
4 - Investimentos		1.200.000	1.200.000
196 - Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais		1.200.000	1.200.000
9 - Reserva de Contingência		201.977	201.977
180 - Recursos Próprios Financeiros		201.977	201.977
83000 - Banco Central do Brasil	1.925.142.176	2.046.310.334	3.971.452.510
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.526.455.478	1.839.600.000	3.366.055.478
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.526.455.478		1.526.455.478
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.839.600.000	1.839.600.000
3 - Outras Despesas Correntes	314.614.571	206.710.334	521.324.905
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	314.614.571		314.614.571
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		206.710.334	206.710.334
4 - Investimentos	84.072.127		84.072.127
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	84.072.127		84.072.127
83201 - Banco Central do Brasil - BACEN	1.925.142.176	2.046.310.334	3.971.452.510
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.526.455.478	1.839.600.000	3.366.055.478
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.526.455.478		1.526.455.478
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.839.600.000	1.839.600.000
3 - Outras Despesas Correntes	314.614.571	206.710.334	521.324.905
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	314.614.571		314.614.571
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		206.710.334	206.710.334
4 - Investimentos	84.072.127		84.072.127
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	84.072.127		84.072.127
OUTROS ENCARGOS	2.995.789.594.034	11.657.868.228	3.007.447.462.262
1 - Pessoal e Encargos Sociais	25.370.268.722	10.731.718.080	36.101.986.802
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	22.663.934.829		22.663.934.829
123 - Contribuição para o Custeio das Pensões Militares		623.838.923	623.838.923
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		9.679.757.446	9.679.757.446
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		209.654.435	209.654.435
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		218.467.276	218.467.276

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	2.706.333.893		2.706.333.893
2 - Juros e Encargos da Dívida	350.342.943.742		350.342.943.742
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	350.341.369.869		350.341.369.869
173 - Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Operações de Crédito - Estados e Municípios	1.573.873		1.573.873
3 - Outras Despesas Correntes	422.363.782.535	906.261.132	423.270.043.667
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	65.842.047.320	80.661.162	65.922.708.482
101 - Transferências do Imposto sobre a Renda e sobre Produtos Industrializados	265.494.262.603		265.494.262.603
102 - Transferência do Imposto Territorial Rural	2.403.496.626		2.403.496.626
106 - Contribuição para o Fundo de Saúde dos Policiais Militares e Bombeiros Militares do Distrito Federal		36.994.780	36.994.780
111 - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Combustíveis	452.780.146		452.780.146
113 - Contribuição do Salário-Educação	14.936.709.980		14.936.709.980
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos	8.000.000		8.000.000
119 - Imposto sobre Operações Financeiras - Ouro	42.206.491		42.206.491
129 - Recursos de Concessões e Permissões	8.393.343		8.393.343
130 - Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional	3.000.000		3.000.000
134 - Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	2.693.638.378		2.693.638.378
141 - Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	7.557.579.899		7.557.579.899
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	43.108.997.942		43.108.997.942
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	121.404.993		121.404.993
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		788.605.190	788.605.190
180 - Recursos Próprios Financeiros	2.270.947.552		2.270.947.552
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	136.941.790		136.941.790
901 - Transferências do Imposto sobre a Renda e sobre Produtos Industrializados - CONDICIONADOS	17.283.375.472		17.283.375.472
4 - Investimentos	90.000.000	15.389.016	105.389.016
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	90.000.000		90.000.000
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		15.389.016	15.389.016
5 - Inversões Financeiras	65.810.294.574	4.500.000	65.814.794.574
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	3.885.623.659		3.885.623.659
101 - Transferências do Imposto sobre a Renda e sobre Produtos Industrializados	16.738.832.415		16.738.832.415
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos	400.000.000		400.000.000
130 - Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional	100.000.000		100.000.000
134 - Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	27.717.261		27.717.261
135 - Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	5.451.584.511		5.451.584.511
141 - Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	6.973.110		6.973.110
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	9.761.736.566		9.761.736.566
148 - Operações de Crédito Externas - em Moeda	120.000.000		120.000.000
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	3.759.180		3.759.180
160 - Recursos das Operações Oficiais de Crédito	876.416.066		876.416.066
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	11.200.000		11.200.000
166 - Recursos Financeiros de Aplicação Vinculada	116.187.245		116.187.245
172 - Outras Contribuições Econômicas	4.607.254.612		4.607.254.612
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais		4.500.000	4.500.000
178 - Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	72.568.752		72.568.752
180 - Recursos Próprios Financeiros	20.832.128.636		20.832.128.636
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	1.671.135.900		1.671.135.900
901 - Transferências do Imposto sobre a Renda e sobre Produtos Industrializados - CONDICIONADOS	1.127.176.661		1.127.176.661
6 - Amortização da Dívida	2.118.029.702.529		2.118.029.702.529
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	39.732.153.231		39.732.153.231
143 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal	1.882.754.432.412		1.882.754.432.412
148 - Operações de Crédito Externas - em Moeda	455.027.313		455.027.313
159 - Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Refinanciamento de Dívidas de Médio e Longo Prazos	71.676.711.163		71.676.711.163
162 - Recursos da União Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	17.093.051		17.093.051
171 - Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Operações de Crédito - BEA/BIB	159.210.533		159.210.533
173 - Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Operações de Crédito - Estados e Municípios	28.951.825.253		28.951.825.253
187 - Alienação de Títulos e Valores Mobiliários	1.664.281.303		1.664.281.303
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	47.172.026.453		47.172.026.453
197 - Dividendos da União	26.284.938.576		26.284.938.576
900 - Recursos Primários de Livre Aplicação - CONDICIONADOS	19.162.003.241		19.162.003.241
9 - Reserva de Contingência	13.782.601.932		13.782.601.932
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	337.180.400		337.180.400
180 - Recursos Próprios Financeiros	12.827.263.078		12.827.263.078
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	618.158.454		618.158.454
71000 - Encargos Financeiros da União	95.066.916.028	349.982.588	95.416.898.616
1 - Pessoal e Encargos Sociais	16.466.891.783	100.000.000	16.566.891.783
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	16.110.557.890		16.110.557.890
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		100.000.000	100.000.000
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	356.333.893		356.333.893
3 - Outras Despesas Correntes	50.749.236.260	249.982.588	50.999.218.848

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	49.004.226.260	80.661.162	49.084.887.422
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	121.404.993		121.404.993
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		169.321.426	169.321.426
180 - Recursos Próprios Financeiros	1.623.605.007		1.623.605.007
5 - Inversões Financeiras	14.382.094.823		14.382.094.823
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.792.039.725		1.792.039.725
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros	9.201.560.810		9.201.560.810
<i>Hidrocarbonetos Fluidos</i>			
180 - Recursos Próprios Financeiros	2.157.224.288		2.157.224.288
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	1.231.270.000		1.231.270.000
9 - Reserva de Contingência	13.468.693.162		13.468.693.162
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	337.180.400		337.180.400
180 - Recursos Próprios Financeiros	12.513.354.308		12.513.354.308
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	618.158.454		618.158.454
71101 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia	14.382.406.892	349.982.588	14.732.389.480
1 - Pessoal e Encargos Sociais	5.927.209.315	100.000.000	6.027.209.315
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	5.570.875.422		5.570.875.422
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		100.000.000	100.000.000
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	356.333.893		356.333.893
3 - Outras Despesas Correntes	6.736.939.123	249.982.588	6.986.921.711
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	6.736.939.123	80.661.162	6.817.600.285
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		169.321.426	169.321.426
5 - Inversões Financeiras	1.100.100.000		1.100.100.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.100.100.000		1.100.100.000
9 - Reserva de Contingência	618.158.454		618.158.454
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	618.158.454		618.158.454
71103 - Encargos Financeiros da União - Pagamento de Sentenças Judiciais	50.441.389.553		50.441.389.553
1 - Pessoal e Encargos Sociais	10.539.682.468		10.539.682.468
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	10.539.682.468		10.539.682.468
3 - Outras Despesas Correntes	39.209.767.360		39.209.767.360
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	39.209.767.360		39.209.767.360
5 - Inversões Financeiras	691.939.725		691.939.725
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	691.939.725		691.939.725
71104 - Remuneração de Agentes Financeiros - Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia	930.000.000		930.000.000
3 - Outras Despesas Correntes	930.000.000		930.000.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	930.000.000		930.000.000
71903 - Fundo Social - FS	12.590.065.098		12.590.065.098
3 - Outras Despesas Correntes	10.000		10.000
180 - Recursos Próprios Financeiros	10.000		10.000
5 - Inversões Financeiras	12.590.055.098		12.590.055.098
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros	9.201.560.810		9.201.560.810
<i>Hidrocarbonetos Fluidos</i>			
180 - Recursos Próprios Financeiros	2.157.224.288		2.157.224.288
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	1.231.270.000		1.231.270.000
71904 - Fundo de Estabilidade do Seguro Rural - Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia	357.333.327		357.333.327
3 - Outras Despesas Correntes	25.000.000		25.000.000
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	19.000.000		19.000.000
180 - Recursos Próprios Financeiros	6.000.000		6.000.000
9 - Reserva de Contingência	332.333.327		332.333.327
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	130.705.313		130.705.313
180 - Recursos Próprios Financeiros	201.628.014		201.628.014
71905 - Fundo de Garantia à Exportação - Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia	14.238.201.381		14.238.201.381
3 - Outras Despesas Correntes	1.720.000.000		1.720.000.000
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	102.404.993		102.404.993
180 - Recursos Próprios Financeiros	1.617.595.007		1.617.595.007
9 - Reserva de Contingência	12.518.201.381		12.518.201.381
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	206.475.087		206.475.087
180 - Recursos Próprios Financeiros	12.311.726.294		12.311.726.294
71906 - Fundo Especial de Financiamento de Campanhas	2.127.519.777		2.127.519.777
3 - Outras Despesas Correntes	2.127.519.777		2.127.519.777
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.127.519.777		2.127.519.777
73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	368.864.898.978	11.303.385.640	380.168.284.618
1 - Pessoal e Encargos Sociais	8.903.376.939	10.631.718.080	19.535.095.019
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	6.553.376.939		6.553.376.939
123 - Contribuição para o Custeio das Pensões Militares		623.838.923	623.838.923
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		9.579.757.446	9.579.757.446
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		209.654.435	209.654.435
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		218.467.276	218.467.276
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	2.350.000.000		2.350.000.000
3 - Outras Despesas Correntes	359.871.522.039	656.278.544	360.527.800.583
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	5.753.139.369		5.753.139.369
101 - Transferências do Imposto sobre a Renda e sobre Produtos Industrializados	265.494.262.603		265.494.262.603
102 - Transferência do Imposto Territorial Rural	2.403.496.626		2.403.496.626
106 - Contribuição para o Fundo de Saúde dos Policiais Militares e Bombeiros Militares do Distrito Federal		36.994.780	36.994.780
111 - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Combustíveis	452.780.146		452.780.146

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
<i>113 - Contribuição do Salário-Educação</i>	14.936.709.980		14.936.709.980
<i>119 - Imposto sobre Operações Financeiras - Ouro</i>	42.206.491		42.206.491
<i>129 - Recursos de Concessões e Permissões</i>	8.393.343		8.393.343
<i>134 - Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos</i>	2.693.638.378		2.693.638.378
<i>141 - Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais</i>	7.557.579.899		7.557.579.899
<i>142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos</i>	43.108.997.942		43.108.997.942
<i>151 - Recursos Livres da Seguridade Social</i>		619.283.764	619.283.764
<i>186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas</i>	136.941.790		136.941.790
<i>901 - Transferências do Imposto sobre a Renda e sobre Produtos Industrializados -</i>	17.283.375.472		17.283.375.472
CONDICIONADOS			
4 - Investimentos	90.000.000	15.389.016	105.389.016
<i>100 - Recursos Primários de Livre Aplicação</i>	90.000.000		90.000.000
<i>151 - Recursos Livres da Seguridade Social</i>		15.389.016	15.389.016
73101 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia	6.937.086.887	2.888.774.171	9.825.861.058
1 - Pessoal e Encargos Sociais	2.665.660.605	2.859.752.805	5.525.413.410
<i>100 - Recursos Primários de Livre Aplicação</i>	2.665.660.605		2.665.660.605
<i>123 - Contribuição para o Custeio das Pensões Militares</i>		171.600.667	171.600.667
<i>151 - Recursos Livres da Seguridade Social</i>		2.688.152.138	2.688.152.138
3 - Outras Despesas Correntes	4.271.426.282	29.021.366	4.300.447.648
<i>100 - Recursos Primários de Livre Aplicação</i>	4.134.484.492		4.134.484.492
<i>151 - Recursos Livres da Seguridade Social</i>		29.021.366	29.021.366
<i>186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas</i>	136.941.790		136.941.790
73107 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Educação	14.936.709.980		14.936.709.980
3 - Outras Despesas Correntes	14.936.709.980		14.936.709.980
<i>113 - Contribuição do Salário-Educação</i>	14.936.709.980		14.936.709.980
73108 - Transferências Constitucionais - Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia	285.676.121.338		285.676.121.338
3 - Outras Despesas Correntes	285.676.121.338		285.676.121.338
<i>101 - Transferências do Imposto sobre a Renda e sobre Produtos Industrializados</i>	265.494.262.603		265.494.262.603
<i>102 - Transferência do Imposto Territorial Rural</i>	2.403.496.626		2.403.496.626
<i>111 - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Combustíveis</i>	452.780.146		452.780.146
<i>119 - Imposto sobre Operações Financeiras - Ouro</i>	42.206.491		42.206.491
<i>901 - Transferências do Imposto sobre a Renda e sobre Produtos Industrializados -</i>	17.283.375.472		17.283.375.472
CONDICIONADOS			
73115 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	8.393.343		8.393.343
3 - Outras Despesas Correntes	8.393.343		8.393.343
<i>129 - Recursos de Concessões e Permissões</i>	8.393.343		8.393.343
73116 - Recursos sob Supervisão da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP	43.188.726.403		43.188.726.403
3 - Outras Despesas Correntes	43.188.726.403		43.188.726.403
<i>100 - Recursos Primários de Livre Aplicação</i>	79.728.461		79.728.461
<i>142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos</i>	43.108.997.942		43.108.997.942
73118 - Recursos sob Supervisão da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL	2.693.638.378		2.693.638.378
3 - Outras Despesas Correntes	2.693.638.378		2.693.638.378
<i>134 - Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos</i>	2.693.638.378		2.693.638.378
73119 - Recursos sob Supervisão da Agência Nacional de Mineração - ANM	7.557.579.899		7.557.579.899
3 - Outras Despesas Correntes	7.557.579.899		7.557.579.899
<i>141 - Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais</i>	7.557.579.899		7.557.579.899
73901 - Fundo Constitucional do Distrito Federal - FCDF	7.866.642.750	8.414.611.469	16.281.254.219
1 - Pessoal e Encargos Sociais	6.237.716.334	7.771.965.275	14.009.681.609
<i>100 - Recursos Primários de Livre Aplicação</i>	3.887.716.334		3.887.716.334
<i>123 - Contribuição para o Custeio das Pensões Militares</i>		452.238.256	452.238.256
<i>151 - Recursos Livres da Seguridade Social</i>		6.891.605.308	6.891.605.308
<i>156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público</i>		209.654.435	209.654.435
<i>169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público</i>		218.467.276	218.467.276
<i>188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação</i>	2.350.000.000		2.350.000.000
3 - Outras Despesas Correntes	1.538.926.416	627.257.178	2.166.183.594
<i>100 - Recursos Primários de Livre Aplicação</i>	1.538.926.416		1.538.926.416
<i>106 - Contribuição para o Fundo de Saúde dos Policiais Militares e Bombeiros Militares do Distrito Federal</i>		36.994.780	36.994.780
<i>151 - Recursos Livres da Seguridade Social</i>		590.262.398	590.262.398
4 - Investimentos	90.000.000	15.389.016	105.389.016
<i>100 - Recursos Primários de Livre Aplicação</i>	90.000.000		90.000.000
<i>151 - Recursos Livres da Seguridade Social</i>		15.389.016	15.389.016
74000 - Operações Oficiais de Crédito	63.588.132.757	4.500.000	63.592.632.757
2 - Juros e Encargos da Dívida	93.000.000		93.000.000
<i>144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações</i>	93.000.000		93.000.000
3 - Outras Despesas Correntes	11.743.024.236		11.743.024.236
<i>100 - Recursos Primários de Livre Aplicação</i>	11.084.681.691		11.084.681.691
<i>118 - Receitas de Concursos de Prognósticos</i>	8.000.000		8.000.000
<i>130 - Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional</i>	3.000.000		3.000.000
<i>180 - Recursos Próprios Financeiros</i>	647.342.545		647.342.545
5 - Inversões Financeiras	51.428.199.751	4.500.000	51.432.699.751
<i>100 - Recursos Primários de Livre Aplicação</i>	2.093.583.934		2.093.583.934
<i>101 - Transferências do Imposto sobre a Renda e sobre Produtos Industrializados</i>	16.738.832.415		16.738.832.415
<i>118 - Receitas de Concursos de Prognósticos</i>	400.000.000		400.000.000
<i>130 - Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional</i>	100.000.000		100.000.000

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
134 - Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	27.717.261		27.717.261
135 - Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	5.451.584.511		5.451.584.511
141 - Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	6.973.110		6.973.110
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros	560.175.756		560.175.756
Hidrocarbonetos Fluidos			
148 - Operações de Crédito Externas - em Moeda	120.000.000		120.000.000
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	3.759.180		3.759.180
160 - Recursos das Operações Oficiais de Crédito	876.416.066		876.416.066
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	11.200.000		11.200.000
166 - Recursos Financeiros de Aplicação Vinculada	116.187.245		116.187.245
172 - Outras Contribuições Econômicas	4.607.254.612		4.607.254.612
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de		4.500.000	4.500.000
Processos Judiciais			
178 - Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	72.568.752		72.568.752
180 - Recursos Próprios Financeiros	18.674.904.348		18.674.904.348
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	439.865.900		439.865.900
901 - Transferências do Imposto sobre a Renda e sobre Produtos Industrializados -	1.127.176.661		1.127.176.661
CONDICIONADOS			
6 - Amortização da Dívida	10.000.000		10.000.000
143 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida	10.000.000		10.000.000
Publica Federal			
9 - Reserva de Contingência	313.908.770		313.908.770
180 - Recursos Próprios Financeiros	313.908.770		313.908.770
74101 - Recursos sob Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Economia	13.027.681.691		13.027.681.691
Economia			
2 - Juros e Encargos da Dívida	93.000.000		93.000.000
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	93.000.000		93.000.000
3 - Outras Despesas Correntes	10.454.681.691		10.454.681.691
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	10.454.681.691		10.454.681.691
5 - Inversões Financeiras	2.470.000.000		2.470.000.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.593.583.934		1.593.583.934
160 - Recursos das Operações Oficiais de Crédito	876.416.066		876.416.066
6 - Amortização da Dívida	10.000.000		10.000.000
143 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida	10.000.000		10.000.000
Publica Federal			
74102 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia	120.000.000		120.000.000
5 - Inversões Financeiras	120.000.000		120.000.000
148 - Operações de Crédito Externas - em Moeda	120.000.000		120.000.000
74104 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	630.000.000		630.000.000
3 - Outras Despesas Correntes	630.000.000		630.000.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	630.000.000		630.000.000
74201 - Recursos sob Supervisão da Superintendência de Seguros Privados/SUSEP - Ministério da Economia	1.266.060		1.266.060
5 - Inversões Financeiras	1.266.060		1.266.060
180 - Recursos Próprios Financeiros	1.266.060		1.266.060
74202 - Recursos sob Supervisão da Agência Nacional de Saúde Suplementar/ANS		4.500.000	4.500.000
5 - Inversões Financeiras		4.500.000	4.500.000
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de		4.500.000	4.500.000
Processos Judiciais			
74203 - Recursos sob Supervisão do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA-MAPA	64.975.190		64.975.190
5 - Inversões Financeiras	64.975.190		64.975.190
180 - Recursos Próprios Financeiros	64.975.190		64.975.190
74204 - Recursos sob Supervisão da Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da Marinha - CCCPM	265.765.932		265.765.932
5 - Inversões Financeiras	265.765.932		265.765.932
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.501.412		1.501.412
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	11.200.000		11.200.000
180 - Recursos Próprios Financeiros	253.064.520		253.064.520
74205 - Recursos sob Supervisão da Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica	8.742.653		8.742.653
5 - Inversões Financeiras	8.742.653		8.742.653
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	2.063.402		2.063.402
180 - Recursos Próprios Financeiros	6.679.251		6.679.251
74901 - Recursos sob Supervisão do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira/Funcafé - MAPA	6.079.685.659		6.079.685.659
3 - Outras Despesas Correntes	20.809.475		20.809.475
180 - Recursos Próprios Financeiros	20.809.475		20.809.475
5 - Inversões Financeiras	6.058.876.184		6.058.876.184
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	43.121		43.121
180 - Recursos Próprios Financeiros	6.058.833.063		6.058.833.063
74902 - Recursos sob Supervisão do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior/FIES - Min. da Educação	6.969.739.008		6.969.739.008
3 - Outras Despesas Correntes	626.533.070		626.533.070
180 - Recursos Próprios Financeiros	626.533.070		626.533.070
5 - Inversões Financeiras	6.029.297.168		6.029.297.168
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	500.000.000		500.000.000
180 - Recursos Próprios Financeiros	5.089.491.056		5.089.491.056
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	439.806.112		439.806.112
9 - Reserva de Contingência	313.908.770		313.908.770
180 - Recursos Próprios Financeiros	313.908.770		313.908.770

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
74904 - Recursos sob Supervisão do Fundo da Marinha Mercante/FMM - Ministério da Infraestrutura	9.887.305.384		9.887.305.384
5 - Inversões Financeiras	9.887.305.384		9.887.305.384
135 - Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	5.296.502.416		5.296.502.416
180 - Recursos Próprios Financeiros	4.590.802.968		4.590.802.968
74905 - Recursos sob Sup. do Fundo p/ Desenv.Tecnol. das Telecomunic./FUNTEL-M.Comunicações	464.662.675		464.662.675
5 - Inversões Financeiras	464.662.675		464.662.675
166 - Recursos Financeiros de Aplicação Vinculada	105.544.474		105.544.474
172 - Outras Contribuições Econômicas	278.301.878		278.301.878
180 - Recursos Próprios Financeiros	80.816.323		80.816.323
74906 - Recursos sob Supervisão do Fundo de Terras e da Reforma Agrária/Banco da Terra - MAPA	480.612.249		480.612.249
5 - Inversões Financeiras	480.612.249		480.612.249
180 - Recursos Próprios Financeiros	480.612.249		480.612.249
74908 - Recursos sob Supervisão do Fundo Geral de Turismo/FUNGETUR - Ministério do Turismo	472.822.908		472.822.908
5 - Inversões Financeiras	472.822.908		472.822.908
180 - Recursos Próprios Financeiros	472.822.908		472.822.908
74910 - Recursos sob Sup. do Fundo Nac.de Desenv.Científico e Tecnológico/FNDCT-M.Ciência,Tecnol. e Inov.	4.233.454.165		4.233.454.165
5 - Inversões Financeiras	4.233.454.165		4.233.454.165
134 - Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	27.717.261		27.717.261
135 - Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	155.082.095		155.082.095
141 - Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	6.973.110		6.973.110
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	300.070.214		300.070.214
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	151.245		151.245
172 - Outras Contribuições Econômicas	3.742.599.336		3.742.599.336
178 - Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	801.116		801.116
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	59.788		59.788
74912 - Recursos sob Supervisão do Fundo Nacional de Cultura	511.000.000		511.000.000
3 - Outras Despesas Correntes	11.000.000		11.000.000
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos	8.000.000		8.000.000
130 - Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional	3.000.000		3.000.000
5 - Inversões Financeiras	500.000.000		500.000.000
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos	400.000.000		400.000.000
130 - Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional	100.000.000		100.000.000
74913 - Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte/FNO - M. Desenvolv. Regional	3.573.201.815		3.573.201.815
5 - Inversões Financeiras	3.573.201.815		3.573.201.815
101 - Transferências do Imposto sobre a Renda e sobre Produtos Industrializados	3.347.766.483		3.347.766.483
901 - Transferências do Imposto sobre a Renda e sobre Produtos Industrializados - CONDICIONADOS	225.435.332		225.435.332
74914 - Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste/FCO - M. Desenvolv. Regional	3.573.201.815		3.573.201.815
5 - Inversões Financeiras	3.573.201.815		3.573.201.815
101 - Transferências do Imposto sobre a Renda e sobre Produtos Industrializados	3.347.766.483		3.347.766.483
901 - Transferências do Imposto sobre a Renda e sobre Produtos Industrializados - CONDICIONADOS	225.435.332		225.435.332
74915 - Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste/FNE - M. Desenvolv. Regional	10.719.605.446		10.719.605.446
5 - Inversões Financeiras	10.719.605.446		10.719.605.446
101 - Transferências do Imposto sobre a Renda e sobre Produtos Industrializados	10.043.299.449		10.043.299.449
901 - Transferências do Imposto sobre a Renda e sobre Produtos Industrializados - CONDICIONADOS	676.305.997		676.305.997
74916 - Recursos sob Supervisão do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima/FNMC - Ministério do Meio Ambiente	444.105.542		444.105.542
5 - Inversões Financeiras	444.105.542		444.105.542
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	260.105.542		260.105.542
180 - Recursos Próprios Financeiros	184.000.000		184.000.000
74917 - Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia/FDA - M. Desenvolv. Regional	434.369.549		434.369.549
5 - Inversões Financeiras	434.369.549		434.369.549
166 - Recursos Financeiros de Aplicação Vinculada	3.327.986		3.327.986
180 - Recursos Próprios Financeiros	431.041.563		431.041.563
74918 - Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste/FDNE - M. Desenvolv. Regional	776.157.883		776.157.883
5 - Inversões Financeiras	776.157.883		776.157.883
166 - Recursos Financeiros de Aplicação Vinculada	6.080.170		6.080.170
180 - Recursos Próprios Financeiros	770.077.713		770.077.713
74919 - Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste/FDCO - M. Desenvolv. Regional	191.656.099		191.656.099
5 - Inversões Financeiras	191.656.099		191.656.099
166 - Recursos Financeiros de Aplicação Vinculada	1.234.615		1.234.615
180 - Recursos Próprios Financeiros	190.421.484		190.421.484
74920 - Recursos sob Supervisão do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - FUST - M. Comunicações	658.121.034		658.121.034
5 - Inversões Financeiras	658.121.034		658.121.034
172 - Outras Contribuições Econômicas	586.353.398		586.353.398

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
<i>178 - Fundo de Fiscalização das Telecomunicações</i>	71.767.636		71.767.636
75000 - Dívida Pública Federal	2.468.269.646.271		2.468.269.646.271
2 - Juros e Encargos da Dívida			
<i>144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações</i>	350.249.943.742		350.249.943.742
<i>173 - Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Operações de Crédito - Estados e Municípios</i>	350.248.369.869		350.248.369.869
<i>1573 - Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Operações de Crédito - Estados e Municípios</i>	1.573.873		1.573.873
6 - Amortização da Dívida			
<i>100 - Recursos Primários de Livre Aplicação</i>	2.118.019.702.529		2.118.019.702.529
<i>143 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal</i>	39.732.153.231		39.732.153.231
<i>143 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal</i>	1.882.744.432.412		1.882.744.432.412
<i>148 - Operações de Crédito Externas - em Moeda</i>	455.027.313		455.027.313
<i>159 - Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Refinanciamento de Dívidas de Médio e Longo Prazos</i>	71.676.711.163		71.676.711.163
<i>162 - Recursos da União Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público</i>	17.093.051		17.093.051
<i>171 - Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Operações de Crédito - BEA/BIB</i>	159.210.533		159.210.533
<i>173 - Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Operações de Crédito - Estados e Municípios</i>	28.951.825.253		28.951.825.253
<i>187 - Alienação de Títulos e Valores Mobiliários</i>	1.664.281.303		1.664.281.303
<i>188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação</i>	47.172.026.453		47.172.026.453
<i>197 - Dividendos da União</i>	26.284.938.576		26.284.938.576
<i>900 - Recursos Primários de Livre Aplicação - CONDICIONADOS</i>	19.162.003.241		19.162.003.241
75101 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia	2.468.269.646.271		2.468.269.646.271
2 - Juros e Encargos da Dívida			
<i>144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações</i>	350.249.943.742		350.249.943.742
<i>173 - Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Operações de Crédito - Estados e Municípios</i>	350.248.369.869		350.248.369.869
<i>1573 - Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Operações de Crédito - Estados e Municípios</i>	1.573.873		1.573.873
6 - Amortização da Dívida			
<i>100 - Recursos Primários de Livre Aplicação</i>	2.118.019.702.529		2.118.019.702.529
<i>143 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal</i>	39.732.153.231		39.732.153.231
<i>143 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal</i>	1.882.744.432.412		1.882.744.432.412
<i>148 - Operações de Crédito Externas - em Moeda</i>	455.027.313		455.027.313
<i>159 - Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Refinanciamento de Dívidas de Médio e Longo Prazos</i>	71.676.711.163		71.676.711.163
<i>162 - Recursos da União Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público</i>	17.093.051		17.093.051
<i>171 - Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Operações de Crédito - BEA/BIB</i>	159.210.533		159.210.533
<i>173 - Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Operações de Crédito - Estados e Municípios</i>	28.951.825.253		28.951.825.253
<i>187 - Alienação de Títulos e Valores Mobiliários</i>	1.664.281.303		1.664.281.303
<i>188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação</i>	47.172.026.453		47.172.026.453
<i>197 - Dividendos da União</i>	26.284.938.576		26.284.938.576
<i>900 - Recursos Primários de Livre Aplicação - CONDICIONADOS</i>	19.162.003.241		19.162.003.241
RESERVA DE CONTINGENCIA	11.405.521.830		11.405.521.830
9 - Reserva de Contingência			
<i>142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos</i>	11.405.521.830		11.405.521.830
<i>142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos</i>	1.167.714.203		1.167.714.203
90000 - Reserva de Contingência			
9 - Reserva de Contingência			
<i>142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos</i>	11.405.521.830		11.405.521.830
<i>142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos</i>	1.167.714.203		1.167.714.203
<i>188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação</i>	10.237.807.627		10.237.807.627
Total	3.386.560.109.543	1.233.112.699.997	4.619.672.809.540

(*) Unidade com prerrogativas de órgão setorial de acordo com o § 1º do art. 3º da Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019.

(**) Unidade com prerrogativas de órgão setorial de acordo com o § 1º do art. 3º, combinado com o art. 51, ambos da Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019.

(***) Vinculado à ANATEL.

Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Quadro 6A -Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Função e Subfunção

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso VI

Recursos de Todas as Fontes

Função	Fiscal	Seguridade Social	Total
01 LEGISLATIVA	8.949.832.643	487.421.222	9.437.253.865
02 JUDICIÁRIA	41.500.787.857	1.495.390.844	42.996.178.701
03 ESSENCIAL À JUSTIÇA	8.625.978.881	222.076.629	8.848.055.510
04 ADMINISTRAÇÃO	28.726.331.923	445.050.639	29.171.382.562
05 DEFESA NACIONAL	82.243.979.749	3.523.162.580	85.767.142.329
06 SEGURANÇA PÚBLICA	12.693.560.359	98.126.266	12.791.686.625
07 RELAÇÕES EXTERIORES	4.148.115.322	190.170.687	4.338.286.009
08 ASSISTÊNCIA SOCIAL	12.000.000	109.126.612.066	109.138.612.066
09 PREVIDÊNCIA SOCIAL		855.028.452.661	855.028.452.661
10 SAÚDE		127.946.280.336	127.946.280.336
11 TRABALHO	26.774.367.452	63.566.327.697	90.340.695.149
12 EDUCAÇÃO	103.456.140.722	17.366.328.630	120.822.469.352
13 CULTURA	1.620.489.416	5.431.608	1.625.921.024
14 DIREITOS DA CIDADANIA	981.722.026	18.140.928	999.862.954
15 URBANISMO	1.297.113.649	31.570.306	1.328.683.955
16 HABITAÇÃO	8.100.000		8.100.000
17 SANEAMENTO		350.369.714	350.369.714
18 GESTÃO AMBIENTAL	3.968.347.838	19.914.900	3.988.262.738
19 CIÊNCIA E TECNOLOGIA	12.625.097.509	67.926.619	12.693.024.128
20 AGRICULTURA	24.094.888.962	162.143.037	24.257.031.999
21 ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	1.897.459.324	16.036.126	1.913.495.450
22 INDÚSTRIA	1.829.200.884	35.606.375	1.864.807.259
23 COMÉRCIO E SERVIÇOS	4.327.642.420	1.580.937	4.329.223.357
24 COMUNICAÇÕES	3.622.478.487	12.360.967	3.634.839.454
25 ENERGIA	1.685.674.450	8.045.429	1.693.719.879
26 TRANSPORTE	18.515.209.113	43.861.585	18.559.070.698
27 DESPORTO E LAZER	302.215.355		302.215.355
28 ENCARGOS ESPECIAIS	2.942.370.119.991	44.618.475.836	2.986.988.595.827
29 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.283.255.211	8.225.835.373	58.509.090.584
Total	3.386.560.109.543	1.233.112.699.997	4.619.672.809.540

Subfunção	Fiscal	Seguridade Social	Total
031 AÇÃO LEGISLATIVA	1.803.742.682		1.803.742.682
032 CONTROLE EXTERNO	630.950.592		630.950.592
061 AÇÃO JUDICIÁRIA	4.387.005.795		4.387.005.795
062 DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO NO PROCESSO JUDICIÁRIO	1.229.802.962		1.229.802.962
092 REPRESENTAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL	702.711.597	30.000.000	732.711.597
121 PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	2.436.948.082	26.000.000	2.462.948.082
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	154.866.575.367	11.868.773.192	166.735.348.559
123 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	662.588.811	130.000	662.718.811
124 CONTROLE INTERNO	136.010.241	12.000.000	148.010.241
125 NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	1.711.382.748	46.623.237	1.758.005.985
126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	2.442.749.544	1.001.678.795	3.444.428.339
127 ORDENAMENTO TERRITORIAL	180.991.418		180.991.418
128 FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	254.591.018	1.715.123.790	1.969.714.808
129 ADMINISTRAÇÃO DE RECEITAS	174.693.793		174.693.793
130 ADMINISTRAÇÃO DE CONCESSÕES	12.009.423		12.009.423
131 COMUNICAÇÃO SOCIAL	798.293.082	242.200.000	1.040.493.082
151 DEFESA AÉREA	6.017.834.507		6.017.834.507
152 DEFESA NAVAL	2.298.379.095		2.298.379.095
153 DEFESA TERRESTRE	2.892.168.133		2.892.168.133
181 POLICIAMENTO	3.126.554.632		3.126.554.632
182 DEFESA CIVIL	560.000.000		560.000.000
183 INFORMAÇÃO E INTELIGÊNCIA	97.967.392		97.967.392
211 RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS	1.246.057.760		1.246.057.760
212 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	74.792.232		74.792.232
241 ASSISTÊNCIA AO IDOSO		32.140.287.870	32.140.287.870
242 ASSISTÊNCIA AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA	12.000.000	39.703.498.714	39.715.498.714
243 ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE		461.446.079	461.446.079
244 ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	479.125.642	36.557.595.504	37.036.721.146
271 PREVIDÊNCIA BÁSICA		735.796.251.363	735.796.251.363
272 PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO		112.397.858.344	112.397.858.344
274 PREVIDÊNCIA ESPECIAL		140.509.234	140.509.234
301 ATENÇÃO BÁSICA	9.682.621.284	33.823.748.694	43.506.369.978
302 ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL		68.000.570.470	68.000.570.470
303 SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO		17.224.815.349	17.224.815.349
304 VIGILÂNCIA SANITÁRIA		344.200.000	344.200.000
305 VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA		12.400.035.000	12.400.035.000
306 ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO		4.136.602.091	4.136.602.091
331 PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	1.470.427.915	63.252.057.275	64.722.485.190
332 RELAÇÕES DE TRABALHO		970.000	970.000
333 EMPREGABILIDADE	4.446.515	47.700.392	52.146.907
334 FOMENTO AO TRABALHO	24.008.285.627	4.653.642	24.012.939.269
363 ENSINO PROFISSIONAL	13.491.856.268		13.491.856.268
364 ENSINO SUPERIOR	33.385.841.976	974.784.446	34.360.626.422
365 EDUCAÇÃO INFANTIL	151.000.000		151.000.000

Quadro 6A -Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Função e Subfunção

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso VI

Recursos de Todas as Fontes

Subfunção	Fiscal	Seguridade Social	Total
366 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	41.102.422		41.102.422
367 EDUCAÇÃO ESPECIAL	42.436.149		42.436.149
368 EDUCAÇÃO BÁSICA	5.940.138.253		5.940.138.253
391 PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO	101.443.317	14.500.000	115.943.317
392 DIFUSÃO CULTURAL	723.059.107		723.059.107
421 CUSTÓDIA E REINTEGRAÇÃO SOCIAL	251.132.257		251.132.257
422 DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	454.943.030	35.000.000	489.943.030
423 ASSISTÊNCIA AOS POVOS INDÍGENAS	45.500.000	1.475.100.000	1.520.600.000
451 INFRA-ESTRUTURA URBANA	112.875.450		112.875.450
452 SERVIÇOS URBANOS	1.500.000		1.500.000
453 TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS	370.154.138		370.154.138
482 HABITAÇÃO URBANA	344.304.289		344.304.289
511 SANEAMENTO BÁSICO RURAL		330.142.000	330.142.000
512 SANEAMENTO BÁSICO URBANO	19.500.000	705.367.714	724.867.714
541 PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	603.580.767	15.000.000	618.580.767
542 CONTROLE AMBIENTAL	134.381.650		134.381.650
543 RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS	26.738.178		26.738.178
544 RECURSOS HÍDRICOS	1.542.495.480		1.542.495.480
545 METEOROLOGIA	20.865.982		20.865.982
571 DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	3.497.692.573	809.300.000	4.306.992.573
572 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENGENHARIA	8.349.915.067	451.700.000	8.801.615.067
573 DIFUSÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	478.580.485	97.000.000	575.580.485
605 ABASTECIMENTO	6.046.348.125		6.046.348.125
606 EXTENSÃO RURAL	30.580.500		30.580.500
607 IRRIGAÇÃO	210.660.287		210.660.287
608 PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	11.676.629.962		11.676.629.962
609 DEFESA AGROPECUÁRIA	16.400.000		16.400.000
631 REFORMA AGRÁRIA	616.624.529		616.624.529
661 PROMOÇÃO INDUSTRIAL	9.909.634.316		9.909.634.316
662 PRODUÇÃO INDUSTRIAL	715.620.455		715.620.455
663 MINERAÇÃO	43.440.845		43.440.845
664 PROPRIEDADE INDUSTRIAL	21.908.120		21.908.120
665 NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE	15.309.724	153.000.000	168.309.724
691 PROMOÇÃO COMERCIAL	342.992.569		342.992.569
693 COMÉRCIO EXTERIOR	3.534.212.760		3.534.212.760
694 SERVIÇOS FINANCEIROS	5.529.297.168		5.529.297.168
695 TURISMO	573.515.769		573.515.769
722 TELECOMUNICAÇÕES	1.289.756.078		1.289.756.078
751 CONSERVAÇÃO DE ENERGIA	34.414.220		34.414.220
752 ENERGIA ELÉTRICA	42.718.460		42.718.460
753 COMBUSTÍVEIS MINERAIS	5.191.600		5.191.600
754 BIOCOMBUSTÍVEIS	764.000		764.000
781 TRANSPORTE AÉREO	99.900.000		99.900.000
782 TRANSPORTE RODOVIÁRIO	4.381.111.355		4.381.111.355
783 TRANSPORTE FERROVIÁRIO	541.231.414		541.231.414
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO	341.832.000		341.832.000
811 DESPORTO DE RENDIMENTO	219.662.500		219.662.500
812 DESPORTO COMUNITÁRIO	87.215.355		87.215.355
841 REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA INTERNA	1.814.518.745.907		1.814.518.745.907
842 REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA EXTERNA	27.752.552.051		27.752.552.051
843 SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	557.349.246.949		557.349.246.949
844 SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA	40.683.447.892		40.683.447.892
845 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	298.638.355.176	8.433.136.592	307.071.491.768
846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	154.771.105.365	40.017.504.837	194.788.610.202
847 TRANSFERÊNCIAS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA	101.703.684.154		101.703.684.154
999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.283.255.211	8.225.835.373	58.509.090.584
Total	3.386.560.109.543	1.233.112.699.997	4.619.672.809.540

Quadro 6B - Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Função e por Subfunção

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso VI

Recursos de Todas as Fontes

Função/Subfunção		Fiscal	Seguridade Social	Total
01	LEGISLATIVA	8.949.832.643	487.421.222	9.437.253.865
031	AÇÃO LEGISLATIVA	1.803.742.682		1.803.742.682
032	CONTROLE EXTERNO	473.702.752		473.702.752
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	5.637.189.877		5.637.189.877
131	COMUNICAÇÃO SOCIAL	58.645.223		58.645.223
301	ATENÇÃO BÁSICA	329.221.836	487.421.222	816.643.058
846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	647.330.273		647.330.273
02	JUDICIÁRIA	41.500.787.857	1.495.390.844	42.996.178.701
032	CONTROLE EXTERNO	120.400.104		120.400.104
061	AÇÃO JUDICIÁRIA	4.387.005.795		4.387.005.795
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	30.227.388.281		30.227.388.281
126	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	144.500.000		144.500.000
128	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	14.226.806		14.226.806
131	COMUNICAÇÃO SOCIAL	55.436.914		55.436.914
301	ATENÇÃO BÁSICA	1.414.268.085	1.495.390.844	2.909.658.929
846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	5.137.561.872		5.137.561.872
03	ESSENCIAL À JUSTIÇA	8.625.978.881	222.076.629	8.848.055.510
032	CONTROLE EXTERNO	36.847.736		36.847.736
062	DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO NO PROCESSO JUDICIÁRIO	1.229.802.962		1.229.802.962
092	REPRESENTAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL	473.000.597		473.000.597
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	5.054.000.876		5.054.000.876
126	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	57.605.850		57.605.850
128	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	25.972.574		25.972.574
131	COMUNICAÇÃO SOCIAL	16.965.285		16.965.285
301	ATENÇÃO BÁSICA	342.423.711	222.076.629	564.500.340
422	DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	109.611.831		109.611.831
846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	1.279.747.459		1.279.747.459
04	ADMINISTRAÇÃO	28.726.331.923	445.050.639	29.171.382.562
092	REPRESENTAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL	229.711.000		229.711.000
121	PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	2.079.703.712		2.079.703.712
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	20.647.300.131		20.647.300.131
123	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	28.055.741		28.055.741
124	CONTROLE INTERNO	136.010.241		136.010.241
125	NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	376.728.197		376.728.197
126	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	1.664.974.685		1.664.974.685
127	ORDENAMENTO TERRITORIAL	78.332.060		78.332.060
128	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	10.185.285		10.185.285
129	ADMINISTRAÇÃO DE RECEITAS	174.693.793		174.693.793
131	COMUNICAÇÃO SOCIAL	46.072.000		46.072.000
183	INFORMAÇÃO E INTELIGÊNCIA	87.963.760		87.963.760
211	RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS	34.285.173		34.285.173
301	ATENÇÃO BÁSICA	570.788.643	445.050.639	1.015.839.282
364	ENSINO SUPERIOR	2.014.397		2.014.397
391	PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO	30.850.418		30.850.418
571	DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	15.831.000		15.831.000
573	DIFUSÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	3.721.608		3.721.608
662	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	46.950.000		46.950.000
846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	2.462.160.079		2.462.160.079
05	DEFESA NACIONAL	82.243.979.749	3.523.162.580	85.767.142.329
121	PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	1.199.965		1.199.965
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	64.610.545.143	140.232.421	64.750.777.564
125	NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	117.856.182		117.856.182
126	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	89.905.906		89.905.906
128	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	128.320.225		128.320.225
131	COMUNICAÇÃO SOCIAL	1.534.357		1.534.357
151	DEFESA AÉREA	6.017.834.507		6.017.834.507
152	DEFESA NAVAL	2.298.379.095		2.298.379.095
153	DEFESA TERRESTRE	2.892.168.133		2.892.168.133
183	INFORMAÇÃO E INTELIGÊNCIA	10.003.632		10.003.632
212	COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	16.874.725		16.874.725
244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	8.200.000		8.200.000
301	ATENÇÃO BÁSICA	3.385.025.152	3.316.376.591	6.701.401.743
302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL		41.651.000	41.651.000
303	SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO		511.266	511.266
331	PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	1.360.194.216		1.360.194.216
333	EMPREGABILIDADE	4.290.515		4.290.515
363	ENSINO PROFISSIONAL	58.219.175		58.219.175
364	ENSINO SUPERIOR	13.429.610		13.429.610
366	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	1.671.100		1.671.100
368	EDUCAÇÃO BÁSICA	14.504.524		14.504.524
482	HABITAÇÃO URBANA	341.604.289		341.604.289
542	CONTROLE AMBIENTAL	50.787.500		50.787.500
571	DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	81.925.156		81.925.156
572	DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENGENHARIA	411.510.000		411.510.000
573	DIFUSÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	1.491.400		1.491.400
722	TELECOMUNICAÇÕES	57.683.132		57.683.132
811	DESPORTO DE RENDIMENTO	4.362.500		4.362.500
812	DESPORTO COMUNITÁRIO	300.000		300.000

Quadro 6B - Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Função e por Subfunção

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso VI

Recursos de Todas as Fontes

Função/Subfunção		Fiscal	Seguridade Social	Total
846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	264.159.610	24.391.302	288.550.912
06	SEGURANÇA PÚBLICA	12.693.560.359	98.126.266	12.791.686.625
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	7.115.961.477		7.115.961.477
131	COMUNICAÇÃO SOCIAL	100.000		100.000
181	POLICIAMENTO	3.126.554.632		3.126.554.632
182	DEFESA CIVIL	560.000.000		560.000.000
301	ATENÇÃO BÁSICA	249.739.521	98.126.266	347.865.787
421	CUSTÓDIA E REINTEGRAÇÃO SOCIAL	251.132.257		251.132.257
422	DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	9.000.000		9.000.000
846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	1.381.072.472		1.381.072.472
07	RELAÇÕES EXTERIORES	4.148.115.322	190.170.687	4.338.286.009
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.030.851.104		2.030.851.104
128	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	4.600.000		4.600.000
211	RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS	1.210.588.837		1.210.588.837
212	COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	49.847.788		49.847.788
301	ATENÇÃO BÁSICA	502.507.409	190.170.687	692.678.096
331	PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	110.233.699		110.233.699
392	DIFUSÃO CULTURAL	51.014.304		51.014.304
573	DIFUSÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	7.535.000		7.535.000
691	PROMOÇÃO COMERCIAL	11.762.838		11.762.838
846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	169.174.343		169.174.343
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	12.000.000	109.126.612.066	109.138.612.066
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL		48.799.382	48.799.382
125	NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO		9.238.980	9.238.980
126	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO		49.000.000	49.000.000
241	ASSISTÊNCIA AO IDOSO		32.137.551.514	32.137.551.514
242	ASSISTÊNCIA AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA	12.000.000	39.703.498.714	39.715.498.714
243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE		451.003.000	451.003.000
244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA		36.557.595.504	36.557.595.504
306	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO		108.682.972	108.682.972
511	SANEAMENTO BÁSICO RURAL		61.242.000	61.242.000
09	PREVIDÊNCIA SOCIAL		855.028.452.661	855.028.452.661
092	REPRESENTAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL		30.000.000	30.000.000
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL		3.538.225.509	3.538.225.509
124	CONTROLE INTERNO		5.000.000	5.000.000
125	NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO		3.121.043	3.121.043
126	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO		428.100.000	428.100.000
271	PREVIDÊNCIA BÁSICA		735.796.251.363	735.796.251.363
272	PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO		112.397.858.344	112.397.858.344
274	PREVIDÊNCIA ESPECIAL		140.509.234	140.509.234
301	ATENÇÃO BÁSICA		289.438.441	289.438.441
665	NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE		153.000.000	153.000.000
845	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS		1.659.851.151	1.659.851.151
846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS		587.097.576	587.097.576
10	SAÚDE		127.946.280.336	127.946.280.336
121	PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO		26.000.000	26.000.000
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL		8.012.743.386	8.012.743.386
124	CONTROLE INTERNO		7.000.000	7.000.000
125	NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO		31.863.214	31.863.214
126	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO		406.641.352	406.641.352
128	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS		1.709.600.000	1.709.600.000
131	COMUNICAÇÃO SOCIAL		242.200.000	242.200.000
301	ATENÇÃO BÁSICA		25.397.380.619	25.397.380.619
302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL		57.421.479.729	57.421.479.729
303	SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO		17.224.304.083	17.224.304.083
304	VIGILÂNCIA SANITÁRIA		344.200.000	344.200.000
305	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA		12.400.035.000	12.400.035.000
306	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO		66.000.000	66.000.000
391	PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO		14.500.000	14.500.000
422	DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS		35.000.000	35.000.000
423	ASSISTÊNCIA AOS POVOS INDÍGENAS		1.475.100.000	1.475.100.000
511	SANEAMENTO BÁSICO RURAL		268.900.000	268.900.000
512	SANEAMENTO BÁSICO URBANO		354.998.000	354.998.000
541	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL		15.000.000	15.000.000
571	DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO		808.300.000	808.300.000
572	DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENGENHARIA		451.700.000	451.700.000
573	DIFUSÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO		97.000.000	97.000.000
846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS		1.136.334.953	1.136.334.953
11	TRABALHO	26.774.367.452	63.566.327.697	90.340.695.149
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.168.571.797	102.208.523	2.270.780.320
123	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA		130.000	130.000
125	NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	30.416.410	2.400.000	32.816.410
126	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	96.227.590	117.937.443	214.165.033
128	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	650.000		650.000
301	ATENÇÃO BÁSICA	62.431.872	37.270.422	99.702.294
331	PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR		63.252.057.275	63.252.057.275
332	RELAÇÕES DE TRABALHO		970.000	970.000
333	EMPREGABILIDADE	156.000	47.700.392	47.856.392

Quadro 6B - Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Função e por Subfunção

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso VI

Recursos de Todas as Fontes

Função/Subfunção		Fiscal	Seguridade Social	Total
334	FOMENTO AO TRABALHO	24.008.285.627	4.653.642	24.012.939.269
571	DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	2.692.315	1.000.000	3.692.315
846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	404.935.841		404.935.841
12	EDUCAÇÃO	103.456.140.722	17.366.328.630	120.822.469.352
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.236.323.320	26.563.971	1.262.887.291
123	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	626.533.070		626.533.070
128	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	54.606.638	5.523.790	60.130.428
131	COMUNICAÇÃO SOCIAL	21.145.010		21.145.010
301	ATENÇÃO BÁSICA	1.888.188.152	1.243.006.764	3.131.194.916
302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL		10.537.439.741	10.537.439.741
306	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO		3.961.919.119	3.961.919.119
363	ENSINO PROFISSIONAL	13.415.701.825		13.415.701.825
364	ENSINO SUPERIOR	33.370.397.969	974.784.446	34.345.182.415
365	EDUCAÇÃO INFANTIL	151.000.000		151.000.000
366	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	38.981.322		38.981.322
367	EDUCAÇÃO ESPECIAL	42.436.149		42.436.149
368	EDUCAÇÃO BÁSICA	5.925.633.729		5.925.633.729
571	DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	455.694.156		455.694.156
573	DIFUSÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	394.409.878		394.409.878
694	SERVIÇOS FINANCEIROS	5.529.297.168		5.529.297.168
846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	8.192.910.559	617.090.799	8.810.001.358
847	TRANSFERÊNCIAS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA	32.112.881.777		32.112.881.777
13	CULTURA	1.620.489.416	5.431.608	1.625.921.024
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	481.327.607		481.327.607
123	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	8.000.000		8.000.000
125	NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	200.000		200.000
128	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	1.302.000		1.302.000
131	COMUNICAÇÃO SOCIAL	1.000.000		1.000.000
301	ATENÇÃO BÁSICA	19.649.748	5.431.608	25.081.356
391	PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO	70.592.899		70.592.899
392	DIFUSÃO CULTURAL	672.044.803		672.044.803
571	DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	14.000.000		14.000.000
691	PROMOÇÃO COMERCIAL	300.000.000		300.000.000
846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	52.372.359		52.372.359
14	DIREITOS DA CIDADANIA	981.722.026	18.140.928	999.862.954
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	454.919.692		454.919.692
125	NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	47.623.556		47.623.556
131	COMUNICAÇÃO SOCIAL	21.201.577		21.201.577
211	RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS	500.000		500.000
241	ASSISTÊNCIA AO IDOSO		2.736.356	2.736.356
243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE		10.443.079	10.443.079
301	ATENÇÃO BÁSICA	15.403.321	4.961.493	20.364.814
422	DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	318.267.340		318.267.340
423	ASSISTÊNCIA AOS POVOS INDÍGENAS	45.500.000		45.500.000
846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	78.306.540		78.306.540
15	URBANISMO	1.297.113.649	31.570.306	1.328.683.955
121	PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	7.300.000		7.300.000
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	728.277.280		728.277.280
127	ORDENAMENTO TERRITORIAL	9.500.000		9.500.000
128	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	1.750.000		1.750.000
131	COMUNICAÇÃO SOCIAL	550.000		550.000
244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	2.885.000		2.885.000
301	ATENÇÃO BÁSICA	69.121.781	31.570.306	100.692.087
451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	107.475.450		107.475.450
453	TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS	370.154.138		370.154.138
665	NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE	100.000		100.000
16	HABITAÇÃO	8.100.000		8.100.000
451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	5.400.000		5.400.000
482	HABITAÇÃO URBANA	2.700.000		2.700.000
17	SANEAMENTO		350.369.714	350.369.714
512	SANEAMENTO BÁSICO URBANO		350.369.714	350.369.714
18	GESTÃO AMBIENTAL	3.968.347.838	19.914.900	3.988.262.738
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.197.522.734		1.197.522.734
125	NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	287.537.249		287.537.249
128	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	1.110.000		1.110.000
301	ATENÇÃO BÁSICA	36.370.676	19.914.900	56.285.576
512	SANEAMENTO BÁSICO URBANO	19.500.000		19.500.000
541	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	600.761.033		600.761.033
542	CONTROLE AMBIENTAL	79.922.500		79.922.500
543	RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS	19.000.000		19.000.000
544	RECURSOS HÍDRICOS	1.534.995.480		1.534.995.480
571	DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	1.730.000		1.730.000
573	DIFUSÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	5.200.146		5.200.146
695	TURISMO	2.925.000		2.925.000
846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	181.773.020		181.773.020
19	CIÊNCIA E TECNOLOGIA	12.625.097.509	67.926.619	12.693.024.128
121	PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	17.700.000		17.700.000
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.986.946.690		1.986.946.690

Quadro 6B - Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Função e por Subfunção

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso VI

Recursos de Todas as Fontes

Função/Subfunção		Fiscal	Seguridade Social	Total
125	NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	8.024.885		8.024.885
128	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	5.189.872		5.189.872
131	COMUNICAÇÃO SOCIAL	4.000.000		4.000.000
212	COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	8.069.719		8.069.719
301	ATENÇÃO BÁSICA	79.043.094	67.926.619	146.969.713
541	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	1.659.734		1.659.734
542	CONTROLE AMBIENTAL	3.671.650		3.671.650
571	DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	2.893.061.746		2.893.061.746
572	DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENGENHARIA	7.223.675.666		7.223.675.666
573	DIFUSÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	40.557.351		40.557.351
662	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	148.733.179		148.733.179
846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	204.763.923		204.763.923
20	AGRICULTURA	24.094.888.962	162.143.037	24.257.031.999
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	5.265.911.280		5.265.911.280
125	NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	152.608.624		152.608.624
127	ORDENAMENTO TERRITORIAL	3.309.354		3.309.354
131	COMUNICAÇÃO SOCIAL	1.510.068		1.510.068
211	RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS	380.200		380.200
301	ATENÇÃO BÁSICA	240.100.952	162.143.037	402.243.989
363	ENSINO PROFISSIONAL	9.385.268		9.385.268
366	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	450.000		450.000
541	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	1.160.000		1.160.000
545	METEOROLOGIA	20.865.982		20.865.982
571	DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	4.150.000		4.150.000
572	DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENGENHARIA	141.366.966		141.366.966
573	DIFUSÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	25.665.102		25.665.102
605	ABASTECIMENTO	6.046.348.125		6.046.348.125
606	EXTENSÃO RURAL	30.530.500		30.530.500
607	IRRIGAÇÃO	210.660.287		210.660.287
608	PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	11.676.629.962		11.676.629.962
609	DEFESA AGROPECUÁRIA	16.400.000		16.400.000
691	PROMOÇÃO COMERCIAL	28.429.731		28.429.731
846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	219.026.561		219.026.561
21	ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	1.897.459.324	16.036.126	1.913.495.450
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	613.136.887		613.136.887
127	ORDENAMENTO TERRITORIAL	77.300.000		77.300.000
244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	468.040.642		468.040.642
301	ATENÇÃO BÁSICA	28.883.180	16.036.126	44.919.306
363	ENSINO PROFISSIONAL	8.550.000		8.550.000
422	DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	600.000		600.000
606	EXTENSÃO RURAL	50.000		50.000
631	REFORMA AGRÁRIA	616.624.529		616.624.529
846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	84.274.086		84.274.086
22	INDÚSTRIA	1.829.200.884	35.606.375	1.864.807.259
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.206.682.695		1.206.682.695
125	NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	323.627.555		323.627.555
126	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	15.200.000		15.200.000
127	ORDENAMENTO TERRITORIAL	11.000.000		11.000.000
128	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	1.450.000		1.450.000
211	RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS	60.000		60.000
301	ATENÇÃO BÁSICA	45.869.673	35.606.375	81.476.048
544	RECURSOS HÍDRICOS	7.500.000		7.500.000
571	DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	8.510.000		8.510.000
661	PROMOÇÃO INDUSTRIAL	22.268.932		22.268.932
663	MINERAÇÃO	34.457.265		34.457.265
664	PROPRIEDADE INDUSTRIAL	21.908.120		21.908.120
665	NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE	10.680.000		10.680.000
693	COMÉRCIO EXTERIOR	2.000		2.000
846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	119.984.644		119.984.644
23	COMÉRCIO E SERVIÇOS	4.327.642.420	1.580.937	4.329.223.357
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	202.947.279		202.947.279
301	ATENÇÃO BÁSICA	6.003.975	1.580.937	7.584.912
691	PROMOÇÃO COMERCIAL	2.800.000		2.800.000
693	COMÉRCIO EXTERIOR	3.534.210.760		3.534.210.760
695	TURISMO	570.590.769		570.590.769
846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	11.089.637		11.089.637
24	COMUNICAÇÕES	3.622.478.487	12.360.967	3.634.839.454
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.098.789.714		1.098.789.714
125	NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	49.774.375		49.774.375
126	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	79.266.551		79.266.551
131	COMUNICAÇÃO SOCIAL	554.238.297		554.238.297
301	ATENÇÃO BÁSICA	23.861.786	12.360.967	36.222.753
422	DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	17.463.859		17.463.859
571	DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	19.098.200		19.098.200
572	DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENGENHARIA	485.954.655		485.954.655
722	TELECOMUNICAÇÕES	1.232.072.946		1.232.072.946
846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	61.958.104		61.958.104
25	ENERGIA	1.685.674.450	8.045.429	1.693.719.879

Quadro 6B - Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Função e por Subfunção

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso VI

Recursos de Todas as Fontes

Função/Subfunção		Fiscal	Seguridade Social	Total
121	PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	6.433.257		6.433.257
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	769.374.229		769.374.229
125	NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	104.456.645		104.456.645
128	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	4.227.618		4.227.618
130	ADMINISTRAÇÃO DE CONCESSÕES	11.047.423		11.047.423
131	COMUNICAÇÃO SOCIAL	432.228		432.228
211	RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS	43.550		43.550
301	ATENÇÃO BÁSICA	19.886.834	8.045.429	27.932.263
543	RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS	7.738.178		7.738.178
572	DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENGENHARIA	87.407.780		87.407.780
662	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	519.937.276		519.937.276
663	MINERAÇÃO	8.983.580		8.983.580
665	NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE	4.529.724		4.529.724
751	CONSERVAÇÃO DE ENERGIA	34.414.220		34.414.220
752	ENERGIA ELÉTRICA	42.718.460		42.718.460
753	COMBUSTÍVEIS MINERAIS	5.191.600		5.191.600
754	BIOCOMBUSTÍVEIS	764.000		764.000
846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	58.087.848		58.087.848
26	TRANSPORTE	18.515.209.113	43.861.585	18.559.070.698
121	PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	324.611.148		324.611.148
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.132.607.274		2.132.607.274
125	NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	212.529.070		212.529.070
126	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	295.068.962		295.068.962
127	ORDENAMENTO TERRITORIAL	1.550.004		1.550.004
128	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	1.000.000		1.000.000
130	ADMINISTRAÇÃO DE CONCESSÕES	962.000		962.000
131	COMUNICAÇÃO SOCIAL	15.462.123		15.462.123
211	RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS	200.000		200.000
301	ATENÇÃO BÁSICA	65.744.537	43.861.585	109.606.122
452	SERVIÇOS URBANOS	1.500.000		1.500.000
571	DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	1.000.000		1.000.000
661	PROMOÇÃO INDUSTRIAL	9.887.365.384		9.887.365.384
781	TRANSPORTE AÉREO	99.900.000		99.900.000
782	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	4.381.111.355		4.381.111.355
783	TRANSPORTE FERROVIÁRIO	541.231.414		541.231.414
784	TRANSPORTE HIDROVIÁRIO	341.832.000		341.832.000
846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	211.533.842		211.533.842
27	DESPORTO E LAZER	302.215.355		302.215.355
811	DESPORTO DE RENDIMENTO	215.300.000		215.300.000
812	DESPORTO COMUNITÁRIO	86.915.355		86.915.355
28	ENCARGOS ESPECIAIS	2.942.370.119.991	44.618.475.836	2.986.988.595.827
301	ATENÇÃO BÁSICA	288.087.346	192.600.188	480.687.534
841	REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA INTERNA	1.814.518.745.907		1.814.518.745.907
842	REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA EXTERNA	27.752.552.051		27.752.552.051
843	SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	557.349.246.949		557.349.246.949
844	SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA	40.683.447.892		40.683.447.892
845	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	298.638.355.176	6.773.285.441	305.411.640.617
846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	133.548.882.293	37.652.590.207	171.201.472.500
847	TRANSFERÊNCIAS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA	69.590.802.377		69.590.802.377
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.283.255.211	8.225.835.373	58.509.090.584
999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.283.255.211	8.225.835.373	58.509.090.584
Total		3.386.560.109.543	1.233.112.699.997	4.619.672.809.540

Quadro 6C - Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Programa

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso VI

Recursos de Todas as Fontes

Programa	Fiscal	Seguridade Social	Total
0030 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO	540.122.758	33.921.257	574.044.015
0031 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	7.063.960.889	1.030.446.159	8.094.407.048
0032 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO PODER EXECUTIVO	207.958.205.668	127.490.881.189	335.449.086.857
0033 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO	41.500.787.857	11.559.280.938	53.060.068.795
0034 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO PODER LEGISLATIVO	8.949.832.643	5.432.209.101	14.382.041.744
0617 PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	94.500.000		94.500.000
0901 OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	55.310.843.575	34.855.780.340	90.166.623.915
0902 OPERAÇÕES ESPECIAIS: FINANCIAMENTOS COM RETORNO	51.904.674.621		51.904.674.621
0903 OPERAÇÕES ESPECIAIS: TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E AS DECORRENTES DE LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA	367.445.027.649	8.414.611.469	375.859.639.118
0905 OPERAÇÕES ESPECIAIS: SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA (JUROS E AMORTIZAÇÕES)	557.349.246.949		557.349.246.949
0906 OPERAÇÕES ESPECIAIS: SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA (JUROS E AMORTIZAÇÕES)	40.683.447.892		40.683.447.892
0907 OPERAÇÕES ESPECIAIS: REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA INTERNA	1.814.518.745.907		1.814.518.745.907
0908 OPERAÇÕES ESPECIAIS: REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA EXTERNA	27.752.552.051		27.752.552.051
0909 OPERAÇÕES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	55.561.032.643	2.805.828.990	58.366.861.633
0910 OPERAÇÕES ESPECIAIS: GESTÃO DA PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS E ENTIDADES NACIONAIS E INTERNACIONAIS	1.065.537.172	9.506.000	1.075.043.172
0911 OPERAÇÕES ESPECIAIS - REMUNERAÇÃO DE AGENTES FINANCEIROS	930.000.000		930.000.000
0913 OPERAÇÕES ESPECIAIS - INTEGRALIZAÇÃO DE COTAS EM ORGANISMOS FINANCEIROS INTERNACIONAIS	1.100.000.000		1.100.000.000
0999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.283.255.211	8.225.835.373	58.509.090.584
1031 AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL	18.257.503.010		18.257.503.010
1040 GOVERNANÇA FUNDIÁRIA	706.383.883		706.383.883
1041 CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DA BIODIVERSIDADE E DOS RECURSOS NATURAIS	182.532.157		182.532.157
1043 QUALIDADE AMBIENTAL URBANA	5.050.000		5.050.000
1058 MUDANÇA DO CLIMA	462.923.522		462.923.522
2201 BRASIL MODERNIZA	142.216.958		142.216.958
2202 DEFESA AGROPECUÁRIA	168.688.824		168.688.824
2203 PESQUISA E INOVAÇÃO AGROPECUÁRIA	171.182.068		171.182.068
2204 BRASIL NA FRENTEIRA DO CONHECIMENTO	3.229.251.506		3.229.251.506
2205 CONECTA BRASIL	1.749.679.186		1.749.679.186
2206 POLÍTICA NUCLEAR	841.874.434		841.874.434
2207 PROGRAMA ESPACIAL BRASILEIRO	132.508.920		132.508.920
2208 TECNOLOGIAS APLICADAS, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	2.447.979.465		2.447.979.465
2209 BRASIL, NOSSO PROPÓSITO	620.888.394		620.888.394
2210 EMPREGABILIDADE		51.604.034	51.604.034
2211 INSERÇÃO ECONÔMICA INTERNACIONAL	3.535.883.000		3.535.883.000
2212 MELHORIA DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS E DA PRODUTIVIDADE	357.802.052		357.802.052
2213 MODERNIZAÇÃO TRABALHISTA E TRABALHO DIGNO	129.486.315	63.375.244.718	63.504.731.033
2214 NOVA PREVIDÊNCIA		736.415.472.406	736.415.472.406
2215 POLÍTICA ECONÔMICA E EQUILÍBRIO FISCAL	335.504.581		335.504.581
2216 POLÍTICA EXTERNA	1.328.523.493		1.328.523.493
2217 DESENVOLVIMENTO REGIONAL, TERRITORIAL E URBANO	1.672.442.936		1.672.442.936
2218 GESTÃO DE RISCOS E DESASTRES	593.500.000	81.065.467	674.565.467
2219 MOBILIDADE URBANA	112.720.330		112.720.330
2220 MORADIA DIGNA	1.208.100.000		1.208.100.000
2221 RECURSOS HÍDRICOS	1.551.435.229		1.551.435.229
2222 SANEAMENTO BÁSICO	19.800.000	735.002.247	754.802.247
2223 A HORA DO TURISMO	573.515.769		573.515.769
3001 ENERGIA ELÉTRICA	136.961.364		136.961.364
3002 GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL	81.633.400		81.633.400
3003 PETRÓLEO, GÁS, DERIVADOS E BIOCOMBUSTÍVEIS	72.593.965		72.593.965
3004 AVIAÇÃO CIVIL	165.150.218		165.150.218
3005 TRANSPORTE AQUAVIÁRIO	10.246.808.127		10.246.808.127
3006 TRANSPORTE TERRESTRE E TRÂNSITO	5.116.125.042		5.116.125.042
4001 COMUNICAÇÃO PÚBLICA E DIVULGAÇÃO DE ATOS E MATÉRIAS DO GOVERNO FEDERAL	181.001.400		181.001.400
4002 SEGURANÇA INSTITUCIONAL	121.688.000		121.688.000
4003 GARANTIA DA ESTABILIDADE MONETÁRIA E FINANCEIRA	153.084.537		153.084.537
4004 TRANSPARÊNCIA, INTEGRIDADE E COMBATE À CORRUPÇÃO	136.010.241		136.010.241
4005 PROTEÇÃO JURÍDICA DA UNIÃO	530.606.447		530.606.447
5011 EDUCAÇÃO BÁSICA DE QUALIDADE	6.887.515.386	3.961.919.119	10.849.434.505
5012 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	2.743.591.571		2.743.591.571
5013 EDUCAÇÃO SUPERIOR - GRADUAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO, ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	9.484.073.307	2.042.826.311	11.526.899.618
5014 ESTATÍSTICAS E AVALIAÇÕES EDUCACIONAIS	941.947.207		941.947.207
5015 JUSTIÇA	216.949.458		216.949.458
5016 SEGURANÇA PÚBLICA, COMBATE À CORRUPÇÃO, AO CRIME ORGANIZADO E AO CRIME VIOLENTO	3.387.310.445		3.387.310.445
5017 ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NO SUS		16.999.604.083	16.999.604.083
5018 ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE		57.545.479.729	57.545.479.729
5019 ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE		24.660.450.000	24.660.450.000
5020 DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO, TECNOLÓGICO E PRODUTIVO EM SAÚDE		1.309.400.000	1.309.400.000
5021 GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DO SUS		2.472.304.566	2.472.304.566
5022 PROTEÇÃO, PROMOÇÃO E RECUPERAÇÃO DA SAÚDE INDÍGENA		1.629.000.000	1.629.000.000
5023 VIGILÂNCIA EM SAÚDE		12.769.235.000	12.769.235.000
5024 ATENÇÃO INTEGRAL À PRIMEIRA INFÂNCIA		451.003.000	451.003.000
5025 CULTURA	1.064.837.702		1.064.837.702

Quadro 6C - Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Programa

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso VI

Recursos de Todas as Fontes

Programa	Fiscal	Seguridade Social	Total
5026 ESPORTE	302.215.355		302.215.355
5027 INCLUSÃO PRODUTIVA DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL	6.880.000	6.984.557	13.864.557
5028 INCLUSÃO SOCIAL POR MEIO DO BOLSA FAMÍLIA E DA ARTICULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS		35.285.302.034	35.285.302.034
5029 PRODUÇÃO DE DADOS E CONHECIMENTO PARA O APRIMORAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	8.000.000	44.973.635	52.973.635
5031 PROTEÇÃO SOCIAL NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)		72.938.519.767	72.938.519.767
5032 REDE DE SUPORTE SOCIAL AO DEPENDENTE QUÍMICO: CUIDADOS, PREVENÇÃO E REINserÇÃO SOCIAL		186.220.000	186.220.000
5033 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL		279.609.073	279.609.073
5034 PROTEÇÃO À VIDA, FORTALECIMENTO DA FAMÍLIA, PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS PARA TODOS	144.765.738	13.179.435	157.945.173
6011 COOPERAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO NACIONAL	383.482.392		383.482.392
6012 DEFESA NACIONAL	12.886.284.992		12.886.284.992
6013 OCEANOS, ZONA COSTEIRA E ANTÁRTICA	86.538.433		86.538.433
6014 PREVENÇÃO E CONTROLE DO DESMATAMENTO E DOS INCÊNDIOS NOS BIOMAS	331.469.150		331.469.150
6015 EDUCAÇÃO INFANTIL	151.000.000		151.000.000
6016 EDUCAÇÃO ESPECIAL	42.436.149		42.436.149
Total	3.386.560.109.543	1.233.112.699.997	4.619.672.809.540

Fontes de Recursos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Grupo de Natureza de Despesa

Quadro 7A - Fontes de Recursos do Orçamento Fiscal por Grupo de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso VII

Recursos de Todas as Fontes

Fonte	1-PES	2-JUR	3-ODC	4-INV	5-IFI	6-AMT	9-RES	Total
100	210.401.999.971	13.200.000	136.494.636.674	12.553.286.060	5.807.823.174	39.782.553.231		405.053.499.110
101			265.494.262.603		16.738.832.415			282.233.095.018
102			2.403.496.626					2.403.496.626
108			10.432.830.810					10.432.830.810
111			469.925.146	757.968.392				1.227.893.538
113			19.925.875.742	1.006.721.773				20.932.597.515
116			169.895.362					169.895.362
118			1.337.543.120	1.087.822.258	400.000.000		373.451.112	3.198.816.490
119			42.206.491					42.206.491
120							636.087	636.087
127			559.528.168					559.528.168
129	226.583.757		179.450.859	12.320.331			3.172.868.969	3.591.223.916
130			12.200.000		380.460.844		227.156.336	619.817.180
132	7.763.434.626		1.233.651.649	73.700.000			2.501.444.492	11.572.230.767
133			62.994.775				40.487.813	103.482.588
134			2.863.744.498	19.181.825	27.717.261		82.287.945	2.992.931.529
135			10.300.000	2.000.000	5.451.584.511		105.518.659	5.569.403.170
136	292.723.174		38.644.414	4.220.000			332.607.532	668.195.120
139			228.840.070	14.955.450				243.795.520
140					24.001.405.627			24.001.405.627
141			7.708.877.452	5.000.002	6.973.110		676.460.434	8.397.310.998
142			46.421.893.986	1.672.383.970	9.761.736.566		2.957.216.191	60.813.230.713
143						1.884.865.486.134		1.884.865.486.134
144		351.403.854.586	155.438.988					351.559.293.574
148			61.617.485	6.731.827	120.000.000	455.027.313		643.376.625
149				1.856.397.749				1.856.397.749
150	642.556.407		5.711.609.384	1.289.366.056	3.759.180		1.603.369.789	9.250.660.816
159						71.676.711.163		71.676.711.163
160					1.345.438.444			1.345.438.444
162						17.093.051		17.093.051
163				109.245.259	11.200.000		126.961.889	247.407.148
164					180.000			180.000
166					135.726.401			135.726.401
170			407.642.715	27.269.611			22.423.608	457.335.934
171						159.210.533		159.210.533
172			1.889.966.791	358.805.000	4.627.254.612		379.348.996	7.255.375.399
173		1.573.873				28.951.825.253		28.953.399.126
174	827.390.428		2.372.672.721	581.985.886			2.057.109.950	5.839.158.985
175			180.065.113				693.035	180.758.148
176	406.270.057		416.276.759	45.183.303	507.110.593		372.707.800	1.747.548.512
178			1.023.427.777	41.884.711	72.568.752		8.885.922	1.146.767.162
180	25.723.579	2.380.000	5.231.722.782	701.781.930	20.857.128.636	15.600.000	14.845.370.550	41.679.707.477
181			30.243.647	55.393.450				85.637.097
183			166.743.618	9.991.331			28.850.029	205.584.978
186			2.331.146.257	393.746.842	1.671.135.900		2.149.092.749	6.545.121.748
187						1.664.281.303		1.664.281.303
188	2.706.333.893					47.172.026.453	10.376.319.726	60.254.680.072
193			84.082.096					84.082.096
195			1.240.000	1.150.000				2.390.000
196			15.272.334	1.011.241				16.283.575
197						26.284.938.576		26.284.938.576
900						19.162.003.241		19.162.003.241
901			17.283.375.472		1.127.176.661			18.410.552.133
Total	223.293.015.892	351.421.008.459	533.453.342.384	22.689.504.257	93.055.212.687	2.120.206.756.251	42.441.269.613	3.386.560.109.543

Quadro 7B - Fontes de Recursos do Orçamento da Seguridade Social por Grupo de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso VII

Recursos de Todas as Fontes

Fonte	1-PES	2-JUR	3-ODC	4-INV	5-IFI	6-AMT	9-RES	Total
100	10.123.059.330		2.147.171.608	599.958.750				12.870.189.688
106			36.994.780					36.994.780
113			3.961.919.119					3.961.919.119
117			132.662					132.662
118			3.538.557.537					3.538.557.537
123	9.018.328.296							9.018.328.296
136			954.987.399					954.987.399
139			143.431.634				28.648.068	172.079.702
140			61.738.428.586					61.738.428.586
142			1.136.976.289					1.136.976.289
150	4.616.118.091		2.461.338.680	22.682.602				7.100.139.373
151	64.667.029.309		40.594.935.131	114.087.182				105.376.051.622
153	14.470.848.920		281.089.691.122	2.125.213.547			8.112.689.440	305.798.443.029
154			479.698.216.967					479.698.216.967
156	18.592.092.416							18.592.092.416
163				490.632			7.032.614	7.523.246
169	24.038.617.632							24.038.617.632
170			2.166.890.491	76.180.982				2.243.071.473
174	380.055.677		339.586.167	17.200.000	4.500.000		77.263.274	818.605.118
176			12.256.496					12.256.496
180	2.223.298		40.175.389.383	11.723.075			201.977	40.189.537.733
181			2.139.684					2.139.684
186			3.858.755.127					3.858.755.127
188			46.377.843.252					46.377.843.252
194				24.117				24.117
196			2.008.956	1.200.000				3.208.956
944			105.424.396.409					105.424.396.409
951			143.183.289					143.183.289
Total	145.908.372.969	0	1.076.005.230.768	2.968.760.887	4.500.000	0	8.225.835.373	1.233.112.699.997

Quadro 7C - Fontes de Recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social por Grupo de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso VII

Recursos de Todas as Fontes

Fonte	1-PES	2-JUR	3-ODC	4-INV	5-IFI	6-AMT	9-RES	Total
100	220.525.059.301	13.200.000	138.641.808.282	13.153.244.810	5.807.823.174	39.782.553.231		417.923.688.798
101			265.494.262.603		16.738.832.415			282.233.095.018
102			2.403.496.626					2.403.496.626
106			36.994.780					36.994.780
108			10.432.830.810					10.432.830.810
111			469.925.146	757.968.392				1.227.893.538
113			23.887.794.861	1.006.721.773				24.894.516.634
116			169.895.362					169.895.362
117			132.662					132.662
118			4.876.100.657	1.087.822.258	400.000.000		373.451.112	6.737.374.027
119			42.206.491					42.206.491
120							636.087	636.087
123	9.018.328.296							9.018.328.296
127			559.528.168					559.528.168
129	226.583.757		179.450.859	12.320.331			3.172.868.969	3.591.223.916
130			12.200.000		380.460.844		227.156.336	619.817.180
132	7.763.434.626		1.233.651.649	73.700.000			2.501.444.492	11.572.230.767
133			62.994.775				40.487.813	103.482.588
134			2.863.744.498	19.181.825	27.717.261		82.287.945	2.992.931.529
135			10.300.000	2.000.000	5.451.584.511		105.518.659	5.569.403.170
136	292.723.174		993.631.813	4.220.000			332.607.532	1.623.182.519
139			372.271.704	14.955.450			28.648.068	415.875.222
140			61.738.428.586		24.001.405.627			85.739.834.213
141			7.708.877.452	5.000.002	6.973.110		676.460.434	8.397.310.998
142			47.558.870.275	1.672.383.970	9.761.736.566		2.957.216.191	61.950.207.002
143						1.884.865.486.134		1.884.865.486.134
144		351.403.854.586	155.438.988					351.559.293.574
148			61.617.485	6.731.827	120.000.000	455.027.313		643.376.625
149				1.856.397.749				1.856.397.749
150	5.258.674.498		8.172.948.064	1.312.048.658	3.759.180		1.603.369.789	16.350.800.189
151	64.667.029.309		40.594.935.131	114.087.182				105.376.051.622
153	14.470.848.920		281.089.691.122	2.125.213.547			8.112.689.440	305.798.443.029
154			479.698.216.967					479.698.216.967
156	18.592.092.416							18.592.092.416
159						71.676.711.163		71.676.711.163
160					1.345.438.444			1.345.438.444
162						17.093.051		17.093.051
163				109.735.891	11.200.000		133.994.503	254.930.394
164					180.000			180.000
166					135.726.401			135.726.401
169	24.038.617.632							24.038.617.632
170			2.574.533.206	103.450.593			22.423.608	2.700.407.407
171						159.210.533		159.210.533
172			1.889.966.791	358.805.000	4.627.254.612		379.348.996	7.255.375.399
173		1.573.873				28.951.825.253		28.953.399.126
174	1.207.446.105		2.712.258.888	599.185.886	4.500.000		2.134.373.224	6.657.764.103
175			180.065.113				693.035	180.758.148
176	406.270.057		428.533.255	45.183.303	507.110.593		372.707.800	1.759.805.008
178			1.023.427.777	41.884.711	72.568.752		8.885.922	1.146.767.162
180	27.946.877	2.380.000	45.407.112.165	713.505.005	20.857.128.636	15.600.000	14.845.572.527	81.869.245.210
181			32.383.331	55.393.450				87.776.781
183			166.743.618	9.991.331			28.850.029	205.584.978
186			6.189.901.384	393.746.842	1.671.135.900		2.149.092.749	10.403.876.875
187						1.664.281.303		1.664.281.303
188	2.706.333.893		46.377.843.252			47.172.026.453	10.376.319.726	106.632.523.324
193			84.082.096					84.082.096
194				24.117				24.117
195			1.240.000	1.150.000				2.390.000
196			17.281.290	2.211.241				19.492.531
197						26.284.938.576		26.284.938.576
900						19.162.003.241		19.162.003.241
901			17.283.375.472		1.127.176.661			18.410.552.133
944			105.424.396.409					105.424.396.409
951			143.183.289					143.183.289
Total	369.201.388.861	351.421.008.459	1.609.458.573.152	25.658.265.144	93.059.712.687	2.120.206.756.251	50.667.104.986	4.619.672.809.540

Legenda de Fontes

Ordem Numérica	
Fonte	Especificação
100	-Recursos Primários de Livre Aplicação
101	-Transferências do Imposto sobre a Renda e sobre Produtos Industrializados
102	-Transferência do Imposto Territorial Rural
106	-Contribuição para o Fundo de Saúde dos Policiais Militares e Bombeiros Militares do Distrito Federal
108	-Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde
111	-Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Combustíveis
113	-Contribuição do Salário-Educação
116	-Recursos de Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos
117	-Recursos Oriundos das Contribuições Voluntárias para o Montepio Civil
118	-Receitas de Concursos de Prognósticos
119	-Imposto sobre Operações Financeiras - Ouro
120	-Contribuições sobre a Arrecadação dos Fundos de Investimentos Regionais
123	-Contribuição para o Custeio das Pensões Militares
127	-Custas Judiciais
129	-Recursos de Concessões e Permissões
130	-Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional
132	-Recursos destinados ao FUNDAP
133	-Recursos do Programa de Administração Patrimonial Imobiliário
134	-Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos
135	-Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante
136	-Recursos Vinculados a Aplicações em Outras Políticas Públicas
139	-Alienação de Bens Apreendidos
140	-Contribuições para os Programas PIS/PASEP
141	-Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais
142	-Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos
143	-Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal
144	-Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações
148	-Operações de Crédito Externas - em Moeda
149	-Operações de Crédito Externas - em Bens e/ou Serviços
150	-Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação
151	-Recursos Livres da Seguridade Social
153	-Recursos Destinados às Atividades-Fins da Seguridade Social
154	-Recursos do Regime Geral de Previdência Social
156	-Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público
159	-Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Refinanciamento de Dívidas de Médio e Longo Prazos
160	-Recursos das Operações Oficiais de Crédito
162	-Recursos da União Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público
163	-Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público
164	-Títulos da Dívida Agrária
166	-Recursos Financeiros de Aplicação Vinculada
169	-Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público
170	-Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica
171	-Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Operações de Crédito - BEA/BIB
172	-Outras Contribuições Econômicas
173	-Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Operações de Crédito - Estados e Municípios
174	-Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais
175	-Taxas por Serviços Públicos
176	-Outras Contribuições Sociais
178	-Fundo de Fiscalização das Telecomunicações
180	-Recursos Próprios Financeiros
181	-Recursos de Convênios
183	-Pagamento pelo Uso de Recursos Hídricos
186	-Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas

Legenda de Fontes

Ordem Numérica	
Fonte	Especificação
187	-Alienação de Títulos e Valores Mobiliários
188	-Recursos Financeiros de Livre Aplicação
193	-Produto da Aplicação dos Recursos à Conta do Salário-Educação
194	-Doações para o Combate à Fome
195	-Doações de Entidades Internacionais
196	-Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais
197	-Dividendos da União
495	-Recursos do Orçamento de Investimento
900	-Recursos Primários de Livre Aplicação - CONDICIONADOS
901	-Transferências do Imposto sobre a Renda e sobre Produtos Industrializados - CONDICIONADOS
944	-Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS
951	-Recursos Livres da Seguridade Social - CONDICIONADOS
Ordem Alfabética	
Fonte	Especificação
139	-Alienação de Bens Apreendidos
187	-Alienação de Títulos e Valores Mobiliários
141	-Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais
142	-Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos
134	-Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos
111	-Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Combustíveis
113	-Contribuição do Salário-Educação
156	-Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público
123	-Contribuição para o Custeio das Pensões Militares
130	-Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional
106	-Contribuição para o Fundo de Saúde dos Policiais Militares e Bombeiros Militares do Distrito Federal
169	-Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público
140	-Contribuições para os Programas PIS/PASEP
120	-Contribuições sobre a Arrecadação dos Fundos de Investimentos Regionais
135	-Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante
127	-Custas Judiciais
197	-Dividendos da União
195	-Doações de Entidades Internacionais
196	-Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais
194	-Doações para o Combate à Fome
178	-Fundo de Fiscalização das Telecomunicações
108	-Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde
119	-Imposto sobre Operações Financeiras - Ouro
149	-Operações de Crédito Externas - em Bens e/ou Serviços
148	-Operações de Crédito Externas - em Moeda
172	-Outras Contribuições Econômicas
176	-Outras Contribuições Sociais
183	-Pagamento pelo Uso de Recursos Hídricos
193	-Produto da Aplicação dos Recursos à Conta do Salário-Educação
118	-Receitas de Concursos de Prognósticos
160	-Recursos das Operações Oficiais de Crédito
171	-Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Operações de Crédito - BEA/BIB
173	-Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Operações de Crédito - Estados e Municípios
159	-Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Refinanciamento de Dívidas de Médio e Longo Prazos
162	-Recursos da União Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público
129	-Recursos de Concessões e Permissões
181	-Recursos de Convênios
116	-Recursos de Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos
132	-Recursos destinados ao FUNDAF

Legenda de Fontes

<i>Ordem Alfabética</i>	
<i>Fonte</i>	<i>Especificação</i>
153	-Recursos Destinados às Atividades-Fins da Seguridade Social
495	-Recursos do Orçamento de Investimento
133	-Recursos do Programa de Administração Patrimonial Imobiliário
154	-Recursos do Regime Geral de Previdência Social
166	-Recursos Financeiros de Aplicação Vinculada
188	-Recursos Financeiros de Livre Aplicação
151	-Recursos Livres da Seguridade Social
951	-Recursos Livres da Seguridade Social - CONDICIONADOS
117	-Recursos Oriundos das Contribuições Voluntárias para o Montepio Civil
100	-Recursos Primários de Livre Aplicação
900	-Recursos Primários de Livre Aplicação - CONDICIONADOS
163	-Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público
180	-Recursos Próprios Financeiros
170	-Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica
150	-Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação
136	-Recursos Vinculados a Aplicações em Outras Políticas Públicas
186	-Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas
174	-Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais
175	-Taxas por Serviços Públicos
164	-Títulos da Dívida Agrária
144	-Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações
944	-Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS
143	-Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal
102	-Transferência do Imposto Territorial Rural
101	-Transferências do Imposto sobre a Renda e sobre Produtos Industrializados
901	-Transferências do Imposto sobre a Renda e sobre Produtos Industrializados - CONDICIONADOS

4 - APLICAÇÃO MÍNIMA EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

Aplicação Mínima em Ações e Serviços Públicos de Saúde

Quadro 8A - Aplicação Mínima em Ações e Serviços Públicos de Saúde

LDO - 2022, Anexo I, inciso VIII

R\$ 1,00

Aplicação Mínima em Ações e Serviços Públicos de Saúde (art. 110, inciso II, do ADCT)

A) Aplicação ASPS em 2021	R\$ 123.828.765.025
B) Correção (IPCA acumulado jul 2020 - jun 2021)	8,35 %
C) Aplicação Mínima em ASPS em 2022 (A * (1 + B))	R\$ 134.168.466.905

Quadro 8B – Despesas que podem ser consideradas para aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO - 2022, Anexo I, inciso VIII

R\$ 1,00

RESUMO

Órgão	Valor
Unidade Orçamentária	
36000 - Ministério da Saúde	134.479.618.997
36201 - Fundação Oswaldo Cruz	5.071.665.161
36210 - Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. - CONCEIÇÃO	1.565.594.143
36211 - Fundação Nacional de Saúde	1.233.013.405
36212 - Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA(*)	641.961.447
36901 - Fundo Nacional de Saúde	125.967.384.841
Total Geral	134.479.618.997

(*) Unidade com prerrogativas de órgão setorial de acordo com o § 1º do art. 3º da Lei nº 13.848, de 2019.

DETALHAMENTO

Órgão	Valor
Unidade Orçamentária	
Ação	
36000 - Ministério da Saúde	134.479.618.997
36201 - Fundação Oswaldo Cruz	5.071.665.161
0005 - Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)	6 54.493.321
09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	6 207.778.194
13DW - Construção do Centro de Processamento Final de Imunobiológicos	6 142.000.000
14UO - Implantação de Centros de Desenvolvimento Tecnológico e de Produção de Insumos para o SUS	6 1.700.000
15VW - Construção da Fábrica de Plataformas Vegetais de Produção de Imunobiológicos da Fiocruz Ceará	6 1.000.000
15VX - Construção do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde - CDTs	6 195.500.000
15VY - Construção da Sede da Fiocruz Rondônia	6 1.000.000
15VZ - Construção da Sede da Fiocruz Amazonas	6 1.000.000
2000 - Administração da Unidade	6 130.000.000
20K1 - Adequação de Plataformas para o Desenvolvimento Tecnológico em Saúde	6 16.500.000
20Q7 - Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Ciência e da Saúde na Fiocruz	6 14.500.000
20TP - Ativos Cíveis da União	6 920.023.994
20YD - Educação e Formação em Saúde	6 136.000.000
20YE - Aquisição e Distribuição de Imunobiológicos e Insumos para Prevenção e Controle de Doenças	6 1.573.215.000
212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes	6 31.923.014
21BF - Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação em Saúde	6 279.000.000
21D9 - Estruturação dos Serviços de Hematologia e Hemoterapia	6 824.000
21DA - Modernização de Unidades da Fundação Oswaldo Cruz	6 95.500.000
4368 - Promoção da Assistência Farmacêutica por Meio da Disponibilização de Medicamentos e Insumos em Saúde do Componente Estratégico	6 77.602.440
4370 - Atendimento à População para Prevenção, Controle e Tratamento de HIV/AIDS, outras Infecções Sexualmente Transmissíveis e Hepatites Virais	6 649.663.100
4705 - Promoção da Assistência Farmacêutica por meio da Disponibilização de Medicamentos do Componente Especializado	6 201.266.098
6174 - Análise da Qualidade de Produtos e Insumos de Saúde	6 14.300.000
6179 - Comunicação e Informações para a Educação em Saúde e em Ciência e Tecnologia	6 42.000.000
6516 - Aperfeiçoamento e Avaliação dos Serviços de Hemoterapia e Hematologia	6 87.176.000
8305 - Atenção de Referência e Pesquisa Clínica em Patologias de Alta Complexidade da Mulher, da Criança e do Adolescente e em Doenças Infecciosas	6 180.000.000
8327 - Manutenção de Serviço Laboratorial de Referência para o Controle de Doenças	6 17.700.000
36210 - Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. - CONCEIÇÃO	1.565.594.143
0005 - Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)	6 41.425.231
0022 - Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais	6 10.450.000
15W3 - Estruturação do Centro de Oncologia e Hematologia do Grupo Hospitalar Conceição	6 1.000.000
20TP - Ativos Cíveis da União	6 1.116.104.079
212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes	6 74.614.833
6149 - Residência de Profissionais de Saúde - SUS	6 28.000.000
6217 - Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde	6 294.000.000
36211 - Fundação Nacional de Saúde	1.233.013.405
0005 - Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)	6 601.507.837
09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos	6 36.400.000

Quadro 8B – Despesas que podem ser consideradas para aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO - 2022, Anexo I, inciso VIII

R\$ 1,00

Órgão		Valor
Unidade Orçamentária		
Ação	IU	
Federais		
2000 - Administração da Unidade	6	123.000.000
20AF - Apoio ao Controle e à Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano para Prevenção e Controle de Doenças e Agravos	6	9.000.000
20K2 - Fomento à Pesquisa e ao Desenvolvimento Tecnológico, com vistas ao Aprimoramento e à Sustentabilidade dos Serviços e Ações de Saúde Ambiental	6	5.000.000
20T6 - Fortalecimento da Saúde Ambiental para Redução dos Riscos à Saúde Humana	6	14.000.000
20TP - Ativos Cívis da União	6	199.908.812
212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cívis, Empregados, Militares e seus Dependentes	6	19.196.756
21C9 - Implantação, Ampliação ou Melhoria de Ações e Serviços Sustentáveis de Saneamento Básico em Pequenas Comunidades Rurais (Localidades de Pequeno Porte) ou em Comunidades Tradicionais (Remanescentes de Quilombos)	6	90.000.000
21CG - Implantação e Melhoria de Serviços de Drenagem e Manejo das Águas Pluviais Urbanas para Prevenção e Controle de Doenças e Agravos	6	2.000.000
21CH - Implantação de Melhorias Habitacionais para Controle da Doença de Chagas	6	25.000.000
21CI - Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Doenças e Agravos em Localidades Urbanas de Municípios com População até 50.000 Habitantes	6	72.000.000
4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	6	2.000.000
4641 - Publicidade de Utilidade Pública	6	1.000.000
6881 - Modernização e Desenvolvimento de Sistemas de Informação da FUNASA	6	23.000.000
6908 - Fomento à Educação em Saúde Ambiental voltada à Promoção da Saúde	6	10.000.000
36212 - Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA(*)		641.961.447
0005 - Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)	6	2.155.522
09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	6	68.428.633
2000 - Administração da Unidade	6	134.914.000
20TP - Ativos Cívis da União	6	365.595.465
212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cívis, Empregados, Militares e seus Dependentes	6	10.967.827
4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	6	3.000.000
8719 - Vigilância Sanitária de Produtos, Serviços e Ambientes	6	56.900.000
36901 - Fundo Nacional de Saúde		125.967.384.841
0005 - Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)	6	705.631
09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	6	791.457.498
0Z01 - Reserva de Contingência Fiscal - Primária	6	8.112.689.440
125H - Construção do Complexo Integrado do Instituto Nacional de Câncer - INCA	6	50.000
15EG - Implantação da nova Sede do Instituto Nacional de Cardiologia - INC	6	1.000.000
15W1 - Construção do Hospital do Sangue do Amazonas	6	1.000.000
15W2 - Construção do Hospital Público Regional de Palmeira das Missões - RS	6	1.000.000
15WP - Reforma e Modernização de Nova Unidade do Ministério da Saúde (Bloco "O" da Esplanada dos Ministérios)	6	31.700.000
2000 - Administração da Unidade	6	334.600.000
2016 - Funcionamento do Conselho Nacional de Saúde	6	13.500.000
20AB - Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para Execução de Ações de Vigilância Sanitária	6	273.000.000
20AE - Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde	6	2.261.000.000
20AH - Organização dos Serviços de Assistência Farmacêutica no SUS	6	105.000.000
20AI - Auxílio-Reabilitação Psicossocial aos Egressos de Longas Internações Psiquiátricas no Sistema Único de Saúde (De Volta Pra Casa)	6	28.000.000
20AL - Apoio aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde	6	2.985.220.000
20K3 - Avaliação e Incorporação de Tecnologias de Saúde no Âmbito do SUS	6	16.200.000
20K5 - Apoio ao Uso de Plantas Medicinais e Fitoterápicos no SUS	6	8.500.000
20K7 - Apoio ao Desenvolvimento e Modernização de Plataformas Tecnológicas para Fortalecimento do Complexo Industrial da Saúde	6	93.000.000
20QF - Pesquisas, Ensino e Inovações Tecnológicas Biomédicas e em Medicina Tropical e Meio Ambiente	6	73.000.000
20QG - Atuação Internacional do Ministério da Saúde	6	8.000.000
20QH - Alimentação e Nutrição para a Saúde	6	66.000.000
20QI - Implantação e Manutenção da Força Nacional de Saúde	6	2.350.000
20SP - Operacionalização do Sistema Nacional de Transplantes	6	38.000.000
20TP - Ativos Cívis da União	6	4.307.747.251
20YD - Educação e Formação em Saúde	6	1.529.000.000
20YE - Aquisição e Distribuição de Imunobiológicos e Insumos para Prevenção e Controle de Doenças	6	7.589.900.000
20YJ - Fortalecimento do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde	6	220.000.000
20YN - Sistemas de Tecnologia de Informação e Comunicação para a Saúde (e-Saude)	6	330.000.000
20YP - Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde Indígena	6	1.475.100.000
20YQ - Apoio Institucional para Aprimoramento do SUS	6	78.000.000
20YR - Manutenção e Funcionamento do Programa Farmácia Popular do Brasil Pelo Sistema de Gratuidade	6	2.040.000.000
212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cívis, Empregados, Militares e seus Dependentes	6	368.290.486

Quadro 8B – Despesas que podem ser consideradas para aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO - 2022, Anexo I, inciso VIII

R\$ 1,00

Órgão		Valor
Unidade Orçamentária		
Ação	IU	
212H - Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)	6	28.300.000
218U - Apoio ao Custeio de Despesas Institucionais de Entidades Representativas dos Entes Estaduais e Municipais no Âmbito da Saúde - Conass e Conasems	6	14.420.000
219A - Piso de Atenção Primária à Saúde	6	21.260.000.000
21BF - Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação em Saúde	6	152.500.000
21BG - Formação e Provisão de Profissionais para a Atenção Primária à Saúde	6	2.964.200.000
21CD - Implementação de Políticas de Atenção Especializada à Saúde	6	47.600.000
21CE - Implementação de Políticas de Atenção Primária à Saúde	6	243.750.000
21CF - Implantação e Funcionamento da Saúde Digital e Telessaúde no SUS	6	40.000.000
21CJ - Saneamento Básico em Aldeias Indígenas para Prevenção de doenças e Agravos	6	153.900.000
21D9 - Estruturação dos Serviços de Hematologia e Hemoterapia	6	25.000.000
2B52 - Desenvolvimento Institucional da Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil do Fundo Nacional de Saúde e dos Fundos Estaduais e Municipais de Saúde	6	16.000.000
4295 - Atenção aos Pacientes Portadores de Doenças Hematológicas	6	1.770.000.000
4324 - Atenção à Saúde de Populações Ribeirinhas e de Areas Remotas da Região Amazônica mediante Cooperação com a Marinha do Brasil e com o Exército Brasileiro	6	17.500.000
4368 - Promoção da Assistência Farmacêutica por Meio da Disponibilização de Medicamentos e Insumos em Saúde do Componente Estratégico	6	276.397.560
4370 - Atendimento à População para Prevenção, Controle e Tratamento de HIV/AIDS, outras Infecções Sexualmente Transmissíveis e Hepatites Virais	6	1.575.000.000
4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	6	10.000.000
4641 - Publicidade de Utilidade Pública	6	238.000.000
4705 - Promoção da Assistência Farmacêutica por meio da Disponibilização de Medicamentos do Componente Especializado	6	7.598.733.902
5516 - Conferências Nacionais de Saúde	6	15.000.000
6148 - Assistência Médica Qualificada e Gratuita a Todos os Níveis da População e Desenvolvimento de Atividades Educacionais e de Pesquisa no Campo da Saúde – Rede SARAH de Hospitais de Reabilitação	6	1.200.000.000
6182 - Funcionamento e Fortalecimento do Sistema de Ouvidorias do SUS	6	35.000.000
6217 - Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde	6	806.100.000
6516 - Aperfeiçoamento e Avaliação dos Serviços de Hemoterapia e Hematologia	6	11.000.000
8287 - Aprimoramento da Articulação e Cooperação Interfederativa em Saúde	6	23.580.000
8535 - Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde	6	520.200.000
8581 - Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Primária à Saúde	6	96.000.000
8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade	6	52.618.593.073
8636 - Fortalecimento da Inovação Tecnológica de Insumos Estratégicos para o SUS	6	48.000.000
8648 - Desenvolvimento e Fortalecimento da Economia da Saúde e dos Programas de Cooperação Técnica para o Aperfeiçoamento do SUS	6	10.000.000
8708 - Fortalecimento da Auditoria do Sistema Único de Saúde	6	12.000.000
8715 - Preservação, Organização, Disseminação e Acesso ao Conhecimento e ao Patrimônio Cultural da Saúde	6	10.000.000
8721 - Implementação da Regulação, Controle e Avaliação da Atenção à Saúde	6	42.000.000
8753 - Monitoramento, Avaliação e Gestão da Informação Estratégica em Saúde	6	7.000.000
8755 - Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Cardiologia-INC	6	112.600.000
8758 - Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Oncologia - INCA	6	420.000.000
8759 - Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Traumatologia e Ortopedia - INTO	6	196.600.000
8933 - Estruturação de Serviços de Atenção às Urgências e Emergências na Rede Assistencial	6	169.400.000
Total Geral		134.479.618.997

(*) Unidade com prerrogativas de órgão setorial de acordo com o § 1º do art. 3º da Lei nº 13.848, de 2019.

5 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Quadro 9A - Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso IX

Recursos de Todas as Fontes

Aplicação Mínima em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (art. 110, inciso II, do ADCT)

A) Aplicação MDE em 2021 R\$ 55.599.564.550

B) Correção (IPCA acumulado jul 2020 - jun 2021) 8,35 %

C) Aplicação Mínima em MDE em 2022 (A * (1 + B)) R\$ 60.242.128.190

Despesas Programadas com MDE (IDUSO 8) por Subfunção e Fonte

A) Programação em Educação

Subfunções de Educação	Fonte 100	Fonte 113	Outras Fontes Vinculadas à Educação(*)	Demais Fontes	TOTAL
363 - Ensino Profissional	12.532.827.058		332.137.349		12.864.964.407
364 - Ensino Superior	29.207.807.646		3.730.157.861	155.438.988	33.093.404.495
365 - Educação Infantil		151.000.000			151.000.000
366 - Educação de Jovens e Adultos		38.981.322			38.981.322
367 - Educação Especial	42.436.149				42.436.149
368 - Educação Básica	440.381.789	3.775.968.591	1.709.283.349		5.925.633.729
Outras Subfunções na Educação	Fonte 100	Fonte 113	Outras Fontes Vinculadas à Educação(*)	Demais Fontes	TOTAL
122 - Administração Geral	1.049.169.047		213.718.244		1.262.887.291
128 - Formação de Recursos Humanos	58.179.744		1.950.684		60.130.428
131 - Comunicação Social	21.145.010				21.145.010
301 - Atenção Básica	3.098.805.349		32.389.567		3.131.194.916
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	10.351.178.771		186.260.970		10.537.439.741
571 - Desenvolvimento Científico	173.453.386		282.240.770		455.694.156
573 - Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	388.238.301		6.171.577		394.409.878
846 - Outros Encargos Especiais	9.239.213.744				9.239.213.744
847 - Transferências para a Educação Básica	20.352.921.938	2.029.937.622	9.730.022.217		32.112.881.777
999 - Reserva de Contingência	1.911.894.162				1.911.894.162
Total	88.867.652.094	5.995.887.535	16.224.332.588	155.438.988	111.243.311.205

(*) As seguintes fontes foram consideradas: 108, 136, 142, 148, 150, 163, 170, 174, 180, 181, 186, 193, 196

Quadro 9B - Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino por Programa, Fonte e Órgão

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso IX

Recursos de Todas as Fontes

Programa		Valor
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo		88.539.787.531
0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais		929.212.386
0999 - Reserva de Contingência		1.911.894.162
5011 - Educação Básica de Qualidade		6.887.515.386
5012 - Educação Profissional e Tecnológica		2.192.854.153
5013 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão		9.646.664.231
5014 - Estatísticas e Avaliações Educacionais		941.947.207
6015 - Educação Infantil		151.000.000
6016 - Educação Especial		42.436.149
Fonte		Valor
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação		88.867.652.094
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde		10.432.830.810
113 - Contribuição do Salário-Educação		5.995.887.535
136 - Recursos Vinculados a Aplicações em Outras Políticas Públicas		12.298.004
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos		2.849.959.970
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações		155.438.988
148 - Operações de Crédito Externas - em Moeda		33.000.000
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação		958.085.943
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público		22.661.125
170 - Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica		32.389.567
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais		30.527.574
180 - Recursos Próprios Financeiros		22.750.437
181 - Recursos de Convênios		47.685.111
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas		1.697.065.710
193 - Produto da Aplicação dos Recursos à Conta do Salário-Educação		84.082.096
196 - Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais		996.241
Órgão		Valor
26 - Ministério da Educação		111.243.311.205
Total		111.243.311.205

Quadro 9C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso IX

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização								Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
26	Ministério da Educação															111.243.311.205
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo															88.539.787.531
	Atividades															50.146.842.018
0032	2000	Administração da Unidade								12	122	F				614.138.029
0032	2000	0026	Administração da Unidade - No Estado de Pernambuco													26.334.400
											3 - ODC	2	90	8	100	22.741.861
											3 - ODC	2	90	8	150	47.469
											3 - ODC	2	91	8	100	145.070
											4 - INV	2	90	8	100	3.148.974
											4 - INV	2	90	8	163	251.026
0032	2000	0053	Administração da Unidade - No Distrito Federal													587.803.629
											3 - ODC	2	90	8	100	26.563.971
											3 - ODC	2	90	8	100	318.214.412
											3 - ODC	2	90	8	150	102.425
											3 - ODC	2	90	8	186	191.560.682
											3 - ODC	2	91	8	100	4.373.052
											3 - ODC	2	91	8	186	100.000
											4 - INV	2	90	8	100	37.664.962
											4 - INV	2	90	8	186	9.224.125
0032	20RH	Gerenciamento das Políticas de Educação								12	122	F				96.581.156
0032	20RH	0001	Gerenciamento das Políticas de Educação - Nacional													69.982.061
			<i>Produto: Unidade apoiada (unidade): 12</i>													4.504.136
											3 - ODC	2	80	8	100	51.895.793
											3 - ODC	2	90	8	136	12.298.004
											3 - ODC	2	91	8	100	1.284.128
0032	20RH	0053	Gerenciamento das Políticas de Educação - No Distrito Federal													26.599.095
			<i>Produto: Unidade apoiada (unidade): 1</i>													16.239.095
											3 - ODC	2	80	8	100	10.360.000
											3 - ODC	2	90	8	100	
0032	20TP	Ativos Cíveis da União								12	122	F				543.819.039
0032	20TP	0001	Ativos Cíveis da União - Nacional													185.243.897
											1 - PES	1	90	8	100	185.243.897
0032	20TP	0020	Ativos Cíveis da União - Na Região Nordeste													47.236.826
											1 - PES	1	90	8	100	47.236.826
0032	20TP	0026	Ativos Cíveis da União - No Estado de Pernambuco													44.150.377
											1 - PES	1	90	8	100	44.150.377
0032	20TP	0051	Ativos Cíveis da União - No Estado de Mato Grosso													63.285.788
											1 - PES	1	90	8	100	63.285.788
0032	20TP	0052	Ativos Cíveis da União - No Estado de Goiás													142.306.850
											1 - PES	1	90	8	100	142.306.850
0032	20TP	0053	Ativos Cíveis da União - No Distrito Federal													61.595.301
											1 - PES	1	90	8	100	61.595.301
0032	216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos								12	122	F				8.349.067
0032	216H	0001	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Nacional													184.806
			<i>Produto: Agente público beneficiado (unidade): 5</i>													184.806
											3 - ODC	2	90	8	100	
0032	216H	0011	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado de Rondônia													216.000
			<i>Produto: Agente público beneficiado (unidade): 10</i>													216.000
											3 - ODC	2	90	8	100	
0032	216H	0012	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Acre													61.200
			<i>Produto: Agente público beneficiado (unidade): 3</i>													61.200
											3 - ODC	2	90	8	100	
0032	216H	0013	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Amazonas													108.000
			<i>Produto: Agente público beneficiado (unidade): 5</i>													108.000
											3 - ODC	2	90	8	100	
0032	216H	0015	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Pará													198.470
			<i>Produto: Agente público beneficiado (unidade): 13</i>													198.470
											3 - ODC	2	90	8	100	
0032	216H	0016	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Amapá													6.800
			<i>Produto: Agente público beneficiado (unidade): 1</i>													6.800
											3 - ODC	2	90	8	100	
0032	216H	0017	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Tocantins													108.000
			<i>Produto: Agente público beneficiado (unidade): 5</i>													108.000
											3 - ODC	2	90	8	100	
0032	216H	0020	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Na Região Nordeste													1.800
			<i>Produto: Agente público beneficiado (unidade): 1</i>													1.800
											3 - ODC	2	90	8	100	
0032	216H	0021	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Maranhão													144.360
			<i>Produto: Agente público beneficiado (unidade): 9</i>													144.360
											3 - ODC	2	90	8	100	
0032	216H	0022	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Piauí													10.000
			<i>Produto: Agente público beneficiado (unidade): 40</i>													10.000
											3 - ODC	2	90	8	100	

Quadro 9C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso IX

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização			Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
0032 216H 0023	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Ceará <i>Produto: Agente público beneficiado (unidade): 2</i>					3 - ODC	2	90	8	100	43.200
0032 216H 0025	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado da Paraíba <i>Produto: Agente público beneficiado (unidade): 15</i>					3 - ODC	2	90	8	100	230.400
0032 216H 0026	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado de Pernambuco <i>Produto: Agente público beneficiado (unidade): 8</i>					3 - ODC	2	90	8	100	175.960
0032 216H 0027	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado de Alagoas <i>Produto: Agente público beneficiado (unidade): 3</i>					3 - ODC	2	90	8	100	50.000
0032 216H 0028	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado de Sergipe <i>Produto: Agente público beneficiado (unidade): 1</i>					3 - ODC	2	90	8	100	15.000
0032 216H 0029	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado da Bahia <i>Produto: Agente público beneficiado (unidade): 33</i>					3 - ODC	2	90	8	100	618.971
0032 216H 0031	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado de Minas Gerais <i>Produto: Agente público beneficiado (unidade): 60</i>					3 - ODC	2	90	8	100	1.307.686
						3 - ODC	2	90	8	150	1.194.773
						3 - ODC	2	90	8	150	112.913
0032 216H 0032	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Espírito Santo <i>Produto: Agente público beneficiado (unidade): 8</i>					3 - ODC	2	90	8	100	143.200
0032 216H 0033	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Rio de Janeiro <i>Produto: Agente público beneficiado (unidade): 8</i>					3 - ODC	2	90	8	100	148.200
0032 216H 0035	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado de São Paulo <i>Produto: Agente público beneficiado (unidade): 18</i>					3 - ODC	2	90	8	100	389.800
0032 216H 0040	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Na Região Sul <i>Produto: Agente público beneficiado (unidade): 2</i>					3 - ODC	2	90	8	100	43.200
0032 216H 0041	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Paraná <i>Produto: Agente público beneficiado (unidade): 18</i>					3 - ODC	2	90	8	100	305.724
0032 216H 0042	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado de Santa Catarina <i>Produto: Agente público beneficiado (unidade): 17</i>					3 - ODC	2	90	8	100	367.200
						3 - ODC	2	90	8	150	345.600
						3 - ODC	2	90	8	150	21.600
0032 216H 0043	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Rio Grande do Sul <i>Produto: Agente público beneficiado (unidade): 32</i>					3 - ODC	2	90	8	100	702.300
0032 216H 0051	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado de Mato Grosso <i>Produto: Agente público beneficiado (unidade): 5</i>					3 - ODC	2	90	8	100	125.000
0032 216H 0052	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado de Goiás <i>Produto: Agente público beneficiado (unidade): 19</i>					3 - ODC	2	90	8	100	400.000
0032 216H 0053	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Distrito Federal <i>Produto: Agente público beneficiado (unidade): 59</i>					3 - ODC	2	90	8	100	2.243.790
0032 4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação			12	128	S					59.439.407
0032 4572 0001	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - Nacional <i>Produto: Servidor capacitado (unidade): 8013</i>					3 - ODC	2	90	8	100	6.023.790
						3 - ODC	2	90	8	100	5.023.790
						3 - ODC	2	91	8	100	850.000
						3 - ODC	2	91	8	100	150.000
0032 4572 0011	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Rondônia <i>Produto: Servidor capacitado (unidade): 1484</i>					3 - ODC	2	90	8	100	1.550.000
						3 - ODC	2	91	8	100	1.548.598
						3 - ODC	2	91	8	100	1.402
0032 4572 0012	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Acre <i>Produto: Servidor capacitado (unidade): 400</i>					3 - ODC	2	90	8	100	385.000
						3 - ODC	2	91	8	100	383.000
						3 - ODC	2	91	8	100	2.000
0032 4572 0013	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Amazonas <i>Produto: Servidor capacitado (unidade): 620</i>					3 - ODC	2	90	8	100	1.030.000
0032 4572 0014	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Roraima <i>Produto: Servidor capacitado (unidade): 287</i>					3 - ODC	2	90	8	100	1.030.000
						3 - ODC	2	90	8	100	580.000
						3 - ODC	2	90	8	100	580.000

Quadro 9C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso IX

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fle	Valor
0032 4572 0015	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Pará <i>Produto: Servidor capacitado (unidade): 3200</i>			3 - ODC 3 - ODC	2 2	90 91	8 8	100 100	2.275.780 2.274.780 1.000
0032 4572 0016	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Amapá <i>Produto: Servidor capacitado (unidade): 784</i>			3 - ODC 3 - ODC	2 2	90 91	8 8	100 100	499.048 471.548 27.500
0032 4572 0017	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Tocantins <i>Produto: Servidor capacitado (unidade): 650</i>			3 - ODC	2	90	8	100	580.000 580.000
0032 4572 0020	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - Na Região Nordeste <i>Produto: Servidor capacitado (unidade): 800</i>			3 - ODC 3 - ODC	2 2	90 90	8 8	100 150	791.753 491.753 300.000
0032 4572 0021	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Maranhão <i>Produto: Servidor capacitado (unidade): 1150</i>			3 - ODC	2	90	8	100	2.762.927 2.762.927
0032 4572 0022	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Piauí <i>Produto: Servidor capacitado (unidade): 560</i>			3 - ODC 3 - ODC 3 - ODC	2 2 2	90 90 91	8 8 8	100 150 100	700.000 450.000 200.000 50.000
0032 4572 0023	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Ceará <i>Produto: Servidor capacitado (unidade): 3624</i>			3 - ODC 3 - ODC	2 2	90 91	8 8	100 100	2.957.828 2.813.708 144.120
0032 4572 0024	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Rio Grande do Norte <i>Produto: Servidor capacitado (unidade): 3063</i>			3 - ODC 3 - ODC	2 2	90 91	8 8	100 100	2.611.730 2.474.395 137.335
0032 4572 0025	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Paraíba <i>Produto: Servidor capacitado (unidade): 2784</i>			3 - ODC 3 - ODC 3 - ODC	2 2 2	90 90 91	8 8 8	100 150 100	1.213.321 1.135.537 73.784 4.000
0032 4572 0026	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Pernambuco <i>Produto: Servidor capacitado (unidade): 2101</i>			3 - ODC 3 - ODC	2 2	90 91	8 8	100 100	2.333.735 2.318.735 15.000
0032 4572 0027	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Alagoas <i>Produto: Servidor capacitado (unidade): 1439</i>			3 - ODC	2	90	8	100	517.393 517.393
0032 4572 0028	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Sergipe <i>Produto: Servidor capacitado (unidade): 950</i>			3 - ODC 3 - ODC	2 2	90 91	8 8	100 150	534.793 532.893 1.900
0032 4572 0029	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado da Bahia <i>Produto: Servidor capacitado (unidade): 2100</i>			3 - ODC 3 - ODC	2 2	90 91	8 8	100 100	2.664.246 2.615.024 49.222
0032 4572 0031	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Minas Gerais <i>Produto: Servidor capacitado (unidade): 5623</i>			3 - ODC 3 - ODC 3 - ODC 3 - ODC	2 2 2 2	90 90 91 91	8 8 8 8	100 150 100 150	7.973.642 7.366.081 498.060 107.561 1.940
0032 4572 0032	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Espírito Santo <i>Produto: Servidor capacitado (unidade): 1900</i>			3 - ODC 3 - ODC	2 2	90 90	8 8	100 150	975.000 950.000 25.000
0032 4572 0033	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Rio de Janeiro <i>Produto: Servidor capacitado (unidade): 4610</i>			3 - ODC 3 - ODC	2 2	90 91	8 8	100 100	5.643.126 5.641.726 1.400
0032 4572 0035	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de São Paulo <i>Produto: Servidor capacitado (unidade): 2055</i>			3 - ODC 3 - ODC	2 2	90 90	8 8	100 150	1.479.656 1.229.656 250.000
0032 4572 0040	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - Na Região Sul <i>Produto: Servidor capacitado (unidade): 240</i>			3 - ODC 3 - ODC	2 2	90 91	8 8	100 100	150.000 130.000 20.000
0032 4572 0041	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Paraná								1.113.100

Quadro 9C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso IX

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização			Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
			Produto: Servidor capacitado (unidade): 3028			3 - ODC	2	90	8	100	1.043.100
						3 - ODC	2	91	8	100	20.000
						4 - INV	2	90	8	100	50.000
0032 4572 0042	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Santa Catarina					3 - ODC	2	90	8	100	1.402.909
			Produto: Servidor capacitado (unidade): 2850			3 - ODC	2	90	8	150	1.302.909
						3 - ODC	2	90	8	100	100.000
0032 4572 0043	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Rio Grande do Sul					3 - ODC	2	90	8	100	3.201.420
			Produto: Servidor capacitado (unidade): 3487			3 - ODC	2	90	8	150	2.676.420
						3 - ODC	2	90	8	100	500.000
						3 - ODC	2	91	8	100	25.000
0032 4572 0051	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Mato Grosso					3 - ODC	2	90	8	100	824.700
			Produto: Servidor capacitado (unidade): 1846			3 - ODC	2	91	8	100	822.700
						3 - ODC	2	91	8	100	2.000
0032 4572 0052	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Goiás					3 - ODC	2	90	8	100	2.074.552
			Produto: Servidor capacitado (unidade): 2232			3 - ODC	2	91	8	100	2.063.781
						3 - ODC	2	91	8	100	10.771
0032 4572 0053	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Distrito Federal					3 - ODC	2	90	8	100	4.061.889
			Produto: Servidor capacitado (unidade): 2116			3 - ODC	2	90	8	100	4.061.889
0032 4572 0054	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Mato Grosso do Sul					3 - ODC	2	90	8	100	528.069
			Produto: Servidor capacitado (unidade): 1121			3 - ODC	2	90	8	100	528.069
0032 6294	Promoção de Cursos para o Desenvolvimento Local Sustentável			12 128	F						691.021
0032 6294 0026	Promoção de Cursos para o Desenvolvimento Local Sustentável - No Estado de Pernambuco					3 - ODC	2	90	8	100	691.021
			Produto: Curso realizado (unidade): 41			3 - ODC	2	91	8	100	649.949
						3 - ODC	2	91	8	100	41.072
0032 4641	Publicidade de Utilidade Pública			12 131	F						21.145.010
0032 4641 0001	Publicidade de Utilidade Pública - Nacional					3 - ODC	2	90	8	100	20.200.000
						3 - ODC	2	90	8	100	20.200.000
0032 4641 0042	Publicidade de Utilidade Pública - No Estado de Santa Catarina					3 - ODC	2	90	8	100	410.000
						3 - ODC	2	90	8	100	410.000
0032 4641 0052	Publicidade de Utilidade Pública - No Estado de Goiás					3 - ODC	2	90	8	100	200.000
						3 - ODC	2	90	8	100	200.000
0032 4641 0054	Publicidade de Utilidade Pública - No Estado de Mato Grosso do Sul					3 - ODC	2	90	8	100	335.010
						3 - ODC	2	90	8	100	335.010
0032 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes			12 301	S						720.411.605
0032 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional					3 - ODC	1	90	8	100	54.211.556
						3 - ODC	1	90	8	100	54.211.556
0032 2004 0011	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Rondônia					3 - ODC	1	90	8	100	4.613.256
						3 - ODC	1	90	8	100	4.613.256
0032 2004 0012	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Acre					3 - ODC	1	90	8	100	2.312.478
						3 - ODC	1	90	8	100	2.312.478
0032 2004 0013	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Amazonas					3 - ODC	1	90	8	100	8.362.162
						3 - ODC	1	90	8	100	8.362.162
0032 2004 0014	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Roraima					3 - ODC	1	90	8	100	3.083.382
						3 - ODC	1	90	8	100	3.083.382
0032 2004 0015	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Pará					3 - ODC	1	90	8	100	17.206.026
						3 - ODC	1	90	8	100	17.206.026
0032 2004 0016	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Amapá					3 - ODC	1	90	8	100	2.711.053
						3 - ODC	1	90	8	100	2.711.053
0032 2004 0017	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Tocantins					3 - ODC	1	90	8	100	6.667.942
						3 - ODC	1	90	8	100	6.667.942
0032 2004 0020	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Na Região Nordeste					3 - ODC	1	90	8	100	3.812.672
						3 - ODC	1	90	8	170	3.806.508
						3 - ODC	1	90	8	100	6.164
0032 2004 0021	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Maranhão					3 - ODC	1	90	8	100	12.407.353
						3 - ODC	1	90	8	100	12.407.353

Quadro 9C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso IX

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fle	Valor
0032 2004 0022	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Piauí			3 - ODC	1	90	8	100	12.722.280
									12.722.280
0032 2004 0023	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Ceará			3 - ODC	1	90	8	100	20.461.403
									20.461.403
0032 2004 0024	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Norte			3 - ODC	1	90	8	100	28.430.651
									28.430.651
0032 2004 0025	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado da Paraíba			3 - ODC	1	90	8	100	27.401.872
									27.401.872
0032 2004 0026	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Pernambuco			3 - ODC	1	90	8	100	28.582.767
									28.582.767
0032 2004 0027	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Alagoas			3 - ODC	1	90	8	100	13.157.182
									13.157.182
0032 2004 0028	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Sergipe			3 - ODC	1	90	8	100	9.620.434
									9.620.434
0032 2004 0029	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado da Bahia			3 - ODC	1	90	8	100	23.527.342
									23.527.342
0032 2004 0031	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais			3 - ODC	1	90	8	100	119.449.033
									119.449.033
0032 2004 0032	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Espírito Santo			3 - ODC	1	90	8	100	16.807.708
									16.807.708
0032 2004 0033	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro			3 - ODC	1	90	8	100	52.265.998
									52.265.998
0032 2004 0035	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de São Paulo			3 - ODC	1	90	8	100	22.860.008
									22.860.008
0032 2004 0040	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Na Região Sul			3 - ODC	1	90	8	100	2.004.439
									2.004.439
0032 2004 0041	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Paraná			3 - ODC	1	90	8	100	34.558.330
				3 - ODC	1	90	8	170	34.556.595
									1.735
0032 2004 0042	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Santa Catarina			3 - ODC	1	90	8	100	27.274.552
									27.274.552
0032 2004 0043	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Sul			3 - ODC	1	90	8	100	63.552.460
									63.552.460
0032 2004 0051	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Mato Grosso			3 - ODC	1	90	8	100	10.669.833
									10.669.833
0032 2004 0052	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Goiás			3 - ODC	1	90	8	100	24.121.628
									24.121.628
0032 2004 0053	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal			3 - ODC	1	90	8	100	19.423.444
									19.423.444
0032 2004 0054	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Mato Grosso do Sul			3 - ODC	1	90	8	100	48.132.361
				3 - ODC	1	90	8	170	15.750.693
									32.381.668
0032 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes	12	301	S					2.410.783.311
0032 212B 0001	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional								315.771.491
				3 - ODC	1	90	8	100	315.771.491
0032 212B 0011	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Rondônia								17.016.704
				3 - ODC	1	90	8	100	17.016.704
0032 212B 0012	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Acre								15.278.250
				3 - ODC	1	90	8	100	15.278.250

Quadro 9C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso IX

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
0032 212B 0013	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Amazonas			3 - ODC	1	90	8	100	38.309.710
				3 - ODC	1	90	8	100	35.680.799
0032 212B 0014	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Roraima			3 - ODC	1	90	8	100	2.628.911
				3 - ODC	1	90	8	100	13.657.192
0032 212B 0015	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Pará			3 - ODC	1	90	8	100	13.657.192
				3 - ODC	1	90	8	100	72.324.001
0032 212B 0016	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Amapá			3 - ODC	1	90	8	100	68.639.161
				3 - ODC	1	90	8	100	3.684.840
0032 212B 0017	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Tocantins			3 - ODC	1	90	8	100	12.382.534
				3 - ODC	1	90	8	100	12.382.534
0032 212B 0020	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Na Região Nordeste			3 - ODC	1	90	8	100	22.647.955
				3 - ODC	1	90	8	100	22.647.955
0032 212B 0021	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Maranhão			3 - ODC	1	90	8	100	14.637.742
				3 - ODC	1	90	8	100	14.637.742
0032 212B 0022	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Piauí			3 - ODC	1	90	8	100	47.992.270
				3 - ODC	1	90	8	100	44.806.399
0032 212B 0023	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Ceará			3 - ODC	1	90	8	100	3.185.871
				3 - ODC	1	90	8	100	32.756.549
0032 212B 0024	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Norte			3 - ODC	1	90	8	100	32.600.753
				3 - ODC	1	90	8	100	155.796
0032 212B 0025	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado da Paraíba			3 - ODC	1	90	8	100	62.439.674
				3 - ODC	1	90	8	100	56.490.799
0032 212B 0026	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Pernambuco			3 - ODC	1	90	8	100	5.948.875
				3 - ODC	1	90	8	100	68.528.490
0032 212B 0027	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Alagoas			3 - ODC	1	90	8	100	64.764.545
				3 - ODC	1	90	8	100	3.763.945
0032 212B 0028	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Sergipe			3 - ODC	1	90	8	100	78.288.066
				3 - ODC	1	90	8	100	72.003.634
0032 212B 0029	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado da Bahia			3 - ODC	1	90	8	100	6.284.432
				3 - ODC	1	90	8	100	89.708.657
0032 212B 0031	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais			3 - ODC	1	90	8	100	7.608.534
				3 - ODC	1	90	8	100	82.100.123
0032 212B 0032	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Espírito Santo			3 - ODC	1	90	8	100	37.805.801
				3 - ODC	1	90	8	100	34.655.929
0032 212B 0033	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro			3 - ODC	1	90	8	100	3.149.872
				3 - ODC	1	90	8	100	31.028.137
0032 212B 0035	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de São Paulo			3 - ODC	1	90	8	100	29.107.163
				3 - ODC	1	90	8	100	1.920.974
0032 212B 0040	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Na Região Sul			3 - ODC	1	90	8	100	95.641.983
				3 - ODC	1	90	8	100	90.671.072
0032 212B 0040	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Na Região Sul			3 - ODC	1	90	8	100	4.970.911
				3 - ODC	1	90	8	100	261.249.902
0032 212B 0040	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Na Região Sul			3 - ODC	1	90	8	100	238.176.954
				3 - ODC	1	90	8	100	23.072.948
0032 212B 0040	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Na Região Sul			3 - ODC	1	90	8	100	43.973.132
				3 - ODC	1	90	8	100	40.664.313
0032 212B 0040	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Na Região Sul			3 - ODC	1	90	8	100	3.308.819
				3 - ODC	1	90	8	100	264.520.178
0032 212B 0040	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Na Região Sul			3 - ODC	1	90	8	100	220.528.256
				3 - ODC	1	90	8	100	43.991.922
0032 212B 0040	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Na Região Sul			3 - ODC	1	90	8	100	115.471.777
				3 - ODC	1	90	8	100	98.852.108
0032 212B 0040	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Na Região Sul			3 - ODC	1	90	8	100	16.619.669
				3 - ODC	1	90	8	100	9.092.412
0032 212B 0040	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Na Região Sul			3 - ODC	1	90	8	100	9.092.412
				3 - ODC	1	90	8	100	9.092.412

Quadro 9C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso IX

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização			Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
0032 212B 0041	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Paraná										87.922.534
						3 - ODC	1	90	8	100	78.091.567
						3 - ODC	1	90	8	100	9.830.967
0032 212B 0042	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Santa Catarina										73.002.342
						3 - ODC	1	90	8	100	65.929.042
						3 - ODC	1	90	8	100	7.073.300
0032 212B 0043	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Sul										198.259.508
						3 - ODC	1	90	8	100	150.683.191
						3 - ODC	1	90	8	100	47.576.317
0032 212B 0051	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Mato Grosso										35.851.638
						3 - ODC	1	90	8	100	34.370.995
						3 - ODC	1	90	8	100	1.480.643
0032 212B 0052	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Goiás										59.228.574
						3 - ODC	1	90	8	100	54.372.570
						3 - ODC	1	90	8	100	4.856.004
0032 212B 0053	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal										154.797.938
						3 - ODC	1	90	8	100	3.433.554
						3 - ODC	1	90	8	100	151.364.384
0032 212B 0054	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Mato Grosso do Sul										41.198.170
						3 - ODC	1	90	8	100	38.921.606
						3 - ODC	1	90	8	100	2.276.564
0032 20TP	Ativos Cíveis da União			12	302	S					9.469.397.876
0032 20TP 0001	Ativos Cíveis da União - Nacional										5.386.861.562
						1 - PES	1	90	8	100	5.386.861.562
0032 20TP 0013	Ativos Cíveis da União - No Estado do Amazonas										41.607.583
						1 - PES	1	90	8	100	41.607.583
0032 20TP 0015	Ativos Cíveis da União - No Estado do Pará										69.748.850
						1 - PES	1	90	8	100	69.748.850
0032 20TP 0021	Ativos Cíveis da União - No Estado do Maranhão										60.965.633
						1 - PES	1	90	8	100	60.965.633
0032 20TP 0022	Ativos Cíveis da União - No Estado do Piauí										2.781.436
						1 - PES	1	90	8	100	2.781.436
0032 20TP 0023	Ativos Cíveis da União - No Estado do Ceará										130.177.380
						1 - PES	1	90	8	100	130.177.380
0032 20TP 0024	Ativos Cíveis da União - No Estado do Rio Grande do Norte										92.156.317
						1 - PES	1	90	8	100	92.156.317
0032 20TP 0025	Ativos Cíveis da União - No Estado da Paraíba										143.292.254
						1 - PES	1	90	8	100	143.292.254
0032 20TP 0026	Ativos Cíveis da União - No Estado de Pernambuco										115.171.242
						1 - PES	1	90	8	100	115.171.242
0032 20TP 0027	Ativos Cíveis da União - No Estado de Alagoas										65.924.888
						1 - PES	1	90	8	100	65.924.888
0032 20TP 0028	Ativos Cíveis da União - No Estado de Sergipe										46.781.865
						1 - PES	1	90	8	100	46.781.865
0032 20TP 0029	Ativos Cíveis da União - No Estado da Bahia										89.712.222
						1 - PES	1	90	8	100	89.712.222
0032 20TP 0031	Ativos Cíveis da União - No Estado de Minas Gerais										405.899.940
						1 - PES	1	90	8	100	405.899.940
0032 20TP 0032	Ativos Cíveis da União - No Estado do Espírito Santo										58.151.468
						1 - PES	1	90	8	100	58.151.468
0032 20TP 0033	Ativos Cíveis da União - No Estado do Rio de Janeiro										658.490.831
						1 - PES	1	90	8	100	658.490.831
0032 20TP 0035	Ativos Cíveis da União - No Estado de São Paulo										246.410.554
						1 - PES	1	90	8	100	246.410.554
0032 20TP 0041	Ativos Cíveis da União - No Estado do Paraná										149.040.710
						1 - PES	1	90	8	100	149.040.710
0032 20TP 0042	Ativos Cíveis da União - No Estado de Santa Catarina										115.409.163
						1 - PES	1	90	8	100	115.409.163
0032 20TP 0043	Ativos Cíveis da União - No Estado do Rio Grande do Sul										1.389.472.750
						1 - PES	1	90	8	100	1.389.472.750
0032 20TP 0051	Ativos Cíveis da União - No Estado de Mato Grosso										23.931.869
						1 - PES	1	90	8	100	23.931.869

Quadro 9C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso IX

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização			Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fle	Valor
0032 20TP 0052	Ativos Cíveis da União - No Estado de Goiás					1 - PES	1	90	8	100	89.470.668
											89.470.668
0032 20TP 0053	Ativos Cíveis da União - No Distrito Federal					1 - PES	1	90	8	100	61.194.407
											61.194.407
0032 20TP 0054	Ativos Cíveis da União - No Estado de Mato Grosso do Sul					1 - PES	1	90	8	100	26.744.284
											26.744.284
0032 20TP	Ativos Cíveis da União			12	363	F					10.671.561.814
0032 20TP 0011	Ativos Cíveis da União - No Estado de Rondônia					1 - PES	1	90	8	100	154.333.038
											154.333.038
0032 20TP 0012	Ativos Cíveis da União - No Estado do Acre					1 - PES	1	90	8	100	85.960.236
											85.960.236
0032 20TP 0013	Ativos Cíveis da União - No Estado do Amazonas					1 - PES	1	90	8	100	228.654.514
											228.654.514
0032 20TP 0014	Ativos Cíveis da União - No Estado de Roraima					1 - PES	1	90	8	100	87.747.464
											87.747.464
0032 20TP 0015	Ativos Cíveis da União - No Estado do Pará					1 - PES	1	90	8	100	305.981.761
											305.981.761
0032 20TP 0016	Ativos Cíveis da União - No Estado do Amapá					1 - PES	1	90	8	100	69.481.461
											69.481.461
0032 20TP 0017	Ativos Cíveis da União - No Estado do Tocantins					1 - PES	1	90	8	100	172.440.045
											172.440.045
0032 20TP 0021	Ativos Cíveis da União - No Estado do Maranhão					1 - PES	1	90	8	100	415.391.479
											415.391.479
0032 20TP 0022	Ativos Cíveis da União - No Estado do Piauí					1 - PES	1	90	8	100	308.483.941
											308.483.941
0032 20TP 0023	Ativos Cíveis da União - No Estado do Ceará					1 - PES	1	90	8	100	503.642.983
											503.642.983
0032 20TP 0024	Ativos Cíveis da União - No Estado do Rio Grande do Norte					1 - PES	1	90	8	100	406.756.134
											406.756.134
0032 20TP 0025	Ativos Cíveis da União - No Estado da Paraíba					1 - PES	1	90	8	100	358.890.464
											358.890.464
0032 20TP 0026	Ativos Cíveis da União - No Estado de Pernambuco					1 - PES	1	90	8	100	464.442.349
											464.442.349
0032 20TP 0027	Ativos Cíveis da União - No Estado de Alagoas					1 - PES	1	90	8	100	268.735.509
											268.735.509
0032 20TP 0028	Ativos Cíveis da União - No Estado de Sergipe					1 - PES	1	90	8	100	165.069.768
											165.069.768
0032 20TP 0029	Ativos Cíveis da União - No Estado da Bahia					1 - PES	1	90	8	100	610.599.679
											610.599.679
0032 20TP 0031	Ativos Cíveis da União - No Estado de Minas Gerais					1 - PES	1	90	8	100	1.260.325.588
											1.260.325.588
0032 20TP 0032	Ativos Cíveis da União - No Estado do Espírito Santo					1 - PES	1	90	8	100	432.907.904
											432.907.904
0032 20TP 0033	Ativos Cíveis da União - No Estado do Rio de Janeiro					1 - PES	1	90	8	100	751.408.117
											751.408.117
0032 20TP 0035	Ativos Cíveis da União - No Estado de São Paulo					1 - PES	1	90	8	100	669.005.058
											669.005.058
0032 20TP 0041	Ativos Cíveis da União - No Estado do Paraná					1 - PES	1	90	8	100	322.699.460
											322.699.460
0032 20TP 0042	Ativos Cíveis da União - No Estado de Santa Catarina					1 - PES	1	90	8	100	664.939.495
											664.939.495
0032 20TP 0043	Ativos Cíveis da União - No Estado do Rio Grande do Sul					1 - PES	1	90	8	100	819.794.490
											819.794.490
0032 20TP 0051	Ativos Cíveis da União - No Estado de Mato Grosso					1 - PES	1	90	8	100	287.130.450
											287.130.450
0032 20TP 0052	Ativos Cíveis da União - No Estado de Goiás					1 - PES	1	90	8	100	523.208.608
											523.208.608
0032 20TP 0053	Ativos Cíveis da União - No Distrito Federal					1 - PES	1	90	8	100	179.923.953
											179.923.953
0032 20TP 0054	Ativos Cíveis da União - No Estado de Mato Grosso do Sul					1 - PES	1	90	8	100	153.607.866
											153.607.866
0032 20TP	Ativos Cíveis da União			12	364	F					24.707.224.622
0032 20TP 0011	Ativos Cíveis da União - No Estado de Rondônia					1 - PES	1	90	8	100	178.298.997
											178.298.997
0032 20TP 0012	Ativos Cíveis da União - No Estado do Acre					1 - PES	1	90	8	100	191.199.627
											191.199.627

Quadro 9C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso IX

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização			Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
0032 20TP 0013	Ativos Cívicos da União - No Estado do Amazonas					1 - PES	1	90	8	100	387.168.661
											387.168.661
0032 20TP 0014	Ativos Cívicos da União - No Estado de Roraima					1 - PES	1	90	8	100	145.588.031
											145.588.031
0032 20TP 0015	Ativos Cívicos da União - No Estado do Pará					1 - PES	1	90	8	100	1.081.399.565
											1.081.399.565
0032 20TP 0016	Ativos Cívicos da União - No Estado do Amapá					1 - PES	1	90	8	100	136.072.058
											136.072.058
0032 20TP 0017	Ativos Cívicos da União - No Estado do Tocantins					1 - PES	1	90	8	100	257.231.858
											257.231.858
0032 20TP 0020	Ativos Cívicos da União - Na Região Nordeste					1 - PES	1	90	8	100	228.009.623
											228.009.623
0032 20TP 0021	Ativos Cívicos da União - No Estado do Maranhão					1 - PES	1	90	8	100	414.746.016
											414.746.016
0032 20TP 0022	Ativos Cívicos da União - No Estado do Piauí					1 - PES	1	90	8	100	390.256.758
											390.256.758
0032 20TP 0023	Ativos Cívicos da União - No Estado do Ceará					1 - PES	1	90	8	100	731.325.588
											731.325.588
0032 20TP 0024	Ativos Cívicos da União - No Estado do Rio Grande do Norte					1 - PES	1	90	8	100	893.723.209
											893.723.209
0032 20TP 0025	Ativos Cívicos da União - No Estado da Paraíba					1 - PES	1	90	8	100	1.178.603.319
											1.178.603.319
0032 20TP 0026	Ativos Cívicos da União - No Estado de Pernambuco					1 - PES	1	90	8	100	1.133.098.096
											1.133.098.096
0032 20TP 0027	Ativos Cívicos da União - No Estado de Alagoas					1 - PES	1	90	8	100	419.693.727
											419.693.727
0032 20TP 0028	Ativos Cívicos da União - No Estado de Sergipe					1 - PES	1	90	8	100	406.114.679
											406.114.679
0032 20TP 0029	Ativos Cívicos da União - No Estado da Bahia					1 - PES	1	90	8	100	1.053.080.751
											1.053.080.751
0032 20TP 0031	Ativos Cívicos da União - No Estado de Minas Gerais					1 - PES	1	90	8	100	3.674.060.476
											3.674.060.476
0032 20TP 0032	Ativos Cívicos da União - No Estado do Espírito Santo					1 - PES	1	90	8	100	483.611.076
											483.611.076
0032 20TP 0033	Ativos Cívicos da União - No Estado do Rio de Janeiro					1 - PES	1	90	8	100	2.887.143.434
											2.887.143.434
0032 20TP 0035	Ativos Cívicos da União - No Estado de São Paulo					1 - PES	1	90	8	100	1.121.341.652
											1.121.341.652
0032 20TP 0040	Ativos Cívicos da União - Na Região Sul					1 - PES	1	90	8	100	186.551.990
											186.551.990
0032 20TP 0041	Ativos Cívicos da União - No Estado do Paraná					1 - PES	1	90	8	100	1.431.178.244
											1.431.178.244
0032 20TP 0042	Ativos Cívicos da União - No Estado de Santa Catarina					1 - PES	1	90	8	100	720.267.263
											720.267.263
0032 20TP 0043	Ativos Cívicos da União - No Estado do Rio Grande do Sul					1 - PES	1	90	8	100	2.433.914.858
											2.433.914.858
0032 20TP 0051	Ativos Cívicos da União - No Estado de Mato Grosso					1 - PES	1	90	8	100	402.217.100
											402.217.100
0032 20TP 0052	Ativos Cívicos da União - No Estado de Goiás					1 - PES	1	90	8	100	526.376.585
											526.376.585
0032 20TP 0053	Ativos Cívicos da União - No Distrito Federal					1 - PES	1	90	8	100	989.858.968
											989.858.968
0032 20TP 0054	Ativos Cívicos da União - No Estado de Mato Grosso do Sul					1 - PES	1	90	8	100	625.092.413
											625.092.413
0032 20TP	Ativos Cívicos da União			12	368	F					367.605.905
0032 20TP 0033	Ativos Cívicos da União - No Estado do Rio de Janeiro					1 - PES	1	90	8	100	367.605.905
											367.605.905
0032 212H	Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)			12	571	F					455.694.156
0032 212H 0001	Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998) - Nacional										454.444.156
	<i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 9</i>					3 - ODC	2	50	8	100	173.453.386
						3 - ODC	2	50	8	142	4.720.166
						3 - ODC	2	50	8	186	276.270.604
0032 212H 0053	Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998) - No Distrito Federal										1.250.000
	<i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 1</i>					3 - ODC	2	50	8	150	1.250.000

Quadro 9C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso IX

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização		Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
	Operações Especiais									38.392.945.513
0032 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais		12	846	F					8.310.001.358
0032 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional				1 - PES	0	91	8	100	14.024.296
										14.024.296
0032 09HB 0011	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Rondônia				1 - PES	0	91	8	100	65.772.458
										65.772.458
0032 09HB 0012	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Acre				1 - PES	0	91	8	100	57.627.258
										57.627.258
0032 09HB 0013	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Amazonas				1 - PES	0	91	8	100	139.718.722
					1 - PES	0	91	8	100	130.310.284
										9.408.438
0032 09HB 0014	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Roraima				1 - PES	0	91	8	100	48.498.296
										48.498.296
0032 09HB 0015	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Pará				1 - PES	0	91	8	100	306.056.632
					1 - PES	0	91	8	100	291.750.600
										14.306.032
0032 09HB 0016	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Amapá				1 - PES	0	91	8	100	38.720.262
										38.720.262
0032 09HB 0017	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Tocantins				1 - PES	0	91	8	100	89.026.005
										89.026.005
0032 09HB 0020	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Na Região Nordeste				1 - PES	0	91	8	100	53.322.093
										53.322.093
0032 09HB 0021	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Maranhão				1 - PES	0	91	8	100	187.369.773
					1 - PES	0	91	8	100	173.788.153
										13.581.620
0032 09HB 0022	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Piauí				1 - PES	0	91	8	100	142.416.701
					1 - PES	0	91	8	100	141.798.941
										617.760
0032 09HB 0023	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Ceará				1 - PES	0	91	8	100	287.674.081
					1 - PES	0	91	8	100	258.486.208
										29.187.873
0032 09HB 0024	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio Grande do Norte				1 - PES	0	91	8	100	300.525.023
					1 - PES	0	91	8	100	20.930.832
										279.594.191
0032 09HB 0025	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado da Paraíba				1 - PES	0	91	8	100	367.166.092
					1 - PES	0	91	8	100	335.284.177
										31.881.915
0032 09HB 0026	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Pernambuco				1 - PES	0	91	8	100	390.609.389
					1 - PES	0	91	8	100	365.460.148
										25.149.241
0032 09HB 0027	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Alagoas				1 - PES	0	91	8	100	160.674.925
					1 - PES	0	91	8	100	145.898.358
										14.776.567
0032 09HB 0028	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Sergipe									132.354.716

Quadro 9C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso IX

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
				1 - PES	0	91	8	100	10.898.706
				1 - PES	0	91	8	100	121.456.010
0032 09HB 0029	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado da Bahia			1 - PES	0	91	8	100	363.913.753
				1 - PES	0	91	8	100	19.587.087
				1 - PES	0	91	8	100	344.326.666
0032 09HB 0031	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Minas Gerais			1 - PES	0	91	8	100	1.104.982.054
				1 - PES	0	91	8	100	88.862.267
				1 - PES	0	91	8	100	1.016.119.787
0032 09HB 0032	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Espírito Santo			1 - PES	0	91	8	100	176.997.972
				1 - PES	0	91	8	100	12.863.474
				1 - PES	0	91	8	100	164.134.498
0032 09HB 0033	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio de Janeiro			1 - PES	0	91	8	100	995.154.700
				1 - PES	0	91	8	100	864.315.719
				1 - PES	0	91	8	100	130.838.981
0032 09HB 0035	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de São Paulo			1 - PES	0	91	8	100	415.990.992
				1 - PES	0	91	8	100	53.824.667
				1 - PES	0	91	8	100	362.166.325
0032 09HB 0040	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Na Região Sul			1 - PES	0	91	8	100	38.256.763
				1 - PES	0	91	8	100	38.256.763
0032 09HB 0041	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Paraná			1 - PES	0	91	8	100	482.755.722
				1 - PES	0	91	8	100	450.611.116
				1 - PES	0	91	8	100	32.144.606
0032 09HB 0042	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Santa Catarina			1 - PES	0	91	8	100	308.791.668
				1 - PES	0	91	8	100	284.700.250
				1 - PES	0	91	8	100	24.091.418
0032 09HB 0043	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio Grande do Sul			1 - PES	0	91	8	100	737.873.812
				1 - PES	0	91	8	100	697.372.780
				1 - PES	0	91	8	100	40.501.032
0032 09HB 0051	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Mato Grosso			1 - PES	0	91	8	100	155.970.760
				1 - PES	0	91	8	100	151.137.347
				1 - PES	0	91	8	100	4.833.413
0032 09HB 0052	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Goiás			1 - PES	0	91	8	100	286.253.391
				1 - PES	0	91	8	100	267.315.771
				1 - PES	0	91	8	100	18.937.620
0032 09HB 0053	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Distrito Federal			1 - PES	0	91	8	100	302.993.834
				1 - PES	0	91	8	100	288.428.335
				1 - PES	0	91	8	100	14.565.499
0032 09HB 0054	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Mato Grosso do Sul			1 - PES	0	91	8	100	158.509.215
				1 - PES	0	91	8	100	5.301.751
				1 - PES	0	91	8	100	153.207.464
0032 00SB	Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb	12	847	F					30.082.944.155
0032 00SB 0001	Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb - Nacional								30.082.944.155
				3 - ODC	1	30	8	100	20.352.921.938
				3 - ODC	1	30	8	108	7.976.516.812
				3 - ODC	1	30	8	142	1.753.505.405
0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais								929.212.386
	Operações Especiais								929.212.386
0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)	28	846	F					904.537.710

Quadro 9C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso IX

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fle	Valor
0901 0005 0011	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Rondônia			1 - PES	1	90	8	100	470.148
									470.148
0901 0005 0012	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Acre			1 - PES	1	90	8	100	1.324.972
									1.324.972
0901 0005 0013	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Amazonas			1 - PES	1	90	8	100	3.832.404
				3 - ODC	1	90	8	100	1.265.023
									2.567.381
0901 0005 0014	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Roraima			1 - PES	1	90	8	100	681.886
				3 - ODC	1	90	8	100	178.006
									503.880
0901 0005 0015	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Pará			1 - PES	1	90	8	100	7.026.023
				3 - ODC	1	90	8	100	6.047.421
									978.602
0901 0005 0016	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Amapá			1 - PES	1	90	8	100	1.381.744
									1.381.744
0901 0005 0017	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Tocantins			3 - ODC	1	90	8	100	66.677
									66.677
0901 0005 0020	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Na Região Nordeste			1 - PES	1	90	8	100	1.021.409
									1.021.409
0901 0005 0021	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Maranhão			1 - PES	1	90	8	100	3.617.424
				3 - ODC	1	90	8	100	2.769.417
									848.007
0901 0005 0022	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Piauí			1 - PES	1	90	8	100	22.382.301
									22.382.301
0901 0005 0023	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Ceará			1 - PES	1	90	8	100	31.722.482
				3 - ODC	1	90	8	100	30.295.509
									1.426.973
0901 0005 0024	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio Grande do Norte			1 - PES	1	90	8	100	22.591.100
				3 - ODC	1	90	8	100	21.748.417
									842.683
0901 0005 0025	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado da Paraíba			1 - PES	1	90	8	100	56.758.758
				3 - ODC	1	90	8	100	49.634.755
									7.124.003
0901 0005 0026	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Pernambuco			1 - PES	1	90	8	100	98.911.183
				3 - ODC	1	90	8	100	89.706.189
									9.204.994
0901 0005 0027	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Alagoas			1 - PES	1	90	8	100	96.765.920
				3 - ODC	1	90	8	100	95.266.790
									1.499.130
0901 0005 0028	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Sergipe			1 - PES	1	90	8	100	13.816.071
				3 - ODC	1	90	8	100	10.748.616
									3.067.455
0901 0005 0029	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado da Bahia			1 - PES	1	90	8	100	8.614.460
				3 - ODC	1	90	8	100	8.322.912
									291.548
0901 0005 0031	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Minas Gerais			1 - PES	1	90	8	100	34.414.649
				3 - ODC	1	90	8	100	32.278.158
				5 - IFI	1	90	8	100	2.101.146
									35.345
0901 0005 0032	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Espírito Santo			1 - PES	1	90	8	100	16.433.753
				3 - ODC	1	90	8	100	15.227.151
									1.206.602
0901 0005 0033	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio de Janeiro			1 - PES	1	90	8	100	105.200.618
				3 - ODC	1	90	8	100	68.460.999
									36.739.619

Quadro 9C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso IX

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fle	Valor
0901 0005 0035	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de São Paulo			1 - PES 3 - ODC 5 - IFI	1 1 1	90 90 90	8 8 8	100 100 100	27.954.517 26.291.396 1.577.872 85.249
0901 0005 0040	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Na Região Sul			1 - PES	1	90	8	100	87.205 87.205
0901 0005 0041	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Paraná			1 - PES 3 - ODC	1 1	90 90	8 8	100 100	41.792.741 37.620.744 4.171.997
0901 0005 0042	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Santa Catarina			1 - PES 3 - ODC	1 1	90 90	8 8	100 100	64.106.254 62.649.123 1.457.131
0901 0005 0043	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio Grande do Sul			1 - PES 1 - PES 3 - ODC 3 - ODC	1 1 1 1	90 90 90 90	8 8 8 8	100 100 100 100	189.516.177 157.423.578 12.343.979 19.653.771 94.849
0901 0005 0051	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Mato Grosso			1 - PES 3 - ODC	1 1	90 90	8 8	100 100	2.318.359 1.784.926 533.433
0901 0005 0052	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Goiás			1 - PES 3 - ODC	1 1	90 90	8 8	100 100	9.908.861 7.832.471 2.076.390
0901 0005 0053	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Distrito Federal			1 - PES 3 - ODC	1 1	90 90	8 8	100 100	36.329.216 20.691.185 15.638.031
0901 0005 0054	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Mato Grosso do Sul			1 - PES 3 - ODC	1 1	90 90	8 8	100 100	5.490.398 4.343.402 1.146.996
0901 0022	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais	28 846	S						22.060.000
0901 0022 0001	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - Nacional			1 - PES 3 - ODC	1 1	90 90	8 8	100 100	22.050.000 21.000.000 1.050.000
0901 0022 0043	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - No Estado do Rio Grande do Sul			1 - PES	1	90	8	100	10.000 10.000
0901 0625	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado de Pequeno Valor	28 846	S						2.614.676
0901 0625 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado de Pequeno Valor - Nacional			1 - PES	1	90	8	100	2.431.492 2.431.492
0901 0625 0043	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado de Pequeno Valor - No Estado do Rio Grande do Sul			1 - PES	1	90	8	100	183.184 183.184
0999	Reserva de Contingência								1.911.894.162
Operações Especiais									1.911.894.162
0999 0200	Reserva de Contingência - Financeira	99 999	F						359.748.206
0999 0200 0001	Reserva de Contingência - Financeira - Nacional			1 - PES	0	91	8	100	359.748.206 359.748.206
0999 0201	Reserva de Contingência Fiscal - Primária	99 999	F						1.552.145.956
0999 0201 0001	Reserva de Contingência Fiscal - Primária - Nacional			1 - PES	1	90	8	100	1.552.145.956 1.552.145.956
5011	Educação Básica de Qualidade								6.887.515.386
Atividades									2.913.307.319
5011 214V	Apoio à alfabetização, à elevação da escolaridade e à integração à qualificação profissional na educação de jovens e adultos	12 366	F						12.902.698
5011 214V 0001	Apoio à alfabetização, à elevação da escolaridade e à integração à qualificação profissional na educação de jovens e adultos - Nacional <i>Produto: Pessoa beneficiada (unidade): 13341</i>			3 - ODC 3 - ODC	2 2	40 90	8 8	113 113	12.902.698 3.902.698 9.000.000
5011 20RI	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica	12 368	F						56.420.172
5011 20RI 0012	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado do Acre <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 550</i>			3 - ODC 4 - INV	2 2	90 90	8 8	100 100	476.917 426.917 50.000
5011 20RI 0014	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado de Roraima <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 486</i>			3 - ODC	2	90	8	100	397.250 300.250

Quadro 9C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso IX

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
				3 - ODC	2	90	8	150	25.000
				4 - INV	2	90	8	100	72.000
5011 20RI 0015	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado do Pará <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 1350</i>			3 - ODC	2	90	8	100	939.271
				4 - INV	2	90	8	100	734.663
									204.608
5011 20RI 0021	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado do Maranhão <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 650</i>			3 - ODC	2	90	8	100	343.125
				3 - ODC	2	91	8	100	280.125
				4 - INV	2	90	8	100	20.000
									43.000
5011 20RI 0024	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado do Rio Grande do Norte <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 400</i>			3 - ODC	2	90	8	100	288.516
				3 - ODC	2	91	8	100	287.516
									1.000
5011 20RI 0026	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado de Pernambuco <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 420</i>			3 - ODC	2	90	8	100	408.656
									408.656
5011 20RI 0028	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado de Sergipe <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 443</i>			3 - ODC	2	90	8	100	290.000
									290.000
5011 20RI 0031	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado de Minas Gerais <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 3383</i>			3 - ODC	2	90	8	100	2.874.242
				3 - ODC	2	91	8	100	2.680.742
				4 - INV	2	90	8	100	1.500
									192.000
5011 20RI 0033	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado do Rio de Janeiro <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 14312</i>			3 - ODC	2	90	8	100	48.295.207
				3 - ODC	2	90	8	150	43.362.450
				3 - ODC	2	91	8	100	2.158.139
				4 - INV	2	90	8	100	41.581
				4 - INV	2	90	8	100	733.037
									2.000.000
5011 20RI 0042	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado de Santa Catarina <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 1208</i>			3 - ODC	2	90	8	100	946.552
				4 - INV	2	90	8	100	750.521
									196.031
5011 20RI 0043	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado do Rio Grande do Sul <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 645</i>			3 - ODC	2	90	8	100	617.079
									617.079
5011 20RI 0052	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado de Goiás <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 770</i>			3 - ODC	2	90	8	100	543.357
				4 - INV	2	90	8	100	353.182
									190.175
5011 20RJ	Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica	12	368	F					136.965.036
5011 20RJ 0001	Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica - Nacional <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 297</i>			3 - ODC	2	30	8	142	136.965.036
				3 - ODC	2	50	8	142	21.701.700
				3 - ODC	2	90	8	142	1.730.700
				3 - ODC	2	91	8	142	112.171.072
				4 - INV	2	90	8	142	268.464
									1.093.100
5011 20RP	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica	12	368	F					119.145.964
5011 20RP 0001	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - Nacional <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 335</i>			3 - ODC	2	40	8	113	119.145.964
				4 - INV	2	30	8	113	4.495.048
				4 - INV	2	40	8	113	14.650.916
									100.000.000
5011 20RQ	Produção, Aquisição e Distribuição de Livros e Materiais Didáticos e Pedagógicos para Educação Básica	12	368	F					2.587.873.449
5011 20RQ 0001	Produção, Aquisição e Distribuição de Livros e Materiais Didáticos e Pedagógicos para Educação Básica - Nacional <i>Produto: Material distribuído (unidade): 275769835</i>			3 - ODC	2	90	8	113	2.587.873.449
				3 - ODC	2	90	8	142	2.382.158.641
				3 - ODC	2	90	8	150	112.541.200
				3 - ODC	2	90	8	193	9.091.512
				3 - ODC	2	91	8	193	78.082.096
									6.000.000
Operações Especiais									3.974.208.067
5011 00PH	Concessão de bolsas e auxílio financeiro para promover a alfabetização, a elevação da escolaridade e a integração à qualificação profissional, na educação de jovens e adultos	12	366	F					26.078.624
5011 00PH 0001	Concessão de bolsas e auxílio financeiro para promover a alfabetização, a elevação da escolaridade e a integração à qualificação profissional, na educação de jovens e adultos - Nacional			3 - ODC	2	90	8	113	26.078.624
5011 0000	Concessão de Bolsas de Apoio à Educação Básica	12	368	F					471.565.569

Quadro 9C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso IX

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização		Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
5011 0000 0001	Concessão de Bolsas de Apoio à Educação Básica - Nacional <i>Item de Mensuração:</i> Bolsa concedida (unidade): 139.393				3 - ODC 3 - ODC	2 2	90 90	8 8	113 142	471.565.569 31.651.390 439.914.179
5011 0509	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica		12	368	F					664.587.867
5011 0509 0001	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica - Nacional <i>Item de Mensuração:</i> Projeto apoiado (unidade): 168				3 - ODC 3 - ODC 3 - ODC 3 - ODC 3 - ODC 4 - INV 4 - INV	2 2 2 2 2 2 2	30 30 90 90 91 30 90	8 8 8 8 8 8 8	113 142 142 148 148 113 142	664.587.867 193.126.604 19.527.824 128.860.147 27.728.000 5.272.000 267.847.607 22.225.685
5011 0909	Apoio ao Transporte Escolar na Educação Básica		12	368	F					772.038.385
5011 0909 0001	Apoio ao Transporte Escolar na Educação Básica - Nacional				3 - ODC 3 - ODC	1 1	30 40	8 8	113 113	772.038.385 247.916.393 524.121.992
5011 0E53	Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar da Educação Básica - Caminho da Escola		12	368	F					10.000.000
5011 0E53 0001	Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar da Educação Básica - Caminho da Escola - Nacional <i>Item de Mensuração:</i> Veículo adquirido (unidade): 38				4 - INV	2	40	8	113	10.000.000 10.000.000
5011 0515	Dinheiro Direto na Escola para a Educação Básica		12	847	F					2.029.937.622
5011 0515 0001	Dinheiro Direto na Escola para a Educação Básica - Nacional <i>Item de Mensuração:</i> Escola apoiada (unidade): 141.000				3 - ODC 3 - ODC 3 - ODC 4 - INV 4 - INV 4 - INV	1 1 1 1 1 1	30 40 50 30 40 50	8 8 8 8 8 8	113 113 113 113 113 113	2.029.937.622 439.398.872 1.061.315.500 15.000.000 188.760.250 310.463.000 15.000.000
5012	Educação Profissional e Tecnológica									2.192.854.153
	Atividades									2.061.843.043
5012 20RG	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica		12	363	F					109.743.037
5012 20RG 0012	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Acre <i>Produto:</i> Projeto viabilizado (unidade): 2				4 - INV	2	90	8	100	521.155 521.155
5012 20RG 0013	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Amazonas <i>Produto:</i> Projeto viabilizado (unidade): 5				4 - INV	2	90	8	100	1.596.659 1.596.659
5012 20RG 0014	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Roraima <i>Produto:</i> Projeto viabilizado (unidade): 2				4 - INV	2	90	8	100	521.155 521.155
5012 20RG 0015	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Pará <i>Produto:</i> Projeto viabilizado (unidade): 4				4 - INV	2	90	8	100	996.935 996.935
5012 20RG 0017	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Tocantins <i>Produto:</i> Projeto viabilizado (unidade): 10				4 - INV	2	90	8	100	981.028 981.028
5012 20RG 0021	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Maranhão <i>Produto:</i> Projeto viabilizado (unidade): 11				4 - INV	2	90	8	100	5.483.690 5.483.690
5012 20RG 0022	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Piauí <i>Produto:</i> Projeto viabilizado (unidade): 3				4 - INV	2	90	8	100	827.054 827.054
5012 20RG 0023	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Ceará <i>Produto:</i> Projeto viabilizado (unidade): 1				4 - INV	2	90	8	100	564.867 564.867
5012 20RG 0024	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Rio Grande do Norte <i>Produto:</i> Projeto viabilizado (unidade): 1				4 - INV	2	90	8	100	521.155 521.155
5012 20RG 0025	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado da Paraíba <i>Produto:</i> Projeto viabilizado (unidade): 11				4 - INV	2	90	8	100	5.791.859 5.791.859
5012 20RG 0026	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Pernambuco <i>Produto:</i> Projeto viabilizado (unidade): 14				4 - INV	2	90	8	100	2.405.230 2.405.230
5012 20RG 0027	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Alagoas <i>Produto:</i> Projeto viabilizado (unidade): 3				4 - INV 4 - INV	2 2	90 90	8 8	100 181	24.105.073 2.489.374 21.615.699
5012 20RG 0029	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado da Bahia <i>Produto:</i> Projeto viabilizado (unidade): 14				4 - INV	2	90	8	100	1.138.705 1.138.705

Quadro 9C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso IX

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fle	Valor
5012 20RG 0031	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais <i>Produto: Projeto viabilizado (unidade): 31</i>			4 - INV	2	90	8	100	35.265.560
				4 - INV	2	90	8	150	20.592.593
				4 - INV	2	90	8	163	322.967
									14.350.000
5012 20RG 0032	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Espírito Santo <i>Produto: Projeto viabilizado (unidade): 12</i>			4 - INV	2	90	8	100	3.895.567
									3.895.567
5012 20RG 0033	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Rio de Janeiro <i>Produto: Projeto viabilizado (unidade): 9</i>			4 - INV	2	90	8	100	4.126.928
									4.126.928
5012 20RG 0035	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de São Paulo <i>Produto: Projeto viabilizado (unidade): 3</i>			4 - INV	2	90	8	100	2.708.403
									2.708.403
5012 20RG 0041	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Paraná <i>Produto: Projeto viabilizado (unidade): 1</i>			4 - INV	2	90	8	100	1.577.678
									1.577.678
5012 20RG 0042	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Santa Catarina <i>Produto: Projeto viabilizado (unidade): 17</i>			4 - INV	2	90	8	100	1.264.216
									1.264.216
5012 20RG 0043	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Rio Grande do Sul <i>Produto: Projeto viabilizado (unidade): 37</i>			4 - INV	2	90	8	100	4.937.418
									4.937.418
5012 20RG 0051	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Mato Grosso <i>Produto: Projeto viabilizado (unidade): 8</i>			4 - INV	2	90	8	100	1.705.478
									1.705.478
5012 20RG 0052	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Goiás <i>Produto: Projeto viabilizado (unidade): 13</i>			4 - INV	2	90	8	100	1.592.350
									1.592.350
5012 20RG 0053	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Distrito Federal <i>Produto: Projeto viabilizado (unidade): 5</i>			4 - INV	2	90	8	100	2.244.462
									2.244.462
5012 20RG 0054	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Mato Grosso do Sul <i>Produto: Projeto viabilizado (unidade): 19</i>			4 - INV	2	90	8	100	4.970.412
									4.970.412
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	12	363	F					1.781.303.861
5012 20RL 0011	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Rondônia <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 20871</i>			3 - ODC	2	90	8	100	32.324.373
				3 - ODC	2	90	8	150	31.147.403
				3 - ODC	2	90	8	180	230.409
				3 - ODC	2	91	8	100	7.699
				4 - INV	2	90	8	100	344.317
									594.545
5012 20RL 0012	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Acre <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 6380</i>			3 - ODC	2	90	8	100	16.311.278
				3 - ODC	2	91	8	100	15.726.086
									585.192
5012 20RL 0013	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Amazonas <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 18688</i>			3 - ODC	2	90	8	100	50.577.380
				3 - ODC	2	90	8	150	49.536.319
				3 - ODC	2	91	8	100	1.030.753
									10.308
5012 20RL 0014	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Roraima <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 6324</i>			3 - ODC	2	90	8	100	16.221.848
				3 - ODC	2	90	8	150	14.599.483
				3 - ODC	2	91	8	100	12.365
				4 - INV	2	90	8	100	210.000
									1.400.000
5012 20RL 0015	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Pará <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 20580</i>			3 - ODC	2	90	8	100	52.184.344
				3 - ODC	2	90	8	150	49.873.332
				3 - ODC	2	91	8	100	1.004.727
				4 - INV	2	90	8	100	197.653
				4 - INV	2	90	8	150	860.709
									247.923
5012 20RL 0016	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Amapá <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 6083</i>			3 - ODC	2	90	8	100	16.020.842
				3 - ODC	2	90	8	150	14.672.277
									26.484

Quadro 9C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso IX

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
				3 - ODC	2	91	8	100	12.650
				4 - INV	2	90	8	100	1.309.431
5012 20RL 0017	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Tocantins Produto: Estudante matriculado (unidade): 16000			3 - ODC	2	90	8	100	29.703.897
				3 - ODC	2	90	8	150	29.551.171
				3 - ODC	2	91	8	100	151.214
				4 - INV	2	90	8	100	1.512
5012 20RL 0021	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Maranhão Produto: Estudante matriculado (unidade): 36851			3 - ODC	2	90	8	100	73.536.506
				3 - ODC	2	90	8	150	66.573.699
				3 - ODC	2	91	8	100	600.000
				4 - INV	2	90	8	100	39.731
				4 - INV	2	90	8	150	4.950.000
5012 20RL 0022	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Piauí Produto: Estudante matriculado (unidade): 20830			3 - ODC	2	90	8	100	53.945.598
				3 - ODC	2	90	8	150	53.865.713
				3 - ODC	2	91	8	100	29.589
5012 20RL 0023	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Ceará Produto: Estudante matriculado (unidade): 40000			3 - ODC	2	90	8	100	50.296
				3 - ODC	2	90	8	150	80.220.649
				3 - ODC	2	91	8	100	77.608.287
				4 - INV	2	90	8	100	590.012
				4 - INV	2	90	8	100	901.298
5012 20RL 0024	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Rio Grande do Norte Produto: Estudante matriculado (unidade): 42592			3 - ODC	2	90	8	100	1.121.052
				3 - ODC	2	90	8	150	64.358.285
				3 - ODC	2	91	8	100	58.144.718
				4 - INV	2	90	8	100	1.000.000
				4 - INV	2	90	8	150	154.647
				4 - INV	2	90	8	150	3.500.000
5012 20RL 0025	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado da Paraíba Produto: Estudante matriculado (unidade): 33263			3 - ODC	2	90	8	100	1.558.920
				3 - ODC	2	90	8	150	61.872.695
				3 - ODC	2	91	8	100	56.839.844
				4 - INV	2	90	8	100	2.595.425
				4 - INV	2	90	8	100	110.370
5012 20RL 0026	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Pernambuco Produto: Estudante matriculado (unidade): 42981			3 - ODC	2	90	8	100	2.327.056
				3 - ODC	2	90	8	150	77.278.582
				3 - ODC	2	91	8	100	73.680.409
				4 - INV	2	90	8	100	1.612.634
				4 - INV	2	90	8	150	94.285
				4 - INV	2	90	8	150	154.056
				4 - INV	2	90	8	150	1.686.545
5012 20RL 0027	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Alagoas Produto: Estudante matriculado (unidade): 23828			3 - ODC	2	90	8	100	50.653
				3 - ODC	2	90	8	150	47.232.307
				3 - ODC	2	91	8	100	45.645.846
				4 - INV	2	90	8	100	836.703
				4 - INV	2	90	8	150	376.524
				4 - INV	2	90	8	150	173.234
5012 20RL 0028	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Sergipe Produto: Estudante matriculado (unidade): 6000			3 - ODC	2	90	8	100	200.000
				3 - ODC	2	90	8	150	29.623.287
				3 - ODC	2	91	8	100	27.048.739
				4 - INV	2	90	8	100	78.308
				4 - INV	2	90	8	150	182.605
				4 - INV	2	90	8	150	7.703
5012 20RL 0029	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado da Bahia Produto: Estudante matriculado (unidade): 46497			3 - ODC	2	90	8	100	2.305.932
				3 - ODC	2	90	8	150	106.537.918
				3 - ODC	2	91	8	100	101.496.451
				4 - INV	2	90	8	100	3.412.432
				4 - INV	2	90	8	150	245.323
				4 - INV	2	90	8	150	120.000
5012 20RL 0031	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais Produto: Estudante matriculado (unidade): 109803			3 - ODC	2	90	8	100	1.263.712
				3 - ODC	2	90	8	150	210.143.930
				3 - ODC	2	91	8	100	48.756
				4 - INV	2	90	8	100	190.760.775
				4 - INV	2	90	8	150	10.110.710
				4 - INV	2	90	8	181	295.958
				4 - INV	2	91	8	100	1.742.894
				4 - INV	2	91	8	150	44.010
				4 - INV	2	90	8	100	2.534.342
				4 - INV	2	90	8	150	4.221.473
				4 - INV	2	90	8	163	385.012

Quadro 9C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso IX

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
5012 20RL 0032	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Espírito Santo <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 33000</i>			3 - ODC	2	90	8	100	68.031.996
				3 - ODC	2	90	8	150	65.480.502
				3 - ODC	2	91	8	100	2.526.232
				3 - ODC	2	91	8	100	25.262
5012 20RL 0033	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Rio de Janeiro <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 61672</i>			3 - ODC	2	90	8	100	118.007.799
				3 - ODC	2	90	8	150	103.411.808
				3 - ODC	2	91	8	100	8.052.586
				3 - ODC	2	91	8	100	634.227
				4 - INV	2	90	8	100	10.000
				4 - INV	2	90	8	100	1.691.850
				4 - INV	2	90	8	150	1.020.113
				4 - INV	2	90	8	163	35.910
				4 - INV	2	90	8	181	3.151.305
5012 20RL 0035	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de São Paulo <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 66296</i>			3 - ODC	2	90	8	100	90.760.461
				3 - ODC	2	90	8	150	85.899.110
				3 - ODC	2	91	8	100	2.122.234
				4 - INV	2	90	8	100	616.883
				4 - INV	2	90	8	150	2.122.234
5012 20RL 0041	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Paraná <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 30117</i>			3 - ODC	2	90	8	100	54.457.320
				3 - ODC	2	90	8	150	47.996.609
				3 - ODC	2	90	8	180	942.057
				3 - ODC	2	90	8	181	22.481
				3 - ODC	2	91	8	100	748.190
				4 - INV	2	90	8	100	18.831
				4 - INV	2	90	8	100	4.729.152
5012 20RL 0042	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Santa Catarina <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 69138</i>			3 - ODC	2	90	8	100	108.276.832
				3 - ODC	2	90	8	150	105.470.587
				3 - ODC	2	91	8	100	1.570.387
				4 - INV	2	90	8	100	103.500
				4 - INV	2	90	8	100	1.132.358
5012 20RL 0043	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Rio Grande do Sul <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 59792</i>			3 - ODC	2	90	8	100	131.021.509
				3 - ODC	2	90	8	150	124.797.148
				3 - ODC	2	91	8	100	1.917.420
				4 - INV	2	90	8	100	585.597
				4 - INV	2	90	8	100	1.568.154
				4 - INV	2	90	8	150	2.148.190
				4 - INV	2	90	8	163	5.000
5012 20RL 0051	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Mato Grosso <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 23356</i>			3 - ODC	2	90	8	100	56.423.307
				3 - ODC	2	90	8	150	51.378.570
				3 - ODC	2	90	8	180	180.000
				3 - ODC	2	91	8	100	7.326
				3 - ODC	2	91	8	100	58.000
				3 - ODC	2	91	8	150	46.000
				3 - ODC	2	91	8	180	74
				4 - INV	2	90	8	100	200.000
				4 - INV	2	90	8	150	3.052.837
				4 - INV	2	90	8	163	1.500.500
5012 20RL 0052	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Goiás <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 35459</i>			3 - ODC	2	90	8	100	81.825.741
				3 - ODC	2	90	8	150	78.424.071
				3 - ODC	2	91	8	100	1.557.673
				3 - ODC	2	91	8	100	239.666
				4 - INV	2	90	8	150	28.176
				4 - INV	2	90	8	100	1.576.155
5012 20RL 0053	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Distrito Federal <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 15500</i>			3 - ODC	2	90	8	100	29.670.809
				3 - ODC	2	90	8	150	29.586.695
				3 - ODC	2	91	8	100	71.400
				3 - ODC	2	91	8	100	12.714
5012 20RL 0054	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Mato Grosso do Sul <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 52981</i>			3 - ODC	2	90	8	100	24.734.368
				3 - ODC	2	91	8	100	21.530.368
				4 - INV	2	90	8	100	204.000
				4 - INV	2	90	8	100	3.000.000
5012 219U	Apoio ao Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	12	363	F					29.175.000
5012 219U 0001	Apoio ao Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Nacional <i>Produto: Instituição apoiada (unidade): 103</i>			3 - ODC	2	90	8	100	29.175.000
5012 21B3	Fomento às ações de pesquisa, extensão e inovação nas instituições de	12	363	F					35.610.145

Quadro 9C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso IX

Recursos de Todas as Fontes

Programática				Programa/Ação/Localização				Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
				ensino de educação profissional e tecnológica											
5012	21B3	0001	Fomento às ações de pesquisa, extensão e inovação nas instituições de ensino de educação profissional e tecnológica - Nacional <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 6</i>						3 - ODC	2	90	8	100		16.418.000
															16.418.000
5012	21B3	0012	Fomento às ações de pesquisa, extensão e inovação nas instituições de ensino de educação profissional e tecnológica - No Estado do Acre <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 120</i>						3 - ODC	2	90	8	100		750.000
															750.000
5012	21B3	0016	Fomento às ações de pesquisa, extensão e inovação nas instituições de ensino de educação profissional e tecnológica - No Estado do Amapá <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 2079</i>						3 - ODC	2	90	8	100		800.000
										3 - ODC	2	91	8	100	792.000
															8.000
5012	21B3	0022	Fomento às ações de pesquisa, extensão e inovação nas instituições de ensino de educação profissional e tecnológica - No Estado do Piauí <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 6</i>						3 - ODC	2	90	8	100		108.363
															108.363
5012	21B3	0023	Fomento às ações de pesquisa, extensão e inovação nas instituições de ensino de educação profissional e tecnológica - No Estado do Ceará <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 63</i>						3 - ODC	2	90	8	100		1.000.000
															1.000.000
5012	21B3	0026	Fomento às ações de pesquisa, extensão e inovação nas instituições de ensino de educação profissional e tecnológica - No Estado de Pernambuco <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 350</i>						3 - ODC	2	90	8	100		1.047.214
															1.047.214
5012	21B3	0029	Fomento às ações de pesquisa, extensão e inovação nas instituições de ensino de educação profissional e tecnológica - No Estado da Bahia <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 264</i>						3 - ODC	2	90	8	100		1.317.378
															1.317.378
5012	21B3	0031	Fomento às ações de pesquisa, extensão e inovação nas instituições de ensino de educação profissional e tecnológica - No Estado de Minas Gerais <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 655</i>						3 - ODC	2	90	8	100		7.414.212
										4 - INV	2	90	8	100	6.626.042
															788.170
5012	21B3	0032	Fomento às ações de pesquisa, extensão e inovação nas instituições de ensino de educação profissional e tecnológica - No Estado do Espírito Santo <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 300</i>						3 - ODC	2	90	8	100		500.000
															500.000
5012	21B3	0033	Fomento às ações de pesquisa, extensão e inovação nas instituições de ensino de educação profissional e tecnológica - No Estado do Rio de Janeiro <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 281</i>						3 - ODC	2	90	8	100		2.076.800
															2.076.800
5012	21B3	0041	Fomento às ações de pesquisa, extensão e inovação nas instituições de ensino de educação profissional e tecnológica - No Estado do Paraná <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 508</i>						3 - ODC	2	90	8	100		1.718.719
										4 - INV	2	90	8	100	1.568.719
															150.000
5012	21B3	0043	Fomento às ações de pesquisa, extensão e inovação nas instituições de ensino de educação profissional e tecnológica - No Estado do Rio Grande do Sul <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 150</i>						3 - ODC	2	90	8	100		714.400
										4 - INV	2	90	8	100	614.400
															100.000
5012	21B3	0052	Fomento às ações de pesquisa, extensão e inovação nas instituições de ensino de educação profissional e tecnológica - No Estado de Goiás <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 530</i>						3 - ODC	2	90	8	100		894.938
										3 - ODC	2	91	8	100	792.229
										4 - INV	2	90	8	100	2.709
															100.000
5012	21B3	0054	Fomento às ações de pesquisa, extensão e inovação nas instituições de ensino de educação profissional e tecnológica - No Estado de Mato Grosso do Sul <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 19</i>						3 - ODC	2	90	8	100		850.121
															850.121
5012	21B4		Fomento ao Desenvolvimento e Modernização dos Sistemas de Ensino de Educação Profissional e Tecnológica				12	363	F						100.011.000
5012	21B4	0001	Fomento ao Desenvolvimento e Modernização dos Sistemas de Ensino de Educação Profissional e Tecnológica - Nacional <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 4261</i>						3 - ODC	2	90	8	108		100.011.000
5012	21D6		Implementação de Centros de Referência dos Institutos Federais				12	363	F						6.000.000
5012	21D6	0001	Implementação de Centros de Referência dos Institutos Federais - Nacional <i>Produto: Instituição apoiada (unidade): 12</i>						3 - ODC	2	90	8	100		6.000.000
															6.000.000
				Projetos											131.011.110
5012	15R4		Apoio à Expansão, Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica				12	363	F						131.011.110
5012	15R4	0001	Apoio à Expansão, Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Nacional <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 186</i>						4 - INV	2	90	8	186		131.011.110
															131.011.110
5013			Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão												9.646.664.231
				Atividades											6.260.610.365
5013	20RX		Reestruturação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais - REHUF				12	302	S						540.025.680
5013	20RX	0001	Reestruturação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais - REHUF - Nacional												530.025.680

Quadro 9C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso IX

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização			Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fle	Valor
		Produto: Instituição apoiada (unidade): 38			3 - ODC 4 - INV	2 2	90 90	8 8	100 100		380.025.680 150.000.000
5013	20RX	0033	Reestruturação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais - REHUF - No Estado do Rio de Janeiro								10.000.000
		Produto: Instituição apoiada (unidade): 8			3 - ODC 4 - INV	2 2	90 90	8 8	100 100		7.000.000 3.000.000
5013	21D8		Adequação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais	12	302	S					46.072.229
5013	21D8	0043	Adequação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais - No Estado do Rio Grande do Sul								46.072.229
		Produto: Instituição apoiada (unidade): 1			3 - ODC 4 - INV	2 2	90 90	8 8	100 100		7.080.000 38.992.229
5013	4086		Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais	12	302	S					481.943.956
5013	4086	0001	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - Nacional								319.445.220
		Produto: Instituição beneficiada (unidade): 38			3 - ODC 3 - ODC 3 - ODC 4 - INV	2 2 2 2	90 90 90 90	8 8 8 8	100 150 180 100		176.989.988 97.509.697 4.948.728 39.996.807
5013	4086	0033	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - No Estado do Rio de Janeiro								15.000.000
		Produto: Instituição beneficiada (unidade): 8			3 - ODC 4 - INV	2 2	90 90	8 8	100 100		12.000.000 3.000.000
5013	4086	0035	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - No Estado de São Paulo								15.000.000
		Produto: Instituição beneficiada (unidade): 1			3 - ODC	2	90	8	100		15.000.000
5013	4086	0043	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - No Estado do Rio Grande do Sul								132.498.736
		Produto: Instituição beneficiada (unidade): 1			3 - ODC 3 - ODC 3 - ODC 3 - ODC 3 - ODC	2 2 2 2 2	90 90 90 90 91	8 8 8 8 8	100 150 180 181 150		48.696.191 78.778.291 158.067 1.539.684 3.326.503
5013	20GK		Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	12	364	F					398.851.571
5013	20GK	0001	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - Nacional								140.353.144
		Produto: Projeto apoiado (unidade): 1900			3 - ODC 3 - ODC 4 - INV	2 2 2	90 90 90	8 8 8	100 100 100		130.353.144 7.000.000 3.000.000
5013	20GK	0011	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado de Rondônia								894.000
		Produto: Projeto apoiado (unidade): 4			3 - ODC 3 - ODC	2 2	90 90	8 8	100 150		644.000 250.000
5013	20GK	0012	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Acre								2.522.549
		Produto: Projeto apoiado (unidade): 2			3 - ODC	2	90	8	100		2.522.549
5013	20GK	0013	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Amazonas								4.306.801
		Produto: Projeto apoiado (unidade): 293			3 - ODC	2	90	8	100		4.306.801
5013	20GK	0014	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado de Roraima								1.896.985
		Produto: Projeto apoiado (unidade): 128			3 - ODC 3 - ODC 4 - INV	2 2 2	90 90 90	8 8 8	100 150 100		1.688.407 30.000 178.578
5013	20GK	0015	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Pará								2.605.693
		Produto: Projeto apoiado (unidade): 18			3 - ODC	2	90	8	100		2.605.693
5013	20GK	0016	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Amapá								2.255.775
		Produto: Projeto apoiado (unidade): 188			3 - ODC	2	90	8	100		2.255.775
5013	20GK	0017	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Tocantins								32.964
		Produto: Projeto apoiado (unidade): 1			3 - ODC	2	90	8	100		32.964
5013	20GK	0020	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - Na Região Nordeste								3.149.622
		Produto: Projeto apoiado (unidade): 404			3 - ODC 3 - ODC	2 2	90 90	8 8	100 150		3.099.622 50.000
5013	20GK	0021	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Maranhão								3.468.476
		Produto: Projeto apoiado (unidade): 92			3 - ODC 3 - ODC 4 - INV	2 2 2	90 90 90	8 8 8	100 150 150		1.568.476 1.800.000 100.000
5013	20GK	0022	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Piauí								3.751.178
		Produto: Projeto apoiado (unidade): 650			3 - ODC	2	90	8	100		3.751.178

Quadro 9C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso IX

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fle	Valor
5013 20GK 0023	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Ceará Produto: Projeto apoiado (unidade): 480			3 - ODC 3 - ODC 4 - INV 4 - INV	2 2 2 2	90 90 90 90	8 8 8 8	100 150 100 150	8.555.245 6.246.800 2.078.445 50.000 180.000
5013 20GK 0024	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Rio Grande do Norte Produto: Projeto apoiado (unidade): 2003			3 - ODC 3 - ODC	2 2	90 91	8 8	100 100	2.611.792 2.493.792 118.000
5013 20GK 0025	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado da Paraíba Produto: Projeto apoiado (unidade): 1			3 - ODC	2	90	8	100	60.000 60.000
5013 20GK 0026	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado de Pernambuco Produto: Projeto apoiado (unidade): 12			3 - ODC 3 - ODC	2 2	90 91	8 8	100 100	4.127.736 4.097.776 29.960
5013 20GK 0027	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado de Alagoas Produto: Projeto apoiado (unidade): 1			3 - ODC	2	90	8	100	84.000 84.000
5013 20GK 0028	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado de Sergipe Produto: Projeto apoiado (unidade): 700			3 - ODC 3 - ODC 4 - INV	2 2 2	90 90 90	8 8 8	100 150 100	1.299.063 1.065.708 211.355 22.000
5013 20GK 0029	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado da Bahia Produto: Projeto apoiado (unidade): 2378			3 - ODC 3 - ODC 3 - ODC 4 - INV	2 2 2 2	90 90 91 90	8 8 8 8	100 150 100 100	9.896.132 8.185.173 1.026.896 84.008 600.055
5013 20GK 0031	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado de Minas Gerais Produto: Projeto apoiado (unidade): 10742			3 - ODC 3 - ODC 3 - ODC 3 - ODC 3 - ODC 4 - INV	2 2 2 2 2 2	50 90 90 91 91 90	8 8 8 8 8 8	150 100 150 100 150 100	99.713.403 53.000.000 33.413.930 11.156.000 15.500 1.800.000 327.973
5013 20GK 0032	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Espírito Santo Produto: Projeto apoiado (unidade): 720			3 - ODC 3 - ODC 4 - INV 4 - INV	2 2 2 2	90 90 90 90	8 8 8 8	100 150 100 150	14.034.000 4.584.000 9.000.000 50.000 400.000
5013 20GK 0033	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Rio de Janeiro Produto: Projeto apoiado (unidade): 1962			3 - ODC	2	90	8	100	30.693.743 30.693.743
5013 20GK 0035	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado de São Paulo Produto: Projeto apoiado (unidade): 322			3 - ODC	2	90	8	100	3.259.791 3.259.791
5013 20GK 0040	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - Na Região Sul Produto: Projeto apoiado (unidade): 128			3 - ODC 4 - INV	2 2	90 90	8 8	100 181	1.016.036 870.536 145.500
5013 20GK 0041	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Paraná Produto: Projeto apoiado (unidade): 120			3 - ODC 3 - ODC	2 2	90 90	8 8	100 181	5.778.394 5.160.565 617.829
5013 20GK 0042	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado de Santa Catarina Produto: Projeto apoiado (unidade): 22774			3 - ODC 3 - ODC 3 - ODC	2 2 2	90 90 91	8 8 8	100 150 150	22.054.095 5.967.625 15.736.470 350.000
5013 20GK 0043	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Rio Grande do Sul Produto: Projeto apoiado (unidade): 3901			3 - ODC 3 - ODC 3 - ODC	2 2 2	90 90 91	8 8 8	100 150 150	14.284.996 12.564.996 1.700.000 20.000
5013 20GK 0051	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado de Mato Grosso Produto: Projeto apoiado (unidade): 1			3 - ODC	2	90	8	100	105.466 105.466
5013 20GK 0052	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado de Goiás Produto: Projeto apoiado (unidade): 48			3 - ODC 3 - ODC	2 2	90 90	8 8	100 150	13.365.816 11.417.986 1.947.830

Quadro 9C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso IX

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização			Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
5013 20GK 0053	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Distrito Federal <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 2</i>					3 - ODC	2	90	8	100	2.120.000
						3 - ODC	2	91	8	100	2.119.122
											878
5013 20GK 0054	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado de Mato Grosso do Sul <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 51</i>					3 - ODC	2	90	8	100	554.676
						3 - ODC	2	90	8	150	68.161
											486.515
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior			12	364	F					3.735.377.063
5013 20RK 0011	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Rondônia <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 11000</i>					3 - ODC	2	90	8	100	22.863.518
						3 - ODC	2	90	8	150	19.947.580
						3 - ODC	2	90	8	180	410.005
						3 - ODC	2	91	8	100	5.933
											2.500.000
5013 20RK 0012	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Acre <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 9500</i>					3 - ODC	2	90	8	100	32.487.987
						3 - ODC	2	90	8	150	28.809.536
						3 - ODC	2	91	8	100	187.464
						4 - INV	2	90	8	100	1.901.987
						4 - INV	2	90	8	150	1.089.000
											500.000
5013 20RK 0013	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Amazonas <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 30112</i>					3 - ODC	2	90	8	100	55.528.159
						3 - ODC	2	90	8	150	49.677.372
						3 - ODC	2	90	8	180	1.515.423
						3 - ODC	2	91	8	100	156.638
											4.178.726
5013 20RK 0014	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Roraima <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 9160</i>					3 - ODC	2	90	8	100	19.914.770
						3 - ODC	2	90	8	150	15.630.638
						3 - ODC	2	91	8	100	362.675
						4 - INV	2	90	8	100	1.411.234
											2.510.223
5013 20RK 0015	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Pará <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 75403</i>					3 - ODC	2	90	8	100	216.558.132
						3 - ODC	2	90	8	150	185.811.705
						3 - ODC	2	90	8	180	20.874.298
						3 - ODC	2	90	8	181	537.797
						3 - ODC	2	91	8	100	5.440.262
						4 - INV	2	90	8	100	564.233
						4 - INV	2	90	8	100	711.315
						4 - INV	2	90	8	150	1.000.000
						4 - INV	2	90	8	181	1.618.522
5013 20RK 0016	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Amapá <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 12575</i>					3 - ODC	2	90	8	100	19.359.239
						3 - ODC	2	90	8	150	16.460.626
						3 - ODC	2	91	8	100	80.629
						3 - ODC	2	91	8	150	2.637.984
						4 - INV	2	90	8	150	30.000
											150.000
5013 20RK 0017	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Tocantins <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 25439</i>					3 - ODC	2	90	8	100	57.115.294
						3 - ODC	2	90	8	150	46.498.699
						3 - ODC	2	91	8	100	7.686.882
						4 - INV	2	90	8	163	2.848.179
											81.534
5013 20RK 0020	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - Na Região Nordeste <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 20355</i>					3 - ODC	2	90	8	100	56.243.776
						3 - ODC	2	90	8	150	50.400.560
						3 - ODC	2	91	8	100	380.147
						4 - INV	2	90	8	100	1.293.503
											4.169.566
5013 20RK 0021	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Maranhão <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 31923</i>					3 - ODC	2	90	8	100	70.516.847
						3 - ODC	2	90	8	150	60.480.850
						3 - ODC	2	90	8	180	3.039.339
						3 - ODC	2	91	8	100	31.294
						3 - ODC	2	91	8	150	4.779.929
						4 - INV	2	90	8	100	50.000
											2.135.435
5013 20RK 0022	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Piauí <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 17800</i>					3 - ODC	2	90	8	100	58.671.749
						3 - ODC	2	90	8	150	46.251.057
						3 - ODC	2	91	8	100	5.789.987
						4 - INV	2	90	8	100	3.810.705
											2.820.000

Quadro 9C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso IX

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fle	Valor
5013 20RK 0023	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Ceará Produto: Estudante matriculado (unidade): 35166			3 - ODC	2	90	8	100	102.348.317
				3 - ODC	2	90	8	150	87.878.647
				3 - ODC	2	91	8	100	4.626.060
				4 - INV	2	90	8	100	368.322
				4 - INV	2	90	8	150	6.736.311
				4 - INV	2	90	8	163	2.177.799
				4 - INV	2	90	8	163	561.178
5013 20RK 0024	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Norte Produto: Estudante matriculado (unidade): 51034			3 - ODC	2	90	8	100	149.462.004
				3 - ODC	2	90	8	150	127.309.860
				3 - ODC	2	91	8	100	10.309.876
				3 - ODC	2	91	8	150	332.054
				4 - INV	2	90	8	100	100.000
				4 - INV	2	90	8	150	8.614.652
				4 - INV	2	90	8	163	2.698.137
				4 - INV	2	90	8	163	97.425
5013 20RK 0025	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado da Paraíba Produto: Estudante matriculado (unidade): 53300			3 - ODC	2	90	8	100	122.177.666
				3 - ODC	2	90	8	150	110.260.717
				3 - ODC	2	91	8	100	7.031.560
				4 - INV	2	90	8	100	175.053
				4 - INV	2	90	8	150	4.310.336
				4 - INV	2	90	8	150	400.000
5013 20RK 0026	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Pernambuco Produto: Estudante matriculado (unidade): 58725			3 - ODC	2	90	8	100	149.428.859
				3 - ODC	2	90	8	150	123.772.063
				3 - ODC	2	90	8	180	14.152.230
				3 - ODC	2	90	8	181	13.149
				3 - ODC	2	91	8	100	1.284.000
				3 - ODC	2	91	8	150	283.809
				4 - INV	2	90	8	100	32.456
				4 - INV	2	90	8	150	9.147.086
				4 - INV	2	90	8	150	744.066
5013 20RK 0027	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Alagoas Produto: Estudante matriculado (unidade): 27510			3 - ODC	2	90	8	100	54.650.055
				3 - ODC	2	90	8	150	49.427.452
				3 - ODC	2	91	8	100	2.752.252
				3 - ODC	2	91	8	150	32.523
				4 - INV	2	90	8	100	100.000
				4 - INV	2	90	8	150	1.937.828
				4 - INV	2	90	8	150	400.000
5013 20RK 0028	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Sergipe Produto: Estudante matriculado (unidade): 29000			3 - ODC	2	90	8	100	63.805.061
				3 - ODC	2	90	8	150	56.432.439
				3 - ODC	2	91	8	100	1.078.904
				4 - INV	2	90	8	100	4.854.541
				4 - INV	2	90	8	100	1.439.177
5013 20RK 0029	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado da Bahia Produto: Estudante matriculado (unidade): 64561			3 - ODC	2	90	8	100	164.089.613
				3 - ODC	2	90	8	150	130.301.711
				3 - ODC	2	90	8	180	19.448.151
				3 - ODC	2	91	8	100	6.520
				3 - ODC	2	91	8	150	1.417.920
				4 - INV	2	90	8	100	782.364
				4 - INV	2	90	8	150	9.680.097
				4 - INV	2	90	8	150	2.452.850
5013 20RK 0031	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais Produto: Estudante matriculado (unidade): 200264			3 - ODC	2	50	8	100	617.003.502
				3 - ODC	2	50	8	150	6.626.969
				3 - ODC	2	90	8	100	1.142.597
				3 - ODC	2	90	8	150	484.114.297
				3 - ODC	2	90	8	180	83.370.640
				3 - ODC	2	90	8	181	1.092.385
				3 - ODC	2	90	8	196	1.210.240
				3 - ODC	2	91	8	100	15.000
				3 - ODC	2	91	8	150	17.372.466
				4 - INV	2	90	8	100	1.622.810
				4 - INV	2	90	8	150	13.393.647
				4 - INV	2	90	8	163	6.863.161
				4 - INV	2	90	8	163	174.242
				4 - INV	2	91	8	100	5.048
5013 20RK 0032	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Espírito Santo Produto: Estudante matriculado (unidade): 24000			3 - ODC	2	90	8	100	66.788.027
				3 - ODC	2	90	8	150	49.596.621
				3 - ODC	2	90	8	180	6.016.484
				3 - ODC	2	91	8	100	226.061
				4 - INV	2	90	8	100	252.213
				4 - INV	2	90	8	100	3.402.898

Quadro 9C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso IX

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
				4 - INV	2	90	8	150	7.000.000
				4 - INV	2	90	8	163	293.750
5013 20RK 0033	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio de Janeiro Produto: Estudante matriculado (unidade): 172640			3 - ODC	2	90	8	100	236.162.212
				3 - ODC	2	90	8	150	61.119.103
				3 - ODC	2	91	8	100	3.858.319
				4 - INV	2	90	8	100	16.693.642
				4 - INV	2	90	8	150	3.112.748
5013 20RK 0035	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de São Paulo Produto: Estudante matriculado (unidade): 64287			3 - ODC	2	90	8	100	118.136.066
				3 - ODC	2	90	8	150	14.327.737
				3 - ODC	2	91	8	100	5.869.086
				3 - ODC	2	91	8	150	121.489
				4 - INV	2	90	8	100	2.353.190
				4 - INV	2	90	8	150	1.500.000
				4 - INV	2	90	8	163	21.407
5013 20RK 0040	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - Na Região Sul Produto: Estudante matriculado (unidade): 10783			3 - ODC	2	90	8	100	35.162.383
				3 - ODC	2	90	8	150	236.018
				3 - ODC	2	90	8	180	5.033
				3 - ODC	2	90	8	181	557.600
				3 - ODC	2	91	8	100	309.442
				4 - INV	2	90	8	100	1.000.000
5013 20RK 0041	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Paraná Produto: Estudante matriculado (unidade): 81124			3 - ODC	2	50	8	100	726.000
				3 - ODC	2	50	8	150	6.000.000
				3 - ODC	2	50	8	180	200.000
				3 - ODC	2	50	8	181	500.000
				3 - ODC	2	90	8	100	185.971.893
				3 - ODC	2	90	8	150	6.838.407
				3 - ODC	2	90	8	180	898.771
				3 - ODC	2	90	8	181	4.320.322
				3 - ODC	2	91	8	100	1.100.520
				3 - ODC	2	91	8	150	2.118.118
				4 - INV	2	90	8	100	5.294.697
				4 - INV	2	90	8	150	7.845.005
				4 - INV	2	90	8	163	63.100
				4 - INV	2	90	8	180	1.527.558
				4 - INV	2	90	8	181	1.800.000
5013 20RK 0042	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Santa Catarina Produto: Estudante matriculado (unidade): 44253			3 - ODC	2	90	8	100	92.369.925
				3 - ODC	2	90	8	150	13.958.400
				3 - ODC	2	90	8	180	815.401
				3 - ODC	2	91	8	100	500.000
				3 - ODC	2	91	8	150	500.000
				4 - INV	2	90	8	100	66.188
				4 - INV	2	90	8	150	3.000.000
				4 - INV	2	90	8	163	16.115
5013 20RK 0043	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Sul Produto: Estudante matriculado (unidade): 108871			3 - ODC	2	50	8	150	5.000.000
				3 - ODC	2	90	8	100	294.140.553
				3 - ODC	2	90	8	150	21.451.332
				3 - ODC	2	90	8	180	706.997
				3 - ODC	2	90	8	181	50.000
				3 - ODC	2	91	8	100	12.309.963
				3 - ODC	2	91	8	150	372.130
				4 - INV	2	90	8	100	16.640.905
				4 - INV	2	90	8	150	6.304.349
				4 - INV	2	90	8	163	225.490
				4 - INV	2	90	8	181	1.790.000
				4 - INV	2	90	8	196	981.241
5013 20RK 0051	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Mato Grosso Produto: Estudante matriculado (unidade): 22216			3 - ODC	2	90	8	100	73.210.476
				3 - ODC	2	90	8	150	4.466.784
				3 - ODC	2	91	8	100	4.138.160
				4 - INV	2	90	8	100	307.285
5013 20RK 0052	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Goiás Produto: Estudante matriculado (unidade): 28642			3 - ODC	2	90	8	100	65.336.868
				3 - ODC	2	90	8	150	10.029.329
				3 - ODC	2	91	8	100	1.157.770
				3 - ODC	2	91	8	150	412.000

Quadro 9C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso IX

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização			Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
						4 - INV	2	90	8	100	262.878
						4 - INV	2	90	8	150	576.424
5013	20RK	0053	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Distrito Federal								190.409.561
			Produto: Estudante matriculado (unidade): 47430			3 - ODC	2	90	8	100	79.308.846
						3 - ODC	2	90	8	150	68.576.651
						3 - ODC	2	90	8	180	498.783
						3 - ODC	2	91	8	100	9.885.185
						3 - ODC	2	91	8	150	1.505.874
						4 - INV	2	90	8	100	5.134.186
						4 - INV	2	90	8	150	21.000.000
						4 - INV	2	90	8	163	4.500.036
5013	20RK	0054	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Mato Grosso do Sul								89.108.098
			Produto: Estudante matriculado (unidade): 33714			3 - ODC	2	90	8	100	73.303.555
						3 - ODC	2	90	8	150	3.604.416
						3 - ODC	2	90	8	180	8.540
						3 - ODC	2	91	8	100	6.525.366
						4 - INV	2	90	8	100	2.926.349
						4 - INV	2	90	8	150	2.739.872
5013	219V		Apoio ao Funcionamento das Instituições Federais de Educação Superior	12	364	F					38.102.617
5013	219V	0001	Apoio ao Funcionamento das Instituições Federais de Educação Superior - Nacional								38.102.617
			Produto: Instituição apoiada (unidade): 10			3 - ODC	2	90	8	100	38.102.617
5013	21D7		Programa de Apoio para a Expansão da Educação Online em Universidades Federais – Reuni Digital	12	364	F					29.100.000
5013	21D7	0001	Programa de Apoio para a Expansão da Educação Online em Universidades Federais – Reuni Digital - Nacional								29.100.000
			Produto: Projeto apoiado (unidade): 3			3 - ODC	2	90	8	100	9.234.254
						4 - INV	2	90	8	100	19.865.746
5013	6344		Regulação e Supervisão dos Cursos de Graduação e de Instituições Públicas e Privadas de Ensino Superior	12	364	F					1.178.459
5013	6344	0001	Regulação e Supervisão dos Cursos de Graduação e de Instituições Públicas e Privadas de Ensino Superior - Nacional								1.178.459
			Produto: Ato regulatório publicado (unidade): 9500			3 - ODC	2	90	8	100	982.000
						3 - ODC	2	91	8	100	196.459
5013	8282		Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior	12	364	F					603.457.730
5013	8282	0011	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Rondônia								7.037.823
			Produto: Projeto viabilizado (unidade): 4			3 - ODC	2	90	8	100	3.037.823
						4 - INV	2	90	8	100	4.000.000
5013	8282	0012	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Acre								3.000.000
			Produto: Projeto viabilizado (unidade): 2			4 - INV	2	90	8	100	3.000.000
5013	8282	0013	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Amazonas								10.000.000
			Produto: Projeto viabilizado (unidade): 5			3 - ODC	2	90	8	100	7.086.249
						4 - INV	2	90	8	100	2.913.751
5013	8282	0014	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Roraima								6.662.803
			Produto: Projeto viabilizado (unidade): 1			3 - ODC	2	90	8	100	6.662.803
5013	8282	0015	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Pará								15.514.000
			Produto: Projeto viabilizado (unidade): 10			4 - INV	2	90	8	100	15.514.000
5013	8282	0016	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Amapá								5.505.651
			Produto: Projeto viabilizado (unidade): 12			3 - ODC	2	90	8	100	1.305.651
						4 - INV	2	90	8	100	4.200.000
5013	8282	0017	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Tocantins								6.172.090
			Produto: Projeto viabilizado (unidade): 7			3 - ODC	2	90	8	100	2.172.090
						4 - INV	2	90	8	100	4.000.000
5013	8282	0020	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - Na Região Nordeste								4.661.641
			Produto: Projeto viabilizado (unidade): 3			3 - ODC	2	90	8	100	1.661.641
						4 - INV	2	90	8	100	3.000.000
5013	8282	0021	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Maranhão								6.193.767
			Produto: Projeto viabilizado (unidade): 4			3 - ODC	2	90	8	100	3.593.767
						4 - INV	2	90	8	100	2.600.000
5013	8282	0022	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Piauí								12.039.217
			Produto: Projeto viabilizado (unidade): 3			3 - ODC	2	90	8	100	12.039.217

Quadro 9C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso IX

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização			Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
5013 8282 0023	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Ceará Produto: Projeto viabilizado (unidade): 4					3 - ODC 4 - INV	2 2	90 90	8 8	100 100	32.568.639 29.868.639 2.700.000
5013 8282 0024	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Norte Produto: Projeto viabilizado (unidade): 4					4 - INV	2	90	8	100	2.944.085 2.944.085
5013 8282 0025	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado da Paraíba Produto: Projeto viabilizado (unidade): 12					3 - ODC 4 - INV	2 2	90 90	8 8	100 100	30.406.148 24.689.889 5.716.259
5013 8282 0026	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Pernambuco Produto: Projeto viabilizado (unidade): 8					3 - ODC 4 - INV	2 2	90 90	8 8	100 100	22.202.172 14.085.144 8.117.028
5013 8282 0027	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Alagoas Produto: Projeto viabilizado (unidade): 1					3 - ODC 4 - INV	2 2	90 90	8 8	100 100	12.480.002 8.720.002 3.760.000
5013 8282 0028	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Sergipe Produto: Projeto viabilizado (unidade): 2					4 - INV	2	90	8	100	2.000.000 2.000.000
5013 8282 0029	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado da Bahia Produto: Projeto viabilizado (unidade): 30					3 - ODC 3 - ODC 4 - INV	2 2 2	90 91 90	8 8 8	100 100 100	30.326.569 21.299.637 26.932 9.000.000
5013 8282 0031	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais Produto: Projeto viabilizado (unidade): 71					3 - ODC 4 - INV 4 - INV 4 - INV 4 - INV	2 2 2 2 2	90 90 90 90 90	8 8 8 8 8	100 100 150 163 180	92.198.812 42.414.212 42.538.893 1.608.427 99.400 5.537.880
5013 8282 0032	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Espírito Santo Produto: Projeto viabilizado (unidade): 5					3 - ODC 4 - INV	2 2	90 90	8 8	100 100	11.969.725 4.485.000 7.484.725
5013 8282 0033	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio de Janeiro Produto: Projeto viabilizado (unidade): 27					3 - ODC 4 - INV	2 2	90 90	8 8	100 100	136.563.349 131.850.896 4.712.453
5013 8282 0035	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de São Paulo Produto: Projeto viabilizado (unidade): 14					3 - ODC 4 - INV	2 2	90 90	8 8	100 100	18.350.875 6.268.815 12.082.060
5013 8282 0040	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - Na Região Sul Produto: Projeto viabilizado (unidade): 3					4 - INV	2	90	8	100	3.000.000 3.000.000
5013 8282 0041	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Paraná Produto: Projeto viabilizado (unidade): 19					3 - ODC 4 - INV 4 - INV	2 2 2	90 90 90	8 8 8	100 100 181	45.377.927 25.264.120 19.113.807 1.000.000
5013 8282 0042	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Santa Catarina Produto: Projeto viabilizado (unidade): 16					4 - INV	2	90	8	100	4.680.096 4.680.096
5013 8282 0043	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Sul Produto: Projeto viabilizado (unidade): 41					3 - ODC 4 - INV	2 2	90 90	8 8	100 100	33.625.907 26.804.554 6.821.353
5013 8282 0051	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Mato Grosso Produto: Projeto viabilizado (unidade): 1					4 - INV	2	90	8	100	4.869.078 4.869.078
5013 8282 0052	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Goiás Produto: Projeto viabilizado (unidade): 3					3 - ODC 4 - INV	2 2	90 90	8 8	100 100	17.395.809 10.014.494 7.381.315
5013 8282 0053	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Distrito Federal Produto: Projeto viabilizado (unidade): 1					3 - ODC	2	90	8	100	13.294.638 13.294.638
5013 8282 0054	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Mato Grosso do Sul Produto: Projeto viabilizado (unidade): 5					3 - ODC 4 - INV	2 2	90 90	8 8	100 100	12.416.907 9.916.907 2.500.000

Quadro 9C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso IX

Recursos de Todas as Fontes

DO - 2022, Anexo 1, inciso IX

Recursos de todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização				Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
5013 2317	Acesso à Informação Científica e Tecnológica				12 573	F						386.501.060
5013 2317 0001	Acesso à Informação Científica e Tecnológica - Nacional Produto: Acesso realizado (milhar): 100000						3 - ODC	2	90	8	100	386.501.060
							3 - ODC	2	90	8	150	380.329.483
							3 - ODC	2	90	8	180	834.255
												5.337.322
Operações Especiais												3.116.756.949
5013 00P1	Apoio à Residência em Saúde				12 364	S						853.637.626
5013 00P1 0001	Apoio à Residência em Saúde - Nacional Item de Mensuração: Bolsa concedida (unidade): 14.438						3 - ODC	2	90	8	142	853.637.626
							3 - ODC	2	90	8	186	186.989.633
							3 - ODC	2	91	8	186	555.597.050
												111.050.943
5013 00QC	Concessão de Bolsas do Programa Mais Médicos				12 364	S						114.146.820
5013 00QC 0001	Concessão de Bolsas do Programa Mais Médicos - Nacional Item de Mensuração: Bolsa concedida (unidade): 2.046						3 - ODC	2	90	8	100	109.692.000
												109.692.000
5013 00QC 0043	Concessão de Bolsas do Programa Mais Médicos - No Estado do Rio Grande do Sul Item de Mensuração: Bolsa concedida (unidade): 1.704						3 - ODC	2	90	8	100	4.454.820
												4.454.820
5013 00QH	Concessão de bolsas no âmbito do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (Proies)				12 364	F						155.438.988
5013 00QH 0001	Concessão de bolsas no âmbito do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (Proies) - Nacional Item de Mensuração: Bolsa concedida (unidade): 9.874						3 - ODC	2	91	8	144	155.438.988
												155.438.988
5013 0487	Concessão de Bolsas de Estudo no Ensino Superior				12 364	F						1.993.533.515
5013 0487 0001	Concessão de Bolsas de Estudo no Ensino Superior - Nacional Item de Mensuração: Bolsa concedida (unidade): 76.826						3 - ODC	2	30	8	100	1.993.533.515
							3 - ODC	2	30	8	186	9.871.130
							3 - ODC	2	90	8	100	4.597.347
							3 - ODC	2	90	8	100	29.086.944
							3 - ODC	2	90	8	108	1.767.121.162
							3 - ODC	2	90	8	186	182.856.932
Projetos												269.296.917
5013 152X	Ampliação e Reestruturação de Instituições Militares de Ensino Superior				12 364	F						33.000.000
5013 152X 0001	Ampliação e Reestruturação de Instituições Militares de Ensino Superior - Nacional Produto: Instituição apoiada (unidade): 2						4 - INV	2	90	8	100	33.000.000
												33.000.000
5013 15R3	Apoio à Consolidação, Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior				12 364	F						234.796.917
5013 15R3 0001	Apoio à Consolidação, Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - Nacional Produto: Projeto apoiado (unidade): 127						4 - INV	2	90	8	186	234.796.917
												234.796.917
5013 7XE1	Reconstrução e Modernização do Museu Nacional				12 364	F						1.500.000
5013 7XE1 0033	Reconstrução e Modernização do Museu Nacional - No Estado do Rio de Janeiro Produto: Projeto apoiado (unidade): 1						4 - INV	2	90	8	100	1.500.000
												1.500.000
5014	Estatísticas e Avaliações Educacionais											941.947.207
Atividades												941.947.207
5014 21B5	Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica				12 363	F						548.440
5014 21B5 0001	Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica - Nacional Produto: Avaliação realizada (unidade): 1						3 - ODC	2	90	8	100	548.440
												548.440
5014 20RN	Avaliação da Educação Superior e da Pós-Graduação				12 364	F						193.292.567
5014 20RN 0001	Avaliação da Educação Superior e da Pós-Graduação - Nacional Produto: Avaliação realizada (unidade): 28626						3 - ODC	2	90	8	100	193.292.567
							3 - ODC	2	90	8	150	130.083.674
							3 - ODC	2	90	8	174	29.880.000
							3 - ODC	2	91	8	100	30.527.574
												2.801.319
5014 6503	Censo da Educação Superior				12 364	F						766.000
5014 6503 0001	Censo da Educação Superior - Nacional Produto: Censo realizado (unidade): 1						3 - ODC	2	90	8	100	766.000
												766.000
5014 20RM	Exames e Avaliações da Educação Básica				12 368	F						729.736.432
5014 20RM 0001	Exames e Avaliações da Educação Básica - Nacional Produto: Pessoa avaliada (unidade): 7369754						3 - ODC	2	30	8	142	729.736.432
							3 - ODC	2	90	8	100	12.365.000
							3 - ODC	2	90	8	100	10.843.901
							3 - ODC	2	90	8	108	589.181.836
							3 - ODC	2	90	8	142	27.045.695
							3 - ODC	2	90	8	150	85.000.000
							4 - INV	2	30	8	142	5.300.000
5014 4014	Censo Escolar da Educação Básica				12 368	F						9.694.950
5014 4014 0001	Censo Escolar da Educação Básica - Nacional Produto: Censo realizado (unidade): 1						3 - ODC	2	30	8	100	9.694.950
							3 - ODC	2	90	8	100	6.454.350
												3.240.600
5014 4000	Estudos, Pesquisas e Avaliações de Políticas Educacionais				12 573	F						7.908.818
5014 4000 0001	Estudos, Pesquisas e Avaliações de Políticas Educacionais - Nacional Produto: Estudo publicado (unidade): 20						3 - ODC	2	90	8	100	6.344.182
							4 - INV	2	90	8	100	5.819.182
												525.000

6 - RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL

Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal do Governo Central

Quadro 10A: Resultado Primário do Governo Central - Financeira

Discriminação	Realizado 2019		Realizado 2020		Reprogramação 2021		PLOA 2022	
	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB
I. RECEITA TOTAL	1.635.111,0	22,8	1.467.758,8	19,8	1.816.281,0	21,0	1.958.764,4	20,8
I.1. Receita Administrada pela RFB, exceto RGPS	946.082,9	13,2	899.522,5	12,1	1.156.184,0	13,4	1.244.970,6	13,2
I.1.1. Imposto de Importação	43.035,3	0,6	45.743,7	0,6	63.327,9	0,7	68.322,0	0,7
I.1.2. IPI	52.685,9	0,7	56.694,6	0,8	81.171,3	0,9	88.321,7	0,9
I.1.3. Imposto sobre a Renda	398.366,5	5,6	384.124,9	5,2	481.655,5	5,6	507.213,8	5,4
I.1.4. IOF	41.044,2	0,6	22.047,6	0,3	42.011,0	0,5	46.403,2	0,5
I.1.5. COFINS	238.696,1	3,3	221.964,2	3,0	275.789,0	3,2	308.453,4	3,3
I.1.6. PIS/PASEP	64.751,6	0,9	62.593,7	0,8	78.476,3	0,9	86.943,0	0,9
I.1.7. CSLL	82.018,5	1,1	79.319,3	1,1	106.056,4	1,2	106.507,1	1,1
I.1.8. CIDE - Combustíveis	2.792,9	0,0	1.988,1	0,0	1.483,2	0,0	1.561,3	0,0
I.1.9. Outras Administradas pela RFB	22.691,9	0,3	25.046,4	0,3	26.213,4	0,3	31.245,0	0,3
I.2. Incentivos Fiscais	-47,8	0,0	-137,5	0,0	-82,6	0,0	-1,8	0,0
I.3. Arrecadação Líquida para o RGPS	413.331,3	5,8	404.772,5	5,5	440.006,3	5,1	483.022,6	5,1
I.3.1. Arrecadação Ordinária	403.136,4	5,6	395.365,3	5,3	432.555,8	5,0	479.830,5	5,1
I.3.2. Ressarcimento pela Desoneração da Folha	10.194,9	0,1	9.407,2	0,1	7.450,5	0,1	3.192,1	0,0
I.4. Outras Receitas	275.744,6	3,9	163.601,3	2,2	220.173,3	2,5	230.773,1	2,5
I.4.1. Concessões e Permissões	93.281,3	1,3	8.178,7	0,1	8.201,0	0,1	5.137,2	0,1
I.4.2. Complemento para o FGTS	5.296,9	0,1	35,8	0,0	-	-	-	-
I.4.3. Cont. Plano de Seg. do Servidor	13.926,9	0,2	17.397,5	0,2	17.834,1	0,2	18.592,1	0,2
I.4.4. Contribuição do Salário-Educação	22.104,6	0,3	21.260,9	0,3	22.863,3	0,3	24.894,5	0,3
I.4.5. Exploração de Recursos Naturais	64.681,3	0,9	56.488,6	0,8	80.323,8	0,9	85.210,1	0,9
I.4.6. Dividendos e Participações	20.879,0	0,3	6.576,8	0,1	17.813,4	0,2	26.284,9	0,3
I.4.7. Operações com Ativos	1.151,5	0,0	1.381,9	0,0	-	-	-	-
I.4.8. Receita Própria e de Convênios	15.887,1	0,2	13.250,5	0,2	15.332,8	0,2	18.152,6	0,2
I.4.9. Demais Receitas	38.536,0	0,5	39.030,7	0,5	57.805,0	0,7	52.501,6	0,6
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	288.330,8	4,0	263.821,0	3,6	339.897,5	3,9	361.816,6	3,9
II.1. Cide combustíveis	820,8	0,0	690,0	0,0	446,9	0,0	444,3	0,0
II.2. Exploração de Recursos Naturais	38.782,9	0,5	35.630,6	0,5	51.301,3	0,6	53.439,9	0,6
II.3. Contribuição do Salário Educação	12.261,1	0,2	12.621,6	0,2	13.718,0	0,2	14.936,7	0,2
II.4. FPE/FPM/IPI-EE	213.592,7	3,0	204.616,9	2,8	264.864,1	3,1	282.508,6	3,0
II.5. Fundos Constitucionais	9.609,2	0,1	8.576,2	0,1	7.289,1	0,1	7.896,1	0,1
Repasse Total	13.595,9	0,2	12.980,6	0,2	16.882,3	0,2	17.866,0	0,2
Superávit Fundos	-3.986,7	-0,1	-4.404,4	-0,1	-9.593,2	-0,1	-9.969,9	-0,1
II.6. Demais	13.264,1	0,2	1.685,7	0,0	2.278,1	0,0	2.591,0	0,0
III. RECEITA LÍQUIDA (I - II)	1.346.780,2	18,8	1.203.937,8	16,2	1.476.383,5	17,1	1.596.947,8	17,0
IV. DESPESAS	1.441.845,0	20,1	1.947.025,0	26,3	1.631.802,0	18,9	1.646.502,3	17,5
IV.1. Benefícios Previdenciários	626.510,4	8,8	663.904,4	9,0	705.947,7	8,2	765.569,4	8,1
IV.2. Pessoal e Encargos Sociais	313.087,3	4,4	321.349,3	4,3	332.355,2	3,8	342.798,8	3,6
IV.3. Outras Desp. Obrigatórias	195.201,8	2,7	720.076,1	9,7	328.559,8	3,8	274.954,5	2,9
IV.3.1. Abono e Seguro Desemprego	55.592,3	0,8	59.570,8	0,8	49.753,7	0,6	63.452,1	0,7
IV.3.2. Anistiados	161,5	0,0	160,4	0,0	174,1	0,0	174,1	0,0
IV.3.3. Apoio Fin. Municípios/Estados	-	-	78.247,0	1,1	-	-	-	-
IV.3.4. Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	736,9	0,0	640,7	0,0	806,2	0,0	803,1	0,0
IV.3.5. Benefícios de Prestação Continuada da LOAS / RMV	59.728,4	0,8	62.667,6	0,8	67.789,7	0,8	73.476,1	0,8
IV.3.6. Complemento para o FGTS	5.296,9	0,1	35,8	0,0	-	-	-	-
IV.3.7. Créditos Extraordinários	3.344,0	0,0	429.497,2	5,8	124.935,4	1,4	-	-
IV.3.8. Compensação ao RGPS pela Desoneração da Folha	10.194,9	0,1	9.407,2	0,1	7.450,5	0,1	3.192,1	0,0
IV.3.9. Fabricação de Cédulas e Moedas	931,3	0,0	1.047,6	0,0	1.003,7	0,0	1.088,0	0,0
IV.3.10. Fundef / Fundeb - Complementação	15.602,8	0,2	15.003,5	0,2	22.270,4	0,3	30.082,9	0,3
IV.3.11. Fundo Constitucional do DF (Custeio e Capital)	1.725,2	0,0	1.969,7	0,0	2.190,0	0,0	2.271,6	0,0
IV.3.12. Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	12.262,3	0,2	11.166,6	0,2	13.910,2	0,2	17.990,2	0,2
IV.3.13. ADO 25	-	-	3.119,2	0,0	4.880,8	0,1	4.000,0	0,0
IV.3.14. Reserva de Contingência	-	-	-	-	-	-	16.225,4	0,2
IV.3.15. Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	15.477,3	0,2	22.876,7	0,3	20.848,3	0,2	43.743,5	0,5
IV.3.16. Subsídios, Subvenções e Proagro	11.009,9	0,2	20.810,8	0,3	11.781,8	0,1	13.377,6	0,1
IV.3.17. Transferência ANA - Receitas Uso Recursos Hídricos	224,1	0,0	77,0	0,0	181,3	0,0	169,9	0,0
IV.3.18. Transferência Multas ANEEL	971,9	0,0	1.925,0	0,0	1.261,7	0,0	1.380,3	0,0
IV.3.19. Impacto Primário do FIES	1.942,1	0,0	-181,6	0,0	-678,2	0,0	1.400,2	0,0
IV.3.20. Financiamento de Campanha Eleitoral	-	-	2.035,0	0,0	-	-	2.127,5	0,0
IV.4. Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	307.045,4	4,3	241.695,2	3,3	264.939,3	3,1	263.179,6	2,8
IV.4.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo	142.837,1	2,0	133.504,9	1,8	145.593,0	1,7	164.559,9	1,8
IV.4.2 Discrecionárias	164.208,3	2,3	108.190,2	1,5	119.346,3	1,4	98.619,6	1,0
V. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)	-95.064,7	-1,3	-743.087,3	-10,0	-155.418,4	-1,8	-49.554,5	-0,5
V.1. Resultado do Tesouro	118.114,3	1,6	-483.955,4	-6,5	110.522,9	1,3	232.992,3	2,5
V.2. Resultado da Previdência Social	-213.179,1	-3,0	-259.131,9	-3,5	-265.941,3	-3,1	-282.546,8	-3,0
VI. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA/ AJUSTE METODOLÓGICO	6.165,8	0,1	-2.178,6	0,0	-	-	-	-
VII. PRIMÁRIO ABAIXO DA LINHA (V+VI)	-88.898,9	-1,2	-745.265,9	-10,1	-155.418,4	-1,8	-49.554,5	-0,5
VIII. META OFS	-139.000,0	-1,9	-124.100,0	-1,7	-247.118,2	-2,9	-170.473,7	-1,8
IX. ABATIMENTO PREVISTO NO ART. 2º, § 2º, DA LDO-2021	-	-	-	-	75.356,6	0,9	-	-
X. META OFS PARA CUMPRIMENTO DA LDO (VIII - IX)	-139.000,0	-1,9	-124.100,0	-1,7	-322.474,8	-3,7	-170.473,7	-1,8
XI. ESFORÇO NECESSÁRIO (+) / SOBRA DE RECURSOS (-) (X - VII) (*)	-50.101,1	-0,7	621.165,9	8,4	-167.056,4	-1,9	-120.919,3	-1,3
XII. JUROS NOMINAIS POR COMPETÊNCIA	-310.115,1	-4,3	-266.657,2	-3,6	-346.123,9	-4,0	-428.470,6	-4,6
XIII. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (VII+XII)	-399.014,0	-5,6	-1.011.923,1	-13,7	-501.542,3	-5,8	-478.025,0	-5,1
XIV. RECEITAS FINANCEIRAS	1.353.987,4	18,9	2.202.049,3	29,7	2.585.582,6	29,9	2.660.908,4	28,3
XIV.1. Refinanciamento da Dívida	375.413,2	5,2	507.595,9	6,8	1.603.521,7	18,6	1.884.865,5	20,1
XIV.2. Emissão de Títulos	596.758,3	8,3	1.140.435,7	15,4	825.994,2	9,6	456.983,9	4,9
XIV.3. Operações Oficiais de Crédito	175.724,1	2,5	36.293,1	0,5	49.655,1	0,6	102.134,8	1,1
XIV.4. Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	87.999,0	1,2	75.776,3	1,0	42.500,2	0,5	106.632,5	1,1
XIV.5. Demais	118.092,8	1,6	441.948,3	6,0	63.911,4	0,7	110.291,7	1,2
XV. DESPESAS FINANCEIRAS	1.116.299,7	15,6	1.472.787,2	19,9	2.375.741,8	27,5	2.620.921,6	27,9
XV.1. Juros e Encargos da Dívida	285.231,0	4,0	346.844,6	4,7	362.618,2	4,2	351.421,0	3,7
XV.2. Amortização da Dívida	752.534,5	10,5	1.036.066,6	14,0	1.873.784,8	21,7	2.120.206,8	22,6
XV.3. Demais	78.534,2	1,1	89.876,1	1,2	139.338,8	1,6	149.293,9	1,6

Fonte: Diversos Órgãos. Elaboração: SOF/SETO/ME.

(*) No exercício de 2020, a necessidade de cumprimento da meta de resultado primário foi suspensa, por força do Decreto Legislativo nº 6, de 2020.

QUADRO 10B: DEMONSTRATIVO COMPATIBILIDADE DESPESAS PRIMÁRIAS ORÇAMENTÁRIAS COM NFGC E EC

95

R\$ milhões			
Discriminação	Despesas Primárias NFGC	Teto EC 95	
		Exclusões	Teto
Total Despesas Primárias	2.008.318,9	398.306,8	1.610.012,1
Despesas Primárias Orçamento (Total RPs primários)	1.998.751,2	401.533,3	1.597.217,8
Transferências para Estados e Municípios por Repartição de Receita	354.198,1	354.052,8	145,3
Pessoal e Encargos Sociais	343.678,9	14.139,0	329.540,0
Benefícios do RGPS	765.569,4	-	765.569,4
Outras despesas obrigatórias do Poder Executivo	418.694,9	32.354,5	386.340,4
Despesas Discricionárias do Poder Executivo	98.619,6	-	98.619,6
Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	17.990,2	987,1	17.003,1
Ajustes Não Orçamentários	9.567,7	(3.226,6)	12.794,3
Ajuste Caixa / Competência	184,3	(277,6)	461,9
Transferências para Estados e Municípios por Repartição de Receita	(277,6)	(277,6)	-
Pessoal e Encargos Sociais	(880,1)	-	(880,1)
Benefícios do RGPS	-	-	-
Subsídios, Subvenções e Proagro	1.342,0	-	1.342,0
Demais Operações que afetam o Resultado Primário	9.383,4	(2.949,0)	12.332,4
Fabricação de cédulas e moedas	1.088,0	-	1.088,0
Subsídios aos fundos constitucionais	7.896,1	-	7.896,1
Operações Net Lending	(1.000,8)	(2.949,0)	1.948,2
Impacto primário das operações do FIES	1.400,2	-	1.400,2

Fonte: Diversos Órgãos. Elaboração: SOF/SETO/ME.

7 - SERVIÇO DA DÍVIDA CONTRATUAL E MOBILIÁRIA

Serviço da Dívida Contratual e Mobiliária por Órgão e Unidade Orçamentária

Quadro 11 - Serviço da Dívida Contratual e Mobiliária por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso XI

Recursos de Todas as Fontes

Programa	Programa/Ação/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
41	Ministério das Comunicações								63.600.000
260	Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS								63.600.000
0905	Operações Especiais: Serviço da Dívida Interna (Juros e Amortizações)								63.600.000
	Operações Especiais								63.600.000
0905 0283	Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Interna	28 843	F						63.600.000
0905 0283 0001	Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Interna - Nacional								63.600.000
				2 - JUR	0	90	0	100	13.200.000
				6 - AMT	0	90	0	100	50.400.000
52	Ministério da Defesa								3.191.518.439
111	Comando da Aeronáutica								1.444.664.945
0906	Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações)								1.444.664.945
	Operações Especiais								1.444.664.945
0906 0284	Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa	28 844	F						1.444.664.945
0906 0284 0001	Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa - Nacional								1.444.664.945
				2 - JUR	0	90	0	144	682.316.692
				6 - AMT	0	90	0	143	762.348.253
131	Comando da Marinha								1.728.873.494
0906	Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações)								1.728.873.494
	Operações Especiais								1.728.873.494
0906 0284	Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa	28 844	F						1.728.873.494
0906 0284 0001	Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa - Nacional								1.728.873.494
				2 - JUR	0	90	0	144	380.168.025
				6 - AMT	0	90	0	143	1.348.705.469
232	Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da Marinha - CCCPM								17.980.000
0905	Operações Especiais: Serviço da Dívida Interna (Juros e Amortizações)								17.980.000
	Operações Especiais								17.980.000
0905 0283	Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Interna	28 843	F						17.980.000
0905 0283 0001	Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Interna - Nacional								17.980.000
				2 - JUR	0	90	0	180	2.380.000
				6 - AMT	0	90	0	180	15.600.000
74	Operações Oficiais de Crédito								103.000.000
101	Recursos sob Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Economia								103.000.000
0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais								103.000.000
	Operações Especiais								103.000.000
0909 00QM	Assunção de Riscos das Operações de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana (Leis nº 9.126, de 1995 e nº 10.186, de 2001)	28 846	F						103.000.000
0909 00QM 0001	Assunção de Riscos das Operações de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana (Leis nº 9.126, de 1995 e nº 10.186, de 2001) - Nacional								103.000.000
				2 - JUR	0	90	0	144	93.000.000
				6 - AMT	0	90	0	143	10.000.000
75	Dívida Pública Federal								2.468.269.646.271
101	Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia								2.468.269.646.271
0905	Operações Especiais: Serviço da Dívida Interna (Juros e Amortizações)								557.267.666.949
	Operações Especiais								557.267.666.949
0905 0272	Dívidas Internas das Administrações Direta e Indireta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, assumidas pela União (Lei nº 8.727, de 1993)	28 843	F						48.100.850
0905 0272 0001	Dívidas Internas das Administrações Direta e Indireta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, assumidas pela União (Lei nº 8.727, de 1993) - Nacional								48.100.850
				2 - JUR	0	90	0	173	1.573.873
				6 - AMT	0	90	0	173	46.526.977
0905 0455	Serviços da Dívida Pública Federal Interna	28 843	F						557.219.566.099
0905 0455 0001	Serviços da Dívida Pública Federal Interna - Nacional								557.219.566.099
				2 - JUR	0	90	0	144	317.344.062.791
				6 - AMT	0	90	0	100	39.732.153.231
				6 - AMT	0	90	0	143	4.646.760.168
				6 - AMT	0	90	0	148	455.027.313
				6 - AMT	0	90	0	159	71.676.711.163
				6 - AMT	0	90	0	162	17.093.051
				6 - AMT	0	90	0	171	159.210.533
				6 - AMT	0	90	0	173	28.905.298.276
				6 - AMT	0	90	0	187	1.664.281.303
				6 - AMT	0	90	0	188	47.172.026.453
				6 - AMT	0	90	0	197	26.284.938.576
				6 - AMT	0	90	0	900	19.162.003.241
0906	Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações)								37.509.909.453
	Operações Especiais								37.509.909.453
0906 0425	Serviços da Dívida Pública Federal Externa	28 844	F						37.509.909.453
0906 0425 0001	Serviços da Dívida Pública Federal Externa - Nacional								37.509.909.453
				2 - JUR	0	90	0	144	32.904.307.078
				6 - AMT	0	90	0	143	4.605.602.375
0907	Operações Especiais: Refinanciamento da Dívida Interna								1.814.518.745.907
	Operações Especiais								1.814.518.745.907
0907 0365	Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna	28 841	F						1.814.518.745.907

Quadro 11 - Serviço da Dívida Contratual e Mobiliária por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso XI

Recursos de Todas as Fontes

Programa	Programa/Ação/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
0907 0365 0001	Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna - Nacional			6 - AMT	0	90	0	143	1.814.518.745.907
									1.814.518.745.907
0908	Operações Especiais: Refinanciamento da Dívida Externa								27.752.552.051
	Operações Especiais								27.752.552.051
0908 0243	Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal Externa	28 842	F						27.752.552.051
0908 0243 0001	Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal Externa - Nacional			6 - AMT	0	90	0	143	27.752.552.051
									27.752.552.051
0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais								31.220.771.911
	Operações Especiais								31.220.771.911
0909 00Q3	Assunção e Novação de Dívidas do Fundo de Compensação das Variações Salariais - FCVS	28 846	F						25.000.000.000
0909 00Q3 0001	Assunção e Novação de Dívidas do Fundo de Compensação das Variações Salariais - FCVS - Nacional			6 - AMT	0	90	0	143	25.000.000.000
									25.000.000.000
0909 00QE	Regularização de Obrigações Contingentes Reconhecidas pela União	28 846	F						6.220.771.911
0909 00QE 0001	Regularização de Obrigações Contingentes Reconhecidas pela União - Nacional			6 - AMT	0	90	0	143	6.220.771.911
									6.220.771.911
Juros e Encargos da Dívida									351.421.008.459
Amortização da Dívida									2.120.206.756.251
TOTAL									2.471.627.764.710

(*) Unidade com prerrogativas de órgão setorial de acordo com o § 1º do art. 3º da Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019.

(**) Unidade com prerrogativas de órgão setorial de acordo com o § 1º do art. 3º, combinado com o art. 51, ambos da Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019.

(***) Vinculado à ANATEL.

8 - FONTES DE FINANCIAMENTO DAS DESPESAS DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

Fontes de Financiamento das Despesas do Orçamento da Seguridade Social

Quadro 12 - Fontes de Financiamento das Despesas do Orçamento da Seguridade Social

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso XII

Código	Especificação	Fonte	RP	Valor
Receitas da Seguridade Social(A)				1.063.212.909.546
1.1.2.1.01.0.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	174	P	447.762.141
1.1.2.1.01.0.2	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Juros	174	P	411.905
1.1.2.1.01.0.3	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa	174	P	21.832.944
1.1.2.1.01.0.4	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa - Multas e Juros	174	P	77.199
1.2.1.1.01.0.1	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	153	P	302.728.418.185
1.2.1.1.01.0.3	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa	153	P	1.113.534.583
1.2.1.1.01.0.5	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do Principal	153	P	1.410.617.942
1.2.1.1.01.0.7	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas da Dívida Ativa	153	P	123.109.144
1.2.1.1.02.0.1	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	153	P	1.392.443
1.2.1.1.02.0.5	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do Principal	153	P	307.471
1.2.1.1.49.0.5	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Parcelamentos - Multas do Principal	153	P	32.249.519
1.2.1.1.49.0.7	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Parcelamentos - Multas da Dívida Ativa	153	P	208.870.874
1.2.1.2.01.0.1	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	140	P	58.470.682.526
1.2.1.2.01.0.3	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa	140	P	125.974.291
1.2.1.2.01.0.5	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do Principal	140	P	317.161.333
1.2.1.2.01.0.7	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas da Dívida Ativa	140	P	12.379.980
1.2.1.2.02.0.1	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	140	P	2.613.676.509
1.2.1.2.02.0.3	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa	140	P	68.901.477
1.2.1.2.02.0.5	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do Principal	140	P	38.229.000
1.2.1.2.02.0.7	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas da Dívida Ativa	140	P	6.281.722
1.2.1.2.49.0.5	Contribuição para o PIS/PASEP - Parcelamentos - Multas do Principal	140	P	9.726.774
1.2.1.2.49.0.7	Contribuição para o PIS/PASEP - Parcelamentos - Multas da Dívida Ativa	140	P	54.886.571
1.2.1.3.01.0.1	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	951	P	143.183.289
1.2.1.3.01.0.1	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	151	P	97.256.236.995
1.2.1.3.01.0.3	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa	151	P	432.089.364
1.2.1.3.01.0.5	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do Principal	151	P	534.356.191
1.2.1.3.01.0.7	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas da Dívida Ativa	151	P	29.828.090
1.2.1.3.02.0.1	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	151	P	6.810.969.054
1.2.1.3.02.0.3	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa	151	P	55.215.398
1.2.1.3.02.0.5	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do Principal	151	P	62.621.311
1.2.1.3.02.0.7	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas da Dívida Ativa	151	P	19.330.153
1.2.1.3.49.0.5	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Parcelamentos - Multas do Principal	151	P	12.587.836
1.2.1.3.49.0.7	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Parcelamentos - Multas da Dívida Ativa	151	P	161.446.085
1.2.1.4.01.1.1	Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	154	P	273.676.438.801
1.2.1.4.01.1.3	Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa	154	P	2.521.576.492
1.2.1.4.01.1.4	Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa - Multas e Juros	154	P	1.323.194.628
1.2.1.4.01.2.1	Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	154	P	56.658.939.966
1.2.1.4.01.2.2	Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas e Juros	154	P	1.406.989.184
1.2.1.4.01.2.3	Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa	154	P	954.016.897
1.2.1.4.01.2.4	Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa - Multas e Juros	154	P	384.310.572
1.2.1.4.02.0.1	Contribuição Previdenciária do Segurado - Principal	154	P	139.302.148.691
1.2.1.4.02.0.3	Contribuição Previdenciária do Segurado - Dívida Ativa	154	P	1.379.276.247
1.2.1.4.02.0.4	Contribuição Previdenciária do Segurado - Dívida Ativa - Multas e Juros	154	P	581.429.015
1.2.1.5.01.1.1	Contribuição do Servidor Civil Ativo - Principal	156	P	12.046.684.669
1.2.1.5.01.1.2	Contribuição do Servidor Civil Ativo - Multas e Juros	156	P	1.348.314
1.2.1.5.01.2.1	Contribuição do Servidor Civil Inativo - Principal	156	P	5.092.721.141
1.2.1.5.01.3.1	Contribuição do Servidor Civil - Pensionistas - Principal	156	P	1.203.303.486
1.2.1.5.01.4.1	Contribuição Oriunda de Sentenças Judiciais - Servidor Civil Ativo - Principal	156	P	184.675.820
1.2.1.5.01.5.1	Contribuição Oriunda de Sentenças Judiciais - Servidor Civil Inativo - Principal	156	P	45.819.339
1.2.1.5.01.6.1	Contribuição Oriunda de Sentenças Judiciais - Servidor Civil - Pensionistas - Principal	156	P	17.539.647
1.2.1.5.04.1.1	Contribuição para o Custeio das Pensões Militares das Forças Armadas - Principal	123	P	8.566.090.040
1.2.1.5.04.2.1	Contribuição para o Custeio das Pensões Militares e da Inatividade da Polícia Militar do Distrito Federal - Principal	123	P	305.882.483
1.2.1.5.04.3.1	Contribuição para o Custeio das Pensões Militares e da Inatividade do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - Principal	123	P	146.355.773
1.2.1.6.01.1.1	Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Policiais Militares - Principal	106	P	18.522.973

Quadro 12 - Fontes de Financiamento das Despesas do Orçamento da Seguridade Social

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso XII

Código	Especificação	Fonte	RP	Valor
1.2.1.6.02.1.1	Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Bombeiros Militares - Principal	106	P	18.471.807
1.2.1.6.05.1.1	Contribuição para Fundos de Assistência Médico-Hospitalar e Social – Forças Armadas - Principal	170	P	2.041.424.304
1.2.1.7.01.1.1	Contribuição sobre a Loteria Federal - Principal	118	P	43.872.276
1.2.1.7.02.1.1	Contribuição sobre Loterias Esportivas - Principal	118	P	5.179.562
1.2.1.7.04.1.1	Contribuição sobre Loterias de Prognósticos Numéricos - Principal	118	P	3.478.011.687
1.2.1.7.06.1.1	Contribuição sobre Loteria de Prognóstico Específico - Principal	118	P	10.987.160
1.2.1.9.01.1.1	Contribuição sobre Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas - Principal	118	P	361.746
1.2.1.9.01.1.2	Contribuição sobre Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas - Multas e Juros	118	P	145.106
1.2.1.9.02.1.1	Cota-Parte da Contribuição Sindical - Principal	176	P	12.256.496
1.2.1.9.99.1.1	Demais Contribuições Sociais Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Principal	154	P	193.044
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	150	P	19.562.078
1.3.1.1.01.1.2	Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	150	P	10.276
1.3.1.1.02.0.1	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	150	P	352.378
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	180	F	988.728.175
1.3.2.1.02.0.1	Remuneração de Depósitos Especiais - Principal	180	F	1.616.599.923
1.3.2.1.03.0.1	Remuneração de Saldos de Recursos Não-Desembolsados - Principal	180	F	327.812.139
1.3.2.2.01.0.1	Dividendos - Principal	150	P	94.156.550
1.3.2.2.01.0.2	Dividendos - Multas e Juros	150	P	300.312
1.3.4.1.02.4.1	Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal	142	P	285.153.572
1.3.4.1.03.4.1	Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal	142	P	570.307.461
1.3.4.1.04.4.1	Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal	142	P	94.525.623
1.3.6.1.01.1.1	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poderes Executivo e Legislativo - Principal	150	P	5.937.301.941
1.5.1.1.01.0.1	Receita Industrial - Principal	150	P	273.300
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	150	P	38.460.877
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	170	P	6.559.865
1.6.1.1.01.0.2	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Multas e Juros	150	P	1.992
1.6.1.1.02.0.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	150	P	5.266.524
1.6.1.1.03.0.1	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	150	P	6.435
1.6.1.1.04.0.1	Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	150	P	870.635
1.6.3.1.01.0.1	Serviços de Atendimento à Saúde em Unidades do Governo Federal - Principal	150	P	160.492.884
1.6.3.1.01.0.1	Serviços de Atendimento à Saúde em Unidades do Governo Federal - Principal	170	P	103.433.834
1.6.3.1.01.0.2	Serviços de Atendimento à Saúde em Unidades do Governo Federal - Multas e Juros	150	P	2.604
1.6.3.2.01.0.1	Serviços de Assistência à Saúde Suplementar de Servidores Cíveis - Principal	150	P	6.847.768
1.6.3.2.01.0.1	Serviços de Assistência à Saúde Suplementar de Servidores Cíveis - Principal	170	P	36.536.320
1.6.4.1.03.0.1	Remuneração sobre Repasse para Programas de Desenvolvimento Econômico - Principal	180	F	37.188.069.861
1.7.2.4.01.0.1	Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	181	P	2.139.684
1.7.9.1.01.0.1	Transferências de Pessoas Físicas para Órgãos e Entidades da União - Principal	196	P	2.008.956
1.9.1.1.01.0.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	150	P	1.290.971
1.9.1.1.01.0.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	174	P	199.712.957
1.9.1.1.01.0.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	154	P	54.881.612
1.9.1.1.01.0.3	Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	174	P	113.460.087
1.9.1.1.03.0.1	Multas Previstas na Legislação do Seguro-Desemprego e Abono Salarial - Principal	174	P	35.189.767
1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	150	P	6.761.601
1.9.1.1.10.0.3	Multas Previstas na Legislação sobre Regime de Previdência Privada Complementar - Dívida Ativa	174	P	106.823
1.9.1.1.11.0.1	Multa por Descumprimento de Obrigação Previdenciária Acessória - Principal	154	P	49.413.242
1.9.2.1.99.0.1	Outras Indenizações - Principal	150	P	35.627
1.9.2.2.02.0.1	Restituição de Benefícios Não Desembolsados - Principal	150	P	194.353.692
1.9.2.2.03.0.1	Restituição de Benefícios Previdenciários - Principal	153	P	179.900.296
1.9.2.2.03.0.1	Restituição de Benefícios Previdenciários - Principal	151	P	1.371.145
1.9.2.2.03.0.1	Restituição de Benefícios Previdenciários - Principal	154	P	1.216.892.851
1.9.2.2.04.0.1	Restituição de Benefícios Assistenciais - Principal	153	P	42.572
1.9.2.2.06.3.1	Restituição de Despesas Primárias de Exercícios Anteriores - Principal	150	P	1.266.932
1.9.2.2.07.0.1	Restituição de Parcelas do Seguro Desemprego Recebidas Indevidamente - Principal	140	P	20.528.403
1.9.2.2.99.0.1	Outras Restituições - Principal	150	P	241.526.686
1.9.2.2.99.0.2	Outras Restituições - Multas e Juros	150	P	14.165.976
1.9.2.3.01.0.1	Ressarcimento por Operadoras de Seguros Privados de Assistência à Saúde - Principal	136	P	954.987.399
1.9.2.3.03.0.1	Reversão de Garantias - Principal	150	P	185.496
1.9.2.3.04.0.1	Ressarcimento ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Principal	154	P	175.936.497
1.9.2.3.99.0.1	Outros Ressarcimentos - Principal	150	P	7.091.259
1.9.3.1.02.1.1	Alienação de Bens e Mercadorias Apreendidos - Principal	139	P	143.318.639
1.9.3.1.02.1.2	Alienação de Bens e Mercadorias Apreendidos - Multas e Juros	139	P	112.995
1.9.3.1.02.2.1	Alienação de Bens e Mercadorias Associados ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Drogas Afins - Principal	139	P	28.648.068
1.9.4.2.01.0.2	Multas e Juros de Mora das Alienações de Bens Imóveis em Geral - Multas e Juros	150	P	128.136

Quadro 12 - Fontes de Financiamento das Despesas do Orçamento da Seguridade Social

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso XII

Código	Especificação	Fonte	RP	Valor
1.9.9.9.04.0.1	Contribuição ao Montepio Civil - Principal	117	P	132.662
1.9.9.9.99.1.4	Outras Receitas Arrecadadas e Projetadas pela RFB - Dívida Ativa - Multas e Juros	154	P	12.579.228
1.9.9.9.99.2.1	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	150	P	6.949.885
1.9.9.9.99.2.2	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Multas e Juros	150	P	16.853.328
1.9.9.9.99.2.3	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Dívida Ativa	150	P	1.222.131
1.9.9.9.99.2.4	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Dívida Ativa - Multas e Juros	150	P	852.444
2.2.1.3.01.0.1	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	163	P	490.632
2.2.2.1.01.0.1	Alienação de Bens Imóveis em Geral - Principal	163	P	7.032.614
2.4.9.1.01.0.1	Transferências de Pessoas Físicas para Órgãos e Entidades da União - Principal	196	P	1.200.000
2.4.9.2.01.0.1	Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados - Principal	194	P	24.117
7.1.2.1.01.0.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal - Operações Intraorçamentárias	174	P	51.295
7.2.1.5.02.1.1	Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Principal - Operações Intraorçamentárias	169	F	23.644.233.556
7.2.1.5.02.1.2	Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Multas e Juros - Operações Intraorçamentárias	169	F	743.336
7.2.1.5.02.2.1	Contribuição Patronal Oriunda de Sentenças Judiciais - Patronal - Servidor Civil Ativo - Principal - Operações Intraorçamentárias	169	F	393.640.740
7.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal - Operações Intraorçamentárias	150	P	1.182
7.6.3.1.01.0.1	Serviços de Atendimento à Saúde em Unidades do Governo Federal - Principal - Operações Intraorçamentárias	150	P	70.751
7.6.3.1.01.0.1	Serviços de Atendimento à Saúde em Unidades do Governo Federal - Principal - Operações Intraorçamentárias	170	P	55.117.150
7.9.9.9.02.0.1	Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS - Principal - Operações Intraorçamentárias	186	P	3.192.107.134
Transferências de Recursos do Orçamento Fiscal (B)				169.899.790.451
	Recursos Primários de Livre Aplicação	100		12.870.189.688
	Contribuição do Salário-Educação	113		3.961.919.119
	Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos	142		186.989.633
	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	150		343.476.722
	Recursos Próprios Financeiros	180		68.327.635
	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	186		666.647.993
	Recursos Financeiros de Livre Aplicação	188		46.377.843.252
	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	944		105.424.396.409
TOTAL (C) = (A + B)				1.233.112.699.997

9 - AÇÕES DA SEGURIDADE SOCIAL

Ações da Seguridade Social, respectivos Programas e Órgão Orçamentario

Quadro 13 - Ações da Seguridade Social, respectivos Programas e Órgão Orçamentário

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso XIII

Recursos de Todas as Fontes

Ação	Programa	Órgão	Valor
0581 Abono Salarial	2213 Modernização Trabalhista e Trabalho Digno	40000 - Ministério do Trabalho e Previdência	21.046.194.002
219E Ações de Proteção Social Básica	5031 Proteção Social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	55000 - Ministério da Cidadania	638.552.040
219F Ações de Proteção Social Especial	5031 Proteção Social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	55000 - Ministério da Cidadania	327.000.000
20K1 Adequação de Plataformas para o Desenvolvimento Tecnológico em Saúde	5020 Desenvolvimento Científico, Tecnológico e Produtivo em Saúde	36000 - Ministério da Saúde	16.500.000
21D8 Adequação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais	5013 Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	26000 - Ministério da Educação	46.072.229
2000 Administração da Unidade	0032 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	26000 - Ministério da Educação	26.563.971
		36000 - Ministério da Saúde	768.813.834
		40000 - Ministério do Trabalho e Previdência	746.672.488
		52000 - Ministério da Defesa	33.960.157
216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	0032 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	36000 - Ministério da Saúde	3.230.000
		40000 - Ministério do Trabalho e Previdência	496.469
20QH Alimentação e Nutrição para a Saúde	5033 Segurança Alimentar e Nutricional	36000 - Ministério da Saúde	66.000.000
6174 Análise da Qualidade de Produtos e Insumos de Saúde	5023 Vigilância em Saúde	36000 - Ministério da Saúde	14.300.000
00QG Anistiados Políticos - Retroativos Concedidos por Decisões Judiciais	0901 Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	25000 - Ministério da Economia	10.000.000
		52000 - Ministério da Defesa	1.000.000
		71000 - Encargos Financeiros da União	100.000.000
8755 Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Cardiologia-INC	5018 Atenção Especializada à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	112.600.000
8758 Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Oncologia - INCA	5018 Atenção Especializada à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	420.000.000
8759 Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Traumatologia e Ortopedia - INTO	5018 Atenção Especializada à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	196.600.000
8727 Aperfeiçoamento do Sistema de Informação para Saúde Suplementar	5021 Gestão e Organização do SUS	36000 - Ministério da Saúde	43.641.352
21DQ Aperfeiçoamento dos Mecanismos de Gestão, de Disseminação de Informações para o Público do Programa Auxílio Brasil e de Articulação com Outras Políticas Públicas	5028 Inclusão Social por meio do Bolsa Família e da Articulação de Políticas Públicas	55000 - Ministério da Cidadania	7.801.034
6516 Aperfeiçoamento e Avaliação dos Serviços de Hemoterapia e Hematologia	5018 Atenção Especializada à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	98.176.000
8458 Apoio à Agricultura Urbana	5033 Segurança Alimentar e Nutricional	55000 - Ministério da Cidadania	500.000
00PI Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica (PNAE)	5011 Educação Básica de Qualidade	26000 - Ministério da Educação	3.961.919.119
00TP Apoio à Elaboração de Planos e Projetos de Saneamento em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento	2222 Saneamento Básico	53000 - Ministério do Desenvolvimento Regional	598.796
00TM Apoio a Empreendimentos de Saneamento Integrado em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento	2222 Saneamento Básico	53000 - Ministério do Desenvolvimento Regional	21.237.058
20AG Apoio à Gestão dos Sistemas de Saneamento Básico em Municípios de até 50.000 Habitantes	2222 Saneamento Básico	36000 - Ministério da Saúde	7.000.000
00TO Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias de Sistemas de Esgotamento Sanitário em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento	2222 Saneamento Básico	53000 - Ministério do Desenvolvimento Regional	168.436.726
00TN Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias em Sistemas de Abastecimento de Água em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento	2222 Saneamento Básico	53000 - Ministério do Desenvolvimento Regional	34.361.953
00TL Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias em Sistemas de Abastecimento de Água em Municípios Integrantes da Região do Semiárido	2218 Gestão de Riscos e Desastres	53000 - Ministério do Desenvolvimento Regional	100.000
20Q8 Apoio à Implantação e Manutenção dos Sistemas de Saneamento Básico e Ações de Saúde Ambiental	2222 Saneamento Básico	36000 - Ministério da Saúde	10.700.000
20NV Apoio à Implementação de Ações de Desenvolvimento do Setor Águas	2222 Saneamento Básico	53000 - Ministério do Desenvolvimento Regional	2.000.000
217U Apoio à Manutenção dos Polos de Academia da Saúde	5019 Atenção Primária à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	51.000.000

Quadro 13 - Ações da Seguridade Social, respectivos Programas e Órgão Orçamentário

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso XIII

Recursos de Todas as Fontes

Ação	Programa	Órgão	Valor
20AF Apoio ao Controle e à Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano para Prevenção e Controle de Doenças e Agravos	2222 Saneamento Básico	36000 - Ministério da Saúde	9.000.000
218U Apoio ao Custeio de Despesas Institucionais de Entidades Representativas dos Entes Estaduais e Municipais no Âmbito da Saúde - Conass e Conasems	5021 Gestão e Organização do SUS	36000 - Ministério da Saúde	14.420.000
20K7 Apoio ao Desenvolvimento e Modernização de Plataformas Tecnológicas para Fortalecimento do Complexo Industrial da Saúde	5020 Desenvolvimento Científico, Tecnológico e Produtivo em Saúde	36000 - Ministério da Saúde	93.000.000
8893 Apoio à Organização, à Gestão e à Vigilância Social no Território, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS	5031 Proteção Social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	55000 - Ministério da Cidadania	68.132.772
21DR Apoio aos Entes Federados por Meio do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Auxílio Brasil - IGD - PAB	5028 Inclusão Social por meio do Bolsa Família e da Articulação de Políticas Públicas	55000 - Ministério da Cidadania	608.636.000
20AL Apoio aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde	5023 Vigilância em Saúde	36000 - Ministério da Saúde	2.985.220.000
20K5 Apoio ao Uso de Plantas Medicinais e Fitoterápicos no SUS	5020 Desenvolvimento Científico, Tecnológico e Produtivo em Saúde	36000 - Ministério da Saúde	8.500.000
00TR Apoio à Redução e Controle de Perdas de Água em Sistemas de Abastecimento em Regiões Metropolitanas, Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico, Municípios com mais de 50 mil Habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos com mais de 150 mil Habitantes	2222 Saneamento Básico	53000 - Ministério do Desenvolvimento Regional	100.000
00P1 Apoio à Residência em Saúde	5013 Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	26000 - Ministério da Educação	853.637.626
00TK Apoio a Sistemas de Drenagem Urbana Sustentável e de Manejo de Águas Pluviais em Municípios Críticos Sujeitos a Eventos Recorrentes de Inundações, Enxurradas e Alagamentos	2218 Gestão de Riscos e Desastres	53000 - Ministério do Desenvolvimento Regional	80.965.467
00TQ Apoio a Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento	2222 Saneamento Básico	53000 - Ministério do Desenvolvimento Regional	200.000
20YQ Apoio Institucional para Aprimoramento do SUS	5021 Gestão e Organização do SUS	36000 - Ministério da Saúde	78.000.000
20Z3 Apoio Operacional ao Pagamento do Seguro-Desemprego e do Abono Salarial	2213 Modernização Trabalhista e Trabalho Digno	40000 - Ministério do Trabalho e Previdência	130.000
0181 Aposentadorias e Pensões Civis da União	0030 Programa de Gestão e Manutenção da Defensoria Pública da União	29000 - Defensoria Pública da União	20.531.893
		34000 - Ministério Público da União	844.438.521
	0031 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério Público	59000 - Conselho Nacional do Ministério Público	367.825
		20000 - Presidência da República	373.061.713
		22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	2.800.818.357
		24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	1.800.119.646
		25000 - Ministério da Economia	14.844.624.361
		26000 - Ministério da Educação	17.677.624.578
		30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública	4.497.647.232
		32000 - Ministério de Minas e Energia	192.686.715
		35000 - Ministério das Relações Exteriores	401.752.273
		36000 - Ministério da Saúde	10.499.062.600
		37000 - Controladoria-Geral da União	244.646.259
		39000 - Ministério da Infraestrutura	3.075.996.638
		40000 - Ministério do Trabalho e Previdência	5.676.731.066
		41000 - Ministério das Comunicações	50.050.000
		44000 - Ministério do Meio Ambiente	738.952.617
		52000 - Ministério da Defesa	3.409.035.565
		53000 - Ministério do Desenvolvimento Regional	591.514.040
		54000 - Ministério do Turismo	253.594.991
		55000 - Ministério da Cidadania	6.760.000
		60000 - Gabinete da Vice-Presidência da República	1.000
		63000 - Advocacia-Geral da União	793.000.000
		73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	1.916.251.805

Quadro 13 - Ações da Seguridade Social, respectivos Programas e Órgão Orçamentário

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso XIII

Recursos de Todas as Fontes

Ação	Programa	Órgão	Valor
		81000 - Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos	78.949
		83000 - Banco Central do Brasil	1.839.500.000
	0033 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	10000 - Supremo Tribunal Federal	163.189.311
		11000 - Superior Tribunal de Justiça	409.416.371
		12000 - Justiça Federal	1.947.340.000
		13000 - Justiça Militar da União	228.842.012
		14000 - Justiça Eleitoral	1.097.160.463
		15000 - Justiça do Trabalho	5.675.533.559
		16000 - Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	542.333.703
		17000 - Conselho Nacional de Justiça	74.675
	0034 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Legislativo	01000 - Câmara dos Deputados	1.851.314.611
		02000 - Senado Federal	2.130.476.367
		03000 - Tribunal de Contas da União	822.487.667
0397 Aposentadorias e Pensões do Extinto Instituto de Previdência dos Congressistas - IPC	0034 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Legislativo	01000 - Câmara dos Deputados	118.960.389
		02000 - Senado Federal	21.548.845
8287 Aprimoramento da Articulação e Cooperação Interfederativa em Saúde	5021 Gestão e Organização do SUS	36000 - Ministério da Saúde	23.580.000
2798 Aquisição e Distribuição de Alimentos da Agricultura Familiar para Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional	5033 Segurança Alimentar e Nutricional	55000 - Ministério da Cidadania	101.677.800
20YE Aquisição e Distribuição de Imunobiológicos e Insumos para Prevenção e Controle de Doenças	5023 Vigilância em Saúde	36000 - Ministério da Saúde	9.163.115.000
2004 Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	0030 Programa de Gestão e Manutenção da Defensoria Pública da União	29000 - Defensoria Pública da União	13.389.364
	0031 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério Público	34000 - Ministério Público da União	184.186.210
		59000 - Conselho Nacional do Ministério Público	1.453.603
	0032 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	20000 - Presidência da República	11.812.649
		22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	178.246.707
		24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	24.282.703
		25000 - Ministério da Economia	150.603.382
		26000 - Ministério da Educação	720.411.605
		30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública	98.653.036
		32000 - Ministério de Minas e Energia	81.554.201
		35000 - Ministério das Relações Exteriores	190.170.687
		36000 - Ministério da Saúde	255.325.011
		37000 - Controladoria-Geral da União	5.364.849
		39000 - Ministério da Infraestrutura	43.861.585
		40000 - Ministério do Trabalho e Previdência	150.075.505
		41000 - Ministério das Comunicações	34.134.448
		44000 - Ministério do Meio Ambiente	19.085.269
		52000 - Ministério da Defesa	3.297.802.266
		53000 - Ministério do Desenvolvimento Regional	59.147.829
		54000 - Ministério do Turismo	7.012.545
		55000 - Ministério da Cidadania	2.481.850
		60000 - Gabinete da Vice-Presidência da República	35.724
		63000 - Advocacia-Geral da União	23.047.452
		71000 - Encargos Financeiros da União	192.600.188
		73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	29.021.366
		81000 - Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos	638.134
		83000 - Banco Central do Brasil	206.680.010
	0033 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	10000 - Supremo Tribunal Federal	17.687.275

Quadro 13 - Ações da Seguridade Social, respectivos Programas e Órgão Orçamentário

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso XIII

Recursos de Todas as Fontes

Ação	Programa	Órgão	Valor
		11000 - Superior Tribunal de Justiça	73.617.900
		12000 - Justiça Federal	321.969.423
		13000 - Justiça Militar da União	22.280.004
		14000 - Justiça Eleitoral	227.509.752
		15000 - Justiça do Trabalho	736.712.458
		16000 - Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	91.398.838
		17000 - Conselho Nacional de Justiça	4.215.194
	0034 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Legislativo	01000 - Camara dos Deputados	243.974.200
		02000 - Senado Federal	203.260.456
		03000 - Tribunal de Contas da União	40.186.566
00FM Assistência Médica e Odontológica às Polícias Civil e Militar e ao Corpo de Bombeiros do Distrito Federal	0903 Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica	73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	414.646.194
6148 Assistência Médica Qualificada e Gratuita a Todos os Níveis da População e Desenvolvimento de Atividades Educacionais e de Pesquisa no Campo da Saúde – Rede SARAH de Hospitais de Reabilitação	5018 Atenção Especializada à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	1.200.000.000
4295 Atenção aos Pacientes Portadores de Doenças Hematológicas	5017 Assistência Farmacêutica no SUS	36000 - Ministério da Saúde	1.770.000.000
8585 Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade	5018 Atenção Especializada à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	53.568.579.729
4324 Atenção à Saúde de Populações Ribeirinhas e de Áreas Remotas da Região Amazônica mediante Cooperação com a Marinha do Brasil e com o Exército Brasileiro	5019 Atenção Primária à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	17.500.000
6217 Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde	5018 Atenção Especializada à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	1.100.100.000
8305 Atenção de Referência e Pesquisa Clínica em Patologias de Alta Complexidade da Mulher, da Criança e do Adolescente e em Doenças Infecciosas	5020 Desenvolvimento Científico, Tecnológico e Produtivo em Saúde	36000 - Ministério da Saúde	180.000.000
4370 Atendimento à População para Prevenção, Controle e Tratamento de HIV/AIDS, outras Infecções Sexualmente Transmissíveis e Hepatites Virais	5017 Assistência Farmacêutica no SUS	36000 - Ministério da Saúde	2.224.663.100
20TP Ativos Cíveis da União	0032 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	26000 - Ministério da Educação	9.469.397.876
		36000 - Ministério da Saúde	7.060.799.552
		40000 - Ministério do Trabalho e Previdência	2.791.056.552
		52000 - Ministério da Defesa	106.272.264
20QG Atuação Internacional do Ministério da Saúde	5021 Gestão e Organização do SUS	36000 - Ministério da Saúde	8.000.000
2562 Auditoria Preventiva e Corretiva em Rotinas, Procedimentos e Processos	2214 Nova Previdência	40000 - Ministério do Trabalho e Previdência	5.000.000
2592 Autorização, Monitoramento e Fiscalização das Entidades Fechadas de Previdência Complementar	2214 Nova Previdência	40000 - Ministério do Trabalho e Previdência	3.121.043
20AI Auxílio-Reabilitação Psicossocial aos Egressos de Longas Internações Psiquiátricas no Sistema Único de Saúde (De Volta Pra Casa)	5019 Atenção Primária à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	28.000.000
20K3 Avaliação e Incorporação de Tecnologias de Saúde no Âmbito do SUS	5020 Desenvolvimento Científico, Tecnológico e Produtivo em Saúde	36000 - Ministério da Saúde	16.200.000
2589 Avaliação e Operacionalização do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e Manutenção da Renda Mensal Vitalícia (RMV)	5031 Proteção Social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	55000 - Ministério da Cidadania	9.238.980
00S6 Benefício Especial e Demais Complementações de Aposentadorias	0909 Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	01000 - Camara dos Deputados	3.000.000
		02000 - Senado Federal	350.005
		03000 - Tribunal de Contas da União	891.539
		11000 - Superior Tribunal de Justiça	120.000
		12000 - Justiça Federal	60.000
		13000 - Justiça Militar da União	100.000
		15000 - Justiça do Trabalho	12.684.311
		16000 - Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	2.000.000
		20000 - Presidência da República	4.000
		22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	3.000
		24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	4.000
		25000 - Ministério da Economia	11.000
		26000 - Ministério da Educação	152.000

Quadro 13 - Ações da Seguridade Social, respectivos Programas e Órgão Orçamentário

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso XIII

Recursos de Todas as Fontes

Ação	Programa	Órgão	Valor
		29000 - Defensoria Pública da União	100.000
		30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública	6.000
		32000 - Ministério de Minas e Energia	4.000
		34000 - Ministério Público da União	1.966.173
		35000 - Ministério das Relações Exteriores	2.000
		36000 - Ministério da Saúde	5.000
		37000 - Controladoria-Geral da União	1.000
		39000 - Ministério da Infraestrutura	5.000
		40000 - Ministério do Trabalho e Previdência	501.803.000
		41000 - Ministério das Comunicações	2.000
		44000 - Ministério do Meio Ambiente	4.000
		52000 - Ministério da Defesa	8.000
		53000 - Ministério do Desenvolvimento Regional	6.000
		54000 - Ministério do Turismo	8.000
		55000 - Ministério da Cidadania	1.000
		60000 - Gabinete da Vice-Presidência da República	1.000
		63000 - Advocacia-Geral da União	1.000
		73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	38.701.000
		81000 - Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos	1.000
		83000 - Banco Central do Brasil	100.000
00IN Benefícios de Prestação Continuada (BPC) à Pessoa com Deficiência e da Renda Mensal Vitalícia (RMV) por Invalidez	5031 Proteção Social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	55000 - Ministério da Cidadania	39.703.498.714
00H5 Benefícios de Prestação Continuada (BPC) à Pessoa Idosa e da Renda Mensal Vitalícia (RMV) por Idade	5031 Proteção Social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	55000 - Ministério da Cidadania	32.137.551.514
0536 Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais	0909 Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	01000 - Câmara dos Deputados	116.160
		11000 - Superior Tribunal de Justiça	51.688
		12000 - Justiça Federal	24.000
		14000 - Justiça Eleitoral	94.264
		15000 - Justiça do Trabalho	416.516
		22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	1.259.545
		24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	46.964
		25000 - Ministério da Economia	40.576.367
		26000 - Ministério da Educação	2.714.256
		30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública	1.599.228
		32000 - Ministério de Minas e Energia	445.785
		34000 - Ministério Público da União	18.031
		36000 - Ministério da Saúde	6.967.304
		39000 - Ministério da Infraestrutura	11.533.322
		40000 - Ministério do Trabalho e Previdência	858.500.000
		44000 - Ministério do Meio Ambiente	142.883
		52000 - Ministério da Defesa	2.427.898
		53000 - Ministério do Desenvolvimento Regional	21.124.016
		55000 - Ministério da Cidadania	168.112
		71000 - Encargos Financeiros da União	57.382.400
		81000 - Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos	81.448
		83000 - Banco Central do Brasil	30.324
212B Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	0032 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	26000 - Ministério da Educação	522.595.159
		36000 - Ministério da Saúde	509.605.608

Quadro 13 - Ações da Seguridade Social, respectivos Programas e Órgão Orçamentário

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso XIII

Recursos de Todas as Fontes

Ação	Programa	Órgão	Valor
		40000 - Ministério do Trabalho e Previdência	176.633.358
		52000 - Ministério da Defesa	18.574.325
00SJ Benefícios Previdenciários	2214 Nova Previdência	40000 - Ministério do Trabalho e Previdência	732.589.883.573
4741 Cadastros Públicos e Sistemas de Integração das Ações de Trabalho e Emprego	2213 Modernização Trabalhista e Trabalho Digno	40000 - Ministério do Trabalho e Previdência	117.937.443
4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	0032 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	26000 - Ministério da Educação	5.523.790
		36000 - Ministério da Saúde	16.600.000
4245 Classificação Brasileira de Ocupações - CBO	2213 Modernização Trabalhista e Trabalho Digno	40000 - Ministério do Trabalho e Previdência	2.400.000
0531 Compensação Financeira entre Entidades de Previdência Federal, Estadual e Municipal	0909 Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	01000 - Câmara dos Deputados	225.123
009W Compensação Previdenciária	2214 Nova Previdência	40000 - Ministério do Trabalho e Previdência	3.151.496.996
6179 Comunicação e Informações para a Educação em Saúde e em Ciência e Tecnologia	5021 Gestão e Organização do SUS	36000 - Ministério da Saúde	42.000.000
00QC Concessão de Bolsas do Programa Mais Médicos	5013 Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	26000 - Ministério da Educação	114.146.820
0354 Concessão de Empréstimos para Liquidação de Operadoras de Planos Privados de Assistência à Saúde (Lei nº 9.961, de 2000)	0032 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	74000 - Operações Oficiais de Crédito	4.500.000
5516 Conferências Nacionais de Saúde	5021 Gestão e Organização do SUS	36000 - Ministério da Saúde	15.000.000
215I Consolidação da Implantação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN	5033 Segurança Alimentar e Nutricional	55000 - Ministério da Cidadania	6.505.172
15VW Construção da Fábrica de Plataformas Vegetais de Produção de Imunobiológicos da Fiocruz Ceará	5020 Desenvolvimento Científico, Tecnológico e Produtivo em Saúde	36000 - Ministério da Saúde	1.000.000
15VZ Construção da Sede da Fiocruz Amazonas	5020 Desenvolvimento Científico, Tecnológico e Produtivo em Saúde	36000 - Ministério da Saúde	1.000.000
15VY Construção da Sede da Fiocruz Rondônia	5020 Desenvolvimento Científico, Tecnológico e Produtivo em Saúde	36000 - Ministério da Saúde	1.000.000
15VX Construção do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde - CDTs	5020 Desenvolvimento Científico, Tecnológico e Produtivo em Saúde	36000 - Ministério da Saúde	195.500.000
13DW Construção do Centro de Processamento Final de Imunobiológicos	5020 Desenvolvimento Científico, Tecnológico e Produtivo em Saúde	36000 - Ministério da Saúde	142.000.000
125H Construção do Complexo Integrado do Instituto Nacional de Câncer - INCA	5018 Atenção Especializada à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	50.000
15W1 Construção do Hospital do Sangue do Amazonas	5018 Atenção Especializada à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	1.000.000
15W2 Construção do Hospital Público Regional de Palmeira das Missões - RS	5018 Atenção Especializada à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	1.000.000
0220 Contribuição à União Internacional contra o Câncer - UICC (MS)	0910 Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	36000 - Ministério da Saúde	21.000
09HB Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	0032 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	26000 - Ministério da Educação	617.090.799
		36000 - Ministério da Saúde	1.136.334.953
		40000 - Ministério do Trabalho e Previdência	587.097.576
		52000 - Ministério da Defesa	24.391.302
00QB Contribuição Voluntária à Agência Internacional de Pesquisa sobre Câncer (IARC - International Agency for Research on Cancer)	0910 Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	36000 - Ministério da Saúde	8.400.000
00OQ Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica	0910 Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	36000 - Ministério da Saúde	575.000
		40000 - Ministério do Trabalho e Previdência	510.000
00N2 Cumprimento de Sentença Judicial - Instituto Aerus de Seguridade Social - Processo nº 0010295-77.2004.4.01.3400	0901 Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	40000 - Ministério do Trabalho e Previdência	843.437.794
2294 Defesa Judicial da Previdência Social Básica	2214 Nova Previdência	40000 - Ministério do Trabalho e Previdência	30.000.000
8648 Desenvolvimento e Fortalecimento da Economia da Saúde e dos Programas de Cooperação Técnica para o Aperfeiçoamento do SUS	5021 Gestão e Organização do SUS	36000 - Ministério da Saúde	10.000.000
2B52 Desenvolvimento Institucional da Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil do Fundo Nacional de Saúde e dos Fundos Estaduais e Municipais de Saúde	5021 Gestão e Organização do SUS	36000 - Ministério da Saúde	16.000.000
217M Desenvolvimento Integral na Primeira Infância - Criança Feliz	5024 Atenção Integral à Primeira Infância	55000 - Ministério da Cidadania	451.003.000
2792 Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos	5033 Segurança Alimentar e Nutricional	55000 - Ministério da Cidadania	18.384.101
00NJ Doação à Agência Internacional de Compra de Medicamentos para Países em Desenvolvimento - UNITAID	0909 Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	36000 - Ministério da Saúde	13.150.000
00NK Doação à Aliança Global para Vacinas e Imunização - GAVI	0909 Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	36000 - Ministério da Saúde	5.150.000

Quadro 13 - Ações da Seguridade Social, respectivos Programas e Órgão Orçamentário

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso XIII

Recursos de Todas as Fontes

Ação	Programa	Órgão	Valor
20YD Educação e Formação em Saúde	5021 Gestão e Organização do SUS	36000 - Ministério da Saúde	1.665.000.000
8581 Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Primária à Saúde	5019 Atenção Primária à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	96.000.000
219G Estruturação da Rede de Serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	5031 Proteção Social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	55000 - Ministério da Cidadania	1.720.000
8933 Estruturação de Serviços de Atenção às Urgências e Emergências na Rede Assistencial	5018 Atenção Especializada à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	169.400.000
8535 Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde	5018 Atenção Especializada à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	520.200.000
15W3 Estruturação do Centro de Oncologia e Hematologia do Grupo Hospitalar Conceição	5018 Atenção Especializada à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	1.000.000
21D9 Estruturação dos Serviços de Hematologia e Hemoterapia	5018 Atenção Especializada à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	25.824.000
20YY Estudos, Pesquisas e Geração de Informações sobre Trabalho, Emprego e Renda	2213 Modernização Trabalhista e Trabalho Digno	40000 - Ministério do Trabalho e Previdência	1.000.000
6908 Fomento à Educação em Saúde Ambiental voltada à Promoção da Saúde	2222 Saneamento Básico	36000 - Ministério da Saúde	10.000.000
2B12 Fomento à Inclusão Produtiva	2210 Empregabilidade	40000 - Ministério do Trabalho e Previdência	3.903.642
20K2 Fomento à Pesquisa e ao Desenvolvimento Tecnológico, com vistas ao Aprimoramento e à Sustentabilidade dos Serviços e Ações de Saúde Ambiental	5020 Desenvolvimento Científico, Tecnológico e Produtivo em Saúde	36000 - Ministério da Saúde	5.000.000
20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	5013 Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	26000 - Ministério da Educação	7.000.000
21BG Formação e Provisão de Profissionais para a Atenção Primária à Saúde	5019 Atenção Primária à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	2.964.200.000
8708 Fortalecimento da Auditoria do Sistema Único de Saúde	5021 Gestão e Organização do SUS	36000 - Ministério da Saúde	12.000.000
8636 Fortalecimento da Inovação Tecnológica de Insumos Estratégicos para o SUS	5020 Desenvolvimento Científico, Tecnológico e Produtivo em Saúde	36000 - Ministério da Saúde	48.000.000
20T6 Fortalecimento da Saúde Ambiental para Redução dos Riscos à Saúde Humana	5023 Vigilância em Saúde	36000 - Ministério da Saúde	14.000.000
20YJ Fortalecimento do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde	5023 Vigilância em Saúde	36000 - Ministério da Saúde	220.000.000
4815 Funcionamento das Unidades Descentralizadas	0032 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	40000 - Ministério do Trabalho e Previdência	102.208.523
2016 Funcionamento do Conselho Nacional de Saúde	5021 Gestão e Organização do SUS	36000 - Ministério da Saúde	13.500.000
8249 Funcionamento dos Conselhos de Assistência Social	5031 Proteção Social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	55000 - Ministério da Cidadania	3.825.747
6182 Funcionamento e Fortalecimento do Sistema de Ouvidorias do SUS	5021 Gestão e Organização do SUS	36000 - Ministério da Saúde	35.000.000
4086 Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais	5013 Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	26000 - Ministério da Educação	481.943.956
2563 Gestão da Melhoria Contínua	2214 Nova Previdência	40000 - Ministério do Trabalho e Previdência	153.000.000
216F Gestão da Política de Saneamento Básico	2222 Saneamento Básico	53000 - Ministério do Desenvolvimento Regional	2.000.000
2C43 Gestão do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT	2213 Modernização Trabalhista e Trabalho Digno	40000 - Ministério do Trabalho e Previdência	750.000
20JT Gestão do Sistema Nacional de Emprego - Sine	2210 Empregabilidade	40000 - Ministério do Trabalho e Previdência	25.459.384
2553 Identificação da População por meio da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS	2213 Modernização Trabalhista e Trabalho Digno	40000 - Ministério do Trabalho e Previdência	970.000
21CA Implantação, Ampliação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios com até 50.000 Habitantes, Exclusive em Regiões Metropolitanas (RM) ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)	2222 Saneamento Básico	36000 - Ministério da Saúde	95.000.000
21CB Implantação, Ampliação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios com até 50.000 Habitantes, Exclusive em Regiões Metropolitanas (RM) ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)	2222 Saneamento Básico	36000 - Ministério da Saúde	145.998.000
21DL Implantação, Ampliação, Melhoria ou Adequação de Sistemas de Esgotamento Sanitário na Área de Atuação da Codevasf	2222 Saneamento Básico	53000 - Ministério do Desenvolvimento Regional	40.369.714
21C9 Implantação, Ampliação ou Melhoria de Ações e Serviços Sustentáveis de Saneamento Básico em Pequenas Comunidades Rurais (Localidades de Pequeno Porte) ou em Comunidades Tradicionais (Remanescentes de Quilombos)	2222 Saneamento Básico	36000 - Ministério da Saúde	90.000.000
15EG Implantação da nova Sede do Instituto Nacional de Cardiologia - INC	5018 Atenção Especializada à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	1.000.000
14UO Implantação de Centros de Desenvolvimento Tecnológico e de Produção de Insumos para o SUS	5020 Desenvolvimento Científico, Tecnológico e Produtivo em Saúde	36000 - Ministério da Saúde	1.700.000
8948 Implantação de Equipamentos e de Tecnologia Social de Acesso à Água para Consumo Humano e Produção de Alimentos	5033 Segurança Alimentar e Nutricional	55000 - Ministério da Cidadania	61.242.000

Quadro 13 - Ações da Seguridade Social, respectivos Programas e Órgão Orçamentário

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso XIII

Recursos de Todas as Fontes

Ação	Programa	Órgão	Valor
21CH Implantação de Melhorias Habitacionais para Controle da Doença de Chagas	5023 Vigilância em Saúde	36000 - Ministério da Saúde	25.000.000
21CI Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Doenças e Agravos em Localidades Urbanas de Municípios com População até 50.000 Habitantes	2222 Saneamento Básico	36000 - Ministério da Saúde	72.000.000
21CF Implantação e Funcionamento da Saúde Digital e Telessaúde no SUS	5021 Gestão e Organização do SUS	36000 - Ministério da Saúde	40.000.000
20QI Implantação e Manutenção da Força Nacional de Saúde	5018 Atenção Especializada à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	2.350.000
21CG Implantação e Melhoria de Serviços de Drenagem e Manejo das Águas Pluviais Urbanas para Prevenção e Controle de Doenças e Agravos	2222 Saneamento Básico	36000 - Ministério da Saúde	2.000.000
21CC Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusivo em Regiões Metropolitanas (RM) ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)	2222 Saneamento Básico	36000 - Ministério da Saúde	14.000.000
8721 Implementação da Regulação, Controle e Avaliação da Atenção à Saúde	5018 Atenção Especializada à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	42.000.000
21CD Implementação de Políticas de Atenção Especializada à Saúde	5018 Atenção Especializada à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	47.600.000
21CE Implementação de Políticas de Atenção Primária à Saúde	5019 Atenção Primária à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	243.750.000
20AM Implementação de Projetos de Coleta, Triagem e Reciclagem de Resíduos Sólidos	2222 Saneamento Básico	36000 - Ministério da Saúde	10.000.000
00NS Inativos da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal	0903 Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica	73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	1.985.142.260
00QN Inativos e Pensionistas da Polícia Civil do Distrito Federal	0903 Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica	73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	1.106.406.404
20AB Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para Execução de Ações de Vigilância Sanitária	5023 Vigilância em Saúde	36000 - Ministério da Saúde	273.000.000
20GD Inclusão Produtiva Rural	5033 Segurança Alimentar e Nutricional	55000 - Ministério da Cidadania	25.300.000
0739 Indenização a Anistiados Políticos em Prestação Única ou em Prestação Mensal, Permanente e Continuada, nos termos da Lei nº 10.559, de 2002	0909 Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	25000 - Ministério da Economia 52000 - Ministério da Defesa	580.493.797 604.614.660
212H Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)	5021 Gestão e Organização do SUS	36000 - Ministério da Saúde	28.300.000
8327 Manutenção de Serviço Laboratorial de Referência para o Controle de Doenças	5023 Vigilância em Saúde	36000 - Ministério da Saúde	17.700.000
20YS Manutenção e Funcionamento do Programa Farmácia Popular do Brasil pelo Sistema de Co-pagamento	5017 Assistência Farmacêutica no SUS	36000 - Ministério da Saúde	444.940.983
20YR Manutenção e Funcionamento do Programa Farmácia Popular do Brasil Pelo Sistema de Gratuidade	5017 Assistência Farmacêutica no SUS	36000 - Ministério da Saúde	2.040.000.000
21DA Modernização de Unidades da Fundação Oswaldo Cruz	5020 Desenvolvimento Científico, Tecnológico e Produtivo em Saúde	36000 - Ministério da Saúde	95.500.000
6881 Modernização e Desenvolvimento de Sistemas de Informação da FUNASA	5021 Gestão e Organização do SUS	36000 - Ministério da Saúde	23.000.000
8753 Monitoramento, Avaliação e Gestão da Informação Estratégica em Saúde	5021 Gestão e Organização do SUS	36000 - Ministério da Saúde	7.000.000
20SP Operacionalização do Sistema Nacional de Transplantes	5018 Atenção Especializada à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	38.000.000
20AH Organização dos Serviços de Assistência Farmacêutica no SUS	5017 Assistência Farmacêutica no SUS	36000 - Ministério da Saúde	105.000.000
00Q2 Pensionistas da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal	0903 Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica	73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	553.444.747
0179 Pensões Militares das Forças Armadas	0032 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	52000 - Ministério da Defesa	24.076.040.961
00QD Pensões Militares dos Ex-Territórios e do Antigo Estado da Guanabara	0032 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	904.800.000
21BF Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação em Saúde	5020 Desenvolvimento Científico, Tecnológico e Produtivo em Saúde	36000 - Ministério da Saúde	431.500.000
20QF Pesquisas, Ensino e Inovações Tecnológicas Biomédicas e em Medicina Tropical e Meio Ambiente	5020 Desenvolvimento Científico, Tecnológico e Produtivo em Saúde	36000 - Ministério da Saúde	73.000.000
219A Piso de Atenção Primária à Saúde	5019 Atenção Primária à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	21.260.000.000
20Q7 Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Ciência e da Saúde na Fiocruz	5021 Gestão e Organização do SUS	36000 - Ministério da Saúde	14.500.000
8715 Preservação, Organização, Disseminação e Acesso ao Conhecimento e ao Patrimônio Cultural da Saúde	5021 Gestão e Organização do SUS	36000 - Ministério da Saúde	10.000.000

Quadro 13 - Ações da Seguridade Social, respectivos Programas e Órgão Orçamentário

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso XIII

Recursos de Todas as Fontes

Ação	Programa	Órgão	Valor
20XT Prestação de Serviços Médico-Hospitalares e de Ensino e Pesquisa do Hospital das Forças Armadas	0032 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	52000 - Ministério da Defesa	41.651.000
2583 Processamento de Dados do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e da Renda Mensal Vitalícia (RMV)	5031 Proteção Social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	55000 - Ministério da Cidadania	49.000.000
2522 Produção de Fármacos, Medicamentos e Fitoterápicos	0032 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	52000 - Ministério da Defesa	511.266
20AE Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde	5017 Assistência Farmacêutica no SUS	36000 - Ministério da Saúde	2.261.000.000
4705 Promoção da Assistência Farmacêutica por meio da Disponibilização de Medicamentos do Componente Especializado	5017 Assistência Farmacêutica no SUS	36000 - Ministério da Saúde	7.800.000.000
4368 Promoção da Assistência Farmacêutica por Meio da Disponibilização de Medicamentos e Insumos em Saúde do Componente Estratégico	5017 Assistência Farmacêutica no SUS	36000 - Ministério da Saúde	354.000.000
20GG Promoção da Inclusão Produtiva de Pessoas em Situação de Pobreza	5027 Inclusão Produtiva de Pessoas em Situação de Vulnerabilidade Social	55000 - Ministério da Cidadania	6.984.557
21AR Promoção e Defesa de Direitos Humanos para todos	5034 Proteção à Vida, Fortalecimento da Família, Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para Todos	81000 - Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos	13.179.435
20YP Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde Indígena	5022 Proteção, Promoção e Recuperação da Saúde Indígena	36000 - Ministério da Saúde	1.475.100.000
4641 Publicidade de Utilidade Pública	0032 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	36000 - Ministério da Saúde	242.200.000
4339 Qualificação da Regulação e Fiscalização da Saúde Suplementar	5021 Gestão e Organização do SUS	36000 - Ministério da Saúde	15.363.214
20Z1 Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores	2210 Empregabilidade	40000 - Ministério do Trabalho e Previdência	22.241.008
2591 Reconhecimento de Direitos de Benefícios Previdenciários	2214 Nova Previdência	40000 - Ministério do Trabalho e Previdência	54.870.794
20R9 Redução da Demanda por Drogas	5032 Rede de Suporte Social ao Dependente Químico: Cuidados, Prevenção e Reinserção Social	55000 - Ministério da Cidadania	186.220.000
20RX Reestruturação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais - REHUF	5013 Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	26000 - Ministério da Educação	540.025.680
15WP Reforma e Modernização de Nova Unidade do Ministério da Saúde (Bloco "O" da Esplanada dos Ministérios)	0032 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	36000 - Ministério da Saúde	31.700.000
0200 Reserva de Contingência - Financeira	0999 Reserva de Contingência	30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública	28.648.068
		36000 - Ministério da Saúde	35.947.050
		40000 - Ministério do Trabalho e Previdência	48.348.838
		81000 - Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos	201.977
0201 Reserva de Contingência Fiscal - Primária	0999 Reserva de Contingência	36000 - Ministério da Saúde	8.112.689.440
6149 Residência de Profissionais de Saúde - SUS	5021 Gestão e Organização do SUS	36000 - Ministério da Saúde	28.000.000
21CJ Saneamento Básico em Aldeias Indígenas para Prevenção de doenças e Agravos	5022 Proteção, Promoção e Recuperação da Saúde Indígena	36000 - Ministério da Saúde	153.900.000
00H4 Seguro Desemprego	2213 Modernização Trabalhista e Trabalho Digno	40000 - Ministério do Trabalho e Previdência	42.205.863.273
0022 Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais	0901 Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	26000 - Ministério da Educação	22.060.000
		36000 - Ministério da Saúde	10.450.000
0625 Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado de Pequeno Valor	0901 Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	26000 - Ministério da Educação	2.614.676
		40000 - Ministério do Trabalho e Previdência	14.286.192.917
		55000 - Ministério da Cidadania	1.375.535.497
0005 Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)	0901 Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	26000 - Ministério da Educação	12.438.828
		36000 - Ministério da Saúde	824.268.978
		40000 - Ministério do Trabalho e Previdência	17.108.280.626
		55000 - Ministério da Cidadania	259.501.024
2292 Serviço de Processamento de Dados de Benefícios Previdenciários	2214 Nova Previdência	40000 - Ministério do Trabalho e Previdência	428.100.000
009T Serviços Públicos de Saúde do Distrito Federal	0903 Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica	73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	4.354.971.864
6414 Sistema Nacional para Identificação e Seleção de Público-Alvo para os Programas Sociais do Governo Federal - Cadastro Único	5029 Produção de Dados e Conhecimento para o Aprimoramento de Políticas Públicas	55000 - Ministério da Cidadania	44.973.635
20YN Sistemas de Tecnologia de Informação e Comunicação para a Saúde (e-Saúde)	5021 Gestão e Organização do SUS	36000 - Ministério da Saúde	330.000.000
21DP Transferência de Renda para Pagamento dos Benefícios e Auxílios do Programa Auxílio Brasil	5028 Inclusão Social por meio do Bolsa Família e da Articulação de Políticas Públicas	55000 - Ministério da Cidadania	34.668.865.000

Quadro 13 - Ações da Seguridade Social, respectivos Programas e Órgão Orçamentário

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso XIII		Recursos de Todas as Fontes	
Ação	Programa	Órgão	Valor
0C01 Valores Retroativos a Anistiados Políticos nos termos da Lei nº 11.354, de 19/10/2006	0909 Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	25000 - Ministério da Economia	28.448.203
		52000 - Ministério da Defesa	5.921.668
8719 Vigilância Sanitária de Produtos, Serviços e Ambientes	5023 Vigilância em Saúde	36000 - Ministério da Saúde	56.900.000
TOTAL			1.233.112.699.997

10 - DESPESAS COM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Despesas com Tecnologia da Informação

Quadro 14 - Despesas com Tecnologia da Informação

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso XIV

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Valor
01	Camara dos Deputados	107.076.545
101	Câmara dos Deputados	107.076.545
0034	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Legislativo	107.076.545
0034 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	222.464
0034 2004 5664	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Em Brasília - DF	222.464
0034 4061	Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política	106.854.081
0034 4061 5664	Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política - Em Brasília - DF	106.854.081
02	Senado Federal	74.889.805
101	Senado Federal	74.889.805
0034	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Legislativo	74.889.805
0034 4061	Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política	74.889.805
0034 4061 5664	Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política - Em Brasília - DF	74.889.805
03	Tribunal de Contas da União	115.707.055
101	Tribunal de Contas da União	115.707.055
0034	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Legislativo	115.707.055
0034 4018	Fiscalização da Aplicação dos Recursos Públicos Federais	115.707.055
0034 4018 0001	Fiscalização da Aplicação dos Recursos Públicos Federais - Nacional	115.707.055
10	Supremo Tribunal Federal	35.118.396
101	Supremo Tribunal Federal	35.118.396
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	35.118.396
0033 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	697.100
0033 2004 5664	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Em Brasília - DF	697.100
0033 6359	Apreciação e Julgamento de Causas no Supremo Tribunal Federal	34.421.296
0033 6359 5664	Apreciação e Julgamento de Causas no Supremo Tribunal Federal - Em Brasília - DF	34.421.296
11	Superior Tribunal de Justiça	129.020.963
101	Superior Tribunal de Justiça	129.020.963
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	129.020.963
0033 20G2	Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados	3.300
0033 20G2 0001	Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - Nacional	3.300
0033 4236	Apreciação e Julgamento de Causas	129.017.663
0033 4236 0001	Apreciação e Julgamento de Causas - Nacional	129.017.663
12	Justiça Federal	308.689.935
101	Justiça Federal de Primeiro Grau	185.156.401
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	185.156.401
0033 4257	Julgamento de Causas na Justiça Federal	185.156.401
0033 4257 0001	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Nacional	185.156.401
102	Tribunal Regional Federal da 1a. Região	23.906.392
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	23.906.392
0033 151W	Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico na Justiça Federal - PJe	1.500.000
0033 151W 6012	Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico na Justiça Federal - PJe - Na 1ª Região da Justiça Federal - AC, AM, AP, BA, DF, GO, MA, MG, MT, PA, PI, RO, RR, TO	1.500.000
0033 4257	Julgamento de Causas na Justiça Federal	22.406.392
0033 4257 6012	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Na 1ª Região da Justiça Federal - AC, AM, AP, BA, DF, GO, MA, MG, MT, PA, PI, RO, RR, TO	22.406.392
103	Tribunal Regional Federal da 2a. Região	19.131.977
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	19.131.977
0033 4257	Julgamento de Causas na Justiça Federal	19.131.977
0033 4257 6013	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Na 2ª Região da Justiça Federal - ES, RJ	19.131.977
104	Tribunal Regional Federal da 3a. Região	27.838.349
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	27.838.349
0033 151W	Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico na Justiça Federal - PJe	1.300.000
0033 151W 6014	Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico na Justiça Federal - PJe - Na 3ª Região da Justiça Federal - MS, SP	1.300.000
0033 4257	Julgamento de Causas na Justiça Federal	26.538.349
0033 4257 6014	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Na 3ª Região da Justiça Federal - MS, SP	26.538.349
105	Tribunal Regional Federal da 4a. Região	18.250.816
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	18.250.816
0033 4257	Julgamento de Causas na Justiça Federal	18.250.816
0033 4257 6015	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Na 4ª Região da Justiça Federal - PR, RS, SC	18.250.816
106	Tribunal Regional Federal da 5a. Região	34.406.000
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	34.406.000
0033 151W	Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico na Justiça Federal - PJe	1.200.000
0033 151W 6016	Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico na Justiça Federal - PJe - Na 5ª Região da Justiça Federal - AL, CE, PB, PE, RN, SE	1.200.000
0033 4257	Julgamento de Causas na Justiça Federal	33.206.000
0033 4257 6016	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Na 5ª Região da Justiça Federal - AL, CE, PB, PE, RN, SE	33.206.000
13	Justiça Militar da União	21.663.865
101	Justiça Militar da União	21.663.865
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	21.663.865
0033 4225	Processamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Militar da União	21.663.865
0033 4225 0001	Processamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Militar da União - Nacional	21.663.865
14	Justiça Eleitoral	701.313.906
101	Tribunal Superior Eleitoral	358.002.469
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	358.002.469
0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	96.301.782
0033 20GP 0001	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - Nacional	96.301.782
0033 21CN	Gestão e Manutenção da Identificação Civil Nacional	60.000.000
0033 21CN 0001	Gestão e Manutenção da Identificação Civil Nacional - Nacional	60.000.000

Quadro 14 - Despesas com Tecnologia da Informação

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso XIV

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Valor
0033 4269	Pleitos Eleitorais	121.711.187
0033 4269 0001	Pleitos Eleitorais - Nacional	121.711.187
0033 7832	Implantação do Sistema de Automação de Identificação do Eleitor	79.989.500
0033 7832 0001	Implantação do Sistema de Automação de Identificação do Eleitor - Nacional	79.989.500
102	Tribunal Regional Eleitoral do Acre	6.952.229
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	6.952.229
0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	6.952.229
0033 20GP 0012	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Acre	6.952.229
103	Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas	6.923.989
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	6.923.989
0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	6.923.989
0033 20GP 0027	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Alagoas	6.923.989
104	Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas	10.672.604
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	10.672.604
0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	10.672.604
0033 20GP 0013	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Amazonas	10.672.604
105	Tribunal Regional Eleitoral da Bahia	21.939.471
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	21.939.471
0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	21.939.471
0033 20GP 0029	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado da Bahia	21.939.471
106	Tribunal Regional Eleitoral do Ceará	10.746.769
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	10.746.769
0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	10.746.769
0033 20GP 0023	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Ceará	10.746.769
107	Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal	9.008.851
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	9.008.851
0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	9.008.851
0033 20GP 0053	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Distrito Federal	9.008.851
108	Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo	11.265.861
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	11.265.861
0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	11.265.861
0033 20GP 0032	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Espírito Santo	11.265.861
109	Tribunal Regional Eleitoral de Goiás	13.881.212
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	13.881.212
0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	13.881.212
0033 20GP 0052	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Goiás	13.881.212
110	Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão	12.148.395
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	12.148.395
0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	12.148.395
0033 20GP 0021	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Maranhão	12.148.395
111	Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso	13.098.664
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	13.098.664
0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	13.098.664
0033 20GP 0051	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Mato Grosso	13.098.664
112	Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul	6.477.918
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	6.477.918
0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	6.477.918
0033 20GP 0054	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Mato Grosso do Sul	6.477.918
113	Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais	32.673.010
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	32.673.010
0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	32.673.010
0033 20GP 0031	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Minas Gerais	32.673.010
114	Tribunal Regional Eleitoral do Pará	16.433.456
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	16.433.456
0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	16.433.456
0033 20GP 0015	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Pará	16.433.456
115	Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba	7.947.029
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	7.947.029
0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	7.947.029
0033 20GP 0025	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado da Paraíba	7.947.029
116	Tribunal Regional Eleitoral do Paraná	16.908.408
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	16.908.408
0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	16.908.408
0033 20GP 0041	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Paraná	16.908.408
117	Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco	15.529.030
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	15.529.030
0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	15.529.030
0033 20GP 0026	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Pernambuco	15.529.030
118	Tribunal Regional Eleitoral do Piauí	9.590.399
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	9.590.399
0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	9.590.399
0033 20GP 0022	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Piauí	9.590.399
119	Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	27.836.959
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	27.836.959
0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	27.836.959
0033 20GP 0033	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Rio de Janeiro	27.836.959
120	Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte	8.533.690

Quadro 14 - Despesas com Tecnologia da Informação

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso XIV

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Valor
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	8.533.690
0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	8.533.690
0033 20GP 0024	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Rio Grande do Norte	8.533.690
121	Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul	12.452.598
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	12.452.598
0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	12.452.598
0033 20GP 0043	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Rio Grande do Sul	12.452.598
122	Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia	6.615.218
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	6.615.218
0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	6.615.218
0033 20GP 0011	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Rondônia	6.615.218
123	Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina	12.738.680
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	12.738.680
0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	12.738.680
0033 20GP 0042	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Santa Catarina	12.738.680
124	Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo	29.546.260
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	29.546.260
0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	29.546.260
0033 20GP 0035	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de São Paulo	29.546.260
125	Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe	6.301.588
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	6.301.588
0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	6.301.588
0033 20GP 0028	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Sergipe	6.301.588
126	Tribunal Regional Eleitoral de Tocantins	8.730.269
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	8.730.269
0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	8.730.269
0033 20GP 0017	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Tocantins	8.730.269
127	Tribunal Regional Eleitoral de Roraima	4.082.140
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	4.082.140
0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	4.082.140
0033 20GP 0014	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Roraima	4.082.140
128	Tribunal Regional Eleitoral do Amapá	4.276.740
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	4.276.740
0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	4.276.740
0033 20GP 0016	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Amapá	4.276.740
15	Justiça do Trabalho	220.793.762
101	Tribunal Superior do Trabalho	25.672.701
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	25.672.701
0033 219I	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública	36.000
0033 219I 0001	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública - Nacional	36.000
0033 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	25.636.701
0033 4256 0001	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Nacional	25.636.701
102	Tribunal Regional do Trabalho da 1a. Região - Rio de Janeiro	15.097.896
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	15.097.896
0033 219I	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública	2.400
0033 219I 0033	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública - No Estado do Rio de Janeiro	2.400
0033 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	15.095.496
0033 4256 0033	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Rio de Janeiro	15.095.496
103	Tribunal Regional do Trabalho da 2a. Região - São Paulo	19.058.592
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	19.058.592
0033 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	19.058.592
0033 4256 0035	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de São Paulo	19.058.592
104	Tribunal Regional do Trabalho da 3a. Região - Minas Gerais	14.768.331
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	14.768.331
0033 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cívis, Empregados, Militares e seus Dependentes	90.000
0033 2004 0031	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cívis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais	90.000
0033 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	14.678.331
0033 4256 0031	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Minas Gerais	14.678.331
105	Tribunal Regional do Trabalho da 4a. Região - Rio Grande do Sul	22.944.773
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	22.944.773
0033 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	22.944.773
0033 4256 0043	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Rio Grande do Sul	22.944.773
106	Tribunal Regional do Trabalho da 5a. Região - Bahia	6.454.492
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	6.454.492
0033 219I	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública	129.312
0033 219I 0029	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública - No Estado da Bahia	129.312
0033 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	6.325.180
0033 4256 0029	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado da Bahia	6.325.180
107	Tribunal Regional do Trabalho da 6a. Região - Pernambuco	8.046.026
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	8.046.026
0033 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	8.046.026
0033 4256 0026	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Pernambuco	8.046.026
108	Tribunal Regional do Trabalho da 7a. Região - Ceará	4.635.629
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	4.635.629
0033 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	4.635.629
0033 4256 0023	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Ceará	4.635.629

Quadro 14 - Despesas com Tecnologia da Informação

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso XIV

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Valor
109	Tribunal Regional do Trabalho da 8a. Região - Pará/Amapá	7.251.888
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	7.251.888
0033 219I	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública	10.000
0033 219I 6017	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública - Na 8ª Região da Justiça do Trabalho - AP, PA	10.000
0033 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	7.241.888
0033 4256 6017	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Na 8ª Região da Justiça do Trabalho - AP, PA	7.241.888
110	Tribunal Regional do Trabalho da 9a. Região - Paraná	11.467.169
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	11.467.169
0033 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	11.467.169
0033 4256 0041	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Paraná	11.467.169
111	Tribunal Regional do Trabalho da 10a. Região - Distrito Federal/Tocantins	4.409.687
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	4.409.687
0033 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	4.409.687
0033 4256 6018	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Na 10ª Região da Justiça do Trabalho - DF, TO	4.409.687
112	Tribunal Regional do Trabalho da 11a. Região - Amazonas/Roraima	6.103.553
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	6.103.553
0033 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	6.103.553
0033 4256 6019	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Na 11ª Região da Justiça do Trabalho - AM, RR	6.103.553
113	Tribunal Regional do Trabalho da 12a. Região - Santa Catarina	10.235.650
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	10.235.650
0033 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	10.235.650
0033 4256 0042	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Santa Catarina	10.235.650
114	Tribunal Regional do Trabalho da 13a. Região - Paraíba	3.607.515
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	3.607.515
0033 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	3.607.515
0033 4256 0025	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado da Paraíba	3.607.515
115	Tribunal Regional do Trabalho da 14a. Região - Rondônia/Acre	4.293.732
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	4.293.732
0033 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	4.293.732
0033 4256 6020	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Na 14ª Região da Justiça do Trabalho - AC, RO	4.293.732
116	Tribunal Regional do Trabalho da 15a. Região - Campinas/SP	10.216.980
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	10.216.980
0033 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	10.216.980
0033 4256 0035	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de São Paulo	10.216.980
117	Tribunal Regional do Trabalho da 16a. Região - Maranhão	3.590.375
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	3.590.375
0033 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	3.590.375
0033 4256 0021	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Maranhão	3.590.375
118	Tribunal Regional do Trabalho da 17a. Região - Espírito Santo	2.000.000
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	2.000.000
0033 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	2.000.000
0033 4256 0032	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Espírito Santo	2.000.000
119	Tribunal Regional do Trabalho da 18a. Região - Goiás	4.785.824
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	4.785.824
0033 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	4.785.824
0033 4256 0052	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Goiás	4.785.824
120	Tribunal Regional do Trabalho da 19a. Região - Alagoas	3.234.801
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	3.234.801
0033 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	3.234.801
0033 4256 0027	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Alagoas	3.234.801
121	Tribunal Regional do Trabalho da 20a. Região - Sergipe	5.108.237
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	5.108.237
0033 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	5.108.237
0033 4256 0028	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Sergipe	5.108.237
122	Tribunal Regional do Trabalho da 21a. Região - Rio Grande do Norte	4.437.132
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	4.437.132
0033 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	4.437.132
0033 4256 0024	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Rio Grande do Norte	4.437.132
123	Tribunal Regional do Trabalho da 22a. Região - Piauí	2.386.485
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	2.386.485
0033 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	2.386.485
0033 4256 0022	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Piauí	2.386.485
124	Tribunal Regional do Trabalho da 23a. Região - Mato Grosso	5.412.247
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	5.412.247
0033 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	5.412.247
0033 4256 0051	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Mato Grosso	5.412.247
125	Tribunal Regional do Trabalho da 24a. Região - Mato Grosso do Sul	3.670.595
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	3.670.595
0033 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	3.670.595
0033 4256 0054	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Mato Grosso do Sul	3.670.595
126	Conselho Superior da Justiça do Trabalho	11.903.452
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	11.903.452
0033 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	11.903.452
0033 4256 0001	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Nacional	11.903.452
16	Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	48.046.997
101	Tribunal de Justiça do Distrito Federal	48.046.997
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	48.046.997

Quadro 14 - Despesas com Tecnologia da Informação

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso XIV

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Valor
0033 4234	Apreciação e Julgamento de Causas no Distrito Federal	48.046.997
0033 4234 0053	Apreciação e Julgamento de Causas no Distrito Federal - No Distrito Federal	48.046.997
17	Conselho Nacional de Justiça	47.259.553
101	Conselho Nacional de Justiça	47.259.553
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	47.259.553
0033 21BH	Controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário, do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes e Gestão de Políticas Judiciárias	47.259.553
0033 21BH 0001	Controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário, do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes e Gestão de Políticas Judiciárias - Nacional	47.259.553
20	Presidência da República	84.510.222
101	Presidência da República	7.530.000
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	7.530.000
0032 2000	Administração da Unidade	7.530.000
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	7.530.000
118	Agência Brasileira de Inteligência - ABIN	28.200.000
4002	Segurança Institucional	28.200.000
4002 2684	Ações de Inteligência	28.200.000
4002 2684 0001	Ações de Inteligência - Nacional	28.200.000
204	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI	4.770.222
2201	Brasil Moderniza	4.770.222
2201 217Z	Gestão do Sistema Nacional de Certificação Digital da Infraestrutura de Chaves Públicas - ICP - Brasil e de outras tecnologias de segurança da informação e identificação digital	4.770.222
2201 217Z 0001	Gestão do Sistema Nacional de Certificação Digital da Infraestrutura de Chaves Públicas - ICP - Brasil e de outras tecnologias de segurança da informação e identificação digital - Nacional	4.770.222
209	Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD	20.400.000
2201	Brasil Moderniza	20.400.000
2201 21D5	Gestão de Políticas de Proteção de Dados	20.400.000
2201 21D5 5664	Gestão de Políticas de Proteção de Dados - Em Brasília - DF	20.400.000
927	Fundo de Imprensa Nacional	23.610.000
4001	Comunicação Pública e Divulgação de Atos e Matérias do Governo Federal	23.610.000
4001 2804	Publicações Oficiais	23.610.000
4001 2804 0001	Publicações Oficiais - Nacional	23.610.000
22	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	115.433.878
101	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Administração Direta	50.536.271
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	43.898.742
0032 2000	Administração da Unidade	43.898.742
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	43.898.742
1031	Agropecuária Sustentável	5.199.773
1031 2161	Produção e Divulgação de Informações Meteorológicas e Climatológicas	5.199.773
1031 2161 0001	Produção e Divulgação de Informações Meteorológicas e Climatológicas - Nacional	5.199.773
2202	Defesa Agropecuária	1.437.756
2202 214W	Modernização e Fortalecimento da Defesa Agropecuária	1.437.756
2202 214W 0001	Modernização e Fortalecimento da Defesa Agropecuária - Nacional	1.437.756
106	Serviço Florestal Brasileiro - SFB	4.216.911
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	3.216.911
0032 2000	Administração da Unidade	3.216.911
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	3.216.911
1041	Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais	1.000.000
1041 20WA	Cadastro, Recomposição e Produção Florestal	1.000.000
1041 20WA 0001	Cadastro, Recomposição e Produção Florestal - Nacional	1.000.000
201	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA	52.055.241
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	52.055.241
0032 2000	Administração da Unidade	52.055.241
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	52.055.241
202	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA	7.577.751
2203	Pesquisa e Inovação Agropecuária	7.577.751
2203 20Y6	Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para a Agropecuária	6.234.606
2203 20Y6 0001	Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para a Agropecuária - Nacional	6.234.606
2203 215C	Manutenção e Modernização da Infraestrutura Física das Unidades da Embrapa	876.452
2203 215C 0001	Manutenção e Modernização da Infraestrutura Física das Unidades da Embrapa - Nacional	876.452
2203 8924	Transferência de Tecnologias para a Inovação para a Agropecuária	466.693
2203 8924 0001	Transferência de Tecnologias para a Inovação para a Agropecuária - Nacional	466.693
211	Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB	1.047.704
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	1.004.626
0032 2000	Administração da Unidade	1.004.626
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	1.004.626
1031	Agropecuária Sustentável	43.078
1031 20Y7	Desenvolvimento do Abastecimento Agroalimentar	43.078
1031 20Y7 0001	Desenvolvimento do Abastecimento Agroalimentar - Nacional	43.078
24	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	96.565.830
101	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações - Administração Direta	67.539.063
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	37.385.016
0032 2000	Administração da Unidade	37.385.016
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	37.385.016
1058	Mudança do Clima	7.692.000
1058 20VA	Apoio a Estudos e Projetos de Pesquisas e Desenvolvimento Relacionados à Mudança do Clima	245.000
1058 20VA 0001	Apoio a Estudos e Projetos de Pesquisas e Desenvolvimento Relacionados à Mudança do Clima - Nacional	245.000
1058 216W	Pesquisa e Desenvolvimento para Estudos de Tempo, Clima, Observação e Modelagem do Sistema Terrestre	7.447.000

Quadro 14 - Despesas com Tecnologia da Informação

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso XIV

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Valor
1058 216W 0001	Pesquisa e Desenvolvimento para Estudos de Tempo, Clima, Observação e Modelagem do Sistema Terrestre - Nacional	7.447.000
2204	Brasil na Fronteira do Conhecimento	13.435.877
2204 20V7	Pesquisa, Desenvolvimento Científico, Difusão do Conhecimento e Popularização da Ciência nas Unidades de	13.435.877
2204 20V7 0001	Pesquisa do MCTI Pesquisa, Desenvolvimento Científico, Difusão do Conhecimento e Popularização da Ciência nas Unidades de Pesquisa do MCTI - Nacional	13.435.877
2208	Tecnologias Aplicadas, Inovação e Desenvolvimento Sustentável	3.692.520
2208 21AD	Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação nas Unidades de Pesquisa do MCTI	3.692.520
2208 21AD 0001	Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação nas Unidades de Pesquisa do MCTI - Nacional	3.692.520
2218	Gestão de Riscos e Desastres	3.800.000
2218 20GB	Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais - CEMADEN	3.800.000
2218 20GB 0001	Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais - CEMADEN - Nacional	3.800.000
6014	Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios nos Biomas	1.533.650
6014 20V9	Monitoramento da Cobertura da Terra e do Risco de Queimadas e Incêndios Florestais (INPE)	1.533.650
6014 20V9 0001	Monitoramento da Cobertura da Terra e do Risco de Queimadas e Incêndios Florestais (INPE) - Nacional	1.533.650
201	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	14.200.000
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	14.200.000
0032 2000	Administração da Unidade	14.200.000
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	14.200.000
204	Comissão Nacional de Energia Nuclear	7.973.767
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	5.752.000
0032 2000	Administração da Unidade	5.752.000
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	5.752.000
2206	Política Nuclear	2.221.767
2206 20UW	Segurança Nuclear, Controle de Material Nuclear e Proteção Física de Instalações Nucleares e Radiativas	1.069.647
2206 20UW 0001	Segurança Nuclear, Controle de Material Nuclear e Proteção Física de Instalações Nucleares e Radiativas - Nacional	1.069.647
2206 20UX	Desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia Nucleares	1.152.120
2206 20UX 0001	Desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia Nucleares - Nacional	1.152.120
205	Agência Espacial Brasileira	6.821.000
2207	Programa Espacial Brasileiro	6.821.000
2207 20VB	Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Formação de Capital Humano para o Setor Espacial	886.000
2207 20VB 0001	Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Formação de Capital Humano para o Setor Espacial - Nacional	886.000
2207 21AG	Desenvolvimento de Sistemas Espaciais	916.000
2207 21AG 0001	Desenvolvimento de Sistemas Espaciais - Nacional	916.000
2207 21AH	Governança, Estudos Estratégicos e Regulação de Atividades Espaciais	212.000
2207 21AH 0001	Governança, Estudos Estratégicos e Regulação de Atividades Espaciais - Nacional	212.000
2207 21AI	Infraestrutura e Aplicações Espaciais	4.807.000
2207 21AI 0001	Infraestrutura e Aplicações Espaciais - Nacional	4.807.000
209	Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada - S.A. - CEITEC	32.000
2208	Tecnologias Aplicadas, Inovação e Desenvolvimento Sustentável	32.000
2208 6432	Pesquisa, Desenvolvimento, Fabricação e Comercialização de Componentes Semicondutores	32.000
2208 6432 0001	Pesquisa, Desenvolvimento, Fabricação e Comercialização de Componentes Semicondutores - Nacional	32.000
25	Ministério da Economia	2.880.679.329
101	Ministério da Economia - Administração Direta	1.094.551.950
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	657.655.305
0032 2000	Administração da Unidade	634.249.541
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	634.249.541
0032 20U1	Aperfeiçoamento da Gestão Pública	8.020.000
0032 20U1 0001	Aperfeiçoamento da Gestão Pública - Nacional	8.020.000
0032 216Q	Aperfeiçoamento e Fortalecimento da Gestão de Pessoas	12.853.937
0032 216Q 0001	Aperfeiçoamento e Fortalecimento da Gestão de Pessoas - Nacional	12.853.937
0032 216Z	Gestão e Promoção do Programa de Parcerias de Investimentos	800.000
0032 216Z 0001	Gestão e Promoção do Programa de Parcerias de Investimentos - Nacional	800.000
0032 21CR	Assistência Técnica para Gestão dos Projetos de Modernização da Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios	1.731.827
0032 21CR 0001	Assistência Técnica para Gestão dos Projetos de Modernização da Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios - Nacional	1.731.827
2201	Brasil Moderniza	77.034.293
2201 21CQ	Gestão do Governo Digital	77.034.293
2201 21CQ 0001	Gestão do Governo Digital - Nacional	77.034.293
2209	Brasil, Nosso Propósito	5.525.588
2209 20U4	Governança do Patrimônio Imobiliário da União	5.375.588
2209 20U4 0001	Governança do Patrimônio Imobiliário da União - Nacional	5.375.588
2209 4743	Coordenação e Governança das Empresas Estatais Federais	150.000
2209 4743 0001	Coordenação e Governança das Empresas Estatais Federais - Nacional	150.000
2211	Inserção Econômica Internacional	68.565.638
2211 20QN	Gestão de Assuntos Internacionais	99.000
2211 20QN 0001	Gestão de Assuntos Internacionais - Nacional	99.000
2211 20TU	Manutenção, Desenvolvimento e Modernização de Sistemas Informatizados de Comércio Exterior	67.664.189
2211 20TU 0001	Manutenção, Desenvolvimento e Modernização de Sistemas Informatizados de Comércio Exterior - Nacional	67.664.189
2211 20ZO	Promoção, Fiscalização e Gestão do Comércio Exterior	802.449
2211 20ZO 0001	Promoção, Fiscalização e Gestão do Comércio Exterior - Nacional	802.449
2215	Política Econômica e Equilíbrio Fiscal	285.771.126
2215 20Z7	Gestão de Sistemas Informatizados de Administração Financeira e Contábil	275.460.484
2215 20Z7 0001	Gestão de Sistemas Informatizados de Administração Financeira e Contábil - Nacional	275.460.484
2215 20Z8	Acompanhamento e Controle de Atividades Econômicas	612.072
2215 20Z8 0001	Acompanhamento e Controle de Atividades Econômicas - Nacional	612.072
2215 8861	Gestão e Aprimoramento do Processo de Planejamento e Orçamento	9.698.570
2215 8861 0001	Gestão e Aprimoramento do Processo de Planejamento e Orçamento - Nacional	9.698.570

Quadro 14 - Despesas com Tecnologia da Informação

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso XIV

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Valor
103	Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil	1.311.891.908
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	1.311.891.908
0032 20VG	Gestão das Soluções Informatizadas da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais	1.311.891.908
0032 20VG 0001	Gestão das Soluções Informatizadas da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - Nacional	1.311.891.908
104	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional	207.376.000
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	207.376.000
0032 2244	Recuperação de Créditos, Consultoria, Representação Judicial e Extrajudicial da Fazenda Nacional	207.376.000
0032 2244 0001	Recuperação de Créditos, Consultoria, Representação Judicial e Extrajudicial da Fazenda Nacional - Nacional	207.376.000
203	Comissão de Valores Mobiliários	6.471.351
2215	Política Econômica e Equilíbrio Fiscal	6.471.351
2215 210J	Supervisão do Mercado de Valores Mobiliários	6.471.351
2215 210J 0001	Supervisão do Mercado de Valores Mobiliários - Nacional	6.471.351
208	Superintendência de Seguros Privados	9.732.932
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	9.632.932
0032 2000	Administração da Unidade	9.632.932
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	9.632.932
2215	Política Econômica e Equilíbrio Fiscal	100.000
2215 20VH	Supervisão, Regulação e Orientação dos Mercados de Seguros, Resseguros, Capitalização e Previdência Complementar Aberta	100.000
2215 20VH 0001	Supervisão, Regulação e Orientação dos Mercados de Seguros, Resseguros, Capitalização e Previdência Complementar Aberta - Nacional	100.000
296	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro	10.733.411
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	6.033.411
0032 2000	Administração da Unidade	6.033.411
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	6.033.411
2212	Melhoria do Ambiente de Negócios e da Produtividade	4.700.000
2212 214J	Fiscalização em Metrologia e Qualidade	4.700.000
2212 214J 0001	Fiscalização em Metrologia e Qualidade - Nacional	4.700.000
297	Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI	22.345.620
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	437.500
0032 2000	Administração da Unidade	437.500
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	437.500
2212	Melhoria do Ambiente de Negócios e da Produtividade	21.908.120
2212 21B2	Gestão e Modernização dos Recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação	21.908.120
2212 21B2 0001	Gestão e Modernização dos Recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação - Nacional	21.908.120
298	Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA	28.436.258
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	28.436.258
0032 2000	Administração da Unidade	28.436.258
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	28.436.258
300	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada	1.000.000
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	1.000.000
0032 2000	Administração da Unidade	1.000.000
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	1.000.000
301	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	181.925.399
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	181.812.098
0032 2000	Administração da Unidade	29.461.373
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	29.461.373
0032 20U6	Pesquisas e Estudos Estatísticos e Geocientíficos	2.448.591
0032 20U6 0001	Pesquisas e Estudos Estatísticos e Geocientíficos - Nacional	2.448.591
0032 20U7	Censos Demográfico, Agropecuário e Geográfico	149.902.134
0032 20U7 0001	Censos Demográfico, Agropecuário e Geográfico - Nacional	149.902.134
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	113.301
5013 20U5	Ensino de Graduação e Pós-Graduação em Estatísticas e Geociências	113.301
5013 20U5 0001	Ensino de Graduação e Pós-Graduação em Estatísticas e Geociências - Nacional	113.301
302	Fundação Escola Nacional de Administração Pública	6.214.500
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	6.214.500
0032 2000	Administração da Unidade	6.214.500
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	6.214.500
26	Ministério da Educação	524.317.335
101	Ministério da Educação - Administração Direta	88.370.928
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	88.370.928
0032 2000	Administração da Unidade	88.370.928
0032 2000 0053	Administração da Unidade - No Distrito Federal	88.370.928
104	Instituto Nacional de Educação de Surdos	4.199.000
6016	Educação Especial	4.199.000
6016 21CO	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Especial	4.199.000
6016 21CO 0033	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Especial - No Estado do Rio de Janeiro	4.199.000
105	Instituto Benjamin Constant	2.173.908
6016	Educação Especial	2.173.908
6016 21CO	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Especial	2.173.908
6016 21CO 0033	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Especial - No Estado do Rio de Janeiro	2.173.908
201	Colégio Pedro II	3.718.992
5011	Educação Básica de Qualidade	3.718.992
5011 20RI	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica	3.718.992
5011 20RI 0033	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado do Rio de Janeiro	3.718.992
230	Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco	717.000

Quadro 14 - Despesas com Tecnologia da Informação

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso XIV

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Valor
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	717.000
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	717.000
5013 20RK 0020	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - Na Região Nordeste	717.000
231	Universidade Federal de Alagoas	1.330.000
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	1.330.000
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	1.330.000
5013 20RK 0027	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Alagoas	1.330.000
232	Universidade Federal da Bahia	4.078.920
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	1.601
0032 4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	1.601
0032 4572 0029	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado da Bahia	1.601
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	4.077.319
5013 20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	80.013
5013 20GK 0029	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado da Bahia	80.013
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	2.895.991
5013 20RK 0029	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado da Bahia	2.895.991
5013 8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior	1.101.315
5013 8282 0029	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado da Bahia	1.101.315
233	Universidade Federal do Ceará	2.385.190
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	2.385.190
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	1.801.936
5013 20RK 0023	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Ceará	1.801.936
5013 4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior	70.394
5013 4002 0023	Assistência ao Estudante de Ensino Superior - No Estado do Ceará	70.394
5013 8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior	512.860
5013 8282 0023	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Ceará	512.860
234	Universidade Federal do Espírito Santo	1.285.000
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	1.285.000
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	1.285.000
5013 20RK 0032	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Espírito Santo	1.285.000
235	Universidade Federal de Goiás	3.945.296
5011	Educação Básica de Qualidade	100.000
5011 20RI	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica	100.000
5011 20RI 0052	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado de Goiás	100.000
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	3.845.296
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	2.350.000
5013 20RK 0052	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Goiás	2.350.000
5013 4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior	113.981
5013 4002 0052	Assistência ao Estudante de Ensino Superior - No Estado de Goiás	113.981
5013 8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior	1.381.315
5013 8282 0052	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Goiás	1.381.315
236	Universidade Federal Fluminense	43.251
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	43.251
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	43.251
5013 20RK 0033	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio de Janeiro	43.251
237	Universidade Federal de Juiz de Fora	100.000
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	100.000
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	100.000
5013 20RK 0031	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais	100.000
238	Universidade Federal de Minas Gerais	8.045.040
5011	Educação Básica de Qualidade	33.300
5011 20RI	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica	33.300
5011 20RI 0031	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado de Minas Gerais	33.300
5012	Educação Profissional e Tecnológica	73.495
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	73.495
5012 20RL 0031	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais	73.495
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	7.938.245
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	4.133.415
5013 20RK 0031	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais	4.133.415
5013 8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior	3.804.830
5013 8282 0031	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais	3.804.830
239	Universidade Federal do Pará	1.204.894
5011	Educação Básica de Qualidade	92.286
5011 20RI	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica	92.286
5011 20RI 0015	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado do Pará	92.286
5012	Educação Profissional e Tecnológica	45.045
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	45.045
5012 20RL 0015	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Pará	45.045
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	1.067.563
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	1.067.563
5013 20RK 0015	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Pará	1.067.563
240	Universidade Federal da Paraíba	1.332.192
5012	Educação Profissional e Tecnológica	132.192
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	132.192
5012 20RL 0025	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado da Paraíba	132.192
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	1.200.000

Quadro 14 - Despesas com Tecnologia da Informação

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso XIV

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Valor
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	1.200.000
5013 20RK 0025	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado da Paraíba	1.200.000
241	Universidade Federal do Paraná	4.850.000
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	4.850.000
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	4.800.000
5013 20RK 0041	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Paraná	4.800.000
5013 4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior	50.000
5013 4002 0041	Assistência ao Estudante de Ensino Superior - No Estado do Paraná	50.000
242	Universidade Federal de Pernambuco	4.375.931
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	4.375.931
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	4.375.931
5013 20RK 0026	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Pernambuco	4.375.931
243	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	1.338.475
5012	Educação Profissional e Tecnológica	20.674
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	20.674
5012 20RL 0024	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Rio Grande do Norte	20.674
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	1.317.801
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	1.317.801
5013 20RK 0024	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Norte	1.317.801
244	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	3.225.000
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	3.225.000
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	3.225.000
5013 20RK 0043	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Sul	3.225.000
245	Universidade Federal do Rio de Janeiro	1.557.281
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	1.557.281
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	1.557.281
5013 20RK 0033	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio de Janeiro	1.557.281
246	Universidade Federal de Santa Catarina	6.448.896
5011	Educação Básica de Qualidade	80.000
5011 20RI	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica	80.000
5011 20RI 0042	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado de Santa Catarina	80.000
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	6.368.896
5013 20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	100.000
5013 20GK 0042	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado de Santa Catarina	100.000
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	4.588.800
5013 20RK 0042	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Santa Catarina	4.588.800
5013 8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior	1.680.096
5013 8282 0042	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Santa Catarina	1.680.096
247	Universidade Federal de Santa Maria	2.156.527
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	2.156.527
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	2.000.000
5013 20RK 0043	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Sul	2.000.000
5013 8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior	156.527
5013 8282 0043	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Sul	156.527
248	Universidade Federal Rural de Pernambuco	30.000
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	30.000
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	30.000
5013 20RK 0026	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Pernambuco	30.000
249	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	655.035
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	655.035
5013 8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior	655.035
5013 8282 0033	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio de Janeiro	655.035
250	Fundação Universidade Federal de Roraima	60.000
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	60.000
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	60.000
5013 20RK 0014	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Roraima	60.000
251	Fundação Universidade Federal do Tocantins	100.000
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	100.000
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	100.000
5013 20RK 0017	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Tocantins	100.000
252	Universidade Federal de Campina Grande	2.674.149
5012	Educação Profissional e Tecnológica	11.000
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	11.000
5012 20RL 0025	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado da Paraíba	11.000
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	2.663.149
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	2.663.149
5013 20RK 0025	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado da Paraíba	2.663.149
253	Universidade Federal Rural da Amazônia	100.000
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	100.000
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	100.000
5013 20RK 0015	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Pará	100.000
254	Universidade Federal do Triângulo Mineiro	1.625.144
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	1.625.144
5013 20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	31.655
5013 20GK 0031	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado de Minas Gerais	31.655
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	1.593.489

Quadro 14 - Despesas com Tecnologia da Informação

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso XIV

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Valor
5013 20RK 0031	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais	1.593.489
255	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	355.815
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	355.815
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	200.000
5013 20RK 0031	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais	200.000
5013 8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior	155.815
5013 8282 0031	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais	155.815
256	Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca	1.960.023
5012	Educação Profissional e Tecnológica	1.960.023
5012 20RG	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	267.407
5012 20RG 0033	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Rio de Janeiro	267.407
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	1.692.616
5012 20RL 0033	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Rio de Janeiro	1.692.616
257	Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais	1.260.000
5012	Educação Profissional e Tecnológica	1.260.000
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	1.260.000
5012 20RL 0031	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais	1.260.000
258	Universidade Tecnológica Federal do Paraná	7.728.790
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	7.728.790
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	5.528.790
5013 20RK 0041	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Paraná	5.528.790
5013 8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior	2.200.000
5013 8282 0041	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Paraná	2.200.000
260	Universidade Federal de Alfenas	939.343
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	939.343
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	939.343
5013 20RK 0031	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais	939.343
261	Universidade Federal de Itajubá	795.606
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	795.606
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	795.606
5013 20RK 0031	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais	795.606
262	Universidade Federal de São Paulo	503.685
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	503.685
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	448.127
5013 20RK 0035	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de São Paulo	448.127
5013 8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior	55.558
5013 8282 0035	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de São Paulo	55.558
263	Universidade Federal de Lavras	500.000
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	500.000
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	500.000
5013 20RK 0031	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais	500.000
264	Universidade Federal Rural do Semi-Árido	2.331.800
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	2.331.800
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	2.331.800
5013 20RK 0024	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Norte	2.331.800
266	Fundação Universidade Federal do Pampa	80.000
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	80.000
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	80.000
5013 20RK 0043	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Sul	80.000
267	Universidade Federal da Integração Latino Americana	458.000
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	458.000
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	458.000
5013 20RK 0041	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Paraná	458.000
268	Fundação Universidade Federal de Rondônia	250.000
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	250.000
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	50.000
5013 20RK 0011	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Rondônia	50.000
5013 8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior	200.000
5013 8282 0011	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Rondônia	200.000
269	Fundação Universidade do Rio de Janeiro	2.968.000
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	2.968.000
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	2.968.000
5013 20RK 0033	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio de Janeiro	2.968.000
270	Fundação Universidade do Amazonas	1.024.543
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	1.024.543
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	1.024.543
5013 20RK 0013	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Amazonas	1.024.543
271	Fundação Universidade de Brasília	8.868.458
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	8.868.458
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	7.978.593
5013 20RK 0053	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Distrito Federal	7.978.593
5013 8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior	889.865
5013 8282 0053	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Distrito Federal	889.865
272	Fundação Universidade Federal do Maranhão	3.435.435
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	3.435.435

Quadro 14 - Despesas com Tecnologia da Informação

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso XIV

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Valor
5013 20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	100.000
5013 20GK 0021	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Maranhão	100.000
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	3.335.435
5013 20RK 0021	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Maranhão	3.335.435
273	Fundação Universidade Federal do Rio Grande	4.983.000
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	4.983.000
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	3.783.000
5013 20RK 0043	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Sul	3.783.000
5013 8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior	1.200.000
5013 8282 0043	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Sul	1.200.000
274	Universidade Federal de Uberlândia	8.252.203
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	8.252.203
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	8.252.203
5013 20RK 0031	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais	8.252.203
275	Fundação Universidade Federal do Acre	1.425.000
5011	Educação Básica de Qualidade	25.000
5011 20RI	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica	25.000
5011 20RI 0012	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado do Acre	25.000
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	1.400.000
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	900.000
5013 20RK 0012	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Acre	900.000
5013 8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior	500.000
5013 8282 0012	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Acre	500.000
276	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso	2.110.000
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	2.110.000
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	1.110.000
5013 20RK 0051	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Mato Grosso	1.110.000
5013 8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior	1.000.000
5013 8282 0051	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Mato Grosso	1.000.000
277	Fundação Universidade Federal de Ouro Preto	883.710
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	883.710
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	683.710
5013 20RK 0031	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais	683.710
5013 8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior	200.000
5013 8282 0031	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais	200.000
278	Fundação Universidade Federal de Pelotas	930.000
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	930.000
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	930.000
5013 20RK 0043	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Sul	930.000
279	Fundação Universidade Federal do Piauí	1.522.238
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	1.522.238
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	1.522.238
5013 20RK 0022	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Piauí	1.522.238
280	Fundação Universidade Federal de São Carlos	1.250.000
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	1.250.000
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	1.250.000
5013 20RK 0035	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de São Paulo	1.250.000
281	Fundação Universidade Federal de Sergipe	620.000
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	620.000
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	620.000
5013 20RK 0028	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Sergipe	620.000
282	Fundação Universidade Federal de Viçosa	2.080.760
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	2.080.760
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	1.780.760
5013 20RK 0031	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais	1.780.760
5013 8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior	300.000
5013 8282 0031	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais	300.000
283	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	3.844.444
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	3.844.444
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	3.790.777
5013 20RK 0054	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Mato Grosso do Sul	3.790.777
5013 4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior	10.250
5013 4002 0054	Assistência ao Estudante de Ensino Superior - No Estado de Mato Grosso do Sul	10.250
5013 8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior	43.417
5013 8282 0054	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Mato Grosso do Sul	43.417
284	Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	906.960
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	906.960
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	906.960
5013 20RK 0043	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Sul	906.960
285	Fundação Universidade Federal de São João del-Rei	307.030
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	307.030
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	307.030
5013 20RK 0031	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais	307.030
286	Fundação Universidade Federal do Amapá	672.800
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	672.800
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	122.800
5013 20RK 0016	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Amapá	122.800

Quadro 14 - Despesas com Tecnologia da Informação

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso XIV

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Valor
5013 4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior	50.000
5013 4002 0016	Assistência ao Estudante de Ensino Superior - No Estado do Amapá	50.000
5013 8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior	500.000
5013 8282 0016	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Amapá	500.000
290	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira	80.217.587
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	80.217.587
0032 2000	Administração da Unidade	80.217.587
0032 2000 0053	Administração da Unidade - No Distrito Federal	80.217.587
291	Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior	47.681.202
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	31.350.000
0032 2000	Administração da Unidade	31.350.000
0032 2000 0053	Administração da Unidade - No Distrito Federal	31.350.000
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	11.595.032
5013 2317	Acesso à Informação Científica e Tecnológica	11.595.032
5013 2317 0001	Acesso à Informação Científica e Tecnológica - Nacional	11.595.032
5014	Estatísticas e Avaliações Educacionais	4.736.170
5014 20RN	Avaliação da Educação Superior e da Pós-Graduação	4.736.170
5014 20RN 0001	Avaliação da Educação Superior e da Pós-Graduação - Nacional	4.736.170
292	Fundação Joaquim Nabuco	4.916.169
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	4.916.169
0032 2000	Administração da Unidade	4.916.169
0032 2000 0026	Administração da Unidade - No Estado de Pernambuco	4.916.169
294	Hospital de Clínicas de Porto Alegre	13.276.218
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	13.276.218
5013 21D8	Adequação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais	2.756.218
5013 21D8 0043	Adequação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais - No Estado do Rio Grande do Sul	2.756.218
5013 4086	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais	10.520.000
5013 4086 0043	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - No Estado do Rio Grande do Sul	10.520.000
298	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	40.106.069
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	40.106.069
0032 2000	Administração da Unidade	40.106.069
0032 2000 0053	Administração da Unidade - No Distrito Federal	40.106.069
350	Fundação Universidade Federal da Grande Dourados	398.043
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	398.043
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	398.043
5013 20RK 0054	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Mato Grosso do Sul	398.043
351	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	50.000
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	50.000
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	50.000
5013 20RK 0029	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado da Bahia	50.000
352	Fundação Universidade Federal do ABC	2.000.000
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	2.000.000
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	1.000.000
5013 20RK 0035	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de São Paulo	1.000.000
5013 8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior	1.000.000
5013 8282 0035	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de São Paulo	1.000.000
402	Instituto Federal de Alagoas	1.982.605
5012	Educação Profissional e Tecnológica	1.982.605
5012 20RG	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	772.455
5012 20RG 0027	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Alagoas	772.455
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	1.210.150
5012 20RL 0027	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Alagoas	1.210.150
403	Instituto Federal do Amazonas	1.980.000
5012	Educação Profissional e Tecnológica	1.980.000
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	1.980.000
5012 20RL 0013	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Amazonas	1.980.000
404	Instituto Federal Baiano	60.000
5012	Educação Profissional e Tecnológica	60.000
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	60.000
5012 20RL 0029	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado da Bahia	60.000
405	Instituto Federal do Ceará	932.403
5012	Educação Profissional e Tecnológica	932.403
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	932.403
5012 20RL 0023	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Ceará	932.403
406	Instituto Federal do Espírito Santo	1.270.502
5012	Educação Profissional e Tecnológica	1.270.502
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	1.270.502
5012 20RL 0032	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Espírito Santo	1.270.502
407	Instituto Federal Goiano	2.164.269
5012	Educação Profissional e Tecnológica	2.164.269
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	2.164.269
5012 20RL 0052	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Goiás	2.164.269
408	Instituto Federal do Maranhão	2.752.822
5012	Educação Profissional e Tecnológica	2.752.822

Quadro 14 - Despesas com Tecnologia da Informação

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso XIV

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Valor
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	2.752.822
5012 20RL 0021	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Maranhão	2.752.822
409	Instituto Federal de Minas Gerais	1.903.980
5012	Educação Profissional e Tecnológica	1.903.980
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	1.903.980
5012 20RL 0031	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais	1.903.980
410	Instituto Federal do Norte de Minas Gerais	1.055.282
5012	Educação Profissional e Tecnológica	1.055.282
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	1.055.282
5012 20RL 0031	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais	1.055.282
411	Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais	911.235
5012	Educação Profissional e Tecnológica	911.235
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	911.235
5012 20RL 0031	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais	911.235
412	Instituto Federal do Sul de Minas Gerais	65.000
5012	Educação Profissional e Tecnológica	65.000
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	65.000
5012 20RL 0031	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais	65.000
413	Instituto Federal do Triângulo Mineiro	1.073.888
5012	Educação Profissional e Tecnológica	1.073.888
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	1.073.888
5012 20RL 0031	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais	1.073.888
414	Instituto Federal do Mato Grosso	5.246.815
5012	Educação Profissional e Tecnológica	5.246.815
5012 20RG	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	405.478
5012 20RG 0051	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Mato Grosso	405.478
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	4.021.337
5012 20RL 0051	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Mato Grosso	4.021.337
5012 2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	820.000
5012 2994 0051	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Mato Grosso	820.000
415	Instituto Federal do Mato Grosso do Sul	2.250.000
5012	Educação Profissional e Tecnológica	2.250.000
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	2.250.000
5012 20RL 0054	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Mato Grosso do Sul	2.250.000
416	Instituto Federal do Pará	658.446
5012	Educação Profissional e Tecnológica	658.446
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	658.446
5012 20RL 0015	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Pará	658.446
417	Instituto Federal da Paraíba	1.316.374
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	1.000
0032 4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	1.000
0032 4572 0025	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado da Paraíba	1.000
5012	Educação Profissional e Tecnológica	1.316.374
5012 20RG	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	20.000
5012 20RG 0025	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado da Paraíba	20.000
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	1.270.374
5012 20RL 0025	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado da Paraíba	1.270.374
5012 2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	25.000
5012 2994 0025	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado da Paraíba	25.000
418	Instituto Federal de Pernambuco	4.088.211
5012	Educação Profissional e Tecnológica	4.088.211
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	4.088.211
5012 20RL 0026	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Pernambuco	4.088.211
419	Instituto Federal do Rio Grande do Sul	2.077.085
5012	Educação Profissional e Tecnológica	2.077.085
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	2.077.085
5012 20RL 0043	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Rio Grande do Sul	2.077.085
420	Instituto Federal Farroupilha	2.365.000
5012	Educação Profissional e Tecnológica	2.365.000
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	2.365.000
5012 20RL 0043	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Rio Grande do Sul	2.365.000
421	Instituto Federal de Rondônia	1.262.192
5012	Educação Profissional e Tecnológica	1.262.192
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	1.262.192
5012 20RL 0011	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Rondônia	1.262.192
422	Instituto Federal Catarinense	975.000
5012	Educação Profissional e Tecnológica	975.000

Quadro 14 - Despesas com Tecnologia da Informação

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso XIV

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Valor
5012 20RG	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	30.000
5012 20RG 0042	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Santa Catarina	30.000
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	945.000
5012 20RL 0042	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Santa Catarina	945.000
423	Instituto Federal de Sergipe	2.050.075
5012	Educação Profissional e Tecnológica	2.050.075
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	2.050.075
5012 20RL 0028	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Sergipe	2.050.075
424	Instituto Federal do Tocantins	1.700.000
5012	Educação Profissional e Tecnológica	1.700.000
5012 20RG	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	500.000
5012 20RG 0017	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Tocantins	500.000
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	1.200.000
5012 20RL 0017	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Tocantins	1.200.000
425	Instituto Federal do Acre	1.785.589
5012	Educação Profissional e Tecnológica	1.785.589
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	1.785.589
5012 20RL 0012	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Acre	1.785.589
426	Instituto Federal do Amapá	491.433
5012	Educação Profissional e Tecnológica	491.433
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	491.433
5012 20RL 0016	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Amapá	491.433
427	Instituto Federal da Bahia	773.092
5012	Educação Profissional e Tecnológica	773.092
5012 20RG	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	121.155
5012 20RG 0029	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado da Bahia	121.155
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	651.937
5012 20RL 0029	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado da Bahia	651.937
428	Instituto Federal de Brasília	1.933.095
5012	Educação Profissional e Tecnológica	1.933.095
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	1.933.095
5012 20RL 0053	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Distrito Federal	1.933.095
429	Instituto Federal de Goiás	1.513.000
5012	Educação Profissional e Tecnológica	1.513.000
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	1.513.000
5012 20RL 0052	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Goiás	1.513.000
430	Instituto Federal do Sertão Pernambucano	553.251
5012	Educação Profissional e Tecnológica	553.251
5012 20RG	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	197.649
5012 20RG 0026	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Pernambuco	197.649
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	355.602
5012 20RL 0026	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Pernambuco	355.602
431	Instituto Federal do Piauí	3.509.026
5012	Educação Profissional e Tecnológica	3.509.026
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	3.509.026
5012 20RL 0022	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Piauí	3.509.026
432	Instituto Federal do Paraná	5.923.760
5012	Educação Profissional e Tecnológica	5.923.760
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	5.923.760
5012 20RL 0041	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Paraná	5.923.760
433	Instituto Federal do Rio de Janeiro	2.252.636
5012	Educação Profissional e Tecnológica	2.252.636
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	2.252.636
5012 20RL 0033	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Rio de Janeiro	2.252.636
434	Instituto Federal Fluminense	1.550.440
5012	Educação Profissional e Tecnológica	1.550.440
5012 20RG	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	300.000
5012 20RG 0033	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Rio de Janeiro	300.000
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	1.250.440
5012 20RL 0033	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Rio de Janeiro	1.250.440
435	Instituto Federal do Rio Grande do Norte	525.589
5012	Educação Profissional e Tecnológica	525.589
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	525.589
5012 20RL 0024	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Rio Grande do Norte	525.589
436	Instituto Federal Sul-rio-grandense	1.609.161
5012	Educação Profissional e Tecnológica	1.609.161
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	1.609.161
5012 20RL 0043	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Rio Grande do Sul	1.609.161
437	Instituto Federal de Roraima	250.000

Quadro 14 - Despesas com Tecnologia da Informação

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso XIV

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Valor
5012	Educação Profissional e Tecnológica	250.000
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	250.000
5012 20RL 0014	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Roraima	250.000
438	Instituto Federal de Santa Catarina	2.335.128
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	68.204
0032 4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	68.204
0032 4572 0042	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Santa Catarina	68.204
5012	Educação Profissional e Tecnológica	2.266.924
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	2.266.924
5012 20RL 0042	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Santa Catarina	2.266.924
439	Instituto Federal de São Paulo	2.013.583
5012	Educação Profissional e Tecnológica	2.013.583
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	2.013.583
5012 20RL 0035	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de São Paulo	2.013.583
440	Universidade Federal da Fronteira Sul	2.740.542
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	2.740.542
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	1.740.542
5013 20RK 0040	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - Na Região Sul	1.740.542
5013 8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior	1.000.000
5013 8282 0040	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - Na Região Sul	1.000.000
441	Universidade Federal do Oeste do Pará	64.000
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	64.000
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	64.000
5013 20RK 0015	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Pará	64.000
442	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira	450.000
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	450.000
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	450.000
5013 20RK 0020	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - Na Região Nordeste	450.000
443	Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares	43.181.758
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	5.863.141
0032 2000	Administração da Unidade	5.863.141
0032 2000 0053	Administração da Unidade - No Distrito Federal	5.863.141
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	37.318.617
5013 20RX	Reestruturação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais - REHUF	7.325.578
5013 20RX 0001	Reestruturação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais - REHUF - Nacional	7.325.578
5013 4086	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais	29.993.039
5013 4086 0001	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - Nacional	29.993.039
447	Universidade Federal do Oeste da Bahia	665.091
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	665.091
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	615.091
5013 20RK 0029	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado da Bahia	615.091
5013 8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior	50.000
5013 8282 0029	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado da Bahia	50.000
448	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará	1.272.310
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	1.272.310
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	622.310
5013 20RK 0015	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Pará	622.310
5013 8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior	650.000
5013 8282 0015	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Pará	650.000
449	Universidade Federal do Cariri	643.609
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	643.609
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	643.609
5013 20RK 0023	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Ceará	643.609
450	Universidade Federal do Sul da Bahia	1.102.976
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	1.102.976
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	1.102.976
5013 20RK 0029	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado da Bahia	1.102.976
452	Universidade Federal de Catalão	713.631
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	713.631
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	713.631
5013 20RK 0052	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Goiás	713.631
453	Universidade Federal de Jataí	874.471
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	874.471
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	574.471
5013 20RK 0052	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Goiás	574.471
5013 8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior	300.000
5013 8282 0052	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Goiás	300.000
454	Universidade Federal de Rondonópolis	700.000
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	700.000
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	700.000
5013 20RK 0051	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Mato Grosso	700.000
455	Universidade Federal do Delta do Parnaíba	630.000
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	630.000
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	630.000
5013 20RK 0020	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - Na Região Nordeste	630.000

Quadro 14 - Despesas com Tecnologia da Informação

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso XIV

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Valor
456	Universidade Federal do Agreste de Pernambuco	30.000
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	30.000
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	30.000
5013 20RK 0026	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Pernambuco	30.000
457	Universidade Federal do Norte do Tocantins	70.000
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	70.000
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	70.000
5013 20RK 0017	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Tocantins	70.000
29	Defensoria Pública da União	26.939.803
101	Defensoria Pública da União	26.939.803
0030	Programa de Gestão e Manutenção da Defensoria Pública da União	26.939.803
0030 2725	Prestação de Assistência Jurídica ao Cidadão	26.939.803
0030 2725 0001	Prestação de Assistência Jurídica ao Cidadão - Nacional	26.939.803
30	Ministério da Justiça e Segurança Pública	415.484.575
101	Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta	74.984.882
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	71.984.882
0032 2000	Administração da Unidade	71.984.882
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	71.984.882
5015	Justiça	3.000.000
5015 2334	Proteção e Defesa do Consumidor	3.000.000
5015 2334 0001	Proteção e Defesa do Consumidor - Nacional	3.000.000
103	Arquivo Nacional	6.799.444
5015	Justiça	6.799.444
5015 2810	Promoção do Acesso ao Patrimônio Documental Nacional	6.799.444
5015 2810 0001	Promoção do Acesso ao Patrimônio Documental Nacional - Nacional	6.799.444
107	Departamento de Polícia Rodoviária Federal	97.461.169
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	74.361.169
0032 2000	Administração da Unidade	74.361.169
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	74.361.169
5016	Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento	23.100.000
5016 2723	Policimento, Fiscalização, Combate à Criminalidade e Corrupção	23.100.000
5016 2723 0001	Policimento, Fiscalização, Combate à Criminalidade e Corrupção - Nacional	23.100.000
108	Departamento de Polícia Federal	118.313.561
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	69.296.329
0032 2000	Administração da Unidade	69.296.329
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	69.296.329
5016	Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento	49.017.232
5016 2586	Manutenção do Sistema de Emissão de Passaporte, Controle do Tráfego Internacional e de Registros de Estrangeiros	14.417.232
5016 2586 0001	Manutenção do Sistema de Emissão de Passaporte, Controle do Tráfego Internacional e de Registros de Estrangeiros - Nacional	14.417.232
5016 2726	Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas e a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União	34.600.000
5016 2726 0001	Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas e a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União - Nacional	34.600.000
202	Fundação Nacional do Índio - FUNAI	5.589.452
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	5.389.454
0032 2000	Administração da Unidade	5.389.454
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	5.389.454
0617	Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas	199.998
0617 20UF	Regularização, Demarcação e Fiscalização de Terras Indígenas e Proteção dos Povos Indígenas Isolados	199.998
0617 20UF 0001	Regularização, Demarcação e Fiscalização de Terras Indígenas e Proteção dos Povos Indígenas Isolados - Nacional	199.998
211	Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade(**)	7.840.754
5015	Justiça	7.840.754
5015 2807	Promoção e Defesa da Concorrência	7.840.754
5015 2807 0001	Promoção e Defesa da Concorrência - Nacional	7.840.754
905	Fundo de Defesa de Direitos Difusos	2.335.913
5015	Justiça	2.335.913
5015 6067	Apoio e Fomento a Projetos de Defesa de Direitos Difusos	2.335.913
5015 6067 0001	Apoio e Fomento a Projetos de Defesa de Direitos Difusos - Nacional	2.335.913
907	Fundo Penitenciário Nacional	1.400.000
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	1.400.000
0032 2000	Administração da Unidade	1.400.000
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	1.400.000
911	Fundo Nacional de Segurança Pública	100.759.400
5016	Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento	100.759.400
5016 21BQ	Implementação de Políticas de Segurança Pública, Prevenção, e Enfrentamento à Criminalidade	100.759.400
5016 21BQ 0001	Implementação de Políticas de Segurança Pública, Prevenção, e Enfrentamento à Criminalidade - Nacional	100.759.400
32	Ministério de Minas e Energia	124.990.094
101	Ministério de Minas e Energia - Administração Direta	17.512.500
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	17.512.500
0032 2000	Administração da Unidade	17.512.500
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	17.512.500
202	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM	6.000.000
3002	Geologia, Mineração e Transformação Mineral	6.000.000
3002 2B51	Gestão e Disseminação da Informação Geológica	6.000.000
3002 2B51 0001	Gestão e Disseminação da Informação Geológica - Nacional	6.000.000
265	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP(*)	48.072.834
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	41.532.834

Quadro 14 - Despesas com Tecnologia da Informação

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso XIV

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Valor
0032 2000	Administração da Unidade	41.532.834
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	41.532.834
3003	Petróleo, Gás, Derivados e Biocombustíveis	6.540.000
3003 212K	Regulação da Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis	6.540.000
3003 212K 0001	Regulação da Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - Nacional	6.540.000
266	Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL(*)	38.257.757
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	17.444.264
0032 2000	Administração da Unidade	17.444.264
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	17.444.264
3001	Energia Elétrica	20.813.493
3001 2993	Ouvidoria Setorial da Agência Nacional de Energia Elétrica	2.000.000
3001 2993 0001	Ouvidoria Setorial da Agência Nacional de Energia Elétrica - Nacional	2.000.000
3001 2C42	Participação Pública na Agenda Regulatória do Setor Elétrico	2.335.721
3001 2C42 0001	Participação Pública na Agenda Regulatória do Setor Elétrico - Nacional	2.335.721
3001 4699	Outorga de Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica	8.106.110
3001 4699 0001	Outorga de Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica - Nacional	8.106.110
3001 4703	Regulamentação dos Serviços de Energia Elétrica	2.300.000
3001 4703 0001	Regulamentação dos Serviços de Energia Elétrica - Nacional	2.300.000
3001 4880	Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica	6.071.662
3001 4880 0001	Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - Nacional	6.071.662
314	Empresa de Pesquisa Energética - EPE	5.590.025
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	4.452.054
0032 2000	Administração da Unidade	4.352.054
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	4.352.054
0032 4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	100.000
0032 4572 0001	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - Nacional	100.000
3001	Energia Elétrica	403.971
3001 20LI	Estudos para o Planejamento do Setor Energético	403.971
3001 20LI 0001	Estudos para o Planejamento do Setor Energético - Nacional	403.971
3003	Petróleo, Gás, Derivados e Biocombustíveis	734.000
3003 21BC	Estudos da indústria de petróleo e gás natural	730.000
3003 21BC 0001	Estudos da indústria de petróleo e gás natural - Nacional	730.000
3003 21BD	Estudos da indústria de biocombustíveis	4.000
3003 21BD 0001	Estudos da indústria de biocombustíveis - Nacional	4.000
396	Agência Nacional de Mineração - ANM(*)	1.700.947
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	1.700.947
0032 2000	Administração da Unidade	1.700.947
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	1.700.947
397	Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB	1.522.031
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	1.466.332
0032 2000	Administração da Unidade	1.466.332
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	1.466.332
2206	Política Nuclear	55.699
2206 2482	Fabricação do Combustível Nuclear	55.699
2206 2482 0001	Fabricação do Combustível Nuclear - Nacional	55.699
398	Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP	6.334.000
2206	Política Nuclear	6.334.000
2206 20V1	Fabricação de Equipamentos Pesados para as Indústrias Nuclear e de Alta Tecnologia	6.334.000
2206 20V1 0001	Fabricação de Equipamentos Pesados para as Indústrias Nuclear e de Alta Tecnologia - Nacional	6.334.000
34	Ministério Público da União	103.780.466
101	Ministério Público Federal	43.778.408
0031	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério Público	43.778.408
0031 2549	Comunicação e Divulgação Institucional	397.385
0031 2549 0001	Comunicação e Divulgação Institucional - Nacional	397.385
0031 4264	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público Federal	43.381.023
0031 4264 0001	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público Federal - Nacional	43.381.023
102	Ministério Público Militar	3.212.858
0031	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério Público	3.212.858
0031 4263	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público Militar	3.212.858
0031 4263 0001	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público Militar - Nacional	3.212.858
103	Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios	11.203.200
0031	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério Público	11.203.200
0031 2549	Comunicação e Divulgação Institucional	17.500
0031 2549 0053	Comunicação e Divulgação Institucional - No Distrito Federal	17.500
0031 4261	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público do Distrito Federal e Territórios	11.185.700
0031 4261 0053	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - No Distrito Federal	11.185.700
104	Ministério Público do Trabalho	43.000.000
0031	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério Público	43.000.000
0031 4262	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público do Trabalho	43.000.000
0031 4262 0001	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público do Trabalho - Nacional	43.000.000
105	Escola Superior do Ministério Público da União	2.586.000
0031	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério Público	2.586.000
0031 20HP	Desenvolvimento de competências de membros e servidores do MPU, pesquisa e disseminação do conhecimento	2.586.000
0031 20HP 0001	Desenvolvimento de competências de membros e servidores do MPU, pesquisa e disseminação do conhecimento - Nacional	2.586.000
35	Ministério das Relações Exteriores	121.194.967
101	Ministério das Relações Exteriores - Administração Direta	121.163.067

Quadro 14 - Despesas com Tecnologia da Informação

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso XIV

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Valor
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	121.163.067
0032 2000	Administração da Unidade	121.163.067
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	83.213.067
0032 2000 0002	Administração da Unidade - No Exterior	37.950.000
201	Fundação Alexandre de Gusmão	31.900
2216	Política Externa	31.900
2216 2367	Análise e Divulgação da Política Externa Brasileira, de Relações Internacionais e da História Diplomática do Brasil	31.900
2216 2367 0001	Análise e Divulgação da Política Externa Brasileira, de Relações Internacionais e da História Diplomática do Brasil - Nacional	31.900
36	Ministério da Saúde	421.480.204
212	Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA(*)	64.966.525
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	64.966.525
0032 2000	Administração da Unidade	64.966.525
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	64.966.525
213	Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS(*)	38.590.231
5021	Gestão e Organização do SUS	38.590.231
5021 8727	Aperfeiçoamento do Sistema de Informação para Saúde Suplementar	38.590.231
5021 8727 0001	Aperfeiçoamento do Sistema de Informação para Saúde Suplementar - Nacional	38.590.231
901	Fundo Nacional de Saúde	317.923.448
5021	Gestão e Organização do SUS	317.923.448
5021 20YN	Sistemas de Tecnologia de Informação e Comunicação para a Saúde (e-Saude)	317.873.448
5021 20YN 0001	Sistemas de Tecnologia de Informação e Comunicação para a Saúde (e-Saude) - Nacional	317.873.448
5021 2B52	Desenvolvimento Institucional da Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil do Fundo Nacional de Saúde e dos Fundos Estaduais e Municipais de Saúde	50.000
5021 2B52 0001	Desenvolvimento Institucional da Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil do Fundo Nacional de Saúde e dos Fundos Estaduais e Municipais de Saúde - Nacional	50.000
37	Controladoria-Geral da União	46.865.627
101	Controladoria-Geral da União - Administração Direta	46.865.627
4004	Transparência, Integridade e Combate à Corrupção	46.865.627
4004 2D58	Auditoria Interna, Prevenção e Combate à Corrupção, Ouvidoria e Correição	46.865.627
4004 2D58 0001	Auditoria Interna, Prevenção e Combate à Corrupção, Ouvidoria e Correição - Nacional	46.865.627
39	Ministério da Infraestrutura	371.393.515
101	Ministério da Infraestrutura - Administração Direta	51.746.863
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	30.244.120
0032 15P7	Modernização e Ampliação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação	6.382.977
0032 15P7 0001	Modernização e Ampliação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação - Nacional	6.382.977
0032 2000	Administração da Unidade	124.439
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	124.439
0032 218T	Manutenção e Operação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação	23.736.704
0032 218T 0001	Manutenção e Operação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação - Nacional	23.736.704
3005	Transporte Aquaviário	21.502.743
3005 122X	Implantação do Sistema de Atendimento Portuário Unificado	19.000.000
3005 122X 0001	Implantação do Sistema de Atendimento Portuário Unificado - Nacional	19.000.000
3005 12KP	Implantação do Sistema de Carga Inteligente e Cadeia Logística Inteligente	2.502.743
3005 12KP 0001	Implantação do Sistema de Carga Inteligente e Cadeia Logística Inteligente - Nacional	2.502.743
207	VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.	21.893.345
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	21.893.345
0032 15P7	Modernização e Ampliação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação	1.177.855
0032 15P7 0001	Modernização e Ampliação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação - Nacional	1.177.855
0032 218T	Manutenção e Operação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação	20.715.490
0032 218T 0001	Manutenção e Operação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação - Nacional	20.715.490
250	Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT(*)	90.498.831
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	85.606.907
0032 218T	Manutenção e Operação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação	85.606.907
0032 218T 0001	Manutenção e Operação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação - Nacional	85.606.907
3006	Transporte Terrestre e Trânsito	4.891.924
3006 21DO	Fiscalização dos Serviços de Transporte Terrestre e da Infraestrutura Concedida	4.891.924
3006 21DO 0001	Fiscalização dos Serviços de Transporte Terrestre e da Infraestrutura Concedida - Nacional	4.891.924
251	Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ(*)	11.023.438
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	11.023.438
0032 2000	Administração da Unidade	11.023.438
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	11.023.438
252	Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT	96.644.000
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	96.644.000
0032 15P7	Modernização e Ampliação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação	10.893.000
0032 15P7 0001	Modernização e Ampliação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação - Nacional	10.893.000
0032 218T	Manutenção e Operação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação	85.751.000
0032 218T 0001	Manutenção e Operação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação - Nacional	85.751.000
253	Empresa de Planejamento e Logística S.A. - EPL	2.550.000
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	2.550.000
0032 2000	Administração da Unidade	2.550.000
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	2.550.000
254	Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC(*)	34.873.083
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	64.816
0032 2000	Administração da Unidade	64.816
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	64.816
3004	Aviação Civil	34.808.267
3004 2912	Regulação e Fiscalização da Aviação Civil	34.808.267

Quadro 14 - Despesas com Tecnologia da Informação

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso XIV

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Valor
3004 2912 0001	Regulação e Fiscalização da Aviação Civil - Nacional	34.808.267
901	Fundo da Marinha Mercante - FMM	2.163.955
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	2.163.955
0032 2000	Administração da Unidade	2.163.955
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	2.163.955
905	Fundo Nacional de Segurança e Educação do Trânsito - FUNSET	60.000.000
3006	Transporte Terrestre e Trânsito	60.000.000
3006 218T	Manutenção e Operação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação	60.000.000
3006 218T 0001	Manutenção e Operação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação - Nacional	60.000.000
40	Ministério do Trabalho e Previdência	722.108.339
101	Ministério do Trabalho e Previdência - Administração Direta	143.883.944
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	38.000.000
0032 2000	Administração da Unidade	38.000.000
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	38.000.000
2213	Modernização Trabalhista e Trabalho Digno	105.883.944
2213 20YU	Fiscalização de Obrigações Trabalhistas e Inspeção em Segurança e Saúde no Trabalho	9.656.354
2213 20YU 0001	Fiscalização de Obrigações Trabalhistas e Inspeção em Segurança e Saúde no Trabalho - Nacional	9.656.354
2213 21AZ	Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial	96.227.590
2213 21AZ 0001	Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial - Nacional	96.227.590
201	Instituto Nacional do Seguro Social	453.000.000
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	35.000.000
0032 2000	Administração da Unidade	35.000.000
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	35.000.000
2214	Nova Previdência	418.000.000
2214 2292	Serviço de Processamento de Dados de Benefícios Previdenciários	418.000.000
2214 2292 0001	Serviço de Processamento de Dados de Benefícios Previdenciários - Nacional	418.000.000
203	Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho	3.047.264
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	2.412.599
0032 2000	Administração da Unidade	2.412.599
0032 2000 0035	Administração da Unidade - No Estado de São Paulo	2.412.599
2213	Modernização Trabalhista e Trabalho Digno	634.665
2213 20YW	Produção de Conhecimento Aplicado para Subsidiar Políticas Públicas que Promovam o Trabalho Seguro, Saudável e Produtivo	634.665
2213 20YW 0001	Produção de Conhecimento Aplicado para Subsidiar Políticas Públicas que Promovam o Trabalho Seguro, Saudável e Produtivo - Nacional	634.665
206	Superintendência Nacional de Previdência Complementar	4.239.688
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	1.646.323
0032 2000	Administração da Unidade	1.646.323
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	1.646.323
2214	Nova Previdência	2.593.365
2214 2592	Autorização, Monitoramento e Fiscalização das Entidades Fechadas de Previdência Complementar	2.593.365
2214 2592 0001	Autorização, Monitoramento e Fiscalização das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - Nacional	2.593.365
901	Fundo de Amparo ao Trabalhador	117.937.443
2213	Modernização Trabalhista e Trabalho Digno	117.937.443
2213 4741	Cadastros Públicos e Sistemas de Integração das Ações de Trabalho e Emprego	117.937.443
2213 4741 0001	Cadastros Públicos e Sistemas de Integração das Ações de Trabalho e Emprego - Nacional	117.937.443
41	Ministério das Comunicações	98.550.590
101	Ministério das Comunicações - Administração Direta	30.427.472
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	30.427.472
0032 2000	Administração da Unidade	30.427.472
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	30.427.472
231	Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL(*)	41.141.708
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	39.305.623
0032 2000	Administração da Unidade	39.305.623
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	39.305.623
2205	Conecta Brasil	1.836.085
2205 2424	Fiscalização Regulatória	1.836.085
2205 2424 0001	Fiscalização Regulatória - Nacional	1.836.085
260	Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS	26.881.410
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	26.881.410
0032 2000	Administração da Unidade	26.881.410
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	26.881.410
261	Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC	100.000
4001	Comunicação Pública e Divulgação de Atos e Matérias do Governo Federal	100.000
4001 20B5	Fortalecimento do Sistema Público de Radiodifusão e Comunicação	100.000
4001 20B5 0001	Fortalecimento do Sistema Público de Radiodifusão e Comunicação - Nacional	100.000
44	Ministério do Meio Ambiente	82.973.760
101	Ministério do Meio Ambiente - Administração Direta	19.517.656
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	19.517.656
0032 2000	Administração da Unidade	19.517.656
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	19.517.656
201	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA	51.210.000
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	40.000.000
0032 2000	Administração da Unidade	40.000.000
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	40.000.000
1041	Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais	9.190.000
1041 2140	Gestão do Uso Sustentável da Biodiversidade e Recuperação Ambiental	2.230.000
1041 2140 0001	Gestão do Uso Sustentável da Biodiversidade e Recuperação Ambiental - Nacional	2.230.000

Quadro 14 - Despesas com Tecnologia da Informação

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso XIV

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Valor
1041 218R	Monitoramento Ambiental e Gestão da Informação Sobre o Meio Ambiente e Educação Ambiental	4.150.000
1041 218R 0001	Monitoramento Ambiental e Gestão da Informação Sobre o Meio Ambiente e Educação Ambiental - Nacional	4.150.000
1041 21AB	Monitoramento, Avaliação e Controle de Substâncias, Produtos Químicos e Biológicos e de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais	810.000
1041 21AB 0001	Monitoramento, Avaliação e Controle de Substâncias, Produtos Químicos e Biológicos e de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais - Nacional	810.000
1041 6925	Licenciamento Ambiental Federal	2.000.000
1041 6925 0001	Licenciamento Ambiental Federal - Nacional	2.000.000
1043	Qualidade Ambiental Urbana	520.000
1043 20WH	Controle Ambiental de Produtos, Substâncias, Resíduos e Atividades Potencialmente Poluidoras	520.000
1043 20WH 0001	Controle Ambiental de Produtos, Substâncias, Resíduos e Atividades Potencialmente Poluidoras - Nacional	520.000
6014	Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios nos Biomas	1.500.000
6014 214N	Controle e Fiscalização Ambiental	1.500.000
6014 214N 0001	Controle e Fiscalização Ambiental - Nacional	1.500.000
206	Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro - JBRJ	2.296.104
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	2.046.104
0032 2000	Administração da Unidade	2.046.104
0032 2000 0033	Administração da Unidade - No Estado do Rio de Janeiro	2.046.104
1041	Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais	250.000
1041 20WK	Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Flora Brasileira	250.000
1041 20WK 0001	Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Flora Brasileira - Nacional	250.000
207	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	9.950.000
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	6.010.000
0032 2000	Administração da Unidade	6.010.000
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	6.010.000
1041	Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais	2.440.000
1041 20WM	Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais	2.440.000
1041 20WM 0001	Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais - Nacional	2.440.000
6014	Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios nos Biomas	1.500.000
6014 214P	Fiscalização Ambiental e Prevenção e Combate a Incêndios Florestais	1.500.000
6014 214P 0001	Fiscalização Ambiental e Prevenção e Combate a Incêndios Florestais - Nacional	1.500.000
52	Ministério da Defesa	191.366.772
101	Ministério da Defesa - Administração Direta	30.165.528
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	13.913.000
0032 2000	Administração da Unidade	13.913.000
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	13.913.000
6011	Cooperação com o Desenvolvimento Nacional	14.365.875
6011 20X4	Manutenção do Sistema de Proteção da Amazônia - SIPAM	14.365.875
6011 20X4 0001	Manutenção do Sistema de Proteção da Amazônia - SIPAM - Nacional	14.365.875
6012	Defesa Nacional	1.886.653
6012 2055	Cursos de Altos Estudos da Escola Superior de Guerra	305.000
6012 2055 0001	Cursos de Altos Estudos da Escola Superior de Guerra - Nacional	305.000
6012 2866	Ações de Caráter Sigiloso	1.581.653
6012 2866 0001	Ações de Caráter Sigiloso - Nacional	1.581.653
111	Comando da Aeronáutica	300.000
6012	Defesa Nacional	300.000
6012 2866	Ações de Caráter Sigiloso	300.000
6012 2866 0001	Ações de Caráter Sigiloso - Nacional	300.000
121	Comando do Exército	102.339.683
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	1.857.091
0032 2000	Administração da Unidade	1.252.154
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	1.252.154
0032 20XM	Prestação de Ensino Assistencial nos Colégios Militares	604.937
0032 20XM 0001	Prestação de Ensino Assistencial nos Colégios Militares - Nacional	604.937
6012	Defesa Nacional	100.482.592
6012 147F	Implantação de Sistema de Defesa Cibernética para a Defesa Nacional	4.775.825
6012 147F 0001	Implantação de Sistema de Defesa Cibernética para a Defesa Nacional - Nacional	4.775.825
6012 1475	Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras - SISFRON	29.000.000
6012 1475 0001	Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras - SISFRON - Nacional	29.000.000
6012 156M	Modernização Estratégica e Operacional do Exército Brasileiro	4.059.397
6012 156M 0001	Modernização Estratégica e Operacional do Exército Brasileiro - Nacional	4.059.397
6012 15W6	Implantação do Programa Estratégico do Exército LUCERNA (Prg EE LUCERNA)	3.483.692
6012 15W6 0001	Implantação do Programa Estratégico do Exército LUCERNA (Prg EE LUCERNA) - Nacional	3.483.692
6012 20XE	Manutenção e Modernização de Sistemas de Comando e Controle do Exército	50.817.401
6012 20XE 0001	Manutenção e Modernização de Sistemas de Comando e Controle do Exército - Nacional	50.817.401
6012 20XJ	Desenvolvimento Tecnológico do Exército	1.250.359
6012 20XJ 0001	Desenvolvimento Tecnológico do Exército - Nacional	1.250.359
6012 21A0	Aprestamento das Forças	3.434.309
6012 21A0 0001	Aprestamento das Forças - Nacional	3.434.309
6012 2866	Ações de Caráter Sigiloso	1.116.714
6012 2866 0001	Ações de Caráter Sigiloso - Nacional	1.116.714
6012 2A82	Prestação de Ensino de Graduação e Pós-Graduação no Instituto Militar de Engenharia	2.183.855
6012 2A82 0001	Prestação de Ensino de Graduação e Pós-Graduação no Instituto Militar de Engenharia - Nacional	2.183.855
6012 8965	Capacitação Profissional Militar do Exército Brasileiro	361.040
6012 8965 0001	Capacitação Profissional Militar do Exército Brasileiro - Nacional	361.040
131	Comando da Marinha	101.051
6012	Defesa Nacional	101.051
6012 1477	Desenvolvimento de Sistemas de Tecnologia Nuclear da Marinha	101.051

Quadro 14 - Despesas com Tecnologia da Informação

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso XIV

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Valor
6012 14T7 0001	Desenvolvimento de Sistemas de Tecnologia Nuclear da Marinha - Nacional	101.051
221	Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL	2.000.000
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	2.000.000
0032 2000	Administração da Unidade	2.000.000
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	2.000.000
222	Fundação Osório	522.945
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	522.945
0032 2000	Administração da Unidade	221.745
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	221.745
0032 20XS	Prestação de Ensino Assistencial na Fundação Osório	301.200
0032 20XS 0001	Prestação de Ensino Assistencial na Fundação Osório - Nacional	301.200
232	Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da Marinha - CCCPM	844.259
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	844.259
0032 2000	Administração da Unidade	844.259
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	844.259
233	Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. - AMAZUL	14.160
6012	Defesa Nacional	14.160
6012 211D	Coordenação Técnica da Amazônia Azul Tecnologias de Defesa SA - AMAZUL	14.160
6012 211D 0001	Coordenação Técnica da Amazônia Azul Tecnologias de Defesa SA - AMAZUL - Nacional	14.160
902	Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas	3.291.157
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	3.291.157
0032 2000	Administração da Unidade	2.740.157
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	2.740.157
0032 20XT	Prestação de Serviços Médico-Hospitalares e de Ensino e Pesquisa do Hospital das Forças Armadas	551.000
0032 20XT 0001	Prestação de Serviços Médico-Hospitalares e de Ensino e Pesquisa do Hospital das Forças Armadas - Nacional	551.000
911	Fundo Aeronáutico	19.588.726
6012	Defesa Nacional	19.588.726
6012 20SA	Manutenção e Adequação dos Sistemas Militares da Aeronáutica	19.472.000
6012 20SA 0001	Manutenção e Adequação dos Sistemas Militares da Aeronáutica - Nacional	19.472.000
6012 21A0	Aprestamento das Forças	7.226
6012 21A0 0001	Aprestamento das Forças - Nacional	7.226
6012 2913	Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos	109.500
6012 2913 0001	Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos - Nacional	109.500
931	Fundo Naval	30.559.710
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	28.472.509
0032 2000	Administração da Unidade	28.472.509
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	28.472.509
6012	Defesa Nacional	2.087.201
6012 20XR	Capacitação Profissional da Marinha	988.773
6012 20XR 0001	Capacitação Profissional da Marinha - Nacional	988.773
6012 21A0	Aprestamento das Forças	372.440
6012 21A0 0001	Aprestamento das Forças - Nacional	372.440
6012 21BZ	Prestação de Auxílios à Navegação	725.988
6012 21BZ 0001	Prestação de Auxílios à Navegação - Nacional	725.988
932	Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo	1.639.553
6011	Cooperação com o Desenvolvimento Nacional	1.639.553
6011 2510	Prestação de Ensino Profissional Marítimo	1.639.553
6011 2510 0001	Prestação de Ensino Profissional Marítimo - Nacional	1.639.553
53	Ministério do Desenvolvimento Regional	78.836.545
101	Ministério do Desenvolvimento Regional - Administração Direta	21.666.000
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	20.466.000
0032 2000	Administração da Unidade	20.466.000
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	20.466.000
2218	Gestão de Riscos e Desastres	1.200.000
2218 14UX	Aperfeiçoamento das Ações do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres – Cenad	1.200.000
2218 14UX 5664	Aperfeiçoamento das Ações do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres – Cenad - Em Brasília - DF	1.200.000
201	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF	13.911.835
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	13.911.835
0032 2000	Administração da Unidade	13.911.835
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	13.911.835
202	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia	671.805
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	671.805
0032 2000	Administração da Unidade	671.805
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	671.805
203	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste	3.028.619
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	3.028.619
0032 2000	Administração da Unidade	3.028.619
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	3.028.619
204	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS	3.070.000
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	3.070.000
0032 1M49	Modernização dos Recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação	3.000.000
0032 1M49 0020	Modernização dos Recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação - Na Região Nordeste	3.000.000
0032 2000	Administração da Unidade	70.000
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	70.000
207	Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO	1.400.000
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	1.400.000
0032 2000	Administração da Unidade	1.400.000

Quadro 14 - Despesas com Tecnologia da Informação

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso XIV

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Valor
0032 2000 0050	Administração da Unidade - Na Região Centro-Oeste	1.400.000
208	Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - TRENSURB	1.000.000
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	1.000.000
0032 2000	Administração da Unidade	1.000.000
0032 2000 0043	Administração da Unidade - No Estado do Rio Grande do Sul	1.000.000
210	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA(*)	34.088.286
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	22.734
0032 2000	Administração da Unidade	22.734
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	22.734
2221	Recursos Hídricos	34.065.552
2221 20WI	Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos	34.065.552
2221 20WI 0001	Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos - Nacional	34.065.552
54	Ministério do Turismo	44.758.305
101	Ministério do Turismo - Administração Direta	19.759.890
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	19.759.890
0032 2000	Administração da Unidade	19.759.890
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	19.759.890
202	Fundação Casa de Rui Barbosa	625.412
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	625.412
0032 2000	Administração da Unidade	625.412
0032 2000 0033	Administração da Unidade - No Estado do Rio de Janeiro	625.412
203	Fundação Biblioteca Nacional - BN	3.085.736
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	3.085.736
0032 2000	Administração da Unidade	3.085.736
0032 2000 0033	Administração da Unidade - No Estado do Rio de Janeiro	3.085.736
204	Fundação Cultural Palmares	1.990.000
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	1.990.000
0032 2000	Administração da Unidade	1.990.000
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	1.990.000
205	Fundação Nacional de Artes	4.158.480
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	4.158.480
0032 2000	Administração da Unidade	4.158.480
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	4.158.480
207	Agência Nacional do Cinema - ANCINE(*)	11.898.787
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	11.898.787
0032 2000	Administração da Unidade	11.898.787
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	11.898.787
208	Instituto Brasileiro de Museus	3.240.000
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	2.835.000
0032 2000	Administração da Unidade	2.835.000
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	2.835.000
5025	Cultura	405.000
5025 211F	Funcionamento de Espaços e Equipamentos Culturais	405.000
5025 211F 0001	Funcionamento de Espaços e Equipamentos Culturais - Nacional	405.000
55	Ministério da Cidadania	115.032.482
101	Ministério da Cidadania - Administração Direta	66.032.482
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	45.824.180
0032 2000	Administração da Unidade	45.824.180
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	45.824.180
5028	Inclusão Social por meio do Bolsa Família e da Articulação de Políticas Públicas	4.322.360
5028 21DQ	Aperfeiçoamento dos Mecanismos de Gestão, de Disseminação de Informações para o Público do Programa Auxílio Brasil e de Articulação com Outras Políticas Públicas	4.322.360
5028 21DQ 0001	Aperfeiçoamento dos Mecanismos de Gestão, de Disseminação de Informações para o Público do Programa Auxílio Brasil e de Articulação com Outras Políticas Públicas - Nacional	4.322.360
5029	Produção de Dados e Conhecimento para o Aprimoramento de Políticas Públicas	3.617.396
5029 6414	Sistema Nacional para Identificação e Seleção de Público-Alvo para os Programas Sociais do Governo Federal - Cadastro Único	3.617.396
5029 6414 0001	Sistema Nacional para Identificação e Seleção de Público-Alvo para os Programas Sociais do Governo Federal - Cadastro Único - Nacional	3.617.396
5031	Proteção Social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	9.960.519
5031 8893	Apoio à Organização, à Gestão e à Vigilância Social no Território, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS	9.960.519
5031 8893 0001	Apoio à Organização, à Gestão e à Vigilância Social no Território, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS - Nacional	9.960.519
5033	Segurança Alimentar e Nutricional	2.308.027
5033 215I	Consolidação da Implantação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN	2.308.027
5033 215I 0001	Consolidação da Implantação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN - Nacional	2.308.027
901	Fundo Nacional de Assistência Social	49.000.000
5031	Proteção Social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	49.000.000
5031 2583	Processamento de Dados do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e da Renda Mensal Vitalícia (RMV)	49.000.000
5031 2583 0001	Processamento de Dados do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e da Renda Mensal Vitalícia (RMV) - Nacional	49.000.000
59	Conselho Nacional do Ministério Público	4.861.627
101	Conselho Nacional do Ministério Público	4.861.627
0031	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério Público	4.861.627
0031 2549	Comunicação e Divulgação Institucional	76.578
0031 2549 0001	Comunicação e Divulgação Institucional - Nacional	76.578
0031 8010	Atuação Estratégica para Controle e Fortalecimento do Ministério Público	4.785.049
0031 8010 0001	Atuação Estratégica para Controle e Fortalecimento do Ministério Público - Nacional	4.785.049
63	Advocacia-Geral da União	117.796.741

Quadro 14 - Despesas com Tecnologia da Informação

R\$ 1,00

LDO - 2022, Anexo I, inciso XIV

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Valor
101	Advocacia-Geral da União	117.796.741
4005	Proteção Jurídica da União	117.796.741
4005 10TN	Implantação da Advocacia Pública Eletrônica e-AGU	57.605.850
4005 10TN 0001	Implantação da Advocacia Pública Eletrônica e-AGU - Nacional	57.605.850
4005 2674	Representação Judicial e Extrajudicial da União e suas Autarquias e Fundações Federais	60.190.891
4005 2674 0001	Representação Judicial e Extrajudicial da União e suas Autarquias e Fundações Federais - Nacional	60.190.891
81	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos	20.273.123
101	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - Administração Direta	20.273.123
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	20.273.123
0032 2000	Administração da Unidade	20.273.123
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	20.273.123
83	Banco Central do Brasil	139.687.402
201	Banco Central do Brasil - BACEN	139.687.402
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	23.084.117
0032 2000	Administração da Unidade	23.084.117
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	23.084.117
4003	Garantia da Estabilidade Monetária e Financeira	116.603.285
4003 20ZA	Fortalecimento das Ações de Autoridade Monetária	23.665.271
4003 20ZA 0001	Fortalecimento das Ações de Autoridade Monetária - Nacional	23.665.271
4003 21B1	Formulação da Política Monetária Cambial e de Crédito e Supervisão do Sistema Financeiro Nacional	92.938.014
4003 21B1 0001	Formulação da Política Monetária Cambial e de Crédito e Supervisão do Sistema Financeiro Nacional - Nacional	92.938.014
Total		8.759.462.313

(*) Unidade com prerrogativas de órgão setorial de acordo com o § 1º do art. 3º da Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019.

(**) Unidade com prerrogativas de órgão setorial de acordo com o § 1º do art. 3º, combinado com o art. 51, ambos da Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019.

(***) Vinculado à ANATEL.

**11 - DETALHAMENTO DAS PROGRAMAÇÕES
CONDICIONADAS À APROVAÇÃO LEGISLATIVA
PREVISTA NO INCISO III DO ART. 167 DA
CONSTITUIÇÃO**

**Detalhamento das Programações Condicionadas à
Aprovação Legislativa Prevista no Inciso III do Art.
167 da Constituição**

Quadro 15A - Consolidação das programações condicionadas por programa, função, subfunção, UO e GND

LDO - 2022, Anexo I, inciso XVI

Quadro Síntese			R\$ 1,00
Código / Especificação	PLOA 2021*	LOA 2021*	PLOA 2022
Total	453.715.357.701	434.762.577.411	105.424.396.409
Programa			
0032 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	131.647.804.619	129.817.511.877	
0617 Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas	44.095.393	44.095.393	
0901 Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	22.890.933.973	22.890.933.973	
0903 Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica	2.122.439.078	2.122.439.078	
0909 Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	2.729.777.812	2.229.777.812	
0910 Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	854.929.072	854.929.072	
0911 Operações Especiais - Remuneração de Agentes Financeiros	671.238.191	254.238.191	
0999 Reserva de Contingência	3.373.089.977	3.373.089.977	
1031 Agropecuária Sustentável	4.382.267.077	1.772.517.049	
1040 Governança Fundiária	2.899.582	2.899.582	
1041 Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais	33.840.373	25.743.952	
1043 Qualidade Ambiental Urbana	435.225	435.225	
1058 Mudança do Clima	10.091.404	10.091.404	
2201 Brasil Moderniza	33.869.689	33.869.689	
2202 Defesa Agropecuária	55.734.663	55.734.663	
2203 Pesquisa e Inovação Agropecuária	102.050.539	102.050.539	
2204 Brasil na Fronteira do Conhecimento	855.165.884	855.165.884	
2205 Conecta Brasil	61.602.094	61.602.094	
2206 Política Nuclear	104.708.842	104.708.842	
2207 Programa Espacial Brasileiro	25.391.382	25.391.382	
2208 Tecnologias Aplicadas, Inovação e Desenvolvimento Sustentável	39.688.301	39.688.301	
2209 Brasil, Nosso Propósito	27.622.421	27.622.421	
2211 Inserção Econômica Internacional	172.302.931	91.433.172	
2212 Melhoria do Ambiente de Negócios e da Produtividade	12.904.319	12.904.319	
2213 Modernização Trabalhista e Trabalho Digno	50.233.370	50.233.370	
2214 Nova Previdência	272.083.576.831	258.575.276.831	105.424.396.409
2215 Política Econômica e Equilíbrio Fiscal	132.599.967	132.599.967	
2216 Política Externa	617.302.962	617.302.962	
2217 Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano	106.813.286	106.813.286	
2218 Gestão de Riscos e Desastres	447.959.872	447.959.872	
2220 Moradia Digna	420.994.485	414.426.724	
2221 Recursos Hídricos	66.295.715	66.295.715	
2222 Saneamento Básico	11.405.550	11.405.550	
2223 A Hora do Turismo	25.496.781	25.496.781	
3001 Energia Elétrica	23.836.267	23.836.267	
3002 Geologia, Mineração e Transformação Mineral	751.997	751.997	
3003 Petróleo, Gás, Derivados e Biocombustíveis	2.425.951	2.425.951	
3005 Transporte Aquaviário	90.015.340	90.015.340	
3006 Transporte Terrestre e Trânsito	9.948.204	9.948.204	
4002 Segurança Institucional	41.888.798	41.888.798	
4003 Garantia da Estabilidade Monetária e Financeira	29.999.712	29.999.712	
4004 Transparência, Integridade e Combate à Corrupção	49.731.816	49.731.816	
4005 Proteção Jurídica da União	225.174.144	225.174.144	
5011 Educação Básica de Qualidade	151.457.267	151.457.267	
5012 Educação Profissional e Tecnológica	1.126.956.518	1.126.956.518	
5013 Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	3.923.189.614	3.923.189.614	
5014 Estatísticas e Avaliações Educacionais	420.713.093	420.713.093	
5015 Justiça	21.395.345	21.395.345	
5016 Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento	133.272.181	133.272.181	
5017 Assistência Farmacêutica no SUS	245.500.000	245.500.000	
5019 Atenção Primária à Saúde	28.979.000	28.979.000	
5025 Cultura	88.438.504	88.438.504	
5027 Inclusão Produtiva de Pessoas em Situação de Vulnerabilidade Social	2.494.973	2.494.973	
5028 Inclusão Social por meio do Bolsa Família e da Articulação de Políticas Públicas	535.665.958	535.665.958	
5029 Produção de Dados e Conhecimento para o Aprimoramento de Políticas Públicas	4.013.430	4.013.430	
5032 Rede de Suporte Social ao Dependente Químico: Cuidados, Prevenção e Reinserção Social	33.855.964	33.855.964	
5034 Proteção à Vida, Fortalecimento da Família, Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para Todos	47.031.258	47.031.258	
6011 Cooperação com o Desenvolvimento Nacional	35.106.141	35.106.141	
6012 Defesa Nacional	2.163.841.434	2.163.841.434	
6013 Oceanos, Zona Costeira e Antártica	7.226.772	7.226.772	
6014 Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios nos Biomas		8.096.421	
6015 Educação Infantil	31.970.725	31.970.725	
6016 Educação Especial	22.915.635	22.915.635	
Função			
03 Essencial à Justiça	264.240.501	264.240.501	
04 Administração	11.874.564.000	9.544.271.258	
05 Defesa Nacional	48.608.353.260	48.608.353.260	
06 Segurança Pública	5.603.190.029	5.603.190.029	
07 Relações Exteriores	2.132.838.859	2.132.838.859	

Quadro 15A - Consolidação das programações condicionadas por programa, função, subfunção, UO e GND

LDO - 2022, Anexo I, inciso XVI

Quadro Síntese			R\$ 1,00
Código / Especificação	PLOA 2021*	LOA 2021*	PLOA 2022
Função			
08 Assistência Social	535.665.958	535.665.958	
09 Previdência Social	289.064.238.713	275.555.938.713	105.424.396.409
10 Saúde	287.026.550	287.026.550	
11 Trabalho	87.067.503	87.067.503	
12 Educação	44.491.056.657	44.491.056.657	
13 Cultura	417.773.396	417.773.396	
14 Direitos da Cidadania	435.020.353	435.020.353	
15 Urbanismo	570.797.291	570.797.291	
18 Gestão Ambiental	823.662.990	823.662.990	
19 Ciência e Tecnologia	2.271.099.777	2.271.099.777	
20 Agricultura	8.776.359.995	6.166.609.967	
22 Indústria	455.376.492	455.376.492	
23 Comércio e Serviços	278.548.676	197.678.917	
24 Comunicações	924.275.321	924.275.321	
25 Energia	300.974.489	300.974.489	
26 Transporte	1.274.395.726	1.274.395.726	
28 Encargos Especiais	30.865.741.188	30.442.173.427	
99 Reserva de Contingência	3.373.089.977	3.373.089.977	
Subfunção			
092 Representação Judicial e Extrajudicial	225.174.144	225.174.144	
121 Planejamento e Orçamento	1.938.290.856	138.290.856	
122 Administração Geral	71.809.119.229	71.278.826.487	
123 Administração Financeira	339.180.673	339.180.673	
124 Controle Interno	49.731.816	49.731.816	
125 Normatização e Fiscalização	126.071.473	126.071.473	
126 Tecnologia da Informação	293.701.865	293.701.865	
127 Ordenamento Territorial	11.233.247	11.233.247	
128 Formação de Recursos Humanos	134.292.691	134.292.691	
131 Comunicação Social	475.742.439	475.742.439	
151 Defesa Aérea	469.106.332	469.106.332	
152 Defesa Naval	338.172.730	338.172.730	
153 Defesa Terrestre	584.773.202	584.773.202	
181 Policiamento	128.722.250	128.722.250	
182 Defesa Civil	439.607.113	439.607.113	
183 Informação e Inteligência	35.444.370	35.444.370	
211 Relações Diplomáticas	583.838.435	583.838.435	
212 Cooperação Internacional	44.851.790	44.851.790	
244 Assistência Comunitária	535.665.959	535.665.959	
271 Previdência Básica	272.082.729.411	258.574.429.411	105.424.396.409
272 Previdência do Regime Estatutário	16.981.509.302	16.981.509.302	
301 Atenção Básica	2.632.988.657	2.632.988.657	
302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial	13.304.656	13.304.656	
303 Suporte Profilático e Terapêutico	245.629.996	245.629.996	
331 Proteção e Benefícios ao Trabalhador	791.821.807	791.821.807	
333 Empregabilidade	2.716.642	2.716.642	
334 Fomento ao Trabalho	2.494.973	2.494.973	
363 Ensino Profissional	8.097.328.850	8.097.328.850	
364 Ensino Superior	19.933.465.828	19.933.465.828	
365 Educação Infantil	31.970.725	31.970.725	
366 Educação de Jovens e Adultos	7.814.470	7.814.470	
367 Educação Especial	22.915.635	22.915.635	
368 Educação Básica	765.356.586	765.356.586	
391 Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	24.550.816	24.550.816	
392 Difusão Cultural	93.212.540	93.212.540	
422 Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	92.385.873	92.385.873	
423 Assistência aos Povos Indígenas	21.884.557	21.884.557	
482 Habitação Urbana	1.975.656	1.975.656	
512 Saneamento Básico Urbano	3.483.900	3.483.900	
541 Preservação e Conservação Ambiental	27.102.780	27.102.780	
542 Controle Ambiental	30.549.677	30.549.677	
543 Recuperação de Áreas Degradadas	96.717	96.717	
544 Recursos Hídricos	66.459.816	66.459.816	
545 Meteorologia	17.096.176	17.096.176	
571 Desenvolvimento Científico	1.067.609.395	1.067.609.395	
572 Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	185.889.522	185.889.522	
573 Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	245.742.488	245.742.488	
605 Abastecimento	1.831.344.859	642.894.190	
606 Extensão Rural	24.698	24.698	
607 Irrigação	81.171.188	81.171.188	
608 Promoção da Produção Agropecuária	2.532.717.923	1.111.418.564	
609 Defesa Agropecuária	8.297.531	8.297.531	

Quadro 15A - Consolidação das programações condicionadas por programa, função, subfunção, UO e GND

LDO - 2022, Anexo I, inciso XVI

Quadro Síntese			R\$ 1,00
Código / Especificação	PLOA 2021*	LOA 2021*	PLOA 2022
Subfunção			
661 Promoção Industrial	7.194.591	7.194.591	
662 Produção Industrial	66.918.218	66.918.218	
663 Mineração	3.447.126	3.447.126	
665 Normalização e Qualidade	820.507	820.507	
691 Promoção Comercial	26.003.006	26.003.006	
693 Comércio Exterior	171.443.890	90.574.131	
695 Turismo	25.496.781	25.496.781	
722 Telecomunicações	26.192.674	26.192.674	
751 Conservação de Energia	18.800.000	18.800.000	
752 Energia Elétrica	3.558.060	3.558.060	
753 Combustíveis Minerais	1.024.600	1.024.600	
754 Biocombustíveis	1.016.140	1.016.140	
782 Transporte Rodoviário	8.866.287	8.866.287	
783 Transporte Ferroviário	3.649.887	3.649.887	
784 Transporte Hidroviário	78.353.376	78.353.376	
811 Desporto de Rendimento	2.137.657	2.137.657	
812 Desporto Comunitário	355.617	355.617	
845 Outras Transferências	2.425.692.693	2.425.692.693	
846 Outros Encargos Especiais	26.573.583.847	26.150.016.086	
847 Transferências para a Educação Básica	14.391.348.503	14.391.348.503	
999 Reserva de Contingência	3.373.089.977	3.373.089.977	
Unidade			
20101 Presidência da República	250.621.841	250.621.841	
20118 Agência Brasileira de Inteligência - ABIN	340.596.685	340.596.685	
20204 Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI	16.940.891	16.940.891	
20927 Fundo de Imprensa Nacional	28.274.054	28.274.054	
22101 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Administração Direta	2.719.204.509	2.647.905.150	
22106 Serviço Florestal Brasileiro - SFB	26.285.001	26.285.001	
22201 Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA	386.427.451	386.427.451	
22202 Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA	2.483.777.015	2.483.777.015	
22211 Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB	630.006.699	630.006.699	
24101 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações - Administração Direta	1.115.765.195	1.115.765.195	
24201 Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	696.020.859	696.020.859	
24204 Comissão Nacional de Energia Nuclear	407.982.203	407.982.203	
24205 Agência Espacial Brasileira	47.602.277	47.602.277	
24209 Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada - S.A. - CEITEC	46.674.652	46.674.652	
25101 Ministério da Economia - Administração Direta	5.621.714.386	5.091.421.644	
25103 Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil	1.739.988.979	1.739.988.979	
25104 Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional	97.668	97.668	
25201 Banco Central do Brasil	1.541.932.549	1.541.932.549	
25203 Comissão de Valores Mobiliários	18.148.690	18.148.690	
25208 Superintendência de Seguros Privados	22.912.399	22.912.399	
25296 Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro	111.984.331	111.984.331	
25297 Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI	37.185.980	37.185.980	
25298 Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA	916.894.000	916.894.000	
25300 Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada	160.071.903	160.071.903	
25301 Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	2.859.612.145	1.059.612.145	
25302 Fundação Escola Nacional de Administração Pública	46.520.900	46.520.900	
26101 Ministério da Educação - Administração Direta	473.120.302	473.120.302	
26104 Instituto Nacional de Educação de Surdos	60.812.043	60.812.043	
26105 Instituto Benjamin Constant	39.365.410	39.365.410	
26201 Colégio Pedro II	288.241.458	288.241.458	
26230 Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco	104.423.203	104.423.203	
26231 Universidade Federal de Alagoas	381.785.738	381.785.738	
26232 Universidade Federal da Bahia	697.896.027	697.896.027	
26233 Universidade Federal do Ceará	622.066.399	622.066.399	
26234 Universidade Federal do Espírito Santo	430.317.260	430.317.260	
26235 Universidade Federal de Goiás	579.828.408	579.828.408	
26236 Universidade Federal Fluminense	871.255.248	871.255.248	
26237 Universidade Federal de Juiz de Fora	399.696.036	399.696.036	
26238 Universidade Federal de Minas Gerais	888.071.888	888.071.888	
26239 Universidade Federal do Pará	646.728.670	646.728.670	
26240 Universidade Federal da Paraíba	746.683.892	746.683.892	
26241 Universidade Federal do Paraná	656.092.738	656.092.738	
26242 Universidade Federal de Pernambuco	698.192.135	698.192.135	
26243 Universidade Federal do Rio Grande do Norte	720.380.814	720.380.814	
26244 Universidade Federal do Rio Grande do Sul	832.799.166	832.799.166	
26245 Universidade Federal do Rio de Janeiro	1.394.090.734	1.394.090.734	
26246 Universidade Federal de Santa Catarina	694.786.083	694.786.083	
26247 Universidade Federal de Santa Maria	554.765.258	554.765.258	
26248 Universidade Federal Rural de Pernambuco	309.645.711	309.645.711	

Quadro 15A - Consolidação das programações condicionadas por programa, função, subfunção, UO e GND

LDO - 2022, Anexo I, inciso XVI

Quadro Síntese			R\$ 1,00
Código / Especificação	PLOA 2021*	LOA 2021*	PLOA 2022
Unidade			
26249 Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	323.957.198	323.957.198	
26250 Fundação Universidade Federal de Roraima	120.052.838	120.052.838	
26251 Fundação Universidade Federal do Tocantins	190.031.696	190.031.696	
26252 Universidade Federal de Campina Grande	332.350.928	332.350.928	
26253 Universidade Federal Rural da Amazônia	124.547.295	124.547.295	
26254 Universidade Federal do Triângulo Mineiro	175.814.187	175.814.187	
26255 Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	152.948.366	152.948.366	
26256 Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca	197.746.184	197.746.184	
26257 Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais	233.191.664	233.191.664	
26258 Universidade Tecnológica Federal do Paraná	515.625.371	515.625.371	
26260 Universidade Federal de Alfenas	123.296.913	123.296.913	
26261 Universidade Federal de Itajubá	113.975.639	113.975.639	
26262 Universidade Federal de São Paulo	469.033.290	469.033.290	
26263 Universidade Federal de Lavras	186.799.494	186.799.494	
26264 Universidade Federal Rural do Semi-Árido	146.571.237	146.571.237	
26266 Fundação Universidade Federal do Pampa	179.683.716	179.683.716	
26267 Universidade Federal da Integração Latino Americana	92.642.927	92.642.927	
26268 Fundação Universidade Federal de Rondônia	147.164.649	147.164.649	
26269 Fundação Universidade do Rio de Janeiro	211.226.759	211.226.759	
26270 Fundação Universidade do Amazonas	351.996.670	351.996.670	
26271 Fundação Universidade de Brasília	826.273.476	826.273.476	
26272 Fundação Universidade Federal do Maranhão	373.842.458	373.842.458	
26273 Fundação Universidade Federal do Rio Grande	228.542.642	228.542.642	
26274 Universidade Federal de Uberlândia	503.091.263	503.091.263	
26275 Fundação Universidade Federal do Acre	173.108.133	173.108.133	
26276 Fundação Universidade Federal de Mato Grosso	414.449.595	414.449.595	
26277 Fundação Universidade Federal de Ouro Preto	211.146.603	211.146.603	
26278 Fundação Universidade Federal de Pelotas	350.954.957	350.954.957	
26279 Fundação Universidade Federal do Piauí	398.855.933	398.855.933	
26280 Fundação Universidade Federal de São Carlos	310.938.620	310.938.620	
26281 Fundação Universidade Federal de Sergipe	351.106.436	351.106.436	
26282 Fundação Universidade Federal de Viçosa	404.164.492	404.164.492	
26283 Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	405.351.675	405.351.675	
26284 Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	72.968.210	72.968.210	
26285 Fundação Universidade Federal de São João del-Rei	150.854.428	150.854.428	
26286 Fundação Universidade Federal do Amapá	109.186.278	109.186.278	
26290 Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira	537.169.316	537.169.316	
26291 Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior	1.127.733.936	1.127.733.936	
26292 Fundação Joaquim Nabuco	54.823.689	54.823.689	
26298 Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	14.643.267.436	14.643.267.436	
26350 Fundação Universidade Federal da Grande Dourados	130.247.137	130.247.137	
26351 Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	166.550.805	166.550.805	
26352 Fundação Universidade Federal do ABC	169.247.334	169.247.334	
26358 Hospital Universitário Prof. Alberto Antunes	7.887.654	7.887.654	
26359 Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade Federal da Bahia	1.951.159	1.951.159	
26362 Hospital Universitário Walter Cantídio	10.058.934	10.058.934	
26363 Maternidade-Escola Assis Chateaubriand	5.818.054	5.818.054	
26364 Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes	10.477.546	10.477.546	
26365 Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás	1.065.077	1.065.077	
26367 Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora	2.241.130	2.241.130	
26368 Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais	22.565.289	22.565.289	
26369 Hospital Universitário João de Barros Barreto	3.446.264	3.446.264	
26370 Hospital Universitário Bettina Ferro Souza	655.034	655.034	
26371 Hospital Universitário Lauro Wanderley	17.779.779	17.779.779	
26372 Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná	346.937	346.937	
26373 Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco	22.205.868	22.205.868	
26374 Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Norte	363.771	363.771	
26378 Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade Federal do Rio de Janeiro	1.713.906	1.713.906	
26386 Hospital Universitário Prof. Polydoro Ernani de São Thiago	16.229.318	16.229.318	
26387 Hospital Universitário de Santa Maria	12.478.849	12.478.849	
26388 Hospital Universitário Alcides Carneiro	2.221.135	2.221.135	
26391 Hospital Universitário Gaffree e Guinle	3.722.484	3.722.484	
26392 Hospital Universitário Getúlio Vargas	6.533.066	6.533.066	
26393 Hospital Universitário de Brasília	316.245	316.245	
26395 Hospital Universitário Dr. Miguel Riet Corrêa Jr.	3.510.551	3.510.551	
26396 Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia	19.100.922	19.100.922	
26399 Hospital Universitário da Fundação Universidade Federal do Piauí	374.065	374.065	
26400 Hospital Universitário da Fundação Universidade Federal de Sergipe	2.134.615	2.134.615	
26402 Instituto Federal de Alagoas	220.355.853	220.355.853	
26403 Instituto Federal do Amazonas	193.235.411	193.235.411	
26404 Instituto Federal Baiano	179.149.683	179.149.683	
26405 Instituto Federal do Ceará	396.901.748	396.901.748	
26406 Instituto Federal do Espírito Santo	348.260.167	348.260.167	

Quadro 15A - Consolidação das programações condicionadas por programa, função, subfunção, UO e GND

LDO - 2022, Anexo I, inciso XVI

Quadro Síntese		R\$ 1,00	
Código / Especificação	PLOA 2021*	LOA 2021*	PLOA 2022
Unidade			
26407 Instituto Federal Goiano	169.065.410	169.065.410	
26408 Instituto Federal do Maranhão	329.849.669	329.849.669	
26409 Instituto Federal de Minas Gerais	217.318.963	217.318.963	
26410 Instituto Federal do Norte de Minas Gerais	149.292.139	149.292.139	
26411 Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais	155.486.646	155.486.646	
26412 Instituto Federal do Sul de Minas Gerais	145.651.874	145.651.874	
26413 Instituto Federal do Triângulo Mineiro	128.857.680	128.857.680	
26414 Instituto Federal do Mato Grosso	238.060.240	238.060.240	
26415 Instituto Federal do Mato Grosso do Sul	115.727.030	115.727.030	
26416 Instituto Federal do Pará	241.410.738	241.410.738	
26417 Instituto Federal da Paraíba	288.295.996	288.295.996	
26418 Instituto Federal de Pernambuco	281.561.405	281.561.405	
26419 Instituto Federal do Rio Grande do Sul	247.485.853	247.485.853	
26420 Instituto Federal Farroupilha	168.304.209	168.304.209	
26421 Instituto Federal de Rondônia	121.220.587	121.220.587	
26422 Instituto Federal Catarinense	209.808.429	209.808.429	
26423 Instituto Federal de Sergipe	137.419.806	137.419.806	
26424 Instituto Federal do Tocantins	134.805.955	134.805.955	
26425 Instituto Federal do Acre	65.600.451	65.600.451	
26426 Instituto Federal do Amapá	55.653.591	55.653.591	
26427 Instituto Federal da Bahia	311.608.681	311.608.681	
26428 Instituto Federal de Brasília	131.957.310	131.957.310	
26429 Instituto Federal de Goiás	246.490.581	246.490.581	
26430 Instituto Federal do Sertão Pernambucano	99.960.950	99.960.950	
26431 Instituto Federal do Piauí	242.502.988	242.502.988	
26432 Instituto Federal do Paraná	236.872.407	236.872.407	
26433 Instituto Federal do Rio de Janeiro	222.559.893	222.559.893	
26434 Instituto Federal Fluminense	208.966.674	208.966.674	
26435 Instituto Federal do Rio Grande do Norte	327.122.371	327.122.371	
26436 Instituto Federal Sul-rio-grandense	228.442.472	228.442.472	
26437 Instituto Federal de Roraima	69.171.420	69.171.420	
26438 Instituto Federal de Santa Catarina	315.951.388	315.951.388	
26439 Instituto Federal de São Paulo	512.208.687	512.208.687	
26440 Universidade Federal da Fronteira Sul	144.199.993	144.199.993	
26441 Universidade Federal do Oeste do Pará	104.535.963	104.535.963	
26442 Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira	77.645.548	77.645.548	
26447 Universidade Federal do Oeste da Bahia	60.690.146	60.690.146	
26448 Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará	74.180.128	74.180.128	
26449 Universidade Federal do Cariri	63.605.245	63.605.245	
26450 Universidade Federal do Sul da Bahia	56.914.999	56.914.999	
26452 Universidade Federal de Catalão	14.572.277	14.572.277	
26453 Universidade Federal de Jataí	15.261.824	15.261.824	
26454 Universidade Federal de Rondonópolis	15.258.387	15.258.387	
26455 Universidade Federal do Delta do Parnaíba	15.265.677	15.265.677	
26456 Universidade Federal do Agreste de Pernambuco	13.824.033	13.824.033	
26457 Universidade Federal do Norte do Tocantins	19.091.839	19.091.839	
30101 Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta	364.418.841	364.418.841	
30103 Arquivo Nacional	61.087.811	61.087.811	
30107 Departamento de Polícia Rodoviária Federal	2.040.135.902	2.040.135.902	
30108 Departamento de Polícia Federal	3.683.639.642	3.683.639.642	
30202 Fundação Nacional do Índio - FUNAI	338.597.260	338.597.260	
30211 Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade	10.195.739	10.195.739	
30912 Fundo Nacional Antidrogas	4.058.894	4.058.894	
32101 Ministério de Minas e Energia - Administração Direta	125.151.525	125.151.525	
32202 Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM	272.136.021	272.136.021	
32265 Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP	14.454.857	14.454.857	
32266 Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL	7.236.359	7.236.359	
32314 Empresa de Pesquisa Energética - EPE	84.426.879	84.426.879	
32396 Agência Nacional de Mineração - ANM	113.657.289	113.657.289	
32397 Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB	246.197.019	246.197.019	
32398 Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP	212.709.376	212.709.376	
35101 Ministério das Relações Exteriores - Administração Direta	2.225.130.126	2.225.130.126	
35201 Fundação Alexandre de Gusmão	8.669.503	8.669.503	
36201 Fundação Oswaldo Cruz	86.990.675	86.990.675	
36211 Fundação Nacional de Saúde	393.690.465	393.690.465	
36212 Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA	42.555.948	42.555.948	
36901 Fundo Nacional de Saúde	1.733.343.488	1.733.343.488	
37101 Controladoria-Geral da União - Administração Direta	608.888.110	608.888.110	
39101 Ministério da Infraestrutura - Administração Direta	1.007.624.467	1.007.624.467	
39207 VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.	106.272.889	106.272.889	
39250 Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT	43.870.241	43.870.241	
39251 Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ	18.516.990	18.516.990	
39252 Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT	690.849.580	690.849.580	

Quadro 15A - Consolidação das programações condicionadas por programa, função, subfunção, UO e GND

LDO - 2022, Anexo I, inciso XVI

Quadro Síntese			R\$ 1,00					
Código / Especificação	PLOA 2021*	LOA 2021*	PLOA 2022					
Unidade								
39253 Empresa de Planejamento e Logística S.A. - EPL	31.653.047	31.653.047						
39254 Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC	240.096.432	240.096.432						
40201** Instituto Nacional do Seguro Social	2.993.126.721	2.993.126.721						
40203** Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho	45.548.247	45.548.247						
40206** Superintendência Nacional de Previdência Complementar	551.217	551.217						
40904** Fundo do Regime Geral de Previdência Social	272.153.004.442	258.644.704.442	105.424.396.409					
41101 Ministério das Comunicações - Administração Direta	755.121.418	755.121.418						
41231 Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL	11.975.979	11.975.979						
41260 Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS	3.101.501	3.101.501						
41261 Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC	263.044.309	263.044.309						
44101 Ministério do Meio Ambiente - Administração Direta	92.048.457	92.048.457						
44201 Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA	513.179.620	513.179.620						
44206 Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro - JBRJ	31.601.145	31.601.145						
44207 Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	260.206.078	260.206.078						
52101 Ministério da Defesa - Administração Direta	373.755.936	373.755.936						
52111 Comando da Aeronáutica	11.751.490.220	11.751.490.220						
52121 Comando do Exército	24.502.199.695	24.502.199.695						
52131 Comando da Marinha	13.103.427.590	13.103.427.590						
52133 Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	3.714.233	3.714.233						
52211 Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica	1.128.693	1.128.693						
52221 Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL	93.343.690	93.343.690						
52222 Fundação Osório	12.215.019	12.215.019						
52232 Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da Marinha - CCCPM	858.059	858.059						
52233 Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. - AMAZUL	256.763.224	256.763.224						
52902 Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas	32.426.964	32.426.964						
52911 Fundo Aeronáutico	198.901.873	198.901.873						
52921 Fundo do Exército	129.996	129.996						
52931 Fundo Naval	415.111.515	415.111.515						
53101 Ministério do Desenvolvimento Regional - Administração Direta	1.108.599.484	1.102.031.723						
53201 Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF	505.640.999	505.640.999						
53202 Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia	25.275.511	25.275.511						
53203 Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste	28.434.004	28.434.004						
53204 Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS	304.206.133	304.206.133						
53207 Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO	18.679.152	18.679.152						
53208 Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - TRENSURB	82.438.578	82.438.578						
53209 Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU	481.636.962	481.636.962						
53210 Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA	65.444.520	65.444.520						
54101 Ministério do Turismo - Administração Direta	129.273.010	129.273.010						
54202 Fundação Casa de Rui Barbosa	21.956.848	21.956.848						
54203 Fundação Biblioteca Nacional - BN	51.199.368	51.199.368						
54204 Fundação Cultural Palmares	10.742.878	10.742.878						
54205 Fundação Nacional de Artes	55.150.476	55.150.476						
54206 Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	158.493.090	158.493.090						
54207 Agência Nacional do Cinema - ANCINE	78.286.827	78.286.827						
54208 Instituto Brasileiro de Museus	77.593.702	77.593.702						
55101 Ministério da Cidadania - Administração Direta	843.316.542	843.316.542						
55901 Fundo Nacional de Assistência Social	223.173.313	223.173.313						
60101 Gabinete da Vice-Presidência da República	10.247.198	10.247.198						
63101 Advocacia-Geral da União	2.224.034.904	2.224.034.904						
71101 Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia	5.386.458.073	5.386.458.073						
71103 Encargos Financeiros da União - Pagamento de Sentenças Judiciais	19.171.134.403	19.171.134.403						
71104 Remuneração de Agentes Financeiros - Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia	671.238.191	254.238.191						
73101 Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia	4.477.795.136	4.477.795.136						
74101 Recursos sob Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Economia	3.549.558.695	930.238.267						
74902 Recursos sob Supervisão do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior/FIES - Min. da Educação	325.625.911	325.625.911						
81101 Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - Administração Direta	135.833.755	135.833.755						
Grupo de Despesa								
1 Pessoal e Encargos Sociais	119.233.520.954	119.233.520.954						
3 Outras Despesas Correntes	334.481.836.747	315.529.056.457	105.424.396.409					
* Valores de PLOA e LOA do exercício anterior obtido das UOs correspondentes no órgão 93000								
** UOs vinculadas ao Ministério da Economia em 2021, migradas para a estrutura do Ministério do Trabalho e Previdência, criado pela Medida Provisória nº 1.058, de 27 de julho de 2021, e regulamentado pelo Decreto nº 10.761, de 2 de agosto de 2021.								
Fonte	1-PES	2-JUR	3-ODC	4-INV	5-IFI	6-AMT	9-RES	Total
944			105.424.396.409					105.424.396.409
Total			105.424.396.409					105.424.396.409

Quadro 15B - Detalhamento das Programações Condicionadas por UO

LDO - 2022, Anexo I, inciso XVI

Órgão: 40000 - Ministério do Trabalho e Previdência
Unidade: 40904 - Fundo do Regime Geral de Previdência Social**

Quadro Síntese				R\$ 1,00				
Código / Especificação	PLOA 2021*	LOA 2021*	PLOA 2022					
Total	272.153.004.442	258.644.704.442	105.424.396.409					
Programa								
0901 Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	74.577.031	74.577.031						
2214 Nova Previdência	272.078.427.411	258.570.127.411	105.424.396.409					
Função								
09 Previdência Social	272.078.427.411	258.570.127.411	105.424.396.409					
28 Encargos Especiais	74.577.031	74.577.031						
Subfunção								
271 Previdência Básica	272.078.427.411	258.570.127.411	105.424.396.409					
846 Outros Encargos Especiais	74.577.031	74.577.031						
Grupo de Despesa								
3 Outras Despesas Correntes	272.153.004.442	258.644.704.442	105.424.396.409					
* Valores de PLOA e LOA do exercício anterior obtido das UOs correspondentes no órgão 93000								
** UOs vinculadas ao Ministério da Economia em 2021, migradas para a estrutura do Ministério do Trabalho e Previdência, criado pela Medida Provisória nº 1.058, de 27 de julho de 2021, e regulamentado pelo Decreto nº 10.761, de 2 de agosto de 2021.								
Fonte	1-PES	2-JUR	3-ODC	4-INV	5-IFI	6-AMT	9-RES	Total
944			105.424.396.409					105.424.396.409
Total			105.424.396.409					105.424.396.409

Quadro dos Créditos Orçamentários											R\$ 1,00	
Programática	Programa/Ação/Localização				Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
2214	Nova Previdência											105.424.396.409
Operações Especiais												
2214 00SJ	Benefícios Previdenciários				09 271							105.424.396.409
2214 00SJ 0001	Benefícios Previdenciários - Nacional (Seq: 2149)					S	3 - ODC	1	90	0	944	105.424.396.409
Total												
												105.424.396.409

III - RECEITA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera*

R\$ 1,00

LDO - 2022, Art. 9º, inciso III, alínea "a"

Recursos de Todas as Fontes

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seg. Social	Total
1. 0. 0. 0. 00. 0.0	Receitas Correntes			1.007.583.645.380	1.035.918.197.039	2.043.501.842.419
1. 1. 0. 0. 00. 0.0	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria			719.980.100.943	470.084.189	720.450.185.132
1. 1. 1. 0. 00. 0.0	Impostos			712.917.976.872		712.917.976.872
1. 1. 1. 1. 00. 0.0	Impostos sobre o Comércio Exterior			68.452.115.285		68.452.115.285
1. 1. 1. 1. 01. 0.0	Imposto sobre a Importação			68.322.030.327		68.322.030.327
1. 1. 1. 1. 01. 0.1	Imposto sobre a Importação - Principal	100	P	68.221.325.265		68.221.325.265
1. 1. 1. 1. 01. 0.2	Imposto sobre a Importação - Multas e Juros	132	P	95.857.746		95.857.746
1. 1. 1. 1. 01. 0.3	Imposto sobre a Importação - Dívida Ativa	100	P	998.732		998.732
1. 1. 1. 1. 01. 0.7	Imposto sobre a Importação - Multas da Dívida Ativa	132	P	326.443		326.443
1. 1. 1. 1. 01. 0.8	Imposto sobre a Importação - Juros da Dívida Ativa	132	P	3.522.141		3.522.141
1. 1. 1. 1. 02. 0.0	Imposto sobre a Exportação			130.084.958		130.084.958
1. 1. 1. 1. 02. 0.1	Imposto sobre a Exportação - Principal	100	P	107.280.710		107.280.710
1. 1. 1. 1. 02. 0.3	Imposto sobre a Exportação - Dívida Ativa	100	P	6.531.648		6.531.648
1. 1. 1. 1. 02. 0.7	Imposto sobre a Exportação - Multas da Dívida Ativa	132	P	4.315.917		4.315.917
1. 1. 1. 1. 02. 0.8	Imposto sobre a Exportação - Juros da Dívida Ativa	132	P	11.956.683		11.956.683
1. 1. 1. 2. 00. 0.0	Impostos sobre o Patrimônio			2.529.996.448		2.529.996.448
1. 1. 1. 2. 01. 0.0	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural			2.529.996.448		2.529.996.448
1. 1. 1. 2. 01. 1.1	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Conveniados - Principal	102	P	2.120.409.670		2.120.409.670
1. 1. 1. 2. 01. 1.2	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Conveniados - Multas e Juros	102	P	113.168.906		113.168.906
1. 1. 1. 2. 01. 1.3	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Conveniados - Dívida Ativa	102	P	13.425.982		13.425.982
1. 1. 1. 2. 01. 1.7	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Conveniados - Multas da Dívida Ativa	102	P	10.846.238		10.846.238
1. 1. 1. 2. 01. 1.8	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Conveniados - Juros da Dívida Ativa	102	P	19.146.007		19.146.007
1. 1. 1. 2. 01. 2.1	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Principal	100 102	P P	117.800.537 117.800.537		117.800.537 117.800.537
1. 1. 1. 2. 01. 2.2	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Multas e Juros	102 132	P P	6.287.162 6.287.161		6.287.162 6.287.161
1. 1. 1. 2. 01. 2.3	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Dívida Ativa	100 102	P P	745.888 745.888		745.888 745.888
1. 1. 1. 2. 01. 2.7	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Multas da Dívida Ativa	102 132	P P	602.569 602.569		602.569 602.569
1. 1. 1. 2. 01. 2.8	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Juros da Dívida Ativa	102 132	P P	1.063.667 1.063.667		1.063.667 1.063.667
1. 1. 1. 3. 00. 0.0	Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza			507.210.979.680		507.210.979.680
1. 1. 1. 3. 01. 0.0	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF			62.788.010.402		62.788.010.402
1. 1. 1. 3. 01. 0.1	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Principal	100 101 900 901	P P P P	25.194.333.969 24.206.320.872 5.287.917.766 5.080.548.442		25.194.333.969 24.206.320.872 5.287.917.766 5.080.548.442
1. 1. 1. 3. 01. 0.2	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Multas e Juros	101 132	P P	760.495.054 791.535.670		760.495.054 791.535.670
1. 1. 1. 3. 01. 0.3	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Dívida Ativa	100 101	P P	243.448.671 233.901.665		243.448.671 233.901.665
1. 1. 1. 3. 01. 0.7	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Multas da Dívida Ativa	101 132	P P	186.341.769 193.947.556		186.341.769 193.947.556
1. 1. 1. 3. 01. 0.8	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Juros da Dívida Ativa	101 132	P P	298.517.294 310.701.674		298.517.294 310.701.674

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera*

R\$ 1,00

LDO - 2022, Art. 9º, inciso III, alínea "a"

Recursos de Todas as Fontes

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seg. Social	Total
1. 1. 1. 3. 02. 0.0	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos			158.082.578.724		158.082.578.724
1. 1. 1. 3. 02. 0.1	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Principal	100	P	78.091.532.448		78.091.532.448
		101	P	75.029.119.410		75.029.119.410
1. 1. 1. 3. 02. 0.2	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Multas e Juros	101	P	1.301.254.996		1.301.254.996
		132	P	1.354.367.444		1.354.367.444
1. 1. 1. 3. 02. 0.3	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Dívida Ativa	100	P	545.810.097		545.810.097
		101	P	524.405.779		524.405.779
1. 1. 1. 3. 02. 0.7	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Multas da Dívida Ativa	101	P	187.640.782		187.640.782
		132	P	195.299.590		195.299.590
1. 1. 1. 3. 02. 0.8	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Juros da Dívida Ativa	101	P	418.042.607		418.042.607
		132	P	435.105.571		435.105.571
1. 1. 1. 3. 03. 0.0	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte			286.340.390.554		286.340.390.554
1. 1. 1. 3. 03. 1.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	100	P	62.148.504.705		62.148.504.705
		101	P	59.711.308.443		59.711.308.443
1. 1. 1. 3. 03. 1.2	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas e Juros	101	P	356.208.596		356.208.596
		132	P	370.747.722		370.747.722
1. 1. 1. 3. 03. 1.3	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Dívida Ativa	100	P	73.780.850		73.780.850
		101	P	70.887.483		70.887.483
1. 1. 1. 3. 03. 1.7	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas da Dívida Ativa	101	P	35.522.942		35.522.942
		132	P	36.972.858		36.972.858
1. 1. 1. 3. 03. 1.8	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Juros da Dívida Ativa	101	P	104.414.353		104.414.353
		132	P	108.676.164		108.676.164
1. 1. 1. 3. 03. 2.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Capital - Principal	100	P	37.066.409.040		37.066.409.040
		101	P	35.612.824.370		35.612.824.370
		900	P	12.182.927.600		12.182.927.600
		901	P	11.705.165.733		11.705.165.733
1. 1. 1. 3. 03. 3.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal	100	P	23.380.619.088		23.380.619.088
		101	P	22.463.732.066		22.463.732.066
		900	P	1.691.157.875		1.691.157.875
		901	P	1.624.837.958		1.624.837.958
1. 1. 1. 3. 03. 4.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	100	P	8.973.803.281		8.973.803.281
		101	P	8.621.889.427		8.621.889.427
1. 1. 1. 4. 00. 0.0	Impostos sobre a Produção, Circulação e Serviços			88.321.643.582		88.321.643.582
1. 1. 1. 4. 01. 0.0	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI			88.321.643.582		88.321.643.582
1. 1. 1. 4. 01. 1.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Fumo - Principal	100	P	2.543.324.407		2.543.324.407
		101	P	3.659.905.853		3.659.905.853
1. 1. 1. 4. 01. 1.2	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Fumo - Multas e Juros	101	P	10.669.438		10.669.438
		132	P	7.414.355		7.414.355
1. 1. 1. 4. 01. 2.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Bebidas - Principal	100	P	1.333.645.488		1.333.645.488
		101	P	1.919.148.385		1.919.148.385
1. 1. 1. 4. 01. 3.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Automóveis - Principal	100	P	2.352.057.326		2.352.057.326
		101	P	3.384.667.859		3.384.667.859
1. 1. 1. 4. 01. 4.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Principal	100	P	14.501.799.630		14.501.799.630
		101	P	20.868.443.369		20.868.443.369
1. 1. 1. 4. 01. 4.2	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Multas e Juros	101	P	21.768.402		21.768.402
		132	P	15.127.195		15.127.195
1. 1. 1. 4. 01. 5.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Principal	100	P	14.856.447.871		14.856.447.871
		101	P	21.378.790.838		21.378.790.838
1. 1. 1. 4. 01. 5.2	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas e Juros	101	P	512.809.745		512.809.745
		132	P	356.359.314		356.359.314

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera*

R\$ 1,00

LDO - 2022, Art. 9º, inciso III, alínea "a"

Recursos de Todas as Fontes

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seg. Social	Total
1. 1. 1. 4. 01. 5.3	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Dívida Ativa	100	P	101.564.730		101.564.730
		101	P	146.154.124		146.154.124
1. 1. 1. 4. 01. 5.7	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas da Dívida Ativa	101	P	51.721.112		51.721.112
		132	P	35.941.790		35.941.790
1. 1. 1. 4. 01. 5.8	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Juros da Dívida Ativa	101	P	155.690.587		155.690.587
		132	P	108.191.764		108.191.764
1. 1. 1. 5. 00. 0.0	Impostos sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários			46.403.241.877		46.403.241.877
1. 1. 1. 5. 01. 0.0	Imposto sobre Operações Financeiras incidente sobre o Ouro – IOF-Ouro			42.206.491		42.206.491
1. 1. 1. 5. 01. 0.1	Imposto sobre Operações Financeiras incidente sobre o Ouro – IOF-Ouro - Principal	119	P	41.066.766		41.066.766
1. 1. 1. 5. 01. 0.2	Imposto sobre Operações Financeiras incidente sobre o Ouro – IOF-Ouro - Multas e Juros	119	P	1.139.725		1.139.725
1. 1. 1. 5. 02. 0.0	Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Demais Operações			46.361.035.386		46.361.035.386
1. 1. 1. 5. 02. 0.1	Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Demais Operações - Principal	100	P	46.148.220.586		46.148.220.586
1. 1. 1. 5. 02. 0.2	Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Demais Operações - Multas e Juros	132	P	175.306.817		175.306.817
1. 1. 1. 5. 02. 0.3	Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Demais Operações - Dívida Ativa	100	P	8.551.164		8.551.164
1. 1. 1. 5. 02. 0.7	Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Demais Operações - Multas da Dívida Ativa	132	P	4.901.187		4.901.187
1. 1. 1. 5. 02. 0.8	Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Demais Operações - Juros da Dívida Ativa	132	P	24.055.632		24.055.632
1. 1. 2. 0. 00. 0.0	Taxas			7.062.124.071	470.084.189	7.532.208.260
1. 1. 2. 1. 00. 0.0	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia			6.005.668.081	470.084.189	6.475.752.270
1. 1. 2. 1. 01. 0.0	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização			3.840.615.265	470.084.189	4.310.699.454
1. 1. 2. 1. 01. 0.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	100	P	1.277.366.118		1.277.366.118
		174	P	2.532.758.800	447.762.141	2.980.520.941
1. 1. 2. 1. 01. 0.2	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Juros	174	P	1.237.785	411.905	1.649.690
1. 1. 2. 1. 01. 0.3	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa	100	P	15.325.652		15.325.652
		174	P	13.926.910	21.832.944	35.759.854
1. 1. 2. 1. 01. 0.4	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa - Multas e Juros	174	P		77.199	77.199
1. 1. 2. 1. 02. 0.0	Taxas de Fiscalização das Telecomunicações			1.361.752.843		1.361.752.843
1. 1. 2. 1. 02. 1.1	Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	100	P	134.508.767		134.508.767
		178	P	313.853.790		313.853.790
1. 1. 2. 1. 02. 1.3	Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Dívida Ativa	100	P	258.556		258.556
		178	P	603.297		603.297
1. 1. 2. 1. 02. 1.4	Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Dívida Ativa - Multas e Juros	178	P	44.433		44.433
1. 1. 2. 1. 02. 2.1	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	100	P	266.372.820		266.372.820
		178	P	621.536.580		621.536.580
1. 1. 2. 1. 02. 2.3	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Dívida Ativa	100	P	757.358		757.358
		178	P	1.767.169		1.767.169
1. 1. 2. 1. 02. 3.1	Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	100	P	163.602		163.602
		178	P	381.738		381.738
1. 1. 2. 1. 02. 4.1	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	100	P	6.451.420		6.451.420
		178	P	15.053.313		15.053.313
1. 1. 2. 1. 03. 0.0	Taxa de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos			39.174.011		39.174.011

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera*

R\$ 1,00

LDO - 2022, Art. 9º, inciso III, alínea "a"

Recursos de Todas as Fontes

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seg. Social	Total
1. 1. 2. 1. 03. 0.1	Taxa de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos - Principal	100 174 186	P P P	11.752.203 5.484.362 21.937.446		11.752.203 5.484.362 21.937.446
1. 1. 2. 1. 04. 0.0	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental			350.794.328		350.794.328
1. 1. 2. 1. 04. 0.1	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Principal	100 174	P P	105.238.298 245.556.030		105.238.298 245.556.030
1. 1. 2. 1. 05. 0.0	Taxa de Controle e Fiscalização da Pesca e Aquicultura			14.796.694		14.796.694
1. 1. 2. 1. 05. 0.1	Taxa de Controle e Fiscalização da Pesca e Aquicultura - Principal	100 174	P P	4.439.008 10.357.686		4.439.008 10.357.686
1. 1. 2. 1. 06. 0.0	Taxa de Utilização do Sistema Integrado de Comércio Exterior – SISCOMEX			398.534.940		398.534.940
1. 1. 2. 1. 06. 0.1	Taxa de Utilização do Sistema Integrado de Comércio Exterior – SISCOMEX - Principal	100 132	P P	119.560.482 278.974.458		119.560.482 278.974.458
1. 1. 2. 2. 00. 0.0	Taxas pela Prestação de Serviços			1.056.455.990		1.056.455.990
1. 1. 2. 2. 01. 0.0	Taxas pela Prestação de Serviços em Geral			257.373.520		257.373.520
1. 1. 2. 2. 01. 0.1	Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Principal	100 175	P P	77.212.055 180.161.465		77.212.055 180.161.465
1. 1. 2. 2. 02. 0.0	Emolumentos e Custas Judiciais			799.082.470		799.082.470
1. 1. 2. 2. 02. 0.1	Emolumentos e Custas Judiciais - Principal	100 127	P P	239.174.573 558.074.002		239.174.573 558.074.002
1. 1. 2. 2. 02. 0.2	Emolumentos e Custas Judiciais - Multas e Juros	127	P	112.833		112.833
1. 1. 2. 2. 02. 0.3	Emolumentos e Custas Judiciais - Dívida Ativa	100 127	P P	407.026 949.729		407.026 949.729
1. 1. 2. 2. 02. 0.4	Emolumentos e Custas Judiciais - Dívida Ativa - Multas e Juros	127	P	364.307		364.307
1. 2. 0. 0. 00. 0.0	Contribuições			77.668.853.921	984.282.431.476	1.061.951.285.397
1. 2. 1. 0. 00. 0.0	Contribuições Sociais			56.437.415.865	984.282.431.476	1.040.719.847.341
1. 2. 1. 1. 00. 0.0	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS			2.834.905.968	305.618.500.161	308.453.406.129
1. 2. 1. 1. 01. 0.0	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL			1.307.079.701	305.375.679.854	306.682.759.555
1. 2. 1. 1. 01. 0.1	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	153	P		302.728.418.185	302.728.418.185
1. 2. 1. 1. 01. 0.3	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa	153	P		1.113.534.583	1.113.534.583
1. 2. 1. 1. 01. 0.5	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do Principal	153	P		1.410.617.942	1.410.617.942
1. 2. 1. 1. 01. 0.6	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Juros do Principal	132	P	1.014.529.421		1.014.529.421
1. 2. 1. 1. 01. 0.7	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas da Dívida Ativa	153	P		123.109.144	123.109.144
1. 2. 1. 1. 01. 0.8	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Juros da Dívida Ativa	132	P	292.550.280 1.018.045	1.699.914	292.550.280 2.717.959
1. 2. 1. 1. 02. 0.0	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL					
1. 2. 1. 1. 02. 0.1	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	153	P		1.392.443	1.392.443

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera*

R\$ 1,00

LDO - 2022, Art. 9º, inciso III, alínea "a"

Recursos de Todas as Fontes

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seg. Social	Total
1. 2. 1. 1. 02. 0.5	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento -Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do Principal	153	P		307.471	307.471
1. 2. 1. 1. 02. 0.6	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento -Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Juros do Principal	132	P	1.018.045 1.526.808.222	241.120.393	1.018.045 1.767.928.615
1. 2. 1. 1. 49. 0.0	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento -Parcelamentos					
1. 2. 1. 1. 49. 0.5	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento -Parcelamentos - Multas do Principal	153	P		32.249.519	32.249.519
1. 2. 1. 1. 49. 0.6	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento -Parcelamentos - Juros do Principal	132	P	698.313.580		698.313.580
1. 2. 1. 1. 49. 0.7	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento -Parcelamentos - Multas da Dívida Ativa	153	P		208.870.874	208.870.874
1. 2. 1. 1. 49. 0.8	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento -Parcelamentos - Juros da Dívida Ativa	132	P	828.494.642 25.225.054.464	61.717.900.183	828.494.642 86.942.954.647
1. 2. 1. 2. 00. 0.0	Contribuição para o Programa de Integração Social e para Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público PIS/PASEP					
1. 2. 1. 2. 01. 0.0	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL			23.591.993.402	58.926.198.130	82.518.191.532
1. 2. 1. 2. 01. 0.1	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	140	P	22.738.598.760	58.470.682.526	81.209.281.286
1. 2. 1. 2. 01. 0.3	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa	140	P	48.990.002	125.974.291	174.964.293
1. 2. 1. 2. 01. 0.5	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do Principal	140	P	123.340.518	317.161.333	440.501.851
1. 2. 1. 2. 01. 0.6	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Juros do Principal	132	P	603.789.295		603.789.295
1. 2. 1. 2. 01. 0.7	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas da Dívida Ativa	140	P	4.814.436	12.379.980	17.194.416
1. 2. 1. 2. 01. 0.8	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Juros da Dívida Ativa	132	P	72.460.391 1.095.433.902	2.727.088.708	72.460.391 3.822.522.610
1. 2. 1. 2. 02. 0.0	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL					
1. 2. 1. 2. 02. 0.1	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	140	P	1.016.429.754	2.613.676.509	3.630.106.263
1. 2. 1. 2. 02. 0.3	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa	140	P	26.795.019	68.901.477	95.696.496
1. 2. 1. 2. 02. 0.5	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do Principal	140	P	14.866.834	38.229.000	53.095.834
1. 2. 1. 2. 02. 0.6	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Juros do Principal	132	P	29.041.216		29.041.216
1. 2. 1. 2. 02. 0.7	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas da Dívida Ativa	140	P	2.442.892	6.281.722	8.724.614
1. 2. 1. 2. 02. 0.8	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Juros da Dívida Ativa	132	P	5.858.187 537.627.160	64.613.345	5.858.187 602.240.505
1. 2. 1. 2. 49. 0.0	Contribuição para o PIS/PASEP - Parcelamentos					
1. 2. 1. 2. 49. 0.5	Contribuição para o PIS/PASEP - Parcelamentos - Multas do Principal	140	P	3.782.634	9.726.774	13.509.408
1. 2. 1. 2. 49. 0.6	Contribuição para o PIS/PASEP - Parcelamentos - Juros do Principal	132	P	308.874.864		308.874.864
1. 2. 1. 2. 49. 0.7	Contribuição para o PIS/PASEP - Parcelamentos - Multas da Dívida Ativa	140	P	21.344.778	54.886.571	76.231.349

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera*

R\$ 1,00

LDO - 2022, Art. 9º, inciso III, alínea "a"

Recursos de Todas as Fontes

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seg. Social	Total
1. 2. 1. 2. 49. 0.8	Contribuição para o PIS/PASEP - Parcelamentos - Juros da Dívida Ativa	132	P	203.624.884		203.624.884
1. 2. 1. 3. 00. 0.0	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL			989.270.699	105.517.863.766	106.507.134.465
1. 2. 1. 3. 01. 0.0	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL			418.513.598	98.395.693.929	98.814.207.527
1. 2. 1. 3. 01. 0.1	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	151	P		97.256.236.995	97.256.236.995
		951	P		143.183.289	143.183.289
1. 2. 1. 3. 01. 0.3	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa	151	P		432.089.364	432.089.364
1. 2. 1. 3. 01. 0.5	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do Principal	151	P		534.356.191	534.356.191
1. 2. 1. 3. 01. 0.6	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Juros do Principal	132	P	336.401.900		336.401.900
1. 2. 1. 3. 01. 0.7	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas da Dívida Ativa	151	P		29.828.090	29.828.090
1. 2. 1. 3. 01. 0.8	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Juros da Dívida Ativa	132	P	82.111.698		82.111.698
				22.827.142	6.948.135.916	6.970.963.058
1. 2. 1. 3. 02. 0.0	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL					
1. 2. 1. 3. 02. 0.1	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	151	P		6.810.969.054	6.810.969.054
1. 2. 1. 3. 02. 0.3	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa	151	P		55.215.398	55.215.398
1. 2. 1. 3. 02. 0.5	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do Principal	151	P		62.621.311	62.621.311
1. 2. 1. 3. 02. 0.6	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Juros do Principal	132	P	22.554.363		22.554.363
1. 2. 1. 3. 02. 0.7	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas da Dívida Ativa	151	P		19.330.153	19.330.153
1. 2. 1. 3. 02. 0.8	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Juros da Dívida Ativa	132	P	272.779		272.779
				547.929.959	174.033.921	721.963.880
1. 2. 1. 3. 49. 0.0	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Parcelamentos					
1. 2. 1. 3. 49. 0.5	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Parcelamentos - Multas do Principal	151	P		12.587.836	12.587.836
1. 2. 1. 3. 49. 0.6	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Parcelamentos - Juros do Principal	132	P	136.619.297		136.619.297
1. 2. 1. 3. 49. 0.7	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Parcelamentos - Multas da Dívida Ativa	151	P		161.446.085	161.446.085
1. 2. 1. 3. 49. 0.8	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Parcelamentos - Juros da Dívida Ativa	132	P	411.310.662		411.310.662
1. 2. 1. 4. 00. 0.0	Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS				478.188.320.493	478.188.320.493
1. 2. 1. 4. 01. 0.0	Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado				336.925.466.540	336.925.466.540
1. 2. 1. 4. 01. 1.1	Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	154	P		273.676.438.801	273.676.438.801
1. 2. 1. 4. 01. 1.3	Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa	154	P		2.521.576.492	2.521.576.492
1. 2. 1. 4. 01. 1.4	Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa - Multas e Juros	154	P		1.323.194.628	1.323.194.628

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera*

R\$ 1,00

LDO - 2022, Art. 9º, inciso III, alínea "a"

Recursos de Todas as Fontes

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seg. Social	Total
1. 2. 1. 4. 01. 2.1	Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	154	P		56.658.939.966	56.658.939.966
1. 2. 1. 4. 01. 2.2	Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas e Juros	154	P		1.406.989.184	1.406.989.184
1. 2. 1. 4. 01. 2.3	Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa	154	P		954.016.897	954.016.897
1. 2. 1. 4. 01. 2.4	Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa - Multas e Juros	154	P		384.310.572	384.310.572
1. 2. 1. 4. 02. 0.0	Contribuição Previdenciária do Segurado				141.262.853.953	141.262.853.953
1. 2. 1. 4. 02. 0.1	Contribuição Previdenciária do Segurado - Principal	154	P		139.302.148.691	139.302.148.691
1. 2. 1. 4. 02. 0.3	Contribuição Previdenciária do Segurado - Dívida Ativa	154	P		1.379.276.247	1.379.276.247
1. 2. 1. 4. 02. 0.4	Contribuição Previdenciária do Segurado - Dívida Ativa - Multas e Juros	154	P		581.429.015	581.429.015
1. 2. 1. 5. 00. 0.0	Contribuições para Regimes Próprios de Previdência e Sistema de Proteção Social				27.610.420.712	27.610.420.712
1. 2. 1. 5. 01. 0.0	Contribuição do Servidor Civil				18.592.092.416	18.592.092.416
1. 2. 1. 5. 01. 1.1	Contribuição do Servidor Civil Ativo - Principal	156	P		12.046.684.669	12.046.684.669
1. 2. 1. 5. 01. 1.2	Contribuição do Servidor Civil Ativo - Multas e Juros	156	P		1.348.314	1.348.314
1. 2. 1. 5. 01. 2.1	Contribuição do Servidor Civil Inativo - Principal	156	P		5.092.721.141	5.092.721.141
1. 2. 1. 5. 01. 3.1	Contribuição do Servidor Civil - Pensionistas - Principal	156	P		1.203.303.486	1.203.303.486
1. 2. 1. 5. 01. 4.1	Contribuição Oriunda de Sentenças Judiciais - Servidor Civil Ativo - Principal	156	P		184.675.820	184.675.820
1. 2. 1. 5. 01. 5.1	Contribuição Oriunda de Sentenças Judiciais - Servidor Civil Inativo - Principal	156	P		45.819.339	45.819.339
1. 2. 1. 5. 01. 6.1	Contribuição Oriunda de Sentenças Judiciais - Servidor Civil - Pensionistas - Principal	156	P		17.539.647	17.539.647
1. 2. 1. 5. 04. 0.0	Contribuição para o Custeio das Pensões e/ou da Inatividade dos Militares				9.018.328.296	9.018.328.296
1. 2. 1. 5. 04. 1.1	Contribuição para o Custeio das Pensões Militares das Forças Armadas - Principal	123	P		8.566.090.040	8.566.090.040
1. 2. 1. 5. 04. 2.1	Contribuição para o Custeio das Pensões Militares e da Inatividade da Polícia Militar do Distrito Federal - Principal	123	P		305.882.483	305.882.483
1. 2. 1. 5. 04. 3.1	Contribuição para o Custeio das Pensões Militares e da Inatividade do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - Principal	123	P		146.355.773	146.355.773
1. 2. 1. 6. 00. 0.0	Contribuição para Fundos de Assistência Médica				2.078.419.084	2.078.419.084
1. 2. 1. 6. 01. 0.0	Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Policiais Militares				18.522.973	18.522.973
1. 2. 1. 6. 01. 1.1	Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Policiais Militares - Principal	106	P		18.522.973	18.522.973
1. 2. 1. 6. 02. 0.0	Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Bombeiros Militares				18.471.807	18.471.807
1. 2. 1. 6. 02. 1.1	Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Bombeiros Militares - Principal	106	P		18.471.807	18.471.807
1. 2. 1. 6. 05. 0.0	Contribuição para Fundos de Assistência Médico-Hospitalar e Social – Forças Armadas				2.041.424.304	2.041.424.304
1. 2. 1. 6. 05. 1.1	Contribuição para Fundos de Assistência Médico-Hospitalar e Social – Forças Armadas - Principal	170	P		2.041.424.304	2.041.424.304
1. 2. 1. 7. 00. 0.0	Contribuições sobre Concursos de Prognósticos e Sorteios				3.538.050.685	3.538.050.685
1. 2. 1. 7. 01. 0.0	Contribuição sobre a Loteria Federal				43.872.276	43.872.276
1. 2. 1. 7. 01. 1.1	Contribuição sobre a Loteria Federal - Principal	118	P		43.872.276	43.872.276
1. 2. 1. 7. 02. 0.0	Contribuição sobre Loterias Esportivas				5.179.562	5.179.562
1. 2. 1. 7. 02. 1.1	Contribuição sobre Loterias Esportivas - Principal	118	P		5.179.562	5.179.562
1. 2. 1. 7. 04. 0.0	Contribuição sobre Loterias de Prognósticos Numéricos				3.478.011.687	3.478.011.687
1. 2. 1. 7. 04. 1.1	Contribuição sobre Loterias de Prognósticos Numéricos - Principal	118	P		3.478.011.687	3.478.011.687
1. 2. 1. 7. 06. 0.0	Contribuição sobre Loteria de Prognóstico Específico				10.987.160	10.987.160

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera*

R\$ 1,00

LDO - 2022, Art. 9º, inciso III, alínea "a"

Recursos de Todas as Fontes

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seg. Social	Total
1. 2. 1. 7. 06. 1.1	Contribuição sobre Loteria de Prognóstico Específico - Principal	118	P		10.987.160	10.987.160
1. 2. 1. 9. 00. 0.0	Outras Contribuições Sociais			27.388.184.734	12.956.392	27.401.141.126
1. 2. 1. 9. 01. 0.0	Contribuição sobre Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas			506.853	506.852	1.013.705
1. 2. 1. 9. 01. 1.1	Contribuição sobre Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas - Principal	100	P	108.524		108.524
		118	P	253.222	361.746	614.968
1. 2. 1. 9. 01. 1.2	Contribuição sobre Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas - Multas e Juros	118	P	145.107	145.106	290.213
1. 2. 1. 9. 02. 0.0	Cota-Parte da Contribuição Sindical				12.256.496	12.256.496
1. 2. 1. 9. 02. 1.1	Cota-Parte da Contribuição Sindical - Principal	176	P		12.256.496	12.256.496
1. 2. 1. 9. 04. 0.0	Contribuição Social do Salário-Educação			24.894.516.634		24.894.516.634
1. 2. 1. 9. 04. 1.1	Contribuição Social do Salário-Educação - Principal	113	P	24.608.111.148		24.608.111.148
1. 2. 1. 9. 04. 1.2	Contribuição Social do Salário-Educação - Multas e Juros	113	P	95.704.317		95.704.317
1. 2. 1. 9. 04. 1.3	Contribuição Social do Salário-Educação - Dívida Ativa	113	P	124.380.179		124.380.179
1. 2. 1. 9. 04. 1.4	Contribuição Social do Salário-Educação - Dívida Ativa - Multas e Juros	113	P	66.320.990		66.320.990
1. 2. 1. 9. 05. 0.0	Contribuição para o Ensino Aeroviário			210.184.857		210.184.857
1. 2. 1. 9. 05. 1.1	Contribuição para o Ensino Aeroviário - Principal	100	P	62.807.080		62.807.080
		176	P	146.549.852		146.549.852
1. 2. 1. 9. 05. 1.2	Contribuição para o Ensino Aeroviário - Multas e Juros	176	P	590.056		590.056
1. 2. 1. 9. 05. 1.3	Contribuição para o Ensino Aeroviário - Dívida Ativa	100	P	53.621		53.621
		176	P	125.116		125.116
1. 2. 1. 9. 05. 1.4	Contribuição para o Ensino Aeroviário - Dívida Ativa - Multas e Juros	176	P	59.132		59.132
1. 2. 1. 9. 06. 0.0	Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo			176.185.658		176.185.658
1. 2. 1. 9. 06. 1.1	Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo - Principal	100	P	52.177.633		52.177.633
		176	P	121.747.811		121.747.811
1. 2. 1. 9. 06. 1.2	Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo - Multas e Juros	176	P	353.465		353.465
1. 2. 1. 9. 06. 1.3	Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo - Dívida Ativa	100	P	294.769		294.769
		176	P	687.796		687.796
1. 2. 1. 9. 06. 1.4	Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo - Dívida Ativa - Multas e Juros	176	P	924.184		924.184
1. 2. 1. 9. 07. 0.0	Contribuição sobre a Arrecadação dos Fundos de Investimentos Regionais			908.696		908.696
1. 2. 1. 9. 07. 1.1	Contribuição sobre a Arrecadação dos Fundos de Investimentos Regionais - Principal	100	P	272.609		272.609
		120	P	636.087		636.087
1. 2. 1. 9. 08. 0.0	Contribuição Industrial Rural			1.759.534.825		1.759.534.825
1. 2. 1. 9. 08. 1.1	Contribuição Industrial Rural - Principal	100	P	520.465.456		520.465.456
		176	P	1.214.419.398		1.214.419.398
1. 2. 1. 9. 08. 1.2	Contribuição Industrial Rural - Multas e Juros	176	P	7.338.437		7.338.437
1. 2. 1. 9. 08. 1.3	Contribuição Industrial Rural - Dívida Ativa	100	P	5.001.317		5.001.317
		176	P	11.669.741		11.669.741
1. 2. 1. 9. 08. 1.4	Contribuição Industrial Rural - Dívida Ativa - Multas e Juros	176	P	318.828		318.828
1. 2. 1. 9. 08. 2.2	Contribuição Industrial Rural - Parcelamentos - Multas e Juros	176	P	321.648		321.648
1. 2. 1. 9. 09. 0.0	Adicional à Contribuição Previdenciária Rural			346.347.211		346.347.211
1. 2. 1. 9. 09. 1.1	Adicional à Contribuição Previdenciária Rural - Principal	100	P	103.904.163		103.904.163
		176	P	242.443.048		242.443.048
1. 2. 1. 9. 99. 0.0	Demais Contribuições Sociais				193.044	193.044
1. 2. 1. 9. 99. 1.1	Demais Contribuições Sociais Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Principal	154	P		193.044	193.044
1. 2. 2. 0. 00. 0.0	Contribuições Econômicas			21.231.438.056		21.231.438.056
1. 2. 2. 1. 00. 0.0	Contribuições Econômicas			21.231.438.056		21.231.438.056
1. 2. 2. 1. 02. 0.0	Contribuição de Lojas Francas, Entrepósitos Aduaneiros e Depósitos Alfandegários			466.986.716		466.986.716

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera*

R\$ 1,00

LDO - 2022, Art. 9º, inciso III, alínea "a"

Recursos de Todas as Fontes

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seg. Social	Total
1. 2. 2. 1. 02. 0.1	Contribuição de Lojas Francas, Entrepósitos Aduaneiros e Depósitos Alfandegários - Principal	100 132	P P	140.096.015 326.890.701		140.096.015 326.890.701
1. 2. 2. 1. 03. 0.0	Contribuição sobre Apostas em Competições Hípicas			4.533.037		4.533.037
1. 2. 2. 1. 03. 0.1	Contribuição sobre Apostas em Competições Hípicas - Principal	100 172	P P	140.451 327.719		140.451 327.719
1. 2. 2. 1. 03. 0.2	Contribuição sobre Apostas em Competições Hípicas - Multas e Juros	172	P	57.806		57.806
1. 2. 2. 1. 03. 0.3	Contribuição sobre Apostas em Competições Hípicas - Dívida Ativa	100 172	P P	3.359 7.839		3.359 7.839
1. 2. 2. 1. 03. 0.4	Contribuição sobre Apostas em Competições Hípicas - Dívida Ativa - Multas e Juros	132 172	P P	3.950.619 45.244		3.950.619 45.244
1. 2. 2. 1. 04. 0.0	Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE			885.452.064		885.452.064
1. 2. 2. 1. 04. 0.1	Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE - Principal	100 130	P P	265.341.679 619.130.585		265.341.679 619.130.585
1. 2. 2. 1. 04. 0.2	Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE - Multas e Juros	130	P	2.450		2.450
1. 2. 2. 1. 04. 0.3	Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE - Dívida Ativa	100 130	P P	293.205 684.145		293.205 684.145
1. 2. 2. 1. 05. 0.0	Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM			7.956.507.081		7.956.507.081
1. 2. 2. 1. 05. 0.1	Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Principal	100 135	P P	2.386.572.156 5.568.668.364		2.386.572.156 5.568.668.364
1. 2. 2. 1. 05. 0.2	Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Multas e Juros	132	P	401.641		401.641
1. 2. 2. 1. 05. 0.3	Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Dívida Ativa	100 135	P P	130.114 303.600		130.114 303.600
1. 2. 2. 1. 05. 0.4	Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Dívida Ativa - Multas e Juros	135	P	431.206		431.206
1. 2. 2. 1. 06. 0.0	Contribuição sobre as Receitas de Concessionárias e Permissionárias de Energia Elétrica			1.134.895.561		1.134.895.561
1. 2. 2. 1. 06. 0.1	Contribuição sobre as Receitas de Concessionárias e Permissionárias de Energia Elétrica - Principal	100 172	P P	340.267.813 793.958.231		340.267.813 793.958.231
1. 2. 2. 1. 06. 0.2	Contribuição sobre as Receitas de Concessionárias e Permissionárias de Energia Elétrica - Multas e Juros	172	P	669.517		669.517
1. 2. 2. 1. 07. 0.0	Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia - CIDE - Remessas ao Exterior			7.236.304.015		7.236.304.015
1. 2. 2. 1. 07. 0.1	Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia - CIDE - Remessas ao Exterior - Principal	100 172	P P	2.167.269.567 5.056.962.321		2.167.269.567 5.056.962.321
1. 2. 2. 1. 07. 0.2	Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia - CIDE - Remessas ao Exterior - Multas e Juros	172	P	9.941.462		9.941.462
1. 2. 2. 1. 07. 0.3	Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia - CIDE - Remessas ao Exterior - Dívida Ativa	100 172	P P	356.593 832.052		356.593 832.052
1. 2. 2. 1. 07. 0.4	Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia - CIDE - Remessas ao Exterior - Dívida Ativa - Multas e Juros	172	P	942.020		942.020

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera*

R\$ 1,00

LDO - 2022, Art. 9º, inciso III, alínea "a"

Recursos de Todas as Fontes

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seg. Social	Total
1. 2. 2. 1. 08. 0.0	Contribuição Relativa às Atividades de Importação e Comercialização de Petróleo e seus Derivados, Gás Natural e Alcool Carburante - CIDE Combustíveis			1.561.310.851		1.561.310.851
1. 2. 2. 1. 08. 1.1	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Combustíveis - Importação - Principal	100 111	P P	71.661.031 264.775.734		71.661.031 264.775.734
1. 2. 2. 1. 08. 2.1	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Combustíveis - Comercialização - Principal	100 111	P P	260.346.531 961.937.652		260.346.531 961.937.652
1. 2. 2. 1. 08. 2.3	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Combustíveis - Comercialização - Dívida Ativa	100 111	P P	183.892 679.450		183.892 679.450
1. 2. 2. 1. 08. 2.7	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Combustíveis - Comercialização - Multas da Dívida Ativa	111 132	P P	51.213 125.385		51.213 125.385
1. 2. 2. 1. 08. 2.8	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Combustíveis - Comercialização - Juros da Dívida Ativa	111 132	P P	449.489 1.100.474		449.489 1.100.474
1. 2. 2. 1. 09. 0.0	Contribuição sobre a Receita das Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações			1.409.325.958		1.409.325.958
1. 2. 2. 1. 09. 1.1	Contribuição sobre a Receita Operacional Bruta Decorrente de Prestação de Serviços de Telecomunicações - Principal	100 172	P P	259.379.584 605.219.029		259.379.584 605.219.029
1. 2. 2. 1. 09. 1.3	Contribuição sobre a Receita Operacional Bruta Decorrente de Prestação de Serviços de Telecomunicações - Dívida Ativa	100 172	P P	3.015.001 7.035.003		3.015.001 7.035.003
1. 2. 2. 1. 09. 2.1	Contribuição sobre a Receita Bruta das Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações - Principal	100 172	P P	159.705.102 372.645.238		159.705.102 372.645.238
1. 2. 2. 1. 09. 2.2	Contribuição sobre a Receita Bruta das Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações - Multas e Juros	172	P	852.281		852.281
1. 2. 2. 1. 09. 2.3	Contribuição sobre a Receita Bruta das Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações - Dívida Ativa	100 172	P P	442.416 1.032.304		442.416 1.032.304
1. 2. 2. 1. 10. 0.0	Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública			325.634.619		325.634.619
1. 2. 2. 1. 10. 0.1	Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - Principal	100 172	P P	97.474.226 227.439.862		97.474.226 227.439.862
1. 2. 2. 1. 10. 0.3	Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - Dívida Ativa	100 172	P P	216.159 504.372		216.159 504.372
1. 2. 2. 1. 11. 0.0	Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática			250.422.868		250.422.868
1. 2. 2. 1. 11. 1.1	Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas na Amazônia - Principal	100 172	P P	24.045.765 56.106.785		24.045.765 56.106.785
1. 2. 2. 1. 11. 1.2	Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas na Amazônia - Multas e Juros	172	P	4.945.751		4.945.751
1. 2. 2. 1. 11. 2.1	Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas nas Demais Regiões - Principal	100 172	P P	49.597.370 115.727.197		49.597.370 115.727.197
1. 2. 2. 1. 99. 0.0	Outras Contribuições Econômicas			65.286		65.286
1. 2. 2. 1. 99. 1.2	Outras Contribuições Econômicas – Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Multas e Juros	172	P	65.286		65.286
1. 3. 0. 0. 00. 0.0	Receita Patrimonial			142.965.368.237	9.934.810.428	152.900.178.665
1. 3. 1. 0. 00. 0.0	Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado			3.065.498.219	19.924.732	3.085.422.951
1. 3. 1. 1. 00. 0.0	Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado			3.065.498.219	19.924.732	3.085.422.951
1. 3. 1. 1. 01. 0.0	Aluguéis, Arrendamentos, Foros, Laudêmos, Tarifas de Ocupação			1.814.087.766	19.572.354	1.833.660.120
1. 3. 1. 1. 01. 1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	100	P	48.207.873		48.207.873

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera*

R\$ 1,00

LDO - 2022, Art. 9º, inciso III, alínea "a"

Recursos de Todas as Fontes

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seg. Social	Total
		133	P	83.367		83.367
		150	P	427.044.396	19.562.078	446.606.474
		170	P	6.831.548		6.831.548
		186	P	618.158.454		618.158.454
1. 3. 1. 1. 01. 1.2	Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	100	P	41.034		41.034
		133	P	71.856		71.856
		150	P	925.963	10.276	936.239
1. 3. 1. 1. 01. 2.1	Foros, Laudêmos e Tarifas de Ocupação - Principal	100	P	481.047.477		481.047.477
		133	P	15.517.661		15.517.661
		186	P	124.141.284		124.141.284
1. 3. 1. 1. 01. 2.2	Foros, Laudêmos e Tarifas de Ocupação - Multas e Juros	133	P	28.014.325		28.014.325
1. 3. 1. 1. 01. 2.3	Foros, Laudêmos e Tarifas de Ocupação - Dívida Ativa	100	P	49.601.959		49.601.959
		133	P	1.600.063		1.600.063
		186	P	12.800.506		12.800.506
1. 3. 1. 1. 02. 0.0	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos			1.251.236.397	352.378	1.251.588.775
1. 3. 1. 1. 02. 0.1	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	150	P	12.133.196	352.378	12.485.574
		170	P	4.922.305		4.922.305
		186	P	1.233.666.363		1.233.666.363
1. 3. 1. 1. 02. 0.2	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Multas e Juros	133	P	514.533		514.533
1. 3. 1. 1. 99. 0.0	Outras Receitas Imobiliárias			174.056		174.056
1. 3. 1. 1. 99. 0.1	Outras Receitas Imobiliárias - Principal	100	P	145.416		145.416
		150	P	28.640		28.640
1. 3. 2. 0. 00. 0.0	Valores Mobiliários			49.106.788.374	3.027.597.099	52.134.385.473
1. 3. 2. 1. 00. 0.0	Juros e Correções Monetárias			36.322.099.455	2.933.140.237	39.255.239.692
1. 3. 2. 1. 01. 0.0	Remuneração de Depósitos Bancários			11.350.248.297	988.728.175	12.338.976.472
1. 3. 2. 1. 01. 0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	180	F	11.266.166.201	988.728.175	12.254.894.376
		193	F	84.082.096		84.082.096
1. 3. 2. 1. 02. 0.0	Remuneração de Depósitos Especiais				1.616.599.923	1.616.599.923
1. 3. 2. 1. 02. 0.1	Remuneração de Depósitos Especiais - Principal	180	F		1.616.599.923	1.616.599.923
1. 3. 2. 1. 03. 0.0	Remuneração de Saldos de Recursos Não-Desembolsados				327.812.139	327.812.139
1. 3. 2. 1. 03. 0.1	Remuneração de Saldos de Recursos Não-Desembolsados - Principal	180	F		327.812.139	327.812.139
1. 3. 2. 1. 05. 0.0	Juros de Títulos de Renda			11.470.968.913		11.470.968.913
1. 3. 2. 1. 05. 0.1	Juros de Títulos de Renda - Principal	180	F	11.470.968.913		11.470.968.913
1. 3. 2. 1. 06. 0.0	Juros sobre o Capital Próprio			13.500.882.245		13.500.882.245
1. 3. 2. 1. 06. 0.1	Juros sobre o Capital Próprio - Principal	197	P	13.500.882.245		13.500.882.245
1. 3. 2. 2. 00. 0.0	Dividendos			11.923.264.740	94.456.862	12.017.721.602
1. 3. 2. 2. 01. 0.0	Dividendos			11.923.264.740	94.456.862	12.017.721.602
1. 3. 2. 2. 01. 0.1	Dividendos - Principal	150	P	632.588	94.156.550	94.789.138
		197	P	11.922.632.152		11.922.632.152
1. 3. 2. 2. 01. 0.2	Dividendos - Multas e Juros	150	P		300.312	300.312
1. 3. 2. 3. 00. 0.0	Participações			861.424.179		861.424.179
1. 3. 2. 3. 01. 0.0	Participações			861.424.179		861.424.179
1. 3. 2. 3. 01. 0.1	Participações - Principal	197	P	861.424.179		861.424.179
1. 3. 3. 0. 00. 0.0	Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença			3.150.649.029		3.150.649.029
1. 3. 3. 1. 00. 0.0	Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte			393.800.000		393.800.000
1. 3. 3. 1. 01. 0.0	Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Rodoviário			3.600.000		3.600.000
1. 3. 3. 1. 01. 0.1	Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Rodoviário - Principal	129	P	3.600.000		3.600.000
1. 3. 3. 1. 02. 0.0	Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Ferroviário			390.200.000		390.200.000
1. 3. 3. 1. 02. 0.1	Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Ferroviário - Principal	129	P	390.200.000		390.200.000
1. 3. 3. 2. 00. 0.0	Delegação dos Serviços de Infraestrutura			2.614.445.675		2.614.445.675
1. 3. 3. 2. 01. 0.0	Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Rodoviário			685.061		685.061
1. 3. 3. 2. 01. 2.1	Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Rodoviário para os Estados, Distrito Federal e Municípios - Principal	129	P	685.061		685.061

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera*

R\$ 1,00

LDO - 2022, Art. 9º, inciso III, alínea "a"

Recursos de Todas as Fontes

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seg. Social	Total
1. 3. 3. 2. 03. 0.0	Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Aquaviário			155.377.000		155.377.000
1. 3. 3. 2. 03. 0.1	Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Aquaviário - Principal	129	P	155.377.000		155.377.000
1. 3. 3. 2. 04. 0.0	Delegação para Exploração da Infraestrutura Aeroportuária			2.458.383.614		2.458.383.614
1. 3. 3. 2. 04. 0.1	Delegação para Exploração da Infraestrutura Aeroportuária - Principal	129	P	2.458.383.614		2.458.383.614
1. 3. 3. 3. 00. 0.0	Delegação dos Serviços de Telecomunicação			142.403.354		142.403.354
1. 3. 3. 3. 01. 0.0	Delegação dos Serviços de Telecomunicação - Poder Concedente no Regime Público			131.885.961		131.885.961
1. 3. 3. 3. 01. 1.1	Delegação dos Serviços de Telecomunicação - Poder Concedente no Regime Público - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	178	P	129.568.351		129.568.351
1. 3. 3. 3. 01. 1.3	Delegação dos Serviços de Telecomunicação - Poder Concedente no Regime Público - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Dívida Ativa	178	P	2.317.610		2.317.610
1. 3. 3. 3. 03. 0.0	Delegação dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagens			3.164.182		3.164.182
1. 3. 3. 3. 03. 1.1	Delegação dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagens - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	178	P	3.164.182		3.164.182
1. 3. 3. 3. 04. 0.0	Cessão do Direito de Uso de Radiofrequência			6.275.058		6.275.058
1. 3. 3. 3. 04. 1.1	Cessão do Direito de Uso de Radiofrequência - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	178	P	6.275.058		6.275.058
1. 3. 3. 3. 06. 0.0	Transferência da Delegação dos Serviços de Telecomunicações ou do Direito de Uso de Radiofrequência			8.432		8.432
1. 3. 3. 3. 06. 1.1	Transferência da Delegação dos Serviços de Telecomunicações ou do Direito de Uso de Radiofrequência - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	178	P	8.432		8.432
1. 3. 3. 3. 99. 0.0	Outras Delegações dos Serviços de Telecomunicação			1.069.721		1.069.721
1. 3. 3. 3. 99. 1.1	Outras Delegações dos Serviços de Telecomunicação - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	178	P	482.446		482.446
1. 3. 3. 3. 99. 2.1	Outras Delegações dos Serviços de Telecomunicação - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	178	P	587.275		587.275
1. 3. 4. 0. 00. 0.0	Exploração de Recursos Naturais			82.550.482.264	949.986.656	83.500.468.920
1. 3. 4. 1. 00. 0.0	Petróleo - Regime de Concessão			67.013.569.763	949.986.656	67.963.556.419
1. 3. 4. 1. 01. 0.0	Outorga de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural - Regime de Concessão			314.931.216		314.931.216
1. 3. 4. 1. 01. 2.1	Pagamento pela Retenção de Área para Exploração ou Produção - Principal	129	P	314.931.216		314.931.216
1. 3. 4. 1. 02. 0.0	Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo - Contrato de Concessão			16.536.911.137	285.153.572	16.822.064.709
1. 3. 4. 1. 02. 1.1	Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal	142	P	736.719.524		736.719.524
1. 3. 4. 1. 02. 2.1	Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal	108 142	P P	612.562.534 5.513.062.808		612.562.534 5.513.062.808
1. 3. 4. 1. 02. 3.1	Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal	142	P	4.256.648.403		4.256.648.403
1. 3. 4. 1. 02. 4.1	Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal	142	P	5.417.917.868	285.153.572	5.703.071.440
1. 3. 4. 1. 03. 0.0	Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo - Contrato de Concessão			16.016.915.666	570.307.461	16.587.223.127

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera*

R\$ 1,00

LDO - 2022, Art. 9º, inciso III, alínea "a"

Recursos de Todas as Fontes

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seg. Social	Total
1. 3. 4. 1. 03. 1.1	Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal	108 142	P P	80.476.086 563.332.605		80.476.086 563.332.605
1. 3. 4. 1. 03. 2.1	Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal	108 142	P P	1.223.787.109 4.895.148.435		1.223.787.109 4.895.148.435
1. 3. 4. 1. 03. 3.1	Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal	142	P	4.121.404.280		4.121.404.280
1. 3. 4. 1. 03. 4.1	Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal	142	P	5.132.767.151 34.144.811.744	570.307.461 94.525.623	5.703.074.612 34.239.337.367
1. 3. 4. 1. 04. 0.0	Participação Especial pela Produção de Petróleo - Contrato de Concessão					
1. 3. 4. 1. 04. 1.1	Participação Especial pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal	142	P	82.948.884		82.948.884
1. 3. 4. 1. 04. 2.1	Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal	108 142	P P	7.284.735.081 21.854.205.242		7.284.735.081 21.854.205.242
1. 3. 4. 1. 04. 3.1	Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal	142	P	4.261.243.174		4.261.243.174
1. 3. 4. 1. 04. 4.1	Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal	142	P	661.679.363 3.503.142.609	94.525.623	756.204.986 3.503.142.609
1. 3. 4. 3. 00. 0.0	Petróleo - Regime de Partilha de Produção			3.503.142.609		3.503.142.609
1. 3. 4. 3. 02. 0.0	Royalties pela Produção de Petróleo - Partilha de Produção - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012					
1. 3. 4. 3. 02. 4.1	Royalties pela Produção de Petróleo em Plataforma - Partilha de Produção - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Principal	142	P	3.503.142.609		3.503.142.609
1. 3. 4. 4. 00. 0.0	Exploração de Recursos Minerais			8.636.356.077		8.636.356.077
1. 3. 4. 4. 01. 0.0	Outorga de Direitos de Exploração e Pesquisa Mineral			239.045.079		239.045.079
1. 3. 4. 4. 01. 0.1	Outorga de Direitos de Exploração e Pesquisa Mineral - Principal	129	P	233.144.040		233.144.040
1. 3. 4. 4. 01. 0.3	Outorga de Direitos de Exploração e Pesquisa Mineral - Dívida Ativa	129	P	5.901.039		5.901.039
1. 3. 4. 4. 02. 0.0	Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais			8.397.310.998		8.397.310.998
1. 3. 4. 4. 02. 0.1	Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Principal	141	P	8.374.496.804		8.374.496.804
1. 3. 4. 4. 02. 0.3	Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Dívida Ativa	141	P	22.814.194		22.814.194
1. 3. 4. 5. 00. 0.0	Exploração de Recursos Hídricos			3.368.411.869		3.368.411.869
1. 3. 4. 5. 01. 0.0	Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos			169.895.362		169.895.362
1. 3. 4. 5. 01. 0.1	Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos - Principal	116	P	169.895.362		169.895.362
1. 3. 4. 5. 03. 0.0	Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Hídricos			3.198.516.507		3.198.516.507
1. 3. 4. 5. 03. 1.1	Utilização de Recursos Hídricos - Itaipu - Principal	134	P	1.279.723.380		1.279.723.380
1. 3. 4. 5. 03. 2.1	Utilização de Recursos Hídricos - Demais Empresas - Principal	134 183	P P	1.713.208.149 205.584.978		1.713.208.149 205.584.978
1. 3. 4. 6. 00. 0.0	Exploração de Recursos Florestais			29.001.946		29.001.946
1. 3. 4. 6. 01. 0.0	Concessão de Florestas Nacionais			29.001.946		29.001.946
1. 3. 4. 6. 01. 1.1	Concessão de Florestas Nacionais - Valor Mínimo - Principal	129	P	7.936.091		7.936.091

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera*

R\$ 1,00

LDO - 2022, Art. 9º, inciso III, alínea "a"

Recursos de Todas as Fontes

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seg. Social	Total
1. 3. 4. 6. 01. 1.2	Concessão de Florestas Nacionais - Valor Mínimo - Multas e Juros	129	P	82.499		82.499
1. 3. 4. 6. 01. 2.1	Concessão de Florestas Nacionais - Demais Valores - Principal	129	P	20.562.364		20.562.364
1. 3. 4. 6. 01. 2.2	Concessão de Florestas Nacionais - Demais Valores - Multas e Juros	129	P	420.992		420.992
1. 3. 5. 0. 00. 0.0	Exploração do Patrimônio Intangível			64.348		64.348
1. 3. 5. 1. 00. 0.0	Exploração do Patrimônio Intangível			64.348		64.348
1. 3. 5. 1. 02. 0.0	Direito de Uso da Imagem e de Reprodução dos Bens do Acervo Patrimonial			7.672		7.672
1. 3. 5. 1. 02. 0.1	Direito de Uso da Imagem e de Reprodução dos Bens do Acervo Patrimonial - Principal	150	P	7.672		7.672
1. 3. 5. 1. 04. 0.0	Royalties pela Comercialização de Produtos Resultantes de Criação Protegida			56.676		56.676
1. 3. 5. 1. 04. 0.1	Royalties pela Comercialização de Produtos Resultantes de Criação Protegida - Principal	150	P	56.676		56.676
1. 3. 6. 0. 00. 0.0	Cessão de Direitos			1.882.142.428	5.937.301.941	7.819.444.369
1. 3. 6. 1. 00. 0.0	Cessão de Direitos			1.882.142.428	5.937.301.941	7.819.444.369
1. 3. 6. 1. 01. 0.0	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos			1.882.142.428	5.937.301.941	7.819.444.369
1. 3. 6. 1. 01. 1.1	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poderes Executivo e Legislativo - Principal	100	P	1.151.016.808		1.151.016.808
		150	P	413.556.348	5.937.301.941	6.350.858.289
1. 3. 6. 1. 01. 2.1	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	100	P	150.000.000		150.000.000
		170	P	167.569.272		167.569.272
1. 3. 9. 0. 00. 0.0	Demais Receitas Patrimoniais			3.209.743.575		3.209.743.575
1. 3. 9. 1. 00. 0.0	Participação da União em Receita de Serviços			3.198.418.161		3.198.418.161
1. 3. 9. 1. 01. 0.0	Participação da União em Receita de Concursos de Prognósticos e Sorteios			3.198.418.161		3.198.418.161
1. 3. 9. 1. 01. 1.1	Participação da União em Receita de Loteria Federal - Principal	118	P	18.992.792		18.992.792
1. 3. 9. 1. 01. 2.1	Participação da União em Receita de Loteria Esportiva - Principal	118	P	15.987.910		15.987.910
1. 3. 9. 1. 01. 4.1	Participação da União em Receita de Loterias de Prognósticos Numéricos - Principal	118	P	3.140.652.359		3.140.652.359
1. 3. 9. 1. 01. 6.1	Participação da União em Receita de Loteria de Prognóstico Específico - Principal	118	P	22.785.100		22.785.100
1. 3. 9. 9. 00. 0.0	Outras Receitas Patrimoniais			11.325.414		11.325.414
1. 3. 9. 9. 99. 0.0	Outras Receitas Patrimoniais			11.325.414		11.325.414
1. 3. 9. 9. 99. 0.1	Outras Receitas Patrimoniais - Principal	150	P	11.325.414		11.325.414
1. 4. 0. 0. 00. 0.0	Receita Agropecuária			28.581.411		28.581.411
1. 4. 1. 0. 00. 0.0	Receita Agropecuária			28.581.411		28.581.411
1. 4. 1. 1. 00. 0.0	Receita Agropecuária			28.581.411		28.581.411
1. 4. 1. 1. 01. 0.0	Receita Agropecuária			28.581.411		28.581.411
1. 4. 1. 1. 01. 0.1	Receita Agropecuária - Principal	150	P	28.551.306		28.551.306
		170	P	30.105		30.105
1. 5. 0. 0. 00. 0.0	Receita Industrial			4.006.389.065	273.300	4.006.662.365
1. 5. 1. 0. 00. 0.0	Receita Industrial			4.006.389.065	273.300	4.006.662.365
1. 5. 1. 1. 00. 0.0	Receita Industrial			4.006.389.065	273.300	4.006.662.365
1. 5. 1. 1. 01. 0.0	Receita Industrial			4.006.389.065	273.300	4.006.662.365
1. 5. 1. 1. 01. 0.1	Receita Industrial - Principal	108	P	1.231.270.000		1.231.270.000
		150	P	1.543.605.669	273.300	1.543.878.969
		186	P	1.231.270.000		1.231.270.000
1. 5. 1. 1. 01. 0.2	Receita Industrial - Multas e Juros	150	P	243.396		243.396
1. 6. 0. 0. 00. 0.0	Receita de Serviços			32.239.846.633	37.546.549.599	69.786.396.232
1. 6. 1. 0. 00. 0.0	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais			3.323.931.121	51.166.328	3.375.097.449
1. 6. 1. 1. 00. 0.0	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais			3.323.931.121	51.166.328	3.375.097.449
1. 6. 1. 1. 01. 0.0	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral			2.099.005.531	45.022.734	2.144.028.265
1. 6. 1. 1. 01. 0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	150	P	2.063.210.709	38.460.877	2.101.671.586
		170	P	35.465.212	6.559.865	42.025.077
1. 6. 1. 1. 01. 0.2	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Multas e Juros	150	P	329.610	1.992	331.602
1. 6. 1. 1. 02. 0.0	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos			237.326.034	5.266.524	242.592.558
1. 6. 1. 1. 02. 0.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	150	P	237.326.034	5.266.524	242.592.558

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera*

R\$ 1,00

LDO - 2022, Art. 9º, inciso III, alínea "a"

Recursos de Todas as Fontes

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seg. Social	Total
1. 6. 1. 1. 03. 0.0	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização			775.279.893	6.435	775.286.328
1. 6. 1. 1. 03. 0.1	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	150	P	774.532.831	6.435	774.539.266
		170	P	487.742		487.742
1. 6. 1. 1. 03. 0.2	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Multas e Juros	150	P	259.320		259.320
1. 6. 1. 1. 04. 0.0	Serviços de Informação e Tecnologia			212.319.663	870.635	213.190.298
1. 6. 1. 1. 04. 0.1	Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	100	P	3.328.198		3.328.198
		150	P	208.989.125	870.635	209.859.760
1. 6. 1. 1. 04. 0.2	Serviços de Informação e Tecnologia - Multas e Juros	150	P	2.340		2.340
1. 6. 2. 0. 00. 0.0	Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte			2.706.991.860		2.706.991.860
1. 6. 2. 1. 00. 0.0	Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte			2.706.991.860		2.706.991.860
1. 6. 2. 1. 01. 0.0	Serviços de Navegação			2.396.175.703		2.396.175.703
1. 6. 2. 1. 01. 1.1	Serviços de Navegação Aérea - Principal	150	P	2.179.739.949		2.179.739.949
1. 6. 2. 1. 01. 2.1	Serviços de Navegação Naval - Principal	170	P	216.435.754		216.435.754
1. 6. 2. 1. 02. 0.0	Serviços de Transporte de Passageiros ou Mercadorias			310.276.721		310.276.721
1. 6. 2. 1. 02. 0.1	Serviços de Transporte de Passageiros ou Mercadorias - Principal	150	P	310.276.721		310.276.721
1. 6. 2. 1. 03. 0.0	Serviços Portuários			536.026		536.026
1. 6. 2. 1. 03. 0.1	Serviços Portuários - Principal	150	P	536.026		536.026
1. 6. 2. 1. 04. 0.0	Serviços Aeroportuários			3.410		3.410
1. 6. 2. 1. 04. 1.1	Tarifa Aeroportuária - Principal	150	P	3.410		3.410
1. 6. 3. 0. 00. 0.0	Serviços e Atividades Referentes à Saúde				307.313.410	307.313.410
1. 6. 3. 1. 00. 0.0	Serviços de Atendimento à Saúde				263.929.322	263.929.322
1. 6. 3. 1. 01. 0.0	Serviços de Atendimento à Saúde em Unidades do Governo Federal				263.929.322	263.929.322
1. 6. 3. 1. 01. 0.1	Serviços de Atendimento à Saúde em Unidades do Governo Federal - Principal	150	P		160.492.884	160.492.884
		170	P		103.433.834	103.433.834
1. 6. 3. 1. 01. 0.2	Serviços de Atendimento à Saúde em Unidades do Governo Federal - Multas e Juros	150	P		2.604	2.604
1. 6. 3. 2. 00. 0.0	Serviços de Assistência à Saúde de Servidores Cíveis e Militares				43.384.088	43.384.088
1. 6. 3. 2. 01. 0.0	Serviços de Assistência à Saúde Suplementar de Servidores Cíveis				43.384.088	43.384.088
1. 6. 3. 2. 01. 0.1	Serviços de Assistência à Saúde Suplementar de Servidores Cíveis - Principal	150	P		6.847.768	6.847.768
		170	P		36.536.320	36.536.320
1. 6. 4. 0. 00. 0.0	Serviços e Atividades Financeiras			26.170.205.221	37.188.069.861	63.358.275.082
1. 6. 4. 1. 00. 0.0	Serviços e Atividades Financeiras			26.170.205.221	37.188.069.861	63.358.275.082
1. 6. 4. 1. 01. 0.0	Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros			25.722.120.202		25.722.120.202
1. 6. 4. 1. 01. 0.1	Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	159	F	3.054.998.080		3.054.998.080
		160	F	25.773.321		25.773.321
		166	F	2.205.604		2.205.604
		171	F	159.210.533		159.210.533
		173	F	17.143.798.797		17.143.798.797
		180	F	5.336.127.611		5.336.127.611
1. 6. 4. 1. 01. 0.2	Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Multas e Juros	180	F	6.256		6.256
1. 6. 4. 1. 02. 0.0	Concessão de Avais, Garantias e Seguros			448.085.019		448.085.019
1. 6. 4. 1. 02. 0.1	Concessão de Avais, Garantias e Seguros - Principal	150	P	448.085.019		448.085.019
1. 6. 4. 1. 03. 0.0	Remuneração sobre Repasse para Programas de Desenvolvimento Econômico				37.188.069.861	37.188.069.861
1. 6. 4. 1. 03. 0.1	Remuneração sobre Repasse para Programas de Desenvolvimento Econômico - Principal	180	F		37.188.069.861	37.188.069.861
1. 6. 9. 0. 00. 0.0	Outros Serviços			38.718.431		38.718.431
1. 6. 9. 9. 00. 0.0	Outros Serviços			38.718.431		38.718.431
1. 6. 9. 9. 99. 0.0	Outros Serviços			38.718.431		38.718.431
1. 6. 9. 9. 99. 0.1	Outros Serviços - Principal	150	P	38.718.431		38.718.431
1. 7. 0. 0. 00. 0.0	Transferências Correntes			168.427.799	4.148.640	172.576.439
1. 7. 2. 0. 00. 0.0	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades			17.305.879	2.139.684	19.445.563
1. 7. 2. 4. 00. 0.0	Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades			17.305.879	2.139.684	19.445.563

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera*

R\$ 1,00

LDO - 2022, Art. 9º, inciso III, alínea "a"

Recursos de Todas as Fontes

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seg. Social	Total
1. 7. 2. 4. 01. 0.0	Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União			17.305.879	2.139.684	19.445.563
1. 7. 2. 4. 01. 0.1	Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	181	P	17.305.879	2.139.684	19.445.563
1. 7. 3. 0. 00. 0.0	Transferências dos Municípios e de suas Entidades			2.276.198		2.276.198
1. 7. 3. 2. 00. 0.0	Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades			2.276.198		2.276.198
1. 7. 3. 2. 01. 0.0	Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União			2.276.198		2.276.198
1. 7. 3. 2. 01. 0.1	Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	181	P	2.276.198		2.276.198
1. 7. 4. 0. 00. 0.0	Transferências de Instituições Privadas			147.165.722		147.165.722
1. 7. 4. 1. 00. 0.0	Transferências de Instituições Privadas			147.165.722		147.165.722
1. 7. 4. 1. 01. 0.0	Transferências de Instituições Privadas para Órgãos e Entidades da União			147.165.722		147.165.722
1. 7. 4. 1. 01. 0.1	Transferências de Instituições Privadas para Órgãos e Entidades da União - Principal	150	P	121.612.030		121.612.030
		181	P	10.661.570		10.661.570
		186	P	59.788		59.788
		196	P	14.832.334		14.832.334
1. 7. 6. 0. 00. 0.0	Transferências do Exterior			1.240.000		1.240.000
1. 7. 6. 1. 00. 0.0	Transferências do Exterior			1.240.000		1.240.000
1. 7. 6. 1. 01. 0.0	Transferências do Exterior para Órgãos e Entidades da União			1.240.000		1.240.000
1. 7. 6. 1. 01. 0.1	Transferências do Exterior para Órgãos e Entidades da União - Principal	195	P	1.240.000		1.240.000
1. 7. 9. 0. 00. 0.0	Demais Transferências Correntes			440.000	2.008.956	2.448.956
1. 7. 9. 1. 00. 0.0	Transferências de Pessoas Físicas			440.000	2.008.956	2.448.956
1. 7. 9. 1. 01. 0.0	Transferências de Pessoas Físicas para Órgãos e Entidades da União			440.000	2.008.956	2.448.956
1. 7. 9. 1. 01. 0.1	Transferências de Pessoas Físicas para Órgãos e Entidades da União - Principal	196	P	440.000	2.008.956	2.448.956
1. 9. 0. 0. 00. 0.0	Outras Receitas Correntes			30.526.077.371	3.679.899.407	34.205.976.778
1. 9. 1. 0. 00. 0.0	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais			5.397.151.947	460.817.060	5.857.969.007
1. 9. 1. 1. 00. 0.0	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais			5.397.151.947	460.817.060	5.857.969.007
1. 9. 1. 1. 01. 0.0	Multas Previstas em Legislação Específica			2.159.938.660	369.345.627	2.529.284.287
1. 9. 1. 1. 01. 0.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	132	P	979.264.312		979.264.312
		133	P	45.382.927		45.382.927
		136	P	62.391.021		62.391.021
		150	P	52.727.127	1.290.971	54.018.098
		154	P		54.881.612	54.881.612
		174	P	473.378.875	199.712.957	673.091.832
1. 9. 1. 1. 01. 0.2	Multas Previstas em Legislação Específica - Multas e Juros	136	P	13.128		13.128
		150	P	19.992		19.992
		174	P	4.231.154		4.231.154
1. 9. 1. 1. 01. 0.3	Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	133	P	11.722		11.722
		136	P	210.218.201		210.218.201
		150	P	180.460		180.460
		174	P	274.640.845	113.460.087	388.100.932
		186	P	1.061.427		1.061.427
1. 9. 1. 1. 01. 0.4	Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa - Multas e Juros	136	P	50.667.234		50.667.234
		150	P	56.508		56.508
		174	P	5.693.727		5.693.727
				51.123.488		51.123.488
1. 9. 1. 1. 02. 0.0	Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações					
1. 9. 1. 1. 02. 1.1	Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	178	P	48.031.472		48.031.472
1. 9. 1. 1. 02. 1.3	Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Dívida Ativa	178	P	3.092.016		3.092.016
1. 9. 1. 1. 03. 0.0	Multas Previstas na Legislação do Seguro-Desemprego e Abono Salarial				35.189.767	35.189.767
1. 9. 1. 1. 03. 0.1	Multas Previstas na Legislação do Seguro-Desemprego e Abono Salarial - Principal	174	P		35.189.767	35.189.767

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera*

R\$ 1,00

LDO - 2022, Art. 9º, inciso III, alínea "a"

Recursos de Todas as Fontes

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seg. Social	Total
1. 9. 1. 1. 04. 0.0	Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos			311.760.152		311.760.152
1. 9. 1. 1. 04. 0.1	Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos - Principal	174	P	270.982.643		270.982.643
1. 9. 1. 1. 04. 0.2	Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos - Multas e Juros	174	P	24.594.969		24.594.969
1. 9. 1. 1. 04. 0.3	Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos - Dívida Ativa	174	P	16.182.540		16.182.540
1. 9. 1. 1. 05. 0.0	Multas Previstas em Lei por Infrações no Setor de Energia Elétrica			146.607.405		146.607.405
1. 9. 1. 1. 05. 0.1	Multas Previstas em Lei por Infrações no Setor de Energia Elétrica - Principal	186	P	140.523.480		140.523.480
1. 9. 1. 1. 05. 0.2	Multas Previstas em Lei por Infrações no Setor de Energia Elétrica - Multas e Juros	186	P	4.859.707		4.859.707
1. 9. 1. 1. 05. 0.3	Multas Previstas em Lei por Infrações no Setor de Energia Elétrica - Dívida Ativa	186	P	1.224.218		1.224.218
1. 9. 1. 1. 06. 0.0	Multas por Danos Ambientais			118.236.665		118.236.665
1. 9. 1. 1. 06. 1.1	Multas Administrativas por Danos Ambientais - Principal	174	P	23.582.417		23.582.417
		186	P	94.329.746		94.329.746
1. 9. 1. 1. 06. 2.1	Multas Judiciais por Danos Ambientais - Principal	174	P	324.502		324.502
1. 9. 1. 1. 07. 0.0	Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas			10.156.316		10.156.316
1. 9. 1. 1. 07. 0.1	Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas - Principal	100	P	10.156.316		10.156.316
1. 9. 1. 1. 08. 0.0	Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais			17.919.165		17.919.165
1. 9. 1. 1. 08. 0.1	Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais - Principal	174	P	17.919.165		17.919.165
1. 9. 1. 1. 09. 0.0	Multas e Juros Previstos em Contratos			236.272.900	6.761.601	243.034.501
1. 9. 1. 1. 09. 0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	100	P	220.903.962		220.903.962
		150	P	15.195.358	6.761.601	21.956.959
1. 9. 1. 1. 09. 0.2	Multas e Juros Previstos em Contratos - Multas e Juros	150	P	173.580		173.580
1. 9. 1. 1. 10. 0.0	Multas Previstas na Legislação sobre Regime de Previdência Privada Complementar				106.823	106.823
1. 9. 1. 1. 10. 0.3	Multas Previstas na Legislação sobre Regime de Previdência Privada Complementar - Dívida Ativa	174	P		106.823	106.823
1. 9. 1. 1. 11. 0.0	Multa por Descumprimento de Obrigação Previdenciária Acessória				49.413.242	49.413.242
1. 9. 1. 1. 11. 0.1	Multa por Descumprimento de Obrigação Previdenciária Acessória - Principal	154	P		49.413.242	49.413.242
1. 9. 1. 1. 12. 0.0	Multas Previstas na Legislação Antidrogas			438.439		438.439
1. 9. 1. 1. 12. 0.1	Multas Previstas na Legislação Antidrogas - Principal	174	P	87.688		87.688
		186	P	350.751		350.751
1. 9. 1. 1. 13. 0.0	Multas Previstas na Legislação Anticorrupção			410.737.374		410.737.374
1. 9. 1. 1. 13. 2.1	Multas da Legislação Anticorrupção Oriundas de Acordos de Leniência - Principal	100	P	410.737.374		410.737.374
1. 9. 1. 1. 14. 0.0	Multas Previstas no Código de Trânsito Brasileiro – CTB			1.933.961.383		1.933.961.383
1. 9. 1. 1. 14. 0.1	Multas Previstas no Código de Trânsito Brasileiro – CTB - Principal	174	P	1.917.691.573		1.917.691.573
		186	P	15.819.324		15.819.324
1. 9. 1. 1. 14. 0.2	Multas Previstas no Código de Trânsito Brasileiro – CTB - Multas e Juros	174	P	4.324		4.324
1. 9. 1. 1. 14. 0.3	Multas Previstas no Código de Trânsito Brasileiro – CTB - Dívida Ativa	174	P	446.162		446.162
1. 9. 2. 0. 00. 0.0	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos			11.816.015.319	3.008.284.831	14.824.300.150
1. 9. 2. 1. 00. 0.0	Indenizações			166.181.656	35.627	166.217.283
1. 9. 2. 1. 02. 0.0	Indenização por Posse ou Ocupação Ilícita de Bens Públicos			1.085.025		1.085.025
1. 9. 2. 1. 02. 0.1	Indenização por Posse ou Ocupação Ilícita de Bens Públicos - Principal	100	P	1.079.620		1.079.620
1. 9. 2. 1. 02. 0.2	Indenização por Posse ou Ocupação Ilícita de Bens Públicos - Multas e Juros	133	P	5.405		5.405
1. 9. 2. 1. 03. 0.0	Indenização por Sinistro			321.113		321.113
1. 9. 2. 1. 03. 0.1	Indenização por Sinistro - Principal	150	P	321.113		321.113
1. 9. 2. 1. 99. 0.0	Outras Indenizações			164.775.518	35.627	164.811.145
1. 9. 2. 1. 99. 0.1	Outras Indenizações - Principal	100	P	140.414.279		140.414.279
		150	P	24.361.239	35.627	24.396.866
1. 9. 2. 2. 00. 0.0	Restituições			11.322.164.261	1.870.048.553	13.192.212.814
1. 9. 2. 2. 02. 0.0	Restituição de Benefícios Não Desembolsados				194.353.692	194.353.692

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera*

R\$ 1,00

LDO - 2022, Art. 9º, inciso III, alínea "a"

Recursos de Todas as Fontes

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seg. Social	Total
1. 9. 2. 2. 02. 0.1	Restituição de Benefícios Não Desembolsados - Principal	150	P		194.353.692	194.353.692
1. 9. 2. 2. 03. 0.0	Restituição de Benefícios Previdenciários				1.398.164.292	1.398.164.292
1. 9. 2. 2. 03. 0.1	Restituição de Benefícios Previdenciários - Principal	151	P		1.371.145	1.371.145
		153	P		179.900.296	179.900.296
		154	P		1.216.892.851	1.216.892.851
1. 9. 2. 2. 04. 0.0	Restituição de Benefícios Assistenciais				42.572	42.572
1. 9. 2. 2. 04. 0.1	Restituição de Benefícios Assistenciais - Principal	153	P		42.572	42.572
1. 9. 2. 2. 06. 0.0	Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores			2.613.696.649	1.266.932	2.614.963.581
1. 9. 2. 2. 06. 3.1	Restituição de Despesas Primárias de Exercícios Anteriores - Principal	100	P	2.597.727.507		2.597.727.507
		136	P	12.298.004		12.298.004
		150	P	3.671.138	1.266.932	4.938.070
1. 9. 2. 2. 07. 0.0	Restituição de Parcelas do Seguro Desemprego Recebidas Indevidamente				20.528.403	20.528.403
1. 9. 2. 2. 07. 0.1	Restituição de Parcelas do Seguro Desemprego Recebidas Indevidamente - Principal	140	P		20.528.403	20.528.403
1. 9. 2. 2. 08. 0.0	Restituição de Garantias Prestadas			10.500.374		10.500.374
1. 9. 2. 2. 08. 0.1	Restituição de Garantias Prestadas - Principal	150	P	10.500.374		10.500.374
1. 9. 2. 2. 09. 0.0	Restituição de Recursos de Fomento			3.701.040		3.701.040
1. 9. 2. 2. 09. 0.1	Restituição de Recursos de Fomento - Principal	100	P	3.701.040		3.701.040
1. 9. 2. 2. 10. 0.0	Restituição Decorrente da Não Aplicação de Incentivos Fiscais			26.192.555		26.192.555
1. 9. 2. 2. 10. 1.1	Restituição Decorrente da Não Aplicação de Incentivos Fiscais Relativos à Lei Rouanet - Principal	150	P	17.452.850		17.452.850
1. 9. 2. 2. 10. 2.1	Restituição Decorrente da Não Aplicação de Incentivos Fiscais Relativos à Lei do Audiovisual - Principal	150	P	961.896		961.896
		186	P	7.777.809		7.777.809
1. 9. 2. 2. 12. 0.0	Restituição de Depósitos de Sentenças Judiciais Não Sacados			8.485.328.549		8.485.328.549
1. 9. 2. 2. 12. 0.1	Restituição de Depósitos de Sentenças Judiciais Não Sacados - Principal	100	P	6.363.996.412		6.363.996.412
		186	P	2.121.332.137		2.121.332.137
1. 9. 2. 2. 13. 0.0	Restituição de Contribuições para a Previdência Complementar do Servidor Público			12.901.516		12.901.516
1. 9. 2. 2. 13. 0.1	Restituição de Contribuições para a Previdência Complementar do Servidor Público - Principal	100	P	12.901.516		12.901.516
1. 9. 2. 2. 99. 0.0	Outras Restituições			169.843.578	255.692.662	425.536.240
1. 9. 2. 2. 99. 0.1	Outras Restituições - Principal	100	P	75.405.782		75.405.782
		150	P	94.388.728	241.526.686	335.915.414
1. 9. 2. 2. 99. 0.2	Outras Restituições - Multas e Juros	150	P	49.068	14.165.976	14.215.044
1. 9. 2. 3. 00. 0.0	Ressarcimentos			327.669.402	1.138.200.651	1.465.870.053
1. 9. 2. 3. 01. 0.0	Ressarcimento por Operadoras de Seguros Privados de Assistência à Saúde				954.987.399	954.987.399
1. 9. 2. 3. 01. 0.1	Ressarcimento por Operadoras de Seguros Privados de Assistência à Saúde - Principal	136	P		954.987.399	954.987.399
1. 9. 2. 3. 02. 0.0	Ressarcimento de Custos			54.150.023		54.150.023
1. 9. 2. 3. 02. 0.1	Ressarcimento de Custos - Principal	100	P	53.553.340		53.553.340
		175	P	596.683		596.683
1. 9. 2. 3. 03. 0.0	Reversão de Garantias				185.496	185.496
1. 9. 2. 3. 03. 0.1	Reversão de Garantias - Principal	150	P		185.496	185.496
1. 9. 2. 3. 04. 0.0	Ressarcimento ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS				175.936.497	175.936.497
1. 9. 2. 3. 04. 0.1	Ressarcimento ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Principal	154	P		175.936.497	175.936.497
1. 9. 2. 3. 99. 0.0	Outros Ressarcimentos			273.519.379	7.091.259	280.610.638
1. 9. 2. 3. 99. 0.1	Outros Ressarcimentos - Principal	100	P	266.237.594		266.237.594
		150	P	2.792.128	7.091.259	9.883.387
1. 9. 2. 3. 99. 0.3	Outros Ressarcimentos - Dívida Ativa	100	P	4.489.657		4.489.657
1. 9. 3. 0. 00. 0.0	Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público			1.130.406.005	172.079.702	1.302.485.707
1. 9. 3. 1. 00. 0.0	Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público			1.130.406.005	172.079.702	1.302.485.707
1. 9. 3. 1. 01. 0.0	Bens, Direitos e Valores Perdidos em Favor do Poder Público			30.282.477		30.282.477
1. 9. 3. 1. 01. 0.1	Bens, Direitos e Valores Perdidos em Favor do Poder Público - Principal	150	P	30.282.477		30.282.477

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera*

R\$ 1,00

LDO - 2022, Art. 9º, inciso III, alínea "a"

Recursos de Todas as Fontes

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seg. Social	Total
1. 9. 3. 1. 02. 0.0	<i>Alienação de Bens Apreendidos</i>			320.023.809	172.079.702	492.103.511
1. 9. 3. 1. 02. 1.1	<i>Alienação de Bens e Mercadorias Apreendidos - Principal</i>	100	P	38.386.134		38.386.134
		139	P	214.977.959	143.318.639	358.296.598
		150	P	37.842.155		37.842.155
1. 9. 3. 1. 02. 1.2	<i>Alienação de Bens e Mercadorias Apreendidos - Multas e Juros</i>	139	P	169.493	112.995	282.488
1. 9. 3. 1. 02. 2.1	<i>Alienação de Bens e Mercadorias Associados ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Drogas Afins - Principal</i>	139	P	28.648.068	28.648.068	57.296.136
1. 9. 3. 1. 03. 0.0	<i>Depósitos Abandonados (Dinheiro e/ou Objetos de Valor)</i>			7.686.075		7.686.075
1. 9. 3. 1. 03. 0.1	<i>Depósitos Abandonados (Dinheiro e/ou Objetos de Valor) - Principal</i>	100	P	7.686.075		7.686.075
1. 9. 3. 1. 04. 0.0	<i>Prêmios Prescritos de Concursos de Prognósticos</i>			439.806.112		439.806.112
1. 9. 3. 1. 04. 0.1	<i>Prêmios Prescritos de Concursos de Prognósticos - Principal</i>	186	P	439.806.112		439.806.112
1. 9. 3. 1. 05. 0.0	<i>Receitas Reconhecidas por Força de Decisões Judiciais e de Tribunais Administrativos</i>			332.607.532		332.607.532
1. 9. 3. 1. 05. 0.1	<i>Receitas Reconhecidas por Força de Decisões Judiciais e de Tribunais Administrativos - Principal</i>	136	P	332.607.532		332.607.532
1. 9. 4. 0. 00. 0.0	Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital			415.194	128.136	543.330
1. 9. 4. 2. 00. 0.0	<i>Multas e Juros de Mora das Alienações de Bens Imóveis</i>			276.674	128.136	404.810
1. 9. 4. 2. 01. 0.0	<i>Multas e Juros de Mora das Alienações de Bens Imóveis em Geral</i>			276.674	128.136	404.810
1. 9. 4. 2. 01. 0.2	<i>Multas e Juros de Mora das Alienações de Bens Imóveis em Geral - Multas e Juros</i>	150	P	276.674	128.136	404.810
1. 9. 4. 4. 00. 0.0	<i>Multas e Juros de Mora das Amortizações de Empréstimos</i>			138.520		138.520
1. 9. 4. 4. 06. 0.0	<i>Multas e Juros de Mora de Amortização de Empréstimos Contratuais</i>			138.520		138.520
1. 9. 4. 4. 06. 0.2	<i>Multas e Juros de Mora de Amortização de Empréstimos Contratuais - Multas e Juros</i>	180	F	138.520		138.520
1. 9. 9. 0. 00. 0.0	Demais Receitas Correntes			12.182.088.906	38.589.678	12.220.678.584
1. 9. 9. 9. 00. 0.0	<i>Outras Receitas Correntes</i>			12.182.088.906	38.589.678	12.220.678.584
1. 9. 9. 9. 04. 0.0	<i>Contribuição ao Montepio Civil</i>				132.662	132.662
1. 9. 9. 9. 04. 0.1	<i>Contribuição ao Montepio Civil - Principal</i>	117	P		132.662	132.662
1. 9. 9. 9. 05. 0.0	<i>Barreiras Técnicas ao Comércio Exterior</i>			450.819.853		450.819.853
1. 9. 9. 9. 05. 0.1	<i>Barreiras Técnicas ao Comércio Exterior - Principal</i>	186	P	446.791.644		446.791.644
1. 9. 9. 9. 05. 0.2	<i>Barreiras Técnicas ao Comércio Exterior - Multas e Juros</i>	186	P	4.028.209		4.028.209
1. 9. 9. 9. 06. 0.0	<i>Contrapartida de Subvenções ou Subsídios</i>			7.066.139		7.066.139
1. 9. 9. 9. 06. 0.1	<i>Contrapartida de Subvenções ou Subsídios - Principal</i>	100	P	7.066.139		7.066.139
1. 9. 9. 9. 10. 0.0	<i>Reserva Global de Reversão</i>			22.423.608		22.423.608
1. 9. 9. 9. 10. 0.1	<i>Reserva Global de Reversão - Principal</i>	170	P	22.423.608		22.423.608
1. 9. 9. 9. 12. 0.0	<i>Encargos Legais pela Inscrição em Dívida Ativa e Receitas de Ônus de Sucumbência</i>			705.670.750		705.670.750
1. 9. 9. 9. 12. 1.1	<i>Encargos Legais pela Inscrição em Dívida Ativa - Principal</i>	100	P	3.760.774		3.760.774
		186	P	691.823.972		691.823.972
1. 9. 9. 9. 12. 2.1	<i>Ônus de Sucumbência - Principal</i>	100	P	10.086.004		10.086.004
1. 9. 9. 9. 13. 0.0	<i>Recursos Recebidos de Órgãos, Entidades ou Fundos, por Força de Determinação Constitucional ou Legal</i>			3.148.013		3.148.013
1. 9. 9. 9. 13. 1.1	<i>Recursos Recebidos de Fundos de Desenvolvimento Regional - Principal</i>	170	P	3.148.013		3.148.013
1. 9. 9. 9. 15. 0.0	<i>Transação Resolutiva de Litígios de Receitas Não Administradas pela RFB</i>			320.964.717		320.964.717
1. 9. 9. 9. 15. 0.1	<i>Transação Resolutiva de Litígios de Receitas Não Administradas pela RFB - Principal</i>	100	P	320.964.717		320.964.717
1. 9. 9. 9. 99. 0.0	<i>Outras Receitas</i>			10.671.995.826	38.457.016	10.710.452.842
1. 9. 9. 9. 99. 1.2	<i>Outras Receitas Arrecadadas e Projetadas pela RFB - Multas e Juros</i>	100	P	4.306.236.769		4.306.236.769
		132	P	79.602.429		79.602.429
1. 9. 9. 9. 99. 1.3	<i>Outras Receitas Arrecadadas e Projetadas pela RFB - Dívida Ativa</i>	100	P	5.818.073.548		5.818.073.548
		132	P	205.032.535		205.032.535
1. 9. 9. 9. 99. 1.4	<i>Outras Receitas Arrecadadas e Projetadas pela RFB - Dívida Ativa - Multas e Juros</i>	100	P	234.495		234.495
		154	P		12.579.228	12.579.228

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera*

R\$ 1,00

LDO - 2022, Art. 9º, inciso III, alínea "a"

Recursos de Todas as Fontes

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seg. Social	Total
1. 9. 9. 9. 99. 2.1	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	150 170 186	P P P	41.776.218 22.375 7.364	6.949.885	48.726.103 22.375 7.364
1. 9. 9. 9. 99. 2.2	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Multas e Juros	100 150	P P	5.308.169 588.864	16.853.328	5.308.169 17.442.192
1. 9. 9. 9. 99. 2.3	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Dívida Ativa	150	P	1.560.339	1.222.131	2.782.470
1. 9. 9. 9. 99. 2.4	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Dívida Ativa - Multas e Juros	100 133 150	P P P	111.770.633 12.280.729 562.103	852.444	111.770.633 12.280.729 1.414.547
1. 9. 9. 9. 99. 3.3	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Financeiras - Dívida Ativa	180	F	88.939.256		88.939.256
2. 0. 0. 0. 00. 0.0	Receitas de Capital			2.548.438.475.906	8.747.363	2.548.447.223.269
2. 1. 0. 0. 00. 0.0	Operações de Crédito			2.344.349.130.491		2.344.349.130.491
2. 1. 1. 0. 00. 0.0	Operações de Crédito - Mercado Interno			2.341.849.356.117		2.341.849.356.117
2. 1. 1. 1. 00. 0.0	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno			2.341.849.356.117		2.341.849.356.117
2. 1. 1. 1. 01. 0.0	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno, exceto Refinanciamento da Dívida Pública			456.983.689.983		456.983.689.983
2. 1. 1. 1. 01. 0.1	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno, exceto Refinanciamento da Dívida Pública - Principal	144 944	F F	351.559.293.574 105.424.396.409		351.559.293.574 105.424.396.409
2. 1. 1. 1. 02. 0.0	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal no Mercado Interno			1.884.865.486.134		1.884.865.486.134
2. 1. 1. 1. 02. 0.1	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal no Mercado Interno - Principal	143	F	1.884.865.486.134		1.884.865.486.134
2. 1. 1. 1. 03. 0.0	Títulos da Dívida Agrária - TDA			180.000		180.000
2. 1. 1. 1. 03. 0.1	Títulos da Dívida Agrária - TDA - Principal	164	F	180.000		180.000
2. 1. 2. 0. 00. 0.0	Operações de Crédito - Mercado Externo			2.499.774.374		2.499.774.374
2. 1. 2. 2. 00. 0.0	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo			2.499.774.374		2.499.774.374
2. 1. 2. 2. 01. 0.0	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo			2.499.774.374		2.499.774.374
2. 1. 2. 2. 01. 0.1	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo - Principal	148 149	F F	643.376.625 1.856.397.749		643.376.625 1.856.397.749
2. 2. 0. 0. 00. 0.0	Alienação de Bens			2.398.102.091	7.523.246	2.405.625.337
2. 2. 1. 0. 00. 0.0	Alienação de Bens Móveis			2.193.565.213	490.632	2.194.055.845
2. 2. 1. 1. 00. 0.0	Alienação de Títulos Mobiliários			1.664.281.303		1.664.281.303
2. 2. 1. 1. 01. 0.0	Alienação de Títulos, Valores Mobiliários e Aplicações Congêneres Temporários			1.664.281.303		1.664.281.303
2. 2. 1. 1. 01. 0.1	Alienação de Títulos, Valores Mobiliários e Aplicações Congêneres Temporários - Principal	187	F	1.664.281.303		1.664.281.303
2. 2. 1. 2. 00. 0.0	Alienação de Estoques			469.320.589		469.320.589
2. 2. 1. 2. 01. 0.0	Alienação de Estoques da Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM			469.022.378		469.022.378
2. 2. 1. 2. 01. 0.1	Alienação de Estoques da Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM - Principal	160	F	469.022.378		469.022.378
2. 2. 1. 2. 04. 0.0	Alienação de Estoques de Café - FUNCAFÉ			298.211		298.211
2. 2. 1. 2. 04. 0.1	Alienação de Estoques de Café - FUNCAFÉ - Principal	150	P	43.121		43.121
2. 2. 1. 2. 04. 0.3	Alienação de Estoques de Café - FUNCAFÉ - Dívida Ativa	150	P	255.090		255.090
2. 2. 1. 3. 00. 0.0	Alienação de Bens Móveis e Semoventes			59.963.321	490.632	60.453.953
2. 2. 1. 3. 01. 0.0	Alienação de Bens Móveis e Semoventes			59.963.321	490.632	60.453.953
2. 2. 1. 3. 01. 0.1	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	163	P	59.963.321	490.632	60.453.953
2. 2. 2. 0. 00. 0.0	Alienação de Bens Imóveis			204.536.878	7.032.614	211.569.492
2. 2. 2. 1. 00. 0.0	Alienação de Bens Imóveis			204.536.878	7.032.614	211.569.492
2. 2. 2. 1. 01. 0.0	Alienação de Bens Imóveis em Geral			204.536.878	7.032.614	211.569.492
2. 2. 2. 1. 01. 0.1	Alienação de Bens Imóveis em Geral - Principal	162	P	17.093.051		17.093.051

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera*

R\$ 1,00

LDO - 2022, Art. 9º, inciso III, alínea "a"

Recursos de Todas as Fontes

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seg. Social	Total
		163	P	187.443.827	7.032.614	194.476.441
2. 3. 0. 0. 00. 0.0	Amortização de Empréstimos			95.001.165.309		95.001.165.309
2. 3. 1. 0. 00. 0.0	Amortização de Empréstimos			95.001.165.309		95.001.165.309
2. 3. 1. 1. 00. 0.0	Amortização de Empréstimos			95.001.165.309		95.001.165.309
2. 3. 1. 1. 02. 0.0	Amortização Proveniente da Execução de Garantia - Operações de Crédito			24.731.083		24.731.083
2. 3. 1. 1. 02. 0.1	Amortização Proveniente da Execução de Garantia - Operações de Crédito - Principal	159	F	24.731.083		24.731.083
2. 3. 1. 1. 03. 0.0	Amortização de Empréstimos - Estados e Municípios			11.842.302.257		11.842.302.257
2. 3. 1. 1. 03. 0.1	Amortização de Empréstimos - Estados e Municípios - Principal	159	F	32.701.928		32.701.928
		173	F	11.809.600.329		11.809.600.329
2. 3. 1. 1. 05. 0.0	Amortização de Empréstimos - Programa das Operações Oficiais de Crédito			850.642.745		850.642.745
2. 3. 1. 1. 05. 0.1	Amortização de Empréstimos - Programa das Operações Oficiais de Crédito - Principal	160	F	850.642.745		850.642.745
2. 3. 1. 1. 06. 0.0	Amortização de Empréstimos Contratuais			74.559.869.511		74.559.869.511
2. 3. 1. 1. 06. 0.1	Amortização de Empréstimos Contratuais - Principal	159	F	68.564.280.072		68.564.280.072
		166	F	123.928.018		123.928.018
		180	F	5.871.661.421		5.871.661.421
2. 3. 1. 1. 07. 0.0	Amortização de Financiamentos			7.723.619.713		7.723.619.713
2. 3. 1. 1. 07. 1.1	Amortização de Financiamentos em Geral - Principal	166	F	9.592.779		9.592.779
		180	F	4.367.113.801		4.367.113.801
2. 3. 1. 1. 07. 2.1	Amortização de Financiamento do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES - Principal	180	F	1.846.913.133		1.846.913.133
2. 3. 1. 1. 07. 3.1	Amortização de Financiamento Proveniente de Fundo Garantidor - Principal	180	F	1.500.000.000		1.500.000.000
2. 4. 0. 0. 00. 0.0	Transferências de Capital			57.554.691	1.224.117	58.778.808
2. 4. 2. 0. 00. 0.0	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades			26.779.721		26.779.721
2. 4. 2. 2. 00. 0.0	Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades			26.779.721		26.779.721
2. 4. 2. 2. 01. 0.0	Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União			26.779.721		26.779.721
2. 4. 2. 2. 01. 0.1	Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	181	P	26.779.721		26.779.721
2. 4. 3. 0. 00. 0.0	Transferências dos Municípios e de suas Entidades			9.590.000		9.590.000
2. 4. 3. 2. 00. 0.0	Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades			9.590.000		9.590.000
2. 4. 3. 2. 01. 0.0	Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União			9.590.000		9.590.000
2. 4. 3. 2. 01. 0.1	Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	181	P	9.590.000		9.590.000
2. 4. 4. 0. 00. 0.0	Transferências de Instituições Privadas			19.053.729		19.053.729
2. 4. 4. 1. 00. 0.0	Transferências de Instituições Privadas			19.053.729		19.053.729
2. 4. 4. 1. 01. 0.0	Transferências de Instituições Privadas para Órgãos e Entidades da União			19.053.729		19.053.729
2. 4. 4. 1. 01. 0.1	Transferências de Instituições Privadas para Órgãos e Entidades da União - Principal	181	P	19.023.729		19.023.729
		196	P	30.000		30.000
2. 4. 6. 0. 00. 0.0	Transferências do Exterior			1.150.000		1.150.000
2. 4. 6. 1. 00. 0.0	Transferências do Exterior			1.150.000		1.150.000
2. 4. 6. 1. 01. 0.0	Transferências do Exterior para Órgãos e Entidades da União			1.150.000		1.150.000
2. 4. 6. 1. 01. 0.1	Transferências do Exterior para Órgãos e Entidades da União - Principal	195	P	1.150.000		1.150.000
2. 4. 9. 0. 00. 0.0	Demais Transferências de Capital			981.241	1.224.117	2.205.358
2. 4. 9. 1. 00. 0.0	Transferências de Pessoas Físicas			981.241	1.200.000	2.181.241
2. 4. 9. 1. 01. 0.0	Transferências de Pessoas Físicas para Órgãos e Entidades da União			981.241	1.200.000	2.181.241
2. 4. 9. 1. 01. 0.1	Transferências de Pessoas Físicas para Órgãos e Entidades da União - Principal	196	P	981.241	1.200.000	2.181.241
2. 4. 9. 2. 00. 0.0	Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados				24.117	24.117
2. 4. 9. 2. 01. 0.0	Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados				24.117	24.117

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera*

R\$ 1,00

LDO - 2022, Art. 9º, inciso III, alínea "a"

Recursos de Todas as Fontes

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seg. Social	Total
2. 4. 9. 2. 01. 0.1	Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados - Principal	194	P		24.117	24.117
2. 9. 0. 0. 00. 0.0	Outras Receitas de Capital			106.632.523.324		106.632.523.324
2. 9. 3. 0. 00. 0.0	Remuneração das Disponibilidades do Tesouro			106.632.523.324		106.632.523.324
2. 9. 3. 1. 00. 0.0	Remuneração das Disponibilidades do Tesouro			106.632.523.324		106.632.523.324
2. 9. 3. 1. 01. 0.0	Remuneração das Disponibilidades do Tesouro			106.632.523.324		106.632.523.324
2. 9. 3. 1. 01. 0.1	Remuneração das Disponibilidades do Tesouro - Principal	188	F	106.632.523.324		106.632.523.324
7. 0. 0. 0. 00. 0.0	Receitas Correntes - Operações Intraorçamentárias			437.778.708	27.285.965.144	27.723.743.852
7. 1. 0. 0. 00. 0.0	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria - Operações Intraorçamentárias			1.183.380	51.295	1.234.675
7. 1. 1. 0. 00. 0.0	Impostos - Operações Intraorçamentárias			1.012.645		1.012.645
7. 1. 1. 3. 00. 0.0	Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - Operações Intraorçamentárias			1.000.656		1.000.656
7. 1. 1. 3. 03. 0.0	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Operações Intraorçamentárias			1.000.656		1.000.656
7. 1. 1. 3. 03. 1.2	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas e Juros - Operações Intraorçamentárias	101	P	454.611		454.611
		132	P	473.164		473.164
7. 1. 1. 3. 03. 3.1	IR - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal - Operações Intraorçamentárias	100	P	13.058		13.058
		101	P	12.547		12.547
7. 1. 1. 3. 03. 4.1	IR - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal - Operações Intraorçamentárias	100	P	24.110		24.110
		101	P	23.166		23.166
7. 1. 1. 4. 00. 0.0	Impostos sobre a Produção - Operações Intraorçamentárias			11.989		11.989
7. 1. 1. 4. 01. 0.0	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Operações Intraorçamentárias			11.989		11.989
7. 1. 1. 4. 01. 5.2	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas e Juros - Operações Intraorçamentárias	101	P	7.074		7.074
		132	P	4.915		4.915
7. 1. 2. 0. 00. 0.0	Taxas - Operações Intraorçamentárias			170.735	51.295	222.030
7. 1. 2. 1. 00. 0.0	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia - Operações Intraorçamentárias			131.739	51.295	183.034
7. 1. 2. 1. 01. 0.0	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Operações Intraorçamentárias			131.739	51.295	183.034
7. 1. 2. 1. 01. 0.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal - Operações Intraorçamentárias	100	P	54.911		54.911
		174	P	76.828	51.295	128.123
7. 1. 2. 2. 00. 0.0	Taxas pela Prestação de Serviços - Operações Intraorçamentárias			38.996		38.996
7. 1. 2. 2. 02. 0.0	Emolumentos e Custas Judiciais - Operações Intraorçamentárias			38.996		38.996
7. 1. 2. 2. 02. 0.1	Emolumentos e Custas Judiciais - Principal - Operações Intraorçamentárias	100	P	11.699		11.699
		127	P	27.297		27.297
7. 2. 0. 0. 00. 0.0	Contribuições - Operações Intraorçamentárias			82.972	24.038.617.632	24.038.700.604
7. 2. 1. 0. 00. 0.0	Contribuições Sociais - Operações Intraorçamentárias				24.038.617.632	24.038.617.632
7. 2. 1. 5. 00. 0.0	Contribuições para Regimes Próprios de Previdência e Sistema de Proteção Social - Operações Intraorçamentárias				24.038.617.632	24.038.617.632
7. 2. 1. 5. 02. 0.0	Contribuição Patronal - Servidor Civil - Operações Intraorçamentárias				24.038.617.632	24.038.617.632
7. 2. 1. 5. 02. 1.1	Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Principal - Operações Intraorçamentárias	169	F		23.644.233.556	23.644.233.556
7. 2. 1. 5. 02. 1.2	Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Multas e Juros - Operações Intraorçamentárias	169	F		743.336	743.336
7. 2. 1. 5. 02. 2.1	Contribuição Patronal Oriunda de Sentenças Judiciais - Patronal - Servidor Civil Ativo - Principal - Operações Intraorçamentárias	169	F		393.640.740	393.640.740
7. 2. 2. 0. 00. 0.0	Contribuições Econômicas - Operações Intraorçamentárias			82.972		82.972
7. 2. 2. 1. 00. 0.0	Contribuições Econômicas - Operações Intraorçamentárias			82.972		82.972
7. 2. 2. 1. 10. 0.0	Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - Operações Intraorçamentárias			82.972		82.972

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera*

R\$ 1,00

LDO - 2022, Art. 9º, inciso III, alínea "a"

Recursos de Todas as Fontes

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seg. Social	Total
7. 2. 2. 1. 10. 0.1	Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - Principal - Operações Intraorçamentárias	100 172	P P	24.892 58.080		24.892 58.080
7. 3. 0. 0. 00. 0.0	Receita Patrimonial - Operações Intraorçamentárias			337.853		337.853
7. 3. 1. 0. 00. 0.0	Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado - Operações Intraorçamentárias			337.853		337.853
7. 3. 1. 1. 00. 0.0	Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado - Operações Intraorçamentárias			337.853		337.853
7. 3. 1. 1. 01. 0.0	Aluguéis, Arrendamentos, Foros, Laudêmios, Tarifas de Ocupação - Operações Intraorçamentárias			196.432		196.432
7. 3. 1. 1. 01. 1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias	150	P	196.432		196.432
7. 3. 1. 1. 02. 0.0	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Operações Intraorçamentárias			141.421		141.421
7. 3. 1. 1. 02. 0.1	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal - Operações Intraorçamentárias	150	P	141.421		141.421
7. 5. 0. 0. 00. 0.0	Receita Industrial - Operações Intraorçamentárias			33.269.732		33.269.732
7. 5. 1. 0. 00. 0.0	Receita Industrial - Operações Intraorçamentárias			33.269.732		33.269.732
7. 5. 1. 1. 00. 0.0	Receita Industrial - Operações Intraorçamentárias			33.269.732		33.269.732
7. 5. 1. 1. 01. 0.0	Receita Industrial - Operações Intraorçamentárias			33.269.732		33.269.732
7. 5. 1. 1. 01. 0.1	Receita Industrial - Principal - Operações Intraorçamentárias	150	P	33.269.732		33.269.732
7. 6. 0. 0. 00. 0.0	Receita de Serviços - Operações Intraorçamentárias			381.794.742	55.189.083	436.983.825
7. 6. 1. 0. 00. 0.0	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Operações Intraorçamentárias			381.498.106	1.182	381.499.288
7. 6. 1. 1. 00. 0.0	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Operações Intraorçamentárias			381.498.106	1.182	381.499.288
7. 6. 1. 1. 01. 0.0	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Operações Intraorçamentárias			377.637.780	1.182	377.638.962
7. 6. 1. 1. 01. 0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal - Operações Intraorçamentárias	150	P	377.637.780	1.182	377.638.962
7. 6. 1. 1. 03. 0.0	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Operações Intraorçamentárias			1.760.326		1.760.326
7. 6. 1. 1. 03. 0.1	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal - Operações Intraorçamentárias	150	P	1.760.326		1.760.326
7. 6. 1. 1. 04. 0.0	Serviços de Informação e Tecnologia - Operações Intraorçamentárias			2.100.000		2.100.000
7. 6. 1. 1. 04. 0.1	Serviços de Informação e Tecnologia - Principal - Operações Intraorçamentárias	150	P	2.100.000		2.100.000
7. 6. 3. 0. 00. 0.0	Serviços e Atividades Referentes à Saúde - Operações Intraorçamentárias				55.187.901	55.187.901
7. 6. 3. 1. 00. 0.0	Serviços de Atendimento à Saúde - Operações Intraorçamentárias				55.187.901	55.187.901
7. 6. 3. 1. 01. 0.0	Serviços de Atendimento à Saúde em Unidades do Governo Federal - Operações Intraorçamentárias				55.187.901	55.187.901
7. 6. 3. 1. 01. 0.1	Serviços de Atendimento à Saúde em Unidades do Governo Federal - Principal - Operações Intraorçamentárias	150 170	P P		70.751 55.117.150	70.751 55.117.150
7. 6. 9. 0. 00. 0.0	Outros Serviços - Operações Intraorçamentárias			296.636		296.636
7. 6. 9. 9. 00. 0.0	Outros Serviços - Operações Intraorçamentárias			296.636		296.636
7. 6. 9. 9. 99. 0.0	Outros Serviços - Operações Intraorçamentárias			296.636		296.636
7. 6. 9. 9. 99. 0.1	Outros Serviços - Principal - Operações Intraorçamentárias	150	P	296.636		296.636
7. 9. 0. 0. 00. 0.0	Outras Receitas Correntes - Operações Intraorçamentárias			21.110.029	3.192.107.134	3.213.217.163
7. 9. 2. 0. 00. 0.0	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos - Operações Intraorçamentárias			148.306		148.306
7. 9. 2. 1. 00. 0.0	Indenizações - Operações Intraorçamentárias			2.069		2.069
7. 9. 2. 1. 99. 0.0	Outras Indenizações - Operações Intraorçamentárias			2.069		2.069

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera*

R\$ 1,00

LDO - 2022, Art. 9º, inciso III, alínea "a"

Recursos de Todas as Fontes

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seg. Social	Total
7. 9. 2. 1. 99. 0.1	Outras Indenizações - Principal - Operações Intraorçamentárias	150	P	2.069		2.069
7. 9. 2. 2. 00. 0.0	Restituições - Operações Intraorçamentárias			146.237		146.237
7. 9. 2. 2. 06. 0.0	Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores - Operações Intraorçamentárias			146.237		146.237
7. 9. 2. 2. 06. 1.1	Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores - Principal - Operações Intraorçamentárias	100	P	146.237		146.237
7. 9. 9. 0. 00. 0.0	Demais Receitas Correntes - Operações Intraorçamentárias			20.961.723	3.192.107.134	3.213.068.857
7. 9. 9. 9. 00. 0.0	Outras Receitas Correntes - Operações Intraorçamentárias			20.961.723	3.192.107.134	3.213.068.857
7. 9. 9. 9. 02. 0.0	Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS - Operações Intraorçamentárias				3.192.107.134	3.192.107.134
7. 9. 9. 9. 02. 0.1	Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS - Principal - Operações Intraorçamentárias	186	P		3.192.107.134	3.192.107.134
7. 9. 9. 9. 13. 0.0	Recursos Recebidos de Órgãos, Entidades ou Fundos, por Força de Determinação Constitucional ou Legal - Operações Intraorçamentárias			20.904.843		20.904.843
7. 9. 9. 9. 13. 1.1	Recursos Recebidos de Fundos de Desenvolvimento Regional - Principal - Operações Intraorçamentárias	150	P	20.904.843		20.904.843
7. 9. 9. 9. 99. 0.0	Outras Receitas - Operações Intraorçamentárias			56.880		56.880
7. 9. 9. 9. 99. 2.1	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal - Operações Intraorçamentárias	150	P	56.880		56.880
Total das Receitas Primárias (P)				959.711.362.001	999.053.081.816	1.958.764.443.817
Total das Receitas Financeiras (F)				2.596.748.537.993	64.159.827.730	2.660.908.365.723
Total Geral				3.556.459.899.994	1.063.212.909.546	4.619.672.809.540

* os valores registrados para receitas correntes e de capital neste quadro diferem do Anexo I e dos quadros 1A, 1B e 1C porque, neste quadro, as multas e juros de mora das receitas de capital, embora conceitualmente sejam receitas correntes, estão subtotalizadas em seus respectivos códigos, iniciados pelo dígito "2"

IV - LEGISLAÇÃO DA RECEITA E DA DESPESA

Legislação da Receita e da Despesa

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2022, Art. 9º, inciso IV

1.1.1.1.01.0.1. - Imposto sobre a Importação - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, arts. 150, §1º, e 153, I e § 1º;
Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), arts. 19 a 22;
Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, art. 2º, I - para alíquota específica;
Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, art. 2º, II, e 17 a 21 - para alíquota ad valorem;
Código Civil/2002, arts. 1.204 e 1.263, e art. 2º, do Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966 - para produtos abandonados ou apreendidos.

1.1.1.1.02.0.1. - Imposto sobre a Exportação - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, inciso II; e
Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), arts. 23 a 28 (vale lembrar que parte do art. 26 - alteração da base de cálculo - não foi recepcionada pela atual Constituição).

1.1.1.2.01.1.1. - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Conveniados - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, VI e § 4º, III, e art. 158, II;
Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), arts. 29 a 31;
Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996; e
Lei nº 11.250, de 27 de dezembro de 2005, Art. 1º.

1.1.1.2.01.2.1. - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, VI e § 4º, III;
Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), arts. 29 a 31;
Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996; e
Lei nº 11.250, de 27 de dezembro de 2005, Art. 1º.

1.1.1.3.01.0.1. - Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, inciso III, e art. 159, inciso I; e
Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018.

1.1.1.3.02.0.1. - Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, inciso III e art. 159, inciso I;
Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018.

1.1.1.3.03.1.1. - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, inciso III e art. 159, inciso I;
Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018.

1.1.1.3.03.2.1. - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Capital - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, inciso III e art. 159, inciso I;
Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018.

1.1.1.3.03.3.1. - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, inciso III e art. 159, inciso I;
Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018.

1.1.1.3.03.4.1. - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, inciso III e art. 159, inciso I;
Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018.

1.1.1.4.01.1.1. - Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Fumo - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, IV e § 3º e art. 159, II;
Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), arts. 46 a 51;
Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991;
Lei nº 10.176, de 11 de janeiro de 2001;
Lei nº 11.077, de 30 de dezembro de 2004; e
Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016.

1.1.1.4.01.2.1. - Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Bebidas - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, IV e § 3º e art. 159, II;
Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), arts 46 a 51;
Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991;
Lei nº 10.176, de 11 de janeiro de 2001;
Lei nº 11.077, de 30 de dezembro de 2004; e
Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016.

1.1.1.4.01.3.1. - Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Automóveis - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, IV e § 3º e art. 159;
Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), arts. 46 a 51;
Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991;
Lei nº 10.176, de 11 de janeiro de 2001;
Lei nº 11.077, de 30 de dezembro de 2004; e
Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016.

1.1.1.4.01.4.1. - Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, IV e § 3º e art. 159, II;
Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), arts 46 a 51;
Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991;
Lei nº 10.176, de 11 de janeiro de 2001;
Lei nº 11.077, de 30 de dezembro de 2004; e
Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016.

1.1.1.4.01.5.1. - Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, IV e § 3º e art. 159, II;
Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), arts 46 a 51;
Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991;
Lei nº 10.176, de 11 de janeiro de 2001;
Lei nº 11.077, de 30 de dezembro de 2004; e

Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016.

1.1.1.5.01.0.1. - Imposto sobre Operações Financeiras incidente sobre o Ouro – IOF-Ouro - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, V e § 5º.

1.1.1.5.02.0.1. - Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Demais Operações - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, V e § 1º; e
Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), arts. 63 a 67.

1.1.1.9.99.0.1. - Outros Impostos - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN).

1.1.2.1.01.0.1. - Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal

Amparo Legal:

Lei específica do órgão arrecadador que estabeleça o pagamento da taxa.

1.1.2.1.02.1.1. - Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal

Amparo Legal:

Alínea "f" do art. 2º e art. 6º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966.

1.1.2.1.02.2.1. - Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal

Amparo Legal:

Alínea "f" do art. 2º e art. 6º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966.

1.1.2.1.02.3.1. - Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal

Amparo Legal:

Inciso I do art. 1º e art. 2º da Lei nº 9.994, de 24 de julho de 2000; e alínea "f" do art. 2º e art. 6º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966.

1.1.2.1.02.4.1. - Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal

Amparo Legal:

Inciso I do art. 1º e art. 2º da Lei nº 9.994, de 24 de julho de 2000; e alínea "f" do art. 2º e art. 6º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966.

1.1.2.1.03.0.1. - Taxa de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 10.357, de 27 de dezembro de 2001, arts. 16 a 21.

1.1.2.1.04.0.1. - Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, arts. 17-B e 17-G;
Lei nº 10.165, de 27 de dezembro de 2000; e
Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006.

1.1.2.1.05.0.1. - Taxa de Controle e Fiscalização da Pesca e Aquicultura - Principal

Amparo Legal:

Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, art. 6º; e
MP 870/2019, art. 21.

1.1.2.1.06.0.1. - Taxa de Utilização do Sistema Integrado de Comércio Exterior – SISCOMEX - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 9.716, de 26 de novembro de 1998.

1.1.2.1.07.0.1. - Taxa de Utilização do Mercante - TUM - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004, art. 37.

1.1.2.1.07.0.5. - Taxa de Utilização do Mercante - TUM - Multas do Principal

Amparo Legal:

Vide código de receita principal.

1.1.2.2.01.0.1. - Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Principal

Amparo Legal:

Lei específica do órgão arrecadador que estabeleça o pagamento da taxa.

1.1.2.2.02.0.1. - Emolumentos e Custas Judiciais - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 98, § 2º; e
Lei nº 9.289, de 4 de julho de 1996.

1.1.3.1.99.0.1. - Outras Contribuições de Melhoria - Principal

Amparo Legal:

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 163, DE 4 DE MAIO DE 2001, art. 2ºA, § 4º, inciso IV, alínea "c".

1.2.1.1.01.0.1. - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal

Amparo Legal:

Alínea "b", inciso I, do art. 195 da Constituição Federal; Art. 1º da Lei Complementar nº 70, de 30 de dezembro de 1991; e Art. 3º do Decreto nº 4.524, de 17 de dezembro de 2002.

1.2.1.1.01.0.5. - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do Principal

Amparo Legal:

Vide código de receita principal.

1.2.1.1.02.0.1. - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal

Amparo Legal:

Alínea "b", inciso I, do art. 195 da Constituição Federal;
Art. 1º da Lei Complementar nº 70, de 30 de dezembro de 1991; e
Art. 3º do Decreto nº 4.524, de 17 de dezembro de 2002.

1.2.1.1.02.0.5. - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do Principal

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2022, Art. 9º, inciso IV

Amparo Legal:

Vide código de receita principal.

1.2.1.1.49.0.1. - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Parcelamentos - Principal

Amparo Legal:

Leis que permitem o parcelamento dos débitos em atraso ou inscritos em dívida ativa.

1.2.1.1.49.0.5. - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Parcelamentos - Multas do Principal

Amparo Legal:

Vide código de receita principal.

1.2.1.2.01.0.1. - Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal

Amparo Legal:

Art. 239 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970; Lei Complementar nº 8, de 3 de dezembro de 1970; Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, art. 11, I; Lei nº 9.715, de 25 de novembro de 1998; Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002; Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004; Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004; Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005.

1.2.1.2.01.0.5. - Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do Principal

Amparo Legal:

Vide código de receita principal.

1.2.1.2.02.0.1. - Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal

Amparo Legal:

Art. 239 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970; e Lei Complementar nº 8 de 3 de dezembro de 1970; Inciso V, do Art. 13 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

1.2.1.2.02.0.5. - Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do Principal

Amparo Legal:

Vide código de receita principal.

1.2.1.2.49.0.1. - Contribuição para o PIS/PASEP - Parcelamentos - Principal

Amparo Legal:

Leis que permitem o parcelamento dos débitos em atraso ou inscritos em dívida ativa.

1.2.1.2.49.0.5. - Contribuição para o PIS/PASEP - Parcelamentos - Multas do Principal

Amparo Legal:

Vide código de receita principal.

1.2.1.3.01.0.1. - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal

Amparo Legal:

Alínea "c" do inciso I do art. 195 da Constituição Federal de 1988; art. 1º da Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988.

1.2.1.3.01.0.5. - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do Principal

Amparo Legal:

Vide código de receita principal.

1.2.1.3.02.0.1. - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal

Amparo Legal:

Alínea "c" do inciso I do art. 195 da Constituição Federal de 1988; art. 1º da Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988; inciso III, do art. 13 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

1.2.1.3.02.0.5. - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do Principal

Amparo Legal:

Vide código de receita principal.

1.2.1.3.49.0.1. - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Parcelamentos - Principal

Amparo Legal:

Leis que permitem o parcelamento dos débitos em atraso ou inscritos em dívida ativa.

1.2.1.3.49.0.5. - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Parcelamentos - Multas do Principal

Amparo Legal:

Vide código de receita principal.

1.2.1.4.01.1.1. - Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal

Amparo Legal:

Alínea "a" do inciso I do art. 195 e inciso XI do art. 167 da Constituição Federal de 1988; alíneas "a" e "b" do parágrafo único do art. 11, art. 15, 22, 22A, 22B, 24 e 25 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

1.2.1.4.01.2.1. - Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal

Amparo Legal:

Alínea "a" do inciso I do art. 195 e inciso XI do art. 167 da Constituição Federal de 1988; alíneas "a" e "b" do parágrafo único do art. 11 e art. 15, 22, 22A, 22B, 24 e 25 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; inciso VI, do art. 13 e 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

1.2.1.4.02.0.1. - Contribuição Previdenciária do Segurado - Principal

Amparo Legal:

Inciso II do art. 195 da Constituição Federal de 1988; alínea "c" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

1.2.1.4.49.0.1. - Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Parcelamentos - Principal

Amparo Legal:

Leis que permitem o parcelamento dos débitos em atraso ou inscritos em dívida ativa.

1.2.1.5.01.1.1. - Contribuição do Servidor Civil Ativo - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 40; e Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, art. 4º.

1.2.1.5.01.2.1. - Contribuição do Servidor Civil Inativo - Principal

Amparo Legal:

CF/88, art. 40; e Lei nº. 10.887, de 18 de junho de 2004, art. 5º.

1.2.1.5.01.3.1. - Contribuição do Servidor Civil - Pensionistas - Principal

Amparo Legal:

CF/88, art. 40; e Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, art. 16-A.

1.2.1.5.01.4.1. - Contribuição Oriunda de Sentenças Judiciais - Servidor Civil Ativo - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 40; e Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, art. 16-A.

1.2.1.5.01.5.1. - Contribuição Oriunda de Sentenças Judiciais - Servidor Civil Inativo - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 40; e Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, art. 16-A.

1.2.1.5.01.6.1. - Contribuição Oriunda de Sentenças Judiciais - Servidor Civil - Pensionistas - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 40; e Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, art. 16-A.

1.2.1.5.02.1.1. - Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 40; Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, art. 8º; e Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, art. 2º.

1.2.1.5.02.2.1. - Contribuição Patronal Oriunda de Sentenças Judiciais - Patronal - Servidor Civil Ativo - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 40; e Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, art. 16-A.

1.2.1.5.03.0.1. - Contribuição do Servidor - Parcelamentos - Principal

Amparo Legal:

Leis que permitem o parcelamento dos débitos em atraso ou inscritos em dívida ativa.

1.2.1.5.04.1.1. - Contribuição para o Custeio das Pensões Militares das Forças Armadas - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960; Medida Provisória nº 2.215, de 31 de agosto de 2001; Lei nº 10.486, de 4 de julho de 2002; e Decreto nº 4.307, de 18 de julho de 2002.

1.2.1.5.04.2.1. - Contribuição para o Custeio das Pensões Militares e da Inatividade da Polícia Militar do Distrito Federal - Principal

Amparo Legal:

Art. 24-C do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969.

1.2.1.5.04.3.1. - Contribuição para o Custeio das Pensões Militares e da Inatividade do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - Principal

Amparo Legal:

Art. 24-C do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969.

1.2.1.6.01.1.1. - Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Policiais Militares - Principal

Amparo Legal:

Art. 33 da Lei nº 10.486, de 4 de julho de 2002.

1.2.1.6.01.2.1. - Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Policiais Militares - Parcelamentos - Principal

Amparo Legal:

Leis que autorizam o parcelamento de débitos da respectiva contribuição.

1.2.1.6.02.1.1. - Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Bombeiros Militares - Principal

Amparo Legal:

Art. 33 da Lei nº 10.486, de 04 de julho de 2002.

1.2.1.6.02.2.1. - Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Bombeiros Militares - Parcelamentos - Principal

Amparo Legal:

Leis que autorizam o parcelamento de débitos da respectiva contribuição.

1.2.1.6.03.1.1. - Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Servidores Cíveis - Principal

Amparo Legal:

Leis específicas dos entes federados que possuem o Fundo.

1.2.1.6.03.2.1. - Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Servidores Cíveis - Parcelamentos - Principal

Amparo Legal:

Leis que autorizam o parcelamento de débitos da respectiva contribuição.

1.2.1.6.05.1.1. - Contribuição para Fundos de Assistência Médico-Hospitalar e Social – Forças Armadas - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, art. 50, inciso IV, alínea "e"; Medida Provisória nº 2.215-10 de 31 de agosto de 2001, arts. 15, incisos II e III, e 25; Decreto nº 92.512, de 2 de abril de 1986, art. 13.

1.2.1.6.05.2.1. - Contribuição para Fundos de Assistência Médico-Hospitalar e Social – Forças Armadas - Parcelamentos - Principal

Amparo Legal:

Leis que permitam o parcelamento dos débitos em atraso.

1.2.1.6.05.2.5. - Contribuição para Fundos de Assistência Médico-Hospitalar e Social – Forças Armadas - Parcelamentos - Multas do Principal

Amparo Legal:

Vide código de receita principal.

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2022, Art. 9º, inciso IV

1.2.1.6.99.1.1. - Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Outros Beneficiários - Principal

Amparo Legal:

Leis específicas dos entes federados que possuem o Fundo.

1.2.1.6.99.2.1. - Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Outros Beneficiários - Parcelamentos - Principal

Amparo Legal:

Leis que autorizam o parcelamento de débitos da respectiva contribuição.

1.2.1.7.01.1.1. - Contribuição sobre a Loteria Federal - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 195, caput, inciso III;
Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, art. 15, inciso I;
Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967; e
Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, art. 11, parágrafo único, alínea "e", e art. 26.

1.2.1.7.01.2.1. - Contribuição sobre a Loteria Federal - Parcelamentos - Principal

Amparo Legal:

Leis que autorizam o parcelamento de débitos da respectiva contribuição.

1.2.1.7.02.1.1. - Contribuição sobre Loterias Esportivas - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 195, caput, inciso III;
Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, art. 18, inciso I;
Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967;
Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, art. 11, parágrafo único, alínea "e", e art. 26; e
Decreto-Lei nº 594, de 27 de maio de 1969.

1.2.1.7.02.2.1. - Contribuição sobre Loterias Esportivas - Parcelamentos - Principal

Amparo Legal:

Leis que autorizam o parcelamento de débitos da respectiva contribuição social.

1.2.1.7.03.1.1. - Contribuição sobre Concursos Especiais de Loterias Esportivas - Principal

Amparo Legal:

Decreto-Lei nº 594, de 27 de maio de 1969;
LC nº 79, de 7 de janeiro de 1994;
Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, arts. 6º, II, 8º, I, III e IV, 56, VI;
Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, art. 5º;
Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, art. 2º, II;
Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, arts. 11, II, Parágrafo Único, e), art. 26, §1º;
Portaria MF nº 30, de 08 de fevereiro de 2008;
Lei nº 9.092, de 12 de setembro de 1995, art. 1º;
Lei nº 6.905, de 11 de maio de 1981, arts. 1º e 2º

1.2.1.7.03.2.1. - Contribuição sobre Concursos Especiais de Loterias Esportivas - Parcelamentos - Principal

Amparo Legal:

Leis que autorizam o parcelamento de débitos da respectiva contribuição social.

1.2.1.7.04.1.1. - Contribuição sobre Loterias de Prognósticos Numéricos - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 195, caput, inciso III;
Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, art. 16, inciso I;
Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967; e
Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, art. 11, parágrafo único, alínea "e", e art. 26.

1.2.1.7.04.2.1. - Contribuição sobre Loterias de Prognósticos Numéricos - Parcelamentos - Principal

Amparo Legal:

Leis que autorizam o parcelamento de débitos da respectiva contribuição social.

1.2.1.7.05.1.1. - Contribuição sobre Loteria Instantânea - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 195, caput, inciso III;
Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, art. 20; e
Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, art. 11, parágrafo único, alínea "e", e art. 26.

1.2.1.7.05.2.1. - Contribuição sobre a Loteria Instantânea - Parcelamentos - Principal

Amparo Legal:

Leis que autorizam o parcelamento de débitos da respectiva contribuição social.

1.2.1.7.06.1.1. - Contribuição sobre Loteria de Prognóstico Específico - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 195, caput, inciso III;
Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006, art. 2º;
Decreto nº 6.187, de 14 de agosto de 2007, arts. 1º e 3º;
Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, art. 17, inciso I;
Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967; e
Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, art. 11, parágrafo único, alínea "e", e art. 26.

1.2.1.7.06.2.1. - Contribuição sobre Loteria de Prognóstico Específico - Parcelamentos - Principal

Amparo Legal:

Leis que autorizam o parcelamento de débitos da respectiva contribuição social.

1.2.1.9.01.1.1. - Contribuição sobre Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971;
Lei nº 5.864, de 12 de dezembro de 1972; e
Portaria MJ nº 1.285, de 19 de dezembro de 1997.

1.2.1.9.01.2.1. - Contribuição sobre Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas - Parcelamentos - Principal

Amparo Legal:

Leis que permitem o parcelamento dos débitos em atraso ou inscritos em dívida ativa.

1.2.1.9.02.1.1. - Cota-Parte da Contribuição Sindical - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 8º, inciso IV;
Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, art. 589, inciso I, alínea "d", e inciso II, alínea "e";
Lei nº 9.322, de 5 de dezembro de 1996, art. 4º; e
Lei nº 11.648, de 31 de março de 2008.

1.2.1.9.02.2.1. - Cota-Parte da Contribuição Sindical - Parcelamentos - Principal

Amparo Legal:

Leis que permitem o parcelamento dos débitos em atraso ou inscritos em dívida ativa.

1.2.1.9.03.1.1. - Contribuição Relativa à Despedida de Empregado sem Justa Causa - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 13.932, de 11 de dezembro de 2019, art. 12;
Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001;
Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990;
Lei nº 8.844, de 20 de janeiro de 1994; e
Decreto nº 3.914, de 11 de setembro de 2001.

1.2.1.9.03.2.1. - Contribuição sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador - Principal

Amparo Legal:

Lei Complementar nº 110, de 20 de junho de 2001; Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990; Lei nº 8.844, de 20 de janeiro de 1994; e Decreto nº 3.914, de 11 de setembro de 2001.

1.2.1.9.03.3.1. - Contribuições Referentes ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS - Parcelamentos - Principal

Amparo Legal:

Leis que permitem o parcelamento dos débitos em atraso ou inscritos em dívida ativa.

1.2.1.9.04.1.1. - Contribuição Social do Salário-Educação - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 212, §5º;
Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, art. 15; e
Lei nº 9.766, de 18 de dezembro de 1998.

1.2.1.9.04.2.1. - Contribuição Social do Salário-Educação - Parcelamentos - Principal

Amparo Legal:

Leis que permitem o parcelamento dos débitos em atraso ou inscritos em dívida ativa.

1.2.1.9.05.1.1. - Contribuição para o Ensino Aeroviário - Principal

Amparo Legal:

Decreto-Lei nº 1.305, de 8 de janeiro de 1974, arts. 1º, 2º e 3º;
Lei 11.182 de 27 de setembro de 2005, Art. 31, III; e
Decreto-Lei nº 6.246, de 5 de fevereiro de 1944, art. 1º.

1.2.1.9.05.2.1. - Contribuição para o Ensino Aeroviário - Parcelamentos - Principal

Amparo Legal:

Leis que permitem o parcelamento dos débitos em atraso ou inscritos em dívida ativa.

1.2.1.9.06.1.1. - Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo - Principal

Amparo Legal:

Decreto-Lei nº 828, de 5 de setembro de 1969, art. 1º; e
Decreto nº 968, de 29 de outubro de 1996, art. 1º, e art. 2º, inciso I.

1.2.1.9.06.2.1. - Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo - Parcelamentos - Principal

Amparo Legal:

Leis que permitem o parcelamento dos débitos em atraso ou inscritos em dívida ativa.

1.2.1.9.07.1.1. - Contribuição sobre a Arrecadação dos Fundos de Investimentos Regionais - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991; e Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, art. 5º, VII.

1.2.1.9.07.2.1. - Contribuição sobre a Arrecadação dos Fundos de Investimentos Regionais - Parcelamentos - Principal

Amparo Legal:

Leis que permitem o parcelamento dos débitos em atraso ou inscritos em dívida ativa.

1.2.1.9.08.1.1. - Contribuição Industrial Rural - Principal

Amparo Legal:

Decreto-Lei nº 1.146, de 31 de dezembro de 1970, arts. 1º ao 5º;
Lei nº 7.231, de 23 de outubro de 1984, art. 3º; e
Decreto nº 10.371, de 22 de maio de 2020.

1.2.1.9.08.2.1. - Contribuição Industrial Rural - Parcelamentos - Principal

Amparo Legal:

Leis que permitem o parcelamento dos débitos em atraso ou inscritos em dívida ativa.

1.2.1.9.09.1.1. - Adicional à Contribuição Previdenciária Rural - Principal

Amparo Legal:

Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, art. 1º, e art. 15, inciso II;
(o art. 138 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 extingue o programa a que se refere o art. 1º da LC nº 11 acima)
Decreto-Lei nº 1.146, de 31 de dezembro de 1970, arts. 1º ao 5º; e
Lei nº 7.231, de 23 de Outubro de 1984, art. 3º, caput e parágrafo único.
Decreto nº 10.371, de 22 de maio de 2020.

1.2.1.9.09.2.1. - Adicional à Contribuição Previdenciária Rural - Parcelamentos - Principal

Amparo Legal:

Leis que permitem o parcelamento dos débitos em atraso ou inscritos em dívida ativa.

1.2.1.9.10.1.1. - Contribuição sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira - Principal

Amparo Legal:

Arts. 74, 75 e 80, inciso I, 84 e 85 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;
Emenda Constitucional nº 42, de 19 de dezembro de 2003;
Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, modificada pela Lei nº 9.539, de 12 de dezembro de 1997;
Lei nº 11.312, de 27 de junho de 2006; e
Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007.

1.2.1.9.10.2.1. - Contribuição sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira - Parcelamentos - Principal

Amparo Legal:

Esta natureza é agregadora. Verificar os códigos de natureza de receita específicos.

1.2.1.9.99.1.1. - Demais Contribuições Sociais Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Principal

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2022, Art. 9º, inciso IV

Amparo Legal: Legislação específica. 1.2.1.9.99.2.1. - Demais Contribuições Sociais Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Parcelamentos - Principal	
Amparo Legal: Legislação específica.	
1.2.1.9.99.3.1. - Demais Contribuições Sociais – Arrecadadas e Projetadas pela RFB - Principal	
Amparo Legal: Legislação específica.	
1.2.1.9.99.4.1. - Demais Contribuições Sociais – Arrecadas e Projetadas pela RFB - Parcelamentos - Principal	
Amparo Legal: Legislação específica.	
1.2.1.9.99.4.5. - Demais Contribuições Sociais – Arrecadas e Projetadas pela RFB - Parcelamentos - Multas do Principal	
Amparo Legal: Vide código de receita principal.	
1.2.2.1.01.1.1. - Contribuição para o Programa de Integração Nacional - PIN - Principal	
Amparo Legal: Art. 5º e 6º do Decreto-Lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970; Art. 2º da Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991; Art. 13 da Lei nº 10.177, de 15 de janeiro de 2001; e Art. 1º da Lei nº 12.995, de 18 de junho de 2014.	
1.2.2.1.01.2.1. - Contribuição para o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste - PROTERRA - Principal	
Amparo Legal: Art. 5º e 6º do Decreto-Lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970; Art. 2º da Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991; Art. 13 da Lei nº 10.177, de 15 de janeiro de 2001; e Art. 1 da Lei nº 12.995, de 18 de junho de 2014.	
1.2.2.1.02.0.1. - Contribuição de Lojas Francas, Entrepósitos Aduaneiros e Depósitos Alfandegários - Principal	
Amparo Legal: Decreto-Lei nº 1.437, de 17 de dezembro de 1975; Decreto-Lei nº 1.455, de 1976, art. 9º e 22º; Portaria do Ministério da Fazenda nº 204, de 22 de agosto de 1996; Instrução Normativa RFB nº 863, de 17 de julho de 2008; e Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009.	
1.2.2.1.03.0.1. - Contribuição sobre Apostas em Competições Hípicas - Principal	
Amparo Legal: Lei nº 7.291, de 19 de dezembro de 1984; e Decreto nº 96.993, de 17 de outubro de 1988.	
1.2.2.1.04.0.1. - Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE - Principal	
Amparo Legal: MP nº 2.228-1, de 06 de setembro 2001, arts. 32, 33, 35, 36, 38, 47 e 48; e Arts. 2º a 4º, da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006.	
1.2.2.1.05.0.1. - Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Principal	
Amparo Legal: Decreto-Lei nº 2.404, de 23 de dezembro de 1987, art. 1º; Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004, art. 3º, e art. 17, § 1º; Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, arts. 13 e 14; e Decreto nº 8.257, de 29 de maio de 2014.	
1.2.2.1.06.0.1. - Contribuição sobre as Receitas de Concessionárias e Permissonárias de Energia Elétrica - Principal	
Amparo Legal: Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000; Decreto nº 3.867, de 16 de julho de 2001; Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004; Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009; e Decreto nº 7.204, de 8 de junho de 2010.	
1.2.2.1.07.0.1. - Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia - CIDE - Remessas ao Exterior - Principal	
Amparo Legal: Lei nº 10.168, de 29 de dezembro de 2000, arts. 2º e 4º; e Decreto nº 4.195, de 11 de abril de 2002.	
1.2.2.1.08.1.1. - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Combustíveis - Importação - Principal	
Amparo Legal: Art. 177, § 4º da Constituição Federal (previsão constitucional); Art. 1º da Lei 10.336, de 19 de dezembro de 2001 (institui a contribuição); Art. 159, inc. III da Constituição Federal (prevê a destinação a entes subnacionais); e Lei nº 10.636, de 30 de dezembro de 2002.	
1.2.2.1.08.2.1. - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Combustíveis - Comercialização - Principal	
Amparo Legal: Art. 177, § 4º da Constituição Federal (previsão constitucional); Art. 1º da Lei 10.336, de 19 de dezembro de 2001 (institui a contribuição); Art. 159, inc. III da Constituição Federal (prevê a destinação a entes subnacionais); e Lei nº 10.636, de 30 de dezembro de 2002.	
1.2.2.1.09.1.1. - Contribuição sobre a Receita Operacional Bruta Decorrente de Prestação de Serviços de Telecomunicações - Principal	
Amparo Legal: Lei nº 9.998 de 17 de agosto de 2000, Art. 6º, inciso IV; e Decreto nº 3.624, de 05 de dezembro de 2000.	
1.2.2.1.09.2.1. - Contribuição sobre a Receita Bruta das Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações - Principal	
Amparo Legal: Lei nº 10.052, de 28 de novembro de 2000; art. 4º, inciso III; e Decreto nº 3.737, de 30 de janeiro de 2001.	
1.2.2.1.10.0.1. - Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - Principal	
Amparo Legal: Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008.	
1.2.2.1.11.1.1. - Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas na Amazônia - Principal	

Amparo Legal: Lei nº 8.387 de 30 de dezembro de 1991, art. 2º §§ 3º e 4º, inciso II; e Decreto nº 6.008, de 29 de dezembro de 2006, art. 5º.	
1.2.2.1.11.2.1. - Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas nas Demais Regiões - Principal	
Amparo Legal: Lei nº 8.248 de 23 de outubro de 1991, art. 11, § 1º; e Decreto nº 6.008, de 29 de dezembro de 2006, art. 5º.	
1.2.2.1.99.1.1. - Outras Contribuições Econômicas – Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Principal	
Amparo Legal: Legislação específica.	
1.2.2.1.99.2.1. - Outras Contribuições Econômicas – Arrecadadas e Projetadas pela RFB - Principal	
Amparo Legal: Legislação específica.	
1.2.3.1.00.0.1. - Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional - Principal	
Amparo Legal: Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990; Lei nº 8.154, de 28 de dezembro de 1990; Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; Lei nº 8.315, de 23 de dezembro de 1991; Lei nº 8.540, de 22 de setembro de 1992; Lei nº 8.706, de 14 de setembro de 1993; Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996; Lei nº 9.528, de 10 de dezembro de 1997; Lei nº 9.601, de 21 de janeiro de 1998; Lei nº 10.256, de 9 de julho de 2001; Medida Provisória nº 2.168, de 24 de agosto de 2001; Decreto-Lei nº 1.861, de 1981; Decreto-Lei nº 2.318, de 1986; Decreto-Lei nº 4.048, de 1946; Decreto-Lei nº 8.621, de 1946; Decreto-Lei nº 9.403, de 1946; e Decreto-Lei nº 9.853, de 1946.	
1.3.1.1.01.1.1. - Aluguéis e Arrendamentos - Principal	
Amparo Legal: Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º; Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946; Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987; Decreto nº 980, de 11 de novembro de 1993, e alterações posteriores; Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998; Decreto nº 3.725, de 10 de janeiro de 2001; e Lei nº 11.481, de 31 de maio de 2007.	
1.3.1.1.01.2.1. - Foros, Laudêmios e Tarifas de Ocupação - Principal	
Amparo Legal: Lei 13.465, de 11 de julho de 2017, art. 92; Decreto-Lei nº 2.398/87, art. 6-B (introduzido pelo art. 27 da Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015); Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946; Decreto nº 980, de 11 de novembro de 1993; Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998; e Decreto nº 3.725, de 10 de janeiro de 2001.	
1.3.1.1.02.0.1. - Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	
Amparo Legal: - Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002 (art. 13, inciso II, §1º), no caso da CDE/ANEEL; - Decreto-Lei nº 271, de 28 de fevereiro de 1967; - Código Civil, art. 1.370; - Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; - Art. 18, § 5º, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998; - Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; - Portaria Interministerial MP-MMA nº 436, de 2 de dezembro de 2009; e - Art. 12, § 2º, do Decreto nº 7.154, de 9 de abril de 2010.	
1.3.1.1.99.0.1. - Outras Receitas Imobiliárias - Principal	
Amparo Legal: Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º.	
1.3.2.1.01.0.1. - Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	
Amparo Legal: Art. 164, § 3º da Constituição Federal; Medida Provisória nº 2170-36, de 23 de agosto de 2001, arts. 1º e 2º, §§ 1º e 4º. Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, art. 11, III; e Legislação específica para cada caso.	
1.3.2.1.02.0.1. - Remuneração de Depósitos Especiais - Principal	
Amparo Legal: Art. 164, § 3º da Constituição Federal; Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990, art. 9º, caput e §6º; Lei nº 9.322, de 5 de dezembro de 1996, art. 1º; e Legislação específica para demais casos que venham a surgir.	
1.3.2.1.03.0.1. - Remuneração de Saldos de Recursos Não-Desembolsados - Principal	
Amparo Legal: Art. 164, § 3º da Constituição Federal; Lei nº 9.322, de 5 de dezembro de 1996; e Legislação específica para cada caso.	
1.3.2.1.04.0.1. - Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Principal	
Amparo Legal: Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, arts. 1º, § único, e 6º, inciso IV; e Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.922, de 25 de novembro de 2010.	
1.3.2.1.05.0.1. - Juros de Títulos de Renda - Principal	
Amparo Legal: Art. 164, § 3º da Constituição Federal e Normativos da CVM e Banco Central.	
1.3.2.1.06.0.1. - Juros sobre o Capital Próprio - Principal	
Amparo Legal: Lei nº 9.530, de 10 de dezembro de 1997;	

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2022, Art. 9º, inciso IV

Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995; e Decreto nº 2.673, de 16 de julho de 1998.	
1.3.2.2.01.0.1. - Dividendos - Principal	Amparo Legal: Alineas "c", "d" e "e" do art. 2º e art. 3º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; Inciso II do art. 6º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; e Inciso VII do art. 2º da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006.
Amparo Legal: Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores; e Lei nº 9.530, de 10 de dezembro de 1997.	1.3.3.3.03.2.1. - Delegação dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagens - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal
1.3.2.3.01.0.1. - Participações - Principal	Amparo Legal: Alineas "c", "d" e "e" do art. 2º e art. 3º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; Inciso I do art. 1º da Lei nº 9.994, de 24 de julho de 2000; Inciso II do art. 6º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; Inciso VII do art. 2º da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006; e Inciso VI do art. 10 da Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007.
Amparo Legal: Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores; e Lei nº 9.530, de 10 de dezembro de 1997.	1.3.3.3.04.1.1. - Cessão do Direito de Uso de Radiofrequência - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal
1.3.2.9.99.0.1. - Outros Valores Mobiliários - Principal	Amparo Legal: Alinea "e" do art. 2º e art. 3º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; Inciso II do art. 6º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; e Inciso VII do art. 2º da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006.
Amparo Legal: Art. 164, § 3º da Constituição Federal e Normativos da CVM e Banco Central.	1.3.3.3.04.2.1. - Cessão do Direito de Uso de Radiofrequência - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal
1.3.3.1.01.0.1. - Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Rodoviário - Principal	Amparo Legal: Alinea "e" do art. 2º e art. 3º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; Inciso I do art. 1º da Lei nº 9.994, de 24 de julho de 2000; Inciso II do art. 6º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; Inciso VII do art. 2º da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006; e Inciso VI do art. 10 da Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007.
Amparo Legal: CF, art. 21, inciso XII, alínea "e"; Lei nº 10.233, de 2001, art. 12, inciso I; art. 13, inciso I; Decreto nº 2.521, de 20 de março de 1998; Medida Provisória nº 2.217, de 4 de setembro de 2001.	1.3.3.3.05.0.1. - Cessão do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro - Principal
1.3.3.1.02.0.1. - Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Ferroviário - Principal	Amparo Legal: Arts. 2º e 3º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; Art. 1º, Inciso I, da Lei nº 9.994, de 24 de julho de 2000; Arts. 48 e 51 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997; e Inciso VI do art. 10 da Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007.
Amparo Legal: CF, art. 21, inciso XII, alínea "d"; Lei nº 10.233, de 2001, art. 12, inciso I; art. 13, inciso I; Decreto nº 2.521, de 20 de março de 1998; Medida Provisória nº 2.217, de 4 de setembro de 2001.	1.3.3.3.06.1.1. - Transferência da Delegação dos Serviços de Telecomunicações ou do Direito de Uso de Radiofrequência - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal
1.3.3.1.03.0.1. - Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Metroviário - Principal	Amparo Legal: Inciso III do art. 6º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; e Art. 48 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, combinado com alínea "h" do art. 2º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966.
Amparo Legal: CF, art. 21, inciso XII, alínea "d"; Lei nº 10.233, de 2001, art. 12, inciso I; art. 13, inciso I; Decreto nº 2.521, de 20 de março de 1998; Medida Provisória nº 2.217, de 4 de setembro de 2001.	1.3.3.3.06.2.1. - Transferência da Delegação dos Serviços de Telecomunicações ou do Direito de Uso de Radiofrequência - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal
1.3.3.1.04.0.1. - Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Aquaviário - Principal	Amparo Legal: Inciso III do art. 6º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; Art. 48 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, combinado com alínea "h" do art. 2º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; e Inciso I do art. 1º da Lei nº 9.994, de 24 de julho de 2000.
Amparo Legal: CF, art. 21, inciso XII, alínea "d"; Lei nº 10.233, de 2001, art. 12, inciso I; art. 13, inciso I; Decreto nº 2.521, de 20 de março de 1998; Medida Provisória nº 2.217, de 4 de setembro de 2001.	1.3.3.3.07.0.1. - Concessão de Licenças e Autorizações da Agência Espacial Brasileira - Principal
1.3.3.1.05.0.1. - Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Aeroviário - Principal	Amparo Legal: Lei nº 9.994, de 2000, art. 1º, inciso IV e art. 2º.
Amparo Legal: CF, art. 21, inciso XII, alínea "c".	1.3.3.3.99.1.1. - Outras Delegações dos Serviços de Telecomunicação - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal
1.3.3.2.01.1.1. - Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Rodoviário para o Setor Privado - Principal	Amparo Legal: Alineas "c", "d" e "e" do art. 2º e art. 3º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; Inciso II do art. 6º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; e Inciso VII do art. 2º da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006.
Amparo Legal: Arts. 21, inciso XII, 22, inciso IX, e 178 da Constituição Federal; Arts. 12, inciso I, 13, inciso I, 14, inciso I, alínea "a" e § 3º, 24, inciso III, 28, inciso II, alínea "c", 34-A e 77, inciso II, da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.	1.3.3.3.99.2.1. - Outras Delegações dos Serviços de Telecomunicação - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal
1.3.3.2.01.2.1. - Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Rodoviário para os Estados, Distrito Federal e Municípios - Principal	Amparo Legal: Alineas "c", "d" e "e" do art. 2º e art. 3º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; Inciso I do art. 1º da Lei nº 9.994, de 24 de julho de 2000; Inciso II do art. 6º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; Inciso VII do art. 2º da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006; e Inciso VI do art. 10 da Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007.
Amparo Legal: Lei nº 9.277, de 10 de maio de 1996, arts. 1º e 3º.	1.3.3.4.01.0.1. - Concessão dos Serviços de Geração, Transmissão ou Distribuição de Energia Elétrica - Principal
1.3.3.2.02.0.1. - Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Ferroviário - Principal	Amparo Legal: §1º do art. 4º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995; e §7º do art. 8º da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013.
Amparo Legal: Arts. 21, inciso XII, 22, inciso IX, e 178 da Constituição Federal.	1.3.3.9.99.0.1. - Outras Delegações de Serviços Públicos - Principal
1.3.3.2.03.0.1. - Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Aquaviário - Principal	Amparo Legal: Lei específica do órgão arrecadador.
Amparo Legal: - Lei nº 10.233/2001, Art. 77, inciso II; - Constituição Federal: Art. 21, XII; Art. 22, IX; Art. 178.	1.3.4.1.01.1.1. - Bônus de Assinatura do Contrato de Concessão - Principal
1.3.3.2.04.0.1. - Delegação para Exploração da Infraestrutura Aeroportuária - Principal	Amparo Legal: Arts. 45 e 46 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997.
Amparo Legal: Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, art. 63, inciso III.	1.3.4.1.01.2.1. - Pagamento pela Retenção de Área para Exploração ou Produção - Principal
1.3.3.3.01.1.1. - Delegação dos Serviços de Telecomunicação - Poder Concedente no Regime Público - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	Amparo Legal: Arts. 45, inciso IV, e 51 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997.
Amparo Legal: Alineas "c" e "e" do art. 2º e art. 3º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; Inciso II do art. 6º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; e Inciso VII do art. 2º da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006.	1.3.4.1.02.1.1. - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal
1.3.3.3.01.2.1. - Delegação dos Serviços de Telecomunicação - Poder Concedente no Regime Público - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	Amparo Legal: Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 48, inciso I (com a redação da Lei 12.734, de 2012); e Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012.
Amparo Legal: Alineas "c" e "e" do art. 2º e art. 3º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; Inciso I do art. 1º da Lei nº 9.994, de 24 de julho de 2000; Inciso II do art. 6º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; Inciso VII do art. 2º da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006; e Inciso VI do art. 10 da Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007.	1.3.4.1.02.2.1. - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal
1.3.3.3.02.1.1. - Delegação dos Serviços de Telecomunicação - Atividade Ordenadora no Regime Privado - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	Amparo Legal: Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 7º; Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 48 (redação anterior à Lei nº 12.734/2012); Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010; e Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 3º e art. 2º, III.
Amparo Legal: Alinea "d" do art. 2º e art. 3º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; Inciso II do art. 6º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; e Inciso VII do art. 2º da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006.	1.3.4.1.02.3.1. - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal
1.3.3.3.02.2.1. - Delegação dos Serviços de Telecomunicação - Atividade Ordenadora no Regime Privado - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	Amparo Legal: Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 7º; Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 48 (redação anterior à Lei nº 12.734/2012); Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010; e Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013.
Amparo Legal: Alinea "d" do art. 2º e art. 3º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; Inciso I do art. 1º da Lei nº 9.994, de 24 de julho de 2000; Inciso II do art. 6º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; Inciso VII do art. 2º da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006; e Inciso VI do art. 10 da Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007.	1.3.4.1.02.4.1. - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal
1.3.3.3.03.1.1. - Delegação dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagens - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	Amparo Legal: Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 7º;

LEGISLAÇÃO DA RECEITA	
LDO - 2022, Art. 9º, inciso IV	
Lei no 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 48 (redação anterior à Lei no 12.734/2012); Lei no 12.351, de 22 de dezembro de 2010; e Lei no 12.858, de 9 de setembro de 2013, art 2o, I e §3o. 1.3.4.1.03.1.1. - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal Amparo Legal: Lei no 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 49, inciso I (com redação da 12.734/2012); Lei no 12.734, de 30 de novembro de 2012; e Lei no 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2o, III. 1.3.4.1.03.2.1. - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal Amparo Legal: Lei no 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 49, inciso II (redação anterior à Lei n 12.734/2012); Lei no 12.351, de 22 de dezembro de 2010; Lei no 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2o, III e art. 3o. 1.3.4.1.03.3.1. - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal Amparo Legal: Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 49, II (redação anterior à Lei nº 12.734/2012); Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010; e Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2º, III, e art. 3º. 1.3.4.1.03.4.1. - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal Amparo Legal: Lei no 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 49 (redação anterior à Lei n 12.734/2012); Lei no 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2o, I, e §3o. 1.3.4.1.04.1.1. - Participação Especial pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal Amparo Legal: Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 50, §2º (redação anterior à Lei nº 12.734/2012); e Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010. 1.3.4.1.04.2.1. - Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal Amparo Legal: Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 50, §2º (redação anterior à Lei nº 12.734/2012); Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010; e Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2º, III. 1.3.4.1.04.3.1. - Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal Amparo Legal: Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 50, §2º (redação anterior à Lei nº 12.734/2012); e Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2º, I, e §3º. 1.3.4.2.02.1.1. - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Terra - Cessão Onerosa - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Principal Amparo Legal: Lei no 12.276, de 30 de junho de 2010, art. 5o, §1o;. 1.3.4.2.02.4.1. - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Cessão Onerosa - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Principal Amparo Legal: Lei no 12.276, de 30 de junho de 2010, art. 5o, §1o; e Lei no 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2o, incisos I e II. 1.3.4.2.03.1.1. - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Terra - Cessão Onerosa - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Principal Amparo Legal: Lei no 12.276, de 30 de junho de 2010, art. 5o, §2o; e Lei no 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2o, incisos I e II. 1.3.4.3.01.1.1. - Bônus de Assinatura de Contrato de Partilha de Produção - Parcela da União - Principal Amparo Legal: Constituição Federal, arts. 20, § 1º, e 177, incisos I a IV; Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, art. 46; Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, arts. 2º, inciso XII, 10, inciso III, alínea "F", 15, inciso IX, 29, inciso XX, 42, inciso II e § 2º, e 49, inciso I. 1.3.4.3.01.2.1. - Bônus de Assinatura de Contrato de Partilha de Produção - Parcela do Fundo Social - Principal Amparo Legal: Constituição Federal, arts. 20, § 1º, e 177, incisos I a IV; Inciso II do art. 49 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010. 1.3.4.3.01.3.1. - Bônus de Assinatura de Contrato de Partilha de Produção - Parcela da Empresa Gestora do Contrato Amparo Legal: Constituição Federal, arts. 20, § 1º, e 177, incisos I a IV; Alínea "F" do inciso III do art. 10 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010. 1.3.4.3.01.4.1. - Bônus de Assinatura de Contrato de Partilha de Produção - Parcela de Estados e Municípios - Principal Amparo Legal: Lei nº 12.276, de 30 de junho de 2010; Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010; e Projeto de Lei nº 5478, de 2019. 1.3.4.3.02.1.1. - Royalties pela Produção de Petróleo em Terra - Partilha de Produção - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Principal Amparo Legal: Inciso I do art. 42-B da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010. 1.3.4.3.02.4.1. - Royalties pela Produção de Petróleo em Plataforma - Partilha de Produção - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Principal Amparo Legal: Inciso II do art. 42-B da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010; e Inciso I do art. 2º da Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013.	1.3.4.4.01.0.1. - Outorga de Direitos de Exploração e Pesquisa Mineral - Principal Amparo Legal: Constituição Federal, art. 176. Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, art. 2º. Lei nº 13.575, de 26 de dezembro de 2017, Art. 19. 1.3.4.4.02.0.1. - Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Principal Amparo Legal: Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989 c/c Decreto nº 1, de 1991. Repartição de recursos estabelecida pelo art. 2º, §2º, da Lei nº 8.001, de 1990 (com atualizações efetuadas pelo art. 2º da Lei nº 13.540, de 2017). 1.3.4.5.01.0.1. - Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos - Principal Amparo Legal: Lei nº 9.984 de 17 de julho de 2000, art. 4º, inciso IX e § 6º, e art. 20, inciso II; Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, arts. 12, 20 e 22. 1.3.4.5.02.0.1. - Concessão de Uso do Potencial de Energia Hidráulica - Principal Amparo Legal: CF/88, art. 176; Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995; Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996; 1.3.4.5.03.1.1. - Utilização de Recursos Hídricos - Itaipu - Principal Amparo Legal: Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 1º; Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, art. 1º; Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, art. 12, inciso IV e art. 20; Item III do Anexo C do Tratado de Itaipu, assinado em 26 de março de 1973, bem como documentos interpretativos subsequentes. 1.3.4.5.03.2.1. - Utilização de Recursos Hídricos - Demais Empresas - Principal Amparo Legal: Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 1º; Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, art. 17; Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, art. 1º; Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, art. 22; e Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, art. 3º. 1.3.4.5.03.3.1. - Utilização de Recursos Hídricos - Demais Empresas - Prorrogação de Outorga - Principal Amparo Legal: Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 1º; Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, art. 2º, caput e § 1º-A. 1.3.4.6.01.1.1. - Concessão de Florestas Nacionais - Valor Mínimo - Principal Amparo Legal: Lei nº 11.284, de 2006, art. 20, inciso XII; art. 39, § 1º, inciso I. 1.3.4.6.01.2.1. - Concessão de Florestas Nacionais - Demais Valores - Principal Amparo Legal: Lei nº 11.284, de 2006, art. 20, inciso XII; art. 39, § 1º, inciso II. 1.3.4.6.02.1.1. - Concessão de Florestas Não Catalogadas como "Florestas Nacionais" - Valor Mínimo - Principal Amparo Legal: Lei nº 11.284, de 2006, art. 20, inciso XII; art. 39, inciso I. 1.3.4.6.02.2.1. - Concessão de Florestas Não Catalogadas como "Florestas Nacionais" - Demais Valores - Principal Amparo Legal: Lei nº 11.284, de 2006, art. 20, inciso XII; art. 39, inciso II. 1.3.4.6.03.0.1. - Custos de Edital de Concessão Florestal - Principal Amparo Legal: Lei nº 11.284, de 02 de março de 2006; Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007 (Arts. 6º e 7º). 1.3.4.6.04.0.1. - Contratos de Transição de Concessão Florestal - Principal Amparo Legal: Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; Lei nº 11.284, de 02 de março de 2006; Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007 (Arts. 6º e 7º). 1.3.4.6.99.0.1. - Demais Receitas de Exploração de Recursos Florestais - Principal Amparo Legal: Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006; Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012; Decreto nº 5.975, de 30 de novembro de 2006; Decreto nº 6.660, de 21 de novembro de 2008; Instrução Normativa ICMBio nº 9, de 28 de abril de 2010. 1.3.4.9.01.0.1. - Compensações Ambientais - Principal Amparo Legal: Art. 36 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. 1.3.4.9.99.0.1. - Outras Delegações para Exploração de Recursos Naturais - Principal Amparo Legal: Natureza de Receita criada pela Portaria SOF nº 3 de 26 de abril de 2006. 1.3.5.1.01.0.1. - Outorga de Direito de Uso ou de Exploração de Criação Protegida - Instituição Científica e Tecnológica - Principal Amparo Legal: Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004; Decreto nº 9.283, de 7 de fevereiro de 2018. 1.3.5.1.02.0.1. - Direito de Uso da Imagem e de Reprodução dos Bens do Acervo Patrimonial - Principal Amparo Legal: Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009; Art. 10 da Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009; Inciso VI, do art. 23 do Decreto nº 6.845, de 7 de maio de 2009;

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2022, Art. 9º, inciso IV

Instrução Normativa nº 1, do Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM, de 15 de abril de 2013; Legislação aplicável aos direitos de uso de imagem e reprodução.

1.3.5.1.03.0.1. - Royalties pela Exploração do Patrimônio Genético ou Conhecimento Tradicional Associado - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 225, § 1º, II e § 4º; e
Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015.

1.3.5.1.04.0.1. - Royalties pela Comercialização de Produtos Resultantes de Criação Protegida - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 10.973, de 2004, art. 6º; e
Decreto nº 9.283, de 7 de fevereiro de 2018.

1.3.6.1.01.1.1. - Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poderes Executivo e Legislativo - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal de 1988, art. 37, XXI;
Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; e
Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil.

1.3.6.1.01.2.1. - Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; e
Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil.

1.3.9.1.01.1.1. - Participação da União em Receita de Loteria Federal - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, art. 15, inciso I.

1.3.9.1.01.2.1. - Participação da União em Receita de Loteria Esportiva - Principal

Amparo Legal:

Art. 18, inciso I, da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018.

1.3.9.1.01.4.1. - Participação da União em Receita de Loterias de Prognósticos Numéricos - Principal

Amparo Legal:

Art. 16, inciso I, da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018.

1.3.9.1.01.5.1. - Participação da União em Receita de Loteria Instantânea - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, art. 20.

1.3.9.1.01.6.1. - Participação da União em Receita de Loteria de Prognóstico Específico - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, art. 17, inciso I.

1.3.9.9.99.0.1. - Outras Receitas Patrimoniais - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

1.4.1.1.01.0.1. - Receita Agropecuária - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 173;
Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1º e 4º.

1.5.1.1.01.0.1. - Receita Industrial - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 173;
Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1º e 4º.

1.6.1.1.01.0.1. - Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 173;
Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1º e 4º.

1.6.1.1.02.0.1. - Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, arts. 37, caput e inciso II, e 208, inciso V; e
Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, arts. 44, inciso II, e 51.

1.6.1.1.03.0.1. - Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, arts. 173 e 174, caput;
Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1º e 4º;
Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, arts. 7º, 15, 16, 20, 22 e 38;
Decreto-Lei nº 2.056, de 19 de agosto de 1983;
Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, arts. 2º, alínea j, e 3º;
Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973;
Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, arts. 8º, 32 e 55;
Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996;
Lei nº 9.602, de 21 de janeiro de 1998, art. 6º;
Lei nº 9.933, de 20 de dezembro de 1999;
Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, art. 6º, inciso II;
Lei nº 10.743, de 30 de julho de 2003;
Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006, art. 2º, inciso VII;
Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010;
Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996, arts. 7º, 32 e 89;
Decreto nº 2.613, de 3 de junho de 1998, art. 3º;
Decreto nº 7.938, de 19 de fevereiro de 2013;
Resolução CONTRAN Nº 5, de 23 de janeiro de 1998; e
Resolução CONTRAN nº 282, de 26 de junho de 2008.

1.6.1.1.04.0.1. - Serviços de Informação e Tecnologia - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 173;
Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1º e 4º.

1.6.1.1.05.0.1. - Serviços Técnicos e Aprovação de Laudos de Telecomunicações - Principal

Amparo Legal:

Alínea "j" do art. 2º e art. 3º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966;
Inciso II do art. 6º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; e

Inciso VII do art. 2º da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006.

1.6.2.1.01.1.1. - Serviços de Navegação Aérea - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, art. 8º.

1.6.2.1.01.1.5. - Serviços de Navegação Aérea - Multas do Principal

Amparo Legal:

Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, art. 8º.

1.6.2.1.01.2.1. - Serviços de Navegação Naval - Principal

Amparo Legal:

Decreto-Lei nº 1.023, de 21 de outubro de 1969, arts. 1º e 2º;
Decreto nº 70.198, de 24 de fevereiro de 1972, arts. 1º e 2º.

1.6.2.1.01.2.5. - Serviços de Navegação Naval - Multas do Principal

Amparo Legal:

Decreto-Lei nº 1.023, de 21 de outubro de 1969, arts. 1º e 2º;
Decreto nº 70.198, de 24 de fevereiro de 1972, arts. 1º e 2º.

1.6.2.1.02.0.1. - Serviços de Transporte de Passageiros ou Mercadorias - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 173;
Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1º e 4º.

1.6.2.1.03.0.1. - Serviços Portuários - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 173;
Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1º e 4º;
Lei nº 4.860, de 26 de novembro de 1965; e
Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013.

1.6.2.1.04.1.1. - Tarifa Aeroportuária - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, art. 3º;
Decreto nº 89.121, de 6 de dezembro de 1983.

1.6.2.1.04.2.1. - Adicional sobre Tarifa Aeroportuária - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, art. 3º;
Lei nº 7.920, de 12 de dezembro de 1989;
Lei nº 8.399, de 7 de janeiro de 1992;
Lei nº 12.648, de 17 de maio de 2012; e
Art. 1º da Lei nº 13.319, de 25 de julho de 2016.

1.6.2.1.04.3.1. - Parcela da Tarifa de Embarque Internacional - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 9.825, de 23 de agosto de 1999;
Art. 63 da Lei nº 12.462, de 5 de agosto de 2011; e
Lei nº 12.648, de 17 de maio de 2012.

1.6.3.1.01.0.1. - Serviços de Atendimento à Saúde em Unidades do Governo Federal - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 173;
Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1º e 4º;
Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990; e
Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990.

1.6.3.1.99.0.1. - Outros Serviços de Atendimento à Saúde - Principal

Amparo Legal:

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 163, DE 4 DE MAIO DE 2001, art. 2ºA, § 4º, inciso IV, alínea "c".

1.6.3.2.01.0.1. - Serviços de Assistência à Saúde Suplementar de Servidores Civis - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, art. 230;
Decreto nº 4.978, de 3 de fevereiro de 2004;
Portaria MPOG/SRH nº 1.983, de 5 de dezembro de 2006, arts. 12 e 15.

1.6.4.1.01.0.1. - Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, arts. 173 e 239, § 1º;
Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990;
Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990;
Lei nº 9.365, de 16 de dezembro de 1996;
Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000; e
Legislação correlata.

1.6.4.1.02.0.1. - Concessão de Avals, Garantias e Seguros - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 5.000, de 24 de maio de 1966;
Arts. 16 e 17 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966;
Art. 1º da Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979;
Art. 5º-A da Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992;
Arts. 1º, 2º e 3º da Lei nº 9.531, de 10 de dezembro de 1997; e
Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999.

1.6.4.1.03.0.1. - Remuneração sobre Repasse para Programas de Desenvolvimento Econômico - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 239, caput e § 1º;
Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, art. 11, inciso III.

1.6.9.9.99.0.1. - Outros Serviços - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 173;
Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1º e 4º.

1.7.1.2.99.0.1. - Outras Transferências decorrentes de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais - Principal

Amparo Legal:

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 163, DE 4 DE MAIO DE 2001, art. 2ºA, § 4º, inciso IV,

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2022, Art. 9º, inciso IV

alínea "c".

1.7.1.3.99.0.1. - Outras Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Principal

Amparo Legal:

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 163, DE 4 DE MAIO DE 2001, art. 2ºA, § 4º, inciso IV, alínea "c".

1.7.1.4.99.0.1. - Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - Principal

Amparo Legal:

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 163, DE 4 DE MAIO DE 2001, art. 2ºA, § 4º, inciso IV, alínea "c".

1.7.1.9.99.0.1. - Outras Transferências de Recursos da União e de suas Entidades - Principal

Amparo Legal:

Não se aplica

1.7.1.9.99.0.5. - Outras Transferências de Recursos da União e de suas Entidades - Multas do Principal

Amparo Legal:

Não se aplica

1.7.2.4.01.0.1. - Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal

Amparo Legal:

Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, art. 191;
Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, art. 116;
Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, art. 1º, § 3º;
Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003, arts. 5º e 6º.

1.7.2.4.01.0.5. - Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Multas do Principal

Amparo Legal:

Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, art. 191;
Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, art. 116;
Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, art. 1º, § 3º;
Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003, arts. 5º e 6º.

1.7.2.4.99.0.1. - Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades - Principal

Amparo Legal:

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 163, DE 4 DE MAIO DE 2001, art. 2ºA, § 4º, inciso IV, alínea "c".

1.7.2.4.99.0.5. - Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades - Multas do Principal

Amparo Legal:

Não se aplica

1.7.2.9.99.0.1. - Outras Transferências dos Estados e Distrito Federal - Principal

Amparo Legal:

Não se aplica

1.7.2.9.99.0.5. - Outras Transferências dos Estados e Distrito Federal - Multas do Principal

Amparo Legal:

Não se aplica

1.7.3.2.01.0.1. - Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal

Amparo Legal:

Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, art. 191;
Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, art. 116;
Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, art. 1º, § 3º;
Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003, arts. 5º e 6º.

1.7.3.2.01.0.5. - Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Multas do Principal

Amparo Legal:

Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, art. 191;
Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, art. 116;
Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, art. 1º, § 3º;
Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003, arts. 5º e 6º.

1.7.3.2.99.0.1. - Outras Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades - Principal

Amparo Legal:

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 163, DE 4 DE MAIO DE 2001, art. 2ºA, § 4º, inciso IV, alínea "c".

1.7.3.2.99.0.5. - Outras Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades - Multas do Principal

Amparo Legal:

Não se aplica

1.7.3.9.99.0.1. - Outras Transferências dos Municípios - Principal

Amparo Legal:

Não se aplica

1.7.3.9.99.0.5. - Outras Transferências dos Municípios - Multas do Principal

Amparo Legal:

Não se aplica

1.7.4.1.01.0.1. - Transferências de Instituições Privadas para Órgãos e Entidades da União - Principal

Amparo Legal:

Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967;
Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;
Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007;
Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.

1.7.4.1.99.0.1. - Outras Transferências de Instituições Privadas - Principal

Amparo Legal:

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 163, DE 4 DE MAIO DE 2001, art. 2ºA, § 4º, inciso IV, alínea "c".

1.7.5.9.99.0.1. - Demais Transferências de Outras Instituições Públicas - Principal

Amparo Legal:

Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967;
Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;
Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007;
Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.

1.7.6.1.01.0.1. - Transferências do Exterior para Órgãos e Entidades da União - Principal

Amparo Legal:

Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967;
Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;
Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007;
Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.

1.7.6.1.99.0.1. - Outras Transferências do Exterior - Principal

Amparo Legal:

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 163, DE 4 DE MAIO DE 2001, art. 2ºA, § 4º, inciso IV, alínea "c".

1.7.9.1.01.0.1. - Transferências de Pessoas Físicas para Órgãos e Entidades da União - Principal

Amparo Legal:

Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967;
Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;
Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007;
Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.

1.7.9.1.99.0.1. - Outras Transferências de Pessoas Físicas - Principal

Amparo Legal:

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 163, DE 4 DE MAIO DE 2001, art. 2ºA, § 4º, inciso IV, alínea "c".

1.7.9.2.01.0.1. - Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados - Principal

Amparo Legal:

Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967;
Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;
Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007;
Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.

1.7.9.9.99.0.1. - Outras Transferências Correntes - Principal

Amparo Legal:

Não se aplica

1.7.9.9.99.0.5. - Outras Transferências Correntes - Multas do Principal

Amparo Legal:

Não se aplica

1.9.1.1.01.0.1. - Multas Previstas em Legislação Específica - Principal

Amparo Legal:

Qualquer lei específica que determine aplicação de multa de caráter punitivo.

1.9.1.1.02.1.1. - Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal

Amparo Legal:

Alineas "c", "d" e "e" do art. 2º e art. 3º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; Inciso II do art. 6º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; e Inciso VII do art. 2º da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006.

1.9.1.1.02.2.1. - Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal

Amparo Legal:

Alineas "c", "d" e "e" do art. 2º e art. 3º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; Inciso I do art. 1º da Lei nº 9.994, de 24 de julho de 2000; Inciso II do art. 6º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; Inciso VII do art. 2º da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006; e Inciso VI do art. 10 da Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007.

1.9.1.1.03.0.1. - Multas Previstas na Legislação do Seguro-Desemprego e Abono Salarial - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990 (Art. 25).

1.9.1.1.04.0.1. - Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, arts. 11 e 13; Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989; e Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor.

1.9.1.1.05.0.1. - Multas Previstas em Lei por Infrações no Setor de Energia Elétrica - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002 (Art. 13, § 1º, inciso II)
Decreto nº 9.022, de 31 de março de 2017 (Art. 2º, inciso II); e
Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997 (Art. 17, inciso II e Art. 24, inciso VII).

1.9.1.1.06.1.1. - Multas Administrativas por Danos Ambientais - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, art. 14, I, art. 17-C, §2º, art. 17-I;
Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989;
Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998;
Decreto nº 99.274, de 6 de junho de 1990; e
Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, art. 13.

1.9.1.1.06.2.1. - Multas Judiciais por Danos Ambientais - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981;
Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989; e
Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

1.9.1.1.07.0.1. - Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992.

1.9.1.1.08.0.1. - Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais - Principal

Amparo Legal:

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2022, Art. 9º, inciso IV

Inciso V do art. 2º da Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994;
Art. 83 da Lei nº 11.697, de 13 de junho de 2008;
Multas decorrentes de sentenças judiciais e prescritas com base no Código de Processo Civil - Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015;
Multas decorrentes de sentenças judiciais e prescritas com base no Código de Processo Penal (Art. 265 e outros do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941);
Qualquer outra legislação, desde que tenha sido utilizada como base normativa para a aplicação de multa no âmbito de sentença judicial.

1.9.1.1.09.0.1. - Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

1.9.1.1.10.0.1. - Multas Previstas na Legislação sobre Regime de Previdência Privada Complementar - Principal

Amparo Legal:

Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001; Lei nº 12.154, de 23 de Dezembro de 2009, art. 11, inciso IV; Decreto nº 4.942, de 30 de dezembro de 2003, Arts. 22 a 26.

1.9.1.1.11.0.1. - Multa por Descumprimento de Obrigação Previdenciária Acessória - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 - Código de Processo Civil;
Arts. 23 e 24, da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990;
Arts. 68 e 92 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;
Art. 22 e 125-A, da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991;
Lei nº 9.528, de 10 de dezembro de 1997; e
Art. 283 do Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999.

1.9.1.1.12.0.1. - Multas Previstas na Legislação Antidrogas - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 10.357, de 27 de dezembro de 2001, art. 21.

1.9.1.1.13.1.1. - Multas da Legislação Anticorrupção Oriundas de Processos Administrativos de Responsabilização - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 12.846, de 2013, Art. 6º, inciso I.

1.9.1.1.13.2.1. - Multas da Legislação Anticorrupção Oriundas de Acordos de Leniência - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 12.846, de 2013, art. 16, §2º.

1.9.1.1.14.0.1. - Multas Previstas no Código de Trânsito Brasileiro – CTB - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997.

1.9.2.1.01.0.1. - Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002; e
Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015.

1.9.2.1.02.0.1. - Indenização por Posse ou Ocupação Ilicita de Bens Públicos - Principal

Amparo Legal:

Art. 10 § único da Lei nº 9.636/98.

1.9.2.1.03.0.1. - Indenização por Sinistro - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil (Arts. 757 a 802).

1.9.2.1.99.0.1. - Outras Indenizações - Principal

Amparo Legal:

Art. 11, §§ 1º e 4º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

1.9.2.2.01.1.1. - Restituição de Convênios - Primárias - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;
Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966;
Parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF;
Parágrafo único do art. 12, do Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007.

1.9.2.2.01.2.1. - Restituição de Convênios - Financeiras - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;
Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966;
Parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF;
Parágrafo único do art. 12, do Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007.

1.9.2.2.02.0.1. - Restituição de Benefícios Não Desembolsados - Principal

Amparo Legal:

Parágrafo único do art.15 da Lei nº 7998, de 11 de janeiro de 1990;
Art. 38 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

1.9.2.2.03.0.1. - Restituição de Benefícios Previdenciários - Principal

Amparo Legal:

Arts. 154, 244 e 365 do Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999.

1.9.2.2.04.0.1. - Restituição de Benefícios Assistenciais - Principal

Amparo Legal:

Art. 21, § 2º, da Lei nº 8472, de 7 de dezembro de 1993;
Arts. 154, 195, 197, 244 e 365 do Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999; e
Arts. 48, 48-A e 49, do Decreto nº 6214, de 26 de setembro de 2007.

1.9.2.2.05.0.1. - Restituição de Contribuições Previdenciárias Complementares - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 9.650, de 27 de maio de 1998; e
Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

1.9.2.2.06.3.1. - Restituição de Despesas Primárias de Exercícios Anteriores - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, arts. 38 e 39.

1.9.2.2.06.4.1. - Restituição de Despesas Financeiras de Exercícios Anteriores - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, arts. 38 e 39.

1.9.2.2.07.0.1. - Restituição de Parcelas do Seguro Desemprego Recebidas Indevidamente - Principal

Amparo Legal:

Art. 7º, da Constituição Federal. Artigos 3º, 7º e 8º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990. Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980. Código Processo Civil.

1.9.2.2.08.0.1. - Restituição de Garantias Prestadas - Principal

Amparo Legal:

Decreto nº 3.937, de 15 de setembro de 1997 e Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999.

1.9.2.2.09.0.1. - Restituição de Recursos de Fomento - Principal

Amparo Legal:

Art. 8º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;
Art. 2º, inciso VI, última parte, da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006;
Art. 61 da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001;
Art. 6º da Medida Provisória nº 2.183-56, de 24 de agosto de 2001;
Art. 12 do Decreto nº 6.672, de 2 de dezembro de 2008;
Demais dispositivos legais que tratem da restituição de recursos de fomento.

1.9.2.2.10.1.1. - Restituição Decorrente da Não Aplicação de Incentivos Fiscais Relativos à Lei Rouanet - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006;
Art. 61 da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001;
Lei nº 10.454, de 13 de maio de 2002;
Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, arts. 4º e 5º, inciso VI;
Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986; e
Decreto nº 5.761, de 27 de abril de 2006.

1.9.2.2.10.2.1. - Restituição Decorrente da Não Aplicação de Incentivos Fiscais Relativos à Lei do Audiovisual - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006;
Art. 61 da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001;
Lei nº 10.454, de 13 de maio de 2002;
Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, art. 5º;
Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986; e
Decreto nº 6.304, de 12 de dezembro de 2007.

1.9.2.2.11.0.1. - Restituição Decorrente da Aplicação Irregular de Recursos Eleitorais - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 9.096/1995, art. 30 e seguintes;
Lei nº 9.504/1997, art. 30, 30-A e 105;
Resolução TSE nº 23.406, de 27.2.2014, art. 57, parágrafo único.

1.9.2.2.12.0.1. - Restituição de Depósitos de Sentenças Judiciais Não Sacados - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 13.463, de 6 de julho de 2017;
Resolução CJF-RES-2016/00405, de 9 de junho de 2016, artigos 45 a 47.

1.9.2.2.13.0.1. - Restituição de Contribuições para a Previdência Complementar do Servidor Público - Principal

Amparo Legal:

Art. 25 da Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012; e
Lei nº 12.697, de 30 de julho de 2012.

1.9.2.2.99.0.1. - Outras Restituições - Principal

Amparo Legal:

Art. 21, § 2º, da Lei nº 8472, de 7 de dezembro de 1993;
Arts. 154, 195, 197, 244 e 365 do Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999; e
Arts. 48, 48-A e 49, do Decreto nº 6214, de 26 de setembro de 2007.
Decreto nº 3.964, de 10 de outubro de 2001, art. 2º e Lei nº 8.080, de 1990, § 4º, art. 33, em decorrências de auditorias.

1.9.2.3.01.0.1. - Ressarcimento por Operadoras de Seguros Privados de Assistência à Saúde - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 9656, de 3 de junho de 1998; Medida Provisória nº 2.177, de 24 de agosto de 2001, e alterações; e Resolução - RDC nº 18, de 30 de março de 2000.

1.9.2.3.02.0.1. - Ressarcimento de Custos - Principal

Amparo Legal:

Leis que determinem o ressarcimento de custos.

1.9.2.3.03.0.1. - Reversão de Garantias - Principal

Amparo Legal:

Art. 56 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
Arts. 1º e 7º do Decreto-Lei nº 1.737, de dezembro de 1979.

1.9.2.3.04.0.1. - Ressarcimento ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, arts. 120 e 121; e Constituição Federal de 1988, art. 114, VI.

1.9.2.3.99.0.1. - Outros Ressarcimentos - Principal

Amparo Legal:

Qualquer dispositivo legal que determine ressarcimentos não previstos nos itens anteriores.

1.9.3.1.01.0.1. - Bens, Direitos e Valores Perdidos em Favor do Poder Público - Principal

Amparo Legal:

Art. 45, § 3º, do Código Penal, Decreto-Lei nº 2.848, de 1940;
Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998;
Art. 7º, § 1º, da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998;
Arts 134 a 138 do Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008;
Demais dispositivos da legislação especial.

1.9.3.1.02.1.1. - Alienação de Bens e Mercadorias Apreendidos - Principal

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2022, Art. 9º, inciso IV

Amparo Legal:

Arts. 23 a 32 do Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976; Art. 59 da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002; Arts. 104 e 105 do Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966; Art. 1º do Decreto-Lei nº 2.411, de 21 de janeiro de 1988; Art. 83, inciso II da Lei nº 7.450 de 23 de dezembro de 1985; Art. 27 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; Lei nº 7.805, de 20 de julho de 1989; Decreto nº 98.830, de 15 de janeiro de 1990; e Lei no 8.212, de 1991, art. 27, inciso VII; Quando se tratar de bem Minerário, Lei nº 13.575, de 26 de dezembro de 2017, Art. 19, VIII: constitui receita da ANM.

1.9.3.1.02.2.1. - Alienação de Bens e Mercadorias Associados ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Drogas Afins - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, Art. 243, Parágrafo Único; Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, art. 2º, inciso VI; Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, art. 27, inciso VI; Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, art. 63-E. Natureza de Receita criada pela Portaria SOF nº 28, de 13 de setembro de 2006.

1.9.3.1.03.0.1. - Depósitos Abandonados (Dinheiro e/ou Objetos de Valor) - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 2.313, de 3 de setembro de 1954; e Decreto nº 40.395, de 21 de novembro de 1956.

1.9.3.1.04.0.1. - Prêmios Prescritos de Concursos de Prognósticos - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, art. 2º, inciso II.

1.9.3.1.05.0.1. - Receitas Reconhecidas por Força de Decisões Judiciais e de Tribunais Administrativos - Principal

Amparo Legal:

A específica decisão judicial ou de Tribunal Administrativo que haja determinado o reconhecimento do ingresso do recurso.

1.9.3.1.06.0.1. - Bens, Direitos e Valores Objeto de Renúncia Voluntária em Acordo de Não Persecução Penal - Principal

Amparo Legal:

Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, art. 28-A, inciso II; e Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019.

1.9.4.1.01.0.5. - Multas e Juros de Mora de Títulos Mobiliários - Multas do Principal

Amparo Legal:

Não se aplica

1.9.4.1.02.1.5. - Multas e Juros de Mora de Alienação de Estoques - Política de Garantia de Preços Mínimos - Multas do Principal

Amparo Legal:

Arts. 60, 81 e 82 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991.

1.9.4.1.02.2.5. - Multas e Juros de Mora de Alienação de Estoques - Destinados a Programas Sociais - Multas do Principal

Amparo Legal:

Decreto nº 4.514, de 13 de dezembro de 2002.

1.9.4.1.02.3.5. - Multas e Juros de Mora de Alienação de Estoques - Programa de Aquisição de Alimentos - Multas do Principal

Amparo Legal:

Art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003.

1.9.4.1.02.4.5. - Multas e Juros de Mora de Alienação de Estoques - FUNCAFÉ - Multas do Principal

Amparo Legal:

Lei Agrícola nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991; e Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 9 de março de 2004.

1.9.4.1.03.0.5. - Multas e Juros de Mora de Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Multas do Principal

Amparo Legal:

Art. 17, inciso II da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Decreto nº 9.373, de 11 de maio de 2018; e Art. 44 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

1.9.4.1.99.0.5. - Outras Multas e Juros de Mora das Alienações de Bens Móveis - Multas do Principal

Amparo Legal:

Legislação específica.

1.9.4.2.01.0.5. - Multas e Juros de Mora das Alienações de Bens Imóveis em Geral - Multas do Principal

Amparo Legal:

Legislação específica.

1.9.4.2.02.0.5. - Multas e Juros de Mora da Alienação de Bens Imóveis - Programa de Administração Patrimonial Imobiliária da União - Multas do Principal

Amparo Legal:

LEI Nº 9.636, DE 15 DE MAIO DE 1998, Art. 37, Parágrafo único, I.

1.9.4.2.03.0.5. - Multas e Juros de Mora do Adicional sobre a Alienação de Bens Imóveis - Multas do Principal

Amparo Legal:

Lei nº 11.481, de 31 de maio de 2007, art. 14, § 5º; e Lei nº 13.846, de 18 de junho de 2019, art. 35.

1.9.4.2.99.0.5. - Outras Multas e Juros de Mora de Alienações de Bens Imóveis - Multas do Principal

Amparo Legal:

Legislação específica.

1.9.4.3.01.0.5. - Multas e Juros da Alienação de Bens Intangíveis - Multas do Principal

Amparo Legal:

Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 2º e 4º.

1.9.4.4.01.0.5. - Multas e Juros de Mora de Amortização de Empréstimos - BEA/BIB - Multas do Principal

Amparo Legal:

Resolução do Senado Federal nº 20, de 1991, e Portarias MF nºs 211, de 1995 e 167, de 1997 - BEA; Resolução do Senado Federal nº 96, de 1993, e Portarias MF nºs 208, de 1995 e 166, de 1997 - BIB.

1.9.4.4.02.0.5. - Multas e Juros de Mora de Amortização Proveniente da Execução de Garantia - Operações de Crédito - Multas do Principal

Amparo Legal:

Decreto-Lei nº 1.928, de 18 de fevereiro de 1982; Decreto-Lei nº 2.169, de 29 de outubro de 1984; Lei Complementar nº 101, de 5 maio de 2000, e Contratos específicos.

1.9.4.4.03.0.5. - Multas e Juros de Mora de Amortização de Empréstimos - Estados e Municípios - Multas do Principal

Amparo Legal:

Lei nº 7.976, de 27 de dezembro de 1989; Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993; e Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997.

1.9.4.4.04.0.5. - Multas e Juros de Mora de Amortização de Empréstimos - Refinanciamento de Dívidas de Médio e Longo Prazo - Multas do Principal

Amparo Legal:

Resolução do Senado Federal nº 98, de 1992, alterada pelas Resoluções nºs 90 e 132, ambas de 1993.

1.9.4.4.05.0.5. - Multas e Juros de Mora de Amortização de Empréstimos - Programa das Operações Oficiais de Crédito - Multas do Principal

Amparo Legal:

Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

1.9.4.4.06.0.5. - Multas e Juros de Mora de Amortização de Empréstimos Contratuais - Multas do Principal

Amparo Legal:

Lei nº 7.976, de 27 de dezembro de 1989; Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993; e Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997.

1.9.4.4.07.1.5. - Multas e Juros de Mora de Amortização de Financiamentos em Geral - Multas do Principal

Amparo Legal:

Lei nº 7.976, de 27 de dezembro de 1989; Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993; e Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, e outras legislações específicas.

1.9.4.4.07.2.5. - Multas e Juros de Mora de Amortização de Financiamento do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES - Multas do Principal

Amparo Legal:

Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001.

1.9.4.4.07.3.5. - Multas e Juros de Mora de Amortização de Financiamento Proveniente de Fundo Garantidor - Multas do Principal

Amparo Legal:

Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001; Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009; Lei nº 12.385, de 3 de março de 2011; Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012; Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013; Lei nº 13.530, de 7 de dezembro de 2017; Estatuto do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo - FGEDUC; e Estatuto 1-2018 - Estatuto do Fundo Garantidor do Fundo de Financiamento Estudantil - FG-FIES.

1.9.4.9.99.0.5. - Multas e Juros de Mora de Outras Receitas de Capital - Multas do Principal

Amparo Legal:

Legislação específica.

1.9.9.9.01.0.1. - Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS - Principal

Amparo Legal:

Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003; Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998; e Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.

1.9.9.9.02.0.1. - Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS - Principal

Amparo Legal:

Arts. 7º a 9º da Lei nº 12.546, de 2011.

1.9.9.9.03.0.1. - Compensações Financeiras entre o RGPS e o RPPS - Principal

Amparo Legal:

Art. 40 da Constituição Federal; Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999; Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004; Decreto nº 3.112, de 6 de julho de 1999; e Decreto nº 3.217, de 22 de outubro de 1999.

1.9.9.9.04.0.1. - Contribuição ao Montepio Civil - Principal

Amparo Legal:

Decreto-Lei nº 9.595, de 16 de agosto de 1946; Lei nº 3.058, de 22 de dezembro de 1956; Lei nº 4.477, de 12 de novembro de 1964; Lei nº 4.493, de 24 de novembro de 1964; Art. 53 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966; e Lei nº 6.554, de 21 de agosto de 1978.

1.9.9.9.05.0.1. - Barreiras Técnicas ao Comércio Exterior - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 9.019, de 30 de março de 1995, e suas alterações; Medida Provisória nº 2.158, de 24 de agosto de 2001; Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003; e Decreto nº 1.488, de 11 de maio de 1995 (Art. 8º, Inciso II), com as alterações do Decreto nº 1.936, de 20 de junho de 1996.

1.9.9.9.06.0.1. - Contrapartida de Subvenções ou Subsídios - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009; Arts. 14, 15, 17 e 18 do Decreto nº 7.499, de 16 de junho de 2011; Anexo I, item 5, da Portaria Interministerial nº 229, de 28 de maio de 2012; ou Legislação específica a respeito de outros programas de concessão de subvenções ou subsídios governamentais.

1.9.9.9.07.0.1. - Disponibilidades de Recursos do Fundo Social - Principal

Amparo Legal:

Arts. 47 a 60 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010.

1.9.9.9.08.1.1. - Prêmio do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT - Principal

Amparo Legal:

Resolução CNSP nº 332, de 2015; e Resolução CNSP nº 371, de 2018.

1.9.9.9.08.2.1. - Reversão da Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados - IBNR do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres - DPVAT - Principal

Amparo Legal:

Medida Provisória nº 904, de 11 de novembro de 2019.

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2022, Art. 9º, inciso IV

1.9.9.9.09.0.1. - Prestação de Contas Eleitorais - Principal

Amparo Legal:

Art. 16-C, § 11, e art. 24, § 4º, da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 2007; e Art. 39 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995.

1.9.9.9.10.0.1. - Reserva Global de Reversão - Principal

Amparo Legal:

Art. 4º, § 6º, da Lei nº 5.655, de 20 de maio de 1971; Art. 9º da Lei nº 8.631, de 4 de março de 1993; e Decreto nº 774, de 18 de março de 1993.

1.9.9.9.11.0.1. - Variação Cambial - Principal

Amparo Legal:

;

1.9.9.9.12.1.1. - Encargos Legais pela Inscrição em Dívida Ativa - Principal

Amparo Legal:

Decreto-Lei nº 1.025, de 21 de outubro de 1969, art. 1º; Lei nº 7.711, de 22 de dezembro de 1988, art. 3º, parágrafo único.

1.9.9.9.12.2.1. - Ônus de Sucumbência - Principal

Amparo Legal:

Arts. 82 a 97 do Código de Processo Civil, Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015.

1.9.9.9.13.1.1. - Recursos Recebidos de Fundos de Desenvolvimento Regional - Principal

Amparo Legal:

Lei Complementar nº 124, de 2007, art. 6º, inciso II; Lei Complementar nº 125, de 2007, art. 6º, inciso II; e Lei Complementar nº 129, de 2009, art. 7º, inciso II.

1.9.9.9.15.0.1. - Transação Resolutiva de Litígios de Receitas Não Administradas pela RFB - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020.

1.9.9.9.16.1.1. - Termo de Ajustamento de Conduta - TAC - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990; Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985; e Lei nº 9.008, de 21 de março de 1995.

1.9.9.9.17.0.1. - Alienação de Estoques da Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM - Principal

Amparo Legal:

Arts. 60, 81 e 82 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991.

1.9.9.9.17.0.5. - Alienação de Estoques da Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM - Multas do Principal

Amparo Legal:

Arts. 60, 81 e 82 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991.

1.9.9.9.18.0.1. - Demais Créditos Decorrentes da Revisão de Contratos de Concessão - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 13.448, de 5 de junho de 2017, art. 30.

1.9.9.9.18.0.5. - Demais Créditos Decorrentes da Revisão de Contratos de Concessão - Multas

Amparo Legal:

Lei nº 13.448, de 5 de junho de 2017, art. 30.

1.9.9.9.19.0.1. - Receitas de Subvenções - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992.

1.9.9.9.99.1.1. - Outras Receitas Arrecadadas e Projetadas pela RFB - Principal

Amparo Legal:

Legislação específica de cada receita.

1.9.9.9.99.2.1. - Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal

Amparo Legal:

Art. 11, §§ 1º e 4º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964; Parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.

1.9.9.9.99.3.1. - Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Financeiras - Principal

Amparo Legal:

Art. 11, §§ 1º e 4º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964; Parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.

2.1.1.1.01.0.1. - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno, exceto Refinanciamento da Dívida Pública - Principal

Amparo Legal:

Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Lei nº 10.179, de 6 de fevereiro de 2001; e Decreto nº 9.292, de 23 de fevereiro de 2018.

2.1.1.1.02.0.1. - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal no Mercado Interno - Principal

Amparo Legal:

Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (LRF); Lei nº 10.179, de 6 de fevereiro de 2001; e Decreto nº 3.859, de 4 de julho de 2001.

2.1.1.1.03.0.1. - Títulos da Dívida Agrária - TDA - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, Art. 184; Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e suas alterações; e Decreto nº 578, de 24 de junho de 1992.

2.1.1.2.01.0.1. - Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno - Principal

Amparo Legal:

Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

2.1.1.3.01.0.1. - Empréstimos Compulsórios - Principal

Amparo Legal:

Art. 148 da Constituição Federal

2.1.1.9.99.0.1. - Outras Operações de Crédito - Mercado Interno - Principal

Amparo Legal:

Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000

2.1.2.1.01.0.1. - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Externo, exceto Refinanciamento da Dívida Pública - Principal

Amparo Legal:

Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; e Resolução nº 74, de 2000, do Senado Federal.

2.1.2.1.02.0.1. - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal no Mercado Externo - Principal

Amparo Legal:

Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; e Resolução nº 74, de 2000, do Senado Federal.

2.1.2.2.01.0.1. - Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo - Principal

Amparo Legal:

Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; e Resolução nº 74, de 2000, do Senado Federal.

2.1.2.9.99.0.1. - Outras Operações de Crédito - Mercado Externo - Principal

Amparo Legal:

Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; e Resolução nº 74, de 2000, do Senado Federal.

2.2.1.1.01.0.1. - Alienação de Títulos, Valores Mobiliários e Aplicações Congêneres Temporários - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, art. 32, § 2º. Decreto nº 9.373, de 11 de maio de 2018.

2.2.1.1.02.0.1. - Alienação de Títulos, Valores Mobiliários e Aplicações Congêneres Permanentes - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, art. 32, § 2º. Decreto nº 9.373, de 11 de maio de 2018.

2.2.1.2.01.0.1. - Alienação de Estoques da Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM - Principal

Amparo Legal:

Arts. 60, 81 e 82 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991.

2.2.1.2.02.0.1. - Alienação de Estoques Comerciais Destinados a Programas Sociais - Principal

Amparo Legal:

Decreto nº 4.514, de 13 de dezembro de 2002.

2.2.1.2.03.0.1. - Alienação de Estoques do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA - Principal

Amparo Legal:

Art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003.

2.2.1.2.04.0.1. - Alienação de Estoques de Café - FUNCAFÉ - Principal

Amparo Legal:

Lei Agrícola nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991; e Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 9 de março de 2004.

2.2.1.3.01.0.1. - Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal

Amparo Legal:

Art. 17, inciso II da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Decreto nº 9.373, de 11 de maio de 2018; e Art. 44 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

2.2.2.1.01.0.1. - Alienação de Bens Imóveis em Geral - Principal

Amparo Legal:

Lei de Responsabilidade Fiscal, art. 44; Lei nº 13.240/2015, art. 1º, §§1º e 2º; art. 8º; art. 18, parágrafo único; art. 20, § 1º; Lei nº 8.025/1990, arts. 1º e 12; e Lei nº 9.636/1998, art. 24, 29 e 45.

2.2.2.1.02.0.1. - Alienação de Bens Imóveis - Programa de Administração Patrimonial Imobiliária da União - Principal

Amparo Legal:

Lei de Responsabilidade Fiscal, art. 44, combinado com a Lei nº 13.240/2015, art. 18, caput.

2.2.2.1.03.0.1. - Adicional sobre a Alienação de Bens Imóveis - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 11.481, de 31 de maio de 2007, art. 14, § 5º; e Lei nº 13.846, de 18 de junho de 2019, art. 35.

2.2.3.1.01.0.1. - Alienação de Bens Intangíveis - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 2º e 4º.

2.3.1.1.01.0.1. - Amortização de Empréstimos - BEA/BIB - Principal

Amparo Legal:

Resolução do Senado Federal nº 20, de 1991, e Portarias MF nºs 211, de 1995 e 167, de 1997 - BEA; Resolução do Senado Federal nº 96, de 1993, e Portarias MF nºs 208, de 1995 e 166, de 1997 - BIB.

2.3.1.1.02.0.1. - Amortização Proveniente da Execução de Garantia - Operações de Crédito - Principal

Amparo Legal:

Decreto-Lei nº 1.928, de 18 de fevereiro de 1982; Decreto-Lei nº 2.169, de 29 de outubro de 1984; Lei Complementar nº 101, de 5 de maio de 2000; e Contratos específicos.

2.3.1.1.03.0.1. - Amortização de Empréstimos - Estados e Municípios - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 7.976, de 27 de dezembro de 1989; Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993; e Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997.

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2022, Art. 9º, inciso IV

2.3.1.1.04.0.1. - Amortização de Empréstimos - Refinanciamento de Dívidas de Médio e Longo Prazo - Principal

Amparo Legal:

Resolução do Senado Federal nº 98, de 1992, alterada pelas Resoluções nºs 90 e 132, ambas de 1993.

2.3.1.1.05.0.1. - Amortização de Empréstimos - Programa das Operações Oficiais de Crédito - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

2.3.1.1.06.0.1. - Amortização de Empréstimos Contratuais - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 7.976, de 27 de dezembro de 1989; Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993; e Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997.

2.3.1.1.07.1.1. - Amortização de Financiamentos em Geral - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 7.976, de 27 de dezembro de 1989; Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993; e Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997.

2.3.1.1.07.2.1. - Amortização de Financiamento do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 10.260, de 12 julho de 2001.

2.3.1.1.07.3.1. - Amortização de Financiamento Proveniente de Fundo Garantidor - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 10.260, de 12 julho de 2001;
Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009;
Lei nº 12.385, de 3 de março de 2011;
Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012;
Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013;
Lei nº 13.530, de 7 de dezembro de 2017;
Estatuto do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo - FGEDUC; e
Estatuto 1-2018 - Estatuto do Fundo Garantidor do Fundo de Financiamento Estudantil - FG-FIES.

2.4.1.1.99.0.1. - Outras Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Principal

Amparo Legal:

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 163, DE 4 DE MAIO DE 2001, art. 2ºA, § 4º, inciso IV, alínea "c".

2.4.1.4.99.0.1. - Outras Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades - Principal

Amparo Legal:

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 163, DE 4 DE MAIO DE 2001, art. 2ºA, § 4º, inciso IV, alínea "c".

2.4.1.9.99.0.1. - Outras Transferências de Recursos da União e de suas Entidades - Principal

Amparo Legal:

Não se aplica

2.4.2.2.01.0.1. - Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal

Amparo Legal:

Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, art. 191;
Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, art. 116;
Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, art. 1º, § 3º;
Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003, arts. 5º e 6º.

2.4.2.2.99.0.1. - Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades - Principal

Amparo Legal:

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 163, DE 4 DE MAIO DE 2001, art. 2ºA, § 4º, inciso IV, alínea "c".

2.4.2.9.99.0.1. - Outras Transferências de Recursos dos Estados - Principal

Amparo Legal:

Não se aplica

2.4.3.2.01.0.1. - Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal

Amparo Legal:

Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, art. 191;
Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, art. 116;
Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, art. 1º, § 3º;
Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003, arts. 5º e 6º.

2.4.3.2.99.0.1. - Outras Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades - Principal

Amparo Legal:

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 163, DE 4 DE MAIO DE 2001, art. 2ºA, § 4º, inciso IV, alínea "c".

2.4.3.9.99.0.1. - Outras Transferências dos Municípios - Principal

Amparo Legal:

Não se aplica

2.4.4.1.01.0.1. - Transferências de Instituições Privadas para Órgãos e Entidades da União - Principal

Amparo Legal:

Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967;
Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;
Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007;
Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.

2.4.4.1.99.0.1. - Outras Transferências de Instituições Privadas - Principal

Amparo Legal:

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 163, DE 4 DE MAIO DE 2001, art. 2ºA, § 4º, inciso IV, alínea "c".

2.4.5.1.01.0.1. - Transferências de Outras Instituições Públicas - Principal

Amparo Legal:

Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967;
Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;
Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007;
Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.

2.4.6.1.01.0.1. - Transferências do Exterior para Órgãos e Entidades da União - Principal

Amparo Legal:

Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967;
Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;
Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007;
Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.

2.4.6.1.99.0.1. - Outras Transferências do Exterior - Principal

Amparo Legal:

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 163, DE 4 DE MAIO DE 2001, art. 2ºA, § 4º, inciso IV, alínea "c".

2.4.9.1.01.0.1. - Transferências de Pessoas Físicas para Órgãos e Entidades da União - Principal

Amparo Legal:

Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967;
Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;
Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007;
Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.

2.4.9.1.99.0.1. - Outras Transferências de Pessoas Físicas - Principal

Amparo Legal:

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 163, DE 4 DE MAIO DE 2001, art. 2ºA, § 4º, inciso IV, alínea "c".

2.4.9.2.01.0.1. - Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados - Principal

Amparo Legal:

Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967;
Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;
Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007;
Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.

2.4.9.9.99.0.1. - Outras Transferências de Capital - Principal

Amparo Legal:

Não se aplica

2.9.1.1.01.0.1. - Integralização de Capital Social - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

2.9.2.1.01.0.1. - Resultado do Banco Central – Operações com Reservas e Derivativos Cambiais - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 11.803, de 5 de novembro de 2008;
Lei nº 13.820, de 3 de maio de 2019.

2.9.2.1.02.0.1. - Resultado do Banco Central - Demais Operações - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 11.803, de 5 de novembro de 2008;
Lei nº 13.820, de 3 de maio de 2019.

2.9.3.1.01.0.1. - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal de 1988, art. 164, § 3º; Medida Provisória nº 2.170-36, de 23 de agosto de 2001, art. 1º; Medida Provisória nº 2.179, de 24 de agosto de 2001; Instrução Normativa STN nº 4, de 31 de julho de 1998; Lei nº 9.027, de 12 de abril de 1995; Lei nº 7.862, de 30 de outubro de 1989, arts. 5º e 7º.

2.9.4.1.01.0.1. - Resgate de Títulos do Tesouro - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997;
Lei nº 10.179, de 6 de fevereiro de 2001;
Decreto nº 1.019, de 23 de dezembro de 1993;
Decreto nº 1.068, de 2 de março de 1994; e
Decreto nº 9.292, de 23 de fevereiro de 2018.

2.9.9.9.99.0.1. - Outras Receitas de Capital - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

7.1.1.1.01.0.1. - Imposto sobre a Importação - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Constituição Federal, arts.150, §1º, e 153, I e § 1º;
Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art.19 a 22;
Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, art. 2º, I - para alíquota específica;
Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, art. 2º, II, e 17 a 21 - para alíquota ad valorem;
Código Civil/2002, arts. 1.204 e 1.263, e art. 2º, do Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966 - para produtos abandonados ou apreendidos.

7.1.1.1.02.0.1. - Imposto sobre a Exportação - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, II; e
Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 23 a 28. Vale lembrar que parte do art. 26 (alteração da base de cálculo) não foi recepcionada pela atual Constituição.

7.1.1.2.01.1.1. - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Conveniados - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, VI e § 4º, III;
Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 29 a 31;
Emenda Constitucional no 42, de 19 de dezembro de 2003;
Lei no 9.393, de 19 de dezembro de 1996; e
Lei no 11.250, de 27 de dezembro de 2005, Art. 1º.

7.1.1.2.01.2.1. - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, VI e § 4º, III;

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2022, Art. 9º, inciso IV

Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 29 a 31;
Emenda Constitucional no 42, de 19 de dezembro de 2003;
Lei no 9.393, de 19 de dezembro de 1996; e
Lei no 11.250, de 27 de dezembro de 2005, Art. 1º.

7.1.1.3.01.0.1. - Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Decreto no 3.000, de 26 de março de 1999.
Lei no 8.981, de 20 de janeiro de 1995;
Lei no 11.119, de 25 de maio de 2005 ;
Lei no 11.311, de 13 de junho de 2006;
Lei 11.482, de 31 de maio de 2007; e
Medida Provisória nº 451, de 15 de dezembro de 2008

7.1.1.3.02.0.1. - Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Decreto no 3.000, de 26 de março de 1999;
Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006.

7.1.1.3.03.1.1. - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Decreto no 3.000, de 26 de março de 1999;
Lei no 8.981, de 20 de janeiro de 1995;
Lei no 11.119, de 25 de maio de 2005;
Lei no 11.311, de 13 de junho de 2006;
Lei 11.482, de 31 de maio de 2007; e
Medida Provisória nº 451, de 15 de dezembro de 2008

7.1.1.3.03.2.1. - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Capital - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Decreto no 3.000, de 26 de março de 1999.

7.1.1.3.03.3.1. - IR - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Decreto no 3.000, de 26 de março de 1999;
Decreto no 5.533, 06 de setembro de 2005.

7.1.1.3.03.4.1. - IR - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Decreto no 3.000, de 26 de março de 1999.

7.1.1.4.01.1.1. - Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Fumo - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, IV e § 3o;
Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 46 a 51;
Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991;
Lei no 10.176, de 11 de janeiro de 2001;
Lei no 11.077, de 30 de dezembro de 2004;
Emenda Constitucional no 42, de 19 de dezembro de 2003; e
Decreto no 4.542, de 26 de dezembro de 2002;
Decreto no 5.618, de 13 de dezembro de 2005;
Decreto no 5.697, de 07 de fevereiro de 2006;
Decreto no 5.906, de 26 de setembro de 2006;
Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006;
Decreto no 6.006, de 28 de dezembro de 2006;
Decreto no 6.072, de 03 de abril de 2007; e
Emenda Constitucional no 55, de 20 de setembro de 2007.

7.1.1.4.01.2.1. - Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Bebidas - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, IV e § 3o;
Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 46 a 51;
Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991;
Lei no 10.176, de 11 de janeiro de 2001;
Lei no 11.077, de 30 de dezembro de 2004;
Emenda Constitucional no 42, de 19 de dezembro de 2003; e
Decreto no 4.542, de 26 de dezembro de 2002;
Decreto no 5.618, de 13 de dezembro de 2005;
Decreto no 5.697, de 07 de fevereiro de 2006;
Decreto no 5.906, de 26 de setembro de 2006;
Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006;
Decreto no 6.006, de 28 de dezembro de 2006;
Decreto no 6.072, de 03 de abril de 2007; e
Emenda Constitucional no 55, de 20 de setembro de 2007.

7.1.1.4.01.3.1. - Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Automóveis - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, IV e § 3o;
Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 46 a 51;
Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991;
Lei no 10.176, de 11 de janeiro de 2001;
Lei no 11.077, de 30 de dezembro de 2004;
Emenda Constitucional no 42, de 19 de dezembro de 2003; e
Decreto no 4.542, de 26 de dezembro de 2002;
Decreto no 5.618, de 13 de dezembro de 2005;
Decreto no 5.697, de 07 de fevereiro de 2006;
Decreto no 5.906, de 26 de setembro de 2006;
Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006;
Decreto no 6.006, de 28 de dezembro de 2006;
Decreto no 6.072, de 03 de abril de 2007; e
Emenda Constitucional no 55, de 20 de setembro de 2007.

7.1.1.4.01.4.1. - Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, IV e § 3o;
Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 46 a 51;
Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991;
Lei no 10.176, de 11 de janeiro de 2001;
Lei no 11.077, de 30 de dezembro de 2004;
Emenda Constitucional no 42, de 19 de dezembro de 2003; e
Decreto no 4.542, de 26 de dezembro de 2002;
Decreto no 5.618, de 13 de dezembro de 2005;
Decreto no 5.697, de 07 de fevereiro de 2006;
Decreto no 5.906, de 26 de setembro de 2006;
Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006;
Decreto no 6.006, de 28 de dezembro de 2006;
Decreto no 6.072, de 03 de abril de 2007; e
Emenda Constitucional no 55, de 20 de setembro de 2007.

7.1.1.4.01.5.1. - Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, IV e § 3o;
Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 46 a 51;
Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991;
Lei no 10.176, de 11 de janeiro de 2001;
Lei no 11.077, de 30 de dezembro de 2004;
Emenda Constitucional no 42, de 19 de dezembro de 2003; e
Decreto no 4.542, de 26 de dezembro de 2002;
Decreto no 5.618, de 13 de dezembro de 2005;
Decreto no 5.697, de 07 de fevereiro de 2006;
Decreto no 5.906, de 26 de setembro de 2006;
Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006;
Decreto no 6.006, de 28 de dezembro de 2006;
Decreto no 6.072, de 03 de abril de 2007; e
Emenda Constitucional no 55, de 20 de setembro de 2007.

7.1.1.5.01.0.1. - Imposto sobre Operações Financeiras incidente sobre o Ouro – IOF-Ouro - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, § 5o.

7.1.1.5.02.0.1. - Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Demais Operações - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, V e § 1o;
Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 63 a 66; e
Emenda Constitucional no 42, de 19 de dezembro de 2003.

7.1.1.9.99.0.1. - Outros Impostos - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN).

7.1.2.1.01.0.1. - Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Qualquer lei específica que estabeleça o pagamento da taxa, como: Lei Complementar nº 89, de 1997; Lei nº 6.815, de 1980; Lei nº 7.940, de 1989, art. 1º; Lei nº 9.017, de 1995, art. 17; Lei nº 9.427, de 1996, arts. 12 e 13; Lei nº 9.716, de 1998, art. 3º; Lei nº 9.765, de 1998, art. 1º; Lei nº 9.782, de 1999, art. 23 a 26; Lei nº 9.933, de 1999, arts. 11 e 11-A; Lei nº 9.960, de 2000, art. 1º; Lei nº 9.961, de 2000, art. 18 a 23; Lei nº 10.826, de 2003, art. 11; Lei nº 10.834, de 2003, art. 1º; Lei nº 10.870, de 2004; Lei nº 10.893 de 2004, art. 37; Lei nº 12.154, de 2009; Lei nº 12.249, de 2010, art. 48; Lei nº 12.995, de 2014, arts. 13, 26, parágrafo único, e 27; Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001, art. 50.

7.1.2.1.02.1.1. - Taxa de Fiscalização de Instalação - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei no 5.070, de 7 de julho de 1966, art. 2o. Alínea f) e art. 6º

7.1.2.1.02.2.1. - Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei no 5.070, de 7 de julho de 1966, art. 2o. Alínea f) e art. 6º

7.1.2.1.03.0.1. - Taxa de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 10.357, de 27 de dezembro de 2001, arts. 16 a 21.

7.1.2.1.04.0.1. - Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, art. 17-B e 17-G;
Lei nº 10.165, de 27 de dezembro de 2000; e
Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006.

7.1.2.1.05.0.1. - Taxa de Controle e Fiscalização da Pesca e Aquicultura - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Decreto-Lei no. 221, de 28 de fevereiro de 1967, art. 6o.
Lei no. 10.683, de 28 de maio de 2003, art. 27, §13.

7.1.2.2.01.0.1. - Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Art. 69 da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964;
Art. 79 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966;
Lei nº 9.289, de 4 de julho de 1966; e
Decreto-lei nº 115 de 25 de janeiro de 1967.

7.1.2.2.02.0.1. - Emolumentos e Custas Judiciais - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 9.289, de 4 de julho de 1996 e Constituição Federal, art. 98, § 2º.

7.2.1.5.01.1.1. - Contribuição do Servidor Civil Ativo - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

CF/88, art. 40; Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, art. 4º.

7.2.1.5.01.2.1. - Contribuição do Servidor Civil Inativo - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

CF/88, art. 40;
Lei nº. 10.887, de 18 de junho de 2004, art. 5º.

7.2.1.5.02.1.1. - Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

CF/88, art. 40;
Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, art. 8º.;
Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, art. 2º

7.2.1.5.02.2.1. - Contribuição Patronal Oriunda de Sentenças Judiciais - Patronal - Servidor Civil Ativo - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

CF/88, art. 40;
Lei nº. 10.887, de 18 de junho de 2004, art. 16-A.

7.2.1.6.05.1.1. - Contribuição para Fundos de Assistência Médico-Hospitalar e Social – Forças Armadas - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2022, Art. 9º, inciso IV

Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, art. 50, inciso IV, alínea "e";
Medida Provisória nº 2.215-10 de 31 de agosto de 2001, arts. 15, incisos II e III, e 25;
Decreto nº 92.512, de 2 de abril de 1986, art. 13.

7.2.2.1.01.1.1. - Contribuição para o Programa de Integração Nacional - PIN - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Art. 5º e 6º do Decreto-Lei no 1.106, de 16 de junho de 1970; Art. 2º da Lei no 8.167, de 16 de janeiro de 1991; Art. 13 da Lei no 10.177, de 15 de janeiro de 2001; e Arts. 599 e 602 do Decreto no 3.000, de 26 de março de 1999.

7.2.2.1.01.2.1. - Contribuição para o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste - PROTERRA - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Art. 5º e 6º do Decreto-Lei no 1.106, de 16 de junho de 1970; Art. 2º da Lei no 8.167, de 16 de janeiro de 1991; Art. 13 da Lei no 10.177, de 15 de janeiro de 2001; e Arts. 599 e 602 do Decreto no 3.000, de 26 de março de 1999.

7.2.2.1.02.0.1. - Contribuição de Lojas Francas, Entrepósitos Aduaneiros e Depósitos Alfandegários - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Decreto-Lei no 1.437, de 17 de dezembro de 1975;
Decreto-Lei no 1.455, de 1976, art. 9º e 22º;
Decreto no 4.543, de 26 de dezembro de 2002;
Portaria do Ministério da Fazenda no 204, de 22 de agosto de 1996; e
Instrução Normativa/SRF no 180, de 24 de julho de 2002.

7.2.2.1.03.0.1. - Contribuição sobre Apostas em Competições Hípicas - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei no 7.291, de 19 de dezembro de 1984; e
Decreto no 96.993, de 17 de outubro de 1988.

7.2.2.1.04.0.1. - Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Inciso II do art. 32 da MP no 2.228-1, de 2001, além dos arts. 33, 35, 36, 38, 47 e 48, e do Anexo I da referida MP;
Arts. 2º a 4º, da Lei no 11.437, de 28 de dezembro de 2006;
Arts. 27 e 40 da Lei no 12.485 de 12 de setembro de 2011; e
Art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

7.2.2.1.05.0.1. - Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Decreto-Lei no 2.404, de 23 de dezembro de 1987, art. 10.; Lei no 10.893, de 13 de julho de 2004, art. 3º, e art. 17; Lei no 9.432, de 8 de janeiro de 1997, arts. 13 e 14; Decreto no 8.257, de 29 de maio de 2014.

7.2.2.1.06.0.1. - Contribuição sobre as Receitas de Concessionárias e Permissonárias de Energia Elétrica - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei no 9.991, de 24 de julho de 2000; Decreto no 3.867, de 16 de julho de 2001; Lei no 10.848, de 2004; Lei no 12.111, de 9 de dezembro de 2009; e Decreto no 7.204, de 8 de junho de 2010.

7.2.2.1.07.0.1. - Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia - CIDE - Remessas ao Exterior - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei no 10.168, de 29 de dezembro de 2000; e Decreto no 4.195, de 11 de abril de 2002.

7.2.2.1.08.1.1. - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Combustíveis - Importação - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Emenda Constitucional no 33 de 11 de dezembro de 2001;
Emenda constitucional no 44, de 30 de junho de 2004;
Lei no 10.336, de 19 de dezembro de 2001;
Lei no 10.636, de 30 de dezembro de 2002;
Lei no 10.866, de 4 de maio de 2004.

7.2.2.1.08.2.1. - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Combustíveis - Comercialização - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Emenda Constitucional no 33, de 11 de dezembro de 2001;
Emenda constitucional no 44, de 30 de junho de 2004;
Lei no 10.336, de 19 de dezembro de 2001;
Lei no 10.636, de 30 de dezembro de 2002; e
Lei no 10.866, de 4 de maio de 2004.

7.2.2.1.09.1.1. - Contribuição sobre a Receita Operacional Bruta Decorrente de Prestação de Serviços de Telecomunicações - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei no 9.998 de 17 de agosto de 2000; e
Decreto no 3.624, de 05 de dezembro de 2000.

7.2.2.1.09.2.1. - Contribuição sobre a Receita Bruta das Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei no 10.052, de 28 de novembro de 2000; e
Decreto no 3.737, de 30 de janeiro de 2001.

7.2.2.1.10.0.1. - Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei no 11.652, de 7 de abril de 2008

7.2.2.1.11.1.1. - Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas na Amazônia - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei no 8.387 de 30 de dezembro de 1991, art. 2º. §§ 3º, e 4º.; Decreto no 6.008, de 29 de dezembro de 2006, art. 5º.

7.2.2.1.11.2.1. - Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas nas Demais Regiões - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei no 8.248 de 23 de outubro de 1991, art. 11. § 1º.; Decreto no 6.008, de 29 de dezembro de 2006, art. 5º.

7.2.2.1.99.1.1. - Outras Contribuições Econômicas – Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Legislação específica.

7.2.3.1.00.0.1. - Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei no 8.029, de 12 de abril de 1990;
Lei no 8.029, de 1990;

Lei no 8.154, de 1990;
Lei no 8.154, de 28 de dezembro de 1990;
Lei no 8.212, de 1991;
Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991;
Lei no 8.315, de 23 de dezembro de 1991;
Lei no 8.540 de 22 de dezembro de 1992;
Lei no 8.706, de 14 de setembro de 1993;
Lei no 9.393, de 19 de dezembro de 1996;
Lei no 9.528, de 10 de dezembro de 1997;
Lei no 9.601, de 21 de janeiro de 1998;
Lei no 10.256, de 9 de julho de 2001;
Medida Provisória no 2.168, de 24 de agosto de 2001;
Decreto no 60.466, de 1967;
Decreto-Lei no 1.861, de 1981;
Decreto-Lei no 2.318, de 1986;
Decreto-Lei no 4.048, de 1946;
Decreto-Lei no 8.621, de 1946;
Decreto-Lei no 9.403, de 1946;
Decreto-Lei no 9.853, de 1946.

7.3.1.1.01.1.1. - Aluguéis e Arrendamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º;
Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946;
Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987;
Decreto nº 980, de 11 de novembro de 1993, e alterações posteriores;
Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998;
Decreto nº 3.725, de 10 de janeiro de 2001; e
Lei nº 11.481, de 31 de maio de 2007.

7.3.1.1.01.2.1. - Foros, Laudêmos e Tarifas de Ocupação - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015, art. 27;
Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º;
Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946;
Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987;
Decreto nº 980, de 11 de novembro de 1993, e alterações posteriores;
Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998;
Decreto nº 3.725, de 10 de janeiro de 2001; e
Lei nº 11.481, de 31 de maio de 2007.

7.3.1.1.02.0.1. - Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Decreto-Lei no 271, de 28 de fevereiro de 1967;
Código Civil, art. 1.370;
Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993;
Lei no 9.636, de 15 de maio de 1998;
Art. 18, § 5º, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998;
Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000;
Art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002;
Arts. 28 e 29 do Decreto nº 4.541, de 23 de dezembro de 2002;
Portaria Interministerial MP-MMA no 436, de 2 de dezembro de 2009; e
Art. 12, § 2º, do Decreto no 7.154, de 9 de abril de 2010.

7.3.1.1.99.0.1. - Outras Receitas Imobiliárias - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º.

7.3.2.1.01.0.1. - Remuneração de Depósitos Bancários - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Art. 164, § 3º da Constituição Federal;
Lei nº 9.322, de 5 de dezembro de 1996; e
Legislação específica para cada caso.

7.3.2.1.02.0.1. - Remuneração de Depósitos Especiais - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Art. 164, § 3º da Constituição Federal;
Lei nº 9.322, de 5 de dezembro de 1996; e
Legislação específica para cada caso.

7.3.2.1.03.0.1. - Remuneração de Saldos de Recursos Não-Desembolsados - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Art. 164, § 3º da Constituição Federal;
Lei nº 9.322, de 5 de dezembro de 1996; e
Legislação específica para cada caso.

7.3.2.1.04.0.1. - Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, arts. 1º, § único, e 6º, inciso IV; e
Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.922, de 25 de novembro de 2010.

7.3.2.1.05.0.1. - Juros de Títulos de Renda - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Art. 164, § 3º da Constituição Federal e Normativos da CVM e Banco Central.

7.3.2.1.06.0.1. - Juros sobre o Capital Próprio - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei no 9.249, de 26 de dezembro de 1995;
Lei no 9.530, de 10 de dezembro de 1997; e
Decreto no 2.673, de 16 de julho de 1998.

7.3.2.2.01.0.1. - Dividendos - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores; e
Lei no 9.530, de 10 de dezembro de 1997.

7.3.2.3.01.0.1. - Participações - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores; e
Lei no 9.530, de 10 de dezembro de 1997.

7.3.2.9.99.0.1. - Outros Valores Mobiliários - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Art. 164, § 3º da Constituição Federal e Normativos da CVM e Banco Central.

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2022, Art. 9º, inciso IV

7.3.3.1.01.0.1. - Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Rodoviário - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

CF, art. 21, inciso XII, alínea "e";
Lei nº 10.233, de 2001, art. 12, inciso I; art. 13, inciso I;
Decreto no 2.521, de 20 de março de 1998;
Medida Provisória no 2.217, de 4 de setembro de 2001.

7.3.3.1.02.0.1. - Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Ferroviário - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

CF, art. 21, inciso XII, alínea "d";
Lei nº 10.233, de 2001, art. 12, inciso I; art. 13, inciso I;
Decreto no 2.521, de 20 de março de 1998;
Medida Provisória no 2.217, de 4 de setembro de 2001.

7.3.3.1.03.0.1. - Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Metroviário - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

CF, art. 21, inciso XII, alínea "d";
Lei nº 10.233, de 2001, art. 12, inciso I; art. 13, inciso I;
Decreto no 2.521, de 20 de março de 1998;
Medida Provisória no 2.217, de 4 de setembro de 2001.

7.3.3.1.04.0.1. - Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Aquaviário - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

CF, art. 21, inciso XII, alínea "d";
Lei nº 10.233, de 2001, art. 12, inciso I; art. 13, inciso I;
Decreto no 2.521, de 20 de março de 1998;
Medida Provisória no 2.217, de 4 de setembro de 2001.

7.3.3.1.05.0.1. - Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Aeroviário - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Código reservado.
CF, art. 21, inciso XII, alínea "c";
Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973.

7.3.3.2.01.1.1. - Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Rodoviário para o Setor Privado - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Arts. 21, inciso XII, 22, inciso IX, e 178 da Constituição Federal;
Arts. 12, inciso I, 13, inciso I, 14, inciso I, alínea "a" e § 3º, 24, inciso III, 28, inciso II, alínea "c", 34-A e 77, inciso II, da Lei no 10.233, de 5 de junho de 2001.

7.3.3.2.01.2.1. - Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Rodoviário para os Estados, Distrito Federal e Municípios - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei no 9.277, de 10 de maio de 1996, arts. 1º e 3º.

7.3.3.2.02.0.1. - Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Ferroviário - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Código reservado. Receita inexistente

7.3.3.2.03.0.1. - Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Aquaviário - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Ainda não há.

7.3.3.2.04.0.1. - Delegação para Exploração da Infraestrutura Aeroportuária - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, art. 63, inciso III.

7.3.3.9.99.0.1. - Outras Delegações de Serviços Públicos - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Registra receitas decorrentes da delegação para prestação de serviços públicos não abarcadas por códigos específicos.

7.3.4.1.01.1.1. - Bônus de Assinatura do Contrato de Concessão - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Arts. 45 e 46 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997.

7.3.4.1.01.2.1. - Pagamento pela Retenção de Área para Exploração ou Produção - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Arts. 45, inciso IV, e 51 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997.

7.3.4.1.02.1.1. - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei no 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 48, inciso I (com a redação da Lei 12.734, de 2012); e
Lei no 12.734, de 30 de novembro de 2012.

7.3.4.1.02.2.1. - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei no 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 7º;
Lei no 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 48 (redação anterior à Lei no 12.734/2012);
Lei no 12.351, de 22 de dezembro de 2010; e
Lei no 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 3º e art. 2º, III.

7.3.4.1.02.3.1. - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei no 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 7º;
Lei no 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 48 (redação anterior à Lei no 12.734/2012);
Lei no 12.351, de 22 de dezembro de 2010; e
Lei no 12.858, de 9 de setembro de 2013.

7.3.4.1.02.4.1. - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei no 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 7º;
Lei no 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 48 (redação anterior à Lei no 12.734/2012);
Lei no 12.351, de 22 de dezembro de 2010; e
Lei no 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2º, I e §3º.

7.3.4.1.03.1.1. - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei no 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 49, inciso I (com redação da 12.734/2012);
Lei no 12.734, de 30 de novembro de 2012; e
Lei no 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2º, III.

7.3.4.1.03.2.1. - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei no 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 49, inciso II (redação anterior à Lei no 12.734/2012);
Lei no 12.351, de 22 de dezembro de 2010;
Lei no 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2º, III e art. 3º.

7.3.4.1.03.3.1. - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei no 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 49, II (redação anterior à Lei no 12.734/2012);
Lei no 12.351, de 22 de dezembro de 2010; e
Lei no 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2º, III, e art. 3º.

7.3.4.1.04.1.1. - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei no 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 49 (redação anterior à Lei no 12.734/2012);
Lei no 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2º, I, e §3º.

7.3.4.1.04.1.1. - Participação Especial pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei no 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 50, §2º (redação anterior à Lei no 12.734/2012);
Lei no 12.351, de 22 de dezembro de 2010;

7.3.4.1.04.2.1. - Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei no 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 50, §2º (redação anterior à Lei no 12.734/2012);
Lei no 12.351, de 22 de dezembro de 2010;
Lei no 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2º, III.

7.3.4.1.04.3.1. - Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei no 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 50, §2º (redação anterior à Lei no 12.734/2012);
Lei no 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2º, III.

7.3.4.1.04.4.1. - Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei no 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 50, §2º (redação anterior à Lei no 12.734/2012);
Lei no 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2º, I, e §3º.

7.3.4.2.02.1.1. - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Terra - Cessão Onerosa - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei no 12.276, de 30 de junho de 2010, art. 5º, §1º;

7.3.4.2.02.4.1. - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Cessão Onerosa - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei no 12.276, de 30 de junho de 2010, art. 5º, §1º; e
Lei no 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2º, incisos I e II.

7.3.4.2.03.1.1. - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Terra - Cessão Onerosa - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei no 12.276, de 30 de junho de 2010, art. 5º, §2º.

7.3.4.2.03.4.1. - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Cessão Onerosa - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei no 12.276, de 30 de junho de 2010, art. 5º, §2º; e
Lei no 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2º, incisos I e II.

7.3.4.3.01.1.1. - Bônus de Assinatura de Contrato de Partilha de Produção - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Constituição Federal, arts. 20, § 1º, e 177, incisos I a IV;
Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997, art. 46;
Lei no 12.351, de 22 de dezembro de 2010, arts. 20, inciso XII, 10, inciso III, alínea "F", 15, inciso IX, 29, inciso XX, 42, inciso II e § 2º, e 49, inciso I.

7.3.4.3.02.1.1. - Royalties pela Produção de Petróleo em Terra - Partilha de Produção - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Inciso I do art. 42-B da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010.

7.3.4.3.02.4.1. - Royalties pela Produção de Petróleo em Plataforma - Partilha de Produção - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Inciso II do art. 42-B da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010; e
Inciso I do art. 2º da Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013.

7.3.4.4.01.0.1. - Outorga de Direitos de Exploração e Pesquisa Mineral - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei no 7.990, de 28 de dezembro de 1989; Lei nº. 8.001, de 13 de março de 1990 (Art. 6º); Lei no 8.876, de 2 de maio de 1994.

7.3.4.4.02.0.1. - Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei no 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 2º ; Lei no 8.001, de 13 de março de 1990; e Lei no 9.993, de 24 de julho de 2000.

7.3.4.5.01.0.1. - Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei no 9.984 de 17 de julho de 2000; § 6º, inciso IX, art. 4º; Lei no 9.433, de 8 de janeiro de

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2022, Art. 9º, inciso IV

1997; eLei no 9.984, de 17 de julho de 2000.

7.3.4.5.02.0.1. - Concessão de Uso do Potencial de Energia Hidráulica - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Constituição Federal, Art. 20, VIII e 176, §1o;Lei no 9.987, de 13 de fevereiro de 1995;Lei no 9.074, de 7 de julho de 1995;Lei no 9.427, de 26 de dezembro de 1996;Lei no 10.438, de 26 de abril de 2002;Lei no 10.762, de 11 de novembro de 2003;Lei no 10.848, de 15 de março de 2004; eLei no 11.488, de 15 de junho de 2007.

7.3.4.5.03.1.1. - Utilização de Recursos Hídricos - Itaipu - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei no 7.990, de 28 de dezembro de 1989;Lei no 8.001, de 13 de março de 1990; Lei no 9.433, de 8 de janeiro de 1997;Lei no 9.648, de 27 de maio de 1998; e Lei no 9.984, de 17 de julho de 2000.

7.3.4.5.03.2.1. - Utilização de Recursos Hídricos - Demais Empresas - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989;Lei no 8.001, de 13 de março de 1990; Lei no 9.433, de 8 de janeiro de 1997;Lei no 9.648, de 27 de maio de 1998; e Lei no 9.984, de 17 de julho de 2000.

7.3.4.6.01.1.1. - Concessão de Florestas Nacionais - Valor Mínimo - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 11.284, de 2006, art. 20, inciso XII; art. 39, § 1º, inciso I.

7.3.4.6.01.2.1. - Concessão de Florestas Nacionais - Demais Valores - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 11.284, de 2006, art. 20, inciso XII; art. 39, § 1º, inciso II

7.3.4.6.02.1.1. - Concessão de Florestas Não Catalogadas como "Florestas Nacionais" - Valor Mínimo - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 11.284, de 2006, art. 20, inciso XII; art. 39, inciso I

7.3.4.6.02.2.1. - Concessão de Florestas Não Catalogadas como "Florestas Nacionais" - Demais Valores - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 11.284, de 2006, art. 20, inciso XII; art. 39, inciso II

7.3.4.6.03.0.1. - Custos de Edital de Concessão Florestal - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei no 11.284, de 02 de março de 2006;Lei no 11.516, de 28 de agosto de 2007 (Arts. 6o e 7o).

7.3.4.6.04.0.1. - Contratos de Transição de Concessão Florestal - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000;Lei no 11.284, de 02 de março de 2006;Lei no 11.516, de 28 de agosto de 2007 (Arts. 6o e 7o).

7.3.4.6.99.0.1. - Demais Receitas de Exploração de Recursos Florestais - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000;
Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006;
Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012;
Decreto nº 5.975, de 30 de novembro de 2006;
Decreto nº 6.660, de 21 de novembro de 2008;
Instrução Normativa ICMBio nº 9, de 28 de abril de 2010.

7.3.4.9.01.0.1. - Compensações Ambientais - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Art. 36 da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000.

7.3.4.9.99.0.1. - Outras Delegações para Exploração de Recursos Naturais - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Natureza de Receita criada pela Portaria SOF nº 3 de 26 de abril de 2006.

7.3.5.1.01.0.1. - Outorga de Direito de Uso ou de Exploração de Criação Protegida - Instituição Científica e Tecnológica - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004;Decreto no 5.563, de 11 de outubro de 2005.

7.3.5.1.02.0.1. - Direito de Uso da Imagem e de Reprodução dos Bens do Acervo Patrimonial - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei no 11.904, de 14 de janeiro de 2009;
Art. 10, da Lei no 11.906, de 20 de janeiro de 2009;
Inciso VI, do art. 23 do Decreto no 6.845, de 7 de maio de 2009;
Instrução Normativa no 1, do Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM, de 15 de abril de 2013;
Legislação aplicável aos direitos de uso de imagem e reprodução.

7.3.6.1.01.1.1. - Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poderes Executivo e Legislativo - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Constituição Federal de 1988, art. 37, XXI;
Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; e
Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil.

7.4.1.1.01.0.1. - Receita Agropecuária - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 173;
Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1o e 4o.

7.5.1.1.01.0.1. - Receita Industrial - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 173;
Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1o e 4o.

7.6.1.1.01.0.1. - Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 173;
Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1o e 4o.

7.6.1.1.02.0.1. - Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Constituição Federal, arts. 37, caput e inciso II, e 208, inciso V; e
Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, arts. 44, inciso II, e 51.

7.6.1.1.03.0.1. - Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Constituição Federal, arts. 173 e 174, caput;
Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1º e 4º;
Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, arts. 7º, 15, 16, 20, 22 e 38;
Decreto-Lei nº 2.056, de 19 de agosto de 1983;
Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, arts. 2º, alínea j, e 3º;
Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973;
Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, arts. 8º, 32 e 55;
Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996;
Lei nº 9.602, de 21 de janeiro de 1998, art. 6º;
Lei nº 9.933, de 20 de dezembro de 1999;
Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, art. 6º, inciso II;
Lei nº 10.743, de 30 de julho de 2003;
Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006, art. 2º, inciso VII;
Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010;
Decreto nº 98.812, de 9 de janeiro de 1990;
Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996, arts. 7º, 32 e 89;
Decreto nº 2.613, de 3 de junho de 1998, art. 3º;
Decreto nº 7.938, de 19 de fevereiro de 2013;
Resolução CONTRAN Nº 5, de 23 de janeiro de 1998; e
Resolução CONTRAN nº 282, de 26 de junho de 2008.

7.6.1.1.04.0.1. - Serviços de Informação e Tecnologia - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 173;
Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1º e 4º.

7.6.2.1.02.0.1. - Serviços de Transporte de Passageiros ou Mercadorias - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 173;
Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1o e 4o.

7.6.2.1.03.0.1. - Serviços Portuários - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 173;
Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1o e 4o;
Lei nº 4.860, de 26 de novembro de 1965; e
Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013.

7.6.2.1.04.1.1. - Tarifa Aeroportuária - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, art. 3º;
Decreto nº 89.121, de 6 de dezembro de 1983.

7.6.2.1.04.2.1. - Adicional sobre Tarifa Aeroportuária - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, art. 3º;
Lei nº 7.920, de 12 de dezembro de 1989;
Lei nº 8.399, de 7 de janeiro de 1992; e
Lei nº 12.648, de 17 de maio de 2012.

7.6.2.1.04.3.1. - Parcela da Tarifa de Embarque Internacional - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 9.825, de 23 de agosto de 1999;
Art. 63 da Lei nº 12.462, de 5 de agosto de 2011; e
Lei nº 12.648, de 17 de maio de 2012.

7.6.3.1.01.0.1. - Serviços de Atendimento à Saúde em Unidades do Governo Federal - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 173;
Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1o e 4o;
Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990; e
Lei no 8.142, de 28 de dezembro de 1990.

7.6.3.2.01.0.1. - Serviços de Assistência à Saúde Suplementar de Servidores Civis - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, art. 230;
Decreto nº 4.978, de 3 de fevereiro de 2004;
Portaria MPOG/SRH nº 1.983, de 5 de dezembro de 2006, arts. 12 e 15.

7.6.4.1.01.0.1. - Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Constituição Federal, arts. 173 e 239, § 1o;
Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1o e 4º;
Lei no 8.019, de 11 de abril de 1990;
Lei no 8.036, de 11 de maio de 1990;
Lei no 9.365, de 16 de dezembro de 1996;
Lei no 10.150, de 21 de dezembro de 2000; e
Legislação correlata.

7.6.4.1.02.0.1. - Concessão de Avais, Garantias e Seguros - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 5.000, de 24 de maio de 1966;
Arts. 16 e 17 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966;
Art. 1º da Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979;
Art. 5º-A da Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992;
Arts. 1º, 2º e 3º da Lei nº 9.531, de 10 de dezembro de 1997; e
Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999.

7.6.4.1.03.0.1. - Remuneração sobre Repasse para Programas de Desenvolvimento Econômico - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 239, caput e § 1º;
Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990.

7.6.9.9.99.0.1. - Outros Serviços - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 173;
Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1o e 4o.

7.7.4.1.01.0.1. - Transferências de Instituições Privadas - Principal - Operações Intraorçamentárias

LEGISLAÇÃO DA RECEITA	
LDO - 2022, Art. 9º, inciso IV	
Amparo Legal: Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007; Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.	Amparo Legal: Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992.
7.7.5.9.99.0.1. - Demais Transferências de Outras Instituições Públicas - Principal - Operações Intraorçamentárias	7.9.1.1.08.0.1. - Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007; Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.	Amparo Legal: Art. 83 da Lei nº 11.697, de 13 de junho de 2008; Inciso V do art. 2º da Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994; Arts. 14, § único, 18 a 35, 161 e 196, e outros da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, Código do Processo Civil; e Art. 265 e outros do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal.
7.7.6.1.01.0.1. - Transferências do Exterior - Principal - Operações Intraorçamentárias	7.9.1.1.09.0.1. - Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007; Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.	Amparo Legal: Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.
7.7.9.1.01.0.1. - Transferências de Pessoas Físicas - Principal - Operações Intraorçamentárias	7.9.1.1.10.0.1. - Multas Previstas na Legislação sobre Regime de Previdência Privada Complementar - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007; Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.	Amparo Legal: Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001; Lei 12.154, de 23 de Dezembro de 2009, art. 11, inciso IV. Decreto nº 4.942, de 30 de dezembro de 2003, Arts. 22 a 26.
7.7.9.2.01.0.1. - Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados - Principal - Operações Intraorçamentárias	7.9.1.1.11.0.1. - Multa por Descumprimento de Obrigação Previdenciária Acessória - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007; Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.	Amparo Legal: Arts. 17 e 35 da Lei nº 5869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil; Arts. 23 e 24, da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990; Arts. 68 e 92 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; Art. 22 e 125-A, da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991; Lei nº 9.528, de 10 de dezembro de 1997; e Art. 283 do Decreto nº 3048, de 6 de maio de 1999.
7.9.1.1.01.0.1. - Multas Previstas em Legislação Especifica - Principal - Operações Intraorçamentárias	7.9.2.1.01.0.1. - Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007; Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.	Amparo Legal: Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002; eLei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973.
7.9.1.1.01.0.1. - Multas Previstas em Legislação Especifica - Principal - Operações Intraorçamentárias	7.9.2.1.02.0.1. - Indenização por Posse ou Ocupação Ilícita de Bens Públicos - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Qualquer lei especifica que determine aplicação de multa de caráter punitivo, como: Art. 86, da Lei nº 8.666/93, combinado com as Leis nº 5.172, 6.830 e 4.320, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, instituindo normas gerais para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Decreto Lei no 221, de 28 de fevereiro de 1967; eLei no 6.276 de 1º de dezembro de 1975. Decreto no 1.832, de 4 de março de 1996. Decreto no 2.521, de 20 de março de 1998. Lei no 10.233, de 5 de junho de 2001, art. 77, inciso V. Decreto-Lei no 2.056 de 19 de agosto de 1983;Lei no 8.934 de 18 de novembro de 1994; eDecreto no 1.800 de 30 de janeiro de 1996. Decreto-Lei no 221, de 28 de fevereiro de 1967; eLei no 6.276, de 1º de dezembro de 1975. Decreto-Lei no 227, de 28 de fevereiro de 1967 (Art. 22, inciso V; art. 25, inciso III; art. 31, inciso I; art. 31, inciso II).Decreto-Lei nº. 62.934, de 2 de julho de 1968 (Art. 54, inciso I; inciso II; inciso III; inciso IV; inciso V; inciso VI; inciso VII; inciso VIII; inciso IX; inciso X; inciso XI; inciso XII; inciso XIII; inciso XIV; inciso XV; art. 58, art. 60).Lei nº. 7.805, de 1989.Decreto nº. 69.885, de 31 de dezembro, de 1971. Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943 (CLT).Lei no 7.998, de 11 de janeiro de 1990, Art. 11. Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro 1962. Lei no 10.831, de 23 de dezembro de 2003; Decreto no 6.323, de 27 de dezembro de 2007. Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. Lei no 4.375, de 17 de agosto de 1964; eDecreto no 57.654, de 20 de janeiro de 1966. Lei no 4.737, de 15 de julho de 1965; eLei no 9.096, de 19 de setembro de 1995. Lei no 6.815, de 19 de agosto de 1980; eDecreto no 86.715, de 10 de dezembro de 1981. Lei no 7.565, de 19 de dezembro de 1986;Lei no 9.614, de 5 de março de 1998; eLei no 11.182, de 27 de setembro de 2005.Lei no 10.209, de 24 de março de 2001, e suas alterações; eDecreto no 3.525, de 26 de junho de2000.Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991; Lei no 8.213, de 24 de julho de 1991; Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976; Lei no 9.656, de 3 de junho de 1998. Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997, art. 15, inciso V. Lei no 9.503, de 23 de setembro de 1997;Decreto no 2.613, de 3 de junho de 1998;Decreto no 6.366, de 30 de janeiro de 2008; eLei no 11.705, de 19 de junho de 2008. Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997. Lei no 9.782, de 26 de janeiro de 1999. Lei no 9.933, de 20 de dezembro de 1999. Lei no 9.966, de 28 de abril de 2000; eLei nº	Amparo Legal: Art. 10 § único da Lei nº 9.636/98.
7.9.1.1.02.0.1.1. - Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal - Operações Intraorçamentárias	7.9.2.1.03.0.1. - Indenização por Sinistro - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Lei no 9.472, de 16 de julho de 1997;Decreto no 2.338, de 7 de outubro de 1997;Lei no 5.070, de 7 de julho de 1966;Lei no 9.998, de 17 de agosto de 2000;Medida Provisória no 2.228, de 6 de setembro de 2001; eLei no 11.437, de 28 de dezembro de 2006.	Amparo Legal: Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil (Arts. 757 a 802).
7.9.1.1.03.0.1. - Multas Previstas na Legislação do Seguro-Desemprego e Abono Salarial - Principal - Operações Intraorçamentárias	7.9.2.1.99.0.1. - Outras Indenizações - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Lei no 7.998, de 11 de janeiro de 1990 (Art. 25).	Amparo Legal: Art. 11, §§ 1º e 4º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.
7.9.1.1.04.0.1. - Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos - Principal - Operações Intraorçamentárias	7.9.2.2.01.1.1. - Restituição de Convênios - Primárias - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Lei no 7.347, de 24 de julho de 1985, arts. 11 e 13; Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989; e Lei no 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor.	Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964; Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966; Parágrafo único do art. 8o da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF; Parágrafo único do art. 12, do Decreto no 6.170, de 25 de julho de 2007.
7.9.1.1.05.0.1. - Multas Previstas em Lei por Infrações no Setor de Energia Elétrica - Principal - Operações Intraorçamentárias	7.9.2.2.01.2.1. - Restituição de Convênios - Financeiras - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Art. 13 da Lei no 10.438, de 26 de abril de 2002; Arts. 28 e 29 do Decreto no 4.541, de 23 de dezembro de 2002; e Decreto no 2.335, de 6 de outubro de 1997.	Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964; Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966; Parágrafo único do art. 8o da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF; Parágrafo único do art. 12, do Decreto no 6.170, de 25 de julho de 2007.
7.9.1.1.06.1.1. - Multas Administrativas por Danos Ambientais - Principal - Operações Intraorçamentárias	7.9.2.2.02.0.1. - Restituição de Benefícios Não Desembolsados - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981; Lei no 7.754, de 14 de abril de 1989; Lei no 7.797, de 10 de julho de 1989; Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e Decreto no 6.514, de 22 de julho de 2008, art. 13.	Amparo Legal: Parágrafo único do art.15 da Lei nº 7998, de 11 de janeiro de 1990; Art. 38 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.
7.9.1.1.06.2.1. - Multas Judiciais por Danos Ambientais - Principal - Operações Intraorçamentárias	7.9.2.2.03.0.1. - Restituição de Benefícios Previdenciários - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981; Lei no 7.754, de 14 de abril de 1989; Lei no 7.797, de 10 de julho de 1989; Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.	Amparo Legal: Arts. 154, 244 e 365 do Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999.
7.9.1.1.07.0.1. - Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas - Principal - Operações Intraorçamentárias	7.9.2.2.04.0.1. - Restituição de Benefícios Assistenciais - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981; Lei no 7.754, de 14 de abril de 1989; Lei no 7.797, de 10 de julho de 1989; e Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.	Amparo Legal: Art. 21, § 2º, da Lei nº 8472, de 7 de dezembro de 1993; Arts. 154, 195, 197, 244 e 365 do Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999; e Arts. 48, 48-A e 49, do Decreto nº 6214, de 26 de setembro de 2007.
	7.9.2.2.05.0.1. - Restituição de Contribuições Previdenciárias Complementares - Principal - Operações Intraorçamentárias
	Amparo Legal: Lei nº 9.650, de 27 de maio de 1998; e Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
	7.9.2.2.06.1.1. - Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores - Principal - Operações Intraorçamentárias
	Amparo Legal: Arts. 38 e 39 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.
	7.9.2.2.07.0.1. - Restituição de Parcelas do Seguro Desemprego Recebidas Indevidamente - Principal - Operações Intraorçamentárias
	Amparo Legal: Art. 7º, da Constituição da República Federativa do Brasil.Artigos 3º, 7º e 8º, da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990. Lei nº. 6.830, de 22 de setembro de 1980.Código Processo Civil.
	7.9.2.2.08.0.1. - Restituição de Garantias Prestadas - Principal - Operações Intraorçamentárias
	Amparo Legal: Decreto nº 3.937, de 15 de setembro de 1997 e Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999.
	7.9.2.2.09.0.1. - Restituição de Recursos de Fomento - Principal - Operações Intraorçamentárias
	Amparo Legal: Art. 8º, parágrafo único, da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000;

LEGISLAÇÃO DA RECEITA	
LDO - 2022, Art. 9º, inciso IV	
Art. 2o, inciso VI, última parte, da Lei no 11.437, de 28 de dezembro de 2006; Art. 61 da Medida Provisória no 2.228-1, de 6 de setembro de 2001; Art. 6o da Medida Provisória no 2.183-56, de 24 de agosto de 2001; Art. 12 do Decreto no 6.672, de 2 de dezembro de 2008; Demais dispositivos legais que tratem da restituição de recursos de fomento. 7.9.2.2.10.1.1. - Restituição Decorrente da Não Aplicação de Incentivos Fiscais Relativos à Lei Rouanet - Principal - Operações Intraorçamentárias Amparo Legal: Lei no 11.437, de 28 de dezembro de 2006; Art. 61 da Medida Provisória no 2.228-1, de 6 de setembro de 2001; Lei no 10.454, de 13 de maio de 2002; Lei no 8.313, de 23 de dezembro de 1991, arts. 4o e 5o, inciso VI; Lei no 7.505, de 2 de julho de 1986; e Decreto no 5.761, de 27 de abril de 2006. 7.9.2.2.10.2.1. - Restituição Decorrente da Não Aplicação de Incentivos Fiscais Relativos à Lei do Audiovisual - Principal - Operações Intraorçamentárias Amparo Legal: Lei no 11.437, de 28 de dezembro de 2006; Art. 61 da Medida Provisória no 2.228-1, de 6 de setembro de 2001; Lei no 10.454, de 13 de maio de 2002; Lei no 8.685, de 20 de julho de 1993, art. 5o; Lei no 7.505, de 2 de julho de 1986; e Decreto no 6.304, de 12 de dezembro de 2007. 7.9.2.2.99.0.1. - Outras Restituições - Principal - Operações Intraorçamentárias Amparo Legal: Art. 21, § 2º, da Lei nº 8472, de 7 de dezembro de 1993; Arts. 154, 195, 197, 244 e 365 do Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999; e Arts. 48, 48-A e 49, do Decreto nº 6214, de 26 de setembro de 2007. Decreto nº 3.964, de 10 de outubro de 2001, art. 2º e Lei nº 8.080, de 1990, § 4º, art. 33, em decorrências de auditorias. 7.9.2.3.01.0.1. - Ressarcimento por Operadoras de Seguros Privados de Assistência à Saúde - Principal - Operações Intraorçamentárias Amparo Legal: Lei no 9656, de 3 de junho de 1998;Medida Provisória no 2.177, de 24 de agosto de 2001, e alterações; eResolução - RDC no 18, de 30 de março de2000. 7.9.2.3.02.0.1. - Ressarcimento de Custos - Principal - Operações Intraorçamentárias Amparo Legal: Leis que determinem o ressarcimento de custos, como: Art. 12 da Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001; Lei nº 8.038, de 28 de maio de 119, art. 41-B,A CRESCIDO PELO ART. 3º DA Lei nº 9.756, de 17 de dezembro de 1998. STF E STJ;Lei nº 10.858, de 13 de abril de 2004 7.9.2.3.03.0.1. - Reversão de Garantias - Principal - Operações Intraorçamentárias Amparo Legal: Art. 56 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Arts. 1º e 7º do Decreto-Lei nº 1.737, de dezembro de 1979. 7.9.2.3.04.0.1. - Ressarcimento ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Principal - Operações Intraorçamentárias Amparo Legal: Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, arts. 120 e 121; e Constituição Federal de 1988, art. 114, VI. 7.9.2.3.99.0.1. - Outros Ressarcimentos - Principal - Operações Intraorçamentárias Amparo Legal: Qualquer dispositivo legal que determine ressarcimentos não previstos nos itens anteriores, como, por exemplo, o art. 64 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980. 7.9.3.1.01.0.1. - Bens, Direitos e Valores Perdidos em Favor do Poder Público - Principal - Operações Intraorçamentárias Amparo Legal: - Art. 7o, § 1o, da Lei no 9.613, de 1998; - Art. 45, § 3o, do Decreto-Lei no 2.848, de 1940 - Código Penal, com redação dada pelo art. 1o da Lei no 9.714, de 1998; e - Demais dispositivos da legislação especial. 7.9.3.1.02.1.1. - Alienação de Bens e Mercadorias Apreendidos - Principal - Operações Intraorçamentárias Amparo Legal: Arts. 23 a 32 do Decreto-Lei no 1.455, de 7 de abril de 1976;art. 59 da Lei no 10.637, de 30 de dezembro de 2002;arts. 104 e 105 do Decreto-Lei no 37, de 18 de novembro de 1966;art. 1o do Decreto-Lei no 2.411, de 21 de janeiro de 1988;art. 83, inciso II da Lei no 7.450 de 23 de dezembro de 1985; eart. 27 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991. Lei no 7.805, de 20 de julho de 1989;Decreto no 98.830, de 15 de janeiro de 1990; eLei no 8.212, de 1991, art. 27, inciso VII. 7.9.3.1.02.2.1. - Alienação de Bens e Mercadorias Associados ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Drogas Afins - Principal - Operações Intraorçamentárias Amparo Legal: Constituição Federal, Art. 243, Parágrafo Único;Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991;Lei no 9.613, de 03 de março de 1998 (Art 7o);Lei no 10.357, de 27 de dezembro de 2001;Lei no 11.343, de 23 de agosto de 2006.· Natureza de Receita criada pela Portaria SOF nº 28, de 13 de setembro de 2006. 7.9.3.1.03.0.1. - Depósitos Abandonados (Dinheiro e/ou Objetos de Valor) - Principal - Operações Intraorçamentárias Amparo Legal: Lei nº 2.313, de 3 de setembro de 1954; e Decreto nº 40.395, de 21 de novembro de 1956. 7.9.3.1.04.0.1. - Prêmios Prescritos de Concursos de Prognósticos - Principal - Operações Intraorçamentárias Amparo Legal: Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, art. 2º, inciso II. 7.9.3.1.05.0.1. - Receitas Reconhecidas por Força de Decisões Judiciais e de Tribunais Administrativos - Principal - Operações Intraorçamentárias Amparo Legal: A especifica decisão judicial ou de Tribunal Administrativo que haja determinado o reconhecimento do ingresso do recurso. 7.9.9.01.0.1. - Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS - Principal - Operações Intraorçamentárias Amparo Legal: Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003; Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998; e Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004. 7.9.9.02.0.1. - Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS - Principal - Operações Intraorçamentárias Amparo Legal: Arts. 7o a 9o da Lei no 12.546, de 2011.	Amparo Legal: Arts. 7o a 9o da Lei no 12.546, de 2011. 7.9.9.03.0.1. - Compensações Financeiras entre o RGPS e o RPPS - Principal - Operações Intraorçamentárias Amparo Legal: Art. 40, da Constituição Federal;Lei no 9.796, de 5 de maio de 1999; Lei no 9.783, de 28 de janeiro de 1999;Decreto no 3.112, de 6 de julho de 1999; eDecreto no 3.217 de 22 de outubro de 1999. 7.9.9.04.0.1. - Contribuição ao Montepio Civil - Principal - Operações Intraorçamentárias Amparo Legal: Decreto-Lei nº 9.595, de 16 de agosto de 1946; Lei nº 3.058, de 22 de dezembro de 1956; Lei nº 4.477, de 12 de novembro de 1964; Lei nº 4.493, de 24 de novembro de 1964; Art. 53 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966; e Lei nº 6.554, de 21 de agosto de 1978. 7.9.9.05.0.1. - Barreiras Técnicas ao Comércio Exterior - Principal - Operações Intraorçamentárias Amparo Legal: Lei no 9.019, de 30 de março de 1995, e suas alterações. Medida Provisória no 2.158, de 24 de agosto de 2001; e Lei no 10.833, de 29 de dezembro de 2003. Decreto no 1.488, de 11 de maio de 1995 (Art. 8o, Inciso II); com as alterações do Decreto nº 1.936, de 20 de junho de 1996. 7.9.9.06.0.1. - Contrapartida de Subvenções ou Subsídios - Principal - Operações Intraorçamentárias Amparo Legal: Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009; Arts. 14, 15, 17 e 18 do Decreto nº 7.499, de 16 de junho de 2011; Anexo I, item 5, da Portaria Interministerial nº 229, de 28 de maio de 2012; ou Legislação específica a respeito de outros programas de concessão de subvenções ou subsídios governamentais. 7.9.9.07.0.1. - Disponibilidades de Recursos do Fundo Social - Principal - Operações Intraorçamentárias Amparo Legal: Arts. 47 a 60 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010. 7.9.9.08.1.1. - Prêmio do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT - Principal - Operações Intraorçamentárias Amparo Legal: Parágrafo único do art. 78 da Lei no 9.503, de 23 de setembro de 1997; e parágrafo único do art. 27 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991. 7.9.9.09.0.1. - Prestação de Contas Eleitorais - Principal - Operações Intraorçamentárias Amparo Legal: Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, art. 38; Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 2007; Art. 24 da Resolução TSE nº 23.217, de 2 de março de 2010; e Art. 13 da Resolução TSE nº 23.348, de 18 de agosto de 2011. 7.9.9.10.0.1. - Reserva Global de Reversão - Principal - Operações Intraorçamentárias Amparo Legal: Art. 4o, § 6o, da Lei no 5.655, de 20 de maio de 1971; Art. 9o da Lei no 8.631, de 4 de março de 1993; e Decreto no 774, de 18 de março de 1993. 7.9.9.11.0.1. - Variação Cambial - Principal - Operações Intraorçamentárias Amparo Legal: Art. 9º da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998. 7.9.9.12.1.1. - Encargos Legais pela Inscrição em Dívida Ativa - Principal - Operações Intraorçamentárias Amparo Legal: Decreto-Lei nº 1.025, de 21 de outubro de 1969; Decreto-Lei nº 1.437, de 17 de dezembro de 1975; Lei nº 7.711, de 22 de dezembro de 1988. 7.9.9.12.2.1. - Ônus de Sucumbência - Principal - Operações Intraorçamentárias Amparo Legal: Arts. 82 a 97 do Código de Processo Civil, Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. 7.9.9.13.1.1. - Recursos Recebidos de Fundos de Desenvolvimento Regional - Principal - Operações Intraorçamentárias Amparo Legal: - Lei Complementar nº 124, de 2007, art. 6º, inciso II; - Lei Complementar nº 125, de 2007, art. 6º, inciso II; e - Lei Complementar nº 129, de 2009, art. 7º, inciso II. 7.9.9.19.0.1. - Receitas de Subvenções - Operações Intraorçamentárias - Principal Amparo Legal: Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992. 7.9.9.99.2.1. - Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal - Operações Intraorçamentárias Amparo Legal: Art. 11, §§ 1º e 4º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964; Parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF. 7.9.9.99.3.1. - Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Financeiras - Principal - Operações Intraorçamentárias Amparo Legal: Art. 11, §§ 1º e 4º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964; Parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF. 8.1.1.1.02.0.1. - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno, exceto Refinanciamento da Dívida Pública - Principal - Operações Intraorçamentárias Amparo Legal: Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000;Lei no 10.179, de 6 de fevereiro de 2001; eDecreto no 3.859, de 4 de julho de 2001 8.1.1.1.02.0.1. - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal no Mercado Interno - Principal - Operações Intraorçamentárias Amparo Legal:

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2022, Art. 9º, inciso IV

Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000 (LRF);Lei no 10.179, de 6 de fevereiro de 2001; e Decreto no 3.859, de 4 de julho de 2001.

8.1.1.1.03.0.1. - Títulos da Dívida Agrária - TDA - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Constituição Federal – Art. 184;Lei no 4.504, de 30 de novembro de 1964, e suas alterações;Decreto no 95.714, de 10 de fevereiro de 1988; eDecreto no 578, de 24 de junho de

8.1.1.2.01.0.1. - Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000

8.1.1.3.01.0.1. - Empréstimos Compulsórios - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Art. 148 da Constituição Federal

8.1.1.9.99.0.1. - Outras Operações de Crédito - Mercado Interno - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000

8.1.2.1.01.0.1. - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Externo, exceto Refinanciamento da Dívida Pública - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000; e Resolução no 74, de 2000, do Senado Federal.

8.1.2.1.02.0.1. - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal no Mercado Externo - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000; e Resolução no 74, de 2000, do Senado Federal.

8.1.2.2.01.0.1. - Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000; e Resolução no 74, de 2000, do Senado Federal.

8.1.2.9.99.0.1. - Outras Operações de Crédito - Mercado Externo - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000; e Resolução no 74, de 2000, do Senado Federal.

8.2.1.2.01.0.1. - Alienação de Estoques da Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Arts. 60, 81 e 82 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991.Arts. 60, 81 e 82 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991.

8.2.1.2.02.0.1. - Alienação de Estoques Comerciais Destinados a Programas Sociais - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Decreto no 4.514, de 13 de dezembro de 2002

8.2.1.2.03.0.1. - Alienação de Estoques do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003.

8.2.1.2.04.0.1. - Alienação de Estoques de Café - FUNCAFÉ - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei Agrícola no 8.171, de 17 de janeiro de 1991; e Portaria Interministerial MF/MAPA no 38, de 9 de março de 2004

8.2.1.3.01.0.1. - Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Arts. 17 a 19 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e Decreto nº 99.658, de 30 de outubro de 1990.

8.2.2.1.01.0.1. - Alienação de Bens Imóveis em Geral - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Arts. 24 a 29 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, e Lei nº 8.025, de 12 de abril de 1990.

8.2.3.1.01.0.1. - Alienação de Bens Intangíveis - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 2º e 4º.

8.3.1.1.01.0.1. - Amortização de Empréstimos - BEA/BIB - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Resolução do Senado Federal no 20, de 1991; Portarias MF nos 211, de 1995 e 167, de 1997 BEA; e Resolução do Senado Federal no 96, de 1993; Portarias MF nos 208, de 1995 e 166, de 1997 - BIB.

8.3.1.1.02.0.1. - Amortização Proveniente da Execução de Garantia - Operações de Crédito - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Decreto-Lei no 1.928, de 18 de fevereiro de 1982;Decreto-Lei no 2.169, de 29 de outubro de 1984;Lei Complementar no 101, de 5 maio de 2000; eContratos específicos.

8.3.1.1.03.0.1. - Amortização de Empréstimos - Estados e Municípios - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei no 7.976, de 27 de dezembro de 1989;Lei no 8.727, de 5 de novembro de 1993; eLei no 9.496, de 11 de setembro de 1997.

8.3.1.1.04.0.1. - Amortização de Empréstimos - Refinanciamento de Dívidas de Médio e Longo Prazo - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Resolução do Senado Federal no 98, de 1992, alterada pelas Resoluções nos 90 e 132, ambas de 1993.

8.3.1.1.05.0.1. - Amortização de Empréstimos - Programa das Operações Oficiais de Crédito - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Decreto nº 94.442, de 12 de junho de 1987.

8.3.1.1.06.0.1. - Amortização de Empréstimos Contratuais - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei no 7.976, de 27 de dezembro de 1989;Lei no 8.727, de 5 de novembro de 1993; eLei no 9.496, de 11 de setembro de 1997.

8.3.1.1.07.1.1. - Amortização de Financiamentos em Geral - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei no 7.976, de 27 de dezembro de 1989;Lei no 8.727, de 5 de novembro de 1993; eLei no 9.496, de 11 de setembro de 1997.

8.4.4.1.01.0.1. - Transferências de Instituições Privadas - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007; Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.

8.4.5.1.01.0.1. - Transferências de Outras Instituições Públicas - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007; Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.

8.4.6.1.01.0.1. - Transferências do Exterior - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007; Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.

8.4.9.1.01.0.1. - Transferências de Pessoas Físicas - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007; Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.

8.4.9.2.01.0.1. - Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007; Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.

8.9.1.1.01.0.1. - Integralização de Capital Social - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

8.9.2.1.01.0.1. - Resultado do Banco Central – Operações com Reservas e Derivativos Cambiais - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 11.803, de 5 de novembro de 2008.

8.9.2.1.02.0.1. - Resultado do Banco Central - Demais Operações - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 11.803, de 5 de novembro de 2008.

8.9.3.1.01.0.1. - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei no 9.027, de 12 de abril de 1995;Instrução Normativa STN nº 4, de 31 de julho de 1998;Medida Provisória no 2.179, de 24 de agosto de 2001; eLei no 11.803, de 5 de novembro de 2008.

8.9.4.1.01.0.1. - Resgate de Títulos do Tesouro - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei no 9.491, de 9 de setembro de 1997; Lei no 10.179, de 6 de fevereiro de 2001; Decreto no 1.019, de 23 de dezembro de 1993; Decreto no 1.068, de 2 de março de 1994; e Decreto no 3.859, de 4 de julho de 2001.

8.9.9.9.99.0.1. - Outras Receitas de Capital - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO-2022, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base legal

Ações Orçamentárias padronizadas da União

0005 Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) Constituição Federal, art. 100 e Lei 13.463, de 6 de julho de 2017.
0022 Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, arts. 513 a 527 - Execução de sentenças cíveis com obrigação de pagar; Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, arts. 876 a 892 - Execução de sentenças trabalhistas; LRF - Lei Complementar nº 101, de 4 maio de 2000, art. 50, III - Estatais dependentes estão obrigadas a obedecer as normas de contabilidade pública.
0029 Financiamento aos Setores Produtivos da Região Centro-Oeste Constituição Federal de 1988, art. 159, I, c; Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989; Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001; Decreto nº 6.367, de 30 de janeiro de 2008; Lei nº 13.530, de 7 de dezembro de 2017; Lei nº 13.682, de 19 de junho de 2018.
0030 Financiamento aos Setores Produtivos do Semiárido da Região Nordeste Constituição Federal de 1988, art. 159, I, c; Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989; Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001; Lei nº 13.530, de 7 de dezembro de 2017; Lei nº 13.682, de 19 de junho de 2018.
0031 Financiamento aos Setores Produtivos da Região Nordeste Constituição Federal de 1988, art. 159, I, c; Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989; Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001; Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007; Lei nº 13.530, de 7 de dezembro de 2017; Lei nº 13.682, de 19 de junho de 2018.
0044 Transferência ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE (CF, art.159) Constituição Federal, art. 159, inciso I, alínea "a" (Da repartição das repartições tributárias).
0045 Transferência ao Fundo de Participação dos Municípios - FPM (CF, art.159) Constituição Federal, art. 159, inciso I, alíneas "b","d", "e"; Lei Complementar nº 91, de 22 de dezembro de 1997 (Da repartição das repartições tributárias).
0046 Transferência da cota-parte dos Estados e DF exportadores na arrecadação do IPI (CF, Art. 159) Constituição Federal, art. 159, inciso II e 52º (Da repartição das repartições tributárias); Lei Complementar nº 61, de 26 de dezembro de 1989 (Participação dos estados e DF na arrecadação do IPI, relativamente às exportações).
006M Transferência do imposto territorial rural - ITR Constituição Federal, art.158, inciso II (Da repartição das repartições tributárias).
009T Serviços Públicos de Saúde do Distrito Federal Constituição Federal de 1988, art. 21. inciso XIV; e Lei nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002.
009W Compensação Previdenciária Lei 9.796, de 05 de maio de 1999; Lei 9.717, de 27 de novembro de 1998; e Lei 10.666, de 08 de maio de 2003, art. 12.
00FM Assistência Médica e Odontológica às Polícias Civil e Militar e ao Corpo de Bombeiros do Distrito Federal Lei 10.486, de 4 de julho de 2002, art. 32
00G5 Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor Constituição Federal, art. 100. Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004
00H4 Seguro Desemprego Art. 7º, inciso II, da Constituição Federal; Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990; Lei nº 10.208, de 23 de março de 2001; Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003; Lei nº 10.608, de 20 de dezembro de 2002; e Lei nº 13.189, de 19 de novembro de 2015.
00H6 Transferência do imposto sobre operações financeiras Incidentes sobre o ouro - IOF Ouro Constituição Federal, art.153, §5º (Prevê a repartição do IOF-Ouro); Lei nº 7.766, de 11 de maio de 1989 (Dispõe sobre o ouro, ativo financeiro, e seu tratamento tributário).
00LI Compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social - FRGPS (Lei nº 12.546, de 2011) Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, art. 9º, §2º.
00NR Manutenção das Polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal Constituição Federal, art. 21, inciso XIV, Lei nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002 e Lei nº 14.059, de 22 de setembro de 2020.
00NS Inativos da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal Constituição Federal, art. 21, inciso XIV, Lei nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002 e Lei nº 14.059, de 22 de setembro de 2020
00NT Outros Benefícios das Polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal Lei 10.486, de 4 de julho de 2002, art. 2º e 32; Lei 8.069, de 13 de julho de 1190, art. 54, inciso IV; e Medida Provisória nº 2.165-36, de 23 de agosto de 2001, em vigor por força do art. 2º da Emenda Constitucional nº 32, de 2001

00OM Indenização a Servidores em Exercício em Localidades de Fronteira (Lei nº 12.855, de 2013) Lei nº 12.855, de 2/9/2013
00PX Transferência de Recursos Arrecadados por Taxa de Ocupação, Foro e Laudêmio Lei nº 13.240, de 30 dezembro de 2015, art. 27.
00Q2 Pensionistas da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal Constituição Federal, art. 21, inciso XIV, Lei nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002 e Lei nº 14.059, de 22 de setembro de 2020.
00QD Pensões Militares dos Ex-Territórios e do Antigo Estado da Guanabara Lei nº 10.486, de 4 de julho de 2002 (extinto Estado da Guanabara) (extinto Estado da Guanabara); artigo 14, do ADCT, (ex-Territórios Federais do Amapá e Roraima); Lei nº 4.070, de 15 de junho de 1962 (extinto Território Federal do Acre); Lei Complementar nº 41, de 22 de dezembro de 1981 (extinto Território Federal de Rondônia); Medida Provisória nº 971, de 26 de maio de 2020.
00QG Anistiados Políticos - Retroativos Concedidos por Decisões Judiciais Lei nº 10.559, de 2002, art. 12, e parágrafo 4º; e Recurso Extraordinário - RE 553710/STF
00QN Inativos e Pensionistas da Polícia Civil do Distrito Federal Constituição Federal, art. 21, inciso XIV, Lei nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002 e Lei nº 14.059, de 22 de setembro de 2020.
00QY Acordos referentes a passivos atuariais de estatais dependentes Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, art. 842. Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001.
00RS Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos do FCDF Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E.
00S6 Benefício Especial e Demais Complementações de Aposentadorias Benefício Especial - Lei 12.618, de 30 de abril de 2012, art. 3º, § 1º Servidores inativos e pensionistas do MS - Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977, art. 27 Extinta VIFER - Lei 3.887, de 8 de fevereiro de 1961. RFFSA - Leis nº 8.186, de 21 de maio de 1991 e nº 10.478, de 28 de maio de 2002.
00SJ Benefícios Previdenciários CF/88, art. 201; Leis nº 8.212/91, nº 8.213/91 e nº 10.666/03; e Decreto nº 3.048/99.
0179 Pensões Militares das Forças Armadas Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019 Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001 Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960.
0181 Aposentadorias e Pensões Cíveis da União Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998.
0223 Transferência de Cotas-Partes da Compensação Financeira - Tratado de ITAIPU (Lei nº 8.001, de 1990 - Art.1º) Constituição Federal de 1988, art. 20, §1º e Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, art. 1º.
0312 Serviços Públicos de Educação do Distrito Federal Constituição Federal de 1988, art. 21. inciso XIV; e Lei nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002.
0369 Transferência das Quotas Estadual e Municipal do Salário-Educação Constituição Federal de 1988, art. 212, §§ 5º e 6º; Lei 9.766 de 18 de dezembro de 1998; Lei 11.457, de 16 de março de 2007, art. 3º, §6º; Decreto 6.003, de 28 de dezembro de 2006.
0397 Aposentadorias e Pensões do Extinto Instituto de Previdência dos Congressistas - IPC Lei nº 9.506, de 30 de outubro de 1997.
0534 Financiamento aos Setores Produtivos da Região Norte (FNO) Constituição Federal de 1988, art. 159, I, c; Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989; Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001; Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007; Lei nº 13.530, de 7 de dezembro de 2017; Lei nº 13.682, de 19 de junho de 2018.

Ação Orçamentária / Base legal

0536 Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais
Montepio Civil: Decreto nº 942 A, de 31 de outubro de 1890 Estatutários: Decretos-Lei nºs 3.768, de 1941 e 6.209, de 1944 e Lei nº 1.162, de 1950 Anistiados: Lei nº 6.683, de 1979 ECT: Lei nº 8.529, de 1992 Vítimas da Talidomida: Lei nº 7.070, de 1982 e Lei nº 8.686, de 1993 Hemodialíse de Caruaru: Lei nº 9.422, de 1996 Césio 137: Lei nº 9.425, de 1996 Acidente de Alcântara: Lei 10.821, de 2003 Hanseníase: Lei nº 11.520, de 2007 Jogadores das Seleções de Futebol de 1958, 1962 e 1970: Lei nº 12.663, de 2012 Indenização a Viúvas: Lei nº 1.593, de 1952, Lei nº 3.130, de 1957, Lei nº 5.598, de 1970; Pensão a dependentes de vítimas de acidentes: Lei nº 6.467, de 1977; Lei nº 6.929, de 1981; Lei nº 9.599, de 1997; Veteranos da Revolução Acreana: Lei nº 3.951, de 1960; Indenização a dependentes de vítima em dependência da Polícia Federal: Lei nº 9.305, de 1996; Trabalhadores portuários avulsos com mais 60 anos: Lei nº 12.815, de 2013; Zika Vírus: Lei nº 13.985/2020 Profissionais de saúde vítimas Covid-19: Lei nº 14.128, de 26 de março de 2021 , entre outras.
0546 Transferências de Cotas-Partes da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos para fins de Geração de Energia Elétrica (Lei nº 8.001, de 1990 - Art.1º)
Constituição Federal de 1988, art. 20, §1º e Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, art. 1º.
0547 Transferências de Cotas-Partes da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Lei nº 8.001, de 1990 - Art.2º)
Constituição Federal de 1988, art. 20, §1º e Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, art. 2º.
0581 Abono Salarial
Art. 239, § 3º, da CF, combinado com o art. 9º da Lei n.º 7.998/90.
0625 Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado de Pequeno Valor
CF/88, art. 100, § 3º e Lei 10.259, de 2001, art. 17, § 1º, Lei 13.463, de 6 de julho de 2017.
0739 Indenização a Anistiados Políticos em Prestação Única ou em Prestação Mensal, Permanente e Continuada, nos termos da Lei nº 10.559, de 2002
Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, art. 8º; Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, art. 1º, inciso II.
0999 Transferência de repartição da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE Combustíveis
Constituição Federal, art.159, inciso III (Da repartição das repartições tributárias); Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001 (Institui a CIDE-Combustíveis e dá outras providências).
09HB Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais
Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004
0A53 Transferências das Participações pela Produção de Petróleo e Gás Natural (Lei nº 9.478, de 1997)
Constituição Federal de 1988, art. 20, §1º, Lei nº 9.478 de 6 de agosto de 1997, arts. 48, 49 e 50 e Lei nº 7.525, de 22 de julho de 1986.
0C01 Valores Retroativos a Anistiados Políticos nos termos da Lei nº 11.354, de 19/10/2006
Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, art. 8º; Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002 e Lei nº 11.354, de 19 de outubro de 2006.
0C03 Transferência de Recursos Decorrentes de Concessões Florestais (Lei nº 11.284, de 2006 - Art. 39)
Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, art. 39, inciso II, alíneas "a" e "b" e § 1º.
0C33 Transferência ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB
Constituição Federal de 1988, art.212-A (Prevê a existência do FUNDEB); Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020 (Regulamenta a previsão constitucional do FUNDEB); Decreto nº 10.656, de 22 de março de 2021 (Regulamenta a Lei nº 14.113/2020).
0Z00 Reserva de Contingência - Financeira
Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, art. 5º, inciso III.
0Z01 Reserva de Contingência Fiscal - Primária
Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, art. 5º, inciso III, alínea "b"; e LDO de cada exercício.

2004 Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes
- Servidores civis e empregados públicos: Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 206-A, 230 - geral; Decreto 6.856, de 25 de maio de 2009 - para exames periódicos; acordos coletivos de trabalho, convenções coletivas de trabalho e/ou dissídios coletivos de trabalho de empregados - para empresas estatais dependentes; demais legislações específicas; - Militares das Forças Armadas: Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, art. 50, Inciso IV, alínea e), e art. 50-A – para assistência médica aos militares; Lei nº 13.954, de 16 de novembro de 2019, Art. 13, Inciso II; Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, art. 25 – para contribuição própria dos militares; e Decreto nº 92.512, de 02 de abril 1986 – tanto para assistência médica quanto para respectivas contribuições dos militares; e - Pessoal Ativo Militar dos Extintos Territórios: Lei 10.486, de 04 de julho de 2002, arts. 32 e 65 e Lei nº 13.328, de 29 de julho de 2016, arts. 99 e 100.
20TP Ativos Civis da União
Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - CLT.
212B Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes
Auxílio-Alimentação: - Servidores civis e empregados públicos: Lei nº 8.460, de 17 de setembro de 1992, art. 22 - geral; e acordos coletivos de trabalho, convenções coletivas de trabalho e/ou dissídios coletivos de trabalho de empregados - para empresas estatais dependentes; - Militares das Forças Armadas: Lei nº 6.880, de 09 de dezembro de 1980, art. 50, inciso IV, alínea g); Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, art. 2º, alínea e), art. 3º, inciso XIII e Anexo IV, Tabela III; e Decreto nº 4.307, de 18 de julho de 2002, Seção V; e - Pessoal Ativo Militar dos Extintos Territórios: Lei nº 10.486, de 04 de julho de 2002, art. 2º, Inciso I, alínea e), art. 3º, Inciso XIII, art. 65, Anexo IV, Tabela III. Auxílio-Transporte: - Servidores civis e empregados públicos: Medida Provisória nº 2.165-36, de 23 de agosto de 2001 (geral); e Lei 13.954, de 16 de dezembro de 2019, art. 11; - Militares das Forças Armadas: Lei 13.954, de 16 de dezembro de 2019, art. 11; Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, art. 2º, Inciso I, alínea b), art. 3º, inciso X; - Pessoal Ativo Militar dos Extintos Territórios: Lei nº 10.486, de 04 de julho de 2002, art. 2º, Inciso I, alínea b), art. 3º, X, e art. 65. Assistência Pré-Escolar: - Geral: Constituição Federal de 1988 art. 7º, inciso XXV; Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, art. 54, inciso IV; - Servidores civis: Decreto nº 977, de 10 de novembro de 1993; - Empregados públicos: Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (CLT), art. 389, §§ 1º e 2º, e acordos coletivos de trabalho, convenções coletivas de trabalho e/ou dissídios coletivos de trabalho de empregados das empresas estatais dependentes; - Militares das Forças Armadas: Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, art. 2º, Inciso II, alínea b); - Pessoal Ativo Militar dos Extintos Territórios: Lei nº 10.486, de 04 de julho de 2002, art. 2º, Inciso II, alínea a), art. 3º, X, e art. 65. Auxílios funeral e natalidade: - Servidores civis: Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 196 e 226; - Empregados públicos: acordos coletivos de trabalho, convenções coletivas de trabalho e/ou dissídios coletivos de trabalho de empregados das empresas estatais dependentes; - Militares das Forças Armadas: Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, art. 50, inciso IV, alínea f); Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, art. 2º, Inciso I, alíneas f) e h), art. 3º, Incisos XIV e XVI, e Anexo IV, Tabelas IV e V; e - Pessoal Ativo Militar dos Extintos Territórios: Lei nº 10.486, de 04 de julho de 2002, art. 2º, Inciso I, alíneas g) e i), art. 3º, Incisos XV e XVII, art. 65, e Anexo IV, Tabelas IV e VI. Auxílio-Fardamento aos Militares da Ativa: - Militares das Forças Armadas: Lei nº 6.880, de 09 de dezembro de 1980, art. 50, inciso IV, alínea h); Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, art. 2º, Inciso I, alíneas d), art. 3º, Inciso XII, e Anexo IV, Tabelas II; e Decreto nº 4.307, de 18 de julho de 2002, arts. 61 a 64; e - Pessoal Ativo Militar dos Extintos Territórios: Lei nº 10.486, de 04 de julho de 2002, art. 2º, Inciso I, alínea d), art. 3º, XII, art. 65, e Anexo IV, Tabela II. Indenização de Representação no Exterior - IREx e Auxílio-Familiar no Exterior: Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972, art 8º, inciso III, alíneas a) e b); Salário-Família: - Geral: CF art. 7º, inciso XII; - Servidores Civis: Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, art. 185, inciso I, alínea c), e art. 197; e - Militares das Forças Armadas: Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, art. 2º, Inciso II, alínea c); e - Pessoal Ativo Militar dos Extintos Territórios: Lei nº 10.486, de 04 de julho de 2002, art. 2º, Inciso II, alínea c), art. 65. Auxílio-reclusão: Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, art. 185, inciso II, alínea c), e art. 229.
214H Inativos Militares das Forças Armadas
Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019, Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001 Portaria normativa nº 31/GM-MD, de 24 de maio de 2018 Portaria Normativa nº 37/GM-MD, de 14 de junho de 2018.
218I Ativos Civis dos Ex-Territórios e do Antigo Estado da Guanabara
Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
218J Ativos Militares dos Ex-Territórios e do Antigo Estado da Guanabara
Lei nº 14.059, de 22 de setembro de 2020 Lei nº 10.486, de 4 de julho de 2002, art. 65

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO-2022, Art. 9º, inciso IV	
Ação Orçamentária / Base legal	
218K	Inativos Militares dos Ex-Territórios e do Antigo Estado da Guanabara Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, artigo 14 - ex-Territórios Federais do Amapá e Roraima; Lei nº 14.059, de 22 de setembro de 2020 Lei nº 10.486, de 4 de julho de 2002 - extinto Estado da Guanabara; Lei Complementar nº 41, de 22 de dezembro de 1981 - extinto Território Federal de Rondônia; Lei nº 4.070, de 15 de junho de 1962 - extinto Território Federal do Acre;
21BW	Bônus de Eficiência e Produtividade de Servidores Inativos e Pensionistas da União Lei nº 13.464, de 10 de julho de 2017.
218X	Bônus de Eficiência e Produtividade de Servidores Ativos da União Lei nº 13.464, de 10 de julho de 2017
2867	Ativos Militares das Forças Armadas Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019. Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001
Demais Ações Orçamentárias, por Unidade Orçamentária	
01101	Câmara dos Deputados
000Q	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica Ato da Mesa nº. 48 de 7/7/2009; Resoluções da Câmara dos Deputados nºs . 29 de 2004 e 28 de 23/6/1955.
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica Resolução da Câmara dos Deputados nº. 12, de 23 de junho de 2009.
0531	Compensação Financeira entre Entidades de Previdência Federal, Estadual e Municipal Lei 9.506/97 - art. 6º
10S2	Construção do Centro de Tecnologia da Câmara dos Deputados Constituição Federal, art. 51, inciso IV; e Regimento Interno da Câmara dos Deputados, art. 15, inciso XVII.
12F2	Reforma dos Imóveis Funcionais Destinados à Moradia dos Deputados Federais Constituição Federal, art. 51, IV; e Regimento Interno da Câmara dos Deputados, arts. 15, inciso XVII e 266, Parágrafo Único.
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E; e Ato da Mesa nº 104, de 1988.
219I	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública Lei nº 12.232, de 29 de abril de 2010, art. 21; Resolução da Câmara dos Deputados nº 6, de 3 de abril de 2019; Ato da Mesa da Câmara dos Deputados nº 63/2019; e Regimento Interno da Câmara dos Deputados, art. 21-L.
4061	Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política Constituição Federal, art. 51, IV; e Regimento Interno da Câmara dos Deputados, art. 265.
01901	Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados
4061	Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política Constituição Federal, art. 51, IV; e Regimento Interno da Câmara dos Deputados, art. 265.
02101	Senado Federal
000Q	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica União Interparlamentar: Resolução do Senado Federal nº 9/1955 Associação dos Secretários-Gerais do Parlamento (ASGP): Ato da Comissão Diretora nº 5/2003 Parlamento Latino Americano: Decreto Legislativo CN nº 90/1992 e Decreto nº 97.212/1988 Parlaméricas: Resolução nº 2/2007 - CN
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas (ASTRAL): Resolução nº 3/2011 União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde (UNIDAS): Ato da Comissão Diretora nº 38/1997
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Ato do Primeiro-Secretário nº 01, de 2010, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal nº 4584, de 16 de novembro de 2010. Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
219I	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública Art. 21 da Lei nº 12.232, de 29 de abril de 2010
4061	Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política Constituição Federal, arts. 52 e 59.
03101	Tribunal de Contas da União
000Q	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica PLDO-2022.
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 12, inciso XXIV, Art. 19, inciso X e XIV, e § 8º do PLDO-2021.
219I	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública Art. 21 da Lei nº 12.232, de 29 de abril de 2010; Art. 18 da Resolução-TCU n.º 284, de 30 de dezembro de 2016.
4018	Fiscalização da Aplicação dos Recursos Públicos Federais Arts. 70, 71, 72 e 73, Constituição Federal, Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).
10101	Supremo Tribunal Federal
000Q	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica Compromisso internacional do qual o Brasil é parte integrante. - Comissão de Veneza: Ofício AIN n. 13 /2008/STF, de 3 de novembro de 2008 e Ofício S/N do MRE, de 28 de maio de 2009. - Conferência Mundial sobre Justiça Constitucional (WCCJ): Correspondência JdemJU29 – CdB/mj e Carta do Presidente do STF, de 12 de fevereiro 2012. - Conferência das Jurisdições Constitucionais dos Países de Língua Portuguesa (CJCLP): Ata de reunião da IV Assembleia da CJCLP, realizada no dia 8 de abril de 2016, no Supremo Tribunal Federal.
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Art. 65, inciso II da Lei Complementar nº 35/79 - LOMAN. Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112/90. Art. 50, inciso II da Lei nº 8625/93 - LONMP; Art. 227 da Lei Complementar nº 75/93.
6359	Apreciação e Julgamento de Causas no Supremo Tribunal Federal Constituição Federal de 1988, art. 102.
11101	Superior Tribunal de Justiça
14PU	Construção do Bloco G da Sede do STJ Artigos 99 e 105 da Constituição Federal
157T	Construção do Edifício-Sede da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados Constituição Federal, art. 105, Parágrafo Único, inciso I.
15SY	Construção do Edifício-Sede do CEFOR Constituição Federal, art. 39, § 2º
20G2	Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados Constituição Federal, art. 105, Parágrafo Único, inciso I.
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E; Resolução CNJ n. 274, de 18 de dezembro de 2018; Resolução STJ n. 1, de 4 de janeiro de 2019.
4236	Apreciação e Julgamento de Causas Constituição Federal, arts. 104 e 105, art. 37, incisos de X a XV, art. 39 § 1º, Lei 10.474/02; Lei nº 10.461/02; Resolução CNJ nº 232; e Resolução CNJ nº 85.
12101	Justiça Federal de Primeiro Grau
11JL	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Foz do Iguaçu - PR CF/88, art. 99.
11KR	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Blumenau - SC CF/88, art. 99.
12R9	Construção do Edifício II da Seção Judiciária em Salvador - BA (Juizados Especiais Federais) CF/88, Art. 99.
12RE	Construção do Edifício-Sede II Da Seção Judiciária em Goiânia - GO Art. 165, inciso III da Constituição Federal de 1988.
12RS	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Diamantino- MT CF/1988, art. 99.
12SO	Construção de Edifício-Sede da Justiça Federal em Santana do Ipanema - AL CF/88, art. 99.
14YI	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Juína - MT CF/88, Art. 99.
153C	Construção de Galpão para Arquivo e Depósito Judicial para a Justiça Federal em Brasília - DF CF/88, Art. 99.
15S8	Implantação de Sistema de Energia Solar na Justiça Federal da 1ª Região CF/88, art. 99.
15T5	Aquisição de Edifício-Sede da Justiça Federal em Barra do Piraí - RJ CF 88, art. 99.
15T7	Implantação de Usina Fotovoltaica no Edifício-Sede da Justiça Federal em Sousa - PB CF/88, art. 99.
15TB	Implantação de Usina Fotovoltaica no Edifício-Sede da Justiça Federal em Itabaiana - SE CF/88, art. 99.
15TX	Implantação de Usina Fotovoltaica no Edifício-Sede da Justiça Federal em Santana do Ipanema - AL CF/88, art. 99 CF Lei nº 13.589/2018 Resolução ANVISA-RE Nº 9, DE 16 DE JANEIRO DE 2003

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO-2022, Art. 9º, inciso IV	
Ação Orçamentária / Base legal	
15U0	Implantação de Usina Fotovoltaica no Edifício-Sede da Justiça Federal em Palmares - PE CF/88, art. 99.
15XG	Ampliação da Usina Fotovoltaica no Edifício-Sede da Justiça Federal em Maceió – AL CF/88, art. 99.
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 227, da LC nº 75/93. Art. 50, II da Lei nº 8625/93 - LONMP. PLDO 2022.
219I	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública Resolução STF nº 232, de 1º julho de 2002 e LDO.
219Z	Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União CF/88, Art. 99.
4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes CF/88, Art. 5º, inciso LXXIV.
4257	Julgamento de Causas na Justiça Federal CF/88, Artigos 99, 106 a 110.
12102	Tribunal Regional Federal da 1a. Região
11RV	Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional Federal da 1ª Região em Brasília - DF CF/88, Art. 99.
151W	Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico na Justiça Federal - PJe Constituição Federal – EC nº 45 e Lei nº 11.419/2006.
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 227, da LC nº 75/93. Art. 50, II da Lei nº 8625/93 - LONMP. PLDO 2022.
219I	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública Resolução STF nº 232, de 1º julho de 2002 e LDO.
4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes CF/88, Art. 5º, inciso LXXIV.
4257	Julgamento de Causas na Justiça Federal CF/88, Artigos 99, 106 a 110.
12103	Tribunal Regional Federal da 2a. Região
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 227, da LC nº 75/93. Art. 50, II da Lei nº 8625/93 - LONMP. PLDO 2022.
219I	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública Resolução STF nº 232, de 1º julho de 2002 e LDO.
219Z	Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União CF/88, Art. 99.
4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes CF/88, Art. 5º, inciso LXXIV.
4257	Julgamento de Causas na Justiça Federal CF/88, Artigos 99, 106 a 110.
12104	Tribunal Regional Federal da 3a. Região
151W	Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico na Justiça Federal - PJe Constituição Federal – EC nº 45 e Lei nº 11.419/2006.
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 227, da LC nº 75/93. Art. 50, II da Lei nº 8625/93 - LONMP. PLDO 2022.
219Z	Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União CF/88, Art. 99.
4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes CF/88, Art. 5º, inciso LXXIV.
4257	Julgamento de Causas na Justiça Federal CF/88, Artigos 99, 106 a 110.
12105	Tribunal Regional Federal da 4a. Região
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 227, da LC nº 75/93. Art. 50, II da Lei nº 8625/93 - LONMP. PLDO 2022.
219I	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública Resolução STF nº 232, de 1º julho de 2002 e LDO.
4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes CF/88, Art. 5º, inciso LXXIV.
4257	Julgamento de Causas na Justiça Federal CF/88, Artigos 99, 106 a 110.
4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes CF/88, Art. 5º, inciso LXXIV.
4257	Julgamento de Causas na Justiça Federal CF/88, Artigos 99, 106 a 110.
12106	Tribunal Regional Federal da 5a. Região
151W	Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico na Justiça Federal - PJe Constituição Federal – EC nº 45 e Lei nº 11.419/2006.
15U9	Implantação de Usina Fotovoltaica no Edifício-Sede do Tribunal Regional Federal da 5ª Região CF/88, art. 99.
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 227, da LC nº 75/93. Art. 50, II da Lei nº 8625/93 - LONMP. PLDO 2022.
219I	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública Resolução STF nº 232, de 1º julho de 2002 e LDO.
219Z	Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União CF/88, Art. 99.
4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes CF/88, Art. 5º, inciso LXXIV.
4257	Julgamento de Causas na Justiça Federal CF/88, Artigos 99, 106 a 110.
13101	Justiça Militar da União
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Art. 65, II da Lei Complementar nº 35/79. Art. 227, VIII, da Lei Complementar nº 75/93. Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
4225	Processamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Militar da União Constituição Federal, arts. 122 a 124.
7808	Construção de Edifício-Sede do Superior Tribunal Militar CF/88 - art. 99.
14101	Tribunal Superior Eleitoral
00SP	Contribuição Voluntária ao Instituto Internacional para a Democracia e a Assistência Eleitoral – IDEIA - Artigos 92, 99 e 118 da Constituição Federal; - Decreto nº 8.715, de 19 de abril de 2016 (Promulga os Estatutos do Instituto Internacional para a Democracia e a Assistência Eleitoral - IDEIA, com sede em Estocolmo, Suécia). - Resolução TSE nº 23.483, de 28 de junho de 2016 (Regulamenta a atuação internacional do Tribunal Superior Eleitoral).
00SQ	Contribuição Voluntária ao Fundo de Missões de Observação Eleitoral do Departamento de Cooperação e Observação Eleitoral da OEA – DECO Artigos 92, 99 e 118 da Constituição Federal; Decreto nº 6.627, de 3 de novembro de 2008 (Promulga o Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos, celebrado em Brasília, em 23 de maio de 2006); Resolução TSE nº 23.483, de 28 de junho de 2016 (Regulamenta a atuação internacional do Tribunal Superior Eleitoral).
00SR	Contribuição Voluntária ao Instituto Interamericano de Direitos Humanos da UNIORE - IIDH Artigos 92, 99 e 118 da Constituição Federal; Ata Constitutiva da UNIORE, subscrita em 22 de outubro de 1991; Resolução TSE nº 23.483, de 28 de junho de 2016 (Regulamenta a atuação internacional do Tribunal Superior Eleitoral).
20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral Art. 92, 99 e 118 da Constituição Federal Art. 30 da Lei 4.737/65 - Código Eleitoral
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11/12/1990 - Regime jurídico dos servidores públicos civis da União; Art. 65, II da Lei Complementar nº 35, de 14/03/1979 - Lei Orgânica da Magistratura Nacional; Art. 12 da Lei nº 14.116, de 31/12/2020 - Lei de Diretrizes Orçamentárias.
219I	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública Lei nº 12.232, de 29/04/2010 - Normas gerais para licitação e contratação de serviços de publicidade; Art. 12 da Lei nº 14.116, de 31/12/2020 - Lei de Diretrizes Orçamentárias.
21CN	Gestão e Manutenção da Identificação Civil Nacional Lei nº 13.444, de 11/05/2017 - Identificação Civil Nacional (ICN)
4269	Pleitos Eleitorais Lei nº 4.373/65 - Código Eleitoral Lei nº 9.504, de 30/09/1997 - Estabelece normas para as eleições Lei nº 9.096, de 19/09/1995 - Dispõe sobre partidos políticos

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO-2022, Art. 9º, inciso IV	
Ação Orçamentária / Base legal	
7832	Implantação do Sistema de Automação de Identificação do Eleitor Art. 23 IX e XVIII da Lei nº 4.737/65; Art. 11 da Lei nº 8.868/1994, . Art. 5º, § 5º da Lei nº 12.034/10, Resolução TSE nº 23.335/2011; Resolução TSE nº 23.440/2015
14102	Tribunal Regional Eleitoral do Acre
20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral Art. 92, 99 e 118 da Constituição Federal Art. 30 da Lei 4.737/65 - Código Eleitoral
219Z	Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União Arts. 92, 99 e 118 da Constituição Federal; Art. 30 da Lei nº 4.737, de 15/07/65 - Código Eleitoral.
14103	Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas
20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral Art. 92, 99 e 118 da Constituição Federal Lei 4.737/65 - Código Eleitoral
219Z	Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União Arts. 92, 99 e 118 da Constituição Federal; Art. 30 da Lei nº 4.737, de 15/07/65 - Código Eleitoral.
14104	Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas
20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral Art. 92, 99 e 118 da Constituição Federal Lei 4.737/65 - Código Eleitoral
14105	Tribunal Regional Eleitoral da Bahia
20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral Art. 92, 99 da Constituição Federal Art. 30 da Lei nº 4.737/65 - Código Eleitoral
219Z	Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União Arts. 92, 99 e 118 da Constituição Federal; Art. 30 da Lei nº 4.737, de 15/07/65 - Código Eleitoral.
14106	Tribunal Regional Eleitoral do Ceará
20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral Art. 92, 99 da Constituição Federal Lei 4.737/65 - Código Eleitoral
219Z	Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União Arts. 92, 99 e 118 da Constituição Federal; Art. 30 da Lei nº 4.737, de 15/07/65 - Código Eleitoral.
14107	Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal
20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral Arts. 92, 99 da Constituição Federal Lei 4.737/65 - Código Eleitoral
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11/12/1990 - Regime jurídico dos servidores públicos civis da União; Art. 65, II da Lei Complementar nº 35, de 14/03/1979 - Lei Orgânica da Magistratura Nacional; Art. 12 da Lei nº 14.116, de 31/12/2020 - Lei de Diretrizes Orçamentárias.
219Z	Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União Arts. 92, 99 e 118 da Constituição Federal; Art. 30 da Lei nº 4.737, de 15/07/65 - Código Eleitoral.
14108	Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo
20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral Arts. 92, 99 da Constituição Federal Lei 4.737/65 - Código Eleitoral
219Z	Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União Arts. 92, 99 e 118 da Constituição Federal; Art. 30 da Lei nº 4.737, de 15/07/65 - Código Eleitoral.
14109	Tribunal Regional Eleitoral de Goiás
20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral Arts. 92 e 99 da Constituição Federal Lei 4.737/65 - Código Eleitoral
219Z	Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União Arts. 92, 99 e 118 da Constituição Federal; Art. 30 da Lei nº 4.737, de 15/07/65 - Código Eleitoral.
14110	Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão
20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral Arts. 92, 99 da Constituição Federal Lei 4.737/65 - Código Eleitoral
219Z	Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União Arts. 92, 99 e 118 da Constituição Federal; Art. 30 da Lei nº 4.737, de 15/07/65 - Código Eleitoral.
219Z	Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União Arts. 92, 99 e 118 da Constituição Federal; Art. 30 da Lei nº 4.737, de 15/07/65 - Código Eleitoral.
14111	Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso
20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral Arts. 92 e 99 da Constituição Federal Lei 4.737/65 - Código Eleitoral
219Z	Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União Arts. 92, 99 e 118 da Constituição Federal; Art. 30 da Lei nº 4.737, de 15/07/65 - Código Eleitoral.
14112	Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul
15XJ	Ampliação do Cartório Eleitoral de Corumbá Arts. 92, 99 e 118 da Constituição Federal; Art. 30 da Lei nº 4.737, de 15/07/65 - Código Eleitoral.
20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral Art. 92 e 99, da Constituição Federal Lei 4.737/65 - Código Eleitoral
14113	Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais
20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral Art. 92, 99 e 118 da Constituição Federal Lei 4.737/65 - Código Eleitoral
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11/12/1990 - Regime jurídico dos servidores públicos civis da União; Art. 65, II da Lei Complementar nº 35, de 14/03/1979 - Lei Orgânica da Magistratura Nacional; Art. 12 da Lei nº 14.116, de 31/12/2020 - Lei de Diretrizes Orçamentárias.
219Z	Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União Arts. 92, 99 e 118 da Constituição Federal; Art. 30 da Lei nº 4.737, de 15/07/65 - Código Eleitoral.
14114	Tribunal Regional Eleitoral do Pará
20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral Art. 92, 99 da Constituição Federal Art. 30 da Lei nº 4.737/65 - Código Eleitoral
219Z	Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União Arts. 92, 99 e 118 da Constituição Federal; Art. 30 da Lei nº 4.737, de 15/07/65 - Código Eleitoral.
14115	Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba
20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral Art. 92, 99 da Constituição Federal Art. 30 da Lei nº 4.737/65 - Código Eleitoral
219Z	Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União Arts. 92, 99 e 118 da Constituição Federal; Art. 30 da Lei nº 4.737, de 15/07/65 - Código Eleitoral.
14116	Tribunal Regional Eleitoral do Paraná
20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral Art. 92, 99 da Constituição Federal Art. 30 da Lei nº 4.737/65 - Código Eleitoral
219Z	Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União Arts. 92, 99 e 118 da Constituição Federal; Art. 30 da Lei nº 4.737, de 15/07/65 - Código Eleitoral.
14117	Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco
20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral Art. 92, 99 da Constituição Federal Art. 30 da Lei nº 4.737/65 - Código Eleitoral
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11/12/1990 - Regime jurídico dos servidores públicos civis da União; Art. 65, II da Lei Complementar nº 35, de 14/03/1979 - Lei Orgânica da Magistratura Nacional; Art. 12 da Lei nº 14.116, de 31/12/2020 - Lei de Diretrizes Orçamentárias.
14118	Tribunal Regional Eleitoral do Piauí
20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral Art. 92, 99 da Constituição Federal Art. 30 da Lei nº 4.737/65 - Código Eleitoral
14119	Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro
20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral Art. 92, 99 da Constituição Federal Art. 30 da Lei nº 4.737/65 - Código Eleitoral

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO-2022, Art. 9º, inciso IV	
Ação Orçamentária / Base legal	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11/12/1990 - Regime jurídico dos servidores públicos civis da União; Art. 65, II da Lei Complementar nº 35, de 14/03/1979 - Lei Orgânica da Magistratura Nacional; Art. 12 da Lei nº 14.116, de 31/12/2020 - Lei de Diretrizes Orçamentárias.
14120	Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte
20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral Art. 92, 99 da Constituição Federal Art. 30 da Lei nº 4.737/65 - Código Eleitoral
219Z	Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União Arts. 92, 99 e 118 da Constituição Federal; Art. 30 da Lei nº 4.737, de 15/07/65 - Código Eleitoral.
14121	Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral Art. 92, 99 da Constituição Federal Art. 30 da Lei nº 4.737/65 - Código Eleitoral
219Z	Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União Arts. 92, 99 e 118 da Constituição Federal; Art. 30 da Lei nº 4.737, de 15/07/65 - Código Eleitoral.
14122	Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia
20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral Art. 92, 99 da Constituição Federal Art. 30 da Lei nº 4.737/65 - Código Eleitoral
219Z	Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União Arts. 92, 99 e 118 da Constituição Federal; Art. 30 da Lei nº 4.737, de 15/07/65 - Código Eleitoral.
14123	Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina
20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral Art. 92, 99 da Constituição Federal Art. 30 da Lei nº 4.737/65 - Código Eleitoral
14124	Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo
20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral Art. 92, 99 da Constituição Federal Art. 30 da Lei nº 4.737/65 - Código Eleitoral
219Z	Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União Arts. 92, 99 e 118 da Constituição Federal; Art. 30 da Lei nº 4.737, de 15/07/65 - Código Eleitoral.
14125	Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe
15XK	Ampliação do Depósito de Armazenamento de Urnas de Aracaju Arts. 92, 99 e 118 da Constituição Federal; Art. 30 da Lei nº 4.737, de 15/07/65 - Código Eleitoral.
20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral Art. 92, 99 da Constituição Federal Art. 30 da Lei nº 4.737/65 - Código Eleitoral
14126	Tribunal Regional Eleitoral de Tocantins
15WC	Ampliação do Edifício-Sede do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins Arts. 92, 99 e 118 da Constituição Federal; Art. 30 da Lei nº 4.737, de 15/07/65 - Código Eleitoral.
20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral Art. 92, 99 da Constituição Federal Art. 30 da Lei nº 4.737/65 - Código Eleitoral
14127	Tribunal Regional Eleitoral de Roraima
20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral Art. 92, 99 da Constituição Federal Art. 30 da Lei nº 4.737/65 - Código Eleitoral
219Z	Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União Arts. 92, 99 e 118 da Constituição Federal; Art. 30 da Lei nº 4.737, de 15/07/65 - Código Eleitoral.
14128	Tribunal Regional Eleitoral do Amapá
20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral Art. 92 e 99 da Constituição Federal Art. 30 da Lei 4.737/65 - Código Eleitoral
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11/12/1990 - Regime jurídico dos servidores públicos civis da União; Art. 65, II da Lei Complementar nº 35, de 14/03/1979 - Lei Orgânica da Magistratura Nacional; Art. 12 da Lei nº 14.116, de 31/12/2020 - Lei de Diretrizes Orçamentárias.
14901	Fundo Partidário
0413	Manutenção e Operação dos Partidos Políticos Art. 17 da CF/88 Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 Resolução nº 23.604, de 17 de dezembro de 2019
15101	Tribunal Superior do Trabalho
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Art. 65, inciso II da Lei Complementar nº 35/1979 - LOMAN; arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112/1990; e Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.
219I	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO
4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, art 111 a 116; Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT e Lei 8.984/95.
15102	Tribunal Regional do Trabalho da 1a. Região - Rio de Janeiro
132J	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Resende - RJ Art. 99 da Constituição Federal, Lei 8.432/1992 e Lei nº 12.656/2012.
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Art. 65, inciso II da Lei Complementar nº 35/1979 - LOMAN; arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112/1990; e Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.
219I	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO
4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.
4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, art 111 a 116; Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT e Lei 8.984/95.
15103	Tribunal Regional do Trabalho da 2a. Região - São Paulo
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Art. 65, inciso II da Lei Complementar nº 35/1979 - LOMAN; arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112/1990; e Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.
219I	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO
4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.
4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, art 111 a 116; Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT e Lei 8.984/95.
15104	Tribunal Regional do Trabalho da 3a. Região - Minas Gerais
133I	Adaptação do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Belo Horizonte - MG Constituição Federal – art. 99 e 111
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Art. 65, inciso II da Lei Complementar nº 35/1979 - LOMAN; arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112/1990; e Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.
219I	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO
4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.
4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, art 111 a 116; Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT e Lei 8.984/95.
15105	Tribunal Regional do Trabalho da 4a. Região - Rio Grande do Sul
134A	Construção do Edifício-Anexo ao Fórum Trabalhista de São Leopoldo - RS Constituição Federal, art.99; Lei nº 10.098/2000; Resoluções CSJT nºs. 70/2010 e 130/2013.
134B	Construção do Edifício-Anexo ao Fórum Trabalhista de Rio Grande - RS Constituição Federal, art.99; Lei nº 10.098/2000; Resoluções CSJT nºs. 70/2010 e 130/2013.
134F	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Santa Rosa - RS Constituição Federal, art.99; Lei nº 10.098/2000; Resoluções CSJT nºs. 70/2010 e 130/2013.
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Art. 65, inciso II da Lei Complementar nº 35/1979 - LOMAN; arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112/1990; e Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.
219I	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO-2022, Art. 9º, inciso IV	
Ação Orçamentária / Base legal	
4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.
4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, art 111 a 116; Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT e Lei 8.984/95.
15106	Tribunal Regional do Trabalho da 5a. Região - Bahia
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Art. 65, inciso II da Lei Complementar nº 35/1979 - LOMAN; arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112/1990; e Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.
219I	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO
4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.
4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, art 111 a 116; Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT e Lei 8.984/95.
15107	Tribunal Regional do Trabalho da 6a. Região - Pernambuco
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Art. 65, inciso II da Lei Complementar nº 35/1979 - LOMAN; arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112/1990; e Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.
219I	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO
4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.
4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, art 111 a 116; Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT e Lei 8.984/95.
15108	Tribunal Regional do Trabalho da 7a. Região - Ceará
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Art. 65, inciso II da Lei Complementar nº 35/1979 - LOMAN; arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112/1990; e Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.
219I	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO
4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.
4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, art 111 a 116; Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT e Lei 8.984/95.
15109	Tribunal Regional do Trabalho da 8a. Região - Pará/Amapá
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Art. 65, inciso II da Lei Complementar nº 35/1979 - LOMAN; arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112/1990; e Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.
219I	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO
4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.
4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, art 111 a 116; Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT e Lei 8.984/95.
15110	Tribunal Regional do Trabalho da 9a. Região - Paraná
15XR	Ampliação do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Colombo - PR CF 88 art. 99, - Lei de Criação: 6.563, de 19 de setembro de 1978
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Art. 65, inciso II da Lei Complementar nº 35/1979 - LOMAN; arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112/1990; e Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.
219I	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO
4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.
4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, art 111 a 116; Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT e Lei 8.984/95.
15111	Tribunal Regional do Trabalho da 10a. Região - Distrito Federal/Tocantins
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Art. 65, inciso II da Lei Complementar nº 35/1979 - LOMAN; arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112/1990; e Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.
219I	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO
4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.
4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, art 111 a 116; Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT e Lei 8.984/95.
15112	Tribunal Regional do Trabalho da 11a. Região - Amazonas/Roraima
10WS	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Manaus - AM Lei 10.770/2003
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Art. 65, inciso II da Lei Complementar nº 35/1979 - LOMAN; arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112/1990; e Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.
219I	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO
4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.
4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, art 111 a 116; Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT e Lei 8.984/95.
15113	Tribunal Regional do Trabalho da 12a. Região - Santa Catarina
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Art. 65, inciso II da Lei Complementar nº 35/1979 - LOMAN; arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112/1990; e Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.
219I	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO
4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.
4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, art 111 a 116; Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT e Lei 8.984/95.
15114	Tribunal Regional do Trabalho da 13a. Região - Paraíba
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Art. 65, inciso II da Lei Complementar nº 35/1979 - LOMAN; arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112/1990; e Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.
4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.
4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, art 111 a 116; Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT e Lei 8.984/95.
15115	Tribunal Regional do Trabalho da 14a. Região - Rondônia/Acre
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 12, inciso XXIV, Art. 19, inciso XIII e § 7º da LDO-2021. Art. 65, II da LC nº 35/79 - LOMAN
219I	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO
4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.
4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, art 111 a 116; Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT e Lei 8.984/95.
15116	Tribunal Regional do Trabalho da 15a. Região - Campinas/SP
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Art. 65, inciso II da Lei Complementar nº 35/1979 - LOMAN; arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112/1990; e Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.
219I	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO-2022, Art. 9º, inciso IV	
Ação Orçamentária / Base legal	
4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.
4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, art 111 a 116; Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT e Lei 8.984/95.
15117	Tribunal Regional do Trabalho da 16a. Região - Maranhão
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Art. 65, inciso II da Lei Complementar nº 35/1979 - LOMAN; arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112/1990; e Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.
219I	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO
4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.
4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, art 111 a 116; Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT e Lei 8.984/95.
15118	Tribunal Regional do Trabalho da 17a. Região - Espírito Santo
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Art. 65, inciso II da Lei Complementar nº 35/1979 - LOMAN; arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112/1990; e Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.
219I	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO
4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.
4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, art 111 a 116; Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT e Lei 8.984/95.
15119	Tribunal Regional do Trabalho da 18a. Região - Goiás
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Art. 65, inciso II da Lei Complementar nº 35/1979 - LOMAN; arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112/1990; e Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.
219I	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO
4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.
4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, art 111 a 116; Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT e Lei 8.984/95.
15120	Tribunal Regional do Trabalho da 19a. Região - Alagoas
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Art. 65, inciso II da Lei Complementar nº 35/1979 - LOMAN; arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112/1990; e Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.
219I	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO
4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.
4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, art 111 a 116; Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT e Lei 8.984/95.
15121	Tribunal Regional do Trabalho da 20a. Região - Sergipe
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Art. 65, inciso II da Lei Complementar nº 35/1979 - LOMAN; arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112/1990; e Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.
219I	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO
4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.
4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, art 111 a 116; Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT e Lei 8.984/95.
15122	Tribunal Regional do Trabalho da 21a. Região - Rio Grande do Norte
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Art. 65, inciso II da Lei Complementar nº 35/1979 - LOMAN; arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112/1990; e Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.
219I	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO
4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.
4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, art 111 a 116; Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT e Lei 8.984/95.
15123	Tribunal Regional do Trabalho da 22a. Região - Piauí
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Art. 65, inciso II da Lei Complementar nº 35/1979 - LOMAN; arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112/1990; e Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.
219I	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO
4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.
4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, art 111 a 116; Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT e Lei 8.984/95.
15124	Tribunal Regional do Trabalho da 23a. Região - Mato Grosso
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Art. 65, inciso II da Lei Complementar nº 35/1979 - LOMAN; arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112/1990; e Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.
219I	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO
4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.
4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, art 111 a 116; Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT e Lei 8.984/95.
15125	Tribunal Regional do Trabalho da 24a. Região - Mato Grosso do Sul
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Art. 65, inciso II da Lei Complementar nº 35/1979 - LOMAN; arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112/1990; e Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.
219I	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO
4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.
4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, art 111 a 116; Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT e Lei 8.984/95.
15126	Conselho Superior da Justiça do Trabalho
4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, art 111 a 116; Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT e Lei 8.984/95.
16101	Tribunal de Justiça do Distrito Federal
132W	Construção do Complexo de Armazenamento do TJDFT Lei nº 11.697, de 13 de junho de 2008 - Lei de Organização Judiciária do Distrito Federal e dos Territórios.
4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.
4234	Apreciação e Julgamento de Causas no Distrito Federal CF/88 - art. 99; Lei Nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006
16103	Justiça da Infância e da Juventude
4234	Apreciação e Julgamento de Causas no Distrito Federal CF/88 - art. 99; Lei 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente)
17101	Conselho Nacional de Justiça
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 12, inciso XXIV, Art. 18, inciso XIV e § 8º do PLDO-2021. Art. 227, da LC nº 75/93. Art. 50, II da Lei nº 8625/93 - LONMP.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO-2022, Art. 9º, inciso IV	
Ação Orçamentária / Base legal	
218H	Controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário, do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes e Gestão de Políticas Judiciárias
Constituição Federal, Art. 103-B. Artigo 39, Parágrafo 2º, da Constituição Federal/1988. Lei nº 11.364/2016. Artigo 10, da Lei nº 11.416/2006. Lei nº 11.419/2006, Lei nº 13.709/2018. Resolução nº 76/2009-CNJ. Resolução nº 111/2010-CNJ. Resolução CNJ nº 185/2013. Regimento Interno do CNJ.	
2549	Comunicação e Divulgação Institucional
Lei nº 10.461, de 17 de maio de 2002, publicada no D.O.U, de 20/05/2002; Resolução nº 232, de 1º de junho de 2002.	
20101	Presidência da República
000Q	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.529, de 4 de dezembro de 2017; Decreto nº 9.217, de 4 de dezembro 2017; e Decreto nº 10.218, de 30 de janeiro de 2020.	
15R5	Implantação do Sistema de Proteção das Instalações Presidenciais - (ProPR)
Lei nº 11.754, de 23 de julho de 2008; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto nº 9.668, de 02 de janeiro de 2019.	
155T	Acesso à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE
Decreto nº 10.205 de 22 de janeiro de 2020; Acordo de Cooperação Brasil - OCDE de 2015; Carta com pedido de acesso do Brasil à OCDE (2017); Pré qualificação pela OCDE dos países considerados como parceiros-chave; Nota Informal da OCDE sobre o Processo de Acesso (2017).	
15XF	Modernização da Infraestrutura da Presidência da República
Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, alterada pela Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 e Lei nº 13.901, de 11 de novembro de 2019.	
2000	Administração da Unidade
Constituição Federal de 1988; Decreto-Lei 200, de 1967; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto nº 9.678, de 02 de janeiro de 2019.	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.	
219M	Implementação do Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (PPIF)
Constituição Federal, art. 84, caput, inciso VI, alínea "a"; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto Nº 8.903, de 16 de novembro de 2016; Decreto nº 9.668, de 02 de janeiro de 2019.	
21AN	Coordenação , Elaboração e Proposições para Modernização do Estado
Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto nº 8.414, de 26 de fevereiro de 2015; e Decreto nº 9.982, de 20 de agosto de 2019.	
21AP	Apoio à Implementação da Política Nacional de Segurança da Informação
Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018; e Decreto nº 9.668, de 02 de janeiro de 2019.	
2B27	Proteção e Desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro
Lei nº 12.731, de 21 de novembro de 2012; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto nº 2.210, de 22 de abril de 1997; e Decreto nº 9.668, de 02 de janeiro de 2019.	
2C11	Apoio Técnico e Administrativo à Equipe de Transição de Governo
Lei nº 10.609, de 20 de dezembro de 2002.	
2C55	Disseminação de Conduta Ética no Poder Executivo Federal
Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013; Decreto de 26 de maio de 1999; Decreto nº 6.029, de 1º de fevereiro de 2007; e Código de Conduta da Alta Administração Federal.	
4693	Segurança Institucional do Presidente da República e do Vice-Presidente da República, Respetivos Familiares, e Outras Autoridades
Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto nº 9.668 de 02 de janeiro de 2019.	
6662	Formulação e Desenvolvimento de Políticas e Estratégias de Longo Prazo
Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto nº 9.982, de 20 de agosto de 2019. Decreto 10.244, de 13 de fevereiro de 2020.	
20118	Agência Brasileira de Inteligência - ABIN
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.	
2684	Ações de Inteligência
Lei nº 9.883/99; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019.	
20204	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.	
217Z	Gestão do Sistema Nacional de Certificação Digital da Infraestrutura de Chaves Públicas - ICP - Brasil e de outras tecnologias de segurança da informação e identificação digital
Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Medida Provisória 2.200-2/2001, Decreto nº 6.605/2008, Decreto nº 8.985/2017; e resoluções do Comitê Gestor da ICP – Brasil.	
20209	Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.	
21D5	Gestão de Políticas de Proteção de Dados
Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.	
20927	Fundo de Imprensa Nacional
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.	
2804	Publicações Oficiais
Constituição Federal, Art. 37, caput; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto nº 9.215, de 29 de novembro de 2017; Portaria nº 147, de 09 de março de 2006 do Ministro-Chefe da Casa Civil da PR; e Portaria nº 268, de 05 de outubro de 2009 e Portaria nº 256, de 28 de agosto de 2018, do Diretor-Geral da Imprensa Nacional.	
22101	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Administração Direta
0080	Subvenção Econômica ao Preço do Óleo Diesel de Embarcações Pesqueiras (Lei nº 9.445, de 1997)
Lei nº 9.445, de 1997; Lei nº 10.683, de 2003; Lei nº 13.844, de 2019; Decreto nº 7.077, de 2010; Decreto nº 9.699, d 2019; Decreto nº 10.253 de 2020; Convenio ICMS 58, de 1996; Protocolo ICMS 08, de 1996; Instrução Normativa da MPA nº 10, de 2011; Instrução Normativa nº 07, de 2012; Instrução Normativa nº 11, de 2014; Instrução Normativa nº 14, de 2014; Instrução Normativa nº 28, de 2014; Instrução Normativa nº 9, de 30 de outubro de 2012 e Instrução Normativa MPA nº 42, de 2 de dezembro de 2015.	
000Q	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020, LDO 2021, Art.12, Inciso XVI e PLDO-2022, artigo 12, inciso XV: anuidade ou participação em organismos e entidades nacionais ou internacionais, da seguinte forma: a) para valores acima de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), ou o equivalente na moeda estrangeira em que o compromisso tenha sido estipulado, conforme taxa de câmbio utilizada como parâmetro na elaboração do Projeto de Lei Orçamentária, deverá ser consignado em programação específica que identifique nominalmente cada beneficiário; e b) para valores iguais ou inferiores ao previsto na alínea “a”, deverão ser utilizadas programação específica ou as ações “000Q - Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica” e “00PW - Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica.	
00PN	Participação do Brasil, como País não Membro, em Atividades de Cooperação Econômica junto à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e seus órgãos vinculados
Ofício nº 7.180/2017-MP, de 7 de fevereiro de 2017; Carta Convite da OCDE, de 12 de setembro de 2016; Instrução Normativa nº 3, de 3 de abril de 2001; Portaria nº 598, de 30 de junho de 2008; Decreto nº 10.253/2020 -Nova estrutura MAPA; Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE; Lei nº 13.844, de 2019; Decreto nº 9.699, de 2019; Ofício nº 0058965.00000119/2018-47 – MRE, de 27 de setembro de 2018; Ofício nº 0015945.00000006/2019-66 – MRE, de 15 de abril de 2019 e Decreto nº 56.690, de 1995.	
0359	Contribuição ao Fundo Garantia-Safra (Lei nº 10.420, de 2002)
Lei nº 10.420/2002; Lei nº 10.700/2003; Lei nº 11.775/2008; Lei nº 12.766/2012; Lei nº 13.844/2019; Decreto nº 4.962/2002; Decreto 10.253/2020.	
099F	Concessão de Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural (Lei nº 10.823, de 2003)
Lei Complementar nº 137, de 2010, Lei nº 10.823, de 2003; Decreto nº 5.121, de 2004, Decreto 10.253/2020 e Resoluções do Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural (CGSR) vigentes.	
1475	Ampliação da Rede Nacional de Monitoramento Meteorológico
Lei nº 13.844, de 2019; Decreto nº 7.672, de 1909; Decreto nº 10.253, de 2020; Decreto 9699/2019; e Regimento Interno do Instituto Nacional de Meteorologia (Portaria nº 522, de 05/04/2018).	
2000	Administração da Unidade
Constituição Federal de 1988; Decreto-Lei 200/1967 - Dispõe sobre a organização da Administração Federal; Lei nº 10.683/2003 - Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios; Lei nº 13.844, de 2019 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; e Decreto 10.253/2020 - Nova Estrutura do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento -MAPA.	
20M4	Apoio à Implementação de Políticas Agroambientais
Lei nº. 6.938/81; Lei nº. 9.605/98; Lei nº. 7.827/89; Lei nº 12.187/09. Lei nº 12.651/2012; Lei nº 13.844, de 2019; Decreto nº 7.830/2012; Decreto 10.253/2020; Decreto 9699/2019; Decreto nº. 10.473/2020 e Decreto nº. 6.321/07.	
20Y0	Fomento à Produção Pesqueira e Aquícola
Lei nº 8.666, de 1993; Lei nº 9.636, de 1998; Lei nº 11.326, de 2006; Decreto-Lei nº 221, de 1967; Lei nº 11.947, de 2009; Lei nº 11.959, de 2009; Lei nº 12.188, de 2010; Lei nº 13.844, de 2019; Decreto Lei nº 221, de 1967; Decreto nº 5.231, de 2004; Decreto nº 8.701, de 2016; Decreto nº 9.699, de 2019; Decreto nº 10.253, de 2020; Decreto nº 10.576, de 2020; Resolução CONAMA nº 413, de 2009; Instrução Normativa STN nº 1, de 1997; Instrução Normativa Interministerial SEAP/MMA/MP nº 06, de 2004; Instrução Normativa Interministerial SEAP/SPU nº 01, de 2007.	
20Y1	Desenvolvimento da Cadeia Produtiva Pesqueira
Lei nº 8.666, de 1993; Lei nº 9.636, de 1998; Lei nº 11.959, de 2009; Lei nº 13.844, de 2019; Decreto-Lei nº 221, de 1967; Decreto nº 5.231, de 2004; Decreto nº 8.701, de 31 de março de 2016; Decreto nº 9.699, de 2019; Decreto nº 10.253, de 2020, Resolução CONAMA nº 413, de 2009 e Instrução Normativa STN nº 1, de 1997.	
20Y2	Ordenamento, Monitoramento, Controle e Fiscalização da Atividade Pesqueira
Lei nº 11.958, de 2009; Lei nº 11.959, de 2009; Lei nº 13.844, de 2019; Decreto nº 9.699, de 2019; Decreto nº 10.087 de 2019; Decreto nº 10.253, de 2020; Decreto nº 10.576, de 2020.	
20Z5	Desenvolvimento da Agroenergia
Lei nº 8.171, de 1991; Lei nº 9.478, de 1997; Decreto nº 8.701, de 2016; e Decreto nº 8.735, de 2016; Decreto nº 10.253/2020, Lei nº 13.844, de 2019 e Decreto nº 9.699, de 2019.	
20ZT	Promoção do Agronegócio Brasileiro no Mercado Internacional
Lei nº 8.171, de 1991 - Dispõe sobre a Política Agrícola; Lei nº 13.844, de 2019 - Estabelece a Organização Básica da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 6.464, de 2008 - Dispõe sobre a Designação e Atuação de Adidos Agrícolas junto a Missões Diplomática Brasileiras no Exterior; Decreto nº 10.253, 2020 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.	

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO-2022, Art. 9º, inciso IV	
Ação Orçamentária / Base legal	
2020Z	Redução de Riscos na Atividade Agropecuária
Decreto nº 5.121, de 2004, art. 22; Decreto nº 8.701, de 2016; Decreto nº 9.841, de 2019; Portaria MAPA nº 17, de 2006; Portaria MAPA nº 933, de 2011; Manual de Crédito Rural (MCR) do BACEN, Capítulo 16-2-2; Decreto nº 10.253/2020, de 2019 , Lei nº 13.844, de 2019; Decreto nº 9.699, de 2019 e Resoluções do Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural (CGSR) vigentes.	
2020V	Fomento ao Setor Agropecuário
Constituição Federal, art. 187, VII; Lei nº 13.249, de 2016; item 1 da alínea “d” do inciso III do art. 25 e alínea “f” do inciso II do art. 27 do Decreto nº 8.852, de 2016; inciso XVII do art. 3º da Lei 8.171, de 1991; Portaria MAPA nº 1.232, de 2008; Portaria MAPA nº 168, de 2015; Instrução Normativa MAPA nº 45, de 2015; Decreto nº 8.533, de 2015, Lei nº 9.279, de 1996 (Lei de Propriedade Industrial); Instrução Normativa INPI 25, de 2013; Decreto nº 8.852, de 2016; Portaria MAPA nº 164, 16 de agosto de 2019; e Portaria MAPA nº 165, 16 de agosto de 2019.	
2020Y	Desenvolvimento Sustentável da Cadeia Produtiva do Cacau
Lei nº 13.844, de 2019; Decreto nº 9.699, de 2019; e Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020 e Decreto nº 10.662, de 2021.	
2101T	Promoção da Educação do Campo
- Constituição Federal de 1988, arts. 205, 206 e 207 - Da Educação;	
- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional; Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001 - Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências; Lei nº 11.947, Art.33, de 16 de junho 2009 - Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; Lei nº 12.695, de 25 de julho 2012 - Dispõe sobre apoio técnico ou financeiro prestado em caráter suplementar e voluntário pela União às redes públicas de educação básica dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; Lei nº 13.019, de 31 de julho 2014 - MROS; Lei nº 13.844, de 18 de junho 2019 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios.	
Decreto nº 5.154, de 2004; Decreto nº 7.352, de 2010, art. 11-18; Decreto nº 6.672, de 2008, art. 1º, § 1º;	
Resoluções do Conselho Nacional de Educação relativas às normas para o Ensino Superior no Brasil e normas para os cursos Técnicos de Nível Médio e Graduação Tecnológica; Resolução CNE/CEB nº 01, de 2002; Resolução CNE/CEB nº 01, de 2006 e Resolução CNE/CEB nº 02, de 2008;	
- Portaria Incra nº 563, de 23 de outubro de 2015 - estabelece o valor máximo financiável por aluno/ano nos cursos do Pronera.	
- IN/Incrar/nº 84, de 29 de março de 2016 - estabelece normas regulando o procedimento e os critérios para a concessão e a manutenção de bolsas a professores das redes públicas e a estudantes do Pronera.	
2101V	Estruturação e Inclusão Produtiva dos Agricultores Familiares e dos Pequenos e Médios Produtores Rurais
Constituição Federal de 1988, Art. 23, Inciso VIII, Art. 225 e 231; Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas de 2007; Lei nº 6.001, de 1973; Lei nº 8.171, de 1991; Lei nº 10.711, de 2003; Lei nº 10.831, de 2003; Lei nº 11.326, de 2006; Lei nº 11.346, de 2006; Lei nº 12.512, de 2011; Lei nº 12.897, de 2013; Decreto nº 6.040, de 2007; Decreto nº 7.492, de 2011; Decreto nº 7.747, de 2012; decreto nº 7.794, de 2012; Decreto nº 8.252, de 2014; Decreto nº 9.064, de 2017; Decreto nº 10.253, de 2020; Decreto nº 10.688, de 2021; Portaria MDA nº 51, de 2007; Portaria MAPA nº 121, de 2019; Portaria MAPA nº 85, de 2021.	
2111C	Reforma Agrária e Regularização Fundiária
Lei nº 4.504, de 1964 - Estatuto da Terra; Lei nº 4.947, de 1966 - Normas de Direito Agrário; Lei nº 5.868, de 1972 - Sistema Nacional de Cadastro Rural; Lei nº 6.015, de 1973 - Registros públicos; Lei nº 6.383, de 1976 - Processo Discriminatório de Terras Devolutas da União; Lei nº 6.634, de 1979 - Faixa de Fronteira; Lei nº 6.739, de 1979 - matrícula e o registro de imóveis rurais; Lei nº 6.938, de 1981 - Política Nacional do Meio Ambiente; Lei nº 7.827, de 1989 - Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste; Lei nº 8.666, de 1993 - Normas para licitações e contratos da Administração Pública; Lei nº 8.629, de 1993 - Reforma Agrária; Lei nº 9.605, de 1998 - Sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente; Lei nº 9.784, de 1999 - Processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal; Lei nº 11.952 de 2009 - Regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal; Lei nº 12.187, de 2009 - Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC; Lei nº 12.651, de 2012 - Proteção da vegetação nativa; Lei 13.178 de 2015 - Ratificação dos registros imobiliários decorrentes de alienações e concessões de terras públicas situadas nas faixas de fronteira; Lei 13.465, de 2017 - Regularização fundiária rural e urbana; Lei nº 13.844, de 2019 - Organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 59.428, de 1966 - Política de acesso à propriedade rural; Decreto nº 72.106, de 1973 - Sistema Nacional de Cadastro Rural; Decreto nº 85.064, de 1980 - Faixa de Fronteira; Decreto nº 89.817, de 1984 - Instruções Reguladoras das Normas Técnicas da Cartografia Nacional; Decreto nº 4.449, de 2002 - Direito Agrário; Decreto nº 4.887, de 2003 – Identificação, reconhecimento, delimitação demarcação e titulação das terra ocupadas por remanescentes das comunidades quilombolas; Decreto nº 5.570, de 2005 - Direito Agrário; Decreto nº 6.321, de 2007 - Prevenção, monitoramento e controle de desmatamento da Amazônia; Decreto nº 6.666, de 2008 - Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais – INDE; Decreto nº 7.341, de 2010 - Regularização fundiária das áreas urbanas situadas em terras da União no âmbito da Amazônia Legal; Decreto nº 7.830, de 2012 – Sistema de Cadastro Ambiental Rural; Decreto nº 8.235, de 2014 – Programas de Regularização Ambiental dos Estados e do Distrito Federal; Decreto nº 9.311, de 2018 - Seleção, permanência e titulação das famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária; Decreto nº 10.253, de 2020 - Estrutura Regimental do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Decreto nº 10.592, de 2020 - regularização fundiária das áreas rurais situadas em terras da União, no âmbito da Amazônia Legal, e em terras do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; Instrução Normativa INCRA nº 57, de 2009 - Terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos; e Instrução Normativa INCRA nº 100, de 2019 – Procedimentos para regularização fundiária das ocupações incidentes em áreas rurais.	
2121H	Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)
Constituição Federal (CF), Art. 218 – Da Ciência, Tecnologia e Inovação; Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998 - Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais; e Decreto nº 4.077, de 9 de janeiro de 2002 - Qualifica como Organização Social a Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP.	
2131F	Funcionamento dos Terminais Pesqueiros Públicos de Propriedade e Administração da União
Lei nº 11.959, de 2009, Lei nº 13.844, de 2019, Decreto-Lei nº 221, de 1967; Decreto nº 5.231, de 2004; e Decreto nº 9.699, de 2019, Decreto nº 10.253, de 2020.	
2141W	Modernização e Fortalecimento da Defesa Agropecuária
Lei nº 6.198, de 1974 e seu Decreto Regulamentador nº 6.296, de 2007 (Dispõe sobre a Inspeção e a Fiscalização Obrigatórios dos Produtos à Alimentação Animal, e dá outras Providências); Decreto-Lei nº 467, de 1969; Lei nº 6.894, de 1980 e seu Decreto Regulamentador nº 4.954, de 2004; Lei nº 7.678, de 1988 e seu Decreto Regulamentador nº 8.198, de 2014; Lei nº 8.918, de 1994 e seu Decreto Regulamentador nº 6.871, de 2009; Lei nº 9.972, de 2000 e seu Decreto Regulamentador nº 6.268, de 2007; Lei nº 8.171, de 1991; Decreto-Lei nº 917, de 1969; Decreto n.º 5.121, de 2004; Lei nº 10.831, de 2003; Decreto nº 6.323, de 2007; Decreto 6.913, de 2009; IN SDA nº 17 de 2009; IN SDA nº 18, de 2009; IN SDA nº 19, de 2009; IN SDA nº 21, de 2011; Lei nº 4.716, de 1965; Lei nº 7.291, de 1984; Decreto nº 96.993, de 1988; Cap. V, art. 17, da Portaria nº 22, de 1995; Título II, Item 4, do Anexo à Portaria/SNAP nº 45, de 1986; Título III, Item 5.2, do Anexo à Portaria/SNAP nº 45, de 1987; Cap. II, Item 1, do Anexo à Portaria/SNAP nº 47, de 1987; e Título II, Item 4.2, do Anexo à Portaria/SNAP nº 09, de 1989; Lei 6.446, de 1977; Portaria MAPA nº 266, de 1987; Decreto nº 187, de 1991; Portaria SDA nº 19, de 1996; IN MAPA nº 2, de 2003; IN SDA nº 6, de 2003; IN SDA nº 48, de 2003; IN SDA nº 2, de 2004; INs SDA nºs 53, 55, 56 e 57, de 2006; IN SDA nº 32, de 2007; IN SDA nº 35, de 2007; IN SDA nº 56, de 2007; e IN SDA nº 06, de 2008; Lei nº 1.283, de 1950 (Dispõe sobre a inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal); Lei nº 6.437, de 1977 (Configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências); Lei nº 7.889, de 1989 (Dispõe sobre inspeção sanitária e industrial dos produtos de origem animal, e dá outras providências); Lei nº 8.078, de 1990; Decreto nº 5.741, de 2006; Decreto nº 66.183, de 1970 (Regulamenta o Decreto-Lei nº 923, de 10 de outubro de 1969, que dispõe sobre a comercialização do leite cru); Decreto nº 5.053, de 2004; IN SDA nº 13, de 2003; e Portaria MAPA nº 301, de 1996; Lei nº 10.711, de 2003; Decreto nº 5.153, de 2004; Lei nº 7.802, de 1989; Decreto nº 4.074, de 2002; Decreto nº 5.549, de 2005; Decreto nº 5.981, de 2006; Lei nº 8.974, de 1995; Lei nº 10.814, de 2003; Lei nº 10.688, de 2003; Decreto nº 4.680, de 2003 (Regulamenta o direito à informação, assegurado pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, quanto aos alimentos e ingredientes alimentares destinados ao consumo humano ou animal que contenham ou sejam produzidos a partir de organismos geneticamente modificados, sem prejuízo do cumprimento das demais normas aplicáveis); e Decreto nº 4.846, de 2003; Portaria/SNAP nº 47, de 1987; Instrução Normativa MAPA nº 17, de 2006; Arts. 27-A, inciso IV, 27-A, § 1º, inciso IV e 29-A, § 1º, da Lei nº 9.712, de 1998 (- a identidade e a segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos produtos agropecuários finais destinados aos consumidores; inspeção e classificação de produtos de origem animal, seus derivados, subprodutos e resíduos de valor econômico; A inspeção industrial e sanitária de produtos de origem vegetal e animal, bem como a dos insumos agropecuários, será gerida de maneira que os procedimentos e a organização da inspeção se faça por métodos universalizados e aplicados equitativamente em todos os estabelecimentos inspecionados. § 1o Na inspeção poderá ser adotado o método de análise de riscos e pontos críticos de controle); Lei nº 9.456, de 1997; Decreto nº 2.366, de 1997; Lei nº 11.105, de 2005; Decreto Legislativo nº 70, de 2006; Decreto nº 6.476, de 2008; Decreto nº 2.519, de 1998; Lei nº 13.123, de 2015; Decreto nº 5.813, de 2006; Art. 2º; Decreto nº 8.236, de 2014; Cap. II, Item 4, do Anexo à Portaria/SNAP nº 47, de 1987; Título II, Item 4.2 do Anexo à Portaria/SNAP nº 09, de 1989; Título II, Item 4, do Anexo à Portaria/SNAP nº 45, de 1986; Título III, Item 5.2, do Anexo à Portaria/SNAP nº 45, de 1987; Decreto Legislativo nº 28, de 1999; Decreto nº 3.109, de 1999; IN nº 8 de 1999; IN nº 35, de 2008, Portaria nº 503, de 1997; Portaria nº 7, de 2006; Portaria nº 38, de 2006; Decreto 7.024, de 2009; Instrução Normativa Interministerial MPA/MAPA 7, de 2012 (Institui o Programa Nacional de Controle Higiênico-Sanitário de Moluscos Bivalves (PNCMB), estabelece os procedimentos para a sua execução e dá outras providências); Instrução Normativa MPA 03, de 2012; Instrução Normativa Interministerial MPA/MAPA 32, de 2013 (1o Estabelecer o regulamento sanitário para importação de materiais de origem animal e agentes de interesse veterinário destinados à pesquisa ou diagnóstico pelos laboratórios constitutivos da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), pela Rede Nacional de Laboratórios do Ministério da Pesca e Aquicultura (RENAQUA) e por instituições de pesquisa ou diagnóstico); Instrução Normativa Interministerial MPA/MAPA 4, de 2014; Instrução Normativa MAPA 21, de 2014; Instrução Normativa MAPA 22, de 2014; Instrução Normativa MPA 23, de 2014; Instrução Normativa MPA 30, de 2014; Portaria MAPA 19, de 2015; Instrução Normativa MPA 04, de 2015; Instrução Normativa MAPA nº 11, de 2015; IN SDA 37/2003; IN SDA 46/2008; IN SDA 06/2009; IN SDA 02/2004; Decreto nº 9.013, de 29 de março de 2017 (Dispõem sobre a inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal); Decreto nº 10.468, de 18 de agosto de 2020 (Altera o Decreto nº 9.013, de 29 de março de 2017, que regulamenta a Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, e a Lei nº 7.889, de 23 de novembro de 1989, que dispõem sobre o regulamento da inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal); Decreto Legislativo nº 147, de 2011; Acordo de Constituição, de 29 de julho de 2005, Buenos Aires, Argentina; Convênio de Constituição - Comitê Veterinário Permanente Del Cono Sur, abril de 2003. Lei nº 12.873, de 2013; Decreto nº 8.133, de 2013; Decreto nº 8.762, de 2016; Instrução Normativa nº 15, de 2018; Decreto nº 9.667, de 2019 e IN nº 13, de 2019. Decreto nº 24.548, de 3 de julho de 1934; Instrução Normativa MAPA nº 50, de 24 de setembro de 2013; Lei nº 569, de 21 de dezembro de 1948; Decreto nº 27.932, de 28 de março de 1950; Instrução Normativa MAPA nº 48, de 14 de julho de 2020; Portaria nº 116, de 20 de setembro de 2017; Instrução Normativa MAPA nº 53, de 23 de novembro de 2007; Instrução Normativa MAPA nº 52, de 1 de outubro de 2018; Instrução Normativa MAPA nº 11, de 18 de janeiro de 2018; Instrução Normativa SDA nº 5, de 28 de março de 2012; Instrução Normativa SDA nº 44, de 4 de dezembro de 2017.	
2141X	Vigilância e Inspeção das Operações de Comércio Exterior de Mercadorias, Bens e Materiais de Interesse Agropecuário
Lei nº 8.171, de 1991; Decreto nº 5.741, de 2006; Instrução Normativa MAPA nº 36, de 2006; Lei nº 1.283, de 1950; Lei nº 6.198, de 1974; Lei nº 7.889, de 1989; Lei nº 10.711, de 2003; Lei nº 11.105 de 2005; Lei nº 12.873, de 2013; Lei nº 6.894, de 1980; Lei nº 6.934, de 1981; Lei nº 7.678, de 1988; Lei nº 7.802, de 1989; Lei nº 8.918, de 1994; Lei nº 9.456, de 1997; Lei nº 9.972, de 2000; Decreto nº 24.114, de 1934; Decreto nº 24.548, de 1934; Decreto nº 30.691, d 1952; Decreto nº 5.053, de 2004; Decreto nº 6.296, de 2007; Decreto-Lei nº 467, de 1969; Decreto nº 76.986, de 1976; Decreto nº 2.366, de 1997; Decreto nº 4.074, de 2002; Decreto nº 4.954, de 2004; Decreto nº 5.153, de 2004; Decreto nº 5.591, de 2005; Decreto nº 5.759, de 2006; Decreto nº 6.268, de 2007; Decreto nº 6.871, de 2009; Decreto nº 10253/2020, (nova estrutura MAPA) e Decreto nº 8.198, de 2014.	
2141Y	Fortalecimento do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA
Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991; Decreto nº 5.741, de 30 de março de 2006; Decreto nº 7.216, de 17 de junho de 2010; Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020 (nova estrutura MAPA) e Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019.	
2142Z	Fomento à Tecnologia Agropecuária e aos Recursos Genéticos
Decreto legislativo nº 70, de 2006 e Decreto Legislativo 136, de 2020, ratifica o Protocolo de Nagoia; Lei nº 8.171, de 1991, art.4º, IX ; Lei nº 10.973, de 2004; Lei nº 13.154, de 2015 (Cadastro Único de Tratores no MAPA); Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016 Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação e altera a Lei nº 10.973; Lei 13.123, de 2015; Decreto nº 10.253, de 2020; Decreto nº 6.259, de 2007; Decreto nº 56.690, de 1965 (obrigatoriedade de ensaios para tratores e máquinas agrícolas); Decreto nº 9.283, de 2018; Decreto nº 7.794, de 2012 (PLANAPO); Decreto 8.776, de 2016 e Decreto nº 10.375, de 26 de maio de 2020, institui o Programa Nacional de Bioinsumos.	
2151A	Desenvolvimento das Cadeias Produtivas da Agropecuária
Constituição Federal de 1988, artigos nº 23, 187 e 225; Lei n.º 9.933, de 1999; Lei nº 12.545, de 2011; Lei nº 13.502, de 2017; Lei nº 9.605, de 1998; Lei nº 8171, de 1991 (Decreto nº 175, de 1991); Lei nº 12.187, de 2009 (Decreto de 1º de setembro de 2010); Lei nº 11.794, de 2008; Lei nº 10.519, de 2002; Lei nº 13.137, de 2015; Lei nº 9.279, de 1996; Lei nº 1283, de 1950; Lei nº 13.680, de 2018; Lei nº 7.281, de 1984; Decreto nº 8.703, de 2016; Decreto nº 9.013, de 2017; Decreto nº 5.741, de 2006; Decreto nº 9.578, de 2018; Decreto nº 8.236, de 2014; Decreto nº 8.533, de 2015; Decreto nº 10.253, de 2020; Decreto nº 96.993, de 1988; Decreto nº 9.810, de 2019; Resolução CONMETRO nº 04 de 2002; Portaria MAPA nº 524, de 2011; Portaria MAPA nº 521, de 2018; Portaria INMETRO nº 443, de 2011; Portaria INMETRO nº 144, de 2002; INC MAPA/ANVISA nº 2/2018; Instrução Normativa INPI nº 95, de 2018; Instrução Normativa nº 08, de 2017; Instrução Normativa MAPA nº 27, de 2010; Instrução Normativa nº 46, de 2011; Instrução Normativa MAPA nº 13, de 2010; Instrução Normativa MAPA nº 56, de 2008; Instrução Normativa MAPA nº 03, de 2000 e Instrução Normativa nº 76 e 77, de 2018.	

LDO-2022, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base legal

2161 Produção e Divulgação de Informações Meteorológicas e Climatológicas Lei nº 13.844, de 2019; Decreto nº 7.672, de 1909; Decreto 9699/2019; Decreto nº 10.253, de 2020 e Regimento Interno do Instituto Nacional de Meteorologia (Portaria nº 522, de 05/04/2018).	2187 Gestão e Operacionalização do Terra Brasil - Constituição Federal de 1988, art. 215, § 5º do art. 216 e art. 68, do ADCT; - Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998 - Institui o Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra; - Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962 - Define os casos de desapropriação por interesse social e dispõe sobre sua aplicação; Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 - Dispõe sobre o Estatuto da Terra; Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966 - Fixa Normas de Direito Agrário, Dispõe sobre o Sistema de Organização e Funcionamento do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, e dá outras Providências. Lei nº 5.433, de 8 de maio de 1968 - Regula a microfilmagem de documentos oficiais; Lei nº 5.709, de 7 de outubro de 1971 - Regula a Aquisição de Imóvel Rural por Estrangeiro Residente no País ou Pessoa Jurídica Estrangeira Autorizada a Funcionar no Brasil; Lei nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972 - Cria o Sistema Nacional de Cadastro Rural; Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 - Dispõe sobre os registros públicos; Lei nº 6.383, de 7 de dezembro de 1976 - Dispõe sobre o Processo Discriminatório de Terras Devolutas da União; Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979 - Dispõe sobre a Faixa de Fronteira, altera o Decreto-lei nº 1.135, de 3 de dezembro de 1970; Lei nº 6.746, de 10 de dezembro de 1979 - Altera o disposto nos arts. 49 e 50 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra); Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 - Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal; Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores - institui normas para licitações e contratos da Administração Pública; Lei nº 8.847, de 28 de janeiro de 1994 - dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR); Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999 - Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal; Lei nº 10.267, de 28 de agosto de 2001 - Altera dispositivos das Leis nos 4.947, de 6 de abril de 1966, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 6.739, de 5 de dezembro de 1979, 9.393, de 19 de dezembro de 1996; Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009 - dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal; altera as Leis nos 8.666, de 21 de junho de 1979, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto-lei nº 1.989, de 28 de dezembro de 1982 - Dispõe sobre contribuição devida ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e cálculo referente à taxa prevista no Decreto-lei nº 57, de 18 de novembro de 1966. - Decreto-lei nº 57, de 18 de novembro de 1966 - Altera dispositivos sobre lançamento e cobrança do imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, institui normas sobre arrecadação da Dívida Ativa correspondente; - Convenção nº 169 da OIT - sobre Povos Indígenas e Tribais; - Decreto no 59.428, de 27 de outubro de 1966 - Regulamenta os Capítulos I e II do Título II, o Capítulo II do Título III, e os arts. 81 - 82 - 83 - 91 - 109 - 111 - 114 - 115 e 126 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o art. 22 do Decreto-lei n. 22.239, de 19 de dezembro de 1932, e os arts. 9 - 10 - 11 - 12 - 22 e 23 da Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966; Decreto nº 72.106, de 18 de abril de 1973 - Regulamenta a Lei nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972, que institui o Sistema Nacional de Cadastro Rural; Decreto no 74.965, de 26 de novembro de 1974 - Regulamenta a Lei nº 5.709, de 7 de outubro de 1971, que dispõe sobre a aquisição de imóvel rural por estrangeiro residente no País ou pessoa jurídica estrangeira autorizada a funcionar no Brasil; Decreto nº 84.685, de 6 de maio de 1980 - Regulamento a Lei nº 6.746, de 10 de dezembro de 1979, que trata do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR e dá outras providências; Decreto no 85.064, de 26 de agosto de 1980 - Regulamenta a Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979 - que dispõe sobre a Faixa de Fronteira; Decreto nº 89.817, de 20 de junho de 1984 - Estabelece as Instruções Reguladoras das Normas Técnicas da Cartografia Nacional; Decreto no 1.799, de 30 de janeiro de 1996 - Regulamenta a Lei nº 5.433, de 8 de maio de 1968, que regula a microfilmagem de documentos oficiais, e dá outras providências; Decreto nº 4.449, de 30 de outubro de 2002 - Regulamenta a Lei no 10.267, de 28 de agosto de 2001, que altera dispositivos das Leis nos. 4.947, de 6 de abril de 1966; 5.868, de 12 de dezembro de 1972; 6.015, de 31 de dezembro de 1973; 6.739, de 5 de dezembro de 1979; e 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e dá outras providências; Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003 - Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; Decreto 4.892, de 25 de novembro de 2003 - Regulamenta a Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998, que criou o Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra; Decreto nº 5.570, de 31 de outubro de 2005 - Dá nova redação a dispositivos do Decreto nº 4.449, de 30 de outubro de 2002; Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 - Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais; Decreto nº 6.666, de 27 de novembro de 2008 - Institui, no âmbito do Poder Executivo federal, a Infra-Estrutura Nacional de Dados Espaciais - INDE, e dá outras providências; Decreto 6.672, de 2 de dezembro de 2008 - Regulamenta o art. 6º da Medida Provisória no 2.183-56, de 24 de agosto de 2001, que trata do Subprograma de Combate à Pobreza Rural, instituído no âmbito do Programa Nacional de Reforma Agrária; Decreto nº 7.341, de 22 de outubro de 2010 - Regulamenta a Lei no 11.952, de 25 de junho de 2009, para dispôr sobre a regularização fundiária das áreas urbanas situadas em terras da União no âmbito da Amazônia Legal, definida pela Lei Complementar no 124, de 3 de janeiro de 2007, e dá outras providências; Decreto nº 9.699, de 8 de fevereiro de 2019 - Transfere dotações orçamentárias constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União para diversos órgãos do Poder Executivo federal, para encargos financeiros da União e para transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R\$ 606.056.926.691,00; Decreto nº 10.592, de 24 de dezembro de 2020 - Regulamenta a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, para dispôr sobre a regularização fundiária das áreas rurais situadas em terras da União, no âmbito da Amazônia Legal, e em terras do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, por meio de alienação e concessão de direito real de uso de imóveis; Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020 e suas alterações - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança. - Resolução CMN 4.177, de 7 de janeiro de 2013 - Altera as normas para contratação das operações de crédito fundiário ao amparo do Fundo de Terras e da Reforma Agrária; - Resolução CMN 4.632, de 22 de fevereiro de 2018 - normas para contratação dos financiamentos ao amparo de recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária (FTRA); - Instrução Normativa INCR nº 57 de 20/10/2009 - Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que tratam o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 e o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. - Norma de Execução CONJUNTA DF/DT/INCR nº 3 de 21/06/2010 - Estabelece procedimentos administrativos e técnicos para a edição de decreto declaratório de interesse social das terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos e para a desintrusão de ocupantes não quilombolas inseridos nos perímetros objeto do decreto, visando à regularização de territórios quilombolas. - Portaria SEAD 696, de 2017; PORTARIA SAF/MAPA Nº 123, DE 23 DE MARÇO DE 2021 Aprova o Manual de Operações do Programa Nacional de Crédito Fundiário - Terra Brasil; PORTARIA Nº 133, DE 15 DE OUTUBRO DE 2020 Aprova o Regulamento Operativo do Fundo de Terras e da Reforma Agrária e do Subprograma de Combate à Pobreza Rural. - Contrato SAT-BB; Contrato SAT-BNB; Contrato SIC-BNB.
2186 Assistência Técnica e Extensão Rural - Constituição Federal de 1988, art. 189 - Da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária. - Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 - Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências; Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, artigo 2º, incisos III, IV, V, VI, VII e IX, e art. 53 - Dispõe sobre o Estatuto do Índio; Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991 - Dispõe sobre a política agrícola; Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 - regulamenta e disciplina disposições relativas à reforma agrária, previstas no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal; Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, art. 24, inciso XXX - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências; Lei nº 10.186, de 12 de fevereiro de 2001 - Dispõe sobre a realização de contratos de financiamento do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e de projetos de estruturação dos assentados e colonos nos programas oficiais de assentamento, colonização e reforma agrária, aprovados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, bem como dos beneficiários do Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra, com risco para o Tesouro Nacional ou para os Fundos Constitucionais das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e dá outras providências; Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 e suas alterações - Institui o Código Civil; Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 - Lei da Agricultura Familiar; Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006 - Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher; Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010 - Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER; Lei nº 12.897, de 18 de dezembro de 2013 - Criação da ANATER; Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e suas alterações – MROSC; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. - Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher (1979). - Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986 - Dispõe sobre a unificação dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, atualiza e consolida a legislação pertinente e dá outras providências; Decreto nº 3.991, de 30 de outubro de 2001, art. 3º - Dispõe sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências; Decreto nº 7.215, de 15 de junho de 2010 - Regulamenta a Lei no 12.188, de 11 de janeiro de 2010, para dispôr sobre o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER; Decreto nº 7.747, 05 de junho de 2012 - Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI, e dá outras providências; Decreto nº 8.252, de 26 de maio de 2014 - Institui o serviço social autônomo denominado Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - Anater; Decreto nº 9.784, de 07 de maio de 2019 - Decreto de Revogação dos órgãos colegiados de participação social; Decreto nº 10.473, de 24 de agosto de 2020 - Decreto de Revogação de Decretos. - Portaria INCR/P nº 981, de 2003; Portaria MDA nº 063, de 2004; Portaria MDA nº 25, de 2006; Portaria Ministerial/MDA nº 35, de 2010, Portaria/INCR/P/Nº 581, de 2010; Portaria MAPA nº 193, de 16 de junho de 2020, Portaria SAF nº 95, de 17 de junho de 2020. - Nota Técnica Conjunta/DD e DA/INCR/Nº01, de 2011.	
2188 Desenvolvimento Sustentável da Bioeconomia Constituição de 1988; Lei Complementar nº 101, de 2000; Lei nº 5.764, de 1971; Lei nº 6.001, de dezembro de 1973; Lei 10.246 de 2001; Lei 11.097 de 2005; Lei 11.116 de 2005; Lei nº 11.326, de 2006; Lei 11.488 de 2007; Lei 13.019 de 2014; Lei 13.033 de 2014; Lei nº 13.123, de 2015; Lei 13.263 de 2016; Lei 13.971 de 2019; Lei 14.144 de 2021; Decreto 5.297 de 2004; Decreto nº 6.040, de fevereiro de 2007; Decreto nº 7.747, de 2012; Decreto nº 10.088, de 2019; Decreto nº 10.253, de fevereiro 2020; Decreto 10.257 de 2020; Portaria MAPA 121 de 2019; Portaria MAPA nº 144 de 2019; Resolução II CNPE de 2016; Resolução CMN nº 4.828, de junho de 2020;	

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO-2022, Art. 9º, inciso IV	
Ação Orçamentária / Base legal	
2189	Promoção e Fortalecimento da Comercialização e Acesso aos Mercados - Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991 - Dispõe sobre a política agrícola; Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 - Lei da Agricultura Familiar; Lei nº 13.844, de 18 junho de 2019 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. - Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020 e suas alterações - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
4641	Publicidade de Utilidade Pública Constituição Federal de 1988, Art. 37 - A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência; Lei nº 12.232, de 29 de abril de 2010 - Dispõe sobre as normas gerais para licitação e contratação pela administração pública de serviços de publicidade prestados por intermédio de agências de propaganda; Lei nº 13.844 de 18 de junho de 2019 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008 - Dispõe sobre as ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências; Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom: 1. Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017 - Dispõe sobre a conceituação das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências; 2. Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018 - Disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares; 3. Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018 - Disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal. 4. Instrução normativa nº 1, de 20 de maio de 2020 - Disciplina a utilização de recursos de acessibilidade na publicidade, nos pronunciamentos e nos discursos oficiais dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal.
8425	Apoio ao Projeto Rondon Lei nº 5.764, de 1971; Lei nº 7.231, de 1984; Decreto nº 90.393, de 1984; Lei nº 13.844, de 2019; Decreto 9699/2019 e Decreto nº 769, de 1993; Decreto Presidencial de 14 de janeiro de 2005, Portaria MAPA nº 121 de 2019, Lei nº 11.326/2006. Decreto de 14 de Janeiro de 2005 - Cria o Comitê de Orientação e Supervisão do Projeto Rondon e dá outras providências. Decreto nº 9.570, de 20 de novembro de 2018 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Defesa e altera o Decreto nº 9.031, de 12 de abril de 2017, o Decreto nº 8.905, de 17 de novembro de 2016, e o Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009.
8593	Apoio ao Desenvolvimento da Produção Agropecuária Sustentável Lei nº 9.279, de 1996 (Lei da Propriedade Industrial); Lei nº 8.171, de 1991 (Política Agrícola); Lei nº 9.479, de 1997 (heveicultura); Lei nº 12.805, de 2013 (Política Nacional ILPIF); Lei nº 12.187, de 2009 (Política Nac. Mudança Clima); Lei nº 13.844, de 2019 (Organização básica da PR e Ministérios); Lei nº 6.225, de 1975 - Planos de proteção ao solo e de combate à erosão; Lei nº 14.119, de 2021 (Institui a Política Nacional de PSA - NOVA); Lei 12.787, de 2013 (Política Nacional de Irrigação); Decreto nº 10.253, de 2020 (nova estrutura MAPA) (Decreto nº 10.662, de 2021); Decreto nº 9.578, de 2018 (consolida atos sobre a política de clima e cria o Plano Setorial do ABC); Decreto nº 9.414, de 19 de Junho de 2018; Decreto nº 94.076, de 1987 - Programa Nacional de Microbacias Hidrográficas; Instrução Normativa INPI nº 95, de 2018 (Registro de IG).
8606	Apoio ao Desenvolvimento e Controle da Agricultura Orgânica - Pró-Órgânico Lei nº 10.831, de 2003; Decreto nº 6.323, de 2007; Decreto nº 6.913, de 2009; Decreto nº 7.794, de 2012; Instrução Normativa nº 17, de 2009; Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 2011; Instrução Normativa Conjunta SDA/SDC nº 2, de 2011; Instrução Normativa nº 19, de 2009; Instrução Normativa nº 23, de 2011; Instrução Normativa Conjunta nº 18, de 2009; Instrução Normativa Interministerial nº 28, de 2011; Instrução Normativa Conjunta nº 2 SDA-SDC, de 2012; Instrução Normativa Conjunta nº 3 SDA-SDC, de 2012; Instrução Normativa nº 18, de 2014; Instrução Normativa nº 13, de 2015; Decreto nº 10.253/2020 (nova estrutura MAPA); Lei nº 13.844, de 2019 e Decreto nº 9.699, de 2019.
8622	Promoção do Cooperativismo e Associativismo para o Desenvolvimento Agropecuário - Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 - Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências; Lei nº 7.231, de 23 de outubro de 1984 - Transfere competências do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA para o Ministério da Agricultura no que se refere as atividades relacionadas com o desenvolvimento rural, no campo do cooperativismo, associativismo rural e eletrificação rural; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; - Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020 e suas alterações - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
22106	Serviço Florestal Brasileiro - SFB
2000	Administração da Unidade Decreto-Lei nº 200/1967; Lei nº 13.844/2019; Decreto nº 10.253/2020.
20WA	Cadastro, Recomposição e Produção Florestal Lei nº 6.938/1981; Lei nº 8.666/1993; Lei nº 9.605/1998; Lei nº 9.985/2000; Decreto nº 3.420/2000; Lei nº 11.284/2006; Decreto nº 6.063/2007; Decreto nº 6.514/2008; Lei nº 12.651/2012; Decreto nº 7.830/2012; Decreto nº 8.235/2014; IN MMA nº 2/2014 (SisCAR), Decreto nº 9.640/2018; Lei nº 13.844/2019; Decreto nº 10.253/2020.
20WB	Pesquisa e Informações Florestais Lei nº 12.651/2012; Lei nº 6.938/1981; Decreto nº 3.420/2000; Lei nº 11.284/2006; Lei nº 13.493/2017; Lei nº 13.844/2019; Decreto nº 10.062/2019; Decreto nº 10.253/2020.
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Lei nº 8.112/1990 (Arts. 60-A a 60-E); Orientação Normativa nº 10/2013, da Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Lei nº 13.844/2019; Decreto nº 10.253/2020.
22201	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA
2000	Administração da Unidade Constituição Federal de 1988; Decreto-Lei 200/1967; Lei nº Lei 13.844/2019; Decreto nº 10.252/2020; Plano Diretor de tecnologia da Informação – PDTI/INCRA – 2014 - 2016; Regimento Interno do INCRA (Decreto nº 10.252, de 20 de fevereiro de 2020); Portaria Nº 1225, de 03 de julho de 2020 (processo SEI/INCRA nº 54000.033178/2020-18); Estratégia de Governança Digital – 2020 - 2022 (Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020); Instrução Normativa SGD/ME nº 01, de 04 de abril de 2019; Plano Plurianual da União – PPA 2020-2023 (Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019); Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD - Lei Nº 13.709, de 14 de agosto de 2018; Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - LAI.
210R	Monitoramento de Conflitos Agrários e Pacificação no Campo Constituição Federal de 1988; Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964; Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Art. 565); Decreto nº 10.252, de 20 de fevereiro de 2020; Instrução Normativa nº 104, de 29 de janeiro de 2021; Portaria Nº 531, de 23 de março de 2020.
210T	Promoção da Educação do Campo Constituição Federal de 1988, arts. 205, 206 e 207; Lei nº 10.172, de 2001; Lei nº 9.394, de 1996; Decreto nº 5.154, de 2004; Decreto nº 7.352, de 2010, art. 11-18; Decreto nº 6.672, de 2008, art. 1º, § 1º; Lei nº 11.947 – Art.33, de 2009; Lei nº 12.695, de 2012; Lei nº 13.019, de 2014; Resoluções do Conselho Nacional de Educação relativas às normas para o Ensino Superior no Brasil e normas para os cursos Técnicos de Nível Médio e Graduação Tecnológica; Resolução CNE/CEB nº 01, de 2002; Resolução CNE/CEB nº 01, de 2006 e Resolução CNE/CEB nº 02, de 2008; Portaria Incra nº 563, de 2015; Decreto nº 9.667, de 2019; Lei nº 13.844, de 2019; Decreto nº 9.699, de 2019 e IN/Incr/nº 84 de 2016.
210Z	Reconhecimento e Indenização de Territórios Quilombolas Constituição Federal de 1988, art. 215, § 5º do art. 216 e art. 68 do ADCT; Convenção nº 169 da OIT; Decreto-Lei nº 3.365, de 1941; Lei nº 4.132, de 1962; Lei nº 12.288, de 2010; Lei nº 13.844, de 2019; Decreto nº 4.887, de 2003; Decreto nº 6.040, de 2007; Decreto nº 6.261, de 2007; Decreto nº 6.999, de 2019; Decreto Nº 10.088, de 2019; Decreto nº 10.252/2020; Decreto nº 10.253, de 2020; IN/INCRA nº 57, de 2009; IN/INCRA nº 72/2012; IN/INCRA nº 73/2012; NE/INCRA/Conjunta DF e DT nº 03, de 2010; NE/INCRA/Conjunta DF e DT nº 04, de 2011; Portaria Interministerial nº 210, de 13 de junho de 2014; Portaria Interministerial nº 60/2015; Portaria INCRA Nº 175, de 2016; Portaria INCRA Nº 495, de 2017; Portaria INCRA Nº 531/2020.
211A	Consolidação de Assentamentos Rurais Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 76, de 1993; Lei Complementar nº 88, de 1996; Decreto-Lei nº 3.365, de 1941; Lei nº 4.504, de 1964; Lei nº 5.954, de 1973; Lei nº 6.938, de 1981; Lei nº 8.171, de 1991; Lei nº 8.625 de 1993; Lei nº 8.666, de 1993; Lei nº 9.636, de 1998; Lei nº 9.784, de 1999; Lei nº 10.279, de 2001; Lei nº 11.888, de 2008; Lei nº 12.249, de 2010; Lei nº 12.651, de 2012; Lei nº 13.001 de 2014; Lei nº 13.465/2017; Decreto nº 59.428, de 1966; Decreto nº 1.775, de 1996; Decreto nº 5.390, de 2005; Decreto nº 6.170, de 2007; Decreto nº 7.342, de 2010; Decreto nº 7.830 de 2012; Decreto nº 8.180, de 2013; Decreto nº 8.235 de 2014; Decreto nº 9.311 de 2018; Decreto nº 9.424 de 2018; IN Incra nº 15, de 2004; IN Incra nº 20, de 2005; IN Incra nº 38, de 2007; IN Incra nº 44, de 2007; IN Incra nº 99, de 2019; IN Incra nº 101, de 2020; IN Incra nº 102, de 2020; IN Incra nº 103, de 2020; IN MMA nº 02, de 2014; NE Incra nº 33, de 2003; NE Incra nº 43, de 2005; NE Incra nº 44 de 2005; NE Incra nº 45, de 2005; NE Incra nº 47, de 2005; NE Incra nº 01, de 2006; NE Incra nº 70, de 2008; NE Incra nº 109, de 2013; NE Incra nº 111, de 2014; Resolução CONAMA nº 429, de 2011; Resolução CONAMA nº 458, de 2013; Portaria Interministerial NP/ME/MCT nº 127, de 2008; Portaria Incra nº 215, de 2006; Portaria Incra nº 175 de 2016; Portaria Incra nº 49, de 2017; Nota Técnica/INCRA/DD nº 3 de 2014; Manual INCRA de Elaboração de Projetos de Recuperação de Recursos Naturais; e legislações ambientais estaduais complementares.
211B	Aquisição de Terras Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 76, de 1993; Lei nº 4.132, de 1962; Lei nº 4.504, de 1964; Lei nº 6.830, de 1980; Lei nº 8.629, de 1993; Decreto nº 433, de 1992; Decreto nº 9.311, de 2018; Decreto nº 10.252, de 2020; Portaria Conjunta AGU/MDA nº 12, de 21 de maio de 2014; Portaria INCRA nº 531, de 23 de março de 2020.
211C	Reforma Agrária e Regularização Fundiária Constituição Federal de 1988; Lei nº 4.504, de 1964; Lei nº 4.947, de 1966; Lei nº 5.868, de 1972; Lei nº 6.015, de 1973; Lei nº 6.383, de 1976; Lei nº 6.634, de 1979; Lei nº 8.666, de 1993 e alterações; Lei nº 9.784, de 1999; Lei nº 10.267, de 2001, Lei nº 11.952, de 2009; Lei nº 13.178 de 2015; Lei nº 13.465, de 2017; Lei nº 14.133, de 2021; Decreto nº 59.428, de 1966; Decreto nº 72.106, de 1973; Decreto nº 85.064, de 1980; Decreto nº 89.817, de 1984; Decreto nº 4.449, de 2002; Decreto nº 5.570, de 2005; Decreto nº 6.666, de 2008; Decreto nº 7.341, de 2010; Decreto nº 9.311 de 2018; Decreto nº 10.166, de 2019; Decreto nº 10.252, de 2020; Decreto nº 10.592, de 2020; Instrução Normativa nº 77/2013; Instrução Normativa nº 104, de 2021; Norma de Execução nº 47/2005, Norma de Execução nº 107/2013; Portaria nº 486/2013; Manual SIGEF, 3ª edição, Manual Técnico de Posicionamento 1ª Edição; Manual Técnico de Limites e Confrontações 1ª Edição, Manual para Gestão de Certificação 1ª Edição e Regimento Interno do Comitê.
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Constituição Federal de 1988; Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 12, inciso XXIV DA Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO de 2021. Decreto nº 4.004, de 08 de novembro 2001. Orientação Normativa nº 03/MPOG, de 15 de fevereiro de 2013.
219N	Governança Fundiária e Gerenciamento do Cadastro Rural Constituição Federal de 1988; Decreto-Lei nº 57, de 1966; Decreto-Lei nº 1.989, de 1982; Lei nº 4.504, de 1964; Lei nº 4.947, de 1966; Lei nº 5.174, de 1966; Lei nº 5.433, de 1968; Lei nº 5.709, de 1971; Lei nº 5.868, de 1972; Lei nº 6.015 de 1973; Lei nº 6.383, de 1976; Lei nº 6.634, de 1979; Lei nº 6.746, de 1979; Lei nº 8.629, de 1993; Lei nº 8.666, de 1993; Lei nº 8.847, de 1994; Lei nº 8.935, de 1994; Lei nº 9.784, de 1999; Lei nº 10.267, de 2001; Lei nº 10.406, de 2002; Lei nº 11.952, de 2009; Lei nº 13.001, de 2014; Lei nº 13.178, de 2015; Lei nº 13.465, de 2017; Decreto nº 55.891, de 1965; Decreto nº 59.428, de 1966; Decreto nº 59.566, de 1966; Decreto nº 62.504, de 1968; Decreto nº 72.106, de 1973; Decreto nº 74.965, de 1974; Decreto nº 84.685, de 1980; Decreto nº 85.604, de 1980; Decreto nº 89.817, de 1984; Decreto nº 1.799, de 1996; Decreto nº 4.449, de 2002; Decreto nº 5.570, de 2005; Decreto nº 6.666 de 2008; Decreto nº 7.341, de 2010; Decreto nº 7.620, de 2011; Decreto nº 9.311, de 2018; Decreto nº 10.592, de 2020; Instrução Especial Incra nº 5A, de 1973; Instrução Normativa Conjunta Incra /RFB nº 1.968, de 2020; Instrução Normativa Conjunta RFB/INCRA nº 2.025, de 2021; Instrução normativa Incra nº 11, de 2003; Instrução Normativa Incra nº 77, de 2013; Instrução Normativa Incra nº 82, de 2015; Instrução Normativa Incra nº 88, de 2017; Instrução Normativa Incra nº 90, de 2018; Portaria Interministerial AGU/MDA nº 04, de 2014; Portaria Conjunta Incra/RFB/ nº 620, de 2016; Acordo de Cooperação Técnica Incra/RFB, de 2015; Portaria Incra nº 486, de 2013; Parecer AGU nº LA-01, de 2010.
2186	Assistência Técnica e Extensão Rural Constituição Federal de 1988; Lei nº 6.001, de 1973, artigo 2º, incisos III, IV, V, VI, VII e IX, e art. 53; Lei nº 12.188, de 2010; e Decreto nº 7.747, de 2012; Lei nº 8.171, de 1991; Lei nº 8.666, de 1993, art. 24, inciso XXX; Lei nº 10.186, de 2001; Lei nº 10.186, de 2001, Lei nº 10.683, de 2003, art. 27, inciso I, alínea n; Decreto nº 3.991, de 2001, art. 3º; e Decreto nº 4.739, de 2001; Lei nº 11.326, de 2006; Portaria MDA nº 063, de 2004; Portaria MDA nº 25, de 2006. CF de 1988, art. 189; Lei nº 10.406, de 2002; Lei nº 11.340, de 2006; Decreto nº 5.390, de 2005; Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher; Portaria INCRA/P nº 981, de 2003. CF de 88; Lei nº 4.504, de 1964; Decreto nº 93.872, de 1986; Lei nº 8.629, de 1993; Decreto nº 7.215, de 2010; Portaria Ministerial/MDA nº 35, de 2010, Portaria/INCRA/P/nº 581, de 2010; Nota Técnica Conjunta/DD e DA/INCRA/nº01, de 2011. Decreto nº 7.255, de 2010, Lei nº 12;897, de 2013, Decreto nº 8.252, de 2014.
22202	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA
2000	Administração da Unidade Constituição Federal, de 1988; Decreto-Lei nº 200, de 1967 - Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências; e Lei nº 13.844, 2019 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO-2022, Art. 9º, inciso IV	
Ação Orçamentária / Base legal	
20Y6	Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para a Agropecuária Constituição Federal, de 1988, Lei nº 5.851, de 1972 - Lei de criação da Embrapa - Art. 2º; Lei nº 8.171, de 1991 - Lei da política agrícola - capítulo IV; Lei nº 9.279, de 1996 - Propriedade Industrial; Lei nº 9.456, de 1997 - Lei de Proteção de Cultivares; Lei nº 10.973, de 2004 - Lei da Inovação Tecnológica; Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016 - Marco Regulatório da Inovação. Decreto nº 9.283, de 2018 - Regulamentação da Lei de Inovação; Decreto nº 7.766, de 2012 - Estatuto da Embrapa e alterações aprovadas na 9ª Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 4 de Dezembro de 2019 publicada no DOU de 17 de janeiro de 2020; Decreto nº 8.701, de 2016 - Estrutura do MAPA e Decreto nº 9.283, de 2018 - estabelece medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação tecnológica, ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional.
212H	Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998) Art. 218 da Constituição Federal; Lei nº 9.637, de 15/05/98; Decreto nº 2.405, de 26/11/1997; Decreto nº 4.078, de 9/01/2002; Decreto nº 4.077, de 9/01/2002; Decreto nº 3.605, de 20/09/2000; Decreto S/N, de 04 de junho de 1999 (IDSM); Decreto S/N, de 02 de setembro de 2013 (Embrapil); Contratos de Gestão celebrados entre a União e as Organizações Sociais e Contratos de Gestão a serem celebrados entre a União e as Organizações Sociais.
215C	Manutenção e Modernização da Infraestrutura Física das Unidades da Embrapa Constituição Federal, de 1988, Lei nº 5.851, de 1972 - Lei de criação da Embrapa; Capítulo IV da Lei nº 8.171, de 1991 - Lei da política agrícola; Lei nº 9.279, de 1996 - Propriedade Industrial; Lei nº 9.456, de 1997 - Lei de Proteção de Cultivares; Lei nº 10.683, de 2003 - Organização da Presidência da República e dos Ministérios; Lei nº 10.973, de 2004 - Lei da Inovação Tecnológica; Decreto nº 5.563, de 2005 - Regulamentação da Lei de Inovação; Decreto nº 7.766, de 2012 - Aprova o Estatuto da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA; e Decreto nº 8.701, de 2016 - Estrutura do MAPA, Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016 - Marco Regulatório da Inovação, PPA 2020/2023.
8924	Transferência de Tecnologias para a Inovação para a Agropecuária Constituição Federal, de 1988, Lei nº 5.851, de 1972 - Lei de criação da Embrapa - Art. 2º; Lei nº 8.171, de 1991 - Lei da política agrícola - capítulo IV; Lei nº 9.279, de 1996 - Propriedade Industrial; Lei nº 9.456, de 1997 - Lei de Proteção de Cultivares; Lei nº 10.973, de 2004 - Lei da Inovação Tecnológica, Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016 - Marco Regulatório da Inovação. Decreto nº 9.283, de 2018 - Regulamentação da Lei de Inovação; Decreto nº 7.766, de 2012 - Estatuto da Embrapa e alterações aprovadas na 9ª Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 4 de Dezembro de 2019 publicada no DOU de 17 de janeiro de 2020; Decreto nº 8.701, de 2016 - Estrutura do MAPA e Decreto nº 9.283, de 2018 - estabelece medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação tecnológica, ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional.
22211	Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB
2000	Administração da Unidade Constituição Federal, de 1988; Decreto-Lei nº 200, de 1967; Lei n.º 8.029 de 1990 - Criação da Conab (Art.19, II); Decreto n.º4.514/2000.; Lei nº 10.683, de 2003; ;Lei n.º 13.303/2016.
20Y7	Desenvolvimento do Abastecimento Agroalimentar Lei nº 8.171, de 1991; Lei nº 8.666, de 1993; Lei nº 9.973, de 2000; Decreto nº 3.855; de 2001, Decreto nº 4.514, de 2002, Decreto-Lei nº 79, de 1966, Recomendação do TCU, Decisão 581/93 - Plenário - Ata 64, de 1993 - D.O.U. 31/12/1993 e Lei nº 13.303, de 2016.
2130	Formação de Estoques Públicos - AGF Lei nº 8.029, de 1990; Lei nº 8.171, de 1991; Decreto nº 4.514, de 2002; Decreto-Lei nº 79, de 1966; Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 2004 e Lei nº 13.303, de 2016.
2137	Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários Lei nº 8.029, de 1990; Lei nº 8.171, de 1991; Decreto nº 4.514, de 2002; Decreto-Lei nº 79, de 1968 e Lei nº 13.303, de 2016.
22906	Fundo de Defesa da Economia Cafeeira
20Y8	Desenvolvimento da Cafeicultura Lei nº 9.239, de 22 de dezembro de 1995 - Ratifica o Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - FUNCAFÉ. Decreto-Lei nº 2.295, de 21 de novembro de 1986 - Isenta do imposto de exportação as vendas de café para o exterior. Decreto nº 94.874, de 15 de setembro de 1987 - Dispõe sobre a estruturação do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - Funcafé. Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020 - dispõe sobre a descentralização de créditos entre órgãos e entidades da administração pública federal integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, por meio da celebração de termo de execução descentralizada. Portaria MAPA nº 337, de 4 de novembro de 2020 - delega competência a dirigentes de unidades administrativas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) para a prática de atos relacionados à celebração, prorrogação, aditativa e aprovação de contas de convênios, parcerias, projetos de cooperação técnica internacional e demais ajustes congêneres, e dá outras providências.
4641	Publicidade de Utilidade Pública Constituição Federal de 1988, art. 37. Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008 - Dispõe sobre as ações de comunicação do Poder Executivo Federal. Decreto nº 9.982, de 20 de agosto de 2019 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Secretaria-Geral da Presidência da República. Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom: 1. Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017 - dispõe sobre a conceituação das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências; 2. Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares; 3. Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal.
24101	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações - Administração Direta
008A	Contribuição à Academia Brasileira de Ciências - ABC Art. 218 da CF; Parágrafo 2º, Art. 12 da Lei nº4320/64
00F7	Contribuição à Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica - ABIPTI Art. 218 da Constituição Federal; Art. 12, § 2º, da Lei nº 4.320/1964.
00F8	Contribuição à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC Art. 218 da Constituição Federal; Art. 12, § 2º, da Lei nº 4.320/1964.
00NQ	Contribuição à Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro - SOFTEX Art. 218 da CF; Parágrafo 2º, Art. 12 da Lei nº 4.320/64.
00OQ	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020, LDO-2020, artigo 12, inciso XVI: "O Projeto de Lei Orçamentária de 2021 e a respectiva Lei discriminarão, em categorias de programação específicas, as dotações destinadas: (...) XVI - aos pagamentos de anuidades ou de participação em organismos e entidades nacionais ou internacionais, da seguinte forma: a) para valores acima de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), ou o equivalente em moeda estrangeira em que o compromisso tenha sido estipulado, conforme taxa de câmbio utilizada como parâmetro na elaboração do Projeto de Lei Orçamentária, em programação específica, que deverá identificar nominalmente cada beneficiário; 00PW Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020, LDO-2020, artigo 12, inciso XVI: "O Projeto de Lei Orçamentária de 2021 e a respectiva Lei discriminarão, em categorias de programação específicas, as dotações destinadas: (...) XVI - aos pagamentos de anuidades ou de participação em organismos e entidades nacionais ou internacionais, da seguinte forma: b) para valores iguais ou inferiores ao previsto na alínea "a", deverão ser utilizadas programação específica ou as ações "00OQ - Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica" e "00PW - Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica;"
00R6	Encargos Decorrentes da Extinção de Entidades Vinculadas ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações - MCTI Arts. 165 a 169 da Constituição Federal de 1988; Lei 4.320, de 17 de março de 1964; Lei Complementar 101 de 4 de maio de 2001; Lei nº 5.792, de 1972; Lei nº 5.740, de 1971; Decreto nº 10.463, de 2020 (Estrutura Regimental do MCTI); Decreto nº 10.469, de 2020; Decreto nº 8.886, de 2016; Decreto nº 8.866, de 2016; Decreto nº 8.494, de 24 de julho de 2015; Decreto nº 6.638, de 2008; Decreto nº 5.894, de 2006; Decreto nº 2.338, de 7 de outubro de 1997; Decreto-Lei nº 509, de 1969; Decreto nº 1.808, de 1996; Decreto nº 76.805, de 1975.
12EA	Reformas de Edificações do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações Lei nº 8.666/1993; Decreto nº 10.463/2020; Lei nº 13.341/2016; Decreto nº 7.746/2012;
13CL	Construção de Fonte de Luz Síncrotron de 4ª geração - SIRIUS, por Organização Social (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998) CF/88, art. 218 § 1º, 2º, 3º; Lei 9637 de 15/05/98; Decreto nº 9.190 de 01/11/2017; Decreto nº 2405 de 26/11/1997; e Contrato de Gestão entre a União e o CNPEM/OS. Decreto 9689 de 23 de janeiro de 2019
14XT	Expansão das Instalações Física e Laboratorial do LNNano, por Organização Social (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998) CF/88, art. 218 § 1º, 2º, 3º; Lei 9637 de 15/05/98; Decreto nº 9.190 de 01/11/2017; Decreto nº 2405 de 26/11/1997; Portaria MCTIC nº 1.917, de 2020 ; Instrução Normativa GM nº 1 de 26 de Março de 2021 e Contrato de Gestão entre a União e o CNPEM/OS
154K	Construção da Infraestrutura do Instituto Nacional do Semi-Árido - INSA Constituição Federal, Art. 218; Lei nº 13.243, de 11/01/2016, Decreto nº 9.283, de 07/02/2018
15P6	Ampliação e Modernização da Infraestrutura para o Estudo da Biodiversidade, Inovação Tecnológica e Sustentabilidade dos Ecossistemas Amazônicos frente às Mudanças Globais Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto nº 5.761, de 27 de abril de 2006; Lei nº 10.973, de 02 de dezembro de 2004 - Lei de Inovação; Decreto nº 5.563 de 11 de outubro de 2005, regulamenta Lei de Inovação; Portaria Interministerial MCT/MDIC nº 597, 06 de setembro de 2006 –prioridades da política industrial e tecnológica; Decret Legislativ nº 2, de 1994 - Convenção da Diversidade Biológica; Decreto nº 4.339, de 22 de agosto de 2002 - Política Nacional de Biodiversidade; Decreto nº 6.041, de 8 de fevereiro de 2007 - Política de Desenvolvimento da Biotecnologia; Lei nº 13.844, de 2019; Decreto nº 9.283, de 2018 e Portaria Interministerial nº 32 MCT/MDIC, de 15/01/2009
2000	Administração da Unidade Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Decreto nº 10.463/2020 (Estrutura Regimental do MCTI);
20GB	Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais - CEMADEN Artigo 218 da Constituição Federal, Decreto nº 8.877/2016, (Estrutura Regimento do MCTIC), da Portaria MCTIC n. 5.141/2016 (Regimento Interno do CEMADEN).

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO-2022, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base legal

20UQ	Apoio a Projetos de Tecnologias Aplicadas, Tecnologias Sociais e Extensão Tecnológica Articulados às Políticas Públicas de Inovação e Desenvolvimento Sustentável do Brasil	20VA	Apoio a Estudos e Projetos de Pesquisas e Desenvolvimento Relacionados à Mudança do Clima
Lei nº 13.971/2019 (PPA 2020-23) - Programa 2208 - Tecnologias Aplicadas, Inovação e Desenvolvimento Sustentável; Lei Nº 13.146, de 2015, que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência); Lei nº 12.305/10 - Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; Lei nº 12.375/10 - Art. 5º e Art. 6º - Institui crédito presumido do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na aquisição de resíduos sólidos utilizados como matérias-primas ou produtos intermediários na fabricação de seus produtos de cooperativas; Lei 11.445/07 - Dispensa de licitação na contratação da coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, efetuados por associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis; Decreto nº 7.404/2010 – regulamenta a PNRs; Lei nº 11.445/2007 Lei de Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico (LDNSB); Lei nº 9.433/1997, que institui a política nacional de recursos hídricos; Decreto Nº 7.404/10 - Regulamenta a Lei nº 12.305/10, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e cria o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos; Portaria nº 60/2019 - Dispõe sobre o mestrado e doutorado profissionais, no âmbito da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES; Decreto Nº 7.612, de 2011; Decreto nº 7.217/10 – Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico; Decreto Nº 5.296, de 2004; Decreto Nº 3.298, de 1999; Portaria CAPES nº 214/2017 - Dispõe sobre formas associativas de programas de pós-graduação stricto sensu Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI 2016- 2022) Plano Nacional de Educação (PNE/MEC), aprovado pela Lei nº 13.005/2014; Portaria MCTIC nº 888/2019 - Institui o Programa de Apresentação de Unidades de Dessalinização e Purificação de Águas Salobras e Salinas para Teste e Análise de Desempenho; Portaria MEC nº 389/2017 - Dispõe sobre mestrado e doutorado profissional no âmbito da pós-graduação stricto sensu; Portaria nº 199, do Ministério da Saúde, de 30 de janeiro de 2014 - Institui a Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras, aprova as Diretrizes para Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e institui incentivos financeiros de custeio; Portaria Interministerial Nº 362, de 24 de outubro de 2012; Resolução CNE/CES nº 07/2017 - Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação stricto sensu; Resolução CONAMA nº 401 – estabelece limite máximo de chumbo, cádmio e mercúrio – gerenciamento de pilhas e baterias Internacionais – Convenção da Basileia, WEEE e RoHS. (Inclusão dos normativos na base legal existente) a) Portaria MCTI nº 1.122, de 19 de março de 2020 (Define as prioridades, no âmbito do MCTI, no que se refere a projetos de pesquisa, de desenvolvimento de tecnologias e inovações, para o período de 2020 a 2023); b) Decreto nº 10.645, de 11 de março de 2021 (Dispõe sobre as diretrizes, os objetivos e os eixos do Plano Nacional de Tecnologia Assistiva); c) Decreto nº 10.094, de 6 de novembro de 2019 (Comitê Interministerial de Tecnologia Assistiva)		Art. 218 da Constituição Federal. • Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019. • Lei nº 12.187/2009, que estabelece em lei federal as metas da Política Nacional sobre Mudança do Clima, o Plano Nacional sobre Mudança do Clima e o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima. • Lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016. • Decreto nº 10.145, de 28 de novembro de 2019, que dispõe sobre o Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima (Governança do Clima). • Decreto nº 10.463/2020 (Estrutura Regimental do MCTI); e Decreto nº 9.689/2019. • Decreto nº 9.172/2017 que institui o Sistema de Registro Nacional de Emissões (SIRENE) como instrumento oficial para disponibilização dos resultados de emissões de gases de efeito estufa (GEE). • Decreto nº 9.073, de 5 de junho de 2017, que promulga o Acordo de Paris sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, celebrado em Paris, em 12 de dezembro de 2015, e firmado em Nova Iorque, em 22 de abril de 2016. • Decreto Legislativo nº 140/2016, que aprovou o Acordo de Paris sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. • Decreto nº 2652 de 01 de julho de 1998, que promulga a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. • Portaria MCTIC nº 7.217/2019, que Institui a estrutura de governança do ImpactaClima - Sistema de Informações e Análises sobre Impactos das Mudanças Climáticas. - Portaria nº 3.410, de 10/09/2020, aprova o regimento interno do MCTI; • Portaria MCTI nº 728, de 20 de novembro de 2007, que institui a Rede Brasileira de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas Globais – Rede CLIMA. • Decreto nº 10.145 de 28 de novembro de 2019, que dispõe sobre o Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima. • Portaria MCTI nº 3.896, de 16 de outubro de 2020, que institui a estrutura de governança do AdaptaBrasil MCTI - Contribuição da Ciência para Medidas de Adaptação.	
20U5	Fomento a Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Científico	212H	Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)
Art. 23, inciso V e Art. 218 da Constituição Federal, Lei nº 13.243/2016, Decreto nº 9.283/2018 e Arts. 2º e 3º do Anexo I do Decreto nº 8.866/2016		CF/88, art. 218 § 1º, 2º, 3º; Lei nº 9.637 de 15/05/98; Decreto 9689 de 23 de janeiro de 2019; Decreto nº 9.190 de 01/11/2017; Decreto nº 4.078 de 9/01/2002 (CGEE); Decreto nº 4.077 de 9/01/2002 (RNP); Decreto nº 3.605 de 20/09/2000 (IMPA); Decreto S/N de 04 de junho de 1999 (IDSM); Decreto nº 2.405 de 26/11/1997 (CNPEN); Decreto S/N de 02 de setembro de 2013 (Embrapii); Portaria MCTIC nº 1.917, de 2020; Contratos de Gestão celebrados entre a União e as Organizações Sociais e Instrução Normativa GM nº 1 de 26 de Março de 2021.	
20UV	Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento em Ciência e Tecnologia do Mar e Antártica e à Infraestrutura Oceânica e Antártica	215L	Fomento à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Art. 218, CF; Lei 13.243, de 11 de abril de 2016; Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981; Decreto nº 9858/2019; Decreto nº 5.377, de 23 de fevereiro de 2005; Decreto nº 4.703, de 21 de maio de 2003; Decreto nº 4.339, de 22 de agosto de 2002; Decreto nº 74.557, de 12 de setembro de 1974;Decreto Nº 10.603, de 20 de janeiro de 2021.		Art. 218 da Constituição Federal; Emenda Constitucional nº 85, de 26/2/2015; Lei nº 13.243, de 11/01/2016; Lei nº 10.973, de 2/12/2004; Decreto nº 9.283, de 7/02/2018; Lei 13.844, de 18/06/2019; Decreto nº 10.463, de 14/08/2020; Portaria MCTI nº 3.410, de 10/09/2020.	
20V6	Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento Voltados à Inovação, a Tecnologias Digitais e ao Processo Produtivo	216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, com a emenda nº 85 de fevereiro de 2015; Lei Complementar nº 123/2006; Lei nº 12.965/2014; Lei nº 13.033/2014; Lei nº 13.023/2014; Lei nº 12.715/2012; Lei nº 12.734/2012; Lei nº 12.351/2010; Lei nº 11.921/2009; Lei nº 11.774/2008; Lei nº 11.484/2007; Lei nº 11.487/2007; Lei nº 11.097/2005; Lei nº 11.196/2005; Lei nº 10.973/2004; Lei nº 11.077/2004; Lei nº 10.848/2004; Lei nº 10.176/2001; Lei nº 9.478/1997; Lei nº 8.248/1991; Lei nº 8.387/1991; Decreto nº 10.615/2021; Decreto nº 9.854/2019; Decreto nº 9.689/2019; Decreto nº 9660/2019; Decreto nº 9.677/2019; Decreto nº 10.179/2019; Decreto nº 8.877/2016; Decreto nº 7.389/2010; Decreto nº 6.259/2007; Decreto nº 5.906/2006; Decreto-Lei nº 227/1967; Iniciativa Brasileira de Nanotecnologia; Plano Decenal de Expansão de Energia 2023; Plano Nacional de Eficiência Energética; Plano Nacional de Energia 2030; Plano Nacional de Mineração 2030; Portaria MCT nº 139/2009; Portaria MCT nº 731/2020; Portaria MCTI nº 1.059/2013; Portaria MCTI nº 245/2012; Portaria MCT nº 757/2006; Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel.Portaria MCTI nº 1.122, de 19 de março de 2020 (Define as prioridades, no âmbito do MCTI, no que se refere a projetos de pesquisa, de desenvolvimento de tecnologias e inovações, para o período de 2020 a 2023); Portaria MCTI nº 3.459, de 26 de julho de 2019 (Institui a Iniciativa Brasileira de Nanotecnologia); Portaria GABMI nº 4.530, de 5 de março de 2021 (Institui o Sistema Nacional de Laboratórios de Fotônica); Portaria Nº 4.532, de 5 de março de 2021 (Institui a Iniciativa Brasileira de Fotônica); Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência); Decreto nº 10.095, de 6 de novembro de 2019 (Comitê Consultivo de Nanotecnologia e Novos Materiais); Decreto nº 10.137, de 28 de novembro de 2019 (Comitê Consultivo de Fotônica); Decreto nº 10.094, de 6 de novembro de 2019 (Comitê Interministerial de Tecnologia Assistiva; Lei nº 13.969/2019 e Decreto nº 10.356/2020.		Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.	
20V7	Pesquisa, Desenvolvimento Científico, Difusão do Conhecimento e Popularização da Ciência nas Unidades de Pesquisa do MCTI	216W	Pesquisa e Desenvolvimento para Estudos de Tempo, Clima, Observação e Modelagem do Sistema Terrestre
Art. 218 da Constituição Federal; Lei nº 13.844, de 18/06/2019; Lei 13.243 de 11/01/2016; Lei 10.973 de 02/12/2004; Decreto nº 9689 de 23 de janeiro de 2019; Decreto nº 9.283 de 07/02/2018.		Lei no 12.187/2009, que estabelece em lei federal as metas da Política Nacional sobre Mudança do Clima , o Plano Nacional sobre Mudança do Clima e o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima . Portaria MCT no 728, de 20 de novembro de 2007, que institui a Rede Brasileira de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas Globais – Rede CLIMA. Decreto no 2652 de 01.07.1998; Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima . Portaria Ministerial MCTIC no 3017, de 12/06/2018, publicada no DOU de 14/06/2018 (no 113, Seção 1, pág. 65), que estabelece nova metodologia e rotina operacional para elaboração das Previsões Climáticas Sazonais. Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial, Portaria MCTI nº 4.617, de 6 de abril de 2021.	
20V9	Monitoramento da Cobertura da Terra e do Risco de Queimadas e Incêndios Florestais (INPE)	217I	Atuação de Órgãos Colegiados Integrantes da Estrutura do MCTI
Artigo 218 da Constituição Federal; Lei nº 13.844, de 18/06/2019; Decreto PPCDAM-PPCerrado, de 15 de setembro de 2010; Decreto nº 10.142, de 20 de novembro de 2019		Constituição Federal - Art. 218; Lei nº 11.794, de 2008, que regulamenta o inc. VII do parágrafo 1º do art. 225 da Constituição Federal, estabelecendo procedimentos para o uso científico de animais; Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005 (principalmente o Capítulo III – Da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio); Lei nº 9.257, de 9 de janeiro de 1996, que dispõe sobre o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia –CNT. Seção IV da Portaria MCTI nº 3.410, de 10.09.2020	
		21AD	Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação nas Unidades de Pesquisa do MCTI
		Art. 218 da Constituição Federal; Lei nº 13.243 de 11/01/2016; Lei nº 10.973 de 02/12/2004; Lei nº 13.844, de 18/06/2019; Decreto nº 9689 de 23 de janeiro de 2019; Decreto nº 9.283 de 07/02/2018.	
		2495	Controle de Bens Sensíveis
		Lei nº 9112, de 18/10/1995; Decreto nº 4.214, de 30/04/2002; Decreto nº 2.074, de 14/11/1996; Portaria nº 3.410, de 10/09/2020; Portaria MCTI n.º 436, de 14.06.2012.	
		4210	Formulação, Gestão e Manutenção de Políticas e do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovações
		Art. 218, CF; Lei nº 13.844, de 18/06/2019; Decreto nº 5.820/06, alterado pelo Decreto nº 8.061/2013 e Decreto nº 5.151/2004.	
		4641	Publicidade de Utilidade Pública
		Art. 37 da Constituição Federal de 1988; Lei nº 14.060, de 2020; Lei nº 13.844, de 2019; Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom: 1. Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017 que dispõe sobre a conceituação das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências; 2. Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares; 3. Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal.	
		6147	Cooperação Internacional em Ciência, Tecnologia e Inovação
		Lei nº 7.781, de 27 de junho de 1989; Lei nº 4.118, de 27 de agosto de 1962; Decreto nº 10.463/2020 (Estrutura Regimental do MCTI);	
		6702	Apoio a Projetos e Eventos de Educação, Divulgação e Popularização da Pesquisa e Desenvolvimento
		Art. 218 da Constituição Federal; Decreto nº 9689 de 23 de janeiro de 2019; Decreto n 10.463, de 2020 (Estrutura Regimental do MCTI); Portaria MCTI nº 3.410, de 10/09/2020.	
24201	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico		

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO-2022, Art. 9º, inciso IV	
Ação Orçamentária / Base legal	
00LV	Formação, Capacitação e Fixação de Recursos Humanos para o Desenvolvimento Científico
Art. 23, inciso V e Art. 218 da Constituição Federal, Lei nº 13.243/2016, Decreto nº 9.283/2018 e Art. 2º e 3º do Anexo I do Decreto nº 8.866/2016.	
00RL	Formação e Expansão da Capacitação de Recursos Humanos em Atividades de Pesquisa Tecnológica, Empreendedorismo e Inovação
Art. 23, inciso V e Art. 218 da Constituição Federal, Lei nº 13.243/2016, Decreto nº 9.283/2018 e Arts. 2º e 3º do Anexo I do Decreto nº 8.866/2016.	
2000	Administração da Unidade
Lei nº 1310 de 15/01/1951.	
20US	Fomento a Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Científico
Art. 23, inciso V e Art. 218 da Constituição Federal, Lei nº 13.243/2016, Decreto nº 9.283/2018 e Arts. 2º e 3º do Anexo I do Decreto nº 8.866/2016	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.	
21AF	Fomento a Projetos de Desenvolvimento e Difusão Tecnológica, Empreendedorismo e Inovação
Art. 23, inciso V e Art. 218 da Constituição Federal, Lei nº 13.243/2016, Decreto nº 9.283/2018 e Art. 2º e 3º do Anexo I do Decreto nº 8.866/2016	
4210	Formulação, Gestão e Manutenção de Políticas e do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovações
art. 218, CF; Lei nº 13.844, de 18/06/2019; Decreto nº 7.462/11; Decreto nº 5.820/06, alterado pelo Decreto nº 8.061/2013 e Decreto nº 5.151/2004. Portaria MCTI (avaliação), Lei de Inovação, Marco Legal	
6147	Cooperação Internacional em Ciência, Tecnologia e Inovação
Lei nº 10.973 de 2 de dezembro de 2004; Lei 13.243 de 11 de janeiro de 2016. Lei Nº 7.781, de 27 de junho de 1989. DECRETO Nº 8.877, DE 18 DE OUTUBRO DE 2016 (revogado pelo Decreto, PORTARIA Nº 5.184, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2016. Decreto nº 8.866/2016. Art. 2º e 3º do Anexo I.	
6702	Apoio a Projetos e Eventos de Educação, Divulgação e Popularização da Pesquisa e Desenvolvimento
Lei nº 13.243/2016 e Decreto nº 8.866/2016.	
24204	Comissão Nacional de Energia Nuclear
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica
PLDO 2022, art. 12, inciso XVI, alínea b; Decreto nº 8.886, de 24 de outubro de 2016.	
12P1	Implantação do Reator Multipropósito Brasileiro
Lei nº 4.118, de 27 de agosto de 1962; Lei nº 7.781, de 27 de junho de 1989.	
13CM	Implantação do Centro Tecnológico Nuclear e Ambiental - CENTENA
Lei nº 4.118 de 27/08/62 que dispõe sobre a criação da CNEN e Lei nº 7.781 de 27/06/89 que dá nova redação. Art. 13 da Lei 10.308 de 20 de novembro de 2001 estabelece que cabe à CNEN a administração e a operação de depósitos intermediários e finais, e seu Art. 2º especifica que a União, através da CNEN, é responsável pelo destino final dos rejeitos radioativos produzidos em território nacional	
13CN	Implantação do Laboratório de Fusão Nuclear
Lei nº 6.189, de 16 de dezembro de 1974, Art. 2º, inciso IV, alínea c Lei nº 7.781, de 27 de junho de 1989.	
2000	Administração da Unidade
Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019.	
20UW	Segurança Nuclear, Controle de Material Nuclear e Proteção Física de Instalações Nucleares e Radiativas
Lei nº 4.118 de 27/08/62 que dispõe sobre a criação da CNEN e Lei nº 7.781 de 27/06/89 que dá nova redação	
20UX	Desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia Nucleares
Lei nº 4.118, de 27 de agosto de 1962; Lei nº 6.189, de 16 de dezembro de 1974, art. 2º, inciso IV, alínea c; Lei nº 7.781, de 27 de junho de 1989.	
20UY	Radioproteção, Dosimetria e Metrologia das Radiações Ionizantes
Lei nº 4.118 de 27/08/62 que dispõe sobre a criação da CNEN e Lei nº 7.781 de 27/06/89 que dá nova redação.	
215N	Prestação de Serviços Tecnológicos
Lei nº 6.189, de 16 de dezembro de 1974, art. 2º, inciso VII. Lei nº 10.973/2004 Lei nº 13.243/2016	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E.	
218E	Armazenamento de Rejeitos Radiativos e Proteção Radiológica
Lei nº 10.308, de 20 de novembro de 2001.	
21DM	Cooperação Internacional, Assessoria Técnica, Representação Institucional e Coordenação da Agenda de Assuntos Internacionais da CNEN
Lei 4.118, de 27/08/62 que dispõe sobre a criação da CNEN; e Lei 7.781, de 27/06/89.	
2478	Produção e Fornecimento de Radiofármacos no País
Lei nº 6.189, de 16 de dezembro de 1974, art. 2º, inciso XVI.	
2832	Formação Especializada para o Setor Nuclear
Lei nº 6.189, de 16 de dezembro de 1974, art. 2º, inciso IV, alínea b. Lei nº 7.781, de 27 de junho 1989.	
24205	Agência Espacial Brasileira
00OQ	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020, LDO-2020, artigo 12, inciso XVI: "O Projeto de Lei Orçamentária de 2021 e a respectiva Lei discriminarão, em categorias de programação específicas, as dotações destinadas: (...) XVI - aos pagamentos de anuidades ou de participação em organismos e entidades nacionais ou internacionais, da seguinte forma: a) para valores acima de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), ou o equivalente em moeda estrangeira em que o compromisso tenha sido estipulado, conforme taxa de câmbio utilizada como parâmetro na elaboração do Projeto de Lei Orçamentária, em programação específica, que deverá identificar nominalmente cada beneficiário;	
154L	Implementação do Plano de Absorção e Transferência de Tecnologia no Âmbito do Satélite Geostacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas - SGDC
Art. 218 CF – Conforme previsto neste artigo, cabe ao Estado promover e incentivar o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação. Na área espacial a Agência Espacial Brasileira (AEB), criada pela Lei nº 8.854/94, tem o papel de zelar pelo cumprimento da Política Nacional de Atividades Espaciais, formalizada pelo Decreto nº 1.332/94, sendo a AEB o órgão central do Sistema Nacional de Atividades Espaciais, criado pelo Decreto nº 1.953/96. O Decreto nº 7.769/2012 determinou a implementação da gestão do planejamento, da construção e do lançamento do Satélite Geostacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas – SGDC, prevendo em seu art. 10 o plano de absorção e transferência de tecnologia.	
2000	Administração da Unidade
Lei nº 8.854, de 10 de FEVEREIRO de 1984.	
20VB	Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Formação de Capital Humano para o Setor Espacial
O art. 218 da CF/88 define que, cabe ao Estado promover e incentivar o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação. No que se refere a área espacial a Agência Espacial Brasileira (AEB), criada pela Lei nº 8.854/94, tem o papel de zelar pelo cumprimento da Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (PND AE), formalizada pelo Decreto nº 1.332/94, sendo a AEB o órgão central do Sistema Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (SINDAE), criado pelo Decreto nº 1.953/96. A ação orçamentária está em conformidade com as competências expressas no art. 3 da lei nº 8.854/94 que cria, com natureza civil, a Agência Espacial Brasileira (AEB) e dá outras providências.	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.	
21AG	Desenvolvimento de Sistemas Espaciais
O art. 218 da CF/88 define que, cabe ao Estado promover e incentivar o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação. No que se refere a área espacial a Agência Espacial Brasileira (AEB), criada pela Lei nº 8.854/94, tem o papel de zelar pelo cumprimento da Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (PND AE), formalizada pelo Decreto nº 1.332/94, sendo a AEB o órgão central do Sistema Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (SINDAE), criado pelo Decreto nº 1.953/96. A ação orçamentária está em conformidade com as competências expressas no art. 3 da lei nº 8.854/94.	
21AH	Governança, Estudos Estratégicos e Regulação de Atividades Espaciais
O art. 218 da CF/88 define que, cabe ao Estado promover e incentivar o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação. Na área espacial a Agência Espacial Brasileira (AEB), criada pela Lei nº 8.854/94, tem o papel de zelar pelo cumprimento da Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (PND AE), formalizada pelo Decreto nº 1.332/94, sendo a AEB o órgão central do Sistema Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (SINDAE), criado pelo Decreto nº 1.953/96. A ação orçamentária está em conformidade com as competências expressas no art. 3 da lei nº 8.854/94.	
21AI	Infraestrutura e Aplicações Espaciais
O art. 218 da CF/88 define que, cabe ao Estado promover e incentivar o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação. No que se refere a área espacial a Agência Espacial Brasileira (AEB), criada pela Lei nº 8.854/94, tem o papel de zelar pelo cumprimento da Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (PND AE), formalizada pelo Decreto nº 1.332/94, sendo a AEB o órgão central do Sistema Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (SINDAE), criado pelo Decreto nº 1.953/96. A ação orçamentária está em conformidade com as competências expressas no art. 3 da lei nº 8.854/94.	
7F40	Implantação do Centro Espacial de Alcântara - CEA
"Art. 218 CF – Conforme previsto neste artigo, cabe ao Estado promover e incentivar o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação. Na área espacial a Agência Espacial Brasileira (AEB), criada pela Lei nº 8.854/94, tem o papel de zelar pelo cumprimento da Política Nacional de Atividades Espaciais, formalizada pelo Decreto nº 1.332/94, sendo a AEB o órgão central do Sistema Nacional de Atividades Espaciais, criado pelo Decreto nº 1.953/96. A ação está em conformidade com o art. 3 da lei nº 8.854/94 que cria, com natureza civil, a Agência Espacial Brasileira (AEB) e dá outras providências. O art. 3 define que a AEB compete: IX - estimular a pesquisa científica e o desenvolvimento tecnológico nas atividades de interesse da área espacial; X - estimular o acesso das entidades nacionais aos conhecimentos obtidos no desenvolvimento das atividades espaciais, visando ao seu aprimoramento tecnológico; XI - articular a utilização conjunta de instalações técnicas espaciais, visando à integração dos meios disponíveis e à racionalização de recursos; XII - identificar as possibilidades comerciais de utilização das tecnologias e aplicações espaciais, visando a estimular iniciativas empresariais na prestação de serviços e produção de bens; XIII - estabelecer normas e expedir licenças e autorizações relativas às atividades espaciais; XIV - aplicar as normas de qualidade e produtividade nas atividades espaciais. Lei nº 13.971/2019 (PPA 2020-23) - Programa 2207 - Programa Espacial Brasileiro;"	
24209	Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada - S.A. - CEITEC
6432	Pesquisa, Desenvolvimento, Fabricação e Comercialização de Componentes Semicondutores
Constituição Federal de 1988, artigos 218 e 219; Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007; Lei nº 11.759, de 31 de julho de 2008; Lei nº 12.745, de 19 de dezembro de 2012; Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016; Decreto nº 6.638, de 7 de novembro de 2008; Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016.	
24901	Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

LDO-2022, Art. 9º, inciso IV	
Ação Orçamentária / Base legal	
005V	Cobertura de Despesas de Administração e de Despesas Operacionais do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, e Decreto nº 6.938, de 13 de agosto de 2009)
Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, arts. 8º e 13; Decreto Nº 6.938, de 13 de agosto de 2009	
0741	Equalização de Taxa de Juros em Financiamento à Inovação Tecnológica (Lei nº 10.332, de 2001)
Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969 Constituição Federal de 1988 Art. 218 Lei nº 11.540 de 2007 Art. 12º, Inciso I (c) Decreto nº 6.938 de 2009 Lei nº 10.973 de 2004 Decreto nº 9.283 de 2018 Art. 6º, §1º, Inciso III Lei nº 10.332, de 19 de dezembro de 2001 Art. 1º, Inciso V e Art.3º, Inciso II Decreto nº 4.195, de 11 de abril de 2002. Art 2º, Inciso II	
0745	Investimento em Empresas Inovadoras
Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969 Constituição Federal de 1988 Lei nº 11.540 de 2007 Decreto nº 6.938 de 2009 Lei nº 10.973 de 2004 Decreto nº 9.283 de 07 de fevereiro de 2018 Art. 4º Lei nº 10.332, de 19 de dezembro de 2001 Art. 1º, Inciso V e Art.3º, Inciso III Decreto nº 4.195, de 11 de abril de 2002. Art 2º, Inciso II	
0A29	Subvenção Econômica a Projetos de Desenvolvimento Tecnológico (Lei nº 10.973, de 2004)
Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969 Constituição Federal de 1988 Lei nº 11.540 de 2007 Art. 12º, Inciso I (b) Decreto nº 6.938 de 2009 Lei nº 10.973 de 2004 Art.19º, § 3º, 4º e 5º Decreto nº 9.283 de 07 de fevereiro de 2018 Art. 6º, §1º, Inciso III e Art. 21º a 24º Lei nº 10.332, de 19 de dezembro de 2001 Art. 1º, Inciso V e Art.3º, Inciso IV	
12P1	Implantação do Reator Multipropósito Brasileiro
Lei nº 4.118, de 27 de agosto de 1962; Lei nº 7.781, de 27 de junho de 1989.	
13CL	Construção de Fonte de Luz Síncrotron de 4ª geração - SIRIUS, por Organização Social (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)
CF/88, art. 218 § 1º, 2º, 3º; Lei 9637 de 15/05/98; Decreto nº 9.190 de 01/11/2017; Decreto nº 2405 de 26/11/1997; e Contrato de Gestão entre a União e o CNPEM/OS. Decreto 9689 de 23 de janeiro de 2019	
15XQ	Implantação do Laboratório Nacional de Máxima Contenção Biológica – LNMCB, por Organização Social (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)
O projeto está pautado na Lei 13.260/16, a Lei Antiterrorismo, que enquadra no crime de terrorismo o uso ou a ameaça de uso, o transporte, a guarda, o porte de explosivos, gases tóxicos, venenos, conteúdos biológicos, químicos, nucleares ou outros meios capazes de causar danos ou promover destruição em massa. Cabendo à Polícia Federal a investigação criminal, em sede de inquérito policial, e à Justiça Federal o seu processamento e julgamento, nos termos do inciso IV do art. 109 da Constituição Federal, dos crimes previstos nessa Lei, quando praticados contra o interesse da União. A Lei Nacional de Biossegurança, Lei 11.105, de 24 de março de 2005, que regulamenta os incisos II, IV e V do §1º do Art. 225 da Constituição Federal, e que estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados – OGM e seus derivados. Por meio dessa lei foi criado o Conselho Nacional de Biossegurança – CNBS e reestruturada a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), vinculada ao MCTI. A Portaria GM/MS Nº 2031, de 23 de setembro de 2004, que dispõe sobre a organização do Sistema Nacional de Laboratórios de Saúde Pública. O Regulamento Sanitário Internacional (RSI) de 2005, que entrou em vigor no dia 15 de junho de 2007, e é um instrumento jurídico internacional vinculativo para 196 países em todo o mundo, do qual o Brasil é signatário e que tem como objetivo primordial ajudar a comunidade internacional a prevenir e responder a graves riscos de saúde pública que têm o potencial de atravessar fronteiras e ameaçar pessoas em todo o mundo.	
2095	Fomento a Projetos de Implantação, Recuperação e Modernização da Infraestrutura de Pesquisa das Instituições Públicas (CT-Infra)
Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969 Art. 3A e Art. 3B Constituição Federal de 1988 Art. 218º Lei nº 11.540 de 2007 Art. 11 Decreto nº 6.938 de 2009 Lei nº 10.973 de 2004 Decreto nº 9.283 de 2018 Lei nº 10.197, de 14 de fevereiro de 2001 Art. 1º, Art. 4º, Inciso III Lei nº 10.052, de 28 de novembro de 2000 Decreto nº 3.807, de 26 de abril de 2001 Art. 1º, 2º e 4º	
2014	Fomento a Pesquisa e Desenvolvimento em Áreas Básicas e Estratégicas
Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969 Constituição Federal de 1988 Art. 218 Lei nº 11.540 de 2007 Decreto nº 6.938 de 2009 Lei nº 10.973 de 2004 Decreto nº 9.283 de 2018 Lei nº 11.540 de 12 de novembro de 2007 Art. 14º	
2113	Fomento à Pesquisa e à Inovação Tecnológica (CT-Verde Amarelo)
Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969 Constituição Federal de 1988 Art. 218º Lei nº 11.540 de 2007 Art. 12º, Inciso I (a) Decreto nº 6.938 de 2009 Lei nº 10.973 de 2004 Decreto nº 9.283 de 2018 Art. 3º Lei nº 10.332, de 19 de dezembro de 2001 Art. 1º, inciso V, e art. 5º Decreto nº 4.195 de 2002 Art. 1º Lei 10.168 de 29 de dezembro de 2000 Art. 4º, 5º e 6º	
2119	Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor Mineral (CT-Mineral)
Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969 Art.; 3º, Inciso I (b) Constituição Federal de 1988 Art. 218 Lei nº 11.540 de 2007 Decreto nº 6.938 de 2009 Lei nº 10.973 de 2004 Decreto nº 9.283 de 2018 Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990 Art. 2º, § 2º, inciso II Lei nº 13.540, de 18 de dezembro de 2017 Decreto nº 3.866, de 16 de julho de 2001 Art. 1º Lei nº 9.993 de 24 de julho de 2000	
212H	Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)
CF/88, art. 218 § 1º, 2º, 3º; Lei nº 9.637 de 15/05/98; Decreto 9689 de 23 de janeiro de 2019; Decreto nº 9.190 de 01/11/2017; Decreto nº 4.078 de 9/01/2002 (CGEE); Decreto nº 4.077 de 9/01/2002 (RNP); Decreto nº 3.605 de 20/09/2000 (IMPA); Decreto S/N de 04 de junho de 1999 (IDSM); Decreto nº 2.405 de 26/11/1997 (CNPEM); Decreto S/N de 02 de setembro de 2013 (Embrapii); Portaria MCTIC nº 1.917, de 2020; Contratos de Gestão celebrados entre a União e as Organizações Sociais e Instrução Normativa GM nº 1 de 26 de Março de 2021.	
2189	Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Energia Elétrica (CT-Energ)
Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969 Constituição Federal de 1988 Art. 218 Lei nº 11.540 de 2007 Decreto nº 6.938 de 2009 Art. 3º, Inciso I (c) Lei nº 10.973 de 2004 Decreto nº 9.283 de 2018 Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000 Art. 4º, Inciso I, § 1º e 2º e Art. 5º, Inciso II Decreto nº 3.867, de 16 de julho de 2001 Art. 1º	
2191	Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Transportes Terrestres e Hidroviários (CT-Transporte)
Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969 Constituição Federal de 1988 Art. 218 Lei nº 11.540 de 2007 Decreto nº 6.938 de 2009 Lei nº 10.973 de 2004 Decreto nº 9.283 de 2018 Lei nº 9.992, de 24 de julho de 2000 Art. 1º, § 1º e 3º Decreto nº 4.324, de 6 de agosto de 2002: Art. 1º e 3º	
2223	Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Recursos Hídricos (CT-Hidro)
Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969 Constituição Federal de 1988 Art. 218 Lei nº 11.540 de 2007 Decreto nº 6.938 de 2009 Lei nº 10.973 de 2004 Decreto nº 9.283 de 2018 Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990 Art. 1º, Inciso V, § 3º e 6º Lei nº 9.993, de 24 de julho de 2000 Art. 3º Decreto nº 3.874, de 19 de julho de 2001 Art. 1º	
2357	Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor Espacial (CT-Espacial)
Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969 Constituição Federal de 1988 Art. 218 Lei nº 11.540 de 2007 Decreto nº 6.938 de 2009 Lei nº 10.973 de 2004 Decreto nº 9.283 de 2018 Lei nº 9.994, de 24 de julho de 2000 Art.1º, Incisos I, II, III e IV e Art. 2º Decreto nº 3.915, de 12 de setembro de 2001 Art. 1º	
2997	Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Saúde (CT-Saúde)
Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969 Constituição Federal de 1988 Art. 218º Lei nº 11.540 de 2007 Decreto nº 6.938 de 2009 Lei nº 10.973 de 2004 Decreto nº 9.283 de 2018 Lei nº 10.332, de 19 de dezembro de 2001 Art. 1º, Inciso II. Decreto nº 4.143, de 25 de fevereiro de 2002	
4031	Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Biotecnologia (CT-Biotecnologia)
Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969 Constituição Federal de 1988 Art. 218º Lei nº 11.540 de 2007 Decreto nº 6.938 de 2009 Lei nº 10.973 de 2004 Decreto nº 9.283 de 2018 Lei nº 10.332, de 19 de dezembro de 2001 Art. 1º, Inciso III. Decreto nº 4.154, de 07 de março de 2002	
4043	Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Agronegócio (CT-Agronegócio)
Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969 Constituição Federal de 1988 Lei nº 11.540 de 2007 Decreto nº 6.938 de 2009 Lei nº 10.973 de 2004 Decreto nº 9.283 de 2018 Lei nº 10.332, de 19 de dezembro de 2001 Art. 1º, Inciso I. Decreto nº 4.157, de 12 de março de 2002	

LDO-2022, Art. 9º, inciso IV	
Ação Orçamentária / Base legal	
4053 Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor Aeronáutico (CT-Aeronáutico) Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969 Constituição Federal de 1988 Art. 218 Lei nº 11.540 de 2007 Decreto nº 6.938 de 2009 Lei nº 10.973 de 2004 Decreto nº 9.283 de 2018 Lei nº 10.332, de 19 de dezembro de 2001 Art. 1º, Inciso IV. Decreto nº 4.179, de 02 de abril de 2002	00R0 Pagamento de acordo homologado em juízo - Serviço Federal de Processamento de Dados - Ação Trabalhista 204700-25.1989.5.02.0039 Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997. Art. 842 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Acordo homologado em juízo na Ação Trabalhista 204700-25.1989.5.02.0039.
4156 Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Petróleo e Gás Natural (CT-Petro) Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969 Art. 3º, Inciso I Constituição Federal de 1988 Art. 218 Lei nº 11.540 de 2007 Decreto nº 6.938 de 2009 Lei nº 10.973 de 2004 Decreto nº 9.283 de 2018 Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 Art. 49, Inciso I (d) e Inciso II (f) § 1º e § 2º Decreto nº 2.851, de 30 de novembro de 1998 Art. 1º, §1º e Art. 2º Decreto nº 2.705, de 3/8/1998 Decreto nº 3.318, de 30/12/1999 Art. 5º	00RR Cumprimento de Obrigações Decorrentes da Reestruturação da Participação do Estado no Setor Econômico Lei nº 9.491, de 9 setembro de 1997 - Altera procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização, revoga a Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências; Decreto nº 9.589, de 29 de novembro de 2018 - Dispõe sobre os procedimentos e os critérios aplicáveis ao processo de liquidação de empresas estatais federais controladas diretamente pela União; e Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019 - aprova a estrutura do Ministério da Economia.
4185 Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Tecnologia da Informação (CT-Info) Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969 Constituição Federal de 1988 Lei nº 11.540 de 2007 Decreto nº 6.938 de 2009 Lei nº 10.973 de 2004 Decreto nº 9.283 de 2018 Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 Art. 11, §1º e Inciso III, §2º Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2000 Art. 13º, Inciso III Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006;	0556 Apoio Financeiro à Fundação Getúlio Vargas Decreto-Lei nº 6.693, de 14 de julho de 1944, o qual autoriza a criação da FGV; Decreto-Lei nº 9.486, de 18 de julho de 1946, o qual autoriza a consignar, no orçamento federal, dotação para realizar transferência financeira para a FGV; Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019 - aprova a estrutura do Ministério da Economia;;
4185 Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Tecnologia da Informação (CT-Info) Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969 Constituição Federal de 1988 Lei nº 11.540 de 2007 Decreto nº 6.938 de 2009 Lei nº 10.973 de 2004 Decreto nº 9.283 de 2018 Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 Art. 11, §1º e Inciso III, §2º Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2000 Art. 13º, Inciso III Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006;	2000 Administração da Unidade Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 - Dispõe sôbre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências; Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 - previsão de pagamento de bolsa estágio e auxílio-transporte aos estudantes; Decreto nº 4.004, de 8 de novembro de 2001 - ajuda de custo com deslocamento de domicílio; e Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019.
4947 Fomento a Projetos Institucionais de Ciência e Tecnologia Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969 Constituição Federal de 1988 Art. 218 Lei nº 11.540 de 2007 Decreto nº 6.938 de 2009 Lei nº 10.973 de 2004 Decreto nº 9.283 de 2018 Lei nº 11.540 de 12 de novembro de 2007 Art. 14º	20QN Gestão de Assuntos Internacionais Decreto nº 9.745, de 08 de abril de 2019 - aprova a estrutura do Ministério da Economia.
4949 Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa na Região Amazônica (CT-Amazônia) Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969 Constituição Federal de 1988 Art. 218 Lei nº 11.540 de 2007 Decreto nº 6.938 de 2009 Lei nº 10.973 de 2004 Decreto nº 9.283 de 2018 Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967 Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991 Art. 2º, § 3º e 4º e Inciso II Decreto nº 10.521, de 15 de outubro de 2020 Art. 5º, § 1º e Inciso II, Art. 27, Inciso IV e VI	20TT Promoção do Desenvolvimento do Setor de Comércio e Serviços Constituição Federal (art 170 e 179); Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 - Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014 - Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994 - Dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afim: e dá outras providências; Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Institui o Código Civil; Lei nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007 - Estabelece diretrizes e procedimentos para a simplificação e integração do processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, cria a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - REDESIM; Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019 - Institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica; estabelece garantias de livre mercado; Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996 - Regulamenta a Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, que dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins e dá outras providências; Decreto nº 9.745, de 08 de abril de 2019 - aprova a estrutura do Ministério da Economia; Instrução Normativa SGD/ME nº 202, de 18 setembro de 2019; Resolução CGSIM Nº 51, de 11 de Junho de 2019; Resolução CGSIM Nº 61, de 12 de agosto de 2020; Instrução Normativa DREI nº 81, de 10 de junho de 2020; Instrução Normativa (IN) 01/2013; Instrução Normativa (IN) 16/2013; Instrução Normativa (IN) 66/2019; Instrução Normativa SGD/ME nº 202, de 18 setembro de 2019; Instrução Normativa (IN) 57/2019. Instrução Normativa (IN) 62/2019.
8563 Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Transporte Aquaviário e de Construção Naval (CT-Aquaviário) Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969 Constituição Federal de 1988 Art. 218 Lei nº 11.540 de 2007 Decreto nº 6.938 de 2009 Lei nº 10.973 de 2004 Decreto nº 9.283 de 2018 Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004 Art. 17º, §1º Decreto nº 5.252, de 22 de outubro de 2004 Art. 1º e 3º	20TU Manutenção, Desenvolvimento e Modernização de Sistemas Informatizados de Comércio Exterior Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966 - Dispõe sobre o imposto de importação e os serviços aduaneiros; Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990, art. 5º Lei nº 8.402, de 08 de janeiro de 1992, art. 1º, §2º - Base legal dos regimes de Drawback; Lei nº 11.945, de 04 de junho de 2009, art. 12 Lei nº 12.350, de 20 de dezembro de 2010, art. 31 Decreto nº 660, de 25 de setembro de 1992 - Institui o Sistema Integrado de Comércio Exterior - SISCOMEX; Decreto nº 6.759, de 05 de fevereiro de 2009 - Regulamento Aduaneiro; Decreto nº 9.745, de 08 de abril de 2019 - Aprova a estrutura do Ministério da Economia;
25101 Ministério da Economia - Administração Direta	
00IO Inventariança do Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND (Extinto pela Lei nº 12.431, de 2011) Lei nº 12.431, de 2011; e Decreto nº 9.052, de 15 de maio de 2017.	
00OQ Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, art. 12.	
00PN Participação do Brasil, como País não Membro, em Atividades de Cooperação Econômica junto à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e seus órgãos vinculados Decreto Legislativo nº 55, de 18 de junho de 2019; Decreto nº 10.109, de 7 de novembro de 2019; Ofício nº 7180/2017-MP, de 7 de fevereiro de 2017; Carta Convite da OCDE, de 12 de setembro de 2016;	
00QF Integralização de Cotas em Fundo de Apoio à estruturação e ao desenvolvimento de projetos de concessões e parcerias público-privadas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios Lei nº 13.529, de 4 de dezembro de 2017 - Dispõe sobre a participação da União em fundo de apoio à estruturação e ao desenvolvimento de projetos de concessões e parcerias público-privadas; Decreto nº 9.217, de 4 de dezembro 2017 - Dispõe sobre a composição, o funcionamento e a competência do Conselho de Participação no Fundo de Apoio à Estruturação e ao Desenvolvimento de Projetos de Concessão e Parcerias Público-Privadas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e autoriza a União a proceder à integralização de cotas em fundo administrado pela Caixa Econômica Federal.; e Decreto nº 10.218, de 30 de janeiro de 2020 - Transfere a Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos da Casa Civil da Presidência da República para o Ministério da Economia.	

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO-2022, Art. 9º, inciso IV	
Ação Orçamentária / Base legal	
2001	Aperfeiçoamento da Gestão Pública
Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 - Dispõe sôbre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e da outras providências; Lei nº 7.834, de 6 de outubro de 1989 - EPPGGs; Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 - Licitações e contratos; Lei nº 9.620, de 2 de abril de 1998 - ACEs; Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998 - OSs; Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 - Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências; Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007 - AIEs e EISs; Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 - MROSC - Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil; Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017 - Direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública; Lei nº 13.934, de 11 de dezembro de 2019 - Contrato de desempenho; Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007 - Dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, e dá outras providências; Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016 - Regulamenta a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, para dispor sobre regras e procedimentos do regimejurídico das parcerias celebradas entre a administração pública federal e as organizações da sociedade civil; Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017 - Direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública; Decreto nº 9.190, de 1º de novembro de 2017 - OS; Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017 - Governança pública; Decreto nº 9.492, de 5 de setembro de 2018 - Direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública); Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 - Contratação indireta; Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019 -Estabelece medidas de eficiência organizacional para o aprimoramento da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, estabelece normas sobre concursos públicos e dispõe sobre o Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal - SIORG; Decreto nº 9.745, de 08 de abril de 2019 - aprova a estrutura do Ministério da Economia; Decreto nº 9.764, de 11 de abril de 2019 - Recebimento de doações pela APF; Decreto nº 10.024, de 20 de Setembro de 2019 - Pregão eletrônico; Decreto nº 10.035, de 01 de outubro de 2019 - Plataforma +Brasil;	
2004	Governança do Patrimônio Imobiliário da União
Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946 - Dispõe sôbre os bens imóveis da União e dá outras providências; Lei 9.636, de 15 de maio de 1998 - regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União; Lei nº 11.481, de 31 de maio de 2007 - Dá nova redação a dispositivos das Leis nos 9.636, de 15 de maio de 1998, 8.666, de 21 de junho de 1993, 11.124, de 16 de junho de 2005, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, 9.514, de 20 de novembro de 1997, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e dos Decretos-Leis nos 9.760, de 5 de setembro de 1946, 271, de 28 de fevereiro de 1967, 1.876, de 15 de julho de 1981, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987; prevê medidas voltadas à regularização fundiária de interesse social em imóveis da União; e dá outras providências; Lei nº 13.139, de 26 de junho de 2015 - Altera os Decretos-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, e o Decreto-Lei nº 1.876, de 15 de julho de 1981; dispõe sobre o parcelamento e a remissão de dívidas patrimoniais com a União; e dá outras providências; Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015 - Dispõe sobre a administração, a alienação, a transferência de gestão de imóveis da União e seu uso para a constituição de fundos; Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017 - Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana; Lei 13.813, de 2019 - transferência de imóveis do Fundo do Regime Geral de Previdência Social para a União, sobre a administração, a alienação e a gestão dos imóveis da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA, extingue o Fundo Contingente da Extinta RFFSA - FC e dispõe sobre a gestão dos imóveis da União; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 - estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Lei nº 14.011, de 10 de junho de 2020 - Aprimora os procedimentos de gestão e alienação dos imóveis da União; e Decreto nº 9.745, de 08 de abril de 2019 - aprova a estrutura do Ministério da Economia.	
2026	Gestão de Políticas Econômicas e Fiscais
Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal; Decreto nº 92.452, de 10 de março de 1986 - Criação da Secretaria do Tesouro Nacional; Decreto nº 9.745, de 08 de abril de 2019 - Estrutura Regimental do ME; Decreto nº 10.393, de 9 de junho de 2020 - Institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira - FBFE; Portaria Interministerial nº 413, de 31 de dezembro de 2002 - Programa Nacional de Educação Fiscal; e Portaria nº 285, de 14 de junho de 2018 - Regimento Interno da STN.	
2027	Gestão de Sistemas Informatizados de Administração Financeira e Contábil
Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - LRF; Decreto 92.452, de 10 de março de 1986 - Criação da STN; Decreto nº 9.745, de 08 de abril de 2019 - Estrutura Regimental do ME; Decreto nº 10.393, de 9 de junho de 2020 - Institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira - FBFE; Portaria Interministerial nº 413, de 31 de Dezembro de 2002 - Programa Nacional de Educação Fiscal; Portaria nº 285, de 14 de junho de 2018 - Regimento Interno da STN.	
2028	Acompanhamento e Controle de Atividades Econômicas
Decreto-Lei nº 6.259, de 10 de fevereiro de 1944 - Dispõe sôbre o serviço de loterias; Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967 - Dispõe sôbre a exploração de loterias; Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971 - Abre a legislação sôbre distribuição gratuita de prêmios, mediante sorteio, vale-brinde ou concurso, a título de propaganda, estabelece normas de proteção à poupança popular, e dá outras providências; Lei nº 7.291, de 19 de dezembro de 1984 - Dispõe sobre as atividades da equídeocultura no País, e dá outras providências; Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, art. 9º, inc. VI; Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011 - Estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; Decreto nº 9.745, de 08 de abril de 2019 - Estrutura Regimental do ME; e Portaria MF nº 537 de novembro de 2013.	
2020	Promoção, Fiscalização e Gestão do Comércio Exterior
Lei nº 9.019, de 30 de março de 1995 - Dispõe sobre a aplicação dos direitos previstos no Acordo Antidumping e no Acordo de Subsídios e Direitos Compensatórios, e dá outras providências; Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011 - Institui o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra); Lei nº 12.995, de 18 de junho de 2014, Arts. 17, 18 e 19 - Dispõem sobre aspectos operacionais específicos dos processos de defesa comercial; Decreto nº 1.488, de 11 de maio de 1995 - Regulamenta as normas que disciplinam os procedimentos administrativos relativos à aplicação de medidas de salvaguarda; Decreto nº 1.751, de 19 de dezembro de 1995 - Regulamenta as normas que disciplinam os procedimentos administrativos relativos à aplicação de medidas compensatórias; Decreto nº 1.936, de 20 de junho de 1996 - Altera dispositivos do Decreto nº 1.488, de 11 de maio de 1995, que regulamenta as normas que disciplinam os procedimentos administrativos relativos à aplicação de medidas de salvaguarda; Decreto nº 2.667, de 10 de julho de 1998 - Dispõe sobre a execução do Décimo Nono Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica n.º 18, entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, de 17 de dezembro de 1997; Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013 - Regulamenta os procedimentos administrativos relativos à investigação e à aplicação de medidas antidumping; Decreto nº 9.107, de 26 de julho de 2017 - Dispõe sobre os prazos e os requisitos aplicáveis às indústrias fragmentadas no âmbito de investigações de defesa comercial; Decreto nº 9.745, de 08 de abril de 2019 -aprova a estrutura do Ministério da Economia; Decreto nº 10.044, de 04 de outubro de 2019 - Dispõe sobre a Câmara de Comércio Exterior; Portaria SECEX nº 13, de 29 de janeiro de 2020 - Disciplina os procedimentos administrativos de avaliação de interesse público em medidas de defesa comercial; Portaria SECEX nº 87, de 31 de março de 2021 - Dispõe sobre procedimento especial de verificação de origem não preferencial.	
210D	Fomento à Inovação, Empreendedores, Artesãos e Empresas
Constituição Federal - artigos 170 e 179; Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 - Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014 - Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994 - Dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins e dá outras providências. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Institui o Código Civil Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004 - Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências; Lei nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007 - Estabelece diretrizes e procedimentos para a simplificação e integração do processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, cria a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – REDESIM; Lei nº 13.180, de 22 de outubro de 2015 - Dispõe sobre a profissão de artesão e dá outras providências; Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016 - Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico; Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 - Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil; Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019 - Institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica; Decreto nº 1.800, de 30 de Janeiro de 1996 - Regulamenta a Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, que dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins e dá outras providências. Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007 - Dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, e dá outras providências; Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015 - Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal. Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016 - Regulamenta a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, para dispor sobre regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública federal e as organizações da sociedade civil; Decreto nº 9.283, de 7 de fevereiro de 2018 - medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo; Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019 - aprova a estrutura do Ministério da Economia; Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016 - Estabelece normas para execução do estabelecido no Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007; RESOLUÇÃO CGSIM nº 48 DE 11 DE OUTUBRO DE 2018, DOU em 27.12.2018 - Dispõe sobre o procedimento especial para o registro e legalização do Microempreendedor Individual - MEI, por meio do Portal do Empreendedor; Resolução CGSIM nº 51, de 11 de Junho de 2019 - Versa sobre a definição de baixo risco para os fins da Lei nº13.874, de 20 de setembro de 2019; RESOLUÇÃO CGSIM nº 59, DE 12 DE AGOSTO DE 2020 - Altera as Resoluções CGSIM nº 22, de 22 de junho de 2010; nº 48, de 11 de outubro de 2018; e nº 51, de 11 de junho de 2019; Instrução Normativa (IN) 01/2013 - Dispõe sobre a expedição de atos normativos pelo Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI e a fiscalização jurídica dos órgãos incumbidos do Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins; Instrução Normativa (IN) 16/2013 - Dispõe sobre a especificação de atos integrantes da Tabela de Preços dos Serviços prestados pelos órgãos do Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM, e dá outras providências; Instrução Normativa (IN) 57/2019 – Altera a Instrução Normativa DREI nº 52, de 9 de novembro de 2018, e os Anexos à Instrução Normativa DREI nº 48, de 3 de agosto de 2018; Instrução Normativa (IN) 62/2019 - Dispõe sobre o registro automático previsto nos §§ 3º ao 6º do art. 42 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, incluídos pela Instrução Normativa (IN) 66/2019 - Altera a Instrução Normativa DREI nº 20, de 5 de dezembro de 2013 e os Manuais de Registro, aprovados pela Instrução Normativa DREI nº 38, de 2 de março de 2017, no que diz respeito ao deferimento pela Junta Comercial da sede dos atos relativos à abertura, alteração, transferência e extinção de filial em outra Unidade da Federação; Instrução Normativa SGD/ME nº 202, de 18 setembro de 2019 - Altera a Instrução Normativa nº 1, de 4 de abril de 2019, que dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal.	

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO-2022, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base legal

210E	Promoção do Desenvolvimento Industrial
Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 - Dispõe sobre a capacitação e competitividade do setor de informática e automação, e dá outras providências; Lei nº 9.440, de 14 de março de 1997 - Estabelece incentivos fiscais para o desenvolvimento regional e dá outras providências; Lei nº 9.826, de 23 de agosto de 1999 - Dispõe sobre incentivos fiscais para desenvolvimento regional, altera a legislação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, e dá outras providências; Lei nº 10.176, de 11 de janeiro de 2001 - Altera a Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991, a Lei no 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e o Decreto-Lei no 288, de 28 de fevereiro de 1967, dispondo sobre a capacitação e competitividade do setor de tecnologia da informação; Lei nº 10.664, de 22 de abril de 2003 - Altera as Leis nos 8.248, de 23 de outubro de 1991, 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e 10.176, de 11 de janeiro de 2001, dispondo sobre a capacitação e competitividade do setor de tecnologia da informação, e dá outras providências; Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004 - Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências; Lei nº 11.077, de 30 de dezembro de 2004 - Altera a Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, a Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e a Lei nº 10.176, de 11 de janeiro de 2001, dispondo sobre a capacitação e competitividade do setor de informática e automação e dá outras providências; Lei nº 11.508/2007; Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011 - Institui o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra); Lei nº 12.794, de 2 de abril de 2013 - Altera a Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, quanto à contribuição previdenciária de empresas dos setores industriais e de serviços; Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 - Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil; Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016 - Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico; Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007 - Dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, e dá outras providências; Decreto nº 6.814, de 6 de abril de 2009 - Regulamenta a Lei no 11.508, de 20 de julho de 2007, que dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação - ZPE; Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016 - Regulamenta a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, para dispor sobre regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública federal e as organizações da sociedade civil; Decreto nº 9.283, de 7 de fevereiro de 2018 - medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo; Decreto nº 9.745, de 08 de abril de 2019 - aprova a estrutura do Ministério da Economia; Decreto nº 9.933, de 23 de julho de 2019 - Dispõe sobre o Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação; e Portaria Interministerial nº 424/2016.	
212H	Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)
Constituição Federal de 1988, Art. 218; que dispõe sobre o incentivo ao desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação; Lei nº 11.080, de 30 de dezembro de 2004, que Autoriza o Poder Executivo a instituir Serviço Social Autônomo denominado Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial - ABDI, e dá outras providências; Lei nº 8.112, de 18 de junho 2019, que estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 5.352, de 24 de janeiro de 2005, que institui o Serviço Social Autônomo Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial - ABDI e dá outras providências.	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E. Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, arts. 12 e 19. Decreto nº 4.004, de 8 de novembro de 2001.	
216Q	Aperfeiçoamento e Fortalecimento da Gestão de Pessoas
Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 - Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências; Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 - Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Lei nº 8.745, 9 de dezembro de 1993 - contrato por tempo determinado; Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - regula o acesso a informações; Lei nº 13.444, de 11 de maio de 2017 - Dispõe sobre a Identificação Civil Nacional (ICN); Lei 13.460, de 26 de junho de 2017 - Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública; Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD); Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019 - Institui o Plano Plurianual 2020-2023; Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021 - Regras e instrumentos para o Governo Digital; Decreto nº 67.326, de 05 de outubro de 1970 - Dispõe sobre o Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal e dá outras providências; Decreto nº 99.328, de 19 de junho de 1990 - Institui o Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE e dá outras providências; Decreto nº 6.833, de 29 de abril de 2009 - Institui o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal - SIASS e o Comitê Gestor de Atenção à Saúde do Servidor; Decreto nº 7.674, de 20 de janeiro de 2012 - Dispõe sobre o Subsistema de Relações de Trabalho no Serviço Público Federal; Decreto nº 8.578, de 26 de novembro de 2015; Decreto 8.936, de 19 de dezembro de 2016, que institui a Plataforma de Cidadania Digital e dispõe sobre a oferta dos serviços públicos digitais, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional; Decreto nº 9.745, de 08 de abril de 2019 - aprova a estrutura do Ministério da Economia; Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019 - Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, quanto a licenças e afastamentos para ações de desenvolvimento; Portaria SRH/MP 102/2011; e Instrução Normativa nº 3 de 12 de janeiro de 2010 da Secretaria de Gestão.	
216Z	Gestão e Promoção do Programa de Parcerias de Investimentos
Constituição Federal de 1988, art. 37; Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016 - Cria o Programa de Parcerias de Investimentos - PPI; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019 - Aprova a estrutura do Ministério da Economia; Decreto nº 10.218, de 30 de janeiro de 2020 - Transfere a Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos da Casa Civil da Presidência da República para o Ministério da Economia; Decreto nº 10.245, de 18 de fevereiro de 2020 - Dispõe sobre o Conselho do Programa de Parcerias de	
2180	Promoção da Concorrência, Competitividade e Melhoria Regulatória
Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011 - Estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; Decreto nº 10.072, de 18 de outubro de 2019 - Altera o Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Economia.	

21C5	Elaboração de Estudos e Avaliação de Projetos de Investimentos do Governo Federal
Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016 - Cria o Programa de Parcerias de Investimentos - PPI; Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019 - aprova a estrutura do Ministério da Economia; Decreto nº 10.218, de 30 de janeiro de 2020 - Transfere a Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos da Casa Civil da Presidência da República para o Ministério da Economia. Resoluções PR/Conselho PPI - CPPI nº 14, de 23 de agosto de 2017 - Opina pela qualificação de empreendimentos públicos federais do setor de transportes no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República, recomenda a sua inclusão no Programa Nacional de Desestatização e dá outras providências; e Resoluções PR/Conselho PPI - CPPI nº 18, de 23 de agosto de 2017 - Opina pela qualificação de medidas de desestatização relacionadas às Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S. A. e à Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais, no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República, e autoriza a alienação de bens imóveis integrantes do patrimônio da Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais	
21CQ	Gestão do Governo Digital
Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - regula o acesso a informações; Lei nº 13.444, de 11 de maio de 2017 - Dispõe sobre a Identificação Civil Nacional (ICN); Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017 - Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública; Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD); Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021 - Regras e instrumentos para o Governo Digital Decreto nº 7.579, de 11 de outubro de 2011 - dispõe sobre o Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISF, do Poder Executivo federal; Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016 - Institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo federal; Decreto nº 8.936, de 19 de dezembro de 2016 - Institui a Plataforma de Cidadania Digital e dispõe sobre a oferta dos serviços públicos digitais, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional; Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017 - Direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública; Decreto nº 9.319 de 21 de março de 2018 - Institui o Sistema Nacional para a Transformação Digital e estabelece a estrutura de governança para a implantação da Estratégia Brasileira para a Transformação Digital; Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018 - Institui a Política Nacional de Segurança da Informação; Decreto nº 9.723, de 11 de março de 2019 - Altera Decretos para instituir o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF; Decreto nº 9.745, de 08 de abril de 2019 - Estrutura Regimental do ME; Decreto nº 9.756, de 11 de abril de 2019 - Institui o portal único "gov.br" e dispõe sobre as regras de unificação dos canais digitais do Governo federal; Decreto nº 9.854, de 25 de junho de 2019 - Institui o Plano Nacional de Internet das Coisas e dispõe sobre a Câmara de Gestão e Acompanhamento do Desenvolvimento de Sistemas de Comunicação Máquina a Máquina e Internet das Coisas; Decreto nº 9.903, de 8 de julho de 2019 - Altera o Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016, que institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo federal, para dispor sobre a gestão e os direitos de uso de dados abertos; Decreto nº 10.046, de 9 de outubro de 2019 - Dispõe sobre a governança no compartilhamento de dados no âmbito da administração pública federal e institui o Cadastro Base do Cidadão e o Comitê Central de Governança de Dados; Decreto nº 10.230, de 5 de fevereiro de 2020 - Altera o Decreto nº 7.579, de 11 de outubro de 2011, que dispõe sobre o Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISF, do Poder Executivo Federal; Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020 - Institui a Estratégia de Governo Digital para o período de 2020 a 2022; Portaria nº 92 de 24 de dezembro de 2014 - Institui a ePING Portaria Conjunta nº 6, de 14 de março de 2019 - Institui o Programa de Desenvolvimento de Capacidades para Transformação Digital.	
21CR	Assistência Técnica para Gestão dos Projetos de Modernização da Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios
Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, Artigo 64 - Lei de Responsabilidade Fiscal, A União prestará assistência técnica e cooperação financeira aos Municípios; Decreto nº 9.745, de 08 de abril de 2019 - aprova a estrutura do Ministério da Economia; Portarias do Ministério da Fazenda no 222, de 27/08/98 e no 213, de 02/09/2003; Portaria SGE/SE/MP nº 001, de 01/03/2018 - que aprovou o Regulamento Operacional do Programa. Resoluções do Senado Federal no 64, de 1999; no 17, de 2001; no 43, de 2001; e no 03, de 2002; Contrato de Empréstimo BID no 1194/OC-BR, assinado em 18/05/2001; Contrato de Empréstimo BID no 2248/OC-BR, assinado em 29/12/2009; e Contrato de Empréstimo BID nº 3391/OC-BR, assinado em 28/12/2017.	
4641	Publicidade de Utilidade Pública
Constituição Federal, art. 37 - Princípios da Administração Pública; Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008 - Dispõe sobre as ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências; Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom: 1. Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017 que dispõe sobre a conceituação das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências; 2. Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares; 3. Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal.	
4743	Coordenação e Governança das Empresas Estatais Federais
Leis Complementares nº 108 e 109, de 29 de maio de 2001; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 - estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 3.735, de 24 de janeiro de 2001; e Decreto nº 9.745 de 8 de abril de 2019 - aprova a estrutura do Ministério da Economia.	
8690	Fiscalização e Controle do Uso e Ocupação de Imóveis da União
Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987 - foros, laudêmio e taxas de ocupação relativas a imóveis de propriedade da União; Lei 9.636, de 15 de maio de 1998 - regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 - estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; e Decreto nº 9.745, de 08 de abril de 2019 - aprova a estrutura do Ministério da Economia.	
8861	Gestão e Aprimoramento do Processo de Planejamento e Orçamento
Constituição Federal de 1988, arts. 3º, 21, inciso IX e 165, § 1º; Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001 - Organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal, e dá outras providências; Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019 - Institui o Plano Plurianual 2020-2023; Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Economia.	

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO-2022, Art. 9º, inciso IV	
Ação Orçamentária / Base legal	
25103	Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
000Q	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, art. 12.	
2000	Administração da Unidade
Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 - Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências; Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, que cria a Secretaria da Receita Federal do Brasil; Decreto nº 9.366, de 8 de maio de 2018 - Regulamenta os critérios e os procedimentos específicos para o desenvolvimento dos servidores nos cargos das Carreiras Tributária e Aduaneira da Receita Federal do Brasil e de Auditoria-Fiscal do Trabalho, de que trata a Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002 - Dispõe sobre a reestruturação da Carreira Auditoria do Tesouro Nacional, que passa a denominar-se Carreira Auditoria da Receita Federal - ARF, e sobre a organização da Carreira Auditoria-Fiscal da Previdência Social e da Carreira Auditoria-Fiscal do Trabalho; Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, que aprova a estrutura do Ministério da Economia; e Portaria MF nº 284, de 27 de julho de 2020, que aprova o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil.	
20VG	Gestão das Soluções Informatizadas da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais
Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, que cria a Secretaria da Receita Federal do Brasil; Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, que cria o CARF; Decreto nº 9.745, de 8 de Abril de 2019, que aprova a estrutura do Ministério da Economia; Portaria MF nº 284, de 27 de julho de 2020, que aprova o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil; e Convênio ICMS/20/2000, de 24 de março de 2000.	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E. Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, arts. 12 e 19.	
219L	Serviço Público de Produção de Seus Fiscais Federais
Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, arts. 27 a 30; Lei nº 12.995, de 18 de junho de 2014, § 5º do art. 13; e Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, art. 35.	
2237	Auditoria e Fiscalização Tributária e Aduaneira
Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, que dispõe sobre a Administração Tributária Federal; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, que estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 9.366, de 8 de maio de 2018 - Regulamenta os critérios e os procedimentos específicos para o desenvolvimento dos servidores nos cargos das Carreiras Tributária e Aduaneira da Receita Federal do Brasil e de Auditoria-Fiscal do Trabalho, de que trata a Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002 - Dispõe sobre a reestruturação da Carreira Auditoria do Tesouro Nacional, que passa a denominar-se Carreira Auditoria da Receita Federal - ARF, e sobre a organização da Carreira Auditoria-Fiscal da Previdência Social e da Carreira Auditoria-Fiscal do Trabalho; Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, que aprova a estrutura do Ministério da Economia; Portaria MF nº 284, de 27 de julho de 2020, que aprova o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil.	
25104	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
2000	Administração da Unidade
Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 - Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios.	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E. Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, arts. 12 e 19.	
2244	Recuperação de Créditos, Consultoria, Representação Judicial e Extrajudicial da Fazenda Nacional
Constituição Federal de 1988, Art. 131, § 3º - Na execução da dívida ativa de natureza tributária, a representação da União cabe à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, observado o disposto em lei; Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993 - Institui a Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União e dá outras providências; Lei nº 7.711, de 22 de dezembro de 1988 - Dispõe sobre formas de melhoria da administração tributária e dá outras providências; Lei nº 8.844, de 20 de janeiro de 1994 - Dispõe sobre a fiscalização, apuração e cobrança judicial as contribuições e multas devidas ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019 - aprova a estrutura do Ministério da Economia;	
25203	Comissão de Valores Mobiliários
000Q	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, art. 12.	
00PN	Participação do Brasil, como País não Membro, em Atividades de Cooperação Econômica junto à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e seus órgãos vinculados
Decreto Legislativo nº 55, de 18 de junho de 2019 - Aprova o texto do Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, assinado em Paris, em 3 de junho de 2015; Decreto nº 10.109, de 7 de novembro de 2019 - Promulga o Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, firmado em Paris, em 3 de junho de 2015; e Ofício nº 16/2017/CVM/SRI/GRI, de 17 de março de 2017 - Dispõe sobre o aceite da proposta de rateio do pagamento da contribuição do Comitê de Governança Corporativa (CGC) - OCDE.	
2000	Administração da Unidade
Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 - Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências; e Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019 - aprova a estrutura do Ministério da Economia.	
210J	Supervisão do Mercado de Valores Mobiliários
Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976 - Dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários; Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 - Dispõe sobre as Sociedades por Ações; Lei nº 10.303, de 31 de outubro de 2001 - Altera e acrescenta dispositivos na Lei nº 6.404/76 e na Lei nº 6.385/1976. Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019 e suas alterações - aprova a estrutura do Ministério da Economia; Resolução CMN nº 3.427, de 21 de dezembro de 2006 - Estabelece, como política a ser observada no mercado de valores mobiliários, e como orientação geral das atividades finalísticas da CVM, a adoção de um modelo de regulação e supervisão baseado em risco, com a implantação de um Sistema de Supervisão Baseada em Risco do mercado de valores mobiliários - SBR; Resolução CMN nº 3.513, de 30 de novembro de 2007 - Altera o prazo a que se refere o art. 4º da Resolução nº 3.427, de 21 de dezembro de 2006. Sistema de Supervisão Baseada em Risco do mercado de valores mobiliários (SBR); Resolução CMN nº 4.732, de 27 de junho de 2019 - Altera a Resolução nº 3.427, de 21 de dezembro de 2006, para a periodicidade da elaboração do Relatório de Monitoramento de Riscos da Comissão de Valores Mobiliários (CVM); Resolução CMN nº 4.775, de 29 de janeiro de 2020 - Altera a Resolução nº 3.427, de 21 de dezembro de 2006, para a atualização do Plano Bial de Supervisão da Comissão de Valores Mobiliários; e Deliberação CVM nº 757, de 24 de novembro de 2016 - Estabelece o Sistema Integrado de Gestão de Riscos da Comissão de Valores Mobiliários.	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E. Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, arts. 12 e 19.	
25208	Superintendência de Seguros Privados
000Q	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, art. 12.	
2000	Administração da Unidade
Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e Lei 14.133 de 01 de abril de 2021 - Licitações e contratos; Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 - Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências; Lei nº 8.112, de 11 de dezembro 1980; Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019 - aprova a estrutura do Ministério da Economia; Decreto nº 9.783, de 7 de maio de 2019 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, remaneja cargos em comissão e funções de confiança e transforma cargos em comissão; Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019 - Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, quanto a licenças e afastamentos para ações de desenvolvimento; e Decreto nº 10.024, de 20 de Setembro de 2019 - Pregão eletrônico.	
20VH	Supervisão, Regulação e Orientação dos Mercados de Seguros, Resseguros, Capitalização e Previdência Complementar Aberta
Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 - Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona. Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001 - Regime de Previdência Complementar. Lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007 - Dispõe sobre a política de resseguro, retrocessão e sua intermediação, as operações de cosseguro, as contratações de seguro no exterior e as operações em moeda estrangeira do setor securitário; altera o Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e a Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990; e dá outras providências. Lei Complementar nº 137, de 26 de agosto de 2010 - Autoriza a participação da União em fundo destinado à cobertura suplementar dos riscos do seguro rural; altera dispositivos da Lei nº 10.823, de 19 de dezembro de 2003, da Lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007, do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, do Decreto-Lei nº 261, de 28 de fevereiro de 1967, e da Lei nº 4.594, de 29 de dezembro de 1964; revoga dispositivos d. Lei no 8.171, de 17 de janeiro de 1991, da Lei no 10.823, de 19 de dezembro de 2003, e do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966; e dá outras providências. Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966 - Dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros e dá outras providências. Decreto-Lei nº 261, de 28 de fevereiro de 1967 - Dispõe sobre as sociedades de capitalização e dá outras providências. Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974 - Dispõe sobre a intervenção e a liquidação extrajudicial de instituições financeiras, e dá outras providências. Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974 -Dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não. Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Institui o Código Civil. Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019 – Lei de Liberdade Econômica. Decreto nº 60.459, de 13 de março de 1967 - Regulamenta o Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, com as modificações introduzidas pelos Decretos-Lei nº 168, de 14 de fevereiro de 1967, e nº 296, de 28 de fevereiro de 1967. Decreto nº 9.191, de 1º de novembro de 2017, que estabelece as normas e as diretrizes para elaboração, redação, alteração, consolidação e encaminhamento de propostas de atos normativos ao Presidente da República pelos Ministros de Estado. Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, que dispõe sobre a revisão e a consolidação dos atos normativos inferiores a decreto. Decreto nº 10.393, 09 de junho de 2020 - Institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira - FBEF. Decreto nº 10.411, de 30 de junho de 2020 - Regulamenta a análise de impacto regulatório, de que tratam o art. 5º da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, e o art. 6º da Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019. Decreto nº 10.465, de 18 de agosto de 2020 - Institui o Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização.	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E. Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, arts. 12 e 19.	
25296	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro
000Q	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, art. 12.	

LDO-2022, Art. 9º, inciso IV	
Ação Orçamentária / Base legal	
00PN	Participação do Brasil, como País não Membro, em Atividades de Cooperação Econômica junto à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e seus órgãos vinculados
Decreto Legislativo nº 55, de 18 de junho de 2019 - Aprova o texto do Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, assinado em Paris, em 3 de junho de 2015; e Decreto nº 10.109, de 7 de novembro de 2019 - Promulga o Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, firmado em Paris, em 3 de junho de 2015.	
2000	Administração da Unidade
Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 - Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências; Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973 - Institui o Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial, e dá outras providências; Decreto nº 6.275, de 28 de novembro de 2007 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO, e dá outras providências; e Decreto nº 9.660, de 1º de janeiro de 2019 - Dispõe sobre a vinculação das entidades da administração pública federal indireta.	
212H	Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)
Constituição Federal de 1988, Art. 218 - O Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação; Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973 - Institui o Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial, e dá outras providências; e Decreto nº 4.077, de 9 de janeiro de 2002 -Qualifica como Organização Social a Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP.	
214I	Gestão da metrologia legal e de avaliação da conformidade
Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973 - Institui o Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial, e dá outras providências; Lei nº 9.933 de 20 de dezembro de 1999 - Dispõe sobre as competências do Conmetro e do Inmetro, institui a Taxa de Serviços Metroológicos, e dá outras providências; Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004 - Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências; e Lei nº 12.545 de 14 de dezembro de 2011 - Dispõe sobre o Fundo de Financiamento à Exportação (FFEX), altera o art. 1º da Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, e as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, 11.529, de 22 de outubro de 2007, 5.966, de 11 de dezembro de 1973, e 9.933, de 20 de dezembro de 1999; e dá outras providências.	
214J	Fiscalização em Metrologia e Qualidade
Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973 - Institui o Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial, e dá outras providências; Lei nº 9.933 de 20 de dezembro de 1999 - Dispõe sobre as competências do Conmetro e do Inmetro, institui a Taxa de Serviços Metroológicos, e dá outras providências; Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004 - Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências; e Lei nº 12.545 de 14 de dezembro de 2011 - Dispõe sobre o Fundo de Financiamento à Exportação (FFEX), altera o art. 1º da Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, e as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, 11.529, de 22 de outubro de 2007, 5.966, de 11 de dezembro de 1973, e 9.933, de 20 de dezembro de 1999; e dá outras providências..	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E. Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, arts. 12 e 19.	
25297	Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI
2000	Administração da Unidade
Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 - estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 - Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências; e Decreto nº 8.854, de 22 de setembro de 2016 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Instituto Nacional da Propriedade Industrial, remaneja funções gratificadas, substitui cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPe e revoga o Decreto nº 8.686, de 4 de março de 2016.	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E. Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, arts. 12 e 19.	
2182	Gestão e Modernização dos Recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação
Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996 - Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial.	
25298	Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA
2000	Administração da Unidade
Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 - Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências; Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967 - Altera as disposições da Lei número 3.173 de 6 de junho de 1957 e regula a Zona Franca de Manaus; Lei nº 13.451, de 16 de junho de 2017 - Dispõe sobre a competência da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) para regular e controlar a importação e o ingresso de mercadorias, com incentivos fiscais, na Zona Franca de Manaus, nas áreas de livre comércio e na Amazônia Ocidental e institui a Taxa de Controle de Incentivos Fiscais (TCIF) e a Taxa de Serviços (TS); Resolução nº 043 do Conselho de Administração - CAS - (Planejamento Estratégico); e Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações – PDTIC/Suframa.	
210L	Promoção do Desenvolvimento Econômico, Científico, Tecnológico e de Inovação na área de atuação da Suframa
Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal; Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967 - Altera as disposições da Lei número 3.173 de 6 de junho de 1957 e regula a Zona Franca de Manaus; Decreto-Lei nº 356, de 15 de agosto de 1968 - Estende Benefícios do Decreto-Lei número 288, de 28 de fevereiro de 1967, a Áreas da Amazônia Ocidental e dá outras Providências; Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990 - Dispõe sobre importações de bens destinados à pesquisa científica e tecnológica, e dá outras providências; Lei nº 8.256, de 25 de novembro de 1991, que cria áreas de livre comércio nos municípios de Boa Vista e Bonfim, no Estado de Roraima; e dá outras providências; Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 - Licitações e contratos; Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 - Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências; Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004 - Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências; Lei nº 11.732, de 30 de junho de 2008 - artigos 4º, 6º e 7º - Altera as Leis nos 11.508, de 20 de julho de 2007, que dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação; Lei nº 11.898, de 8 de janeiro de 2009 - artigos 26 e 27 - Institui o Regime de Tributação Unificada - RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai; e altera as Leis nos 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003; Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015 - Regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição Federal, o Artigo 1, a alínea I, do Artigo 8, a alínea c do Artigo 10, o Artigo 15 e os §§ 3º e 4º do Artigo 16 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; revoga a Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001; e dá outras providências; Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986 - Dispõe sobre a unificação dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, atualiza e consolida a legislação pertinente e dá outras providências; Decreto nº 4.284, de 26 de junho de 2002 - Institui o Programa Brasileiro de Ecologia Molecular para o Uso Sustentável da Biodiversidade da Amazônia - PROBEM, e dá outras providências; Decreto nº 6.041, de 8 de fevereiro de 2007 - Institui a Política de Desenvolvimento da Biotecnologia, cria o Comitê Nacional de Biotecnologia e dá outras providências; Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007 - Dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, e dá outras providências; Decreto nº 6.614, de 23 de outubro de 2008 - Regulamenta a Lei no 8.256, de 25 de novembro de 1991, que cria áreas de livre comércio nos Municípios de Boa Vista e Bonfim, no Estado de Roraima, e dá outras providências; Decreto nº 8.597, de 18 de dezembro de 2015 - Regulamenta a Lei nº 11.898, de 8 de janeiro de 2009, na parte que dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados nas Áreas de Livre Comércio localizadas nos Municípios de Tabatinga, no Estado do Amazonas, Guajará-Mirim, no Estado de Rondônia, Macapá e Santana, no Estado do Amapá, e Brasília e Cruzeiro do Sul, no Estado do Acre; Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2016 - Dispõe sobre a descentralização de créditos entre órgãos e entidades da administração pública federal integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, por meio da celebração de termo de execução descentralizada; Portaria Interministerial no 424, de 30/12/2016 - Estabelece normas para execução do estabelecido no Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, revoga a Portaria Interministerial nº 507/MP/MF/CGU, de 24 de novembro de 2011 e dá outras providências; Resolução CAS nº 01/2016 - Dispõe sobre os critérios de reconhecimento da predominância e da preponderância das matérias-primas de origem regional para efeitos de fruição de isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) nas Áreas de Livre Comércio (ALCs) localizadas nos Municípios de Boa Vista e Bonfim, no Estado de Roraima; Tabatinga, no Estado do Amazonas; Guajará-Mirim, no Estado de Rondônia; Macapá e Santana, no Estado do Amapá; e, Brasília, com extensão para Epitaciolândia e Cruzeiro do Sul, no Estado do Acre; Resolução nº 72/2016 - Dispõe sobre os critérios de aplicação dos recursos orçamentários e financeiros destinados a convênios; e Resolução CAS nº 205/2021 DE 25 de fevereiro DE 2021 - Dispõe sobre a apresentação, análise, aprovação e acompanhamento de projetos industriais.	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E. Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, arts. 12 e 19.	
25300	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
00M6	Concessão de Bolsas para Pesquisa Econômica
Decreto nº 60.457, de 13 de março de 1967 - Institui a Fundação Instituto de Pesquisa Econômico-Social Aplicada (IPEA) e aprova respectivos Estatutos; Decreto nº 7.142 de 29 de março de 2010 - Aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, e dá outras Providências; Decreto nº 9.660, de 1º de janeiro de 2019 - Dispõe sobre a vinculação das entidades da administração pública federal indireta; Decreto nº 9.745, de 08 de abril de 2019 - aprova a estrutura do Ministério da Economia.	
2000	Administração da Unidade
Decreto nº 9.745, de 08 de abril de 2019 - aprova a estrutura do Ministério da Economia.	
4727	Diagnósticos, Prospecções e Estratégias do Desenvolvimento Brasileiro
Decreto nº 60.457, de 13 de março de 1967 - Institui a Fundação Instituto de Pesquisa Econômico-Social Aplicada (IPEA) e aprova respectivos Estatutos; Decreto nº 7.142 de 29 de março de 2010 - Aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, e dá outras Providências; Decreto nº 9.660, de 1º de janeiro de 2019 - Dispõe sobre a vinculação das entidades da administração pública federal indireta; Decreto nº 9.745, de 08 de abril de 2019 - aprova a estrutura do Ministério da Economia.	
25301	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
000Q	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, art. 12.	
2000	Administração da Unidade
Decreto nº 9.745, de 08 de abril de 2019 - aprova a estrutura do Ministério da Economia.	

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO-2022, Art. 9º, inciso IV	
Ação Orçamentária / Base legal	
2005	Ensino de Graduação e Pós-Graduação em Estatísticas e Geociências
Lei nº 5.878, de 1973, Art. 2º, § 2º - Serão mantidos pelo IBGE para atendimento das suas próprias necessidades e das dos usuários de informações, os cursos de graduação e de treinamento de profissionais e especialistas nas atividades correspondentes à sua área de competência, podendo também ser promovida a realização de outros cursos de formação relacionados com essa mesma área; Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019, Anexo I, Programa 5013 - PPA 2020-2023; e Decreto nº 4.740, de 13 de junho de 2003 - anexo I capítulo I, Art. 4o, inciso I - manter cursos de pós-graduação, de graduação e de treinamento profissional, desde que em áreas correspondentes àquelas de competência da Fundação IBGE e afins, observada a legislação educacional vigente.	
2006	Pesquisas e Estudos Estatísticos e Geocientíficos
Constituição Federal, de 1988, Art. 21, inciso IX e XV - Competências da União; Lei nº 5.878, de 11 de maio de 1973, Art. 2º e 3º inciso II -estatísticas derivadas, III - pesquisas, análises e estudos estatísticos, demográficos, geográficos, geodésicos e cartográficos, IV - Levantamentos geodésicos e topográficos, mapeamento e outras atividades cartográficas, e V - sistematização de dados sobre meio ambiente e recursos naturais com referência a sua ocorrência, distribuição e frequência; Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019, Anexo I, Programa 2218 - PPA 2020-2023; Decreto nº 77.624, de 17 de maio de 1976 - dispõe sobre a utilização, pelo IBGE, de dados informativos de origem governamental na produção de informações e estudos de interesse do planejamento econômico e social e da segurança nacional; e Decreto nº 6.666, de 27 de novembro de 2008 - institui, no âmbito do Poder Executivo federal, a Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais - INDE.	
2007	Censos Demográfico, Agropecuário e Geográfico
Constituição Federal, de 1988, art. 21, incisos IX e XV - Competências da União; Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, Art. 91 e 92 - Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios; Lei nº 5.878, de 11 de maio de 1973, art. 3º, inciso I - estatísticas primárias; Lei nº 8.184, de 10 de maio de 1991 - Dispõe sobre a periodicidade dos Censos Demográficos e dos Censos Econômicos e dá outras providências.	
25302	Fundação Escola Nacional de Administração Pública
000Q	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, art. 12.	
2000	Administração da Unidade
Decreto nº 9.745, de 08 de abril de 2019 - aprova a estrutura do Ministério da Economia; Decreto nº 10.369, de 22 de maio de 2020 - Aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Fundação Escola Nacional de Administração Pública - Enap e remaneja cargos em comissão e funções de confiança;	
2009	Desenvolvimento de Competências de Agentes Públicos
Decreto nº 9.745, de 08 de abril de 2019 - aprova a estrutura do Ministério da Economia; Decreto nº 9.991, 28 de agosto de 2019 - Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas; Decreto nº 10.369, de 22 de maio de 2020 - Aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Fundação Escola Nacional de Administração Pública - Enap; Instrução Normativa nº 201, 11 de setembro de 2019 - Dispõe sobre os critérios e procedimentos específicos para a implementação da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas; e Portaria ENAP nº 53, de 12 de fevereiro de 2021; Aprova o Regimento Interno.	
212H	Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)
Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998 - Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização; Decreto nº 9.190, de 1º de novembro de 2017 - Regulamenta o disposto no art. 20 da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998; Decreto nº 9.991, 28 de agosto de 2019 - Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da administração pública federal direta; Decreto nº 10.369, de 22 de maio de 2020 - Aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Fundação Escola Nacional de Administração Pública - Enap.	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E. Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, arts. 12 e 19.	
216R	Desenvolvimento de Iniciativas de Inovação, Estudos, Pesquisas e Publicações
Decreto nº 9.745, de 08 de abril de 2019 aprova a estrutura do Ministério da Economia; e Decreto nº 10.369, de 22 de maio de 2020 - Aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Fundação Escola Nacional de Administração Pública - Enap e remaneja cargos em comissão e funções de confiança.	
25903	Fundo de Compensação e Variações Salariais
0023	Obrigações com a Garantia de Contratos de Financiamento Habitacional
Decreto-Lei nº 2.164, de 19 de setembro de 1984 - Institui incentivo financeiro para os adquirentes de moradia própria através do sistema Financeiro da Habitação, a equivalência salarial como critério de reajustamento das prestações e dá outras providências; Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000 - Dispõe sobre a novação de dívidas e responsabilidades do Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS; altera o Decreto-Lei no 2.406, de 5 de janeiro de 1988, e as Leis nos 8.004, 8.100 e 8.692, de 14 de março de 1990, 5 de dezembro de 1990, e 28 de julho de 1993, respectivamente; e dá outras providências; Lei nº 12.409, de 25 de maio de 2011 - Autoriza o Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, a assumir, na forma disciplinada em ato do Conselho Curador do Fundo de Compensação de Variações Salariais - CCFCVS, direitos e obrigações do Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação - SH/SFH; oferecer cobertura direta a contratos de financiamento habitacional averbados na Apólice do SH/SFH;	
0467	Cobertura de Saldo Residual de Contratos de Financiamentos Firmados no Sistema Financeiro de Habitação (SFH)
Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000 - Dispõe sobre a novação de dívidas e responsabilidades do Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS; altera o Decreto-Lei no 2.406, de 5 de janeiro de 1988, e as Leis nos 8.004, 8.100 e 8.692, de 14 de março de 1990, 5 de dezembro de 1990, e 28 de julho de 1993, respectivamente; e dá outras providências; e Medida Provisória nº 2.181-45, de 24 de agosto de 2001 - Dispõe sobre operações financeiras entre o Tesouro Nacional e as entidades que menciona, e dá outras providências.	
0617	Operacionalização do Fundo de Compensação e Variações Salariais - FCVS
Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000 - Dispõe sobre a novação de dívidas e responsabilidades do Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS; altera o Decreto-Lei no 2.406, de 5 de janeiro de 1988, e as Leis nos 8.004, 8.100 e 8.692, de 14 de março de 1990, 5 de dezembro de 1990, e 28 de julho de 1993, respectivamente; e dá outras providências; Lei nº 12.409, de 25 de maio de 2011 - Autoriza o Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, a assumir, na forma disciplinada em ato do Conselho Curador do Fundo de Compensação de Variações Salariais - CCFCVS, direitos e obrigações do Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação - SH/SFH; oferecer cobertura direta a contratos de financiamento habitacional averbados na Apólice do SH/SFH;	
25916	Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade - FGPC
0473	Honra de Aval decorrente de Garantia do Risco das Operações de Financiamento a Micro, Pequenas e Médias Empresas (Lei nº 9.531, de 1997)
Lei nº 9.531, de 10 de dezembro de 1997 - Cria o Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade - FGPC, e dá outras providências; Decreto nº 3.113, de 6 de julho de 1999 - Regulamenta a Lei nº 9.531, de 10 de dezembro de 1997, que dispõe sobre o Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade - FGPC, e dá outras providências.	
20AP	Serviços de Auditoria e Controle
Decreto-Lei nº 2.288, de 23 de julho de 1986 - Cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento, institui empréstimo compulsório para absorção temporária de excesso de poder aquisitivo, e dá outras providências; Decreto nº 193, de 21 de agosto de 1991 - Regulamenta o Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), criado pelo Decreto-Lei nº 2.288, de 23 de julho de 1986, e dá outras providências.	
26101	Ministério da Educação - Administração Direta
000Q	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.898 de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	
00P1	Apoio à Residência em Saúde
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.129/2005; Decreto nº 80.281/1977; Decreto nº 10.426/2020; Portaria Interministerial MEC/MS nº 1.077/2009; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso VI.	
00QC	Concessão de Bolsas do Programa Mais Médicos
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 8.080/1990; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013 Decreto nº 7.661/2011; Decreto nº 10.426/2020; Portaria MEC nº 306/2015; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso VI.	
0A12	Concessão de Bolsa Permanência no Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 5.537/1968; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.096/2005 (Prouni); Lei nº 11.180/2005; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 7.234/2010; Decreto nº 7.824/2012; Decreto nº 10.426/2020; Portaria Normativa MEC nº 19/2011; Portaria MEC nº 389/2013.	
152X	Ampliação e Reestruturação de Instituições Militares de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 2.165/1954; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 9.786/1999; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decret Lei nº 9.888/1946; Decreto nº 3.182/1999; Decreto nº 6.834/2009; Decreto nº 10.426/2020. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.	
15R3	Apoio à Consolidação, Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007; Decreto nº 10.426/2020. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.	
15R4	Apoio à Expansão, Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Decreto nº 10.195/2019; Decreto nº 10.426/2020. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.	
2000	Administração da Unidade
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 13.844/2019; Decreto-Lei 200/1967. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.	
20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007 Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 8.977/2017; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso IV.	
20RH	Gerenciamento das Políticas de Educação
CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; CF/88, art. 227; Lei nº 9.394/1996; Portaria MEC nº 1.306/1999 – alterações dc Regimento Interno do CNE; Lei nº 4.024/1961, arts. 6º ao 9º, com redação dada pela Lei nº 9.131/1995; Lei nº 8.069/1990; Lei nº 10.219/2001; Lei nº 13.005/2014; Lei nº 11.947/2009; Lei nº 11.274/2006; Decreto nº 6.094/2007 Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE; Resoluções aprovadas pelo CNE.	

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO-2022, Art. 9º, inciso IV	
Ação Orçamentária / Base legal	
20RJ	Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 8.666/1993; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título VI; Lei nº 9.790/1999; Lei nº 9.795/1999, Seção II; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.520/2002; Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.494/2007, art. 12; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.019/2014; Lei nº 13.146/2015; Lei nº13.243/2016; Lei nº 13.415/2017; Lei nº 14.113/2020; Lei 14.133/2021; Decreto nº 5.626/2005; Decreto nº 6.170/2007; Decreto nº 6.300/2007; Decreto nº 7.219/2010; Decreto nº 7.611/2011; Decreto nº 7.752/2016; Decreto nº 9.057/2017; Decreto nº 9.204/2017; Decreto nº 8.977/2017; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 9.765/2019; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 10.656/2021; Portaria MEC nº 522/1997; Portaria Normativa MEC nº 25/2007; Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 424/2016; Resolução CNE/CEB nº 2/2001; Resolução CNE/CEB nº 5/2005; Resolução CNE/CEB nº 3/2012; Resolução CNE/CP nº 2/2017; Resolução CNE/CP nº 4/2018; Resolução CNE/CP nº 2/1997; Portaria CAPES nº 59/2013; Resolução CD/FNDE nº 51/2011; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.
212H	Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998) Constituição Federal/1998, art. 218; Medida Provisória nº 2.216-37/2001; Lei nº 9.637/1998; Decreto Presidencial nº 3.294/1999; Decreto nº 4.077/2002; Decreto 9.190/2017. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso IV.
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
219U	Apoio ao Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Decreto nº 10.195/2019; Decreto nº 10.426/2020. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70.
219V	Apoio ao Funcionamento das Instituições Federais de Educação Superior Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.195/2019; Decreto nº 10.426/2020. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70.
21B3	Fomento às ações de pesquisa, extensão e inovação nas instituições de ensino de educação profissional e tecnológica Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.534/2007; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 10.426/2020; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70.
21D6	Implementação de Centros de Referência dos Institutos Federais Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I, Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.892/2008, Decreto nº 10.426/2020, Portaria MEC nº 1.291/2013, art. 5. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.
21D7	Programa de Apoio para a Expansão da Educação Online em Universidades Federais – Reuni Digital Constituição Federal; Lei 9.394/96 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.
4641	Publicidade de Utilidade Pública Art. 37 da Constituição Federal de 1988; Art. 7º, inciso V, da Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017; Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008; Decreto 9.982, de 20 de agosto de 2019; Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom: 1. Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017 que dispõe sobre a conceituação das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências; 2. Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares; 3. Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal.
6344	Regulação e Supervisão dos Cursos de Graduação e de Instituições Públicas e Privadas de Ensino Superior Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.861/2004; Lei nº 12.101/2009; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 8.242/2014; Decreto nº 9.057/2017; Decreto nº 9.235/2017; Decreto nº 10.426/2020; Portaria Conjunta nº 6/2012; Portaria Normativa nº 2/2013; Portaria Normativa nº 14/2013; Portaria Normativa nº 15/2013; Portaria Normativa nº 17/2013; Portaria Normativa nº 19/2013; Portaria Normativa nº 14/2014; Portaria Normativa nº 16/2014; Portaria Interministerial nº 376/2014; Portaria Normativa nº 01/2017; Portaria Normativa nº 11/2017; Portaria Normativa nº 15/2017; Portaria Normativa nº 20/2017; Portaria Normativa nº 21/2017; Portaria Normativa nº 23/2017; Portaria Normativa nº 24/2017; Portaria MEC nº 315/2018; Portaria MEC nº 328/2018; Portaria MEC nº 329/2018; Portaria MEC nº 523/2018; Portaria MEC nº 572/2018; Portaria MEC nº 1.095/2018; Portaria Normativa nº 741/2018; Portaria MEC nº 2.117/2019; Portaria Normativa nº 2.117/2019. Amparo legal: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.
26104	Instituto Nacional de Educação de Surdos
21CO	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Especial Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo V; Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 9.099/2017; Portaria MEC nº 323/2009; Portaria MEC nº 310/2018; Resolução CNE/CEB nº 4/1999; Resolução FNDE nº 12/2020; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.
26105	Instituto Benjamin Constant
00P1	Apoio à Residência em Saúde Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.129/2005; Decreto nº 80.281/1977; Decreto nº 10.426/2020; Portaria Interministerial MEC/MS nº 1.077/2009; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso VI.
21CO	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Especial Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo V; Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 9.099/2017; Portaria MEC nº 323/2009; Portaria MEC nº 310/2018; Resolução CNE/CEB nº 4/1999; Resolução FNDE nº 12/2020; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.
26201	Colégio Pedro II
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.
20RI	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto-Lei nº 9.613/1946; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 6.094/2007; Decreto 6.093/2007; Decreto nº 9.099/2017; Resolução CNE/CEB nº 4/1999; Resolução CNE/CEB nº 5/2005; Resolução FNDE nº 12/2020; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.
2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.
26230	Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.
20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007 Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 8.977/2017; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso IV.
20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006; Decreto nº 8.977/2017. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.
8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.
26231	Universidade Federal de Alagoas
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO-2022, Art. 9º, inciso IV		Ação Orçamentária / Base legal	
20RI	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica	20RI	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto-Lei nº 9.613/1946; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 6.094/2007; Decreto 6.093/2007; Decreto nº 9.099/2017; Resolução CNE/CEB nº 4/1999; Resolução CNE/CEB nº 5/2005; Resolução FNDE nº 12/2020; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.		Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto-Lei nº 9.613/1946; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 6.094/2007; Decreto 6.093/2007; Decreto nº 9.099/2017; Resolução CNE/CEB nº 4/1999; Resolução CNE/CEB nº 5/2005; Resolução FNDE nº 12/2020; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.	
20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006; Decreto nº 8.977/2017. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.		Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006; Decreto nº 8.977/2017. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.	
4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior	4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.		Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.	
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.		Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.	
8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior	8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.		Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.	
26236	Universidade Federal Fluminense	26238	Universidade Federal de Minas Gerais
000Q	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica	000Q	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.		Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica	00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.		Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	
20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 8.977/2017; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso IV.		Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 8.977/2017; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso IV.	
20RI	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica	20RI	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto-Lei nº 9.613/1946; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 6.094/2007; Decreto 6.093/2007; Decreto nº 9.099/2017; Resolução CNE/CEB nº 4/1999; Resolução CNE/CEB nº 5/2005; Resolução FNDE nº 12/2020; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.		Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto-Lei nº 9.613/1946; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 6.094/2007; Decreto 6.093/2007; Decreto nº 9.099/2017; Resolução CNE/CEB nº 4/1999; Resolução CNE/CEB nº 5/2005; Resolução FNDE nº 12/2020; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.	
20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006; Decreto nº 8.977/2017. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.		Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006; Decreto nº 8.977/2017. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.	
4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior	20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.		Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.	
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.		Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.	
8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior	2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.		Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.	
26237	Universidade Federal de Juiz de Fora	4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior
000Q	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica	Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.	
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.		Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.	
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica	4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.		Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.	
20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 8.977/2017; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso IV.		Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.	
26239	Universidade Federal do Pará		

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO-2022, Art. 9º, inciso IV	
Ação Orçamentária / Base legal	
000Q	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	
20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 8.977/2017; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso IV.	
20RI	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto-Lei nº 9.613/1946; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 6.094/2007; Decreto 6.093/2007; Decreto nº 9.099/2017; Resolução CNE/CEB nº 4/1999; Resolução CNE/CEB nº 5/2005; Resolução FNDE nº 12/2020; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.	
20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006; Decreto nº 8.977/2017. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.	
20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-F da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.	
2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.	
4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.	
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.	
8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.	
26240	Universidade Federal da Paraíba
000Q	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	
20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006; Decreto nº 8.977/2017. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.	
20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.	
2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.	
4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.	
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.	
8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.	
26242	Universidade Federal de Pernambuco
000Q	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	
20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007 Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 8.977/2017; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso IV.	
20RI	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto-Lei nº 9.613/1946; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 6.094/2007; Decreto 6.093/2007; Decreto nº 9.099/2017; Resolução CNE/CEB nº 4/1999; Resolução CNE/CEB nº 5/2005; Resolução FNDE nº 12/2020; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.	
20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006; Decreto nº 8.977/2017. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.	

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO-2022, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base legal

4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.	
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.	
8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.	

26243 Universidade Federal do Rio Grande do Norte

000Q	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	
20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 8.977/2017; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso IV.	

20RI	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto-Lei nº 9.613/1946; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 6.094/2007; Decreto 6.093/2007; Decreto nº 9.099/2017; Resolução CNE/CEB nº 4/1999; Resolução CNE/CEB nº 5/2005; Resolução FNDE nº 12/2020; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.	
20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006; Decreto nº 8.977/2017. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.	

20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.	

2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021.	
4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.	
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.	

26244 Universidade Federal do Rio Grande do Sul

000Q	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	
20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 8.977/2017; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso IV.	

20RI	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto-Lei nº 9.613/1946; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 6.094/2007; Decreto 6.093/2007; Decreto nº 9.099/2017; Resolução CNE/CEB nº 4/1999; Resolução CNE/CEB nº 5/2005; Resolução FNDE nº 12/2020; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.	
20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006; Decreto nº 8.977/2017. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.	

216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.	

4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.	
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.	

26245 Universidade Federal do Rio de Janeiro

000Q	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	
20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 8.977/2017; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso IV.	

20RI	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto-Lei nº 9.613/1946; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 6.094/2007; Decreto 6.093/2007; Decreto nº 9.099/2017; Resolução CNE/CEB nº 4/1999; Resolução CNE/CEB nº 5/2005; Resolução FNDE nº 12/2020; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.	

20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006; Decreto nº 8.977/2017. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.	

216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.	

4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.	

4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.	

7XE1	Reconstrução e Modernização do Museu Nacional
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Decreto-Lei nº 2.974/1941; Decreto-Lei nº 8.689/1946; Lei nº 11.904/2009; Lei nº 13.005/2014 (PNE). Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.	

8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.	

26246 Universidade Federal de Santa Catarina

000Q	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	

LDO-2022, Art. 9º, inciso IV	
Ação Orçamentária / Base legal	
20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 8.977/2017; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 7º, inciso IV.	
20RI	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto-Lei nº 9.613/1946; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 6.094/2007; Decreto 6.093/2007; Decreto nº 9.099/2017; Resolução CNE/CEB nº 4/1999; Resolução CNE/CEB nº 5/2005; Resolução FNDE nº 12/2020; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 7º, inciso V.	
20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006; Decreto nº 8.977/2017. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 7º, inciso V.	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.	
4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.	
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 7º, inciso I.	
8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 7º, inciso II.	
26247	Universidade Federal de Santa Maria
00OQ	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	
20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 8.977/2017; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 7º, inciso IV.	
20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006; Decreto nº 8.977/2017. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 7º, inciso V.	
20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 7º, inciso V.	
2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.	
4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.	
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 7º, inciso I.	
8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 7º, inciso II.	
26248	Universidade Federal Rural de Pernambuco
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	
20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 8.977/2017; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 7º, inciso IV.	
20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006; Decreto nº 8.977/2017. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 7º, inciso V.	
20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 7º, inciso V.	
2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.	
4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.	

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO-2022, Art. 9º, inciso IV	
Ação Orçamentária / Base legal	
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.	
8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.	
26250	Fundação Universidade Federal de Roraima
000Q	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	
20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 8.977/2017; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso IV.	
20RI	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto-Lei nº 9.613/1946; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 6.094/2007; Decreto 6.093/2007; Decreto nº 9.099/2017; Resolução CNE/CEB nº 4/1999; Resolução CNE/CEB nº 5/2005; Resolução FNDE nº 12/2020; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.	
20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006; Decreto nº 8.977/2017. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.	
20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.	
2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.	
4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.	
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.	
8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.	
26251	Fundação Universidade Federal do Tocantins
000Q	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	
20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 8.977/2017; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso IV.	
20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006; Decreto nº 8.977/2017. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.	
4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.	
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.	
8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.	
26253	Universidade Federal Rural da Amazônia
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	
20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 8.977/2017; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso IV.	
20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006; Decreto nº 8.977/2017. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.	

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO-2022, Art. 9º, inciso IV	
Ação Orçamentária / Base legal	
4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.
8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.
26256	Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
000Q	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.
20RG	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.
20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.
21B3	Fomento às ações de pesquisa, extensão e inovação nas instituições de ensino de educação profissional e tecnológica Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.534/2007; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 10.426/2020; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70.
2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.
26257	Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
000Q	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.
20RG	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.
20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.
2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.
26258	Universidade Tecnológica Federal do Paraná
000Q	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO-2022, Art. 9º, inciso IV	
Ação Orçamentária / Base legal	
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	
20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 8.977/2017; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso IV.	
20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006; Decreto nº 8.977/2017. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.	
4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.	
8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.	
26260	Universidade Federal de Alfenas
000Q	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	
20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 8.977/2017; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso IV.	
20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006; Decreto nº 8.977/2017. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.	
4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.	
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.	
8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.	
26263	Universidade Federal de Lavras
000Q	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	
20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 8.977/2017; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso IV.	
20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006; Decreto nº 8.977/2017. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.	
4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.	

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO-2022, Art. 9º, inciso IV	
Ação Orçamentária / Base legal	
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.	
8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.	
26264	Universidade Federal Rural do Semi-Árido
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	
20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 8.977/2017; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso IV.	
20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006; Decreto nº 8.977/2017. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.	
4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.	
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.	
8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.	
26266	Fundação Universidade Federal do Pampa
00OQ	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	
20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 8.977/2017; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso IV.	
20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.	
4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.	
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.	
8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.	
26267	Universidade Federal da Integração Latino Americana
00OQ	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	

00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	
20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 8.977/2017; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso IV.	
20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006; Decreto nº 8.977/2017. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.	
4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.	
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.	
8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.	
26269	Fundação Universidade do Rio de Janeiro
00OQ	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	
20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 8.977/2017; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso IV.	

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO-2022, Art. 9º, inciso IV	
Ação Orçamentária / Base legal	
20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006; Decreto nº 8.977/2017. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.
8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.
26270	Fundação Universidade do Amazonas
000Q	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.
20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 8.977/2017; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso IV.
20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006; Decreto nº 8.977/2017. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.
4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.
8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.
26271	Fundação Universidade de Brasília
000Q	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.
20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 8.977/2017; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso IV.
20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006; Decreto nº 8.977/2017. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.
212H	Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998) Constituição Federal/1988, art. 218; Medida Provisória nº 2.216-37/2001; Lei nº 9.637/1998; Decreto Presidencial nº 3.294/1999; Decreto nº 4.077/2002; Decreto 9.190/2017. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso IV.
4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.
8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.
26273	Fundação Universidade Federal do Maranhão
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.
20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 8.977/2017; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso IV.
20RI	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto-Lei nº 9.613/1946; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 6.094/2007; Decreto 6.093/2007; Decreto nº 9.099/2017; Resolução CNE/CEB nº 4/1999; Resolução CNE/CEB nº 5/2005; Resolução FNDE nº 12/2020; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.
20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006; Decreto nº 8.977/2017. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.
20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.
8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.
26273	Fundação Universidade Federal do Rio Grande
000Q	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.
20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 8.977/2017; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso IV.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO-2022, Art. 9º, inciso IV	
Ação Orçamentária / Base legal	
20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006; Decreto nº 8.977/2017. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.	
4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.	
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.	
8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.	
26274	Universidade Federal de Uberlândia
00OQ	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	
20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 8.977/2017; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso IV.	
20RI	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto-Lei nº 9.613/1946; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 6.094/2007; Decreto 6.093/2007; Decreto nº 9.099/2017; Resolução CNE/CEB nº 4/1999; Resolução CNE/CEB nº 5/2005; Resolução FNDE nº 12/2020; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.	
20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006; Decreto nº 8.977/2017. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.	
20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.	
2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.	
4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.	
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.	
8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.	
26275	Fundação Universidade Federal do Acre
00OQ	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	
20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007 Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 8.977/2017; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso IV.	
20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006; Decreto nº 8.977/2017. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.	
4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.	
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.	
8282	Reestruturção e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.	
26277	Fundação Universidade Federal de Ouro Preto
00OQ	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO-2022, Art. 9º, inciso IV	
Ação Orçamentária / Base legal	
20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 8.977/2017; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 7º, inciso IV.
20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006; Decreto nº 8.977/2017. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 7º, inciso V.
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 7º, inciso I.
8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 7º, inciso II.
26278	Fundação Universidade Federal de Pelotas
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.
20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 8.977/2017; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 7º, inciso IV.
20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006; Decreto nº 8.977/2017. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 7º, inciso V.
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 7º, inciso I.
8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 7º, inciso II.
26279	Fundação Universidade Federal do Piauí
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.
20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 8.977/2017; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 7º, inciso IV.
20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006; Decreto nº 8.977/2017. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 7º, inciso V.
20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 7º, inciso V.
2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art. 6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 7º, inciso I.
8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 7º, inciso II.
26280	Fundação Universidade Federal de São Carlos
00OQ	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.
20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 8.977/2017; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 7º, inciso IV.
20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006; Decreto nº 8.977/2017. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 7º, inciso V.
4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 7º, inciso I.
8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 7º, inciso II.
26281	Fundação Universidade Federal de Sergipe
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.
20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 8.977/2017; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 7º, inciso IV.
20RI	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto-Lei nº 9.613/1946; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 6.094/2007; Decreto 6.093/2007; Decreto nº 9.099/2017; Resolução CNE/CEB nº 4/1999; Resolução CNE/CEB nº 5/2005; Resolução FNDE nº 12/2020; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 7º, inciso V.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO-2022, Art. 9º, inciso IV	
Ação Orçamentária / Base legal	
20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006; Decreto nº 8.977/2017. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.
4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.
8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.
26282	Fundação Universidade Federal de Viçosa
00OQ	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.
20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 8.977/2017; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso IV.
20RI	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto-Lei nº 9.613/1946; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 6.094/2007; Decreto 6.093/2007; Decreto nº 9.099/2017; Resolução CNE/CEB nº 4/1999; Resolução CNE/CEB nº 5/2005; Resolução FNDE nº 12/2020; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.
20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006; Decreto nº 8.977/2017. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.
20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.
8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.
26283	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
00OQ	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.
20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007 Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 8.977/2017; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso IV.
20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006; Decreto nº 8.977/2017. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.
4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.
8282	Reestruturacao e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.
26285	Fundação Universidade Federal de São João del-Rei
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO-2022, Art. 9º, inciso IV	
Ação Orçamentária / Base legal	
20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 8.977/2017; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 7º, inciso IV.
20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006; Decreto nº 8.977/2017. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 7º, inciso V.
4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 7º, inciso I.
8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 7º, inciso II.
26286	Fundação Universidade Federal do Amapá
00OQ	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.
20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 8.977/2017; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 7º, inciso IV.
20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006; Decreto nº 8.977/2017. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 7º, inciso V.
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 7º, inciso I.
8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 7º, inciso II.
26290	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
2000	Administração da Unidade Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 13.844/2019; Decreto-Lei 200/1967. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 7º, inciso V.
20RH	Gerenciamento das Políticas de Educação CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; CF/88, art. 227; Lei nº 9.394/1996; Portaria MEC nº 1.306/1999 – alterações do Regimento Interno do CNE; Lei nº 4.024/1961, arts. 6º ao 9º, com redação dada pela Lei nº 9.131/1995; Lei nº 8.069/1990; Lei nº 10.219/2001; Lei nº 13.005/2014; Lei nº 11.947/2009; Lei nº 11.274/2006; Decreto nº 6.094/2007; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE; Resoluções aprovadas pelo CNE.
20RM	Exames e Avaliações da Educação Básica Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo II; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 9.432/2018; Decreto nº 9.765/2019; Portaria MEC nº 2.270/2002; Portaria MEC nº 3.415/2004; Portaria MEC nº 807/2010; Portaria MEC nº 1.350/2010; Portaria MEC nº 482/2013, alterada pela Portaria nº 564/2017; Portaria Inep nº 10/2021; Portaria MEC nº 458/2020; Resolução CNE/CEB nº 04/1999. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 7º, inciso IV.
20RN	Avaliação da Educação Superior e da Pós-Graduação Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.861/2004 (SINAES); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.947/2009; Lei nº 12.269/2010; Lei 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.959/2019; Decreto nº 6.092/2007; Decreto nº 7.114/2010; Decreto nº 7.590/2011; Decreto nº 9.235/2017; Decreto nº 9.507/2018; Portaria Interministerial MEC/MS nº 278/2011; Portaria Normativa MEC nº 22/2016; Portaria Normativa MEC nº 11/2017; Portaria Normativa MEC nº 840/2018; Instrução Normativa INEP nº 04/2018; Portaria nº 96/2020; Portaria nº 195/2020; Portaria nº 165/2021, Portaria nº 183/2021. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 7º, inciso IV.
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
2185	Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 5.224/2004; Resolução CNE/CES nº 1/2018. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 7º, inciso IV.
4000	Estudos, Pesquisas e Avaliações de Políticas Educacionais Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE). Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 7º, inciso IV.
4014	Censo Escolar da Educação Básica Constituição Federal/1988, Art. 22, inciso XVIII e Art. 208, § 3º; Lei nº 8.069/1990, Art. 54, § 3º Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 5º, § 1º Inciso I; e Título V, Capítulo II; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 14.113/2020; Decreto nº 6.425/2008; Decreto nº 10.656/2021; Portaria nº 316/2007; Portaria nº 264/2007; Portaria Inep nº 235/2011; Portaria Inep nº 91/2017; Portaria Inep nº 503/2018; Resolução CNE/CEB nº 1/2018; Portarias Anuais de Cronogram: de execução das etapas do Censo Escolar. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 7º, inciso IV.
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 7º, inciso I.
4641	Publicidade de Utilidade Pública Art. 37 da Constituição Federal de 1988; Art. 7º, inciso V, da Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017; Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008; Decreto 9.982, de 20 de agosto de 2019; Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom: 1. Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017 que dispõe sobre a conceituação das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências; 2. Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares; 3. Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal.
6503	Censo da Educação Superior Constituição Federal/1988, Art. 22, inciso XVIII, e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo IV; Lei nº 10.861/2004 (SINAES); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.425/2008; Decreto nº 9.235/2017; Portaria MEC nº 794/2013; Portaria Normativa MEC nº 21/2017; Portarias Anuais de Cronograma de execução das etapas do Censo da Educação Superior. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 7º, inciso IV.
26291	Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
00O0	Concessão de Bolsas de Apoio à Educação Básica Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 9.795/1999; Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.494/2007, art. 12; Lei nº 12.695/2012; Lei 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Lei nº 13.415/2017; Lei nº 14.113/2020; Ato Declaratório Normativo nº 34/1993; Decreto nº 71.733/1973; Decreto nº 5.800/2006; Decreto nº 6.094/2007; Decreto nº 6.907/2009; Decreto nº 7.219/2010; Decreto nº 8.752/2016; Decret nº 9.204/2017 e Lei 9.394/1996 (LDB), art. 80; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 9.765/2019; Decreto nº 10.656/2021; Resolução CD/FNDE nº 38/2013; Resolução CD/FNDE nº 54/2013; Portaria Interministerial MEC/MC nº 98/2013; Portarias e Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 7º, inciso VI.
0487	Concessão de Bolsas de Estudo no Ensino Superior Constituição Federal/1988, art. 4º, inciso IX, e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 8.405/1992; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 12.801/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 5.274/2004; Decreto nº 6.576/2008; Decreto nº 6.907/2009; Decreto nº 7.448/2011; Decreto nº 7.641/2011; Decreto nº 7.642/2011; Decreto nº 8.977/2017; Decreto nº 9.283/2018; Portaria Interministerial nº 495/2013; Portaria MEC nº 7/2009; Portaria MEC nº 25/2013; Portaria MEC nº 973/2014; Portaria CAPES nº 34/2006 Portaria CAPES nº 76/2010; Portaria CAPES nº 19/2011; Portaria CAPES nº 248/2011; Portaria CAPES nº 181/2012; Portaria CAPES nº 47/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria CAPES nº 86/2013; Portaria CAPES nº 90/2013; Portaria CAPES nº 140/2013; Portaria CAPES nº 156/2014; Portaria CAPES nº 106/2014; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria CAPES nº 23/2017; Portaria CAPES nº 149/2017; Portaria CAPES nº 202/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Portaria CAPES nº 08/2018; Portaria CAPES nº 34/2020; Portaria CAPES nº 55/2020; Portaria CAPES nº 121/2020; Portaria Conjunta CAPES/CNPq nº 1/2010; Portaria Conjunta CAPES/CNPq nº 2/2010; Portaria Conjunta CAPES/CNPq nº 1/2013; Portaria Conjunta CAPES/CNPq nº 2/2013; Portaria Conjunta CAPES/CNPq nº 2/2014; Portaria CAPES 01/2020. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 7º, inciso VI.
2000	Administração da Unidade Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 13.844/2019; Decreto-Lei 200/1967. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 7º, inciso V.
20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007 Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 8.977/2017; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 7º, inciso IV.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO-2022, Art. 9º, inciso IV	
Ação Orçamentária / Base legal	
20RJ	Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 8.666/1993; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título VI; Lei nº 9.790/1999; Lei nº 9.795/1999, Seção II; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.520/2002; Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.494/2007, art. 12; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.019/2014; Lei nº 13.146/2015; Lei nº13.243/2016; Lei nº 13.415/2017; Lei nº 14.113/2020; Lei 14.133/2021; Decreto nº 5.626/2005; Decreto nº 6.170/2007; Decreto nº 6.300/2007; Decreto nº 7.219/2010; Decreto nº 7.611/2011; Decreto nº 7.752/2016; Decreto nº 9.057/2017; Decreto nº 9.204/2017; Decreto nº 8.977/2017; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 9.765/2019; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 10.656/2021; Portaria MEC nº 522/1997; Portaria Normativa MEC nº 25/2007; Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 424/2016; Resolução CNE/CEB nº 2/2001; Resolução CNE/CEB nº 5/2005; Resolução CNE/CEB nº 3/2012; Resolução CNE/CP nº 2/2017; Resolução CNE/CP nº 4/2018; Resolução CNE/CP nº 2/2019; Portaria CAPES nº 59/2013; Resolução CD/FNDE nº 51/2011; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 7º, inciso I.
20RN	Avaliação da Educação Superior e da Pós-Graduação Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo IV; Lei nº 10.861/2004 (SINAES); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.947/2009; Lei nº 12.269/2010; Lei 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.959/2019; Decreto nº 6.092/2007; Decreto nº 7.114/2010; Decreto nº 7.590/2011; Decreto nº 8.977/ 2017; Decreto nº 9.235/2017; Decreto nº 9.507/2018; Portaria Interministerial MEC/MS nº 278/2011; Portaria Normativa MEC nº 22/2016; Portaria CAPES nº141/2016; Portaria Normativa MEC nº 11/2017; Portaria Normativa MEC nº 840/2018; Portaria CAPES nº 234/2018; Portaria MEC nº 96/2020; Portaria MEC nº 195/2020; Portaria INEP nº 165/2021; Portaria INEP nº 183/2021; Instrução Normativa INEP nº 04/2018. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 7º, inciso IV.
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
2317	Acesso à Informação Científica e Tecnológica Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 8.405/1992, Lei nº 9.394/1996, Lei nº 11.502/2007, Lei nº 13.005/2014, Lei nº 13.243/2016, Decreto nº 8.977/2017, Decreto nº 9.283/2018, Portaria CAPES nº 74/2017, Portaria CAPES nº 122/2017; Portaria CAPES nº 29/2018. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 7º, inciso III.
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 7º, inciso I.
26292	Fundação Joaquim Nabuco
00OQ	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018, LDO-2019, artigo 11, inciso XVII: “O Projeto e a Lei Orçamentária de 2019 discriminarão, em categorias de programação específicas, as dotações destinadas: (...) XVII – aos pagamentos de anuidades ou de participação em organismos e entidades nacionais ou internacionais, acima de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), ou o equivalente na moeda estrangeira em que o compromisso for estipulado, conforme taxa de câmbio utilizada como parâmetro na elaboração do Projeto de que trata o caput, que deverão identificar nominalmente cada beneficiário;”
2000	Administração da Unidade Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 13.844/2019; Decreto-Lei 200/1967. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 7º, inciso V.
20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 8.977/2017; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 7º, inciso IV.
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
4000	Estudos, Pesquisas e Avaliações de Políticas Educacionais Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE). Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 7º, inciso IV.
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 7º, inciso I.
6294	Promoção de Cursos para o Desenvolvimento Local Sustentável Lei nº 6.687, de 17 de setembro de 1979; Decreto nº 8.994, de 1º de março de 2017.
26294	Hospital de Clínicas de Porto Alegre
00QC	Concessão de Bolsas do Programa Mais Médicos Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 8.080/1990; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Decreto nº 7.661/2011; Decreto nº 10.426/2020; Portaria MEC nº 306/2015; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 7º, inciso VI.
21D8	Adequação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 8.080/1990; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE).
4086	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 8.080/1990; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 12.550/2011 e Lei nº 13.005/2014 (PNE). Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 7º, inciso V.
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 7º, inciso I.
26298	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
00O0	Concessão de Bolsas de Apoio à Educação Básica Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 9.795/1999; Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.494/2007, art. 12; Lei nº 12.695/2012; Lei 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Lei nº 13.415/2017; Lei nº 14.113/2020; Ato Declaratório Normativo nº 34/1993; Decreto nº 71.733/1973; Decreto nº 5.800/2006; Decreto nº 6.094/2007; Decreto nº 6.907/2009; Decreto nº 7.219/2010; Decreto nº 8.752/2016; Decret nº 9.204/2017 e Lei 9.394/1996 (LDB), art. 80; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 9.765/2019; Decreto nº 10.656/2021; Resolução CD/FNDE nº 38/2013; Resolução CD/FNDE nº 54/2013; Portaria Interministerial MEC/MC nº 98/2013; Portarias e Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 7º, inciso VI.
00OW	Apoio à manutenção da educação infantil Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo II, Seções I e II; Lei nº 12.499/2011; Lei nº 12.722/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Resolução CNE/CEB nº 5/2009; Resolução CNE/CEB nº 1/2011; Resolução CNE/CEB nº 2/ 2018; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 7º, inciso III
00PH	Concessão de bolsas e auxílio financeiro para promover a alfabetização, a elevação da escolaridade e a integração à qualificação profissional, na educação de jovens e adultos: Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9394/1996, (LDB), Título V, Capítulo II, Seção V; Lei nº 9.608/1998; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 11.129/2005; Lei nº 11.692/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.093/2007; Decreto nº 6.629/2008; Decreto nº 9.765/2019; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 7º, inciso VI.
00PI	Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica (PNAE) Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.947/2009; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Resoluções específicas sobre alimentação escolar, publicadas pelo FNDE.
00QH	Concessão de bolsas no âmbito do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (Proies) Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 5.172/1966; Lei nº 12.688/2012; Portaria Conjunta PGRN/RFB nº 6/2012; Portaria Normativa MEC nº 26/2012. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 7º, inciso VI.
00SB	Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb Emenda Constitucional nº 108/2020; Lei nº 14.113/2020. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 7º, inciso V.
00SU	Apoio à implantação de escolas para educação infantil Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo II, Seções I e II; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.494/2008; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 7º, inciso II.
0509	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo II; Lei nº 9.795/1999; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.146/2015; Lei nº 13.415/2017; Decreto nº 5.626/2005; Decreto nº 9.099/2017; Decreto nº 9.204/2017; Decreto nº 9.765/2019; Decreto nº 10.426/2020; Portarias e Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 7º, inciso III.
0515	Dinheiro Direto na Escola para a Educação Básica Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 9.795/1999; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 11.947/2009; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.146/2015; Lei nº 13.415/2017; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto nº 7.083/2010; Decreto nº 7.352/2010; Decreto nº 7.611/2011; Decreto nº 9.204/2017; Decreto nº 9.765/2019; Portarias e Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 7º, inciso II.
0969	Apoio ao Transporte Escolar na Educação Básica Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.880/2004; Lei 12.695/2012; Lei 13.005/2014 (PNE); Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 7º, inciso VIII.
0A12	Concessão de Bolsa Permanência no Ensino Superior Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 5.537/1968; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.096/2005 (Prouni); Lei nº 11.180/2005; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 7.234/2010; Decreto nº 7.824/2012; Decreto nº 10.426/2020; Portaria Normativa MEC nº 19/2011; Portaria MEC nº 389/2013.
0E53	Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar da Educação Básica - Caminho da Escola Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 12.695/2012; Lei nº 12.816/2013; Lei nº 13005/2014 (PNE); Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996, Art. 7º, inciso VIII.
2000	Administração da Unidade Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 13.844/2019; Decreto-Lei 200/1967. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 7º, inciso V.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO-2022, Art. 9º, inciso IV	
Ação Orçamentária / Base legal	
20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 8.977/2017; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso IV.	Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006; Decreto nº 8.977/2017. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.
20RH Gerenciamento das Políticas de Educação	4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior
CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; CF/88, art. 227; Lei nº 9.394/1996; Portaria MEC nº 1.306/1999 – alterações do Regimento Interno do CNE; Lei nº 4.024/1961, arts. 6º ao 9º, com redação dada pela Lei nº 9.131/1995; Lei nº 8.069/1990; Lei nº 10.219/2001; Lei nº 13.005/2014; Lei nº 11.947/2009; Lei nº 11.274/2006; Decreto nº 6.094/2007; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE; Resoluções aprovadas pelo CNE.	Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.
20RP Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica	4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 9.795/1999; Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 11.129/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.645/2009; Lei nº 11.692/2008; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.146/2015; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto nº 5.840/2006; Decreto nº 6.093/2007; Decreto nº 6.629/2008; Decreto nº 6.861/2009; Decreto nº 7.352/2010; Decreto nº 7.611/2011; Decreto nº 9.099/2017. Amparo legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.	Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.
20RQ Produção, Aquisição e Distribuição de Livros e Materiais Didáticos e Pedagógicos para Educação Básica	4641 Publicidade de Utilidade Pública
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 9.795/1999; Lei nº 10.098/2000; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.146/2015; Lei nº 13.415/2017; Decreto nº 6.093/2007; Decreto nº 6.861/2009; Decreto nº 7.611/2011; Decreto nº 9.099/2017; Decreto nº 10.426/2020; Resolução FNDE nº 12/2020; Resoluções do CNE; Base Nacional Comum Curricular. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso VIII.	Art. 37 da Constituição Federal de 1988; Art. 7º, inciso V, da Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017; Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008; Decreto 9.982, de 20 de agosto de 2019; Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom: 1. Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017 que dispõe sobre a conceituação das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências; 2. Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares; 3. Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal.
212H Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)	8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1998, art. 218; Medida Provisória nº 2.216-37/2001; Lei nº 9.637/1998; Decreto Presidencial nº 3.294/1999; Decreto nº 4.077/2002; Decreto 9.190/2017. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso IV.	Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.
214V Apoio à alfabetização, à elevação da escolaridade e à integração à qualificação profissional na educação de jovens e adultos	26351 Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 9394/1996, (LDB), Título V, Capítulo II, Seção V; Lei nº 10.741/2003, Capítulo V; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 11.129/2005; Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.494/2007, art. 12; Lei nº 11.692/2008; Lei nº 12.433/2011; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 12.852/2013; Lei nº 13.005/2014; Lei nº 14.113/2020; Decreto nº 6.092/2007; Decreto nº 6.093/2007; Decreto nº 6.629/2008; Decreto nº 6.861/2009; Decreto nº 7.352/2010; Decreto nº 7.507/2011; Decreto nº 6.626/2011; Decreto nº 9.099/2017; Decreto nº 9.306/2018, art. 8º, Inciso II; Decreto nº 9.765/2019; Decreto nº 10.087/2019; Decreto nº 10.226/2020; Decreto nº 10.656/2021; Resolução CNE/CEB nº 02/2010; Resolução MJ nº 3/2009; Resolução CNE/CEB nº 2/2010; Resolução CNE/CEB nº 4/2016; Resolução FNDE nº 12/2020; resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso III.	00OQ Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.
216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	00PW Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.	Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.
2184 Fomento ao Desenvolvimento e Modernização dos Sistemas de Ensino de Educação Profissional e Tecnológica	20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão
Lei nº 12.513/2011 (Promatec); Lei nº 12.816/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.415/2017; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 6.302/2007; Decreto nº 7.589/2011; Decreto nº 10.426/2020; Portaria MEC nº 817/2015; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.	Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007 Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 8.977/2017; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso IV.
4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.	Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006; Decreto nº 8.977/2017. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.
4641 Publicidade de Utilidade Pública	216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Art. 37 da Constituição Federal de 1988; Art. 7º, inciso V, da Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017; Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008; Decreto 9.982, de 20 de agosto de 2019; Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom: 1. Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017 que dispõe sobre a conceituação das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências; 2. Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares; 3. Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal.	Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
26350 Fundação Universidade Federal da Grande Dourados	4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior
00OQ Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.
00PW Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 8.977/2017; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso IV.	8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior
	Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.
	26352 Fundação Universidade Federal do ABC
	00OQ Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.
	00PW Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.
	20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão
	Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007 Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 8.977/2017; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso IV.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO-2022, Art. 9º, inciso IV	
Ação Orçamentária / Base legal	
20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006; Decreto nº 8.977/2017. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto nº 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.
8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.
26378	Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade Federal do Rio de Janeiro
20RX	Reestruturação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais - REHUF Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 8.080/1990; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 12.550/2011; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 7.082/2010; Decreto nº 8.587/2015; Decreto 10.434/2020; Portaria Interministerial nº 883/2010; Portaria MEC-GM nº 442/2012.
4086	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 8.080/1990; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 12.550/2011 e Lei nº 13.005/2014 (PNE). Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.
26402	Instituto Federal de Alagoas
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.
20RG	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.
20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.
26405	Instituto Federal do Ceará
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.
20RG	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.
20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
2183	Fomento às ações de pesquisa, extensão e inovação nas instituições de ensino de educação profissional e tecnológica Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.534/2007; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70.
2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.
26406	Instituto Federal do Espírito Santo
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO-2022, Art. 9º, inciso IV	
Ação Orçamentária / Base legal	
20RG	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.	
20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.	
21B3	Fomento às ações de pesquisa, extensão e inovação nas instituições de ensino de educação profissional e tecnológica
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.534/2007; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 10.426/2020; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70.	
2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.	
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.	
26407	Instituto Federal Goiano
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	
20RG	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.	
20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.	
21B3	Fomento às ações de pesquisa, extensão e inovação nas instituições de ensino de educação profissional e tecnológica
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.534/2007; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 10.426/2020; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70.	
2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.	
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.	
4641	Publicidade de Utilidade Pública
Art. 37 da Constituição Federal de 1988; Art. 7º, inciso V, da Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017; Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008; Decreto nº 9.038, de 26 de abril de 2017. Instruções normativas da Secretária Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom: 1. Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017 que dispõe sobre a conceituação das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências; 2. Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares; 3. Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal.	
26408	Instituto Federal do Maranhão

00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	
20RG	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.	
20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.	
21B3	Fomento às ações de pesquisa, extensão e inovação nas instituições de ensino de educação profissional e tecnológica
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.534/2007; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 10.426/2020; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70.	
2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.	
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.	
26410	Instituto Federal do Norte de Minas Gerais
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	
20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.	

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO-2022, Art. 9º, inciso IV	
Ação Orçamentária / Base legal	
20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.
21B3	Fomento às ações de pesquisa, extensão e inovação nas instituições de ensino de educação profissional e tecnológica Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.534/2007; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 10.426/2020; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70.
2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.
4641	Publicidade de Utilidade Pública Art. 37 da Constituição Federal de 1988; Art. 7º, inciso V, da Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017; Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008; Decreto 9.982, de 20 de agosto de 2019; Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom: 1. Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017 que dispõe sobre a conceituação das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências; 2. Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares; 3. Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal.
26416	Instituto Federal do Pará
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.
20RG	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.
20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.
2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.
26417	Instituto Federal da Paraíba
00OQ	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.
20RG	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.
20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.
26420	Instituto Federal Farroupilha
00OQ	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO-2022, Art. 9º, inciso IV	
Ação Orçamentária / Base legal	
20RG	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.	
20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.	
2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.	
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.	
26421	Instituto Federal de Rondônia
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	
20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.	
2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.	
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.	
26422	Instituto Federal Catarinense
00OQ	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	
20RG	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.	
20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.	
2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.	
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.	
26425	Instituto Federal do Acre
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	
20RG	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.	
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.	
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.	
4641	Publicidade de Utilidade Pública
Art. 37 da Constituição Federal de 1988; Art. 7º, inciso V, da Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017; Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008; Decreto nº 9.038, de 26 de abril de 2017. Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom: 1. Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017 que dispõe sobre a conceituação das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências; 2. Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares; 3. Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal.	
26423	Instituto Federal de Sergipe
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	
20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.	
2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.	
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.	

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO-2022, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base legal

20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	2183	Fomento às ações de pesquisa, extensão e inovação nas instituições de ensino de educação profissional e tecnológica
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.		Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 10.426/2020; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70.	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.		Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.	
2183	Fomento às ações de pesquisa, extensão e inovação nas instituições de ensino de educação profissional e tecnológica	4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 10.426/2020; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70.		Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.	
2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	26428	Instituto Federal de Brasília
Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.		00PW Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica	
		Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	20RG	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.		Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.	
26426	Instituto Federal do Amapá	20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
00PW Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica		Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.	
		2994 Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	
		Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.		Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.	
2183	Fomento às ações de pesquisa, extensão e inovação nas instituições de ensino de educação profissional e tecnológica	26429	Instituto Federal de Goiás
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 10.426/2020; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70.		00PW Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica	
		Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	
2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.		Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.	
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.		Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.	
26427	Instituto Federal da Bahia	4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qual

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO-2022, Art. 9º, inciso IV	
Ação Orçamentária / Base legal	
20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
21B3	Fomento às ações de pesquisa, extensão e inovação nas instituições de ensino de educação profissional e tecnológica Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.534/2007; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 10.426/2020; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70.
2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.
26431	Instituto Federal do Piauí
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.
20RG	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.
20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
21B3	Fomento às ações de pesquisa, extensão e inovação nas instituições de ensino de educação profissional e tecnológica Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.534/2007; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 10.426/2020; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70.
2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.
26432	Instituto Federal do Paraná
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.
20RG	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.
20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO-2022, Art. 9º, inciso IV	
Ação Orçamentária / Base legal	
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.
26435	Instituto Federal do Rio Grande do Norte
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.
20RG	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.
20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.
2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.
26436	Instituto Federal Sul-rio-grandense
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.
20RG	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.
20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
21B3	Fomento às ações de pesquisa, extensão e inovação nas instituições de ensino de educação profissional e tecnológica Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.534/2007; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 10.426/2020; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70.
2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.
26437	Instituto Federal de Roraima
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.
20RG	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.
20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.
2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.
26438	Instituto Federal de Santa Catarina
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.
20RG	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.
20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.
4641	Publicidade de Utilidade Pública Art. 37 da Constituição Federal de 1988; Art. 7º, inciso V, da Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017; Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008; Decreto 9.982, de 20 de agosto de 2019; Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom: 1. Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017 que dispõe sobre a conceituação das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências; 2. Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares; 3. Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal.
26439	Instituto Federal de São Paulo
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.
20RG	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.
20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO-2022, Art. 9º, inciso IV	
Ação Orçamentária / Base legal	
2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III, Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.
26440	Universidade Federal da Fronteira Sul
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.
20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 8.977/2017; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso IV.
20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006; Decreto nº 8.977/2017. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.
8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.
26441	Universidade Federal do Oeste do Pará
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.
20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 8.977/2017; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso IV.
20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006; Decreto nº 8.977/2017. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.
4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.
8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.
26442	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
00OQ	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.
20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007 Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 8.977/2017; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso IV.
20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006; Decreto nº 8.977/2017. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO-2022, Art. 9º, inciso IV	
Ação Orçamentária / Base legal	
4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.	
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.	
8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.	
26448	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
000Q	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	
20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 8.977/2017; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso IV.	
20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 8.977/2017. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.	
4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.	
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.	
8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.	
26449	Universidade Federal do Cariri
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	
20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 8.977/2017; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso IV.	
20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006; Decreto nº 8.977/2017. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.	
4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.	
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.	
8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.	
26452	Universidade Federal do Sul da Bahia
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	
20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 8.977/2017; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso IV.	
20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006; Decreto nº 8.977/2017. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.	
4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.	
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.	
8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.	
26453	Universidade Federal de Jataí
000Q	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	
20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 8.977/2017; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso IV.	

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO-2022, Art. 9º, inciso IV	
Ação Orçamentária / Base legal	
20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006; Decreto nº 8.977/2017. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.
4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.
8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.
26454	Universidade Federal de Rondonópolis
00OQ	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.
20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 8.977/2017; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso IV.
20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006; Decreto nº 8.977/2017. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.
4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.
26457	Universidade Federal do Norte do Tocantins
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.
20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007 Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 8.977/2017; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso IV.
20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006; Decreto nº 8.977/2017. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.
4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.
8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.
26455	Universidade Federal do Delta do Parnaíba
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.
20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 8.977/2017; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso IV.
20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006; Decreto nº 8.977/2017. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.
4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.
26456	Universidade Federal do Agreste de Pernambuco

00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.
20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007 Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 8.977/2017; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso IV.
20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006; Decreto nº 8.977/2017. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.
4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.
26457	Universidade Federal do Norte do Tocantins
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.
20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007 Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 8.977/2017; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso IV.
20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006; Decreto nº 8.977/2017. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.
4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.
8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.
29101	Defensoria Pública da União
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
219I	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública Art. 21 da Lei nº 12.232, de 29 de abril de 2010.
21CZ	Apoio à Assistência Jurídica ao Cidadão EC 74/2013; Lei Complementar 80/94; Lei 9.020/95.
2725	Prestação de Assistência Jurídica ao Cidadão Constituição Federal , art. 5º , inciso LXXIV e art. 134; EC 74/2013; Lei Complementar 80/94; e Lei 9.020/95.
30101	Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO-2022, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base legal

2000 Administração da Unidade CF 1988; Lei 13.844 de 18 de junho de 2019 em substituição à Medida provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019. Lei 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos; Decreto-Lei 200/1967;; Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019; Decreto nº 10.073, de 18 de outubro de 2019 - Altera o Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, e o Decreto 10.365 de 22 de maio de 2020. Art. 11, inciso VI, do Decreto nº 9.162, de 27 de setembro de 2017, que altera o Decreto nº 9.144, de 22 de agosto de 2017. Portaria nº 1.222, de 21 de dezembro de 2017; INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1, DE 4 DE ABRIL DE 2019 - Dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal; INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 26 DE MAIO DE 2017 (Atualizada) Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.	218M Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade Lei nº 10.826 de 22 de dezembro de 2003 (Sinarm); Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 (Sinad); Lei nº 11.340 de 07 de agosto de 2006 (Maria da Penha); Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007 (Cooperação Federativa). Lei nº 11.530 de 24 de outubro de 2007 e alterações (PRONASCI); Lei nº 12.681, de 04 de julho de 2012 (SINESP); Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013 (ORCRIM); Lei nº 13.104 de 09 de março de 2015 (Crime hediondo feminicídio); Lei nº 13.675 de 11 de junho de 2018 (PNSPDS e Susp); Lei nº 13.756 de 12 de dezembro de 2018 (FNSP); Lei nº 13.971 de 27 de dezembro de 2019 (Institui PPA 2020-2023); Decreto nº 3.695 de 21 de dezembro de 2000 (SISP); Decreto nº 7.179 de 20 de maio de 2010 e alterações (Enfrentamento crack); Decreto nº 8.903 de 16 de novembro de 2016 (Programa de Proteção Integrada de Fronteiras); Decreto nº 9.489 de 30 de agosto de 2018 (Regulamenta PNSPDS); Decreto nº 9.630 de 26 de dezembro de 2018 (Institui Plano NSPDS); Decreto nº 10.073, de 18 de outubro de 2019 - Altera o Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019 e o Decreto nº 9.673, de 2 de janeiro de 2019 (Estrutura Regimental do MJSP); Decreto nº 10.321, de 15 de abril de 2020 regulamenta PPA 2020-2023; Decreto nº 10.365 de 22 de maio de 2020 regulamenta estrutura MJSP Portaria SENASP nº 2 de 09 de janeiro de 2017 (Regulamenta contrato de repasse); Portaria GSI nº 38 de 20 de abril de 2018 (Planejamento Estratégico PPIF); Portaria MJSP nº 151 de 26 de setembro de 2018 (Regimento Interno SENASP); Portaria nº 821 de 31 de outubro de 2019 (Regulamenta estrutura MJSP); Portaria nº 867 de 02 de dezembro de 2019 (Operações SEOPi); Resolução nº 1 de 15 de julho de 2009 (Regulamenta SISP).
2017 Promoção da Política Nacional de Justiça Art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil; art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil; Lei n. 8.069/1990; Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996; Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997; Lei n. 9.790/1999; Lei n. 10.406/2002; Lei n. 11.340/2006; Lei nº 13.019/2014; Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015; Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015; Lei nº 13.344, de 6 de outubro de 2016; Lei n. 13.431/2017; Lei nº 13.445, de 20 de maio de 2017; Lei nº 13.684, de 21 de junho de 2018; Inciso I da Lei nº 13.844 de 18 de junho de 2019; Decreto-Lei n. 4.657/1942; Decreto n. 1.973/1996; Decreto n. 3.100/1999; Decreto n. 3441/2000; Decreto nº 3.768, de 8 de março de 2001; Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004; Decreto nº 5.948, de 26 de outubro de 2006; Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017; Decreto nº 9.277, de 5 de fevereiro de 2018; Decreto nº 9.285, de 15 de fevereiro de 2018; Decreto nº 9.440, de 3 de julho de 2018; Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019; Decreto nº 9.833, de 12 de junho de 2019; Decreto nº 9.873, de 27 de junho de 2019; Portaria SNJ nº 242, de 29 de setembro de 2014; Portaria MJ n. 362/2016; Portaria nº 863, de 28 de novembro de 2019; Portaria MJSP nº 864/2019; Portaria nº 665, de 10 de dezembro de 2020 (Projeto UNESCO 9148RZ3049); Portaria MJSP nº 665/2020; Resolução CNJ nº 125, de 29 de novembro de 2010; Resoluções editadas pelo Conselho Nacional de Imigração;	218N Gestão da Política de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988; DECRETO Nº 9.662, DE 1º DE JANEIRO DE 2019; LEI Nº 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992; LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993; LEI Nº 9.613, DE 3 DE MARÇO DE 1998; LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011; LEI Nº 12.846, DE 1º DE AGOSTO DE 2013; DECRETO Nº 3.678, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2000; DECRETO Nº 4.410, DE 7 DE OUTUBRO DE 2002; DECRETO Nº 5.015, DE 12 DE MARÇO DE 2004; DECRETO Nº 5.639, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2005; DECRETO Nº 9.825, DE 5 DE JUNHO DE 2019.
2334 Proteção e Defesa do Consumidor • Lei 8.078/1990; • Lei 9.609/1998; • Lei 9.610/1998; • Lei 10.742/2003; • Lei nº 13.971/2019; • Lei 13.844/2019; • Lei 14.034/2020; • Lei 14.046/2020; • Decreto 2.181/1997; • Decreto 6.523/2008; • Decreto 7.962/2013; • Decreto 7.963/2013; • Decreto 9.756/2019; • Decreto 9.875/2019; • Decreto 9.882/2019; • Decreto 9.662/2019; • Decreto nº 10.073/19; • Decreto 10.197/2020; • Decreto nº 10.321/20; • Portaria Gab-Senacon 07/2016; • Portaria Gab-Senacon 24/2019; • Portaria Gab-Senacon 15/2020; • Portaria Gab-Senacon n.º 12/2020; • Portaria Gab-Senacon n.º 15/2020; • Portaria Gag-Senacon 14/2020; • Portaria Conjunta MJSP/MINFRA 03/2019; • Portaria MJSP 1.387/2007; • Portaria MJSP 329/2019; • Portaria MJSP 618/2019; • Portaria MJSP 156/2020; • Portaria MJSP 71/2020; • Portaria MJSP 877/2019; • Portaria nº 232/2020.	
4641 Publicidade de Utilidade Pública Constituição Federal de 1988 (Art. 37); Lei 13.844 de 18 de junho de 2019 em substituição à Medida provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019; Decreto-Lei 200/1967; Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008; Decreto nº 9.982, de 20 de agosto de 2019; Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019; Portaria MJ nº 1.222, de 21 de dezembro de 2017 Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria - Geral da Presidência da República - Secom: 1. Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017 que dispõe sobre a conceituação das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências; 2. Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares; 3. Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal.	
30103 Arquivo Nacional	

LDO-2022, Art. 9º, inciso IV	
Ação Orçamentária / Base legal	
000Q Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica	2000 Administração da Unidade
PLDO 2022, artigo 12, inciso XVI: “O Projeto e a Lei Orçamentária de 2022 discriminarão, em categorias de programação específicas, as dotações destinadas: (...) XVI - aos pagamentos de anuidades ou de participação em organismos e entidades nacionais ou internacionais, da seguinte forma: a) para valores acima de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), ou o equivalente em moeda estrangeira em que o compromisso tenha sido estipulado, conforme taxa de câmbio utilizada como parâmetro na elaboração do Projeto de Lei Orçamentária, em programação específica, que deverá identificar nominalmente cada beneficiário; e b) para valores iguais ou inferiores ao previsto na alínea “a”, deverão ser utilizadas programação específica ou as ações “000Q - Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica” e “00PW - Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica;	Art. 144, II, § 2º da Constituição Federal de 1988 – Estabelece a PRF como órgão permanente da União e com objetivo de patrulhamento nas rodovias federais; Lei Complementar de nº 121 de 09 de fevereiro de 2006 - Institui a Política Nacional de Repressão ao Furto e Roubo de Veículos e Cargas e para disciplinar a implantação do Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão ao Furto e Roubo de Veículos e Carga; Lei n. 9.503 de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro; Lei n. 9.654 de 02 de junho de 1998 - Cria a carreira de Policial Rodoviário Federal; Lei n. 9.883 de 07 de dezembro de 1999 - Cria o Sistema Brasileiro de Inteligência; Lei nº 13.344 de 06 de outubro 2016 - Dispõe sobre prevenção e repressão ao tráfico interno e internacional de pessoas e sobre medidas de atenção às vítimas; Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017 - estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência; Lei nº 13.614 de 11 de janeiro de 2018 - Cria o plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito – Pnatrans; Lei nº 13.675 de 11 de junho 2018 – Institui o Sistema único de Segurança Pública (Susp) e cria a Política Nacional de Segurança pública e Defesa Social; Lei nº 13.756 de 12 de dezembro de 2018 - Dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública; Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019 - PPA 2020/2023; Decreto nº 1.655 de 03 de outubro 1995 - Define a competência da Polícia Rodoviária Federal; Decreto nº 3.229 de 29 de outubro 1999 Promulga a Convenção Interamericana contra a Fabricação e o Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, Munições, explosivos e outros Materiais Correlatos; Decreto nº 3.695 de 21 de dezembro de 2000 - Cria o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública; Decreto nº 5.480 de 30 de junho de 2005 - Dispõe sobre o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal; Decreto nº 8.614 22 de dezembro de 2015 - Regulamenta a Lei Complementar de nº 121 de 09 de fevereiro de 2006 para instituir a Política Nacional de Repressão ao Furto e Roubo de Veículos e Cargas e para disciplinar a implantação do Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão ao Furto e Roubo de Veículos e Carga; Decreto nº 8.903 de 16 de novembro de 2016 - Institui o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras; Decreto nº 9.603 de 10 de dezembro de 2018 - Regulamenta a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência; Decreto nº 10.321 de 15 de abril de 2020 – Regulamenta o PPA 2020/2023; Decreto nº 10.365 de 22 de maio de 2020, e o Decreto nº 10.174, de 13 de dezembro de 2019 (Aprovam as Estruturas Regimentais e os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública e do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, respectivamente, remaneja e substitui cargos em comissão e funções de confiança; Decreto nº 9.630 de 26 de dezembro de 2018 – Implementa o programa de avaliação e reaparelhamento dos órgãos operacionais do Susp;
216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 12, inciso XXV, Art. 18, § 8º da LDO-2020.	Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 11, inciso XXV, Art. 18, § 8º da LDO-2020.
2810 Promoção do Acesso ao Patrimônio Documental Nacional	2723 Policiamento, Fiscalização, Combate à Criminalidade e Corrupção
Constituição Federal (inciso XXXIII do Art 5º, parágrafo 3º do inciso II do Art 37, parágrafo 2º do Art. 216); Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011; Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012; Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018; Lei 13.844 de 18 de junho de 2019; Lei 13.874, de 20 de setembro de 2019; Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019; Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002; Decreto nº 8.915, de 12 de dezembro de 2003; Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012; Decreto nº 10.148, de 02 de dezembro de 2019; Decreto nº 9.662, de 01 de janeiro de 2019; Decreto nº 10.073, de 18 de outubro de 2019; Decreto nº 10.278, de 18 de março de 2020; Decreto 10.321, de 15 de abril de 2020; Decreto nº 10.365 de 22 de maio de 2020 e suas alterações.	Art. 144, II, § 2º da Constituição Federal de 1988 – Estabelece a PRF como órgão permanente da União e com objetivo de patrulhamento nas rodovias federais; Lei Complementar de nº 121 de 09 de fevereiro de 2006 - Institui a Política Nacional de Repressão ao Furto e Roubo de Veículos e Cargas e para disciplinar a implantação do Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão ao Furto e Roubo de Veículos e Carga; Lei n. 9.503 de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro; Lei n. 9.654 de 02 de junho de 1998 - Cria a carreira de Policial Rodoviário Federal; Lei n. 9.883 de 07 de dezembro de 1999 - Cria o Sistema Brasileiro de Inteligência; Lei nº 13.344 de 06 de outubro 2016 - Dispõe sobre prevenção e repressão ao tráfico interno e internacional de pessoas e sobre medidas de atenção às vítimas; Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017 - estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência; Lei nº 13.614 de 11 de janeiro de 2018 - Cria o plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito – Pnatrans; Lei nº 13.675 de 11 de junho 2018 – Institui o Sistema único de Segurança Pública (Susp) e cria a Política Nacional de Segurança pública e Defesa Social; Lei nº 13.756 de 12 de dezembro de 2018 - Dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública; Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019 - PPA 2020/2023; Decreto nº 1.655 de 03 de outubro 1995 - Define a competência da Polícia Rodoviária Federal; Decreto nº 3.229 de 29 de outubro 1999 Promulga a Convenção Interamericana contra a Fabricação e o Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, Munições, explosivos e outros Materiais Correlatos; Decreto nº 3.695 de 21 de dezembro de 2000 - Cria o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública; Decreto nº 5.480 de 30 de junho de 2005 - Dispõe sobre o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal; Decreto nº 8.614 22 de dezembro de 2015 - Regulamenta a Lei Complementar de nº 121 de 09 de fevereiro de 2006 para instituir a Política Nacional de Repressão ao Furto e Roubo de Veículos e Cargas e para disciplinar a implantação do Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão ao Furto e Roubo de Veículos e Carga; Decreto nº 8.903 de 16 de novembro de 2016 - Institui o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras; Decreto nº 9.603 de 10 de dezembro de 2018 - Regulamenta a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência; Decreto nº 10.321 de 15 de abril de 2020 – Regulamenta o PPA 2020/2023; Decreto nº 10.365 de 22 de maio de 2020, e o Decreto nº 10.174, de 13 de dezembro de 2019 (Aprovam as Estruturas Regimentais e os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública e do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, respectivamente, remaneja e substitui cargos em comissão e funções de confiança; Decreto nº 9.630 de 26 de dezembro de 2018 – Implementa o programa de avaliação e reaparelhamento dos órgãos operacionais do Susp;
30107 Departamento de Polícia Rodoviária Federal	4641 Publicidade de Utilidade Pública
00QV Indenização Pela Flexibilização Voluntária do Repouso Remunerado	Constituição Federal de 1988; Lei nº 13.971, de 27 de Dezembro de 2019 - PPA 2020 - 2023; Decreto n. 6.555 de 2008 (Dispõe sobre as ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências).
154T Construção de unidades operacionais e administrativas da PRF	30108 Departamento de Polícia Federal
Art. 144, II, § 2º da Constituição Federal de 1988 – Estabelece a PRF como órgão permanente da União e com objetivo de patrulhamento nas rodovias federais; Lei Complementar de nº 121 de 09 de fevereiro de 2006 - Institui a Política Nacional de Repressão ao Furto e Roubo de Veículos e Cargas e para disciplinar a implantação do Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão ao Furto e Roubo de Veículos e Carga; Lei n. 9.503 de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro; Lei n. 9.654 de 02 de junho de 1998 - Cria a carreira de Policial Rodoviário Federal; Lei n. 9.883 de 07 de dezembro de 1999 - Cria o Sistema Brasileiro de Inteligência; Lei nº 13.344 de 06 de outubro 2016 - Dispõe sobre prevenção e repressão ao tráfico interno e internacional de pessoas e sobre medidas de atenção às vítimas; Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017 - estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência; Lei nº 13.614 de 11 de janeiro de 2018 - Cria o plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito – Pnatrans; Lei nº 13.675 de 11 de junho 2018 – Institui o Sistema único de Segurança Pública (Susp) e cria a Política Nacional de Segurança pública e Defesa Social; Lei nº 13.756 de 12 de dezembro de 2018 - Dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública; Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019 - PPA 2020/2023; Decreto nº 1.655 de 03 de outubro 1995 - Define a competência da Polícia Rodoviária Federal; Decreto nº 3.229 de 29 de outubro 1999 Promulga a Convenção Interamericana contra a Fabricação e o Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, Munições, explosivos e outros Materiais Correlatos; Decreto nº 3.695 de 21 de dezembro de 2000 - Cria o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública; Decreto nº 5.480 de 30 de junho de 2005 - Dispõe sobre o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal; Decreto nº 8.614 22 de dezembro de 2015 - Regulamenta a Lei Complementar de nº 121 de 09 de fevereiro de 2006 para instituir a Política Nacional de Repressão ao Furto e Roubo de Veículos e Cargas e para disciplinar a implantação do Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão ao Furto e Roubo de Veículos e Carga; Decreto nº 8.903 de 16 de novembro de 2016 - Institui o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras; Decreto nº 9.603 de 10 de dezembro de 2018 - Regulamenta a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência; Decreto nº 10.321 de 15 de abril de 2020 – Regulamenta o PPA 2020/2023; Decreto nº 10.365 de 22 de maio de 2020, e o Decreto nº 10.174, de 13 de dezembro de 2019 (Aprovam as Estruturas Regimentais e os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública e do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, respectivamente, remaneja e substitui cargos em comissão e funções de confiança; Decreto nº 9.630 de 26 de dezembro de 2018 – Implementa o programa de avaliação e reaparelhamento dos órgãos operacionais do Susp;	0122 Contribuição à Organização Internacional de Polícia Criminal - INTERPOL (MJ) Pareceres nº 41/2013 CONIUR/CGDI; nº 246/2012 CONIUR/MRE; nº 0259 – 6.9/2013/CGC/CONIUR-MP/CGU/AGU; e nº 103/2013/CEP/CONIUR-MJ/CGU/AGU. NOTAS nº 010/2013/DECOR/AGU/AGU; Nº 1246 - 6.9 / 2013/PFF/CONIUR-MP/CGU/AGU e n. 3081 - 6.8/2014/PFF/CGJOE/CONIUR-MP/CGU/AGU
	155H Construção da Delegacia de Juiz de Fora/MG
	CF/88; Lei Complementar Nº 89, de 18 de Fevereiro de 1997 - Institui o Funapol; Decreto Nº 2.381, de 12 de Novembro de 1997 - Regulamenta o Funapol; Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, alterado pelo Decreto nº 10.073, de 18 de outubro de 2019 e pelo Decreto nº 10.379 de 28 de maio de 2020 - Estrutura Regimental do MJSP; Decreto 10.365 de 22 de maio de 2020; Portaria MSP nº 155, de 27 de setembro de 2018 - Regimento Interno da PF.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO-2022, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base legal

15F5	Construção da Delegacia de São José do Rio Preto/SP
CF/88; Lei Complementar Nº 89, de 18 de Fevereiro de 1997 - Institui o Funapol; Decreto Nº 2.381, de 12 de Novembro de 1997 - Regulamenta o Funapol; Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, alterado pelo Decreto nº 10.073, de 18 de outubro de 2019 e pelo Decreto nº 10.379 de 28 de maio de 2020 - Estrutura Regimental do MJSP; Decreto 10.365 de 22 de maio de 2020; Portaria MSP nº 155, de 27 de setembro de 2018 - Regimento Interno da PF.	
15F9	Aprimoramento da Infraestrutura da Polícia Federal
CF/88; Lei Complementar Nº 89, de 18 de Fevereiro de 1997 - Institui o Funapol; Decreto Nº 2.381, de 12 de Novembro de 1997 - Regulamenta o Funapol; Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, alterado pelo Decreto nº 10.073, de 18 de outubro de 2019 e pelo Decreto nº 10.379 de 28 de maio de 2020 - Estrutura Regimental do MJSP; Decreto 10.365 de 22 de maio de 2020; Portaria MSP nº 155, de 27 de setembro de 2018 - Regimento Interno da PF.	
15UP	Construção da Delegacia de Ponta Porã/MS
CF/88; Lei Complementar Nº 89, de 18 de Fevereiro de 1997 - Institui o Funapol; Decreto Nº 2.381, de 12 de Novembro de 1997 - Regulamenta o Funapol; Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, alterado pelo Decreto nº 10.073, de 18 de outubro de 2019 e pelo Decreto nº 10.379 de 28 de maio de 2020 - Estrutura Regimental do MJSP; Decreto 10.365 de 22 de maio de 2020; Portaria MSP nº 155, de 27 de setembro de 2018 - Regimento Interno da PF.	
15WH	Construção da Superintendência Regional em Minas Gerais
CF/88; Lei Complementar Nº 89, de 18 de Fevereiro de 1997 - Institui o Funapol; Decreto Nº 2.381, de 12 de Novembro de 1997 - Regulamenta o Funapol; Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, alterado pelo Decreto nº 10.073, de 18 de outubro de 2019 e pelo Decreto nº 10.379 de 28 de maio de 2020 - Estrutura Regimental do MJSP; Decreto 10.365 de 22 de maio de 2020; Portaria MSP nº 155, de 27 de setembro de 2018 - Regimento Interno da PF.	
15WI	Construção da Superintendência Regional no Piauí-PI
CF/88; Lei Complementar Nº 89, de 18 de Fevereiro de 1997 - Institui o Funapol; Decreto Nº 2.381, de 12 de Novembro de 1997 - Regulamenta o Funapol; Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, alterado pelo Decreto nº 10.073, de 18 de outubro de 2019 e pelo Decreto nº 10.379 de 28 de maio de 2020 - Estrutura Regimental do MJSP; Decreto 10.365 de 22 de maio de 2020; Portaria MSP nº 155, de 27 de setembro de 2018 - Regimento Interno da PF.	
15XA	Ampliação da Superintendência da Polícia Federal no Ceará
CF/88; Lei Complementar Nº 89, de 18 de Fevereiro de 1997 - Institui o Funapol; Decreto Nº 2.381, de 12 de Novembro de 1997 - Regulamenta o Funapol; Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, alterado pelo Decreto nº 10.073, de 18 de outubro de 2019 e pelo Decreto nº 10.379 de 28 de maio de 2020 - Estrutura Regimental do MJSP; Decreto 10.365 de 22 de maio de 2020; Portaria MSP nº 155, de 27 de setembro de 2018 - Regimento Interno da PF.	
15XB	Construção do Instituto Nacional de Identificação - INI/DIREX/PF
CF/88; Lei Complementar Nº 89, de 18 de Fevereiro de 1997 - Institui o Funapol; Decreto Nº 2.381, de 12 de Novembro de 1997 - Regulamenta o Funapol; Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, alterado pelo Decreto nº 10.073, de 18 de outubro de 2019 e pelo Decreto nº 10.379 de 28 de maio de 2020 - Estrutura Regimental do MJSP; Decreto 10.365 de 22 de maio de 2020; Portaria MSP nº 155, de 27 de setembro de 2018 - Regimento Interno da PF.	
15XC	Construção da Superintendência da Polícia Federal no Maranhão
CF/88; Lei Complementar Nº 89, de 18 de Fevereiro de 1997 - Institui o Funapol; Decreto Nº 2.381, de 12 de Novembro de 1997 - Regulamenta o Funapol; Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, alterado pelo Decreto nº 10.073, de 18 de outubro de 2019 e pelo Decreto nº 10.379 de 28 de maio de 2020 - Estrutura Regimental do MJSP; Decreto 10.365 de 22 de maio de 2020; Portaria MSP nº 155, de 27 de setembro de 2018 - Regimento Interno da PF.	
15XD	Ampliação e Modernização da Superintendência da Polícia Federal no Mato Grosso do Sul
CF/88; Lei Complementar Nº 89, de 18 de Fevereiro de 1997 - Institui o Funapol; Decreto Nº 2.381, de 12 de Novembro de 1997 - Regulamenta o Funapol; Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, alterado pelo Decreto nº 10.073, de 18 de outubro de 2019 e pelo Decreto nº 10.379 de 28 de maio de 2020 - Estrutura Regimental do MJSP; Decreto 10.365 de 22 de maio de 2020; Portaria MSP nº 155, de 27 de setembro de 2018 - Regimento Interno da PF.	
15XE	Construção da Superintendência da Polícia Federal em Sergipe
CF/88; Lei Complementar Nº 89, de 18 de Fevereiro de 1997 - Institui o Funapol; Decreto Nº 2.381, de 12 de Novembro de 1997 - Regulamenta o Funapol; Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, alterado pelo Decreto nº 10.073, de 18 de outubro de 2019 e pelo Decreto nº 10.379 de 28 de maio de 2020 - Estrutura Regimental do MJSP; Decreto 10.365 de 22 de maio de 2020; Portaria MSP nº 155, de 27 de setembro de 2018 - Regimento Interno da PF.	

2000	Administração da Unidade
Constituição Federal: art. 144, § 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998); Lei Complementar nº 89, de 18 de fevereiro de 1997 - institui o Funapol; Decreto-Lei 200/1967 - DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL, ESTABELECE DIRETRIZES, PARA A REFORMA ADMINISTRATIVA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS; Decreto nº 2.381, de 12 de novembro de 1997 - regulamenta o Funapol; Decreto nº 6.869, de 04 de junho de 2009 - Dispõe sobre a coordenação e articulação dos órgãos federais, bem como sobre os níveis de proteção dos navios e das instalações portuárias, da adoção de medidas de proteção aos navios e instalações portuárias, e institui a Rede de Alarme e Controle dos Níveis de Proteção de Navios e Instalações Portuárias, e dá outras providências. Decreto nº 9.162, Art. 11, inciso VI, de 27 de setembro de 2017, que altera o Decreto nº 9.144, de 22 de agosto de 2017 - Altera o Decreto nº 9.144, de 22 de agosto de 2017, que dispõe sobre as cessões e as requisições de pessoal em que a administração pública federal, direta e indireta, seja parte. Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, alterado pelo Decreto nº 10.073, de 18 de outubro de 2019 e pelo Decreto nº 10.379 de 28 de maio de 2020 - Estrutura Regimental do MJSP; Decreto nº 9.861, de 25 de junho de 2019 - Dispõe sobre a Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis e sobre as Comissões Estaduais de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis; Decreto nº 9.988, de 26 de agosto de 2019 - Promulga o texto atualizado da Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar; Decreto 10.365 de 22 de maio de 2020 - aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública, remaneja funções de confiança e declara extintos cargos em comissão. Portaria MSP nº 155, de 27 de setembro de 2018 - Regimento Interno da PF. Portaria MJSP nº 30, de 29 de janeiro de 2020, publicada no Diário Oficial da União nº 21, de 30 de janeiro de 2020, seção 1, páginas 91 e 92 (Regimento Interno da Conportos); Resolução Conportos nº 53, de 04 de setembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União nº 172, Seção 1, página 49, em 08 de setembro de 2020.	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Arts. 8º e 45-A da Lei 5.809, de 1972.	
2586	Manutenção do Sistema de Emissão de Passaporte, Controle do Tráfego Internacional e de Registros de Estrangeiros
Constituição Federal, art 144; Lei nº 13.445/2017; Lei Complementar nº 89, de 18 de fevereiro de 1997 - institui o FUNAPOL; Decreto nº 9.199/2017; Decreto nº 86.715, de 1981 - regulamenta o estatuto do estrangeiro; Decreto nº 1.983, de 1996 - PROMASP; Decreto nº 2.381, de 12 de novembro de 1997 - Regulamenta o FUNAPOL; Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, alterado pelo Decreto nº 10.073, de 18 de outubro de 2019 - Estrutura Regimental do MJSP; Portaria MSP nº 155, de 27 de setembro de 2018 - Regimento Interno da PF; Decreto 10.365 de 22 de maio de 2020.	
2726	Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas e a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União
Constituição Federal art. 144, § 1º; Lei Complementar nº 89, de 18 de fevereiro de 1997 - institui o Funapol; Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986 - institui o FUNAD; Lei 10.351/01 Decreto nº 2.381, de 12 de novembro de 1997 - regulamenta o Funapol; Decreto nº 8.903 de 16 de novembro de 2016 alterado pelo decreto; Decreto 9.818 de 03 de junho de 2019, Art. 84, caput, inciso VI, alínea “a”, da Constituição Federal; e Portaria MJSP nº 711/2019, de 13/09/2019; Decreto 10.365 de 22 de maio de 2020. Decreto 4.262/02 Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, alterado pelo Decreto nº 10.073, de 18 de outubro de 2019 e pelo Decreto nº 10.379 de 28 de maio de 2020 - Estrutura Regimental do MJSP; Portaria MSP nº 155, de 27 de setembro de 2018 - Regimento Interno da PF; Portaria MJSP 240/19 IN 166/2020-DG/PF (https://pf.gov.br/sharepoint.com/sites/intranet/Paginas/Servicos/Produtos%20Qu%C3%ADmicos/Legisla%C3%A7%C3%A3o%20e%20Formul%C3%A1rios.aspx)	
30202	Fundação Nacional do Índio - FUNAI
155L Aprimoramento da Infraestrutura da Fundação Nacional do Índio Lei 13.844 de 18 de junho de 2019; Decreto nº 9.010 de 23 de março de 2017; Decreto nº 9.660, de 1º de janeiro de 2019; Decreto Nº 9.699, de 8 de fevereiro de 2019.	
2000	Administração da Unidade
Lei 13.844 de 18 de junho de 2019; Decreto 9010 de 23 de março de 2017; Decreto nº 9.162, de 27 de setembro de 2017, que altera o Decreto nº 9.144, de 22 de agosto de 2017; Decreto nº 9.660, de 1º de janeiro de 2019; Decreto Nº 9.699, de 8 de fevereiro de 2019.	

Ação Orçamentária / Base legal

20UF	Regularização, Demarcação e Fiscalização de Terras Indígenas e Proteção dos Povos Indígenas Isolados	21B0	Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas
Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973; Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973; Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981; Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985; Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990; Lei nº 9.534, de 10 de dezembro de 1997; Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; Lei nº 10.267, de 28 de agosto de 2001; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996; Decreto nº 4.412, de 7 de outubro de 2002; Decreto nº 7.747, de 5 de junho de 2012; Decreto nº 9.010, de 23 março de 2017; Portaria nº 320/pres, de 27 de março de 2013; Portaria nº 666/pres, de 17 de julho de 2017.		Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: Arts. 4, 5, 6, 20, inciso XI , 203, incisos I e II, inciso II, 210, § 2º, 215, § 1º, 216, § 1º, 225, 227, 231 e 232; Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) do Brasil ao Acordo de Paris; Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962; Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964; Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967; Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973; Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973; Lei nº 6.513, de 20 de dezembro de 1977; Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981; Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985; Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990; Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990; Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991; Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993; Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996; Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997; Lei nº 9.534, de 10 de dezembro de 1997; Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; Lei nº 9.836, de 23 de setembro de 1999; Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004; Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006; Lei nº 11.460, de 21 de março de 2007; Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009; Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009; Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009; Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010; Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010; Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011; Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012; Lei nº 12.687, de 18 de julho de 2012; Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012; Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014; Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015; Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016; Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019; Decreto -Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937; Decreto -Lei nº 401, de 30 de dezembro de 1968; Decreto nº 86.173, de 02 de julho de 1981; Decreto nº 85.878, de 7 de abril de 1981; Decreto nº 26, de 4 de fevereiro de 1991; Decreto nº 678, de 6 de novembro de 1992; Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996; Decreto nº 1905, de 16 de maio de 1996; Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998; Decreto nº 2.652, de 1º de julho de 1998; Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000; Decreto nº 4.339, de 22 de agosto de 2002; Decreto nº 4.412, de 7 de outubro de 2002; Decreto nº 5.151, de 22 de julho de 2004; Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006; Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007; Decreto nº 6.476, de 5 de junho de 2008; Decreto nº 6.861, de 27 de maio de 2009; Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009; Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010; Decreto nº 7.387, de 9 de dezembro de 2010; Decreto nº 7.583, de 13 de outubro de 2011; Decreto nº 7.589, de 26 de outubro de 2011; Decreto nº 7.747, de 5 de junho de 2012; Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012; Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012; Decreto nº 8.293, de 12 de agosto de 2014; Decreto nº 8.593, de 17 de dezembro de 2015; Decreto nº 8.772, de 11 de maio de 2016; Decreto nº 8.972, de 23 de janeiro de 2017; Decreto nº 9.010, de 23 março de 2017; Decreto nº 10.088, de 5 de novembro de 2019; Decreto nº 10.321, de 15 de abril de 2020; Portaria interministerial nº 1, de 2 de janeiro de 2014; Portaria/ ministério da justiça nº 14, de 09 de janeiro de 1996; Portaria nº 693/2000/FUNAI; Portaria nº 281/2000/FUNAI; Portaria nº 290/2000/FUNAI; Portaria nº 2.498, de 31 de outubro de 2011; Portaria nº 320/pres, de 27 de março de 2013; portaria nº 303/pres, de 26 de março de 2013; Portaria nº 389, de 9 de maio de 2013; Portaria MMA nº 370, de 02-12-2015; Portaria nº 150, de 10 de maio de 2016; Portaria nº 422, de 30 de novembro de 2017; Portaria nº 666, de 17 de julho de 2017; Portaria nº 375, de 19 de setembro de 2018; Instrução normativa INSS nº 45 de 06/08/2010; Instrução normativa FUNAI nº 2 de 03/02/2012; Instrução normativa no - 2, de 27 de março de 2015; Instrução normativa nº 77, de 21 de janeiro de 2015; Instrução normativa nº 1, de 13 de maio de 2016; Instrução normativa conjunta nº 1, de 22 de fevereiro de 2021; Resolução nº 237 , de 19 de dezembro de 1997; Resolução CEB nº 3, de 10 de novembro de 1999; Resolução CONANDA nº 113 de 19/04/2006; CNI: resolução conjunta nº 03, de 19 de abril de 2012; Resolução CNE/CEB nº 5, de 22 de junho de 2012; Norma da organização para o museu do índio/1988; Parecer homologado - despacho do ministro, publicado no d.o.u. de 31/3/2016, seção 1, pág. 16.	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos		
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 12, inciso XXV, Art. 18, inciso XV e § 9º da LDO-2017; Lei 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto nº 9.660, de 1 de janeiro de 2019; Decreto Nº 9.699, de 8 de fevereiro de 2019.			
30211	Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade		

LDO-2022, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base legal

00PN	Participação do Brasil, como País não Membro, em Atividades de Cooperação Econômica junto à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e seus órgãos vinculados
Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017; Decreto nº 8.817, de 21 de julho de 2016, anexo I, arts. 1º e 31; Parecer CONJUR/CGDI nº 35/2014, do MRE, de 21 de janeiro de 2014; Ofício nº 155 SGEX/COF/CORG/AEFI OCDE, de 19 de dezembro de 2014; Ofício nº 51/2015/SEAIN-MP, de 06 de maio de 2015; Acordo de Cooperação firmado entre o Brasil e a OCDE, de 3 de junho de 2015 e Ofício nº 102 COF/CORG/AEFI/MRE, de 16 de julho de 2015.	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 12, inciso XXV, Art. 18, inciso XV e § 9º da LDO-2017.	
2807	Promoção e Defesa da Concorrência
A proteção da ordem econômica está fundamentada no artigo 170 da Constituição Federal. A defesa da concorrência no Brasil é atribuição do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, regido pela Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011. A referida lei disciplina, ainda, tanto a estrutura do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, quanto suas competências, dentre elas, a de instrução e julgamento de atos de concentração e processos administrativos. O Decreto nº 9.011, de 23 de março de 2017, aprova a Estrutura Regimental da autarquia.	

30905 Fundo de Defesa de Direitos Difusos

6067	Apoio e Fomento a Projetos de Defesa de Diretos Difusos
• Lei 7.347/1985; • Lei 9.008/1995; • Lei nº 13.019/2014 • Lei nº 13.971/2019; • Lei 13.844/2019; • Decreto 1.306/1994; • Decreto nº 6.170/2007; • Decreto nº 8.726/2016 • Decreto 9.662/2019; • Decreto nº 10.035/2019 • Decreto nº 10.073/2019; • Decreto nº 10.321/2020; • Decreto nº 10.426/2020 • Instrução Normativa MPDG nº 2/2018 • Instrução Normativa ME 206/2019 • Instrução Normativa ME nº 211/2019 • Portaria Interministerial nº 424/2016 • Portaria MJ 905/2017; • Portaria MJ 2.314/2018; • Portaria MPDG nº 66/2017 • Portaria MPDG nº 67/2017	

30907 Fundo Penitenciário Nacional

00R3	Racionalização e Modernização do Sistema Penal
Lei 7.210/84. Lei Complementar nº 79/94 e Lei 13.500/2017. Lei 13.844 de 18 de junho de 2019	
15F7	Construção da Sede do Departamento Peninteciário Nacional - DEPEN
Lei Complementar nº 79 de 7 de janeiro de 1994. Decreto nº 6.049 de 27 de fevereiro de 2007; e Portaria MJ nº 3.123 de 3 de dezembro de 2012.	
15OH	Construção da Penitenciária Federal em Charqueadas - RS
Constituição Federal de 5 de outubro de 1988; Lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984; Lei nº 8.072 de 25 de julho de 1990; Lei Complementar nº 79 de 7 de janeiro de 1994; Lei nº 9.883 de 7 de dezembro de 1999; Decreto nº 6.049 de 27 de fevereiro de 2007.e ADPF nº 347 de 9 de setembro de 2015	
2000	Administração da Unidade
Lei 7210/1984; Lei Complementar 79/1994; Decreto 1093/1994; Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019; Lei nº 13.844/2019; Portaria nº 199, de 9 de novembro de 2018 (Aprova o Regimento Interno do Departamento Penitenciário Nacional); Portaria Interministerial nº 1, de 2 de janeiro de 2014 MS/MJSP.	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 12, inciso XXV, Art. 18, inciso XV e § 9º da LDO-2017.	

218P	Aprimoramento do Sistema Penitenciário Nacional e Incentivo ao Desenvolvimento da Inteligência Penitenciária
Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988.; ADPF 347, de 9 de setembro de 2015. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Lei nº 7.209, de 11 de julho de 1984. Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990. Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993. Lei complementar nº 79 de 07 de janeiro de 1994. Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995. Lei nº 9.714, de 25 de novembro de 1998. Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999. Lei nº 9.983, de 14 de julho de 2000. Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001 Lei complementar nº 119, de 19 de outubro de 2005. Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. Lei nº 12.258, de 15 de junho de 2010 Lei nº 12.403, de 4 de maio de 2011; Lei nº 13.500, de 26 de outubro de 2017; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019. Decreto nº 4.376, de 13 de setembro de 2002. Decreto nº 6.049, de 27 de fevereiro de 2007 Decreto nº 10.321, de 15 de abril de 2020. Portaria Interministerial nº 1.777 de 2003. Portaria nº 199, de 9 de novembro de 2018. Portaria ME/MJSP nº 21.073, de 2 de outubro de 2020.	

30911 Fundo Nacional de Segurança Pública

00R2	Aprimoramento da Segurança Pública Nacional
Lei nº 13.675 de 11 de junho de 2018 (PNSPDS e Susp) Lei nº 13.756 de 12 de dezembro de 2018 - FNSP Decreto nº 9.609 de 12 de dezembro de 2018 - Conselho Gestor do FNSP Decreto nº 9.630 de 26 de dezembro de 2018 - Institui Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social Decreto nº 9.847 de 25 de junho de 2019 - Regulamenta Sinarm	
15P9	Construção de Imóvel da Força Nacional de Segurança Pública
Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018 - FNSP; Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019 - PPA 2020-2023; Decreto nº 5.289, de 29 de novembro de 2004 - Disciplina o programa de cooperação federativa denominado Força Nacional de Segurança Pública; Decreto nº 10.321, de 15 de abril de 2020 - Regulamenta a Lei nº 13.971/2019; Portaria MJSP nº 1.185, de 20 de dezembro de 2017 - Regimento Interno SENASP; Portaria SENASP nº 200, de 06 de novembro de 2018 - Diretriz Administrativa Operacional no âmbito da Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública (DFNSP).	

218Q	Implementação de Políticas de Segurança Pública, Prevenção, e Enfrentamento à Criminalidade
Lei nº 11.340 de 7 de agosto de 2006 - Violência doméstica; Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 (Sisnad); Lei nº 11.473 de 10 de maio de 2007 - Cooperação Federativa; Lei nº 11.530 de 24 de outubro de 2007 - PRONASCI e alterações pela Lei nº 11.707 de 19 de junho 2008; Lei nº 12.681 de 04 de julho de 2012 - Criação do SINESP; Lei nº 12.850 de 2 de agosto de 2013 - Define ORCRIM; Lei nº 10.826 de 22 de dezembro de 2003 - Sinarm, alterada pela Lei nº 12.993 de 17 de junho de 2014; Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015 - Crime Hediondo de Feminicídio; Lei nº 13.675 de 11 de junho de 2018 -PNSPDS e Susp; Lei nº 13.756 de 12 de dezembro de 2018 - FNSP; Lei nº 13.971 de 27 de dezembro de 2019 - Institui PPA 2020-2023; Decreto nº 9.847 de 25 de junho de 2019 - Regulamenta Sinarm; Decreto nº 3.695 de 21 de dezembro de 2000 - Criação do SISP; Decreto nº 7.179 de 20 de maio de 2010 e alterações - Enfrentamento crack e outras drogas; Decreto nº 8.903 de 16 de novembro de 2016 - Programa de Proteção Integrada de Fronteiras; Decreto nº 9.489 de 30 de agosto de 2018 -Regulamenta PNSPDS; Decreto nº 9.630 de 26 de dezembro de 2018 - Institui Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social; Decreto nº 9.662 de 1º de janeiro de 2019 com alterações pelos Decretos nº 9.673 de 2 de janeiro de 2019, Decreto nº 10.073 de 18 de outubro de 2019; Decreto nº 10.321 de 15 de abril de 2020 - Regulamenta PPA 2020-2023; Decreto 10.365 de 22 de maio de 2020 - Regulamenta estrutura MJSP; Portaria SENASP nº 2 de 09 de janeiro de 2017 - Regulamenta contrato de repasse; Portaria nº 1.185 de 20 de dezembro de 2017, alterações pela Portaria MJSP nº 151 de 26 de setembro de 2018 - Regimento Interno SENASP; Portaria GSI nº 38 de 20 de abril de 2018 - Planejamento Estratégico PPIF; Portaria nº 705 de 13 de setembro de 2019 - Peculiaridades da DINT para CPGF; Portaria nº 821 de 31 de outubro de 2019 - Regulamenta estrutura MJSP; Portaria nº 867 de 02 de dezembro de 2019 - Operações SEOPI; Portaria nº 294 de 04 de junho de 2020 - Competências da SEGEN; Portaria MJ nº 36 de 29 de março de 2021 – Sistema Cronos; e Resolução nº 1 de 15 de julho de 2009 - Regulamenta SISP.	

2800	Atuação da Força Nacional de Segurança Pública
Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007 - Cooperação federativa; Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018 - FNSP; Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019 - PPA 2020-2023; Decreto nº 5.289, de 29 de novembro de 2004 - Disciplina o programa de cooperação federativa denominado Força Nacional de Segurança Pública; Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019 - Estrutura Regimental MJSP; Decreto nº 10.321, de 15 de abril de 2020 - Regulamenta a Lei nº 13.971/2019; Portaria MJSP nº 1.185, de 20 de dezembro de 2017 - Regimento Interno SENASP; Portaria SENASP nº 200, de 06 de novembro de 2018 - Diretriz Administrativa Operacional no âmbito da Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública (DFNSP);	

30912 Fundo Nacional Antidrogas

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO-2022, Art. 9º, inciso IV	
Ação Orçamentária / Base legal	
201E	Articulação de Política Pública sobre Drogas Lei nº7.560, de 19 de dezembro de 1986; Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Lei 13.971, de 27 de dezembro de 2019; Lei 13.886 de 17 de outubro de 2019; Lei 13.840 de 5 de junho de 2019; Decreto nº 5.912, de 27 de setembro de 2006; Decreto nº 9.761, de 11 de abril de 2019.
21BR	Gestão de Ativos e Descapitalização do Crime Lei nº7.560, de 19 de dezembro de 1986; Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006; Lei n. 13.840, de 5 de junho de 2019; Lei n. 13.844, de 18 de junho de 2019; Lei n. 13.886, de 17 de outubro de 2019; Decreto nº 5.912, de 27 de setembro de 2006; Decreto nº 9.761, de 11 de abril de 2019; Decreto nº 9.926, de 19 de julho de 2019; Decreto nº 10.365 de 22 de maio de 2020.
32101	Ministério de Minas e Energia - Administração Direta
00OE	Remuneração da Empresa Pré-Sal Petróleo S.A. pela Gestão de Contratos Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto nº 9.675, de 2 de janeiro de 2019; Lei nº 12.304, de 02 de agosto de 2010, arts. 2º , 4º e 7º; Decreto nº 8.063, de 1º de agosto de 2013; e Resoluções do Conselho Nacional de Política Energética – CNPE que definem a parcela do bônus de assinatura de contratos de partilha da produção a ser destinada à Empresa, tal como a Resolução nº 5, de 25 de junho de 2013.
00PN	Participação do Brasil, como País não Membro, em Atividades de Cooperação Econômica junto à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e seus órgãos vinculados Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Acordo de Cooperação firmado entre o Brasil e a OCDE, de 3 de junho de 2015; e Declaração Conjunta de Associação entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Agência Internacional de Energia, de 31 de outubro de 2017.
13E4	Projeto de Assistência Técnica aos Setores de Energia e Mineral - META II CF/88, arts. 20, 21, 174 e 176; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto nº 9.675, de 2 de janeiro de 2019; e Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019.
2000	Administração da Unidade CF/88; Decreto-Lei 200, de 25 de fevereiro de 1967; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; e Decreto nº 9.675, de 2 de janeiro de 2019.
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; Art. 11, inciso XXV; e Art. 17, inciso XIV e § 8º da LDO-2019.
21BA	Coordenação das ações de gestão e monitoramento do setor elétrico Decreto nº 10.221, de 5 de fevereiro de 2020; Decreto nº 9.675, de 2 de janeiro de 2019; Decreto nº 9.357, de 27 de abril de 2018; Decreto nº 8.493, de 15 de julho de 2015; Decreto nº 7.520, de 8 de julho de 2011; Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009; Decreto nº 5.175, de 9 de agosto de 2004; Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004; Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004; Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002; e Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995.
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006.
4641	Publicidade de Utilidade Pública CF/88, art. 37; Art. 5º, inciso VII, da Alteração da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008; e Decreto nº 9.038, de 26 de abril de 2017. Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom: 1. Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017 que dispõe sobre a conceituação das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências; 2. Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares; 3. Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal.
4887	Gestão das Políticas de Geologia, Mineração e Transformação Mineral CF/88, arts. 20, 21, 22, 174, 176 e 225, § 2º; Decreto-Lei nº 227/67; Lei nº 9.314/96; Lei nº 7.805/89, Lei nº 13.575/2017; Lei nº 13.844/2019; e Decreto nº 9.675/2019.
4892	Planejamento dos Setores de Petróleo, Derivados, Gás Natural e Biocombustíveis CF/88, art. 174; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto nº 9.675, de 2 de janeiro de 2019; Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; Lei nº 10.847, de 15 de março de 2004; Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004; Lei nº 11.909, de 4 de março de 2009; Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010; Lei nº 12.304, de 2 de agosto de 2010; Lei nº 12.276, de 30 de junho de 2010; e Lei nº 12.490, de 16 de setembro de 2011.
4897	Planejamento do Setor Energético i. Constituição Federal, art. 174; ii. Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, art 41; iii. Decreto nº 9.675, de 2 de janeiro de 2019, art. 1º.
32202	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM
00OQ	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018 - LDO-2019, artigo 11, inciso XVII: “O Projeto e a Lei Orçamentária de 2019 discriminarão, em categorias de programação específicas, as dotações destinadas: (...) XVII – aos pagamentos de anuidades ou de participação em organismos e entidades nacionais ou internacionais, acima de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), ou o equivalente na moeda estrangeira em que o compromisso for estipulado, conforme taxa de câmbio utilizada como parâmetro na elaboração do Projeto de que trata o caput, que deverão identificar nominalmente cada beneficiário;”
125F	Implementação da Recuperação Ambiental da Bacia Carbonífera de Santa Catarina Sentença transitada em julgado no STF em setembro de 2014, através do Recurso Extraordinário 612592. Impetrado pelos réus (União e empresas de mineração de carvão da região sul-catarinense) em última instância.
2000	Administração da Unidade CF/88; Decreto-Lei 200, de 25 de fevereiro de 1967; Decreto-lei nº 764, de 15 de agosto de 1969; Lei nº 8.970, de 28 de dezembro de 1994; e Decreto nº 1.524, de 20 de junho de 1995.
20L9	Levantamentos, Estudos, Previsão e Alerta de Eventos Hidrológicos Críticos CF/88, art. 20, IX, art. 21, XV, XIX; Decreto-lei nº 764, de 15 de agosto de 1969; Lei nº 8.970, de 28 de dezembro de 1994; e Decreto nº 1.524, de 20 de junho de 1995.
20LA	Mapeamentos Geológico-geotécnicos voltados para a Prevenção de Desastres CF/88, art. 20, IX, art. 21, XV, XIX; Decreto-lei nº 764, de 15 de agosto de 1969; Lei nº 8.970, de 28 de dezembro de 1994; Decreto nº 1.524, de 20 de junho de 1995; e Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012.
20LC	Levantamento Geológico, Oceanográfico e Ambiental do Potencial Mineral do Espaço Marinho e Costeiro CF/88, art. 20, IX, art. 21, XV, XIX; Decreto-lei nº 764, de 15 de agosto de 1969; Lei nº 8.970, de 28 de dezembro de 1994; e Decreto nº 1.524, de 20 de junho de 1995.
212H	Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998) Art. 218 da Constituição Federal de 1988; Medida Provisória nº 2.216-37/2001; Decreto nº 3.294/1999; Decreto nº 4.077/2002.
213Y	Levantamentos Geológicos e Integração Geológica Regional CF/88, arts. 20, inciso IX, e 21, incisos XV e XIX; Decreto-lei nº 764, de 15 de agosto de 1969; Lei nº 8.970, de 28 de dezembro de 1994; e Decreto nº 1.524, de 20 de junho de 1995.
21BB	Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação nas Geociências e Setor Mineral Decreto Federal 9.283, publicado em 7 de fevereiro, tem como objetivo regulamentar dispositivos do Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação (Lei Federal 13.243, de 2016 e 10.973, de 2004), além de promover significativas alterações em outras oito normas voltadas à temática de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I).
2397	Levantamentos Hidrogeológicos, Estudos Integrados em Recursos Hídricos para Gestão e Ampliação da Oferta Hídrica CF/88, art. 20, IX, art. 21, XV, XIX; Decreto-lei nº 764, de 15 de agosto de 1969; Lei nº 8.970, de 28 de dezembro de 1994; e Decreto nº 1.524, de 20 de junho de 1995.
2399	Avaliação dos Recursos Minerais do Brasil CF/88, art. 20, IX, art. 21, XV, XIX; Decreto-lei nº 764, de 15 de agosto de 1969; Lei nº 8.970, de 28 de dezembro de 1994; e Decreto nº 1.524, de 20 de junho de 1995.
2B51	Gestão e Disseminação da Informação Geológica CF/88, art. 20, IX, art. 21, XV, XIX; Decreto-lei nº 764, de 15 de agosto de 1969; Lei nº 8.970, de 28 de dezembro de 1994; e Decreto nº 1.524, de 20 de junho de 1995.
2B53	Produção Laboratorial de Análises Minerais - Rede LAMIN CF/88, art. 20, IX, art. 21, XV, XIX; Decreto-lei nº 764, de 15 de agosto de 1969; Lei nº 8.970, de 28 de dezembro de 1994; e Decreto nº 1.524, de 20 de junho de 1995.
2D62	Levantamentos da Geodiversidade CF/88, art. 21, inciso XV e art. 22, inciso XVIII; Decreto-lei nº 764, de 15 de agosto de 1969; Lei nº 8.970, de 28 de dezembro de 1994; Decreto nº 1.524, de 20 de junho de 1995; e Plano Nacional de Mineração 2030 - Geologia, Mineração e Transformação Mineral , Capítulo 1, Item 1.2.4.
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006.
32265	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP
00OQ	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 14.116 de 31 de dezembro de 2020 – LDO 2021 - art. 12, Inc. XVI, alínea “b”.
2000	Administração da Unidade i - Decreto-Lei 200, de 25 de fevereiro de 1967; ii - Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; e iii - Decreto 2.455, de 14 de janeiro de 1998.
212J	Regulação da Distribuição e Revenda de Derivados de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis i - Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, art. 8º; e ii - Decreto 2.455, de 14 de janeiro de 1998, art. 4º.
212K	Regulação da Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis i - Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, art. 8º, Inc. II; e ii - Decreto 2.455, de 14 de janeiro de 1998, art. 4 º.
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos i - Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 - Regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais - Arts. 60-A a 60-E; ii - Lei nº 14.116 de 31 de dezembro de 2020 – LDO 2021 - art. 12. Inc. XXIV.
4641	Publicidade de Utilidade Pública i- CF/88, art. 37; ii -Lei nº 14.116 de 31 de dezembro de 2020 – LDO 2021 - art. 12. Inc. XI; iii -Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008 – Dispõe sobre as ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências.; iv- Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom: 1. Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017 que dispõe sobre a conceituação das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências; 2. Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares; 3. Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal.
32266	Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO-2022, Art. 9º, inciso IV	
Ação Orçamentária / Base legal	
00NY	Transferência de Recursos para a Conta de Desenvolvimento Energético (Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002) Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996; Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002; Decreto nº 9.022 de 31 de março de 2017; Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997; Acórdão nº 3.389/2012-Plenário TCU.
00OQ	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 3, de 2021 - PLDO 2022 - art. 12, XV, b; Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996; Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), art. 53; Parecer nº 00060/2021/PFANEEL/PGF/AGU; Parecer nº 00083/2021/PFANEEL/PGF/AGU.
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 3, de 2021 - PLDO 2022 - art. 12, XV, b; Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996; Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), art. 53; Parecer nº 00060/2021/PFANEEL/PGF/AGU; Parecer nº 00083/2021/PFANEEL/PGF/AGU.
2000	Administração da Unidade CF/88; Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996; Decreto-Lei 200, de 25 de fevereiro de 1967; Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997.
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; Orientação Normativa SGP/MP nº 10, de 24 de abril de 2013 (com as alterações promovidas pela Orientação Normativa nº 2/2014 e pela Orientação Normativa nº 1/2015), dispõe sobre regras e procedimentos para concessão de auxílio-moradia.
2993	Ouvidoria Setorial da Agência Nacional de Energia Elétrica Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, art. 29, VII. Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996; Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019; Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997.
2C42	Participação Pública na Agenda Regulatória do Setor Elétrico Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, art. 29; Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996; Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019; Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997.
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019; Portaria ANEEL nº 6.367, de 29 de abril de 2020.
4641	Publicidade de Utilidade Pública CF/88, art. 37; Art. 5º, inciso VII; Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008; Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom: 1. Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017 que dispõe sobre a conceituação das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências; 2. Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares; 3. Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal. 4. Instrução Normativa nº 5, de 11 de abril de 2018, que disciplina a publicidade em ano eleitoral dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo Federal e dá outras orientações; 5. Instrução Normativa nº 1, de 20 de maio de 2020, que disciplina a utilização de recursos de acessibilidade na publicidade, nos pronunciamentos e nos discursos oficiais dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal.
4699	Outorga de Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica CF/88, art. 21, XII, "b", e art. 175; Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, art. 29, VIII e IX; Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995; Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996; Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019; Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997; Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004; Decreto nº 10.272, de 12 de março de 2020; Resolução Normativa ANEEL nº 876, de 10 de março de 2020.
4703	Regulamentação dos Serviços de Energia Elétrica Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995; Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996; Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998; Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019; Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, art. 29; Decreto nº 1.717, de 24 de novembro de 1995; Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997; Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019.
4880	Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996; Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999; Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019; Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997. Resolução Normativa ANEEL nº 846, de 11 de junho de 2019.
32314	Empresa de Pesquisa Energética - EPE
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018; e LDO-2019, artigo 11, inciso XVII: "O Projeto e a Lei Orçamentária de 2019 discriminarão, em categorias de programação específicas, as dotações destinadas: (...) XVII – aos pagamentos de anuidades ou de participação em organismos e entidades nacionais ou internacionais, acima de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), ou o equivalente na moeda estrangeira em que o compromisso for estipulado, conforme taxa de câmbio utilizada como parâmetro na elaboração do Projeto de que trata o caput, que deverão identificar nominalmente cada beneficiário;"
2000	Administração da Unidade CF/88; Decreto-Lei 200, de 25 de fevereiro de 1967; e Lei nº 10.847, de 15 de março de 2004; Decreto 5.184, de 16 de agosto de 2004, - Estatuto Social da Empresa de Pesquisa Energética - EPE.
20LF	Estudos de Inventário e Viabilidade para Expansão da Geração Hidrelétrica Lei nº 10.847, de 15 de março de 2004 - arts 2º, e 4º - Incisos I a VII; Decreto 5.184, de 16 de agosto de 2004, - Estatuto Social da Empresa de Pesquisa Energética - EPE.
20LI	Estudos para o Planejamento do Setor Energético Lei nº 10.847, de 15 de março de 2004 - arts 2º, e 4º - Incisos I a VII; Decreto 5.184, de 16 de agosto de 2004, - Estatuto Social da Empresa de Pesquisa Energética - EPE.
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; Art. 11, inciso XXV; e art. 12, Inc. XXIV, da Lei nº 14.116 de 31 de dezembro de 2020 – LDO 2021.
218C	Estudos da indústria de petróleo e gás natural Lei nº 10.847/2004, Art. 4º, Incisos I, XII, XV e parágrafo único; Decreto nº 7.382/2010 (redação dada pelo Decreto nº 9.616/2018).
218D	Estudos da indústria de biocombustíveis Lei 10.847/2004, Art. 4, Incisos I, III, XIII, XV e parágrafo único
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006.
32396	Agência Nacional de Mineração - ANM
2000	Administração da Unidade CF/88; Decreto-Lei 200, de 25 de fevereiro de 1967; e
215Z	Regulação, Outorga e Fiscalização da Mineração Lei nº 13.575, de 26 de dezembro de 2017. Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 (Código de Mineração)
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; art. 12, Inc. XXIV, da Lei nº 14.116 de 31 de dezembro de 2020 – LDO 2021.
32397	Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 14.116 de 31 de dezembro de 2020 LDO-2021, artigo 12, inciso XVI, alínea b: "O Projeto de Lei Orçamentária de 2021 e a respectiva Lei discriminarão, em categorias de programação específicas, as dotações destinadas: (...) XVI – aos pagamentos de anuidades ou de participação em organismos e entidades nacionais ou internacionais, da seguinte forma: b) para valores iguais ou inferiores ao previsto na alínea "a", deverão ser utilizadas programação específica ou as ações "00OQ- Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica" e "00PW - Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica;
1393	Implantação da Usina de Enriquecimento de Urânio em Resende - RJ Lei nº 5.740, de 1º de dezembro de 1971; Lei nº 6.189, de 16 de dezembro de 1974, (alterada pela Lei nº 7.781, de 27 de junho de 1989; e Decreto-Lei nº 2.464, de 31 de agosto de 1988); e Exposição de Motivos nº 032, de 20/11/1998, do Grupo Trabalho Interministerial criado pela Portaria nº 137, de 27/05/1998 e Decreto 9.600 de 5 de dezembro de 2018, que Consolida as diretrizes sobre a Política Nuclear Brasileira.
13CP	Ampliação da Unidade de Concentração de Urânio em Cataité no Estado da Bahia Lei nº 5.740, de 1º de dezembro de 1971; Lei nº 6.189, de 16 de dezembro de 1974, (alterada pela Lei nº 7.781, de 27 de junho de 1989; e Decreto-Lei nº 2.464, de 31 de agosto de 1988) e Decreto 9.600 de 5 de dezembro de 2018, que consolida as diretrizes sobre a Política Nuclear Brasileira.
2000	Administração da Unidade CF/88; Decreto-Lei 200, de 25 de fevereiro de 1967; Lei nº 5.740, de 1º de dezembro de 1971; Lei nº 6.189, de 16 de dezembro de 1974, (alterada pela Lei nº 7.781, de 27 de junho de 1989; e Decreto-Lei nº 2.464, de 31 de agosto de 1988).
20I3	Descomissionamento de Unidades Mineró-Industriais de Material Radioativo com Recuperação de Áreas Degradadas Lei nº 5.740, de 1º de dezembro de 1971; Lei nº 6.189, de 16 de dezembro de 1974, (alterada pela Lei nº 7.781, de 27 de junho de 1989; e Decreto-Lei nº 2.464, de 31 de agosto de 1988); Decreto nº 97.632, de 10 de abril de 1989 e Decreto 9.600 de 5 de dezembro de 2018, que consolida as diretrizes sobre a Política Nuclear Brasileira.
2482	Fabricação do Combustível Nuclear Lei nº 5.740, de 1º de dezembro de 1971; Lei nº 6.189, de 16 de dezembro de 1974, (alterada pela Lei nº 7.781, de 27 de junho de 1989; e Decreto-Lei nº 2.464, de 31 de agosto de 1988) e Decreto 9.600 de 5 de dezembro de 2018, que consolida as diretrizes sobre a Política Nuclear Brasileira.
2489	Produção de Minerais Pesados e Óxidos de Terras Raras Lei nº 5.740, de 1º de dezembro de 1971; Lei nº 6.189, de 16 de dezembro de 1974, (alterada pela Lei nº 7.781, de 27 de junho de 1989; e Decreto-Lei nº 2.464, de 31 de agosto de 1988).
32398	Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO-2022, Art. 9º, inciso IV	
Ação Orçamentária / Base legal	
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018; e LDO-2019, artigo 11, inciso XVII: “O Projeto e a Lei Orçamentária de 2019 discriminarão, em categorias de programação específicas, as dotações destinadas: (...) XVII – aos pagamentos de anuidades ou de participação em organismos e entidades nacionais ou internacionais, acima de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), ou o equivalente na moeda estrangeira em que o compromisso for estipulado, conforme taxa de câmbio utilizada como parâmetro na elaboração do Projeto de que trata o caput, que deverão identificar nominalmente cada beneficiário;”
20V1	Fabricação de Equipamentos Pesados para as Indústrias Nuclear e de Alta Tecnologia Decreto nº 76.805, de 16 de dezembro de 1975.
21BE	Fabricação de equipamentos destinados a indústria de petróleo e gás, offshore e outros Decreto nº 76.805, de 16 de dezembro de 1975.
34101	Ministério Público Federal
110E	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Boa Vista - RR §3º do Art. 127, §§ 1º e 5º do Art. 165, inciso I do Art. 167, da Constituição da República; Art. 22, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993.
15XH	Modernização e Aquisição de Unidades do Ministério Público Federal § 3º do Art. 127, §§ 1º e 5º do Art. 165, inciso I do Art. 167, da Constituição da República; Art. 22, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993.
15XS	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República de Natal - RN Constituição da República: §3º do Art. 127, §§ 1º e 5º do Art. 165 e inciso I do Art. 167; e Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993: Art. 22.
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 227, da LC nº 75/93. Art. 50, II da Lei nº 8625/93 - LONMP. Art. 12, inciso XXIII, Art. 18, inciso XIV e § 8º do PLDO-2022
219I	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública Art. 5, inciso XXXII e Art.37, parágrafo 1º da CF; Arts. 22 e 23 da LC 75, de 20 de maio de 1993; Art. 12, Inciso XI do PLDO 2022; Resolução nº 232, de 1º de junho de 2002.
2549	Comunicação e Divulgação Institucional Art. 5, inciso XXXII e Art.37, parágrafo 1º da CF; Arts. 22 e 23 da LC 75, de 20 de maio de 1993; Art. 12, Inciso XI do PLDO 2022; Resolução nº 232, de 1º de junho de 2002.
4264	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público Federal § 3º do Art. 127, §§ 1º e 5º do Art. 165, inciso I do Art. 167, da Constituição da República; Art. 22, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993.
7145	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Vitória - ES § 3º do Art. 127, §§ 1º e 5º do Art. 165, inciso I do Art. 167, da Constituição da República; Art. 22, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993.
34102	Ministério Público Militar
12DN	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da Justiça Militar no Rio de Janeiro - RJ Art. 127 e 128 da CF/88; Art. 167, § 1º da CF/88 e Art. 22 e 23 da Lei Complementar nº 75/93.
13BZ	Construção de Edifício-Sede da Procuradoria da Justiça Militar em Bagé - RS Art. 127 e 128 da CF/88; Art. 167 § 1º da CF/88 e Art. 22 e 23 da Lei Complementar nº 75/93.
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 12, inciso XXIII, Art. 18, inciso XIV e § 8º do PLDO-2022. Art. 227, da LC nº 75/93. Art. 50, II da Lei nº 8625/93 - LONMP.
4263	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público Militar Art. 127, 128, 165 e 167 da Constituição Federal de 1988; art. 22 e 23 da Lei Complementar nº 75/93.
34103	Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios
13C1	Construção do Edifício-Sede da Promotoria de Justiça de Brasília - DF CF Arts. 127, 128 e 129; Lei Complementar nº. 75/1993.
15XM	Construção do Edifício-Sede da Promotoria de Justiça de Sobradinho - DF CF Arts. 127, 128 e 129; Lei Complementar nº 75/1993.
2549	Comunicação e Divulgação Institucional Art. 5, inciso XXXII e Art.37, parágrafo 1º da CF; Arts. 22 e 23 da LC 75, de 20 de maio de 1993; Art. 12, Inciso XI do PLDO 2022; Resolução nº 232, de 1º de junho de 2002.
4261	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público do Distrito Federal e Territórios CF Arts. 127, 128 e 129; Lei Complementar nº. 75/1993
34104	Ministério Público do Trabalho
15VR	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria Geral do Trabalho em Brasília - DF § 3º do Art. 127, §§ 1º e 5º do Art. 165, inciso I do Art. 167, da Constituição da República; Art. 22, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993.
15VS	Aquisições de Edifícios-Sedes para o Ministério Público do Trabalho § 3º do art. 127 §§ 1º e 5º do art. 165, inciso I do art. 167, da Constituição da República; art. 22 da LC 75, de 20/05/1993, e art 18 da LDO
15XN	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria do Trabalho em Juazeiro - BA § 3º do Art. 127, §§ 1º e 5º do Art. 165, inciso I do Art. 167, da Constituição da República; Art. 22, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993.
15XO	Reforma e Ampliação do Anexo-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 19ª Região de Maceió - AL § 3º do Art. 127, §§ 1º e 5º do Art. 165, inciso I do Art. 167, da Constituição da República; Art. 22, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993.
15XP	Reforma e Ampliação do Anexo-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 6ª Região do Recife - PE § 3º do Art. 127, §§ 1º e 5º do Art. 165, inciso I do Art. 167, da Constituição da República; Art. 22, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993.
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 227, da LC nº 75/93. Art. 50, II da Lei nº 8625/93 - LONMP. Art. 12, inciso XXIII, Art. 18, inciso XIV e § 8º do PLDO-2022
2549	Comunicação e Divulgação Institucional Art. 5, inciso XXXII e Art.37, parágrafo 1º da CF; Arts. 22 e 23 da LC 75, de 20 de maio de 1993; Art. 12, Inciso XI do PLDO 2022; Resolução nº 232, de 1º de junho de 2002.
4262	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público do Trabalho CF/88 - Art. 127; Lei Complementar nº 75/93.
34105	Escola Superior do Ministério Público da União
20HP	Desenvolvimento de competências de membros e servidores do MPU, pesquisa e disseminação do conhecimento §3º do Art. 127, §§ 1º e 5º do Art. 165, inciso I do Art. 167, da Constituição da República; Art. 22, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993. Lei nº 9.628, de 14 de abril de 1998.
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 12, inciso XXIII, Art. 18, inciso XIV e § 8º do PLDO-2022. Art. 227, da LC nº 75/93. Art. 50, II da Lei nº 8625/93 - LONMP.
2549	Comunicação e Divulgação Institucional Art. 5, inciso XXXII e Art.37, parágrafo 1º da CF; Arts. 22 e 23 da LC 75, de 20 de maio de 1993; Art. 12, Inciso XI do PLDO 2022; Resolução nº 232, de 1º de junho de 2002.
35101	Ministério das Relações Exteriores - Administração Direta
00CB	Concessão de Bolsas de Estudo a Alunos Estrangeiros, no Sistema Educacional Brasileiro Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto nº 9.683, de 9 de janeiro de 2019; Acordos culturais, educacionais ou de ciência e tecnologia firmados com países em desenvolvimento. Protocolo do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), firmado pelo MRE e pelo MEC, em 13 de março de 1998; Decreto nº 7.948, de 12 de março de 2013; Portaria Ministerial nº 200, de 20 de março de 2012, que regulamenta a concessão de bolsas; e Protocolo do Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação, de 5 de maio de 2006.
00CC	Concessão de Bolsas de Estudo a Candidatos Afrodescendentes à Carreira Diplomática Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto nº 9.683, de 9 de janeiro de 2019; e Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010.
00PK	Indenizações a Servidores Cíveis e Militares em Serviço no Exterior Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto nº 9.683, de 9 de janeiro de 2019; e Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972, art 8º.
00PN	Participação do Brasil, como País não Membro, em Atividades de Cooperação Econômica junto à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e seus órgãos vinculados Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto nº 9.683, de 9 de janeiro de 2019; Parecer CONIUR/CGDI nº 35/2014 do MRE, de 21 de janeiro de 2014; Ofício nº 155 SGEK/COF/CORG/AEFI OCDE, de 19 de dezembro de 2014; Ofício nº 51/2015/SEAIN-MP, de 06 de maio de 2015; Acordo de Cooperação firmado entre o Brasil e a OCDE, de 3 de junho de 2015; e Ofício nº 102 COF/CORG/AEFI/MRE, de 16 de julho de 2015.
00QX	Pagamento da taxa de administração do Escritório Local do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto nº 9.683, de 9 de janeiro de 2019; Decreto 5.151, de agosto de 2005; Decreto nº 59.308 de 23 de setembro de 1966, que promulga o Acordo Básico de Assistência Técnica Brasil-ONU, de 1964; e Portaria nº 08, de 04 de janeiro de 2017, do Ministério das Relações Exteriores.
2000	Administração da Unidade CF/88; Decreto-Lei 200, de 25 de fevereiro de 1967; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; e Decreto nº 9.683, de 9 de janeiro de 2019.
20I5	Serviços Consulares e de Assistência a Brasileiros no Exterior Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto nº 9.683, de 9 de janeiro de 2019; Decreto nº 7.214, de 15 de junho de 2010 (alterado pelo Decreto nº 7.987, de 17 de abril de 2013); Decreto nº 1.983 de 14 de agosto de 1996 (alterado pelo Decreto nº 5.978 de 4 de dezembro de 2006); Lei nº 8.666, de 21 de junho 1993, art. 123; Decreto nº 84.788 de 16 de junho de 1980; Portaria nº 457, de 2 de agosto de 2010 (Manual de Serviço Consular e Jurídico) e Plano Diretor de Reforma Consular do MRE; e Portaria nº 380, de 1º de julho de 2016 (Guia de Administração dos Postos – GAP – do MRE).
20WW	Relações e Negociações Bilaterais Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; e Decreto nº 9.683, de 9 de janeiro de 2019.
20WX	Relações e Negociações Multilaterais Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; e Decreto nº 9.683, de 9 de janeiro de 2019.
20WY	Difusão Cultural e Divulgação do Brasil no Exterior Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto nº 9.683, de 9 de janeiro de 2019; Portaria MRE, de 4 de novembro de 2003; e Portaria MRE nº 212, de 30 de abril de 2008.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO-2022, Art. 9º, inciso IV	
Ação Orçamentária / Base legal	
20WZ	Promoção Comercial e de Investimentos
Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto nº 9.683, de 9 de janeiro de 2019; e Decreto nº 10.021, de 17 de setembro de 2019.	
20X0	Cooperação Humanitária Internacional e Participação da Sociedade Civil
CF/88, arts. 3º e 4º; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto nº 9.683, de 9 de janeiro de 2019; Decreto nº 19.841, de 22 de novembro de 1945, que promulga a Carta Geral das Nações Unidas; Decreto nº 54, de 8 de março de 1991; Decreto nº 5.811, de 21 de junho de 2006, art. 3º; Lei nº 11.346, de 15 setembro de 2006, arts 8º e 9º; e Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010, arts 3º, 4º, 14, 17 e 19.	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; Art. 12, Inc. XXIV, da Lei nº 14.116 de 31 de dezembro de 2020 – LDO 2021.	
2532	Cooperação com Países de Língua Portuguesa e Países Membros de Organismos Regionais Africanos
Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; e Decreto nº 9.683, de 9 de janeiro de 2019.	
2533	Cooperação Técnica Internacional
Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; e Decreto nº 9.683, de 9 de janeiro de 2019; Decreto nº 10.021, de 17 de setembro de 2019. Acordos de Cooperação firmados com os países parceiros; e Portaria MRE nº 08 de 4 de janeiro de 2017.	
2534	Formação e Aperfeiçoamento de Diplomatas
Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto nº 9.683, de 9 de janeiro de 2019; Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006; Portarias GM/MRE nº 188 e 189, ambas de 14 de março de 2014; e Portaria IRBR de 15 de dezembro de 2016.	
2536	Demarcação de Fronteiras
Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; e Decreto nº 9.683, de 9 de janeiro de 2019.	
6105	Relações e Negociações no âmbito da Organização Mundial do Comércio - OMC
Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; e Decreto nº 9.683, de 9 de janeiro de 2019.	
8495	Realização de Eventos Internacionais Oficiais
Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; e Decreto nº 9.683, de 9 de janeiro de 2019.	
35201	Fundação Alexandre de Gusmão
2367	Análise e Divulgação da Política Externa Brasileira, de Relações Internacionais e da História Diplomática do Brasil
Lei nº 5.717, de 26 de outubro de 1971; Decreto nº 10.099, de 6 de novembro de 2019; Portarias da FUNAG nº 118, de 6 de dezembro de 2019, e nº 44, de 04 de junho de 2020.	
36201	Fundação Oswaldo Cruz
13DW	Construção do Centro de Processamento Final de Imunobiológicos
Lei de aprovação do PPA; Lei de Diretrizes Orçamentárias; Lei Orçamentária Anual; Lei nº 8080/90; Lei nº 8142/90; e Resolução da Diretoria Colegiada nº 17/2010.	
14UO	Implantação de Centros de Desenvolvimento Tecnológico e de Produção de Insumos para o SUS
Lei de aprovação do PPA; Lei de Diretrizes Orçamentárias; Lei Orçamentária Anual; Lei 8080/90; Lei 8142/90; Lei 10.973/2004 (Lei de Inovação).	
15VW	Construção da Fábrica de Plataformas Vegetais de Produção de Imunobiológicos da Fiocruz Ceará
Lei 13.971/2019; Lei de Diretrizes Orçamentárias; Lei Orçamentária Anual; Lei 8080/90; Lei 8142/90; Lei 10.973/2004 (Lei de Inovação).	
15VX	Construção do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde - CDTs
Lei nº 8080/90; Lei nº 8142/90; Lei nº 10.973/2004 (Lei de Inovação) e Resolução da Diretoria Colegiada nº 17/2010 - ANVISA. Portaria nº 188, de 03 de fevereiro de 2020.	
15VY	Construção da Sede da Fiocruz Rondônia
Lei nº 13.971/2019; Lei de Diretrizes Orçamentárias; Lei Orçamentária Anual; Lei 8080/90; Lei 8142/90; Lei 10.973/2004 (Lei de Inovação).	
15VZ	Construção da Sede da Fiocruz Amazonas
Lei 13.971/2019; Lei de Diretrizes Orçamentárias; Lei Orçamentária Anual; Lei 8080/90; Lei 8142/90; Lei 10.973/2004 (Lei de Inovação).	
2000	Administração da Unidade
Constituição Federal de 1988; Decreto-Lei 200, de 1967; e Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017.	
20K1	Adequação de Plataformas para o Desenvolvimento Tecnológico em Saúde
Lei Orçamentária Anual; Lei de Diretrizes Orçamentárias; Lei de Aprovação do PPA; Lei 8080/90; Lei 8142/90; Lei 10.973/2004(Lei de Inovação).	
20Q7	Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Ciência e da Saúde na Fiocruz
Constituição Federal/1988; Lei nº 8.080, de 19/09/1990; Lei nº 8.142, de 28/12/1990; e Lei Complementar nº 141, de 13/01/2012	
20YD	Educação e Formação em Saúde
Constituição Federal/1988; Lei nº 8.080, de 19/09/1990; Lei nº 8.142, de 28/12/1990; Lei Complementar nº 141, de 13/01/2012; Portaria de Consolidação nº 2; Portaria de Consolidação nº 5; e Portaria de Consolidação nº 6	
20YE	Aquisição e Distribuição de Imunobiológicos e Insumos para Prevenção e Controle de Doenças
Lei n.º 6259 de 30/10/75; Lei n.º 8080 de 19/09/90; Portaria/SVS n.º 11 de 03/09/03 e Portaria SVS n.º 34 de 26/11/03; , Lei Complementar 141 de 13 de janeiro de 2012, Decreto 7508/2011;Portaria/GM 1378/2013;Portaria 1498 de 19/07/2013;Portaria GM Nº1271 de 06/06/2014.	
21BF	Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação em Saúde
Lei nº 8080/1990; Lei nº 8142/1990; Lei nº 10.973/2004 (Lei de Inovação); Lei nº 8666/1993; Lei do Plano Plurianual; Lei de Diretrizes Orçamentárias; Lei Orçamentária Anual; Portaria interministerial nº 424/2016; e Portaria de Consolidação GM/MS nº1/2017, Título III, Cap. VI.	
21D9	Estruturação dos Serviços de Hematologia e Hemoterapia
Constituição Federal de 1988; Lei Nº 8.080/1990; Lei nº 8.142/1990; Lei Complementar 141/2012; Lei nº 10.205/2001; Decreto nº 3.990/2001; Decreto nº 5.045/2004; RDC Anvisa nº 151/2001; RDC Anvisa nº 306/2004; PRC nº 6, Título VII, Capítulo I, Seções I, II e III; Portaria Interministerial 424/2016. Portarias nº 127/2008, 508/2011 e 1.631/2015; Decreto nº 6.170/2007 e IN. nº 01/97; PCDT/DF. nº 5/2018. Portaria de Consolidação nº 4, de 28/09/2017. Portaria nº 27 de 12/06/2013, portaria nº 45, de 10/09/2013, Portaria nº 1.321, de 21/12/2015, Portaria conjunta nº 5, de 19/02/2018 e Portaria conjunta nº 7, de 23/02/2018. Portaria nº 2.600, de 21/10/2009. Lei nº 12.631/2012.	
21DA	Modernização de Unidades da Fundação Oswaldo Cruz
Lei nº 8080/1990, Lei da Inovação (Lei nº 10.973/2004); Lei do Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual..	
4368	Promoção da Assistência Farmacêutica por Meio da Disponibilização de Medicamentos e Insumos em Saúde do Componente Estratégico
Lei 8.080/90, Resolução CNS 338/2004, Lei 12.401/2011, Decreto nº 7.508/2011, Portaria de Consolidação GM/MS N 02/2017, Portaria de Consolidação GM/MS Nº 06/2017 e Relação Nacional de Medicamentos Essenciais vigente.	
4370	Atendimento à População para Prevenção, Controle e Tratamento de HIV/AIDS, outras Infecções Sexualmente Transmissíveis e Hepatites Virais
Lei nº 8080/1990; Lei nº 8142/1990; Lei nº 8666/93; Decreto nº 1232/1994; Decreto nº 8901/ 2016; Portaria MS/GM 699/2006; Portaria MS/GM 204/2007, Portaria GM/MS 1378/2013;Lei 9313/96; Portaria de Consolidação GM/ MS nº 4/2017; Portaria de Consolidação GM/MS nº 6/2017; Portaria MS/GM 3992/2017.	
4705	Promoção da Assistência Farmacêutica por meio da Disponibilização de Medicamentos do Componente Especializado
Lei 8.080/90, Lei 12.401/2011, Decreto nº 7.508/2011, Decreto nº 7646/2011, Portaria Consolidação nº 2/2017 e Portaria de Consolidação nº 6/2017, e Portarias específicas que definem os Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas.	
6174	Análise da Qualidade de Produtos e Insumos de Saúde
Lei do Plano Plurianual; Lei de Diretrizes Orçamentárias; Lei Orçamentária Anual.	
6179	Comunicação e Informações para a Educação em Saúde e em Ciência e Tecnologia
Constituição Federal/1988; Lei nº 8.080, de 19/09/1990; Lei nº 8.142, de 28/12/1990; e Lei Complementar nº 141. de 13/01/2012	
6516	Aperfeiçoamento e Avaliação dos Serviços de Hemoterapia e Hematologia
Constituição Federal/1988; Lei nº 8.080, de 19/09/1990; Lei nº 8.142, de 28/12/1990; Lei Complementar nº 141. de 13/01/2012; Lei nº 10.205, de 21/03/2001; Decreto nº 3.990, de 30/10/2001; Decreto nº 5.045, de 08/04/2004; Resolução RDC/Anvisa nº 151, de 21/08/2001; Portaria MS nº 158, de 4 de fevereiro de 2016; Portaria GM/MS nº 298, de 09/02/2018; Portaria de Consolidação nº 1, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 2, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 4, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 6, de 28/09/2017; Portaria SCTIE/MS nº 27, de 12/06/2013; Portaria SCTIE/MS nº 45, de 10/09/2013; Portaria SAS/MS nº 1.321, de 21/12/2015; Portaria nº 298, de 09/02/2015; Portaria Conjunta nº 5, de 19/02/2018; Portaria Conjunta nº 7, de 23/02/2018; Portaria GM/MS nº 2.265, de 16/10/2014; e Lei nº 12.631, de 11/05/2012	
8305	Atenção de Referência e Pesquisa Clínica em Patologias de Alta Complexidade da Mulher, da Criança e do Adolescente e em Doenças Infecciosas
Lei nº 8080/1990; Lei nº 8142/1990; Lei do Plano Plurianual; Lei de Diretrizes Orçamentárias; Lei Orçamentária Anua	
8327	Manutenção de Serviço Laboratorial de Referência para o Controle de Doenças
Lei do Plano Plurianual; Lei de Diretrizes Orçamentárias; Lei Orçamentária Anual; Portaria SVS/MS nº 70/2004.	
36210	Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. - CONCEIÇÃO
15W3	Estruturação do Centro de Oncologia e Hematologia do Grupo Hospitalar Conceição
PLDO 2021	
6149	Residência de Profissionais de Saúde - SUS
Constituição Federal e Lei 8080	
6217	Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde
Constituição Federal, Leis 8080/90, 8142/90.	
36211	Fundação Nacional de Saúde
2000	Administração da Unidade
Constituição Federal de 1988; Decreto-Lei 200, de 1967; e Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017.	
20AF	Apoio ao Controle e à Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano para Prevenção e Controle de Doenças e Agravos
Constituição Federal de 1988; Lei nº 8.080/1990, Portaria GM/MS nº 888/2021, Decreto nº 5.440/2005, Lei nº 11.445/2007, Lei nº 14.026/2020 e Decreto nº 8.867/2016.	
20AG	Apoio à Gestão dos Sistemas de Saneamento Básico em Municípios de até 50.000 Habitantes
Constituição Federal de 1988; Lei n. 11.445/2007 com redação pela Lei n. 14.026/2020; Lei n.º 10.257/01; Lei n.º 8.080/1990; Lei n.º 11.107/2005; e Decreto n.º7.217/2010, Decreto n. 10.588/2020; Decreto n. 10426/2020, LDO 2021.	

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO-2022, Art. 9º, inciso IV	
Ação Orçamentária / Base legal	
20AM	Implementação de Projetos de Coleta, Triagem e Reciclagem de Resíduos Sólidos Constituição Federal de 1988, Lei nº 14.206/2020, Lei 8.080/1990, Lei 11.445/2007, Lei 12.305/2010, Decreto nº 10.558/2020, Decreto nº 7.404/2010, Decreto nº 7.405/2010, Lei nº 13.019/2014 e Decreto 8.726/2016.
20K2	Fomento à Pesquisa e ao Desenvolvimento Tecnológico, com vistas ao Aprimoramento e à Sustentabilidade dos Serviços e Ações de Saúde Ambiental Decreto Nº 8.867, DE 3.10.2016.
20Q8	Apoio à Implantação e Manutenção dos Sistemas de Saneamento Básico e Ações de Saúde Ambiental Lei nº 8.080/90, Decreto Executivo nº 5.472, de 20 de junho de 2005; Lei nº 6.938/1981; Lei nº 11.936, de 14 de maio de 2009, Resolução Conama nº 420, de 28 de dezembro de 2009, alterada pela Resolução Conama nº 460, de 30 de dezembro de 2013, .
20T6	Fortalecimento da Saúde Ambiental para Redução dos Riscos à Saúde Humana Constituição Federal de 1988, Lei nº 8.080/1990, Lei nº 11.445/2007, Lei nº 14.026/2020, Decreto nº 8.867/2016, Decreto nº 5.440/2005, Portaria GM/MS nº 888/21, Resolução nº 588/2018, do Conselho Nacional de Saúde, que institui a Política Nacional de Vigilância em Saúde (PNVS).
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 11, inciso XXV, Art. 17, inciso XV e § 9º da LDO-2016.
21C9	Implantação, Ampliação ou Melhoria de Ações e Serviços Sustentáveis de Saneamento Básico em Pequenas Comunidades Rurais (Localidades de Pequeno Porte) ou em Comunidades Tradicionais (Remanescentes de Quilombos) Lei 8080/1990; Lei 11.445/2007 e Decreto nº 7217/2010, Plansab (Portaria Interministerial 571/2013), Portaria nº 3.174, de 02/12/2019
21CA	Implantação, Ampliação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios com até 50.000 Habitantes, Exclusive em Regiões Metropolitanas (RM) ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE) Constituição Federal de 1988; Lei Nº 14.026/2020; Lei Nº 11.445/2007; Lei Nº 9.433/1997; Lei Nº 8.080/1990; Decreto Nº 10.588/2020; Decreto Nº 7.508/2011; Decreto Nº 7.217/2010; Plansab (Portaria Interministerial Nº 571/2013).
21CB	Implantação, Ampliação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios com até 50.000 Habitantes, Exclusive em Regiões Metropolitanas (RM) ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE) Constituição Federal de 1988; Lei Nº 14.026/2020; Lei Nº 11.445/2007; Lei Nº 8.080/1990; Decreto Nº 10.588/2020 ; Decreto Nº 7.508/2011; Decreto Nº 7.217/2010; Plansab (Portaria Interministerial Nº571/2013)
21CC	Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive em Regiões Metropolitanas (RM) ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE) Constituição Federal de 1988, Lei nº 14.206/2020, Lei nº 8.080/1990, Lei nº 11.445/2007, Lei nº 11.107/2005, Lei nº 12.305/2010, Decreto nº 10.558/2020, Decreto nº 9.177/2017, Decreto nº 7.404/2010, Portaria Interministerial nº 274/2019.
21CG	Implantação e Melhoria de Serviços de Drenagem e Manejo das Águas Pluviais Urbanas para Prevenção e Controle de Doenças e Agravos Constituição Federal de 1988, Lei nº 14.206/2020, Lei nº 11.445/2007, Lei nº 8.080/1990 e Decreto nº 10.558/2020.
21CH	Implantação de Melhorias Habitacionais para Controle da Doença de Chagas Constituição Federal de 1988, Lei 8.080/1990, e Lei 11.445/2007.
21CI	Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Doenças e Agravos em Localidades Urbanas de Municípios com População até 50.000 Habitantes Constituição Federal de 1988, Lei 8.080/1990, e Lei 11.445/2007
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Decreto nº 9.991/2019
4641	Publicidade de Utilidade Pública Art. 37 da Constituição Federal de 1988; Art. 7º, inciso V, da Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017; Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008; Decreto nº 9.038, de 26 de abril de 2017. Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom: 1. Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017 que dispõe sobre a conceituação das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências; 2. Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares; 3. Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal.
6881	Modernização e Desenvolvimento de Sistemas de Informação da FUNASA Lei n.º 8080/1990
6908	Fomento à Educação em Saúde Ambiental voltada à Promoção da Saúde Leis nº 8.080/1990 e nº 8.142/1990 (Lei Orgânica da Saúde), Lei nº 11.445/2007, Lei nº 12.305/2010, Decreto Presidencial nº 7.217/2010, Decreto nº 7.404/2010, Decreto nº 8.867/2016. Portaria Funasa nº 560/2012 e Portaria Funasa nº 586/2014
36212	Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA
000Q	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 9.782/99, inciso XXIII do art. 7º: "Compete à Agência proceder à implementação e à execução do disposto nos incisos II a VII do art. 2º desta Lei, devendo: (...) XXIII - fomentar o desenvolvimento de recursos humanos para o sistema e a cooperação técnico-científica nacional e internacional; (...)". Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020, LDO-2021, Artigo 12, inciso XVI: "O Projeto e a Lei Orçamentária de 2020 discriminarão, em categorias de programação específicas, as dotações destinadas: (...) b) para valores iguais ou inferiores ao previsto na alínea "a" (R\$ 2.000.000,00), deverão ser utilizadas programação específica ou as ações "000Q - Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica" e "00PW - Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica;
2000	Administração da Unidade CF 1988; Decreto-Lei 200/1967.
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 12, inciso XXV, Art. 18, inciso X e §7º da LDO-2021 bem como Portaria Anvisa nº 1.211/2015.
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019, alterado pelo Decreto nº 10.506, de 2 de outubro de 2020.
8719	Vigilância Sanitária de Produtos, Serviços e Ambientes Constituição Federal, Art. nos 196 a 200, Lei no 8.080, de 1989, Lei no 9.782, de 1999, Lei nº 13.848/2019 - Lei Geral das Agências Reguladoras
36213	Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS
000Q	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018, LDO-2019, artigo 11, inciso XVII: "O Projeto e a Lei Orçamentária de 2019 discriminarão, em categorias de programação específicas, as dotações destinadas: (...) XVII – aos pagamentos de anuidades ou de participação em organismos e entidades nacionais ou internacionais, acima de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), ou o equivalente na moeda estrangeira em que o compromisso for estipulado, conforme taxa de câmbio utilizada como parâmetro na elaboração do Projeto de que trata o caput, que deverão identificar nominalmente cada beneficiário;”
2000	Administração da Unidade CF 1988; Decreto-Lei 200/1967; Lei 9.961/00.
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 11, inciso XXV, Art. 17, inciso XV e § 9º da LDO-2016.
4339	Qualificação da Regulação e Fiscalização da Saúde Suplementar Lei 9.656/98 e 9.961/00 RN 193/2009; RN 209/2009; RN 275/2011; RN226/2010; RN 254/2011; RN 259/2011; RN 285/2011; RN 318/2013; RN 319/2014; RN 323/2013; RN 324/2013; RN 334/2013; RN 338/2014;RN 343/2013; RN 356/2014; RN 357/2014; RN 363/2014; RN 364/2014; RN 365/2014; RN 368/2015; RN 369/2015; RN 372/2015; RN 373/2015; RN 375/2015; RN 384/2015; RN 386/2015; RN 387/2015; RN 388/2015; RN 390/2015; RN 391/2015; RN 392/2015; RN 393/2015; RN 394/2015; 60 E 61/2015; RN 395 e 396/2016; RN 398-401/2016; RN 403/2016; RN 405/2016; RN 407/2016; RN 409/2016; RN 412-16/2016; RN 418-19/2016; RN 421, 423, 424, 427,428, 430-32/2017; RN 434-442/2018; RN 443-444/2019.
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Decreto nº 5.707/2006.
4641	Publicidade de Utilidade Pública Art. 37 da Constituição Federal de 1988; Art. 7º, inciso V, da Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017; Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008; Decreto nº 9.038, de 26 de abril de 2017. Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom: 1. Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017 que dispõe sobre a conceituação das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências; 2. Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares; 3. Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal.
8727	Aperfeiçoamento do Sistema de Informação para Saúde Suplementar Lei 9.656/98 e 9.961/00. Resoluções Normativas: RN 305/2012; RN 295/2012; RN 341/2013; RN 358/2014; RN 359/2014; RN 360/2014; 376/2015; 377/2015; 379/2015 e 389/2015; RN 411/2016 Instruções Normativas: IN 51/DIDES/2012 e IN 50/DIDES/2012; IN DIDES 57 e 58/2015
36901	Fundo Nacional de Saúde
00NJ	Doação à Agência Internacional de Compra de Medicamentos para Países em Desenvolvimento - UNITAID Lei nº 12.413, de 31 de maio de 2011.
00NK	Doação à Aliança Global para Vacinas e Imunização - GAVI Lei nº 12.413, de 31 de maio de 2011.
00QB	Contribuição Voluntária à Agência Internacional de Pesquisa sobre Câncer (IARC - International Agency for Research on Cancer) Lei 14.116, de 31 de dezembro de 2020 que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2021 e dá outras providências. Decreto nº 8.666, de 10 de fevereiro de 2016 que cria a Comissão Interministerial de Participação em Organismos Internacionais - Cipoi e dá outras providências. Admissão do Brasil como Estado participante aprovada pelo Conselho Diretor da IARC, na sessão de 16-17 de maio de 2013, de acordo com o estabelecido em seu Estatuto.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO-2022, Art. 9º, inciso IV	
Ação Orçamentária / Base legal	
0220 Contribuição à União Internacional contra o Câncer - UICC (MS)	20QF Pesquisas, Ensino e Inovações Tecnológicas Biomédicas e em Medicina Tropical e Meio Ambiente
Lei 14.116, de 31 de dezembro de 2020 que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2021. Contribuição a organismo internacional sujeito de direito interno. Trata-se de ato discricionário do poder executivo, dispensada autorização legislativa conforme o disposto no art. 49 da CF - Parecer CONJUR 0341-1.16, de 2 de abril de 2009.	Lei 8080/1990; Lei 8142/1990; Decreto 1232/1994; Portaria/GM 399/2006; Portaria/GM 699/2006; Portaria/GM 204/2007; LC nº 141/2012; Decreto nº 7.508/2011.
125H Construção do Complexo Integrado do Instituto Nacional de Câncer - INCA	20QG Atuação Internacional do Ministério da Saúde
Constituição Federal de 1988, art. 196; Lei nº 8080/90, art. 6º ; e Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017, Anexo IX.	Lei 8.080/1990; Constituição Federal (artigos 165 e 195); Lei 8112/1991(art. 11 e 27); Decisões do Conselho do Mercado Comum (CMC) e Resoluções do Grupo Mercado Comum (GMC); Lei nº 13.276, de 29 de abril de 2016, Decreto nº 5.151, de 22 de julho de 2004.
15EG Implantação da nova Sede do Instituto Nacional de Cardiologia - INC	20QH Alimentação e Nutrição para a Saúde
Constituição Federal de 1988, art. 196; Lei nº 8080/90, art. 6º ; e Portaria nº 2439/GM/MS.	Constituição Federal/1988; Lei Complementar nº 141, de 13/01/2012; Lei nº 8.080, de 19/09/1990; Lei nº 8.142, de 02/12/1990; Lei nº 11.265, de 03/01/2006; Lei nº 11.346, de 15/09/2006; Lei nº 13.839, de 04/06/2019; Decreto nº 6.273, de 23/11/2007; Decreto nº 7.272, 25/08/2010; Decreto nº 7.508, de 28/06/2011; Decreto nº 8.553, de 03/11/2015; Decreto nº 8.943, de 27/12/2016; Portaria GM/MS nº 1.274, de 07/07/2016; Portaria Interministerial nº 101, de 20/04/2017; Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28/09/2017; e Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28/09/2017.
15W1 Construção do Hospital do Sangue do Amazonas	20QI Implantação e Manutenção da Força Nacional de Saúde
Constituição Federal de 1988; Lei Complementar 141 de 13/01/12; Lei nº 10.216, de 6/04/2001; Lei nº 8.080, de 19/09/1990; Decreto nº 7.637, de 08/12/2011; Decreto nº 7.179 de 20/05/2010; Decreto 6.170 de 25/072007; Portaria Interministerial nº 424 30/12/2016 (com as alterações da Portaria Interministerial nº 101, de 20 de abril de 2017, da Portaria Interministerial nº 277, de 03 de outubro de 2017 e da Portaria Interministerial nº 451, de 18 de dezembro de 2017); Portaria 650 de 05/10/2011.	Constituição Federal/1988; Lei 8080/90; Lei 8142/90; Decreto n.º 7.616/2011, Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017.
15W2 Construção do Hospital Público Regional de Palmeira das Missões - RS	20SP Operacionalização do Sistema Nacional de Transplantes
Constituição Federal de 1988; Lei Complementar 141 de 13/01/12; Lei nº 10.216, de 6/04/2001; Lei nº 8.080, de 19/09/1990; Decreto nº 7.637, de 08/12/2011; Decreto nº 7.179 de 20/05/2010; Decreto 6.170 de 25/072007; Portaria Interministerial nº 424 30/12/2016 (com as alterações da Portaria Interministerial nº 101, de 20 de abril de 2017, da Portaria Interministerial nº 277, de 03 de outubro de 2017 e da Portaria Interministerial nº 451, de 18 de dezembro de 2017); Portaria 650 de 05/10/2011.	Constituição Federal/1988; Lei nº 9.434, de 04/02/1997; Lei nº 8.080, de 19/09/1990; Decreto nº 9.175, de 18/10/2017; Portaria de Consolidação nº 6, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 4, de 28/09/2017; Portaria GM/MS nº 2.758, de 11/12/2014.
15WP Reforma e Modernização de Nova Unidade do Ministério da Saúde (Bloco “O” da Esplanada dos Ministérios)	20YD Educação e Formação em Saúde
Constituição Federal de 1988, Lei nº 8.080, de 19/09/1990, IN 02/2014 - SLTI/MPOG.	Constituição Federal/1988; Lei nº 8.080, de 19/09/1990; Lei nº 8.142, de 28/12/1990; Lei Complementar nº 141. de 13/01/2012; Portaria de Consolidação nº 2; Portaria de Consolidação nº 5; e Portaria de Consolidação nº 6.
2000 Administração da Unidade	20YE Aquisição e Distribuição de Imunobiológicos e Insumos para Prevenção e Controle de Doenças
Constituição Federal de 1988; Decreto-Lei 200, de 1967; e Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017.	Lei n.º 6259 de 30/10/75; Lei n.º 8080 de 19/09/90; Decreto nº 8901/ 2016;Portaria/SVS n.º 11 de 03/09/03 e Portaria SVS n.º 34 de 26/11/03; , Lei Complementar 141 de 13 de janeiro de 2012, Decreto 7508/2011;Portaria/GM 1378/2013;Portaria 1498 de 19/07/2013;Portaria GM Nº1271 de 06/06/2014.
2016 Funcionamento do Conselho Nacional de Saúde	20YJ Fortalecimento do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde
Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990; Lei nº 8.142/1990; Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992; Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990; Decreto n.º 7.508/2011; Lei Complementar n.º 141/2012; Resolução nº 407/2008 (texto alterado pela Resolução nº 435/2010); Decreto nº 5.839/2006.	Lei nº 8.080/90; Lei nº 8.142/90;Lei n.º 6259 de 30/10/75; Portaria/GM n.º 1929 de 09/10/03; Portaria SVS 116/2009 Portaria/SVS n.º 09 de 01/03/04, Portaria nº224 de 15/07/2011. Lei Complementar 141 de 13 de janeiro de 2012, Decreto 7.508/2011; Portaria 1378/2013.
20AB Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para Execução de Ações de Vigilância Sanitária	20YN Sistemas de Tecnologia de Informação e Comunicação para a Saúde (e-Saude)
Constituição Federal de 1988, Lei 8.080/1990, Lei 9.782/1990.	Constituição Federal, art. 196 e 200; Leis 8080/90, 8142/90; Decretos: 7.508/2011; Portaria nº 589/2015.
20AE Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde	20YP Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde Indígena
Lei 8.080/90, Lei 12.401/2011; Decreto nº 7.508/2011; Portaria GM/MS nº 3.916/1998; Resolução 338/2004/CNS; Repasse fundo a fundo de R\$ 5,58 per capita, em conformidade com o previsto pela Portaria de Consolidação GM/MS nº 06/2017 – Título V – Capítulo I (Origem: PRT MS/GM 1555/2013) (retificação do Art.537 da portaria de consolidação nº6, dispõe sobre o Financiamento do Componente Básico da Assistência Farmacêutica). Repasse PNAISP, Portaria de Consolidação GM/MS nº 06/2017 – Título V - Capítulo VI (Origem: PRMTMS/GM 2765/2014), dispõe sobre as normas para Financiamento e Execução do Componente Básico da Assistência Farmacêutica no âmbito da Política nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP). Aquisição Centralizada pelo MS: Programas de Diabetes, Saúde da Mulher e Calamidade Pública, em conformidade com a Portaria de Consolidação GM/MS nº 02, de 28 de setembro de 2017 - Título III - Capítulo II - Art. 35 e 36, Portaria GM/MS nº 11 de 13 de março de 2017 e Portaria de Consolidação GM/MS nº 01, de 28 de setembro de 2017, Art. 42 a 46.	Constituição Federal, Título VIII Capítulo VIII- Índio Art. 193-231; Lei nº 8.080/1990; Lei nº 8.142/90; Lei nº 9.836/1999; Lei Nº 12.314/2010; Lei Complementar nº 141/2012; Decreto nº 3.156/1999; Portaria nº 254/2002; Resolução nº 453/2012; Portaria nº 69/2018; Portaria nº 519/2015; Portaria nº 2.663/2017. Decreto nº 9795/2019, Portaria n°1801/2015, Portaria n°1317/ 2017. Portaria Conjunta SESAI/FUNAI Nº 4.094/2018; portaria Portaria nº 6/GM/MS; Portaria nº 3992/2017
20AH Organização dos Serviços de Assistência Farmacêutica no SUS	20YQ Apoio Institucional para Aprimoramento do SUS
Lei 8.080/90; Resolução CNS 338/2004; Lei 12.401/2011, Decreto nº 7.508/2011, Portaria de Consolidação nº 5/2017 (Origem: PRT MS/GM 1214/2012).	Lei n º 8.080/90
20AI Auxílio-Reabilitação Psicossocial aos Egressos de Longas Internações Psiquiátricas no Sistema Único de Saúde (De Volta Pra Casa)	20YR Manutenção e Funcionamento do Programa Farmácia Popular do Brasil Pelo Sistema de Gratuidade
Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 141, de 13/01/2012; Lei nº 8.080, de 19/09/1990; Lei nº 8.142, de 02/12/1990; Lei nº 10.216, de 06/04/2001; Lei nº 10.708, de 31/07/2003; Portaria GM/MS nº 1.511, de 24/07/2013; Portaria de Consolidação n º 3/GM/MS, de 28/09/2017; e Portaria de Consolidação n º 5/GM/MS, de 28/09/2017.	Lei nº 10.858, de 13 de abril de 2004; Decreto nº 5.090, de 20 de maio de 2004; Portaria nº 2.587, de 6 de dezembro de 2004; Portaria nº 1.019, de 20 de maio de 2014 (institui o incentivo financeiro do Programa Farmácia Popular do Brasil, e dá outras providências) e Anexo LXXVII da PRC-5 - Portaria de Consolidação nº 5, de 28 de setembro de 2017 e Portaria nº 111, de 28 de janeiro de 2016.
20AL Apoio aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde	20YS Manutenção e Funcionamento do Programa Farmácia Popular do Brasil pelo Sistema de Co-pagamento
Lei nº 8080/80; Lei nº 8142/90; Decreto nº 1232/94; Decreto nº 7508/2011; LC nº 141/2012; Lei nº 11350/2006; Portaria SVS/MS nº 15/2013; Lei 12994/2014; Decreto nº 8474/2015; Portaria SVS/MS nº 47/2016; Portaria de Consolidação GM/ MS nº 4/2017; Portaria de Consolidação GM/ MS nº 5/2017; Portaria de Consolidação GM/ MS nº 6/2017; Portaria MS/GM nº 3992/2017; Lei nº 13.708/2018; Portaria GM/MS nº 2.663/2019; Portaria GM/MS nº 828/2020.	Lei nº 10.858, de 13 de abril de 2004, Decreto nº 5.090, de 20 de maio de 2004, Portaria nº 2.587, de 6 de dezembro de 2004, Anexo LXXVII da PRC-5 - Portaria de Consolidação nº 5, de 28 de setembro de 2017 e Portaria nº 111, de 28 de janeiro de 2016.
20K3 Avaliação e Incorporação de Tecnologias de Saúde no Âmbito do SUS	212H Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)
Lei nº 12.401, de 28 de abril de 2011; Decreto nº 7.646, de 21 de dezembro de 2011; Portaria nº 2.915 de 12 de dezembro de 2011 (REBRATS), Lei 8080 de 19 de setembro de 1990, Portaria/GM nº 2.690 de 05 de novembro de 2009 (Política Nacional de Gestão de Tecnologias em Saúde); Portaria de consolidação nº 03, de 28 de setembro de 2017 (Consolidação das normas sobre as redes dos Sistema Único de Saúde).	Art. 218 da Constituição Federal; Lei nº 9.637 de 15/05/98; Decreto n.º 2405 de 26/11/1997; Decreto n.º 4078/02;Decreto n.º 4.077/02;Decreto nº 3.605/2000; Decreto s/n, de 4 de junho de 1999; Contratos de Gestão celebrados entre a União e as Organizações Sociais e Contratos de Gestão a serem celebrados entre a União e as Organizações Sociais.
20K5 Apoio ao Uso de Plantas Medicinais e Fitoterápicos no SUS	216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Decreto nº 5.813, de 22 de junho de 2006; Portaria Interministerial nº 2.960, de 9 de dezembro de 2008	Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 11, inciso XXV, Art. 17, inciso XV e § 9º da LDO-2016.
20K7 Apoio ao Desenvolvimento e Modernização de Plataformas Tecnológicas para Fortalecimento do Complexo Industrial da Saúde	217U Apoio à Manutenção dos Polos de Academia da Saúde
Lei nº 8.080/1990, Lei nº 8.666/1993, Lei nº 10.973/2004, Lei nº 13.243/2016, Decreto nº 6.170/2007, Decreto nº 9.245/2017, Decreto nº 9.283/2018, Decreto nº 10.426/2020, Decreto nº 10.534/2020, Portaria Interministerial nº 128/2008, Portaria Interministerial nº 424/2016 (e alterações), Portaria Interministerial nº 1.409/2018, Portaria de Consolidação MS nº 5/2017 artigos 788 a 809 e Anexo XCV, Portaria de Consolidação MS nº 6/2017.	Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 141, de 13/01/2012; Lei nº 8.080, de 19/09/1990; Lei nº 8.142, de 02/12/1990; Portaria GM/MS nº 3.110, de 26/12/2011; Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28/09/2017; e Portaria GM/MS nº 2.979, de 12/11/2019.
	218U Apoio ao Custeio de Despesas Institucionais de Entidades Representativas dos Entes Estaduais e Municipais no Âmbito da Saúde - Conass e Consenams
	Lei nº 12.466, de 2011; Lei nº 8.080, de 1990; Portaria nº 1.752, de 13 de julho de 2017.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO-2022, Art. 9º, inciso IV	
Ação Orçamentária / Base legal	
219A	Piso de Atenção Primária à Saúde
Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 141, de 13/01/2012; Lei nº 8.080, de 19/09/1990; Lei nº 8.142, de 02/12/1990; Lei nº 11.350, de 05/10/2006; Lei nº 12.594, de 18/01/2012; Lei nº 12.994, de 17/06/2014; Lei nº 13.708, de 14/08/2018; Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28/09/2017; Portaria GM/MS nº 2.920, de 31/10/2017; Portaria GM/MS nº 3.992, de 28/12/2017; Portaria GM/MS nº 2.983, de 11/11/2019; e Portaria GM/MS nº 2.979, de 12/11/2019.	
21BF	Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação em Saúde
Lei nº 8080/1990; Lei nº 8142/1990; Lei nº 10.973/2004 (Lei de Inovação); Lei nº 14.133/2021; Decreto nº 10.426/2020; Lei do Plano Plurianual; Lei de Diretrizes Orçamentárias; Lei Orçamentária Anual; Portaria Interministerial nº 424/2016; e Portaria de Consolidação GM/MS nº1/2017, Título III, Cap. VI.	
21BG	Formação e Provisão de Profissionais para a Atenção Primária à Saúde
Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 141, de 13/01/2012; Lei nº 8.080, de 19/09/1990; Lei nº 8.142, de 02/12/1990; Lei nº 12.871, de 22/10/2013; Lei nº 13.958, de 18/12/2019; Portaria Interministerial nº 1.369, de 08/07/2013; Portaria Interministerial nº 1.618, de 30/09/2015; Portaria Interministerial nº 1.708, de 23/09/2016; Portaria Interministerial nº 4.360, de 28/12/2018; Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28/09/2017; e Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28/09/2017.	
21CD	Implementação de Políticas de Atenção Especializada à Saúde
Constituição Federal de 1988; Lei nº 13.146 de 06/07/2015; Lei nº 10.098 de 19/12/2000; Lei nº 8.142, de 02/12/1990; Lei nº 8.080, de 19/09/90; Decreto nº 10.426 de 16/07/2020; Decreto nº 6.170 de 25/07/2017; Decreto nº 5.296, de 02/12/2004; Portaria nº 828, de 17/04/2020; Portaria nº 3.992, de 28/12/2017; Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 3, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 2, de 28/09/2017.	
21CE	Implementação de Políticas de Atenção Primária à Saúde
Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 141, de 13/01/2012; Lei nº 8.069, de 13/07/1990; Lei nº 8.080, de 19/09/1990; Lei nº 8.142, de 02/12/1990; Lei nº 8.842, de 4/01/1994; Lei nº 9.263, de 12/01/1996; Lei nº 10.216, de 06/04/2001; Lei nº 10.741, de 01/10/2003; Lei nº 10.778, de 24/11/2003; Lei nº 11.108, de 07/04/2005; Lei nº 11.340, de 07/08/2006; Lei nº 11.634, de 27/12/2007; Lei nº 11.664, de 29/04/2008; Lei nº 12.732, de 22/11/2012; Lei nº 12.845, de 01/08/2013; Lei nº 12.852, de 05/08/2013; Lei nº 13.257, de 08/03/2016; Lei nº 13.466, de 12/07/2017; Lei nº 13.522, de 27/11/2017; Lei nº 13.798, de 03/01/2019; Decreto nº 6.170, de 25/07/2007; Resolução nº 36/ANVISA, de 03/06/2008; Decreto nº 7.508, de 28/06/2011; Decreto nº 7.958, de 13/03/2013; Decreto nº 9.921, 18/07/2019; Portaria Interministerial nº 1.777, de 09/09/2003; Portaria SAS/MS nº 629, de 25/08/2006; Portaria SAS/MS nº 142, de 28/02/2014; Portaria Interministerial nº 424, de 30/12/2016; Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28/09/2017; e Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28/09/2017; Portaria GM/MS nº 3.265, de 01/12/2017; Portaria GM/MS nº 3.588, de 21/12/2017; Portaria SAS/MS nº 544, de 07/05/2018; e Portaria GM/MS nº 2.434, de 15/08/2018.	
21CF	Implantação e Funcionamento da Saúde Digital e Telessaúde no SUS
Decreto nº 9.795, de 17/05/1999; Decreto nº 7.508, de 28/07/2011; Portaria nº 2.073/GM/MS, de 31/08/2011; Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28/09/2017; Portaria nº 2.467, de 17/09/2019; e Portaria nº 2.546, de 27/10/2011.	
21CJ	Saneamento Básico em Aldeias Indígenas para Prevenção de doenças e Agravos
Lei nº 6.938, 31/08/1981; Constituição Federal/1988; Lei n.º 8.080, 19/09/1990; Medida Provisória nº 1.911-8, 29/07/1999; Decreto n.º 3.156, 27/08/1999; Lei n.º 9.836, 23/09/1999; Resolução CONAMA n.º 275, 25/04/2001; Resolução CONAMA n.º 358, 29/4/2005; Lei n.º 11.445, 05/1/2007; Portaria de Consolidação nº 5 28/09/2017, Anexo XX; Lei Complementar n.º 141, 13/01/2012; Portaria n.º 1.419, 8/6/2017; Resolução CONAMA nº 237/1997; Resolução Conama nº 396/2008; RDC nº 222/2018; Portaria de Consolidação nº 4, de 28 de setembro de 2017, Anexo VIII; Lei 12.305 de 2 de agosto de 2010.	
21D9	Estruturação dos Serviços de Hematologia e Hemoterapia
Constituição Federal/1988; Lei nº 12.631/2012; Lei Complementar 141/2012; Lei nº 10.205/2001; Lei nº 8.142/1990; Lei nº 8.080/1990; Decreto nº 5.045/2004; Decreto nº 3.990/2001; Portaria nº 134, de 30/03/2020; Portaria nº 163, de 30/01/2020; Portaria Conjunta nº 7, de 23/02/2018; Portaria Conjunta nº 5, de 19/02/2018; Portaria de Consolidação nº 6, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 4, de 28/09/2017; Portaria nº 1.321, de 21/12/2015; Portaria nº 1.631/2015; Portaria nº 45, de 10/09/2013; Portaria nº 27 de 12/06/2013; Portaria nº 507/2011; Portaria nº 2.600, de 21/10/2009; Portaria nº 127/2008; IN. nº 01/97; RDC Anvisa nº 306/2004; RD. A Anvisa nº 151/2001.	
2B52	Desenvolvimento Institucional da Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil do Fundo Nacional de Saúde e dos Fundos Estaduais e Municipais de Saúde
Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, art. 16, XIII; Lei nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990; Lei Complementar nº 101/2000(LRF), art. 1º; art. 7º; Decreto nº 3964, de 10 de outubro de 2001; Decreto 7.507, de 27 de junho de 2011; Lei Complementar Nº 141, de 13 de janeiro de 2012; Portaria nº 1.844/GM/MS, de 13 de outubro de 2016; Portaria nº 1.419/GM/MS, de 8 de junho de 2017; Portaria nº 756/SE/MS, de 17 de julho de 2017; Portaria nº 2.076/SE/MS, de 21 de agosto de 2017; e Portaria nº 3.992, de 28 de dezembro de 2017.	
4295	Atenção aos Pacientes Portadores de Doenças Hematológicas
Constituição Federal/1988; Lei nº 12.631/2012; Lei Complementar nº 141. de 13/01/2012; Lei nº 10.205, de 21/03/2001; Lei nº 8.142, de 28/12/1990; Lei nº 8.080, de 19/09/1990; Decreto nº 10.024, de 20/09/2019; Decreto nº 5.045/2004; Decreto nº 3.990/2001; Portaria nº 1.710/2020-HEMOMBAS; Portaria nº 863, de 10/05/2019 -Altera a Portaria nº 1581, de 01/06/2018; Portaria Conjunta nº 7, de 23/02/2018; Portaria Conjunta nº 5, de 19/02/2018; Portaria nº 298, de 09/02/2018; Portaria de Consolidação nº 5, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 4, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 2, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 2, de 28/09/2017; Portaria Interministerial nº 424, de 30/12/2016; Portaria nº 1.321, de 21/12/2015; Portaria nº 298, de 09/02/2015; Portaria nº 45, de 10/09/2013; Portaria nº 27 de 12/06/2013; Portaria GM/MS nº 2.829, de 14/12/2012; Portaria GM/MS nº 822 de 06/06/2001; Instrução Normativa nº 1, de 10/01/2019; Resolução RDC nº 57/2014, de 10/10/2014, que revoga a RDC nº 51/2012 e restabelece o prazo da RDC nº 21/2012 (Manual de Identidade Visual e rotulagem de medicamentos); Farmacopeias estrangeiras admitidas pela ANVISA – RDC/ANVISA nº 37, 06/07/2009; RDC/ANVISA nº 151/2001; PCDT/DF. Nº 5/2018.	
4324	Atenção à Saúde de Populações Ribeirinhas e de Áreas Remotas da Região Amazônica mediante Cooperação com a Marinha do Brasil e com o Exército Brasileiro
Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 97, de 09/06/1999; Lei Complementar nº 141, de 13/01/2012; Lei nº 8.080, de 19/09/1990; Lei nº 8.142, de 02/12/1990; e Decreto nº 10.426, de 16/07/2020.	
4368	Promoção da Assistência Farmacêutica por Meio da Disponibilização de Medicamentos e Insumos em Saúde do Componente Estratégico
Lei 8.080/90, Resolução CNS 338/2004, Lei 12.401/2011, Decreto nº 7.508/2011, Portaria de Consolidação GM/MS Nº 02/2017, Portaria de Consolidação GM/MS Nº 06/2017 e Relação Nacional de Medicamentos Essenciais vigente.	
4370	Atendimento à População para Prevenção, Controle e Tratamento de HIV/AIDS, outras Infecções Sexualmente Transmissíveis e Hepatites Virais
Lei nº 8080/1990; Lei nº 8142/1990; Lei nº 8666/93; Decreto nº 1232/1994; Decreto nº 9.795/2019; Decreto nº 10.477/2020; Portaria MS/GM 699/2006; Portaria MS/GM 204/2007, Portaria GM/MS 1378/2013;Lei 9313/96; Portaria de Consolidação GM/ MS nº 4/2017; Portaria de Consolidação GM/MS nº 6/2017; Portaria MS/GM 3992/2017.	
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Decreto nº 9.991/2019	
4641	Publicidade de Utilidade Pública
Art. 37 da Constituição Federal de 1988; Art. 7º, inciso V, da Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017; Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008; Decreto nº 9.038, de 26 de abril de 2017. Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom: 1. Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017 que dispõe sobre a conceituação das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências; 2. Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares; 3. Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal.	
4705	Promoção da Assistência Farmacêutica por meio da Disponibilização de Medicamentos do Componente Especializado
Lei 8.080/90, Lei 12.401/2011, Decreto nº 7.508/2011, Decreto nº 7646/2011, Portaria Consolidação nº 2/2017 e Portaria de Consolidação nº 6/2017, e Portarias específicas que definem os Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas.	
5516	Conferências Nacionais de Saúde
Constituição Federal 1988, artigos 196 a 200, 231 e 232; Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT); Leis 8080/90; 8142/90 e 9.836/1999 (Lei Arouca); Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 567/2017.	
6148	Assistência Médica Qualificada e Gratuita a Todos os Níveis da População e Desenvolvimento de Atividades Educacionais e de Pesquisa no Campo da Saúde – Rede SARAH de Hospitais de Reabilitação
Constituição Federal de 1988; Lei nº 8.246 de 22/10/1991; Lei nº 8.142, de 28/12/1990; Lei nº 8.080, de 19/9/1990; Decreto nº 371 de 20/12/1991.	
6182	Funcionamento e Fortalecimento do Sistema de Ouidorias do SUS
Lei nº 8.080/90; Lei nº 12.527/2011; Lei nº 13.460/2017; Lei nº 13.608/2018; Lei nº 13.709/2018; Lei nº 13.819/2019 Decreto nº 7.724/2012; Decreto regulamentador da Lei 12.527/2011; Decreto nº 9.492/2018; Decreto nº 10.153/2019; Decreto nº 9.690/2019; Decreto nº 10.228/2020; Portaria de Consolidação nº 1 GM/MS/2017; Portaria CGU nº 581/2021.	
6217	Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde
Constituição Federal, Leis 8080/90, 8142/90.	
6516	Aperfeiçoamento e Avaliação dos Serviços de Hemoterapia e Hematologia
Constituição Federal/1988; Lei nº 12.631, de 11/05/2012; Lei Complementar nº 141. de 13/01/2012; Lei nº 10.205, de 21/03/2001; Lei nº 8.142, de 28/12/1990; Lei nº 8.080, de 19/09/1990; Decreto nº 5.045, de 08/04/2004; Decreto nº 3.990, de 30/10/2001; Portaria Conjunta nº 7, de 23/02/2018; Portaria Conjunta nº 5, de 19/02/2018; Portaria GM/MS nº 298, de 09/02/2018; Portaria de Consolidação nº 6, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 4, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 2, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 1, de 28/09/2017; Portaria SAS/MS nº 1.321, de 21/12/2015; Portaria nº 298, de 09/02/2015; Portaria GM/MS nº 2.265, de 16/10/2014; Portaria SCTIE/MS nº 45, de 10/09/2013; Portaria SCTIE/MS nº 27, de 12/06/2013; Resolução RDC/Anvisa nº 151, de 21/08/2001.	
8287	Aprimoramento da Articulação e Cooperação Interfederativa em Saúde
Constituição Federal/1988; Lei nº 8.080/1990; Lei nº 8.142/1990; Lei Complementar nº 141/2012; Decreto nº 7.508/2011; Decreto nº 7.827/2012; Decreto nº 9.203/2017; Decreto nº 9.795/2019; Decreto nº 10.139/2019; Decreto nº 10.411/2020; Portaria nº 1.812/2020.	
8535	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde
Constituição Federal de 1988; Lei nº 13.146 de 06/07/2015; Lei nº 8.142, de 02/12/1990; Lei nº 8.080, de 19/09/1990 Lei Complementar nº 141 de 13/01/2012; Decreto nº 10.426 de 16/07/2020; Decreto nº 6.170 de 25/07/2017; Portaria Interministerial nº 424 30/12/2016 (com as alterações da Portaria Interministerial nº 101, de 20/04/2017, da Portaria Interministerial nº 277, de 03/10/2017 e Portaria Interministerial nº 451, de 18/12/2017, Portaria Interministerial nº 114 de 07/05/2018, Portaria Interministerial nº 235 de 23/08/2018, Portaria Interministerial nº 558 de 10/10/2019 e Portaria Interministerial nº 134 de 30/03/2020 e Portaria Interministerial nº 414 de 14/12/2020); Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 3, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 2, de 28/09/2017; Portaria nº 828, de 17/04/2020; Portaria nº 3.992, de 28/12/2017; Portaria GM/MS nº 3.588, de 21/12/2017; RDC nº 51 de 06/10/2011; RDC nº 50 de 21/02/2002; RDC nº 36/ANVISA, de 03/06/2008; ABNT NBR 9050:2020; ABNT NBR 16537:2016.	
8581	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Primária à Saúde
Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 141, de 13/01/2012; Lei nº 8.080, de 19/09/1990; Lei nº 8.142, de 02/12/1990; Resolução-RDC nº 50/ANVISA, de 21/02/2002; Decreto nº 6.170, de 25/07/2007; Resolução CIT nº 10 de 08/12/2016; Resolução CIT nº 13, de 23/02/2017; Resolução CIT nº 22, de 27/07/2017; Portaria GM/MS nº 283, de 22/02/2005; Portaria Interministerial nº 424, de 30/12/2016; Portaria GM/MS nº 2.563, de 03/10/2017; Portaria GM/MS nº 2.564, de 03/10/2017; Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28/09/2017; Portaria GM/MS nº 2.218, de 21/08/2019; Portaria GM/MS nº 163, de 30/01/2020; e Portaria Interministerial nº 43, de 04/02/2020.	
8585	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade
Constituição Federal/1988; Lei Complementar nº 141. de 13/01/2012; Lei nº 10.216, de 06/04/2001; Lei nº 8.142, de 28/12/1990; Lei nº 8.080, de 19/09/1990; Portaria GM/MS nº 2.434, de 15/08/2018; Portaria GM/MS nº 164, de 19/01/2018; Portaria nº 544, de 07/05/2018; Portaria SAS/MS nº 288, de 12/03/2018; Portaria GM/MS nº 3.588, de 21/12/2017; Portaria GM/MS nº 1.010, de 21/05/2012; Portaria GM/MS nº 2.971, de 08/12/2008; Portaria GM/MS nº 2.657, de 16/12/2004; Portaria GM/MS nº 1.828, de 02/09/2004; Portaria GM/MS nº 2.072, de 30/10/2003; Portaria GM/MS nº 2.048, de 05/10/2002; Portaria de Consolidação nº 6, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 5, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 3, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 2, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 1, de 28/09/2017.	

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO-2022, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base legal

8636	Fortalecimento da Inovação Tecnológica de Insumos Estratégicos para o SUS
Lei Orçamentária Anual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei de aprovação do PPA, Lei 8.080/1990, Lei 8.666/1993, Lei 10.973/2004, Lei nº 13.243/2016, Decreto 9.245/2017, Decreto 9.283/2018, Portaria Interministerial nº 128/2008, Portaria Interministerial nº 1.409/2018, Portaria de Consolidação nº 5/2017 artigos 788 a 809 e Anexo XCV; e Portaria de Consolidação nº 6/2017.	
8648	Desenvolvimento e Fortalecimento da Economia da Saúde e dos Programas de Cooperação Técnica para o Aperfeiçoamento do SUS
Lei nº 12.101/2009; Lei Complementar nº 141/2012; Lei nº 12.715/2012; Decreto nº 3.594/2000; Decreto nº 5.151/2004; Decreto nº 59.308/1966; Decreto nº 97.590/1989; Decreto nº 7.508/2011; Decreto nº 7.827/2012; Decreto nº 7.988/2013; Decreto nº 8.242/2014; Portaria nº 8/2017/GM/MRE; Portaria nº 716/2011/STN/MF; Art. 87 a 93 (Cooperação Internacional), 442 a 470 (SIOPS) da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28/09/2017; e Anexo LXXVII e XCIII à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28/09/2017.	
8708	Fortalecimento da Auditoria do Sistema Único de Saúde
Constituição Federal de 1988; Lei nº 8.080/1990; Lei nº 8.689/1993; Lei Complementar nº 141/2012; Decreto nº 1.651/1995; Decreto nº 7.508/2011; Decreto nº 7827/2012; e Decreto nº 9.795/2019.	
8715	Preservação, Organização, Disseminação e Acesso ao Conhecimento e ao Patrimônio Cultural da Saúde
Art. 5º - Cap. I do Título II da CF; Lei nº 8080, de 19/9/1990 e nº 8142, de 28/12/1990; Portarias de depósito legal - MS/GM nº 586 e nº 587, de 3/10/1979; Dec. Presidencial nº 3745, de 5/2/2001; Port. Ministerial nº 227, de 16/2/2001; Port. Ministerial nº 758, de 16/4/2002; Port. GM/MS nº 1722, de 2/9/2003.	
8721	Implementação da Regulação, Controle e Avaliação da Atenção à Saúde
Constituição Federal/1988; Lei nº 8.080/1990; LDO; LOA; Decreto nº 5.055/2004; Portaria Nº 288/2018; Portaria de Consolidação nº 6, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 3, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 2, de 28/09/2017; Portaria nº 2923/2013; Portaria GM/MS nº 2.657/2004; Portaria GM/MS nº 2.048/2020.	
8753	Monitoramento, Avaliação e Gestão da Informação Estratégica em Saúde
Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990; Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990; Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011; Decreto nº 9.795, de 17 de maio de 2019; Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017; Portaria de Consolidação nº 1, de 28 de setembro de 2017; Portaria GM/MS nº 406, de 8 de março de 2012; Portaria GM/MS nº 641, de 05 de julho de 2019; Resolução CIT nº 8, de 24 de novembro de 2016; Resolução CIT nº 45, de 25 de julho de 2019; Portaria GM/MS nº 1.839, de 27 de julho de 2020; e Portaria GM/MS nº 3.201, de 27 de novembro de 2020.	
8755	Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Cardiologia-INC
Constituição Federal de 1988, art. 196 a 200; Lei 8080/90 (Art. 6o.); Portaria MS 3.908/98.	
8758	Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Oncologia - INCA
Constituição Federal de 1988, art. 196; Lei nº 8080/90, art. 6º ; e Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017, Anexo IX.	
8759	Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Traumatologia e Ortopedia - INTO
Constituição Federal de 1988, art. 196 a 200; Lei 8080/90, art. 6º.	
8933	Estruturação de Serviços de Atenção às Urgências e Emergências na Rede Assistencial
Constituição Federal de 1988 (arts.196-200); Lei nº 8.080/1990 (art. 6º); LDO; LOA; Portaria de Consolidação nº 6, de 28/07/2017; Portaria de Consolidação nº 3, de 28/07/2017.	

37101 Controladoria-Geral da União - Administração Direta

216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 11, inciso XXV, Art. 17, inciso XV e § 9º da LDO-2016.	
2D58	Auditoria Interna, Prevenção e Combate à Corrupção, Ouvidoria e Correição
Art.70, art. 74, inciso II, e art.84, inciso XXIV, da Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. Lei 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, com redação dada pela Lei 13.464, de 10 de julho de 2017. Lei 13.844, de 18 de junho de 2019, alterada pela Lei 13.901, de 11 de novembro de 2019. Decreto 3.591, de 06 de setembro de 2000, com alterações. Decreto 5.151, de 22 de julho de 2004, com redação dada pelo Decreto 7.639, de 8 de dezembro de 2011. Decreto 9.681, de 03 de janeiro de 2019, com redação dada pelos Decretos 10.562, de 7 de dezembro de 2020, e 9.694, 30 de janeiro de 2019.	

39101 Ministério da Infraestrutura - Administração Direta

000Q	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica
Constituição Federal, artigo 21, inciso I e XII; Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020, LDO-2021, artigo 12, inciso XVI e Decreto nº 10.368, de 22 de maio de 2020 (Publicado em 22.05.2020).	
00PN	Participação do Brasil, como País não Membro, em Atividades de Cooperação Econômica junto à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e seus órgãos vinculados
Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020; Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2021, Art. 12, inciso XVI; Decreto nº 10.368, de 22 de maio de 2020; Acordo de Cooperação firmado entre o Brasil e a OCDE, de 3 de junho de 2015.	
00QP	Cumprimento de Obrigações Decorrentes da Dissolução/Liquidação da Companhia Docas do Maranhão - CODOMAR
Decreto nº 9.265, de 10 de janeiro de 2018 (Publicado em: 11.01.2018) e Decreto nº 10.368, de 22 de maio de 2020 (Publicado em 22.05.2020 - Edição Extra).	

00RK	Contribuição à Comissão Mista Brasileiro Argentina para gestão e manutenção da Ponte São Borja e São Tomé
Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020; Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2021, Art. 12, inciso XVI; Decreto Legislativo nº 82, de 06 de dezembro de 1989, que aprova o texto do Acordo para a Construção de uma Ponte sobre o Rio Uruguai, entre as cidades de São Borja e Santo Tomé, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina, concluído em Uruguiana, em 22 de agosto de 1989; Decreto nº 110, de 3 de maio de 1991, que promulga o Acordo para a construção de uma Ponte sobre o Rio Uruguai, entre as cidades de São Borja e Santo Tomé, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina; Decreto nº 10.368, de 22 de maio de 2020.	
0713	Cumprimento de Obrigações decorrentes da extinção do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 arts. 102-A, 113, 117; Decreto nº 4.803, de 8 de agosto de 2003; Decreto nº 5.227, de 4 de outubro de 2004; Decreto nº 10.368, de 22 de maio de 2020.	
122X	Implantação do Sistema de Atendimento Portuário Unificado
Decreto nº 10.368, de 22 de maio de 2020, art. 23, inciso VI - (Publicado em 22.05.2020 - Edição Extra).	
12KP	Implantação do Sistema de Carga Inteligente e Cadeia Logística Inteligente
Decreto nº 10.368, de 22 de maio de 2020, art. 23, inciso VI - (Publicado em 22.05.2020 - Edição Extra).	
12KR	Implantação do Sistema de Gestão de Tráfego de Navios
Decreto nº 10.368, de 22 de maio de 2020, art. 23, incisos VI e XII - (Publicado em 22.05.2020 - Edição Extra).	
15P7	Modernização e Ampliação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação
Decreto nº 10.368, de 22 de maio de 2020. Portaria nº 124, de 21 de agosto de 2020. Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020. Decreto nº 7.579, de 11 e outubro de 2011. Portaria nº 55, de 25 de março de 2021.	
2000	Administração da Unidade
Constituição Federal de 1988; Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Decreto nº 10.368, de 22 de maio de 2020. Estagiários - Lei nº 11.788/2008 Ajuda de custo - Lei nº 8112/1990 Desenvolvimento de Pessoas - Decreto nº 9.991/2019 Grat. por Encargo de Curso ou Concurso - Decreto nº 6114/2007	
20UC	Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes
Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 (Publicado em: 18.06.2019 - Edição Extra) e Decreto nº 10.368, de 22 de maio de 2020 (Publicado em 22.05.2020 - Edição Extra).	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E; Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020; Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2021, Art. 12, inciso XXIV; Decreto nº 10.368, de 22 de maio de 2020.	
218T	Manutenção e Operação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação
Decreto nº 10.368, de 22 de maio de 2020. Portaria nº 124, de 21 de agosto de 2020. Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020. Decreto nº 7.579, de 11 e outubro de 2011. Portaria nº 55, de 25 de março de 2021.	
4641	Publicidade de Utilidade Pública
Constituição Federal de 1988, art. 37; Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008.	
39207	VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.
116E	Construção da Ferrovia Norte-Sul - Anápolis/GO - Uruaçu/GO - EF-151
Lei nº 11.772, de 17 de setembro de 2008.	
116X	Construção da Ferrovia Norte-Sul - Palmas/TO - Uruaçu/GO - EF-151
Lei nº 11.772, de 17 de setembro de 2008.	
112D	Construção da Ferrovia Norte-Sul - Ouroeste/SP - Estrela D'Oeste/SP - EF-151
Lei nº 11.772, de 17 de setembro de 2008.	
112E	Construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste - Ilhéus/BA - Caetité/BA - EF-334
Lei nº 11.772, de 17 de setembro de 2008.	
112H	Construção da Ferrovia Norte-Sul - Ouroverde de Goiás/GO - São Simão/GO - EF-151
Lei nº 11.772, de 17 de setembro de 2008.	
112I	Construção da Ferrovia Norte-Sul - Santa Vitória/MG - Iturama/MG - EF-151
Lei nº 11.772, de 17 de setembro de 2008.	
124G	Construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste - Caetité/BA - Barreiras/BA - EF-334
Lei nº 11.772, de 17 de setembro de 2008.	
15P7	Modernização e Ampliação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação
Lei nº 11.772, de 17 de setembro de 2008; Decreto nº 6.025, de 22 de janeiro de 2007.	

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO-2022, Art. 9º, inciso IV	
Ação Orçamentária / Base legal	
15V3	Construção da Ferrovia de Integração Centro Oeste - Trecho Mara Rosa (GO) a Porto Velho (RO) EF 354
Lei nº 11.772, de 17 de setembro de 2008.	
2000	Administração da Unidade
Constituição Federal de 1988; Lei nº 11.772, de 17 de setembro de 2008; Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.	
20UC	Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001; Lei nº 11.772, de 17 de setembro de 2008.	
218S	Apoio ao Planejamento, Gerenciamento e Acompanhamento da Implementação de Empreendimentos de Infraestrutura
Lei nº 11.772, de 17 de setembro de 2008.	
218T	Manutenção e Operação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001; Lei nº 11.772, de 17 de setembro de 2008.	
5E83	Construção da Ferrovia Norte-Sul - Aguiarnópolis/TO - Palmas/TO - EF-151
Lei nº 11.772, de 17 de setembro de 2008.	
39250	Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT
000Q	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020, Art. 12, inciso XVI.	
00TU	Indenização em decorrência do encerramento do Contrato de Concessão de Infraestrutura Rodoviária
Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001; Lei nº 13.448, de 5 de junho de 2017; e Resolução N º 5.926, de 2 de fevereiro de 2021.	
2000	Administração da Unidade
Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988; Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.	
20UC	Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E; Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2021, Art. 12, inciso XXIV; Decreto nº 10.368, de 22 de maio de 2020.	
218T	Manutenção e Operação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.	
21DO	Fiscalização dos Serviços de Transporte Terrestre e da Infraestrutura Concedida
Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001; Lei nº 9.277, de 10 de maio de 1996; Decreto nº 99.704, de 20 de novembro de 1990; Decreto nº 1.832, de 4 de março de 1996; Decreto nº 2.521 de 20 de março de 1998; Portaria MT nº 457, de 23 de julho de 2018; Decreto 10.368, de 22 de maio de 2020.	
39251	Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ
000Q	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020, Art. 12, inciso XVI.	
2000	Administração da Unidade
Constituição Federal de 1988; Decreto-Lei 200/1967; Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019.	
2088	Concessão e Regulação dos Serviços e da Exploração da Infraestrutura do Transporte Aquaviário
Lei nº 10.233, de 05 de junho de 2001, Art. 20, inciso II.	
2090	Fiscalização dos Serviços e da Exploração da Infraestrutura do Transporte Aquaviário
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, art. 20, inciso II e Resolução nº 1, de 22 de fevereiro de 2002.	
20UC	Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2020, art. 12, inciso XXIV.	
39252	Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT
00TV	Apoio a Implantação de Melhoramentos no Canal de Navegação da Hidrovia do Rio Tietê/SP
Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973; Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.	
10SS	Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa SE/BA - Entroncamento BR-324 - na BR-101/BA
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
10IW	Construção de Trecho Rodoviário - Itacarambi - Divisa MG/BA - na BR-135/MG
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e suas alterações.	
10JQ	Adequação de Trecho Rodoviário - São Francisco do Sul - Jaraguá do Sul - na BR-280/SC
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
10KK	Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-163/MT (Sorriso) - Entroncamento BR-158/MT (Ribeirão Cascalheira) - na BR-242/MT
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
10KR	Construção de Trecho Rodoviário - Divisa PA/TO - Altamira - na BR-230/PA
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e alterações.	
10L1	Adequação de Trecho Rodoviário - Rondonópolis - Cuiabá - Posto Gil - na BR-163/MT
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
10L3	Adequação de Trecho Rodoviário - Caucaia - Entroncamento Acesso ao Porto de Pecém - na BR-222/CE
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e alterações.	
10MK	Desapropriação de Área para Construção da Ferrovia Transnordestina - EF-232
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.	
110I	Construção de Trecho Rodoviário - Altamira - Rurópolis - na BR-230/PA
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e alterações.	
110Q	Adequação de Trecho Rodoviário - Pedra Branca - Divisa SE/AL - na BR-101/SE
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e alterações.	
11H1	Adequação de Ramal Ferroviário em Barra Mansa - na EF-222/RJ
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.	
11VA	Construção de Trecho Rodoviário - Divisa PA/MT - Ribeirão Cascalheira - na BR-158/MT
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
1214	Adequação de Trecho Rodoviário - Rio Grande - Pelotas - na BR-392/RS
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
123M	Melhoramentos no Canal de Navegação da Hidrovia do Rio Tocantins
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e suas alterações.	
123S	Construção de Anel Rodoviário em Campo Grande - nas BRs 060/163/262/MS
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
123U	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-116 (p/Guaíba) - Entroncamento BR-471 (Pântano Grande) - na BR-290/RS
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
1248	Construção de Trecho Rodoviário - Manaus - Divisa AM/RO - na BR-319/AM
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
127G	Construção de Terminais Fluviais
Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988; Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações; Lei nº 12.815, de 5 junho de 2013.	
12IW	Adequação de Trecho Rodoviário - Ilhéus - Itabuna - na BR-415/BA
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
12JL	Adequação de Trecho Rodoviário - Cascavel - Guaíra - na BR-163/PR
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
12KF	Adequação de Trecho Rodoviário - São Miguel do Oeste - Divisa SC/PR - na BR-163/SC
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
12KG	Adequação de Travessia Urbana em Santa Maria - na BR-158/287/RS
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
12KY	Construção de Contorno Rodoviário em Cuiabá - nas BRs 070/163/364/MT
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
13X5	Adequação de Travessia Urbana em Imperatriz - na BR-010/MA
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
13X7	Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa PE/BA (Ibó) - Feira de Santana - na BR-116/BA
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
13XG	Construção de Trecho Rodoviário - Divisa BA/MG (Salto da Divisa) - Entroncamento MG-406 (Almenara) - na BR-367/MG
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
13YE	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-104/408/PB-095 (Campina Grande) - Entroncamento BR-110/361 (Patos) - na BR-230/PB
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e suas alterações.	

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO-2022, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base legal

13YK	Construção de Trecho Rodoviário - Laranjal do Jari - Entroncamento BR-210/AP-030 - na BR-156/AP
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001e alterações posteriores.	
1418	Construção de Trecho Rodoviário - Ferreira Gomes - Oiapoque (Fronteira com a Guiana Francesa) - na BR-156/AP
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
1490	Construção de Trecho Rodoviário - Divisa MT/PA - Santarém - na BR-163/PA
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
14LV	Adequação de Travessia Urbana em Juazeiro - nas BRs 235/407/BA
Lei nº 10.233 de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
14MM	Implantação do Plano de Recuperação de Áreas Degradadas na Malha Ferroviária
Código Florestal Lei nº 4771 de 15/09/1965; Lei de Crimes Ambientais Lei nº 9605, de 12/02/1998 e atendimento à Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público Federal conta o DNIT- Recuperação de passivo ambiental (0002383-83.2007-403.6111).	
14PC	Construção da Segunda Ponte sobre o Rio Guaíba e Acessos - na BR-116/290/RS
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
14TL	Adequação de Linha Férrea em Juiz de Fora - EF-040/MG
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
14X0	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-232 (São Caetano) - Entroncamento BR-424/PE-218 (Garanhuns) - na BR-423/PE
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
15K0	Construção de Contorno Rodoviário em Aragarças - na BR-070/GO
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
15P7	Modernização e Ampliação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001; Decreto nº 6.025, de 22 de janeiro de 2007.	
15SP	Implantação do Plano de Recuperação de Áreas Degradadas em São Félix/BA
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e suas alterações.	
1C09	Construção de Trecho Rodoviário - São Desidério - Divisa BA/MG - na BR-135/BA
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
1K23	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-050 - Entroncamento BR-153 - na BR-365/MG
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
2000	Administração da Unidade
Constituição Federal de 1988; Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001; Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.	
2036	Controle de Trânsito na Malha Rodoviária Federal
Lei nº 9.503, de 23/09/1997, art. 21; Lei nº 10.233/2001, art. 82, § 3º; Resolução CONTRAN nº 638/2016; Demais resoluções e portarias do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) e Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN), respectivamente.	
20LN	Operação de Terminais Hidroviários
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
20LO	Operação de Eclusas
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
20UC	Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes
Lei 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E; Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001; Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2021, art 12, inciso XXIV.	
218S	Apoio ao Planejamento, Gerenciamento e Acompanhamento da Implementação de Empreendimentos de Infraestrutura
Lei 10.233, de 5 de junho de 2001.	
218T	Manutenção e Operação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.	
219Z	Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União
Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000; Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001; Portaria STN nº 877, de 18 de dezembro de 2018.	
219Z	Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União
Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000; Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002; Portaria STN nº 877, de 18 de dezembro de 2018.	

2325	Operação de Pesagem e Autorizações Especiais de Trânsito de Veículos
Lei nº 9.503, de 23/09/1997, art. 21; Lei nº 10.233/2001, art. 82, § 3º; Demais resoluções e portarias do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) e Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN), respectivamente.	
4482	Julgamento de Recursos Administrativos a Multas de Trânsito
Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, CTB, art. 16 e 17; Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001; Portaria DNIT nº 368, de 05/09/2002.	
4641	Publicidade de Utilidade Pública
Constituição Federal de 1988, art. 37; Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008.	
5E15	Construção de Trecho Rodoviário - Peixe - Paranã - Taguatinga - na BR-242/TO
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
7242	Construção de Trecho Rodoviário - Cantá - Novo Paraíso - na BR-432/RR
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
7530	Adequação de Trecho Rodoviário - Navegantes - Rio do Sul - na BR-470/SC
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
7624	Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa AL/PE - Divisa AL/SE - na BR-101/AL
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001e suas alterações.	
7E79	Construção de Trecho Rodoviário - Uruaçu - Divisa GO/MT - na BR-080/GO
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
7F51	Construção de Trecho Rodoviário - Divisa PI/BA - Divisa BA/SE - na BR-235/BA
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
7G16	Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-040 - Entroncamento BR-267 - na BR-440/MG
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
7I71	Construção de Contorno Rodoviário em Jataí - na BR-060/GO
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
7K23	Construção de Trecho Rodoviário - Porto Camargo - Campo Mourão - na BR-487/PR
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
7L03	Adequação de Anel Rodoviário em Fortaleza - na BR-020/CE
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
7L04	Adequação de Trecho Rodoviário - Porto Alegre - Pelotas - na BR-116/RS
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
7L92	Construção de Ponte sobre o Rio Araguaia em Xambioá - na BR-153/TO
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
7M88	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento PE-160 - Entroncamento PE-149 (Km 19,8 ao 71,2) - na BR-104/PE
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
7M91	Construção de Contorno Rodoviário em Maringá - na BR-376/PR
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
7N22	Construção de Trecho Rodoviário - Divisa BA/PI - Divisa PI/MA - na BR-235/PI
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
7N85	Construção de Trecho Rodoviário - Timbó do Sul - Divisa SC/RS - na BR-285/SC
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e suas alterações.	
7P87	Adequação de Travessia Urbana em Ji-Paraná - na BR-364/RO
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
7R82	Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa DF/GO - Divisa GO/BA - na BR-020/GO
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
7S51	Construção de Contorno Rodoviário (Contorno de Mestre Álvaro) em Serra - na BR-101/ES
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
7S57	Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-163 (Rio Verde de Mato Grosso) - Entroncamento BR-262 (Aquidauana) - na BR-419/MS
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
7S61	Construção de Trecho Rodoviário - Novo Repartimento - Tucuruí - na BR-422/PA
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
7S62	Construção de Trecho Rodoviário - Viseu - Bragança - na BR-308/PA
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO-2022, Art. 9º, inciso IV	
Ação Orçamentária / Base legal	
7573	Adequação de Trecho Rodoviário - Acesso a Onda Verde - Entroncamento SP-355 - na BR-153/SP
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
7575	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-226 - Entroncamento BR-101 (Reta Tabajara) - na BR-304/RN
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
7580	Construção de Contorno Rodoviário em Barra do Garças - na BR-070/MT
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
7597	Construção de Contorno Rodoviário - no Município de Brasília - na BR-317/AC
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
7798	Adequação de Trecho Rodoviário - km 0 (Cabedelo) - km 28 (Oitizeiro) - na BR-230/PB
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
7U06	Construção de Acesso Rodoviário ao Terminal Portuário de Capuaba - na BR-447/ES
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
7U07	Construção de Trecho Rodoviário - Colônia Leopoldina - Ibatiguara - na BR-416/AL
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001e alterações posteriores.	
7U22	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-277 (acesso Cascavel) - Marmelândia - na BR-163/PR
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
7V00	Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-316 (Início do contorno de Timon) - Povoado Montividel - na BR-226/MA
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
7V19	Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-135/BA-594 (Cocos) - Acesso a Cariranha - na BR-030/BA
Lei nº 10.233 de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
7V25	Construção de Contorno Rodoviário - Maringá - Paigandu - Sarandi - Marialva – na BR-376/PR
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
7V83	Construção de Ponte sobre o Rio Juruá com Acesso a Rodrigues Alves - na BR-364/AC
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
7W07	Adequação de Trecho Rodoviário - Castanhal - Santa Maria do Pará - Trevo de Salinópolis - Divisa PA/MA - na BR-316/PA
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
7W67	Construção do Viaduto do Gancho nos Municípios de Natal e São Gonçalo do Amarante - na BR-406/RN
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
7W84	Adequação de Trecho Rodoviário - Trecho Estiva - Entroncamento BR-222 (Miranda do Norte) na BR-135/MA
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
7W95	Adequação de Trecho Rodoviário - Teresina - Parnaíba - na BR-343/PI
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
7X34	Construção de Anel Rodoviário em Três Lagoas - nas BRs 262/158/MS
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
7X42	Adequação da Travessia Urbana de Petrolina nas BR’s-407/428/PE
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
7X64	Construção de Pontes na BR-425/RO
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
7X75	Adequação de Trecho Rodoviário - Fim das obras de duplicação - Estádio Municipal (Demerval Lobão) - na BR-316/PI
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
7X78	Adequação de Trecho Rodoviário - São José dos Ausentes - Divisa RS/SC - na BR-285/RS
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
7X96	Construção de Ponte sobre o Rio Uruguai (Fronteira Brasil/Argentina) - na BR-392/RS
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
7XA3	Adequação de Trecho Rodoviário - Vilhena - Porto Velho - na BR-364/RO
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
7XF8	Duplicação da Ponte São Raimundo sobre o Rio Doce em Governador Valadares - na BR-116/MG
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
7XG6	Adequação de Trecho Rodoviário - Bataguassu - Porto Murtinho - na BR-267/MS
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
7XI6	Adequação de Trecho Rodoviário - Porto Alegre - Novo Hamburgo - na BR-116/RS
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
7XI8	Adequação de Ponte sobre o rio Ibicuí - na BR-472/RS
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
7XJ4	Construção de Trecho Rodoviário - Maraú - Entroncamento BR-101 - na BR-030/BA
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
7XJ5	Adequação de Trecho Rodoviário - Florianópolis - São Miguel do Oeste - na BR-282/SC
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
7XM0	Construção de Contorno Rodoviário em Feira de Santana - na BR-324/BA
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
7XM3	Adequação de Trecho Rodoviário - km 65 - km 187 - na BR-070/GO
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
7XM5	Construção de Ponte sobre o rio Parnaíba na Divisa PI/MA - na BR-330/PI
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
869V	Manutenção e Gestão dos Ativos Ferroviários
Lei nº 11.483, de 31 de maio de 2007	
39253	Empresa de Planejamento e Logística S.A. - EPL
2000	Administração da Unidade
Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988; Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019.	
20UC	Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.	
39254	Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC
2000	Administração da Unidade
Constituição Federal de 1988; Decreto-Lei 200, de 1967; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019.	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E. Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício, Capítulos "Estrutura e Organização dos Orçamentos" e "Diretrizes para Elaboração e Execução dos Orçamentos da União", no que trata das vedações para a transferências de recursos.	
2912	Regulação e Fiscalização da Aviação Civil
Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, Art. 8º; Lei nº 13.844, de 18 de Junho de 2019, Art. 19, inciso VIII e Art. 35, inciso X; Decreto nº 5.731, de 20 de março de 2006. Lei nº 7.565, de 19 de Dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica)	
39901	Fundo da Marinha Mercante - FMM
0095	Ressarcimento às Empresas Brasileiras de Navegação
Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, Art. 17; Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004.	
09FC	Incentivo às Empresas Brasileiras conforme Lei nº 10.893, de 2004
Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004, Art. 38.	
09JF	Subvenção Econômica sobre o Prêmio Seguro-Garantia ou sobre os Custos de Carta de Fiança aos Mutuários do Fundo da Marinha Mercante (Lei nº 10.893, de 2004)
Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004, Art. 31; Decreto nº 5.140, de 13 de julho de 2004; Decreto nº 5.560, de 7 de outubro de 2005.	
2000	Administração da Unidade
Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988; Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019.	
39902	Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC
00TW	Pagamento de Indenização à Concessionária do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante/RN
Lei de Relicitação (Lei nº 13.448, de 05 de junho de 2017); Decreto de Relicitação (Decreto nº 9.957, de 06 de agosto de 2019); Decreto de qualificação do ASGA para Relicitação (Decreto nº 10.472, de 247 de agosto de 2020);	
00TX	Contraprestação da União no âmbito de contratos de Parceria Público-Privada - PPP para Aeroportos da Região Amazônica
Lei nº 9.491, de 09 de setembro de 1997 (Programa Nacional de Desestatização); Lei de PPPs (Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004)	

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO-2022, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base legal

14UB	Construção, Reforma e Reparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional
Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000; Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986; Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; e alterações Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007; Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011; Lei nº 12.648, de 17 de maio de 2012; Lei nº 12.833, de 20 de junho de 2013; Decreto nº 6780, de 18 de fevereiro de 2009; Decreto nº 7.967, de 22 de março de 2013; Decreto nº 8.024, de 04 de junho de 2013; Decreto nº 8.180, de 30 de dezembro de 2013; Decreto nº 10.368, de 22 de maio de 2020.	
15UW	Reforma e reaparelhamento do Aeroporto de Maringá/PR
Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000; Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986; Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007; Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011; Lei nº 12.648, de 17 de maio de 2012; Lei nº 12.833, de 20 de junho de 2013; Decreto nº 6780, de 18 de fevereiro de 2009; Decreto nº 7.967, de 22 de março de 2013; Decreto nº 8.024, de 04 de junho de 2013; Decreto nº 8.180, de 30 de dezembro de 2013; Decreto nº 10.368, de 22 de maio de 2020.	
15UX	Reforma e reaparelhamento do Aeroporto de Coari/AM
Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000; Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986; Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007; Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011; Lei nº 12.648, de 17 de maio de 2012; Lei nº 12.833, de 20 de junho de 2013; Decreto nº 6780, de 18 de fevereiro de 2009; Decreto nº 7.967, de 22 de março de 2013; Decreto nº 8.024, de 04 de junho de 2013; Decreto nº 8.180, de 30 de dezembro de 2013; Decreto nº 10.368, de 22 de maio de 2020.	
15UZ	Reforma e reaparelhamento do Aeroporto de Fernando de Noronha/PE
Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000; Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986; Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007; Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011; Lei nº 12.648, de 17 de maio de 2012; Lei nº 12.833, de 20 de junho de 2013; Decreto nº 6780, de 18 de fevereiro de 2009; Decreto nº 7.967, de 22 de março de 2013; Decreto nº 8.024, de 04 de junho de 2013; Decreto nº 8.180, de 30 de dezembro de 2013; Decreto nº 10.368, de 22 de maio de 2020.	
15V1	Instalação de equipamentos de auxílios à navegação Aérea
Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000; Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986; Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007; Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011; Lei nº 12.648, de 17 de maio de 2012; Lei nº 12.833, de 20 de junho de 2013; Decreto nº 6780, de 18 de fevereiro de 2009; Decreto nº 7.967, de 22 de março de 2013; Decreto nº 8.024, de 04 de junho de 2013; Decreto nº 8.180, de 30 de dezembro de 2013; Decreto nº 10.368, de 22 de maio de 2020.	
15V2	Reforma e reaparelhamento do Aeroporto Civil de Alcântara/MA
Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000; Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986; Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007; Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011; Lei nº 12.648, de 17 de maio de 2012; Lei nº 12.833, de 20 de junho de 2013; Decreto nº 6780, de 18 de fevereiro de 2009; Decreto nº 7.967, de 22 de março de 2013; Decreto nº 8.024, de 04 de junho de 2013; Decreto nº 8.180, de 30 de dezembro de 2013; Decreto nº 10.368, de 22 de maio de 2020.	
2000	Administração da Unidade
Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988; Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019.	
20SW	Formação e Capacitação de Profissionais da Aviação Civil
Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, publicada na Edição Extra do DOU de 5 de agosto de 2011. Lei nº 12.648, de 17 de maio de 2012, publicada no DOU de 18 de maio de 2012. Lei nº 12.833, de 20 de junho de 2013, publicada no DOU de 21 de junho de 2013. Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, publicada na Edição Extra do DOU de 18 de junho de 2019. Decreto nº 21.713, de 27 de agosto de 1946, publicado no DOU de 12 de setembro de 1946. Decreto nº 6.780, de 18 de fevereiro de 2009, publicado no DOU de 19 de fevereiro de 2009. Decreto nº 8.024, de 4 de junho de 2013, publicado no DOU de 5 de junho de 2013. Decreto nº 10.368, de 22 de maio de 2020, publicado na Edição Extra do DOU de 22 de maio de 2020. Decreto nº 10.531, de 26 de outubro de 2020, publicado no DOU de 27 de outubro de 2020.	

20UC	Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes
Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, publicada na Edição Extra do DOU de 5 de agosto de 2011. Lei nº 12.648, de 17 de maio de 2012, publicada no DOU de 18 de maio de 2012. Lei nº 12.833, de 20 de junho de 2013, publicada no DOU de 21 de junho de 2013. Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, publicada na Edição Extra do DOU de 18 de junho de 2019. Decreto nº 21.713, de 27 de agosto de 1946, publicado no DOU de 12 de setembro de 1946. Decreto nº 6.780, de 18 de fevereiro de 2009, publicado no DOU de 19 de fevereiro de 2009. Decreto nº 8.024, de 4 de junho de 2013, publicado no DOU de 5 de junho de 2013. Decreto nº 10.368, de 22 de maio de 2020, publicado na Edição Extra do DOU de 22 de maio de 2020. Decreto nº 10.531, de 26 de outubro de 2020, publicado no DOU de 27 de outubro de 2020.	
210F	Desenvolvimento da Aviação Civil (Gestão)
Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, publicada na Edição Extra do DOU de 5 de agosto de 2011. Lei nº 12.648, de 17 de maio de 2012, publicada no DOU de 18 de maio de 2012. Lei nº 12.833, de 20 de junho de 2013, publicada no DOU de 21 de junho de 2013. Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, publicada na Edição Extra do DOU de 18 de junho de 2019. Decreto nº 21.713, de 27 de agosto de 1946, publicado no DOU de 12 de setembro de 1946. Decreto nº 6.780, de 18 de fevereiro de 2009, publicado no DOU de 19 de fevereiro de 2009. Decreto nº 8.024, de 4 de junho de 2013, publicado no DOU de 5 de junho de 2013. Decreto nº 10.368, de 22 de maio de 2020, publicado na Edição Extra do DOU de 22 de maio de 2020. Decreto nº 10.531, de 26 de outubro de 2020, publicado no DOU de 27 de outubro de 2020.	
39905	Fundo Nacional de Segurança e Educação do Trânsito - FUNSET
2000	Administração da Unidade
Atividade CF 1988; Decreto-Lei 200/1967; Lei nº 13.844 de 18 de junho de 2019 (Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios); PORTARIA nº 124, de 21 de agosto de 2020 (Aprova o Regimento Interno do Ministério da Infraestrutura.	
20YZ	Apoio ao Fortalecimento Institucional do Sistema Nacional de Trânsito
Lei nº 13.614, de 11 de janeiro de 2018 (PNATTRANS); art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o CTB; Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988; Lei Complementar nº 121, de 9 de fevereiro de 2006 (Cria o Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão ao Furto e Roubo de Veículos e Cargas); PORTARIA nº 124, de 21 de agosto de 2020, que aprova o Regimento Interno do Ministério da Infraestrutura; Resolução CONTRAN nº 537, de 2015 (SINIAV); Resolução CONTRAN nº 808, de 2020 (RENAEST); Resolução CONTRAN nº 622, de 6 de setembro de 2016 (SNE); Resolução CONTRAN nº 818, de 2020 (RENAVE); Resolução CONTRAN nº 740, de 2018 (PNATTRANS); Portaria DENATRAN nº 15, de 2016.	
212H	Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)
Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, art.218; Decreto Presidencial nº 3.294, de 15 de dezembro de 1999; Decreto nº 9190, de 1º de novembro de 2017; Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, art.19; Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998; Portaria nº 124, de 21 de agosto de 2020.	
218T	Manutenção e Operação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação
Resolução CONTRAN nº 537, de 2015 (SINIAV); Resolução CONTRAN nº 808/2020 (RENAEST); Resolução CONTRAN nº 622, de 6 de setembro de 2016 (SNE); Resolução CONTRAN nº 818, de 2020 (RENAVE), art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o CTB; PORTARIA nº 124, de 21 de agosto de 2020, que aprova o Regimento Interno do Ministério da Infraestrutura e Lei nº 13.614, de 11 de janeiro de 2018 (PNATTRANS).	
4641	Publicidade de Utilidade Pública
Art. 37 da Constituição Federal de 1988; PORTARIA nº 124, de 21 de agosto de 2020, que aprova o Regimento Interno do Ministério da Infraestrutura; Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008; Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria Geral da Presidência da República (SECOM): 1. Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017, que dispõe sobre a conceituação das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências; 2. Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares; 3. Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo Federal	
40101	Ministério do Trabalho e Previdência - Administração Direta
00N2	Cumprimento de Sentença Judicial - Instituto Aerus de Seguridade Social - Processo nº 0010295-77.2004.4.01.3400
Decisão Judicial no Processo nº 0010295-77.2004.4.01.3400.	
000Q	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, art. 12.	
2000	Administração da Unidade
Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 - Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências; Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 - previsão de pagamento de bolsa estágio e auxílio-transporte aos estudantes; Decreto nº 4.004, de 8 de novembro de 2001 - ajuda de custo com deslocamento de domicílio; e Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019.	
20YU	Fiscalização de Obrigações Trabalhistas e Inspeção em Segurança e Saúde no Trabalho
Constituição Federal, art. 21, XXIV; Convenção nº. 81 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada por meio do Decreto nº. 95.461/1987; Título VII da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); art. 200 da CLT; Lei nº 10.593, de 06 de dezembro de 2002, art. 11 - Atribuições do Auditor Fiscal do Trabalho; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 - estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 4.552, de 27 de dezembro de 2002 - Aprova o Regulamento da Inspeção do Trabalho.	
20YV	Democratização das Relações de Trabalho
Decreto nº 9.745, de 08 de abril de 2019, Art. 80-A, Anexo I; Regimento Interno da Secretaria de Relações do Trabalho, art. 1º.	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 11, inciso XXV, Art. 17, inciso XV e § 9º da LDO- 2016.	

LDO-2022, Art. 9º, inciso IV	
Ação Orçamentária / Base legal	
21AX	Gestão das Políticas de Previdência e Trabalho
Constituição Federal, art. 202 - previdência complementar é facultativa; Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de 2001 - relação entre os Entes Federados, suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas e suas respectivas entidades fechadas de previdência complementar; Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009 - Cria a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC; Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - regula o acesso a informações; Decreto nº 7.123, de 3 de março de 2010 - Dispõe sobre o Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC sobre a Câmara de Recursos da Previdência Complementar - CRPC, e dá outras providências; Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012 - Regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição; Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012 - Regulamenta procedimentos para credenciamento de segurança e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo, e dispõe sobre o Núcleo de Segurança e Credenciamento; Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017 - Direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública; Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019 - aprova a estrutura do Ministério da Economia; Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020 - Institui a Estratégia de Governo Digital para o período de 2020 a 2022	
21AZ	Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial
Decreto nº 8.373, de 11 de dezembro de 2014 - Institui o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial e dá outras providências.; e Portaria nº 300, de 13 de junho de 2019.	
2591	Reconhecimento de Direitos de Benefícios Previdenciários
Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 - Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências; e Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 - Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.	
40201	Instituto Nacional do Seguro Social
000Q	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, art. 12.	
2000	Administração da Unidade
Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 - Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 - estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios.	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E. Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, arts. 12 e 19.	
2292	Serviço de Processamento de Dados de Benefícios Previdenciários
Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991 - Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências; Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - regula o acesso a informações; Decreto nº 97.936, de 10 de julho de 1989 - Institui o Cadastro Nacional do Trabalhador e dá outras providências; Decreto nº 4.915, de 12 de dezembro de 2003 - Dispõe sobre o Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos da administração pública federal. (Redação dada pelo Decreto nº 10.148, de 2019); Decreto nº 7.151, de 9 de abril de 2010 - que aprova o Estatuto Social da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social – DATAPREV. Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012 - Regulamenta procedimentos para credenciamento de segurança e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo, e dispõe sobre o Núcleo de Segurança e Credenciamento; Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 - Dispõe sobre o uso do meio eletrônico para a realização do processo administrativo no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional; Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019 - Estabelece medidas de eficiência organizacional para o aprimoramento da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, estabelece normas sobre concursos públicos e dispõe sobre o Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal - SIORG; Decreto nº 9.781, de 3 de maio de 2019 - Altera o Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, que regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição; Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020 - Institui a Estratégia de Governo Digital para o período de 2020 a 2022; e Norma Complementar nº 04/DSIC/GSIPR/2009 – Gestão de Riscos de Segurança da Informação e Comunicações nos órgãos ou entidades da Administração Pública Federal, direta e indireta.	
2294	Defesa Judicial da Previdência Social Básica
Constituição Federal, de 1988, art. 109, parágrafo 3º - Lei poderá autorizar que as causas de competência da Justiça Federal em que forem parte instituição de previdência social e segurado possam ser processadas e julgadas na justiça estadual quando a comarca do domicílio do segurado não for sede de vara federal; Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 - Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências; e Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 - Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.	
2562	Auditoria Preventiva e Corretiva em Rotinas, Procedimentos e Processos
Decreto nº 3.591 de 6 de setembro de 2000 - Dispõe sobre o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e dá outras providências; Decreto nº 4.440 de 25 de outubro de 2002 - Altera dispositivos do Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000, que dispõe sobre o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal; e Portaria MPS nº 296 de 09 de novembro de 2009 - Aprova o Regimento Interno do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.	
2563	Gestão da Melhoria Contínua
Lei Complementar nº 101/2000, art. 50, § 3º - A Administração Pública manterá sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial; Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001 - Organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal, e dá outras providências; Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017 - Direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública; Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019 - Estabelece medidas de eficiência organizacional para o aprimoramento da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, estabelece normas sobre concursos públicos e dispõe sobre o Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal - SIORG; Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020 - Institui a Estratégia de Governo Digital para o período de 2020 a 2022; Norma Complementar nº 04/DSIC/GSIPR/2009 – Gestão de Riscos de Segurança da Informação e Comunicações nos órgãos ou entidades da Administração Pública Federal, direta e indireta.	
2591	Reconhecimento de Direitos de Benefícios Previdenciários
Lei Complementar nº 101/2000, art. 50, § 3º - A Administração Pública manterá sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial; Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 - Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências; Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 - Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências; Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001 - Organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal, e dá outras providências; Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009 - Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei no 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nos 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória no 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências; Lei nº 13.846, de 18 de junho de 2019 - Institui o Programa Especial para Análise de Benefícios com Índices de Irregularidade, entre outros; Lei nº 13.847, de 19 de junho de 2019 - Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispensar de reavaliação pericial a pessoa com HIV/aids aposentada por invalidez; Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999 - Aprova o Regulamento da Previdência Social, e dá outras providências; Decreto nº 4.729, de 9 de junho de 2003 - Altera dispositivos do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto no 3.048, de 6 de maio de 1999, e dá outras providências; Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017 - Direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública; Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019 - Estabelece medidas de eficiência organizacional para o aprimoramento da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, estabelece normas sobre concursos públicos e dispõe sobre o Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal - SIORG; Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020 - Institui a Estratégia de Governo Digital para o período de 2020 a 2022; Norma Complementar nº 04/DSIC/GSIPR/2009 – Gestão de Riscos de Segurança da Informação e Comunicações nos órgãos ou entidades da Administração Pública Federal, direta e indireta.	
40203	Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho
2000	Administração da Unidade
Lei nº 5.161, de 21 de outubro de 1966 - Autoriza a instituição da Fundação Centro Nacional de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho e dá outras providências; Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 - Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 9.660, de 1 de janeiro de 2019 - Dispõe sobre a vinculação das entidades da administração pública federal indireta.	
20YW	Produção de Conhecimento Aplicado para Subsidiar Políticas Públicas que Promovam o Trabalho Seguro, Saudável e Produtivo
Lei nº 5.161, de 21 de outubro de 1966 - Autoriza a instituição da Fundação Centro Nacional de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho e dá outras providências; Decreto nº 7.602, de 7 de novembro de 2011 - Dispõe sobre a Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho - PNSST; Decreto nº 10.096, de 6 de novembro de 2019 - Aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho - Fundacentro, remaneja, substitui e transforma cargos em comissão e funções de confiança; e Portaria Fundacentro nº 490, de 16 de dezembro de 2019 - Institui o planejamento estratégico da Fundacentro 2020 - 2023.	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E. Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, arts. 12 e 19.	
40206	Superintendência Nacional de Previdência Complementar
000Q	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, art. 12.	
2000	Administração da Unidade
Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 - Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 - estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios.	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E. Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, arts. 12 e 19.	
2592	Autorização, Monitoramento e Fiscalização das Entidades Fechadas de Previdência Complementar
Lei Complementar nº 109/2001, art. 3º, Inciso V - fiscalizar as entidades de previdência complementar, suas operações e aplicar penalidades; Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, art. 2º, Inciso I a VIII - Competências da Previc; Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, atualizado pelo Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC.	
40901	Fundo de Amparo ao Trabalhador

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO-2022, Art. 9º, inciso IV	
Ação Orçamentária / Base legal	
0158 Financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico a Cargo do BNDES	4815 Funcionamento das Unidades Descentralizadas
Constituição Federal, art. 239, § 1º - Destinação da arrecadação decorrente das contribuições para o Programa de Integração Social; Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990 - Altera a legislação do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências; e Lei nº 9.365, de 16 de dezembro de 1996 - Institui a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, dispõe sobre a remuneração dos recursos do Fundo de Participação PIS-PASEP, do Fundo de Amparo ao Trabalhador, do Fundo da Marinha Mercante, e dá outras providências.	Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 - estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 9.745, de 08 de abril de 2019 - aprova a estrutura do Ministério da Economia.
20JT Gestão do Sistema Nacional de Emprego - Sine	41101 Ministério das Comunicações - Administração Direta
Convenção nº 88 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, de 9 de julho de 1948; Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990 - Criou o FAT e o seu órgão gestor, o CODEFAT; Lei no 13.667, de 17 de maio de 2018, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Emprego - Sine; Decreto nº 76.403, de 8 de outubro de 1975 - Cria o Sistema Nacional de Emprego (SINE) e dá outras providências; Resolução Codefat nº 825, de 26 de março de 2019, e suas alterações; e demais Resoluções do Codefat que tratam da execução das ações no âmbito do Sine.	00PN Participação do Brasil, como País não Membro, em Atividades de Cooperação Econômica junto à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e seus órgãos vinculados
	Carta Convite da OCDE DSTI/DEP/2018.045 de 5 de julho de 2018; Decreto Nº 8.877, de 11 de outubro de 2016; e Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), assinado em 3 de junho de 2015, aprovado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara de Deputados, em 5/9/2017, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 55, em 18/6/2019, vigente para a República Federativa do Brasil, no plano jurídico externo, em 17/8/2019, nos termos da seção 7 do Acordo supracitado, e promulgado pelo Decreto nº 10.109, em 7/11/2019.
20YY Estudos, Pesquisas e Geração de Informações sobre Trabalho, Emprego e Renda	15UK Implementação de Projetos de Cidades Conectadas, por Organização Social (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)
Lei nº 4.923, de 23 de dezembro de 1965 - Institui o Instituto Permanente das Admissões e Dispensas de Empregados, Estabelece Medidas Contra o Desemprego e de Assistência aos Desempregados, e dá outras Providências - Lei do Caged; Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990 - Criou o FAT e o seu órgão gestor, o CODEFAT; Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - regula o acesso a informações - LAI, disponibilização das estatísticas do trabalho; Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD; Decreto nº 76.900/1975 - Institui a Relação Anual de Informações Sociais – RAIS e dá outras providências; Decreto nº 9.745, de 08 de abril de 2019 - aprova a estrutura do Ministério da Economia; Portaria nº 1127/2019 - desobrigação ao Caged.	Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998; Decreto nº 9.612 de 17 de dezembro de 2018, que instituiu a política pública de telecomunicações.
20Z1 Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores	15UL Implantação de Infraestrutura para os Projetos Norte e Nordeste Conectados, por Organização Social (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)
Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, art. 2º, inciso II - auxiliar os trabalhadores na busca ou preservação do emprego, promovendo, para tanto, ações integradas de orientação, recolocação e qualificação profissional; Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011 - Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Prontec); altera as Leis nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio, nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, e nº 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); e dá outras providências; Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, art. 1º, inciso XXXV, e art. 124, Anexo I; Decreto nº 10.110, de 11 de novembro de 2019 - Institui a Estratégia Nacional de Qualificação para a Produtividade e o Emprego e o Conselho de Desenvolvimento do Capital Humano para a Produtividade e o Emprego; Resolução CODEFAT nº 783, de 26 de abril de 2017; e Resolução CODEFAT nº 825, de 26 de março de 2019;	Decreto nº 9.612, de 17 de dezembro de 2018, que instituiu a política pública de telecomunicações.
20Z3 Apoio Operacional ao Pagamento do Seguro-Desemprego e do Abono Salarial	2000 Administração da Unidade
Constituição Federal de 1988, art. 7º, inciso II; Constituição Federal de 1988 (Seguro-Desemprego) art. 239, §3º (Abono Salarial); Lei nº 7.998 de 11 de janeiro de1990 (Regula o Seguro-Desemprego e o Abono Salarial); Lei nº 10.608 de 20 de dezembro 2002 (Altera a Lei 7.998/1990); Lei 10.779 25 de novembro de 2003 (Seguro-Desemprego ao pescador profissional); Lei Complementar nº 150 de 02 de junho de 2015 (Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico); Resolução CODEFAT nº 306 de 06 de novembro 2002 (Estabelece procedimentos para concessão do Seguro-Desemprego ao trabalhador resgatado em condições análogas à de escravo); Resolução CODEFAT nº 467 de 21 de dezembro 2005 (Estabelece procedimentos para concessão do Seguro-Desemprego); Resolução CODEFAT nº 591 de 11 de fevereiro de 2009 (bolsa de qualificação profissional); Resolução CODEFAT nº 705 de 13 de dezembro 2012 (aprova formulário para concessão do Seguro-Desemprego do pescador artesanal); Resolução CODEFAT nº 754 de 28 de agosto2015 (procedimentos para concessão do Seguro-Desemprego aos empregados domésticos); Resolução CODEFAT nº 838 de 24 de setembro 2019 (procedimentos operacionais relativos ao Abono Salarial).	Constituição Federal de 1988; Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Lei nº 14.074, de 14 de outubro de 2020; Decreto nº 10.462, de 14 de agosto de 2020; Portaria nº 697/SEI-MCOM, de 10 de setembro de 2020.
2553 Identificação da População por meio da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS	2017 Comunicação Institucional
Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT; Decreto-Lei nº 926, de 10/10/1969 - Institui a Carteira de Trabalho e Previdência Social, altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho e do Estatuto do Trabalhador Rural, e dá outras providências; Portaria SPPE/MTE nº 3, de 26/01/2015; e Portaria SEPRT Nº 1.065 DE 23/09/2019.	Art. 37 da Constituição Federal; Lei nº 14.074, de 14 de outubro de 2020; Decreto nº 10.462, de 14 de agosto de 2020; Portaria nº 697/SEI-MCOM, de 10 de setembro de 2020; Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018, da Secretaria Especial de Comunicação Social/PR.
2B12 Fomento à Inclusão Produtiva	20V8 Apoio a Iniciativas e Projetos de Inclusão Digital
Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990 - Criou o FAT e o seu órgão gestor, o CODEFAT; Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990 - Trata de aplicação do FAT em depósitos especiais; Lei nº 13.636, de 20 de março de 2018 - Dispõe sobre o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPD; e Lei nº 13.667, de 17 de maio de 2018 - Dispõe sobre o Sistema Nacional de Emprego - SINE.	Decreto nº 9.612, de 17 de dezembro de 2018.
2C43 Gestão do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT	20ZQ Estudos, Pesquisas e Produção de Indicadores na Área das Comunicações
Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990 - Criou o FAT e o seu órgão gestor, o CODEFAT; Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990 - Trata de aplicação do FAT em depósitos especiais; Lei nº 13.667, de 17 de maio de 2018 - Dispõe sobre o Sistema Nacional de Emprego - SINE; Decreto nº 9.116, de 4 de agosto de 2017 - Dispõe sobre a composição do CODEFAT; Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019 - Aprovou a estrutura regimental do Ministério da Economia; e Resolução CODEFAT nº 596, de 27 de maio de 2009, e suas alterações - Aprovou o Regimento Interno do CODEFAT.	Decreto nº 10.462, de 14 de agosto de 2020, e Decreto nº 5.151, de 22 de julho de 2004.
4245 Classificação Brasileira de Ocupações - CBO	212H Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)
Portaria 3.654, de 24 de novembro de 1977; Portaria 397, de 09 de outubro de 2002.	Art. 23, VI, Art. 225, em especial, inciso VI, Art. 213, § 2º da Constituição Federal; Art. 1º, inciso III da Lei nº 11.516/2007; e Art. 4º, incisos X e XII, Art. 5º, inciso IV, Art. 11, Art. 20, § 5º, II, Art. 21, §2º, II e Art. 41 da Lei nº 9.985/2000; Art. 1º, inciso III da Lei nº 11.516/2007; e Anexo I, Art. 1º, inciso III e Art. 2º, inciso VI do Decreto nº 8.974/2017.
4741 Cadastros Públicos e Sistemas de Integração das Ações de Trabalho e Emprego	216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Constituição Federal, de 1988, art. 239 - Abono salarial; Lei nº 4.923, de 23 de dezembro de 1965 - Institui o Cadastro Permanente das Admissões e Dispensas de Empregados, Estabelece Medidas Contra o Desemprego e de Assistência aos Desempregados, e dá outras Providências - Lei do Caged; Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990 - Criou o FAT e o seu órgão gestor, o CODEFAT; Lei nº 13.134, de 16 de junho de 2015 - Altera a Lei 7.998, de 11 de janeiro de 1990; Decreto nº 76.900, de 23 de dezembro de 1975 - Institui a Relação Anual de Informações Sociais – RAIS e dá outras providências;	Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
	21AE Evolução dos Serviços de Radiodifusão
	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; Lei nº 4.117/62; e Decreto nº 10.326/2020, que consolida várias alterações, Decreto nº 4.901/2013, Decreto nº 5.820/2006, alterado pelos Decretos nº 7.670/2012, nº 8.061/2013 e nº 8.753/2016, e Decreto nº 52.795/63.
	4641 Publicidade de Utilidade Pública
	Art. 37 da Constituição Federal de 1988; Art. 7º, inciso V, da Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017, revogada pela lei nº 13.844, de 18/6/2019, que estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República - PR e Ministérios; Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008, que dispõe sobre as ações de comunicação do Poder Executivo Federal ; e Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom: 1. Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017 que dispõe sobre a conceituação das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências; 2. Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares; 3. Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal."
	41231 Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL
	2000 Administração da Unidade
	CF 1988; Decreto-Lei 200/1967; e Lei nº 10.683/2003 (Conversão da Medida provisória nº 103/2003), revogada pela Lei nº 13.502, de 2017 (Conversão da Medida provisória nº 782/2017), por sua vez revogada pela Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 (Conversão da Medida provisória nº 870/2019).
	20ZD Simplificação e Melhoria da Regulação dos Serviços de Telecomunicações
	Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019 - Lei das Agências Reguladoras, e Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 - Lei Geral das Telecomunicações - LGT.
	216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
	Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
	2424 Fiscalização Regulatória
	Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019 - Lei das Agências Reguladoras, e Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 - Lei Geral das Telecomunicações - LGT.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO-2022, Art. 9º, inciso IV	
Ação Orçamentária / Base legal	
2B68	Relações com os Usuários de Serviços de Telecomunicações Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019 - Lei das Agências Reguladoras, e Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 - Lei Geral das Telecomunicações - LGT.
41260	Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS
0283	Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Interna Portarias MF nºs 364/00, 168/97, 89/96 e 192/96.
15UI	Implantação da Infraestrutura para a Prestação de Serviço de Comunicação de Dados para Inclusão Digital . CF 88, Lei nº 5.792, de 11.07.1972; e . Decreto nº 9.612, de 17 de dezembro de 2018.
15UJ	Desenvolvimento e Lançamento de Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicação Estratégica - SGDC . Portaria Interministerial MD/MC, nº 119, de 6 de maio de 2011.
2000	Administração da Unidade Constituição Federal de 1988; Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Lei nº 14.074, de 14 de outubro de 2020; Decreto nº 10.462, de 14 de agosto de 2020; Portaria nº 697/SEI-MCOM, de 10 de setembro de 2020.
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
21C8	Operação da Infraestrutura da Rede de Serviço de Comunicação de Dados do Programa Conecta Brasil Decreto nº 9.612/2018 define que cabe à Telecomunicações Brasileiras S/A (Telebras) implementar a rede privada de comunicação da administração pública federal, apoiar e suportar políticas públicas em banda larga, além de prover infraestrutura e redes de suporte a serviços de telecomunicações prestados por empresas privadas, estados, Distrito Federal, municípios e entidades sem fins lucrativos; e ainda quanto às políticas públicas de telecomunicações, particularmente no tocante ao segmento satelital; Decreto nº 7.769/2012, que dispõe sobre a gestão do planejamento, da construção e do lançamento do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas – SGDC, preconiza, em seu art. 8º, que a “Telebras poderá contratar com terceiros o fornecimento de bens, serviços e obras de engenharia necessários à construção, integração e lançamento do SGDC e ao transporte de sinais de telecomunicações, bem como do segmento terrestre correspondente” e, em seu art. 9º, que “A Telebras e o Ministério da Defesa serão responsáveis pela gestão da operação do SGDC após o seu lançamento.”
41261	Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC
20B5	Fortalecimento do Sistema Público de Radiodifusão e Comunicação Lei nº 11.652, de 07 de abril de 2008; Lei 13.417, de 1º de março de 2017 (altera a Lei 11.652); e Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019.
212H	Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998) Art. 218 da CF 1988; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Lei nº 9.637/98; MP nº 2.216/37/01; Decreto Presidencial nº 3.294/99; Decreto nº 8.180/13; Decreto nº 6.170/07; Decreto nº 4.077/02; e Decreto nº 825/93; e Portaria Nº 967, de 21 de dezembro de 2011.
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
41902	Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - FUST
00ST	Universalização do Acesso de Escolas Públicas à Internet em Banda Larga (Art. 1º, § 2º, da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000) Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; Lei nº 14.109 de 16 de dezembro de 2020; Lei nº 14.173, de 15 de junho de 2021; Decreto nº 9.612 de 17 de dezembro de 2018.
00TY	Subvenção Econômica a Projetos de Expansão, de Uso e de Melhoria das Redes e dos Serviços de Telecomunicações (Lei nº 9.998, de 2000) Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; Lei nº 14.109 de 16 de dezembro de 2020; Lei nº 14.173, de 15 de junho de 2021; e Decreto nº 9612 de 17 de dezembro de 2018.
20ZE	Universalização e Massificação dos Serviços de Telecomunicações Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; Lei nº 14.109 de 16 de dezembro de 2020; Decreto nº 9612 de 17 de dezembro de 2018.
41903	Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações - FUNTT
00TS	Política Produtiva e Inovação Tecnológica Lei nº 9.472, de 16/07/1997; Lei nº 10.052, de 28/11/2000; Decreto nº 3.737, de 30/01/2001; Resolução do Conselho Gestor do Funttel (CGF) nº 66 de 28/10/2010; Resolução CGF nº 97, de 16/09/2013; e Resolução CGF nº 119, de 29/10/2018
2000	Administração da Unidade Constituição Federal de 1988; Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Lei nº 14.074, de 14 de outubro de 2020; Decreto nº 10.462, de 14 de agosto de 2020; Portaria nº 697/SEI-MCOM, de 10 de setembro de 2020.
44101	Ministério do Meio Ambiente - Administração Direta
10TT	Monitoramento da Recuperação Ambiental da Bacia Carbonífera de Santa Catarina Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, art. 225; Lei nº 6.938/81.
2000	Administração da Unidade CF 1988; Decreto-Lei 200/1967; Decreto nº 10.455/2020
20VY	Implementação de Ações de Cidadania e Educação Ambiental Constituição Federal, arts. 37 e 225; Lei nº 6.938/81; Lei nº 8.666/93; Lei nº 9.478/97; Lei nº 9.795/99; Lei nº 10.650/03, art. 2º, X; Lei nº 12.305/10; Lei nº 12.349/10; Lei nº 13.844/2019; Lei nº 14.133/2021; Decreto nº 2.783/98; Decreto nº 4.281/02; Decreto nº 5.940/06; Decreto nº 7.746/12; Decreto nº 10.455/20; IN SLTI nº 10/2012; IN SLTI nº 2/2014; Portaria MP nº 23/15, Portaria SECEX/MMA Nº 28/2018; Portaria SAIC/MMA Nº 03/2018.
20W1	Iniciativas para Implementação e Monitoramento da Política Nacional Sobre Mudança do Clima e da Contribuição Nacionalmente Determinada Lei nº 12.187, de 29/12/2009; Decreto nº 99.280, de 06/06/1990; Decreto nº 9.578 de 22/11/2018; Decreto Legislativo nº 1, de 03/02/1994; Decreto Legislativo nº 2.652, de 1/07/1998 Decreto Legislativo nº 144, de 20/06/2002; Decreto Legislativo nº 5.445, de 12/05/2005; Decreto Legislativo nº 140, de 16/08/2016; Decreto Legislativo nº 9.073, de 05/06/ 2017; Decreto Legislativo nº 10.145, de 28/11/2019; Decreto Legislativo nº 10.455, de 11/08/2020; Portaria nº 150, de 10/05/2016; Resolução CONAMA nº 340, de 25/09/2003;
20W2	Redução da Vulnerabilidade aos Efeitos da Desertificação Convenção das Nações Unidas de Combate a Desertificação – UNCCD; Constituição Federal, art. 225; Lei nº 6.938/81; Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012; Lei nº 13.153, de 30 de julho de 2015; Decreto nº 2.741, de 20 de agosto de 1998; Decreto Legislativo nº 28/97; Decreto Legislativo nº 10.455, de 11/08/2020.
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006.

LDO-2022, Art. 9º, inciso IV	
Ação Orçamentária / Base legal	
21A8	Formulação e Implementação de Estratégias para Promover a Conservação, a Recuperação e o Uso Sustentável da Biodiversidade, da Vegetação Nativa e do Patrimônio Genético
Art. 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 140, de 08/12/2011; Lei nº 5.197, de 03/01/1967; Lei nº 6.938, de 31/08/1981; Lei nº 7.643, de 18/12/1987; Lei nº 7.661/1988; Lei nº 9.433, de 8/01/1997; Lei nº 9.605, de 12/02/1998; Lei nº 9.985, de 18/07/2000; Lei nº 11.959, de 29/06/2009; Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009 (PNMC); Lei nº 12.651, de 25/05/2012; Lei nº 12.854, de 26/08/2013; Lei nº 13.123/2015, de 20/05/2015; Lei nº 13.844, 18/06/2019; Decreto nº 92.446, de 07/03/1986; Decreto nº 1.905, de 16/05/1996; Decreto nº 2.519, de 16/03/1998; Decreto nº 3.842, de 13/06/2001; Decreto nº 4.339, de 22/08/2002; Decreto nº 4.340, de 22/08/2002; Decreto nº 4.703, de 21/05/2003; Decreto nº 5.092, de 21/05/2004; Decreto 5.377/2005; Decreto nº 5.758, de 13/04/2006 (PNAP); Decreto nº 6.321, de 21 de dezembro de 2007 (Municípios Prioritários); Decreto nº 6.753, de 25/01/2009; Decreto nº 7.794, de 20/08/2012; Decreto nº 7.830, de 17/10/2012; Decreto nº 8.235, de 05/05/2014; Decreto nº 8.505, de 20/08/2015 (Programa ARPA); Decreto nº 8.772, de 11/05/2016; Decreto nº 8.907, de 22/11/2016; Decreto nº 8.972 de 23 de janeiro de 2017 (Planavag/Antártida); Decreto nº 9.080, de 16 de junho de 2017; Decreto nº 9578 de 22 de novembro de 2018 (Decreto PNMC); Decreto nº 9.672/2019; Decreto nº 9.763, de 11 de abril de 2019 (Turismo em Sítios do Patrimônio); Decreto nº 9.932/2019; Decreto nº 9.935/2019; Decreto nº 10.141, de 28 de novembro de 2019; Decreto nº 10.142 de 28 de novembro de 2019 (Conavag); Decreto nº 10.144 de 28 de novembro de 2019 (CONAREDD+); Decreto Nº 10.239, de 11 de novembro de 2020 (Conselho da Amazônia). Decreto nº 10.455, de 11 de agosto de 2020; Decreto Legislativo nº 54, de 24/06/1975; Decreto Legislativo nº 56, de 29/06/1975; Decreto Legislativo nº 2, de 08/02/1994; Decreto Legislativo nº 88, de 06/06/1995; Portaria nº 126, de 27/05/2004; Portaria da Marinha nº 318, de 27/12/2006; Portaria nº 09, de 23/01/2007. (Recuperação da Cobertura Vegetal Nativa); Portaria MMA nº 72, 30/03/2010; Portaria MMA nº 365, de 27 novembro de 2015; Portaria 445 de 27 de novembro de 2018; Portaria nº 463, de 18/12/2018; PORTARIA Nº 236/MB, DE 23 DE AGOSTO DE 2019; e Portaria MMA nº 144/2021.	
21A9	Implementação de Programas, Planos e Ações para Melhoria da Qualidade Ambiental Urbana
Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, art. 21, IX; art. 23, VI e VII; art. 24, VI; art. 170, VI; art. 225; Lei nº 6.938/81; Lei nº 11.107/2005; Lei nº 11.445/2007, alterada pela Lei nº 14.026/2020; Lei nº 12.305/2010; Lei Complementar nº 140/2011; Lei nº 12.651/2012; Lei nº 13.844/2019; Decreto nº 10.455/2020.	
21AA	Fomento e Implementação de Projetos Relacionados a Áreas Protegidas
Arts. 37 e 225 da Constituição Federal; Lei nº 13.844/2019, Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, Lei nº 13.668, de 28 de maio de 2018 e Decreto nº 10.455, de 11 de agosto de 2020.	
2E87	Apoio à Formulação e Implementação de Políticas e Programas para Proteção e Defesa Animal
Constituição Federal, art. 225; Lei nº 9.605/1998; Lei Complementar nº 140/2011; Lei nº 14.116/2020 (LDO), Art. 41; e Decreto nº 10.455/2020;	
44201	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis -
2000	Administração da Unidade
CF 1988; Decreto-Lei 200/1967; Lei nº 10.683/2003	
20WH	Controle Ambiental de Produtos, Substâncias, Resíduos e Atividades Potencialmente Poluidoras
Constituição Federal, Arts. 225 e 170, inciso VI; Lei 6.938/81; Lei nº 9.605/1998; Lei nº 8.723/1993; Lei 12.305, de 2010; Decreto nº 6.514/2008; Decreto nº 875/1993; Decreto nº 9.470/2018; Decreto nº 99.280/1990; Decreto 7.404/2010; Resolução CONAMA nº 18/1986; Resolução CONAMA nº 08/1993; Resolução CONAMA nº 20/1994; Resolução CONAMA nº 362/2005; Resolução CONAMA nº 401/2008; Resolução CONAMA nº 403/2008; Resolução CONAMA nº 415/2009; Resolução CONAMA nº 416/2009; Resolução CONAMA nº 418/2009; Resolução CONAMA nº 432/2011; Resolução CONAMA nº 433/2011; Resolução CONAMA nº 490/2018; Resolução CONAMA nº 491/2018; Resolução CONAMA nº 492/2018; Resolução CONAMA 452/2012.	
214M	Prevenção e Controle de Incêndios Florestais nas Áreas Federais Prioritárias
Constituição Federal, Art. 225; Lei Complementar nº 140, de 08 de dezembro de 2011; Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981; Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989; Lei 7.957, de 20 de dezembro de 1989; Lei n 8.745, de 9 de dezembr de 1993; Lei 9.605 de 12 de fevereiro de 1998; Lei 12.187 de 29 de dezembro de 2009; Lei 12.651, de 25 de maio de 2012; Lei n 13.668, de 2018, que alterou a lei 7.957, de 20 de dezembro de 1989; Decreto nº 2661, de 8 de julho de 1998; Decreto 6.686, de 10 de dezembro de 2008; Decreto nº 8914, de 24 de novembro de 2016, que institui o Centro Integrado Multiagências de Coordenação e Operação Nacional, no combate às queimadas e incêndios florestais; Decreto nº 8.973, de 24 de janeiro de 2017; Portaria IBAMA nº 8, de 25/04/2013; Portaria IBAMA nº 4.396 de 11 de dezembro de 2019. Portarias anuais do Ministério da Economia – autorização de contratação dos brigadistas; e Portarias anuais do Ministério do Meio Ambiente – período e regiões em emergência ambiental.	
214N	Controle e Fiscalização Ambiental
Lei Complementar nº 140, de 08/12/2011; Lei nº 5.197, de 03/01/1967; Lei nº 6.938, de 31/08/1981; Lei nº 7.735, de 22/02/1989; Lei nº 9.478, de 06/08/1997; Lei nº 9.605, de 12/02/98, Lei nº 9.636, de 15/05/1998; Lei nº 9.960, de 28/01/2000; Lei nº 9.966, de 28/04/2000; Lei nº 9.985, de 18/07/2000; Lei nº 10.406, de 10/01/2002; Lei nº 10.650, de 16/04/2003; Lei nº 11.481, de 31/05/2007; Lei nº 11.516, de 28/08/2007; Lei nº 11.959, de 29/06/2009; Lei nº 12.334, de 20/09/2010; Lei nº 12.651, de 25/05/2012; Lei nº 13.123, de 20/05/2015; Decreto nº 4.136, de 20/02/2002; Decreto nº 4.340, de 22/08/2002; Decreto nº 4.871, de 06/11/2003; Decreto nº 6.040, de 07/02/2007; Decreto nº 6.514, de 22/07/2008; Decreto nº 7.515, de 08/07/2011; Decreto nº 8.127, de 22/10/2013; Decreto nº 8.772, de 11/05/2016.	
214O	Gestão do Uso Sustentável da Biodiversidade e Recuperação Ambiental
Constituição Federal, Art. 20, 23, 24 e 225; Lei nº 5.197/1967; Lei 6.938/1981; Lei nº 7.735/1989; Lei nº 9.605/1998; Lei nº 11.284/2006; Lei nº 11.428/2006; Lei nº 12.187/2009; Lei Complementar nº 140/2011; Lei Nº 12.651/2012; Lei nº 12.727/12; Lei Nº 13.844/2019; Decreto nº 76.623/1975 Decreto nº. 92.446/1986; Decreto nº 2.519/1998; Decreto nº 3.607/2000; Decreto nº 4.339/2002; Decreto nº 4.703/ 2003; Decreto nº 5.975/2006; Decreto nº 6.063/2007; Decreto nº 6.514/2008; Decreto 6.660/2008; Decreto nº 8.973/2017; Decreto Legislativo nº 54/1975; Decreto Legislativo nº 2 de 1994; Resolução CONAMA 369/2006; Resolução CONAMA 379/2006; Resolução Conama nº 394/2007; Resolução CONAMA 406/2009; Resolução CONAMA nº 487/2018 Resolução CONAMA nº 489/2018; Resolução Conama nº 497/2020; e Portaria nº 2.542, de 23 de outubro de 2020.	

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO-2022, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base legal

216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	4909	Funcionamento de Programas de Pós-Graduação e Demais Atividades Educativas em Botânica e Meio Ambiente e Campos Afins
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006.		Lei nº 10.316, de 6 de dezembro de 2001; Decreto nº 8.841, de 25 de agosto de 2016.	
218R	Monitoramento Ambiental e Gestão da Informação Sobre o Meio Ambiente e Educação Ambiental	44207	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Constituição Federal, Art. 225; Lei Complementar nº 140, de 08/12/2011; Lei nº 6.938, de 31/08/1981; Lei nº 7.735, de 22/02/1989; Lei nº 11.516, de 28/08/2007; Lei nº 9.605, de 12/02/98; Lei nº 12.651, de 25/05/2012; Lei nº 10.650, de 16/04/2003; Lei nº 12.187 de 29/12/2009; Lei nº 9.966, de 28/04/2000; Decreto nº 6.514, de 22/07/2008; Decreto nº 2.661, de 08/07/1998; Decreto nº 4.136, de 20/02/2002; Decreto nº 4.871, de 06/11/2003; Decreto nº 5.098, de 03/06/2004; Decreto nº 96.044, de 18/05/1988; Decreto nº 8.127, de 22/10/2013; Decreto nº 98.973, de 21/02/90; Decreto nº 6.666, de 27/11/2008; Decreto nº 8.973, de 24/01/2017; Decreto nº 5.577, de 08/11/2005; Decreto nº 7.830, de 17/10/2012; Decreto nº 8.777, de 11/05/2016. Resolução ANTT nº 420/2004; Resolução CONAMA nº 398/2008.		2000 Administração da Unidade CF 1988; Decreto-Lei 200/1967; Lei nº 13.844/2019	
21AB	Monitoramento, Avaliação e Controle de Substâncias, Produtos Químicos e Biológicos e de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais	20WM	Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Constituição Federal, Art. 225; Art. 170, inciso VI; Lei nº 6.938/1981; Lei nº 7.802/89; Lei nº 9.605/1998; Lei nº 9.966/2000; Decreto nº 96.044/1988; Decreto nº 4.074/2002; Decreto nº 5.360/2005; Decreto nº 5.472/2005; Decreto nº 6.514/2008; Resolução Conama nº 1/1988; Resolução CONAMA nº 463/2014; Resolução CONAMA nº 467/2015, e Resolução CONAMA nº 472/2015.		Lei nº 6.938, de 31/08/81; Lei nº 9.478, de 06/08/1997; Lei nº 9.605, de 12/02/98; Lei nº 9.636, de 15/05/1998; Lei nº 9.960, de 28/01/2000; Lei nº 9.985, de 18/07/2000; Lei nº 10.406/2002; Lei nº 11.481, de 31/05/2007; Lei nº. 11.516, de 28/08/07; Lei nº 12.651, de 25/05/12; Lei nº 13.668, de 28/05/18; Decreto Lei nº 3.365/1941; Decreto-Lei nº 271, de 28/02/1967; Decreto nº 4.339, de 22/08/2002; Decreto nº 4.340, de 22/08/2002; Decreto nº 6.040 de 07/02/2007; Decreto nº 10.224, de 05/02/2020; Decreto nº 10.234, de 11/02/20; Acórdãos nº 1.853/2013 e nº 1.004/2016 do Tribunal de Contas da União; Resolução CONAMA nº 371/2006; e Instrução Normativa ICMBio nº 04/2020	
6925	Licenciamento Ambiental Federal	20WN	Execução de Pesquisa e Conservação de Espécies e do Patrimônio Espeleológico
Constituição Federal, Art. 177 e 225; Lei nº 6.938, de 31/08/81; Lei nº 9.966, de 28/04/00; Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006; Lei Complementar nº 140, de 08/12/11; Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012; Lei nº 13.668, de 28 de maio de 2018; Decreto nº 99953, de 1º/10/1990, revogado sucessivamente pelo Decreto de 16/04/1991, e pelo Decreto nº 10223, de 5/2/2020; Decreto nº 4.340, de 22/08/02; Decreto nº 6.640, de 07 de novembro de 2008; Decreto Nº 6.848, de 14 de maio de 2009, Decreto Nº 8.437, de 22 de abril de 2015; Resolução Conama Nº 001, de 23 de janeiro de 1986; Resolução Conama nº 006, de 24 de janeiro de 1986; Resolução Conama nº 006, de 16 de setembro de 1987; Resolução Conama Nº 009, de 03 de dezembro de 1987; Resolução Conama Nº 005/1988; Resolução Conama nº 023, de 7 de dezembro de 1994; Resolução Conama Nº 010/1996; Resolução Conama Nº 237, de 19 de dezembro de 1997; Resolução Conama Nº 273/2000; Resolução Conama nº 279, de 27 de junho de 2001; Resolução Conama nº 281, de 12 de julho de 2001; Resolução Conama nº 284, de 30 de agosto de 2001; Resolução Conama nº 286, de 30 de agosto de 2001; Resolução Conama Nº 312/2002; Resolução Conama nº 350, de 6 de julho de 2004; Resolução Conama Nº 371, de 05 de abril de 2006; Resolução Conama nº 377, de 9 de outubro de 2006; Resolução Conama Nº 385/2006; Resolução Conama Nº 404/2008; Resolução Conama Nº 413/2009; Resolução Conama nº 428, de 17 de dezembro de 2010; Resolução Conama Nº 458/2013; Resolução Conama nº 462, de 24 de julho de 2014; Resolução Conama nº 470, de 27 de agosto de 2015; Resolução Conama Nº 479, de 15 de março de 2017; Portaria Conjunta MMA/lbama/ICMBio Nº 225, de 30 de junho de 2011; Portaria MMA Nº 422, de 26 de outubro de 2011; Portaria MMA Nº 424, de 26 de outubro de 2011; Portaria Interministerial MMA/SEP/PR Nº 425, de 26 de outubro de 2011; Portaria MMA Nº 421, de 26 de outubro de 2011; Portaria Interministerial nº 60, de 24/03/15; Portaria Interministerial MF/MMA Nº 812, de 29 de setembro de 2015; Portaria Interministerial nº 1, de 04 de novembro de 2020.		Lei nº 12.651, de 25/05/12; Lei nº 5.197/67; Lei nº 6.938, de 31/08/81; Lei nº 7.735, de 22/02/89; Lei nº 7.797/89; Lei nº 9.478, de 06/08/1997; Lei nº. 9.605, de 12/02/98; Lei nº 9.985/00; Lei nº 11.516/2007; Decreto nº 2.519, de 16/03/98; Decreto nº 6.514, de 22/07/08; Decreto nº 4.340/02; Decreto nº 4.339/02; Decreto nº 4.703/03; Decreto nº 10.224, de 05/02/2020; Decreto nº 10.234, de 11/02/2020.	
44206	Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro - JBRJ	212H	Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)
2000 Administração da Unidade Constituição Federal, 1988; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto-Lei 200/1967.		Art. 23, VI, Art. 225, em especial, inciso VI, Art. 213, § 2º da Constituição Federal; Art. 4º, incisos X e XII, Art. 5º, inciso IV, Art. 11, Art. 20, § 5º, II, Art. 21, §2º, II e Art. 41 da Lei nº 9.985/2000; Art. 1º, inciso III da Lei nº 11.516/2007 e Anexo I, Art. 1º, inciso III e Art. 2º, inciso VI do Decreto nº 8.974/2017.	
20WK	Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Flora Brasileira	214P	Fiscalização Ambiental e Prevenção e Combate a Incêndios Florestais
Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981; Lei nº 10.316, de 6 de dezembro de 2001; Lei nº 10.650, de 16 de abril de 2003; Decreto nº 58.054, de 23 de março de 1966; Decreto nº 76.623, de novembro de 1975; Decreto nº 4.339, de 22 de agosto de 2002; Decreto nº 5.092, de 21 de maio de 2004; Decreto nº 6.660, de 21 de novembro de 2008; Decreto nº 8.841, de 25 de agosto de 2016. Decreto Legislativo nº 2, de 8 de fevereiro de 1994;		Lei nº 6.938, de 31/08/81; Lei nº 9.605, de 12/02/98; Lei nº 9.985, de 18/07/00; Lei nº 12.651, de 25/05/12; Lei nº 12.727, de 17/10/2012; Decreto nº 6.514, de 22/07/08.	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006.		Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006.	
219K	Gestão das Coleções Vivas, do Patrimônio Histórico-Cultural e das Atividades de Disseminação do Conhecimento no Jardim Botânico do Rio de Janeiro	44901	Fundo Nacional de Meio Ambiente - FNMA
Lei nº 10.316, de 6 de dezembro de 2001; Decreto nº 8.841, de 25 de agosto de 2016.		2000 Administração da Unidade Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto-Lei 200/1967; e Decreto nº 10.455, de 11 de agosto de 2020.	
20N1	Fomento a Projetos de Desenvolvimento Sustentável e Conservação do Meio Ambiente	20N1	Fomento a Projetos de Desenvolvimento Sustentável e Conservação do Meio Ambiente
Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989; Decreto nº 10.224, de 5 de fevereiro de 2020; e Decreto nº 10.455, de 11 de agosto de 2020.		Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989; Decreto nº 10.224, de 5 de fevereiro de 2020; e Decreto nº 10.455, de 11 de agosto de 2020.	
44902	Fundo Nacional sobre Mudança do Clima	44902	Fundo Nacional sobre Mudança do Clima
2000 Administração da Unidade Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto-Lei 200/1967; e Decreto nº 10.455, de 11 de agosto de 2020.		20G4 Fomento a Estudos e Projetos para Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009; Lei nº 12.114, de 9 de dezembro de 2009; Decreto 9.578, de 22 de novembro de 2018; e Decreto nº 10.455, de 11 de agosto de 2020.	
52101	Ministério da Defesa - Administração Direta	52101	Ministério da Defesa - Administração Direta
000OQ Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018, LDO-2019, artigo 11, inciso XVII: “O Projeto e a Lei Orçamentária de 2019 discriminarão, em categorias de programação específicas, as dotações destinadas: (...) XVII – aos pagamentos de anuidades ou de participação em organismos e entidades nacionais ou internacionais, acima de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), ou o equivalente na moeda estrangeira em que o compromisso for estipulado, conforme taxa de câmbio utilizada como parâmetro na elaboração do Projeto de que trata o caput, que deverão identificar nominalmente cada beneficiário;”		Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018, LDO-2019, artigo 11, inciso XVII: “O Projeto e a Lei Orçamentária de 2019 discriminarão, em categorias de programação específicas, as dotações destinadas: (...) XVII – aos pagamentos de anuidades ou de participação em organismos e entidades nacionais ou internacionais, acima de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), ou o equivalente na moeda estrangeira em que o compromisso for estipulado, conforme taxa de câmbio utilizada como parâmetro na elaboração do Projeto de que trata o caput, que deverão identificar nominalmente cada beneficiário;”	

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO-2022, Art. 9º, inciso IV	
Ação Orçamentária / Base legal	
123J Aquisição de Helicópteros para Emprego das Forças Armadas	20X6 Desenvolvimento Sustentável da Região do Calha Norte
Constituição Federal de 1988, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 09 de junho de 1999; Lei nº 11.653, de 07 de abril de 2008; Decreto nº 7.974, de 01 de abril de 2013; Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004; Diretriz do Comando da Aeronáutica nº 400-6/2007, aprovada pela Portaria nº 129/GC4, de 05 de março de 2007; Decreto nº 6.011, de 05 de janeiro de 2007; Portaria Interministerial MDIC/MD nº 1.068, de 21 de julho de 2008; e Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 (Estratégia Nacional de Defesa).	CF, art. 142; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei 13.249, de 13 de janeiro de 2016, Exposição de motivos/PR nº 770 de 19/12/1985 e Exposição de motivos nº 00502/MD de 15 de dezembro de 2015.
147F Implantação de Sistema de Defesa Cibernética para a Defesa Nacional	20X7 Emprego Conjunto ou Combinado das Forças Armadas
Constituição Federal de 1988, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004; Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010; Lei nº 13.502, de 1 de novembro de 2017; Lei nº 13.884, de 18 de junho de 2019; Decreto nº 9.570, de 20 de novembro de 2018 e Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 - Estratégia Nacional da Defesa; Diretriz Ministerial nº 014/2009 de 9 de novembro de 2009 – Integração e Coordenação dos Setores Estratégicos da Defesa e Lei nº 8.745 de 9 de dezembro de 1993; Portaria Normativa nº 3.389/MD, de 21 de dezembro de 2012 - Política Cibernética de Defesa; Portaria Normativa nº 3.010/MD, de 18 de novembro de 2014 – Doutrina Militar de Defesa Cibernética; Portaria Normativa nº 84/GM-MD, de 15 de setembro de 2020 – Doutrina de Operações Conjuntas; Portaria nº 3.781/GM-MD, de 17 de novembro de 2020 – Criação do Sistema Militar de Defesa Cibernética, Portaria nº 1.478/CEX, de 22 de fevereiro de 2021 – Diretriz Estratégica Organizadora do Sistema de Defesa Cibernética do Exército.	Constituição Federal de 1988, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, e suas alterações; Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 - Estratégia Nacional de Defesa; Decreto nº 9.570, de 20 de novembro de 2018 - Estrutura Regimental; Portaria Normativa nº 12/GM-MD, de 14 de fevereiro de 2019 - Regimento Interno do MD.
151S Implantação da Infraestrutura para o Programa Estratégico de Sistemas Espaciais (PESE)	212H Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)
Constituição Federal de 1988, Art 142; Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008; Decreto nº 2.295, de 04 de agosto de 1997; Decreto nº 9.637, de 2018; DCA 400-6/2007, aprovada pela Portaria 129/GC4, de 05 de março de 2007; Portaria nº 764/MD, de 27 de dezembro de 2002 "Política e Diretrizes de Compensação Comercial, Industrial e Tecnológica do Ministério da Defesa"; e ICA 360-1 "Preceitos para a Negociação de Acordos de Compensação Comercial, Industrial e Tecnológica na Aeronáutica", aprovada pela Portaria 1397/GC4, de 13 de dezembro de 2005; Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012; PCA 358-1 Programa Estratégico de Sistemas Espaciais, aprovado pela Portaria 31/35C3, de 31 de agosto de 2012, Publicado nº BCA 175, de 12 de setembro de 2012; Portaria Normativa 41/GM-MD, de 30 julho 2018.	Resolução nº 1de 2015 do Comitê Gestor do Programa Interministerial de Implantação e Manutenção da Rede Nacional para Ensino e Pesquisa
15KP Implantação da Medicina Operativa Conjunta nas Forças Armadas	216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Art. 21, Inciso XV, e Art. 22, Inciso XXVIII; Política Nacional de Defesa (PND), Capítulo 6, Incisos VII e XI e Capítulo 7, Incisos 7.3, 7.14 e 7.18; Estratégia Nacional de Defesa (END) e Doutrina de Operações Conjuntas (MD-30-MOI).	Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e art. 8º, inciso III, alínea f, da Lei 5.809, de 10 de outubro de 1972.
15LR Implantação da Geoinformação de Defesa - GEODEF	218X Operações de Garantia da Lei e da Ordem
Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Art. 21, Inciso XV, e Art. 22, Inciso III; Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008; Portaria Normativa nº 2.624/MD, de 7 de dezembro de 2015; Portaria Normativa nº 2.621/MD, de 7 de dezembro de 2015; e Portaria Normativa nº 40/GM-MD, de 11 de julho de 2018.	Constituição Federal de 1988, art. 142, caput e § 1º; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, e suas alterações; Decreto nº 3.897, de 24 de agosto de 2001; Decreto nº 9.570, de 20 de novembro de 2018 - Estrutura Regimental; Portaria Normativa nº 12/GM-MD, de 14 de fevereiro de 2019 - Regimento Interno do MD.
15W4 Aquisição de Helicópteros Leves (Projeto TH-X)	219C Acolhimento humanitário e interiorização de migrantes em situação de vulnerabilidade e fortalecimento do controle de fronteiras
Constituição Federal de 1988, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 09 de junho de 1999; Lei nº 11.653, de 07 de abril de 2008; Decreto nº 7.974, de 01 de abril de 2013; Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004; Diretriz do Comando da Aeronáutica nº 400-6/2007, aprovada pela Portaria nº 129/GC4, de 05 de março de 2007; Decreto nº 6.011, de 05 de janeiro de 2007; Portaria Interministerial MDIC/MD nº 1.068, de 21 de julho de 2008; e Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 (Estratégia Nacional de Defesa).	Constituição Federal de 1988 (Art. 142, caput); Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 (Capítulos V e VI); Lei nº 13.684, de 21 de junho de 2018, Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 (Estratégia Nacional de Defesa); Decreto nº 9.285, de 15 de fevereiro de 2018; e Decreto nº 9.286, de 15 de fevereiro de 2018.
2000 Administração da Unidade	219W Interoperabilidade de Sistemas de Defesa
Constituição Federal 1988; Decreto Lei 200/1967; Lei 13.844 de 18 de junho de 2019	Constituição Federal de 1988, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, e suas alterações; Decreto Nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018; Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008; Portaria Normativa nº 12/MD, de 14 de fevereiro de 2019; Decreto Legislativo Nº 179, de 14 de dezembro de 2018 – Atualiza PND, END e LBDN.
2055 Cursos de Altos Estudos da Escola Superior de Guerra	218I Difusão do Conhecimento sobre Defesa Nacional à Sociedade Brasileira e Interação do Ensino Militar
Constituição Federal, art. 142; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei nº 785, de 20 de agosto de 1949; Decreto nº 9.570, de 20 de novembro de 2018; Lei 13.844 de 18 de junho de 2019; Portaria nº 3.975/GM-MD, de 26 de novembro de 2020; e Portaria Normativa Interministerial nº 1/MD/MEC, de 26 de agosto de 2015; Parecer CNE/CES nº 147/2017, de 4 de abril de 2017; e Supupira CAPES, recomendação nº 33324000001P2, de 26 de outubro de 2018.	- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN; - Lei de Ensino da Marinha do Brasil: Lei nº 11.279, de 9 de fevereiro de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 6.883, de 25 de junho de 2009; - Lei de Ensino do Exército Brasileiro: Lei nº 9.786, de 8 de fevereiro de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 3.182, de 23 de setembro de 1999, alterado pelo Decreto nº 9.171, de 17 de outubro de 2017; - Lei de Ensino da Força Aérea Brasileira: Lei nº 12.464, de 4 de agosto de 2011; - Identidade Estratégica do Setor de Defesa, aprovada pela Portaria Normativa nº 24/GM-MD, de 16 de abril de 2015 - Política Setorial de Defesa: aprovada por meio da Portaria Normativa nº 25/GM-MD, de 16 de abril de 2019; - Estratégia Setorial de Defesa: aprovada por meio da Portaria Normativa nº 26/GM-MD, de 16 de abril de 2019 - Decreto nº 9.570, de 20 de novembro de 2018 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Defesa e altera o Decreto nº 9.031, de 12 de abril de 2017, o Decreto nº 8.905, de 17 de novembro de 2016; - Instrução Normativa nº 1/SEPESD/SG-MD, de 09 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a padronização de procedimentos para a realização do planejamento, acompanhamento, avaliação e encerramento de programas de fomento à formação de recursos humanos e à pesquisa em Defesa Nacional, no âmbito do Ministério da Defesa; e - Plano Nacional de Pós-Graduação - PNPG, relativo ao período 2011-2020, (Plano que será atualizado sob coordenação da CAPES).
201G Apoio das Forças Armadas à Inclusão Social e à Valorização da Cidadania	218J Desenvolvimento do Desporto Nacional e Militar
Constituição Federal de 1988, Art. 217; Lei Complementar nº 97, de 09 de junho de 1999 - Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas; Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, e suas alterações - Normas gerais sobre o desporto brasileiro; Decreto nº 9.570, de 20 de novembro de 2018 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Defesa; Portaria Normativa nº 12, de 14 de fevereiro de 2019 - Aprova os Regimentos Internos e o Quadro Demonstrativo de Cargos em Comissão e das Funções de Confiança de unidades integrantes da Estrutura Regimental do Ministério da Defesa; Portaria Normativa Interministerial nº 2.203, de 26 de julho de 2013 - Dispõe sobre o Programa Força no Esporte - Profesp e dá outras providências; Portaria Normativa nº 956, de 23 de abril de 2015 - Institui projeto para valorização pessoal e integração social por meio do esporte, para militares que adquiriram deficiência física; e Portaria Normativa nº 13/MD, de 17 de fevereiro de 2016 - Altera a Portaria Normativa no 956/MD, de 23 de abril de 2015, que instituiu projeto para valorização pessoal e integração social por meio do esporte, para militares que adquiriram deficiência física.	Constituição Federal de 1988, Art. 217; Lei Complementar nº 97, de 09 de junho de 1999 - Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas; Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, e suas alterações - Normas gerais sobre o desporto brasileiro; o Decreto nº 9.570, de 20 de novembro de 2018 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Defesa; Portaria Normativa nº 12, de 14 de fevereiro de 2019 - Aprova os Regimentos Internos e o Quadro Demonstrativo de Cargos em Comissão e das Funções de Confiança de unidades integrantes da Estrutura Regimental do Ministério da Defesa; e Portaria Normativa nº 107/GM-MD, de 02 de dezembro de 2019 - Dispõe sobre as normas e procedimentos para os eventos esportivos das Forças Armadas.
2014 Atividades do Centro de Apoio a Sistemas Logísticos de Defesa	218K Manutenção das estruturas do Programa Estratégico de Sistemas Espaciais
Constituição Federal de 1988, art. 142; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010; Lei nº 12.598, de 21 de março de 2012; Decreto nº 7.970, de 28 de março de 2013; e Decreto nº 9.570, de 20 de novembro de 2018.	Constituição Federal de 1988, Art 142; Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008; Decreto nº 2.295, de 04 de agosto de 1997; Decreto nº 9.637, de 2018; DCA 400-6/2007, aprovada pela Portaria 129/GC4, de 05 de março de 2007; Portaria nº 764/MD, de 27 de dezembro de 2002 "Política e Diretrizes de Compensação Comercial, Industrial e Tecnológica do Ministério da Defesa"; e ICA 360-1 "Preceitos para a Negociação de Acordos de Compensação Comercial, Industrial e Tecnológica na Aeronáutica", aprovada pela Portaria 1397/GC4, de 13 de dezembro de 2005; Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012; PCA 358-1 Programa Estratégico de Sistemas Espaciais, aprovado pela Portaria 31/35C3, de 31 de agosto de 2012, Publicado nº BCA 175, de 12 de setembro de 2012; Portaria Normativa 41/GM-MD, de 30 julho 2018.
20X1 Participação Brasileira em Missões de Paz	2452 Adequação da Infraestrutura dos Pelotões Especiais de Fronteira da Região do Calha Norte
Constituição Federal de 1988, Incisos III, IV, VI e VII do art. 4º, Inciso II do art 15 da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, e suas alterações; Capítulos 4, 5, 6 e 7 do Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005, e suas alterações; art 1º da Lei 2.953/1956 e Portaria Normativa nº 12 / MD, de 14 de fevereiro de 2019, Decreto Legislativo Nº 179, de 14 de dezembro de 2018 – Atualiza PND, END e LBDN.	CF, art. 142; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei 13.249, de 13 de janeiro de 2016, Exposição de motivos/PR nº 770 de 19/12/1985 e Exposição de motivos nº 00502/MD de 15 de dezembro de 2015.
20X3 Mobilização e Logística para a Defesa Nacional	2866 Ações de Caráter Sigiloso
Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Art. 22, Incisos III e XXVIII, e Art. 84, Inciso XIX; Lei nº 11.631, de 27 de dezembro de 2007; Decreto nº 6.592, de 2 de outubro de 2008; Decreto nº 7.294, de 6 de setembro de 2010; e Decreto nº 9.570 de 20 de novembro de 2018.	Caput do Artigo 142 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 97, de 09 de junho de 1999; Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004; Lei Complementar Nº 136 de 25 de agosto de 2010; Decreto nº 9.570, de 20 de novembro de 2018; e Portaria Normativa GM/MD nº 1.079, de 02 de março de 2021.
20X4 Manutenção do Sistema de Proteção da Amazônia - SIPAM	2B28 Apoio ao desenvolvimento de tecnologias de interesse da Defesa Nacional
Decreto nº 9.570, de 20 de novembro de 2018. Decreto 10.293, de 25 de março de 2020.	Leis Complementares nºs 97 e 117; Portaria normativa nº 2624/MD, de 7 de dezembro de 2015, que aprova a Política Setorial de Defesa; Decreto nº 7.974, de 2013, que estabelece a competência do Ministério da Defesa para, por intermédio do Departamento de Ciência e Tecnologia Industrial da Secretaria de Produtos de Defesa (SEPROD/DECTI), fomentar e acompanhar o desenvolvimento, industrialização e produção de novos produtos e de tecnologia na área de defesa; Portaria Normativa 564/MD de 12 de março de 2014, que aprova os regimentos internos dos órgãos integrantes da estrutura organizacional do MD.
20X5 Operações de Comando e Controle da Defesa Nacional	
Constituição Federal de 1988, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, e suas alterações; Decreto Nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018; Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008; Portaria Normativa nº 12/MD, de 14 de fevereiro de 2019; Decreto Legislativo Nº 179, de 14 de dezembro de 2018 – Atualiza PND, END e LBD.	

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO-2022, Art. 9º, inciso IV	
Ação Orçamentária / Base legal	
2D55	Implementação de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais na Área de Defesa
Lei Complementar nº 97, de 1999, Decreto nº 9.570, de 20 de novembro de 2018, e Decreto Legislativo nº 373, de 2013, que aprova a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional.	
6557	Formação Cívico-Profissional de Jovens em Serviço Militar - Soldado Cidadão
Caput, art. 142, Constituição Federal; Lei Complementar nº 97, de 1999; Lei nº 4375, de 1964; Decreto nº 57.654, de 1966; e Portaria Normativa nº 62/GM-MD, de 2019	
8425	Apoio ao Projeto Rondon
Decreto nº 9.848, de 25 de junho de 2019 - dispõe sobre o Comitê de Orientação e Supervisão do Projeto Rondon; Decreto nº 9.570, de 20 de novembro de 2018, modificado pelo Decreto nº 10.076, de 18 de junho de 2019 - aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Defesa; e Portaria Normativa nº 77/GM-MD, de 20 de agosto de 2020, que aprova a Diretriz Estratégico-Operacional do Projeto Rondon, no âmbito do Ministério da Defesa.	
52111	Comando da Aeronáutica
0284	Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa
Constituição Federal/1988, Artigo 52, Incisos V e VII. Resolução de Senado Federal Nº 50/1993	
123B	Desenvolvimento de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas (Projeto KC-X)
Constituição Federal, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 09 de junho de 1999 e suas alterações; Lei nº 12.598, de 22 de março de 2012 e suas alterações; Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004; Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019; Diretriz do Comando da Aeronáutica nº 400-6/2007, aprovada pela Portaria nº 129/GC4, de 05 de março de 2007.	
14T0	Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins - Projeto FX-2
Art. 142, Caput, da Constituição Federal; Lei Complementar nº 97, de 09/06/99; Lei Complementar nº 117, de 02/09/2004; Decreto 6.601/2008; Decreto 6.703/2008; Diretriz do Comando da Aeronáutica nº 400-6/2007, aprovada pela Portaria nº 129/GC4, de 05 de março de 2007; Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019.	
14XJ	Aquisição de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas - Projeto KC-390
Constituição Federal, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 09 de junho de 1999 e suas alterações; Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019; Lei 12.598, de 22 de março de 2012 e suas alterações; Diretriz do Comando da Aeronáutica (DCA 400-6/2007), aprovada pela Portaria nº 129/GC4, de 05 de março de 2007 e Plano Estratégico Militar da Aeronáutica 2010-2031 (PCA 11-47/2010), aprovado pela Portaria nº C-15/GC3, de 09 de setembro de 2010.	
2000	Administração da Unidade
Constituição Federal 1988; Decreto Lei 200/1967; Lei 13.844 de 18 de junho de 2019.	
20IH	Modernização e Revitalização de Aeronaves e Sistemas Embarcados
Constituição Federal, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 e suas alterações; Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004; Lei nº 12.598, de 22 de março de 2012 e suas alterações e Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019.	
20X8	Prestação de Ensino de Graduação e Pós-Graduação do Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA
Constituição Federal de 1988, art. 218; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 e suas alterações; Lei nº 13.502, de 1 de novembro de 2017 e suas alterações; Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004; Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019.	
20X9	Capacitação Profissional da Aeronáutica
Constituição Federal, art. 142, caput; Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 e suas alterações; Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004; Lei nº 12.464, de 4 de agosto de 2011; Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019; Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008.	
2120	Movimentação de Militares
Lei nº 5.809 de 10/10/1972; Decreto nº 71.733 de 18/01/1973; Medida Provisória nº 2.215-10 de 31/08/2001, art. 2º; Decreto nº 4.307 de 18/07/2002.	
217W	Operação de Sistemas Espaciais de Observação da Terra
Constituição Federal de 1988, Art. 142; Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008; Decreto nº 2.295, de 04 de agosto de 1997; DCA 400-6/2007, aprovada pela Portaria 129/GC4, de 05 de março de 2007; Portaria nº 764/MD, de 27 de dezembro de 2002 "Política e Diretrizes de Compensação Comercial, Industrial e Tecnológica do Ministério da Defesa"; e ICA 360-1 "Preceitos para a Negociação de Acordos de Compensação Comercial, Industrial e Tecnológica na Aeronáutica", aprovada pela Portaria 1397/GC4, de 13 de dezembro de 2005; ; PCA 358-1 Programa Estratégico de Sistemas Espaciais, aprovado pela Portaria 31/35C3, de 31 de agosto de 2012, Publicado no BCA nº 175, de 12 de setembro de 2012.; Decreto-Lei nº 1.177, de 21 de junho de 1971, regulamentado pelo Decreto nº 2.278, de 17 de julho de 1997 e Portaria Normativa 953/MD, de 16 de abril de 2014.	
219D	Adequação de Organizações Militares
Constituição Federal de 1988, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004; Lei nº 13.502, de 1 de novembro de 2017; Decreto nº 4.735, de 11 de junho de 2003 e Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 - Estratégia Nacional da Defesa e Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993.	
21D0	Reforma, Manutenção e Readequação de Próprios Nacionais Residenciais para os Comandos Militares
Caput, art. 142, Constituição Federal; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; e Lei nº 11.653, de 07 de abril de 2008.	
2865	Suprimento de Fardamento
Constituição Federal, art. 142; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, art. 50; Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019; Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, art. 2º e Decreto nº 4.307, de 18 de julho de 2002, arts. 61 a 64.	
2866	Ações de Caráter Sigiloso
Caput do Artigo 142 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 97, de 09 de junho de 1999; Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004; Lei Complementar nº 136 de 25 de agosto de 2010; Portaria Normativa nº 1.082/MD, de 12 de setembro de 2005, alterada pelas Portarias Normativas nº 1.075/MD, de 22 de agosto de 2007, e nº 658/MD, de 23 de abril de 2008.	
7U72	Adequação, Revitalização e Modernização da Frota de Aeronaves AM-X (Projeto A-1M)
Caput, Art. 142, Constituição Federal; Lei Complementar nº 97, de 09 de junho de 1999; Lei 12.598, de 22 de março de 2012; Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019; Diretriz do Comando da Aeronáutica (DCA 400-6/2007), aprovada pela Portaria nº 129/GC4, de 05 de março de 2007; Requisito Operacional Preliminar (ROP) da Modernização das Aeronaves A-1, aprovado pela Portaria nº C-02/35C4, de 03 de janeiro de 2000; e Plano Estratégico Militar da Aeronáutica (PEMAER) 2010-2031 (PCA 11-47), aprovado pela Portaria nº C-15/GC3, de 09 de setembro de 2010.	
52121	Comando do Exército
13DB	Aquisição de Sistemas de Artilharia Antiaérea
- Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988, art. 142, caput. - Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 – Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. - Lei Complementar nº 117 de 2 de setembro de 2004. - Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993. - Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017. - Decreto nº 4.735, de 11 de junho de 2003. - Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 - Estratégia Nacional de Defesa (END) - Decreto Legislativo nº 373, de 25 de setembro de 2013 – Aprova a Política Nacional de Defesa (PND), a Estratégia Nacional de Defesa (END) e o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN).	
147F	Implantação de Sistema de Defesa Cibernética para a Defesa Nacional
Constituição Federal de 1988, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004; Lei nº 13.502, de 1 de novembro de 2017; Decreto nº 4.735, de 11 de junho de 2003 e Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 - Estratégia Nacional da Defesa; Diretriz Ministerial nº 014/2009 de 9 de novembro de 2009 – Integração e Coordenação dos Setores Estratégicos da Defesa e Lei nº 8.745 de 9 de dezembro de 1993; Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010 e Portaria Normativa Nr 3.389/MD, de 21 de dezembro de 2012 - Política Cibernética de Defesa.	
14LW	Implantação do Sistema de Defesa Estratégico ASTROS 2020
Constituição Federal, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004; Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010; Lei nº 13.502, de 1 de novembro de 2017; Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 - Estratégia Nacional de Defesa e Lei nº 8.745 de 9 de dezembro de 1993.	
14T4	Implantação do Projeto Forças Blindadas
Constituição Federal de 1988, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004; Lei nº 13.502, de 1 de novembro de 2017; Decreto nº 4.735, de 11 de junho de 2003 e Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 - Estratégia Nacional da Defesa. Lei nº 11.317, de 05/07/2008 e Lei nº 8.745 de 9 de dezembro de 1993.	
14T5	Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras - SISFRON
- Decreto nº 8.903, de 16 de novembro de 2016 - Institui o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras e organiza a atuação de unidades da administração pública federal para sua execução; - Decreto Legislativo nº 373, de 25 de setembro de 2013 - Aprova a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional; - Decreto nº 85.064, de 26 de Agosto de 1980 - Regulamenta a Lei nº 6.634, de 02 de maio de 1979, que dispõe sobre a Faixa de Fronteira; e Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979 - Dispõe sobre a Faixa de Fronteira, altera o Decreto-lei nº 1.135, de 3 de dezembro de 1970, e dá outras providências;	
14T6	Implantação do Programa Estratégico de Proteção da Sociedade (PROTEGER)
Constituição Federal de 1988, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei nº 8.745 de 9 de dezembro de 1993; Lei nº 13.502, de 1 de novembro de 2017; Decreto nº 4.735, de 11 de junho de 2003; Portaria nº 21 - Comando de Operações Terrestres - COTER, de 15 de outubro de 1999.	
156M	Modernização Estratégica e Operacional do Exército Brasileiro
Constituição Federal Brasileira de 1988, Art 142; Lei Complementar nº 97/99; Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004, Lei nº 8.745, de 09 de dezembro de 1993; Lei nº 13.502, de 01 de novembro de 2017; Decreto nº 4.828, de 03 de setembro de 2003; Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005; Decreto 6.513, de 22 de julho de 2008 e Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008.	

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO-2022, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base legal

15W6	Implantação do Programa Estratégico do Exército LUCERNA (Prg EE LUCERNA)
- Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988. - Emenda Constitucional nº 95/2016 – Institui o Novo Regime Fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União por 20 exercícios financeiros. - Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999 – institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, e dá outras providências. - Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 – Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. - Lei Complementar nº 117 de 2 de setembro de 2004 – Altera a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 - Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas, para estabelecer novas atribuições subsidiárias. - Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010 - Altera a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 - Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas, para criar o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e disciplinar as atribuições do Ministro de Estado da Defesa. - Decreto nº 373, de 25 de setembro de 2013 – Aprova a Política Nacional de Defesa (PND), a Estratégia Nacional de Defesa (END) e o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN). - Portaria nº 346-Cmt Ex, de 29 de maio de 2007 – Aprova a Diretriz para o Reaparelhamento do Exército. - Portaria nº 508-Cmt Ex, de 25 de junho de 2013 – Aprova as Instruções Gerais do Ciclo de Vida de Software (EB10-IG-01.006). - Portaria nº 233-Cmt Ex, de 15 de março de 2016 – Aprova as Instruções Gerais para a Gestão do Ciclo de Vida dos Sistemas e Materiais de Emprego Militar (EB10-IG-01.018). - Portaria nº 054-Cmt Ex, de 30 de janeiro de 2017 – Aprova as Normas para Elaboração, Gerenciamento e Acompanhamento do Portfólio e dos Programas Estratégicos do Exército Brasileiro (NEGAPORT-EB). - Portaria Nr 253-Cmt Ex, de 4 de março de 2020 - Aprova a Diretriz Estratégica Organizadora do Sistema de Imagens e Informações Geográficas do Exército (EB10-D-01.014) e dá outras providências. - Portaria Nr 254-Cmt Ex, de 4 de março de 2020 - Aprova as Normas para Gestão do Pessoal do Sistema de Inteligência do Exército (NGPSiEx) (EB10-N-01.008), 1ª Edição, 2020. - Portaria Nr 255-Cmt Ex, de 4 de março de 2020 - Aprova a Diretriz Estratégica Organizadora do Sistema de Informações Operacionais Terrestres (EB10-D-01.010). - Portaria nº 176-EME, de 29 de agosto de 2010 – Aprova as Normas para Elaboração, Gerenciamento e Acompanhamento de Projetos no Exército Brasileiro (NEGAPEB). - Portaria nº 100-EME, de 21 de maio de 2014 – Aprova a Diretriz de Implantação do Projeto LUCERNA. - Portaria nº 031-EME, de 23 de fevereiro de 2015 – Aprova o Manual de Fundamentos Inteligência Militar Terrestre (EB20-MF-10.107). - Portaria nº 272-EME, de 12 de julho de 2017 – Aprova a Diretriz de Iniciação do Programa Estratégico do Exército LUCERNA e constitui a equipe que confeccionará o Estudo de Viabilidade do Programa. - Portaria nº 330-EME, de 4 de novembro de 2019 – Aprova as Normas para Elaboração, Gerenciamento e Acompanhamento de Custos do Portfólio, dos Programas e dos Projetos Estratégicos do Exército Brasileiro (EB20-N-08.002). - Portaria do Estado-Maior do Exército nº 097, de 18 de maio de 2020 - Aprova a inclusão do Anexo J às Normas para Elaboração, Gerenciamento e Acompanhamento de Custos do Portfólio, dos Programas e dos Projetos Estratégicos do Exército Brasileiro (EB20-N-08.002), 1ª Edição, 2019. - Portaria do Estado-Maior do Exército nº 140, de 7 de julho de 2020 – Aprova a Diretriz de Implantação do Programa Estratégico do Exército LUCERNA.	
2000	Administração da Unidade
Constituição Federal 1988; Decreto Lei 200/1967; Lei nº 10.683/2003.	
20XE	Manutenção e Modernização de Sistemas de Comando e Controle do Exército
Caput. do Art. 142 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004; Lei nº 13.502, de 1 de novembro de 2017; Decreto nº 4.735, de 11 de junho de 2003 e Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 - Estratégia Nacional de Defesa. Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998.	
20XH	Realização de Ações de Cooperação do Exército
Constituição Federal de 1988, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei nº 13.502, de 1 de novembro de 2017; Decreto nº 4.735, de 11 de junho de 2003. Lei nº 8.745 de 9 de dezembro de 1993.	
20XJ	Desenvolvimento Tecnológico do Exército
Caput do Art. 142 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004; Lei nº 13.502, de 1 de novembro de 2017; Decreto nº 4.735, de 11 de junho de 2003 e Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 - Estratégia Nacional de Defesa. Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998.Lei nº 8.745 de 9 de dezembro de 1993; Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996; Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004; e decreto nº 9.283, de 7 de fevereiro de 2018.	
20XL	Saúde em Operações Militares
Caput do Art. 142 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004; Lei nº 13.502, de 1 de novembro de 2017; Decreto nº 4.735, de 11 de junho de 2003 e Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 - Estratégia Nacional de Defesa.	
20XM	Prestação de Ensino Assistencial nos Colégios Militares
Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988; Decreto Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; Lei 9.786, de 8 de fevereiro de 1999, Lei 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, Decreto nº 3.182, de 23 de setembro de 1999 e Portaria 53 – DECEX, 18 de maio de 2016 (Projeto Pedagógico do Sistema Colégio Militar do Brasil).	
2120	Movimentação de Militares
Lei nº 5.809 de 10/10/1972; Decreto nº 71.733 de 18/01/1973; Medida Provisória nº 2.215-10 de 31/08/2001, art. 2º; Decreto nº 4.307 de 18/07/2002.	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e art. 8º, inciso III, alínea f, da Lei 5.809, de 10 de outubro de 1972.	
219D	Adequação de Organizações Militares
Constituição Federal de 1988, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004; Lei nº 13.502, de 1 de novembro de 2017; Decreto nº 4.735, de 11 de junho de 2003 e Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 - Estratégia Nacional da Defesa e Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993.	
21A0	Aprestamento das Forças
Caput do Art. 142 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto nº 9.570, de 20 de novembro de 2018 e Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 - Estratégia Nacional da Defesa.	

21D1	Gerenciamento, Melhoria, Modernização e Recuperação de Sistemas de Artilharia Antiaérea
- Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988, art. 142, caput. - Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 – Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. - Lei Complementar nº 117 de 2 de setembro de 2004. - Lei 8.745, de 9 de dezembro de 1993. - Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017. - Decreto nº 4.735, de 11 de junho de 2003. - Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 - Estratégia Nacional de Defesa (END) - Decreto nº 373, de 25 de setembro de 2013 – Aprova a Política Nacional de Defesa (PND), a Estratégia Nacional de Defesa (END) e o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN).	
21D2	Recomposição da Capacidade e dos Meios da Força Terrestre
Constituição Federal de 1988, Art. 142, Caput; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004; Lei Nº 8.745 de 9 de dezembro de 1993; Lei nº 11.317, de 05/07/2006; Lei nº 13.502, de 1 de novembro de 2017; Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 - Estratégia Nacional de Defesa; Decreto nº 9.570, de 20 de novembro de 2018.	
21D3	Modernização e Adequação do Sistema de Aviação do Exército
- Constituição Federal, Caput, art. 142; - Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; - Lei nº 13.502, de 1 de novembro de 2017; - Decreto nº 4.735, de 11 de junho de 2003; - Resolução do Senado nº 43, de 7 de junho de 2000.	
21D4	Modernização e Adequação do Sistema de Proteção da Sociedade
- Constituição Federal de 1988, art. 142, caput; - Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; - Lei nº 8.745 de 9 de dezembro de 1993; - Lei nº 13.502, de 1 de novembro de 2017; - Decreto nº 4.735, de 11 de junho de 2003; - Portaria nº 21 - Comando de Operações Terrestres - COTER, de 15 de outubro de 1999.	
2865	Suprimento de Fardamento
Constituição Federal, art. 142. Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, art. 50; Lei nº 13.502, de 1 de novembro de 2017; Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016; Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, art. 2º; Decreto nº 4.307, de 18 de julho de 2002, arts. 61 a 64; e Decreto nº 4.735, de 11 de junho de 2003.	
2866	Ações de Caráter Sigiloso
Caput do Artigo 142 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 97, de 09 de junho de 1999; Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004; Lei Complementar Nº 136 de 25 de agosto de 2010; Decreto nº 7364, de 2010; Portaria Normativa nº 1.082/MD, de 12 de setembro de 2005, alterada pelas Portarias Normativas nº 1.075/MD, de 22 de agosto de 2007, e nº 658/MD, de 23 de abril de 2008.	
2900	Seleção para o Serviço Militar e Apresentação da Reserva em Disponibilidade
Caput, art. 142, Constituição Federal; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei nº 13.502, de 1 de novembro de 2017; Decreto nº 4.735, de 11 de junho de 2003.; Lei nº 4.375/64; Lei nº 5.292/67.	
2911	Logística integrada em proveito de Organizações Militares de Engenharia do Exército
Caput do Art. 142 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004; Lei nº 13.502, de 1 de novembro de 2017; Decreto nº 4.735, de 11 de junho de 2003 e Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 - Estratégia Nacional da Defesa e Lei Nº 8.745 de 9 de dezembro de 1993.	
2A82	Prestação de Ensino de Graduação e Pós-Graduação no Instituto Militar de Engenharia
Caput, art. 142, Constituição Federal; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei 13.844 de 18 de junho de 2019; Decreto nº 9.570, de 20 de novembro de 2018; Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.	
3138	Implantação do Sistema de Aviação do Exército
Constituição Federal, art. 142, Caput; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei nº 13.502, de 1 de novembro de 2017; Decreto nº 4.735, de 11 de junho de 2003; Resolução do Senado nº 43, de 7 de junho de 2000.	
4641	Publicidade de Utilidade Pública
Art. 37 da Constituição Federal de 1988; Art. 7º, inciso V, da Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017; Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008; Decreto nº 9.038, de 26 de abril de 2017. Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom: 1. Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017 que dispõe sobre a conceituação das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências; 2. Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares; 3. Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal.	
7XN4	Implantação do Colégio Militar de São Paulo (CMSP)
- Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988; - Lei nr 9.394, de 20 DEZ96 - Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional; - Lei nr 9.786, de 08FEV99 – Dispõe sobre o Ensino no Exército Brasileiro; - Portaria nr 73-Cmt Ex, de 27FEV03 – Aprova a Instrução Geral (IG 50-03) para Planejamento e Execução de Obras Militares no Exército; - Portaria nr 1.694-Cmt Ex, de 08OUT18 – Cria o Colégio Militar de São Paulo e dá outras providências; e - Portaria nr 205-EME, de 17JUL19 – Aprova a Diretriz para Implantação do Colégio Militar de São Paulo e dá outras providências.	
8965	Capacitação Profissional Militar do Exército Brasileiro
Constituição Decral, de 5 de outubro de 1988; Decreto Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e Lei 9.786, de 8 de fevereiro de 1999; Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 - Estratégia Nacional da Defesa e Decreto nº 3.182, de 23 de Setembro de 1999.	

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO-2022, Art. 9º, inciso IV	
Ação Orçamentária / Base legal	
52131	Comando da Marinha
000Q	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018, LDO-2019, artigo 11, inciso XVII: “O Projeto e a Lei Orçamentária de 2019 discriminarão, em categorias de programação específicas, as dotações destinadas: (...) XVII – aos pagamentos de anuidades ou de participação em organismos e entidades nacionais ou internacionais, acima de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), ou o equivalente na moeda estrangeira em que o compromisso for estipulado, conforme taxa de câmbio utilizada como parâmetro na elaboração do Projeto de que trata o caput, que deverão identificar nominalmente cada beneficiário;”	
0284	Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa
Constituição Federal/1988, Artigo 52, Incisos V e VII. Resolução de Senado Federal Nº 50/1993.	
123G	Implantação de Estaleiro e Base Naval para Construção e Manutenção de Submarinos Convencionais e Nucleares
Constituição Federal de 1988, Arts. 1º, 3º e 4º; Decreto nº. 6.703, de 18 de dezembro de 2008, que aprova a Estratégia Nacional de Defesa; Parceria Estratégica entre a República Federativa do Brasil e a República Francesa, prevendo cooperação na área de defesa, entre outros, no âmbito de submarinos, firmada pelos respectivos Presidentes da República; Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa na área de Submarinos, firmado pelos respectivos Ministros da Defesa; e Ajuste técnico entre o Ministério da Defesa da República Federativa do Brasil e o Ministério da Defesa da República Francesa relativo à concepção, construção e comissionamento técnico de submarinos, firmado pelo Comandante da Marinha do Brasil e pelo Chefe do Estado-Maior da Marinha da França.	
123H	Construção de Submarino de Propulsão Nuclear
Constituição Federal de 1988, Arts. 1º, 3º e 4º; Decreto nº. 6.703, de 18 de dezembro de 2008, que aprova a Estratégia Nacional de Defesa; Parceria Estratégica entre a República Federativa do Brasil e a República Francesa, prevendo cooperação na área de defesa, entre outros, no âmbito de submarinos, firmada pelos respectivos Presidentes da República; Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa na área de Submarinos, firmado pelos respectivos Ministros da Defesa; e Ajuste técnico entre o Ministério da Defesa da República Federativa do Brasil e o Ministério da Defesa da República Francesa relativo à concepção, construção e comissionamento técnico de submarinos, firmado pelo Comandante da Marinha do Brasil e pelo Chefe do Estado-Maior da Marinha da França.	
123I	Construção de Submarinos Convencionais
Constituição Federal de 1988, Arts. 1º, 3º e 4º; Decreto nº. 6.703, de 18 de dezembro de 2008, que aprova a Estratégia Nacional de Defesa; Parceria Estratégica entre a República Federativa do Brasil e a República Francesa, prevendo cooperação na área de defesa, entre outros, no âmbito de submarinos, firmada pelos respectivos Presidentes da República; Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa na área de Submarinos, firmado pelos respectivos Ministros da Defesa; e Ajuste técnico entre o Ministério da Defesa da República Federativa do Brasil e o Ministério da Defesa da República Francesa relativo à concepção, construção e comissionamento técnico de submarinos, firmado pelo Comandante da Marinha do Brasil e pelo Chefe do Estado-Maior da Marinha da França.	
1477	Desenvolvimento de Sistemas de Tecnologia Nuclear da Marinha
Constituição Federal de 1988, art. 142; Lei Complementar nº 97 de 09/06/1999; Lei nº 13.502, de 1 de novembro de 2017; e Decreto nº 4.735 de 11/06/2003.	
1N47	Construção de Navios-Patrolha de 500 toneladas (NPa 500t) - Classe Macaé
Constituição Federal, art. 142; Lei Complementar nº 97 de 09/06/1999; Lei Complementar nº 117 de 02/09/2004; Lei nº 12.593 de 18/01/2012; Decreto nº 4.735 de 11/06/2003; Decreto nº 6.703 de 18/12/2008; e Decreto nº 7.364 de 23/11/2010.	
1N56	Desenvolvimento de Míssil Nacional Antinavio
Constituição Federal, art. 142; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 e Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004.	
20XO	Desenvolvimento Tecnológico da Marinha
Constituição Federal, art. 142; Lei Complementar nº 97 de 09/06/1999; Lei nº 13.502, de 1 de novembro de 2017; Lei Complementar nº 117 de 02/09/2004; Decreto nº 20.923 de 08/01/1932; e Decreto nº 4.735 de 11/06/2003.	
212H	Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)
Resolução nº 1de 2015 do Comitê Gestor do Programa Interministerial de Implantação e Manutenção da Rede Nacional para Ensino e Pesquisa	
212O	Movimentação de Militares
Lei nº 5.809 de 10/10/1972; Decreto nº 71.733 de 18/01/1973; Medida Provisória nº 2.215-10 de 31/08/2001, art. 2º; Decreto nº 4.307 de 18/07/2002.	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e art. 8º, inciso III, alínea f, da Lei 5.809, de 10 de outubro de 1972.	
219D	Adequação de Organizações Militares
Constituição Federal de 1988, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004; Lei nº 13.502, de 1 de novembro de 2017; Decreto nº 4.735, de 11 de junho de 2003 e Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 - Estratégia Nacional da Defesa e Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993.	
21CL	Recomposição do Núcleo do Poder Naval
Constituição Federal, art. 142; Lei Complementar nº 97 de 09/06/1999; Lei Complementar nº 117 de 02/09/2004; Lei Complementar nº 136 de 25/08/2010; Decreto nº 6.703 de 18/12/2008; Decreto nº 9.570 de 20/11/2018; Decreto Legislativo nº 179, de 14/12/2018 e Portaria Normativa nº 9/GAP-MD de 13/01/2016 do Ministério da Defesa.	
2865	Suprimento de Fardamento
Constituição Federal, art. 142. Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, art. 50; Lei nº 13.502, de 1 de novembro de 2017; Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016; Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, art. 2º; Decreto nº 4.307, de 18 de julho de 2002, arts. 61 a 64; e Decreto nº 4.735, de 11 de junho de 2003.	
2866	Ações de Caráter Sigiloso
Caput do Artigo 142 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 97, de 09 de junho de 1999; Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004; Lei Complementar Nº 136 de 25 de agosto de 2010; Decreto nº 7364, de 2010; Portaria Normativa nº 1.082/MD, de 12 de setembro de 2005, alterada pelas Portarias Normativas nº 1.075/MD, de 22 de agosto de 2007, e nº 658/MD, de 23 de abril de 2008.	
52133	Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar
14ML	Reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraz
Lei nº 13.502, de 1 de novembro de 2017 (dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios e dá outras providências); Decreto nº 75.963 de 11 de julho de 1975 (promulga o Tratado Antártico); Decreto nº 94.401 de 03 de junho de 1987 (aprova a Política Nacional para Assuntos Antárticos - POLANTAR); e Decreto nº 3.935 de 26 de setembro de 2001 (dispõe sobre a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar - CIRM e dá outras providências).	
2345	Apoio Logístico à Pesquisa Científica na Antártica
Lei nº 13.502, de 1 de novembro de 2017 (dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios e dá outras providências); Decreto nº 75.963 de 11 de 07de1975 (promulga o Tratado Antártico); Decreto nº 84.324 de 05 de dezembro de 1979 (institui a Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar - SECIRM); Decreto nº 86.829 de 12 de janeiro de 1982 (cria a Comissão Nacional para Assuntos Antárticos - CONANTAR); Decreto nº 86.830 de 12 de janeiro de 1982 (atribui à CIRM a elaboração do projeto do Programa Antártico Brasileiro - PROANTAR); Decreto nº 94.401 de 03 de junho de 1987 (aprova a Política Nacional para Assuntos Antárticos - POLANTAR); e Decreto nº 3.939 de 26de setembro de 2001 (dispõe sobre a CIRM e dá outras providências).	
2518	Apoio à Pesquisa e ao Monitoramento Oceanográfico e Climatológico da Amazônia
Constituição Federal de 1988, art. 20 e 21; Lei nº 7.661 de 16 de maio de 1988; Lei nº 8.617 de 04 de janeiro de 1993 Lei nº 10.638 de 28 de maio de 2003; Decreto nº 1.530 de 22 de junho de 1982; Decreto nº 96.000 de 02 de maio de 1988; Decreto nº 98.145 de 15 de setembro de 1989; Decreto nº 98.145 de 15 de novembro de 1989; Decreto s/n, di 05 de janeiro de 1994; Decreto nº 1.530 de 22 de junho de 1995; Decreto nº 3.939 de 26 de setembro de 2001; Decreto nº 5.300 de 07 de dezembro de 2004; Decreto nº 5.377 de 23 de fevereiro de 2005; Decreto Presidencial nº 6.678 de 08 de dezembro de 2008; Decreto Legislativo nº 5/1997; Resolução da CIRM nº 1 de 30 de abril de 1997; Resolução da CIRM nº 5 de 03 de dezembro de 1997; Resolução da CIRM nº 1, de 25 de agosto de 1998; Resolução da CIRM nº 7 de 05 de dezembro de 2005; e Portaria nº 129/MB de 15 de maio de 2007 .	
2E97	Operação do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz)
Constituição Federal, art. 142 (das Forças Armadas); Lei nº 6.938, de 31/08/1981 (dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente - PNMA); Lei nº 7.661, de 16/05/1988 (institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro - PNGC); Lei Complementar nº 97 de 09/06/1999 (dispõe sobre o preparo e emprego das Forças Armadas); Decreto nº 5.377, de 23/02/2005 (aprova a Política Nacional para os Recursos do Mar - PNRM); Lei nº 13.243, de 11/01/2016 (dispõe sobre desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação); Decreto nº 9.858, de 25/06/2019 (dispõe sobre a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar - CIRM); Resolução CIRM nº 01/2020 (Aprova o X Plano Setorial para os Recursos do Mar - PSRM 2020-2023).	
52211	Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica
2000	Administração da Unidade
Constituição Federal 1988; Decreto Lei 200/1967; Lei 13.844 de 18 de junho de 2019.	
52221	Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL
2000	Administração da Unidade
Constituição Federal 1988; Decreto Lei 200/1967; Lei 13.844 de 18 de junho de 2019.	
4528	Produção de Material de Emprego Militar
Caput do Art. 142 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004;Lei nº 13.502, de 1 de novembro de 2017; Decreto nº 4.735, de 11 de junho de 2003 e Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 - Estratégia Nacional de Defesa.	
52222	Fundação Osório
2000	Administração da Unidade
Constituição Federal 1988; Decreto Lei 200/1967; Medida Provisória nº 870, de 01 de janeiro de 2019.	
20XS	Prestação de Ensino Assistencial na Fundação Osório
Caput, art. 142, Constituição Federal; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Decreto nº 14.856, de 1º de junho de 1921, Decreto Legislativo nº 4.235, de 4 de janeiro de 1921; Decreto nº 16.392, de 27 de fevereiro de 1924; Decreto nº 8.917, de 26 de janeiro de 1946; Lei nº 9.026, de 10 de abril de 1995.	
52232	Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da Marinha - CCCPM
00M5	Aquisição de terrenos e construção de unidades habitacionais destinadas à moradia do pessoal da Marinha
Lei nº 188 de 15 de janeiro de 1936 e Decreto nº 2.013 de 26 de setembro de 1996.	
0283	Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Interna
Portarias MF nºs 89/96, 192/96, 168/97 e 364/00.	
2000	Administração da Unidade
Constituição Federal 1988; Decreto Lei 200/1967; Lei 13.844 de 18 de junho de 2019.	
52233	Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. - AMAZUL
211D	Coordenação Técnica da Amazônia Azul Tecnologias de Defesa SA - AMAZUL
Lei nº 12.706 de 08/08/2012 e Decreto nº 7.898 de 01/02/2013.	
52901	Fundo do Ministério da Defesa
2000	Administração da Unidade
Constituição Federal 1988; Decreto Lei 200/1967; Lei 13.844 de 18 de junho de 2019.	
52902	Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO-2022, Art. 9º, inciso IV	
Ação Orçamentária / Base legal	
2000	Administração da Unidade Constituição Federal 1988; Decreto Lei 200/1967; Lei 13.844 de 18 de junho de 2019.
20XT	Prestação de Serviços Médico-Hospitais e de Ensino e Pesquisa do Hospital das Forças Armadas Decreto nº 1.310, de 08 de agosto de 1962; Constituição Federal, art. 142; Lei nº 9.238, de 22 de dezembro de 1995; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Decreto nº 8.422, de 20 de março de 2015; Portaria Normativa nº 10, de 7 de março de 2018.
52903	Fundo do Serviço Militar
2872	Mobilização para o Serviço Militar Obrigatório Arts. 142 e 143 da Constituição Federal; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 (Organização, Preparo e Emprego das Forças Armadas); Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 (Organização Básica do Ministério da Defesa); Lei nº 4.375/64 (Lei do Serviço Militar); Decreto 57.654/66 (Regulamento da LSM); Decreto nº 9.570, de 20 de novembro de 2018 (Estrutura Regimental do MD).
52911	Fundo Aeronáutico
000Q	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018, LDO-2019, artigo 11, inciso XVII: “O Projeto e a Lei Orçamentária de 2019 discriminarão, em categorias de programação específicas, as dotações destinadas: (...) XVII – aos pagamentos de anuidades ou de participação em organismos e entidades nacionais ou internacionais, acima de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), ou o equivalente na moeda estrangeira em que o compromisso for estipulado, conforme taxa de câmbio utilizada como parâmetro na elaboração do Projeto de que trata o caput, que deverão identificar nominalmente cada beneficiário;”
15XX	Aquisição de Aeronaves para Transporte Logístico Estratégico de Pessoal e Material Constituição Federal, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 e suas alterações; Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004; Lei 12.598, de 22 de março de 2012 e suas alterações e Decreto 6.703, de 18 de dezembro de 2008.
2000	Administração da Unidade Constituição Federal 1988; Decreto Lei 200/1967; Lei 13.844 de 18 de junho de 2019.
2048	Manutenção e Suprimento de Material Aeronáutico Constituição Federal, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 e suas alterações; Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004; Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019; Lei nº 12.598, de 22 de março de 2012 e suas alterações.
20SA	Manutenção e Adequação dos Sistemas Militares da Aeronáutica Constituição Federal, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 e suas alterações; Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004; Lei nº 12.598, de 22 de março de 2012 e suas alterações e Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019.
20XB	Pesquisa e Desenvolvimento no Setor Aeroespacial Constituição Federal de 1988, caput, art. 142 e 218; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 e suas alterações; Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004; Lei nº 12.598, de 22 de março de 2012 e suas alterações; Decreto 7.970, de 28 de março de 2013; Decreto 8.122, de 16 de outubro de 2013; Lei nº 13.502, de 1 de novembro de 2017; Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019; Decreto 7.974, de 1º de abril de 2013; Portaria nº 899/MD, de 19 de julho de 2005; Portaria nº 777/MD, de 31 de maio de 2007; PORTARIA Nº 2.640/MD, DE 10.09.2013; PORTARIA NORMATIVA Nº 61/GM-MD, DE 22 DE OUTUBRO DE 2018; PCA 11-47.
20XV	Operação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro - SISCEAB Constituição Federal, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 e suas alterações; Lei 7.565, de 19 de dezembro de 1986 e suas alterações; Lei 12.598, de 22 de março de 2012 e suas alterações; Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019 e Decreto 6.703, de 18 de dezembro de 2008; Decreto nº 6.834, de 2009 e suas alterações; Decreto 7.974, de 1º de abril de 2013.
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, art. 8º, inciso III, alínea f, da Lei 5.809, de 10 de outubro de 1972 e Art. 45-A ao Art. 45-C da lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972.
21A0	Aprestamento das Forças Constituição Federal de 1988, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 e suas alterações; Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004; Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019; Lei nº 12.598, de 22 de março de 2012 e suas alterações; Lei nº 6.880, de 09 de dezembro de 1980 e Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 e suas alterações.
21CM	Recomposição dos Meios da Força Aérea Brasileira Constituição Federal, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 e suas alterações; Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004; Lei nº 12.598, de 22 de março de 2012 e suas alterações e Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019.
2868	Combustíveis e Lubrificantes de Aviação Caput, art. 142, Constituição Federal; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 e suas alterações; Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004; Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019.
2913	Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos Caput, art. 142, Constituição Federal; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 e suas alterações; Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019; Decreto 9.540 de 25 de out de 2018; Decreto 6.703, de 18 de dezembro de 2008; Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986; e Lei nº 12.970, de 08 de maio de 2014.
52921	Fundo do Exército
15F1	Disponibilização de Próprios Nacionais Residenciais para os Comandos Militares Caput, art. 142, Constituição Federal; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; e Lei nº 11.653, de 07 de abril de 2008.
2000	Administração da Unidade Constituição Federal 1988; Decreto Lei 200/1967; Lei 13.844 de 18 de junho de 2019.
21D0	Reforma, Manutenção e Readequação de Próprios Nacionais Residenciais para os Comandos Militares Caput, art. 142, Constituição Federal; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; e Lei nº 11.653, de 07 de abril de 2008.
2522	Produção de Fármacos, Medicamentos e Fitoterápicos Constituição Federal de 1988, Título VIII, Capítulo II, Seção II; e art. 142, Caput; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004; e Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012.
2919	Registro e Fiscalização de Produtos Controlados Caput, art. 142, Constituição Federal; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei nº 13.502, de 1 de novembro de 2017; Decreto nº 4.735, de 11 de junho de 2003. Lei nº 4.617, de 15 de abril de 1965; Decreto nº 3.665 de 20/11/2000; Lei nº 10.826, de 22/12/2003; Decreto nº 5.123, de 1/07/2004; Lei nº 10.834, de 29/12/2003.
52931	Fundo Naval
2000	Administração da Unidade Constituição Federal 1988; Decreto Lei 200/1967; Lei 13.844 de 18 de junho de 2019.
20XR	Capacitação Profissional da Marinha Constituição Federal, art. 142; Lei Complementar nº 97 de 09/06/1999; Lei Complementar nº 117 de 02/09/2004; Lei nº 4.375 de 17/08/1964; Lei nº 11.279 de 09/02/2006; Decreto nº 57.654 de 20/01/1966; Decreto nº 4.780 de 15/07/2003; e Decreto nº 6.883 de 25/06/2009.
21A0	Aprestamento das Forças Caput do Art. 142 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004; Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003; Decreto nº 4.735, de 11 de junho de 2003 e Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 - Estratégia Nacional da Defesa.
21BY	Fiscalização da Navegação Aquaviária Constituição Federal, art. 142; Lei Complementar nº 97 de 09/06/1999; Lei Complementar nº 117 de 02/09/2004; Lei Complementar nº 136 de 25/08/2010; Lei nº 9.537 de 11/12/1997; Lei nº 13.844 de 18/06/2019; Decreto nº 20.923 de 08/01/1932; Decreto nº 2.596 de 18/05/1998; Decreto nº 5.129 de 06/07/2004; e Decreto nº 8.978 de 01/02/201
21BZ	Prestação de Auxílios à Navegação Constituição Federal, art. 142; Lei Complementar nº 97 de 09/06/1999; Lei Complementar nº 117 de 02/09/2004; Lei Complementar nº 136 de 25/08/2010; Lei nº 4.202 de 06/02/1963; Lei nº 9.537 de 11/12/1997; Lei nº 13.844 de 18/06/2019; Decreto-Lei nº 243 de 28/02/1967; Decreto-Lei nº 1.023 de 21/10/1969; Decreto nº 20.923 de 08/01/1932; Decreto nº 70.092 de 02/02/1972; Decreto nº 70.198 de 24/02/1972; e Decreto nº 8.978 de 01/02/2017
21D0	Reforma, Manutenção e Readequação de Próprios Nacionais Residenciais para os Comandos Militares Caput, art. 142, Constituição Federal; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; e Lei nº 11.653, de 07 de abril de 2008.
52932	Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo
2510	Prestação de Ensino Profissional Marítimo Constituição Federal, caput e art. 142; Lei Complementar nº 97 de 09/06/1999; Lei Complementar nº 117 de 02/09/2004; Lei nº 13.502, de 1 de novembro de 2017; Decreto-Lei nº 828 de 05/09/1969; Decreto nº 968 de 29/10/1993; e Decreto nº 4.735 de 11/06/2003.
53101	Ministério do Desenvolvimento Regional - Administração Direta
00AF	Integralização de Cotas ao Fundo de Arrendamento Residencial - FAR CF/88, art. 21 e art. 23; Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001-Estatuto das Cidades; Lei nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001; Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005; Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008; Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009; Lei nº 12.424, de 16 de junho de 2011; Lei nº 12.693, de 24 de julho de 2012; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Lei nº 14.118, de 12 de janeiro de 2021; Decreto nº 10.600, de janeiro de 2021; Portaria Interministerial nº 99, de 30 de março de 2016 e Portaria nº 114, de 09 de fevereiro de 2018.
00CX	Subvenção Econômica Destinada a Implementação de Projetos de Interesse Social em Áreas Rurais (Lei nº 11.977, de 2009) CF/88, art. 21 e art. 23; Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001-Estatuto das Cidades; Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005; Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008; Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009; Lei nº 12.424, de 16 de junho de 2011; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Lei nº 14.118, de 12 de janeiro de 2021; Decreto nº 10.333, de 29 de abril de 2020; Decreto nº 10.600, de janeiro de 2021; Portaria nº 366, de 7 de junho de 2018.
00CY	Transferências ao Fundo de Desenvolvimento Social – FDS (Lei nº 11.977, de 2009) CF/88, art. 21 e art. 23; Lei nº 8.677, de 13 de julho de 1993; Estatuto das Cidades Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001; Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005; Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; ; Lei nº 14.118 de 12 de janeiro de 2021; Decreto nº 10.333, de 29 de abril de 2020; Decreto nº 10.600, de 14 de janeiro de 2021; Resolução do Conselho Curador do FDS nº 214, de 15 de dezembro de 2016; Instrução Normativa nº 12, de 07 de junho de 2018; Instrução Normativa nº 2 de 21 de janeiro de 2021.
00SW	Apoio à Regularização Fundiária em Áreas Urbanas CF, arts. 5º, 6º, 182 e 183; Lei nº 6.015/1973; Lei nº 6.766/1979; Lei nº 10.257/2001; MP nº 2.220/2001; Lei nº 10.406/2002; Lei nº 11.952/2009; Lei nº 11.977/2009; Lei nº 12.651/2012, Lei nº 13.465/2017; Decreto 9.310 de 15 de março de 2018; Decreto nº 10.290, de 24 de março de 2020; Portaria nº 2.072, de 30 de Julho de 2020.
00SY	Apoio a Projetos e Obras de Reabilitação, de Acessibilidade e Modernização Tecnológica em Áreas Urbanas CRFB de 1988, arts. 21, inciso XX; 23, inciso II; 30, incisos VIII e IX; 182 e 183; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015 (Estatuto da Metrópole); Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012; Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012 (Política Nacional de Mobilidade Urbana); Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009; Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004; Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade); Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979; Decreto nº 10.290, de 24 de março de 2020; Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019; Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013; Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011; Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009; Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004; Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941; Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937; Instrução Normativa do Ministério das Cidades nº 33 de 18/12/2014, NBR 9050, de 31 de maio de 2004.
00SZ	Apoio ao Transporte Não Motorizado CRFB, art. 21, XII-f e XX; 22, IX, XI; 23, II, VI, IX, XII; Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto nº 10.290, de 24 de março de 2020.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO-2022, Art. 9º, inciso IV	
Ação Orçamentária / Base legal	
00T0	Apoio a Planos de Mobilidade Urbana Locais
CRFB, art. 21, XII-F e XX; 22, IX, XI; 23, II, VI, IX, XII; Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto nº 10.290, de 24 de março de 2020.	
00T1	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Viária
CRFB de 1988, arts.21 e 23; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; e Decreto nº 10.290, de 24 de março de 2020.	
00T2	Apoio à Urbanização de Assentamentos Precários
CF/88, art. 21 e art. 23; Estatuto das Cidades Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001; Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005; Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007; Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008; Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009; Lei nº 12.424, de 16 de junho de 2011, Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017; Lei nº 14.118 de 12 de janeiro de 2021; Decreto nº 10.290, de 24 de março de 2020; Portaria nº 3.114, de 14 de dezembro de 2020.	
00T3	Apoio a Sistemas de Transporte Público Coletivo Urbano
CRFB, art. 21, XII-F e XX; 22, IX, XI; 23, II, VI, IX, XII; Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto nº 10.290, de 24 de março de 2020.	
00T5	Apoio à Realização de Estudos, Projetos e Obras dos Entes Federados para Contenção ou Amortecimento de Cheias e Inundações e para Contenção de Erosões Marinhas e Fluviais
Lei nº 9.433, de 8/01/1997, art. 2º, incisos II, III e IV, art. 3º, incisos I, II e IV e art. 30, inciso II, art. 31; Lei nº 11.445, de 5/01/2007, art. 2º, inciso V e art. 48, incisos V, VII, VIII e XIII;	
00T6	Apoio à Construção do Canal Adutor do Sertão Alagoano
Lei nº 9.433, de 8/01/1997, art. 2º, incisos II e III, art. 3º, incisos I, II e IV e art. 30, inciso II, art. 31; Lei nº 13.844, de 11/11/2019, art. 29, inciso IV;DECRETO Nº 10.290, DE 24 DE MARÇO DE 2020, art. 18, incisos I e II.	
00T7	Apoio à Implantação da Adutora do Agreste
Lei nº 9.433, de 8/01/1997, art. 2º, incisos II e III, art. 3º, incisos I, II e IV e art. 30, inciso II, art. 31; Lei nº 13.844, de 11/11/2019, art. 29, inciso IV;DECRETO Nº 5.995, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006, art.4º, inciso V; DECRETO Nº 10.290, DE 24 DE MARÇO DE 2020, art. 18, incisos I e II.	
00T8	Apoio à Construção do Canal Adutor Vertente Litorânea
"Lei nº 9.433, de 8/01/1997, art. 2º, incisos II e III, art. 3º, incisos I, II e IV e art. 30, inciso II, art. 31; Lei nº 13.844, de 11/11/2019, art. 29, inciso IV;DECRETO Nº 5.995, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006, art.4º, inciso V; DECRETO Nº 10.290, DE 24 DE MARÇO DE 2020, art. 18, incisos I e II. "	
00T9	Apoio à Implantação do Cinturão das Águas do Ceará
Lei nº 9.433, de 8/01/1997, art. 2º, incisos II e III, art. 3º, incisos I, II e IV e art. 30, inciso II, art. 31; Lei nº 13.844, de 11/11/2019, art. 29, inciso IV;DECRETO Nº 5.995, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006, art.4º, inciso V; DECRETO Nº 10.290, DE 24 DE MARÇO DE 2020, art. 18, incisos I e II.	
00TA	Apoio à Gestão e Implantação de Sistemas de Dessalinização de Águas Continentais e Marinhas - Programa Água Doce e Programa Doce Mar
Constituição Federal de 1988, art. 21, inciso XIX; Lei nº 10.204, de 22/02/ 2001, art. 1º; Lei nº 11.346, de 15/09/2006, art. 4º, inciso I; Lei nº 11.445, de 5/01/2007, art. 2º, inciso V e art. 48, incisos V, VII, VIII e XIII; Lei nº 13.019, de 31/07/2014, art. 5º, inciso VIII; Lei nº 13.971, de 27/12/2019, art. 3º, incisos IX e XIII; Decreto nº 7.217, de 21/06/2010, art. 3º, inciso V, art. 53, inciso IX e art. 68; Decreto nº 7.492, de 2/062011, art. 3º, incisos II e III e art. 4º ,incisos II e III; Decreto nº 7.535, de 26/07/2011, art. 2 º, inciso III; Decreto nº 8.726, de 27/04/2016; Portaria Interministerial nº 169, de 23/04/2012; Portaria Interministerial nº 130, de 23/04/2013, art. 1º, Parágrafo único, inciso I; Portaria Interministerial nº 239, de 03/07/2013; Portaria Interministerial nº 495, de 6/12/2013; Portaria Interministerial nº 424, de 30/12/2016;	
00TB	Apoio à Implantação de Infraestruturas para Segurança Hídrica
Lei nº 9.433, de 8/01/1997, art. 2º, incisos II, III e IV, art. 3º, incisos I, II e IV e art. 30, inciso II, art. 31; Lei nº 10.638, de 06/01/2003, art. 1º e art. 2º, inciso I; Lei nº 12.334, de 20/09/2010, art. 3º, incisos I e II e art. 17; Lei nº 13.844, de 11/11/2019, art. 29, inciso IV;	
00TC	Apoio à Reabilitação de Barragens e de Outras Infraestruturas Hídricas dos Entes Federados
Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, inciso III do art. 4º, e art. 17; Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997; e Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974.	
00TD	Apoio aos Polos de Agricultura Irrigada
Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; Decreto nº 10.290, de 24 de março de 2020; e Portaria MDR nº 1.082, de 25 de abril de 2019.	
00TE	Apoio à Gestão de Projetos Públicos de Irrigação
Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto nº 10.290, de 24 de março de 2020; Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019; Portaria MDR nº 1.082/2019.	
00TF	Apoio a Implantação de Infraestrutura Complementar, Social e Produtiva na Faixa de Fronteira
CRFB de 1988, art. 20, § 2º; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Lei nº 6.634, de 2 de maio 1979; Decreto nº 10.290, de 24 de março de 2020; Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019; Decreto nº 85.064, de 26 de agosto de 1980; Portaria MI nº 80, de 28 de fevereiro de 2018; Portaria MI nº 34, de 18 de janeiro de 2018.	
00TK	Apoio a Sistemas de Drenagem Urbana Sustentável e de Manejo de Águas Pluviais em Municípios Críticos Sujeitos a Eventos Recorrentes de Inundações, Enxurradas e Alagamentos
i. Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 - Estabelece diretrizes nacionais para o Saneamento Básico; ii. Decreto nº 7.217, de 21 de julho de 2010 - Regulamenta as diretrizes nacionais para o Saneamento Básico; iii. Decreto nº 10.290, de 24 de março de 2020 - Aprova a Estrutura Regimental do MDR; iv. Decreto nº 10.430, de 20 de julho de 2020 - Dispõe sobre o Comitê Interministerial de Saneamento Básico; v. Decreto nº 10.588, de 24 de dezembro de 2020 - Dispõe sobre o apoio técnico e financeiro da União; vi. Portaria Interministerial nº 571, de 5 de dezembro de 2013 - Aprova o Plano Nacional de Saneamento Básico; vii. Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016 - Estabelece normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse; viii. Portaria MDR nº 1.923, de 10 de julho de 2020 - Aprova o Manual Técnico da Ação 10SG; ix. Instrução Normativa MDR nº 4, de 18 de março de 2020 - Define orientações complementares à Portaria Interministerial nº 424/2016; x. Instrução Normativa MDR nº 33, de 19 de novembro de 2020 - Estabelece procedimentos para gestão de implementação e da execução de Termos de Compromisso no âmbito do MDR.	
00TL	Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias em Sistemas de Abastecimento de Água em Municípios Integrantes da Região do Semiárido
i. Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 - Marco Legal do Saneamento; ii. Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 - Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil; iii. Lei nº 12.983, de 2 de junho de 2014 - Dispõe sobre as transferências de recursos da União para a execução de ações de prevenção em áreas de risco e de resposta e recuperação em áreas atingidas por desastres; iv. Decreto nº 7.217, de 21 de julho de 2010 - Regulamenta o Marco Legal do Saneamento; v. Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019 - Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional vi. Decreto nº 10.290, de 24 de março de 2020 - Aprova a Estrutura Regimental do MDR; vii. Decreto nº 10.430, de 20 de julho de 2020 - Dispõe sobre o Comitê Interministerial de Saneamento Básico; viii. Decreto nº 10.588, de 24 de dezembro de 2020 - Dispõe sobre o apoio técnico e financeiro da União; ix. Portaria Interministerial nº 571, de 5 de dezembro de 2013 - Aprova o Plano Nacional de Saneamento Básico; x. Portaria MDR nº 490, de 22 de março de 2021 - Condiciona alocação de recursos da União ao cumprimento de índice de perda de água na distribuição. xi. Instrução Normativa MDR nº 4, de 18 de março de 2020 - Define orientações complementares à Portaria Interministerial nº 424/2016; xii. Instrução Normativa MDR nº 33, de 19 de novembro de 2020 - Estabelece procedimentos para gestão de implementação e da execução de Termos de Compromisso no âmbito do MDR.	
00TM	Apoio a Empreendimentos de Saneamento Integrado em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento
i. Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 - Estabelece diretrizes nacionais para o Saneamento Básico; ii. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 - Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; iii. Decreto nº 7.217, de 21 de julho de 2010 - Regulamenta as diretrizes nacionais para o Saneamento Básico; iv. Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010 - Regulamenta a Política Nacional de Resíduos Sólidos; v. Decreto nº 10.290, de 24 de março de 2020 - Aprova a Estrutura Regimental do MDR; vi. Decreto nº 10.430, de 20 de julho de 2020 - Dispõe sobre o Comitê Interministerial de Saneamento Básico; vii. Decreto nº 10.588, de 24 de dezembro de 2020 - Dispõe sobre o apoio técnico e financeiro da União; viii. Portaria Interministerial nº 571, de 5 de dezembro de 2013 - Aprova o Plano Nacional de Saneamento Básico; ix. Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016 - Estabelece normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse; x. Portaria MDCidades nº 334, de 25 de julho de 2012 - Aprova os Manuais Técnico dos Programas e Ações sob gestão da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental; xi. Portaria MDCidades nº 490, de 22 de março de 2021 - Condiciona alocação de recursos da União ao cumprimento de índice de perda de água na distribuição. xii. Instrução Normativa MDR nº 4, de 18 de março de 2020 - Define orientações complementares à Portaria Interministerial nº 424/2016; xiii. Instrução Normativa MDR nº 33, de 19 de novembro de 2020 - Estabelece procedimentos para gestão de implementação e da execução de Termos de Compromisso no âmbito do MDR.	
00TN	Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias em Sistemas de Abastecimento de Água em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento
i. Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 - Estabelece diretrizes nacionais para o Saneamento Básico; ii. Decreto nº 7.217, de 21 de julho de 2010 - Regulamenta as diretrizes nacionais para o Saneamento Básico; iii. Decreto nº 10.290, de 24 de março de 2020 - Aprova a Estrutura Regimental do MDR; iv. Decreto nº 10.430, de 20 de julho de 2020 - Dispõe sobre o Comitê Interministerial de Saneamento Básico; v. Decreto nº 10.588, de 24 de dezembro de 2020 - Dispõe sobre o apoio técnico e financeiro da União; vi. Portaria Interministerial nº 571, de 5 de dezembro de 2013 - Aprova o Plano Nacional de Saneamento Básico; vii. Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016 - Estabelece normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse; viii. Portaria MDCidades nº 334, de 25 de julho de 2012 - Aprova os Manuais Técnico dos Programas e Ações sob gestão da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental; ix. Portaria MDR nº 490, de 22 de março de 2021 - Condiciona alocação de recursos da União ao cumprimento de índice de perda de água na distribuição. x. Instrução Normativa MDR nº 4, de 18 de março de 2020 - Define orientações complementares à Portaria Interministerial nº 424/2016; xi. Instrução Normativa MDR nº 33, de 19 de novembro de 2020 - Estabelece procedimentos para gestão de implementação e da execução de Termos de Compromisso no âmbito do MDR.	
00TO	Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias de Sistemas de Esgotamento Sanitário em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento
i. Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 - Estabelece diretrizes nacionais para o Saneamento Básico; ii. Decreto nº 7.217, de 21 de julho de 2010 - Regulamenta as diretrizes nacionais para o Saneamento Básico; iii. Decreto nº 10.290, de 24 de março de 2020 - Aprova a Estrutura Regimental do MDR; iv. Decreto nº 10.430, de 20 de julho de 2020 - Dispõe sobre o Comitê Interministerial de Saneamento Básico; v. Decreto nº 10.588, de 24 de dezembro de 2020 - Dispõe sobre o apoio técnico e financeiro da União; vi. Portaria Interministerial nº 571, de 5 de dezembro de 2013 - Aprova o Plano Nacional de Saneamento Básico; vii. Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016 - Estabelece normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse; viii. Portaria MDCidades nº 334, de 25 de julho de 2012 - Aprova os Manuais Técnico dos Programas e Ações sob gestão da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental; ix. Instrução Normativa MDR nº 4, de 18 de março de 2020 - Define orientações complementares à Portaria Interministerial nº 424/2016; x. Instrução Normativa MDR nº 33, de 19 de novembro de 2020 - Estabelece procedimentos para gestão de implementação e da execução de Termos de Compromisso no âmbito do MDR.	

LDO-2022, Art. 9º, inciso IV	
Ação Orçamentária / Base legal	
00TP	Apoio à Elaboração de Planos e Projetos de Saneamento em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento
i. Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 - Estabelece diretrizes nacionais para o Saneamento Básico; ii. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 - Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; iii. Decreto nº 7.217, de 21 de julho de 2010 - Regulamenta as diretrizes nacionais para o Saneamento Básico; iv. Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010 - Regulamenta a Política Nacional de Resíduos Sólidos; v. Decreto nº 10.290, de 24 de março de 2020 - Aprova a Estrutura Regimental do MDR; vi. Decreto nº 10.430, de 20 de julho de 2020 - Dispõe sobre o Comitê Interministerial de Saneamento Básico; vii. Decreto nº 10.588, de 24 de dezembro de 2020 - Dispõe sobre o apoio técnico e financeiro da União; viii. Portaria Interministerial nº 571, de 5 de dezembro de 2013 - Aprova o Plano Nacional de Saneamento Básico; ix. Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016 - Estabelece normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse; x. Portaria MCidades nº 334, de 25 de julho de 2012 - Aprova os Manuais Técnico dos Programas e Ações sob gestão da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental; xi. Portaria MDR nº 490, de 22 de março de 2021 - Condiciona alocação de recursos da União ao cumprimento de índice de perda de água na distribuição. xii. Instrução Normativa MDR nº 4, de 18 de março de 2020 - Define orientações complementares à Portaria Interministerial nº 424/2016; xiii. Instrução Normativa MDR nº 33, de 19 de novembro de 2020 - Estabelece procedimentos para gestão de implementação e da execução de Termos de Compromisso no âmbito do MDR.	
00TQ	Apoio a Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento
i. Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 - Estabelece diretrizes nacionais para o Saneamento Básico; ii. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 - Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; iii. Decreto nº 7.217, de 21 de julho de 2010 - Regulamenta as diretrizes nacionais para o Saneamento Básico; iv. Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010 - Regulamenta a Política Nacional de Resíduos Sólidos; v. Decreto nº 10.290, de 24 de março de 2020 - Aprova a Estrutura Regimental do MDR; vi. Decreto nº 10.430, de 20 de julho de 2020 - Dispõe sobre o Comitê Interministerial de Saneamento Básico; vii. Decreto nº 10.588, de 24 de dezembro de 2020 - Dispõe sobre o apoio técnico e financeiro da União; viii. Portaria Interministerial nº 571, de 5 de dezembro de 2013 - Aprova o Plano Nacional de Saneamento Básico; ix. Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016 - Estabelece normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse; x. Portaria MCidades nº 334, de 25 de julho de 2012 - Aprova os Manuais Técnico dos Programas e Ações sob gestão da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental; xi. Instrução Normativa MDR nº 4, de 18 de março de 2020 - Define orientações complementares à Portaria Interministerial nº 424/2016; xii. Instrução Normativa MDR nº 33, de 19 de novembro de 2020 - Estabelece procedimentos para gestão de implementação e da execução de Termos de Compromisso no âmbito do MDR.	
00TR	Apoio à Redução e Controle de Perdas de Água em Sistemas de Abastecimento em Regiões Metropolitanas, Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico, Municípios com mais de 50 mil Habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos com mais de 150 mil Habit
i. Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 - Estabelece diretrizes nacionais para o Saneamento Básico; ii. Decreto nº 7.217, de 21 de julho de 2010 - Regulamenta as diretrizes nacionais para o Saneamento Básico; iii. Decreto nº 10.290, de 24 de março de 2020 - Aprova a Estrutura Regimental do MDR; iv. Decreto nº 10.430, de 20 de julho de 2020 - Dispõe sobre o Comitê Interministerial de Saneamento Básico; v. Decreto nº 10.588, de 24 de dezembro de 2020 - Dispõe sobre o apoio técnico e financeiro da União; vi. Portaria Interministerial nº 571, de 5 de dezembro de 2013 - Aprova o Plano Nacional de Saneamento Básico; vii. Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016 - Estabelece normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse; viii. Portaria MCidades nº 334, de 25 de julho de 2012 - Aprova os Manuais Técnico dos Programas e Ações sob gestão da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental; ix. Instrução Normativa MDR nº 4, de 18 de março de 2020 - Define orientações complementares à Portaria Interministerial nº 424/2016; x. Instrução Normativa MDR nº 33, de 19 de novembro de 2020 - Estabelece procedimentos para gestão de implementação e da execução de Termos de Compromisso no âmbito do MDR.	
0E64	Subvenção Econômica Destinada à Habitação de Interesse Social em Cidades com menos de 50.000 Habitantes (Lei nº 11.977, de 2009)
CF/88, art. 21 e art. 23; Estatuto das Cidades Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001; Lei nº 13.502, de 01 de novembro de 2017; Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005; Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007; Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008; Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009; Lei nº 12.424, de 16 de junho de 2011; Lei 14.118 de 12 de janeiro de 2021; Portaria nº 547, de 28 de novembro de 2011, do Ministério das Cidades; Portaria nº 610, de 26 de dezembro de 2011, do Ministério das Cidades.	
12EP	Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional (Eixo Leste)
Lei nº 9.433, de 8/01/1997, art. 2º, incisos II e III, art. 3º, incisos I, II e IV e art. 30, inciso II, art. 31; Lei nº 13.844, de 11/11/2019, art. 29, inciso IV; DECRETO Nº 5.995, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006, art.4º, inciso I; DECRETO Nº 10.290, DE 24 DE MARÇO DE 2020, art. 18, incisos I e II.	
14RL	Realização de Estudos, Projetos e Obras para Contenção ou Amortecimento de Cheias e Inundações e para Contenção de Erosões Marinhas e Fluviais
Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997; Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007; e Lei nº 13.844, de 11 de novembro de 2019.	
14UX	Aperfeiçoamento das Ações do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres – Cenad
Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010 e alterações posteriores; Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012; Lei n. 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto n. 7.257, de 04 de agosto de 2010; Decreto n. 10.290, de 24 de março de 2020; Decreto n. 10.426, de 16 de julho de 2020; Decreto n. 10.593, de 24 de dezembro de 2020; e Resolução CONDEC n. 2, de 12 de dezembro de 1994.	
152D	Construção do Sistema Adutor Ramal do Agreste Pernambucano
Lei nº 9.433, de 8/01/1997, art. 2º, incisos II e III, art. 3º, incisos I, II e IV e art. 30, inciso II, art. 31; Lei nº 13.844, de 11/11/2019, art. 29, inciso IV; Decreto nº 5.995, de 19/12/2006, art. 1º, § 2º e Art. 4º, incisos IV e V; DECRETO Nº 10.290, DE 24 DE MARÇO DE 2020, art. 18, incisos I e II.	
2000	Administração da Unidade
Decreto nº 9.666, de 2 de janeiro de 2019 e Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019.	
20NV	Apoio à Implementação de Ações de Desenvolvimento do Setor Águas
i. Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 - Marco Legal do Saneamento; ii. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 - Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; iii. Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; iv. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos; v. Decreto nº 7.217, de 21 de julho de 2010 - Regulamenta o Marco Legal do Saneamento; vi. Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010 - Regulamenta a Política Nacional de Resíduos Sólidos; vii. Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019 - Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional; viii. Decreto nº 10.290, de 24 de março de 2020 - Aprova a Estrutura Regimental do MDR; ix. Decreto nº 10.430, de 20 de julho de 2020 - Dispõe sobre o Comitê Interministerial de Saneamento Básico; x. Decreto nº 10.588, de 24 de dezembro de 2020 - Dispõe sobre o apoio técnico e financeiro da União; xi. Portaria Interministerial nº 571, de 5 de dezembro de 2013 - Aprova o Plano Nacional de Saneamento Básico; xii. Portaria MCidades nº 334, de 25 de julho de 2012 - Aprova os Manuais Técnico dos Programas e Ações sob gestão da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental.	
20VR	Conservação e Recuperação de Bacias Hidrográficas
Constituição Federal de 1988, art. 21, inciso XIX, art. 225, § 1º, incisos I e VI; Lei nº 6.938, de 31/08/1981, art. 2º, incisos II, VI, VIII e X, art. 4º, inciso VI; Lei nº 9.433, de 8/01/1997, art. 1º, incisos V e VI, art. 29, inciso IV, art. 30, inciso IV e art. 31; Lei nº 9.795, de 27/04/1999, art. 3º, inciso I e art. 8º; Lei nº 9.984, de 17/07/2000, art. 2º, art. 3º, incisos XI, XV e XVII; Lei nº 9.985, de 18/07/2000, art. 2º, incisos XI e XII; Lei nº 12.651, de 25/05/2012, art. 61-A, § 13 e § 17; Lei nº 13.971, de 27/12/2019, art. 3º, incisos IX e XII; Decreto nº 8.834, de 9/08/2016, art. 1º e art. 2º; Decreto nº 10.290, de 24/03/2020, art. 18, incisos XI, XII e XIII e art. 21, incisos XI, XII, XIII e XIV;	
20VS	Formulação e Apoio à Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos
Constituição Federal de 1988, art. 21, inciso XIX; Lei nº 9.433, de 8/01/1997, art. 1º, incisos IV e VI, art. 35, incisos I, VI, VII e IX e art. 45; Lei nº 13.971, de 27/12/1997, art. 3º, incisos IX e XII; Decreto nº 10.000, de 03/09/2019, art. 1º, incisos I, II, VII, VIII e IX; Decreto nº 10.290, de 24/03/2020, art. 18, incisos III e IX e art. 21, incisos I, II e VIII; Resolução n. 17, de 29/05/2001 Resolução n. 22, de 24/05/2002; Resolução n. 58, de 30/01/2006; Resolução n. 67, de 07/12/2006; Resolução n. 69, de 19/03/2007; Resolução n. 80, de 10/12/2007; Resolução n. 99, de 26/03/2009; Resolução n. 135, de 14/12/2011; Resolução n. 145, de 12/12/2012; Resolução n. 148, de 13/12/2012; Resolução n. 181, de 07/12/2016;	
20WQ	Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional, Ordenamento Territorial e Irrigação
Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; Decreto nº 10.290, de 24 de março de 2020; Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019; Portaria MDR nº 3.149, de 27 dezembro de 2019; Portaria MDR nº 3.153, de 27 dezembro de 2019; e Portaria MI nº 34, de 18 de janeiro de 2018.	
20Z9	Apoio à Competitividade e à Modernização da Construção Civil com Sustentabilidade Ambiental
CF/88, art. 21 e art. 23; Lei nº 10.257/2001 (Estatuto das Cidades); Lei nº 11.124/2005; Lei nº 11.578/2007; Lei nº 11.888/2008; Lei nº 11.977/2009; Lei 12.424/2011; Lei nº 13.844/2019; Lei nº 14.118/2021; Decreto nº 10.290, de 24 de março de 2020; Decreto nº 10.325, de 22 de abril de 2020.	
212H	Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)
CRFB de 1988, artigo 218 e seus parágrafos; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998; Decreto nº 10.290, de 24 de março de 2020; Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019; Decreto nº 9.190, de 19 de novembro de 2017; Decreto S/Nº, de 02 de setembro de 2013 (qualifica como Organização Social a Associação Brasileira de Pesquisa e Inovação – Embrapii); Decreto nº 4.078, de 9 de janeiro de 2002 (CGEE); Decreto nº 4.077, de 9 de janeiro de 2002 (RNP); Decreto nº 3.605, de 20 setembro de 2000 (IMPAP); Decreto S/Nº, de 04 de junho de 1999 (IDSM); Decreto nº 2.405, de 26 de novembro de 1997 (CNPENM); Portaria MDR nº 1.082, de 25 de abril de 2019; Portaria MI nº 80, de 28 de fevereiro de 2018; Contratos de Gestão celebrados entre a União e as Organizações Sociais.	
214S	Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional
Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto nº 10.290, de 24 de março de 2020; Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019; e Portaria MI nº 80, de 28 de fevereiro de 2018.	
214T	Gestão, Operação e Manutenção do Projeto de Integração do Rio São Francisco - PISF
Lei nº 9.433, de 8/01/1997, art. 2º, incisos II e III, art. 3º, incisos I, II e IV e art. 30, inciso II, art. 31; Lei nº 10.638, de 06/01/2003, art. 1º, incisos II e IV e art. 2º, inciso I; Lei nº 6.088, de 16/07/1974, art. 9º, inciso IV; Decreto nº 5.995, de 19/12/2006, art. 1º, § 2º, art. 3º, inciso IV, Art. 4º, incisos IV e V, art. 12, art. 13 e art. 14; DECRETO Nº 10.290, DE 24 DE MARÇO DE 2020, art. 18, incisos I e II.	
216F	Gestão da Política de Saneamento Básico
i. Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 - Marco Legal do Saneamento; ii. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 - Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; iii. Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; iv. Decreto nº 7.217, de 21 de julho de 2010 - Regulamenta o Marco Legal do Saneamento; v. Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010 - Regulamenta a Política Nacional de Resíduos Sólidos; vi. Decreto nº 10.290, de 24 de março de 2020 - Aprova a Estrutura Regimental do MDR; vii. Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020 - Dispõe sobre a descentralização de créditos entre órgãos e entidades da administração pública federal por meio da celebração de termo de execução descentralizada; viii. Decreto nº 10.430, de 20 de julho de 2020 - Dispõe sobre o Comitê Interministerial de Saneamento Básico; ix. Decreto nº 10.588, de 24 de dezembro de 2020 - Dispõe sobre o apoio técnico e financeiro da União; x. Portaria Interministerial nº 571, de 5 de dezembro de 2013 - Aprova o Plano Nacional de Saneamento Básico; xi. Portaria MDR nº 490, de 22 de março de 2021 - Condiciona alocação de recursos da União ao cumprimento de índice de perda de água na distribuição.	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 11, inciso XXV, Art. 17, inciso XIV e § 8º da LDO-2019.	
219H	Operação e Manutenção da Barragem e da Eclusa do Canal São Gonçalo
Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto nº 10.290, de 24 de março de 2020; Decreto nº 1.148, de 26 de maio de 1994; Decreto nº 4.258, de 4 de junho de 2002; Decreto nº 81.351, de 17 de fevereiro de 1978, que promulgou o Tratado de Cooperação para o aproveitamento dos recursos naturais e o desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim.	
21DD	Reabilitação de Barragens e de Outras Infraestruturas Hídricas
Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974 e demais alterações; Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997; Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010.	

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO-2022, Art. 9º, inciso IV	
Ação Orçamentária / Base legal	
21DE	Estudos e Projetos de Infraestrutura para Segurança Hídrica Lei nº 9.433, de 8/01/1997, art. 2º, incisos II, III e IV, art. 3º, incisos I, II e IV e art. 30, inciso II, art. 31; Lei nº 12.334, de 20/09/2010, art. 3º, incisos I e II e art. 17; Lei nº 13.844, de 11/11/2019, art. 29, inciso IV;
21DF	Recuperação de Reservatórios Estratégicos para a Integração do Rio São Francisco Lei nº 9.433, de 8/01/1997, art. 2º, incisos II e III, art. 3º, incisos I, II e IV e art. 30, inciso II, art. 31; Lei nº 13.844, de 11/11/2019, art. 29, inciso IV; DECRETO Nº 5.995, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006, art.4º, incisos I e V; DECRETO Nº 10.290, DE 24 DE MARÇO DE 2020, art. 18, incisos I e II.
22BO	Ações de Proteção e Defesa Civil Lei n. 10.954, de 29 de setembro de 2004; Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010 e alterações posteriores; Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012; Lei n. 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto n. 5.125, de 1º de julho de 2004; Decreto n. 7.257, de 04 de agosto de 2010; Decreto n. 10.290, de 24 de março de 2020; Decreto n. 10.426, de 16 de julho de 2020; Decreto n. 10.593, de 24 de dezembro de 2020; Resolução CONDEC n. 2, de 12 de dezembro de 1994; Portaria Interministerial MI/MD n. 1, de 25 de julho de 2012 e alterações posteriores; e Portaria MDR n. 3.033, de 4 de dezembro de 2020.
2D49	Estudos, Projetos e Desenvolvimento Institucional no Setor da Mobilidade Urbana CRFB, art. 21, XII-f e XX; 22, IX, XI; 23, II, VI, IX, XII; Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto nº 10.290, de 24 de março de 2020.
4641	Publicidade de Utilidade Pública Art. 37 da Constituição Federal de 1988; Art. 7º, inciso V, da Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017; Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008; Decreto nº 9.038, de 26 de abril de 2017. Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom: 1. Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017 que dispõe sobre a conceituação das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências; 2. Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares; 3. Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal.
5900	Integração do Rio São Francisco com as Bacias dos Rios Jaguaribe, Piranhas-Açu e Apodi (Eixo Norte) Lei nº 9.433, de 8/01/1997, art. 2º, incisos II e III, art. 3º, incisos I, II e IV e art. 30, inciso II, art. 31; Lei nº 13.844, de 11/11/2019, art. 29, inciso IV; DECRETO Nº 5.995, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006, art.4º, inciso I; DECRETO Nº 10.290, DE 24 DE MARÇO DE 2020, art. 18, incisos I e II.
8172	Coordenação e Fortalecimento do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010 e alterações posteriores; Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012; Lei n. 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto n. 6.170, de 25 de julho de 2007; Decreto n. 7.257, de 04 de agosto de 2010; Decreto n. 10.290, de 24 de março de 2020; Decreto n. 10.426, de 16 de julho de 2020; Decreto n. 10.593, de 24 de dezembro de 2020; Resolução CONDEC n. 2, de 12 de dezembro de 1994; e Portaria Interministerial n. 424, de 30 de dezembro de 2016 (exclusivamente para emendas parlamentares impositivas).
8348	Apoio a Obras Emergenciais de Mitigação para Redução de Desastres Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010 e alterações posteriores; Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012; Lei n. 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto n. 7.257, de 04 de agosto de 2010; Decreto n. 10.290, de 24 de março de 2020; Decreto n. 10.426, de 16 de julho de 2020; Decreto n. 10.593, de 24 de dezembro de 2020; Resolução CONDEC n. 2, de 12 de dezembro de 1994; e Portaria MDR n. 3.033, de 4 de dezembro de 2020; e Portaria MDR n. 773, de 26 de abril de 2021.
8865	Apoio à Execução de Projetos e Obras de Contenção de Encostas em Áreas Urbanas Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001;Lei n. 11.578, de 26 de novembro de 2007 e alterações posteriores; Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010 e alterações posteriores; Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012; Lei n. 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto n. 6.170, de 25 de julho de 2007; Decreto n. 10.290, de 24 de março de 2020; Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010; Decreto n. 10.593, de 24 de dezembro de 2020; Resolução CONDEC n. 2, de 12 de dezembro de 1994; e Portaria Interministerial n. 424, de 30 de dezembro de 2016 (exclusivamente para emendas parlamentares impositivas).
8874	Apoio ao Planejamento e Gestão Urbana Municipal e Interfederativa CRFB de 1988, arts.182 e 183; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015; Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012; Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009; Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001; Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979; Decreto nº 10.290, de 24 de março de 2020; Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019.
53201	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba -
00T1	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Viária CRFB de 1988, arts.21 e 23; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; e Decreto nº 10.290, de 24 de março de 2020.
00TD	Apoio aos Polos de Agricultura Irrigada Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; Decreto nº 10.290, de 24 de março de 2020; Portaria MDR nº 1.082, de 25 de abril de 2019.
12FT	Implantação do Projeto Público de Irrigação Marrecas/Jenipapo com 1.000 ha Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; Lei nº 6.088 de 16 de julho de 1974 e demais alterações.
14VI	Implantação de Infraestruturas para Segurança Hídrica Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997; Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010; Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974 e demais alterações.
15XT	Implantação de Sistemas Adutores para Abastecimento de Água do Canal do Sertão Alagoano Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974 e demais alterações; Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997; Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010.
15XV	Construção de Sistema Integrado de Abastecimento de Água Lei 13.971/2019 - Art. 8º
15XW	Implantação da Barragem Tinguis Lei 13.971/2019: Art. 8º
2000	Administração da Unidade Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997; Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010; Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974.
20EY	Operação e Manutenção de Projetos Públicos de Irrigação de Interesse Social Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; Lei nº 6.088 de 16 de julho de 1974 e demais alterações.
20N4	Operação e Manutenção de Infraestruturas Hídricas Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997; Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010; Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974 e demais alterações.
212M	Apoio e Estruturação de Projetos Aquícolas na Área de Atuação da Codevasf Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; Lei nº 12.852, de 05 de Agosto de 2013; Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974 e demais alterações. Lei nº 13.507, de 17 de novembro de 2017; Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.
214S	Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; Lei nº 12.852, de 05 de Agosto de 2013; Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974 e demais alterações. Lei nº 13.507, de 17 de novembro de 2017; Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.
214T	Gestão, Operação e Manutenção do Projeto de Integração do Rio São Francisco - PISF Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997; Lei nº 10.638, de 06 de janeiro de 2003; Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974 e demais alterações; Decreto nº 5.995/2006, alterado pelo Decreto nº 8.207/2014.
21DD	Reabilitação de Barragens e de Outras Infraestruturas Hídricas Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974 e demais alterações; Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997; Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010.
21DE	Estudos e Projetos de Infraestrutura para Segurança Hídrica Lei nº 9.433, de 8/01/1997, art. 2º, incisos II, III e IV, art. 3º, incisos I, II e IV e art. 30, inciso II, art. 31; Lei nº 12.334, de 20/09/2010, art. 3º, incisos I e II e art. 17; Lei nº 13.844, de 11/11/2019, art. 29, inciso IV;
21DG	Recuperação Hidroambiental nas Bacias Hidrográficas na Área de Atuação da Codevasf Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974 e demais alterações. Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997; Lei nº 12.651, de 25 de Maio de 2012 e Lei 13.507, de 17 de novembro de 2017.
21DH	Implantação, Ampliação, Melhorias ou Adequação de Sistemas de Abastecimento de Água em Áreas de Atuação da CODEVASF Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974 e demais alterações; Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997; Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020
21DI	Regularização Ambiental e Fundiária de Projetos Públicos de Irrigação Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966; Lei nº 6.088, de 16 de junho de 1974 e demais alterações; Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981; Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997; Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; Decreto nº 4.449 de 30 de agosto de 2002; Decreto nº 5.570, de 31 de outubro de 2005; Resolução CONAMA nº 001, de 23 de janeiro de 1986; Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997.
21DJ	Estudos e Projetos para Implantação de Projetos Públicos de Irrigação Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974 e demais alterações.
21DK	Gestão de Projetos Públicos de Irrigação Lei nº 6.088 de 16 de julho de 1974 e demais alterações. Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013.
21DL	Implantação, Ampliação, Melhoria ou Adequação de Sistemas de Esgotamento Sanitário na Área de Atuação da Codevasf Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974 e demais alterações. Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997; Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007; Lei 13.507, de 17 de novembro de 2017; Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO-2022, Art. 9º, inciso IV	
Ação Orçamentária / Base legal	
2819	Funcionamento de Estações e Centros de Pesquisa em Aquicultura Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; Lei nº 12.852, de 05 de Agosto de 2013; Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974 e demais alterações. Lei nº 13.507, de 17 de novembro de 2017 Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.
2869	Operação das Linhas de Navegação no Lago de Três Marias Lei nº 6.088, de 16/07/74 e demais alterações.
4786	Capacitação e Monitoramento da Juventude Rural (Projeto Amanhã) Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; Lei nº 12.852, de 05 de Agosto de 2013; Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974 e demais alterações; Lei nº 13.507, de 17 de novembro de 2017; Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.
5260	Implantação do Projeto Público de Irrigação Pontal com 7.811,91 ha Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; Lei nº 6.088 de 16 de julho de 1974 e demais alterações.
5308	Construção da Barragem Jequitáí Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010; Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997; Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974 e demais alterações.
5314	Implantação do Projeto Público de Irrigação Baixo de Irecê com 16.615 ha Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; Lei nº 6.088 de 16 de julho de 1974 e demais alterações.
7X91	Construção da 1ª Etapa (Fase I) do Canal do Xingó Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997; Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010; Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974.
53202	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
00SY	Apoio a Projetos e Obras de Reabilitação, de Acessibilidade e Modernização Tecnológica em Áreas Urbanas Constituição Federal de 1988, arts. 21, inciso XX; 23, inciso II; 30, incisos VIII e IX; 43; 182 e 183; Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007; Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979; Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade); Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004; Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009; Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012 (Política Nacional de Mobilidade Urbana); Lei 12.608, de 10 de abril de 2012; Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015 (Estatuto da Metrópole); Lei 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941; Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004; Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009; Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011; Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013; Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019; Decreto nº 10.290, de 24 de março 2020; NBR 9050, de 31 de maio de 2004; Instrução Normativa do Ministério das Cidades nº 33 de 18 de dezembro de 2014.
2000	Administração da Unidade Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007.
20WQ	Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional, Ordenamento Territorial e Irrigação Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007; e Decreto Nº 9.810, de 30 de maio de 2019.
214S	Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional Lei Complementar nº 124 de 03 de janeiro de 2007; Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019; e Portaria MI nº 162, de 16 de maio de 2014.
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 11, inciso XXV, Art. 17, inciso XV e § 9º da LDO-2016.
4542	Fomento à Pesquisa, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável da Biodiversidade Amazônica Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007, Decreto nº 7.839/2012, art. 3º, inciso II; Resolução nº 008/2008 do CONDEL da Sudam.
53203	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
2000	Administração da Unidade Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007.
20WQ	Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional, Ordenamento Territorial e Irrigação Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007; Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007; Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019; e Portaria MI nº 566, de 15 de março de 2007.
214S	Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007; Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007; Portaria MI nº 566, de 15 de março de 2007 ; Portaria MI nº 162, de 24 de abril de 2014.
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 11, inciso XXV, Art. 17, inciso XV e § 9º da LDO-2016.
4640	Capacitação de Recursos Humanos para a Competitividade Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007, Decreto nº 9.810, DE 30 de maio 2019.
8340	Desenvolvimento da Rede Regional de Inovação Art. 2º da Lei Complementar nº 125, de 03 de janeiro de 2007; § 2º, art. 3º da MP nº 2.156-5, de 24 de agosto de 2001, alterado pelo art. 19 da Lei Complementar nº 125, de 03 de janeiro de 2007, e inciso II, art. 3º do Decreto nº 7.838, de 09 de novembro de 2012.
8917	Fortalecimento das Administrações Locais Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007, Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007; e, Portaria MI nº 566, de 15 de março de 2007.
53204	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS
00OQ	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica Lei Nº 4229/1963, que "Transforma o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS em autarquia e dá outras providências", Capítulo II, Art 2º, item "I" - "promover, patrocinar ou auxiliar congressos nacionais e internacionais sobre assuntos de interesse da autarquia, bem como os de obras contra secas que se realizem no País e propor a sua representação nos congressos realizados no estrangeiro".
00TG	Apoio à Construção da Barragem Oiticica Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997; Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010; e Lei nº 4.229, de 1º de junho de 1963.
11AA	Construção da Barragem Fronteiras Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997; Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010; e Lei nº 4.229, de 1º de junho de 1963.
14VI	Implantação de Infraestruturas para Segurança Hídrica Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997; Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003; Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010; Lei nº 13.844/2019, de 11 de novembro de 2019.
1M49	Modernização dos Recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação Lei nº 4.229, de 1º de junho de 1963. Art. 15 da Portaria DNOCS/DG/GAB nº 43, de 31 de janeiro de 2017, de forma a demonstrar o enquadramento legal da manutenção desta ação apartada da Administração da Unidade.
1021	Implantação do Projeto Público de Irrigação Tabuleiros Litorâneos de Parnaíba - 2ª Etapa - com 5.985 ha Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; e Lei nº 4.229, de 1º de junho de 1963.
2000	Administração da Unidade Lei nº 4.229, de 1º de junho de 1963.
20N4	Operação e Manutenção de Infraestruturas Hídricas Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997; Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010; e Lei nº 4.229, de 1º de junho de 1963.
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 11, inciso XXV, Art. 17, inciso XV e § 9º da LDO-2016.
21DD	Reabilitação de Barragens e de Outras Infraestruturas Hídricas Lei nº 4.229, de 1º de junho de 1963; Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997; e Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010.
21DI	Regularização Ambiental e Fundiária de Projetos Públicos de Irrigação Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966; Lei nº 6.088, de 16 de junho de 1974; Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981; Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997; Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; Decreto nº 4.449 de 30 de agosto de 2002; Decreto nº 5.570, de 31 de outubro de 2005; Resolução CONAMA nº 001, de 23 de janeiro de 1986; e Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997.
21DK	Gestão de Projetos Públicos de Irrigação Lei nº 4.229, de 1º de junho de 1963; e Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013.
2819	Funcionamento de Estações e Centros de Pesquisa em Aquicultura Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; Lei nº 12.852, de 05 de Agosto de 2013; Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974 e demais alterações. Lei nº 13.507, de 17 de novembro de 2017 Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.
53207	Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO
00SX	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009; Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019.
00SY	Apoio a Projetos e Obras de Reabilitação, de Acessibilidade e Modernização Tecnológica em Áreas Urbanas Constituição Federal de 1988, arts. 21, inciso XX; 23, inciso II; 30, incisos VIII e IX; 182 e 183; Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979; Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade); Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004; Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009; Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012 (Política Nacional de Mobilidade Urbana); Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012; Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015 (Estatuto da Metrópole); Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937; Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941; Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004; Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009; Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011; Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013; Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019; Decreto nº 10.290, de 24 de março 2020; NBR 9050, de 31 de maio de 2004; Instrução Normativa do Ministério das Cidades nº 33, de 17 de dezembro de 2014.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO-2022, Art. 9º, inciso IV	
Ação Orçamentária / Base legal	
00T1	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Viária CRFB de 1988, arts.21 e 23; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; e Decreto nº 10.290, de 24 de março de 2020.
2000	Administração da Unidade Lei Complementar nº 129, de 08 de janeiro de 2009.
20WQ	Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional, Ordenamento Territorial e Irrigação Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009; Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019.
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
53208	Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - TRENSURB
2000	Administração da Unidade Decreto nº 84.640, de 17/04/1980; Lei nº 8.693, de 03/08/1993.
2843	Funcionamento dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros CF Artigo 21, Inciso VI, IX, XI, XII e XX. Decreto nº 84.640 de 17/04/1980 Lei nº 3.115 de 16/03/1957 Lei nº 10.257 de 10/07/2001 Lei nº 12.587 de 03/01/2012 Lei nº 13.971 de 27/12/2019
4641	Publicidade de Utilidade Pública Art. 37 da Constituição Federal de 1988; Art. 7º, inciso V, da Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017; Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008; Decreto nº 9.038, de 26 de abril de 2017. Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom: 1. Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017 que dispõe sobre a conceituação das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências; 2. Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares; 3. Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal.
6438	Capacitação de Recursos Humanos para Transportes Coletivos Urbanos Base Legal: Lei nº 8.693 de 03/08/93; Decreto nº 6.129, de 20/06/2007; Decreto 84.640 de 17/04/1980; Decreto 89.396 de 22/02/1984. Estatuto social da TRENSURB, capítulo II, art. 4º, que tem por objetivo "a contratação, implantação e exploração de um serviço de trens urbanos na Região Metropolitana de Porto Alegre - RMPA, no Estado do Rio Grande do Sul; e a exploração de atividades conexas ou complementares às escritas na alínea anterior". Estatuto social da CBTU, art. 4º.
53209	Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU
2000	Administração da Unidade Decreto 4.566 de 01/01/2003; Decreto 89.396 de 22/02/1984.
2843	Funcionamento dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros Lei Federal nº 10.098/2000, Lei nº 3.115, de 16/03/1957, art. 5º; Lei nº 87.428, de 27/07/1982; Lei Estadual nº 39.679/1999. Lei Municipal de Porto Alegre nº 8.317/99; Decreto nº 84.640 de 17/04/1980; Estatuto Social da TRENSURB, capítulo II, art. 4º; Estatuto Social da CBTU; Decreto 89.396 de 22/02/1984.
4641	Publicidade de Utilidade Pública Art. 37 da Constituição Federal de 1988; Art. 7º, inciso V, da Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017; Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008; Decreto nº 9.038, de 26 de abril de 2017. Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom: 1. Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017 que dispõe sobre a conceituação das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências; 2. Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares; 3. Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal.
6438	Capacitação de Recursos Humanos para Transportes Coletivos Urbanos Lei nº 8.693, de 03/08/93; Lei nº 10.257, de 10/07/2001; Decreto nº 6.129, de 20/06/2007; Decreto nº 84.640, de 17/04/1980; Decreto nº 89.396, de 22/02/1984; Estatuto social da CBTU, art. 4º.
53210	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA
00LX	Transferência dos Recursos da Cobrança às Agências de Águas (Leis nº 9.433/1997 e nº 10.881/2004) Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, em especial a seção IV; Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, em especial o § 6º do art. 4º; e Lei nº 10.881, de 9 de junho de 2004, em especial o § 1º do art. 4º.
2000	Administração da Unidade CF 1988; Decreto-Lei 200/1967; Lei nº 10.683/2003
20WI	Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos Constituição Federal 1988, Lei nº 9.433/1997; Lei nº 9.648/1998, Lei nº 9.984/2000 e Decreto nº 7.402/2010; Lei nº 12.058/2009; Decreto nº 3.692/2000; e Portaria ANA nº 62, de 2013.
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 11, inciso XXV, Art. 17, inciso XV e § 9º da LDO-2016.
219R	Melhoria da Qualidade Regulatória do Setor de Saneamento Constituição Federal 1988; Lei nº 11.445/2007, Lei nº 9.984/2000; Lei nº 10.768/2003.
2378	Operação da Rede Hidrometeorológica Constituição Federal 1988, Lei nº 9.433/1997; Lei nº 9.648/1998, Lei nº 9.984/2000 e Decreto nº 7.402/2010; Lei nº 12.058/2009; Decreto nº 3.692/2000; e Portaria ANA nº 62, de 2013.
4926	Regulação e Fiscalização dos Usos de Recursos Hídricos, dos Serviços de Irrigação e Adução de Água Bruta e da Segurança de Barragens Lei nº 9.433/1997; Lei nº 9.648/1998, Lei nº 9.984/2000 e Decreto nº 7.402/2010; Decreto nº 3.692/2000; Lei nº 12.058/2009; Lei nº 12.334/2010; Decreto nº 4.024/2001, Portaria ANA nº 62, de 2013; e Resolução ANA nº 2020/2014.
53906	Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS
00TH	Apoio à Urbanização de Assentamentos Precários por meio do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social CF/88, art. 21 e art. 23; Estatuto das Cidades Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001; Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005; Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007; Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008; Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009; Lei nº 12.424, de 16 de junho de 2011; Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017; Lei nº 14.118 de 12 de janeiro de 2021; Decreto nº 10.290, de 24 de março de 2020; Portaria nº 3.114, de 14 de dezembro de 2020.
00TI	Apoio à Produção Habitacional de Interesse Social CF/88, art. 21 e art. 23; Estatuto das Cidades Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001; Lei nº 13.502, de 01 de novembr de 2017; Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005; Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007; Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008; Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009; Lei nº 12.424, de 16 de junho de 2011; Lei nº 14.118, de 12 de janeiro de 2021; Portaria nº 3.114, de 14 de dezembro de 2020.
00TJ	Apoio à Melhoria Habitacional CF/88, art. 21 e art. 23; Estatuto das Cidades Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001; Lei nº 13.502, de 01 de novembr de 2017; Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005; Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007; Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008; Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009; Lei nº 12.424, de 16 de junho de 2011; Lei nº 14.118 de 12 de janeiro de 2021; Decreto nº 10.290, de 24 de março de 2020; Portaria nº 3.248, de 29 de dezembro de 2020.
8873	Apoio ao Fortalecimento Institucional dos Agentes Integrantes do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS CF/88, art. 21 e art. 23; Estatuto das Cidades Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001; Lei nº 13.502, de 01 de novembr de 2017; Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005; Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007; Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008; Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009; Lei nº 12.424, de 16 de junho de 2011; Decreto nº 10.290, de 24 de março de 2020, Lei nº 14.118, de 13 de janeiro de 2021; Decreto nº 10.600, de 14 de janeiro de 2021.
54101	Ministério do Turismo - Administração Direta
00OQ	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 10.753/2003, Lei nº 13.696/2018, Decreto nº 520/1992, Decreto nº 10.357/2020 (PO 0001); Decreto nº 10.359 de 20 de maio de 2020; Art. 12, inciso XVI, alínea "b", da Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020 (LDO-2021);Decreto 520/1992;; Decreto nº 350/1991 (tratado do Mercosul); e Decreto nº 1.991/1996 (Promulga o Protocolo Adicional ao Tratado de Assunção sobre a Estrutura Institucional do MERCOSUL (Protocolo de Ouro Preto), de 17 de dezembro de 1994).
10V0	Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008; Portaria MTur nº 39, de 10 de março de 2017; Lei nº 13.844/2019; Portaria nº 36, de 29 de janeiro de 2019; DECRETO Nº 10.359, de 20 de maio de 2020.
14U2	Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais Arts. 215 e 216 da Constituição Federal de 1988; Lei nº 8.313/1991; Decreto nº 5.761/2006; Lei nº 11.906/2009; Lei nº 12.343/2010 (Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC): art. 3º, V, VII, VIII, e anexo; Decreto nº 6.845/2009; Decreto nº 6.853/2009; Decreto nº 6.170/2007; Portaria Interministerial nº 127, de 29/05/2008; Decreto nº 10.359/2020 (aprova a estrutura regimental do Ministério do Turismo); Portaria nº 123, de 13 de dezembro de 2011(publica as metas do PNC).
15P0	Apoio para Pavimentação e Urbanização da Estrada Parque Rota Ecológica - Trecho de 23,5 km da Rodovia AL-101 Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007; Decreto nº 10.359, de 20 de maio de 2020.
15P1	Apoio à Construção da Segunda Etapa do Galpão Fábrica do Samba Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007; Decreto nº 10.359, de 20 de maio de 2020.
15P2	Apoio para Implantação e Pavimentação do trecho da Rota Caminhos do Imperador/AL - 1ª Etapa - Rodovia AL-230 - entroncamento AL -110 até o entroncamento da BR-101 Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007; Decreto nº 10.359, de 20 de maio de 2020.
15P3	Apoio para Implantação e Pavimentação da Estrada Parque Barra de Santo Antônio - Barra de Camaragibe: trecho da Rodovia AL-101 Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007; Decreto nº 10.359, de 20 de maio de 2020.
2000	Administração da Unidade CF 1988; Decreto-Lei 200/1967; Lei nº 10.683/2003. Decreto nº 10.359, de 20 de maio de 2020.
20Y3	Promoção e Marketing do Turismo no Mercado Nacional Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Portaria nº 36, de 29 de janeiro de 2019; Decreto nº 10.359, de 20 de maio de 2020.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO-2022, Art. 9º, inciso IV	
Ação Orçamentária / Base legal	
202F	Promoção e Fomento à Cultura Brasileira Arts. 215 e 216 da Constituição Federal de 1988; Lei nº 8.313/1991; Decreto nº 5.761/2006; Lei nº 11.906/2009; Decreto nº 3.100/1999; Lei nº 8.666/1993; Decreto nº 6.170/2007; Portaria Interministerial nº 424/2016; Instrução Normativa n.º 57, de 20/10/2009; Art. 68 da ADCT; Lei nº 7.668/1988; Lei nº 3.924/1961; Decreto nº 80.978/1977; Portaria FCP nº 98, de 26/11/2007; Lei nº 10.753/2003 (Política Nacional do Livro); Decreto nº 520/1992; Lei nº 13.018/2014; Decreto nº 8.837/2016; Medida Provisória nº 2.228-1/2001; Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais - UNESCO (ratificada pela Câmara Federal em novembro de 2006 e pelo Senado brasileiro, em dezembro do mesmo ano); Decreto nº 3.551/2000; Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial, de 2003; Decreto nº 6.040/2007; Convenção nº169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT 1989), ratificada pelo Decreto nº 5.051/2004; Declaração das Nações Unidas sobre o Direito dos Povos Indígenas (ONU 2007); Convenção da Diversidade Biológica; Lei nº 13.123/2015; Lei nº 6.001/1973 (Estatuto do índio); Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais, Estatuto da Criança e do Adolescente; Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais, II PNPm; Declaração das Nações Unidas sobre o Direito dos Povos Indígenas (ONU 2007); Lei nº 12.343/2010 (Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC); Art. 3º, inciso IX, Art. 14 e anexo; Decreto nº 5.520/2005, alterado pelo Decreto nº 6.973/2009: Institui o Sistema Federal de Cultura- SFC; Portaria nº 28, de 19/3/2010 (publica o Regimento Interno do Conselho Nacional de Política Cultural); Portaria nº 123, de 13/12/2011 (publica as metas do PNC). Decreto 519/1992 (que institui o Programa Nacional de Incentivo à Leitura; Lei 13.696/2018 (que institui a Política Nacional de Leitura e Escrita); Lei 13.019/2014; Decreto 8.726/2016; Decreto nº 10.359/2020 (aprova a estrutura regimental do Ministério do Turismo).
202G	Formulação e Gestão da Política Cultural Constituição Federal de 1988, art. 24, VII, VIII e IX, §§ 1º, 2º, 3º e 4º, arts. 215, 216 e 216A; Lei nº 13.502/2017; Decreto nº 8.837/2016; Lei nº 9.610/1998; Lei nº 6.533/1978; Lei nº 12.343/2010 (Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC); Art. 3º, incisos IX e XII, § 1º, e anexo; Decreto nº 9.891/2019 (dispõe sobre o Conselho Nacional de Política Cultural); Decreto nº 5.520/2005 (Institui o Sistema Federal de Cultura- SFC); Portaria nº 123, de 13 de dezembro de 2011 (publica as metas do PNC); Lei nº 8.313/1991; Portaria nº 621/2020 (estabelece o Acordo de Cooperação Federativa do Sistema Nacional de Cultura). Decreto nº 10.359/2020 (aprova a estrutura regimental do Ministério do Turismo).
211F	Funcionamento de Espaços e Equipamentos Culturais Arts. 215 e 216 da Constituição Federal de 1988; Lei nº 8.313/1991; Decreto nº 5.761/2006; Lei nº 11.906/2009; Decreto nº 6.845/2009; Lei nº 8.313/1991; Decreto nº 6.853/2009, Decreto nº 6.170/2007; Lei 10.753/2003; Lei 13.696/2018, Decreto 519/1992, Decreto 520/1992, Decreto nº 10.359/2020 (aprova a estrutura regimental do Ministério do Turismo).
212H	Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998) Art. 218 da Constituição Federal de 1988; Medida Provisória nº 2.216-37/2001; Decreto nº 3.294/1999; Decreto nº 4.077/2002. Lei nº 9.637/1998; Decreto nº 8.385/2014; Decreto nº 10.359/2020 (aprova a estrutura regimental do Ministério do Turismo).
215G	Implementação da Política Nacional de Cultura Viva Lei nº 13.018/2014; Instrução Normativa nº8/2016; Decreto nº 10.359/2020 (aprova a estrutura regimental do Ministério do Turismo).
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A da 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; Art. 12 inciso XXIV e art. 19 inciso XIII e 57º da LDO-2021.
218A	Inovação, Difusão e Ampliação do Acesso à Produção Audiovisual Brasileira Constituição Federal de 1988: art. 23.V, art. 24, IX §§ 1º, 2º, 3º e 4º, arts. 215, 216 e 216 A; Lei nº 8.313/1991; Lei nº 12.343/2010 (Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC); Art. 3º, V, VII, VIII, e anexo; Decreto nº 5.761/2006; Decreto nº 10.359/2020 (aprova a estrutura regimental do Ministério do Turismo); Portaria nº 123, de 13 de dezembro de 2011(publica as metas do PNC); Portaria Minc 127/2011 (institui o Programa de Programa de Fomento à Produção Audiovisual Brasileira); Portaria MinC nº 27/2017 (institui o Programa Nacional de Apoio a Festivais e Mostras Audiovisuais).
218G	Gestão, Inovação e Inteligência Competitiva do Turismo Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Portaria nº 36, de 29 de janeiro de 2019; Decreto nº 10.359, de 20 de maio de 2020.
218H	Sustentabilidade, Formalização, Posicionamento e Apoio à Comercialização de Produtos Turísticos Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Portaria nº 36, de 29 de janeiro de 2019; Decreto nº 10.359, de 20 de maio de 2020.
219S	Desenvolvimento e Fortalecimento da Economia Criativa Arts. 215 e 216 CF; Art. 216-A - CF; Lei 12.343/2010; Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021; Portaria 123 de 13/12/2011; Decreto 6.170/2007; Portaria Interministerial 424/2016; Lei 13.019/2014; Decreto 8.726/2016; Lei 10.753/2003; Lei 13.696/2018; Decreto 519/1992; Decreto 520/1992; Decreto 10.359/2020.
21DB	Estruturação e Ordenamento dos Destinos Turísticos Brasileiros Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008; Decreto nº 10.359, de 20 de maio de 2020.
2C01	Promoção de Investimentos Privados, Financiamento, Parcerias e Concessões no Setor de Turismo Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008; Decreto nº 10.359, de 20 de maio de 2020.
4590	Qualificação e Certificação no Turismo Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Portaria nº 36, de 29 de janeiro de 2019; Decreto nº 10.359, de 20 de maio de 2020.
54202	Fundação Casa de Rui Barbosa
000Q	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica Art. 12, inciso XVI, alínea “b”, da Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020 (LDO-2021). Decreto nº 10.359, de 20 de maio de 2020.
2000	Administração da Unidade Constituição Federal de 1988; Decreto-Lei nº 200/1967; Lei nº 13.502/2017. Decreto nº 10.359, de 20 de maio de 2020.
202H	Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro Decreto nº 80.978/1977; Decreto nº 3.551/2000; Lei nº 13.502/2017; Decreto nº 10.368/2020; Lei nº 11.483/2007; Decreto nº 5.761/2006; Lei nº 3.924/1961; Lei nº 4.845/1965; Lei nº 8.394/1991; Decreto nº 4.915/2003; Decreto-Lei nº 25/1937; Decreto nº 9.238/2017; Decreto nº 10.359/2020 (aprova a estrutura regimental do Ministério do Turismo).
202M	Produção e Difusão de Conhecimento na Área Cultural Arts. 215 e 216 da Constituição Federal de 1988; Lei nº 8.313/1991; Decreto nº 5.761/2006; Decreto nº 10.359/2020 (aprova a estrutura regimental do Ministério do Turismo).
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Decreto nº 9.991/2019. Decreto nº 10.359, de 20 de maio de 2020.
54203	Fundação Biblioteca Nacional - BN
000Q	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica Art. 12, inciso XVI, alínea “b”, da Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020 (LDO-2021). Decreto nº 10.359, de 20 de maio de 2020.
2000	Administração da Unidade Constituição Federal de 1988; Decreto-Lei nº 200/1967; Lei nº 13.502/2017. Decreto nº 10.359, de 20 de maio de 2020.
202F	Promoção e Fomento à Cultura Brasileira Arts. 215 e 216 da Constituição Federal de 1988; Lei nº 8.313/1991; Decreto nº 5.761/2006; Lei nº 11.906/2009; Decreto nº 3.100/1999; Lei nº 8.666/1993; Decreto nº 6.170/2007; Portaria Interministerial nº 127, de 29/05/2008; Instrução Normativa n.º 57, de 20/10/2009; Art. 68 da ADCT; Lei nº 7.668/1988; Decreto nº 4.887/2003; Lei nº 3.924/1961; Decreto nº 80.978/1977; Portaria FCP nº 98, de 26/11/2007; Lei nº 10.753/2003 (Política Nacional do Livro); Decreto nº 520/1992; Lei nº 13.018/2014; Medida Provisória nº 2.228-1/2001; Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais - UNESCO (ratificada pela Câmara Federal em novembro de 2006 e pelo Senado brasileiro, em dezembro do mesmo ano); Decreto nº 3.551/2000; Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial, de 2003; Decreto nº 6.040/2007; Convenção nº169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT 1989), ratificada pelo Decreto nº 5.051/2004; Declaração das Nações Unidas sobre o Direito dos Povos Indígenas (ONU 2007); Lei nº 13.123/2015; Lei nº 6.001/1973 (Estatuto do índio); Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais, Estatuto da Criança e do Adolescente; Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais, II PNPm; Declaração das Nações Unidas sobre o Direito dos Povos Indígenas (ONU 2007); Lei nº 12.343/2010 (Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC); Art. 3º, inciso IX, Art. 14 e anexo; Decreto nº 5.520/2005, alterado pelo Decreto nº 6.973/2009: Institui o Sistema Federal de Cultura- SFC; Portaria nº 28, de 19/3/2010 (publica o Regimento Interno do Conselho Nacional de Política Cultural); Portaria nº 123, de 13/12/2011 (publica as metas do PNC); Decreto nº 10.359/2020 (aprova a estrutura regimental do Ministério do Turismo).
202H	Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro Decreto nº 80.978/1977; Decreto nº 3.551/2000; Lei nº 13.502/2017; Decreto nº 7.717/2012; Lei nº 11.483/2007; Decreto nº 3.761/2006; Lei nº 3.924/1961; Lei nº 4.845/1965; Decreto nº 3.551/2000; Lei nº 8.394/1991; Decreto nº 4.915/2003; Decreto-Lei nº 25/1937; Decreto nº 9.238/2017; Decreto nº 10.359/2020 (aprova a estrutura regimental do Ministério do Turismo).
211F	Funcionamento de Espaços e Equipamentos Culturais Arts. 215 e 216 da Constituição Federal de 1988; Lei nº 8.313/1991; Decreto nº 5.761/2006; Lei nº 11.906/2009; Decreto nº 6.845/2009; Lei nº 8.313/1991; Decreto nº 6.853/2009, Decreto nº 6.170/2007; Portaria Interministerial nº 127, de 29/05/2008; Decreto nº 10.359/2020 (aprova a estrutura regimental do Ministério do Turismo).
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Decreto nº 9.991/2019. Decreto nº 10.359, de 20 de maio de 2020.
54204	Fundação Cultural Palmares
14U2	Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais Arts. 215 e 216 da Constituição Federal de 1988; Lei nº 8.313/1991; Decreto nº 5.761/2006; Lei nº 11.906/2009; Lei nº 12.343/2010 (Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC); Art. 3º, V, VII, VIII, e anexo; Decreto nº 6.845/2009; Decreto nº 6.853/2009; Decreto nº 6.170/2007; Portaria Interministerial nº 127, de 29/05/2008; Decreto nº 10.359/2020 (aprova a estrutura regimental do Ministério do Turismo); Portaria nº 123, de 13 de dezembro de 2011(publica as metas do PNC).
2000	Administração da Unidade Constituição Federal de 1988; Decreto-Lei nº 200/1967; Lei nº 13.502/2017. Decreto nº 10.359, de 20 de maio de 2020.
202F	Promoção e Fomento à Cultura Brasileira Arts. 215 e 216 da Constituição Federal de 1988; Lei nº 8.313/1991; Decreto nº 5.761/2006; Lei nº 11.906/2009; Decreto nº 5.853/2009; Decreto nº 3.100/1999; Lei nº 8.666/1993; Decreto nº 6.170/2007; Portaria Interministerial nº 127, de 29/05/2008; Instrução Normativa n.º 57, de 20/10/2009; Art. 68 da ADCT; Lei nº 7.668/1988; Decreto nº 4.887/2003; Lei nº 3.924/1961; Decreto nº 80.978/1977; Portaria FCP nº 98, de 26/11/2007; Lei nº 10.753/2003 (Política Nacional do Livro); Decreto nº 520/1992; Lei nº 13.018/2014; Decreto nº 7.743/2012; Medida Provisória nº 2.228-1/2001; Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais - UNESCO (ratificada pela Câmara Federal em novembro de 2006 e pelo Senado brasileiro, em dezembro do mesmo ano); Decreto nº 3.551/2000; Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial, de 2003; Decreto nº 6.040/2007; Convenção nº169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT 1989), ratificada pelo Decreto nº 5.051/2004; Declaração das Nações Unidas sobre o Direito dos Povos Indígenas (ONU 2007); Convenção da Diversidade Biológica; Lei nº 13.123/2015; Lei nº 6.001/1973 (Estatuto do índio); Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais, Estatuto da Criança e do Adolescente; Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais, II PNPm; Declaração das Nações Unidas sobre o Direito dos Povos Indígenas (ONU 2007); Lei nº 12.343/2010 (Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC); Art. 3º, inciso IX, Art. 14 e anexo; Decreto nº 5.520/2005, alterado pelo Decreto nº 6.973/2009: Institui o Sistema Federal de Cultura- SFC; Portaria nº 28, de 19/3/2010 (publica o Regimento Interno do Conselho Nacional de Política Cultural); Portaria nº 123, de 13/12/2011 (publica as metas do PNC); Decreto nº 10.359/2020 (aprova a estrutura regimental do Ministério do Turismo).
202H	Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro Decreto nº 80.978/1977; Decreto nº 3.551/2000; Decreto nº 5.761/2006; Lei nº 3.924/1961; Lei nº 4.845/1965; Lei nº 8.394/1991; Decreto nº 4.915/2003; Decreto-Lei nº 25/1937; Lei nº 7.668/1988; Decreto nº 95.855/1988; Decreto. nº 6.853/2009; Decreto nº 4.887/2003; Decreto nº 10.359/2020 (aprova a estrutura regimental do Ministério do Turismo).

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO-2022, Art. 9º, inciso IV	
Ação Orçamentária / Base legal	
202M	Produção e Difusão de Conhecimento na Área Cultural Arts. 215 e 216 da Constituição Federal de 1988; Lei nº 8.313/1991; Decreto nº 5.761/2006; Decreto nº 10.359/2020 (aprova a estrutura regimental do Ministério do Turismo).
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 12 inciso XXIV e art. 19 inciso XIII e §7º da LDO-2021.
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Decreto nº 9.991/2019. Decreto nº 10.359, de 20 de maio de 2020.
54205	Fundação Nacional de Artes
14U2	Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais Arts. 215 e 216 da Constituição Federal de 1988; Lei nº 8.313/1991; Decreto nº 5.761/2006; Lei nº 11.906/2009; Lei nº 12.343/2010 (Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC); Art. 3º, V, VII, VIII, e anexo; Decreto nº 6.845/2009; Decreto nº 6.853/2009; Decreto nº 6.170/2007; Portaria Interministerial nº 127, de 29/05/2008; Decreto nº 10.359/2020 (aprova a estrutura regimental do Ministério do Turismo); Portaria nº 123, de 13 de dezembro de 2011(publica as metas do PNC).
2000	Administração da Unidade Constituição Federal de 1988; Decreto-Lei nº 200/1967; Lei nº 13.502/2017. Decreto nº 10.359, de 20 de maio de 2020.
20KH	Ações Integradas de Cultura e Educação Art. 215 da Constituição Federal de 1988; Lei nº 12.343/2010; Decreto nº 10.359/2020 (aprova a estrutura regimental do Ministério do Turismo).
20ZF	Promoção e Fomento à Cultura Brasileira Arts. 215 e 216 da Constituição Federal de 1988; Lei nº 8.313/1991; Decreto nº 5.761/2006; Lei nº 11.906/2009; Decreto nº 3.100/1999; Lei nº 8.666/1993; Decreto nº 6.170/2007; Portaria Interministerial nº 127, de 29/05/2008; Instrução Normativa n.º 57, de 20/10/2009; Art. 68 da ADCT; Lei nº 7.668/1988; Lei nº 3.924/1961; Decreto nº 80.978/1977; Portaria FCP nº 98, de 26/11/2007; Lei nº 10.753/2003 (Política Nacional do Livro); Decreto nº 520/1992; Lei nº 13.018/2014; Medida Provisória nº 2.228-1/2001; Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais - UNESCO (ratificada pela Câmara Federal em novembro de 2006 e pelo Senado brasileiro, em dezembro do mesmo ano); Decreto nº 3.551/2000; Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial, de 2003; Decreto nº 6.040/2007; Convenção nº169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT 1989), ratificada pelo Decreto nº 5.051/2004; Declaração das Nações Unidas sobre o Direito dos Povos Indígenas (ONU 2007); Convenção da Diversidade Biológica; Lei nº 13.123/2015; Lei nº 6.001/1973 (Estatuto do índio); Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais, Estatuto da Criança e do Adolescente; Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais, II PNPM; Declaração das Nações Unidas sobre o Direito dos Povos Indígenas (ONU 2007); Lei nº 12.343/2010 (Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC); Art. 3º, inciso IX, Art. 14 e anexo; Decreto nº 5.520/2005, alterado pelo Decreto nº 6.973/2009; Institui o Sistema Federal de Cultura- SFC; Portaria nº 28, de 19/3/2010 (publica o Regimento Interno do Conselho Nacional de Política Cultural); Portaria nº 123, de 13/12/2011 (publica as metas do PNC); Decreto nº 10.359/2020 (aprova a estrutura regimental do Ministério do Turismo).
20ZH	Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro Decreto nº 80.978/1977; Decreto nº 3.551/2000; Decreto nº 5.761/2006; Lei nº 3.924/1961; Lei nº 4.845/1965; Lei nº 8.394/1991; Decreto nº 4.915/2003 e Decreto-Lei nº 25/1937; Decreto nº 10.359/2020 (aprova a estrutura regimental do Ministério do Turismo).
211F	Funcionamento de Espaços e Equipamentos Culturais Arts. 215 e 216 da Constituição Federal de 1988; Lei nº 8.313/1991; Decreto nº 5.761/2006; Lei nº 11.906/2009; Decreto nº 6.170/2007; Portaria Interministerial nº 127, de 29/05/2008; Decreto nº 10.359/2020 (aprova a estrutura regimental do Ministério do Turismo).
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 12 inciso XXIV e art. 19 inciso XIII e §7º da LDO-2021.
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Decreto nº 9.991/2019. Decreto nº 10.359, de 20 de maio de 2020.
54206	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
2000	Administração da Unidade Constituição Federal de 1988; Decreto-Lei nº 200/1967; Lei nº 13.844/2019; Decreto nº 10.359, de 20 de maio de 2020; Lei nº 8.666/1993; Lei nº 10.520/2002; Decreto nº 7.892/2013; Decreto nº 10.024/ 2019, Lei 12.462/2011; Lei nº 14.133/2021; Instrução Normativa Nº 05/2017; Instrução Normativa Nº 07/2018; Decreto Nº 9.507/2018; Instrução Normativa Nº 40/2020 - ME; Instrução Normativa Nº 73/2020 - ME; Instrução Normativa Nº 01/2019 - ME.
20ZH	Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro Art. 216 da Constituição Federal de 1988; Lei nº 13.844/2019; Lei 11.483/2007; Lei nº 3.924/1961; Lei nº 4.845/1965; Lei nº 8.394/1991; Lei nº 13.019/2014; Decreto nº 5.761/2006; Decreto nº 9.238/2017; Decreto nº 80.978/1977; Decreto nº 3.551/2000; Decreto nº 4.915/2003 e Decreto-Lei nº 25/1937; Decreto nº 5.753/2006; Decreto nº 7.387/2010; Decreto nº 9.938/2019; Decreto nº 5.002/2004; Decreto nº 3.193/1999; Decreto nº 350/1991; Decreto nº 9.763/2019; Decreto Legislativo nº 16/1964. Resolução Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural nº 001/2009; Portaria IPHAN nº 407/2010; Portaria IPHAN nº 420/10; Portaria IPHAN nº 187/2010 Portaria IPHAN nº 200/2016; Resolução Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural nº 001/2006; Portaria IPHAN nº 299/2015; Resolução Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural nº 005/2019; Portaria IPHAN nº 194/2016; Portaria IPHAN nº 137/2016. Portaria Interministerial 424/2016; Portaria Interministerial 43/2020; Decreto nº 10.359/2020 (aprova a estrutura regimental do Ministério do Turismo); Portaria IPHAN nº 366/2018; Portaria IPHAN nº 11/2021; Portaria IPHAN nº 23/2021.
211F	Funcionamento de Espaços e Equipamentos Culturais Arts. 215 e 216 da Constituição Federal de 1988; Lei nº 8.313/1991; Decreto nº 5.761/2006; Lei nº 11.906/2009; Decreto nº 6.170/2007; Portaria Interministerial nº 127, de 29/05/2008; Decreto nº 10.359/2020 (aprova a estrutura regimental do Ministério do Turismo); Portaria IPHAN nº 11/2021; Portaria IPHAN nº 23/2021.
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 12 inciso XXIV e art. 19 inciso XIII e §7º da LDO-2021.
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Decreto nº 9.991/2019. Decreto nº 10.359, de 20 de maio de 2020.
5538	Preservação do Patrimônio Cultural das Cidades Históricas Arts. 215 e 216 da Constituição Federal de 1988; Decreto-Lei nº 25/1937; Decreto nº 9238/2017; Decreto nº 80.978/1977; Resolução do Senado Federal nº 56/1999; Lei nº 12.462/2011; Decreto nº 6.170/2007; Decreto nº 10.359/2020 (aprova a estrutura regimental do Ministério do Turismo); Portaria Iphan nº 420/2010; Portaria Iphan nº 383/2013; Portaria Iphan nº 436/2013; Lei nº 8.666/1993; Decreto nº 7.581/2011; Decreto nº 7.983/2013; Lei nº 14.133/2021; Portaria IPHAN nº 11/2021; Portaria IPHAN nº 23/2021.
54207	Agência Nacional do Cinema - ANCINE
0050	Contribuição ao Programa Ibermedia Decreto nº 3.092, de 1999 - promulga o Convênio para a Cooperação no âmbito da Conferência Ibero-Americana, concluído em San Carlos de Bariloche, em 15 de outubro de 1995; Decreto nº 2.777, de 1999 - promulga o Convênio de Integração Cinematográfica Ibero-Americana, assinado em Caracas, em 11 de novembro de 1989; Decreto nº 8.283, de 3 de julho de 2014; Decreto n.º 10.359, de 20 de maio de 2020.
2000	Administração da Unidade Constituição Federal de 1988; Decreto-Lei nº 200/1967; Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017. Decreto nº 8.283 de 3 de julho de 2014.
202I	Fomento ao Setor Audiovisual (Medida Provisória nº 2.228-1/2001) Constituição Federal de 1988, arts. 215 e 216; Medida Provisória nº 2.228-1/2001; Lei nº 8.313/1991; Lei nº 8.685/1993; Decreto nº 8.283, de 3 de julho de 2014; Decreto nº 10.359/2020 (aprova a estrutura regimental do Ministério do Turismo).
202J	Fiscalização e Regulamentação do Setor Audiovisual Medida Provisória nº 2.228-1/2001; Lei nº 11.437/2006; Decreto nº 6.590/2008; Decreto nº 8.283, de 3 de julho de 2014; Decreto nº 10.359/2020 (aprova a estrutura regimental do Ministério do Turismo).
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 12 inciso XXIV e art. 19 inciso XIII e §7º da LDO-2021.
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Decreto nº 8.283, de 3 de julho de 2014.
4641	Publicidade de Utilidade Pública Art. 37 da Constituição Federal de 1988; Art. 7º, inciso V, da Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017; Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008; Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom: 1. Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017 que dispõe sobre a conceituação das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências; 2. Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares; 3. Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal. Decreto nº 8.283, de 3 de julho de 2014.
54208	Instituto Brasileiro de Museus
000Q	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica Decreto nº 10.359, de 20 de maio de 2020. Art. 12, inciso XVI, alínea “b”, da Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020 (LDO-2021).
14U2	Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais Arts. 215 e 216 da Constituição Federal de 1988; Lei nº 8.313/1991; Decreto nº 5.761/2006; Lei nº 11.906/2009; Lei nº 12.343/2010 (Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC); Art. 3º, V, VII, VIII, e anexo; Decreto nº 6.845/2009; Decreto nº 6.853/2009; Decreto nº 6.170/2007; Portaria Interministerial nº 127, de 29/05/2008; Decreto nº 10.359/2020 (aprova a estrutura regimental do Ministério do Turismo); Portaria nº 123, de 13 de dezembro de 2011(publica as metas do PNC).
2000	Administração da Unidade Constituição Federal de 1988; Decreto-Lei nº 200/1967; Lei nº 13.502/2017. Decreto nº 10.359, de 20 de maio de 2020.
20ZF	Promoção e Fomento à Cultura Brasileira Arts. 215 e 216 da Constituição Federal de 1988; Lei nº 8.313/1991; Decreto nº 5.761/2006; Lei nº 11.906/2009; Decreto nº 6.845/2009; Decreto nº 3.100/1999; Lei nº 8.666/1993; Decreto nº 6.170/2007; Portaria Interministerial nº 127, de 29/05/2008; Instrução Normativa n.º 57, de 20/10/2009; Art. 68 da ADCT; Lei nº 7.668/1988; Lei nº 3.924/1961; Decreto nº 80.978/1977; Portaria FCP nº 98, de 26/11/2007; Lei nº 10.753/2003 (Política Nacional do Livro); Decreto nº 520/1992; Lei nº 13.018/2014; Decreto nº 7.743/2012; Medida Provisória nº 2.228-1/2001; Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais - UNESCO (ratificada pela Câmara Federal em novembro de 2006 e pelo Senado brasileiro, em dezembro do mesmo ano); Decreto nº 3.551/2000; Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial, de 2003; Decreto nº 6.040/2007; Convenção nº169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT 1989), ratificada pelo Decreto nº 5.051/2004; Declaração das Nações Unidas sobre o Direito dos Povos Indígenas (ONU 2007); Convenção da Diversidade Biológica; Lei nº 13.123/2015; Lei nº 6.001/1973 (Estatuto do índio); Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais, Estatuto da Criança e do Adolescente; Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais, II PNPM; Declaração das Nações Unidas sobre o Direito dos Povos Indígenas (ONU 2007); Lei nº 12.343/2010 (Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC); Art. 3º, inciso IX, Art. 14 e anexo; Decreto nº 5.520/2005, alterado pelo Decreto nº 6.973/2009; Institui o Sistema Federal de Cultura- SFC; Portaria nº 28, de 19/3/2010 (publica o Regimento Interno do Conselho Nacional de Política Cultural); Portaria nº 123, de 13/12/2011 (publica as metas do PNC); Decreto nº 10.359/2020 (aprova a estrutura regimental do Ministério do Turismo).
211F	Funcionamento de Espaços e Equipamentos Culturais Arts. 215 e 216 da Constituição Federal de 1988; Lei nº 8.313/1991; Decreto nº 5.761/2006; Lei nº 11.906/2009; Decreto nº 6.845/2009; Decreto nº 6.170/2007; Portaria Interministerial nº 127, de 29/05/2008; Decreto nº 10.359/2020 (aprova a estrutura regimental do Ministério do Turismo).

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO-2022, Art. 9º, inciso IV	
Ação Orçamentária / Base legal	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 12 inciso XXIV e art. 19 inciso XIII e §7º da LDO-2021.
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Decreto nº 9.991/2019. Decreto nº 10.359, de 20 de maio de 2020.
54902	Fundo Nacional de Cultura
006A	Investimentos Retornáveis no Setor Audiovisual mediante Participação em Empresas e Projetos - Fundo Setorial do Audiovisual Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006; Decreto nº 6.299, de 12 de dezembro de 2007;Decreto nº 10.359/2020 (aprova a estrutura regimental do Ministério do Turismo).
14U2	Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais Arts. 215 e 216 da Constituição Federal de 1988; Lei nº 8.313/1991; Decreto nº 5.761/2006; Lei nº 11.906/2009; Lei nº 12.343/2010 (Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC); art. 3º, V, VII, VIII, e anexo; Decreto nº 6.845/2009; Decreto nº 6.853/2009; Decreto nº 6.170/2007; Portaria Interministerial nº 127, de 29/05/2008; Decreto nº 10.359/2020 (aprova a estrutura regimental do Ministério do Turismo); Portaria nº 123, de 13 de dezembro de 2011(publica as metas do PNC).
20ZF	Promoção e Fomento à Cultura Brasileira Arts. 215 e 216 da Constituição Federal de 1988; Lei nº 8.313/1991; Decreto nº 5.761/2006; Lei nº 11.906/2009; Decreto nº 3.100/1999; Lei nº 8.666/1993; Decreto nº 6.170/2007; Portaria Interministerial nº 127, de 29/05/2008; Instrução Normativa n.º 57, de 20/10/2009; Art. 68 da ADCT; Lei nº 7.668/1988; Lei nº 3.924/1961; Decreto nº 80.978/1977; Portaria FCP nº 98, de 26/11/2007; Lei nº 10.753/2003 (Política Nacional do Livro); Decreto nº 520/1992; Lei nº 13.018/2014; Medida Provisória nº 2.228-1/2001; Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais - UNESCO (ratificada pela Câmara Federal em novembro de 2006 e pelo Senado brasileiro, em dezembro do mesmo ano); Decreto nº 3.551/2000; Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial, de 2003; Decreto nº 6.040/2007; Convenção nº169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT 1989), ratificada pelo Decreto nº 5.051/2004; Declaração das Nações Unidas sobre o Direito dos Povos Indígenas (ONU 2007); Convenção da Diversidade Biológica; Lei nº 13.123/2015; Lei nº 6.001/1973 (Estatuto do índio); Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais, Estatuto da Criança e do Adolescente; Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais, II PNPM; Declaração das Nações Unidas sobre o Direito dos Povos Indígenas (ONU 2007); Lei nº 12.343/2010 (Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC); Art. 3º, inciso IX, Art. 14 e anexo; Decreto nº 5.520/2005, alterado pelo Decreto nº 6.973/2009; Institui o Sistema Federal de Cultura- SFC; Portaria nº 28, de 19/3/2010 (publica o Regimento Interno do Conselho Nacional de Política Cultural); Portaria nº 123, de 13/12/2011 (publica as metas do PNC); Decreto nº 10.359/2020 (aprova a estrutura regimental do Ministério do Turismo).
20ZH	Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro Decreto nº 80.978/1977; Decreto nº 3.551/2000; Lei nº 13.502/2017; Lei nº 11.483/2007; Decreto nº 5.761/2006; Lei nº 3.924/1961; Lei nº 4.845/1965; Lei nº 8.394/1991; Decreto nº 4.915/2003; Decreto-Lei nº 25/1937; Decreto nº 10.359/2020 (aprova a estrutura regimental do Ministério do Turismo).
20ZK	Administração dos Investimentos, Financiamentos e Atividades do Fundo Setorial do Audiovisual (Lei nº 11.437, de 2006) Arts. 215 e 216 da Constituição Federal de 1988; Lei nº 11.437/2006; Decreto nº 6.299/2007; Decreto nº 10.359/2020 (aprova a estrutura regimental do Ministério do Turismo).
8106	Apoio a Projetos Audiovisuais Específicos - Fundo Setorial do Audiovisual Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006; Decreto nº 6.299, de 12 de dezembro de 2007; Decreto nº 10.359/2020 (aprova a estrutura regimental do Ministério do Turismo).
55101	Ministério da Cidadania - Administração Direta
000Q	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018, LDO-2019, artigo 11, inciso XVII: "O Projeto e a Lei Orçamentária de 2019 discriminarão, em categorias de programações específicas, as dotações destinadas: (...) XVII – aos pagamentos de anuidades ou de participação em organizações e entidades nacionais ou internacionais, acima de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), ou o equivalente na moeda estrangeira em que o compromisso for estipulado, conforme taxa de câmbio utilizada como parâmetro na elaboração do Projeto de que trata o caput, que deverão identificar nominalmente cada beneficiário;" Lei 10.753/2003, Lei 13.696/2018, Decreto 520/1992 e Decreto 9.674/2019 (po 0001).
00R4	Contribuição à Agência Internacional Antidoping - WADA Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020 - Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2021 e dá outras providências.
00SL	Apoio à Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer Constituição Federal de 1988 - Art.217- fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um; Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente ; Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - diretrizes e bases da educação nacional; Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998 , e alterações - arts. 2º, 3º e 7º (modificado pela Lei nº 10.672, de 15 de maio de 2003) - dispõe sobre o desporto; Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007 - normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse; Decreto nº 10.357, de 20 de maio de 2020 alterado pelo Decreto nº 10.461, de 14 de agosto de 2020 - Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Cidadania ; Portarias do Ministério do Esporte nº 167, de 11 de setembro de 2006 - critérios para seleção e julgamento de propostas para formalização de convênios no âmbito deste Ministério, nº 183, de 5 de outubro de 2006 - Autoriza a descentralização de crédito orçamentário e repasse de recursos, nº 230, de 13 de dezembro de 2007; nº 137, de 20 de junho de 2008 - a implantação de Núcleos do Programa Segundo Tempo; Portaria Interministerial MP-MF-CGU nº 424, de 30 de dezembro de 2016, Portaria Nº 1.381, de 31 de julho de 2019 (Manual de Procedimentos para Implantação, Monitoramento e Gestão de Infraestrutura de Esporte relativas ao Programa e Ações no âmbito da Secretaria Especial do Esporte do Ministério da Cidadania);Resoluções do Conselho Nacional de Esporte nº 05, de 14 de junho de 2005 e nº 10, de 7 de março de 2006, em consonância com o estabelecido na Lei n º 8.666, de 21 de junho de 1993.
00SM	Apoio à Implantação de Infraestrutura Esportiva de Alto Rendimento Constituição Federal de 1988, Art. 217, inciso II - Destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento; Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998 - Normas gerais sobre o desporto; Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007 - Normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse; Portaria Interministerial MP-MF-CGU nº 424, de 30 de dezembro de 2016 - Normas para execução do estabelecido no Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007; Portaria ME nº 253, de 10 de setembro de 2015 - Alteração do cronograma de referência Programa Centro de Iniciação ao Esporte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2); Portaria ME nº 483, de 13 de dezembro de 2015 - Alteração do cronograma de referência - Programa Centro de Iniciação ao Esporte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2); Portaria MP nº 348, de 14 de novembro de 2016 - Diretrizes para a retomada e a execução dos empreendimentos constantes do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC; Portaria ME nº 88, de 30 de março de 2017 - Alteração do cronograma de referência - Programa Centro de Iniciação ao Esporte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2); Portaria ME nº 204, de 28 de junho de 2017 - Alteração do cronograma de referência - Programa Centro de Iniciação ao Esporte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2); Portaria ME nº 331, 6 de dezembro de 2017 - Alteração do cronograma de referência - Programa Centro de Iniciação ao Esporte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2); Portaria MC nº 876, de 15 de maio de 2019 - Alteração do nome do Centro de Artes e Esportes Unificados (CEU) para "Estação Cidadania - Cultura" e do nome do Centro de Iniciação ao Esporte (CIE) para "Estação Cidadania - Esporte"; Portaria MC nº 1.823, de 20 de setembro de 2019 - Critérios e procedimentos para a formalização de Termo de Execução Descentralizada (TED) no âmbito do Ministério da Cidadania.
09HW	Concessão de Bolsa a Atletas Constituição Federal de 1988, Art. 217; Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004 - Bolsa-Atleta; Lei nº 12.395, de 16 de março de 2011 - Cria os Programas Atleta Pódio e Cidade Esportiva; Decreto nº 5.342, de 14 de janeiro de 2005 - Regulamenta a Bolsa-Atleta; Portaria ME nº 593, de 19 de janeiro de 2021- Critérios para indicação de eventos esportivos e os critérios objetivos para concessão da Bolsa-Atleta; Portaria ME nº 67, de 4 de abril de 2013 - Procedimentos para seleção de atletas no Programa Atleta Pódio; modelo e critérios gerais para a elaboração do Plano Esportivo.
2000	Administração da Unidade Constituição Federal de 1988; Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 - Organização da Administração Federal; diretrizes para a Reforma Administrativa; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 - Organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios
20GD	Inclusão Produtiva Rural Constituição Federal de 1988 - Artigos 6º, 203, 215, 216, 225 e 231; Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT - Art. 68; Emenda Constitucional nº 64, de 4 de outubro de 2020 - Introduz a alimentação como direito social; Convenção 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais; Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 - Agricultura Familiar; Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006 - Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN; Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011 - Institui o Programa do Fomento às Atividades Produtivas Rurais; Lei nº 12.188 de 11 de janeiro de 2010 - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultura Familiar e Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER; Decreto nº 10.088, de 5 de novembro de 2019 – Anexo LXII – Consolida a Convenção nº 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais (adotada em Genebra, em 27 de junho de 1989; aprovada pelo Decreto Legislativo nº 143, de 20 de junho de 2002; depositado o instrumento de ratificação junto ao Diretor Executivo da OIT em 25 de julho de 2002; entrada em vigor internacional em 5 de setembro de 1991, e, para o Brasil, em 25 de julho de 2003, nos termos de seu art. 38; e promulgada em 19 de abril de 2004); Decreto nº 6.040 de 07 de fevereiro de 2007 - Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais; Decreto 6.273, de 23 de novembro de 2007 - Cria a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, nc âmbito do SISAN; Decreto nº 6.393, de 12 de março de 2008 - Compromisso Nacional pelo Desenvolvimento Social. Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010 - Regulamenta o SISAN; Decreto nº 7.492, de 2 de junho de 2011 – Institui o Plano Brasil Sem Miséria, Decreto nº 9.221, de 6 de dezembro de 2017 - Regulamenta o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais Decreto nº 7.747, de 5 de junho de 2012 - Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI; Decreto nº 10.357, de 20 de maio de 2020 - Estrutura Regimental do Ministério da Cidadania.
20GG	Promoção da Inclusão Produtiva de Pessoas em Situação de Pobreza Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Organização da Assistência Social; Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003 - Operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores; Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004 - Cria o Programa Bolsa Família; Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, artigos 15-A e 15-B - Programa de Fomento às Atividades Produtivas de Pequeno Porte Urbana para beneficiar os inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico que exerçam atividade produtiva de pequeno porte formalizada, na qualidade de Microempreendedor Individual – MEI; Lei nº 13.636, de 20 de março de 2018 - Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO); Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004 - regulamenta a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família; Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007 - Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal; Decreto nº 9.160, de 26 de setembro de 2017 - Plano Progridir; Decreto nº 9.161, de 26 de setembro de 2017 - regulamenta a Medida Provisória nº 802, de 26 de setembro de 2017, convertida na Lei nº 13.636, de 20 de março de 2018 - Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO); Portaria MDS nº 386, de 13 de setembro de 2017 - Institui a Rede de Parceiros do Desenvolvimento Social; Portaria MDS nº 490, de 28 de dezembro de 2017 - Altera a Portaria MDS nº 386, de 13 de setembro de 2017, que institui a Rede de Parceiros do Desenvolvimento Social; Portaria MDS nº 1.321, de 26 de março de 2018 - Altera a Portaria MDS nº 386, de 13 de setembro de 2017, que institui a Rede de Parceiros do Desenvolvimento Social para as ações realizadas no âmbito do Plano Progridir, do Ministério do Desenvolvimento Social. Resolução CMN nº 4.861, de 23 de outubro de 2020 - Operações de crédito relativas à aquisição de bens e serviços de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência, bem como sobre as condições para a contratação dos financiamentos passíveis de subvenção econômica relacionados a essas operações, para fins de cumprimento do direcionamento de depósitos à vista captados pelas instituições financeiras para operações de microcrédito produtivo orientado.

LDO-2022, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base legal

2010	Promoção e Apoio ao Desenvolvimento do Futebol Masculino e Feminino e Defesa dos Direitos do Torcedor	2112	Desenvolvimento e Execução da Política Nacional Antidopagem
Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, e suas alterações - Institui normas gerais sobre o desporto; Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003 - Estatuto de Defesa do Torcedor e alterações (Lei nº 12.299, de 27 de julho de 2010); Decreto nº 6.795, de 16 de março de 2009, que regulamenta o art. 23 da Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003 - Controle das condições sanitárias e de segurança dos estádios esportivos; Decreto nº 8.642, de 19 de janeiro de 2016 - Autoridade Pública de Governança do Futebol - APFUT, criada pela Lei nº 13.155, 4 de agosto de 2015.		Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 - Normas para licitações e contratos da Administração Pública; Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998 - Normas gerais sobre o desporto Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 - Institui a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns; Lei nº 13.322, de 28 de julho de 2016 - Altera as Leis nos 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, para dispor sobre o controle de dopagem Decreto nº 6.653, de 18 de novembro de 2008 - Promulga a Convenção Internacional contra o Doping nos Esportes Decreto nº 8.692, de 16 de março de 2016 - Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem – ABCD - artigos 3º e 4º; Decreto nº 10.024 de 20 de setembro de 2019 - Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal; Decreto nº 10.357, de 20 de maio de 2020 - Estrutura Regimental do Ministério da Cidadania; Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020 - Termo de Execução Descentralizada – TED; Decreto 10.680, de 19 de abril de 2021 - Estrutura Regimental do Ministério da Cidadania; Resolução CNE nº 59, de 10 de outubro de 2018 - Altera o Código Brasileiro Antidopagem - CBA Resolução ABCD nº 01/2020 de 16 de julho de 2020 - Estabelece os procedimentos para certificação, credenciamento e a forma de pagamento dos oficiais de controle de dopagem e oficiais de coleta de sangue. Resolução nº 64, de 30 de Dezembro de 2020 Portaria ABCD nº 1, de 16 de março de 2016 - Código Brasileiro Antidopagem;	
201P	Desenvolvimento de Atividades e Apoio a Projetos e Eventos de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social	215F	Fomento e Fortalecimento da Economia Solidária
Constituição Federal de 1988 – artigos 6º e 217; Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal; Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente; Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 - Normas para licitações e contratos da Administração Pública; Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB; Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998 - Normas gerais sobre o desporto (artigos 2º, 3º e 7º); Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 – Institui a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns; Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015) - Regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007 - Normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse; Decreto nº 8.180, de 30 de dezembro de 2013 - Altera o Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007; Decreto nº 10.024 de 20 de setembro de 2019 - Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal; Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020 - Termo de Execução Descentralizada – TED; Decreto nº 10.357, de 20 de maio de 2020 - Estrutura Regimental do Ministério da Cidadania; Decreto nº 10.680, de 19 de abril de 2021 - Altera o Decreto nº 10.357, de 20 de maio de 2020; Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 424, de 30 de dezembro de 2016 - Normas para execução do estabelecido no Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse; Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 558, de 10 de outubro de 2019 - Altera a Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016, que estabelece normas para execução do Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, e dá outras providências; Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 414, de 14 de dezembro de 2020 - Altera a Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016, que estabelece normas para execução do Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, e dá outras providências; Resolução CNE nº 5, de 14 de junho de 2005 – Aprova a Política Nacional de Esporte; Resolução CNE nº 10, de 7 de março 2006 - Políticas Setoriais de Esporte de Alto Rendimento, de Esporte Educacional e de Esporte Recreativo e de Lazer; Portaria MC nº 1.381, de 31 de julho de 2019 - Manual de Procedimentos para Implantação, Monitoramento e Gestão de Infraestrutura de Esporte relativas ao Programa e Ações no âmbito da Secretaria Especial do Esporte do Ministério da Cidadania - Para aquisição e instalação de equipamentos.		Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015) - Regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 - Art. 83, II, alínea "a" - Organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016 - Regulamenta a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, para dispor sobre regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública federal e as organizações da sociedade civil.	
2019	Redução da Demanda por Drogas	215I	Consolidação da Implantação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN
Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 - Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - SISNAD; Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016 - Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); Lei nº 13.840, de junho de 2019, Nova Lei de Drogas; Decreto nº 6.117/2007 – Aprova a Política Nacional sobre o Alcool, Decreto nº 9.761, de 11 de abril de 2019, que aprova a Política Nacional sobre Drogas; Decreto nº 9.926, de 19 de julho de 2019 - Dispõe sobre o Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas; Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011 – Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e outras necessidades; Portaria nº 563, de 19 de março de 2019, que cria cadastro de credenciamento das comunidades terapêuticas; Portaria nº 513, de 28 de outubro de 2020 - regulamenta a doação, com encargos, de veículos automotores recebidos do Fundo Nacional Antidrogas - FUNAD; Portaria MC nº 582, de 8 de janeiro de 2021 - Estabelece normas e procedimentos administrativos para a comprovação da prestação de serviços de acolhimento residencial transitório; Portaria MC nº 608, de 12 de fevereiro de 2021, que altera a Portaria MC 2.368/2019 - aprova o Planejamento Estratégico do Ministério da Cidadania; Portaria MC nº 625, de 6 de abril de 2021 - institui a fiscalização remota de Comunidades Terapêuticas; Resolução – RDC nº 29, de 30 de junho de 2011 – Dispõe sobre os requisitos de segurança sanitária; Resolução nº 1, de 19 de agosto de 2015 – CONAD – Regulamenta, no âmbito do SISNAD, as entidades que realizam o acolhimento de pessoas; Resolução nº 3, de 24 de julho de 2020 – Regulamenta no âmbito do SISNAD, o acolhimento de adolescentes com problemas decorrentes do uso, abuso ou dependência do álcool e outras drogas em comunidades terapêuticas; Edital de Chamamento Público nº 01/2018 (DOU nº 79, de 25/04/2018, Seção 3) e Edital de Chamamento Público nº 17/2019 - SENAPRED/MC (DOU nº 241, de 13 de dezembro de 2019, Seção 3), para habilitação e financiamento de serviços de atenção a pessoas com problemas decorrentes do uso e abuso de drogas, em regime residencial e transitório;		Emenda Constitucional nº 64, de 4 de fevereiro de 2010 - Introduz a alimentação como direito social; Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006 - Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 - Conversão com alteração da Medida Provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019 - Organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto 6.272, de 23 de novembro de 2007 - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA; Decreto 6.273, de 23 de novembro de 2007 - Cria a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, no âmbito do SISAN; Decreto 7.272, de 25 de agosto de 2010 – Institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN; Decreto nº 10.357, de 20 de maio de 2020 - Estrutura Regimental do Ministério da Cidadania; Decreto nº 10.490, de 17 de setembro de 2020 - Institui a Rede Brasileira de Bancos de Alimentos e o Comitê Gestor da Rede Brasileira de Bancos de Alimentos. Decreto nº 10.085, de 5 de novembro de 2019 - Dispõe sobre o Programa Forças no Esporte - Segundo Tempo e o Projeto João do Pulo. Resolução CAISAN nº 9, de 13 de dezembro de 2011 - Procedimentos e o conteúdo dos termos para a adesão dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ao SISAN.	
2019	Preparação de Atletas e Capacitação de Recursos Humanos para o Esporte de Alto Rendimento	216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Constituição Federal de 1988, Art. 217, inciso II - II - Destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento; Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998 - Normas gerais sobre o desporto; Lei nº 12.395, de 16 de março de 2011 - cria os Programas Atleta Pódio e Cidade Esportiva Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 - Regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007 - Normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse; Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016 - Regulamenta a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, para dispor sobre regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública federal e as organizações da sociedade civil; Portaria Interministerial MP-MF-CGU nº 424, de 30 de dezembro de 2016 - Normas para execução do estabelecido no Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007. Decreto n. 10.426 de 16 de julho de 2020 - Dispõe sobre a descentralização de créditos entre órgãos e entidades da administração pública federal integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, por meio da celebração de termo de execução descentralizada		Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Orientação Normativa nº 10, de 2013, que dispõe sobre as regras e procedimentos a serem adotados pelos órgãos setoriais e seccionais do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal – SIPEC, para a concessão do auxílio-moradia.	
2019	Preparação de Atletas e Capacitação de Recursos Humanos para o Esporte de Alto Rendimento	216T	Gestão, Manutenção e Aperfeiçoamento da Rede Nacional de Treinamento
Constituição Federal de 1988, Art. 217, inciso II - II - Destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento; Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998 - Normas gerais sobre o desporto; Lei nº 12.395, de 16 de março de 2011 - cria os Programas Atleta Pódio e Cidade Esportiva Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 - Regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007 - Normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse; Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016 - Regulamenta a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, para dispor sobre regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública federal e as organizações da sociedade civil; Portaria Interministerial MP-MF-CGU nº 424, de 30 de dezembro de 2016 - Normas para execução do estabelecido no Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007. Decreto n. 10.426 de 16 de julho de 2020 - Dispõe sobre a descentralização de créditos entre órgãos e entidades da administração pública federal integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, por meio da celebração de termo de execução descentralizada		Constituição Federal de 1988 - Art. 217, inciso II - II - destinar recursos para o desporto ; Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, e alterações - normas sobre desporto; Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007 - normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse; Lei nº 12.395, de 16 de março de 2011 - cria os Programas Atleta Pódio e Cidade Esportiva; Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 - regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil ; Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016 - Regulamenta a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014; Portaria Interministerial MP-MF-CGU nº 424, de 30 de dezembro de 2016 - normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse; Decreto n. 10.426 de 16 de Julho de 2020 - Dispõe sobre a descentralização de créditos entre órgãos e entidades da administração pública federal integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, por meio da celebração de termo de execução descentralizada	
2017M	Desenvolvimento Integral na Primeira Infância - Criança Feliz	217M	Desenvolvimento Integral na Primeira Infância - Criança Feliz
Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social; Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016 - Marco Legal da Primeira Infância (em especial o art. 14); Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018 – atos que dispõem sobre lactente, criança e adolescente e aprendiz; Portaria nº 956, de 22 de março de 2018 – Programa Criança Feliz; Portaria nº 958, de 22 de março de 2018 – Aprova o regimento interno do Comitê Gestor do Programa Criança Feliz; Portaria Interministerial nº 1, de 4 de abril de 2018 – diretrizes, objetivos e competências para a promoção da intersectorialidade, no âmbito do Programa Criança Feliz e dá outras providências; Portaria nº 2.496, de 17 de setembro de 2018 – financiamento federal das ações do Programa Criança Feliz/Primeira Infância no SUAS, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social, e dá outras providências; Portaria nº 431, de 6 de março de 2019, que dispõe sobre a adesão do estado ao Programa Criança Feliz/Primeira Infância no SUAS.		Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social; Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016 - Marco Legal da Primeira Infância (em especial o art. 14); Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018 – atos que dispõem sobre lactente, criança e adolescente e aprendiz; Portaria nº 956, de 22 de março de 2018 – Programa Criança Feliz; Portaria nº 958, de 22 de março de 2018 – Aprova o regimento interno do Comitê Gestor do Programa Criança Feliz; Portaria Interministerial nº 1, de 4 de abril de 2018 – diretrizes, objetivos e competências para a promoção da intersectorialidade, no âmbito do Programa Criança Feliz e dá outras providências; Portaria nº 2.496, de 17 de setembro de 2018 – financiamento federal das ações do Programa Criança Feliz/Primeira Infância no SUAS, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social, e dá outras providências; Portaria nº 431, de 6 de março de 2019, que dispõe sobre a adesão do estado ao Programa Criança Feliz/Primeira Infância no SUAS.	
218F	Gestão e Manutenção do Legado Olímpico e Paraolímpico	218F	Gestão e Manutenção do Legado Olímpico e Paraolímpico
Lei nº 13.474, de 23 de Agosto de 2017 - Transforma a Autoridade Pública Olímpica (APO) na Autoridade de Governança do Legado Olímpico; Decreto nº 9.299, de 5 de Março de 2018 - Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Autoridade de Governança do Legado Olímpico e Decreto nº 10.357, de 20 de maio de 2020, alterado pelo Decreto nº 10.461, de 14 de agosto de 2020 - Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Cidadania.		Lei nº 13.474, de 23 de Agosto de 2017 - Transforma a Autoridade Pública Olímpica (APO) na Autoridade de Governança do Legado Olímpico; Decreto nº 9.299, de 5 de Março de 2018 - Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Autoridade de Governança do Legado Olímpico e Decreto nº 10.357, de 20 de maio de 2020, alterado pelo Decreto nº 10.461, de 14 de agosto de 2020 - Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Cidadania.	
21CK	Promoção e Desenvolvimento do Paradesporto Nacional	21CK	Promoção e Desenvolvimento do Paradesporto Nacional
Constituição Federal - Art. 217 - fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um; Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998 (Institui normas gerais sobre desporto).		Constituição Federal - Art. 217 - fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um; Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998 (Institui normas gerais sobre desporto).	
21DP	Transferência de Renda para Pagamento dos Benefícios e Auxílios do Programa Auxílio Brasil	21DP	Transferência de Renda para Pagamento dos Benefícios e Auxílios do Programa Auxílio Brasil
Medida Provisória nº 1.061, de 9 de agosto de 2021		Medida Provisória nº 1.061, de 9 de agosto de 2021	

LDO-2022, Art. 9º, inciso IV	
Ação Orçamentária / Base legal	
21DQ	Aperfeiçoamento dos Mecanismos de Gestão, de Disseminação de Informações para o Público do Programa Auxílio Brasil e de Articulação com Outras Políticas Públicas
Medida Provisória nº 1.061, de 9 de agosto de 2021	
21DR	Apoio aos Entes Federados por Meio do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Auxílio Brasil – IGD - PAB
Medida Provisória nº 1.061, de 9 de agosto de 2021	
2792	Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos
Emenda Constitucional nº 64, de 4 de fevereiro de 2010 - introduz a alimentação como direito social, sucedida pela Emenda Constitucional nº 90, de 15 de setembro de 2015 - introduz o transporte como direito social; Lei nº 10.689, de 13 de junho de 2003 - Programa Nacional de Acesso à Alimentação – PNAA; Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003 - repactuação e o alongamento de dívidas de crédito rural; Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006 - Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN; Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011 - Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012 - Regulamenta o art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos; Portaria 527, de 26/12/2017 - Define fluxo de atendimento da Ação 2792 - distribuição de alimentos a grupos populacionais específicos; Resolução nº 50, de 26 de setembro de 2012, alterada pela Resolução GGPA nº 73, de 28 de outubro de 2015 - funcionamento da modalidade compra Institucional, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PAA; Portaria 527, de 26/12/2017 - regula a distribuição de alimentos a grupos populacionais específicos (ADA); Portaria MC nº 618 de 22 de março de 2021 - dispõe sobre procedimentos para a Ação de Distribuição de Alimentos (ADA) nas localidades em situação de emergência ou estado de calamidade pública.	
2798	Aquisição e Distribuição de Alimentos da Agricultura Familiar para Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional
Emenda Constitucional nº 64, de 4 de fevereiro de 2010 - Introduz a alimentação como direito social; Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006 - Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN; Lei 11.326, de 24 de julho de 2006 - Diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais; Lei nº 11.718, de 20 de junho de 2008 - Cria o contrato de trabalhador rural por pequeno prazo; Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009 - Atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; Lei nº 12.340, de 1 de dezembro de 2010 - Transferências de recursos para ações de prevenção em áreas de risco de desastres; Medida Provisória 1.061 de 9 de agosto de 2021 - Institui o Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil; Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010, que regulamenta a Lei nº 11.346/2006 que cria o SISAN; Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012 - Institui o Programa de Aquisição de Alimentos; Decreto nº 8.026, de 6 de junho de 2013, que altera os Decretos nº 7.775/2012, nº 5.996, de 20 de dezembro de 2006; Decreto nº 8.293, de 12 de agosto de 2014, que também altera o Decreto nº 7.775/2012; Decreto nº 8.473, de 22 de junho de 2015 - Estabelece o percentual mínimo destinado à aquisição de gêneros alimentícios de agricultores familiares e suas organizações; Decreto nº 9.214, de 29 de novembro de 2017 que altera o Decreto 7.775/2012; e Resoluções do Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos.	
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Decreto nº 9.991, de 19 de novembro, alterado pelo Decreto nº 10.506, de 2020, que institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 1990.	
4641	Publicidade de Utilidade Pública
Art. 37 da Constituição Federal de 1988; Lei nº 4.680, de 18 junho de 1965 - Dispõe sobre o exercício da profissão de Publicitário; Lei nº 12.232, de 29 de abril de 2010 - Dispõe sobre as normas gerais para licitação e contratação pela administração pública de serviços de publicidade Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008; Decreto nº 9.982, de 20 de agosto de 2019;	
Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom: 1. Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017 que dispõe sobre a conceituação das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências; 2. Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares; 3. Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal.	
4907	Ouvidoria Geral do Ministério da Cidadania
Constituição Federal 1988 (art. 203 e 204) - Objetivos da Assistência Social; Constituição Federal 1988 (art. 217) - Do Desporto; Lei nº 8742, de 7 de dezembro de 1993 – organização da Assistência Social; Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - regula o acesso a informações; Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017 - dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública; Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – dispõe sobre o tratamento de dados pessoais; Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012 - regulamenta a Lei nº12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações; Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017 - dispõe sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos e institui a Carta de Serviços ao Usuário; Decreto nº 9.492, de 5 de setembro de 2018, que regulamenta a Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, que institui o Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo Federal; Decreto nº 10.357, de 20 de maio de 2020, alterado pelo Decreto nº 10.461, de 14 de agosto de 2020, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Cidadania; Instrução Normativa Conjunta CRG/ OGU nº 7, de 17 de setembro de 2018 que dispõe sobre o recebimento e tratamento de denúncias e outras comunicações de irregularidade, e estabelece diretrizes-para a salvaguarda da identidade do manifestante.	
4923	Produção e Disseminação de Dados para Gestão de Políticas do Ministério da Cidadania
Constituição Federal de 1988 (Art. 203 e 204) - objetivos da Assistência Social, e §16 do Art. 37; Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Regula o acesso a informações; Lei nº 13.844, de 18 de julho de 2019 - organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 10.357, de 20 de maio de 2020, alterado pelo Decreto nº 10.461, de 14 de agosto de 2020 - aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Cidadania; Portaria nº 2.527, de 10 de outubro de 2018 - Dispõe sobre Política de Monitoramento no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social; Portaria nº 2.227, de 6 de junho de 2018 - Dispõe sobre os princípios para as ações de avaliação realizadas no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social e cria o selo de qualidade técnica da SAGI; Portaria nº 541, de 23 de novembro de 2020 - Institui a Política Nacional de Formação para Agentes Públicos e Sociais no âmbito do Ministério da Cidadania e dá outras providências.	
6414	Sistema Nacional para Identificação e Seleção de Público-Alvo para os Programas Sociais do Governo Federal - Cadastro Único
Constituição Federal de 1988 (Art. 203 e 204) - objetivos da Assistência Social; Lei nº 10.869, de 13/05/2004, atualizada pela Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 - organização da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007 - Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal; Decreto nº 9.462, de 8 de agosto de 2018 - Altera o Regulamento do Benefício de Prestação Continuada, aprovado pelo Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007.	
8249	Funcionamento dos Conselhos de Assistência Social
Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (LOAS-Lei Orgânica da Assistência Social); Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011 (Lei do SUAS); Resoluções CNAS nºs 145, de 15/10/2004 (ações voltadas à pessoa idosa), 269, de 13/12/2006 (Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS, NOB-RH/SUAS) e 33, de 12/12/2012 (Norma Operacional Básica, NOB-SUAS).	
8458	Apoio à Agricultura Urbana
Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006 - Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN; Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010 - Regulamenta a Lei que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada; Portaria MDS nº 467, de 7 de fevereiro de 2018 - Institui o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana.	
8893	Apoio à Organização, à Gestão e à Vigilância Social no Território, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS
Constituição Federal - 1988 (Art. 203 e 204); Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (LOAS-Lei Orgânica da Assistência Social); Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011 (Lei do SUAS); Decreto nº 7.636, de 7 de dezembro de 2011 (IGDSUAS); Decreto nº 7.492, de 2 de junho de 2011 (Plano Brasil Sem Miséria); Decreto nº 7.788, de 15 de agosto de 2012 (Regulamento a FNAS); Portarias nº 7, de 30/01/2012 (IGDSUAS); nº 113, de 10/12/2015 (cofinanciamento federal do SUAS e a transferência de recursos na modalidade fundo a fundo); Portaria SNAS nº 143, de 08/08/2017 (Prontuário Eletrônico do SUAS); Resoluções CNAS nº 145, de 15/10/2004 (Política Nacional de Assistência Social – PNAS); nº 269, de 13/12/2006 (Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS - NOB-RH/SUAS); nº 109, de 11/11/2009 (Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais) e nº 33, de 12/12/2012 (Norma Operacional Básica do SUAS - NOB/SUAS).	
8948	Implantação de Equipamentos e de Tecnologia Social de Acesso à Água para Consumo Humano e Produção de Alimentos
Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 - institui normas para licitações e contratos; Lei 9.790, de 2 de março de 1999 - qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público; Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006 - Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN; Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013 - Autoriza a Companhia Nacional de Abastecimento a utilizar o Regime Diferenciado de Contratações Públicas; Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 - regime jurídico das parcerias entre para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco; Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999 - qualificação de pessoas jurídicas de direito privado; Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007 - normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse; Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010 - Regulamenta a Lei no 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o SISAN; Decreto nº 7.217, de 21 de junho de 2010 - Regulamenta a Lei no 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; Decreto nº 7.535, de 26 de julho de 2011 - Institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água - “ÁGUA PARA TODOS”; Decreto nº 8.726, de 7 de abril de 2016 - regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública federal e as organizações da sociedade civil; Decreto nº 9.606, de 10 de dezembro de 2018- Regulamenta o Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água - Programa Cisternas; Decreto nº 10.357, de 20 de maio de 2020, alterado pelo Decreto nº 10.461, de 14 de agosto de 2020 - Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Cidadania; Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016 - normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse; Portaria MDS nº 528, de 26 de dezembro de 2017 - credenciamento de entidades privadas no Programa Cisternas.	
55901	Fundo Nacional de Assistência Social
00H5	Benefícios de Prestação Continuada (BPC) à Pessoa Idosa e da Renda Mensal Vitalícia (RMV) por Idade
Arts 203 e 204 da CF/88; Lei n.º 6.179/1974; Lei n.º 8.742/1993 (Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS); Leis nº 12.435/2011 e nº 12.470/2011 (que alteram dispositivos da LOAS); Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso); Decreto nº 6.214/07; Decreto nº 6.564/08; Decreto nº 7.617/2011; Decreto nº 7.888/2012 (regulamenta o FNAS); e Decreto nº 8.805/2016.	
00IN	Benefícios de Prestação Continuada (BPC) à Pessoa com Deficiência e da Renda Mensal Vitalícia (RMV) por Invalidez
Arts 203 e 204 da CF/88; Lei nº 6.179/1974; Lei nº 8.742/1993 (Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS); Leis nº 12.435/2011 e nº 12.470/2011 (que alteram dispositivos da LOAS); Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência); Decreto nº 6.214/2007; Decreto nº 6.564/2008; Decreto nº 7.617/2011; Decreto nº 7.888/2012 (regulamenta o FNAS); e Decreto nº 8.805/2016.	
219E	Ações de Proteção Social Básica
Constituição Federal - 1988 (Art. 203 e 204); Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (LOAS-Lei Orgânica da Assistência Social); Lei N° 9.604, de 5 de fevereiro de 1998 (prestação de contas de aplicação de recursos da LOAS); Nº 12.435, de 6 de julho de 2011 (Lei do SUAS); Decreto nº 5.085, de 19 de maio de 2004 (define as ações continuadas de assistência social); Decreto nº 7.492, de 2 de junho de 2011 (Plano Brasil Sem Miséria); Decreto nº 7.788, de 15 de agosto de 2012 (Regulamento a FNAS); Portarias MDS nº 303, de 08/11/2011 (cofinanciamento dos serviços de proteção social básica e ações executadas por equipe volante do CRAS); MDS nº 33, de 28/11/2011 (Promoção da Integração ao Mundo do Trabalho no campo da assistência social); MDS nº 18, de 24/05/2012 (Programa Acessuas Trabalho); MDS nº 44, de 09/05/2013 (Lanchas da Assistência Social), alterada pelas Portarias MDS nº 135/2013, 30/2015 e MC nº 310/2021; MDS nº 116, de 22/10/2013 (Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Famílias – PAIF); MDS nº 134, de 28/11/2013 (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV); MDS nº 113, de 10/12/2015 (regulamenta o cofinanciamento federal do SUAS); MC nº 2.362, de 20/12/2019 (equalização do cofinanciamento federal do SUAS à LDO e LOA); e SNAS nº 2.601, de 06/11/2018 (utilização de recursos transferidos fundo a fundo para o incremento temporário e a estruturação da rede no âmbito do SUAS); Resoluções CNAS nº 145, de 15/10/2004 (Política Nacional de Assistência Social – PNAS); nº 109, de 11/11/2009 (Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais); nº 33, de 12/12/2012 (Norma Operacional Básica do SUAS - NOB/SUAS); nº 17, de 05/06/2014 (estabelece critérios de partilha do cofinanciamento federal); nº 27, de 14/10/2014 (Acessuas Trabalho); nº 25, de 25/12/2016 (Acessuas Trabalho); nº 03, de 19/04/2017 (Acessuas Trabalho); nº 19, de 24/11/2017 (Acessuas Trabalho); Resoluções CIT nº 06, de 01/06/2008 (acompanhamento da implementação do PAIF nos CRAS); nº 7, de 19/08/2008 (altera a resolução nº 06/2008); nº 10, 05/11/2009 (cofinanciamento de serviços de proteção social básica); nº 03, de 03/03/2010 (oferta de serviços com recursos do piso básico de transição – PBT); nº 11, de 01/09/2010 (altera a resolução nº 10/2009); nº 01, de 07/02/2013 (reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV).	

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO-2022, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base legal

219F	Ações de Proteção Social Especial
Constituição Federal - 1988 (Art. 203 e 204); Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); Lei Nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (LOAS-Lei Orgânica da Assistência Social); Nº 12.435, de 6 de julho de 2011 (Lei do SUAS); Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009 (Política Nacional para a População em Situação de Rua - art. 7º e 8º); Decreto nº 7.492, de 2 de junho de 2011 (Plano Brasil Sem Miséria); Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011 (Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência); Decreto nº 7.788, de 15 de agosto de 2012 (Regulamenta o FNAS); Portaria Interministerial (MDS e MS) nº 3, de 21/09/2012; Resolução CNAS nº 33, de 12/12/2012 (Norma Operacional Básica do SUAS - NOB/SUAS); E normativas específicas relativas ao cofinanciamento de serviços da Proteção Social Especial: Portarias MDS nº 440, de 23/08/2005; nº 666, 28/12/2005; nº 381, de 12/12/2006; nº 460, de 18/12/2007; nº 752, 19/10/2010; nº 843, de 28/12/2010; nº 139, de 28/06/2012; nº 140, de 28/06/2012; nº 90, de 03/09/2013; nº 100, de 26/09/2013; nº 5, de 31/01/2014; nº 35, de 23/04/2014; nº 70, de 11/06/2014; nº 13, de 24/02/2015; nº 113, de 10/12/2015; Portarias MDSA nº 318, de 12/12/2016; MDS nº 2.601, de 06/11/2018; e Portarias MC nº 2.362, de 20/12/2019, e nº 109, de 22/01/2020; Portarias SNAS nº 65, de 29/03/2018, nº 148, de 26/06/2018; Resoluções CNAS nº 145, de 15/10/2004 (Política Nacional de Assistência Social – PNAS); nº 109, de 11/11/2009 (Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais); nº 17, de 11/06/2010; nº 6, de 14/03/2012; nº 11, de 24/04/2012; nº 15, de 17/05/2012; nº 6, de 13/03/2013; nº 08, de 18/04/2013; nº 09, de 18/04/2013; nº 12, de 11/06/2013; nº 14, de 11/06/2013; nº 23, de 27/09/2013; nº 31, de 31/10/2013; nº 10, de 15/04/2014; nº 11, de 17/04/2014; nº 18, de 05/07/2014; nº 32, de 11/12/2014; nº 04, de 19/04/2017; nº 10, de 19/07/2017; nº 07, de 12/04/2018; nº 12, de 04/06/2018; nº 27, de 18/12/2018; e Resoluções CIT nº 3, de 24/12/2019 e nº 2, de 28/01/2021.	

219G	Estruturação da Rede de Serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)
Constituição Federal de 1988 - art. 203 e 204, Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS -, Lei nº 9.604, de 5 de fevereiro de 1998 - dispõe sobre a prestação de contas de aplicação de recursos a que se refere a Lei nº 8.742; Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011 - altera a Lei nº 8.742 (LOAS); PLDO 2019; Decretos nº 6.170, de 25 de julho de 2007, Decreto nº 7.492, de 2 de junho de 2011 - institui o Plano Brasil Sem Miséria; Decreto nº 7.788, de 15 de agosto de 2012 - regulamenta o FNAS; Portarias MDS nº 130, de 27 de março de 2017 - dispõe sobre a transferência voluntária de recursos oriundos de emenda parlamentar ou de programação orçamentária própria, nº 2.600, 06 de novembro de 2018 - dispõe sobre a Estrutura de Mobilidade no SUAS, nº 2.601, de 06 de novembro de 2018 - utilização de recursos transferidos fundo a fundo para o incremento temporário e a estruturação da rede no âmbito do SUAS; Resoluções CNAS nº 145, de 15 de outubro de 2004 - aprova a Política Nacional de Assistência Social, nº 109, de 11 de novembro de 2009 - aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, nº 33, de 12 de dezembro de 2012 - aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS.	

2583	Processamento de Dados do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e da Renda Mensal Vitalícia (RMV)
Constituição Federal - 1988 (Art. 203 e 204); Lei Nº 6.179, de 11 de dezembro de 1974 (Renda Mensal Vitalícia); Nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (LOAS-Lei Orgânica da Assistência Social); Lei Nº 10.741, de 1 de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso); Nº 12.435, de 6 de julho de 2011 (Lei do SUAS); Nº 12.470, de 31 de agosto de 2011 (que altera a LOAS); Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência); Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007 (Regulamento o BPC), alterado pelos Decretos nº 6.564, de 12 de setembro de 2008, nº 7.617, de 17 de novembro de 2011 e nº 8.805, de 7 de julho de 2016; Decreto nº 7.788, de 15 de agosto de 2012 (Regulamento o FNAS); Decreto nº 10.410, de 30 de junho de 2020 (altera o Regulamento da Previdência Social); Resoluções CNAS nº 145, de 15/10/2004 (Política Nacional de Assistência Social – PNAS), nº 130, de 15/07/2005 (Norma Operacional Básica de Assistência Social); nº 33, de 12/12/2012 (Norma Operacional Básica do SUAS - NOB/SUAS).	

2589	Avaliação e Operacionalização do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e Manutenção da Renda Mensal Vitalícia (RMV)
Constituição Federal - 1988 (Art. 203 e 204); Lei Nº 6.179, de 11 de dezembro de 1974 (Renda Mensal Vitalícia); Nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (LOAS-Lei Orgânica da Assistência Social); Lei Nº 10.741, de 1 de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso); Nº 12.435, de 6 de julho de 2011 (Lei do SUAS); Nº 12.470, de 31 de agosto de 2011 (que altera a LOAS); Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência); Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007 (Regulamento o BPC), alterado pelos Decretos nº 6.564, de 12 de setembro de 2008, nº 7.617, de 17 de novembro de 2011 e nº 8.805, de 7 de julho de 2016; Decreto nº 7.612, de 17/11/2011 (Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite); Decreto nº 7.788, de 15 de agosto de 2012 (Regulamento o FNAS); Decreto nº 10.410, de 30 de junho de 2020 (altera o Regulamento da Previdência Social); Portaria Interministerial nº 2, de 07/07/2016 (altera o regulamento do BPC); Portaria Conjunta nº 1, de 03/01/2017 (regras e procedimentos de requerimento, concessão, manutenção e revisão do BPC); Resoluções CNAS nº 145, de 15/10/2004 (Política Nacional de Assistência Social – PNAS), nº 130, de 15/07/2005 (Norma Operacional Básica de Assistência Social); nº 33, de 12/12/2012 (Norma Operacional Básica do SUAS - NOB/SUAS).	

8893	Apoio à Organização, à Gestão e à Vigilância Social no Território, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS
Constituição Federal - 1988 (Art. 203 e 204); Lei Nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (LOAS-Lei Orgânica da Assistência Social); Lei Nº 12.435, de 6 de julho de 2011 (Lei do SUAS); Decreto nº 7.636, de 7 de dezembro de 2011 (IGDSUAS); Decreto nº 7.492, de 2 de junho de 2011 (Plano Brasil Sem Miséria); Decreto nº 7.788, de 15 de agosto de 2012 (Regulamento o FNAS); Portarias nº 7, de 30/01/2012 (IGDSUAS); nº 113, de 10/12/2015 (cofinanciamento federal do SUAS e a transferência de recursos na modalidade fundo a fundo); Portaria SNAS nº 143, de 08/08/2017 (Prontuário Eletrônico do SUAS); Resoluções CNAS nº 145, de 15/10/2004 (Política Nacional de Assistência Social – PNAS); nº 269, de 13/12/2006 (Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS - NOB-RH/SUAS); nº 109, de 11/11/2009 (Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais) e nº 33, de 12/12/2012 (Norma Operacional Básica do SUAS - NOB/SUAS).	

59101 Conselho Nacional do Ministério Público

15V7	Construção do Edifício-Sede do Conselho Nacional do Ministério Público em Brasília - DF
Constituição da República (Art. 130-A e Art.167, Inc. I, II e VI); Lei nº 13.971 - PPA 2020-2023, de 2019, art. 6º.	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Art. 227, da LC nº 75/93; arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de1990; Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO; art. 50, II da Lei nº 8.625/93 - LONMP. Resolução CNMP nº 114/2014 e nº 194/2018.	
219I	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública
Lei de Diretrizes Orçamentárias. Resolução CNMP nº 92, de 13 de março de 2013.	
2549	Comunicação e Divulgação Institucional
Lei de Diretrizes Orçamentárias. Resolução CNMP nº 92, de 13 de março de 2013.	
8010	Atuação Estratégica para Controle e Fortalecimento do Ministério Público
Constituição da República Federativa do Brasil - artigo 130-A; Lei nº 11.372, de 28/11/2006; Lei nº 11.883, de 23/12/2008; Lei nº 11.967, de 6/07/2009; Lei nº 12.412, de 31/05/2011; Lei nº 13.316, de 20/07/2016; Resolução CNMP nº 92, de 13 de março de 2013 (Regimento interno do CNMP).	

60101 Gabinete da Vice-Presidência da República

2000	Administração da Unidade
Constituição Federal de 1988; Decreto-Lei 200, de 1967; e Lei nº 13.844, de 2019.	

216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 11, inciso XXV e Art. 17, § 8º do PLDO-2020.	

63101 Advocacia-Geral da União

10TN	Implantação da Advocacia Pública Eletrônica e-AGU
Emenda Constitucional nº 45, de 8 de dezembro de 2004, Lei nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006 (Lei de Informatização do Processo Judicial) e Lei Complementar nº 73/1993.	

216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 12, inciso XXV, Art. 18, inciso XV e § 9º da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016 - LDO-2017.	

218Y	Despesas Judiciais da União, de suas Autarquias e Fundações Públicas
Art. 131, CF; Lei Complementar 73, de 10 de fevereiro de 1993; Lei 9.028, de 12 de abril, de 1995; Lei 10.480, de 20 de julho de 2002, além da Súmula 232 do STJ, Lei nº 13.808, de 15 de janeiro de 2019.	

2674	Representação Judicial e Extrajudicial da União e suas Autarquias e Fundações Federais
CF/88, art.131; Lei Complementar nº 73/93; Lei nº 9.028/95; Lei nº 10.480/02.	

71101 Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia

0007	Contribuição à Agência Internacional de Pesos e Medidas - BIPM (ME)
- Decreto Legislativo nº 57, de 27 de julho de 1953, que aprova a Convenção Internacional do Metro. - Decreto nº 36.878, de 4 de fevereiro de 1955, promulga a Convenção Internacional do Metro.	

A previsão de contribuição financeira encontra-se no artigo 20 do Regulamento anexo à Convenção:

"ART. 20
1. L'échelle des contributions, dont il est question à l'article 9 de la Convention, est établie, pour la partie fixe, sur la base de la dotation indiquée par l'article 6 du présent Règlement, et sur celle de la population ; la contribution normale de chaque Etat ne peut être inférieure à 5 pour 1 000, ni supérieure à 15 pour 100 de la dotation totale, quel que soit le chiffre de la population."

000K	Subvenção Econômica em Operações de Financiamento no âmbito do Programa de Sustentação do Investimento - PSI e do Programa Emergencial de Reconstrução de Municípios Afetados por Desastres Naturais (Leis nº 12.096, de 2009 e nº 12.409, de 2011)
Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009 e Lei nº 12.409, de 25 de maio de 2011, art. 4º.	

0011	Contribuição ao Fundo Global para o Meio Ambiente - GEF (ME)
- Decreto Legislativo nº 266, de 29 de dezembro de 2000, que aprova a participação do Brasil no Fundo Reestruturado de Meio Ambiente Global. - Decreto nº 7.992, de 24 de abril, de 2013, que promulga o Instrumento de Criação do Fundo Reestruturado do Meio Ambiente Global, firmado em Genebra, em 16 de março de 1994. Cláusula Financeira: II - CONTRIBUIÇÕES E OUTRAS DISPOSIÇÕES FINANCEIRAS PARA A RECOMPOSIÇÃO 10. As contribuições para o Fundo de Reserva do GEF destinadas à primeira recomposição devem ser feitas ao Curador pelos Participantes Contribuintes de acordo com as disposições financeiras para recomposição especificadas no Anexo C. A responsabilidade do Curador pela mobilização dos recursos nos termos do parágrafo 20(e) deste Instrumento e do parágrafo 4(a) do Anexo B devem ser associadas para as recomposições subsequentes por solicitação do Conselho.	

0017	Contribuição à Organização Internacional do Café - OIC (MAPA)
- Decreto Legislativo nº 806, de 20 de dezembro de 2010, que aprova o texto do Acordo Internacional do Café de 2007, assinado pelo Brasil em 19 de maio de 2008. - Decreto 7.811, de 20 de setembro de 2012, que promulga o Acordo Internacional do Café de 2007, firmado pelo Brasil em 19 de maio de 2008.	

Cap. VIII
Finanças e Administração

Art. 20:
1) Durante o segundo semestre de cada exercício financeiro, o Conselho aprovará o Orçamento Administrativo da Organização para o exercício financeiro seguinte e fixará a contribuição de cada Membro a esse Orçamento. [...] 2) A contribuição de cada Membro ao Orçamento Administrativo de cada exercício financeiro será proporcional à relação que existe, na data em que for aprovado o Orçamento Administrativo para o exercício em apreço, entre o número de seus votos e o total dos votos de todos os Membros. [...]

0057	Contribuição à Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura - OEI (MEC)

Cota Obrigatória:
- Decreto Legislativo nº 97, de 25 de setembro 1980, que aprova o texto do Convênio de Santo Domingo (Ata de Registro dos Estatutos da Organização de Educação Ibero-Americana - OEI) assinado em 31 de outubro de 1957 e ratificado em 26 de maio de 1999; e
- Decreto n.º 7.503, de 24 de junho de 2011, que promulga o Convênio de Santo Domingo (Ata de Registro dos Estatutos da Organização de Educação Ibero-americana - OEI).
A contribuição financeira encontra-se prevista no Art. XVIII dos Estatutos da OEI, conforme transcrito abaixo:
"ARTIGO XVIII
O patrimônio da Organização de Educação Ibero-americana estará constituído por:
a) as subvenções ou contribuições dos Membros e das entidades oficiais ou privadas que contribuam para sua manutenção;"
Manutenção do Escritório:
- Decreto Legislativo n.º 336, de 24 de julho de 2003, que aprova o Acordo de Sede entre o Governo da República Federativa do Brasil e a OEI; e
- Decreto n.º 5.128, de 6 de julho de 2004, que promulga o Acordo de Sede entre o Brasil e a OEI.
Esta contribuição financeira encontra-se prevista no art. 33 do Acordo, conforme transcrito abaixo:
"ARTIGO 33
A República Federativa do Brasil proporcionará à Organização o espaço físico necessário para o normal e eficaz desenvolvimento da missão, ou uma contribuição equivalente à quantia necessária para arrendar o mesmo. Do mesmo modo, de acordo com o Diretor, e dentro das suas possibilidades, dotará a Sede do pessoal local razoavelmente necessário para o desenvolvimento de suas atividades."

Ação Orçamentária / Base legal

0069	Contribuição ao Centro Pan-Americano de Febre Aftosa - PANAFTOSA (MAPA)
- Decreto Legislativo nº 66, de 7 de novembro de 1952: Aprova o Convênio celebrado entre o Governo brasileiro e a Repartição Sanitária Pan-americana;	
- Decreto nº 32.180, de 31 de janeiro de 1953: Promulga o Convênio para a Organização e Funcionamento no Brasil, do Centro Pan-americano de Febre Aftosa, firmado no Rio de Janeiro, a 27 de agosto de 1951; O Decreto Legislativo nº 66/52 aprovou o Convênio celebrado entre o Governo brasileiro e a Repartição Sanitária Pan-Americana. O mesmo foi promulgado pelo Decreto 32.180, de 31 de janeiro de 1953. A previsão da contribuição financeira ao Instituto encontra-se no artigo 11 do Decreto 32.180/53.	
"ARTIGO 11 O Governo compromete-se a contribuir com uma importância a ser fixada anualmente no orçamento do Ministério da Agricultura, destinada exclusivamente às despesas dos salários do pessoal de manutenção de Centro e dos trabalhadores, de conformidade com o Programa anexo (I, 6 letras a, b e c)".	
0070	Contribuição ao Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA (MAPA)
- Decreto nº 86.365, de 15 de setembro de 1981, Promulga a Convenção sobre o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura;	
- Decreto Legislativo nº 60, de 28 de junho de 1980, aprovou a Convenção sobre o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura;	
O Decreto Legislativo 60/80 aprovou a Convenção sobre o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. O mesmo foi promulgado pelo Decreto 86.365/81, de 15 de setembro de 1981. A previsão da contribuição financeira ao Instituto encontra-se no artigo 23 do Decreto 86.365/81.	
"Artigo 23 Os Estados Membros contribuirão para a manutenção do Instituto mediante cotas anuais fixadas pela Junta, de acordo com o sistema de cálculo de cotas da Organização dos Estados Americanos".	
0073	Contribuição à Organização Mundial de Saúde Animal - OIE (MAPA)
- Decreto nº 5.511, de 07 de agosto de 1928, que aprova o acordo sobre a Repartição Internacional de Epizootias.	
- Decreto nº 18.642, de 12 de março de 1929, que promulga o Acordo internacional para a criação de uma Repartição internacional de Epizootias, concluído em Paris a 25 de janeiro de 1924.	
A previsão de contribuição financeira encontra-se no artigo terceiro do referido Acordo:	
"ARTIGO TERCEIRO - As despesas de instalação, assim como os gastos anuais para o funcionamento e manutenção da Repartição, serão pagos pelas contribuições dos Estados contratantes, estabelecidas de acordo com as condições previstas pelos estatutos orgânicos, mencionados no artigo segundo."	
Ainda, o artigo 11 dos Estatutos Orgânicos, que se encontram anexos ao Acordo e aprovados pelos Decretos, supracitados, dispõe que:	
"ARTIGO 11 - As despesas necessárias para o funcionamento da Repartição serão cobertos pelos Estados signatários ao Acordo, e pelos que aderirem futuramente, sendo a contribuição estabelecida conforme as seguintes categorias: 1a. categoria, à razão de 25 unidades 2a. " 20 3a. " 15 4a. " 10 5a. " 5 6a. " 3 - sobre a base de 500 francos por unidade.	
A cada Estado é livre a escolha da categoria a que deseje pertencer. Ser-lhe-á facultada, em qualquer tempo, a posterior inscrição em categoria superior."	
- Resolução nº 7, denominada "Contribuciones financieras de los Países Miembros de la OIE para 2014" da 81ª SG/IF - Paris, maio de 2013.	
0074	Contribuição à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura - FAO (MRE)
- Decreto Legislativo nº 21, de 23 de julho de 1964, que aprova o texto da Constituição da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO).	
- Decreto nº 7.752, de 14 de junho de 2012, que promulga a Constituição da FAO.	
A previsão de contribuição financeira encontra-se no artigo XVII da referida Constituição:	
"Artigo XVII Orçamento e Contribuições (...) 2. Cada País-Membro e Membro Associado compromete-se a contribuir anualmente para o orçamento da Organização com a quota que lhe for atribuída pela Conferência. Esta deverá levar em consideração a diferença de status entre Países-Membros e Membros Associados, ao determinar as respectivas contribuições."	
0087	Contribuição à União Postal Universal - UPU (MC)
- Decreto Legislativo nº 72, de 29 de novembro de 1978, que aprova os textos dos Atos Finais do Congresso da União Postal Universal, do acordo Relativo às Cartas com Valor Declarado e do Acordo Relativo às Encomendas Postais, assinados em Lausanne, em 1974.	
- Decreto nº. 84.774, de 06 de junho de 1980, que promulga o Segundo Protocolo Adicional à Constituição da UPU, o Regulamento Geral da UPU e a Convenção Postal Universal.	
A previsão de contribuição financeira encontra-se no artigo I, parágrafo 3 do referido Protocolo Adicional:	
"Artigo I. 3. As despesas da União, incluindo quando aplicável as despesas previstas no §2, serão custeadas conjuntamente pelos seus países- membros. Para este efeito, cada país membro deverá escolher a categoria de contribuição em que deseja ser incluído. As categorias de contribuição deverão estar previstas no Regulamento Geral."	

0089	Contribuição à União Internacional de Telecomunicações - UIT (ANATEL)
O Congresso Nacional Brasileiro ratificou o tratado que aprovou a Constituição (CS) e Convenção (CV) da UIT pelo Decreto Legislativo nº34, de 11 de Abril de 2002.	
- Decreto Legislativo nº 67, de 1998: Aprova os textos (*) dos Atos Finais da Conferência de Plenipotenciários Adicional da União Internacional de Telecomunicações - UIT, aprovados pelos países membros em Genebra, em 22 de dezembro de 1992, e dos "Atos Finais da Conferência de Plenipotenciários" da União Internacional de Telecomunicações - UIT, aprovados pelos países membros, em Quioto, em 13 de outubro de 1994.	
- Decreto nº 2.962, de 24 de Fevereiro de 1999: Promulga a Constituição e a Convenção da União Internacional de Telecomunicações, concluídas em Genebra, em 22 de dezembro de 1992, e seu instrumento de Emenda aprovado em Quioto, em 14 de outubro de 1994.	
A previsão de contribuição financeira encontra-se no artigo 28, capítulo V, da referida Convenção:	
"Os gastos da União serão cobertos com as contribuições dos Membros, das entidades e das organizações autorizadas a participar das atividades da União, de conformidade com as disposições pertinentes da Convenção, mediante rateio do número de unidades correspondentes à classe contributiva escolhida por cada Membro e por cada entidade ou organização autorizada segundo estabelecido nas disposições pertinentes da Convenção".	
009B	Contribuição ao Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul - FOCEM (MRE)
- Decreto Legislativo nº 407, de 12 de setembro de 2006, que aprova o texto da Decisão nº 18/05, do Conselho do Mercado Comum do Mercosul, que dispõe sobre a Integração e Funcionamento do Fundo para a Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do Mercosul - FOCEM, celebrada em Assunção, em 19 de junho de 2005;	
- Decreto nº 5.969, de 21 de novembro de 2006, que promulga a Decisão nº 18/05, do Conselho do Mercado Comum do Mercosul.	
A previsão de contribuição financeira encontra-se nos artigos 4º e 6º da referida Decisão:	
"Artigo 4 - O FOCEM se conformará com contribuições anuais dos Estados-Partes, efetuadas em quotas semestrais. (...)	
Artigo 6 - O montante total anual da contribuição dos Estados-Partes ao FOCEM será de cem milhões de dólares e será integrado conforme as seguintes porcentagens, que foram estabelecidas tendo em vista a média histórica do PIB do MERCOSUL: - Argentina: 27% - Brasil: 70% - Paraguai: 1% - Uruguai: 2%"	
00AT	Contribuição ao Protocolo de Kioto (MCTI)
-Decreto Legislativo n.º 144, de 20 de junho de 2002, que aprova o Protocolo de Quioto à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima; -Decreto n.º 5.445, de 12 de maio de 2005, que promulga o referido Protocolo. O Protocolo dispõe que suas regras financeiras serão as mesmas da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. Esta, por sua vez, prevê que as contribuições serão efetuadas pelos Estados-Membros anualmente. Reproduz-se, abaixo, parágrafo 5º do artigo 13 do Protocolo de Quioto, 5, "As regras de procedimento da Conferência das Partes e os procedimentos financeiros aplicados sob a Convenção devem ser aplicados "mutatis mutandis" sob este Protocolo, exceto quando decidido de outra forma por consenso pela Conferência das Partes na qualidade de reunião das Partes deste Protocolo."	
A Decisão 15/CP.1, de 7 de abril de 1995, estabelece, em seu anexo I, a repartição dos gastos entre os membros:	
Decisão 15/CP.1 Procedimentos Financeiros ANEXO 1 7. Os recursos da Conferência das Partes englobam: a) Contribuições feitas a cada ano pelas Partes, na base de uma escala indicativa, adotada por consenso pela Conferência das Partes (...).	
00B7	Contribuição à Organização dos Estados Americanos - OEA (MRE)
- Decreto Legislativo nº 64, de 7 de dezembro de 1949, que aprova a Carta da Organização dos Estados Americanos; - Decreto nº 30.544, de 14 de fevereiro de 1952, que promulga a Carta da Organização dos Estados Americanos. A previsão de contribuição financeira está contida no artigo 55 da Carta: "Artigo 55. A Assembléia Geral estabelece as bases para a fixação da quota com que deve cada um dos governos contribuir para a manutenção da Organização, levando em conta a capacidade de pagamento dos respectivos países e a determinação dos mesmos de contribuir de forma equitativa. Para que possam ser tomadas decisões sobre assuntos orçamentários, é necessária a aprovação de dois terços dos Estados-membros."	
00BA	Contribuição à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO (MRE)
- Decreto-Lei nº 9.290, de 24 de maio de 1945, que aprova a Convenção que cria uma Organização Educativa, Científica e Cultural das Nações Unidas; - Decreto nº 22.024, de 05 de novembro de 1946, que promulga a Convenção que cria uma Organização Educativa, Científica e Cultural das Nações Unidas, firmada em Londres, a 16 de novembro de 1945. A previsão de contribuição financeira dos Estados-Partes está contida no artigo IX da Convenção, reproduzido a seguir: "Artigo IX ORÇAMENTO 1. O orçamento será elaborado pela Organização. 2. A Conferência-Geral aprovará definitivamente o orçamento e fixará a participação financeira de cada um dos Estados-Membros, de acordo com as disposições a serem previstas nesta matéria pela Convenção concluída com a Organização das Nações Unidas, conforme o Artigo X da presente Convenção."	
00BC	Contribuição à Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares - ABACC (MRE)
- Decreto Legislativo n º 221, de 11 de dezembro de 1991, que aprova o Acordo para Uso Exclusivamente Pacífico da Energia Nuclear; - Decreto nº 439, de 3 de fevereiro de 1992, que promulga o Decreto Legislativo acima. A previsão de contribuição financeira está contida no Artigo XVI do referido Acordo: "As Partes proverão de forma equitativa os fundos necessários à operação do SCCC e da ABACC."	

Ação Orçamentária / Base legal

00BG Contribuição à Comissão Preparatória da Organização do Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares - CTBTO (MRE)		00LQ Contribuição Voluntária ao Fundo Internacional para a Diversidade Cultural - FIDC (MINC)	
- Decreto Legislativo nº 64, de 02 de julho de 1998, que aprova o texto do Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares - CTBT; - Carta de Ratificação do CTBT depositada pelo Governo brasileiro junto ao Secretariado da ONU em 24 de julho de 1998. O CTBT, tal como a FAO, não possui decreto do Poder Executivo que o promulgue. Todavia, tendo em vista as peculiaridades deste processo, a CONJUR emitiu PARECER/MP/CONJUR/FNF/Nº 0755-1.16/2009, de 30 de junho de 2009, em que opina pela viabilidade jurídica de realizar o pagamento das contribuições à CTBTO, conforme definido na resolução dos signatários. As contribuições dos membros estão previstas no art. II, itens 9 e 10, do referido Tratado: "ARTIGO II - A Organização. A. Dispositivos Gerais: 1. ...9. Os custos das atividades da Organização serão pagos anualmente pelos Estados-Partes, de acordo com a escala de contribuições das Nações Unidas, ajustada de forma a levar em consideração diferenças de participação entre as Nações Unidas e a Organização. 10. As contribuições financeiras dos Estados-Partes para a Comissão Preparatória serão deduzidas de uma maneira adequada de suas contribuições para o orçamento regular."		- Decreto Legislativo n.º 485 de 20/12/2006, que aprova o texto da Convenção sobre Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, assinada em Paris, em 20 de outubro de 2005; e - Decreto n.º 6177 de 1/08/2007, que promulga a Convenção. O artigo 18 da referida Convenção trata especificamente do Fundo Internacional para a Diversidade Cultural, conforme os termos a seguir: "Artigo 18 - Fundo Internacional para a Diversidade Cultural 1. Fica instituído um Fundo Internacional para a Diversidade Cultural, doravante denominado o "Fundo". 2. O Fundo estará constituído por fundos fiduciários, em conformidade com o Regulamento Financeiro da UNESCO. 3. Os recursos do Fundo serão constituídos por: a) contribuições voluntárias das Partes; b) recursos financeiros que a Conferência-Geral da UNESCO designe para tal fim; c) contribuições, doações ou legados feitos por outros Estados, organismos e programas do sistema das Nações Unidas, organizações regionais ou internacionais; entidades públicas ou privadas e pessoas físicas; d) juros sobre os recursos do Fundo; e) o produto das coletas e receitas de eventos organizados em benefício do Fundo; f) quaisquer outros recursos autorizados pelo regulamento do Fundo." Não há previsão de sanções políticas e financeiras na Convenção em questão.	
00BU Contribuição ao Tribunal Internacional do Direito do Mar - TIDM (MRE)		00LS Contribuição Voluntária à Convenção-Quadro sobre Controle do Uso do Tabaco - CQCT FCTC (MS)	
- Decreto Legislativo nº 5, de 9 de novembro de 1987, que aprova o texto da Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar, concluído em Montego Bay, Jamaica, em 10 de dezembro de 1982; - Decreto nº 1.530, de 22 de junho de 1995, que promulga a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. O artigo 318 da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar dispõe que: "ARTIGO 318 - Estatuto dos Anexos Os Anexos são parte integrante da presente Convenção e, salvo disposição expressa em contrário, uma referência à presente Convenção ou a uma das suas Partes constitui uma referência aos Anexos correspondentes."		Decreto Legislativo nº 1.012, de 2005, que aprova o texto da Convenção-Quadro sobre Controle do Uso do Tabaco; e Decreto n.º 5.658, de 2 de janeiro de 2006, que promulga a Convenção; Artigo 23 do Estatuto (Contribuição Financeira).	
		00M3 Subvenção Econômica nas Operações de Financiamento ao Setor Produtivo para o Desenvolvimento Regional (Lei nº 12.712, de 2012)	
		Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, art. 13.	
		00OP Integralização de Cotas de Capital em Organismos Financeiros Internacionais	
		Decreto nº 9.745/2019.	
		00OQ Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica	
		Artigo 12 da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.	
		00P3 Integralização de Cotas do Fundo Garantidor de Infraestrutura - FGIE	
		Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012.	
		00RM Contribuição à Convenção Internacional das Nações Unidas de Combate à Desertificação nos Países Afetados por Seca Grave e/ou Desertificação - UNCCD (MMA)	
		Decreto Legislativo nº 28, de 1997, que aprova o texto da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação. Decreto n.º 2.741, de 20 de agosto de 1998, que promulga a Convenção acima. O artigo 22, item 2, "e", da Convenção estabelece que a Conferência das Partes deverá acordar e aprovar, por consenso, suas regras de gestão financeira, conforme reproduziu abaixo: "Artigo 22 2. A Conferência das Partes é o órgão supremo da Convenção e, de acordo com o seu mandato, tomará as decisões necessárias a sua efetiva implementação. Em particular, deverá: e) Acordar e aprovar, por consenso, o seu regulamento interno e as suas regras de gestão financeira, bem como os dos seus órgãos subsidiários;" Por conseguinte, nos termos da Decisão 2/COP1, de 1997, as Partes devem pagar suas contribuições até 1º de janeiro de cada ano, com base em uma escala indicativa aprovada pela COP. Veja-se: "Contribuições 12. Os recursos da Conferência das Partes compreenderão: a) Contribuições realizadas anualmente pelas Partes com base em uma escala indicativa aprovada pela COP."	
		00RN Contribuição à Organização Mundial de Turismo - OMT (MTUR)	
		Base Legal: Decreto Legislativo nº 56, de 18 de setembro de 1972, que aprova o texto dos Estatutos da OMT, aprovados em reunião realizada na Cidade do México, de 17 a 28 de setembro de 1970.; Decreto nº 75.102, de 20 de dezembro de 1974, que promulga o estatuto da OMT. Destacamos, ainda, a previsão contida no artigo 25º do referido estatuto: "Artigo 25º. O orçamento da Organização abrangerá suas atividades administrativas e de programa geral e será custeada pelas contribuições dos Membros Efetivos, Associados e Filiais segundo escala de rateio de despesa aceita pela Assembléia e por outras fontes eventuais de receita da Organização, conforme as disposições de Regulamento de Financiamento anexo aos presentes Estatutos dos quais formam parte integrante."	
		00RO Contribuição à Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos - ISBA (MRE)	
		Decreto Legislativo nº 5, de 9 de novembro de 1987, que aprova o texto da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar; Decreto nº 1.530, de 22 de junho de 1995, que promulga a Convenção; Artigo 171 da Convenção (Disposições Financeiras).	
00F4 Contribuição ao Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio - Protocolo de Montreal (MRE)			
Decreto Legislativo n.º 91, de 15 de dezembro de 1989, que aprova os textos da Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio e do Protocolo de Montreal sobre Substâncias que destroem a Camada de Ozônio; Decreto n.º 99.280, de 06 de junho de 1990, que promulga a Convenção e o Protocolo; Artigo 13 do Protocolo (Disposições Financeiras).			
00GT Contribuição ao Parlamento do Mercosul - PARLASUL (MRE)			
Decreto Legislativo nº 408, de 12 de setembro de 2006, que aprova o texto do Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul; Decreto nº 6.105, de 30 de abril de 2007, que promulga o Protocolo; Artigo 20 do Protocolo (Orçamento).			
00HE Contribuição Voluntária ao Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e Agricultura - TIRFAA (MRE)			
- Decreto Legislativo nº 70, de 2006 que aprova o texto do Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura, aprovado em Roma, em novembro de 2001, e assinado pelo Brasil, em 10 de junho de 2002. - Decreto nº 6.476, de 5 de junho de 2008 que promulga o Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura, aprovado em Roma, em 3 de novembro de 2001, e assinado pelo Brasil em 10 de junho de 2002, o qual prevê, nos Artigos 18 e 19, do Tratado, que: "18.1 As Partes Contratantes se comprometem a implementar uma estratégia de financiamento para a implementação do presente Tratado (...). 18.2 Os objetivos da estratégia de financiamento serão os de aumentar a disponibilidade, transparência, eficiência e eficácia do fornecimento de recursos financeiros para a implementação de atividades no âmbito do presente Tratado." "19.1 Um Órgão Gestor composto de todas as Partes Contratantes fica estabelecido para o presente Tratado. (...) 19.3 O órgão gestor tem por função (...): (...) (d) adotar o orçamento do presente Tratado;" O atendimento a este item foi consolidado durante a 4ª Reunião do Órgão Gestor do TIRFAA, ocorrida em Bali, Indonésia, de 14 a 18 de março de 2011, com a edição do Relatório IT/GB-4/11 que, em seu Apêndice A.1, Artigo V, dispõe: "5.1 Os recursos do Tratado compreenderão: (...) b) contribuições voluntárias das Partes Contratantes para o orçamento administrativo principal. Não há previsão de sanções políticas e financeiras no Tratado em questão.			

Ação Orçamentária / Base legal

0113	Contribuição Voluntária ao Fundo de Cooperação Técnica da Agência Internacional de Energia Atômica - AIEA FCT (MRE)	- Decreto Legislativo n.º 24, de 24 de julho de 1957, que aprova o Estatuto da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA); - Decreto n.º 42.155, de 27 de agosto de 1957, que promulga o Estatuto da AIEA. "(...) Artigo XIV Disposições Financeiras (...) D. A Junta de Governadores repartirá entre os membros da Agência as despesas previstas (...), de acordo com uma escala a ser fixada pela Conferência Geral. Ao fixar a escala, a Conferência Geral se guiará pelos princípios adotados pelas Nações Unidas no tocante às contribuições dos Estados-membros para o orçamento ordinário daquela organização. (...)” - Decreto Legislativo nº 24, de 24 de julho de 1957, que aprova o Estatuto da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA); - Decreto nº 42.155, de 27 de agosto de 1957, que promulga o Estatuto da AIEA. Destaca-se, ainda, a previsão contida no artigo XIV do referido Estatuto. Nela dispõe-se que as despesas da Agência são divididas em duas categorias: a) despesas administrativas e b) outras despesas. O Artigo XIV, B1, que trata das Disposições Financeiras prevê que as despesas administrativas deverão incluir: "a) Despesas com o pessoal da Agência, excetuadas as relativas ao pessoal cujo emprêgo esteja relacionado com os materiais, serviços, equipamento e instalações referidos no subparágrafo B-2 seguinte; as despesas com reuniões; e as despesas necessárias à preparação de projetos da Agência e à distribuição de informação; b) As despesas decorrentes da aplicação das salvaguardas previstas no Artigo XII em relação aos projetos da Agência ou, no subparágrafo A-5 do Artigo III, em relação aos acordos bilaterais ou multilaterais, assim como as despesas de manipulação e armazenagem pela Agência de material fissionável especial, que não sejam as despesas de armazenagem e manipulação a que se refere o parágrafo E dêste artigo;" A Junta de Governadores da AIEA, conforme disposto no Artigo XIV, C, repartirá entre os membros da Agência as despesas acima mencionadas de acordo com uma escala a ser fixada pela Conferência Geral. A categoria de outras despesas está prevista no Artigo XIV, 2: "As despesas, além das previstas no subparágrafo 1 do presente parágrafo, relativas a materiais, instalações, estabelecimentos e equipamento, adquiridos ou instituídos pela Agência no exercício de suas atribuições, assim como as relativas ao custo dos materiais, serviços, equipamento e instalações que a Agência proporcionar em virtude de acôrdo com um ou mais de seus membros." As outras despesas, de acordo com o Artigo XIV, E, deveriam ser pagas com o lucro, recebido pela AIEA, da aplicação do uso de taxas para armazenagem e manipulação, aplicáveis aos materiais, serviços, equipamentos e instalações fornecidos pela Agência aos seus Membros. As taxas seriam calculadas por uma escala pela Junta de Governadores de maneira a fornecer uma renda suficiente para cobrir as despesas e custos das despesas acima referidas, deduzida de qualquer contribuição voluntária que a Junta de Governadores decida utilizar para esse fim. As quantias obtidas com a aplicação dessa escala se destinariam a um fundo especial chamado Fundo Geral, o qual abrange três outros fundos: i) Fundo de Cooperação Técnica; ii) Fundo do Programa Extra-orçamentário; iii) Fundo de Cooperação Técnica Extra-orçamentário, e poderiam ser usados da maneira que a Junta de Governadores entendesse, conforme Artigo XIV, F: "Os excedentes de renda a que se refere o parágrafo E sobre as despesas e custos que ele se mencionam, assim como as contribuições voluntárias feitas à Agência, serão colocados em um fundo geral que poderá ser usado na forma que determinar, a Junta de Governadores com a aprovação da Conferência Geral." As contribuições voluntárias ao Fundo Geral foram solicitadas pela Resolução adotada durante a 150ª reunião plenária da Conferência Geral (GC(XV)/RES/286), em 27 de setembro de 1971, a qual emenda a Resolução adotada durante a 62ª reunião plenária da Conferência Geral (GC(V)/RES/100), em 06 de outubro de 1961. O Estatuto da AIEA não prevê aplicação de sanções em caso de atraso no pagamento das contribuições.
0123	Contribuição à Organização Marítima Internacional - IMO (MD)	Decreto Legislativo nº 53, de 07 de junho de 1977, que aprova o texto da Resolução nº 358, da IX Assembléia Geral da Organização Marítima Consultiva Intergovernamental (OMCI), que aprovou Emendas à Convenção da Organização; Decreto nº 87.458, de 16 de agosto de 1982, que promulga a Resolução; Artigo 41 da Convenção (Contribuição Financeira).
0128	Contribuição à Organização das Nações Unidas - ONU (MRE)	Decreto-lei nº 7.935, de 3 de setembro de 1945, que aprova a Carta das Nações Unidas; Decreto nº 19.841, de 22 de outubro de 1945, que promulga a Carta; Artigo 17 da Carta (Disposições Financeiras).
0146	Contribuição ao Fundo do Patrimônio Mundial - FPM (MINC)	Decreto Legislativo nº 74, de 1977, que aprova o texto da Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural; Decreto nº 80.978, de 12 de Dezembro de 1977, que promulga a Convenção; Artigo 15 da Convenção (Disposições Financeiras): "3. Os Recursos do Fundo serão constituídos: a) pelas contribuições obrigatórias e pelas contribuições voluntárias dos Estados-Partes na presente Convenção"; Como o Brasil fez ressalva ao Artigo 16, 1, a própria Convenção prevê que: "2. [...] qualquer dos estados a que se refere o artigo 31 ou o artigo 32 da presente Convenção poderá, no momento do depósito de seu instrumento de ratificação, aceitação ou adesão, declarar que não se obriga pelas disposições do parágrafo 1 do presente artigo. [...] 4. Para que o Comitê esteja em condições de prever suas operações de maneira eficaz, as contribuições dos Estados-Partes na presente Convenção que houverem feito a declaração mencionada no parágrafo 2 do presente artigo terão de ser entregues de modo regular, pelo menos de dois em dois anos, e não deverão ser inferiores às contribuições que teriam de pagar se tivessem se obrigado pelas disposições do parágrafo 1 do presente artigo."
0186	Contribuição à Organização de Aviação Civil Internacional - OACI (MTPA)	Decreto-Lei n.º 7.952, de 11 de setembro de 1945, que aprova a Convenção sobre Aviação Civil Internacional; Decreto nº 21.713, de 27 de agosto de 1946, que promulga a Convenção; Artigo 61 da Convenção (Orçamento e repartição de gastos).
0190	Contribuição à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima - UNFCCC (MCTI)	Decreto Legislativo n.º 1, de 3 de fevereiro de 1994, que aprova a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima; Decreto n.º 2.652, de 1 de julho de 1998, que promulga a Convenção-Quadro; Artigo 7º da Convenção (Conferência das Partes). 1. Uma Conferência das Partes é estabelecida por esta Convenção. 2. Como órgão supremo desta Convenção... deve: k) Definir e adotar, por consenso, suas regras de procedimento e regulamento financeiro bem como os de seus órgãos subsidiários." Embora a Convenção não apresente regras de contribuição financeira dos Estados-Partes, traz a previsão de que a Conferência das Partes será responsável por tal regulamento. "Decisão 15/CP.1 - Procedimentos Financeiros - Anexo 1 - 7. Os recursos da Conferência das Partes englobam: a) Contribuições feitas a cada ano pelas Partes, na base de uma escala indicativa, adotada por consenso pela Conferência das Partes..."
0218	Contribuição à Organização Pan-Americana de Saúde - OPAS (MS)	Decreto n. 5.693, de 13 de agosto de 1929, que aprova o Código Sanitário Pan-Americano; Decreto nº 19.238, de 10 de junho de 1930, que promulga o Código Sanitário; Artigo 60 do Código Sanitário (Disposições Financeiras); Paracer/MP/CONJUR/FNF/Nº 1245 - 1.10/2009: "Ante o exposto, em resposta à consulta formulada pela Secretaria de Assuntos Internacionais desta Pasta, concluo que: (i) o art. 60 do Código Sanitário Pan-americano, aprovado na Convenção de Havana, em 1924, e promulgado por meio do Decreto nº 19.238, de 1930, pode ser considerado como base legal suficiente para respaldar o pagamento de contribuições regulares para a Organização Pan-Americana de Saúde - OPAS; e (ii) que não há necessidade de submeter ao Congresso Nacional a constituição da OPAS".
0221	Contribuição à Organização Mundial de Saúde - OMS (MS)	Decreto Legislativo nº 6, de 14 de fevereiro de 1948, que aprova os Atos concluídos na Conferência Internacional de Saúde; Decreto nº 26.042, de 17 de dezembro de 1948, que promulga os Atos; Artigo 7º da Constituição da OMS (Disposições Financeiras).
0265	Indenizações e Restituições relativas ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO (Lei nº 8.171, de 1991)	Leis nº 8.171, 17 de janeiro de 1991, art. 59 a 66-A e Decreto nº 175, de 10 de julho de 1991.
0344	Contribuição à Organização Mundial das Aduanas - OMA (ME)	Decreto Legislativo nº 129, de 2 de dezembro de 1980, que aprova o texto do Convênio de Criação de um Conselho de Cooperação Aduaneira; Decreto nº 85.801, de 10 de março de 1981, que promulga o Convênio; Artigo XII, inciso b, do Convênio (Disposições Financeiras).
0420	Contribuição à Organização Mundial de Meteorologia - OMM (MAPA)	Decreto Legislativo nº 11, de 23 de maio de 1949, que aprova a Convenção da Organização Meteorológica Mundial; Decreto nº 28.074, de 04 de maio de 1950, que promulga a Convenção; Artigo 24 da Convenção (Disposições Financeiras).
0483	Contribuição à Convenção sobre Diversidade Biológica - CDB (MMA)	Decreto Legislativo nº 02, de 03 de fevereiro de 1994, que aprova o texto da Convenção sobre Diversidade Biológica Decreto n.º 2.519, de 16 de março de 1998, que promulga a Convenção; - Decreto nº 5.705, de 16 de fevereiro de 2016, que promulga o Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança da Convenção sobre Diversidade Biológica Artigo 23, 3 da Convenção (Disposições Financeiras).
0539	Contribuição ao Fundo Multilateral de Investimentos - FUMIN (MPOG)	- Decreto Legislativo nº 329, de 18 de julho de 2012, que aprova os Convênios Constitutivo e de Administração do Fundo Multilateral de Investimentos II - FUMIN II. - Decreto nº 7.982, de 8 de abril de 2013, que promulga o Convênio Constitutivo do Fundo Multilateral de Investimentos II. Destacam-se as alíneas b e c do Artigo II - Contribuições ao Fundo: "Artigo II Contribuições ao Fundo (...) 2. Cada País Membro e Membro Associado compromete-se a contribuir anualmente para o orçamento da Organização com a quota que lhe for atribuída pela Conferência. Esta deverá levar em consideração a diferença de status entre Países Membros e Membros Associados, ao determinar as respectivas contribuições."
0543	Contribuição ao Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola - FIDA (MP)	- Decreto Legislativo nº 65, de 29 de setembro de 1978, que aprova o Acordo Constitutivo do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola, concluído em Roma, a 13 de junho de 1976. - Decreto nº 83.926, de 31 de agosto de 1979, que promulga o referido Acordo. Cláusula financeira: O artigo 4º do Acordo Constitutivo prevê que os recursos do FIDA consistem em: I) contribuições iniciais; II) contribuições suplementares; III) contribuições especiais de Estados não-membros e de outras fontes; IV) fundos provenientes de operações ou que de outro modo ingressem no Fundo.
0605	Ressarcimento ao Gestor do Fundo Nacional de Desestatização (Lei nº 9.491, de 1997)	Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997 e Decreto nº 2.594 de 15 de maio de 1998.
0867	Contribuição à Secretaria do Mercado Comum do Sul - MERCOSUL (MRE)	Decreto Legislativo nº 188, de 15 de dezembro de 1995, que aprova o texto do Protocolo Adicional ao Tratado de Assunção sobre a Estrutura Institucional do Mercosul - Protocolo de Ouro Preto; Decreto nº 1.901, de 9 de maio de 1996, que promulga o Protocolo; Artigo 45 do Protocolo (Disposições Financeiras).
0868	Contribuição à Organização do Tratado de Cooperação Amazônica - OTCA (MRE)	Decreto Legislativo nº 69, de 18 de outubro de 1978, que aprova o texto do Tratado de Cooperação Amazônica; Decreto nº 85.050, de 18 de agosto de 1980, que promulga o Tratado; Decreto Legislativo nº 102, de 28 de outubro de 1999, que aprova o texto do Protocolo de Emenda ao Tratado de Cooperação Amazônica (TCA); Decreto nº 4.387, de 25 de setembro de 2002, que promulga o Protocolo de Emenda ao TCA; Decreto Legislativo nº 44, de 12 de abril de 2006, que aprova o texto do Acordo de Sede entre o Brasil e a OTCA; Decreto nº 5.819, de 26 de junho de 2006, que promulga o Acordo de Sede; Artigo II do Protocolo de Emenda ao TCA (Disposições Financeiras).
0869	Contribuição à Agência Internacional de Energia Atômica - AIEA (MRE)	Decreto Legislativo nº 24, de 24 de julho de 1957, que aprova o Estatuto da Agência Internacional de Energia Atômica; Decreto nº 42.155, de 27 de agosto de 1957, que promulga o Estatuto; Artigo XIV do Estatuto (Disposições Financeiras).
0870	Contribuição à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP (MRE)	Decreto Legislativo nº 8, de 12 de fevereiro de 1998, que aprova os textos da Declaração Constitutiva e dos Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa; Decreto nº 5.002, de 3 de março de 2004, que promulga a Declaração Constitutiva e os Estatutos; Artigo 17 dos Estatutos (Disposições Financeiras).
0872	Contribuição à Organização Mundial do Comércio - OMC (MRE)	Decreto Legislativo nº 30, de 15 de dezembro de 1994, que aprova a Ata Final da Rodada Uruguai de Negociações Comerciais Multilaterais do GATT, as listas de concessões do Brasil na área tarifária (Lista III) e no setor de serviços e o texto do Acordo Plurilateral sobre Carne Bovina; Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, que promulga a Ata Final; Artigo VII do Acordo Constitutivo da OMC, contido na Ata Final (Disposições Financeiras).
0873	Contribuição à Organização Internacional do Trabalho - OIT (MRE)	Decreto Legislativo nº 5, de 26 de agosto de 1947, que ratifica os textos da nova Constituição da Organização Internacional do Trabalho e da Convenção sobre a Revisão dos Artigos Finais; Decreto 25.696, de 20 de outubro de 1948, que promulga a Constituição da OIT e a Convenção sobre a Revisão dos Artigos Finais; Artigo 13, nº 3 da Constituição da OIT (Disposições Financeiras).

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO-2022, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base legal

0864	Contribuição à Associação Latino-Americana de Integração - ALADI (MRE) Decreto Legislativo nº 66, de 16 de novembro de 1981, que aprova o texto do Tratado de Montevideú de 1980; Decreto nº 87.054, de 23 de março de 1982, que promulga o Tratado; Artigo 35 do Tratado (Disposições Financeiras).	00M4	Remuneração a Agentes Financeiros Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998; Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964; Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979; Lei nº 7.998, de, de 11 de janeiro de 1990, art. 15; Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990; Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991; Lei nº 8.352, de 28 de dezembro de 1991, art. 5º; Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992; Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993; Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995; Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999; Lei nº 9.848, de 26 de outubro de 1999; Lei nº 9.876, de 26 de novembro de 1999; Medida Provisória nº 2.183-56, de 24 de agosto de 2001; Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001; Lei nº 10.332, de 19 de dezembro de 2001, art. 8º; Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003; Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004; Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004; Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004; Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007; Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008; Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, art. 58; Lei nº 12.114, de 9 de dezembro de 2009; Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009; Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto nº 59.428, de 27 de outubro de 1966; Decreto-Lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966; Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967; Decreto-Lei nº 2.295, de 21 de novembro de 1986; Decreto nº 94.874, de 15 de setembro de 1987; Decreto nº 366, de 17 de dezembro de 1991; Decreto nº 1.260, de 29 de setembro de 1994; Decreto nº 1.647, de 26 de setembro de 1995; Decreto nº 1.785, de 11 de janeiro de 1996; Decreto nº 1.819, de 16 de fevereiro de 1996; Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999; Decreto nº 3.737, de 30 de janeiro de 2001, art. 12; Decreto nº 3.937, de 25 de setembro de 2001; Decreto nº 4.892, de 25 de novembro de 2003; Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004; Decreto nº 7.139, de 29 de março de 2010; Decreto nº 8.535, de 1º de outubro de 2015; Decreto nº 8.701, de 31 de março de 2016; Decreto nº 9.578, de 22 de novembro de 2018; Resolução BACEN nº 3.231, de 31 de agosto de 2004; Resolução BACEN-CMN nº 3.799, de 16 de outubro de 2009; Resolução BACEN nº 3.828, de 17 de dezembro de 2009; Resolução nº 97, de 16 de setembro de 2013, do Conselho Gestor do FUNTTEL Instrução Normativa STN/MF nº 01, de 15 de janeiro de 1997, art. 24; Portaria SUPRAMA nº 242, de 30 de setembro de 2002; Portaria MF nº 284, de 27 de julho de 2020; e Contrato de prestação de serviços como agente financeiro, entre a União e a CAIXA, para financiamento do Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os estados brasileiros – PNAFE, firmado na data de 25/04/1997.
0866	Contribuição à Secretaria Geral Ibero-Americana - SEGIB (MRE) Decreto Legislativo nº 23, de 1º de fevereiro de 2006, que aprova o texto do Acordo de Santa Cruz de La Sierra Constitutivo da Secretaria-Geral Ibero-Americana; Decreto nº 6.659, de 20 de novembro de 2008, que promulga o Acordo; Artigo 7º do Acordo (Disposições Financeiras).		
0873	Contribuição à Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial - UNIDO (MRE) Decreto nº 92.662, de 16 de maio de 1986, que promulga a Constituição da UNIDO; Decreto Legislativo nº 109, de 04 de novembro de 1980, que aprova a Constituição da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial; Artigo 15 da Constituição da UNIDO (Disposições Financeiras).		
0874	Contribuição à Organização para a Proibição das Armas Químicas - OPAQ (MRE) Decreto Legislativo nº 9, de 1996, que aprova o texto da Convenção Internacional sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Estocagem e Uso de Armas Químicas e sobre a Destruição das Armas Químicas existentes no mundo; Decreto nº 2.977, de 1 de março de 1999, que promulga a Convenção; Artigo VIII da Convenção (Disposições Financeiras).		
0875	Contribuição ao Tribunal Penal Internacional - TPI (MRE) Decreto Legislativo nº 112, de 6 de junho de 2002, que aprova o texto do Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional; Decreto nº 4.388, de 25 de setembro de 2002, que promulga o Estatuto; Artigo 115 do Estatuto (Disposições Financeiras).		
0C37	Contribuição à Convenção sobre os Poluentes Orgânicos Persistentes - Convenção de Estocolmo (MRE) Decreto Legislativo nº 204, de 7 de maio de 2004, que aprova o texto da Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes; Decreto nº 5.472, de 20 de junho de 2005, que promulga a Convenção; Artigo 19 da Convenção prevê a criação de regras financeiras; Regra 5 do Financial Rules (Disposições Financeiras).		
0C39	Contribuição à Organização Internacional de Madeiras Tropicais - OIMT (MMA) Decreto Legislativo nº 325, de 14/08/2013 - Aprova o Acordo Internacional de Madeiras Tropicais. Decreto de Promulgação nº 8.330, de 5/11/2014 - Promulga o Acordo Internacional de Madeiras Tropicais firmado pela RFB em Genebra, em 27 de janeiro de 2006. A previsão de contribuição financeira encontra-se no artigo 19 do Acordo, reproduzido a seguir: "Artigo 19 1. As despesas necessárias para a administração deste Acordo serão efetuadas pela Conta de Gestão e atendidas por contribuições anuais pagas pelos membros, de acordo com seus respectivos procedimentos constitucionais e institucionais, as quais serão fixadas conforme os parágrafos 3, 4 e 5 deste Artigo".		
71104	Remuneração de Agentes Financeiros - Recursos sob Supervisão do Ministér		
71903	Fundo Social - FS 00JG Operacionalização do Fundo Social - FS Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010. 00JJ Promoção de Investimentos no Brasil e no Exterior: Fundo Social - FS Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010.		
71904	Fundo de Estabilidade do Seguro Rural - Recursos sob Supervisão do Ministé 0026 Cobertura de Déficit nas Operações de Seguro Rural Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966 - regulamento da SUSEP; Resolução CNSP nº 339 de 2016 - dispõe sobre FESR. 216G Operacionalização do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural - FESR Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966 - regulamento da SUSEP; Lei nº 13.195, de 25 de novembro de 2015 art. 1 - designa a ABGF como administradora do FESR; e Decreto nº 9.078, de 12 de junho de 2017 - define a remuneração da ABGF.		
71905	Fundo de Garantia à Exportação - Recursos sob Supervisão do Ministério da 0027 Pagamentos no âmbito do Seguro de Crédito à Exportação Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979 - dispõe sobre o seguro de crédito à exportação; Lei nº 9.665, de 19 de junho de 1998 - renegociação de créditos externos da União; Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999 - cria o Fundo de Garantia à Exportação e dá outras providências; Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil Brasileiro, Art. 770 - revisão do prêmio por alteração no risco; Lei nº 11.281, de 20 de fevereiro de 2006 - autoriza cobranças judiciais e extrajudiciais de créditos da União; Decreto nº 3.937, de 25 de setembro de 2001 - regulamenta a Lei nº 6.704; Decreto nº 9.745 de 8 de abril de 2019 - estrutura Regimental do Ministério da Economia; e Resolução nº 50 de 1993 do Senado Federal - operações de financiamento externo com recursos orçamentários da União		
71906	Fundo Especial de Financiamento de Campanhas 0EB8 Financiamento de Campanha Eleitoral Lei nº 13.487, DE 6 DE OUTUBRO DE 2017, QUE INCLUIU O ARTIGO 16-C À LEI Nº 9.504/97		
73101	Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia		

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO-2022, Art. 9º, inciso IV	
Ação Orçamentária / Base legal	
005E	005E - Transferência Temporária a Estados, Distrito Federal e Municípios nos termos da Lei Complementar nº 176/2020
Lei Complementar nº 176 de 29 de dezembro de 2020 (Instituiu transferências obrigatórias da União para os estados, o Distrito Federal e os municípios, por prazo ou fato determinado, e declarou atendida a regra de cessação contida no § 2º do art. 91 do Ato das Disposições Constituições Transitórias).	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A à 60-E; Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, arts. 12 e 19.	
8567	Auxílios Pecuniários ao Pessoal Ativo Militar dos Extintos Territórios (Lei 10.486/2002, Art.65)
Lei nº 10.486, de 04 de julho de 2002, art. 65 - Dispõe sobre a remuneração dos militares do Distrito Federal e dá outras providências; Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Economia.	
74101	Recursos sob Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da
009J	Subvenção Econômica nos Financiamentos destinados à Reestruturação Produtiva e às Exportações (Lei nº 11.529, de 2007)
Lei nº 11.529, 22 de outubro de 2007, art. 2º, incisos I e II, com redação dada pela Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012 .	
00QM	Assunção de Riscos das Operações de Recuperação da Lavoura Cacauera Baiana (Leis nº 9.126, de 1995 e nº 10.186, de 2001)
Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992; Lei nº 9.126, de 10 de novembro de 1995, art. 16; Lei nº 10.186, de 12 de Fevereiro de 2001, art. 5; e Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, arts. 7º e 7ºA.	
00RW	Subvenção Econômica em Operações de Investimento Rural e Agroindustrial destinadas a Empresas Cerealistas (Lei nº 13.986, de 2020)
Lei nº 13.986, de 7 de abril de 2020, art. 47 a 50.	
0267	Subvenção Econômica em Operações no âmbito do Programa de Financiamento às Exportações - PROEX (Lei nº 10.184, de 2001)
Lei nº 10.184, de 12 de fevereiro de 1965; Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, art. 5º; Decreto nº 7.710, de 3 de abril de 2012; Resolução nº 2.575, de 17 de dezembro de 1998 e Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.063, de 12 de abril de 2012.	
0281	Subvenção Econômica em Operações no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF (Lei nº 8.427, de 1992)
Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965; Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, art. 5º; Lei nº 10.186, de 12 de fevereiro de 2001; Decreto nº 3.991, de 30 de outubro de 2001 e Decreto 5.996, de 20 de dezembro de 2006.	
0294	Subvenção Econômica nas Operações de Custeio Agropecuário (Lei nº 8.427, de 1992)
Lei nº 4.829, de 5 de novembro 1965 e Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, art. 1º, II, 4º, 5º e 7º-B.	
0298	Subvenção Econômica em Operações de Comercialização de Produtos Agropecuários (Lei nº 8.427, de 1992)
Lei 4.829, de 5 de novembro de 1965 e Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, art. 1º, II.	
0299	Subvenção Econômica nas Aquisições do Governo Federal e na Formação de Estoques Reguladores e Estratégicos - AGF (Lei nº 8.427, de 1992)
Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, art. 2º, I, que dispõe sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural; Portaria Interministerial N.º 38 de 9 de março de 2004. (Art. nº 4, §2), que estabelece a formação e a manutenção de estoques públicos de produtos agropecuários	
0301	Subvenção Econômica em Operações de Investimento Rural e Agroindustrial (Lei nº 8.427, de 1992)
Lei 4.829, de 5 de novembro 1965, e Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, art. 1º.	
0611	Subvenção Econômica para Operações decorrentes do Alongamento de Dívidas Originárias de Crédito Rural (Leis nº 9.138, de 1995 e nº 10.437, de 2002)
Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, art. 5º a 8º; MPV nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001; Lei nº 10.437, de 25 de abril de 2002, art. 2º §3º; Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, art. 4º §1º e Resoluções do Conselho Monetário Nacional nº 2.471, de 26 de fevereiro de 1998, nº 2.238, de 31 de janeiro de 1996, nº 2.666, de 11 de novembro de 1999, nº 2.963, de 28 de maio de 2002, e suas respectivas alterações.	
0A81	Financiamento de Operações no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF (Lei nº 10.186, de 2001)
Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965; Lei nº 10.186, de 12 de fevereiro de 2001 e Decreto nº 3.991, de 30 de outubro de 2001.	
0A84	Financiamento de Operações no âmbito do Programa de Financiamento às Exportações - PROEX (Lei nº 10.184, de 2001)
Lei nº 10.184 de 12 de fevereiro de 2001 e Resoluções do Conselho Monetário Nacional nº 2.575, de 17 de dezembro de 1998 e nº 4.335, de 26 de maio 2014.	
0E85	Subvenção Econômica em Operações de Financiamento para a Aquisição de Bens e Serviços de Tecnologia Assistiva Destinados a Pessoas com Deficiência (Lei nº 12.613, de 2012)
Lei nº 12.613, de 18 de abril de 2012.	
74102	Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia
0021	Financiamento para Modernização da Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios
Resolução do Senado Federal nº 17, de 10 de setembro de 2001 - dispõe sobre operações de crédito ao amparo do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros – PNAFM; Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, art. 64 - estabelece que a União prestará assistência e cooperação financeira aos Municípios para a modernização das respectivas administrações tributária, financeira, patrimonial e previdenciária, com vistas ao cumprimento das suas normas.	
74104	Recursos sob Supervisão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecim
006GW	Subvenção Econômica para Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar (Lei nº 8.427, de 1992)
Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, art. 2º, incisos II, III e IV; Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, art. 3º e Decreto nº 3.991, de 30 de outubro de 2001.	
0300	Subvenção Econômica para Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários (Lei nº 8.427, de 1992)
Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, art. 2º, incisos II, III e IV.	
74201	Recursos sob Supervisão da Superintendência de Seguros Privados/SUSEP -
0461	Concessão de Empréstimos para Liquidação de Sociedades Seguradoras, Resseguradoras, Entidades de Previdência Complementar Aberta e Capitalização
Lei Complementar nº 101 (LRF), de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF - art. 26 - destinação de recursos para, direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas ou déficits de pessoas jurídicas; Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001 Dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar e dá outras providências; Lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007 - altera o Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966. Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966 - Dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros e dá outras providências; Decreto-Lei nº 261, de 28 de fevereiro de 1967 - Dispõe sobre as sociedades de capitalização e dá outras providências; Lei nº 10.190, de 14 de fevereiro de 2001 - Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966; e Decreto nº 60.459, de 13 de março de 1967 - Regulamenta o Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, com as modificações introduzidas pelos Decretos-Lei nº 168, de 14 de fevereiro de 1967, e nº 296, de 28 de fevereiro de 1967.	
74202	Recursos sob Supervisão da Agência Nacional de Saúde Suplementar/ANS
0354	Concessão de Empréstimos para Liquidação de Operadoras de Planos Privados de Assistência à Saúde (Lei nº 9.961, de 2000)
Lei nº 9.961/2000. RN 300/2012; RN 394/2015; RN 316/2012; RN 401/2016; RN 417/2016.	
74203	Recursos sob Supervisão do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Ag
0427	Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas
Constituição Federal (CF), de 1988; Lei nº 4.504, de 1964; Lei nº 8.629, de 1993; Lei nº 13.001, de 2014; Decreto nº 59.428, de 1966; Decreto nº 9.424, de 2018; IN nº 101, 2020.	
74204	Recursos sob Supervisão da Caixa de Construções de Casas para o Pessoal d
00GY	Financiamento Imobiliário para o Pessoal da Marinha
Lei nº 188 de 15 de janeiro de 1936 e Decreto nº 2.013 de 26 de setembro de 1996.	
74205	Recursos sob Supervisão da Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáu
00JE	Financiamento Imobiliário para o Pessoal da Aeronáutica
Lei nº 6.715, de 12 de novembro de 1979 e Decreto nº 84.457, de 31 de janeiro de 1980.	
74901	Recursos sob Supervisão do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira/Funcafé
0012	Financiamentos ao Agronegócio Café (Lei nº 8.427, de 1992)
Constituição da República Federativa do Brasil, Parágrafo único do artigo 70. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública. Lei nº 9.239, de 22 de dezembro de 1995 - Ratifica o Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - FUNCAFÉ. Lei nº 10.186, de 12 de fevereiro de 2001 - Art. 6º Estabelece que os financiamentos com recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira, a que se refere o art. 7º do Decreto-Lei no 2.295, de 21 de novembro de 1986, serão concedidos segundo condições definidas pelo Conselho Monetário Nacional. Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. Decreto-Lei nº 2.295, de 21 de novembro de 1986 - Isenta do imposto de exportação as vendas de café para o exterior. Decreto nº 94.874, de 15 de setembro de 1987 - Dispõe sobre a estruturação do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - Funcafé. Decreto nº 9.699, de 8 de fevereiro de 2019 - Transfere dotações orçamentárias constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União para diversos órgãos do Poder Executivo federal. Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Resoluções do Conselho Monetário Nacional – Estabelecem as condições para concessão de financiamentos com recursos do Funcafé Manual de Crédito Rural-MCR – Capítulo 9 – Consolida as condições específicas para concessão de operações de crédito amparadas com Recursos do Funcafé.	
0A27	Equalização de Juros nos Financiamentos ao Agronegócio Café (Lei nº 8.427, de 1992)
Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992 - Dispõe sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural. Lei nº 9.239, de 22 de dezembro de 1995 - Ratifica o Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - FUNCAFÉ. Decreto 94.874 de 15 de setembro de 1987 - Dispõe sobre a estruturação do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - Funcafé. Resoluções do Conselho Monetário Nacional – Estabelecem o percentual de remuneração dos agentes financeiros do Funcafé Manual de Crédito Rural-MCR – Capítulo 9 – Consolida as condições específicas para concessão de operações de crédito amparadas com Recursos do Funcafé.	
74902	Recursos sob Supervisão do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensin
00IG	Concessão de Financiamento Estudantil - FIES (Lei nº 10.260, de 2001)
CF/88, Título VIII, Capítulo III, seção I; Plano Nacional de Educação (PNE) - Lei nº 13.005/2014; LDB - Lei nº 9.394/96; Lei nº 10.260/2001 e demais atos normativos do MEC e do FNDE de regulamentação do Programa.	
00M2	Integralização de cotas em Fundos de Garantia de Operações de Crédito Educativo
Lei nº 10.260/2001; Lei nº 12.087/2009, com a redação dada pela Lei nº 12.385/2011; Lei nº 13.530/2017; Portaria Normativa MEC nº 001/2010, com a redação dada pela Portaria Normativa MEC nº 21/2010.	

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO-2022, Art. 9º, inciso IV	
Ação Orçamentária / Base legal	
20RZ	Administração do Financiamento Estudantil - FIES Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.715/1998; Lei nº 8.666/1993; Lei nº 10.260/2001; Lei nº 12.202/2010; Lei nº 12.513/2011; Lei nº 13.530/2017; Lei nº 14.133/2020; Portaria Interministerial MF/MEC nº 309, de 04/05/2010; e Portaria MEC nº 505, de 16/04/2010.
74904	Recursos sob Supervisão do Fundo da Marinha Mercante/FMM - Ministério
0118	Financiamentos à Marinha Mercante e à Indústria de Construção e Reparação Naval Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004; Resolução nº 3.828, de 17 de dezembro de 2009.
74905	Recursos sob Sup. do Fundo p/ Desenv.Tecnol. das Telecomunic./FUNTEL-
0505	Financiamento a Projetos de Desenvolvimento de Tecnologias nas Telecomunicações Lei nº 9.472, de 16/07/1997; Lei nº 10.052, de 28/11/2000; Decreto nº 3.737, de 30/01/2001; Resolução do Conselho Gestor do Fundtel (CGF) nº 66 de 28/10/2010; Resolução CGF nº 97, de 16/09/2013; e Resolução CGF nº 119, de 29/10/2018.
74906	Recursos sob Supervisão do Fundo de Terras e da Reforma Agrária/Banco d
0061	Concessão de Crédito para Aquisição de Imóveis Rurais e Investimentos Básicos - Fundo de Terras - Lei Complementar nº 93, de 04 de fevereiro de 1998 e suas alterações - Institui o Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. - Decreto nº 4.892, de 25 de novembro de 2003 - Regulamenta o Fundo de Terras e da Reforma Agrária; Decreto 10.253, de 20 de fevereiro de 2020 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do MAPA. - Resolução nº 3231, de 31 de agosto de 2004 e suas alterações - Define as condições aplicáveis aos financiamentos com recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária; Resolução CMN nº 3861, de 27 de maio de 2010 - Dispõe sobre a autorização antecipada para prorrogação de operações de crédito fundiário com recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária.
74908	Recursos sob Supervisão do Fundo Geral de Turismo/FUNGETUR - Ministéri
0454	Financiamento da Infraestrutura Turística Nacional Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008; Decreto nº 9.664, de 02 de janeiro de 2019; Medida Provisória nº 870, de 1 de janeiro de 2019; Portaria nº 36, de 29 de janeiro de 2019; Decreto 10.359, de 20 de maio de 2020.
74910	Recursos sob Sup. do Fundo Nac.de Desenv.Científico e Tecnológico/FNDCT-
0A37	Financiamento de Projetos de Desenvolvimento Tecnológico de Empresas (Lei nº 11.540, de 2007) Constituição Federal, art. 218.
74912	Recursos sob Supervisão do Fundo Nacional de Cultura
006C	Financiamento ao Setor Audiovisual - Fundo Setorial do Audiovisual (Lei nº 11.437, de 2006) Lei nº 11.437/2006; Decreto nº 6.299/2007.
0885	Concessão de Financiamento a Empreendedores Culturais (Lei nº 8.313, de 1991) Lei nº 8.313/1991; Decreto nº 5.761/2006.
202K	Administração dos Investimentos, Financiamentos e Atividades do Fundo Setorial do Audiovisual (Lei nº 11.437, de 2006) Arts. 215 e 216 da Constituição Federal de 1988; Lei nº 11.437/2006; Decreto nº 6.299/2007.
2D07	Administração do Financiamento a Empreendedores Culturais Lei nº 8.313/1991; Decreto nº 5.761/2006.
74916	Recursos sob Supervisão do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima/FNM
00J4	Financiamento Reembolsável de Projetos para Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima Lei nº 12.114, de 09 de dezembro de 2009; Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009; Decreto nº 9.578, de 22 de novembro de 2018; e Decreto nº 10.455, de 11 de agosto de 2020.
74917	Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia/FDA -
0353	Financiamento de Projetos do Setor Produtivo no âmbito do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA (Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007) Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007; Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012; Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017; Lei nº 13.530, de 7 de dezembro de 2017; Lei nº 13.682, de 19 de junho de 2018. Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007; Decreto nº 7.839, de 9 de novembro de 2012; Decreto nº 8.275, de 27 de junho de 2014; Decreto nº 10.053, de 09 de outubro de 2019; MP nº 2.157-5, de 24 de agosto de 2001;
74918	Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste/FDNE
0355	Financiamento de Projetos do Setor Produtivo no âmbito do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE (Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007) Medida Provisória nº 2.156-5, de 24 de agosto de 2001; Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007; Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007; Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012; Decreto nº 7.838, de 9 de novembro de 2012; Decreto nº 8.276, de 27 de junho de 2014; Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017; Lei nº 13.530, de 7 de dezembro de 2017; Lei nº 13.682, de 19 de junho de 2018.
74919	Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste/F
0E83	Financiamento de Projetos do Setor Produtivo no âmbito do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste - FDCO (Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009) Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007; Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009; Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012; Decreto nº 10.152, de 02 de dezembro de 2019; Decreto nº 8.277, de 27 de junho de 2014; Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017; Lei nº 13.530, de 7 de dezembro de 2017; Lei nº 13.682, de 19 de junho de 2018
74920	Recursos sob Supervisão do Fundo de Universalização dos Serviços de Telec
00TT	Financiamento a Projetos de Expansão, Uso e Melhoria da Qualidade das Redes e dos Serviços de Telecomunicações Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; Lei nº 14.109 de 16 de dezembro de 2020; Decreto nº 9612 de 17 de dezembro de 2018.
75101	Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia
00Q3	Assunção e Novação de Dívidas do Fundo de Compensação das Variações Salariais - FCVS Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000; Medida Provisória nº 2.181-45, de 24 de agosto de 2001, art. 44 e Lei nº 10.179, de 6 de fevereiro de 2001.
00QE	Regularização de Obrigações Contingentes Reconhecidas pela União • Constituição Federal - Arts.13 e 14 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, de 5 de outubro de 1988; Lei nº 7.862 de 30 de outubro de 1989; Lei nº 8.029 de 12 de abril de 1990; Lei nº 8.897, de 27 de junho de 1994; Lei nº 9.138 de 29 de novembro de 1995; Lei nº 9.617, de 2 de abril de 1998; Lei nº 9.866 de 9 de novembro de 1999; Lei nº 10.179, de 6 de fevereiro de 2001; Lei nº 10.437, de 25 de abril de 2002; Lei nº 11.483, de 31 de maio de 2007; Leis que geraram e/ou transferiram obrigações financeiras para a União; • Medida Provisória nº 2.209, de 29 de agosto de 2001; e outras que autorizem a assunção, pela União, de obrigações financeiras; • Regulamentos: Decreto nº 1.647, de 26 de setembro de 1995; e Decreto nº 6.018, de 22 de janeiro de 2007
0243	Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal Externa Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 e Resoluções do Senado Federal nº 96, de 15 de dezembro de 1989; 57, de 10 de novembro de 1995; 69, de 12 de setembro de 1996; 51, de 10 de junho de 1997; 23, de 29 de junho de 1999.
0272	Dívidas Internas das Administrações Direta e Indireta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, assumidas pela União (Lei nº 8.727, de 1993) Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993 e Resolução do Senado Federal nº 43, de 21 de dezembro de 2001, art. 48.
0365	Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997; Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000; Lei nº 10.179, de 6 de fevereiro de 2001, MP nº 2.192, de 24 de agosto de 2001 e Decreto nº 9.292, de 23 de fevereiro de 2018.
0425	Serviços da Dívida Pública Federal Externa Decreto-Lei nº 1.928, de 18 de fevereiro de 1982; Decreto-Lei nº 2.169, de 29 de outubro de 1984. Resoluções do Senado Federal nº s: 96, de 15 de dezembro de 1989; 57, de 10 de novembro de 1995; 69, de 12 de setembro de 1996; 51, de 10 de junho de 1997 e 23, de 29 de junho de 1999.
0455	Serviços da Dívida Pública Federal Interna Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997; Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000; Lei nº 10.179, de 6 de fevereiro de 2001; MP nº 2.192, de 24 de agosto de 2001; Decreto nº 578 de 24 de junho de 1992 e Decreto nº 9.292 de 23 de fevereiro de 2018.
81101	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - Administração D
0083	Indenização a Familiares de Mortos e Desaparecidos em Razão da Participação em Atividades Políticas (Lei nº 9.140, de 1995) Lei nº 9.140/95, Lei nº 10.536/02 e Lei nº 10.875/04.
005N	Apoio à implementação da Casa da Mulher Brasileira e de Centros de Atendimento às Mulheres Constituição Federal - Art. 226 Constituição Federal/88; Lei 11.340/2006; Lei 13.104/2015; Decreto nº 8.086/2013; Decreto 10.174/2019.
005O	Apoio à Construção, Reforma, Equipagem e Ampliação de Unidades de Atendimento Socioeducativo Constituição Federal de 1988; Lei nº 8069/1990; Decreto nº 9579/2018; Decreto 10.174/2019; Lei nº 12.594/2012.
0734	Adenização a Vítimas de Violação das Obrigações Contraídas pela União por Meio da Adesão a Tratados Internacionais de Proteção dos Direitos Humanos Constituição Federal - art. 5º, § 2º; Decreto nº 678/92; Decreto nº 4.463/02; e Decreto nº 4.388/02.
2000	Administração da Unidade CF 1988; Decreto-Lei 200/1967; Decreto 9.673/2019.
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 12, inciso XXV, Art. 18, inciso XV e § 9º da LDO-2017.

Ação Orçamentária / Base legal

21AQ	Proteção do Direito à Vida	21AR	Promoção e Defesa de Direitos Humanos para todos
Constituição Federal de 1988 Lei nº 8.069/1990 - (ECA) Decreto nº 3.518/2000 - (Regulamenta o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas, instituído pelo art. 12 da Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, e dispõe sobre a atuação da Polícia Federal nas hipóteses previstas nos arts. 2º, § 2º, 4º, § 2º, 5º, § 3º, e 15 da referida Lei. Decreto nº 6.044/ 2007 - Aprova a Política Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos - PNPDDH, define prazo para a elaboração do Plano Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos e dá outras providências. Decreto nº 8.154/2013 - Regulamenta o funcionamento do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, a composição e o funcionamento do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e dispõe sobre o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. Decreto nº 99710/1990 - Promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança. Decreto nº. 6.481/2008 - Regulamenta os artigos 3o, alínea "d", e 4o da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação, aprovada pelo Decreto Legislativo no 178, de 14 de dezembro de 1999, e promulgada pelo Decreto no 3.597, de 12 de setembro de 2000, e dá outras providências. Decreto nº. 5.007/2004 - Promulga o Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança referente à venda de crianças, à prostituição infantil e à pornografia infantil. Decreto 10.174/2019 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, remaneja cargos em comissão e funções de confiança e transforma cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE. Decreto nº 9579/2018 - Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo federal que dispõem sobre a temática do lactente, da criança e do adolescente e do aprendiz, e sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente e os programas federais da criança e do adolescente, e dá outras providências. Declaração Universal dos direitos da criança Declaração Universal dos Direitos Humanos Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais Convenção Internacional dos Direitos da Criança, Lei nº 9.807/1999, Lei 12.847/2013 (Cria o SNPCT, MNPCT e CNPCT) Decreto 6.085/2007 (Promulga o Protocolo Facultativo à Convenção Contra Tortura) Portaria Interministerial MJ e SEDH 02/2010 (Direitos Humanos e Profissionais da Segurança Pública) Portaria Interministerial MJ e SEDH 4226/2010 (Diretrizes para uso adequado da força por profissionais). Decreto 9.937/2019.		Constituição Federal/88 Lei nº 10.678, de 23 de maio de 2003 - cria a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da Presidência da República, e dá outras providências. Decreto nº 4.886, de 20 de novembro de 2003 - Institui a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial - PNPIR e dá outras providências. Decreto nº 10.094, de 6 de novembro de 2019 - Dispõe sobre o Comitê Interministerial de Tecnologia Assistiva (CITA), estabelecendo, dentre outras, sua competência para propor procedimentos e orientar a elaboração do plano de tecnologia previsto na Lei Brasileira de Inclusão, que tem sido denominado Plano Nacional de Tecnologia Assistiva. Decreto nº 10.085, de 5 de novembro de 2019 - Dispõe sobre o Programa Forças no Esporte - Segundo Tempo e o Projeto João do Pulo. Decreto nº 10.174, de 13 de dezembro de 2019 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, remaneja cargos em comissão e funções de confiança e transforma cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE. Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003 - Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Lei nº 10.558, de 13 de novembro de 2002 – Lei de Cotas Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010 (Estatuto da Igualdade Racial) - Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Decreto nº 4.651, de 27 de março de 2003 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Órgão Integrante da Presidência da República, e dá outras providências. Decreto Legislativo nº 186/2008 - Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. Decreto nº 6.949/2009 - Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Decreto nº 3.956/2001 (Convenção Interamericana para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação) - Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Lei 7.853/1989 (Apoio às Pessoas com deficiência) - Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências Decreto nº 3.298/1999 (Regulamentação da Lei 7.853/1989) - Comprovação de deficiência para concurso público. ... Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Lei nº 10.048/2000 - (Atendimento prioritário e promoção da acessibilidade) Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. Decreto nº 5.296/2004 (Regulamentação das Leis nº 10.048/2000 e 10.098/2000) – Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Lei nº 12.764/2012 - Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Decreto nº 8.368 (Regulamenta a Lei nº 12.764/2012) - que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Lei Complementar nº 142/2013 - Regulamenta o § 1o do art. 201 da Constituição Federal, no tocante à aposentadoria da pessoa com deficiência segregada do Regime Geral de Previdência Social - RGPS. Decreto nº 8.145/2013 - Altera o Regulamento da Previdência Social - RPS, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, para dispor sobre a aposentadoria por tempo de contribuição e por idade da pessoa com deficiência Lei nº 12.933, de 26 de dezembro de 2013 - Dispõe sobre o benefício do pagamento de meia-entrada para estudantes, idosos, pessoas com deficiência e jovens de 15 a 29 anos comprovadamente carentes em espetáculos artístico-culturais e esportivos, e revoga a Medida Provisória nº 2.208, de 17 de agosto de 2001. Lei nº 12.955, de 5 de fevereiro de 2014 Lei nº 12.955, de 5 de fevereiro de 2014 - Acrescenta § 9º ao art. 47 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para estabelecer prioridade de tramitação aos processos de adoção em que o adotando for criança ou adolescente com deficiência ou com doença crônica. Lei nº13.146/2015 - Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Decreto nº 9.888, de 27 e junho de 2019 - Dispõe sobre o Conselho Nacional de Combate à Discriminação. Decreto s/nº de 4/6/2010 (Dia Nacional de Combate à Homofobia) Lei nº 8.842/94 (Lei da Política Nacional do Idoso - PNI) - Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências em relação à pessoa idosa. Decreto nº 1.948/96 (Regulamento da PNI) - Regulamenta a Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, e dá outras providências. Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso) - Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Decreto nº 5.109/2004 (Decreto do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso) - Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso - CNDI, e dá outras providências Decreto nº 8.114/2013 (Decreto do Compromisso Nacional pelo Envelhecimento Ativo) - Estabelece o Compromisso Nacional para o Envelhecimento Ativo e institui Comissão Interministerial para monitorar e avaliar ações em seu âmbito e promover a articulação de órgãos e entidades públicos envolvidos em sua implementação Lei nº 11.433/2006 (Lei do Dia Nacional da Pessoa Idosa) - Dispõe sobre o Dia Nacional do Idoso. Lei nº 12.213/2010 (Lei do Fundo Nacional do Idoso) - Institui o Fundo Nacional do Idoso e autoriza deduzir do imposto de renda devido pelas pessoas físicas e jurídicas as doações efetuadas aos Fundos Municipais, Estaduais e Nacional do Idoso; e altera a Lei no 9.250, de 26 de dezembro de 1995 Lei 11.129, de 30 de junho de 2005 - Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem; cria o Conselho Nacional da Juventude – CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude; altera as Leis nº s 10.683, de 28 de maio de 2003, e 10.429, de 24 de abril de 2002; e dá outras providências. Emenda Constitucional nº 65, de 13 de julho de 2010 - Altera a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal e modifica o seu art. 227, para cuidar dos interesses da juventude. Lei 12.852, de 05 de agosto de 2013 - Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude. Decreto nº 8.537, de 05 de outubro de 2015 - Regulamenta a Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, e a Lei nº 12.933, de 26 de dezembro de 2013, para dispor sobre o benefício da meia-entrada para acesso a eventos artístico-culturais e esportivos e para estabelecer os procedimentos e os critérios para a reserva de vagas a jovens de baixa renda nos veículos do sistema de transporte coletivo interestadual. Lei nº 8.069/90 - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Lei nº 9.807/99 - Estabelece normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas, institui o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas e dispõe sobre a proteção de acusados ou condenados que tenham voluntariamente prestado efetiva colaboração à investigação policial e ao processo criminal. Decreto nº 3.518/00 - Regulamenta o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas, instituído pelo art. 12 da Lei no 9.807, de 13 de julho de 1999, e dispõe sobre a atuação da Polícia Federal nas hipóteses previstas nos arts. 2o, § 2o, 4o, § 2o, 5o, § 3o, e 15 da referida Lei. Decreto nº 6.044 de 2007 - Aprova a Política Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos - PNPDDH, define prazo para a elaboração do Plano Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos e dá outras providências. Decreto nº 8.154/2013 - Regulamenta o funcionamento do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, a composição e o funcionamento do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e dispõe sobre o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. Lei nº 9.807/99 - Estabelece normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas, institui o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas e dispõe sobre a proteção de acusados ou condenados que tenham voluntariamente prestado efetiva	

colaboração à investigação policial e ao processo criminal.
Lei nº 8.842/94 - Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências..
Lei nº 10.741/03 - Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.
Lei nº 9.140/95 - Reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação ou acusação de participação em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências.
Lei nº 10.536/02 - Altera dispositivos da Lei no 9.140, de 4 de dezembro de 1995, que reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou de acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências.
Lei nº 6.015/73 - Dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências.
Decreto nº 3.518/00 - Regulamenta o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas, instituído pelo art. 12 da Lei no 9.807, de 13 de julho de 1999, e dispõe sobre a atuação da Polícia Federal nas hipóteses previstas nos arts. 2º, § 2º, 4º, § 2º, 5º, § 3º, e 15 da referida Lei.
Decreto nº 6.980/09 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, dispõe sobre o remanejamento de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, altera o Anexo II ao Decreto no 6.188, de 17 de agosto de 2007, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão do Gabinete Pessoal do Presidente da República, e dá outras providências.
Decreto nº 6.289/2007 - Estabelece o Compromisso Nacional pela Erradicação do Sub-registro Civil de Nascimento e Ampliação do Acesso à Documentação Básica, institui o Comitê Gestor Nacional do Plano Social Registro Civil de Nascimento e Documentação Básica e a Semana Nacional de Mobilização para o Registro Civil de Nascimento e a Documentação Básica.
Decreto nº 7.053/2009 - Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências.
Decreto nº 5.390 de 08 de março de 2005 - Aprova o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres - PNPMM, institui o Comitê de Articulação e Monitoramento e dá outras providências.
Decreto nº 7.959 de 13 de março de 2013 - Dispõe sobre o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, para o período de 2013 a 2015, altera o Decreto nº 5.390, de 8 de março de 2005, e dá outras providências.
Lei complementar nº 119, de 19 de outubro de 2005 - EMENTA: Acrescenta inciso ao art. 3º da Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994
Lei nº 11.340 de 07 de agosto de 2006 – Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.
Lei nº 7.353 de 29 de agosto de 1985 - Cria o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM e dá outras providências.
Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015 - Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos.
Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009 - Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3.
Portaria nº 2.943, de 3 de dezembro de 2019 - (Composição Conselho 2019/2021)
Decreto nº 9.494, de 6 de setembro de 2018 (Alterar o Decreto nº 5.109, de 17 de junho de 2004, para dispor sobre o Conselho Nacional dos Direitos do Idoso) Lei nº 8069/1990 Decreto nº 9579/2018.
Resolução n.º 139, de 15 de março de 2011, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA;
Resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das nações Unidas - Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH); art. 4º Pacto de São José de Costa Rica,
Decreto nº 678/1992 - Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969.
Lei nº 13.798/19 - Acrescenta art. 8º-A à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para instituir a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência.
Lei nº 13.812/2019 - Institui a Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas, cria o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).
Lei nº 10.098/2000 - Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
Decreto nº 8.368/2014 - Regulamenta a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do
Lei nº 12.933/2013 - Dispõe sobre o benefício do pagamento de meia-entrada para estudantes, idosos, pessoas com deficiência e jovens de 15 a 29 anos comprovadamente carentes em espetáculos artístico-culturais e esportivos, e revoga a Medida Provisória nº 2.208, de 17 de agosto de 2001.
Lei nº 12.955/2014 - Acrescenta § 9º ao art. 47 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para estabelecer prioridade de tramitação aos processos de adoção em que o adotando for criança ou adolescente com deficiência ou com doença crônica.
Lei nº 13.146/2015 - Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

21AS Fortalecimento da Família

Declaração Universal dos direitos da criança
Declaração Universal dos Direitos Humanos
Constituição Federal - arts. 204, 226, 227, 229 e 230
Lei nº 8069/90
Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990
Portaria MDS nº 222, de 30 de junho de 2008
Decreto nº 6.481/2008
Decreto nº 5.007/2004
Decreto nº 5.017/2004
Decreto nº 5.006/2004
Decreto nº 9.579/2018
Decreto nº 10.174/2019; art. 4º Pacto de São José de Costa Rica, Decreto nº 678/1992
Portaria nº 1.643, de 19 de junho de 2020 - Institui o Observatório Nacional da Família.
Decreto nº 10.570, de 09 de dezembro de 2020 - Institui a Estratégia Nacional de Fortalecimento dos Vínculos Familiares e o seu Comitê Interministerial.

21AT Apoio no Funcionamento dos Conselhos e Comissões de Direitos Humanos

Lei nº 10.678, de 23 de maio de 2003 - Cria a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da Presidência da República, e dá outras providências.
Decreto nº 4.886, de 20 de novembro de 2003 - Institui a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial - PNPiR e dá outras providências.
Lei nº 12.288 de 20 de julho de 2010 - Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003.
Decreto nº 8.136, de 05 de novembro de 2013 - Aprova o regulamento do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial - Sinapir, instituído pela Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010.
Lei nº 12.986/2014 - Transforma o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana em Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH; revoga as Leis nºs 4.319, de 16 de março de 1964, e 5.763, de 15 de dezembro de 1971; e dá outras providências.
Lei 11.129, de 30 de junho de 2005 - Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem; cria o Conselho Nacional da Juventude – CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude; altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, e 10.429, de 24 de abril de 2002; e dá outras providências.
Decreto nº 9.024, de 05 de abril de 2017 - Aprova a Estrutura Regimental da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República e o respectivo Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Gratificações de Exercício de Cargo em Confiança nos órgãos da Presidência da República, devidas a militares, e dá outras providências.
Lei nº 13.844, de 01 de janeiro de 2019 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. Termos de uso: Domínio Público: As obras em domínio público pertencem à comunidade. ... Esta lei é a Conversão da Medida Provisória nº 870, de 2019, de 1º de janeiro de 2019.
Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH3 - Fica aprovado o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3, em consonância com as diretrizes, objetivos estratégicos e ações.
Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009, atualizado pelo Decreto nº 7.177 de 2010 - aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3 e dá outras providências.
Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002 - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, será assegurada aos anistiados políticos que comprovarem vínculos com a atividade laboral, à exceção dos que optarem por receber em prestação única.

Portaria nº 858, de 13 de maio de 2008 - Cria, no âmbito de atuação da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, o projeto Memorial da Anistia Política no Brasil, com vistas à preservação e à difusão da memória política dos períodos de repressão contemplados pela atuação da referida Comissão.
Portaria nº 203, de 09 de fevereiro de 2010 - Altera a Portaria nº 1.377/GM/MS, de 13 de junho de 2011, que estabelece critérios para definição das áreas e regiões prioritárias com carência e dificuldade de retenção de médico integrante de equipe de saúde da família oficialmente cadastrada e das especialidades médicas prioritárias de que tratam o inciso II e o § 3º do art. 6º-B da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, no âmbito do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e dá outras providências.
Portaria nº 652, de 04 de agosto de 2017 - estabelece critérios de prioridade para a análise de requerimentos da Comissão de Anistia.
Portaria nº 29, de 15 de janeiro de 2018 - Aprova o Regimento Interno da Comissão de Anistia.
Decreto 10.174/2019 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, remaneja cargos em comissão e funções de confiança e transforma cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.
Decreto nº 4.885/2003 - CNPIR / SNPIR - Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial - CNPIR, e dá outras providências.
Decretonº8.750/2016-CNPCT/SNPIR-
Institui o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais.
Lei nº 12.986, de 02 de junho de 2014 - transforma o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana em Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH; revoga as Leis nºs 4.319, de 16 de março de 1964, e 5.763, de 15 de dezembro de 1971; e dá outras providências.
Lei nº 9.140/95 - Reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências.
Lei nº 10.536/02 - Altera dispositivos da Lei nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995, que reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou de acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências.
Lei nº 10.875/04 - Altera dispositivos da Lei no 9.140, de 4 de dezembro de 1995, que reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas.
Decreto nº 10.177, de 16 de dezembro de 2019 - Dispõe sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. executivo, organização administrativa, alteração, organização administrativa, conselho nacional dos direitos da pessoa com deficiência (CONADE) , definição , competência , composição , funcionamento .
Decreto nº 8.887, de 27 de junho de 2019 (Dispõe sobre a Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo) - Institui o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; cria o Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; e dá outras providências.
Lei 12.847/2013 (Cria o SNPCT, MNPCT e CNPCT) - Fica instituído o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura- SNPCT, com o objetivo de fortalecer a prevenção e o combate à tortura, por meio de articulação e atuação cooperativa de seus integrantes, dentre outras formas, permitindo as trocas de informações e o intercâmbio de boas práticas. Art.2.
Decreto 8.154/2013 (Regulamenta a Lei 12.847/2013) - Regulamenta o funcionamento do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, a composição e o funcionamento do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e dispõe sobre o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura.
Decreto 6.085/2007 (Promulga o Protocolo Facultativo à Convenção Contra Tortura) - Promulga o Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, adotado em 18 de dezembro de 2002.

Ação Orçamentária / Base legal

21AU	Operacionalização e Aperfeiçoamento do Sistema Integrado Nacional de Direitos Humanos - SINDH	21AR	Promoção e Defesa de Direitos Humanos para todos
Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; altera as Leis nos 13.334, de 13 de setembro de 2016, 9.069, de 29 de junho de 1995, 11.457, de 16 de março de 2007, 9.984, de 17 de julho de 2000, 9.433, de 8 de janeiro de 1997, 8.001, de 13 de março de 1990, 11.952, de 25 de junho de 2009, 10.559, de 13 de novembro de 2002, 11.440, de 29 de dezembro de 2006, 9.613, de 3 de março de 1998, 11.473, de 10 de maio de 2007, e 13.346, de 10 de outubro de 2016; e revoga dispositivos das Leis nos 10.233, de 5 de junho de 2001, e 11.284, de 2 de março de 2006, e a Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017. Decreto nº 5.390 de 08 de março de 2005 - Aprova o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres - PNPM, institui o Comitê de Articulação e Monitoramento e dá outras providências. Decreto nº 7.959 de 13 de março de 2013 - Dispõe sobre o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, para o período de 2013 a 2015, altera o Decreto nº 5.390, de 8 de março de 2005, e dá outras providências. Lei complementar nº 119, de 19 de outubro de 2005 - Acrescenta inciso ao art. 3º da Lei Complementar no 79, de 7 de janeiro de 1994, que "cria o Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN e dá outras providências", para incluir a manutenção das casas de abrigo. Art. 3º da Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994 - Cria o Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN, e dá outras providências. Lei 11.340 de 07 de agosto de 2006 - É garantido a toda mulher em situação de violência doméstica e familiar o acesso aos serviços de Defensoria Pública ou de Assistência Judiciária Gratuita, nos termos da lei, em sede policial e judicial, mediante atendimento específico e humanizado. Lei Maria da Penha Lei nº 7.353 de 29 de agosto de 1985 - Cria o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM e dá outras providências. Decreto nº 6.412 de 25 de março de 2008 - Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM, e dá outras providências. Portaria Interministerial nº 210 de 16 de janeiro de 2014 - Institui a Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional, e dá outras providências. Portaria Interministerial nº 288 de 25 de março de 2015 - Estabelece orientações para a organização e integração do atendimento às vítimas de violência sexual pelos profissionais de segurança pública e pelos profissionais de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS) quanto à humanização do atendimento e ao registro de informações e coleta de vestígios Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015 - Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Constituição Federal - Art. 204 - As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes: I - descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social; II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis. Constituição Federal Art. 227 - É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Lei Federal nº 8.069, de 13/06/90 - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente. ... Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade. Decreto nº. 8.162/2013 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e remaneja cargos em comissão. Decreto 10.174/2019 – Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, remaneja cargos em comissão e funções de confiança e transforma cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.		Constituição Federal/88 Lei nº 10.678, de 23 de maio de 2003 Decreto nº 4.886, de 20 de novembro de 2003 ,Decreto nº 10.094, de 6 de novembro de 2019 Decreto nº 10.085, de 5 de novembro de 2019 Decreto nº 10.174, de 13 de dezembro de 2019 Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003 Lei nº 10.558, de 13 de novembro de 2002 Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010 (Estatuto da Igualdade Racial) Lei nº 10.678, de 23 de maio de 2003 Decreto nº 4.651, de 27 de março de 2003 Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003 Lei nº 10.558, de 13 de novembro de 2002 Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 Decreto Legislativo nº 186/2008 Decreto nº 6.949/2009 Decreto nº 3.956/2001 (Convenção Interamericana para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação) Lei 7.853/1989 (Apoio às Pessoas com deficiência) Decreto 3.298/1999 (Regulamentação da Lei 7.853/1989) Lei nº 10.048/2000 Lei nº 10.098/2000 (Atendimento prioritário e promoção da acessibilidade) Decreto 5.296/2004 (Regulamentação das Leis nº 10.048/2000 e 10.098/2000) Lei nº 12.764/2012 Decreto nº 8.368 (Regulamenta a Lei nº 12.764/2012) Lei Complementar nº 142/2013 Decreto nº 8.145/2013 Lei nº 12.933, de 26 de dezembro de 2013 Lei nº 12.955, de 5 de fevereiro de 2014 Lei nº13.146/2015 Decreto de 27/04/2016 Decreto nº 7.388/2010 (Decreto do Conselho Nacional de Combate à Discriminação) Decreto s/nº de 4/6/2010 (Dia Nacional de Combate à Homofobia) Lei nº 8.842/94 (Lei da Política Nacional do Idoso - PNI) Decreto nº 1.948/96 (Regulamento da PNI) Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso) Decreto nº 5.109/2004 (Decreto do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso) Decreto nº 8.114/2013 (Decreto do Compromisso Nacional pelo Envelhecimento Ativo) Lei nº 11.433/2006 (Lei do Dia Nacional da Pessoa Idosa) Lei nº 12.213/2010 (Lei do Fundo Nacional do Idoso) Lei 11.129, de 30 de junho de 2005 Emenda Constitucional nº 65, de 13 de julho de 2010 Lei 12.852, de 05 de agosto de 2013 Decreto nº 8.537, de 05 de outubro de 2015 Decreto 9.673, de 02 de janeiro de 2019 Lei nº 8.069/90 Lei nº 9.807/99 Decreto nº 3.518/00 Decreto nº 6.044 de 2007 Decreto nº 8.154/2013 Lei nº 9.807/99 Lei nº 8.842/94 Lei nº 10.741/03 Lei nº 9.140/95 Lei nº 10.536/02 Lei nº 6.015/73 Decreto nº 3.518/00 Decreto nº 6.980/09 Decreto nº 6.289/2007 Decreto nº 7.053/2009 Decreto nº 5.390 de 08 de março de 2005 Decreto nº 7.959 de 13 de março de 2013 Lei complementar nº 119, de 19 de outubro de 2005 Lei 11.340 de 07 de agosto de 2006 Lei nº 7.353 de 29 de agosto de 1985 Lei 13.104, de 9 de março de 2015 Decreto 10.174/2019.Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009 (Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3) Portaria nº 2.943, de 3 de dezembro de 2019 (Composição Conselho 2019/2021) Decreto nº 9.494, de 6 de setembro de 2018 (Altera o Decreto nº 5.109, de 17 de junho de 2004, para dispor sobre o Conselho Nacional dos Direitos do Idoso)	
81901	Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA	81902	Fundo Nacional do Idoso - FNI

Ação Orçamentária / Base legal

21AR	Promoção e Defesa de Direitos Humanos para todos
Constituição Federal/88 Lei nº 10.678, de 23 de maio de 2003 Decreto nº 4.886, de 20 de novembro de 2003 ,Decreto nº 10.094, de 6 de novembro de 2019 Decreto nº 10.085, de 5 de novembro de 2019 Decreto nº 10.174, de 13 de dezembro de 2019 Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003 Lei nº 10.558, de 13 de novembro de 2002 Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010 (Estatuto da Igualdade Racial) Lei nº 10.678, de 23 de maio de 2003 Decreto nº 4.651, de 27 de março de 2003 Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003 Lei nº 10.558, de 13 de novembro de 2002 Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 Decreto Legislativo nº 186/2008 Decreto nº 6.949/2009 Decreto nº 3.956/2001 (Convenção Interamericana para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação) Lei 7.853/1989 (Apoio às Pessoas com deficiência) Decreto 3.298/1999 (Regulamentação da Lei 7.853/1989) Lei nº 10.048/2000 Lei nº 10.098/2000 (Atendimento prioritário e promoção da acessibilidade) Decreto 5.296/2004 (Regulamentação das Leis nº 10.048/2000 e 10.098/2000) Lei nº 12.764/2012 Decreto nº 8.368 (Regulamenta a Lei nº 12.764/2012) Lei Complementar nº 142/2013 Decreto nº 8.145/2013 Lei nº 12.933, de 26 de dezembro de 2013 Lei nº 12.955, de 5 de fevereiro de 2014 Lei nº13.146/2015 Decreto de 27/04/2016 Decreto nº 7.388/2010 (Decreto do Conselho Nacional de Combate à Discriminação) Decreto s/nº de 4/6/2010 (Dia Nacional de Combate à Homofobia) Lei nº 8.842/94 (Lei da Política Nacional do Idoso - PNI) Decreto nº 1.948/96 (Regulamento da PNI) Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso) Decreto nº 5.109/2004 (Decreto do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso) Decreto nº 8.114/2013 (Decreto do Compromisso Nacional pelo Envelhecimento Ativo) Lei nº 11.433/2006 (Lei do Dia Nacional da Pessoa Idosa) Lei nº 12.213/2010 (Lei do Fundo Nacional do Idoso) Lei 11.129, de 30 de junho de 2005 Emenda Constitucional nº 65, de 13 de julho de 2010 Lei 12.852, de 05 de agosto de 2013 Decreto nº 8.537, de 05 de outubro de 2015 Decreto 9.673, de 02 de janeiro de 2019 Lei nº 8.069/90 Lei nº 9.807/99 Decreto nº 3.518/00 Decreto nº 6.044 de 2007 Decreto nº 8.154/2013 Lei nº 9.807/99 Lei nº 8.842/94 Lei nº 10.741/03 Lei nº 9.140/95 Lei nº 10.536/02 Lei nº 6.015/73 Decreto nº 3.518/00 Decreto nº 6.980/09 Decreto nº 6.289/2007 Decreto nº 7.053/2009 Decreto nº 5.390 de 08 de março de 2005 Decreto nº 7.959 de 13 de março de 2013 Lei complementar nº 119, de 19 de outubro de 2005 Lei 11.340 de 07 de agosto de 2006 Lei nº 7.353 de 29 de agosto de 1985 Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015 Decreto 10.174/2019.Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009 (Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3) Portaria nº 2.943, de 3 de dezembro de 2019 (Composição Conselho 2019/2021) Decreto nº 9.494, de 6 de setembro de 2018 (Altera o Decreto nº 5.109, de 17 de junho de 2004, para dispor sobre o Conselho Nacional dos Direitos do Idoso)	

83201 Banco Central do Brasil - BACEN

000Q	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, art. 12.	
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, art. 12.	

2000 Administração da Unidade

Lei Complementar nº 179, de 24 de fevereiro de 2021 - define os objetivos do Banco Central do Brasil e dispõe sobre sua autonomia e sobre a nomeação e a exoneração de seu Presidente e de seus Diretores; e altera artigo da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.
Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 - estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios;
Lei nº 13.974, de 7 de janeiro de 2020 - Dispõe sobre o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), de que trata o art. 14 da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998;
Decreto nº 9.745, de 08 de abril de 2019 - aprova a estrutura do Ministério da Economia.

202A Fortalecimento das Ações de Autoridade Monetária

Portaria BCB 106.683, de 22 de janeiro de 2020 - divulga o Regulamento de Gestão de Projetos, Programas e Portfólio Corporativos do Banco Central do Brasil (RGP-BC).
Ordem de Serviço BCB 5.218, de 16 de março de 2020 - estabelece procedimentos a serem observados na gestão de projetos, programas e portfólio corporativos do Banco Central do Brasil.
Resolução BCB 71, de 11 de fevereiro de 2021 - constitui o Comitê de Gestão Estratégica do Banco Central do Brasil.
Acórdão TCU nº 1.448/2012 - determinação para execução dos programas do Bacen via OGU.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E.
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, arts. 12 e 19.

21AY Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo

Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 - Dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, e dá outras providências;
Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999 - Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal;
Lei nº 9.873, de 23 de novembro de 1999 - Estabelece prazo de prescrição para o exercício de ação punitiva pela Administração Pública Federal, direta e indireta, e dá outras providências;
Lei nº 13.974, de 7 de janeiro de 2020 - Dispõe sobre o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), de que trata o art. 14 da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998;
Decreto nº 9.663, de 1º de janeiro de 2019 - Aprova o Estatuto do Conselho de Controle de Atividades Financeiras - Coaf; e
Portaria MF nº 330/98 - Aprova o Regimento Interno do Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF.

2181 Formulação da Política Monetária Cambial e de Crédito e Supervisão do Sistema Financeiro Nacional

Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001 - Dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras e dá outras providências;
Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009 - Dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e revoga dispositivos das Leis nos 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e 5.764, de 16 de dezembro de 1971;
Lei Complementar nº 179, de 24 de fevereiro de 2021 - define os objetivos do Banco Central do Brasil e dispõe sobre sua autonomia e sobre a nomeação e a exoneração de seu Presidente e de seus Diretores; e altera artigo da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.
Decreto-Lei nº 9.025, de 27 de fevereiro de 1946 - Dispõe sobre as operações de câmbio, regulamenta o retorno de capitais estrangeiros e dá outras providências.
Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962 - Disciplina a aplicação do capital estrangeiro e as remessas de valores para o exterior e dá outras providências.
Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964 - Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências;
Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965 - Disciplina o mercado de capitais e estabelece medidas para o seu desenvolvimento;
Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 - Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências;
Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974 - Dispõe sobre a intervenção e a liquidação extrajudicial de instituições financeiras, e dá outras providências;
Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986 - Define os crimes contra o sistema financeiro nacional, e dá outras providências;
Decreto-Lei nº 2.321, de 25 de fevereiro de 1987 - Institui, em defesa das finanças públicas, regime de administração especial temporária, nas instituições financeiras privadas e públicas não federais, e dá outras providências;
Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 - Dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, e dá outras providências;
Lei nº 10.214, de 27 de março de 2001 - Dispõe sobre a atuação das câmaras e dos prestadores de serviços de compensação e de liquidação, no âmbito do sistema de pagamentos brasileiro, e dá outras providências;
Lei nº 10.303, de 31 de outubro de 2001 - Altera e acrescenta dispositivos na Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que dispõe sobre as Sociedades por Ações, e na Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, que dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários;
Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002 - Dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais e dá outras providências.
Lei nº 11.795, de 8 de outubro de 2008 - Dispõe sobre o Sistema de Consórcio;
Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013 - Autoriza o pagamento de subvenção econômica aos produtores da safra 2011/2012 de cana-de-açúcar e de etanol que especifica e o financiamento da renovação e implantação de canaviais com equalização da taxa de juros; dispõe sobre os arranjos de pagamento e as instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB); autoriza a União a emitir, sob a forma de colocação direta, em favor da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), títulos da dívida pública mobiliária federal; estabelece novas condições para as operações de crédito rural oriundas de, ou contratadas com, recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE); altera os prazos previstos nas Leis nº 11.941, de 27 de maio de 2009, e nº 12.249, de 11 de junho de 2010; autoriza a União a contratar o Banco do Brasil S.A. ou suas subsidiárias para atuar na gestão de recursos, obras e serviços de engenharia relacionados ao desenvolvimento de projetos, modernização, ampliação, construção ou reforma da rede integrada e especializada para atendimento da mulher em situação de violência; disciplina o documento digital no Sistema Financeiro Nacional; disciplina a transferência, no caso de falecimento, do direito de utilização privada de área pública por equipamentos urbanos do tipo quiosque, trailer, feira e banca de venda de jornais e de revistas; altera a incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins na cadeia de produção e comercialização da soja e de seus subprodutos; altera as Leis nºs 12.666, de 14 de junho de 2012, 5.991, de 17 de dezembro de 1973, 11.508, de 20 de julho de 2007, 9.503, de 23 de setembro de 1997, 9.069, de 29 de junho de 1995, 10.865, de 30 de abril de 2004, 12.587, de 3 de janeiro de 2012, 10.826, de 22 de dezembro de 2003, 10.925, de 23 de julho de 2004, 12.350, de 20 de dezembro de 2010, 4.870, de 1º de dezembro de 1965 e 11.196, de 21 de novembro de 2005, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972; revoga dispositivos das Leis nºs 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.925, de 23 de julho de 2004, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e 4.870, de 1º de dezembro de 1965; e dá outras providências;
Lei nº 13.506, de 13 de novembro de 2017 - Dispõe sobre o processo administrativo sancionador na esfera de atuação do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários;
Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD. (Redação dada pela Lei nº 13.853, de 2019);
Lei nº 13.775, de 20 de dezembro de 2018 - Dispõe sobre a emissão de duplicata sob a forma escritural; altera a Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997; e dá outras providências.